

## DISCURSOS PROFERIDOS PELOS SRS. DEPUTADOS EM PLENÁRIO A RESPEITO DA REFORMA POLÍTICA

### Critérios de Pesquisas:

Período: de 01/02/2017 a 30/09/2017;

Indexação: Reforma Política;

Total: 516 discursos.

Documento 1/516

---

001.3.55.P	Sessão Preparatória	02/02/2017-09:24
Publ.: DCD - 03/02/2017 - 25	MARCUS PESTANA-PSDB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ABERTURA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Necessidade de discussão, pelo Congresso Nacional, de agenda para superação da crise econômica brasileira e de reformas dos sistemas previdenciário, trabalhista, tributário e político. Apoio à candidatura do Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia, à reeleição.

---

**O SR. MARCUS PESTANA** (Bloco/PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós iniciamos 2017 e hoje damos o passo inaugural para abrir o ano parlamentar; é preciso ter claro o que está em jogo.

Muito mais do que projetos pessoais e ambições individuais, o que está em jogo é a discussão de uma agenda nacional para o combate a uma crise sem precedentes que vive o Brasil. Há indicadores positivos no campo da inflação, a taxa de juros tomou uma trajetória descendente consistente e não populista, mas o desemprego cresceu, a recessão é resistente, os investimentos ainda não voltaram. e a situação fiscal do setor público é uma tragédia - e o Rio de Janeiro é só a ponta do *iceberg*.

Começamos a abordar, embora timidamente, o desequilíbrio fiscal, raiz da nossa crise de recessão e desemprego, com a aprovação da PEC que limita a expansão de gastos. Mas essa medida será claramente insuficiente se não fizermos as quatro grandes reformas. Nós podemos entregar às futuras gerações outro Brasil em 2018, mas, para isso, temos que fazer a reforma da Previdência, modernizar as relações de trabalho, simplificar o sistema tributário e processar, de forma contundente e definitiva, a reforma política. Sem isso, não cumprimos o nosso papel e entregaremos, no mínimo, um horizonte nebuloso ao Brasil em 2018. Portanto, o que está em jogo nesta eleição não são projetos pessoais.

A candidatura do Deputado Rodrigo Maia representa o ambiente adequado para votação das reformas estruturantes. É fruto de um acordo amplo entre os principais partidos no sentido de resgatar a

calma institucional, a tranquilidade e a estabilidade política, enfim, um ambiente adequado para cumprirmos o nosso papel.

É engraçado que falem, falem e falem em fortalecimento da autonomia institucional do Congresso, mas, volta e meia, corram para a sombra do Supremo Tribunal Federal, judicializando questões *interna corporis*. É preciso fortalecermos os canais de diálogo e votarmos as quatro grandes reformas. Se não fizermos isso, o horizonte do Brasil será imponderável.

Por isso, deixo aqui registrados, para divulgação nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados, os artigos que publiquei ao longo do recesso, uma reflexão sobre a conjuntura nacional, que tem mazelas e problemas enormes, agravados agora pelo fenômeno Trump.

Sr. Presidente, peço, então, que sejam divulgadas nos Anais da Casa essas reflexões.

#### ARTIGOS A QUE SE REFERE O ORADOR

As lições que vêm do norte

Vinte de janeiro de 2017, sexta-feira. Para surpresa de muitos e preocupação geral, assumiu a Casa Branca o polêmico e extravagante Donald Trump. O horizonte global está povoado de interrogações e enigmas. É o presidente dos EUA que assume com menor popularidade - apenas 44% dos americanos apoiam Trump na largada. Não é para menos. Ainda na transição, o presidente eleito disparou contra a Alemanha e Merkel, desrespeitou a imprensa, criticou organismos multilaterais, agrediu artistas, cutucou a China, minimizou a interferência russa nas eleições, desencadeou a reversão da universalização da cobertura das ações de saúde e nomeou uma equipe que sinaliza o período de turbulências que teremos pela frente. O Brasil não sofrerá efeitos diretos nas questões militares e relativas à imigração. Mas pagará algum preço com as estratégias protecionistas que levarão à queda das exportações para os EUA e à desaceleração do crescimento mundial. Mas independente disso temos muito a aprender com a experiência política e social recente dos cidadãos americanos.

A grande lição é sobre a dinâmica da própria democracia, esse que é seguramente o pior sistema político, exceto todos os outros que já foram experimentados.

A liberdade é o ambiente necessário ideal para o debate dos problemas coletivos, a construção de consensos progressivos, a negociação de conflitos e impasses. Porém a democracia é invenção humana, imperfeita por sua natureza genética. É tentativa e erro, aprendizado permanente. A meritocracia e a razão nem sempre vencem. A demagogia e a intolerância podem envolver corações e mentes de uma parcela expressiva da população. Como disse o ex-presidente Barack Obama, um dos últimos estadistas em ação no

mundo, em seu denso e emocionado discurso de despedida: "O trabalho da democracia sempre é duro, conflituoso e, às vezes, sangrento. Para cada dois passos para frente, muitas vezes parece que damos um para trás. Mas no longo prazo, os EUA têm se movido para frente". "Mas esse potencial só será realizado se a nossa democracia funcionar. Só se a política refletir a decência do nosso povo. Somente se todos nós ajudarmos a restaurar o sentido de propósito comum de que tanto precisamos agora". "Em última análise, é isso que nossa democracia exige. Ela precisa de vocês. Não apenas quando há eleições, não apenas quando seu próprio interesse estreito está em jogo, mas durante todo o período de uma vida. Se estão cansados de discutir com estranhos na internet, tentem conversar com um na vida real".

Que os partidos políticos sérios e comprometidos com a boa política no Brasil ouçam as palavras de Obama proferidas em Chicago e consigam reciclar suas práticas tradicionais e ultrapassadas e erguer um novo padrão de relacionamento com a sociedade, para que a crise econômica e política temperada fortemente pela Lava Jato não produzam um outsider, em 2018, que coloque em risco conquistas históricas da sociedade brasileira.

Política: representação social e centro decisório

Vivemos um evidente esgotamento do atual modelo de organização do sistema político brasileiro. Isso não é um fenômeno novo. Quando era do Conselho de Administração dos Correios, no final da década de 1990, anualmente tínhamos acesso à pesquisa nacional que media a credibilidade das instituições brasileiras. Era uma lista de 40 instituições. Em primeiro lugar, disparados na frente, vinham os próprios Correios (na era pré-mensalão) e o Corpo de Bombeiros. Logo após, as Igrejas, o Poder Judiciário, a Imprensa etc. Nos dois últimos lugares, sempre, Congresso Nacional e partidos políticos.

Esse distanciamento crescente entre sociedade e sua representação política não é também característica peculiar brasileira. Em todo o mundo a democracia moderna, no seu formato clássico, encontra dificuldades de canalizar as expectativas dos mais variados segmentos sociais e vocalizar a diversidade presente no tecido social contemporâneo.

Mas no nosso caso, o problema ganha contornos dramáticos. Há muito o Brasil precisa acelerar suas reformas e se alinhar ao mundo contemporâneo. Construimos ao longo dos anos um verdadeiro imbróglia fiscal. Não reformamos a Previdência. Não flexibilizamos o mercado de trabalho diante de uma economia dinâmica. Cristalizamos um sistema tributário anacrônico, irracional e injusto. Descuidamos do que era essencial: a revolução educacional e o desenvolvimento tecnológico. Começamos a comer poeira de países como Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e China. Até na América Latina assistimos Chile, Peru e Colômbia modernizarem antes suas instituições.

O Brasil tem pressa. E as respostas só poderão emergir de nosso problemático sistema político: caro, distante da população, pulverizado

partidariamente, inconsistente ideologicamente e acuado pela Lava Jato. É preciso superar os traumas do impeachment e as fragilidades do governo, aparar arestas, apaziguar os espíritos e tomar as decisões inadiáveis para que o Brasil não perca definitivamente o "bonde da História".

No recesso, diante de realidade tão conturbada, fui a São João Del Rei buscar inspiração no velho mestre Tancredo, visitando seu memorial e seu túmulo. Na crise de 1963, ele disse: "Que os ódios se retraiam, que as ambições se refreiem, para que possamos ter a mente tranquila e o pensamento limpo para buscar aquelas soluções que dizem respeito aos fundamentais interesses da Pátria". Pátria, esta palavra tão esquecida em nossos tempos. Em 1985, já eleito Presidente, afirmou: "Venho em nome da conciliação. Não podemos, neste fim de século e de milênio, quando, crescendo em seu poder, o homem cresce em suas ambições e em suas angústias, permanecer divididos dentro de nossas fronteiras".

Que o espírito de Minas, tão bem encarnado por Tancredo e também tão ausente hoje em dia, pavimente a nossa capacidade de negociar e criar consensos em torno da agenda de retomada do desenvolvimento.

Em 2017, as escolhas ditarão o futuro

Tempos nebulosos. O país mergulhado na maior crise de sua história recente. Os nervos à flor da pele. Desemprego batendo na porta de milhões de trabalhadores. Recessão profunda. Situação fiscal gravíssima. Juros estratosféricos. Investimentos, consumo e produção em queda. As vísceras da corrupção, sistêmica e institucionalizada, expostas à céu aberto. Crises políticas recorrentes. As feridas do impeachment ainda não cicatrizadas. Tropeços marcam o relacionamento entre os Poderes da República. A temperatura na sociedade é crescente. A insatisfação popular é evidente. A intolerância e o sectarismo explodem nas ruas e nas redes sociais. A sociedade brasileira exige tolerância zero com a corrupção. Ela mina a confiança da população no sistema político. E é ele que pode produzir as decisões necessárias para tirarmos o país do atoleiro. Os espaços de diálogo se estreitam. A Lava Jato configura-se como processo irreversível que está passando o país a limpo.

Diante de tudo isso, resta a pergunta: o que fazer? Qual deve ser a ponte para o futuro?

A agenda que interessa à maioria da população é a retomada do desenvolvimento com a conseqüente geração de empregos, renda e bem-estar. Para isso, precisamos em 2017 promover os ajustes e as reformas necessárias. O ajuste fiscal foi iniciado com a PEC que limita a expansão do gasto público. Mas é pouco. São inadiáveis a inevitável reforma da previdência, a modernização das relações de trabalho, a simplificação de nosso injusto e anacrônico sistema tributário e uma profunda reforma política. Isso só será possível com um amplo diálogo nacional e a construção de um novo pacto político e social.

Não há outro caminho a não ser fortalecer o Presidente Michel Temer e seu governo para que possam liderar a difícil travessia até as eleições

de 2018, quando soberanamente a sociedade escolherá os novos rumos do país. O Governo Temer não se sustenta nas armas, no carisma populista de um líder ou nas urnas. Se legitimará e ganhará estabilidade pelo desempenho e resultados que produzir. É preciso superar a instabilidade e a paralisia. E de nada adianta pescar em águas turvas ou apagar o incêndio da crise com gasolina. A proposta de antecipação das eleições presidenciais é inadequada e não contribui para a solução dos desafios que temos pela frente. O Governo Temer é legítimo e ancorado nos princípios constitucionais. Apostar em seu fracasso é jogar contra o Brasil. Se algum acidente de percurso ocorrer, no momento certo haverá a discussão de alternativas. Mas agora o interesse público demanda diálogo, responsabilidade, construção de consensos e ação transformadora. A democracia e a República correm riscos. Está em nossas mãos reinventar nossa democracia e recuperar a esperança perdida. Em tempos de turbulenta crise é melhor seguir o conselho do sambista: "faça como um velho marinheiro que, durante o nevoeiro, leva o barco devagar".  
Feliz 2017, se possível!

#### Os setes desafios do ano

Diante da crise sem precedentes em que mergulhamos, parece que abrimos as cortinas e nos deparamos com um espelho mágico que nos revela, de forma nua e crua, a alma, a história e as vísceras de nossa autoimagem como Povo e Nação. Problemas crônicos, mazelas abertas há décadas, respostas adiadas, problemas não enfrentadas vêm à tona cobrando uma tomada de posição definitiva e corajosa. A crise penitenciária demonstra a falência de nosso modelo penal e das políticas de segurança e a existência de um verdadeiro mundo paralelo, orquestrado por facções criminosas impressionantemente organizadas em escala nacional, que impõem "leis", "estatutos" e "práticas" à margem do Estado e da ordem constitucional. Ao comemorarmos os dez anos da Lei do Saneamento Básico, descobrimos que, em pleno Século XXI, metade da população ainda não tem seu esgoto coletado. A cada avaliação do ensino constatamos o descuido com a revolução educacional necessária e que nossas crianças e nossos jovens não aprendem adequadamente o domínio da língua, raciocínio matemático ou método para análise da realidade. O SUS vê definhando políticas públicas duramente conquistadas na perda de qualidade e na desativação de serviços e no aguçamento da judicialização da saúde como árbitro da escassez. Chegou a hora da verdade. O país se encontra margeando o abismo, colocando sob ameaça o horizonte das novas gerações. Michel Temer tem apenas dois anos de governo. O Brasil tem pressa, precisa e vai mudar. Só depende de nossas escolhas coletivas através de nossa representação política e do posicionamento da sociedade. Em 2017 temos uma agenda complexa, polêmica, ousada e difícil. Podemos adotar a tática do avestruz, enfiar a cabeça na terra, desconhecer a crise e caminhar para o imponderável. Ou fazer as

reformas e os ajustes para dar um salto rumo ao futuro.

Ao Congresso Nacional cabe discutir e votar quatro grandes reformas: a busca de um sistema previdenciário justo, sólido e sustentável; a simplificação tributária radical sem grandes pretensões redistributivas neste momento; a modernização das relações de trabalho diante de uma economia dinâmica e flexível; e, a mudança do sistema político eleitoral que aproxime a sociedade das decisões, democratize e dê transparência ao financiamento e ponha fim à balbúrdia partidária.

Ao Governo Temer cabe abordar firme e corajosamente três grandes prioridades, sem evidentemente descuidar de fazer mais e melhor com cada real em áreas como saúde, saneamento e moradia: melhorar o ambiente institucional para a volta dos investimentos e das parcerias com o setor privado enfrentando o desemprego, a recessão e o desequilíbrio fiscal; avançar na estratégica reforma educacional e levar à prática o plano nacional de segurança.

O lema de 2017 deve ser uma homenagem ao Senhor Diretas, Ulysses Guimarães: esperança e mudança.

---

Documento 2/516

---

001.3.55.P	Sessão Preparatória	02/02/2017-12:30
Publ.: DCD - 03/02/2017 - 56	RODRIGO MAIA-DEM -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	OUTROS DISCURSO

---

### *Sumário*

Discurso proferido na condição de candidato ao cargo de Presidente da Casa.

---

**O SR. RODRIGO MAIA** (Bloco/DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Deputadas e Deputados, antes do meu discurso como candidato, quero expressar os meus pêsames ao Presidente Lula e a sua família pelo falecimento da D. Marisa.

Quero também agradecer a todos os Deputados e Deputadas da base e da Oposição, que, nos últimos 7 meses, junto comigo, governaram a Câmara dos Deputados. Cada um com o seu ponto de vista, cada um com as suas ideias, conseguimos, com muito equilíbrio coletivo, com muita harmonia, conduzir os trabalhos desta Casa, num momento em que as relações pessoais, inclusive no plenário, eram de um radicalismo nunca antes visto na Câmara dos Deputados.

Acho que chegamos à data de hoje com um novo ambiente nas relações na nossa Casa e na relação da nossa Casa com o Poder Executivo e com o Poder Judiciário.

A independência entre os Poderes é fundamental, mas a sua harmonia também é decisiva para que, de forma equilibrada, a democracia representativa possa construir as soluções para o desenvolvimento do

Brasil.

Muito se fala em fortalecimento da nossa Casa. Muito se fala em independência da Câmara dos Deputados. No entanto, mais uma vez, o ator principal da nossa eleição foi o Poder Judiciário, e, por incrível que pareça, por decisão dos próprios políticos. Essa é uma questão que vem, a cada dia, enfraquecendo a nossa Casa.

Com o PT no passado, com o PSDB, o DEM e o PPS, num passado mais recente, e agora, novamente, com o PT e, no processo eleitoral, com alguns adversários, todas as nossas decisões acabam sendo levadas ao Judiciário. Preparamos Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADIs, ações contra Parlamentares e vamos para a porta da Procuradoria-Geral da República - PGR, para a porta do Supremo Tribunal Federal para dizer: aqui está a solução do problema da política.

É por isso que, dessa vez, até um juiz de primeira instância se levantou para se intrometer na nossa eleição. Para a felicidade da democracia, foi rejeitada a sua liminar, na segunda-feira seguinte a sua decisão. Nós estamos falando sobre a independência e a força desta Casa. E as nossas ações nos levam, neste momento, a achar que um juiz de primeira instância poderia, inclusive, suspender o mandato de cada um de nós.

Quando se fala em uma Câmara forte, é preciso atuar para que ela seja forte. É por isso que os nossos problemas, os nossos embates precisam ser resolvidos aqui dentro. Assim, nós mostraremos ao Judiciário e ao Executivo que a Câmara exige respeito e quer a sua soberania garantida. *(Palmas.)*

Vivemos um momento, não apenas no Brasil, mas também em todo o mundo, de ataque à democracia representativa pelo rápido avanço da relação das pessoas entre si e com a política por meio das redes sociais. E nós precisamos construir, de forma rápida, uma estrutura para que a Casa possa ser defendida, para que a instituição possa falar com milhões de brasileiros que hoje ouvem apenas mentiras sobre este Parlamento. É fundamental que se construa esse novo momento, porque, fora da democracia representativa, há a ditadura. Nós precisamos discutir e compreender, num novo momento de comunicação, que nem os próprios meios de comunicação formais entenderam ainda, de que forma o Parlamento e a política vão se relacionar com a sociedade, para que as pessoas recebam as informações acerca do nosso trabalho e, principalmente, para que defendamos a Casa de muitas mentiras difundidas de forma permanente nas redes sociais. Esse é um ponto fundamental. Outra questão decisiva para que esta Câmara termine 2018 forte, próxima à sociedade, é que nós possamos transformá-la em uma Casa que prioriza e protagoniza reformas, em um Parlamento reformista, que entregue em 2018, por suas iniciativas e também pelas do Governo, um País crescendo, um País gerando empregos, com taxas de juros decrescentes, com menos de dois dígitos, porque as famílias estão endividadas, as empresas estão endividadas, os Estados estão endividados, os Municípios estão endividados.

Precisamos discutir o pacto federativo de forma definitiva. A Constituição transferiu a Estados e Municípios despesas e receitas, e a União nos tirou as receitas. Os Estados e Municípios hoje precisam estar em Brasília todos os dias com o pires na mão atrás de recursos em cada um dos Ministérios. O pacto federativo é um debate decisivo. A reforma política é urgente. Não nos podemos enganar. A sociedade espera um sistema eleitoral que legitime os nossos mandatos, que legitime a participação da sociedade e que possa trazer novos quadros para a política brasileira. Nós não temos condições de entrar na próxima eleição com um sistema que não tem financiamento, caro e anacrônico.

Eu tenho certeza de que a Casa, entre tantas proposições, precisa se debruçar sobre esses grandes projetos, sem dúvida nenhuma, com toda a tranquilidade e todo o debate.

Quando falei sobre recuperar a economia, eu não poderia deixar de me referir aos temas que virão a debate, mas que serão debatidos com toda a tranquilidade do mundo, que são a questão trabalhista e a questão previdenciária. Isso, tenho certeza, vai tirar o Brasil da situação de encilhamento e de crise nunca vista antes na nossa história. (*Palmas.*)

Quero mais. Se eleito for, se tiver a honra de continuar representando esta Casa e coordenando seus trabalhos, pretendo organizar de forma planejada as nossas atividades, valorizar o trabalho de cada um de nós, por meio da construção de condições para que aqueles milhares de projetos de Deputados que estão parados sejam votados, e dar racionalidade às votações, para podermos planejar, por 1 mês inteiro, as nossas vindas e saídas de Brasília. Espero também que possamos começar e acabar a nossa sessão cedo, pedido de vários Deputados, inclusive da Deputada Mara Gabrilli.

Também precisamos discutir a reforma do nosso Regimento. Que ele continue garantindo os direitos da Minoria, mas não permita que o cidadão, ao nos ver pela televisão, ache que isso aqui é um picadeiro. Que ele favoreça o debate, mas não requerimentos completamente improdutivos. Essas são duas questões fundamentais.

Deputados e Deputadas, que eu venho mais uma vez pedir o voto a cada um de V.Exas. para que nós possamos em conjunto continuar coordenando a Câmara e, em 2018, possamos dizer à sociedade brasileira que conseguimos, em conjunto, protagonizando as principais votações, tirar o Brasil de uma crise que vem de mais de 100 anos.

Eu tenho certeza de que, independentemente de ponto de vista ideológico mais à direita ou mais à esquerda, todos aqui têm o mesmo objetivo, o fortalecimento da Casa, principalmente com capacidade de diálogo, com harmonia, para que nós possamos participar dessa recuperação tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista moral que o Brasil tanto espera.

Então, amigos e amigas, quero dizer a V.Exas. que para mim foi um orgulho presidir esta Casa nesses meses e conhecer melhor cada um de V.Exas. Presidir a Casa tem essa grande vantagem: nós passamos a conhecer a realidade de cada um dos Deputados, os problemas dos



seus Municípios e dos seus Estados. É por isso que me considero hoje muito mais preparado do que estava da outra vez.

Agradeço muito a todos os partidos do meu bloco que me apoiaram, porque isso mostra a capacidade de dialogar e de conviver em harmonia que todos nós temos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

---

Documento 3/516

---

004.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	08/02/2017-14:50
Publ.: DCD - 09/02/2017 - 37		EDINHO BEZ-PMDB -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### *Sumário*

Premência da realização das reformas política, trabalhista, previdenciária e tributária no País.

---

**O SR. EDINHO BEZ** (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, uso a tribuna nesta oportunidade para lembrar ao povo brasileiro algo que vem sendo discutido nos últimos tempos - aliás, há mais de 2 anos, após aquela minirreforma meia-sola que fizemos aqui -, para lembrar que precisamos fazer algumas reformas, dentre elas a reforma política. Este nosso sistema político-eleitoral está ultrapassado. É um sistema arcaico, é um sistema ruim. Eu não sei por que algumas pessoas, mesmo conscientes de que precisamos fazer as reformas, em especial a reforma política, a reforma das reformas, ficam retraídas, não têm a coragem de vir aqui defender a reforma política. É claro que a maioria desta Casa quer fazê-la, é claro que a população brasileira quer que ela seja feita. A população não quer mais o engodo, a mentira que se espalha por este Brasil afora durante o período eleitoral. Estamos nos enganando! As coisas têm limites. Não dá mais. Temos que aproveitar esta oportunidade para fazer a reforma política, para mudar o atual sistema. Precisamos valorizar os partidos políticos. Há um equívoco quando as pessoas dizem: "*Para que partidos? Para que votar com o partido?*" Aliás, hoje o eleitor, a sociedade tem razão quando diz: "*Para que partido? Vou votar no candidato A ou B*". Por quê? Porque os partidos estão fragilizados. É uma vergonha o partido não ter força

sequer para expulsar quem o está decepcionando, quem está descumprindo regras, quem não está participando dos debates importantes para o partido. Os partidos estão fragilizados. O meu partido, o PMDB, já expulsou um de seus membros. O membro que foi expulso entrou na Justiça, e a Justiça o devolveu ao partido. Estou citando o exemplo do meu partido, mas isso deverá acontecer com todos os outros partidos, porque o nosso sistema está fragilizado e não dá segurança para ninguém.

O próprio Poder Judiciário tem dúvidas, assim como os partidos políticos, os Prefeitos Municipais, as Câmaras Municipais, as Assembleias Legislativas. Nós precisamos fazer esta reforma. É claro que outras reformas são importantes, como a reforma da Previdência Social, mas temos que discuti-la com a sociedade. Precisamos trazer os segmentos aqui, para ouvi-los, e buscar o equilíbrio, para apresentar uma proposta que seja boa para o País. Temos também que fazer a reforma do sistema trabalhista brasileiro, outro sistema atrasado, outro sistema ruim, também arcaico, um sistema que não dá segurança nem para o trabalhador nem para o empregador. O País precisa retomar o crescimento com mais investimento, com mais empresas participando. Temos que ter a coragem de também buscar o equilíbrio nesse setor, de fazer a reforma trabalhista.

Temos que fazer muitas coisas, temos que fazer muitas reformas, mas essas que eu citei são as mais importantes.

Outra reforma que passa meio despercebida é a reforma do sistema tributário brasileiro. Em média, a nossa carga tributária é equivalente a 38% do Produto Interno Bruto, da nossa produção, das nossas riquezas. A nossa carga tributária está entre as mais altas do mundo, além de ser complexa. Quem é contador sabe do que estou falando. Não é fácil para um profissional da contabilidade, para um técnico de contabilidade ou contador, por exemplo - e isto serve para advogados também -, acompanhar as mudanças do complexo e atrasado sistema tributário brasileiro.

Peço a esta Casa que tenha a coragem de fazer as reformas. Este País é muito importante, é o quinto país do mundo em extensão territorial, é o País do mundo com mais terras agricultáveis, é o País do mundo com mais reservas de água doce, o que mais tem reservas florestais. O Brasil tem 8.500 quilômetros de costa marítima, é o País do mundo que tem o maior número de recursos naturais, junto com a Índia.

Moramos num país que causa inveja a qualquer país do mundo. No entanto, por falta de coragem, especialmente das principais lideranças do nosso País - dos Municípios, dos Estados, de todos os segmentos -, acabamos perdendo tempo, aumentando a burocracia e sendo engolidos por outros países mais modernos.

Eu confio que faremos as reformas.

---

004.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	08/02/2017-14:56
Publ.: DCD - 09/02/2017 - 38	MISAEEL VARELLA-DEM -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### ***Sumário***

Congratulações ao Deputado Rodrigo Maia pela reeleição para o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados e aos demais membros da Mesa Diretora pela eleição para os respectivos cargos. Expectativa de apreciação pelo Congresso Nacional das propostas relativas às reformas trabalhista, previdenciária, tributária e política.

---

**O SR. MISAEEL VARELLA** (Bloco/DEM-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de parabenizar o nobre colega Deputado Rodrigo Maia pela vitória na eleição para a Presidência da Câmara. A conquista é o reconhecimento de seu empenho, habilidade e competência durante o último semestre, quando ajudou a superar uma das piores páginas da história do Poder Legislativo brasileiro. Estendo meus cumprimentos também aos demais Deputados que irão compor a Mesa Diretora desta Casa, aos quais desejo sucesso em suas funções nos próximos 2 anos.

O Congresso tem agora a oportunidade de construir um projeto cuja agenda seja prioritariamente voltada à promoção da saúde, da educação, da segurança pública e da igualdade e bem-estar sociais. Devemos ter cautela e bom senso para avançar também, de maneira justa, nas polêmicas e necessárias reformas trabalhista, previdenciária, tributária e política.

O momento é de celebração da continuidade de um bom projeto, porém sem nos esquecermos de que o País precisar retomar a discussão sobre essas importantes pautas para amenizar a crise, retomar o crescimento e devolver às instituições políticas credibilidade e confiança junto aos brasileiros.

Nesta nova etapa, esperamos que a ética seja o norte de todas as ações, especialmente com a continuidade da Operação Lava-Jato, um marco na busca pela moral do nosso País.

Sr. Presidente, solicito que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa. Tenho dito.

---

Documento 5/516

---

004.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD 08/02/2017-16:20
Publ.: DCD - 09/02/2017 - 56	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Sugestão da bancada do PSOL de apreciação por Comissão Especial sobre a proposta de reforma política da matéria respeitante às comissões provisórias.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só contribuir. V.Exa. já disse que a matéria que seria votada pelo Plenário da Câmara dos Deputados seria aquela que trata exclusivamente das comissões provisórias.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Exclusivamente. Esse foi o pedido dos partidos políticos.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Eu queria fazer, então, uma sugestão a V.Exa. A sugestão é a seguinte: já que essa é a intenção do Plenário e que essa matéria diz respeito também à democracia dos partidos políticos, à participação da sociedade, dos militantes dos partidos políticos na construção partidária, que essa matéria não fosse votada isoladamente num projeto ou numa proposta no Plenário da Câmara dos Deputados.

Se vai ser criada uma Comissão para tratar da reforma política e para debater um conjunto de outros temas, então essa matéria deve ser apreciada nessa Comissão, numa discussão mais ampla.

É esse apelo que a bancada do PSOL gostaria de fazer para V.Exa.

---

Documento 6/516

---

008.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	15/02/2017-14:12
Publ.: DCD - 16/02/2017 - 23	AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### ***Sumário***

Premência da redução do número de partidos políticos em atividade no Brasil, no bojo de reforma política.

---

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA** (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de dar como lido o meu pronunciamento sobre a

prioridade da reforma política.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Vamos divulgar o seu pronunciamento no *programa A Voz do Brasil*.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a política, enquanto instrumento para organizar e gerir relações e os destinos da sociedade, deve se expressar através de ações com foco, prioritário, no bem-estar e na felicidade das pessoas. O ser humano é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto da política, e o seu espaço se estabelece em um mundo plural, sendo irremediável a dualidade da manifestação, bem ou mal, no seu exercício.

Em nosso País vivemos profunda e absurda ausência de foco no bem, com desvios de finalidade das práticas políticas, quando a irresponsabilidade, a incompetência e a má-fé protagonizam a desconstrução dos valores éticos e morais, consolidados através das nossas tradições histórico-culturais a partir do judaico-cristianismo. A corrupção contaminou, de forma desenfreada e sistêmica, o exercício da boa política nos diferentes níveis de liderança.

A ação recente e contínua dos agentes responsáveis pela fiscalização, controle, e repressão das práticas de desvio de conduta no exercício político de autoridades constituídas, além de revelar as fragilidades jurídicas e estruturais que induzem e facilitam a corrupção, sinaliza, também e felizmente, à possibilidade e urgência de serem adotadas medidas corretivas.

Aos poucos vai aumentando o entendimento e a conscientização das pessoas responsáveis de que, para sair dessa situação avassaladora, principalmente na política e na economia, são necessárias reformas definitivas, capazes de restaurar o poder coercitivo do Estado, a independência entre os Poderes da República, o equilíbrio orçamentário, o desenvolvimento econômico, o pacto federativo, o processo legislativo e os sistemas eleitoral e partidário, entre outros. Como toda transformação social começa e termina na política, impõe-se sua imediata estabilização para que medidas essenciais sejam adotadas ajustando também a execução orçamentária a partir do que as reformas estruturais poderão ser encaminhadas, debatidas e por fim realizadas. A estabilização e o equilíbrio assentados apenas na vontade política dos detentores transitórios do poder têm um caráter superficial e temporário, necessitando ser institucionalizados através de legislação própria e adequada que lhes garanta profundidade e perenidade.

É um princípio fundamental previsto no parágrafo único do primeiro artigo da Constituição Federal, "*que todo poder emana do povo que o exerce através de representantes eleitos ou diretamente...*". Assim, a organização da sociedade civil para exercer o poder através de

representação, passa pelo sistema partidário que deve refletir os anseios e as diversidades ideológicas da população na escolha de seus representantes.

A atual legislação é bastante aberta, quase permissiva, à criação de novas siglas partidárias, as quais, frequentemente, se transformam em grupos de pessoas sem compromisso com qualquer ideário político, motivados pelo acesso aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão, importantes moedas de negociação nos pleitos eleitorais.

A proliferação de partidos - hoje são 35 - produz efeitos danosos não apenas ao funcionamento dos três níveis legislativos (União, Estados e Municípios), como também à estabilidade das relações entre os Poderes da República, senão vejamos:

O processo legislativo é prejudicado pelo elevado número de encaminhamentos, requerimentos, emendas e questões de ordem, na grande maioria inócuos, que obstruem e retardam as votações; Cada partido representado, com pelo menos um Parlamentar, tem direito a espaços de Liderança e quadros de funcionários, criando custos desnecessários à manutenção das atividades legislativas; Um número muito elevado de partidos impõe o presidencialismo de coalizão e ao mesmo tempo dificulta o estabelecimento de base parlamentar sólida, acarretando instabilidade. Por outro lado, facilita barganhas não republicanas como atalho ao diálogo e ao entendimento da boa política;

Disputas perdidas em plenário e outras instâncias acabam gerando inumeráveis ações junto ao Supremo Tribunal Federal, principalmente de pequenos partidos políticos, judicializando a política e estabelecendo canais de interferências indesejáveis no Poder Legislativo;

As reuniões do Colégio de Líderes para o estabelecimento das pautas de votação, composição de Comissões e escolha de Relatores para projetos em tramitação, acabam se transformando em intermináveis e pouco produtivas discussões.

Isto posto, percebe-se como é significativa e urgente uma drástica redução do número de partidos políticos. Muitos projetos nesse sentido tramitam no Congresso como parte de reformas políticas, mas encontram resistências devido ao elevado grau de incertezas que geram nos interesses parlamentares.

Duas medidas nesse sentido começam a ser debatidas com prioridade, tanto na Câmara como no Senado. A primeira foca a proibição de coligações nas eleições proporcionais, ou seja, para deputados e vereadores. Os partidos que não alcançam, isoladamente, os quocientes eleitorais, costumam se beneficiar de coligações entre si, ou com partidos maiores, para manter representações mínimas do partido. A proibição provocará fusões partidárias definitivas ou simples extinções das pequenas legendas.

A outra medida, chamada de cláusula de barreira, estabelece um desempenho eleitoral mínimo para cada partido ter representação na Câmara dos Deputados. Normalmente, a barreira é imposta através da

exigência de um percentual mínimo de votos a nível nacional distribuído, também, com um percentual mínimo em cada um de certo número de Estados. Para atenuar o corte do desempenho pode ser instituída a possibilidade de formação de blocos ou de federações partidárias, cuja soma dos votos obtidos supere a barreira. Os direitos parlamentares individuais serão garantidos aos Deputados dos partidos que não alcançarem os quocientes.

Parece pouco chamar essas duas medidas de reforma política, mas, como vimos, o impacto na estabilização do funcionamento legislativo, internamente e nas suas relações externas, somar-se-á às ações na área econômica e em outros setores, formando uma corrente de confiança regenerativa na recuperação do País após a devastação ocorrida nos últimos anos.

Muitos sinais apontam para a inflexão positiva que começa a ocorrer, e que a população já percebe, renovando sua confiança e suas esperanças de que sairá da crise com o País fortalecido e num patamar mais elevado dos padrões éticos e morais nas práticas políticas.

Muito obrigado.

---

Documento 7/516

---

012.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/02/2017- 18:36
Publ.: DCD - 21/02/2017 - 43	CELSO MALDANER-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Expectativa de redução da taxa de juros da economia pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil. Importância da aprovação das reformas trabalhista, previdenciária, política e tributária. Congratulação aos Ministros do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin e Luís Roberto Barroso pela discussão da extinção do foro privilegiado para políticos no País. Necessidade de discussão e votação pela Câmara dos Deputados de matéria relativa ao valor do teto dos gastos públicos.

---

**O SR. CELSO MALDANER** (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e demais colegas Parlamentares, eu tenho comigo que de tantas características a mais importante de todas para se ter sucesso na vida é a autoestima elevada.  
Eu sinto que volta a autoestima à população brasileira - porque os fatos

são concretos - pelo o que está acontecendo nesse atual Governo de coalisão.

Aliás, espero com ansiedade que o COPOM, Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil, baixe no mínimo 1% da taxa de juros em sua próxima reunião, e não só 0,75%. O nosso sonho é a taxa de juros chegar a um dígito até o final do ano.

Já temos em alguns setores até deflação. Eu acho que está na hora de o Governo inclusive baixar a meta de inflação, que é de 4,5%. Eu estou sentindo que nós vamos ter ainda este ano uma taxa em torno de 4% ou até menos, bem abaixo da meta.

As coisas começam a melhorar devido às decisões que estão sendo tomadas.

É claro que o agronegócio vai ajudar muito. Este ano, vamos injetar na economia 546 bilhões de reais. Vamos colher uma safra de 220 milhões de toneladas.

Não é só sorte, eu acho que o tempo também tem colaborado. Mas há expectativas com relação às decisões que estão sendo tomadas e que são muito importantes.

A Câmara Federal não pode faltar neste momento em que o Brasil tanto precisa, Tem que fazer as reformas necessárias, sem tirar direito de ninguém. Pelo contrário, tem que dar segurança jurídica, seja na reforma previdenciária, seja na reforma trabalhista, seja na reforma tributária ou na reforma política, que temos que votar ainda neste ano. Então o Congresso Nacional tem que ser protagonista dessas decisões.

Eu gostaria também de parabenizar os Srs. Ministros Edson Fachin e Luís Roberto Barroso. Já que nós não temos coragem, não legislamos para acabar com o foro privilegiado no País - eu sei que é difícil de aprovar essa matéria aqui no Congresso Nacional -, S.Exas. estão estudando uma maneira para acabar com esse abuso. Praticamente 40 mil pessoas gozam desse privilégio. Acho que está na hora de regularizar essa situação.

E mais. Antes de aprovarmos as reformas previdenciária e trabalhista, que são muito importantes, a Câmara dos Deputados tem que trazer para o plenário matéria votada pelo Senado no final do ano a respeito do valor do teto de gastos públicos, que é de R\$ 33.700,00. Nós temos que votar essa matéria, porque hoje no Brasil 1 milhão de privilegiados custam 30 milhões. Não podemos fazer a reforma previdenciária só em cima dos que menos ganham. Temos que mexer também com os integrantes do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público. Todos têm que dar sua parcela de contribuição, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Augusto) - Obrigado, Deputado.



Publ.: DCD -  
23/02/2017 - 15

TEREZA CRISTINA-PSB -MS

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Assunção pela oradora da função de Líder do PSB na Câmara dos Deputados.  
Compromisso do partido com a defesa das aspirações do povo brasileiro.

---

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (PSB-MS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, caros colegas, é um prazer estar aqui nesta manhã para dizer a todos que assumi a Liderança do PSB com grande honra. Quero dizer a V.Exas. que, num momento difícil como este de transformações e reformas por que passa o nosso País, eu assumo esse encargo com muita responsabilidade e humildade para servir ao povo da nossa Nação. Espero que Deus me ilumine nesta minha nova missão.

Peço que seja considerado como lido o meu discurso e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Nós que agradecemos a V.Exa. Parabéns! Não temos dúvida de que V.Exa. vai fazer história no PSB pela sua competência e lealdade. V.Exa. é sempre muito amiga de todos. Desejamos muito sucesso a V.Exa.

### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, informo a V.Exa. e a todos os colegas que neste ano de 2017 estarei representando o meu partido, o Partido Socialista Brasileiro, na condição de Líder.

Estejam certos de que a missão que ora abraço com muita honra terá de mim a firmeza, a dedicação e o compromisso com o esforço de bem representar a bancada de Deputadas e Deputados do PSB que me escolheram Líder numa demonstração de confiança na minha capacidade de defender aqui as suas aspirações, que são, em nossa visão, as aspirações mais genuínas do povo brasileiro.

O momento que vivemos é desafiador, mas as dificuldades não nos assustam. Eu represento o Mato Grosso do Sul, onde os desafios nos encorajam e se traduzem em realizações e conquistas. Atuo na agricultura e me habituei a ver, concretamente, o trabalho se transformar em frutos, sobretudo quando estive à frente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo, onde empreendemos especial apoio à agricultura familiar. Mais de 70 mil famílias foram atendidas e atuaram de forma extraordinária no desenvolvimento de nosso Estado.

Acredito firmemente na força transformadora do trabalho. A nossa luta, a luta do PSB, visa, intransigentemente, ao bem-estar dos brasileiros e à afirmação do Brasil como nação próspera e soberana.

Enfrentamos a mais grave crise econômica em décadas, e o seu equacionamento exige a participação do Congresso Nacional e demais segmentos da sociedade. O PSB dispõe de uma agenda para o nosso País que inclui a refundação do sistema político brasileiro em novas bases, amplamente participativas e plurais, com o fortalecimento das instituições e a valorização da coisa pública nos mais diversos níveis. O PSB está preparado para debater quaisquer propostas que vierem a ser apresentadas para vencer essa crise, por entender que é a retomada do crescimento econômico que vai resgatar a dignidade e a autoestima dos mais de 12 milhões de desempregados.

Porém estamos de olhos abertos. Vamos defender que o peso dos ajustes não recaia sobre os segmentos populares. Os trabalhadores, sobretudo aqueles de menor renda, têm contribuído de forma antecipada e permanente com a geração da riqueza nacional, e é sobre eles que são lançadas as consequências da desorganização dos serviços públicos a que têm direito.

Temos o compromisso declarado de defender as conquistas sociais que o Brasil alcançou por meio de lutas e sacrifícios, com destaque para a organização dos sistemas de saúde, previdência e assistência, que devem ser aperfeiçoados e verdadeiramente universalizados.

Reconhecemos que tempo de crise exige, primeiro, uma visão realista e transparente a respeito do seu diagnóstico. O PSB está atento a essa condicionante e vai cobrá-la durante os debates, de modo a assegurar que as medidas a serem adotadas tragam soluções e não improvisações ou artifícios temporários perniciosos.

A orientação de nossa agenda é muito clara. Estamos empenhados na defesa de um novo pacto federativo que nos permita escapar do centralismo decisório e de recursos hoje sob o domínio da União, rumo ao reconhecimento efetivo e fundamental das instâncias subnacionais. Esse centralismo, do qual todos somos testemunhas nos Estados que representamos, consagra a dispersão e o desperdício do dinheiro público em flagrante redução da eficiência de gestão e compromete a própria noção de Federação assentada na Constituição Federal.

A nosso ver, o novo pacto federativo é imprescindível para a disciplina fiscal e a eficiência do setor público, condições indispensáveis para transformar impostos em benefícios para a população.

Reconhecemos a necessidade de ajustes emergenciais e estamos preparados para o debate construtivo das reformas já instaladas na agenda desta Casa, como são o caso da PEC da Previdência e de outras que nos forem apresentadas com a finalidade de retomarmos o crescimento e a geração de empregos.

Reafirmo que o nosso empenho seguirá a orientação dos princípios que unificam o PSB na defesa inarredável das aspirações dos brasileiros e do Brasil.

Muito obrigada.

---

Documento 9/516

---

018.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	22/02/2017-15:06
Publ.: DCD - 23/02/2017 - 76	ADÉRMIS MARINI-PSDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### *Sumário*

Importância da região do Município de Franca, Estado de São Paulo, para os setores de indústria, comércio e serviços. Compromisso de exercício do mandato parlamentar em prol da sociedade francana. Momento de crise política e econômica no Brasil. Apoio à Operação Lava-Jato, da Polícia Federal. Importância da realização de reformas para retomada do crescimento econômico do País.

---

**O SR. ADÉRMIS MARINI (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente,** meus novos colegas Deputados e Deputadas, povo brasileiro, é com muita honra e satisfação que, pela primeira vez, faço uso desta tribuna como Deputado Federal representando a minha cidade de Franca, no interior de São Paulo, e a minha região da Alta Mogiana.

Assumo a cadeira que já foi ocupada por ilustres francanos, como o Professor Alfredo Palermo; Airton Sandoval, um Deputado defensor dos municípios, um municipalista convicto; o Dr. Fábio Meirelles, que sempre defendeu a agricultura, o agronegócio, o homem do campo; e, mais recentemente, o Deputado Federal Marco Aurélio Ubiali, defensor da inclusão e da APAE.

Sou grato à minha cidade de Franca e região pela oportunidade. Sou grato à minha família, ao meu pai, Adérmis, à minha mãe, Rosa, à minha esposa, Adriana, e aos meus filhos, Ana Laura e Lucas.

Sou grato ao meu partido, o PSDB de Franca, na pessoa do Prefeito Sidnei Rocha; ao Deputado Roberto Engler; aos meus colegas Vereadores da Câmara Municipal de Franca; aos Deputados Federais Duarte Nogueira, Samuel Moreira e Floriano Pesaro.

Faço um agradecimento muito especial Governador Geraldo Alckmin, que me apoiou para que eu pudesse estar aqui para defender o interior de São Paulo e a minha região de Franca.

Sr. Presidente, eu assumo como Deputado alicerçado nos nossos valores e nos nossos princípios, com o apoio de valorosos irmãos, de meus irmãos na Maçonaria, de meus companheiros de Lyons e do

Rotary e dos meus irmãos do movimento de Cursilho da Igreja Católica.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a região de Franca é um importante polo regional de serviços, comércio e indústria, principalmente no setor calçadista. No agronegócio, produzimos um dos melhores cafés do Brasil, e o nosso basquete é destaque no Brasil. Apesar disso, carecemos de representação Federal.

Meus amigos de Franca e região, tenho certeza de que vou me esforçar ao máximo para representá-los. Aqui vou defender o fortalecimento dos Municípios e a descentralização de recursos. Vivemos o pior momento da história política do nosso Brasil. Os escândalos de corrupção, a recessão e o desemprego marcam a insatisfação da população com a classe política. Cabe a nós tomarmos atitudes que restabeleçam essa confiança. Apoio a Operação Lava-Jato e também apoio leis e projetos que visem maior transparência e controle social sobre a classe e atos políticos.

O meu objetivo nesta Casa é lutar para ser uma voz de mudança de atitudes, praticando uma política transparente, exercendo o mandato representativo.

O Brasil precisa de reformas visando à retomada do desenvolvimento social e econômico. Apoio a reforma política, pois temos que trabalhar para diminuir o tamanho do Estado e o custo do Brasil, e a reforma trabalhista, para estimular o empreendedorismo e a retomada do emprego. Na reforma da Previdência, atuaremos com muita cautela. Vamos defender o amplo debate com a sociedade, aprofundar os estudos e receber propostas, para não cometermos injustiças. Finalmente, meus colegas Deputados, temos que ter coragem e determinação para fazer as mudanças necessárias que o Brasil exige. Peço a Deus que, além de proteção, nos dê serenidade e equilíbrio para as nossas decisões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Adérmis Marini, do PSDB de São Paulo.

---

Documento 10/516

---

018.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	22/02/2017-15:33
Publ.: DCD - 23/02/2017 - 82		NILSON PINTO-PSDB -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

---

*Sumário*

Legado de crise econômica e endividamento público da União em decorrência da adoção de políticas econômicas equivocadas. Importância das propostas do Governo Michel Temer de ajuste fiscal e de reformas trabalhista, tributária, política e previdenciária, para reestruturação do Brasil. Exaltação dos benefícios à sociedade brasileira decorrentes das reformas monetária, com a criação do Plano Real; do ensino fundamental, mediante o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF; das comunicações e fiscal, durante o Governo do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Pesar pelo momento de impopularidade do Congresso Nacional. Defesa de estabelecimento de regra de transição gradual na reforma previdenciária, em respeito aos direitos dos trabalhadores. Defesa de realização de reforma do sistema de segurança pública e de infraestrutura de saneamento básico. Necessidade de apoio do Governo Federal aos Estados e Municípios na articulação de programa de saneamento básico, a exemplo do Projeto Alvorada, descontinuado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

---

**O SR. NILSON PINTO (PSDB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna para comemorar este início de ano legislativo, particularmente pela pauta alentada que este Congresso Nacional e em especial, a Câmara dos Deputados, se dispõe a enfrentar.

Eu estou há 18 anos nesta Casa, meu caro Deputado Zé Geraldo, e pela primeira vez vejo a disposição de se iniciar o ano legislativo com o enfrentamento de uma agenda importantíssima para o País, que representa muito bem o desafio que a realidade nos impõe.

Nossa realidade, infelizmente, é uma crise que assola o País já há alguns anos e que exige do Congresso Nacional e do Governo Federal medidas audaciosas e corajosas para recolocar o País nos rumos.

Depois de anos de políticas econômicas equivocadas, o Brasil chegou a uma situação de crise aguda. O costume de se gastar mais do que se arrecadava, ao longo de anos, fez com que o País acumulasse, a cada ano, déficits grandes, que eram cobertos por endividamentos. Essas dívidas são sustentadas por juros altos e até exorbitantes.

O endividamento continuado e os juros altíssimos foram, aos poucos, consumindo a nossa capacidade de investimento e reduzindo os recursos disponíveis para a manutenção dos serviços básicos que o poder público tem a obrigação de oferecer à população. Dessa forma, começou a faltar dinheiro para a saúde, para a educação, para a segurança, para o saneamento, enfim, para aquilo de que o País precisa.

Na marcha em que nós caminhamos, se nada for feito, se nenhuma medida corajosa for tomada para sustar esse processo progressivo de sucateamento das finanças públicas, nós teremos, brevemente, a impossibilidade total de oferecer serviços públicos aceitáveis à população; teremos o pouco recurso de que o País disporá dedicado,

fundamentalmente, ao pagamento ou amortização da nossa dívida; e não teremos recursos sequer para a manutenção dos serviços previdenciários e para o pagamento do funcionalismo público. Essa é a marcha da insensatez que nos foi legada por uma política econômica absolutamente equivocada e que precisa ser corrigida.

Foi nesse contexto que o Presidente Michel Temer assumiu a Presidência da República, e eu fico feliz de ver que, após as primeiras medidas corajosas tomadas pela Presidência da República - que encaminhou a este Congresso, ainda no ano passado, a proposta para manter os gastos públicos num nível sustentável ao longo dos próximos anos, permitindo a reestruturação econômica do País -, agora ele manda para o Congresso propostas estruturantes de reformas fundamentais para tirar o País da crise e colocá-lo novamente no rumo do crescimento sustentado.

Eu felicito o Governo e o Congresso Nacional, como disse no início, por iniciarem este novo ano legislativo enfrentando questões cruciais para solucionar os problemas que o País enfrenta.

Na nossa agenda, eu destaco quatro ações essenciais, que não completam o rol daquilo que precisamos para colocar o País em ordem novamente, mas indicam a disposição de enfrentamento da crise.

Destaco a reforma trabalhista, que já está nesta Casa em discussão e que vai ter certamente a faculdade de melhorar a relação capital-trabalho no Brasil. Essa é uma medida essencial para mudar uma legislação anacrônica, que já dura 75 anos e que tem dificultado a oferta de empregos no Brasil.

Festejo que nesta Casa já estejamos discutindo a reforma tributária, confesso que não tão ampla como eu gostaria que estivesse ocorrendo, mas uma reforma tributária factível de ser realizada, de ser implementada, porque voltada fundamentalmente para a simplificação do nosso sistema tributário. Isso é essencial. Isso é absolutamente necessário para que o País volte a crescer.

Festejo igualmente que aqui tenhamos, pronta para discussão, a reforma política, novamente, não da dimensão que eu gostaria que pudesse ser discutida, mas pelo menos apontando para questões essenciais para melhorar o funcionamento dos partidos, para melhorar a nossa prática eleitoral e organizar a vida democrática no Brasil.

Por fim, festejo que já se tenham iniciado os debates da necessária reforma da Previdência Social, fundamental para que o País, enfim, consiga romper aquelas amarras que cerceiam o nosso crescimento e que podem vir, com a sua liberação, fazer com que o povo respire novamente e tenha condições de dar vida melhor a todos os habitantes desta Nação.

Sr. Presidente, reformas corajosas como essas não são fáceis de serem realizadas. Eu falo com a experiência de quem está aqui, como eu disse, há 18 anos e viveu o período em que este País experimentou reformas de verdade, no Governo Fernando Henrique Cardoso, quando ninguém tinha medo de colocar em discussão assuntos polêmicos que precisavam da aprovação de 308 Parlamentares, a qual era conseguida no convencimento, mostrando que aquilo era o melhor para

o Brasil. Fizemos assim a reforma monetária, que criou o Plano Real - que é tido como um plano econômico, mas certamente foi a maior de todas as reformas sociais feitas no Brasil nos últimos 20 anos, pois foi um plano que fez com que grande parte dos excluídos, dos pobres, aos milhões, neste País, pudessem ter acesso a facilidades da nossa vida econômica.

Fizemos a reforma da educação fundamental, criando o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, que trouxe para a escola milhões de crianças que estavam fora dela.

Fizemos a reforma das comunicações em um tempo - muitos não de ter esquecido - em que telefone era bem de alto valor, declarado no Imposto de Renda. Fizemos a reforma, e hoje todo mundo tem acesso ao telefone, todo mundo tem acesso à comunicação.

Fizemos a reforma necessária na área fiscal, para que os Municípios, os Estados e a própria União tivessem as condições necessárias para crescer, mantendo seu equilíbrio financeiro.

Fizemos outras reformas. Posso dizer, com a experiência do tempo que tenho aqui, que não são fáceis as discussões, mas são necessárias.

Estadistas fazem assim: trazem os grandes temas para a discussão. Infelizmente, por longos anos, após o período de Fernando Henrique Cardoso, este País estagnou no que se refere à realização de reformas. Algumas precisavam ser feitas, mas não foram.

Hoje, nós não apenas reclamamos do que não foi feito como ainda temos que arcar com os prejuízos do que foi malfeito. Hoje o País está em uma situação crítica, do ponto de vista econômico, e é preciso retomar aquele espírito do Governo Fernando Henrique de enfrentar as grandes questões de peito aberto, com a discussão, e mudar o País, para colocá-lo na direção em que precisar ir.

Eu sei que este talvez não seja o melhor momento para o Congresso Nacional realizar essas reformas. O Congresso Nacional - isto não é segredo para ninguém - está vivendo uma crise de popularidade, fruto de uma série de ações externas que têm a ver com o nosso desempenho no dia a dia.

Os trabalhos da Operação Lava-Jato, fundamental para o nosso País, respingaram neste Congresso e reduziram a popularidade de quem aqui está. As corporações que temem ter os seus direitos - os seus privilégios, na verdade - contestados trabalham contra as reformas que precisam ser feitas. As redes sociais, graças à impunidade, demonizam o Congresso Nacional.

Eu sei, portanto, e todos temos ciência disso, que este talvez não seja o momento ideal para se enfrentar reformas tão importantes e que requerem posições corajosas, que requerem posições que fujam do atendimento do aplauso fácil, porque patrióticas. Não importa! A crise não espera o momento; a crise não escolhe a hora; e o Congresso Nacional não pode esperar o momento para dar solução àquilo que é problema premente, àquilo que é situação urgente. Por isso, as reformas estão aí.

Eu tenho certeza de que este Congresso vai encarar esses desafios

com a seriedade absolutamente necessária à gravidade da situação. Eu tenho certeza de que o Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados não vão faltar àquilo que exige a Nação brasileira. Talvez nós não tenhamos condições de realizar todas as reformas na extensão que elas merecem, mas, com certeza, dessas discussões que estão começando vão surgir grandes avanços. Se nós conseguirmos - e tenho certeza de que vamos conseguir - focar a nossa atuação e a nossa atenção naquilo que é essencial, certamente teremos condições de avançar.

Na área trabalhista, o foco é a simplificação da relação entre capital e trabalho, para afastarmos definitivamente a penalização daqueles que geram emprego neste País. Nós não podemos continuar estimulando uma política e uma legislação que dificultam a vida de quem quer gerar emprego, que atrapalham a oferta de emprego no País. Portanto, nós temos que trabalhar no sentido de modernizar as relações de trabalho previstas na lei que completa 75 anos e precisa ser atualizada, a fim de que tenhamos condições de estimular o surgimento de novos postos de trabalho no Brasil. Não é possível hoje exigir-se que o contratado se transforme em pessoa jurídica, porque a nossa CLT dificulta a contratação direta do trabalhador.

Na reforma política, é essencial que nós nos concentremos na mudança que fará com que os partidos representem melhor a sociedade. Se conseguirmos aprovar - e tenho certeza de que vamos conseguir - a mudança no sistema de coligações partidárias em eleições proporcionais, proibindo as coligações nesses casos, e se conseguirmos aprovar a cláusula de desempenho para os partidos, teremos alcançado um enorme avanço na nossa legislação partidária e dado condições a que o número de partidos seja reduzido. É impossível continuarmos trabalhando com mais de 30 partidos neste País. Não há tanta diversidade ideológica no Brasil ou em qualquer país do mundo que justifique a existência de tantos partidos. Se fizermos isso, teremos avançado no essencial.

Na área tributária, se nós conseguirmos - e o projeto que está sendo desenvolvido pelo nosso colega Deputado Luiz Carlos Hauly, do PSDB do Paraná, avança bem nessa direção - simplificar esse emaranhado de siglas que compõem o nosso sistema tributário, perturba a vida do cidadão, atrapalha a vida das empresas e prejudica quem produz, se conseguirmos fazer isso - e temos boas condições de fazê-lo -, teremos dado um grande avanço para gerar mais emprego e mais equidade no nosso País - hoje nós vivemos, do ponto de vista tributário, no País da iniquidade. Penalizamos quem trabalha e penalizamos mais ainda quem ganha pouco.

Tenho absoluta convicção de que temos um campo aberto para avançar nessas reformas, que são essenciais, assim como tenho convicção de que precisamos de um debate amplo e esclarecedor no que concerne à reforma da Previdência. Aqui precisamos todos de um nivelamento de informações. Não é possível que as informações sejam colocadas de forma antagônica como se fossem verdades absolutas. Não é possível que cada um afirme coisas que são absolutamente



contrárias e elas fiquem como verdade. É impossível a verdade estar em dois polos opostos. Nós temos que nivelar as informações, e é recomendável que se faça um trabalho amplo de informação, para que todos tenham condições de votar com a sua consciência, pensando no Brasil.

Eu tenho certeza de uma coisa: podem-se mistificar e manipular todas as informações que quiserem sobre a Previdência Social, mas há algo que é absolutamente visível para todos, não há como negar: o fato de que a população está vivendo hoje bem mais do que vivia antes. E se antes alguém se aposentava aos 55 anos e falecia aos 60 anos, hoje, graças a Deus, isso melhorou. Em média, o brasileiro está vivendo até os 74 ou 75 anos. É insustentável, portanto, a relação entre o período de contribuição para a Previdência e o período em que a pessoa fica aposentada. Nós temos que, pelo menos, sair dessa reforma atualizando a relação entre o período de contribuição e a idade de aposentadoria.

Nesse aspecto, meu caro Deputado Luiz Carlos Hauly, eu tenho uma convicção. Já participei de várias discussões referentes à reforma da Previdência neste Congresso. Tenho certeza de que, todas as vezes em que se fala em começar já ou que se estabelece uma regra de transição muito curta ou muito abrupta, a reação é exacerbada, a dificuldade de implementação fica enorme e a reforma não é aprovada. Por isso, para todos aqueles que querem realmente aprovar a reforma, de modo que ela possa contribuir para o País, talvez seja recomendável pensar que é melhor uma regra de transição que seja gradativa, abrangente, que se estenda por mais anos e que penalize menos cada um que é por ela atingido, e até a existência de um prazo de carência, se for necessário, para que a reforma e o seu conjunto entrem em efetividade, e os direitos adquiridos, tão alegados, não sejam tão contestados.

Eu estou colocando limites para a negociação. Nós não podemos correr o risco de sair desta discussão sem reforma aprovada, porque o País é que pagará pela nossa omissão, pela nossa incapacidade de solucionar, de forma política, os nossos problemas.

Eu quero felicitar, portanto, porque esses temas estão na pauta, o Governo, que teve a coragem de puxar a discussão, e o Congresso, que teve a coragem de colocá-los para debate e para deliberação. Quero lembrar, no entanto, que esses quatro temas não exaurem o conjunto dos assuntos fundamentais para nós. Temos, a meu ver, muitas outras agendas para cumprir, mas, além dessas quatro de que já estamos tratando, temos duas que são fundamentais e sobre as quais o Congresso precisa se debruçar já neste semestre.

A primeira delas é a reforma do nosso sistema de segurança pública. Não dá para conviver por mais tempo com essa tragédia em que se transformou a violência no Brasil, que mata mais do que as guerras que eclodem em todo o nosso planeta. Nós precisamos encontrar a fórmula para colocar de vez uma equação definidora de um sistema que promova a paz no Brasil. É fundamental que se crie um sistema integrado de segurança pública no Brasil.

É preciso, definitivamente, que o Governo Federal, a União, invista em segurança pública. Não dá para aceitar que apenas os Estados paguem o pato, paguem esta conta, porque eles não têm condições de fazer isso. É preciso que a União entre para fazer a articulação, para fazer aquilo que lhe compete: cuidar das nossas fronteiras para evitar o contrabando de armas e o contrabando de drogas, na medida em que as drogas estão na base da violência crescente no Brasil - o consumo de drogas pesadas corre paralelo ao aumento da violência -, e as polícias estaduais sozinhas não dão conta de enfrentar essa questão. Essa reforma é urgente e necessária, e o Congresso precisa tratar dela para que possamos avançar.

A segunda grande reforma - e que talvez não dependa de decisão do Congresso, mas precisa ser colocada em prática pelo Executivo Federal - é na questão do saneamento básico.

Eu sei que, de uma forma geral, há uma grande deficiência no Brasil quanto à questão da infraestrutura, mas sei que a infraestrutura só vai voltar a receber investimentos significativos quando nós tivermos começado a equacionar razoavelmente o problema dos custos da nossa dívida. Mas há um item relacionado à infraestrutura que não pode ser postergado. Eu me refiro ao saneamento básico. Quem assistiu, no domingo passado, à reportagem da *TV Globo*, no *Fantástico*, sobre a calamidade pública em que se transformou o saneamento básico no Brasil sabe do que eu estou falando.

Os Municípios brasileiros - todos nós estamos cansados de dizer - são responsáveis pelo transporte público, são responsáveis pelo lixo, são responsáveis pela água. Aquilo que tem a ver com saneamento está nas mãos fundamentalmente dos Municípios, e os nossos Municípios estão sem condições de investimento. Não dá para exigir deles que resolvam os problemas de saneamento que são visíveis em todo o Brasil e, de forma particularmente acentuada, assumindo níveis catastróficos, no Norte e no Nordeste brasileiro.

Há que existir uma participação do Governo Federal na articulação de um programa maior de apoio aos Estados e Municípios, particularmente aos das Regiões Norte e Nordeste, voltado para o saneamento básico - água, esgoto e lixo.

Eu estou propondo aqui, Sr. Presidente, que se retome o grande Projeto Alvorada, que foi colocado em prática no Governo Fernando Henrique por inspiração do nosso então Ministro da Saúde, José Serra, e que promoveu uma série de mudanças positivas no saneamento básico brasileiro, especialmente nos Municípios de menor IDH do Norte e do Nordeste. Precisamos de um novo Projeto Alvorada.

Eu quero conclamar o Governo Federal, a Presidência da República, o nosso Ministério das Cidades e a FUNASA a juntarem esforços, a fim de ajudarem os nossos Estados e Municípios, para que possamos retomar o Projeto Alvorada, tão tragicamente descontinuado em fevereiro de 2003, logo que o Presidente Lula assumiu o Governo pela primeira vez.

É tempo de voltarmos a investir em saneamento na forma como aqui

proposto.

A agenda é importantíssima. O Brasil depende do sucesso que nós obtivermos ao tratarmos dela. Vamos todos ao trabalho!

Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, meus colegas, pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Nilson Pinto, do PSDB do Pará.

---

Documento 11/516

---

018.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	22/02/2017-16:24
Publ.: DCD - 23/02/2017 - 90		LUIZ NISHIMORI-PR -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

---

### *Sumário*

Importância da realização das reformas previdenciária, trabalhista, tributária, política e educacional para modernização e desenvolvimento do Brasil. Excelência do agronegócio brasileiro. Necessidade de revisão do pacto federativo, com o aumento da distribuição de recursos para os Municípios. Agradecimento ao Governo japonês pela excelência da parceria com o Brasil.

---

**O SR. LUIZ NISHIMORI** (PR-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Mauro Pereira, Sras. e Srs. Deputados, eu costumo dizer que acredito no potencial do Brasil, em seu potencial econômico e energético. Com certeza há no País abundância em recursos naturais. Possuímos um mercado invejável e acima de tudo uma brilhante agricultura. Porém, é inegável que nós temos que fazer muitos ajustes para o nosso País crescer. Ainda bem que já começamos a reforma previdenciária; a reforma trabalhista já está em pauta, está sendo analisada; e teremos que fazer também, com certeza, a reforma tributária. Mas, acima de tudo, temos que fazer a reforma educacional, aliás, uma revolução educacional, para o nosso País crescer cada vez mais.

Eu estava inscrito, na verdade, no Grande Expediente da primeira sessão, contudo a minha fala só está acontecendo no dia de hoje. Eu quero deixar o meu ponto de vista neste Grande Expediente, pensando no crescimento, no desenvolvimento do Brasil.

Começo a minha fala tratando da questão da agricultura. É de conhecimento de todos que a agricultura tem ajudado a economia

do Brasil, com certeza. Já somos o maior produtor de café, de cana-de-açúcar e de laranja do mundo, o segundo maior produtor de soja e o maior exportador de carnes bovinas e de aves. O agronegócio responde por cerca de 22% do PIB nacional, 37% dos empregos e 40% das exportações do País, e ainda contribui para o saldo da balança comercial.

A Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB tem a estimativa de que serão colhidas 213 milhões de toneladas de grãos no ano de 2017, um crescimento de 14,2% ou 26,6 milhões de toneladas em relação à safra anterior. Trata-se, para o País, de um recorde histórico, que, com certeza, poderá impulsionar a nossa economia, ajudando a irrigá-la.

A maior parte do expressivo volume de reservas internacionais acumuladas nas últimas décadas, de mais de 350 bilhões de dólares, deve-se essencialmente aos vigorosos superávits anuais da balança comercial de produtos do agronegócio.

E as perspectivas para um futuro próximo são ainda mais promissoras, segundo a Organização das Nações Unidas - ONU, nos próximos 10 anos, Sr. Presidente, considerando aspectos como disponibilidade de recursos naturais, competência empreendedora e desenvolvimento tecnológico, o Brasil aumente em cerca de 35% a produção de grãos, em 25% a de carnes, em 85% a de biocombustíveis, e em 8% a de açúcar.

Sras. e Srs. Deputados, não é por acaso que eu trouxe esses números que atestam a excelência do agronegócio nacional. Estes números são uma esperança, um alento, um sinal de que há, sim, saída para a crise brasileira.

Quando constatamos a grandeza do nosso agronegócio, a competência dos nossos produtores rurais, a riqueza extraordinária que brota do campo, é impossível deixar de concluir que o Brasil tem, sim, solução. O Brasil - e os brasileiros - tem plenas condições de traçar para si um largo caminho de prosperidade, justiça e paz social.

Como já disse, tenho certeza de que o Brasil pode ser uma das maiores potências mundiais. Porém, ainda precisamos passar por alguns ajustes na educação, na Previdência Social, assim como uma reforma tributária, trabalhista e política.

Todos reconhecem que educação de qualidade é essencial para assegurar o desenvolvimento econômico, social e cultural de um país em bases sólidas e sustentáveis.

Com educação qualificada, a sociedade tem mais condições de fazer suas escolhas, alcançar mais produtividade no trabalho, aprender a usar melhor os recursos públicos e ser menos suscetível à corrupção. Ao mesmo tempo, desenvolve a tolerância diante de opiniões e crenças contrárias, evitando o clima de ódio na política e nas relações do dia a dia.

Ensino de qualidade é também o melhor caminho para a inclusão social.

Nos últimos anos, o Brasil aumentou seus investimentos no setor, e temos agora a discussão sobre reforma do sistema educacional, mas

ainda não é suficiente. Em comparação com outros países, o Brasil ainda está em grande desvantagem.

A melhoria real da educação, quando alcançada, certamente terá reflexos benéficos em todos os setores.

Na qualidade de Deputado municipalista, durante o recesso parlamentar faço questão de percorrer todo o Paraná para verificar qual a real necessidade de cada Município, e posso afirmar que algo está errado e precisa de correção.

Sras. e Srs. Deputados, nossas Prefeituras estão chegando ao limite. Precisamos rever e avançar com o pacto federativo. Na divisão estabelecida pela Constituição e pelo sistema tributário, União, Estados e Municípios dividem os recursos e as responsabilidades. Atualmente, a União fica com a maior parte dos recursos arrecadados; os Estados e Municípios recebem apenas uma parte. A União fica com 57,42%; os Estados, com 24,18%; e os Municípios, apenas com 18,40%.

Entre as obrigações estabelecidas, a União deve aplicar 18% do que arrecada com os impostos em educação, já os Estados e os Municípios, 25%. Na saúde, a União fica responsável por 50% dos custos do Sistema Único de Saúde - SUS; os Estados, por 12%; e os Municípios, por 15%.

O problema é que, com a crise que o Brasil vem enfrentando, as arrecadações diminuíram. Todos no Brasil lutam para manter as contas, e quem mais sofre são os Municípios.

A ideia do novo pacto federativo visa acabar com esse desequilíbrio. É preciso maior participação da União na obrigação com a saúde e educação. É preciso também repassar uma quantia maior aos Municípios, justamente porque eles estão mais próximos da população. O Prefeito que lida diretamente com o cidadão é quem sabe das reais necessidades desse cidadão, sabe onde o dinheiro pode ser mais bem investido.

Na minha opinião, os maiores obstáculos ao desenvolvimento econômico brasileiro são hoje, como há muito tempo, a infraestrutura precária nas ferrovias e vias fluviais, o que dificulta o escoamento dos grãos, a escassez de mão de obra especializada, o sistema tributário, a baixa capacidade de investimento e a burocracia excessiva.

Um levantamento internacional mostra o Brasil na 76<sup>o</sup> posição, entre 144 países, no quesito infraestrutura, Sr. Presidente, Deputado Mauro. Desse modo, com estradas de má qualidade, portos ineficientes, irregularidade no abastecimento de energia, entre outros problemas, a produção se torna mais cara, e desaparece a competitividade das nossas empresas no exterior.

Além de uma melhora significativa na educação, como já explicado, precisamos de uma revisão do sistema tributário. O Brasil tem uma das maiores cargas tributárias de toda a América Latina e figura entre os países de maior carga tributária do mundo. Isso precisa mudar!

É indispensável simplificar o sistema tributário a fim de facilitar e atrair investimentos. A legislação do ICMS pode ser alterada, estabelecendo um sistema de compensação com outros impostos e restituições, enquanto os Municípios devem receber atenção especial do Governo

Federal, pois têm assumido cada vez mais encargos em áreas como saúde e educação, sem a contrapartida dos recursos necessários para isso.

É claro que não vamos superar esses obstáculos de um dia para o outro, mas precisamos enfrentá-los o mais rapidamente possível. Precisamos melhorar também em muitos outros aspectos, para que a retomada da economia se torne efetiva e não tenhamos que lamentar outras crises logo adiante.

Em meio a essa crise econômica e com a taxa de desemprego subindo, existem muitas empresas brasileiras que têm migrado para os países vizinhos que oferecem um maior incentivo fiscal, que têm menos encargos trabalhistas e menos burocracia.

Diante dessa alarmante situação, nossa legislação trabalhista necessita de reformas. O Governo precisa oferecer incentivos fiscais para estimular o crescimento do mercado brasileiro. Precisamos de ajustes na complexa e elevada carga tributária. Precisamos rever o protecionismo da legislação trabalhista para permitir que o Brasil volte a crescer.

Outra grande preocupação é com a reforma da Previdência. A situação é grave e os números impressionam. Em 2015, o INSS manteve mais de 32 milhões de benefícios, incluindo aposentadorias, pensões e auxílios, que custaram 500 bilhões de reais. Como a arrecadação foi de 358 bilhões de reais, o déficit financeiro da Previdência Social foi cerca de 150 bilhões de reais.

O Brasil tem um gasto com a Previdência muito superior aos padrões internacionais. Em 2015 gastou cerca de 13% do PIB com a Previdência, incluindo INSS e regimes públicos. Em países desenvolvidos, como, por exemplo, a Alemanha, que tem três vezes mais idosos do que o Brasil, o gasto com a Previdência foi de aproximadamente 10% do PIB.

Se os números atuais já impressionam, quando se analisam as perspectivas futuras o quadro se torna mais alarmante. A população brasileira está vivendo mais. Dessa forma, a tendência é termos mais idosos do que jovens, o que acarretará um desequilíbrio crescente nas contas da Previdência.

Sem reforma, o déficit da Previdência para 2017 é de mais de 181 bilhões de reais. Se não ocorrer mudanças nas regras atuais, em breve não teremos condições de garantir a aposentadoria aos trabalhadores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chegou o momento de encarmos esse assunto com muita seriedade. Precisamos garantir a aposentadoria das gerações futuras. Tenho certeza de que esta Casa vai discutir amplamente esse tema, que é fundamental para o reequilíbrio do nosso sistema de seguridade social.

O Brasil precisa recuperar sua credibilidade diante do mundo. Precisamos demonstrar que o Brasil é um país sério e de muitas oportunidades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Japão, aproveito este momento para agradecer ao Governo japonês, que tem sido um excelente parceiro do

Brasil, com uma cooperação de longa data, assim como à Embaixada do Japão e ao Consulado, à JICA, à JETRO e a outras instituições que possibilitam vários projetos de colaboração nipo-brasileira, como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PROCEDER, que tornou o Brasil um dos maiores celeiros do mundo, a USIMINAS, o Carajás e o projeto KUSANONE, que atende Municípios do Brasil com recursos do fundo perdido do Governo japonês.

Sr. Presidente, não vou me alongar mais. Concluo com a certeza de que, com as reformas previstas, o Brasil vai voltar a se desenvolver e a atrair cada vez mais investimentos e parcerias. Não será fácil, mas isso está ao nosso alcance, desde que tenhamos clareza dos problemas e determinação para enfrentá-los.

Da minha parte, na qualidade de Parlamentar desta Casa, não medirei esforços para continuar com meu trabalho municipalista em defesa das necessidades dos Municípios do meu Estado, o Paraná, bem como para contribuir com o progresso e o desenvolvimento do nosso Brasil.

Sr. Presidente, ainda tenho uns 7 minutos, mas vou finalizar por aqui, deixando registrados a nossa mensagem, o nosso pensamento e o nosso abraço a todos os Parlamentares e população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Mauro Pereira.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Luiz Nishimori. Parabéns pelo excelente trabalho que V.Exa. faz nesta Casa, colaborando com o seu Estado, o Paraná, e com o restante do País.

---

Documento 12/516

---

025.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	09/03/2017-17:12
Publ.: DCD - 10/03/2017 - 122	CELSO MALDANER-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

---

### *Sumário*

Elevada carga tributária no País. Encaminhamento ao Congresso Nacional, pelo Presidente Michel Temer, das propostas de reforma previdenciária e reforma trabalhista. Expectativa de discussão, pela Casa, de proposta de reforma tributária. Importância da realização de reforma política. Necessidade de estabelecimento de teto salarial no âmbito do serviço público. Atenção aos direitos previdenciários dos agricultores familiares. Elevado número de ações trabalhistas no Brasil. Necessidade de modernização da legislação trabalhista, em favor do incentivo à criação de empregos. Expectativa de recuperação da

economia brasileira.

---

**O SR. CELSO MALDANER** (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Erika Kokay, que preside os trabalhos neste momento, demais colegas Parlamentares, eu uso a tribuna neste instante para dizer que, quando os militares estavam no poder, a carga tributária estava em torno de 25% do PIB e, hoje, está na faixa de 38% do PIB. É uma das cargas tributárias mais altas do mundo.

Depois de tantos anos, felizmente caiu a ficha, também no Congresso Nacional, no sentido de que não é mais possível aumentar impostos, porque ninguém suporta pagar mais impostos, com essa carga tributária tão alta no nosso País. Era costume, desde Fernando Henrique, desde o Presidente Lula, desde Dilma, quando estourava o Orçamento, quando faltavam recursos, aumentar impostos. Isso não cabe mais.

Foi testado o consumismo, foi incentivado o consumismo, mas não deu certo. Chegamos a 3,8 de déficit em 2015 e a 3,6 no ano passado, em 2016. Nós não estamos conseguindo pagar nem os juros da dívida.

Quanto à dívida em si, nem se fale. Não estamos honrando nem os juros. Temos mais de 1 trilhão e 100 bilhões para pagar em encargos da dívida e juros atrasados.

Essa é a triste realidade em que se encontra o nosso País. Por isso é que há necessidade de fazer as reformas estruturantes.

Michel Temer, que assumiu a Presidência da República, teve a coragem de encaminhar para esta Casa a reforma previdenciária e a reforma trabalhista - sou membro titular da Comissão Especial da Reforma Trabalhista. Em seguida chegará também a esta Casa a reforma tributária. Há necessidade de se rediscutir o pacto federativo neste País. Estão aí os Estados quebrados, endividados. A reforma política é também fundamental.

Só pelo fato de ter sido encaminhada para esta Casa a PEC que limita os gastos públicos, para não se gastar mais do que se arrecada, o Risco Brasil já caiu de mais de 500 pontos para em torno de 200 pontos. Quer dizer, está voltando a credibilidade. O Risco Brasil está caindo. E as perspectivas são ótimas. A sociedade brasileira e o restante do mundo acreditam que esta Casa também fará a sua parte. Eu sempre digo que seria fundamental, antes de se votar aqui a reforma previdenciária, antes de votar a reforma trabalhista, votar o que o Senado votou no final do ano: o teto salarial, que é de 33.700 reais. Esse é o teto. Teríamos que quebrar esse paradigma aqui na Câmara e votar esse projeto. É fundamental votar o teto salarial.

Nós vamos discutir agora a reforma da Previdência - eu não faço parte da Comissão relativa a esse tema. Hoje, o custo relativo a praticamente 2 milhões de pessoas é maior do que o referente a 30 milhões de brasileiros aposentados neste País. Então, nós temos que analisar esse assunto. O custo relativo a uma minoria é praticamente o mesmo do referente a quase todos os aposentados. No caso do homem do



campo, da agricultura, mais de 95% recebem um salário mínimo. Em relação aos aposentados pelo Regime Geral do INSS, 82% recebem, no máximo, três salários mínimos.

A grande massa realmente vai ser sacrificada? Eu acho que a questão tem que envolver todos: o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Exército, os militares. Todos têm que dar a sua contribuição.

Segundo os dados que foram apresentados pelo nosso Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a conta não fecha. A conta não fecha. Nós precisamos também estabelecer uma melhor comunicação, mostrar com transparência os números da reforma da Previdência para a sociedade, a fim de se provar a necessidade dessa reforma. Não podemos permitir que, por irresponsabilidade, este País vire uma Grécia, porque, depois que o país quebra, não há o que fazer. A questão envolve, portanto, uma grande responsabilidade.

Eu estou muito preocupado com o segurado especial, com o agricultor familiar, aquele que está lá no meio rural produzindo alimentos. É que 34% das aposentadorias hoje recaem sobre as costas do agricultor. Uma pessoa, por exemplo, que contribuiu durante 15 anos para o INSS, por ser mulher, agrega mais 15 anos do meio rural porque o pai foi agricultor. Ele morava em área rural, tinha de oito a dez filhos. Desses, ficaram dois na colônia, e os outros foram para a cidade, que agregam então o tempo de serviço do meio rural. Se a pessoa for homem, contribui durante 15 anos e agrega mais 20 anos. Antes de 1991, até no caso de 12 anos de idade se fazia a agregação.

Por isso, há 34% de aposentadorias fruto de decisões judiciais. Os números mostram que, no ano passado, foi de 111 bilhões o déficit das aposentadorias rurais, e foi de apenas 8 bilhões a arrecadação com o fundo rural. Nós temos que rediscutir essa questão do FUNRURAL. Se realmente só deu 8 bilhões, nem vale a pena ser cobrado. Temos que encontrar outra maneira.

O segurado especial que está morando no meio rural e produzindo alimentos tem que ter um diferencial. Essa é a maior resistência que eu vejo nesta Casa. Em todos os Estados do Brasil existe agricultura familiar. Temos que ter um olhar diferenciado para o segurado especial.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como eu disse, faço parte da Comissão Especial que analisa a reforma trabalhista. Hoje o Brasil representa 2% dos trabalhadores do mundo. Entre mais de 200 países, o Brasil representa 2% dos trabalhadores, e tem 98% das ações trabalhistas no mundo! Tem 2% de população e 98% das ações trabalhistas no mundo. Alguma coisa está errada. São 17 mil sindicatos no Brasil - mais de 11 mil sindicatos trabalhistas e mais de 5 mil sindicatos patronais.

Nós estamos muito preocupados com essa situação. A média dos encargos trabalhistas no mundo é de 20,50%, não chega a 21%. E no Brasil passa de 70%. Como diz Ives Gandra, qual é o maior inimigo do Brasil? O maior inimigo do Brasil é o Estado. Até quando vamos suportar? O setor produtivo gera empregos? Deve haver uma

legislação que incentive a geração de empregos e não uma legislação que iniba ou puna isso.

Nós pensávamos que eram 3 milhões de ações trabalhistas em 2015, mas hoje Procurador do Ministério Público do Estado apresentou dados que mostram que foram mais de 4 milhões. Chegou-se a mais de 26 milhões de ações trabalhistas, considerando-se os Estados e a União. Isso não pode estar certo. Temos que perguntar se o trabalhador deste País está contente. Eu acredito que não. O trabalhador no Brasil não está satisfeito, porque foram 26 milhões de ações em 1 ano!

Nos Estados Unidos, país que é muito maior que o Brasil, foram 75 mil ações trabalhistas; na França, 70 mil ações; no Japão, 2.500 ações por ano. Há escritório do ABC, em São Paulo, que tem mais de 10 mil ações. São praticamente mais de 2 mil ações por mês. Alguma coisa está errada.

Então, temos que modernizar a legislação trabalhista para que, com negociação entre patrões e trabalhadores, através dos sindicatos, possamos ter mais segurança jurídica e encorajar os empreendedores que têm a vocação de gerar empregos neste País. A questão é que o custo está muito alto e as empresas estão fugindo. Se não vão para a China, vão agora para o Paraguai. A nova China é o nosso vizinho Paraguai, que, há anos, cresce mais de 4,5% do PIB.

Mas a boa notícia, Presidenta Erika - é algo concreto -, é que vamos ter, até o final do ano, uma inflação de menos de 4%, inferior à meta, vamos ter um crescimento de 1,5% do PIB. Nós vamos sair do buraco, do fundo do poço. De 3,6% negativos, iremos para 1,5% positivo até o final do ano. Ano que vem vamos crescer mais de 3% do PIB. A taxa SELIC, de juros, vai chegar a cerca de 9% até o final deste ano. Hoje ela é de 12,25%.

Eu estou muito confiante. Se o Congresso Nacional tiver um alto grau de racionalidade, tiver juízo, como se diz, e fizer a sua parte, o Brasil voltará aos trilhos novamente já a partir deste ano, crescendo e gerando empregos. Nós temos que pensar nesses mais de 13 milhões de desempregados.

Era isso que eu queria trazer à tribuna na tarde de hoje.

Um abraço a todos.

---

Documento 13/516

---

025.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	09/03/2017- 16:06
Publ.: DCD - 10/03/2017		PAES LANDIM-PTB -PI
- CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

---

## *Sumário*

Elogio a reflexões do Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes sobre o processo eleitoral, especialmente sobre o financiamento de campanhas, e a reforma política, em artigo publicado pelo jornal O Globo. Defesa de proibição do acesso a recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda na televisão a agremiações sem representantes na Câmara dos Deputados.

---

**O SR. PAES LANDIM** (Bloco/PTB-PI e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, muito obrigado. O eminente Ministro Gilmar Mendes, na edição do jornal *O Globo* desta terça-feira, dia 7 de abril, tece objetivas, sintéticas e profundas reflexões sobre o processo eleitoral, sobretudo no que diz respeito ao financiamento de campanhas.

Nós sabemos que S.Exa. foi praticamente o único Ministro da Suprema Corte do País que se apôs e que se mostrou reticente à proibição do financiamento privado neste País. Além de ser um grande jurista, o Ministro sempre foi um estudioso da ciência política e da história das instituições políticas brasileiras.

Enfim, é um homem conhecedor da realidade nacional. Nascido em Diamantino, no Mato Grosso, de certa maneira, ali ele vivenciou um pedaço do Brasil real.

Com muita propriedade, o Sr. Ministro Gilmar Mendes afirmou:

*No sistema anterior, segundo as revelações que agora estão saindo sobre essas informações, Lava Jato e Odebrecht, talvez o caixa dois tenha sido tão forte ou às vezes até mais forte do que o caixa um.*

*Agora, imagine o que vai ser uma eleição presidencial em que vamos ter essa corrida de elefantes, com um sistema sem regulação.*

E continuou:

*Esse tema precisa estar na agenda e esse é um grande problema. Tem que estar na agenda até setembro, tem que ser decidido até setembro por conta do princípio da anualidade.*

Assim afirmou Gilmar no jornal *O Povo*. Ele ontem participou em São Paulo de eventos dedicados às empresas de serviços contábeis - SESCON e Instituto Brasiliense de Direito Público.

Sei do Ministro Gilmar Mendes que a reforma político-eleitoral é "a mãe das reformas" para combater falhas no sistema de financiamento e na multiplicação de partidos. Para Gilmar, as iniciativas no sentido de reduzir os danos no sistema são em geral muito fracas, segundo o jornal.

Para o Ministro Gilmar Mendes cabe à sociedade "cobrar", em diálogo com o Congresso, a reforma, por entender que se trata de única alternativa para o "aperfeiçoamento do processo democrático". O Ministro defendeu:

*Não temos outro caminho que não seja o Congresso. Este é o processo democrático e assim têm sido todas as reformas que têm sido feitas ao longo dos anos. As outras alternativas sempre são viciadas, autoritárias.*

Continua o Ministro:

*Ah! O Supremo que deve fazer a legislação. O Supremo tem legitimidade democrática para isso? Acho que não. Pode ter até um assanhamento juvenil no tribunal, querendo propor esse tipo de coisa. Mas, devagar com o andor nesse tipo de coisa.*

Sr. Presidente, essa foi uma ação assertiva com reflexões importantes, até porque precisamos pensar: como vai ser possível o financiamento público de campanha sem fiscalização? A Polícia Federal está localizada em poucos postos deste País. O Ministério Público Federal, que é o mais imbuído da fiscalização eleitoral, também está em poucas localidades deste País.

Como fiscalizar as eleições, para evitar o abuso de autoridades no poder com declarações, visitas a obras para levar seus correligionários políticos? Como evitar que usem meios não republicanos para favorecer seus candidatos, dentro daquela rubrica de serviço ou outro expediente burocrático orçamentário?

O mau do Brasil, Sr. Presidente, se principia... Eu fui estudante do Rio de Janeiro nos anos dourados, os anos 50, 60. E os grandes temas constitucionais do País geralmente eram relatados por Parlamentares de notável saber jurídico ou reconhecida respeitabilidade política em termos de conhecimento.

Não havia tradição acadêmica da Ciência Política no País, aliás, introduzido no Brasil nos anos 50, por meio de estudos da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade de São Paulo.

A história da literatura inglesa revela um fato interessante. Dr. Johnson fazia a literatura sem o saber literário. Aqui no Brasil, se faz reforma política imaginando-se sabedor da Ciência Política ou da análise política

Recordo-me que os autores dos textos de reforma eleitoral, de reforma política, no regime de 46, eram sempre escolhidos entre Parlamentares que realmente tivessem intimidade com o assunto, com o tema. Claro, podia até haver distorção, não por falta de conhecimento do Parlamentar, mas pelas suas conveniências políticas, sobretudo no auge das paixões, PSD, a UDN, que alimentaram o regime de 1946. Vejo o próprio San Tiago Dantas, ao chegar a Brasília, em 1958, quando eleito Deputado Federal, envolvido na campanha governamental de 1960, mas mesmo assim a ele foram incumbidos na redação os principais programas legais de um país de então: a lei da transferência da Capital, a criação da NOVACAP, a criação da Universidade de Brasília e assim vários outros documentos legais exigiam argúcia e espírito jurídico. E San Tiago Dantas foi o grande portador da geração de 1946; esse homem genial, esse grande advogado, esse defensor de Direito Civil no País que tem uma visão profunda do Direito, que estudou profundamente o Direito e soube aproveitar bem dos juízes brasileiros Rui, Clóvis, enfim todos e que morreu, prematuramente, aos 54 anos de idade.

Portanto, o Ministro Gilmar Mendes trata de assunto muito sensível do Direito Público. É preciso ter muito cuidado até para diferenciar exatamente propina que possa envolver eventualmente caixa 1, ou que

envolva, como sempre, o caixa 2, evitando-se o desastre de se confundir realmente doações dadas com espírito de doação legal, embora sob o manto da legalidade, mas tudo envolvendo troca de favores, venda de interesses. Isso aqui é meio palpitante, até porque, se não tivermos cuidado, a eleição de 2018 vai ser realmente a bala funda infernal em termos de judicialização do pleito envolvendo Presidente da República, Governadores, Deputados, Senadores, etc. Outro tema que abordamos muito *en passant*, nessa conferência em São Paulo, que o Jornal *O Globo*, no dia 6 assumiu, foi o dos partidos políticos. Ou seja, o número exagerado de partidos políticos em nosso País. Não é proibido haver partidos políticos. Os Estados Unidos têm dezenas de partidos políticos. Há o Partido Comunista Americano, porém, na prática, como ele não tem participação eleitoral que lhe permita ter membros no Congresso Nacional, esse partido praticamente não tem nenhum acesso a privilégios que eventualmente possam ser dados aos partidos políticos na América do Norte. No Brasil, confunde-se pluralismo político com dezenas de partidos. O plural são dois. Recordo-me de que nos debates que se seguiram ao regime autoritário, o Prof. Miguel Reale, certa feita, foi abordado se não seria uma camisa de força se o País tivesse apenas dois partidos, se não seria aquilo uma postura autoritária. O plural significa dois. E, nesse caso, o singular é um; o plural é dois. No Brasil, confundiram-se. E, nesse sentido, eu acho que até a nossa Suprema Corte... Sra. Presidenta, o meu horário ficaria somado com o tempo das Comunicações Parlamentares - Liderança e Comunicações Parlamentares -, e não foi somado. *(Pausa.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Erika Kokay) - V.Exa. tem razão. A mesa solicitou que fossem colocados 18, mas foram colocados apenas 10 minutos. Então, V.Exa. tem mais 6 minutos.

**O SR. PAES LANDIM** - Pois bem. Então, há uma grande confusão. E eu acho que essa confusão, de certa maneira, envolveu a própria decisão do Supremo Tribunal Federal, ao achar que pluralismo político envolve dezenas e dezenas de partidos. Partidos pode haver à vontade, são pessoas de direito privado. Não se pode impedir a formação de partidos.

Agora, ter certos privilégios, televisão, fundo partidário, esses partidos têm que ter o mínimo de legitimidade eleitoral, e essa legitimidade é provada pela presença de membros seus no Congresso Nacional, sobretudo na câmara do povo, que é a Câmara dos Deputados. Então, é absurdo que se criem legendas no País apenas para receber benefícios de fundo partidário, de televisão, pois são partidos que não têm nenhuma densidade eleitoral, não têm representantes do povo no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados. Essa distorção precisa ser corrigida.

Agora, é preciso haver cuidado, porque nesta Casa, às vezes, os Relatores pensam que sabem a ciência política, que conhecem a análise política, e não tiveram nenhuma intimidade com ela. Daí as distorções, arremedos, falta uma liderança para impor as suas ideias perante os demais colegas. Aliás, esta Casa, como dizia o saudoso

Roberto Campos, "é uma Casa ativa", era, nos outros tempos, não lidera a Nação, não comanda a Nação, ela é reativa, ela faz o que vem de fora, define-se a filtragem daqueles que têm que refletir, analisar e legislar sobre temas complexos, às vezes, da sociedade brasileira.

Sra. Presidente, temos aqui um caso singular do nosso eminente Presidente da República, Michel Temer, quando promulgou aquela lei que, aliás hoje, é tida como saudável do País, em que se o cidadão é condenado em segundo grau ele é impedido de participar do processo pré-eleitoral.

Do ponto de vista ético, você pode, claro, aplaudir e justificar. Mas vejam bem: qual é a culpa da demora do julgamento do cidadão que não vai à instância final?

A Constituição é bem clara: o cidadão é réu até quando transita em julgado uma ação impetrada contra ele.

Ora, se a Justiça é lenta, modorrenta, no julgamento das questões que lhe são submetidas, às vezes, um cidadão que pode ter seu fato mal apreciado pela segunda instância, mas na instância do Tribunal Superior, em uma reflexão mais profunda, com mais lucidez de interpretação, com mais investigação da hermenêutica jurídica, ele é absolvido. Isso demora tempos. Às vezes, você está punindo cidadãos, a minoria, é claro, acredito que a minoria, mas que no fundo da decisão final serão absolvidos. Então, é impedido de postular cargos porque nós aqui julgamos que, em segunda instância, já impede o cidadão de ser candidato.

Então, se ele for condenado, será sem prisão, sem nada.

Essa, de certa maneira, nós coroamos aqui o sistema processual brasileiro, que é lento, é um pouco medieval ainda, não dá ratificação ao processo civil e criminal em nosso País.

Eu me recordo, para concluir, Sra. Presidenta, de um grande jurista italiano Piero Calamandrei - amigo de Francesco Carnelutti - que, visitando a Inglaterra, na década de 50, ficou impressionado com a rapidificação do julgamento que assistiu no Tribunal Superior, em Londres. Ele disse: "*Meu Deus do céu! Não sabia que a questão que está sendo julgada na Inglaterra tem um ano. No meu país, que tem os melhores juristas processuais do mundo ocidental talvez, passam cinco anos, seis anos. Aqui dura um ano*".

Depois resolveu estudar profundamente o sistema de Direito inglês. Ele, então, visitando as universidades inglesas da Inglaterra, chegou à seguinte conclusão: enquanto a Itália, e esse é o modelo herdado no Brasil, dedicava horas e horas de estudo ao processo, as escolas de Direito da Inglaterra praticamente não estudavam o processo. Havia uma interpretação jurídica, bom senso e conhecimento profundo do Direito Administrativo, que levava à reflexão os juristas na decisão das causas.

Então, exemplificando, às vezes, nós vemos aqui um pouco apressadamente, sem esquecer que as causas, às vezes, não estão no andamento do processo, mas sobretudo por causa da velocidade do processo.

Deixo essas reflexões rápidas aqui, citadas pelo jornal *O Globo*, de 7

de março, sobre as conferências produzidas por esse grande jurista, Ministro Gilmar Mendes.

Tive o orgulho, fico até um pouco constrangido, porque eu fui seu professor na Universidade de Brasília. Mas ele é um gigante. O professor é um mero aluno dele. Essa questão do Gilmar Mendes deveria servir de fundo para uma reflexão profunda para que se debata sobre a reforma política na Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 14/516

---

029.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	14/03/2017-15:20
Publ.: DCD - 15/03/2017 - 46	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### *Sumário*

Resultados de audiência pública no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, destinada ao debate da regulação das contratações da PETROBRAS com vistas à recuperação do polo do naval gaúcho. Cobrança ao Presidente da República, Michel Temer, de interferência a favor da contratação de conteúdo brasileiro pela PETROBRAS. Contrariedade à anistia de crimes eleitorais, especialmente o chamado caixa dois. Necessidade de alterações no sistema político do País, com prioridade à regulamentação do financiamento público e às doações de pessoas físicas para campanhas eleitorais.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente Mauro Pereira, no exercício da Presidência neste momento, Sras. e Srs. Deputados, quero abordar nestes 5 minutos dois assuntos de extrema relevância para o País.

O primeiro é que ontem eu estive acompanhando uma grande audiência pública na cidade de Rio Grande, ao lado de São José do Norte, a parte do polo naval brasileiro no Rio Grande do Sul. Esse polo naval e a indústria naval, Deputado Caetano, foram recuperados ao longo dos Governos Lula e Dilma com base em diversas políticas, dentre elas, muito especialmente, a exigência de conteúdo local.

O que é a exigência de conteúdo local? É a exigência de que, nas compras da PETROBRAS, por exemplo, a maior parte dos produtos que compõem uma plataforma seja produzida por brasileiros para gerar empregos no nosso País.

O Governo ilegítimo de Temer está abandonando a política de

conteúdo local. Nós enfrentamos, neste momento, em Rio Grande e em São José do Norte, o mesmo que se enfrenta em todos os polos navais em todo o País: a demissão cada vez maior de trabalhadores. Recentemente, a empresa ECOVIX entrou em recuperação judicial, e os 3.500 trabalhadores foram demitidos. Alguém poderia dizer: *"Sim, mas a recuperação judicial é intransponível"*. É verdade! Porém, o que a PETROBRAS e o Governo Temer deveriam fazer era contratar outra empresa para concluir a P-71 no Polo Naval de Rio Grande, local onde ela pode ser feita mais rapidamente e com menor preço.

Essa nova empresa contratada pode seguramente utilizar o estaleiro de Rio Grande. Com isso, nós recuperaremos, no mínimo, 3 mil empregos, imediatamente, no polo naval do nosso Estado.

Nessa audiência pública, onde estavam mais de 1,5 mil pessoas, muitos trabalhadores, representações de empresários, o Prefeito Alexandre Lindenmeyer, a Prefeita de São José do Norte, Fabiany, lideranças das mais diversas representações, tomou-se a decisão de protocolar um pedido de audiência emergencial com o Presidente da República em exercício, Michel Temer. Isso foi feito agora há pouco, meia hora atrás, pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Edegar Pretto.

Michel Temer deve interferir para decidir que a PETROBRAS volte a contratar encomendas no Polo Naval de Rio Grande, São José do Norte e em toda a indústria naval brasileira.

Muito especialmente e mais emergencialmente, o que nós estamos exigindo, em nome dos milhares de famílias que se prepararam para construir o Polo Naval de Rio Grande e do Brasil, é que a P-71 seja retomada imediatamente. A plataforma está com a metade pronta, e as obras paralisadas.

Por fim, quero falar 1 minuto sobre a nova tentativa de anistia, a anistia ao caixa dois e a anistia aos crimes eleitorais.

Quero dizer desta tribuna que, para repactuar a democracia brasileira, para salvar a política brasileira - e respondo ao Senador Aécio Neves, que disse, Deputado Edmilson Rodrigues, que nós precisamos salvar a política brasileira -, é preciso fazer uma reforma política que garanta que empresa nunca mais financie eleições, que garanta o fim do abuso do poder econômico em eleições, que garanta um sistema político em que o povo se sinta representado.

A última coisa de que o Brasil precisa para melhorar sua política é defender anistia ao caixa dois, é defender anistia a crimes eleitorais.

Deve-se - isto, sim -, dentro do devido processo legal, respeitar o direito de defesa de cada um. Mas é preciso que haja, sim, os julgamentos dos casos que estão sendo analisados em todas as investigações que envolvem empresários, políticos e servidores públicos.

Aquilo que disse Emílio Odebrecht ontem também não serve ao Brasil. Dizer que no Brasil sempre houve caixa dois e que a política sempre foi financiada assim não é perspectiva de futuro para o País.

Nós temos que mudar o sistema político, prevendo o financiamento público de campanha e doações de pessoas físicas que possam ser



acompanhadas, envolvendo pequenos valores, e não querer anistiar caixa dois para salvar aqueles que estão respondendo neste momento a acusações e processos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Henrique Fontana, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul.

---

Documento 15/516

---

029.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD 14/03/2017-17:02
Publ.: DCD - 15/03/2017 - 81	MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Preocupação com possível perda de prerrogativa do Poder Legislativo de debate sobre a reforma política, ante notícias de reuniões de autoridades dos Poderes Executivo e Judiciário para debate do tema. Repúdio à tentativa de concessão de anistia ao crime de caixa dois, mediante aprovação de projeto de lei. Defesa de votação nominal da proposição.

---

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Rede-RJ. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós todos temos sido apanhados de surpresa com algumas informações que circulam nos jornais: reuniões do Presidente da República com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, com o Presidente da Câmara dos Deputados e com o Presidente do Senado Federal, para discutir reforma política.

Não me parece adequado que o juiz que vai julgar os casos, resultantes das leis que saem do Congresso Nacional, participe da elaboração das leis. Os clássicos já tratam disso. É uma impropriedade, por melhor que seja a qualidade do juiz, por melhor que seja a qualidade dos demais participantes.

O Congresso Nacional renuncia dessa forma a uma prerrogativa que é exclusivamente sua, ainda mais quando se trata de reforma política, em que a Câmara dos Deputados dita os interesses do povo nos processos eleitorais.

Também, nesses dias, temos visto voltar à tona ou à baila a discussão da anistia do caixa dois. O caixa dois é crime, sim. O caixa dois em campanha eleitoral é crime.

Sr. Presidente, eu peço este tempo, porque normalmente nos noticiários dizem que todos os partidos estão comprometidos com a aprovação do projeto de anistia para o caixa dois. Pois eu lhes afirmo:

a Rede não vota a favor dessa anistia.

Eu acrescento a V.Exas.: talvez estejamos diante do que é pior até do que um crime. É pior do que um crime! Talvez seja o maior dos crimes, porque desqualificará a democracia brasileira, desqualificará o processo eleitoral; e, se o povo perder a confiança no processo eleitoral, sabe Deus o que virá em seguida! Não creio nem desejo a instabilidade de outros tempos, mas penso que não devemos colaborar para que fatos lamentáveis da História do Brasil se repitam.

Já há unanimidade que caixa dois é crime. Não há dúvida alguma. Se não fosse considerado crime, mesmo por aqueles que querem a anistia, eles não estariam tentando fazer um projeto de anistia. A anistia destina-se para o crime de caixa dois. Essa história de separar caixa dois de corrupção pode ser considerada teoricamente para um debate acadêmico, mas o caixa dois corrompe o processo eleitoral, o caixa dois corrompe a igualdade de oportunidades, o caixa dois deixa de fora da representação popular pessoas íntegras que decidiram não participar desse tipo de manobra espúria chamada de caixa dois.

Eu acredito que, vindo a plenário um projeto como esse - e eu não acredito que venha -, e sendo votado nominalmente, esta Casa o rejeitará. Da mesma forma que em uma vez aqui, se não me engano no mês de setembro, ali, daquele microfone, eu me opus à votação surpresa do projeto de anistia para o caixa dois, e os Deputados começaram a afluir e barraram a votação do projeto.

Eu não teria conseguido barrar sozinho a votação do projeto, porque nada se faz sozinho. Houve, sim, uma expressiva presença de Deputados aqui para impedir.

O que eu desejo, Sr. Presidente Rodrigo Maia - e deixo aqui consignado -, é que V.Exa. tome com a Casa o compromisso de *ex officio* promover a votação nominal desse projeto de anistia de caixa dois. É um projeto repulsivo! A Rede não concorda com ele, não participa de acordos e lamenta que ainda haja dúvida do quanto é nocivo o uso do caixa dois no processo eleitoral.

Não devemos regredir a situações em que o crime compensava. Esse será um triste final para a Lava-Jato. Os políticos comprometidos sairão livres com o seu dinheiro, com as suas fortunas, e os seus cúmplices, os empresários, continuarão presos. É bom que prestem atenção a isso.

O Brasil será objeto de ridículo. Será exposto ao ridículo no cenário internacional depois de ter se apresentado tão bem na evolução da Operação Lava-Jato.

Somos contra a iniciativa, mas, vindo ao Plenário, que a votação seja nominal e de ofício, determinada pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

029.3.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 14/03/2017-17:02  
Publ.: DCD - 15/03/2017 - 80 BETINHO GOMES-PSDB -PE  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Preocupação com possível perda de prerrogativa do Poder Legislativo de debate sobre a reforma política, ante notícia de iniciativa do Governo Federal de criação de comissão de especialistas para estudo do assunto.

---

**O SR. BETINHO GOMES** (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria a atenção de V.Exa.. Acabo de ler a notícia de que o Governo está incentivando a criação de uma comissão de especialistas para estudar propostas para a reforma política.

Inclusive, parece ter sido isso fruto de uma reunião com o Ministro Gilmar Mendes, V.Exa. e o Presidente do Senado Eunício Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Ainda não houve.

**O SR. BETINHO GOMES** - Bom, é o que está sendo relatado.

Eu acho que isso tem que ser visto com cuidado, porque a criação de uma comissão tira a prerrogativa do Legislativo de conduzir esse debate. Acho que qualquer opinião de especialista é bem vinda, mas também me preocupa o fato de que o Governo, com essa atitude, poderá atrapalhar o andar da discussão da reforma política, inclusive atrasar os debates. Acho que seria mais conveniente que pudéssemos avançar aqui.

O Relator da matéria, Deputado Vicente Candido, está se comprometendo a apresentar seu relatório com brevidade. Temos que cobrar da Comissão agilidade e trazer contribuições que forem convenientes. O que não podemos é reiniciar o processo de discussão sob o pretexto de se dar mais legitimidade a qualquer proposta.

Ora, este Parlamento com seus defeitos e virtudes tem a legitimidade de discutir o tema e, portanto, eu peço a V.Exa. que se informe sobre esse assunto e nos ajude a priorizar a discussão internamente.

---

Documento 17/516

---

031.3.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/03/2017-  
CD 16:28  
Publ.: DCD - 16/03/2017 -  
114 HENRIQUE FONTANA-PT -RS  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Críticas à proposta do Governo Federal de reforma previdenciária. Importância

de realização de reforma política para criação de mecanismo impeditivo de financiamento eleitoral privado. Repúdio a suposta articulação política para aprovação de anistia à prática de caixa dois em campanhas eleitorais. Relevância da Justiça do Trabalho.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Perfeito, Presidente.

Senhoras e senhores, Deputadas, Deputados, eu subo a esta tribuna para, em nome da Oposição, abordar dois temas. Primeiro, mais uma vez falo da questão que está no centro do debate político no Brasil hoje, que é a tentativa de um Governo ilegítimo, que não tem votos para governar o País, de quebrar um pacto previdenciário construído no nosso País ao longo de décadas e propor uma antirreforma da Previdência.

É uma antirreforma porque ela faz o oposto do que deveria fazer uma reforma da Previdência. Ela quer desestruturar, Deputado Glauber Braga, a previdência pública do País. Ela quer, na verdade, deslocar a dependência que todos temos de uma previdência para o futuro e entregar isso ao mercado de previdência privada.

Essa proposta, Deputado Vicentinho, tem exatamente a marca do Governo ilegítimo de Temer. Temer chegou à Presidência sem votos e vai sair da Presidência sem votos. Aliás, a matéria-prima de Temer, o esquema de Temer para se sustentar no Governo é exatamente o da venda para setores da elite econômica brasileira da ideia de que ele fará reformas impopulares que nenhum Presidente eleito poderia fazer. Mas a reforma da Previdência não será aprovada neste plenário, porque os Deputados que aqui estão precisam de votos para se eleger, os Deputados que aqui estão concorrerão de novo na próxima eleição. E como eles vão explicar para um agricultor familiar do interior do Rio Grande do Sul ou de qualquer Estado do Nordeste que a aposentadoria de um salário mínimo recebida pelas mulheres agricultoras com 55 anos e pelos homens agricultores com 60 anos é a causa das dificuldades financeiras do País? Não vão conseguir explicar isso.

Como vão explicar a um trabalhador que começou a trabalhar aos 16 anos de idade, contribuiu para a Previdência por mais de 25 anos e está se preparando para se aposentar com uma aposentadoria de três salários mínimos, talvez 3 mil reais, que ele vai se aposentar não com 3 mil reais, mas com 1.500, 1.600 reais? Todas as aposentadorias do Brasil serão reduzidas em seu valor se essa proposta injusta, cruel de alteração da Previdência for aprovada.

Aliás, Deputado André Figueiredo, essa proposta jamais foi discutida com o Brasil. Essa proposta é muito mais um golpe previdenciário que um Governo que se constituiu através de um golpe parlamentar tenta apresentar, é uma proposta que jamais seria aprovada, no voto, pelos brasileiros.

Quero reconhecer que um dos precursores deste debate aqui foi o

Deputado Silvio Costa. Nós não podemos entrar na política de emendas. A política de emendas pode ser usada em alguns setores para ludibriar a população. Um Parlamentar eventualmente dirá: *"Não, eu vou votar a favor da reforma, mas tenho o compromisso de votar a emenda que retira o agricultor familiar"*. Ou dirá: *"Não, eu vou votar a favor da reforma da Previdência, essa antirreforma, mas eu tenho compromisso de votar a emenda que retira a redução dos valores"*. Não! Nós precisamos de votos, e eu peço os votos deste Plenário, o anúncio público e imediato das opiniões dos Deputados. Digo desta tribuna que eu, Henrique Fontana, votarei contra essa antirreforma. Depois que ela for derrotada, Deputado Miro Teixeira, nós poderemos sim estabelecer um diálogo no Brasil, com um Governo legítimo, eleito pelo voto direto dos brasileiros para pactuar um sistema previdenciário que nos pareça justo.

Sejamos francos. Eu quero sempre respeitar o devido processo legal e aqui sempre homenagear o meu colega Deputado Wadih Damous. Ninguém está previamente condenado ou absolvido de todos esses inquéritos que estão em curso. Agora, não queiram me convencer de que este Congresso, de que este Parlamento está vivendo o auge da credibilidade perante a sociedade brasileira, para romper, Deputado Daciolo, o pacto previdenciário construído em décadas pelo nosso País.

Querem alterar alguma coisa? Vamos alterar algo contra o andar de cima. Vamos alterar algo que cobre a conta dos mais ricos. Vamos votar aqui o imposto sobre grandes fortunas, Deputado Chico d'Angelo. Vamos votar aqui o imposto sobre a transmissão de grandes heranças. Mas não vamos roubar a aposentadoria de agricultores e trabalhadores que estão se preparando para se aposentar com um, dois ou três salários mínimos. Isso é uma insensatez!

Antes que acabe o meu tempo, que, segundo informou o Presidente, será preciso, necessitamos dizer ao Senador Aécio Neves que, para salvar a política brasileira, é preciso votar com urgência uma reforma política profunda, efetiva, que garanta que empresas jamais voltarão a financiar eleições!

Quem assiste a todas essas investigações, depoimentos ainda tem alguma dúvida de que empresa financiando democracia é um péssimo negócio para a ampla maioria dos brasileiros e um excelente negócio para poucas empresas que compram privilégios ao controlar o poder político através da sua capacidade de financiar eleições? Nós temos que ter eleições baratas.

Quero dizer ao Senador Aécio Neves que, para salvar a política brasileira, tudo o que não deve ocorrer é tentativa de articulação, na calada da noite, para anistia ao caixa dois. Essa anistia ao caixa dois é o Projeto Jucá, para estancar a sangria, é o projeto que embalou parte do golpe parlamentar. Havia duas intenções com o golpe: bloquear as investigações, para que os políticos tradicionais se salvassem, pois a investigação estava chegando até eles, e fraudar o programa que foi vitorioso nas eleições.

Sr. Presidente, estabelecer privatizações sem debater o assunto com o

povo brasileiro, aplicar essa antirreforma é uma crueldade! Pensem, Srs. Deputados, inclusive aqueles dos partidos da base do Governo! Não entreguem a sua história para votar uma reforma que é uma antirreforma que ataca os trabalhadores.

Quero dizer o seguinte ao Presidente Rodrigo Maia: não proponha o fim da Justiça do Trabalho! O Brasil precisa da Justiça trabalhista. As relações são desiguais. O trabalhador ainda é a parte hipossuficiente dessa relação. Não se pode propor o fim da Justiça do Trabalho. Nada de anistia! Tudo pela reforma política! Vamos derrotar a reforma da Previdência.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

---

Documento 18/516

---

034.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/03/2017- 10:52
Publ.: DCD - 17/03/2017 - 57	CELSO PANSERA-PMDB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Contrariedade à proposta de estabelecimento de sistema de votação com lista fechada. Intuito de apresentação de proposta de emenda à Constituição a respeito da realização de plebiscito em 2018 sobre a instituição do voto facultativo no País.

---

**O SR. CELSO PANSERA** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero agradecer a gentileza do Presidente Manato e a compreensão do Líder Chico Alencar.

Eu vim aqui, Sr. Presidente, para registrar o meu posicionamento contra mais essa tentativa de estabelecimento do sistema de votação com lista fechada, que já valeria para as eleições do ano que vem. Eu não concordo com esse sistema. Eu farei o debate aqui com os demais Parlamentares, mas nós temos que respeitar a tradição do eleitor brasileiro, que é a de votar nos nomes dos candidatos.

Se é para fortalecer os partidos - isso é correto -, nós temos que estabelecer uma legislação que determine o fim das coligações. Dessa forma, sim, nós vamos tornar mais claras as opções político-partidárias dos candidatos e deixar o voto mais claro para o eleitor.

Sr. Presidente, eu quero registrar que apresentei à Comissão da Reforma Política uma PEC para que se debata a questão do voto facultativo, o fim do voto obrigatório no Brasil. Nós já fizemos a votação dessa proposta em 2015, que foi rechaçada, e eu não vejo uma mudança qualitativa a respeito da quantidade de votos e de Deputados

favoráveis ao voto facultativo.

Eu acho importantíssimo que a democracia brasileira tenha esse aprimoramento, mais em sintonia com os discursos e com a vontade das pessoas atualmente, que é a de decidir aquilo que querem de fato fazer.

Estou apresentando uma PEC para que, nas eleições de 2018, nós tenhamos um plebiscito para que a população, sim, possa decidir se quer o voto facultativo ou o voto obrigatório. Nós estamos recolhendo assinaturas. Na semana que vem, passarei aqui no plenário para recolher assinaturas, a fim de apresentar à nossa Comissão da Reforma Política mais essa alternativa, para que a população, os eleitores possam, em 2018, em plebiscito, decidir se querem continuar com o voto obrigatório ou mudar, aprimorar a democracia brasileira, no caso do voto facultativo.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Agradeço mais uma vez ao Líder Chico Alencar.

---

Documento 19/516

---

034.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/03/2017- 10:52
Publ.: DCD - 17/03/2017 - 59	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à proposta de reforma política com instituição de sistema de voto mediante lista fechada de candidatos.

---

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem e como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Carlos Manato, Deputados, Deputadas, servidores da Casa, todos que acompanham esta sessão, tenho a honra de falar pela Liderança do PSOL, com a aquiescência do nosso querido Líder, Deputado Glauber Braga, para dizer que, na visão do partido, o condomínio do poder está inquieto.

Condomínio do poder vai além daqueles que estão agora, de maneira absolutamente questionável e ilegítima, ocupando o Governo da República. Condomínio do poder é a chamada casta política, cúpula, que, na verdade, tendo inclusive integrantes de situação e de oposição, hegemonomizam a condução política do País.

Por que há essa profunda inquietação? Porque o seu *modus operandi*, a sua maneira de fazer política, há muitas décadas, há muito tempo na má tradição oligárquica brasileira, está agora evidenciada na sua

podridão.

E o que se vê de movimentações? O Senador Aécio Neves diz: *"Precisamos salvar a política"*. Ninguém é contra a política, essa belíssima invenção do engenho humano, desde os gregos antigos, para tentar administrar, numa sociedade desigual, algum elemento de bem comum. Mas, por trás dessa frase sobre salvar a política, pode estar a intenção de salvar a politicagem, os políticos dominantes no atual momento ou, ainda pior, uma forma degenerada de fazer política. O que se vê agora é a ressurreição, numa reunião estranha. Estava lá o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Gilmar Mendes, e o Presidente da República, que está questionado, no próprio Tribunal Superior Eleitoral, quanto ao seu mandato na chapa que compôs com Dilma. Portanto, o mínimo de discricção, de sobriedade, de distância me parece que seria bem necessário. Estavam lá também os Presidentes da Câmara e do Senado.

Nessa expressão máxima da casta política hegemônica no País, eles começaram a discutir, pelo que lemos, a reforma política, a chamada lista partidária, vindo com uma ideia que pode até ter sentido, como em muitos países com partidos políticos consolidados e fortes, a exemplo da Europa e mesmo em alguns países da América Latina.

O PSOL aposta realmente nas estruturas partidárias, nos partidos programáticos, ideológicos, de conteúdo, e não nas personalidades, muito menos nos individualismos, que podem gerar inclusive os tais salvadores da Pátria. Mas uma boa ideia numa hora errada torna-se uma péssima ideia. E isso está muito claro.

Quando se fala de lista fechada, nós defendemos a lista flexível, pela qual S.Exa. o eleitor ou a eleitora escolhe quem vai constituir aquela bancada partidária. O eleitor, sim, pela generosa e muito elaborada proposta liderada pela OAB e pela CNBB, que está engavetada nesta Casa, vota em dois momentos.

Primeiro, o eleitor ou a eleitora escolhe a legenda, o conteúdo de ideias e propostas da sua preferência. Segundo, de acordo com as cadeiras que aquela legenda obteve na votação popular, também escolhe quem vai constitui-la, inclusive produzindo um equilíbrio entre homens e mulheres nessa representação. Essa era uma discussão que estava avançando aqui, mas foi engavetada, paralisada.

Agora, evidentemente, em função das agruras que as investigações da Lava-Jato colocam para a casta política brasileira, volta-se com essa ideia da lista fechada, que é a consagração do caciquismo, da possibilidade, sem mais tormentas, de reprodução de mandatos, o que garante imunidade, foro privilegiado e todas as blindagens que conhecemos tão bem.

Portanto, esse é um movimento de autoproteção, casuístico, que não indica a intenção séria de fazer uma reforma política para valer, com participação popular, com imersão naquilo que é melhor para democratizar o nosso sistema político, tão colonizado pelo poder econômico.

Isso ocorre numa situação em que nós vemos que políticas públicas, até para além de licitações, são fraudadas, são orientadas para



favorecer determinados interesses de grandes corporações, além de, muitas vezes, mandatos também serem alugados a serviço específico mesmo de posições que interessam à empreiteira A, ao banco B, à mineradora C ou ao frigorífico D. Trata-se da mercantilização da política. E uma reforma que não enfrente de vez esses problemas vai produzir mais do mesmo e não ter a adesão e a simpatia da população. Por isso, Sr. Presidente, entendo que nós devemos, sim, discutir uma reforma política, para valer, séria, profunda, que tenha este norte: tirar a colonização pelo poder econômico da atividade política no Brasil que está muito forte e evidenciada, investigar até o fim aquilo que a Operação Lava-Jato tem feito e repensar, partir do zero, inclusive dando a todas as forças políticas o direito de manifestar a sua visão, a sua opinião. Seria quase uma Constituinte que seria, aliás, o melhor caminho: uma reforma política exclusiva.

Para encerrar, quero dizer que daqui a pouco nós vamos constituir o Conselho de Ética desta Casa. Eu espero que os partidos indiquem os seus melhores quadros, que seus membros tenham um espírito público elevado.

Ética no Conselho de Ética não seria mau!

---

Documento 20/516

---

034.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/03/2017- 10:52
Publ.: DCD - 17/03/2017 - 61		MAIA FILHO-PP -PI
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Necessidade de alterações nas regras eleitorais. Apoio à proposta de reforma política com instituição de sistema de voto mediante lista fechada de candidatos.

---

**O SR. MAIA FILHO** (Bloco/PP-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, ouvintes da *Rádio Câmara*, eu estava aqui ouvindo o discurso do nosso colega Deputado Chico Alencar, que se referia a uma nova proposta de reforma política, principalmente à criação da lista fechada. Esse assunto é bastante polêmico, há sobre ele vários pontos de vista, mas acredito que exista um consenso sobre a necessidade de se mudar as regras eleitorais para que aconteça uma reforma política verdadeira, porque as que tramitaram nesta Casa, na verdade, no conteúdo não aconteceram.

Na primeira houve a proibição de brindes e showmícios; na segunda,

mudaram-se os prazos. Mas, na essência, não houve grande mudança das regras eleitorais. Quando se fala em corrupção, muitas vezes se remete ao período da eleição, porque realmente a atual forma de se fazer campanha, de se fazer eleição está errada.

Vou me adentrar ao ponto abordado pelo Deputado Chico Alencar, até discordando do pensamento dele, para que possamos pensar melhor, até porque hoje nós já votamos numa lista, só que é uma lista aberta, o eleitor não sabe exatamente para quem vai o seu voto.

Os Deputados Celso Russomanno e Tiririca são fenômenos eleitorais em São Paulo. Eles têm muitos votos e acabam elegendo a si e a outros que o eleitor não tem conhecimento porque fazem parte de uma coligação. Muitas vezes, as coligações no Brasil não são ideológicas, mas são formadas de forma a eleger mais candidatos.

O próprio Deputado Chico Alencar é um grande puxador de votos lá no Rio de Janeiro. Na lista fechada - é preciso que os eleitores entendam isso - o eleitor já vota sabendo quem ele vai eleger. Ele está vendo na lista o Deputado A, o Deputado B, o Deputado C. Acho muito difícil um partido colocar algum candidato que não tenha uma conduta correta numa lista de partido.

Isso, sim, vai fortalecer os partidos, porque o eleitor vai votar, a partir de sua ideologia, naqueles candidatos. Eu sou favorável, sim, a essa mudança, como a outras que devam acontecer. Por exemplo, proibiu-se o patrocínio de empresas privadas nas eleições, mas sabemos que em toda a eleição há um custo e, se houver apoio de empresa privada, tira-se a isenção das eleições.

Também podemos criar um fundo - sou a favor disso - de forma legítima para que as campanhas sejam honestas e feitas de maneira adequada.

Sr. Presidente, eram essas as minhas considerações. Queremos dar celeridade à reforma política e aprofundar as discussões que ocorrerão este ano no Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

---

Documento 21/516

---

034.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/03/2017-09:58
Publ.: DCD - 17/03/2017 - 26	AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### **Sumário**

Associação ao discurso do Deputado Onyx Lorenzoni sobre a Operação Lava-Jato, da Polícia Federal. Contrariedade à proposta de realização de processo

eleitoral mediante voto em lista fechada, e ao voto distrital. Defesa do voto proporcional personalizado.

---

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA** (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Colegas Parlamentares, eu concordo em gênero, número e grau com as palavras do Deputado Onyx Lorenzoni.

A propósito, eu queria falar sobre a tentativa de uma reforma que propõe se adotar no processo eleitoral o voto em lista fechada, que, aliás, já foi rejeitada em 2015.

O voto em lista fechada contraria a cultura do brasileiro. O eleitor gosta de saber em quem está votando. O voto proporcional personalizado é uma tradição no País. Hoje a Internet e as redes sociais acabam reforçando essa situação quando mitigam a importância das relações espaço-temporais e favorecem as relações dos grupos dentro das redes, onde se juntam por categorias profissionais, por convicções próprias. Então, o voto proporcional personalizado se fortalece neste momento pela tecnologia. É um retrocesso queremos modificá-lo. É retrógrado.

Outra questão de que se fala também é o voto distrital. Ora, onde é adotado, ele é acompanhado de um orçamento impositivo, de execução obrigatória, que não é o caso do Brasil, onde o orçamento público é autorizativo. Por conseguinte, ainda reforçado pela mesma questão técnica de que as relações espaço-temporais perdem o significado, o fato de se utilizar um orçamento autorizativo seria contrário ao uso do voto distrital, que tradicionalmente alguns países utilizam porque há essa imposição orçamentária de execução obrigatória.

Era o que eu queria registrar, nobre Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado.

---

Documento 22/516

---

034.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/03/2017- 10:36
Publ.: DCD - 17/03/2017 - 33		MAJOR OLIMPIO-SD -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Indignação com revelação de envolvimento de políticos em esquema de recebimento de recursos ilícitos da empresa Odebrecht, no âmbito da Operação

Lava-Jato, da Polícia Federal. Repúdio à proposta de reforma política com instituição de voto mediante lista fechada.

---

**O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.)**

- Sr. Presidente, Srs. Deputados, brasileiros que acompanham o trabalho desta Casa, pensávamos que já tínhamos visto e ouvido aqui todo o tipo de barbaridade, mas, a partir de apurações e da delação de quem pagou propina, neste momento vemos mais de cem políticos com foro privilegiado - muitos Deputados, Senadores e seis Ministros - na relação da Odebrecht.

E não adianta dizer: *"Olha, agora é só para investigar."* Quem está dizendo que pagou 3,4 bilhões de reais em 7 anos está falando como doido na cadeia?

Aí começa a haver o *salve-se quem puder*. *"Vamos mudar o sistema eleitoral. Vamos para a lista fechada, porque nós damos um 'dane-se' para o povo. Nós mesmos nos colocamos na relação"*.

Quem é dono de partido, quem tem poder de decisão - e lamentavelmente nós temos partidos, a grande maioria, com dono - vai vender, vai dizer que entrar em segundo na lista custa 5 milhões, 10 milhões, 20 milhões, 30 milhões; vai botar a mulher, os filhos e os netos, e que se dane o povo. Quem tem voto não vai ter mais voto, não.

Vamos trocar o Congresso Nacional! A população quer trocar este maldito Congresso Nacional, que hoje está apodrecido. É mensaleiro, é petroleiro, e o que for investigar mais!

Aí nós fazemos o seguinte: vai ser lista fechada. Isso é o que nós queremos e, mais, com dinheiro público financiando a campanha. Quem vai financiar essa farra? O dinheiro público. Já está boa a situação do País com tudo o que foi roubado, nós já temos um fundo partidário aqui de 800 milhões de reais por ano - 800 milhões de reais - e agora nós vamos expandir isso para 4 bilhões de reais ou 5 bilhões de reais.

Concluindo, Sr. Presidente, as pessoas têm que entender isto: não existe horário eleitoral gratuito. Isso é compensado, é pago. Isso é pago com dinheiro público, o seu dinheiro, cidadão brasileiro.

Então, o que eu quero dizer é o seguinte: a população tem que se colocar frontalmente contra essa safadeza que está sendo arquitetada para salvar mandatos ou para renovar mandatos.

Quem tem condição compra ou se coloca à frente nas listas partidárias. É vergonhoso o que está se engendrando nesta Casa. É vergonhoso o que está acontecendo no País. Na lista da Odebrecht, está aí o Presidente da Câmara dos Deputados, está aí o Presidente do Senado Federal, estão aí seis Ministros. O Presidente não está porque não é para estar, mas S.Exa. está. O Sr. Padilha recebia na casa, no escritório, em tudo quanto é lugar.

Para acabar com a safadeza, nós vamos fazer mais safadeza? Vamos dizer "não" à lista fechada.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado.

---

Documento 23/516

---

034.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/03/2017-10:40
Publ.: DCD - 17/03/2017 - 34		JÚLIO DELGADO-PSB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Contrariedade à proposta do Governo Federal de reforma previdenciária.  
Preocupação com os efeitos da proposta de reforma política, como a instituição do voto mediante lista fechada.

---

**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB-MG. Sem revisão do orador.) -  
Deputado Manato, eu agradeço a V.Exa. este tempo. Eu não ia falar a respeito desse assunto hoje, mas o Deputado Major Olimpio nos provocou de uma forma muito clara.

Já está muito pacífico na Casa que, da forma que está, essa reforma da Previdência não passará de jeito nenhum. Mas, no bojo disso, do desgaste que a reforma da Previdência traz para a Casa, se começa a discutir entre os Poderes uma reforma política que vai atingir o cidadão também.

O cidadão está preocupado com a Previdência. É bom que se preocupe também com o espírito de corpo que passa a reinar aqui, ao quererem fazer lista fechada, aumentar fundo partidário, criar burocracia partidária, como se os partidos políticos estivessem muito bem com a opinião pública.

Querem passar para o partido a decisão sobre a lista de candidatos, tirando do eleitor essa prerrogativa. Querem também dar ao partido a possibilidade de receber repasses de 4 ou 6 bilhões, proposta sustentada pelo Senador Jucá, de um fundo constituído por dinheiro público, quando se discute a existência de déficit na Previdência Social.

Vamos tomar cuidado com isso. Faço um alerta, porque este será um ano muito perigoso.

A reforma da Previdência não passará!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado.

---

035.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	16/03/2017-14:30
Publ.: DCD - 17/03/2017 - 83		ADÉRMIS MARINI-PSDB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### *Sumário*

Apoio à proposta do Deputado Estadual Roberto Engler, de São Paulo, de instalação de aglomerado urbano na região de Franca. Necessidade de realização da reforma política. Defesa de adoção do voto distrital misto. Tramitação na Casa de projeto de resolução de autoria do orador sobre a criação da Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública. Conveniência de debate acerca do fim do foro privilegiado.

---

**O SR. ADÉRMIS MARINI (PSDB-SP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, caros colegas, Srs. Deputados e Deputadas Federais, povo brasileiro, venho hoje à tribuna da Câmara dos Deputados para falar da minha cidade, Franca, e região.

O Deputado Estadual Roberto Engler, meu colega, com sete mandatos ininterruptos, é um valoroso defensor da nossa região e ali vem fazendo um belo trabalho. S.Exa. está propondo a instalação de um aglomerado urbano na região de Franca, juntamente com o Grupo Político e Econômico Suprapartidário de Franca - G6, que visa à participação da sociedade nos atos políticos locais, assim como o nosso fortalecimento. O G6 é formado pelas seguintes entidades: Associação do Comércio e Indústria de Franca - ACIF, Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas - COCAPEC, Sindicato da Indústria de Calçados de Franca - SINDIFRANCA, 13ª Subseção da OAB, UNIMED e Maçonaria de Franca e Região.

O grupo tem-se reunido com o objetivo de articular os Municípios para o fortalecimento da região e o aumento do poder de negociação junto aos Governos Estadual e Federal.

Nós carecemos muito de representatividade aqui na Câmara dos Deputados. Eu sou o terceiro francano de nascimento a assumir um mandato de Deputado Federal. Nós tivemos outros, mas, de nascimento, eu sou o terceiro. E nós carecemos de representatividade, principalmente no Governo Federal.

O objetivo do aglomerado urbano é o fortalecimento de ações em defesa da educação, da saúde e de políticas interligadas. Portanto, na próxima segunda-feira, às 10 horas, representantes da região de Franca estarão reunidos para discutir esse assunto tão importante.

Parabéns, Deputado Estadual Roberto Engler, meu parceiro e companheiro, por essa iniciativa. E parabéns ao G6 por acreditar que, unidos, poderemos fazer muito pela região de Franca.

Sr. Presidente, quero aproveitar o tempo que me resta para falar sobre o momento político que estamos vivendo. Ontem, ouvimos nesta Casa, de muitos colegas, que era o dia da ressaca pós-lista da Lava-Jato. Isso mostra, cada vez mais, a necessidade de uma ampla reforma política, visando mais transparência e maior controle da sociedade sobre os atos da classe política. Essa é a nossa defesa.

Estou nesta Casa há apenas 3 meses. Eu vim da Câmara de Vereadores da minha cidade de Franca, no interior de São Paulo, e lá eu lutei muito por fazer um mandato participativo e transparente.

Por isso, apresentei ontem um projeto de resolução que visa à instalação nesta Casa da Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública, que vai ajudar não só a dar transparência aos atos políticos, mas a combater a corrupção, fazendo com que esta Câmara dos Deputados seja mais participativa e representativa, de acordo com os anseios da sociedade. Isso é o que faremos durante o nosso mandato.

Alguns Deputados desta Casa estão num momento muito difícil, mas não podemos deixar de falar aqui sobre a necessidade de uma reforma política. Como eu venho de uma região paulista, defendo o voto distrital misto, para que se crie o vínculo do Deputado com a sua região.

E nós não podemos deixar de falar sobre outro assunto: o fim do foro privilegiado. Por quê? Para que a população realmente se sinta representada. É o que sentimos hoje nas ruas, mas, infelizmente, isso não está acontecendo.

Essa mudança depende de nós, pois devemos aproveitar a oportunidade. Dizem que é na crise que se geram as oportunidades. E está aí a grande oportunidade de ajudarmos a passar o País a limpo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado Adérmis Marini.

---

Documento 25/516

---

035.3.55.O

Sessão Não Deliberativa de  
Debates - CD

16/03/2017-14:54

Publ.: DCD - 17/03/2017  
- 87

FLAVINHO-PSB -SP

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO  
EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

### **Sumário**

Contrariedade à instituição de sistema de voto em lista fechada de candidatos no bojo da reforma política. Repúdio a tentativa dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Superior Tribunal Eleitoral

de proteção de agentes políticos por meio da proposta de reforma política.

---

**O SR. FLAVINHO** (PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar esses minutos que me são concedidos nessa tribuna para fazer uma reflexão com o nosso povo e com aqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação desta Casa, os nobres Parlamentares que ainda estão aqui nesta quinta-feira. Nós estamos vendo ser divulgada nas redes sociais, nas agências de comunicação, na mídia em geral, a chamada "segunda lista" do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot. Há algum tempo, tivemos a primeira lista, que foi também amplamente divulgada, com vários nomes, agora somada a essa nova lista, com outros nomes vindo à tona. E assim que o Ministro Relator, Edson Fachin, decidir levantar o sigilo dessas delações, os outros nomes virão à tona.

Mas o que eu quero enfatizar nessa reflexão, neste momento, é o seguinte: nós vemos um grande alvoroço no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e no Poder Executivo. E, em meados 2015 e 2016, nós tivemos nesta Casa uma deformação política - eu a chamei mais de deforma política do que de reforma política, porque mais atrapalhou o processo do que ajudou -, exatamente no momento em que também políticos citados, partidos citados queriam se blindar. Em decorrência disso, aventou-se a possibilidade de se anistiar o caixa dois. Vieram as 10 medidas Contra a Corrupção, que tiveram uma imensa adesão popular, com 2 milhões de assinaturas. Essas assinaturas foram entregues aqui, mas esse projeto foi deformado. Ele foi votado e, agora, por ordem do STF - Supremo Tribunal Federal, retorna à Casa. Enfim, há todo esse imbróglio a respeito desse projeto que visa combater a corrupção.

Chegamos então ao momento atual, em que estamos com esta segunda lista, com vários nomes de Governadores, Deputados e Senadores, já personalidades sem foro privilegiado, como ex-Presidente e ex-Presidenta. E esta Casa volta a se preocupar com isso e quer blindar bandidos, porque aqueles que destroem o nosso País, que roubam dinheiro público, que desviam dinheiro da saúde, da educação, da assistência social são bandidos, são bandidos e assassinos, porque a corrupção mata. Os bilhões que foram desviados da PETROBRAS, os milhões e bilhões que são desviados de caixas municipais e estaduais deveriam estar salvando vidas de pessoas em hospitais, colocando crianças em escolas, garantindo creches. Com certeza, o País não estaria nessa recessão.

É importante fazer a diferenciação do que está acontecendo neste momento. Tudo o que está sendo agora mostrado pela mídia nessa segunda lista não tira em nada a força do que aconteceu no petrolão. Foram bilhões e bilhões desviados, passando pelo Rio de Janeiro. Isso quebrou o Estado, e o ex-Governador foi preso. Ele comprava joias e mais joias enquanto seu Estado estava falindo, quebrando. Os aposentados ficaram sem dinheiro para receber e a saúde foi



destruída.

Nós não podemos permitir que venha novamente essa proposta de uma deformação política, a "deforma política", proposta feita, inclusive, pelos Presidentes desta Casa e do Senado Federal, pelo Presidente Michel Temer, pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes, propondo agora lista fechada para blindar mais bandidos, para que eles continuem como caciques destruindo o nosso País. Uma vez que essa matéria vem para esta Casa, nós temos que ter a honradez, como Parlamentares, de ir contra ela. Agora, não adianta ir contra também para proteger o seu, que é outro grande problema, porque dizem que a lista passa de 200 nomes de políticos. Não adianta agora querer dizer que vai fazer isso pelo bem do Brasil. É mentira. Tem que ter a cara rosada e dizer: *"Nós vamos, pelo menos agora, tentar fazer alguma coisa pelo nosso País, que está quebrado"*. Eu me envergonho, como Parlamentar, em ver ações como essas ainda acontecendo dentro desta Casa, sem Comissões Permanentes funcionando, a Casa parada como um puxadinho do Executivo, como já estive em outro momento, e nós, Parlamentares, querendo trabalhar para que o nosso País saia da recessão e avance. Infelizmente, há esse marasmo nesta Casa. E ela ainda está querendo blindar bandido que deveria estar na cadeia. Eu e toda a população esperamos que os bandidos sejam presos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) - Muito obrigado.

---

Documento 26/516

---

035.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	16/03/2017-15:15
Publ.: DCD - 17/03/2017 - 90		JOSUÉ BENGTON-PTB -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

---

### **Sumário**

Agradecimentos ao Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, pela recepção de Prefeitos da região de abrangência do Consórcio Construtor Belo Monte, e ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Osmar Serraglio, pela recepção de comitiva de São Felix do Xingu para debate da ampliação da Reserva Indígena Apyterewa. Críticas à proposta de reforma política. Regozijo pelo aumento da população evangélica no País. Exaltação do trabalho social da Igreja do Quadrangular Evangelho no Brasil, em especial da Pastoral da Criança e da Pastoral Carcerária. Importância do investimento em educação e valores da família para o combate à violência e a garantia de futuro das

crianças brasileiras. Repúdio ao aborto.

---

**O SR. JOSUÉ BENGTON** (Bloco/PTB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Nação brasileira que nos acompanha pela *Rádio Câmara*, pela *TV Câmara* e pela Internet, ouvintes da *FM Liberdade*, de Belém do Pará, que transmite este nosso pronunciamento, e da nossa rádio comunitária de Santa Izabel do Pará, antes de entrar no tópico principal, quero fazer dois agradecimentos. Primeiro, gostaria de agradecer ao grande Ministro da Integração Nacional, o Helder Barbalho - pessoa dinâmica, que faz um trabalho ímpar naquele Ministério -, por ter recebido o grupo do Consórcio Construtor Belo Monte na terça-feira. Estive junto com os Prefeitos da região do Consórcio Belo Monte, lá no entorno de Altamira. Agradeço ao Ministro por tudo o que tem feito pelo nosso Pará. Segundo, gostaria de agradecer ao Ministro Osmar Serraglio, que nos recebeu ontem, junto com a comitiva de São Félix do Xingu, para debater os problemas que lá estão acontecendo com relação à ampliação da Reserva Apyterewa. Agradecemos ao Ministro pela atenção.

Quero ainda fazer um comentário rápido. Em breve, vai entrar nesta Casa novamente a reforma política, matéria que não tem nada de reforma política, que é, mais uma vez, um remendo eleitoral. Então, não se trata de reforma, pois não vamos discutir tanta coisa. É mais um remendo eleitoral.

Estava lendo hoje, no jornal *Folha de S.Paulo*, algo muito sério, para o qual é bom o povo brasileiro estar atento: para se esconderem da lista do Procurador-Geral da República, o Sr. Rodrigo Janot, há pessoas que já estão querendo criar de novo a chamada lista fechada, por meio da qual o eleitor não sabe em quem está votando. Os artífices desse grande projeto colocam seus nomes em primeiro lugar lá na lista, com uma porção de nomes que lá estão só para somar votos - pois não vão se eleger -, e acabam, sem receber nem sequer um voto nominal, voltando para esta Casa.

Já derrotamos aqui neste plenário, inúmeras vezes, essa lista dos coronéis políticos, porque ela serve para que eles mantenham sua hierarquia e continuem no poder. Aí gente nova não tem mais chance na política brasileira. Faço apenas esse comentário. Vamos ter muito o que debater sobre isso.

Mas quero agora falar de coisa boa. E falar de coisa boa é falar daquilo que dá certo no Brasil: o trabalho das igrejas, o trabalho das comunidades, o trabalho daqueles que pregam a verdade e a fé, que transmitem a esperança para um povo que parece já não mais tê-la.

Sr. Presidente, estou no Estado do Pará há pouco mais de 43 anos. Fui para lá saído da nossa Bahia querida, onde morei por alguns anos. Sou fundador da Igreja do Evangelho Quadrangular dos Estados da Bahia, do Piauí, do Maranhão, do Amazonas, do Amapá e do Pará. No Pará, estamos há mais de 40 anos, quando formamos a nossa

primeira comunidade, num salão alugado. Há algo que, quando digo na igreja, até as pessoas que lá estão parecem não acreditar: quando começamos nossa primeira congregação em Belém do Pará, nas primeiras 2 semanas, não tínhamos um banco ou uma cadeira para as pessoas se sentarem durante o culto.

Lá se vão 43 anos. Hoje a Igreja do Evangelho Quadrangular no Pará é uma força. Temos quase 3.200 igrejas naquele Estado. Na cidade de Ananindeua, há 350 congregações; em Belém, há mais de 600 congregações. Portanto, passamos de 3.100 igrejas em todo o Estado do Pará, nesses 43 anos de evangelização e de pregação.

Quero aqui, além de prestar uma homenagem a todos os que fazem parte desta comunidade, abraçar o nosso Pastor e Deputado Carmona; o Paulo Queiroz, grande líder da nossa Igreja; o Pastor Paulo Bengtson, Vereador em Belém; a Ray Tavares, em Ananindeua; o Pastor Rudivaldo; o Pastor Meryvan, em Cametá; o Luiz Tavares, em Barcarena; a Pastora Cleia, lá em Ponta de Pedras, em Marajó; o Idalmir, em Castanhal; o Ronisteu, em Marabá; a Pastora Kelly, em Parauapebas; e outros dezenas de milhares de pastores que pregam o Evangelho de Jesus.

Sr. Presidente, ouvintes da *Rádio Câmara* e da rádio *FM Liberdade*, de Belém do Pará, e telespectadores da *TV Câmara*, observem o ligeiro crescimento dos evangélicos do Brasil. Em 1890, nós não éramos 1% da população brasileira. Chegavam, então, ao Brasil os primeiros pregadores evangélicos, discriminados e perseguidos, mas que deixaram semente. Em 1940, com 50 anos de evangelho no Brasil, éramos 2,6% da população brasileira, ainda uma minoria - que já era tolerada, e não respeitada. Tolerava-se a presença dos evangélicos o Brasil.

Inclusive, para surpresa dos que nos ouvem hoje - pois é quase impossível acreditar -, em alguns Municípios do Brasil, quando falecia um evangélico, havia dificuldades em sepultá-lo, porque não queriam permitir seu sepultamento no cemitério oficial da cidade. Parece incrível, mas era assim a discriminação.

Em 1960, éramos 4% da nossa população brasileira; em 1970, 5,2%; em 1980, 6,6%; em 1991, 9%; em 2000, 15%. Agora já chegamos a mais de 25% da população brasileira, formando um exército de quase 50 milhões de evangélicos no Brasil.

Ocorre que, nos últimos 30 anos, o gráfico de crescimento dos evangélicos se acentuou. E quero falar dos últimos 10 anos da Igreja do Evangelho Quadrangular do Pará. Enquanto o crescimento dos evangélicos no Brasil foi de 44% nos anos de 2000 a 2010, a Igreja do Evangelho Quadrangular no Estado do Pará cresceu 147%, passando de 89 mil membros para quase 240 mil membros. Hoje já somos mais de 320 mil membros no Pará e um pouco mais de 2 milhões, quiçá 2,5 milhões, de quadrangulares no Brasil.

Qual é o trabalho que a Igreja faz? Normalmente, quando se fala em igreja, em pregador do Evangelho, a pergunta é: "*Qual é o trabalho social feito pelos evangélicos no Brasil?*"

Quero, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dizer que a pregação

da palavra de Deus em si já é a maior obra social que alguém pode realizar.

Tenho acompanhado de perto o que acontece quando se interna um dependente químico numa instituição do Governo. Ele passa lá 2, 3, 4 meses, em tratamento psicológico e médico, tomando medicamentos para tirar a intoxicação da droga. Tudo bem! Isso é bom. Mas o percentual daqueles que permanecem livres é muito pequeno. A maioria volta atrás.

Enquanto isso, a cada dia que passa, temos o testemunho de um exército de jovens que saem da dependência química, saem das drogas e chegam à Igreja, onde têm uma experiência pessoal com Deus. E, para surpresa de todos, sem tratamento, sem medicação, sem internação, eles saem das drogas pela graça do Espírito Santo, porque fé é para quem a tem.

Notem para o víamos acontecer no começo da Igreja, quando um Saulo de Tarso, perseguidor do Evangelho, matador de cristãos, ia à cidade de Damasco, para prender os cristãos que lá havia e trazê-los para Jerusalém, para possivelmente serem apedrejados. E aquele jovem teve uma experiência com Deus, na estrada de Damasco.

A partir daí, deixa de existir o cidadão chamado Saulo de Tarso e levanta-se o maior apóstolo da história da Igreja cristã, o apóstolo Paulo, escritor do maior número de cartas apostólicas da Bíblia, do Novo Testamento. Esse homem fez com que o Evangelho de Jesus saísse da Judeia, saísse de Israel, atravessasse as fronteiras e os oceanos, invadissem a Ásia, e fosse até Roma. Até ser morto na Via Ostia, o apóstolo Paulo pregava e ensinava a palavra de Deus.

Esse é o maior trabalho social. Mas a Igreja vai além. A Igreja tem aulas, tem cursos, tem escolas. A Igreja cuida da saúde. Quero falar de dois trabalhos, dentre os muitos, que a Igreja Quadrangular realiza hoje no Estado do Pará, com um sucesso extraordinário.

O primeiro trabalho é a Pastoral da Criança, em que estamos trabalhando forte. Entendo - o nosso trabalho de Pastoral Carcerária nos revelou isto - que os presos hoje aguardando julgamento têm entre 18 e 26 anos de idade, sendo que a maioria tem entre 18 e 20 anos de idade. Ou seja, há 10 anos, eles eram meninos. Então, quando vejo a criança na rua hoje, penso como eles serão daqui a 8 anos, a 10 anos.

Não existe governo neste País, por mais bem-intencionado que seja, que resolva esse problema. Não adianta construir presídios. Os presídios que existem hoje não comportam a metade da população carcerária, sem contar o outro tanto de pessoas que estão com ordem de prisão. Do que adianta prender alguém? Vai colocá-lo onde? Vai deixá-lo amarrado dentro do carro da polícia? Vai deixá-lo dentro de contêiner? Isso vai resolver o problema? Isso vai é aumentar o ódio, a maldade, e transformar o réu primário, aquele que pela primeira vez foi preso, em professor do crime.

Então, se quisermos mudar a história do Brasil daqui a 10, 12, 15 ou 20 anos, temos que investir na criança hoje. Darcy Ribeiro já dizia que, em cada escola que pudesse ser aberta, cada sala de aula poderia

representar uma cela a menos.

Antes do Darcy Ribeiro, Deputado Lincoln Portela, outro cidadão falou um negócio há milhares de anos: *"Ensina a criança - o menino ou a menina - no caminho em que deve andar, e, quando for grande, não se desviará dele"*. Quem disse isso? Salomão, aquele que é chamado de o maior sábio da história da humanidade.

Pois bem, se quisermos um Brasil melhor daqui a 10 anos, temos que investir na criança. Falei isso ao Presidente Temer numa reunião que tivemos. Sempre faço questão de dizer: *"Eu estou aqui como Deputado, representando um segmento social que cresce neste País, que presta serviços a este País, que é o movimento evangélico. Mas o que eu sou é pastor, estou como Deputado enquanto estiver"*.

Há 56 anos, prego o Evangelho de Jesus, começando lá pelo interior de São Paulo, onde nasci, indo para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia. E agora estou há 43 anos, no Pará.

Tenho acompanhado essa questão. Se quisermos melhorar a segurança pública e diminuir a violência no Brasil, não o faremos com cadeias ou delegados. Cada um pode fazer a sua parte. Mas ninguém muda o homem no seu interior, ninguém muda o ser humano em seu interior a não ser o poder do Evangelho de Jesus Cristo. O apóstolo Paulo dizia: *"Porque eu não me envergonho do Evangelho, porque é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que nele crê"*.

O segundo trabalho que os evangélicos fazem de maneira extraordinária é o trabalho nos presídios - e não tocamos trombetas por isso. O Senhor Jesus falou que aquilo que se fizer com a mão esquerda, a direita não precisa saber, ou vice-versa.

Vou falar do Pará, onde começamos, há mais ou menos uns 10 anos, o trabalho de evangelização numa cadeia. Vários que estavam lá, hoje egressos, se converteram. Vários pregadores do Evangelho e pastores que saíram de lá estão à frente de trabalhos da nossa Igreja.

Mas há outros, Sr. Presidente, que ainda estão na prisão, que ainda não cumpriram a pena e estão devendo mais 4 ou 5 anos. E cada vez que converso com eles, digo que estão cumprindo uma missão lá. Sabem o que está acontecendo, povo brasileiro? Dentro da cadeia, existe um trabalho pastoral, feito por vários presos que se converteram, que deixaram as drogas, que deixaram o alcoolismo, que mudaram de vida e estão aguardando sair de lá.

Qual é o outro problema grave que detectamos com esse trabalho da Pastoral Carcerária? Às vezes, abrimos o jornal na semana do Ano-Novo e vimos que várias pessoas que haviam sido colocadas em liberdade, para passar o Natal com os pais, os filhos, a esposa, são presas delinquindo antes mesmo da passagem de ano.

Nós nos perguntamos: *"Mas por que isso? Será que esse camarada gosta da cadeia?"* Cadeia não é lugar para ser humano, ainda mais as nossas do Brasil, que não têm nenhum princípio de higiene e que colocam quinze pessoas onde deveriam estar quatro. É impossível! Mas eu descobri por que isso acontece. Se o preso pertence a alguma facção - o que é a maioria -, durante o tempo que ele está na cadeia,

os que estão de fora ajudam a pagar o seu advogado, ajudam a dar cesta básica para sua família. E, quando ele é solto, ainda que seja por 1 ou 2 semanas, eles já o procuram para começar a pagar a conta. Então, mesmo quando for liberto, o preso não vai estar livre, porque estará devendo para o tráfico, estará devendo para a quadrilha.

Meus amigos, o que temos feito? Quando alguém toma a atitude de mudar de vida, trabalhamos para que sua família seja cuidada aqui fora. E quando ele sai da cadeia, de imediato procuramos colocá-lo para trabalhar, arrumando-lhe um emprego.

Só na igreja que pastoreio em Belém, há uns 15 egressos que estão cumprindo o restante da pena em liberdade, trabalhando como funcionários da igreja.

Isso é uma gota no oceano. Mas, se cada cidadão brasileiro, se cada instituição fizer a sua parte, podemos melhorar, e muito, o nosso Brasil. Mas quero, Sr. Presidente, voltar ao que falei antes. Só existe uma maneira de resolvermos em definitivo esse problema: com a educação, o ensino e a família. Toda e qualquer criança nasceu de um relacionamento. Agora, se não existe uma família, se não existe a fraternidade, se não existe o amor paterno, se não existe o cuidado, o pedófilo vai adotar essa criança. O traficante já está adotando muitos meninos de 8 a 12 anos, para ajudá-lo no seu trabalho. Com isso, estamos nesse círculo vicioso, do qual não vejo saída.

Portanto, é necessário que invistamos nas crianças de hoje. Ou as crianças de hoje serão os grandes advogados de amanhã, os Deputados de amanhã, os bons pais de família de amanhã, ou serão mais uns marginais que estarão criando problemas para a sociedade. Ouço, com muita alegria, o Deputado Evair Vieira de Melo.

**O Sr. Evair Vieira de Melo** - Deputado Josué Bengtson, estou aqui não só em nome dos capixabas, mas na qualidade de colega de V.Exa. no Parlamento, para dar o meu depoimento, acima de tudo, como um homem cristão que milita aqui nesta Casa. Quero dizer que tenho um compromisso muito grande com o nosso povo, que é o povo de Deus, mas em especial com os nossos irmãos do Pará, Estado que acolheu muitos capixabas que foram às terras paraenses na procura de um espaço para construir sua dignidade. Então, registro o meu agradecimento ao povo do Pará por nos ter dado a oportunidade de tê-lo como colega aqui nesta Casa. Quero dar ao Brasil um depoimento da militância de V.Exa., correta, digna e sincera. Acima de tudo, V.Exa. é um homem comprometido com as causas sociais, com a educação, a saúde, e o bem-estar da população, mas também com a população rural brasileira, com os homens e mulheres que têm, na agricultura, a sua fonte de renda, a partir da qual produzem alimentos e riquezas para este País. Por isso, muito obrigado pela sua amizade e pelo seu exemplo. Com certeza, V.Exa. é um dos Parlamentares que eu, sendo um cristão novo neste Parlamento, sigo e admiro. Serei o escudeiro de V.Exa. para as boas causas do Pará, que, com certeza, serão boas causas para o Brasil. Então, em nome da bancada do Espírito Santo, parabéns pelo brilhante mandato que exerce aqui na Casa!

**O SR. JOSUÉ BENGTON** - Agradeço, meu companheiro, pelo

aparte, que já está incorporado no nosso discurso de hoje e na sua história.

Como V.Exa. acabou de se manifestar, registro que, além da *Rádio Câmara* e da *TV Câmara*, duas emissoras de rádio do Pará estão transmitindo ao vivo este pronunciamento.

Sr. Presidente, para concluir, quero agradecer a Deus em primeiro lugar. Sem Ele, não somos nada. Podemos fazer mil planos e, amanhã, ver os nossos planos serem frustrados. Mas, quando Deus sonha o nosso sonho, ou quando sonhamos os sonhos de Deus, as coisas acontecem.

Antes de abrir a primeira congregação quadrangular no Pará, passei por Vitória, no Espírito Santo, em Jucutuquara e Alto da Boa Vista, e por várias igrejas naquele Estado. Jamais poderia imaginar que hoje, 43 anos depois, teríamos quase 3.200 igrejas só no Estado do Pará, sendo mais de 600 na Capital Belém, e esse exército de mais de 300 mil quadrangulares.

Ao povo brasileiro, à família evangélica de qualquer denominação, ao povo católico, aos cristãos, que são 85% da população brasileira, a nossa saudação.

Para concluir, registro que cheguei aqui dizendo "não" ao aborto e continuo dizendo que a Igreja nunca será progressista para concordar com o assassinato de embriões.

Um abraço ao povo do Brasil. Deus abençoe o Brasil!

---

Documento 27/516

---

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 14:48
Publ.: DCD - 22/03/2017 - 40	JÚLIO DELGADO-PSB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial e do Dia Mundial da Síndrome de Down. Defesa de instalação de CPI para investigação de denúncias de irregularidades em setor produtivo do Brasil. Reiteração de posicionamento do orador contrário à proposta de reforma previdenciária. Necessidade de aprofundamento pela Câmara dos Deputados do debate sobre a reforma política. Apoio à sugestão da Presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, de realização de referendo ou plebiscito sobre

a reforma política.

---

**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, nobre Deputado Manato, conterrâneo, vizinho ali do Espírito Santo, que acaba sendo sempre a nossa praia. Sr. Presidente, hoje, dia 21 de março, são comemorados o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial e também o Dia Mundial da Síndrome de Down. É importante fazer este registro para que nós possamos compreender a vida dessas pessoas especiais. Elas são especiais na vida de muitas pessoas que têm a oportunidade de conviver com elas.

Entre os três pontos que eu queria abordar aqui, para um deles eu quero a presença inclusive do Deputado Luis Carlos Heinze, que fez uso da palavra. Tenho esta mesma preocupação, Deputado Heinze. Neste momento estamos de comum acordo em que seja feita uma apuração para que amanhã não se chame a Casa, o Legislativo, o Parlamento de isento.

Quando se propõe, como fizemos na sexta-feira, a criação de uma CPI justamente para fazer isso que V.Exa. está fazendo, que é defender a cadeia produtiva, defender os empregos e defender os produtores que geram o maior número de empregos neste Brasil, mostramos que esta é uma grande preocupação nossa neste momento.

Agora, não dá para nós taparmos o sol com a peneira. Não temos nem a Comissão de Agricultura funcionando na Casa, e dizem por aqui que nós vamos fazer uma investigação dos 21 envolvidos.

Não, Deputado Heinze! Para que nós possamos retomar a credibilidade no mercado internacional em uma questão de saúde pública, nós temos que ser rigorosos na punição daqueles que estão envolvidos. E esta é uma competência desta Casa.

Por isso é necessária uma iniciativa nossa, e agora vamos unificar nosso sentimento para termos uma CPI responsável. Não se trata de uma CPI para punir quem está produzindo, mas para punir quem malversou; para punir quem pegou dinheiro do BNDES; para punir quem deve à Previdência Social no momento em que se quer fazer reforma da Previdência. É para isso que nós temos que apurar com responsabilidade. Este é o nosso senso. Por isso nós vamos propor nesta Casa a instalação de uma CPI.

Para concluir, eu queria dizer que nós estamos diante de duas reformas, e basicamente nesta Casa já está equacionada a dúvida de que aquela reforma proposta pelo Governo não passará. O Governo já admite que vai fazer alterações, mas, independentemente das alterações que fizer, é importante deixar claro que o interesse principal é acabar com a Previdência pública brasileira, apesar de as pessoas quererem colocar um assunto diverso, Deputado Carlos Manato. Em Juiz de Fora, Minas Gerais, eu fui alvo daqueles que disseram que eu era a favor da reforma. Eu já me manifestei sobre isso. V.Exa. já ouviu uma dezena de vezes a nossa posição contra esta reforma



proposta. Vamos votar contra, e quero deixar isso de uma forma clara, definitiva para que não pairam dúvidas em ninguém. Estes desta Casa e aqueles que me conhecem sabem que não pairam dúvidas. Por último, esta Casa tem que retomar a credibilidade para que nós possamos discutir uma reforma política verdadeira. Há gente que está até envolvido com a corrupção e tentando se safar com a reforma política.

Eu sei que há muita gente, que, como eu, foi injustamente citada. Mas eu fiz minha defesa e espero que aqueles que estão em igual situação também possam fazê-lo. Mas nós não podemos deixar de ouvir a voz da Presidente do Supremo Tribunal Federal - sensata, correta -, que diz que nós precisamos fazer um plebiscito, um referendo sobre reforma política.

Nós não podemos deixar qualquer dúvida sobre aquilo que será apurado. Será que a população, que nós representamos, aceita ou não lista fechada, aumento do financiamento e outras propostas malucas que nós estamos vendo surgir por aí?

Eu espero que tenhamos a sensatez de acompanhar a lucidez da Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Cármen Lúcia, de Minas Gerais, que propôs que nós façamos um referendo ou um plebiscito a respeito dessa matéria que envolve todos os brasileiros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 28/516

---

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017-15:20
Publ.: DCD - 22/03/2017 - 45	AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Distanciamento entre a sociedade e a Câmara dos Deputados como consequência do sistema eleitoral vigente no País. Inconveniência de debate da reforma política na atual Legislatura diante da falta de credibilidade do Congresso Nacional.

---

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA** (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu já me manifestei - e procurei me justificar - absoluta e radicalmente contrário ao voto em lista fechada. Esse é um dos temas que está embutido na reforma política. Agora

quero refletir um pouco sobre o financiamento público de campanha. Sr. Presidente, colegas Parlamentares, os custos de campanha no País realmente foram levados a valores astronômicos. Isso ocorreu porque, como vimos com o mensalão, o petrolão e tantas outras operações investigatórias, o dinheiro fácil inflacionou essas campanhas e criou indústrias: a indústria do marqueteiro, a indústria da produção e, principalmente, a indústria do cabo eleitoral, porque eleição de 2 em 2 anos dá sempre um alento para os cabos eleitorais.

Eu realmente entendo a preocupação com o financiamento de campanha. Mas o subproduto mais cruel para a democracia, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, é o fato de que a "compra do voto" - vamos colocar assim, entre aspas - acaba distanciando, evidentemente, a sociedade desta Casa.

Hoje está difícil encontrar o mínimo de legitimidade nesta Legislatura no Congresso Nacional devido ao fato de que inúmeros Parlamentares estão sendo investigados, de que a cúpula do Governo e desta Casa está sendo investigada. Essas circunstâncias reduzem a credibilidade do Congresso Nacional e distanciam a Nação desta Casa. É muito triste.

Assuntos sérios como a reforma política não deveriam ser tratados neste momento. Por quê? Porque dizem respeito à autoproteção dos que estão aqui. Afinal, tivemos uma eleição sob estas regras eleitorais. Recentemente, os Prefeitos foram eleitos, os Vereadores foram eleitos, e estamos todos felizes. Vamos manter essa prática.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

---

Documento 29/516

---

039.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

21/03/2017-16:44

Publ.: DCD -  
22/03/2017 - 59

ELIZIANE GAMA-PPS -MA

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Preocupação com dispositivo da proposta de reforma política relativo à instituição de sistema de voto mediante lista fechada de candidatos para eleição de Parlamentares. Apoio à decisão do Presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira, de aceleração da tramitação de proposta sobre o fim do foro privilegiado.

---

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PPS-MA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, de forma rápida, queria trazer aqui duas situações. Primeiramente, a minha preocupação em relação a um ponto específico da reforma política que se pretende acelerar neste Congresso referente à lista fechada para eleição de Parlamentares em todo o Brasil.

Parece-me, de uma forma muito clara, que há uma tentativa, uma verdadeira operação para salvar aqueles Parlamentares que estão enrolados na Operação Lava-Jato. É necessário estarmos bem atentos em relação a isso, para impedir que essa manobra, que essa operação possa acontecer aqui no Congresso. Mas este é um tema que aprofundaremos mais tarde.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, queria destacar a decisão do Presidente do Senado, o Senador Eunício Oliveira, de colocar em votação, agora à tarde, requerimento que pede o aceleração da votação da PEC 10, que trata do fim do foro especial por prerrogativa de função, o foro privilegiado - uma vergonha, no meu entendimento. Hoje, no Brasil, mais de 22 mil pessoas têm prerrogativa de foro. Para mim, fica muito clara a busca incansável na tentativa de encontrar uma guarida, já que, segundo dados da Associação dos Magistrados Brasileiros, desde a Constituição de 1988 até 2006, dos 130 processos em curso, nenhum veio realmente a julgamento, com sentença; apenas um, em 2010. Há uma morosidade e uma tentativa de buscar guarida para aqueles criminosos que procuram, na vida parlamentar, na vida pública, uma forma de não cumprir e de não pagar as suas respectivas penas.

Sr. Presidente, outro dado apresentado, inclusive pelo Senado, de uma pesquisa que ouviu mais de 40 mil pessoas em todo o Brasil, mostra que apenas 137 pessoas são favoráveis à manutenção do foro privilegiado. Ou seja, todos precisam ficar em pé de igualdade. O aceleração dessa votação no Senado é extremamente fundamental. Esta Casa precisa acompanhar isso, porque será uma resposta para o Brasil e, no meu entendimento, uma resposta para a redução da impunidade.

As funções públicas, especialmente os mandatos políticos, não podem ser guarida para a proteção de quem quer que seja que cometa algum tipo de crime e que vá se esconder, levando anos a fio sem nenhuma punição, por parte da magistratura do nosso Brasil, exatamente pela morosidade do processo relativo ao foro privilegiado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Augusto) - Obrigado, Deputada.

039.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

21/03/2017-17:32

Publ.: DCD -  
22/03/2017 - 71

FÁBIO SOUSA-PSDB -GO

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Declaração de voto contrário ao modelo de voto em lista fechada no âmbito da proposta de reforma política.

---

**O SR. FÁBIO SOUSA** (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna já trouxe a maioria dos Deputados que usaram da palavra no dia de hoje. Trata-se da proposta que, mais uma vez, chega a esta Casa como uma tentativa de solucionar os problemas eleitorais e políticos que nós enfrentamos nos nossos processos eleitorais. Cria-se, de novo, a ideia da lista fechada. Não sei se isso é medo de outra lista, não sei se é interesse única e exclusivamente partidário, mas fala-se de novo na tal lista fechada. Eu vou me posicionar devidamente contra, primeiramente porque não acredito que as pessoas queiram eleger partidos. Elas querem eleger pessoas que fazem parte de um partido. Isso é claro: façam a pesquisa em qualquer lugar do Brasil e vão ver que é assim. Em segundo lugar, sou contrário à lista fechada pelo modo como seriam montadas essas listas. Lista fechada no Brasil é perpetuação do caciquismo. Aliás, diga-se de passagem, o caciquismo político já manda no Brasil há muitos e muitos anos. O partido tem os seus caciques, e eles vão continuar mandando, até porque eles é que vão estipular quem será o primeiro, o segundo, o terceiro, o quarto da lista, isso se eles mesmos não forem os primeiros e, quando ficarem um pouco mais velhos, passam para o filho, passam para o neto, e assim continuam fazendo do processo eleitoral algo familiar. Sou contra lista fechada porque não existe democracia interna partidária, salvo raríssimas e localizadas exceções. Não existe! Existe, sim, o caciquismo. Vão dizer para mim que existe partido que decide de forma democrática, internamente, quem serão os seus candidatos? Até que no passado existia, mas das últimas eleições para cá, não. Foi a tal da unção do candidato, da escolha de "postes", e V.Exas. viram aonde foram dar essas escolhas erradas. Por fim, sou contra a lista fechada porque acredito na democracia ampla, em que o eleitor escolhe o seu representante. É lógico que nós precisamos ter uma reforma política e uma reforma eleitoral que pelo menos amenizem - embora não vão resolver - os grandes problemas que nós temos, mas essas reformas não podem privar o brasileiro de escolher a pessoa certa, que ele acha que deve

representá-lo aqui no Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

---

Documento 31/516

---

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 17:40
Publ.: DCD - 22/03/2017 - 74	DANIEL COELHO-PSDB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à adoção de sistema de voto em lista fechada para eleições parlamentares no País.

---

**O SR. DANIEL COELHO** (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de falar um pouco de um tema que está ocupando os debates no País: a proposta da lista fechada, defendida por alguns.

Lembramos que essa foi a proposta defendida pelo PT na tentativa de reforma política que este Plenário já avaliou. E, como eu discordei da lista fechada naquela época, continuo a discordar dela hoje.

A lista fechada impede que o eleitor escolha o seu candidato, o seu Parlamentar. Ela dá um poder desproporcional aos dirigentes partidários, além de fortalecer partidos artificiais que existem no Brasil. Aqui há mais de 30 partidos, poucos deles com identidade ideológica, com identidade de princípios, com propostas claras para o País. A população brasileira não quer votar em partidos. Ela pode até ter preferência partidária, o que é salutar no processo democrático, mas quer ter o direito de, dentro do partido de sua preferência ou de outro, escolher o seu Parlamentar.

Se hoje já existe um sentimento da grande maioria da população brasileira de que este Congresso não representa o povo, imaginem se ela não puder votar diretamente nos seus Parlamentares!

É evidente que precisamos, sim, discutir uma solução para o financiamento das campanhas do ano que vem. Há aqueles que defendem o financiamento privado com limites e aqueles que defendem o financiamento público. Mas essa solução não pode passar pela lista fechada, não pode passar por um modelo que tire do eleitor a possibilidade da escolha.

Quero deixar bem claro à população brasileira, aos nossos eleitores e

simpatizantes que, como fui contra a proposta apresentada pelo PT na reforma política, hoje sou contra qualquer tentativa de se aprovar a lista fechada para as eleições de 2018.

Precisamos, sim, fazer uma reforma política que proponha o voto distrital, o voto distrital misto, que seja um modelo que aproxime o eleitor do seu representante e que barateie o processo eleitoral. Mas é preciso que permaneça o direito de escolha do eleitor, que merece escolher seu Parlamentar, seja Vereador, Deputado Estadual ou Deputado Federal. De maneira alguma, a reforma política pode tirar esse direito do eleitor, o que enfraqueceria ainda mais o elo, que já está frágil, entre o Congresso Nacional e o povo brasileiro.

Portanto, sou contra e continuarei sendo contra qualquer tentativa de se estabelecer lista fechada em eleições parlamentares em nosso País. (*Palmas*).

---

Documento 32/516

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-13:06
Publ.: DCD - 23/03/2017 - 47		AFONSO MOTTA-PDT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Importância do debate da proposta de modificação do sistema eleitoral brasileiro. Defesa de adoção de sistema eleitoral como garantia de aperfeiçoamento da democracia e do Estado Democrático de Direito.

---

**O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, neste pouco tempo de manifestação, quero chamar a atenção para o debate público que está posto com relação à lista fechada ou outro sistema de voto. Eu digo sistema de voto, mas é sistema eleitoral. O sistema eleitoral é a expressão do voto que possa vir a atender àqueles mínimos do processo eleitoral.

Ontem foi realizado um seminário internacional que nos trouxe uma contribuição valiosíssima, com figuras dos Estados Unidos, do México e de Portugal. Foi um debate realmente muito rico, em que se relatou o conjunto de experiências da legislação eleitoral mundo afora. Os Parlamentares da Comissão Especial da Reforma Política que

tiveram a oportunidade de se manifestar chegaram pelo menos a um consenso: o atual sistema não garante os mínimos para o processo eleitoral de 2018.

Acho que nós não devemos nos impressionar com esse tensionamento que está aí. Antes de se travar o debate sobre o sistema de voto, sobre o sistema eleitoral, querem fazer outro debate, aquele que desmerece a política, que precariza os partidos políticos, que criminaliza a todos. Esse é um debate que esta Casa tem que respeitar, como todo debate público, mas não é aquilo que vai contribuir para a construção do sistema eleitoral.

Portanto, é preciso que tenhamos grandeza e que trabalhem muito com bastante dedicação.

Para se construir efetivamente uma alternativa mínima para o processo eleitoral de 2018, para que isso aconteça, o que é um grande desafio, teremos que trabalhar muito para ver a melhor alternativa e reconhecermos que essa alternativa pode ser transitória e que, para os próximos pleitos, teremos que qualificar mais ainda.

Essa alternativa precisa ser viável e precisa dar uma resposta efetiva para sociedade. Que essa alternativa não alimente os argumentos que estão sendo colocados: o de defesa de quem está sendo investigado, de defesa da classe política.

Nós queremos a construção de um sistema eleitoral que atenda o mínimo para o aperfeiçoamento da democracia e do Estado Democrático de Direito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 33/516

---

045.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/03/2017-09:48
Publ.: DCD - 24/03/2017 - 26		CHICO ALENCAR-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Apoio à criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigação de fatos relacionados à Operação Carne Fraca, da Polícia Federal. Transcrição de artigo de autoria de orador, intitulado Incômodo no condomínio do Poder, sobre a proposta de reforma política em debate no Congresso Nacional.

---

**O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Tenho**

até 20 segundos. É o Presidente que faz esta concessão. Dobrou o tempo, dobrou a meta. *(Riso.)* Obrigado.

Sr. Presidente, venho, muito rapidamente, deixar como lidos dois pronunciamentos. O primeiro pronunciamento que trago é sobre o perigo que estamos correndo de a investigação de corrupção na fiscalização de produtos processados por grandes frigoríficos poder se transformar em atentado contra a economia nacional.

É evidente que a Polícia Federal às vezes abusa. Mas desviar o foco é inaceitável. Vamos investigar isso. Daí a CPI proposta pelo nosso Deputado Ivan Valente, assim como pelos Deputados Carlos Zarattini e Júlio Delgado, é extremamente importante.

O segundo pronunciamento é sobre a importância de uma reforma política séria, para valer, envolvendo a população. Não vale fazer uma armação para proteger quem está sendo investigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todas e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, o escândalo da vez envolve mais uma operação da Polícia Federal para desvendar a relação promíscua entre grandes empresas e o Estado brasileiro: a Operação Carne Fraca.

Alguns, como o Presidente Michel Temer, querem nos fazer crer que são casos isolados, que há pequenos problemas em algumas poucas parcelas - 0,5% - das grandes empresas no Brasil. O histórico delas e do atual Governo dizem o contrário, no entanto.

Desde 2013, nosso mandato já questionava o Governo da época - do PT, de Dilma, e do PMDB, de Temer - sobre como se dava a relação entre os órgãos de fiscalização e as grandes empresas do ramo de carnes no Brasil. Naquela época, um ex-Diretor da empresa Big Frango foi contratado para ser fiscal do Ministério da Agricultura, e indagamos se isso não se trataria de um conflito de interesses.

O Ministério, pateticamente, respondeu que não lhe competia verificar isso!

Não é de hoje, portanto, que essas empresas compram lugares na administração pública, para burlar leis e fazer avançar seus lucros.

Esta é a principal lição da Operação Lava-Jato: empresas não só corrompem fiscais, mas lutam para colocar pessoas de sua confiança nesses postos e para financiar suas campanhas e partidos.

Esse estado de coisas tem como pano de fundo a ingerência partidária sobre a nomeação dos Superintendentes do Ministério da Agricultura nos Estados. Em sua maioria, são representantes de interesses dos empresários do setor. Sabe-se que, dos Superintendentes nos 27 Estados, apenas 10 são servidores de carreira; 2 são cedidos por outros órgãos; e 15 são indicações de Parlamentares, pessoas que vêm de fora do Ministério, sem maiores conhecimentos técnicos. Mesmo os de carreira precisam ter o aval de caciques partidários



regionais!

Há necessidade de novos concursos diante do enorme déficit de 1.500 auditores agropecuários, com 182 postos sem fiscalização de origem animal. Também urge a definição de critérios para a escolha das diretorias! Como está proposto por servidores sérios e éticos, é preciso que eles sejam dos quadros de carreira e concursados, com nível de escolaridade compatível com o cargo, tenham 3 anos de experiência no setor e um plano de trabalho a ser realizado para um mandato de 2 anos.

Tivemos acesso ao Ofício nº 647, de 2013, em que o então Deputado Eduardo Cunha, à época Líder do PMDB na Câmara, encaminha currículos dos Srs. Pedro de Camargo Neto, Flávio Braille Turquino e Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo, com vistas a ocuparem Diretorias na Secretaria de Defesa Agropecuária. Ora, sabemos que cabe ao Poder Legislativo a fiscalização dos atos do Poder Executivo, e não a ingerência ou tráfico de influência sobre a nomeação de cargos.

Para não ficar somente nesta seara, é bom lembrar que a JBS e a BRF - ambas alvos da Operação Carne Fraca - são campeãs em reclamações trabalhistas. Só no Mato Grosso, essas empresas respondem a quase 3.500 processos. Aliás, onde está o Ministro da Justiça Osmar Serraglio, para dar explicações acerca do envolvimento do seu nome? Hoje é um Ministro fantasma...

Nosso Líder Glauber Braga denunciou aqui o fechamento do Laboratório Nacional Agropecuário - LANAGRO na cidade do Rio de Janeiro antes da operação da Polícia Federal. Numa circunstância dessas, como se explica o fechamento de uma instituição responsável pela análise de alimentos de origem animal e vegetal?

O cientista político Sérgio Abranches alerta para a tentativa de desvio do foco das empresas ao desqualificar denúncias que são graves e devem ser investigadas de forma transparente e efetiva. Diz ele:

*As empresas estão usando alguns mal entendidos da operação "Carne fraca" para desviar a atenção de questões importantes como o fato de que 80% das carnes produzidas pelos grandes frigoríficos são consumidas dentro do país. Além disso, muitos consumidores compram de marcas menores, onde a fiscalização é ainda mais frouxa.*

Destaco também a importante reflexão de Leonardo

Sakamoto: *"Crítica a Carne Fraca com base em nacionalismo é tapa nos trabalhadores"*. Indaga ele por que segmentos de formadores de opinião, de direita ou de esquerda, consideram *"que o capital nacional explorar as comunidades no campo é muito diferente do Centro mundial explorar a Periferia"*. Não seria ingenuidade achar que as empresas brasileiras atuam sempre em defesa de um 'interesse nacional?!'

A suposição de uma "teoria da conspiração" contra a indústria nacional pode minimizar um grave problema de saúde pública, além de encobrir outras denúncias que já vêm feitas sobre a existência de sérias irregularidades por parte de setores do agronegócio em termos de superexploração de operários em unidades de processamentos,

violência contra populações tradicionais e crimes ambientais. CPI já! É evidente, pois, que o descuido com os consumidores de carne é um reflexo do total desrespeito com as pessoas em geral. Eles exploram trabalhadores, desconsideram a saúde pública e o meio ambiente e o zelo para com a segurança alimentar do nosso povo. Agradeço a atenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todas e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para transcrição nos Anais da Casa, do seguinte artigo de minha autoria, publicado dia 21 de março, no Blog do Noblat:

### ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Incômodo no condomínio do Poder

O papo de "Reforma Política", no Congresso, caiu como um raio em céu azul. Esse assunto - absolutamente urgente, faz tempo - estava adormecido: beneficiários de um sistema serão os últimos a querer alterá-lo.

De repente, não mais que de repente, a conversa ressurgiu. E não só na penumbra dos bastidores, nas reuniões das madrugadas, atrás das cortinas. Também no palco iluminado do Palácio do Planalto, quando os presidentes da República, do Senado, da Câmara e do Tribunal Superior Eleitoral se reúnem.

Os três primeiros com seu carimbo de investigados na Lava Jato ou nas contas de campanha (as situações se imbricam). O último na inusitada condição de julgador em tratativas com o julgado...

Refaço: não foi tão de repente assim. Afinal, a Lava Jato chegou na cúpula política, gerando inquietação, tensão, pressa em "resolver a situação". Está aguçado o furor por legislar em causa própria, pois a tempestade se avizinha.

O que se articula é salvar a pele, em nome de "salvar a política". Tem o projeto "declarou, limpou": sacraliza-se o Caixa 1, e registrar o recebido na Justiça Eleitoral livra obrigatoriamente aquele recurso de qualquer origem ilícita.

Tem o projeto "anistia": diz-se que Caixa 2 não é crime (e é, eleitoral, de abuso do poder econômico e falsidade) para apagar toda investigação sobre malfeitos passados, na linha do "daqui pra frente tudo vai ser diferente".

E tem a lista fechada, uma boa ideia na hora errada: ótimo valorizar partidos e suas doutrinas (quantos no Brasil têm uma "ideologia pra viver"?), e poder votar, como em muitos países da Europa e da nossa América, no programa progressista, conservador, socialista, ecológico, republicano, social-democrata, trabalhista, nacionalista... sem individualização.

Mas a lista pré-ordenada que se propõe é aquela definida pelos caciques partidários. Que, claro, vão tratar da própria sobrevivência.

Querem transferir para o Erário o que as empresas antes repassavam, cobrando "serviços". Só na eleição para deputados federais, em 2014, foram gastos R\$ 5 bilhões! Uma exorbitância absoluta.

Isso não é Reforma Política. Sobre ela há diversas propostas bem articuladas dormindo nas gavetas do Congresso. A principal deriva de uma Iniciativa Popular de Lei, liderada pela OAB e CNBB, apoiada por mais de cem entidades populares: por um sistema político democrático, austero, transparente e participativo.

Uma outra lista, a de Janot, confirma: o atual governo, coalizão de investigados e privatistas (agora é o Ministro da Justiça na fita, com conversas estranhas em defesa de um frigorífico), não tem legitimidade para liderar uma mudança séria no país. E o atual Congresso, envelhecido na metade da legislatura, não tem condições de fazer uma autêntica Reforma Política, obcecado que está com sua autoproteção. Por sinal, olho vivo na composição de um importante colegiado da Câmara dos Deputados, derivado de indicação dos líderes partidários: vale pedir ética... no Conselho de Ética!

---

Documento 34/516

---

046.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	23/03/2017-14:42
Publ.: DCD - 24/03/2017 - 122		JOSI NUNES-PMDB -TO
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à proposta do Relator da Comissão Especial da Reforma Política, Deputado Vicente Candido, de implantação do sistema de votação por lista fechada nas eleições proporcionais de 2018 e 2022. Apoio à sugestão da Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, de realização de consulta popular para definição de pontos da reforma política.

---

**A SRA. JOSI NUNES** (PMDB-TO. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, imprensa, em outubro do ano passada foi instalada, nesta Casa de Leis, a Comissão Especial da Reforma Política, que tem como prioridade discutir o financiamento de campanha e o sistema eleitoral. Desde então, a tão almejada reforma política voltou a fazer parte do nosso cotidiano, bem como dos noticiários. Entretanto, esta semana, uma notícia em torno desse conjunto de

propostas que busca modificar o atual sistema eleitoral e político do Brasil nos pegou de surpresa. O Relator da Comissão, Deputado Vicente Candido, adiantou que irá propor a adoção do sistema de votação de lista fechada para as eleições proporcionais de 2018 e 2022.

Conforme informações do próprio Relator, esse novo sistema, que substituiria o atual, daria início a uma transição gradual, para que, em 2026, o Brasil pudesse adotar o sistema distrital misto alemão, em que se vota no partido e no candidato.

Mas o que seria esta lista fechada? Também chamada de lista pré-ordenada, a lista fechada prioriza a escolha do partido na votação. Isso significa que o eleitor, neste sistema de votação, vota de acordo com uma relação de candidatos apresentada pelo partido. O voto irá diretamente para o partido e ajudará a eleger os candidatos da lista. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 2015, participei como titular da Comissão da Reforma Política que culminou nas pequenas mudanças no sistema eleitoral que já funcionaram nas eleições para Prefeito no ano passado. Na ocasião, o sistema de votação foi um dos temas mais debatidos por aquela Comissão.

Temos plena consciência de que o sistema de votação do Brasil precisa de mudanças. Como bem disse o Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, o Ministro Dias Toffoli, o atual sistema está falido. Entretanto, embora saibamos que o sistema de lista fechada seja utilizado em vários países, como Espanha, Portugal, Israel, Argentina e Uruguai, de todos os sistemas discutidos, o de lista fechada, na minha avaliação, é o mais injusto com o eleitor. O cidadão tem todo o direito de escolher o seu representante, e não cabe a nós tirar-lhe esse direito.

Se hoje temos, como disse o Ministro Toffoli, um sistema em que *"não há aproximação entre o eleitor e o eleito"*, irnaguem isso com um sistema de lista fechada. Discordando, com todo o respeito, da opinião do Ministro, achoque precisamos reforçar que, mesmo de forma tímida, nós temos, sim, uma aproximação com nosso eleitorado no atual sistema, tanto é que muitos dos nossos eleitores acompanham o nosso posicionamento nas votações e estão sempre nos cobrando, dando sugestões ao nosso trabalho nesta Casa. Com o sistema de lista fechada, como estabeleceríamos esta relação? Ou melhor, como aconteceria essa aproximação?

Volto a repetir: o nosso sistema precisa, sim, de mudanças, mas qual seria o melhor sistema de votação para o Brasil? Eu acredito que a proposta defendida pela Presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, a Ministra Cármen Lúcia, sobre a realização de um referendo ou plebiscito para definir pontos da reforma política é a mais sensata neste momento. Acredito que a participação popular seria a melhor maneira de definirmos o sistema mais adequado. Pelo resultado da minirreforma que fizemos aqui, ficou mais que comprovado que a verdadeira reforma política só irá acontecer quando o povo fizer parte desse processo.

Nosso povo tem maturidade suficiente para escolher o modelo ideal, e

eu tenho certeza, pelos movimentos de protesto que estão previstos, de que a população não quer o sistema de lista fechada.

Portanto, fica aqui esta reflexão a este Parlamento.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este meu pronunciamento seja publicado nos Anais desta Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) - Muito obrigado, nobre Deputada.

---

Documento 35/516

---

046.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	23/03/2017- 17:12
Publ.: DCD - 24/03/2017 - 149		ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Críticas à aprovação, pela Casa, de projeto de lei sobre terceirização do trabalho. Alegação de improcedência dos argumentos do Governo Federal favoráveis à reforma previdenciária. Efeitos da Operação Lava-Jato sobre o País e o PT. Defesa de realização de reformas política e tributária.

Consequências da Operação Carne Fraca. Indagação ao Juiz Sergio Moro sobre os motivos da prisão do blogueiro Eduardo Guimarães. Responsabilização dos apoiadores do impeachment da então Presidenta da República Dilma Rousseff pela crise econômica no Brasil. Inconsistência da generalização de críticas à classe política. Preocupação com os rumos do País. Uso excessivo de agrotóxicos na agricultura.

---

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA e como Líder. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos aqueles que me ouvem neste momento, gostaria de aproveitar este tempo para tecer alguns comentários sobre acontecimentos desses últimos dias, principalmente sobre o que aconteceu aqui ontem à noite, quando foi votado o projeto a respeito da terceirização.

As pesquisas indicam que os trabalhadores terceirizados trabalham mais, ganham menos e sofrem mais acidentes. E ontem aqui se liberou geral. Existem setores no Brasil em que mais de 50% da atividade já é terceirizada, como é o caso do setor elétrico. O que nós votamos aqui ontem à noite foi uma irresponsabilidade total deste Parlamento, que está de joelhos diante do comando de um Presidente ilegítimo, Michel Temer, e de um Ministro que só pensa em arrecadar dinheiro para o

capital especulativo. Tudo aquilo que Henrique Meirelles está pregando e está mandando fazer é exatamente para atender interesses do grande capital e do capital especulativo.

A reforma previdenciária, por exemplo, serve exatamente para isso. A Previdência não é deficitária. Ela é deficitária quando a União não paga a sua parte. Quando a União paga a sua parte, como acontece em todos os outros sistemas previdenciários do mundo, ela deixa de ser deficitária e se torna até superavitária.

Eu quero agora falar sobre os estragos que a Operação Lava-Jato tem feito neste País. Nós sabemos que os temas relacionados ao mensalão e à Operação Lava-Jato estão ligados a financiamentos de campanha. No Brasil, os financiamentos de campanha são privados, e as campanhas foram encarecendo neste País nos últimos 12 anos. As campanhas legais foram alvo da minoria dos recursos nos últimos anos, e às campanhas ilegais, em que há caixa dois, foi destinada a maioria dos recursos.

Prova disso está surgindo agora. Estão sendo feitas as delações da Odebrecht, e estão aparecendo os caciques do PMDB, os caciques do PSDB, os caciques do PSD, do PP, do PR. Há delações que mostram que o Senador tal recebeu 5 milhões, 10 milhões; o candidato a Governador tal recebeu 25 milhões. Quando é um candidato do PT ao cargo de Deputado Federal ou de Senador ou um Deputado ou Senador do Partido dos Trabalhadores que supostamente usou caixa dois, são 300 mil, 500 mil, 800 mil, quando muito, 1 milhão. Mas, em relação aos demais partidos, e agora começam a aparecer o Sr. Aécio Neves, o Sr. Geraldo Alckmin, o Sr. José Serra, o Sr. Gilberto Kassab e assim por diante, são 5 milhões, 10 milhões, 15 milhões, 20 milhões, e por aí vai.

O povo brasileiro começa a perceber que houve realmente uma satanização do PT durante esse tempo, porque este era o objetivo: derrubar a Presidenta Dilma, enfraquecer o PT, acabar com o PT, o que não conseguiram nem vão conseguir.

Mas é claro que provocaram um grande estrago sim. Nesses anos, nós não só perdemos uma Presidenta do nosso partido, legitimamente eleita, honesta - não há comprovação contra ela -, como também deixamos de eleger mais Vereadores, mais Prefeitos, mais Deputados Estaduais, mais Deputados Federais, mais Senadores, mais Governadores. Desde a época do mensalão, foram pregando para os eleitores brasileiros que era o PT que usava o caixa dois para realizar as campanhas.

Eu não sei por que a delação da Odebrecht continua em sigilo até agora. Se apenas membros do nosso partido tivessem sido citados nessa delação, talvez ela não fosse mais sigilosa. Mas alguém ainda tem que estar sob sigilo, porque vai aparecer, numa delação, que uma grande liderança de um partido recebeu um apartamento em Paris. Essa pessoa o recebeu mesmo, ela o comprou e o doou. Tudo isso vai aparecer agora.

Começam a se movimentar para fazer uma reforma política, para que essa reforma possa inclusive proteger lideranças de partidos que não

terão condições de disputar as eleições, de se eleger ou se reeleger nas próximas eleições.

Então, uma grande injustiça foi cometida contra um partido, um dos maiores partidos do Brasil, que tem um grande legado, que governou este País como ninguém jamais governou, que fez por este País o que ninguém fez nesses 500 anos.

O Governo Temer, que é uma junção de praticamente todos os partidos, exceto os partidos de esquerda, até agora não conseguiu fazer nada! O Brasil vai de mal a pior, com aumento do desemprego. As operações irresponsáveis continuam acontecendo, como a Operação Carne Fraca. Algumas autoridades da Polícia Federal não têm responsabilidade com este País, não estão nem aí. Na minha avaliação, houve exagero na Operação Carne Fraca. Existem coisas ali a serem corrigidas. Uma operação não pode colocar um setor produtivo de um país, principalmente em momento de crise, numa situação de fragilidade, como aconteceu relativamente a essa operação. Isso prova que este é um Governo fraco. Nem o Ministro da Justiça nem o Ministro da Agricultura sabiam que essa operação estava acontecendo.

Eu quero dizer ao Juiz Sergio Moro, que já critiquei muito desta tribuna, que, na minha avaliação, ele cometeu mais um ato de irresponsabilidade nesta semana ao mandar prender o blogueiro Eduardo Guimarães. Faço novamente uma pergunta ao Juiz Sergio Moro. Se ele não quiser me responder, não me responda.

Juiz Sergio Moro, por que mandou prender Eduardo Guimarães? Quero ver se é homem para me responder, por telefone, por correspondência ou por intermédio de algum assessor seu. Mandou prendê-lo por perseguição, porque em determinado momento o jornalista o denunciou, ou achava que ele poderia ter alguma coisa que pudesse ser um jeito de você mandar prender Lula? Até agora não conseguiu. Está tão desesperado que mandou prender até jornalista. Foi uma prisão foi totalmente ilegal. Tanto é que já mandou liberar o jornalista, porque você não achou aquilo que queria em gravações, em computadores, em celulares desse jornalista que foram apreendidos. Então, é uma irresponsabilidade total.

Eu quero dizer ao povo brasileiro que, se houve um golpe neste País, parte do Judiciário brasileiro também foi peça dessa engrenagem, parte da Polícia Federal foi peça dessa engrenagem, parte do Ministério Público foi peça dessa engrenagem, e, naturalmente, os partidos que perderam a eleição pela quarta vez e não se conformaram foram peças dessa engrenagem. O PSDB, o Democratas perderam as eleições e sabiam que não têm chance nenhuma de ganhar de Lula nas eleições em 2018. E o resultado foi a crise.

A crise do Brasil tem nome. Quem provocou a crise foram aqueles que perderam as eleições no voto para a Presidenta Dilma em 2014: o Sr. Aécio Neves; parte do PMDB (aqui havia uma parte do PMDB liderada por Eduardo Cunha, e depois Temer acabou aderindo às forças golpistas neste País); partidos que hoje formam a base do Governo, que contribuíram para um dos piores episódios deste País.

Este País nunca perdeu tanto. Os prejuízos são trilionários. Se a

Justiça brasileira, se o Ministério Público, se a Operação Lava-Jato querem comemorar porque estão conseguindo trazer de volta 5, 10, 15, 20 bilhões, precisam se lembrar de que houve uma quebraadeira nas empresas brasileiras, que agora não conseguem ganhar uma concessão nem de restauração de rodovia ou de reforma de aeroporto neste País, não conseguem construir.

Empresas que estavam construindo fora do Brasil, na América do Sul, hoje não conseguem ganhar uma concessão referente a aeroporto. Na última concessão que houve, relativa a quatro grandes aeroportos, superavitários, quem ganhou foram empresas europeias. E a Europa não anda bem das pernas, nem econômica nem socialmente. Em alguns países europeus, a crise tem sido feia, continua sendo grave. Portanto, este é o saldo da Lava-Jato. Com a intenção de acabarem com o PT, com a intenção de derrubarem o Governo da Presidenta Dilma, acabaram derrubando o Brasil. Acabaram com o Brasil, estão enterrando o Brasil, gerando desemprego, propondo uma reforma da Previdência para matar a classe trabalhadora e aprovando a terceirização, como fizeram aqui ontem à noite.

Foi uma irresponsabilidade desta Câmara. Aqui, a maioria dos Deputados não tem compromisso com um projeto de futuro para este País. Aliás, muitos que estão sentados nessas cadeiras gastaram 5, 6, 8, 10, 15 milhões de reais, ou seja, compraram a eleição, e agora não têm autonomia para exercer o mandato de maneira livre. Não existe condição de um Parlamento como este funcionar.

Na minha avaliação, a reforma política é que deveria estar sendo discutida neste País. As duas grandes reformas do Brasil teriam que ser a reforma tributária e a reforma política, e não reforma trabalhista, reforma previdenciária. Temos que reformar muita coisa. Mas, sem reforma política, eu quero ver como alguém governa este País, com 27, 28, 30 partidos, quero ver como a política vai ser qualificada, com 27, 28, 30 partidos. Já passa de 40 o número de partidos neste País.

Então, nós temos que fazer uma reforma política. Não se deve tratar só de lista fechada. Lista fechada é um tema. Nós temos que discutir o financiamento público de campanha, porque as campanhas estão cada vez mais caras. As campanhas para os cargos de Prefeito e Vereador neste País custaram mais do que as passadas. Depois de todo o debate sobre petrolão, caixa dois, financiamento, três candidatos juntos gastaram, em Municípios com 12 mil eleitores, 3 ou 4 milhões de reais para disputar os votos desses eleitores. Há candidatos a Prefeito em Municípios pobres por aí afora que gastaram 2 ou 3 milhões de reais em uma campanha. Eu pergunto: quem paga tudo isso?

A reforma política, portanto, precisa ser ampla. Nós temos que discutir também, por exemplo, essa questão da suplência dos Senadores.

Como é que pessoas que nunca receberam um voto viraram Senadores? Por que os mais votados não se tornam Senadores, e o seguinte, suplente? Ano que vem, 2018, vai haver duas vagas para o Senado em cada Unidade da Federação. Os dois mais votados seriam os dois eleitos, e o terceiro mais votado seria o suplente. Em caso de vacância, ele assumiria o cargo.



Para que nós temos que ter vices neste País? É Vice-Governador, Vice-Prefeito, Vice-Presidente da República.

E que tal propormos um plebiscito para discutirmos o voto obrigatório? Hoje eu participei de uma entrevista, e foi feita esta pergunta: *"Como aproximar o político, o candidato, o Deputado do eleitor?"* Se nós estamos aqui há tanto tempo satanizando a política, se nós estamos dizendo para os eleitores que os políticos não prestam, será muito difícil aproximar o Deputado e o Senador do jovem que quer ingressar na política. O que se fez aqui até hoje foi a satanização da política. Se há políticos desonestos, se há políticos picaretas, se há políticos que estão aqui dentro para defender interesses que não sejam os do povo, pode-se dizer que a maioria não é assim. A maioria trabalha, a maioria vem para cá, a maioria tem interesse em ver o seu Estado e o seu País melhorando.

É lamentável que nós depreciemos a política neste País. É lamentável, porque nós estávamos indo bem. O Brasil tinha a sensação de ser um país desenvolvido, um país em que os trabalhadores estavam melhorando. O microempresário estava virando pequeno empreendedor; o pequeno estava virando médio; o grande também estava podendo se expandir (havia geração de empregos); o trabalhador autônomo estava conseguindo se sobressair. Agora, de repente, não há mais concursos públicos. O jovem não tem mais esperança de ingressar na carreira pública. As universidades que foram abertas estão com dificuldades de se manter. Não há dinheiro para obras. Não temos mais INCRA, não temos mais Ministério da Reforma Agrária, não temos mais Ministério da Pesca.

Este País começa a entrar num clima de desespero. A violência aumenta em todos os mais de 5 mil Municípios do País, desde o maior Município, São Paulo, até o menor Município do Norte ou do Sul do Brasil. Há violência em todas as cidades. A paz social já não existe mais. A tendência é andarmos nas ruas e vermos cada vez mais mendigos pedindo ajuda, como há 20 anos, no Governo da Nova República, que foi governado exatamente por esses que estão sentados nessas cadeiras atualmente.

Eu lembro muito bem que Sarney assumiu porque Tancredo faleceu. Veio Sarney, e não deu certo. Inventaram Collor, e não deu certo. Veio Itamar, veio Fernando Henrique Cardoso, que inventou o Plano Real. Rodovias como a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica passaram 20 anos sem reforma. Nem as pontes de madeira eles reformaram, e havia muita madeira! De repente, Lula veio e começou a asfaltar a Cuiabá-Santarém, a Transamazônica.

E a transposição de águas do Rio São Francisco? Desde D. Pedro I falavam nessa obra. Lula teve que aparecer, teve que chegar ao Governo para fazer a transposição de águas do Rio São Francisco. *"Ah, a obra está atrasada, não terminou!"* Não terminou ou não está mais avançada porque o Governo que estava dando certo foi destituído, por mentiras, corroboradas inclusive por grandes meios de comunicação, fazendo mentiras virarem verdade, como no caso de uma tal de pedalada fiscal.

Juiz Sergio Moro, você está desesperado porque não achou, nem vai achar, alguma razão para mandar prender o Presidente Lula. Tem que mandar prender exatamente aqueles que merecem ser presos. Eu pergunto ao povo brasileiro, eu pergunto aos eleitores brasileiros, eu pergunto à Justiça brasileira: por que, nesses 12 anos, só os tesoureiros do PT foram presos? Três tesoureiros do PT que participaram das campanhas foram presos, mas nunca foi preso um tesoureiro do PMDB, nem do PSDB, nem do Democratas, nem do PPS, nem do PR, nem do PSD. Para resumir, até hoje, nesses 12 anos, a Justiça brasileira só mandou prender três tesoureiros do PT. Essa é a realidade.

Nós estamos aqui também, no momento em que a conjuntura nos favorece, para começar a descriminalizar o nosso Partido dos Trabalhadores, que continua sendo um dos maiores partidos do Brasil, continua sendo um dos partidos que mais fez por este País. De acordo com as pesquisas, o Presidente Lula está indicado para voltar a governar este País a partir de 2018. O PMDB não tem candidato, o PSDB não tem candidato, ninguém mais tem candidato. E não adianta quererem inventar um candidato, como inventaram Collor de Mello, que até a poupança do povo confiscou.

Então, meus amigos e minhas amigas, povo brasileiro, a partir do momento em que a Presidenta Dilma foi destituída do cargo e Michel Temer, Meirelles e os empresários nacionais e internacionais assumiram o poder, este País começou a virar uma verdadeira bagunça. Este País não tem como gerar empregos. É mentira que a terceirização vai gerar empregos. Nós vamos desempregar mais, nós vamos fragilizar mais a classe trabalhadora.

Chega de mentir para o povo brasileiro! Chega de fazer operações irresponsáveis, de que nós do Partido dos Trabalhadores fomos vítimas. Agora o Brasil está sendo vítima da Operação Carne Fraca. Imaginem a hora em que forem feitas as operações soja fraca, leite fraco, café fraco, mamão fraco, tudo fraco.

Há muito agrotóxico sendo usado nesses produtos. Daqui a pouco, ninguém vai comer verdura nem soja, nem milho, nem feijão, nem cacau, não vai tomar café porque no Brasil a quantidade de agrotóxicos aplicada na produção agrícola não é mais a permitida por lei. Agrotóxicos que já foram proibidos em outros países continuam sendo aplicados no Brasil.

Ontem à noite, os Deputados que votaram a favor dessa proposta sobre terceirização - não foi o meu caso - cometeram um crime contra o Brasil e contra a classe trabalhadora.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Franklin Lima) - A solicitação de V.Exa. será atendida, Deputado Zé Geraldo.

---

Documento 36/516

---

051.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	29/03/2017-15:30
Publ.: DCD - 30/03/2017 - 75		AFONSO MOTTA-PDT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Pesar pela inexistência de acordo entre Parlamentares para debate da proposta de reforma política no âmbito da respectiva Comissão Especial.

---

**O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, mais uma vez, quero expressar o sentimento de quem exerce o mandato procurando criar vínculos na intimidade do trabalho Parlamentar, nas Comissões, aqui no plenário, procurando, respeitosamente, nas divergências, construir alternativas. Passamos mais uma semana em que percebemos claramente que a pauta que poderíamos trabalhar acaba sendo precarizada, que a expectativa que se construiu em torno do funcionamento das Comissões não foi alcançada e houve aquele tensionamento da espera por algo pior.

Há divulgações que envolvem um conjunto importante de Parlamentares. As saídas para os impasses políticos e institucionais da Nação acabam não se consumando. Ou seja, há aquela sensação de tempo perdido, de que poderíamos ter feito mais.

Como integrante da Comissão da Reforma Política, percebo claramente que o objetivo não é mais o melhor debate, não é avaliarmos a proposta que veio do Senado, que proíbe as coligações partidárias nas eleições proporcionais e cria a cláusula de desempenho. Há a escolha por um sistema de voto. Eu digo sistema de voto, mas é o sistema eleitoral, que sempre é a expressão do voto. Com tudo o que tem acontecido, e principalmente pela pauta da mídia, a Comissão da Reforma Política hoje vive um grande tensionamento. Há a lista fechada, que de certa forma impede o bom debate, dificulta um relatório que, ao vir a este plenário, possa merecer consideração e do qual se possa dizer: *"Eis uma reforma política que vai contribuir com a democracia, com o Estado Democrático de Direito, que vai dar uma solução para o processo eleitoral, que vai contribuir para o debate necessário."*

Por isso a nossa preocupação com o Parlamento, com o exercício do nosso mandato, com as nossas responsabilidades, por todo o

tensionamento e por toda a expectativa que tem a sociedade brasileira. Eu queria cumprimentar o Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, que chega à sessão.

Boa sorte para todos nós!

Obrigado.

---

Documento 37/516

---

056.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	30/03/2017- 16:39
Publ.: DCD - 31/03/2017 - 108	EDUARDO BOLSONARO-PSC -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Contrariedade à proposta de implementação do sistema de lista fechada no bojo da reforma política. Resultado de audiência pública da Comissão Especial do novo Código de Processo Penal. Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2016, relativo à sustação dos efeitos do inteiro teor da Resolução nº 213, de 2015, do Conselho Nacional de Justiça, sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Registro de voto contrário à cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

---

**O SR. EDUARDO BOLSONARO** (PSC-SP. Pela ordem e como Líder. Sem revisão do orador.) - Devo dizer, como baixo clero, que nunca tive tanto tempo nesta tribuna: 6 minutos.

Sr. Presidente, inicialmente, eu queria esclarecer ao público que nos assiste o que é a lista fechada, de que tanto fala o Deputado Caio Narcio. Lista fechada, prezados, é o seguinte: você não votaria mais no Deputado Caio Narcio, no Deputado Eduardo Bolsonaro ou no Deputado "x". Você votaria no partido. E conforme a votação que o partido tivesse, entrariam dois ou três Deputados. Assim, o cacique do partido iria decidir qual Deputado iria entrar.

No meu caso, eu fui eleito por São Paulo pelo PSC, que elegeu três Deputados Federais. Não necessariamente eu estaria nessa lista, porque dependeria do Presidente do partido ou do Líder do partido, ou seja, não haveria meritocracia.

Isso, meus caros, é o que todo o cacique de partido aqui quer, porque significa mais poder para ele e, com certeza, a perpetuação no poder. É a garantia do foro privilegiado e de todas as prerrogativas daqueles políticos que estão morrendo de medo da Operação Lava-Jato e de dar

de frente com o Juiz Sergio Moro.

Falando nisso, prezado Presidente Hildo Rocha, eu vim agora da audiência que trata do novo Código de Processo Penal. Entre os juizes presentes, estavam o Ministro Velloso e o Juiz Sergio Moro. E lá fiz uma indagação sobre a audiência de custódia.

A ONU recomendou ao Brasil a instauração da audiência de custódia, já que nós temos cadeias superlotadas, que é uma grave violação dos direitos humanos. Eles estão se lixando para a quantidade de policiais que morrem no Brasil, o país onde mais morrem policiais no mundo.

A audiência de custódia é uma matéria de Processo Penal, cuja legislação é competência privativa desta Casa, do Congresso Nacional. Porém, quem regulamentou a audiência de custódia no País foi o Conselho Nacional de Justiça. Através de uma resolução, ele atropelou o Congresso Nacional e editou a audiência de custódia, que na prática em 24 horas solta o criminoso preso em flagrante.

De fato, o País está dando uma aula de isonomia. Está tratando o preso em flagrante adulto igual ao preso em flagrante menor de idade. Ambos estão indo para a rua na mesma hora. Depois não sabem por que a criminalidade está desse jeito.

Por isso, eu entrei com o Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2016, que foi assinado por outros Deputados, dentre eles o Deputado Delegado Waldir, recordista de votos no Goiás, para nós sustarmos os efeitos dessa audiência de custódia. Porém, o Presidente da Casa não parece muito sensível à matéria isso, porque até hoje não pautou esse projeto, que foi protocolado há mais de 1 ano. Ato contínuo, fiz um projeto de lei para engessar o Código de Processo Penal, e não permitir que instrumentos como audiência de custódia venham a vigorar no Brasil. Lugar de bandido é na cadeia. Não tem que responder em liberdade, coisa nenhuma! Dessa maneira, quem vive na cadeia somos todos nós, Sr. Presidente.

O último assunto que venho tratar diz respeito ao projeto de lei de minha autoria que trata do fim do imposto sindical. Na verdade, não é muito bem o fim, estou tornando facultativo o que hoje é obrigatório. Aquele imposto em que um dia de trabalho seu por ano vai para os sindicatos. Ora, por que vai para o sindicato um dia de trabalho seu por ano? Qual é o mérito disso?

O meu projeto de lei vem no sentido de que siga havendo o imposto sindical desde que o trabalhador manifestamente, por ato voluntário, diga que quer colaborar com os sindicatos. Eles entendem como o fim do imposto sindical porque, com certeza, a expectativa é a de que muitos dos trabalhadores não sigam com essa contribuição, uma vez que muitos sindicatos - não vou generalizar - são extensões de partidos políticos. Estão se lixando para o trabalhador. Querem o quê? Querem causar uma instabilidade nos Governos Estadual ou Federal, muitas das vezes. Exemplo notório disso, Deputado Caio Narcio: quando a Dilma propôs a terceirização, a CUT nada falou. Agora, quando o Temer propõe a terceirização, ocorre manifestação, dizem que vão acabar com direito do servidor, e assim por diante.

Aproveito o gancho para dizer que é igualzinho à matéria de ontem.

Ontem o meu voto aqui foi contrário a que estudantes de cursos de pós-graduação paguem mensalidades para universidades federais. Vejo isso como atecnia, é um monstro jurídico. É uma entidade federal cobrando pelos seus serviços. Ora, se o Estado está falido e vai cobrar pelo serviço público, então que privatize, meu Deus do céu! Ou será que vamos concordar também - se essa moda pega - e amanhã uma estrada federal, caindo aos pedaços, vem o Estado: *"Ah, não, além do IPVA, vamos cobrar aqui também um pedágio nessa estrada aqui caindo aos pedaços"*. Pelo amor de Deus!

Sr. Presidente, o País precisa de coragem para tratar do tema das privatizações. Se o Estado não consegue pagar, é porque é hora de debatermos temas com a iniciativa privada. Desde já, alerta a todos: o meu posicionamento é o de a que exploração de atividade econômica é de competência da iniciativa privada. O Estado não tem que criar estatal, como fez a Dilma Rousseff, que a cada 50 dias criava uma estatal, para gerar cabide de emprego e criar agência que não serve para nada, não regula nada. Ou pior: até regula, atrapalhando a vida do empresário.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a V.Exa. a tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (Hildo Rocha) - Muito obrigado, Deputado Eduardo Bolsonaro. V.Exa. fez um belíssimo pronunciamento.

---

Documento 38/516

---

056.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	30/03/2017-18:21
Publ.: DCD - 31/03/2017 - 124	RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador sobre pontos da reforma política em debate na Câmara dos Deputados.

---

**PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO**

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

Eu gostaria de registrar aqui alguns pontos do debate de que participei nesta semana, junto com o Deputado Esperidião Amin, do PP de Santa Catarina, acerca da reforma política.

Considero que é de extrema importância reconhecer que é excessivamente necessário que se faça alguma mudança no sistema eleitoral. O nosso modelo vigente deu como resultado o Congresso mais rico, o mais processado da história e, conseqüentemente, o que tem menos legitimidade, onde o povo se identifica como menos representado. O ideal é que reconhecemos que o atual modelo não deve prosseguir.

Sobre o sistema de voto em lista, é o formato que tem coerência com o desejo da Constituição. A nossa Constituição escolheu a democracia partidária. Não é possível participar das eleições sem partido. E para isso, a pergunta deveria ser como fortalecer os partidos?

A cultura de que o eleitor vota no candidato e não no partido, induz o eleitor a achar que o candidato deve algum direito de benefício do Parlamentar eleito. O eleitor acha que o candidato, ao ser eleito, deve defender os seus interesses e geralmente favores pessoais.

Além disso, na eleição, quem se confronta com o candidato é o seu correligionário, o seu colega de partido, que disputa uma mesma vaga. Durante a campanha, período que toda a sociedade está mobilizada para debater, quem confronta comigo é um filiado do meu partido, porque nós dois estamos disputando a mesma vaga. Enquanto o importante seria discutir os projetos para melhorar a vida do cidadão, ressalto. Isso é algo em que deveria ocorrer o contrário: candidatos do mesmo partido deveriam defender a mesma bandeira, lutar pelos mesmos projetos.

A meu ver, a tentativa de voto em lista é uma forma válida, que tem que ser aperfeiçoada. É preciso haver ajustes. Não adianta importar modelo que deu certo em outro país, achando que isso dará certo no Brasil.

Era o que tinha a dizer.

---

Documento 39/516

---

059.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD 04/04/2017-16:32
Publ.: DCD - 05/04/2017 - 87	HENRIQUE FONTANA-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE
	PELA ORDEM DISCURSO

---

*Sumário*

Convite aos Deputados para participação no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval Brasileira. Solidariedade a movimento grevista de servidores públicos municipais de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul. Anúncio de apresentação ao Relator da proposta de reforma política de emenda sobre a adoção de eleições primárias abertas.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, faço um convite a todos os colegas. Logo mais, às 17h30min, lançaremos, no Plenário 8, a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval Brasileira, indústria que está sendo fortemente atacada pelas políticas equivocadas do Governo Temer.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, solidarizo-me com todos os servidores públicos do Município de Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul, que estão organizando uma greve para resistir a um conjunto de ataques absurdos que estão sendo votados na Câmara Municipal.

Em terceiro lugar, trato do assunto de fundo que me traz à tribuna, Sr. Presidente. Hoje foi apresentado o relatório parcial da reforma política para debatermos e votarmos, reforma política tão necessária para o País.

Existem ali temas, na minha avaliação, extremamente positivos, como a manutenção da proibição do financiamento empresarial. Esse é um grande consenso no Brasil: não devemos voltar a permitir que empresas financiem eleições. Portanto, o financiamento deve ser público e com pequenos valores provenientes de pessoas físicas. Mas uma questão que toma conta do debate é o sistema eleitoral que vamos adotar. O sistema atual deve ser, de fato, modificado. Trata-se de um sistema ultrapersonalista, caro, despoliticizador, enfraquecedor dos partidos e dos programas políticos. Portanto, qualquer sistema que venhamos a adotar, seja o de lista fechada, seja o de lista flexível, seja o distrital misto proporcional, de inspiração alemã, deve ter uma lista preordenada.

E aqui chego ao ponto principal, Sr. Presidente: no meu ponto de vista, se qualquer sistema for proposto para que os partidos políticos, em convenções fechadas, definam a ordem das listas, esse sistema não será apoiado pelo povo brasileiro, e eu defenderei posição contrária. Nesse sentido, estou apresentando emenda para propor ao Relator a solução que pode democratizar qualquer sistema eleitoral: a adoção de primárias abertas.

As primárias abertas devem ocorrer com voto livre e facultativo, neste caso, e 120 dias antes da eleição. Todo e qualquer cidadão brasileiro - o nosso eleitor, o nosso cidadão - poderá ir à urna em primárias abertas simultâneas e obrigatórias para todos os partidos e ordenar a lista partidária, qualquer que seja o sistema eleitoral proposto.

O fato de o poder desse ordenamento ficar nas mãos do eleitor é fundamental para que a proposta de reforma tenha credibilidade. Essa proposta não pode, em um momento de forte crise da representação



dos partidos e deste Parlamento, prever que partidos, em convenções fechadas, possam ordenar listas como quiserem.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana. Parabéns por seu pronunciamento.

---

Documento 40/516

---

059.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD 04/04/2017-17:04
Publ.: DCD - 05/04/2017 - 93	HERÁCLITO FORTES-PSB -PI
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à proposta de reforma política com adoção de sistema de votação mediante lista fechada de candidatos em eleições proporcionais. Defesa de debate da matéria.

---

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para falar sobre a reforma política. Ela é iminente, é necessária, não pode mais ser adiada.

Um dos pontos colocados à frente do debate é o famoso voto em lista. Eu, pessoalmente, sou contra, embora esteja aberto ao diálogo e à espera de alguém me convencer de que este modelo resolverá as questões políticas do País.

O voto em lista será instrumento de uso do caciquismo político no Brasil - infelizmente, é verdade -, dos que são donos de partido e, principalmente, dos que controlam com mão de ferro as cotas do fundo partidário e que têm ascensão sobre os liderados. Essa é a questão. Além do mais, nós estamos num momento que, pela sua delicadeza, o que há de mais importante e necessário é a transparência do gesto e do ato. O eleitor tem que saber em quem votou.

O voto da lista, repito, Deputada Yeda Crusius, é como aquela famosa música do Chico Buarque, *Noite dos mascarados: "Quem é você? Adivinha, se gosta de mim!"* Eu quero saber. Você só vai saber na Quarta-Feira de Cinzas, em quem votou e como votou.

O Brasil não pode conviver com isso neste momento. Nós temos que ter a lista que elege os mais votados, acabar com aqueles fenômenos eleitorais que têm 1 milhão de votos e trazem, de contrafilé, de contrapeso para cá, oito ou dez Deputados, que geralmente não engrandecem o debate deste Parlamento.

A partir do momento em que tivermos aqui os Parlamentares eleitos, acabando-se com as coligações proporcionais, haverá uma requalificação do debate nesta Casa. É disso que precisamos já faz algum tempo.

Portanto, faço este pronunciamento aos colegas desta Casa para que

faça uma reflexão. O voto em lista deu certo em outros países. Mas esse não é o caso do Brasil.

Nós estamos vivendo um amadurecimento democrático que vem desde a redemocratização, e nós precisamos pisar com cuidado sobre essas questões das reformas.

Daí por que eu deixo aqui aos meus companheiros essa proposta: "não" ao voto em lista, "não" ao voto no escuro, "não" ao voto comandado pelos caciques partidários; e "sim" o voto da escolha soberana do povo brasileiro, através da proporcionalidade justa em que se elege realmente os mais votados.

Eram estas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as considerações que gostaria de fazer nesta tarde.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço a V.Exa., Deputado Heráclito Fortes.

---

Documento 41/516

---

061.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/04/2017-14:58
Publ.: DCD - 06/04/2017 - 77		VITOR VALIM-PMDB -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Contrariedade à proposta de adoção do sistema de voto em lista fechada nas eleições proporcionais. Descaso com os anseios da população brasileira no âmbito dos debates sobre a reforma política.

---

**O SR. VITOR VALIM (PMDB-CE. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, eu quero lamentar o que este Congresso Nacional está fazendo, esta Casa principalmente, na discussão dessa reforma política.

No meio do descrédito da classe política com a população, que quer ver mais transparência desta Casa e se sentir representada pelos seus representantes, donos de partido querem que o povo vote na lista e não no candidato.

Ora, será que o povo vai se sentir representado votando numa lista? Candidato tem rosto. O eleitor quer votar em alguém e não numa lista. Imagine eu, que teço duras críticas ao Presidente nacional do meu partido, que não me representa, o Senador Romero Jucá, para que

lugar eu vou na lista? Vou ficar a mercê dos caprichos de Romero Jucá ou do povo do meu Estado do Ceará?

Sr. Presidente, quero lamentar esta reforma política, que não está representando os anseios da população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço ao Deputado Vitor Valim.

---

Documento 42/516

---

061.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/04/2017-13:06
Publ.: DCD - 06/04/2017 - 52		ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de aprofundamento das discussões sobre a reforma política. Críticas à gestão do Governo Michel Temer.

---

**O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, e todos aqueles que me ouvem neste momento, novamente nós estamos discutindo uma reforma política para este País. Eu cheguei a esta Casa em 2003. De lá para cá, em alguns momentos, nós tivemos a discussão da reforma política. A sociedade brasileira vai criando expectativas sobre aquilo que nós estamos discutindo aqui, muito embora muitos já não acreditem que se transforme em realidade o que debatemos. Eu penso que nós vamos ter um grande trabalho para avançar em alguns pontos importantes da reforma política neste plenário. Parece-me que nós deveríamos ter realmente uma constituinte para eleger Parlamentares para fazer a reforma política, porque aqui muitos Parlamentares só estão pensando na eleição do ano que vem, só estão pensando na sua eleição ou na sua reeleição. Mas não há como não mudarmos a Lei Eleitoral deste País. Há coisas com as quais não podemos mais conviver. Cito, como exemplo, os gastos nas campanhas políticas deste País. A Lava-Jato está sendo discutida. A Justiça Eleitoral já fala em cassar a chapa Dilma-Temer. E as eleições municipais que aconteceram recentemente foram as mais caras deste País. Eu acompanhei a eleição. Em Município no Estado do Pará com 12 mil, 13 mil ou 14 mil eleitores, três candidatos a Prefeito gastaram juntos em torno de 4 milhões de reais! Um dos

candidatos chegou a gastar 2 milhões de reais na campanha! Se no Pará isso aconteceu, deve ter acontecido em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul também.

Portanto, daqui para frente, com esta lei que está aí, quem é rico e tem amigo rico pode disputar eleição. Pobre não tem dinheiro e tem amigo pobre, que também não tem dinheiro. É o que vai acontecer, conforme a lei que está aí, com a previsão de doação de pessoa física.

Nós precisamos fazer mudanças urgentes. Não adianta ficar só falando aqui da Lava-Jato, apresentando isso para a sociedade, querendo até dizer para a sociedade que está sendo feito um combate à corrupção neste País. Na verdade, o objetivo é outro, e o estão alcançando: estão quebrando o Brasil.

E por que cassar o Temer? O Temer já não tem mais como governar! Aliás, nunca governou, está desmoralizado. E o Brasil, sem rumo. A economia, que deveria gerar emprego, está gerando desemprego. E ainda me parece que há a intenção de fazer com que, cassada a chapa Dilma-Temer, a ex-Presidenta Dilma Rousseff se torne inelegível, mas o Presidente Michel Temer não se torne inelegível. Vejam bem a situação que nós estamos vivendo neste País!

Portanto, nós precisamos nos aprofundar no tema, sim. Os partidos precisam ter essa responsabilidade, assim como nós Parlamentares precisamos fazer uma reforma política, para que possa melhorar o comportamento dos candidatos nas próximas eleições. E que os eleitores possam entender que reforma política é esta que nós estamos fazendo aqui.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Peço que a minha fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - V.Exa. será atendido.

---

Documento 43/516

---

061.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/04/2017-14:12
Publ.: DCD - 06/04/2017 - 68	LINCOLN PORTELA-PRB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à proposta do Governo Federal de reforma política, com adoção de sistema de votação mediante lista fechada de candidatos em eleições proporcionais.

---

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PRB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar a minha posição, em 1 minuto, contra mais uma reforma que o Governo Federal nos impõe. Não é uma reforma que vem pela Casa, vem por lá. Falo dessa reforma política. Ouvir os homens dizerem que estão valorizando as mulheres, colocando na lista dois homens e uma mulher, faz-me lembrar bem do que ocorreu na praça de Weinsberg, quando as mulheres carregaram seus maridos nos ombros. Os homens estão se escondendo atrás de uma mensagem seríssima, que é o reconhecimento e a valorização das mulheres. Não é dessa maneira que se deve proceder, fazendo com que elas sejam suportes, fazendo com que elas carreguem seus maridos, como aquelas mulheres fizeram na praça de Weinsberg, para fugirem do rei, que ia destruir todos que lhe eram opostos. É lamentável que esse fato ocorra na Câmara dos Deputados, por meio dessa reforma política, que vem sendo discutida há 16 anos. Para concluir, sou contra essa malfadada, suspeita e encrocada lista fechada. Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 44/516

---

061.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/04/2017-14:14
Publ.: DCD - 06/04/2017 - 68		CHICO ALENCAR-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de participação da sociedade no debate da reforma política.  
Contrariedade à proposta de aumento de recursos para o Fundo Partidário.  
Repúdio à proposta de adoção de sistema de votação mediante lista fechada de candidatos nas eleições proporcionais.

---

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Exatamente na linha do que falou o Deputado Lincoln Portela, ontem, com o relatório do Deputado Vicente Candido, abriu-se mais uma vez, pela enésima vez, o grande debate sobre a reforma política. E, para nós do PSOL, há alguns pontos fundamentais. Em primeiro lugar, é preciso envolver a sociedade diretamente ou

através das suas instituições intermediárias interessadas no tema, que é nacional.

Em segundo lugar, não consideramos adequado aditar mais nenhum centavo público ao Fundo Partidário, para além do que já há nele, com a finalidade pura e simples de campanha. Temos que pensar muito nisso em relação a esse Fundo.

Em terceiro lugar, uma lista preordenada, na qual S.Exas. o eleitor e a eleitora não podem interferir, cujos nomes eles não podem escolher, mesmo na chapa partidária, não é aceitável. Ela pode servir para acobertar quem está com medo da Lava-Jato.

Por fim, há um conjunto de propostas ousadas que merecem discussão. Inclusive, sugeriu-se separar as eleições para o Legislativo das para o Executivo e estabelecer tempo de mandato para Ministros de Tribunais Superiores. Tudo é muito positivo. Agora, creio que nós não vamos dar conta de debater tudo isso.

Então, vamos fazer o bom debate, democrático, intenso, para que as maiorias sociais possam ser, no Brasil, maiorias políticas. Isso é o essencial.

Muito obrigado.

---

Documento 45/516

---

063.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/04/2017-15:48
Publ.: DCD - 06/04/2017 - 114		FÁBIO SOUSA-PSDB -GO
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Descontentamento com a aprovação de projeto de lei, pela Câmara dos Deputados, com alterações prejudiciais aos prestadores de serviço de transporte privado urbano pelo aplicativo denominado Uber. Contrariedade à proposta de adoção do sistema de voto em lista fechada de candidatos, em apreciação na Comissão Especial da Reforma Política.

---

**O SR. FÁBIO SOUSA** (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro quero lamentar o retrocesso que tivemos ontem neste plenário quando desconfiguramos um projeto que prejudicou aplicativos como Uber e outros de transporte de passageiros.

Paraphrasing a Deputy from my party, I am very concerned

com que, na tentativa de salvar os Correios, que enfrenta certa dificuldade, talvez queiram daqui a pouco cancelar os aplicativos de conversa no celular porque podem ser prejudiciais aos Correios. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fico mais preocupado ainda com o retrocesso que está sendo proposto na Comissão Especial da Reforma Política.

Num país como o nosso, onde o sistema político é caciquista, onde o caciquismo impera, onde os caciques políticos regionais mandam nos partidos, onde as pessoas não conseguem distinguir entre partido A e partido B, até porque temos quase 40 partidos - chegaremos a 40 até o final do ano -, onde as pessoas têm identificação pessoal com o candidato, falar de lista fechada é sem dúvida um desrespeito aos nossos eleitores, e talvez seja medo de uma tal lista que está preocupando alguns políticos. Querem emplacar a lista fechada porque com ela será mais fácil conquistar votos.

Na reforma política que está sendo proposta também se fala de um fundo eleitoral que supera em 2 bilhões de reais o atual Fundo Partidário, que os partidos já recebem. Ou seja, nós estamos propondo aos eleitores - eu queria que os Deputados e as Deputadas refletissem comigo - que na próxima eleição paguem mais do que já pagam pelo processo eleitoral, sem escolher o seu representante na Câmara Federal, sem escolher o seu representante na Assembleia Legislativa. Ele vai escolher o partido, e o partido, pela definição que vai fazer, vai escolher quem é o primeiro, quem é o segundo, quem é o terceiro e quem é o quarto da lista. Na verdade, todo mundo sabe que a escolha será feita pelo dono do partido. Nós estamos propondo que o eleitor pague mais e não escolha o seu eleito. Como dizem no meu Estado de Goiás: "*É para acabar com os pequis de Goiás*".

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

---

Documento 46/516

---

065.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	06/04/2017-10:14
Publ.: DCD - 07/04/2017 - 35		AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Preocupação com a proposta de adoção de sistema de votação mediante lista fechada de candidatos em eleições proporcionais. Pedido à Presidência de não

inclusão da matéria na pauta de votações da Câmara dos Deputados.

---

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA** (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu retorno à tribuna para reafirmar a minha preocupação com o voto em lista fechada. Insisto que o voto em lista fechada tem o mesmo significado, para o eleitor, da anistia ao caixa dois. É um instrumento para proteger eventuais investigados pela Operação Lava-Jato e outras similares em nosso País.

É claro que, na lista fechada feita pelos partidos, os caciques partidários, aqueles que hoje dispõem de mandato, serão os primeiros da lista e, eventualmente, os votados. Por conseguinte, não haverá renovação. O eleitor não vai poder escolher o candidato e votar nele. Não havendo renovação, continuaremos aqui todos nós em 2019. Vamos tirar do eleitor o gosto de rejeitar os maus políticos. Isso é uma crueldade! Nós não podemos fazer isso.

Faço um apelo ao Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia, e ao Governo Federal para que desmontem essa tentativa do voto em lista fechada. E que a reforma política seja restringida à aprovação da PEC que já está nesta Casa e que estabelece o fim das coligações e a cláusula de desempenho eleitoral, a chamada cláusula de barreira. Aí, sim, haverá um número menor de partidos. Quem sabe, no futuro, poder-se-á fazer uma reforma política que estude e avalie a hipótese de voto em lista fechada.

Neste momento em que a paciência da Nação com os políticos chegou ao limite - *"É um pote até aqui de mágoa"*, como disse o poeta -, não podemos nos degradar mais do que já fomos degradados pela corrupção de muitos, que atinge a todos desta Casa. Eu peço ao Presidente da Casa que desestimule o Relator desta matéria a colocá-la em pauta.

Sr. Presidente, quem serão os partidos votados na lista fechada, caso seja aprovada? Serão os nobres colegas do PT e seus aliados? Só o PT e seus aliados levarão vantagens; eles serão os grandes beneficiários, evidentemente. São partidos que têm duas componentes muito fortes: a ideológica, com militância profunda, e a fisiológica, que vem do Governo Lula, petista, que acabou de deixar o Governo. Isso ainda não foi desmontado.

Mais da metade da população vai se abster de votar, fazendo com que os partidos de esquerda, com militância ideológica ou fisiológica, encham esta Casa. Haverá aqui grandes bancadas de esquerda, que irão prosseguir com seus projetos gramscistas e transformar o nosso País em uma República socialista de cunho comunista.

Gostaria de alertar a Nação sobre essa realidade. Não sejamos idiotas! Nós não somos idiotas! Nós sabemos o que está acontecendo!

Dirijo apelo ao Presidente Rodrigo Maia para que não entre nessa, porque S.Exa. vai passar para a história como aquele que fez a mudança radical que vai levar o Brasil ao que é hoje a Venezuela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

---

Documento 47/516

---

066.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	06/04/2017- 15:00
Publ.: DCD - 07/04/2017 - 85	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Apresentação do Projeto de Lei nº 7.869, de 2010, sobre a instituição do sistema de lista fechada flexível nas eleições proporcionais. Esclarecimentos sobre a matéria. Expectativa de apreciação da proposição pela Câmara dos Deputados no âmbito dos debates da proposta de reforma política.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a Câmara dos Deputados debate de forma intensa, ativa e muito interativa a questão da reforma política. Eu tenho participado da Comissão até porque sou autor de um dos projetos que está em debate na reforma política: o Projeto de Lei nº 7.869, de 2010. Este projeto não é do mês passado, do ano passado, enfim, ele é da década passada. Ele já está tramitando aqui há 7 anos.

Sr. Presidente, com a experiência que tenho de nove mandatos na condição de Vereador, Prefeito, Deputado Estadual três vezes e Deputado Federal quatro vezes aqui na Casa, quero dizer que se faz necessária uma reforma política. Porém, vamos devagar com o andor, porque o santo é de barro.

Em primeiro lugar, em 1999, quando aqui cheguei, eu apresentei um projeto de lei que proibia coligações nas eleições proporcionais; ou seja, os partidos não poderiam se coligar para Vereador, para Deputado Estadual e nem para Deputado Federal, de tal sorte que cada partido tinha que concorrer com sua própria estrutura, com seu próprio time, com sua própria lista, com sua própria legenda. Seria como no colégio, antigamente, quando jogávamos a turma A contra a turma B. No entanto, não valia enxerto, não valia pegar um atleta da outra turma e enxertar no time.

Através desse modelo, uma vez aprovado, não sendo permitidas coligações, sobrariam sete ou oito partidos no País. Os outros desapareceriam, porque não teriam votos, pois não elegeriam nem Vereador, nem Deputado Estadual, nem Deputado Federal. Isto por si

só já seria uma reforma política.

Mas eu vejo que o debate hoje está a favor da lista. Eu sou um estudioso desta questão, dedico-me, gosto. Quem faz o que gosta não cansa do que está fazendo. Então, em 2010, apresentei esse Projeto de Lei nº 7.869, sobre a lista.

Eu não sou a favor da lista fechada. Tenho minhas divergências, minhas diferenças, minhas angústias. No entanto, propus, através desse projeto, uma lista flexível. Eu a chamo assim porque ela é uma lista fechada, apresentada pelos partidos, mas o eleitor, ao escolher a lista, abre a lista e, ali dentro, escolhe quem quer eleger.

Funciona assim, por exemplo, o meu partido, o PDT, faz a sua lista: primeiro, segundo, terceiro. Ele pré-ordena a lista. O eleitor vota na lista nº 12. Ele abre a lista e escolhe um dos que estão lá para elegê-lo.

Feito isso, vamos imaginar que o PDT elegeu quatro Deputados Federais nessa lista. Quem serão os eleitos? O primeiro eleito será o primeiro da lista. O segundo eleito será o primeiro mais votado pelo eleitor. O terceiro eleito será o segundo da lista. O quarto eleito será o segundo mais votado. Assim seguem os suplentes, um da lista feita pelo partido e um da lista feita pelo cidadão, o eleitor.

Nós não podemos fazer uma lista fechada porque o art. 14 da Constituição diz que o voto é universal, direto e secreto. Se a lista é fechada, ele continua sendo universal, continua sendo secreto, mas deixa de ser direto.

Se for a lista flexível, o voto será universal, secreto e direto, porque se vai votar primeiro na lista fechada, que se abre para a escolha do candidato. Isso é muito parecido com a realidade hoje, com uma diferença, não teremos mais as candidaturas individualizadas, não teremos mais gananças de um e de outro candidato.

Aliás, os candidatos nem terão contas. A campanha será feita coletivamente, será feita pela chapa, será feita pela lista.

Subliminarmente, vai-se pedir o voto na lista, mas nunca com campanha individual, nem com gasto individual.

Com isso, nós não tiramos os poderes de S.Exa. o eleitor, o cidadão. A cidadania continuará influenciando na composição da eleição dos Vereadores, dos Deputados Estaduais e dos Deputados Federais.

Sr. Presidente, essa é a minha contribuição. Eu espero que esta Casa tenha a grandeza de examiná-la com transparência. Hoje a lista fechada pura e simplesmente pode esconder muita coisa lá dentro.

Agora, a lista fechada que se abre permite que o partido faça a lista e que o eleitor dê a última palavra, corrigindo, melhorando, aperfeiçoando, elegendo e escolhendo quem ele entende deve ser eleito.

Se o partido fizer a lista e colocar só os caciques, o eleitor pode buscar lá no fim da lista aquele que ele acha que tem que ocupar um lugar melhor na lista.

Os partidos saem valorizados, o eleitor sai respeitado e a democracia cresce, melhora, se qualifica, com essa metodologia e com essa proposta. Por isso, defendo o Projeto de Lei nº 7.869, de 2010, com a

lista flexível para eleição de Vereadores e Deputados.

---

Documento 48/516

---

066.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	06/04/2017- 16:15
Publ.: DCD - 07/04/2017 - 97		ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Saudação aos filiados do PT pela realização de eleições diretas para dirigentes municipais do partido. Apoio do PT a itens de proposta de reforma política. Fracasso do Governo Michel Temer. Anúncio de realização de greve geral no Brasil. Realização de audiência pública pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia destinada ao debate sobre plano de fechamento de agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e de demissão de funcionários da estatal. Uso de recursos de caixa dois por diversas agremiações partidárias. Preparação do PT para a candidatura do ex-Presidente da República Luiz Inácio Luiz da Silva às eleições presidenciais de 2018.

---

**O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que me ouvem neste momento, primeiro, quero aproveitar parte do meu tempo nesta tribuna, nesta tarde, para saudar todos os filiados e filiadas ao Partido dos Trabalhadores de todo o Brasil, em especial os filiados e filiadas ao Partido dos Trabalhadores do Estado do Pará, pelo qual eu fui eleito Deputado Federal.

O PT é o único partido neste País que exerce a democracia para eleger os seus dirigentes municipais, estaduais e nacional. E o que vai acontecer neste domingo é que um dos maiores partidos deste País, em todos os Municípios brasileiros, mobilizará a sua militância, os seus filiados, os seus dirigentes para fazer um grande debate sobre a conjuntura econômica, política e nacional, aproveitando o momento da eleição democrática, que, no PT, chama-se PED.

O Deputado que me antecedeu nesta tribuna, do PSB, cujo nome não vou citar, não perdeu tempo e se referiu ao "*Governo corrupto do PT*". A corrupção está nos homens, e a delação da Odebrecht demonstra que praticamente todos os partidos tiveram nomes citados por terem feito uso de dinheiro do suposto caixa dois.

Portanto, quero aqui dizer que nós estamos de cabeça erguida. Nós não temos medo do fim da aliança proporcional. Estamos defendendo isso na reforma política que vamos discutir nos próximos meses. Nós

não temos medo de cláusula de barreira e vamos defender isso na reforma política nos próximos meses. Nós não temos medo de financiamento público exclusivo para financiar as campanhas e estamos defendendo isso. Aliás, são poucos os partidos que defendem o financiamento público e exclusivo, e o PT é um deles.

Eu quero ver quem terá a coragem de enfrentar uma reforma política neste País para que nós possamos melhorar a vida dos partidos, para que possamos fortalecer os partidos.

Quantos partidos nós teremos em breve, no futuro, se fizermos uma verdadeira reforma política? Com certeza não serão mais 27 partidos que terão representação nesta Casa, pelo menos não com direito a Fundo Partidário e etc.

Eu quero saudar a militância do PT e desejar que neste próximo domingo nós façamos um grande debate por este País afora e que possamos nos organizar cada vez mais para defender que voltemos a ter neste País um Governo legitimamente democrático - e isso só se dará através de eleições, porque o Governo Temer, além de não ser legítimo, além de não ter sido eleito pelo povo, já acabou.

Este País vai de mal a pior. Eles mentiram para o povo brasileiro, dizendo que tinham que tirar a Presidenta Dilma porque o País precisava melhorar a sua economia, porque o País precisava gerar mais empregos. Mentiram muito. Inventaram as tais pedaladas fiscais para justificar a derrubada da Presidenta Dilma, e já faz 1 ano que toda essa equipe do Governo Temer assumiu, com a maioria dos partidos da base, inclusive o PSDB e o Democratas, e eles não têm nada a apresentar para o povo. E o povo está ficando revoltado. Por isso, no dia 28, nós teremos uma grande greve geral neste País, de Norte a Sul e de Leste a Oeste.

Hoje nós tivemos uma audiência pública na Comissão de Integração Nacional para discutir a situação dos Correios. Querem também enfraquecer os Correios e, de certa forma, fazer com que essa instituição, daqui para frente, não seja o que foi até agora: uma grande instituição quase milenar, de marca nacional e de credibilidade.

E agora a nova Direção do Ministério das Comunicações e a nova Direção dos Correios querem acabar até com o plano de saúde dos funcionários, das famílias dos funcionários dos Correios. Querem demitir mais de 25 mil funcionários dos Correios, uma empresa que, se ainda não é superavitária em vários Estados, poderá ser, pois muitos serviços que hoje estão com a iniciativa privada, com empresas privadas, poderão ir para os Correios, a fim de fortalecer a empresa. Portanto, o que esse Governo que assumiu de forma ilegítima fez com o Brasil foi exatamente levar o País para a falência; entregar as nossas empresas para o capital internacional. Até a viação aérea tem sofrido com isso. V.Exa. percebem que uma empresa forte como a TAM agora já pertence ao Chile, a uma empresa chilena? Além disso, quem ganhou as últimas concessões de aeroportos no Brasil, recentemente, foram empresas da Europa - nenhuma brasileira ganhou. Quem está ganhando as concessões de rodovias são empresas espanholas e de outros países. Estão vendendo o setor elétrico. Estão vendendo a

PETROBRAS a preço de banana. Estão quebrando o Brasil. Esta é que é a realidade!

E o povo brasileiro começa a descobrir que se o Partido dos Trabalhadores, ou alguns Deputados do Partido dos Trabalhadores, ou alguns Senadores do Partido dos Trabalhadores, usaram recursos do caixa dois - porque nas delações os delatores dizem isso, e a mídia diz isso -, os outros partidos usaram muito mais. O PSDB e os seus Deputados, Senadores e Governadores usaram muito mais. Quando aparece um delator dizendo que um Deputado ou Senador do PT gastou 200 mil, 500 mil, 1 milhão, com relação aos outros partidos, os valores são de 1 milhão, 5 milhões, 10 milhões, 20 milhões.

Mas até agora, nesses anos de Mensalão, Petrolão, Lava-Jato, não há nenhum tesoureiro de outros partidos, como o PSDB, o PMDB ou o PSD, preso. Somente foram presos, e ainda estão, os tesoueiros do PT. E o Aécio Neves gastou tanto quanto a Presidenta Dilma na sua campanha. E o mesmo dinheiro com que a Odebrecht financiou a campanha Dilma/Temer financiou a campanha do Aécio Neves.

E agora, como a elite percebe que não dá para aguentar o Temer até 2018, está preparando a cassação da chapa Dilma/Temer.

Não dá para aguentar mais o Temer até 2018, principalmente depois dessas reformas fracassadas, como a reforma da Previdência, que não passa neste Congresso da forma como eles encaminharam.

Portanto, nós queremos que o processo democrático seja restabelecido neste País. E o Partido dos Trabalhadores vai se organizar, vai trabalhar para ganhar as eleições novamente, com o Presidente Lula, em 2018, porque esse povo que está governando aí já governou o Brasil durante 20 anos, no período da Nova República, desde o Sarney, Itamar, Collor, Fernando Henrique, e nunca fez nada por este País. As coisas aconteceram no Brasil nos 12 anos em que nós governamos, com o Lula e a Dilma. E agora o Brasil começa, de novo, a ir para o fundo do poço.

Sr. Presidente, gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Era isso que eu tinha dizer.

---

Documento 49/516

---

066.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	06/04/2017- 16:27
Publ.: DCD - 07/04/2017 - 99	ADÉRMIS MARINI-PSDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

---

***Sumário***

Posicionamento do orador contrário à proposta de adoção do sistema de lista fechada nas eleições proporcionais e ao aumento dos recursos do Fundo Partidário para financiamento de campanhas no âmbito da reforma política. Defesa do fim do foro privilegiado de autoridades públicas. Apresentação pelo orador de projeto de lei sobre a atualização dos valores expressões em reais na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física.

---

**O SR. ADÉRMIS MARINI** (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados aqui presentes, a reforma política não era o tema do meu discurso, pela Liderança do PSDB, mas, como estou sucedendo o Deputado Zé Geraldo, do PT, que falou sobre o assunto - e estão aqui as Deputadas Erika Kokay e Benedita da Silva -, acho que é importante me posicionar a respeito.

Eu estou nesta Casa há 90 dias. Venho da Câmara de Vereadores da minha cidade, Franca, e sinto uma frustração muito grande porque acho que esta Casa não vai conseguir, enquanto eu estiver aqui, fazer uma reforma política decente, uma reforma política que realmente venha a fazer com que a população brasileira se sinta efetivamente representada pelos Deputados.

Eu gostaria de reiterar a minha posição contrária à proposta de adoção de lista fechada, porque acho um absurdo. E é importante esta Casa trazer ao debate, o mais rapidamente possível, logo que o Senado Federal se posicionar a respeito, a proposta relativa ao fim do foro privilegiado. Nós precisamos acabar com o foro privilegiado.

Discute-se a questão do caixa dois, que nos remete a outro assunto, o do financiamento público das campanhas eleitorais. Uma das propostas do Relator é a do aumento do Fundo Partidário, à qual também me posiciono contrariamente. Segundo os dados iniciais, chegaria a algo em torno de 5 bilhões de reais. No momento em que nós estamos discutindo aqui uma série de reformas e estamos cobrando da população sacrifício, como é que votaremos uma proposta que, de repente, aumenta o Fundo Partidário para algo em torno de 5 bilhões?

Sr. Presidente, esta é a minha posição: eu acho que a Câmara dos Deputados dificilmente vai aprovar uma reforma política decente, do meu ponto de vista.

Defendo, com base num debate que eu fiz com alguns nobres colegas Deputados e no que ouvi a Ministra Cármen Lúcia defender, o plebiscito sobre reforma política. Defendo que a população brasileira apresente proposta sobre a reforma política. Aí, sim, nós teremos uma reforma política decente.

Nem vou falar da questão partidária, como Líder do PSDB, para não entrarmos em discussões. E agradeço. A Deputada Erika Kokay já está me olhando. Eu disse que ia falar por apenas 3 minutos.

Mas o que me traz à tribuna é o Imposto de Renda Pessoa Física. Eu protocolei nesta Casa um projeto de lei sobre o assunto. Queria

agradecer ao meu colega Éder Brazão, advogado da minha cidade, de Franca, que me alertou para esse assunto, e começamos a fazer um estudo. Vi que a Deputada Laura Carneiro também apresentou um projeto a respeito do tema, mas o projeto que acabamos de protocolar é mais completo, porque visa ao reajuste da tabela do Imposto de Renda para 2018 e 2019.

Só para os nobres colegas Deputados terem uma ideia, desde 1990, quando a economia brasileira iniciou a chamada desindexação, até os dias atuais, houve doze reajustes na tabela do Imposto de Renda, mas esses reajustes ficaram muito aquém da realidade.

A título de comparação, para os nobres colegas Deputados terem uma ideia da defasagem da tabela do Imposto de Renda hoje, destaco que, em 1996, o limite de isenção do Imposto de Renda era de 900 reais. E, naquela época, o salário mínimo era de 112 reais. Ou seja, o salário mínimo representava 12% da faixa de isenção. Atualmente, o limite é de 1.903 reais, para um salário de 937 reais. Ou seja, essa proporção corresponde a 49% do salário mínimo. No ano-calendário de 2007, 36% da população tinha imposto a pagar na declaração do Imposto de Renda. Em 2014, esse número passou para 59%.

Em virtude disso, nós apresentamos projeto de lei que atualiza a base de cálculo do Imposto de Renda e as deduções legais pelo IPCA acumulado de abril de 2015 e dezembro de 2016. No final deste mês, todos os brasileiros que não estão fora da faixa de isenção têm que apresentar a declaração do Imposto de Renda. Isso acaba se tornando aumento do imposto no País.

Nós precisamos fazer justiça. Gostaria do apoio dos nobres colegas para discutirmos esse tema na Câmara dos Deputados o mais rapidamente possível. A Deputada Laura Carneiro também apresentou projeto, que eu assinei, junto com ela.

O brasileiro não aguenta mais essa carga tributária que, por causa da crise por que passa o País, já corresponde a 37% do PIB. Qual é o benefício que a população tem? Quase nenhum. Essa é a realidade. Então, nós precisamos fazer justiça.

Sr. Presidente, nobres Deputadas, obrigado pela paciência.

---

Documento 50/516

---

068.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	10/04/2017-19:12
Publ.: DCD - 11/04/2017 - 90	MISAEEL VARELLA-DEM -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

## *Sumário*

Contrariedade às propostas de financiamento de campanhas e à adoção do sistema de escolha de candidatos por lista fechada contidas no bojo de reforma política em apreciação pela Câmara dos Deputados.

---

**O SR. MISAEL VARELLA (DEM-MG. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Congresso corre o sério risco de criar uma reforma política anômala, com as propostas de lista fechada e financiamento de campanhas. É o momento de pensarmos se, na atual crise, devemos onerar ainda mais os cofres públicos com repasses aos 35 partidos políticos existentes hoje. Cabe também uma profunda reflexão sobre a tão cobrada transparência de nossa classe, ao propormos que o sistema de lista fechada seja adotado justamente quando o foro privilegiado sustenta a liberdade de nomes nesta Casa. A reforma política que a população tanto almeja ainda não foi apresentada. A diminuição ou até mesmo o corte total de repasses públicos e de siglas, através de uma eficiente cláusula de barreira, o fim da reeleição e a obrigatoriedade do voto, temas tão debatidos pela população, não chegam ao Congresso. É impensável falar em mudanças sem que nada ou pouco mude, sem que possamos ouvir quem realmente paga o preço de campanhas Brasil afora. Mais uma vez, a volta da credibilidade dos políticos em todas as esferas do poder vai sendo deixada de lado. Resta saber se os demais Parlamentares, que, assim como eu, não estão envolvidos em escândalos de corrupção, compartilham das mesmas opiniões a respeito do tema. Uma reforma de verdade deve cortar o mal pela raiz, propor novos rumos para a estrutura política vigente e sanar de uma vez por todas as desconfianças e desilusões do povo com os governantes que escolheram. Sr. Presidente, peço que meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 51/516

---

073.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	12/04/2017-09:28
Publ.: DCD - 13/04/2017 - 21	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



## *Sumário*

Artigo intitulado *Vida Antes da Morte*, de autoria do orador, publicado no Blog do Noblat, a respeito do momento político brasileiro sob a ótica do significado da Páscoa. Defesa de Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para a reforma política.

---

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, eu queria registrar que ontem fiquei surpreso: a tal recuperação fiscal acabou rapidamente. Parece que muitos estavam querendo se recuperar de uma fiscalização externa talvez excessiva. Enfim, vamos tentar voltar à atuação normal do Parlamento. Registro meu artigo publicado no Blog do Noblat chamado *Vida Antes da Morte* e outro texto, feito a partir de reflexões desta noite sobre o tal fim do mundo e a necessidade urgente de reformar radicalmente o modo de fazer política e o financiamento de partidos, para que não haja o central dessas investigações todas: a promiscuidade entre grandes empresas, que são corruptoras, e parte do mundo político público e privado, e troca de favores. Tudo isso é absolutamente indevido. Temos que enfrentar!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento, para inserção nos Anais da Câmara, artigo publicado hoje, dia 11 de abril, no Blog do Noblat. Trata da Páscoa e da necessidade de nos renovarmos na política também. *Vida antes da morte.*

Na Semana Santa, lembra-se que a dialética vida-morte-ressurreição atravessa a caminhada da humanidade. Ela vai além das religiões: tese, antítese e síntese estão no âmago de tudo o que pulsa no planeta. O cristianismo, religião oriental que se espalhou pelo Ocidente, carrega esse fascinante mistério no seu próprio coração, ao afirmar que a morte não tem a última palavra.

Hoje já se entende que não é possível ficar esperando o paraíso depois de uma existência de privações. É preciso começar a construí-lo aqui e agora: "*Venha a nós o vosso Reino*". Para quem celebra a Páscoa, a preparação nos dias que a antecedem é plena de humanismo. O Cristo aclamado com ramos na entrada em Jerusalém, sobre um jumentinho - e não sobre um cavalo dos reis belicosos -, será o mesmo a ser repudiado dias depois, com a multidão pedindo sua crucificação. O Cristo que sua sangue no Horto das Oliveiras, na iminência do terrível sofrimento - "*Pai, afasta de mim esse cálice!*" -, é o mesmo que, horas antes, celebra a fraternura na doce partilha do pão com seus amigos fiéis. Companheiros, os que repartem o mesmo pão! O que é a vida, então, senão sofrimento e superação, dor e alegria,

medo e coragem, angústia e serenidade, morte e ressurreição? O escuro da cruz, na sexta-feira da paixão, prenuncia a páscoa dominical, *pesach*, travessia de luz. Libertação de todos os cativeiros. Assim também na história dos povos e nações, mediatizada por conjunturas sócio-políticas concretas. No Brasil de hoje, a crescente cavalcada da discriminação, da eliminação do que difere, é sinal sombrio de morte. É abominável quando uma figura pública fala, altissonante, de seu ódio a indígenas e quilombolas - tratando-os como animais sem direito a território, os "*que nem para procriar servem*" - e às mulheres, geradas por "*uma fraquejada*". O ovo da serpente do fascismo está sendo chocado quando é aplaudido por uma multidão, talvez ignorante de recentes tempos sombrios, "*passagem desbotada na memória de nossas novas gerações*".

A morte entra devagarinho na vida social quando um modelo econômico, fundado no êmulo da ganância, deixa mais de 13 milhões desempregados. Ou quando o poder público, quebrado por desonerações a grandes empresas e pelo roubo dos gestores, mostra-se incapaz de prestar os serviços básicos de saúde, saneamento, educação, moradia e locomoção à maioria dos cidadãos. O véu da morte também cobre um sistema político agonizante, sustentado até então pelo poder dissolvente do dinheiro, no qual as maiorias sociais não conseguem representação.

A Páscoa - dos ateus, da cosmovisão afro e nativa, dos cristãos, judeus, muçulmanos, budistas e adeptos de todos os credos - só chegará para quem se empenhar em gastar sua vida enfrentando as forças da morte e agregando mais vida à sociedade, para torná-la menos injusta.

O ovo, de energético chocolate, muito além do consumismo, tem enorme simbolismo, que Adélia Prado destaca: "*túrgido de promessa, guarda um sol ocluso: o que vai viver, espera*". Que, removida a pedra do túmulo, possa emergir um humanismo radical.

Agradeço a atenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham, eis o meu pronunciamento.

Fim do mundo.

A quase centena de inquéritos sobre autoridades no STF e os duzentos processos em outras instâncias da Justiça devem-se a duas razões fundamentais - e deploráveis: grandes corporações empresariais financiaram figuras públicas e legendas em troca de atendimento a seus interesses, como privilégios em licitações nos Executivos e aprovação de leis facilitadoras de seus negócios nos Legislativos; candidatos e autoridades cobraram apoio financeiro de empresas para colocar-se a seu serviço, sendo que isso permitiu ilícito aumento patrimonial a vários e fatura de recursos - muitas vezes, pelo caixa dois - nas campanhas, desequilibrando a disputa.

Poderosos corruptos e corruptores cederam ao poder dissolvente do dinheiro. O sistema político está apodrecido e precisa ser substancialmente modificado. Na minha visão, só uma Assembleia

Nacional Constituinte exclusiva para a reforma política, com intensa participação popular, será capaz de avançar neste sentido. Face à mais grave crise da República desde que superamos a ditadura civil-militar, é de interesse público que sejam realizadas investigações também sobre Michel Temer, para as quais o PSOL entrará com representação ainda hoje; que as autoridades que têm funções especiais de mando - como Ministros, Presidentes de Poderes e relatores de projetos - delas se afastem, até que tudo se esclareça; que os órgãos de controle ético da Presidência da República e do Congresso Nacional abram, de ofício, procedimentos apuratórios preliminares da conduta dos investigados; que os denunciados (ou simplesmente citados) se coloquem publicamente, apresentando suas razões, abrindo suas contas e colocando-se à disposição da Justiça; que o poder constituinte originário, o povo, seja demandado para, através de regras eleitorais claras e paritárias, escolher seus novos governantes e legisladores.

---

Documento 52/516

---

073.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	12/04/2017- 11:30
Publ.: DCD - 13/04/2017 - 53	JÚLIO DELGADO-PSB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apreensão do Congresso Nacional e da sociedade brasileira diante da divulgação de lista de políticos alvo de inquérito no âmbito da Operação Lava-Jato. Falta de credibilidade ao Parlamento para a realização de reformas sem consulta popular, por referendo ou plebiscito homologatório.

---

**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho aqui nesta manhã para dizer que o Congresso, Brasília e o Brasil foram tomados não por surpresa, mas por apreensão e inquietude muito grande com a divulgação da quebra do sigilo dos inquéritos cuja abertura foi autorizada pelo Ministro Fachin.

Quero dizer que nós não devemos, neste momento, Deputado Flavinho, prejulgar ninguém. Eu acho que a isenção clara se faz necessária, assim como é necessário que possamos apurar a conduta daqueles que, citados e investigados, vão provar a sua inocência. Eu tenho certeza de que muitos nomes nesse meio foram citados à

revelia ou sem a comprovação de eventual envolvimento na Lava-Jato, mas é preciso responsabilizar também aqueles que se locupletaram de dinheiro público e que participaram de todo o esquema de corrupção que envolveu não só a PETROBRAS, mas todos aqueles que estão sendo investigados pela Lava-Jato.

Eu quero manifestar claramente essa nossa posição, e é assim que vamos atuar.

Brasília ontem foi tomada por surpresa quando da divulgação da lista - é lógico, complicada -, que envolvia nomes importantes, que inclusive conduzem reformas que estão sendo discutidas nesta Casa, a ponto de poderes e forças antagônicas se juntarem para tentar uma blindagem, na votação para a escolha dos membros do Conselho de Ética - isso aconteceu na noite de ontem, quando a sessão aqui foi interrompida. Houve uma pressa danada para escolher o Conselho de Ética, depois de toda a demora, para poder, de certa forma, fazer essa blindagem. Forças totalmente antagônicas estavam juntas, e nós, Deputado Flavinho, eu e V.Exa., que estávamos no Conselho de Ética, acompanhamos isso.

Quero dizer que neste momento, Deputada Jô Moraes, nós não temos a menor condição de patrocinar determinadas reformas - trabalhista, previdenciária, política, renegociação das dívidas - sem consultar a sociedade, que está aturdida com o que aconteceu aqui no Parlamento.

Não dá para fazermos; não há credibilidade suficiente para isso; não há respeito nenhum da sociedade para que possamos patrocinar determinadas reformas que vão atingir o cidadão, que vão mexer com a vida do cidadão. Isso não pode ser feito por pessoas que estão neste momento, de certa forma, envolvidas. Espero que elas possam provar a sua inocência e o seu não envolvimento, mas este Congresso está violentamente comprometido em função disso tudo.

Como foi dito aqui por vários colegas - o Deputado que me antecedeu falou da questão previdenciária, outro Deputado que me antecedeu falou da reforma política -, nós não temos como fazer qualquer tipo de reforma neste momento sem passar por uma consulta popular. Uma reforma política comprometida tem que passar, depois, por um referendo ou, antes, por um plebiscito; uma reforma da Previdência tem que passar por um referendo ou um plebiscito; uma reforma trabalhista tem que passar por um referendo ou um plebiscito.

Nós temos que, neste momento, já que não dá para fazer uma Assembleia Constituinte, fazer com que os nossos atuais Constituintes deleguem ao povo essa decisão, para não haver suspeição, de modo que ele diga se concorda ou não com o que vai ser aprovado.

Este é o nosso posicionamento. Queríamos que isso fosse ouvido pelos Líderes que conduzem esta Casa, com a responsabilidade devida, dando ao povo a regalia de, por referendo ou plebiscito, homologar qualquer decisão que este Parlamento tome daqui por diante.

Muito obrigado.

073.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	12/04/2017- 11:30
Publ.: DCD - 13/04/2017 - 46	CARLOS ZARATTINI-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Críticas à forma de condução da Operação Lava-Jato. Prejuízos causados ao País pelo descrédito da classe política perante a opinião pública. Defesa de realização da reforma política. Reafirmação do compromisso do PT com a defesa dos interesses do povo brasileiro. Contrariedade às propostas de reforma trabalhista e previdenciária.

---

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ontem, o País assistiu à divulgação da famosa lista da Odebrecht, uma divulgação feita, como se esperava, com todo o alarido e da forma mais ampla possível, de modo a atingir todos os grandes partidos políticos deste País, abrangendo Governadores, Senadores, Deputados, Prefeitos e um sem-número de pessoas que não têm mandato e vão ser processadas e investigadas através de outras varas da Justiça.

Nós consideramos que essa divulgação e a forma como vêm sendo feitas as investigações da operação Lava-Jato caracterizam claramente um estado de exceção em nosso País, um estado de exceção em que se aceitam delações como provas, em que se fazem prisões sem provas, em que praticamente deixou de existir o instituto do *habeas corpus*, que nem na própria ditadura militar tinha deixado de existir, em que não existe mais a presunção da inocência. Ao contrário, todos são culpados até que se prove o contrário.

Esse estado de exceção vem sendo, na prática, referendado de forma completamente arbitrária por órgãos como o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que reconheceu que a Operação Lava-Jato poderia funcionar desrespeitando a legislação, porque se tratava de uma operação de exceção, e, muitas vezes, com o beneplácito do Supremo Tribunal Federal.

A forma de divulgação dessa lista atinge a reputação e a credibilidade de todos os que foram citados, de forma irreparável.

A abertura do inquérito, em tese, não coloca ninguém sob suspeição. Isso não é uma prova. A abertura do inquérito não significa o julgamento, mas, da forma como foi feita essa divulgação, não há dúvida de que todos aqueles que foram citados aparecem na sociedade como culpados.

Todos os que foram parar no noticiário sem contraditório, porque não houve possibilidade sequer de haver um, já estão condenados pela opinião pública, e a redução do prejuízo só vai ocorrer ao final de um longo processo.

Eu quero relembrar aqui a todos os Deputados e Deputadas, a todos os que assistem à *TV Câmara* e que nos acompanham pela Internet que o PT sempre, na sua história, defendeu o financiamento público de campanha, em primeiro lugar, para impedir que o poder econômico decidisse os rumos do País e, em segundo lugar, para que não se colocasse sob suspeição permanente a atividade política, que é o que acontece hoje.

Hoje existe uma desconfiança em todo o País em relação aos políticos, sejam do Legislativo, sejam do Executivo, e isso desacredita, desune, desagrega o País. Precisamos reverter essa situação. E vamos fazer isso por meio de uma reforma política.

Quando o foco era exclusivamente o PT, muitos se aproveitaram e nunca questionaram a fundamentação daquelas denúncias; muitos se alegraram com as denúncias contra o PT, e muitos se utilizaram delas para afastar a Presidenta Dilma do Governo.

Agora, as denúncias atingem todos os partidos, todas as correntes, e é necessário que se faça, sim, uma investigação, que se instaurem os inquéritos, mas também que se permita que esta Casa, este Congresso, faça uma reforma política que, evidentemente, afaste o poder econômico da atividade política. Isso tem que ser realizado. Isso tem que ser feito.

A bancada do PT vem se manifestar nessas condições. Ela vem dizer que todos os Deputados e Senadores do nosso partido que serão investigados deverão exercer o seu direito de defesa perante a Justiça brasileira, mas nós não aceitamos, em hipótese alguma, uma condenação prévia. Nós não aceitamos, em hipótese alguma, uma condenação midiática, como a que vem sendo feita, e vamos continuar trabalhando permanentemente, sem nenhuma vacilação, em defesa do povo brasileiro.

Aqueles que acham que o nosso partido vai parar de combater reformas como a da Previdência, que quer retirar direitos de milhões de trabalhadores até a sua aposentadoria; como a reforma trabalhista, que quer jogar na completa desorganização o mercado de trabalho, desrespeitando direitos duramente conquistados, querendo impedir que o nosso partido defenda os trabalhadores da cidade e do campo, a democracia e a soberania nacional, vão se equivocar.

O nosso partido vai continuar lutando, vai continuar batalhando. Vamos nos defender de qualquer acusação, mas vamos continuar defendendo o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Extraordinária - CD

Publ.: DCD -  
19/04/2017 - 22

LUIZ COUTO-PT -PB

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Ações de centrais sindicais, da Diretoria Executiva do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba - ADUFPB, da Câmara Municipal de São Carlos, da Câmara Municipal de Soledade e da Câmara Municipal de Vereadores de Caraúbas, Estado da Paraíba, contrárias à proposta do Governo Federal de reforma previdenciária. Carta do Cariri, com abaixo-assinado contra a proposta de reforma previdenciária.

---

**O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, peço registrar pronunciamento que faço sobre a ação das Centrais Sindicais e da Diretoria Executiva do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba - ADUFPB contrária à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016.

Registro ainda documento da Câmara Municipal de São Carlos em repúdio à PEC 287, pedindo que votemos contra a proposta; e a Carta Aberta Contra a Reforma da Previdência, do Município de Caraúbas, na Paraíba.

A Câmara Municipal de Soledade, na Paraíba, também se manifesta contrariamente, dizendo que os Parlamentares da Paraíba que votarem favoráveis à PEC terão uma resposta em 2018, quando não receberão votos.

Registro, por fim, a Carta do Cariri, com um abaixo-assinado, intitulada: *Levante do Cariri*.

Gostaria que tudo fosse dado como lido e peço que seja dada publicidade nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muitas vezes, ainda este ano, manifestei desta tribuna o meu apoio à sociedade brasileira, aos sindicatos e aos movimentos sociais de todo o Brasil, em greve. Hoje retorno aqui para prestar o meu apoio e solidariedade às Centrais Sindicais e à Diretoria Executiva do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba - ADUFPB, do Município de João Pessoa, assim como à população pessoense que, inevitavelmente, sofrerá com as reformas enviadas pelo Executivo ao Congresso Nacional.

As Centrais Sindicais estão denunciando a abrupta reforma da Previdência, a explicação para as chamadas crises econômica e política e a reforma trabalhista, que prejudica os planos de cargos e salários, a assistência à saúde e as melhores condições de trabalho. Todas as denúncias mais do que justas!

A decisão pela mobilização, que vai até o dia 19 de abril, foi definida do dia 30 de março ao dia 2 de abril, em assembleia da categoria.

Com a paralisação, marcada para 28 de abril, setores importantes para a vida da cidade deixam de funcionar. Além destes servidores, entendemos que o sindicato deve ampliar o seu empenho, a partir das ações de greve, no sentido de continuar o fortalecimento, construindo a unidade entre as diferentes categorias, movimentos sociais e populares, centrais sindicais, sindicatos, frentes e fóruns nos Municípios e Estados, para organizar uma greve geral, que será realizada no dia 28 de abril.

De acordo com o comando de greve, que representa a categoria, a crise pela qual passa os Estados e Municípios é a expressão avançada da política regressiva do Governo Federal, que privilegia os interesses do bloco político-social no poder, em detrimento dos interesses dos trabalhadores/as e do povo, a qual precisamos combater.

A luta por estabelecer a garantia dos direitos já conquistados tem sido árdua. Os trabalhadores/as e populares já fizeram paralisações pontuais desde o golpe de 2016, na tentativa de sensibilizar Estados e Municípios. De acordo com informações prestadas pelos grevistas, existe uma grande intransigência do Governo golpista e usurpador de Michel Temer em atender o comando de greve para garantir os direitos já conquistados.

Desta forma, quero aqui me solidarizar com a luta das Centrais Sindicais, dos movimentos sociais, dos sindicatos da Paraíba e de toda a população brasileira e reafirmar o meu compromisso com a categoria. Na oportunidade, quero fazer um apelo a toda a população para que se estabeleça, emergencialmente, uma frente mais ampla de reivindicação para que novas eleições diretas venham a ocorrer neste País, e a democracia venha a ressurgir novamente.

Fica, portanto, o meu apoio à luta dos servidores e o meu apelo à busca de um novo amanhã.

Finalmente, quero registrar a nota da Diretoria do ANDES-SN sobre a greve geral de 28 de abril, convocando todas as entidades sindicais para participarem da greve geral com o grito de greve: *A hora é agora! Unir e mobilizar para a greve geral em 28 de abril!*

Era o que tinha a dizer.

*(O abaixo-assinado com assinaturas originais a que se refere o Deputado Luiz Couto encontra-se na Coordenação de Arquivo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, conforme GT nº 01/2014 - SERAD/DETAQ, emitida pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação - art. 98, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.)*



## DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR

### Carta Aberta contra a reforma da Previdência (PEC 287/2016)

As autoridades e demais pessoas abaixo assinadas, reuniram-se no dia 18 de Março de 2017, na Câmara Municipal de Vereadores da Cidade de Caraúbas-PB, manifestam posicionamento contrário sobre a Reforma da Previdência Social, tendo em vista que ela está fundamentada em premissas equivocadas e contém inúmeros absurdos contra os direitos sociais.

A PEC 287/2016 apresentada pelo governo sob discurso de catástrofe financeira e "déficit", que não existem, considerando-se grave o descumprimento aos artigos 194 e 195 da Constituição Federal de 1988, que insere a Previdência no Sistema de Seguridade Social, juntamente com as áreas de Saúde e Assistência Social, sistema que tem sido, ao longo dos anos, altamente superavitário em dezenas de bilhões de reais.

O superávit da Seguridade Social tem sido tão elevado que anualmente são desvinculados recursos por meio do mecanismo da DRU (Desvinculação de Receita da União), que são retirados da Seguridade Social e destinados para outros fins, especialmente para o pagamento de juros da dívida pública, que nunca foi auditada, como manda a Constituição.

Diante disso, a proposta de reforma apresentada pelo governo desfigura o sistema da previdência social conquistado ao longo dos anos e dificulta o acesso a aposentadoria e demais benefícios à população brasileira que contribuíram durante toda sua vida. Além disso, tal reforma prejudicará diretamente a economia dos municípios, uma vez que a grande maioria sobrevive dos benefícios da previdência social, que superam o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Diante disso, somos todos CONTRA a PEC 287/2016 até que se discuta democraticamente, mediante a realização de audiências públicas que possibilitem a participação da sociedade no sentido de construir alternativas que venham melhorar o sistema de Seguridade Social e ampliar a sua abrangência, impedindo o retrocesso de direitos sociais.

Caraúbas, 18 de Março de 2017.

Diretoria do ANDES-SN divulga nota sobre greve geral de 28 de abril  
A diretoria do ANDES-SN divulgou na última segunda-feira (3), por meio da Circular 087/17, uma nota na qual ressalta a importância da construção da Greve Geral de 28 de abril para barrar os ataques que os governos federal, estaduais, municipais e o Congresso Nacional têm desferido aos direitos dos brasileiros.

Nota da Diretoria do ANDES-SN

A hora é agora! Unir e mobilizar para a greve geral em 28 de abril!

A diretoria do ANDES-SN reunida em Brasília, no período de 30 de março a 2 de abril de 2017, avaliou que a construção das lutas nos dias 8, 15, 28 e 31 de março foi positiva e acertada, demonstrando a disposição e a possibilidade da classe trabalhadora de se mobilizar, reagindo à crise econômica e política pela qual passa o país.

As ações do mês de março demonstraram que o empenho do ANDES-SN, junto com outras entidades e movimentos sociais, no sentido de construir a unidade de ação é o caminho para barrar as contrarreformas em curso. Junto com o aumento quantitativo e qualitativo das lutas e da indignação social contra o ilegítimo governo Temer, mergulhado profundamente na lama da corrupção, há também uma evidente crise no sistema político institucional que tende a se agravar nos próximos dias. Temos que intensificar os esforços de esclarecimento e mobilização da nossa categoria e da população, além de ampliar a unidade na luta.

Entendemos que o Sindicato deve ampliar o seu empenho, a partir das ações da diretoria, das secretarias regionais e das seções sindicais, no sentido de continuar fortalecendo e construindo a unidade entre as diferentes categorias, movimentos sociais e populares, centrais sindicais, sindicatos, frentes e fóruns nos municípios e estados, para construir a greve geral.

Esse é o momento de ampliarmos a mobilização interna em nossas instituições de ensino, fazendo panfletagens, assembleias dos três segmentos, debates e visitas aos departamentos; dialogando com os professores/as sobre os riscos das contrarreformas da Previdência (PEC 287) e trabalhista, da terceirização e dos cortes de verba, para a classe trabalhadora e para os serviços públicos, destacando seus impactos para a educação pública. Também devemos intensificar a pressão sobre os deputados/as e senadores/as nos estados, exigindo posicionamento público contrário às contrarreformas em pauta.

Entendemos que a crise pela qual passam as universidades estaduais e municipais é a expressão avançada da política regressiva do governo federal, que privilegia os interesses do bloco político-social no poder, em detrimento dos interesses dos trabalhadores/as e do povo, que está sendo imposta ou reproduzida pelos governos estaduais e municipais, contra a qual temos que nos mobilizar para combater.

Manifestamos, enfaticamente, nossa maior solidariedade e disposição de luta junto com os/as professores/as, a comunidade acadêmica e a população dos estados e municípios que estão sendo objeto de ataques selvagens nos seus direitos!

A hora é agora! Temos que dar uma resposta à altura dos ataques que estamos sofrendo. Mobilizar, resistir e avançar na organização dos professores/as em articulação com os demais trabalhadores/as para defendermos os serviços públicos e os direitos.

Nenhum direito a menos! Fora Temer! Rumo à greve geral em 28 de abril!

Brasília, 2 de abril de 2017

Diretoria do ANDES-SN

## Boletim Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa - Paraíba Greve geral

A Diretoria Executiva da ADUFPB se dirige a toda comunidade acadêmica da UFPB para abrir um amplo e democrático debate acerca da convocatória feita por todas as Centrais Sindicais do país para construirmos, no dia 28 de abril, a Greve Geral dos trabalhadores(as) brasileiros(as) contra as medidas do governo Temer. Em 2016, esse debate já havia sido pautado entre nós em razão das necessidades à época, especialmente em razão das propostas de ajuste fiscal empreendidas pelo governo federal, que culminou com a aprovação da PEC do limite dos gastos sociais, atual Emenda Constitucional 95. Portanto, a Diretoria da ADUFPB sente-se mais uma vez instada a se manifestar para evitar que qualquer desinformação sobre as características distintivas a respeito desses dois instrumentos de luta dos trabalhadores - Greve Geral e Greve Específica - possam se transformar em óbices para nossa participação neste importante momento da história das lutas no país.

Como já afirmamos noutra oportunidade, o atual momento político brasileiro caracteriza-se, a nosso ver, pela inquestionável intenção do governo ilegítimo de Michel Temer de servir de forma abjetamente submissa à representação social - nacional e internacional - do capital rentista globalizado, no sentido da superação da crise - mais uma, cíclica, inerente ao próprio processo de produção capitalista em sua dinâmica - de acordo com os ditames emanados por essa representação. Para tanto, busca de um modo geral "jogar a conta" da mencionada crise nas costas da classe trabalhadora brasileira, usando, como principal instrumento para atingir essa finalidade, a retirada dos direitos arduamente conquistados pelos trabalhadores, ao longo de muitos anos de lutas, desde o final do século XIX e início do século XX: esse é o real objetivo do governo quando apresenta as reformas trabalhista e da previdência social.

Não temos dúvidas de que o processo em curso, no qual os propósitos estão nitidamente manifestos, caso seja bem sucedido, irá penalizar, com toda a sua dureza, o conjunto dos integrantes da sociedade brasileira que obtêm sua subsistência por meio de seus salários. Esses serão alijados, ainda mais do que já o são, de seus direitos ao trabalho protegido, aos benefícios previdenciários, à saúde, à educação e demais políticas públicas, gratuitas e de qualidade.

O conjunto dos trabalhadores brasileiros, por intermédio de diversas Centrais Sindicais, sindicatos de base, frentes de lutas e demais organizações políticas, em presença no cenário brasileiro contemporâneo, vem buscando, coletivamente, amadurecer a concepção e efetivação de uma estratégia que possa barrar esse verdadeiro sequestro de seus direitos. E, nesse processo de construção tático-estratégico, configura-se como elemento de importância capital a realização de uma greve geral, envolvendo o máximo possível aqueles a serem mais duramente atingidos pelas medidas governamentais pretendidas - muitas delas já anunciadas e outras em processo de implementação. Ou seja, o horizonte almejado

para a abrangência da greve é a totalidade dos trabalhadores brasileiros.

Isso posto, é evidente que, por conta da abrangência pretendida e das condições concretas da atual realidade brasileira, a previsão é que ela seja de curta duração, como alerta e sinalização da postura mobilizada, disposta à luta e resistência dos trabalhadores brasileiros, frente à ameaça de retirada de seus direitos.

**Greve específica**

Cabe expressar, ainda, que não está, no atual momento, colocada dentre as perspectivas de luta, nem da ADUFPB, nem do ANDES-SN, qualquer indicação de greve específica docente, nos moldes do movimento paredista realizado nacionalmente pelos professores das IFES em anos anteriores. Ainda que tenhamos a clara percepção da existência de uma forte articulação entre as dimensões específica e geral das lutas dos trabalhadores, tal instrumento de luta tem sua aplicabilidade adequada a outro contexto, bastante distinto do que se apresenta no presente.

Por fim, nunca é demais repetir, as decisões e definições dos instrumentos de luta a serem acionados em cada contexto que se apresente foram, são e serão, sempre, tomadas pela categoria, soberanamente e democraticamente, em suas instâncias próprias de deliberação. Neste sentido, aproveitamos a oportunidade para convocar todos os docentes para nos dias 18 e 19 de abril participarem da rodada de Assembleias, que terá como principal pauta o debate e a decisão da categoria sobre a Greve Geral do dia 28.04.2017.

Diretoria Executiva da ADUFPB

Estado da Paraíba

Poder Legislativo Municipal

Câmara Municipal de Soledade

"Casa Conselheiro José Osório da Nóbrega"

Ao Exmº Sr.

Deputado Federal - Luiz Couto - PT

Carta Soledade-PB

Aos vinte e um dias de março do ano de dois mil e dezessete, a Câmara Municipal de Soledade-PB, reuniu-se em Sessão Especial no Plenário desta casa, contando com a presença do Exmº Sr. Prefeito Geraldo Moura Ramos, Vereadores, Líderes Sindicais e Comunitários, Trabalhadores do campo e da cidade e Sociedade Civil Organizada para debatermos em sua totalidade a PEC 287 (Reforma Previdenciária) e os malefícios à classe trabalhadora deste país.

Diante disto, comunicamos a Vossa Excelência que em Soledade-PB, nós, vereadores deste município, em sua totalidade, não votaremos e não representaremos nas eleições de 2018, candidatos que votarem pela retirada dos direitos previdenciários dos trabalhadores do campo e da cidade.

Vereadores:

Reginaldo Gomes Falcão - PR

Osório Guedes Policarpo Neto - PROS

Adeilson Joellby Martins Mariano - PMDB  
Vânia Maria Ouriques Leal - PR  
Júlio Cezar de Vasconcelos Garcia-PMDB  
Alexandre Gomes de Souza - PSDC  
Wellington Di Karlos de O. G. Ramos Pereira - PSDB  
José Correia de Queiroz Neto - PTdoB  
Sala de Reuniões, 21 de março de 2017

#### Carta do Cariri

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2017, reunidos, em São João do Cariri, "Cidade mãe" do Cariri Paraibano, presentes ao ato público intitulado de Levante do Cariri Contra a Reforma da Previdência, a sociedade organizada do Cariri e de outras regiões do Estado da Paraíba, representada por seus Vereadores, Prefeitos, Professores, Agricultores Familiares, Sindicalistas e toda população do semiárido nordestino, evidencia sua discordância em relação ao texto da proposta de Reforma da Previdência (PEC 287/2016), tendo em vista que esta não considera a força de trabalho deste segmento que inicia sua vida laboral ainda criança e com a aprovação desta PEC subjugará toda região.

Consideramos que antes de retirar direitos dos trabalhadores se faz necessários esforços no combate a sonegação e na busca de créditos dos devedores que ultrapassam 400 bilhões de reais com o INSS, como é de conhecimentos de todos. Ainda, sejam reavaliados a necessidade de manutenção dos bens imóveis da previdência social, uma vez que dos 5.685 imóveis, 3.485 estão irregulares e não utilizados e 2.200 em uso, consumindo cerca de 20 milhões de reais anuais apenas com manutenção e condomínio, configurando um verdadeiro descaso com o dinheiro do trabalhador.

Consideramos também que os recursos da Seguridade Social, Artigos 194 e 195 da CF, estão sendo desviado a outros propósitos originais de nossa Carta Magna, utilizando-se inclusive os mecanismos da DRU (Desvinculação de Receitas da União), que em moeda corrente representou nos últimos anos a desvinculação de mais de 270 bilhões de reais.

Toda economia de nossos municípios está à beira de uma enorme crise, sem precedentes tendo em vista que com o vácuo que será criado com esta nefasta PEC 287, devido ao aumento da idade mínima para aposentadoria do agricultor, pois o valor originário das aposentadorias rurais ultrapassam os FPM dos municípios desta região.

Corroboramos com o entendimento do Ministério dos Direitos Humanos que a PEC 287/2016 afronta direitos sociais e representa um retrocesso social.

Exigimos a suspensão da tramitação da PEC 287/2016, com a finalidade de discutir ampla e democraticamente alternativas, através de audiências públicas em todos os estados brasileiros e demonstrar toda a transparência os recursos da Seguridade Social.

Apoiamos a CPI da previdência, a fim de apurar no Congresso

Nacional obscuridades em nosso sistema previdenciário, tomando as medidas punitivas exemplares aos responsáveis de irregularidades encontradas.

Exigimos que nenhuma regra para concessão de aposentadoria ao Agricultor Familiar seja alterada.

Esclarecemos ainda que, todos os abaixo assinados recusam a votar em qualquer um deputado ou senador que apoie esta PEC maldita e qualquer outro retrocesso aos direitos trabalhistas e sociais do povo brasileiro, ou ainda que apoie a chamada lista fechada para futuras eleições, manchando ou evidenciando a capacidade da histórica política destes maus representantes.

São João do Cariri - PB, 24 de março de 2017

Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

Referência:/Ita/

Processo no 1159/2017

Ofício-Circular

São Carlos, 05 de abril de 2017.

Cumpre-me informar que esta Câmara Municipal, em sessão ordinária ontem realizada, aprovou a Moção de Repúdio nº 0167, de iniciativa do vereador Moises Lazarine, subscrita por esta presidência e pelos Vereadores: Malabim, Marquinho Amaral, Cidinha do Oncológico, Laíde das Graças Simões, Robertinho Mori e Roselei Françoso, Manifestando Repúdio à PEC 287/2016, que trata da Reforma da Previdência (conforme cópia inclusa). Prevaleço-me da oportunidade para renovar-lhe protestos de elevada estima e apreço.

Júlio César Pereira de Souza

Presidente

Excelentíssimo Senhor

Luiz Couto

Deputado Federal

Brasília - DF

Câmara Municipal de São Carlos

Senhor Presidente:

Senhores (a) Vereadores (a)

Moção de Repúdio

Repúdio a PEC 287/2016 da reforma da Previdência .

Considerando que homens e mulheres, urbanos e rurais, só poderão se aposentar ao completarem 65 anos de idade; aumenta o tempo de contribuição mínimo de 15 para 25 anos.

Considerando que reduz de maneira drástica os rendimentos dos futuros aposentados, ao modificar as regras de cálculo do valor da aposentadoria; as pensões serão cortadas quase pela metade, pois a viúva ou o viúvo receberão apenas 60% do rendimento do titular; as pensões e o BPC serão desvinculados do salário mínimo, o que significa que os rendimentos poderão ser inferiores a um salário

mínimo.

Submeto ao plenário esta Moção de Repúdio, contra as atitudes ocorridas em nosso País , uma vez que esta atitude vem de encontro com os interesses da sociedade brasileira e são-carlense.

São Carlos, 03 de Abril de 2017

Moisés Lazarine

Vereador

Marquinho Amaral

Vereador

Malabim

Vereador - PTB

Robertinho Mori

Vereador - PSDB

Roselei Françoso

Vereador-REDE

Julio Cesar

Presidente

Câmara Municipal de São Carlos

Para dar sequência e intensificar a campanha contra a reforma da Previdência, enviamos em anexo um modelo de moção contra a PEC 287/2016 para que seja apresentado aos vereadores. Após a aprovação da Câmara Municipal, solicitar que o Presidente da Câmara do município encaminhe aos Deputados Federais e Senadores, para que votem contra essa PEC.

Sindicato dos Metalúrgicos de S. Carlos e Região

Nós, Vereadores da cidade....., reunidos na sessão XX do dia..... de 2017 às .....h, concordamos que a PEC 287/2016 da reforma da Previdência, se aprovada, vai impor prejuízos a todos os trabalhadores e trabalhadoras, assim como trará imenso prejuízo à economia local, pela falta de distribuição de renda, configurando uma redução drástica de direitos e rendimentos de enorme parcela da população da nossa cidade.

É comprovado que a reforma retira direitos consagrados, pois: Estabelece que homens e mulheres, urbanos e rurais, só poderão se aposentar ao completarem 65 anos de idade; aumenta o tempo de contribuição mínimo de 15 para 25 anos; as regras para acessar os benefícios de prestação continuada (BPC) dificultam ou impedem o acesso aos que mais precisam (idosos e deficientes); reduz de maneira drástica os rendimentos dos futuros aposentados, ao modificar as regras de cálculo do valor da aposentadoria; as pensões serão cortadas quase pela metade, pois a viúva ou o viúvo receberão apenas 60% do rendimento do titular; as pensões e o BPC serão desvinculados do salário mínimo, o que significa que os rendimentos poderão ser inferiores a um salário mínimo.

Portanto, ao dificultar o acesso à aposentadoria, a Reforma da Previdência reduzirá os proventos das pessoas e prejudicará a vida e a economia do município. Com a redução da renda dos aposentados, pensionistas e beneficiários, os impactos negativos no comércio e na

produção local serão irreversíveis. Haverá desemprego e queda da arrecadação municipal, prejudicando todos os moradores da nossa cidade;

Em vista dos fatos acima mencionados, nós, vereadores, aprovamos esta moção contra a PEC 287/2016 e pedimos aos nossos Deputados Federais e Senadores que votem contra a aprovação da Reforma da Previdência.

---

Documento 55/516

---

079.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/04/2017- 14:54
Publ.: DCD - 19/04/2017 - 53	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Inoportunidade da apreciação pela Câmara dos Deputados de propostas de reformas previdenciária, trabalhista e política.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho à tribuna de chapéu, respeitosamente, dizer que não consigo compreender como esta Casa pretende fazer as reformas que estão postas aí: a reforma da previdência, a reforma trabalhista e a reforma política, quando sabemos dos problemas gravíssimos que transitam no Parlamento nacional, na política nacional, em relação a questões éticas e a questões de relacionamento institucional.

O povo brasileiro tem me cobrado, o povo gaúcho tem me cobrado. Este final de semana houve a Páscoa, tempo de reflexão, tempo de retiro, que serviu para também nos cobrarem: "*Deputado Pompeo de Mattos, a Câmara dos Deputados tem muitos Deputados sob suspeita*". Eu não estou aqui acusando ou apontando ninguém. Mas que moral tem a Câmara dos Deputados para fazer uma reforma da previdência a toque de caixa, correndo como se fosse tirar o pai da forca, no desespero; ou fazer a reforma trabalhista por baixo dos panos, debaixo do tapete, detrás da porta, às escondidas, às escuras? Que desespero é esse? Será que não estão enxergando, não estão vendo? O pior cego não é aquele que não vê, mas aquele que não quer ver para não enxergar a realidade. Essa é a verdade.

Por isso, eu venho à tribuna, Sr. Presidente, pedir aos meus colegas Parlamentares, aos Líderes, à Mesa Diretora, ao Presidente da



Câmara, ao Relator, ao Presidente da Comissão da Reforma da Previdência o seguinte: alto lá! Segura aí, parceiro! Devagar com o andor que o santo é de barro!

O Brasil não vai engolir isso. O Brasil real não é Brasília. Brasília é o Brasil virtual. O Brasil real está lá nos Estados, nos Municípios, nos bairros, nas ruas, nas casas, nas famílias, no cidadão, no trabalhador, no operário, na carteira assinada, no dia a dia, no suor do rosto do agricultor, da dona da casa, da viúva, da pessoa com deficiência, do idoso que precisa de amparo. Esse é o Brasil real, e não o Brasil nababesco de Brasília. Não! Não! Alto lá, senhoras e senhores! É o apelo que eu quero fazer. Pode até parecer patético, mas é verdadeiro, é sincero, é de coração.

Tenho sido cobrado e repasso a cobrança que recebo para que outros ouçam o que nós estamos sentindo e vendo aí fora. E o Parlamento tem que ser sensível a isso. O Parlamento tem que enxergar isso, senão vai ser atropelado.

Eu estou aqui, Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, há 14 anos e vejo a coisa ficando cada vez pior. É mais do mesmo, o pior do pior, se é que é possível ficar pior. Estão no fundo do poço e estão cavando para baixo, ao que parece, para afundar mais.

Não é hora de fazer esse tipo de reforma! É hora de arrumar a casa! É hora de olhar para si! É hora de olhar no espelho, de se enxergar, de assumir seu papel, de fazer mea-culpa, de dar resposta à sociedade, senão a sociedade vai cobrar lá fora. E tem gente que vai pagar caro, vai pagar muito caro. É a advertência que faço.

Parem com as reformas! Não é hora de reformas! Chega dessas reformas! Essas reformas não vão nos levar ao Brasil que queremos, ao Brasil de que precisamos, ao Brasil que os brasileiros merecem! Essas reformas são para o Brasil dos políticos! Essas reformas são para o Brasil do atraso! Essas reformas são para o Brasil de uma população sofrida que não merece esse sofrimento!

Por isso, em nome do povo gaúcho, em nome do povo brasileiro, faço este apelo: não é hora de seguir nessa senda! O caminho está errado! Vai dar na ribanceira! Vai dar no atoleiro! Vai dar num sumidouro! Esta Casa vai se atolar! Aqui vai pegar, como dizia o Dr. Brizola, a maldição dos pobres. Os pobres vão amaldiçoar esta Casa! O pobre vai amaldiçoar o Governo, porque está tirando direitos dos pobres! O pobre pouco pode fazer, mas amaldiçoar pode! E a maldição pega! Alto lá! Alto lá! Devagar com o andor que o santo é de barro! Parem com essas reformas, porque elas não são boas para o País!

---

### *Sumário*

Perda da legitimidade do Congresso Nacional para votação de propostas do Governo Federal de reformas política, trabalhista e previdenciária, por falta de consulta prévia à sociedade brasileira. Defesa de eleição de Assembleia Nacional Constituinte para o debate sobre os temas. Preocupação com jogo virtual intitulado Baleia Azul, dada a vitimização de jovens no Brasil. Necessidade de investigação dos patrocinadores do jogo.

---

**O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro agradeço ao Deputado Carlos Manato a deferência em relação à troca dos nossos nomes, para que eu pudesse falar em Breves Comunicações. Nós estamos, a todo momento, em Brasília, vivendo uma verdadeira agitação em função de tudo que está acontecendo: tentativa de votação das reformas, análise das delações que vieram a conhecimento e das denúncias que foram oferecidas semana passada. Deputado Simão Sessim, eu tenho dito que a Câmara dos Deputados, que o Congresso Nacional perdeu a legitimidade para votar essas reformas sem que haja uma consulta popular. Eu tenho defendido claramente uma Constituinte específica, exclusiva, para que nós possamos delegar ao povo a reforma política, a reforma trabalhista, a reforma previdenciária. Muitas questões que estão sendo discutidas aqui porque, com o Congresso sob suspeição, nós não temos mais condições levar ao povo qualquer decisão. Deputado Zé Geraldo, eu uso esta tribuna para falar neste momento de uma preocupação grande dos mineiros e do povo brasileiro. Trata-se de tema recorrente. Todos nós temos filhos jovens e adolescentes. Esse final de semana, Deputado Simão Sessim, nós tivemos duas vítimas do jogo Baleia Azul. Um jovem de 19 anos de Pará de Minas e um de 16 anos da região nordeste de Belo Horizonte foram vítimas dessa brincadeira, do tal desafio da Baleia Azul, jogo que tem colocado jovens num grau de comprometimento do qual não conseguem sair. Eu quero registrar aqui a preocupação do Parlamento, a nossa preocupação. Eu espero que as autoridades, com os meios de investigação pelas redes sociais, possam investigar aqueles que estão patrocinando, incentivando a proliferação desse jogo no nosso País. Há uma grande preocupação com a população jovem, que, a cada dia, está mais inserida nas redes sociais e no mundo virtual. Não podemos aceitar que jovens e adolescentes percam suas vidas, uma vez demonstrado o desejo de se desvencilhar desse desafio extremamente pernicioso para quem se compromete a dele participar.

É preciso que seja feita uma fiscalização. Pedimos que seja feita uma apuração pela Polícia Federal para que seja descoberta a origem do jogo no Brasil e do estímulo à sua continuidade no nosso País. Era isso que eu queria dizer. Agradeço a V.Exa., Deputado Carlos Manato. Hoje, a nossa preocupação é com os jovens que estão morrendo em decorrência do desafio da Baleia Azul.

---

Documento 57/516

---

079.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/04/2017- 16:36
Publ.: DCD - 19/04/2017 - 71		ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Críticas ao financiamento privado de campanhas políticas nas eleições de 2016, ante o endividamento financeiro dos Municípios. Defesa de realização de reforma política com vistas à aprovação do financiamento público de campanhas eleitorais.

---

**O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, já era esperado, e essa era a grande expectativa, que, com as delações da Odebrecht e a forma como ela se organizou para fazer essas delações, haveria uma grande repercussão.

Eu não imaginava que um poderoso veículo de comunicação neste País começasse na quarta-feira, na quinta, na Sexta-Feira Santa, no Sábado de Aleluia, no Domingo de Páscoa, na segunda-feira falando exatamente desse modelo de financiamento de campanha que funcionou no Brasil nos últimos 20 anos, com o apoio empresarial de grandes empresas, seja ele legal, seja ilegal.

E é claro que em todas as eleições - a Justiça Eleitoral sabe muito bem disso... Inclusive esta última eleição de prefeitos e vereadores, de norte a sul do País, continuou sendo uma das mais caras do Brasil.

Eu conheço um Município do Estado do Pará, com 12 mil eleitores, onde 2 ou 3 candidatos a prefeito gastaram mais de 3 milhões de reais para disputar a eleição. E às vezes o candidato que ganhou não tinha nem 1 real para financiar a campanha. O dinheiro foi todo emprestado a juro caríssimo.

E agora quem está pagando a conta é a pobre Prefeitura lá do interior, que às vezes não tem dinheiro para comprar uma máquina para

consertar estradas, mas tem que pagar as milionárias campanhas, dinheiro emprestado de agiotas a 10%, 15%. E a Justiça Eleitoral sabe disso.

Então, não adianta agora ficar uma semana só falando de caixa dois, só falando da lista da Odebrecht, dos políticos que receberam dinheiro e das grandes lideranças de quase todos os partidos. O PSDB, que pensava que ia escapar, agora está aí com o Fernando Henrique, o Aécio Neves, o José Serra e o Alckmin. E não é dinheirinho, 500 mil reais ou 1 milhão de reais não, são 5 milhões de reais para cima. Vinte milhões de reais foram para a Suíça e voltaram para cá. É Rodoanel de São Paulo, é não sei o quê...

Então, Sr. Presidente, só para encerrar, quem pensou que ia se salvar nessa história toda está enrolado até os fios dos cabelos.

A pergunta que eu faço é a seguinte: o que fazer agora neste momento? Está aí o debate da reforma política. Mas que reforma política? Como serão as eleições de 2018 - isto é, se houver eleições? Para quem já deu um golpe violento, como o do dia 17 de abril do ano passado, que completou 1 ano ontem, para dar mais um golpe não falta muita coisa, até porque as maiores lideranças de partidos, como as do PMDB e do PSDB, estão governando o Brasil. Quem manda no Brasil, neste momento, quem dá o rumo, quem está vendendo o Brasil, quem está gerando desemprego, quem dá as cartas e quem comanda este País é o PMDB e o PSDB. Esses partidos, Sr. Presidente, estão com muita dificuldade.

É claro que tudo isso continua sendo para tirar o Lula da disputa da eleição de 2018, porque só tem uma liderança neste País com credibilidade, e as pesquisas mostram isso. O único momento que este Brasil andou para frente foi o momento que o PT, que o Lula e a Dilma governaram o Brasil. Nem antes e nem depois eu vi nada de novo na história deste País.

Portanto, Sr. Presidente, nós precisamos fazer uma reforma política, para que tenhamos dinheiro público para financiar as campanhas, porque senão, em 2018, teremos muita gente gastando 5, 10 milhões para comprar uma cadeira de Senador e de Deputado Federal no Congresso Nacional, enquanto alguns não terão 100, 200 mil reais para gastar em uma campanha eleitoral.

Era isso, Sr. Presidente.

---

Documento 58/516

079.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

18/04/2017-16:48

Publ.: DCD -  
19/04/2017 - 73

MAIA FILHO-PP -PI

CÂMARA DOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES

---

### *Sumário*

Defesa de realização das reformas política, trabalhista e previdenciária.  
Importância de sinalização para o mundo da capacidade do Brasil de superação da crise institucional.

---

**O SR. MAIA FILHO** (Bloco/PP-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, hoje o Brasil vive um momento em que alguns querem passar a impressão de que nós estamos no caos.

Cabe-nos aqui, como representantes do povo brasileiro legitimamente eleitos, fazer a nossa parte, fazer o nosso trabalho. Espera-se que o Executivo faça o trabalho que é de sua competência e o Judiciário também.

Nós não podemos nos boicotar e querer parar o Brasil, querer parar as ações que se fazem necessárias.

Hoje, se ouvirmos qualquer analista político, qualquer analista econômico, ele vai nos expor a necessidade que tem o Brasil de aprovar as reformas - que já deviam ter sido aprovadas outrora - como a reforma política, como a reforma trabalhista e como, fundamentalmente, a reforma previdenciária.

Não podemos fazer discursos eminentemente para jogar para a plateia, para pensar em voto, para pensar em eleição ou colocar o nosso povo como massa de manobra que pode ser manipulada por discursos. Nós temos que jogar as palavras com sinceridade. Temos que mostrar os dados, mostrar a necessidade que o Brasil tem de fazer as reformas pensando também no futuro, pensando na instabilidade que pode ter um aposentado brasileiro daqui a 10 ou 15 anos, mas é importante observar que isso já está acontecendo em alguns Estados, como o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul, e mesmo em alguns países, como a Grécia. Se não votarmos a reforma agora, vamos ter que votá-la depois, sob pena de o caos se instalar no Brasil. Isso é fato.

Nós temos que saber que, se dermos indicação de que o Brasil não vai aprovar as reformas, de que o Brasil está um caos, de que o Poder Legislativo está parado, está paralisado e não vai ter condições de reagir, nem de trabalhar, as consequências serão imediatas: haverá especulações negativas para nossa Nação e nossos papéis lá fora.

A partir do momento em que nós sinalizarmos que não vamos ajustar nossas contas, que o Brasil não tem perspectiva de ter um ajuste fiscal e econômico, certamente será doloroso, porque os juros vão ter que subir, o dólar vai subir, as empresas vão deixar de investir, o desemprego vai ser crescente.

Temos que pensar na responsabilidade, e não pensar em discursos para jogar para a plateia. Quem não tiver coragem de estar aqui para votar com responsabilidade, para votar pelo Brasil, para votar com

sensatez não merece representar o Poder Legislativo brasileiro. Nós temos, sim, que votar pensando no bem desta Nação, no bem do coletivo, sem fazer nenhum proselitismo político, porque o futuro está em nossas mãos.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

---

Documento 59/516

---

079.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/04/2017- 17:08
Publ.: DCD - 19/04/2017 - 90	CARLOS ZARATTINI-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Importância da reforma política. Crítica ao relatório da reforma trabalhista. Oposição da população brasileira à proposta de reforma previdenciária.

---

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós estamos aqui, hoje, discutindo um dos projetos mais importantes que tramitam nesta Casa. Mas nós deveríamos, neste momento, fazer aqui outra discussão. Nós deveríamos, agora, enfrentar a reforma política, porque estamos vivendo uma profunda crise política neste País. Este Congresso, o Poder Executivo e o Poder Judiciário vivem uma crise profunda, uma crise que estremece o País, que estremece as instituições e que coloca em risco a democracia.

A forma como atuam o Poder Judiciário, principalmente o STF, o Ministério Público, a Procuradoria-Geral da República e os responsáveis pela Operação Lava-Jato, todos aliados com a mídia, está colocando em risco a democracia brasileira! Estão misturando totalmente alegações que não têm comprovação, que não foram investigadas, e colocando todos na mesma vala.

Nessa situação, esta Câmara não poderia discutir uma reforma trabalhista que altera mais de cem artigos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, retirando direitos dos trabalhadores.

O Relator dessa matéria, o Deputado Rogério Marinho, pegou um projeto ruim e conseguiu transformá-lo num projeto horrível para os trabalhadores brasileiros. Esse projeto vai transformar a vida do trabalhador num martírio.

O Relator diz que o projeto vai gerar empregos. Ora, o que este

Governo fez até agora na área social, como disse o Temer, foi jogar 13 milhões e meio de trabalhadores no desemprego. Não há nenhuma política de crescimento, de melhoria, de desenvolvimento das forças produtivas. Ao contrário, há juros cada vez mais altos e principalmente uma política de contração da economia, que leva à redução do emprego e ao aumento da miséria.

Sras. e Srs. Deputados, prestem atenção no que está sendo votado. O Relator deveria ter feito um detalhamento sobre definição de trabalho temporário; deveria ter discutido a ampliação da multa por falta de registro do empregado; deveria ter discutido a prevalência das convenções coletivas sobre a lei, ou seja, a prevalência do acordado sobre o legislado; e deveria ter discutido a ampliação do número de horas de trabalho em regime parcial, mas não o fez. E não parou por aí.

Em vez disso, ele diminuiu o valor da multa quando não há registro do empregado, o que é um verdadeiro absurdo! Ele reduziu a competência da Justiça do Trabalho, retirando dela o poder normativo e outros poderes. Todos nós sabemos - e o trabalhador também sabe - que a Justiça do Trabalho é a única a que ele pode recorrer.

O Relator também amplia a duração da jornada de trabalho, porque não remunera o deslocamento. Ele permite que, por acordo individual, em vez de acordo coletivo, haja criação de bancos de horas. Ele possibilita jornada de trabalho de 12 horas por 36 horas, sem acordo coletivo. Ele permite o fracionamento das férias ao bel-prazer do patrão. Ele revoga a integralidade do gozo de férias aos maiores de 50 anos e aos menores de 18 anos. Ele cria uma figura chamada de teletrabalho, em que o trabalhador será vigiado na sua casa, para se saber se está trabalhando ou não, e terá que levar trabalho para casa. A casa não é lugar para trabalhar, é lugar para descansar, é lugar para conviver com a família, mas o trabalhador terá que trabalhar. Isso é o teletrabalho.

Ele também permite que gestantes e lactantes atuem em trabalho insalubre. Ele cria o chamado trabalho intermitente, em que o patrão vai dizer quantas horas o trabalhador vai trabalhar por dia, sem nenhuma regularidade - o trabalhador que quiser estudar não vai poder fazê-lo. Ele cria uma negociação diferenciada para o trabalhador que ganha mais de 10 mil reais e tem nível superior. Não se vai negociar mais pelo sindicato, vai-se fazer isso individualmente.

Ele ainda acaba com a rescisão de trabalho no sindicato, reduz à metade as verbas rescisórias, se houver acordo entre o patrão e o empregado na demissão. Isso é a permissão da instituição do *bullying*. O patrão vai torturar o trabalhador até que ele peça demissão e, em vez de pagar completamente as verbas rescisórias do trabalhador, vai pagar apenas 50%.

Ele também acaba com a obrigatoriedade da contribuição sindical, de forma que milhares de sindicatos vão à falência neste País e não poderão atender aos trabalhadores.

Ele reduz o valor das multas por falta de registro do empregado e ainda explicita que pode ser terceirizada qualquer atividade do contratante.

Sr. Relator, este é um projeto que desregulamenta completamente o trabalho em nosso País, permitindo ao patrão fazer o que bem entender com o trabalhador. Com a atual situação de 13 milhões e meio de desempregados, o trabalhador brasileiro vai ter que aceitar aquilo que o patrão quiser.

Eu não acredito que esta Câmara dos Deputados, onde há Deputados eleitos pelo povo, possa votar favoravelmente a um projeto como esse, possa votar favoravelmente a um projeto que nem sequer foi discutido na Comissão Especial, porque o Relator não levou esses temas ao debate, não apresentou esses temas ao debate. Ele omitiu que iria apresentar o seu relatório e o faz de surpresa! E agora o Presidente da Casa coloca em votação um requerimento de urgência que não permite nem a esta Casa nem ao povo brasileiro ter conhecimento do que se está votando.

Querem votar no atropelo porque sabem que o povo brasileiro repudia completamente uma proposta como essa.

Quanto à reforma da previdência, matéria que o povo brasileiro teve a oportunidade de saber o que se está discutindo, as pesquisas demonstram que mais de 90% se opõem a ela. É uma reforma rejeitada em todos os cantos deste País, com manifestações que vão se avolumar, inclusive, no dia 28, com a previsão de uma grande greve geral que vai paralisar as principais cidades e categorias dos trabalhadores brasileiros.

Essa postura do Governo de querer votar no atropelo é uma postura de Governo golpista, antidemocrático, com práticas fascistas.

Eu quero registrar aqui, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que Michel Temer diz que não quer mais ser candidato a nada, que a função dele é simplesmente fazer terra arrasada com os direitos do povo brasileiro, que a função dele é entregar a PETROBRAS, que a função dele é entregar as riquezas do povo brasileiro.

Ele não vai ser candidato, mas os senhores e as senhoras serão candidatos, terão que pedir voto nas ruas no ano que vem. Pensem bem no que estão votando, porque o povo brasileiro está cada vez mais atento, cada vez mais consciente e quer efetivamente acompanhar o voto dos Deputados do seu Estado, dos Deputados da sua cidade, dos Deputados da sua categoria.

Por isso, vamos colocar a cabeça no lugar, vamos resolver a crise política e vamos deixar para votar esse projeto e a proposta de reforma da previdência mais para frente, porque precisamos dar rumo ao debate político, para superarmos a crise política.

Muito obrigado.



21/04/2017 - 27

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Urgente votação da reforma política.

---

**O SR. JOSÉ NUNES** (PSD-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos a apenas 5 meses do prazo para votar a reforma política nesta Casa. Infelizmente ela não tem avançado. Essa é uma grande preocupação minha, que deveria ser do Congresso Nacional todo. O Senado aprovou uma PEC em novembro que ainda não foi apreciada por esta Casa. Certamente teremos dificuldade para apreciá-la e votá-la. Existe a Comissão de estudos, mas até agora ela não elaborou o relatório. Acho que a melhor forma que teríamos seria ainda a lista fechada, que certamente iria trazer tranquilidade para a política brasileira e, com certeza, evitaria muito sacrifício. Muita gente é contra a lista fechada, dizendo que ela iria proteger os Parlamentares que estão envolvidos em certas situações da Justiça. Eu não acredito nisso, até porque nenhum eleitor certamente iria votar no partido que tivesse na sua lista quatro, cinco ou seis envolvidos na Lava-Jato. Também não acredito que os eleitores fossem votar numa lista que tivesse, como dizem, o pai, a mãe, o avô, o neto. Isso seria um absurdo. Acho que os partidos iriam primar por escolher aqueles que pudessem melhor representar a sociedade e o partido. É preciso avançarmos no sentido de aprovar a reforma política urgentemente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 61/516

---

086.3.55.O

Sessão Não Deliberativa de Debates -  
CD

20/04/2017-  
16:00

Publ.: DCD - 21/04/2017 -  
60

ZÉ GERALDO-PT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Denúncia de existência de perseguição política ao Partido dos Trabalhadores.  
Importância das obras de infraestrutura realizadas nos Governos do PT.

Defesa, pelo PT, de realização de reforma política.

---

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pela ordem e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, e todos aqueles que me ouvem neste momento, vou aproveitar estes 12 minutos para continuar fazendo crítica àqueles que se organizaram para dar o golpe e derrubar uma Presidenta da República democraticamente eleita e reeleita.

Eu quero estar sintonizado exatamente com a conjuntura do momento. E qual é a conjuntura do momento? É uma intensidade no debate dos financiamentos de campanha no Brasil, legais e ilegais - o caixa dois, do qual os brasileiros já ouvem, mas há o caixa três, o caixa quatro, e por aí vai -, que culminaram com a maior delação da Odebrecht, a empresa que mais financiou campanhas nesses últimos 30 ou 40 anos. Esse mote que os opositores ao Partido dos Trabalhadores, ao Presidente Lula e à Presidenta Dilma pegaram agora, na verdade não é de agora. Começou lá quando o Presidente Lula foi eleito, em 2002. É bom que se diga aqui que o PT nunca teve paz!

O Presidente Lula, para ganhar, disputou quatro eleições. Ele ganhou na quarta eleição. Foram várias manobras para impedir que Lula chegasse antes. Quando eles não tinham mais alternativa, produziram um Collor de Melo, que era o salvador da pátria, o que ia salvar o Brasil. Depois eles mesmos tiveram que se organizar para tirar o Collor de Melo - aí com a nossa ajuda.

Então, veio o Itamar Franco. Não deu certo. Antes, já tinha vindo Sarney, que não tinha dado certo. Era inflação, Plano Real, Plano Collor, Plano Bresser, Plano Pereira, Plano Cruzado 1, Plano Cruzado 2, e não tinha jeito! Quando o Lula ia ganhar as eleições, veio o Fernando Henrique e o Plano Real. O Plano Real durou em torno de 4 anos, depois fez água.

Quando os brasileiros viram que não havia mais jeito, muitos disseram: "*Vamos deixar o Lula ganhar essas eleições, para desgracar o resto*". O povo tinha medo do Lula, tinha medo do PT. Satanizaram o PT. Diziam que era comunismo, que se comia criancinha. Diziam que, se o Lula ganhasse, trocaria a bandeira do Brasil, que os empresários iriam para fora do Brasil, que tomariam a casa das pessoas. Fizeram um verdadeiro terrorismo!

E a verdade é que, quando Lula se elegeu, eles inventaram o Mensalão. Então, eles conseguiram fazer com que o PT fosse o mais atingido ou o único atingido. Isso porque, no caso do PSDB, foi somente o Eduardo Azeredo que depois teve de renunciar ao mandato, mas o Aécio ficou protegido, o Serra ficou protegido, o Alckmin ficou protegido.

E agora, com essas delações, o Serra, o Aécio, o Alckmin - estou falando das três principais lideranças, dois que foram candidatos a Presidente da República e perderam as eleições, e um que estava se preparando para ser candidato em 2018, o Alckmin -, esses estão com milhões e milhões! Não é 1 milhão, 2 milhões, 3 milhões de reais, não!

São 10 milhões, 20 milhões ou 30 milhões de reais de propina, de caixa dois, de dinheiro nas contas da Suíça!

Mas eu quero fazer quero um desafio. Eu gostaria que algum brasileiro que esteja me ouvindo tivesse tempo para, de hoje até os próximos 10, 12 ou 15 dias, ouvir ou assistir a todos os jornais da *Globo* e da *Globo News*, de manhã, ao meio-dia, à tarde, à meia-noite, e contar quantas vezes será citado o nome de Lula e quantas vezes será citado o nome de Aécio, Serra e Alckmin. Tentem fazer isso. Verão que, enquanto falam 50 vezes o nome do Lula, falam uma ou duas vezes o nome do José Serra, do Geraldo Alckmin e do Aécio Neves. É isso que vai acontecer. Se não for assim, aposto com vocês. Tenho coragem de apostar.

É por isso que faço aqui uma crítica a essa engrenagem que provocou a crise no Brasil. A crise tem nome, a crise tem nome! Quem gerou a crise, quem criou a crise foram os que perderam as eleições quatro vezes no voto. Essa é a verdade! Não adianta vir à tribuna e dizer: *"Ah, nós estamos pagando!"* Não tinha nada para pagar.

No primeiro ano do Governo Dilma Rousseff, as obras estavam sendo pagas, aquelas que estavam prontas. Há muitas obras Brasil afora. Todos sabem que no Governo Lula e no Governo Dilma Rousseff os convênios aconteciam para todos os Prefeitos e para todas as Prefeitas do Brasil - do Democratas, do PSDB, dos partidos que faziam oposição radical ao Governo Lula e ao Governo Dilma Rousseff. Todos recebiam no Município a Unidade Básica de Saúde - UBS, a Praça da Juventude, a quadra de esporte, água do PAC, obras, o Minha Casa, Minha Vida. Não se perguntava se o Prefeito era do PSDB ou do Democratas, ou se era aliado ou não. Eram programas que iam para o Rio Grande do Sul, para o Acre e para o Pará, e iram para todos os Municípios do Brasil.

Acontece que até hoje há muitas obras que se tornaram irregulares, inclusive em Municípios no Pará, no caso do PAC 1 para água e esgoto, para Municípios com até 50 mil habitantes, coordenado pela FUNASA, e não pelo Ministério das Cidades, que coordena no caso de Município com o número acima de 50 mil habitantes. Ora, o Município não conseguiu aplicar o PAC 1, com 3 milhões, 4 milhões, 5 milhões de reais. E no PAC 2, o Município recebeu 10 milhões de reais e não conseguiu aplicar, não conseguiu aprovar o projeto, não conseguiu iniciar uma obra, sendo que na conta da Prefeitura havia 2 milhões de reais ou 3 milhões de reais.

Eu cito o exemplo de um Município do Pará, de uma região que conheço muito bem, pois moro lá há quase 40 anos, o Município de Uruará. Eu ajudei a levar 10 milhões para Uruará no PAC 2. No PAC 1, não haviam funcionado o esgoto e a água, que estavam sendo organizados. *"Mesmo assim, vamos levar, porque lá não há água. As famílias cavam poços rasos nos quintais das suas casas, para ter água"*. Até hoje fazem isso, em uma cidade que já vai fazer 40 anos. A Prefeitura recebeu mais de 2 milhões na conta, mas se passaram 4 anos e a Prefeitura não conseguiu operacionalizar. E ainda tirou o dinheiro da conta, gastou o dinheiro! Isso é culpa da Presidenta Dilma?

Não. Então, também não se paga.

Portanto, há muitas obras que podem ainda não estar sendo pagas. Ou pode até haver algumas com irregularidades sendo pagas neste Governo. Pode haver obras que não estão sendo feitas, mas eles estão liberando o dinheiro. É preciso darmos uma olhada nisso.

O que fazer diante de tudo isso, diante dessa dinheirama nas campanhas? Eu quero ver se este Congresso tem coragem de aprovar uma reforma política para resolvermos esta situação.

O Partido dos Trabalhadores quer uma reforma política. Nós defendemos o financiamento público exclusivo de campanha. Nós queremos isso. Coloquem em votação, para ver se todos os nossos Parlamentares vão votar. Nós não temos medo de lista. Nós aprovamos o fim da coligação proporcional e da cláusula de barreira. Será que vamos ter, daqui a pouco, 30 partidos com representação neste plenário?

Se fizermos uma pesquisa e perguntarmos ao povo brasileiro o que acha de haver hoje 27 partidos, recebendo dinheiro do Fundo Partidário, que não representa coisa nenhuma, os brasileiros vão dizer que não concordam com isso.

Como é que nós vamos mudar essa estrutura partidária, se não for com o fim da cláusula de barreiras, se não for com o fim da coligação proporcional? Há pessoas que só se elegem de carona, só se elegem puxados, como dizemos lá no Pará. Há candidato que tem 105 mil votos, mas não chega até aqui. E há candidato que tem 50 mil, 40 mil, às vezes 30 mil votos e chega até aqui, porque alguém lá no seu partido ou na sua coligação teve 200 mil votos. Como tem 200 mil votos? Quanto gastou?

Muitos que estão sentados nestas cadeiras gastaram mais de 10 milhões para se elegerem Deputados Federais. E não é meia dúzia, não! E não é só uma dúzia, não! É um grande número de Parlamentares, muitos financiados pelo Eduardo Cunha, que dirigiu o golpe aqui com a autorização do Supremo Tribunal Federal.

O Supremo Tribunal Federal do Brasil tem culpa no golpe, porque interveio no Senado no caso do Delcídio e interveio no Executivo, não deixando o Lula ser Ministro. Mas não interveio aqui. O Ministério Público, Sr. Presidente, já tinha pedido a saída do Cunha, ele já era réu. *"Mas não, ele não pode sair de lá porque, se ele sair de lá, não há golpe."* Depois que se votou o *impeachment*, aí sim pediram a saída dele. Muito bonito!

Portanto, nós temos que continuar este debate, porque há quem só está entendendo agora e há quem só vai entender depois. Só que *"a vaca já foi pro o brejo"*, como diz o ditado popular. Mas a vaca ainda pode se atolar no brejo e pode ser difícil tirá-la de lá, porque a situação caminha para o pior.

Esta coisa do Meirelles, essa coisa de alguns meios de comunicação que estão alinhados com o Governo, essa coisa de fazer um esforço, de dizer que está melhorando, que vai melhorar, isso é papo-furado. De onde não se bota, não se tira! Se você quer que uma vaca de leite dê muito leite, você tem que dar muita ração a ela. Se você quer que

uma planta produza mais fruto, você tem que dar boa adubação e irrigar. Se você quer que um aluno aprenda mais, é preciso dar melhor educação, é preciso haver livro, e não ensino a distância. Ensino a distância já tem o nome: "*a distância*". Agora, se nós queremos mais empregos, mais obras, mais universidades, temos que colocar mais dinheiro. Mas nós... Nós não, porque eu não votei assim! A maioria desta Casa votou aqui uma lei que limita gastos por 20 anos! E há a reforma política também. Em minha opinião, com este Congresso eleito com todos os vícios, que ainda aposta na eleição de 2018 com esses mesmos vícios, a campanha será milionária de novo, como foi a de Prefeito no Brasil, com dinheiro para dar no meio da canela. Em municípioinho com 10 mil, 15 mil ou 20 mil habitantes, rolaram 2 milhões, 3 milhões, 4 milhões de reais! Quem é rico ganha eleição, porque se financia. E quem é rico tem amigo rico. Quem é pobre tem amigo pobre, e o pobre não tem dinheiro. O nosso modelo deixou de ser empresarial para pessoa física. Então, o cidadão que tem um capital de 10 milhões, 15 milhões ou 20 milhões pode gastar recursos. Depois ele sabe como vai fazer para recuperar esse dinheiro.

Para terminar, Sr. Presidente, digo: eu gostaria que a principal reforma do Brasil fosse a reforma política, que o principal debate para extirpar esse câncer da política brasileira fosse o debate sobre a reforma política.

Vamos parar de mentir para o povo brasileiro! Os partidos todos têm responsabilidade. Nós temos que aproveitar este momento e fazer uma reforma política!

Contudo, pelo que estou vendo, nós podemos não ter reforma política coisa alguma, como não houve no período do Eduardo Cunha, que enrolou e enrolou, e nada aconteceu.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e registrado nos Anais da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Hildo Rocha) - Será publicado pelo programa *A Voz do Brasil*, Deputado Zé Geraldo.

---

Documento 62/516

---

086.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	20/04/2017- 16:24
Publ.: DCD - 21/04/2017 - 64	HILDO ROCHA-PMDB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Necessidade de modificação do atual sistema eleitoral e da forma de

financiamento das campanhas políticas.

---

**O SR. HILDO ROCHA** (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Vicentinho, Sras. e Srs. Deputados, discute-se neste momento, tanto na Câmara Federal quanto no Senado da República, a reforma política.

Obviamente, nós temos que modificar o atual sistema eleitoral e a forma de financiamento das campanhas políticas. A meu ver, a lista fechada é incoerente com o sistema partidário hoje existente em nosso País. Na maior parte dos partidos ainda existe aquela figura que é a dona do partido, que o comanda.

A lista preordenada, ou seja, a lista fechada existe justamente nos países onde há partidos fortes, onde a legislação promove a democracia interna nos partidos. São poucos os partidos no nosso País em que existe essa força interna, essa democracia dentro do partido. Não vejo a mínima possibilidade de irmos a mudar de lista aberta, em que o eleitor possa, no dia da eleição, escolher livremente o seu representante na Câmara Federal, na Câmara Municipal ou na Assembleia Legislativa.

Com relação ao financiamento de campanha, a campanha exclusiva de recurso público só pode ser possível em lista fechada, em lista preordenada. Como não é possível hoje se estabelecer a lista fechada, porque nós não temos de fato um conjunto de partidos democráticos, não temos como fazer com que o financiamento de campanha seja apenas exclusivamente com recurso público.

A nossa ideia é a de que o financiamento continue com o fundo partidário, separando parte dele - algo em torno de 70% - para fazer as campanhas. O dinheiro que está indo do fundo partidário para os partidos está promovendo uma farra partidária! Eles estão comprando helicópteros e aviões, utilizando o dinheiro apenas para o interesse dos donos do partido. Esse recurso do fundo partidário tem que ser utilizado para fazer as eleições.

Portanto, não vejo necessidade de se criar um novo fundo para usar mais recursos que serão arrecadados de tributos destinados para patrocinar uma eleição.

Acredito que as pessoas individualmente também podem contribuir numa eleição. É claro que já está provado que, quando as empresas contribuem, elas têm um segundo interesse. Desse modo, não podemos mais aceitar o financiamento de campanha empresarial. Está correta a decisão de não mais permitir isso. Devemos continuar, sim, com o fundo partidário e a doação de pessoas físicas em até 10% daquilo que tiver como renda no ano anterior e, ainda mais, até cinco salários mínimos, que possam ser deduzido no Imposto de Renda.

O objetivo é o de que as pessoas venham a contribuir e de criar essa cultura de financiamento de campanhas de partidos políticos, a fim de que possamos ter de fato verdadeiros partidos. No momento em que fortalecermos os partidos e houver democracia em todos eles, aí, sim,

poderemos pensar em listas preordenadas. Dessa forma, a democracia será fortalecida pelo voto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vicentinho) - Obrigado, nobre Deputado Hildo Rocha.

---

Documento 63/516

---

089.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	25/04/2017- 17:02
Publ.: DCD - 26/04/2017 - 90	YEDA CRUSIUS-PSDB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discurso da oradora sobre o conceito da banalidade do mal, de autoria da filósofa alemã Hannah Arendt, em face dos resultados da Operação Lava-Jato. Iniciativas exitosas da oradora no cargo de Governadora do Rio Grande do Sul no sentido de reversão do déficit público do Estado. Compromisso da oradora com a aprovação das reformas tributária, política, trabalhista e previdenciária.

---

**A SRA. YEDA CRUSIUS** (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero dar como lido o meu discurso que, em tempos de Lava-Jato, trata da banalidade do mal, que é um conceito de Hannah Arendt.

Muito obrigada.

### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vivemos em uma época em que novos e diferentes desafios vão se impondo, em sequência acelerada, para os que, como nós, têm, na democracia e na liberdade, valores fundamentais e inegociáveis.

A democracia está em xeque em todo o mundo. Sobre isso, cito o artigo *A Democracia Sitiada*, de Sérgio Abranches, publicado pela *Folha de S.Paulo*, em 23 de abril de 2017. Também a liberdade está a requerer contornos ampliados nesta era da globalização da informação, da Internet e das redes sociais.

O nosso País em particular vive um período de transformações que considero como uma oportunidade de melhorar o sistema democrático que conquistamos e que precisa evoluir. E isso é possível.

Mergulhados numa crise multifacetada - pois que é crise econômica, moral, social, política e ambiental -, os cidadãos e cidadãs brasileiros já

têm se manifestado aos milhões, nas ruas e nas redes sociais, com suas opiniões e exigências para se dar fim à corrupção sistêmica, punindo seus responsáveis, e ao mau uso do dinheiro público, que engole os esforços de políticas públicas fundamentalmente necessárias, como educação, saúde, segurança.

Já passamos, muitas vezes, por períodos de turbulências e mudanças, que deixaram suas lições. Há quem as tenha aprendido, embora muitos ainda não o tenham.

Quero me referir a alguns eventos atuais, como o *impeachment* da ex-Presidente Dilma, em 2016, motivado por graves infrações à Lei de Responsabilidade Fiscal. Também há a Operação Lava-Jato, que, dirigida de Curitiba pelo Juiz Sergio Moro, desde 2014, investiga desvios bilionários na PETROBRAS.

Nunca é demais frisar que, na construção da sociedade que queremos, a Lava-Jato tem papel importantíssimo. Ela é uma oportunidade ímpar de se afirmarem as instituições ligadas à justiça. De sua completude e condução depende muito o nosso futuro como um país moderno, livre e democrático.

Do processo de *impeachment*, nasceu o compromisso de se fazerem as mudanças necessárias para barrar a gigantesca crise na qual o País estava mergulhado.

No caso da Lava-Jato, o País todo e o mundo assistem, pelas TVs, ao desfile de vídeos de delações premiadas, sejam dos donos da Odebrecht, sejam de seus subordinados, contando como os desvios bilionários da PETROBRAS constituíram um sistema de corrupção, como se banais fossem. Aqueles, os donos, davam ordens, e estes, os subordinados, simplesmente cumpriam ordens, para colocar em operação o sistema de corrupção.

Também no mundo, democracia e liberdade têm enfrentado crescentes desafios. E, como não somos uma ilha, como fazemos parte de processos globais de crise e de mudanças, o que acontece lá fora repercute aqui e inevitavelmente nos afeta.

A lista de eventos externos que trago para o tema dos desafios da democracia e da liberdade é imensa. É a emergência do Estado Islâmico - EI; são as crises humanitárias geradas pelo êxodo de milhões de pessoas de países em guerra ou sob o terrorismo, levando à tragédia da migração em massa, em direção à União Europeia, transmitida em tempo real por qualquer canal de TV, celular, mídias, Internet; são as mudanças em vários países democráticos, apontando para o retrocesso que se vem registrando, com experiências do tipo bolivariano, sendo a da Venezuela a mais grave, e árabe, como a guerra na Síria e o plebiscito deste mês, na Turquia.

Como se tudo isso não bastasse, assistimos, agora mesmo, à disseminação, através da Internet, pelo mundo e pelo Brasil, desse terrível jogo, o Baleia Azul, que tem levado um sem-número de jovens a se mutilarem até o limite do suicídio.

Todas essas situações, Sr. Presidente, representam um enorme desafio à sobrevivência de instituições democráticas e livres e dos valores que as sustentam. Isso acaba inevitavelmente por nos remeter



aos estudos sobre a banalidade do mal, da notável Hannah Arendt, e à sua tese central de que, contra essa banalidade do mal, não há saída fora da política. Esta é sua grande lição: é a política o instrumento essencial para a construção da liberdade e da democracia.

Uma das maiores estudiosas de comportamento coletivo, como o acontecido durante o nazismo, foi Hannah Arendt, filósofa política alemã de origem judaica, autora de *As Origens do Totalitarismo*, de 1951.

Já nos Estados Unidos, para onde emigrou durante o nazismo, a autora publicou *Eichmann em Jerusalém - Um Relato sobre a Banalidade do Mal*, de 1963, a partir de suas observações durante o processo de julgamento deste que ficou conhecido como o "arquiteto do holocausto". Quis ela entender como é possível que verdadeiras massas de pessoas, as que têm pavor do isolamento social, são capazes de optar por pertencer ao rebanho e, assim, confundindo escravidão e liberdade, sigam tais líderes com devoção e subserviência.

Eichmann afirmou, durante seu processo, que seguia ordens e, como eram ordens, deveriam ser obedecidas. Cada um da cadeia de "trabalhadores" que promoviam as ações que culminavam no fornecimento de todos os materiais, inclusive humanos, dos campos de extermínios, estaria apenas "cumprindo suas funções", mesmo que fossem para construir e operar os campos de extermínio!

De fato, a obra de Arendt tem muito a nos ensinar sobre as questões que hoje enfrentamos. Com efeito, pertence a nossos dias a compreensão deste signficante: a banalidade do mal. Cito o caso do extermínio de comunidades de cristãos crucificados; dos assassinatos de prisioneiros vestindo uniformes laranja, por degola, transmitidos pelo Youtube em tempo real; do lançamento de gays dos telhados de edifícios, todos pelo Estado Islâmico.

No Brasil, é só observarmos o que acontece no já gigantesco sistema de crime organizado do tráfico de drogas e armas. Provas de fidelidade são exigidas, como degolas; assassinatos ao acaso; chacinas que não distinguem crianças e mulheres dentro de suas casas; destruição de ônibus a partir de comando dos presídios; matança de policiais dentro de seus postos nas cidades; cooptação de crianças para o "negócio do tráfico". E assim vai.

Mas o que mais importa, o que, para mim, é o elemento essencial da tese de Arendt é que o conceito de banalidade do mal vem acompanhado pela afirmação de que, somente pela via política - e, não, fora dela -, é possível o equacionamento das graves questões que, de outra forma, conduzem ao conflito e, por fim, aos regimes totalitários. A negação da política, Sr. Presidente, para usar outra expressão de Arendt, é onde se encontra a origem de todos os totalitarismos.

Evidentemente, o conceito de banalidade do mal tem enorme importância no Brasil de hoje, pois aponta para a necessidade de as instituições se reafirmarem como fundamento para a sustentação de uma sociedade justa, face aos novos eventos que citamos como

exemplo. Elas são a garantia da dignidade pessoal de cada cidadão e cidadã brasileiro, dentro dos valores que são a base da civilização ocidental.

A democracia que temos não é perfeita, disso sabemos. Mas é somente pela política, balizada pela democracia que temos, por ela e através dela que deve se dar a construção de uma sociedade melhor. É uma falácia pensar que é possível aprimorar a democracia e suas instituições por caminhos não democráticos. A negação da política acaba por ser a negação da liberdade e da democracia.

Assim, é mais do que nunca necessário que nós políticos trabalhemos para consolidar nossas instituições democráticas, para elas que sejam o fundamento de uma sociedade justa e a garantia efetiva da dignidade pessoal de cada brasileiro.

Minha confiança nas instituições vem de minha própria formação e educação, bem como da minha experiência recente. Sendo eu uma pessoa política, enfrentei vários processos próprios ao jogo político e pude confirmar que as instituições de Justiça funcionam - cedo ou tarde, mas funcionam. E, no meu caso, felizmente funcionam mais cedo do que para outros. Embora com alguns problemas e possíveis incorreções por parte de alguns de seus membros, elas, sim, funcionam.

Quero referir os casos mais midiáticos acontecidos durante o meu Governo e pelos quais paguei caro em termos de imagem e de reputação: o do processo criminal conhecido como Operação Rodin, sobre o DETRAN do Rio Grande do Sul, de 2007; e o da compra de minha casa, de 2006. Fui inocentada dos dois: no caso da compra da casa, pelo Ministério Público Estadual - MPE e pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE, em 2008, menos de 2 anos depois da abertura da investigação; e, no caso criminal da Operação Rodin, pelo Tribunal Regional Federal - TRF de Santa Maria, em 26 de março de /2014, 7 anos depois.

Quanto à instituição Poder Executivo, que comandei no Rio Grande do Sul, durante o meu Governo de 2007 a 2010, a turbulência política vivida no período poderia ter me feito desacreditar da capacidade de funcionar como o requerido. Mas, então, seriam vencedores os que buscam manipular o povo, fazendo-o descreer das instituições, desde a escola até a Igreja e a Justiça, e levando-o a se submeter a um líder ou uma ideologia.

Fui eleita Governadora do Rio Grande do Sul com compromissos claros e transparentes, escritos no Plano de Governo de 2006, que seguimos ponto a ponto. Organizadas para inverter o histórico déficit público de 40 anos, que esgotara a capacidade de se honrarem os pagamentos, inclusive com o funcionalismo e com as leis, como a dos precatórios, todas as nossas ações seguiam o método de gestão: objetivos, metas e avaliação. Transparência, responsabilidade e respeito à lei eram normas de conduta exigidas de todos.

Enviei, por duas vezes, à Assembleia Legislativa um Plano de Reestruturação Fiscal do Estado - e, por duas vezes, ele não foi aprovado. Busquei, então, alternativas, felizmente bem-sucedidas.

A primeira medida, contando com o inestimável apoio do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade - PGQP, foi reduzir fortemente as despesas públicas, dando-lhes maior qualidade, e, ao mesmo tempo, aumentar as receitas por todos os instrumentos disponíveis. A segunda medida foi o IPO do BANRISUL, realizado em 2007, que ampliou o capital do banco público através da venda de novas ações em todo o mundo, o que permitiu a formação dos fundos de previdência pública, para dar suporte às mudanças estruturais do sistema previdenciário.

A terceira medida foi o contrato de reestruturação da dívida com o Banco Mundial, em 2008, o primeiro contrato que ele fez com um ente subnacional - um Estado -, que permitiu trocar papéis de dívida cara e de curto prazo por outros com taxa de juros muito menores e prazos maiores. Isso permitiu a formação de um saldo para financiar o Governo, vindo de prestações menores da dívida pública.

É exatamente isso o que se busca para o Brasil de hoje e para os Estados em quase falência, como mostra o Plano de Recuperação Fiscal em discussão no Congresso Nacional, destinado aos Estados de Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que decretaram emergência fiscal e não conseguem sequer pagar a folha do funcionalismo a cada mês.

Mostrei, em meu Governo, contra todos os prognósticos, que o equilíbrio fiscal é possível e é bom para todos, pois, com déficit zero, melhoraram todos os indicadores econômicos e sociais.

Volto à questão central deste pronunciamento.

Em notável artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo* de 16 de abril último, o ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal - STF e condutor do processo do mensalão, o eminente Ministro Carlos Ayres Britto, alertou que é indispensável que se separe o joio do joio, separando crimes mais ou menos graves nos processos em andamento na Laja-Jato, como, de resto, em qualquer procedimento judicial.

Com a devida vênia do Ministro, é, sim, necessário separar o joio do joio, mas - e S.Exa., mais do que ninguém, sabe disso - é igualmente importante separar o joio do trigo, porque, Srs. Deputados, felizmente ainda há trigo na política brasileira, e muito trigo! Ainda há muito, mas muito mais trigo do que joio. Do contrário, o colapso decorrente da crise, se tivesse continuidade, teria acontecido.

Cito fatos do Executivo de meu Estado: trigo foi o déficit zero alcançado em 2008, em meu Governo no Rio Grande do Sul; joio foi a opção pela volta do déficit público em proporções significativas no Governo seguinte, o que levou o Estado a esta situação de penúria atual.

Trigo é o IPO do BANRISUL, que ampliou o valor do banco na Bolsa de Valores e lhe permitiu não apenas assumir o pagamento da parcela da dívida extralimite que se soma à parcela do contrato de 1998, para ficar com o banco público. Mas isso também permitiu que fossem melhoradas as condições de crédito em todos os setores.

Trigo é o contrato firmado com o Banco Mundial em 2008, mundialmente conhecido por ser o primeiro contrato do banco com um ente subnacional. Joio é o aumento insustentável da dívida pública por

déficits sequenciais.

Trigo é a viabilização da revolução do Plástico Verde, concluído pelo meu Governo, na planta do Polo Petroquímico de Triunfo, de onde surgiu a invenção, com patente mundial, do próprio plástico verde, reconhecida no período. O valor ambiental dessa inovação tecnológica é incomensurável!

O Plástico Verde é produto biodegradável produzido a partir da cultura da cana-de-açúcar, setor de porte em nosso País. Através do Programa de Incentivos Fiscais, além da qualidade diferenciada de meu próprio Rio Grande, disputei e ganhei, em nome do Estado, a planta que todos os Estados e mesmo países desejavam.

A empresa decidiu pelo nosso Estado e pelo Polo Petroquímico de Triunfo por razões empresariais. Eu decidi pelo gigantesco valor ambiental, reconhecido em todo o mundo. Foi a primeira planta mundial de produção de plástico biodegradável a partir da cana-de-açúcar! Assim como a decisão dessa planta, a produção de centenas de outras empresas beneficiadas pelo incentivo fiscal do mesmo programa de atração de investimentos permitiu que o crescimento do PIB e do emprego, de 2007 a 2010, mesmo em plena crise mundial, fosse significativo durante todo o período.

Essa foi a decisão de governo, essa foi a minha intenção, transparentemente escrita no meu plano de governo apresentado durante as eleições de 2006, vitoriosas.

Somada à própria vocação do Estado para receber tal investimento, de R\$ 1 bilhão à época, a aplicação do Programa de Incentivos Fiscais permitiu-nos vencer a disputa com o resto do mundo. Como ilustração da importância do investimento, quero citar:

- Plástico Verde produzido no Rio Grande do Sul é usado por astronautas (<http://wp.clickrbs.com.br/acertodecontas/2016/11/07>).
- Empresa japonesa começa a utilizar plástico verde produzido no Rio Grande do Sul

([http://jcrs.uol.com.br/\\_conteudo/2016/06/economia/503256](http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/06/economia/503256)).

- Plástico Verde dá prêmio de sustentabilidade para O Boticário em Paris (<http://www.embalagemmarca.com.br/2016/11>).

- Milhões em sacolas de plástico biodegradável diariamente são fornecidas pelas cadeias de supermercado do Estado e do País.

Por oportuno, registro que estou solicitando, junto à Secretaria da Fazenda, o processo de concessão de incentivos à cadeia produtiva da química e do plástico, bem como o específico caso da produtora do Plástico Verde, a Braskem, para depositá-los junto aos responsáveis pela investigação da Operação Lava-Jato.

Defensora que sempre fui da reforma tributária, que avança aqui na Câmara dos Deputados sob a liderança do Deputado Luiz Carlos Hauly, estarei realizada quando a guerra fiscal patrocinada pelas distorções do atual sistema fenecer pela mudança das regras que hoje levam a ela.

O Rio Grande do Sul vivenciou os resultados da guerra fiscal quando o setor de calçados foi, em grande parte, transferido para o Nordeste, pela redução do ICMS patrocinado por aqueles Estados. Outros

Estados e outros setores têm o registro dos impactos dessa guerra em sua história.

Há décadas, estamos, no Congresso Nacional, buscando eliminar as distorções do atual sistema tributário, buscando simplificá-lo e torná-lo mais eficiente dentro do federalismo, que hoje tem concentrado os recursos fiscais nas mãos da União, impedindo que Estados e Municípios tenham autonomia e responsabilidade de decidir pelos seus caminhos de desenvolvimento. Enquanto essa reforma não for finalizada, não estará completa a mudança a favor de maior equilíbrio federativo, fonte de muitos conflitos distributivos no País.

O meu compromisso com as reformas em discussão hoje - tributária, política, trabalhista, previdenciária - e, creio, o compromisso do Governo Temer, que o deixou explícito durante o processo de *impeachment*, é enfrentar as distorções que levam inclusive a comportamentos corporativos de um tempo que já não existe, atrasando o necessário ajuste que irá tirar o peso da ineficiência e da malversação dos recursos públicos dos ombros das próximas gerações. Como mostra a situação dos Estados em emergência fiscal, os quais apenas antecipam o que acontecerá no País se as reformas não forem feitas, chegamos ao limite!

Finalmente quero reafirmar, com Hannah Arendt, a minha crença na política como instrumento para se chegar, na prática, a um sistema em que os valores da liberdade e da democracia estejam presentes. Há, sim, valores inegociáveis. Dentre esses, sem dúvida, o mais importante é o da permanente busca da verdade, fim último da promoção da justiça. Lembremo-nos de que a própria Hannah Arendt, que faz parte da comunidade judaica, alertou para o fato de que os processos em Israel contra os carrascos nazistas deveriam servir à justiça e à verdade, jamais à vingança.

Tenhamos sempre presente que verdade que é objeto de comércio deixa de ser a verdade pura, é mera mercadoria esvaziada de seu conteúdo moral e ético, que facilmente se torna instrumento de interesses pessoais por vezes os mais indignos. É o que ocorre, por exemplo, no mercado da destruição de reputações, em que se permite quem com ele lucre. Ao se negociar a verdade, facilmente passa-se a tomar como verdadeira a própria mentira, a dizer que é verdadeiro o que é simplesmente falso, para que se gerem benefícios para o mentiroso ou seus superiores. Conspirar e ser ator no mercado de destruição de reputações de terceiros ou de opositores políticos é fazer da verdade, da dignidade e da honra das pessoas as primeiras e maiores vítimas.

Separar o joio do joio, bem como o joio do trigo, conservando os valores da justiça, da verdade, da liberdade e da democracia, este é nosso grande desafio. Estou segura de que conseguiremos vencê-lo se soubermos, com Hannah Arendt, reafirmar e valorizar a política como o principal instrumento para a construção da sociedade que queremos. Muito obrigada

Documento 64/516

089.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	25/04/2017-11:40
Publ.: DCD - 26/04/2017 - 25	LINCOLN PORTELA-PRB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### *Sumário*

Indignação contra proposições de reforma política ante a ilegitimidade do Congresso Nacional para votação da matéria.

---

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PRB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, eu não poderia deixar de registrar, mais uma vez, a minha indignação contra a reforma política proposta tanto pelo Senado quanto pela Câmara dos Deputados. Talvez seja falta do que fazer, porque, se realmente tivessem o que fazer, não estariam pensando nessas colchas de retalhos, tampouco nessas propostas esdrúxulas, que só servem para fazer com que a população brasileira se indigne ainda mais contra este Parlamento. Esta Casa precisa ter uma coisa chamada desconfiômetro para entender o apelo das ruas, o chamado das ruas. Lamentavelmente, na minha avaliação - discorde quem quiser -, não temos hoje legitimidade para votar uma reforma política. Deixemos que os próximos representantes desta Casa votem! Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 65/516

099.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	02/05/2017-13:58
Publ.: DCD - 03/05/2017 - 22	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### *Sumário*

Defesa da tese de ilegitimidade do Governo Michel Temer. Artigo de autoria do orador publicado no Blog do Noblat, intitulado Direito ao trabalho, direito dos trabalhadores, sobre tentativa do Governo Federal de extinção de direitos

dos trabalhadores. Registro de carta aberta aos Parlamentares, da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, sobre as propostas de mudanças no sistema político em curso no Congresso Nacional.

---

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, quero destacar o ambiente de generalizada insatisfação e de revolta mesmo que há neste País com o Governo ilegítimo, com a sua implementação do golpe - aí, sim - no cotidiano dos trabalhadores e das trabalhadoras. Aqui fica o registro de artigo de minha lavra, que dou como lido, intitulado *Direito ao trabalho, direito dos trabalhadores*, lembrando inclusive os 14 milhões de brasileiros que hoje vivem o drama do desemprego.

Não é acusando as leis protetivas do trabalho e promovendo o desemprego que vamos avançar. Isso tudo é interesse do capital espoliativo, dos grandes grupos econômicos.

Quero também deixar como lido o registro de uma manifestação muito importante da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, que cobra de nós aqui a sintonia com os anseios populares por uma reforma democrática efetiva, profunda e radical.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado. Vamos divulgar o seu pronunciamento pelo programa *A Voz do Brasil*.

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todas e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para transcrição nos Anais da Casa, artigo publicado hoje, dia 2 de maio, no Blog do Noblat, que trata da tentativa atual do Governo Temer de retirar direitos dos trabalhadores.

Agradeço a atenção.

#### ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Direito ao trabalho, direito dos trabalhadores.

Trabalho vem de "tripalium", instrumento de tortura no Império Romano. Para alguns, trabalho é condenação divina, que está no livro do Gênesis como pena complementar à expulsão do Jardim do Éden: "ganharás o pão com o suor do teu rosto".

De fato, a história humana tem a marca da exploração laboral: escravidão antiga e colonial, servidão feudal, jornadas subassalariadas de 14 horas, espoliação da mão de obra infantil. Fatura para poucos aristocratas, miséria de proles imensas.

Foi a análise dos mecanismos do capitalismo - para a qual Marx tanto contribuiu - que permitiu um outro olhar sobre o trabalho: o de criador

de riqueza e de realização do ser humano. A doutrina social da Igreja Católica, também nascida no século XIX, com a "Rerum Novarum" de Leão XIII, afirmou a dignidade do trabalho. O(a) trabalhador(a) é portador(a) de direitos, inclusive o de salário digno, e de se reconhecer na sua própria obra, deixando de ser mera parte alienada de uma engrenagem. Tempos modernos!

Compreendendo isso, torna-se mais escandalosa ainda a realidade brutal do Brasil de agora, com seus 14,2 milhões de desempregados - correspondente à população somada de Pernambuco, Piauí e Sergipe! Só no primeiro semestre, nada menos que 1,3 milhões de postos de trabalho foram fechados, sendo 599 mil de carteira assinada. Que modelo econômico é esse?

Para grandes rentistas, agroexportadores, parte do empresariado industrial, Banco Mundial, FMI e governo federal, a melhoria do "ambiente de negócios" depende da "flexibilização" na legislação. Financiados ou pressionados por esses setores, 296 deputados aprovaram "o maior projeto de retirada de direitos trabalhistas desde o advento da CLT", como denunciaram as associações nacionais do Ministério Público, dos Juízes do Trabalho e dos Magistrados brasileiros.

Vários parlamentares governistas afirmaram que o "excesso de leis protetivas do trabalhador" inibe a geração de empregos.

Convenientemente, "esquecem" de que com essa mesma legislação - que vem de 1919, foi consolidada em 1943 (CLT, 922 artigos) e já sofreu 723 atualizações de lá para cá - houve períodos de pleno emprego no Brasil. Para a casta dominante, intocáveis são unicamente os lucros.

Modernizar a legislação não é vulnerabilizar categorias já frágeis na relação contratual com o capital, nem deixar os trabalhadores independentes, inclusive microempreendedores, à mercê dos humores do mercado, que só sorri para a ganância. Modernizar não é individualizar e "empresarializar" as negociações, secundarizando o coletivo e a organização sindical - que deve, sim, ser autônoma e não depender do Estado.

A ideologia e prática do estado mínimo - exceto para reprimir manifestações - e do privatismo máximo atualizam a gabolice do bilionário Warren Buffet, publicada no NYT há quase 11 anos, e lembrada há pouco pelo professor André Singer: *"existe sim guerra de classe, mas é a minha classe, a dos ricos, que está fazendo a guerra, e estamos ganhando"*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todas e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para transcrição nos Anais da Casa, carta aberta aos Parlamentares feita pela Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político sobre as propostas de mudanças no sistema político em curso no Congresso Nacional.

Agradeço a atenção.



## CARTA ABERTA A QUE SE REFERE O ORADOR

O Congresso Nacional debate neste momento uma nova proposta de "reforma política" - como em outras ocasiões, olhando apenas para as próximas eleições. Não teremos, entretanto, um sistema político legítimo e representativo se esta postura do Parlamento brasileiro não mudar. Independentemente das propostas aprovadas, a leitura que se faz do que tramita hoje no Congresso é de que não se trata de melhorar nosso sistema eleitoral, algo tão necessário, mas de assegurar o mandato de inúmeros parlamentares envolvidos com corrupção, garantindo-lhes o foro privilegiado e a impunidade jurídica. Por isso, após três dias de reunião em Brasília, com mais de 110 representantes de distintos movimentos sociais que lutam há mais de uma década pela democratização do poder e por uma verdadeira reforma política, a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político vem a público manifestar sua posição sobre a proposta em debate no Parlamento.

O relatório apresentado pelo Deputado Vicente Cândido incorpora, no geral, três elementos defendidos pela Plataforma: fortalecimento da democracia direta, financiamento público de campanhas e lista pré-ordenada. Mas as semelhanças com o que vem sendo historicamente reivindicado pela sociedade civil organizada terminam por aqui. Quando falamos de democracia direta, defendemos o poder de o povo convocar plebiscitos e referendos. Queremos que determinados temas, como privatizações e a execução de grandes obras, sejam decididos por estes instrumentos. O relatório apresentado na Comissão da Reforma Política pouco avança nesta direção.

Sobre a adoção do financiamento público exclusivo de campanhas, defendemos que ele seja adotado em conjunto com outras medidas, como a democratização dos partidos políticos, o financiamento dos partidos por seus filiados (e não por recursos públicos) e mudanças nos critérios de partilha para não privilegiar as grandes legendas. O relatório tampouco avança nesta direção.

No que se refere à lista pré-ordenada, instrumento importante para tornar os partidos programáticos, ela deve ser acompanhada de mecanismos que impeçam a definição da lista pelas oligarquias partidárias. Defendemos listas escolhidas em prévias partidárias e sem candidaturas natas, para que sejam um instrumento poderoso de enfrentamento às sub-representações nos espaços de poder, especialmente das mulheres, do povo negro e dos povos indígenas. Por isso, defendemos a paridade de sexo na elaboração da lista. E o relatório pouco avança neste sentido. E o relatório pouco avança neste sentido.

Para a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, democratizar o poder significa ir além de uma reforma eleitoral conjuntural e incapaz de alterar as desigualdades estruturantes da sociedade brasileira, que impedem a maioria da nossa população -

mulheres, o povo negro, jovens, população LGBTI, indígenas - de participar efetivamente das decisões políticas do país. Um país verdadeiramente democrático deve ser capaz de pensar formas de afirmação de uma cidadania ativa, fazendo valer o princípio primeiro democrático de que o "poder emana do povo".

Para nós, por fim, essa reforma deve ir além do urgente aperfeiçoamento da democracia representativa. Deve, necessariamente, incluir a adoção de mecanismos inovadores de democracia participativa (como um sistema de participação social); o estabelecimento de uma real democracia direta; a democratização da informação e das comunicações e do sistema de Justiça.

Sem isso, qualquer reforma virá apenas para perpetuar os grupos que eternamente ocupam o poder no Brasil. É hora de romper com este ciclo de poder hereditário e alicerçar o sistema político brasileiro na soberania popular. É o que exige a nossa democracia.

Brasília, 26 de abril de 2017.

Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político  
[www.reformapolitica.org.br](http://www.reformapolitica.org.br)

---

Documento 66/516

102.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	04/05/2017-12:08
Publ.: DCD - 05/05/2017 - 73	RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

---

### *Sumário*

Aprovação pela Comissão Especial da Reforma Política de relatório parcial sobre mecanismos de democracia direta, como plebiscito, referendo e projetos de lei de iniciativa popular. Apoio ao relatório do Deputado Vicente Candido.

---

### **PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO**

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

A Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira, 2 de maio, o primeiro relatório parcial, que trata dos mecanismos de democracia direta, como plebiscito, referendo e projetos de lei de iniciativa popular. A democracia do mandato representativo está em crise. Cada vez mais o eleitor não se sente representado por quem votou. A aprovação de um projeto de lei e um projeto de resolução, dentro do relatório, facilita o exercício da democracia direta no nosso País. Temos que favorecer todas as iniciativas que fortaleçam o exercício da cidadania.

O relatório aprovado pela Comissão da Reforma Política também facilita os projetos de iniciativa popular. Agora será ainda mais fácil dar entrada em um projeto neste modelo. Precisaremos de menos assinaturas, e elas poderão ser eletrônicas. Isso vai facilitar a vida de todos os cidadãos que tiverem vontade de intervir no processo legislativo. Reforma política de verdade é aquela que traz o povo para participar diretamente.

Na discussão sobre os mecanismos de democracia direta, o Relator, Deputado Vicente Candido (PT-SP), fez uma complementação de voto a partir de sugestões apresentadas por outros Parlamentares. Ele retirou do texto dois parágrafos do artigo que trata dos projetos de iniciativa popular e que limitavam a apresentação de emendas a essas propostas.

Defendo a mudança feita pelo Relator, pois engessar a tramitação como, por exemplo, dizia o parágrafo oitavo - "*não haverá apresentação de emendas ao projeto de lei de iniciativa popular na fase de discussão em Plenário*" -, desconsidera como funciona a construção de maioria no Plenário. Às vezes, é em uma emenda que se constrói maioria e se salva uma proposta.

Outra alteração proposta por mim e incluída pelo Deputado Candido foi a necessidade de apoio de um décimo dos Parlamentares da Casa iniciadora para a tramitação de projeto de iniciativa popular. Se for a Câmara, 52 Deputados; caso seja o Senado, 8 Senadores.

Na manhã desta quarta-feira, 3 de maio, eu e um grupo de 29 Deputados, também membros da Comissão Especial da Reforma Política, nos reunimos com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Ministro Gilmar Mendes, para debater a respeito da proposta de reforma. Além das pessoas mencionadas acima, os Ministros da Corte Herman Benjamin, Admar Gonzaga e Alexandre de Moraes também participaram da reunião.

O Ministro Gilmar Mendes destacou que a corrupção na política leva à corrupção do modelo democrático e causa o afastamento das pessoas, de modo a comprometer o grande patrimônio construído em nosso País, que é "*o mais longo período de normalidade democrática institucional na vida republicana*". Portanto, nosso objetivo é caminhar para uma reforma necessária e com a participação da população.

Era o que tinha a dizer.

---

Documento 67/516

102.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

04/05/2017-09:18

Publ.: DCD -  
05/05/2017 - 25

VALADARES FILHO-PSB -SE

---

### *Sumário*

Posicionamento do orador em relação a tópicos da reforma política.

---

**O SR. VALADARES FILHO** (PSB-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos discutindo nesta Casa, na Comissão Especial e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a reforma política, de suma importância para a democracia brasileira, com pontos importantes que eu defendo, como o fim das coligações proporcionais, a cláusula de barreira.

Ela servirá para fortalecer os partidos políticos, para que possamos ter partidos mais orgânicos e com identidade ideológica, o que é fundamental para a democracia brasileira.

Em relação à lista fechada, que também vem sendo debatida nessa reforma política, eu sou permanentemente contra. Não é o momento para discutirmos a reforma política tendo uma lista fechada com uma discussão prioritária.

Neste momento, precisamos ter a consciência do fortalecimento dos partidos para consolidar a nossa democracia. Por isso, defendo o fim das coligações proporcionais com a cláusula de barreira.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Sras. e Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado.

### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há muito sabemos que o sistema político brasileiro precisa ser reformado. Já perdi a conta de há quantos anos essa matéria entra e sai da agenda legislativa. No entanto, a cada vez que se aproxima um desfecho, a discussão é interrompida por falta de consenso. E não se avança no sentido de resolver as mazelas do sistema político do nosso País.

Entretanto, diante da crise de credibilidade na representação política, com tantas acusações de corrupção envolvendo mandatários do Executivo e Parlamentares, não há mais como adiar a discussão sobre a reforma política.

Encontram-se em apreciação nesta Casa diversas proposições, seja na forma de projetos de lei, seja na forma de propostas de emenda à Constituição. Uma Comissão Especial as examina e algumas já estão prontas para serem apreciadas na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Logo depois, devem seguir para apreciação em plenário.

Uma das proposições em tramitação nesta Casa é a Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, do Senado Federal, que se

encontra em apreciação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Entre outras providências, essa PEC propõe que sejam vedadas as coligações entre partidos nas eleições proporcionais, isto é, para Deputados e Vereadores, a partir de 2020.

As coligações nas eleições para cargos majoritários - Presidente, Governadores, Senadores e Prefeitos - continuarão sendo permitidas, neste caso justificadas pela necessidade de serem construídos consensos para a governabilidade. Sou a favor do fim das coligações entre partidos para as eleições proporcionais. Entendo que essa medida irá fortalecer aqueles partidos que guardam identidade com a sociedade.

O financiamento público exclusivo para campanhas eleitorais é outro ponto que precisa avançar no que já se convencionou chamar de reforma política. Em setembro de 2015, o Supremo Tribunal Federal já permitiu um avanço nesse sentido, quando julgou inconstitucionais alguns pontos da Lei nº 9.096, de 1995, a Lei dos Partidos Políticos. Ao considerar inconstitucionais os artigos que permitiam as doações realizadas por empresas a partidos políticos, o STF possibilitou que avançássemos nessa tese. Na ocasião do julgamento, o Relator, Ministro Luiz Fux, apontou que, no modelo então vigente, cerca de 20 mil pessoas jurídicas - menos de 0,5% do total de empresas brasileiras - financiavam campanhas políticas.

Há casos em que a mesma empresa contribuía para a campanha dos principais candidatos em disputa; e para mais de um partido político. Essa razão é mais do que suficiente para impedir as doações de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais.

O Relator da reforma política na Comissão Especial desta Casa chegou a propor um sistema de financiamento para campanhas de Deputados em que 70% dos recursos sejam públicos e 30% venham de contribuições de eleitores, no limite de 1 salário mínimo e com proibição de autofinanciamento.

No Senado, está sendo proposta - novamente - a adoção do financiamento público exclusivo de campanhas. Pelo projeto, será formado um fundo a partir de recursos do Orçamento da União e de doações de pessoas físicas e jurídicas. Pelo texto, 30% dos recursos do fundo seriam distribuídos igualmente entre os diretórios nacionais de todos os partidos políticos com registro no Tribunal Superior Eleitoral; e os outros 70% seriam divididos entre os partidos mais votados na eleição precedente para a Câmara dos Deputados.

A proposta proíbe doações diretas e prevê multa para a pessoa física ou jurídica que descumpra a regra. Essa é uma das tantas propostas de financiamento público exclusivo. Sobre esse tema, defendo que se deva buscar o consenso para que se adote o financiamento público das campanhas. Enxergo nessa possibilidade um caminho para interromper o assédio das empresas aos candidatos.

O Relator da reforma política na Câmara também apresentou uma proposta de emenda à Constituição que prevê o sistema de votação em listas fechadas de candidatos a Vereador e Deputado nas eleições de 2018 até 2022; e um sistema misto - distrital e com lista fechada - a

partir da eleição de 2026.

Quero dizer que sou contra essas propostas, pois os nossos partidos políticos ainda não chegaram a um grau de maturidade organizacional que permita a clareza e a verdade eleitoral dessas escolhas. Em outras palavras, é possível que os detentores das máquinas partidárias - não necessariamente detentores de votos - façam as listas de acordo com critérios que não sejam os da representatividade dos candidatos.

Temos exemplos de dirigentes partidários que, mesmo condenados pela Justiça, prosseguem no mando de suas legendas, por terem o controle de diretórios. Por isso, meu posicionamento será contrário a essa proposta.

Defendo que se faça, o mais brevemente possível, a reforma política. Do contrário, estaremos sujeitos ao engodo de manifestações de parte da mídia - com alguma repercussão em redes sociais - de que a política é a responsável pelas mazelas do Brasil.

Sou militante político desde a minha juventude; venho de uma tradição de afirmação partidária. Embora não tenha vivido o período da ditadura civil-militar de 1964, sei bem que a condenação da política só leva a regimes autoritários; à criação de partidos artificiais, como era o caso de ARENA e MDB, enfiados goela abaixo do povo, na mesma ocasião em que o histórico PSB de Miguel Arraes foi extinto; à invenção de representantes não eleitos, como foi o caso dos Senadores biônicos, no período final do regime de 1964; e ao fechamento do Congresso Nacional, como ocorreu mais de uma vez.

Portanto, registro aqui o meu apelo para que avancemos na votação da reforma política.

É o que tenho a manifestar neste momento.

---

Documento 68/516

---

104.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	04/05/2017-14:12
Publ.: DCD - 05/05/2017 - 82		JOSÉ FOGAÇA-PMDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### ***Sumário***

Exaltação do trabalho da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania sobre questões institucionais da proposta de reforma política.

---

**O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr.**

Presidente, na sequência da fala do Deputado Celso Maldaner, venho também trazer o meu depoimento e meu o registro sobre o que ocorreu ontem na Comissão de Constituição e Justiça.

Enquanto a Comissão Especial da Reforma da Previdência trabalhava intensamente - e trabalhou praticamente o dia inteiro, por muitas e muitas horas -, a Comissão de Constituição e Justiça trabalhou sobre uma questão institucional e logrou aprovar a admissibilidade de uma emenda constitucional que visa à extinção das coligações entre partidos políticos para eleições proporcionais no Brasil.

Juntamente com a questão das coligações, também modificamos a forma como os partidos acessam a representação parlamentar, através da proposta chamada Cláusula de Desempenho, que não pode ser chamada de Cláusula de Barreira, porque esta extingue os mandatos. A Cláusula de Desempenho não extingue os mandatos, apenas obriga os Parlamentares dos partidos que não cumprirem o coeficiente exigido pela lei a se juntarem ou a se somarem a outras agremiações políticas ou a frentes partidárias, conforme passará a prever a Constituição se a matéria vier a ser aprovada no Plenário.

Portanto, trata-se de um avanço institucional, trata-se de um passo à frente.

Da mesma forma que fez aqui o Deputado Celso Maldaner, neste momento eu também cumprimento a Comissão de Constituição e Justiça pelo trabalho realizado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos) - Muito obrigado, Deputado José Fogaça, gaúcho do meu Rio Grande.

---

Documento 69/516

---

111.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	10/05/2017- 18:36
Publ.: DCD - 11/05/2017 - 304	MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Ingerência do Supremo Tribunal Federal no Poder Legislativo. Orientação da respectiva bancada para votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 304, de 2017, que acrescenta § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para determinar que práticas desportivas que utilizem animais não são consideradas cruéis, nas condições que especifica.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Maia, eu gostaria de ter a atenção de V.Exa., que eu sei que precisa estar se dividindo entre diversos assuntos.

Mas eu quero falar dessa situação do Supremo Tribunal Federal e do Poder Legislativo. A Câmara dos Deputados faz bem de intervir recuperando suas prerrogativas sempre que o Supremo Tribunal Federal, de alguma forma, parecer estar legislando positivamente. Eu ouvi um relato aqui que me deixou perplexo - e não acredito que isso tenha acontecido: Ministros do Supremo Tribunal Federal disseram a Deputados que, se nós não fizéssemos a reforma política, eles a fariam. Eu não acredito. O Supremo não legisla positivamente. Pode legislar negativamente, positivamente não. Então, isso que está sendo feito hoje aqui, ao contrário do que falaram da tribuna, não é um confronto.

A Corte Suprema dos Estados Unidos tomou decisão que foi considerada imprópria pelo Parlamento norte-americano numa questão de taxas. E o Parlamento norte-americano se impôs à decisão da Corte Suprema. Se eu não me engano, uma dessas é a 16ª emenda.

O que eu gosto de ver é o Parlamento mobilizado para garantir as prerrogativas que o povo nos deu.

O voto da Rede é "não".

Cumprimento todos os companheiros que estão lutando num enfrentamento contra uma decisão da Suprema Corte que pode até ser equivocada.

---

Documento 70/516

---

112.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	11/05/2017- 14:48
Publ.: DCD - 12/05/2017 - 18		LUIZ COUTO-PT -PB
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Ação conjunta entre os Estados do Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais pela garantia dos direitos trabalhistas. Defesa da realização de ampla reforma política com participação popular.

---

**O SR. LUIZ COUTO** (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. sabe que Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais se juntaram para começar a fazer uma revolução na Justiça do Trabalho pelos direitos dos trabalhadores. Por isso, nossa homenagem ao Rio Grande do Sul, à Paraíba e a Minas Gerais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo neste momento falar



sobre a reforma política. Esse tema vem sendo reformulado há anos, mas uma reforma profunda e democrática, ou mesmo com a efetiva participação popular, ainda não saiu da teoria e muito menos do papel. A jovem democracia tem anseios pelo Estado Democrático de Direito. Ela clama por uma reforma política profunda com um plebiscito, em que a população decida sobre a matéria antes de ela ser votada no Congresso.

Na história, nosso País acolheu vários projetos de lei e propostas de emendas constitucionais para se ter uma reforma política, mas poucas proporcionavam maior correspondência entre a vontade do eleitor ao votar e o resultado final das urnas. Algumas delas davam um parecer autocrático, teocrático ou totalitário.

Desde o golpe revanchista de 2016, este Congresso vive momentos críticos. Alguns Parlamentares abraçam a armadilha do autoritarismo perverso e o distúrbio do poder narciso, sociopata e macabro.

A era Eduardo Cunha se instalou de tal forma que parte dos Parlamentares se encontra disposta a aprovar os desejos do "deus mercado", e não da soberania popular ou mesmo da disposição democrática popular.

Estamos vivenciando, Sr. Presidente, um momento de regressão. Parte de 2016 e o ano de 2017 entraram em coalisão política. A política de conciliação entre partidos e oligarquias, mas sempre sem o povo, capitaneou os meios políticos atuais. Essa ideia trouxe ao povo não a conciliação, mas a submissão.

Vivenciamos uma representação política falsa. Há uma forte campanha para que os grupos privados com bases alicerçadas em negociatas, com troca de favores e concessão de cargos ou verbas, dominem as votações atuais, a exemplo da reforma trabalhista ou mesmo da futura reforma previdenciária.

Pergunto: a quem elas agradam? A quem servem? Ao povo ou à iniciativa privada?

Toda essa paranoia política distorce a verdadeira reforma política. Há, sim, propostas elogiáveis, a exemplo do trabalho que vem sendo realizado pelo Deputado Vicente Candido, do PT de São Paulo, na relatoria do projeto da reforma política.

O texto foi elaborado a partir de uma série de reuniões, audiências públicas, seminários e coletas de propostas por meio dos canais de comunicação da Câmara. Todos esses eventos contaram com a participação de Parlamentares, especialistas no assunto, representantes da sociedade civil e demais cidadãos interessados, que, com suas sugestões, muito contribuíram para o aprimoramento do relatório. Portanto, a Comissão Especial da Reforma Política já dispõe de base sólida para debater e votar a matéria.

A reforma política não apenas tem sido um tema recorrente da agenda desta Casa, como também vem provocando constantes manifestações e cobranças da opinião pública. O relatório do Deputado Vicente Candido aponta para uma nova forma de fazer política no Brasil, com eleições mais baratas, transparentes e íntegras. Além disso, Sr. Presidente, a proposta prevê a atuação de partidos e de candidatos

mais programáticos e próximos do eleitor e, sobretudo, de instituições mais atentas aos anseios do povo brasileiro.

Nesse sentido, a reforma proposta assenta-se, num primeiro momento, sobre dois eixos principais: o financiamento público das campanhas e o estabelecimento das listas partidárias fechadas. Eu, pessoalmente, assim como V.Exa., defendo a lista flexível, em que o eleitor vota na lista partidária e, depois, no candidato de sua preferência. O financiamento seria feito com 70% de recursos públicos e 30% de contribuições de eleitores, no limite de um salário mínimo e com a proibição de autofinanciamento. Já a lista fechada valeria para as eleições legislativas de 2018 e 2022.

Sr. Presidente, eu gostaria que todo o teor deste pronunciamento fosse dado como lido, com a devida publicação nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos) - Obrigado, Deputado Luiz Couto. O pedido de V.Exa. será atendido.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo, neste momento, falar sobre a reforma política, tema este que vem sendo reformulado há anos, mas uma reforma profunda e democrática, ou mesmo com a efetiva participação popular, ainda não saiu da teoria e muito menos do papel.

A jovem democracia tem anseios pelo Estado Democrático de Direito. Ela clama por uma reforma política profunda com um plebiscito em que a população decida sobre a matéria antes de ser votada no Congresso. Na história, nosso País acolheu vários projetos de lei e propostas de emendas à Constituição para uma reforma política, mas poucas proporcionavam maior correspondência entre a vontade do eleitor ao votar e o resultado final das urnas. Algumas delas davam um parecer autocrático, teocrático ou totalitário.

Desde o golpe revanchista de 2016, este Congresso vive momentos críticos, alguns Parlamentares abraçam a armadilha do autoritarismo perverso e o distúrbio do poder narciso, sociopata e macabro.

A era Eduardo Cunha se instalou de tal forma que parte dos parlamentares se encontra disposta a aprovar os desejos do "deus mercado" e não da soberania popular ou mesmo da disposição democrática popular.

Estamos vivenciando um momento de regressão. Parte de 2016 e o ano de 2017 entraram em coalisão política. A política de conciliação entre partidos e oligarquias, mas sempre sem o povo, capitaneou os meios políticos atuais. Esta ideia trouxe ao povo não a conciliação, mas a submissão.

Vivenciamos uma representação política falsa. Há uma forte campanha para que os grupos privados com bases alicerçadas em negociatas, com troca de favores e concessão de cargos ou de verbas, dominem

as votações atuais, a exemplo da reforma trabalhista ou mesmo a futura reforma previdenciária. Pergunto: a quem elas agradam? Ao povo ou à iniciativa privada?

Toda esta paranoia política distorce a verdadeira reforma política. Há sim propostas elogiáveis, a exemplo do trabalho que vem sendo realizado pelo Deputado Vicente Candido, do PT de São Paulo, na relatoria do projeto de reforma política.

O texto foi elaborado a partir de uma série de reuniões, audiências públicas, seminários e coletas de propostas por meio dos canais de comunicação da Câmara.

Todos esses eventos contaram com a participação de Parlamentares, especialistas no assunto, representantes da sociedade civil e demais cidadãos interessados, que, com suas sugestões, muito contribuíram para o aprimoramento do relatório. Portanto, a Comissão Especial da Reforma Política já dispõe de base sólida para debater e votar a matéria.

A reforma política não apenas tem sido tema recorrente da agenda desta Casa, como também vem provocando constantes manifestações e cobranças da opinião pública.

O relatório do Deputado Vicente Candido aponta para uma nova forma de fazer política no Brasil, com eleições mais baratas, transparentes e íntegras. Além disso, prevê a atuação de partidos e candidatos mais programáticos e próximos do eleitor e, sobretudo, de instituições mais atentas aos anseios do povo brasileiro.

Nesse sentido, a reforma proposta assenta-se, num primeiro momento, sobre dois eixos principais: o financiamento público das campanhas e o estabelecimento das listas partidárias fechadas. Eu defendo a lista flexível, em que o eleitor vota na lista partidária e, depois, no candidato da sua preferência.

O financiamento seria feito com 70% de recursos públicos e 30% de contribuições de eleitores, no limite de um salário mínimo e com proibição de autofinanciamento. Já a lista fechada valeria para as eleições legislativas de 2018 e 2022, que serviriam como fase de transição.

A partir de 2026, passaria a vigorar o sistema distrital misto. Nesse sistema, a metade das vagas seria preenchida por lista fechada, e a outra metade, por voto direto em candidatos vinculados a distritos eleitorais.

Além desses dois eixos mais importantes, merecem destaque ainda na proposta do Deputado Vicente Candido a extinção das atuais funções de Vice-Presidente, Vice-Governador e Vice-Prefeito; a coincidência das eleições para todos os cargos a partir de 2038; a proibição de reeleição para os cargos de Presidente, Governador e Prefeito, com a extensão desses mandatos para 5 anos, após a fase de transição; e a proibição das coligações partidárias nas eleições proporcionais.

Trata-se, portanto, de um relatório que merece cuidadoso exame dos integrantes da Comissão Especial. Esse exame, entretanto, deve ser feito com a maior celeridade possível, para que ao menos algumas das alterações previstas já tenham condições de serem aplicadas no pleito

de 2018.

Espero que assim o sistema político brasileiro se torne mais adequado às expectativas dos eleitores e possa estimular o aperfeiçoamento da democracia em nosso País.

Portanto, finalizo afirmando a necessidade de se fazer uma ampla discursão com a sociedade, em que o povo participe debatendo junto a nós, Parlamentares, de uma reforma ampla, profunda e mais social. Era o que tinha a dizer.

---

Documento 71/516

---

112.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	11/05/2017-14:00
Publ.: DCD - 12/05/2017 - 7	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### *Sumário*

Importância de aprovação do projeto de lei, de autoria do orador, acerca de adoção do voto em lista semiaberta.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero dar a explicação sobre o projeto de lei de minha autoria que trata da reforma política no que diz respeito ao sistema de voto, que é a grande preocupação que tem o cidadão, a cidadã, o eleitor, a eleitora.

Nós estamos debatendo na Comissão uma ampla reforma política. Mas, na essência, Sr. Presidente, a preocupação que todos nós temos, e isso vem por parte da cidadania também, é com a mudança sobre o sistema de voto. Hoje todos nós conhecemos: o voto é feito em lista, essa lista é feita pelos partidos e é apresentada ao eleitor de forma aberta e desordenada, sendo que o eleitor é que irá ordená-la. Consequentemente, ao ordenar essa lista, ele vota nominalmente num ou noutro candidato. E aí o mais votado vai ser o eleito, de acordo com aquela lista que o partido ofereceu, como disse, aberta e desordenada. O eleitor é que arruma a lista.

A proposta que apresento, Sr. Presidente, é exatamente a lista fechada, mas que se abre com o voto do eleitor. Eu sou contra a lista totalmente fechada. Mas, neste caso, a lista é apresentada fechada. O partido elabora a lista, pré-ordena a lista, fecha a lista e a entrega ao eleitor. O eleitor vota lá na lista - se for do PDT é 12; do PT, 13; do

PMDB, 15; do PTB, do PSDB, 45. Enfim, votou na lista, abriu a lista, conseqüentemente o eleitor pode votar no seu candidato. O eleitor votou no seu candidato. Se aquela lista elegeu três Vereadores, três Deputados Estaduais ou três Deputados Federais, o primeiro eleito é o primeiro da lista, o segundo eleito é o primeiro mais votado, o terceiro eleito é o segundo da lista, o quarto eleito é o segundo mais votado. Enfim, um é da lista e outro é do eleitor. Conseqüentemente nós vamos ter, assim, uma oportunidade de ter uma lista que contemple os partidos e ao mesmo tempo ter a abertura dessa lista que contemple o eleitor. O eleitor é quem dá a última palavra.

Vamos ter uma campanha barata, porque a campanha não será mais individual, será coletiva, será dos partidos. Ao mesmo tempo - e eu vou concluir, Sr. Presidente -, nós vamos ter ali a oportunidade de moralizar a política, de equilibrá-la, de deixá-la decente, de valorizar os partidos e de não tirar o valor do eleitor.

O voto na lista fechada não é justo, porque fica na mão dos donos de partidos, dos caciques. O voto com a lista fechada não é democrático. Tanto que o próprio art. 14 e art. 60 da Constituição dizem que o voto deverá ser direto, secreto e universal. Na lista fechada o voto é secreto, é universal, mas não é direto. Na lista que apresento o voto é secreto, é universal e é direto, porque o eleitor vai votar no cidadão, no candidato. E, com isso, ele dá a última palavra.

Portanto, Sr. Presidente, defendo essa proposta. Na reforma política, se quiserem alterar o sistema de hoje, se quiserem fazer lista, em minha opinião, a única maneira é com a lista semiaberta, com o projeto de minha autoria, que desde 2010 está tramitando na Casa.

É a minha proposta, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) - Obrigado.

---

Documento 72/516

---

128.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/05/2017-14:20
Publ.: DCD - 24/05/2017 - 34		PEDRO UCZAI-PT -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de afastamento do Presidente Michel Temer do cargo e de imediata realização de eleições diretas para a Presidência da República. Importância da realização de ampla reforma política.

---

**O SR. PEDRO UCZAI** (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a casa caiu. Michel Temer não tem mais legitimidade para governar este País. Para esse golpe dado há mais de 1 ano, temos duas soluções. A primeira é recuperarmos o direito de o povo brasileiro eleger o Presidente da República! Diretas já, sem o segundo golpe desta Casa! A segunda solução é fazermos uma profunda reforma política para acabar com essa promiscuidade do privado com o público, do privado com os políticos brasileiros. Essa é a principal lição que temos que construir com essa experiência histórica. Portanto, eleições diretas para a Presidência! É preciso recuperar a institucionalidade democrática perdida com esse conluio, esse casamento entre PSDB e PMDB.

---

Documento 73/516

---

131.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	24/05/2017-10:52
Publ.: DCD - 25/05/2017 - 53		CÉSAR MESSIAS-PSB -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa da realização de ampla reforma política.

---

**O SR. CÉSAR MESSIAS** (PSB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há 1 ano, 1 mês e alguns dias, na ocasião do *impeachment* da Presidente Dilma, eu disse o seguinte nesta Casa: "*Vejam aonde nós chegamos! Tiram Dilma, entra Temer; tiram Temer, entra Cunha; tiram Cunha, entra Renan. Que Brasil é este?*" A linha sucessória, portanto, estava totalmente contaminada. O sistema político brasileiro está podre! A grande realidade é essa. É o sistema que está podre. Ou esta Casa faz uma reforma política profunda para resolver as questões do Brasil ou nós não saberemos aonde vamos chegar. Não adianta esta Casa hoje querer escolher um Presidente, porque ela não está respaldada pela vontade popular. O povo não quer isso. Não adianta também partirmos para uma eleição nova para escolher um novo Presidente, se não culparmos aqueles que já foram...  
(*Desligamento automático do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

---

Documento 74/516

---

136.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	25/05/2017- 14:36
Publ.: DCD - 26/05/2017 - 17	CELSO MALDANER-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica para a Agricultura Familiar no Estado de Santa Catarina. Realização, pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de audiência pública destinada à discussão de conflitos agrários. Apoio à proposta de reformas do Estado brasileiro.

---

**O SR. CELSO MALDANER** (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria inicialmente de dar como lido um pronunciamento em que destaco o avanço das negociações para a implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica para a Agricultura Familiar em Santa Catarina, cujo desafio é aproximar os inventores e as pequenas e médias empresas que desenvolvem tecnologias agrícolas a serem oferecidas a um baixo custo.

Este projeto, vinculado ao Programa SC Rural, implementado em parceria com o Banco Mundial, desenvolve diversos tipos de projetos ligados à agricultura catarinense, que cada vez mais evolui através da tecnologia, agregando valor em favor do homem do campo.

Aproveito este instante, Sr. Presidente, para dizer também que assistimos ontem, no *Jornal Nacional*, a matéria sobre os lamentáveis conflitos agrários que estamos vivenciando no nosso Brasil.

Haveremos de fazer uma audiência pública na Comissão de Agricultura para discutir esse grave problema de conflitos agrários e tantas mortes que estão acontecendo no meio rural.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho ainda outro tema a tratar. Como disse o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Ives Gandra Martins Filho, o maior inimigo do Brasil é o excesso de Estado, tanto no âmbito municipal quanto no estadual e no federal.

Agora estamos trabalhando a questão da reforma trabalhista, que eu chamo de modernização da legislação trabalhista, a qual está no Senado e, com certeza, vai trazer muitos ganhos para nosso País.

Temos a reforma previdenciária, que deveríamos ter votado nesta semana, mas, em função dos últimos acontecimentos, aguardaremos para, depois do dia 7 de junho, voltar a esse tema tão importante. Hoje temos um sistema que privilegia os ricos, ou melhor, que tira dos pobres e dá aos ricos. Nós temos hoje 1 milhão de privilegiados que ganham mais do que 30 milhões de brasileiros. Então, com certeza, vamos iniciar um processo para inverter essa realidade, em favor da maioria do povo brasileiro.

Também temos a reforma política, que é muito importante. Alguma coisa devemos votar neste ano ainda, principalmente uma cláusula de desempenho. Senão, daqui a uns dias, vamos ter 80, 90 partidos. E também temos que acabar com as coligações proporcionais.

A reforma tributária é fundamental, porque a ficha caiu: não podemos mais aumentar impostos, mas temos, sim, que diminuir a carga tributária.

E, principalmente, dando continuidade à reforma fiscal, temos que fazer uma reforma da máquina pública. Como disse um colega Deputado há poucos dias, todos os Poderes têm que tomar esse remédio amargo: o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Poder Executivo, o Ministério Público. Não podemos dar esse remédio amargo só à população.

Temos que curar a doença que existe nesses Poderes em função do alto custo.

Sobre o quebra-quebra que aconteceu aqui em Brasília, temos que ter equilíbrio, fazer uma reflexão e reconhecer que infelizmente muitos baderneiros vieram aqui para quebrar tudo. Nove Ministérios foram depredados.

Eu tenho certeza de que a sociedade brasileira não aprova essa baderna, nem esses baderneiros que deram tantos prejuízos e, acredito, serão responsabilizados pelo vandalismo.

Não podemos concordar com esses atos. O povo não concorda. Mas temos que fazer o tema de casa aqui.

Nós temos que ver a insatisfação do povo. Então, auxílio-moradia, auxílio-alimentação, inchaço da máquina pública, auxílio para compensação não valem mais nem para o Poder Judiciário, nem para o Poder Legislativo nem para o Ministério Público. Temos que enfrentar essas distorções. Temos que ter equilíbrio entre o setor público e o setor privado.

Essa é uma bandeira muito importante que temos que erguer daqui para frente e também precisamos continuar as mudanças que estão acontecendo no nosso Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de destacar que estão avançando as negociações para a implantação de um Núcleo de Inovação Tecnológica para Agricultura Familiar em Santa Catarina,



cujo desafio é aproximar os inventores e as pequenas e médias empresas, que desenvolvem as tecnologias, dos agricultores, de modo que as inovações tecnológicas lhes sejam oferecidas a um baixo custo. Este projeto, que desenvolve diversos tipos de projetos ligados a agricultura catarinense, é vinculado ao Programa SC Rural e tem o Banco Mundial como parceiro.

Na última quinta-feira, dia 11, membros da Secretaria Executiva do SC Rural se reuniram com representantes da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FAPESC, da Universidade Católica de Santa Catarina, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, da Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia - ACATE, da Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras - CERTI e da Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE para discutir a visão e os objetivos do Núcleo de Inovação Tecnológica e definir o papel de cada instituição nas atividades.

Trata-se de um projeto de suma importância para a agricultura familiar, uma vez que a intenção é levar tecnologia de ponta para os agricultores do Estado com baixo custo e como forma de aumentar a competitividade no meio rural e contribuir para que continuemos sendo exemplo no cenário produtivo nacional.

Muito obrigado.

---

Documento 75/516

---

136.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	25/05/2017-15:30
Publ.: DCD - 26/05/2017 - 28		RENATA ABREU-PODE -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

---

### *Sumário*

Homologação do partido Podemos pelo Tribunal Superior Eleitoral. Diretrizes e metas da agremiação partidária. Necessidade de realização das reformas política, trabalhista, tributária e previdenciária. Atuação da oradora como Presidente Nacional do Podemos.

---

**A SRA. RENATA ABREU** (Bloco/Pode-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em meio a tempos de crise, nasce uma esperança, um novo partido, o Podemos, que acabou de ser reconhecido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

O Podemos é um movimento que sonha em construir os novos pilares da democracia. Para isso, propomos abrir canais de participação, utilizando as plataformas digitais, possibilitando que haja conexão entre os anseios dos cidadãos brasileiros e o sistema político em xeque. Quero compartilhar com a nossa bancada, a bancada do meu coração, este grande momento de alegria.

Meu Líder Alexandre Baldy, finalmente chegou o momento que tanto esperávamos!

Companheiros Deputados Dr. Sinval Malheiros, Carlos Henrique Gaguim, Aluisio Mendes, Antônio Jácome, Ademir Camilo, Ricardo Teobaldo, João Carlos Bacelar, Silas Freire, Luiz Carlos Ramos - o Chapéu -, Francisco Chapadinha e a querida Deputada Jozi Araújo, temos muito trabalho pela frente!

O Podemos é o partido que mais cresceu no Brasil. Hoje, além da bancada de 13 Deputados Federais, temos 23 Deputados Estaduais, 32 Prefeitos, 760 Vereadores e mais de 300 mil filiados, além de 2.324 diretórios no Brasil inteiro. E vamos crescer mais.

Grandes expoentes do País já aceitaram o desafio de participar da construção desse sonho. Um deles é o nosso querido Senador Alvaro Dias, do Paraná, um dos políticos mais experientes e respeitados do Brasil. Já foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador do Paraná e agora está no quarto mandato de Senador da República. Foi um dos melhores Governadores do País e deixou o Governo com quase 80% de aprovação.

E o nosso querido amigo Senador Romário, do Rio de Janeiro, também está nos ajudando a construir esse projeto político de maior participação popular dentro do Podemos, sempre sugerindo excelentes ideias para esse sonho.

Ambos, o Senador Alvaro Dias e o Senador Romário, têm uma trajetória de luta pelo Brasil. São Parlamentares íntegros, independentes, que já deram muitas provas de espírito republicano e de dedicação ao nosso País.

O Podemos é parte de um fenômeno mundial que está resgatando a cidadania e fazendo renascer as esperanças de renovação democrática. Vejam, por exemplo, o que aconteceu na recente eleição presidencial na França. O atual Presidente, Emmanuel Macron, fundou uma agremiação totalmente nova, o En Marche!, com propostas semelhantes às do Podemos, e com isso conseguiu desbancar os partidos tradicionais e derrotar as ameaças da extrema Direita e da extrema Esquerda.

Movimentos semelhantes, que criticam o modelo partidário tradicional e oferecem alternativas antenadas com as reais necessidades dos cidadãos, estão crescendo na Europa, como o Cinco Estrelas, na Itália, e o Podemos, na Espanha, entre tantos outros no mundo inteiro. Posso dizer, com muito orgulho, que o Podemos é parte integrante dessa onda mundial de mudanças.

Como esses movimentos, o Podemos se recusa a se encaixar em paradigmas arcaicos e ultrapassados, como "direita" ou "esquerda". Ideologicamente, somos um partido-movimento, que reúne um coletivo

de causas para mobilizar e mudar o nosso País e que se inspira no futuro, não no passado.

Consequentemente, meus amigos, não vamos impor de cima para baixo as nossas ideias à população, como fazem os atuais partidos. Juntos com a cidadania, discutiremos nossos objetivos e projetos como partido. Só depois nós poderemos definir nossos rumos. Não acreditamos que os fins justificam os meios; para nós, os meios são os próprios fins.

Estamos lançando publicamente o nosso *site* no dia 1º de julho, junto com o lançamento oficial do Podemos aqui em Brasília e do nosso programa partidário colaborativo. O primeiro programa partidário a ser construído junto com o nosso povo estará disponibilizado em nosso *site*, para que as pessoas decidam conosco qual é o partido e o sonho de cada brasileiro.

Senhoras e senhores, eu já disse a V.Exas. que uma crise surge quando o velho está morrendo, e o novo ainda não nasceu. Mas eu ousaria dizer que, neste caso, o novo não apenas já nasceu como começa a dar os primeiros passos, caminhando na construção de pilares mais sólidos para a nossa democracia, pilares como práticas de transparência na política, de participação popular e de mais democracia direta, a democracia do futuro.

V.Exas. poderiam me perguntar: por que precisamos de novos pilares? Por que um partido se refunda com o objetivo de reconstruir nossas instituições?

A resposta mais óbvia e imediata é que estamos mergulhados em uma crise histórica e precisamos reencontrar caminhos que nos levem à estabilidade política e à retomada do crescimento.

Só que não é só isso. O problema da política no Brasil não é apenas conjuntural. A nossa crise é bem mais grave, é uma crise estrutural, que, muitas vezes, nós políticos relutamos em reconhecer e enfrentar. Nossa crise é o que os estudiosos classificam como "crise da representação". O que significa isso? Bem, por trás desse termo complexo e técnico está o fato de que, há tempos, os cidadãos - e isso não apenas no Brasil - simplesmente se sentem pouco ou nada representados pelos Parlamentares que elegem. Isso é inegável e perceptível, mas, às vezes, os políticos dão as costas a essa realidade. Precisamos reconhecer que existe um colossal abismo entre a sociedade e a atividade parlamentar no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais, assim como entre a sociedade e as demais instâncias do Poder Executivo, causando muita perplexidade e descontentamento entre os cidadãos brasileiros. E por que isso acontece? Em resumo, somos cidadãos do século XXI, lidando com instituições políticas concebidas no século XIX, usando Tecnologia da Informação do século XV. É evidente que haverá conflito.

Vivemos hoje numa realidade global e compartilhada, em que as pessoas não querem mais ser passivas. Seja nas redes sociais, seja nas atividades profissionais, elas querem cada vez mais opinar, participar, decidir. Numa palavra, querem ser protagonistas.

Ora, nada mais normal que essas pessoas também quererem ter voz ativa na política. Se elas estão interagindo e participando cada vez mais em muitas atividades, por que elas não desejariam participar das decisões políticas do seu País, do seu Estado e da sua cidade? Por que se limitar a eleger os seus representantes de 4 em 4 anos e dar um cheque em branco para eles fazerem o que bem entenderem? Nós estamos vendo que, no Brasil, desde 2013, milhões de pessoas têm saído às ruas para lutar por seus direitos, exigir reformas e protestar contra a corrupção.

Por um lado, isso é formidável, pois atesta o vigor da nossa jovem democracia. Por outro lado, meus amigos, ninguém pode ignorar que essas manifestações expressam um profundo mal-estar dos brasileiros com o modo como se faz a política em nosso País.

Mais do que em outros lugares do mundo, aqui a cidadania se sente traída pelos grandes partidos políticos tradicionais, que há décadas se revezam no poder e hoje produzem escândalos aos montes. A paciência do brasileiro está se esgotando. São esses anseios de participação que o Podemos quer expressar. Para nós é muito claro que é fundamental resgatar a nossa democracia.

Lutamos muito pela redemocratização do Brasil. Eu vi o meu tio, o ex-Deputado Federal Dorival de Abreu, fundador do Partido Trabalhista Nacional, cassado e torturado na ditadura militar por querer garantir o nosso direito de manifestação e de construção do Brasil dos nossos sonhos.

E para resgatar a nossa democracia, creiam, é preciso fazer com que a política volte a encantar as pessoas, volte a ser feita com paixão, com coração, com tolerância e com respeito às divergências e às diferenças do nosso Brasil e do nosso povo. É preciso ver a política como expressão das verdadeiras aspirações dos cidadãos que querem participar das decisões que lhes dizem respeito. Deixemos para trás a velha política, cujo resultado é um poder obscuro, que é a mãe de todos os desmandos e falcatruas que estamos vendo hoje no nosso Brasil.

O Podemos acredita que essas novas práticas políticas são fundamentais para revigorar a democracia. Se o povo hoje é o grande ausente da democracia, como sugeriu o escritor português José Saramago, isso só acontece porque continuamos a fazer a política como se fazia há 200 anos, na época em que os Parlamentares usavam perucas empoadas e, ainda por cima, cortavam a cabeça dos reis.

O fato é que hoje vivemos a realidade mais fascinante de um mundo digital, mas a política continua analógica. O nosso mundo é pós-moderno, mas o nosso modelo político é da sociedade pré-industrial. Eu quero falar agora sobre os pilares do Podemos. Começemos com a transparência. Diz um ditado popular que *"à noite todos os gatos são pardos"*. Pois bem, o poder é como um gato à noite. Por isso, precisamos trazê-lo para a luz do dia, dar a ele visibilidade, mostrar a sua cor. Lembro as célebres palavras de um juiz da Suprema Corte Americana, no século passado, Louis Brandeis: *"A luz do sol é o*

*melhor desinfetante".*

Na democracia, a fiscalização crítica do poder é um pressuposto essencial para as boas práticas e o bom funcionamento das instituições políticas. E para isso não basta, por exemplo, abrir as contas dos órgãos públicos. É claro que os portais da transparência representam um grande passo, mas precisamos avançar ainda mais e adotar ações ainda mais abrangentes. Transparência não é simplesmente disponibilizar informação, mas torná-las claras, simples, para que qualquer cidadão entenda.

E também há medidas que já estão em tramitação, as quais nós precisamos aprovar, como a PEC do fim do foro privilegiado. E temos que retomar outras proposições, como as 10 Medidas propostas pelo Ministério Público para combater a corrupção. Ações contra a corrupção, como a Lava-Jato, que estão passando o Brasil a limpo têm o nosso total e irrestrito apoio.

Eu quero falar agora do segundo pilar do Podemos, a participação popular. Defendemos a ampliação dos projetos de iniciativa popular e o estabelecimento de plebiscitos e referendos sobre temas específicos. Plebiscitos e referendos dão mais dinamismo à democracia, permitindo consultas diretas à população sobre vários temas, como acontece nos Estados Unidos. No dia das eleições, em vários Estados americanos, a população vai às urnas decidir sobre diversos temas: cobrança de taxas, de impostos, instalação de cassinos, aborto, etc.

O aumento da participação popular leva à democracia direta. Mas o que é democracia direta? Muitos poderão pensar que falar em democracia direta no século XXI é um devaneio utópico de sonhadores, que seria impossível reunir multidões para tomar decisões que afetam todo o País, como se fazia antigamente nas ágoras gregas. Porém isso não é verdade, e nós sabemos disso. O mundo da *web* e das redes sociais criou uma tal interconectividade que possibilita que consultemos os cidadãos sobre os mais variados temas, ou que eles próprios tomem a iniciativa de exigir respostas do poder público em diversas situações.

O projeto do Podemos prevê a criação de mecanismos de participação e a disseminação de ações de democracia direta, usando as novas tecnologias para aproximar a população das principais decisões deste País. Assim, os cidadãos poderão conhecer melhor os problemas, debatê-los e decidir conosco quais os rumos que devem ser tomados, em cada cidade, Estado e no País em que eles vivem.

Um dos instrumentos mais interessantes da democracia direta é o *recall*, a possibilidade de o eleitor cassar o mandato de seu representante, caso ele não cumpra seu programa político, a sua proposta de campanha, ou se revele incompetente para governar o País. O *recall* é aplicado em muitos países, inclusive em 12 Estados americanos, principalmente na Califórnia, onde 4 Governadores já foram afastados do cargo antes do final do mandato.

Sabemos que nosso presidencialismo de coalizão é propenso a gerar frequentes crises institucionais. O mecanismo do *recall* evitaria a eclosão dessas crises, como a que vivemos por ocasião

do *impeachment* da ex-Presidente Dilma, em 2016, e, por que não dizer, como a que vivemos agora.

Nós defendemos a aproximação entre o Estado e as pessoas, os cidadãos; a aproximação entre gestor e sua comunidade; e a aproximação entre o legislador e a sua base. Enfim, defendemos mais participação das pessoas nos Governos e nas Casa Legislativas. Nossos legisladores serão orientados pela participação das pessoas. Eu vou conceder um aparte a minha querida amiga Deputada Jozi Araújo, do Amapá.

**A Sra. Jozi Araújo** - Muito obrigada pelo aparte, Deputada Renata Abreu. Cumprimento o Presidente, os demais Parlamentares e os assessores que estão aqui presentes. No momento em que o País quer ser ouvido, no momento em que o povo quer expressar a sua voz, surge uma nova história, com uma grande líder vinda de São Paulo, que conseguiu fazer uma transformação dentro da Câmara dos Deputados. É uma mulher pela qual eu tenho muito respeito, porque mudou um partido de 4 para 13 Deputados e que caminha para ter ainda mais. Falo de V.Exa., Deputada Renata Abreu, que neste momento vem mudar a história deste País, vem construir um novo movimento, um novo momento, garantindo, sim, ao povo a sua voz. Quero dizer a V.Exa., querida Deputada Renata, que eu fico muito feliz em poder participar desse projeto revolucionário, no atual momento em que vivemos. A oportunidade de o povo brasileiro ser ouvido pelo Podemos é algo jamais visto na história. E V.Exa., Deputada Renata, por quem é um tenho muito carinho, tem o poder de fortalecer o País com esse movimento. Quero aqui convidar o povo brasileiro, sobretudo do meu querido Amapá, as lideranças e as pessoas que querem se somar a este projeto de democracia direta com a população, para que venham se filiar ao futuro, ao Podemos, ao nosso partido. Com certeza, nós já teremos uma excelente adesão, como já foi anunciado aqui, a do Senador Alvaro Dias, que vem fortalecer nosso projeto político. Parabéns, Deputada Renata Abreu! Pelo nosso futuro, pelo nosso caminho, podemos, juntos, construir um Brasil melhor! Podemos mais! (*Palmas.*)

**A SRA. RENATA ABREU** - Obrigada, Deputada. Concedo um aparte ao Deputado Silas Freire.

**O Sr. Silas Freire** - Deputada, primeiro, quero saudar o Presidente Rocha e os companheiros da Mesa e dizer que, depois de um processo de *impeachment*, depois de chegarmos a 16 milhões de desempregados, depois de escândalos e escândalos em delações premiadas - e até premiadíssimas -, depois da guerra travada ontem nas ruas de Brasília, o Brasil vê nascer uma luz no fim do túnel. Quando todos poderiam imaginar que a política havia naufragado, que a política estava no seu final, pelas denúncias, pelo descrédito, pela crise, nasce o Podemos. Ele é uma luz, e o Brasil agradece a essa luz que nasce no fim do túnel. Nem tudo está perdido. O Podemos nasceu! Brasil, vamos acordar, porque, como a própria Deputada diz, todos juntos podem. Juntos, podemos! Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. RENATA ABREU** - Obrigada, Deputado Silas.

É uma alegria ouvir V.Exas. Eu quero agradecer à Deputada Jozi por ter acreditado e por estar participando da construção desse sonho, V.Exa., que veio de outro partido político, assim como outros dos nossos Parlamentares. Acho que o Deputado Bacelar é o único que estava conosco desde o início, nosso Deputado da Bahia. Eu fico muito feliz de ter mais essa adesão.

Eu continuo explanando para a nossa população, para a nossa militância, para os nossos Parlamentares aqui presentes que lançaremos no dia 1º de julho a nossa plataforma de democracia direta. Pela plataforma do nosso partido, qualquer cidadão poderá propor um projeto de lei. E, com 20 mil apoiantes, a nossa bancada se comprometerá a protocolá-lo na Câmara Federal.

Para V.Exas. terem ideia, para uma proposta de iniciativa popular tramitar na Câmara dos Deputados hoje são necessárias hoje, aproximadamente, 1,5 milhão de assinaturas. Nós queremos inovar, permitindo que os eleitores exerçam a democracia no próprio partido. A respeito da democracia direta, eu gostaria de concluir citando um filósofo francês contemporâneo do qual eu gosto muito, Pierre Lévy, que diz que o ideal da democracia não é a eleição de representantes, mas a maior participação do povo na vida da cidade. O voto clássico é apenas um meio. Por que não concebemos outros modos, com base no uso de tecnologias contemporâneas que permitem participação dos cidadãos qualitativamente superior à que confere a contagem de cédulas depositadas nas urnas?

Meus amigos, minhas amigas, quis o destino que o Podemos nascesse em um momento crucial para o Brasil. A Operação Lava-Jato, levada a cabo pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário, representa um divisor de águas na história política do País.

O sistema político-partidário, concebido há 30 anos, com a Constituição de 1988, está sendo duramente questionado. Os grandes partidos políticos foram atingidos em cheio por denúncias de envolvimento em esquemas de caixa dois, lavagem de dinheiro, recebimento de propinas, corrupção.

Por esse motivo, nenhum desses partidos tem condição de isoladamente levar a cabo as grandes reformas das quais o País necessita, nos âmbitos trabalhista, previdenciário, político e tributário. O Podemos tem consciência da urgência dessas reformas. Elas são necessárias para retomarmos o caminho do desenvolvimento econômico, com geração de empregos e distribuição de renda. Mas sabemos também que essas reformas dificilmente se concretizarão, se continuarmos a fazer a política da maneira como fizemos até hoje, usando ferramentas analógicas num mundo digital.

Nós só conseguiremos renovar o interesse dos cidadãos pela política se soubermos adaptá-la aos novos tempos: tempos digitais; tempos líquidos, para usar a expressão do sociólogo Zygmunt Bauman; tempos de redes sociais, de informações *on-line* e compartilhadas; tempos de participação.

O Podemos aceita esse desafio. E o aceita porque tem certeza de que devemos deixar para trás os modelos construídos no século XVIII e

olhar a realidade das pessoas que vivem no século XXI.

Repito: se quisermos buscar o futuro, temos que ancorar nossos sonhos no presente, e não no passado. Como disse o visionário Peter Brucker: *"A melhor forma de prever o futuro é criá-lo"*.

O Podemos quer ser um partido político à altura das necessidades contemporâneas. Queremos ser vanguarda, mas não aquela vanguarda "iluminada" que pensava poder conduzir o povo. Não temos a presunção de saber tudo. Por isso debateremos com a cidadania a escolha dos rumos a serem trilhados.

Por fim, quero homenagear todos aqueles que lutaram pela construção do Partido Trabalhista Nacional, agora Podemos, um partido com 70 anos de história limpa. O Deputado Bacelar, nosso querido amigo da Bahia, é integrante histórico do partido, do qual me orgulho de ter feito parte, assim como me orgulho e participar dessa sua nova fase. Quero agradecer também ao meu pai, para mim, o sempre Deputado José de Abreu, por todos os ensinamentos e lições e por ter me mostrado que lutar por nossa Nação não é negar a política, mas fazer parte dela.

Também agradeço muito à minha mãe, Cristina Abreu, que sempre me ensinou a ter um olhar social para o nosso Brasil, que precisa desse apoio, e por ter me incentivado a ser mais uma cidadã, que, como muitas, olham para toda essa crise e dificuldade e, em vez de fugir do nosso Brasil, como muitos estão fazendo, veste a camisa da nossa Nação e canta com orgulho no peito: *"Verás que um filho teu não foge à luta!"*

Sou brasileira e vou, como Presidente Nacional do Podemos, lutar para que mais jovens, mais mulheres, mais homens, mais cidadãos participem e entendam que juntos podemos, sim, mudar o nosso Brasil.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rocha) - Obrigado, Deputada Renata Abreu.

---

Documento 76/516

---

136.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	25/05/2017-18:00
Publ.: DCD - 26/05/2017 - 46		SEVERINO NINHO-PSB -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

---

### ***Sumário***

Crise econômica, política e moral reinante no País. Riscos, no momento atual, da realização de eleições indiretas para a Presidência da República. Inevitável



conflito no âmbito do Congresso Nacional, no caso da escolha do próximo Presidente da República por meio de eleições indiretas. Realização da reforma política com participação popular. Reformulação do Sistema Tributário Nacional. Declaração de voto pela rejeição do parecer oferecido à medida provisória sobre a alteração dos limites da Floresta Nacional do Jamanxim.

---

**O SR. SEVERINO NINHO** (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Weliton Prado, eu agradeço por suas palavras a mim referidas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, eu ocupo a tribuna desta Casa não para falar sobre *impeachment*, não para falar sobre renúncia, porque sobre isso todos falam. O nosso partido, o PSB, já definiu a nossa posição em defesa dessas duas teses, desses dois institutos. Eu falo principalmente sobre confiança.

O Brasil está atordoado. Esta Casa e o Senado estão atordoados. O Supremo Tribunal Federal está atordoado diante da enorme quantidade de processos para julgar. Nós não sabemos aonde vamos parar.

Vou falar sobre eleições diretas, sobre eleições indiretas e um pouco sobre reforma política.

De um lado, defendem-se as eleições diretas. Alguns falam que isso seria casuísmo. Mas, no meu modo de ver, aquilo que é bom para o povo não pode ser chamado de casuísmo. É bem verdade que a Constituição prevê, neste caso, a eleição indireta, se houver renúncia, cassação ou *impeachment*, e eu como constitucionalista sei disso.

Mas os Constituintes de 1988, ao elaborarem a Constituição e incluírem na Carta Magna do País a eleição indireta, com certeza não previram que o Brasil chegasse a essa encruzilhada. A situação de hoje é tão grave que talvez fosse impossível aos Constituintes de 1988 terem a previsão de que chegaríamos a esse nível de enfrentamento, de dificuldades, de incertezas.

Então, as eleições diretas têm suas virtudes e têm seus males. Em um momento como este, de incerteza, quando o povo está atordoado, a eleição direta pode levar um aventureiro para ocupar o Palácio do Planalto. Ninguém tem dúvida disso. Todos sabem que há o risco, no momento atual, de termos eleições diretas.

Por outro lado, com este Congresso, com a opinião pública totalmente contrária a este Congresso, a eleição indireta também seria um problema muito sério a se resolver.

Hoje, nós vivemos, como eu disse, uma crise moral, uma crise política, uma crise econômica e também uma crise de confiança. Ninguém confia em ninguém, essa é a verdade. O Presidente da República foi gravado por um dos donos da maior empresa produtora e exportadora de carne do mundo. O ex-Presidente José Sarney foi gravado pelo ex-Senador Delcídio do Amaral, que o chamava, salvo engano, de pai na hora em fazia a gravação.

Para este Congresso fazer uma eleição indireta, vai ser uma guerra,

porque o PMDB não vai querer perder a cabeça da chapa, o comando da República. O PSDB já se movimenta no mesmo sentido. Já surgem nomes.

Ora, há notícia de que - e quem está dizendo isto não sou eu, foi o Joesley que falou na televisão - um Deputado desta Casa foi tentar comprar votos contra a cassação da Dilma. E ele disse: "*Não, eu pago 3 milhões para cinco Deputados*". Pediram para 30 Deputados.

Quem é que nos garante que uma eleição indireta não vai ter dinheiro envolvido, corrupção e esse tipo de prática, a fim de se eleger um possível Presidente da República? É um risco muito grande nós entrarmos aqui para eleger um Presidente da República com este clima de desconfiança, com esta investigação que atinge diversos membros das duas Casas. Essa é a verdade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados!

Fala-se que o problema brasileiro é o sistema político. Todos os males decorrem do sistema político, de como nós somos eleitos: Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores. Já não existe mais dinheiro de empresas privadas, porque o Supremo decidiu que não deve existir. Mas a forma de eleger ninguém alterou. As coligações estão aí. Há denúncia de compra de tempo de televisão, de partidos comprando outros partidos para terem mais tempo de televisão.

Se a reforma política é a salvação, ou pelo menos é um caminho, por que é que ela só caminha a passos de tartaruga? Eu desafio o Presidente Rodrigo Maia a chamar esta Casa à responsabilidade e fazer pelo Brasil. Vamos passar aqui 1 mês legislando, para votar a reforma política - legislando aqui o que o povo quer que legislemos: a reforma política. Não é passar 1 mês legislando aqui, mas indo para casa de 15 em 15 dias. Vamos passar 1 mês, de segunda a sexta, duas semanas seguidas, indo para os Estados depois de 15 dias. Mas é para fazer a reforma política, não para fazer reforma que o povo não quer. Se for para fazer reforma que o povo não quer, isso vai incendiar ainda mais o País. É para fazer a reforma que o povo quer.

Eu acho que o Presidente da Câmara deveria chamar os Deputados e dizer: "*Vamos fazer a reforma política, passar aqui 1 mês. As Comissões se reúnem pela manhã. E à tarde e à noite o Plenário se reúne para fazer a reforma política*". Devemos fazer também a reforma tributária, que interessa ao País, naquilo que for consensual e bom para o povo.

Sr. Presidente, quando eu falo que o clima aqui é de desconfiança é porque é. Eu mesmo votei contrariamente ao relatório que alterou o texto original da MP que alterou a Reserva do Jamanxim, porque não tive confiança. Não estou acusando o Deputado José Priante disso ou daquilo, mas estão aí as conversas e as provas de que compraram Parlamentares, Relatores, para aprovar ou alterar a medida provisória. Se tivessem colocado para votar no Plenário a MP que tratou das reservas lá do Pará com o texto que veio do Planalto, eu teria votado a favor, mas não estou aqui para fazer graça, para colocar a minha digital em alterações feitas nas Comissões desta Casa, quando elas são muito ampliadas e quando pode haver, por trás dessas alterações,

interesses escusos. O que fizeram com a MP que veio do Planalto? Foi alterada substancialmente para atender não sei a que interesse.

Sr. Presidente, desse modo, nós temos que buscar uma saída. Se forem eleições diretas, se forem eleições indiretas, cabe a nós, junto com o povo brasileiro, trabalhar no sentido de pacificar o País. O fato é que a governabilidade está em grande dificuldade.

Ontem, vimos aqui praticamente o caos instalado entre Parlamentares. Eram 60 a 80 homens, em um empurra-empurra aqui de fazer medo, para votar uma MP ou para debater a presença do Exército na rua ou não. Imaginem o que vai acontecer aqui em uma eleição indireta para Presidente da República!

É um alerta que eu faço, para que possamos trabalhar com a cabeça fria, em prol do interesse do País e nunca, em tempo algum, com a cabeça ou o coração voltados aos nossos próprios interesses.

Eu já disse aqui, quando eu assumi 2011, na vaga de Ana Arraes, que, para mim, uma das atividades mais difíceis é a de representar o povo. Não vejo outra tão ou mais complexa, porque votar pelo povo, pelo contribuinte, pelo cidadão ou votar como o cidadão votaria se aqui estivesse é uma atividade quase impossível.

Infelizmente, muitos dos nossos pares não têm a noção do que significa representar o povo aqui desta tribuna. São 513 Deputados numa população de 206 milhões, ou seja, nós somos privilegiados, somos os escolhidos para legislar, mas muitos assim não pensam ou não sabem da importância desta nobre missão de legislar em prol da sociedade, em prol do interesse público.

Sr. Presidente, agradeço a paciência. Peço a divulgação do nosso discurso no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Weliton Prado) - Vamos atender à sua solicitação, Deputado Severino Ninho, de dar ampla publicidade pelos meios de comunicação desta casa e no programa *A Voz do Brasil*. O mesmo dizemos em relação à fala do Deputado Franklin.

---

Documento 77/516

---

136.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	25/05/2017-18:12
Publ.: DCD - 26/05/2017 - 48		WELITON PRADO-PMB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	REPRESENTANTE DO PARTIDO DISCURSO

---

*Sumário*

Luta do orador pela redução das tarifas de energia elétrica no Estado de Minas Gerais. Posicionamento contrário à proposta governamental de reforma previdenciária. Apoio à realização de eleições diretas e à convocação de Assembleia Constituinte exclusiva para a reforma política.

---

**O SR. WELITON PRADO** (PMB. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Quero saudar a todos e a todas e dizer que ontem eu estive, mais uma vez, na reunião anual ordinária da ANEEL, a Agência Nacional de Energia Elétrica, que define, todos os anos, o valor do reajuste das tarifas de energia elétrica.

No caso da energia elétrica de Minas Gerais, é a CEMIG que praticamente detém o monopólio do fornecimento de energia no Estado. Já há vários anos, nós realizamos a campanha contra a energia mais cara do Brasil. Só o ICMS da tarifa de energia da CEMIG chega, em Minas Gerais, a 42% ou 43%! É o ICMS mais caro do Brasil. A ANEEL ia definir o valor do reajuste das tarifas, que vai valer a partir do dia 28 deste mês. Nós apresentamos várias contribuições, junto com o Deputado Estadual Elismar Prado, que foi Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Nós questionamos que não havia nenhum motivo para reajuste.

A CEMIG teve um lucro de mais de 2,6 bilhões de reais. Grande parte desse lucro vai para os acionistas estrangeiros que - pasmem! - não pagam um centavo de imposto de dividendos. Enquanto os consumidores pagam, só de ICMS, mais de 42%, as empresas estrangeiras que faturam levam o nosso dinheiro para fora sem pagar um centavo de imposto.

Nós questionamos o DEC - Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor e o FEC - Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor, a qualidade da energia e o tempo de interrupção. Questionamos os valores em relação à CDE - Conta de Desenvolvimento Energético. Há valores que já foram pagos, e as empresas os cobraram novamente. Entra ano, sai ano, sempre detectamos mais um erro na tarifa de energia.

Em 2015 - o Deputado Severino Ninho lembra muito bem -, nós denunciemos na Comissão de Defesa do Consumidor os aumentos abusivos. De lá para cá, foram mais dois erros na tarifa de energia, detectados pelo TCU. Infelizmente, não foram ressarcidos os consumidores como deveriam. O Código de Defesa do Consumidor é bem claro: quando há um erro, é preciso devolver ao consumidor em dobro. Isso não aconteceu.

Pelos diversos motivos que nós apresentamos, não havia nenhuma justificativa para o aumento da tarifa, principalmente no que diz respeito ao pagamento de amortizações e de gerações que já foram registrados pela empresa. Esse erro foi detectado pelo TCU. Isso tudo faria com que a tarifa de energia baixasse.

Fizemos a sustentação oral. Novamente, eu fui o único Deputado de

Minas Gerais presente, o único Deputado a fazer a defesa dos consumidores na reunião da ANEEL. Entreguei esse documento em meu nome e no nome do Deputado Estadual Elismar Prado. Fizemos os questionamentos. Denunciamos os vários absurdos e a falta de transparência nos processos de definição de valores da tarifa de energia da CEMIG.

A ANEEL é uma agência que tem que regular o setor. Não pode ser como uma advogada das empresas. Tem que fazer a regulação do setor.

Denunciamos que é muito difícil a análise das planilhas de custo, porque são muito técnicas. Fica difícil o entendimento.

Conseguimos uma vitória: a redução média de 10,66%. A redução para as residências ficou em 6,3% e para as indústrias, em torno de 21,4%. É uma redução pequena, mas neste momento de crise, de dificuldade econômica, com 14 milhões de desempregados, foi uma grande vitória para os consumidores mineiros.

Nós realmente ficamos atentos. Sempre denunciamos, participamos e nos mobilizamos para impedir que os consumidores sejam passados para trás. Para que se tenha uma ideia, se não fosse a nossa atuação há anos, o valor da tarifa de energia da CEMIG hoje seria no mínimo o dobro! O valor de energia da CEMIG seria o dobro do valor atual!

Nós sabemos que a energia elétrica é um serviço essencial à vida, tão essencial como o arroz e o feijão. Não pode ser tratada como simples mercadoria, de maneira nenhuma.

Mais uma vez, eu queria agradecer ao povo mineiro a confiança.

Parabenizo o Deputado Estadual Elismar Prado pela atuação. Graças a toda essa mobilização e esse empenho, nós conseguimos impedir mais um reajuste abusivo da CEMIG. A redução foi pequena, mas, graças a Deus, não houve aumento!

Por fim, mais uma vez, afirmamos o nosso posicionamento totalmente contrário à reforma da Previdência, porque é uma maldade e uma injustiça com o povo, com os servidores e com os trabalhadores do nosso País!

E chegou a hora de termos eleições diretas. Eu defendo uma Constituinte exclusiva para a reforma política. O povo tem o direito de participar. Eleições diretas já!

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja amplamente divulgado, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Ninho) - V.Exa. será atendido. O discurso de V.Exa. será divulgado nos meios de comunicação desta Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

140.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	31/05/2017-16:54
Publ.: DCD - 01/06/2017 - 159		SILVIO COSTA-PTDOB -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	QUESTÃO DE ORDEM QUESTÃO DE ORDEM

### **Sumário**

Questão de ordem sobre a data prevista para a inclusão na pauta da proposta de reforma política.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Trata-se de uma questão de ordem que não tem nada a ver com a matéria, mas é importante.

Amanhã já é dia 1º de junho. V.Exa. sabe que, em função do princípio da anualidade, algumas coisas da reforma política têm que ser votadas até o dia 5 de outubro. Já chegou o mês de junho, e em julho temos recesso. Eu quero perguntar a V.Exa., já que existe aqui um debate grande, quando pretende pautar aqui na Câmara a chamada reforma política, que eu chamo de reforma eleitoral.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, há duas Comissões. Uma vai ser instalada amanhã; a outra eu acho que já foi instalada. Cumprido o prazo de 11 sessões, no dia seguinte ao da votação na Comissão, poderemos, por acordo, votar em plenário as duas propostas: a que trata do financiamento do sistema eleitoral e a que versa sobre o fim de coligação e sobre a cláusula de desempenho, que veio do Senado Federal.

Tem a palavra o Deputado Weverton Rocha, para falar pela Liderança do PDT. *(Pausa.)*

Documento 79/516

148.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	06/06/2017-15:34
Publ.: DCD - 07/06/2017 - 122		BETINHO GOMES-PSDB -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

### **Sumário**

Instalação da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, sobre a vedação das coligações nas eleições proporcionais, o disciplinamento da autonomia dos partidos políticos e o

estabelecimento de normas sobre fidelidade partidária. Realização pela Casa de debate sobre o regime de governo.

---

**O SR. BETINHO GOMES** (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos vivenciando mais uma crise dentro do sistema presidencialista de Governo e, certamente, não será a última. Os últimos presidentes da República estão enfrentando crises profundas por causa das suas gestões. É preciso refletir sobre a motivação dessas crises. Hoje nós estamos chegando ao esgotamento de um sistema político-partidário que mostra que esta forma de governar e este sistema partidário precisam ser repensados.

Estamos vendo discursos mirabolantes sendo apresentados à sociedade com uma panaceia para resolver os problemas atuais. Agora se discute se haverá ou não eleições diretas para a indicação do Presidente no caso de vacância.

Embora seja uma tese simpática, a população compreende que não será simples fazer essa mudança ou, provavelmente, será inviável, porque mesmo que se aprove aqui na Câmara dos Deputados, há um princípio na Constituição sobre mudanças eleitorais, determinando que se respeite a anualidade. Ou seja, não será possível aplicar essa mudança neste momento.

Na Comissão de Constituição e Justiça - quero inclusive afirmar que votarei pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2016 -, discute-se a eleição direta no caso de vacância para presidente e vice-presidente da República, mas esse não será o problema para a crise atual nem para as futuras crises.

Daí é preciso que esta Casa comece a refletir sobre soluções concretas para as crises vindouras, porque esse sistema presidencialista de coalizão está esgotado.

Precisamos nos despir das vaidades e da disputa política cega para encontrar um novo formato de sistema partidário que permita mais representatividade, que dê mais força e consistência para que evitemos as futuras crises que certamente ocorrerão se esse sistema que aí está permanecer.

Hoje, enquanto se discute a reforma política, será instalada a Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, que prevê fim de coligação e a instituição de cláusula de desempenho que sozinha também não será o remédio para todos os males, mas um caminho inicial para superarmos a fragmentação de um sistema partidário que nos leva muitas vezes aos acordos de conveniência, que leva os governantes a fazerem alianças que muitas vezes não estão de acordo com os seus programas e acabam nos apontando as crises sucessivas.

Ao lado disso, este Parlamento tem que ter coragem de discutir outras formas de Governo. Quero mais uma vez levantar a tese discutida nesta Casa e que já foi inclusive elemento de debate pela própria sociedade. Está na hora de fazer profunda discussão sobre a mudança

de regime de Governo, pensar na possibilidade de um sistema parlamentarista ou semipresidencialista, como acontece em alguns países, de maneira que possamos superar as crises de forma menos traumática.

Se houvesse um sistema com este formato, o *impeachment* da Presidente Dilma certamente não teria ocorrido, porque aquele Governo poderia ter sido dissolvido a partir de um voto de desconfiança. Da mesma forma, a crise atual já poderia estar sendo debelada, se estivesse em funcionamento um sistema semipresidencialista ou parlamentarista.

Trata-se de um sistema que pode permitir a superação das crises, um sistema que pode permitir ao Parlamento soluções que vão ao encontro também do sentimento da sociedade, que muitas vezes cobra a solução rápida da crise e não enxerga a saída no final do túnel. Esse debate precisa ser feito não para superar a atual crise, não como solução e remédio mágico, mas para que tenhamos um sistema mais estável de Governo para as próximas presidências do Brasil. Esse debate precisa ser feito urgentemente de forma aprofundado.

Por isso, quero fazer um apelo aos pares para que possamos discutir a PEC 282 e, ao mesmo tempo, colocar em debate novamente o sistema parlamentarista de Governo como forma de superar as crises futuras. Caso contrário, vivenciaremos mais uma vez crises que levarão a sociedade à desesperança. Infelizmente, a economia ficará à mercê de uma política absolutamente contaminada por uma lógica que não mais se sustenta.

Por isso, Sr. Presidente, repito, é chegada a hora de uma discussão sincera, de diálogo entre as lideranças políticas brasileiras. Que sejam encontradas alternativas viáveis para superar os problemas futuros de representação política. É preciso encontrar uma solução para este País, e essa responsabilidade cabe a este Congresso.

Deixo aqui essas palavras, convidando todas as forças políticas a fazerem esse debate sincero, porque nós estamos a ver mais uma crise. Certamente, vamos passar por ela, mas provavelmente vivenciaremos novas crises, em função da lógica que se estabeleceu na política nacional.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço ao Deputado Betinho Gomes.

---

Documento 80/516

---

148.3.55.O

Sessão Deliberativa Ordinária -  
CD

06/06/2017-  
16:58

Publ.: DCD - 07/06/2017 -  
159

LEO DE BRITO-PT -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO



---

### *Sumário*

Urgente necessidade de realização da reforma política. Clima de anormalidade política reinante no País.

---

**O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -** Sr. Presidente, só quero me somar à preocupação do Deputado Miro Teixeira.

É claro que a base do Governo tenta criar aqui um clima de normalidade que não existe, colocando pautas, digamos assim, frias, como aconteceu na semana passada e está acontecendo nesta semana.

Mas, depois de tudo o que aconteceu no País nos últimos anos, de todas as revelações que foram feitas referentes a essa relação promíscua entre Governo, políticos e empresários, não dar para a sociedade uma resposta concreta como uma reforma política que, de fato, tenha uma racionalidade e dê uma transparência maior ao processo político eleitoral eu considero que é um grande erro do Parlamento.

Portanto, nós precisamos urgentemente colocar na pauta a reforma política, ainda que seja para votar 3, 4 ou 5 pontos que tenham em conta as necessidades menos imediatas. Entre elas, eu vejo o fim das coligações proporcionais e da cláusula de barreira, assim como o fim das coligações com federações. Também há a questão do financiamento público de campanha, que é quase um consenso nesta Casa.

Portanto, eu considero fundamental que essa pauta seja colocada, porque o nosso tempo é exíguo, é muito pouco, e nós precisamos, de fato, dar uma resposta para a sociedade.

Não adianta querer criar um clima de normalidade que não existe. Está aí o Presidente sendo investigado por corrupção passiva, por prevaricação, por organização criminosa; há o julgamento no TSE; e a população pede uma resposta rápida sobre a questão da reforma política. Portanto, essa matéria tem que entrar na pauta, Sr. Presidente.

---

Documento 81/516

---

148.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	06/06/2017-16:58
Publ.: DCD - 07/06/2017 - 159		MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

## *Sumário*

Apelo à Presidência de convocação de reunião da Comissão Especial destinada ao exame da proposta de reforma política.

---

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, enquanto se vota, eu peço a atenção de V.Exa. para o calendário, pura e simplesmente, pois nós estamos chegando à data limite da anterioridade de legislação eleitoral.

Hoje, na coluna da jornalista Lydia Medeiros, *O Globo* publica uma reclamação do Senado, e uma reclamação correta, acho eu. Nós vivemos em um sistema bicameral e não devemos nos alarmar com críticas de uma Casa ou de outra. O Senado está reclamando que a Câmara não decide.

Eu penso que há uma sobrecarga, mas eu apelo a V.Exa. que mande se reunir a Comissão da Reforma Política. É preciso dar qualquer resposta, inclusive nenhuma, por deliberação dos votos dos Parlamentares. Não pode ser, pura e simplesmente, pela omissão. Pode-se votar a favor, votar contra, na Comissão, idem aqui no plenário, porém, não pode ser essa a primeira vez que a matéria não é sequer examinada.

Há projetos importantes, propostas importantes...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. LEO DE BRITO** - Sr. Presidente, quero me somar à preocupação do Deputado...

**O SR. MIRO TEIXEIRA** - O que eu entendo é que nós temos que deliberar.

V.Exa., quando tiver chance de dar uma olhada no Plenário, vai perceber que as pessoas estão igualmente desatentas neste momento, mas o calendário está andando, e a anterioridade é fatal, até para emendas constitucionais. Não tem essa história de, por ser emenda constitucional, poder ultrapassar o prazo que da anterioridade. Não ultrapassa. O Supremo Tribunal Federal assim já decidiu.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Na verdade, uma Comissão já está instalada e a outra será instalada hoje, assim que a Ordem do Dia acabar - e eu espero que acabe cedo.

---

Documento 82/516

---

150.355.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	07/06/2017- 18:26
Publ.: DCD - 08/06/2017 - 176	MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Informação à Presidência sobre a existência de três Comissões Especiais relativas à reforma política. Orientação de bancada.

---

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir, eu vou começar falando de reforma política, para dizer aos Deputados que assinaram a emenda constitucional, que me deram a confiança de assinar a emenda que eu trouxe a cada um, que estão criadas três Comissões Especiais para tratar da reforma política. Isso representa uma dificuldade enorme de se chegar a um texto antes que se ultrapasse o prazo da anterioridade constitucional. Então, eu alerto a todos que nós estamos correndo o grave risco de não fazermos qualquer reforma. Com relação à PEC, a REDE vai votar "não" ao requerimento de retirada de pauta. Na hora da votação da matéria, nós nos pronunciaremos. Obrigado.

---

Documento 83/516

---

150.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD 07/06/2017-16:10
Publ.: DCD - 08/06/2017 - 98	RENATO MOLLING-PP -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Importância da boa gestão dos recursos públicos. Responsabilização do Governo anterior pela situação de desemprego do Brasil. Falta de condições morais da esquerda para exigência de eleições diretas para a Presidência da República. Defesa de realização da reforma política.

---

**O SR. RENATO MOLLING** (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Pedro Uczai. Saúdo os nobres Deputados e Deputadas. Eu queria nesta tarde manifestar a importância que tem a política, seja aqui na Câmara dos Deputados, seja no Senado Federal, seja nas Assembleias, seja nas Prefeituras, onde administramos tudo que é arrecadado no País, fruto do trabalho, fruto dos impostos. Se essa arrecadação é bem administrada, a cidade vai bem. Se ela é bem gerida, tudo funciona. Agora, quando, ao contrário, não há planejamento, quando se gasta mais do que se arrecada, há quebraadeira, dificuldades. É assim também nas famílias. A família que gasta mais do que ganha acaba tendo que tomar empréstimo no banco ou pegar dinheiro com agiota. E, quando não suporta mais, quebra.

É como aconteceu com o nosso País. Durante vários anos, fomos administrados por um partido de esquerda que não soube aproveitar a oportunidade de administrar bem o nosso País, gastou mais do que tinha, prometeu mais do que podia cumprir. E chegamos a esta situação: País quebrado, com 14 milhões de pessoas desempregadas. O mesmo partido pede hoje diretas já. Ora, que moral tem para pedir eleições diretas, depois de se eleger graças a mentira, a enganação, mostrando para a população um País que não existia? Agora está pedindo diretas de novo?!

Nós temos que preparar o nosso País para as eleições de 2018 aprovando as reformas necessárias - a reforma política é fundamental - , fazendo com que as pessoas voltem a confiar nos políticos, nos seus governantes. E precisamos encontrar mecanismos eficientes para evitar a corrupção, o que só se consegue com projetos...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Vou dar a palavra ao próximo orador, Deputado Caetano, por até 3 minutos, e já informo que passarei a observar o cumprimento do tempo, para permitir a fala dos vários Deputados que gostariam de se manifestar.

Deputado Caetano, eu vou conceder 15 segundos ao Deputado Renato Molling, para a conclusão do pronunciamento.

Pois não, Deputado Renato.

**O SR. RENATO MOLLING** - Sr. Presidente, poucos dias atrás foi inaugurado o maior túnel do mundo, da Suíça até a Itália. O engenheiro responsável pelo projeto recebeu um prêmio porque acertou com exatidão o orçamento e o cronograma de obras. Que isto sirva de exemplo para que os nossos projetos sejam mais bem feitos e assim possamos evitar tanta corrupção que existe neste País.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 84/516

---

150.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	07/06/2017-18:06
Publ.: DCD - 08/06/2017 - 145		WELITON PRADO-PMB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	REPRESENTANTE DO PARTIDO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do PMB favorável à realização de eleições diretas já para a Presidência da República. Defesa da convocação de Assembleia Constituinte exclusiva para a reforma política. Apelo ao Governador do Estado de Minas Gerais de imediata prorrogação de contratos celebrados com agentes

penitenciários e agentes socioeducativos. Necessidade de fortalecimento da área de segurança pública em Minas Gerais. Posicionamento do PMB contrário à reforma previdenciária. Indignação do orador com a aprovação da proposta de reforma trabalhista, pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

---

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar todas e todos e, mais uma vez, reafirmar o posicionamento do PMB em favor das eleições diretas já, inclusive falamos isso 1 ano atrás. Um ano atrás já defendíamos as eleições diretas e a Constituinte exclusiva para fazer a reforma política. Nós acreditamos que essa é a única forma de pacificar o País.

Eu quero fazer um apelo ao Governador do Estado de Minas Gerais para que prorrogue, com urgência, os contratos dos agentes penitenciários e dos agentes socioeducativos. A situação é muito grave em Minas Gerais.

Os agentes penitenciários estão mobilizados. Esta semana, os agentes lotaram a Assembleia Legislativa. E qual é a reivindicação deles? É justamente a prorrogação dos contratos dos agentes penitenciários e socioeducativos. A categoria está mobilizada.

Acompanho e participo ativamente da luta dos agentes desde 2009. Lamentavelmente, esse problema se arrasta há anos, há quase uma década. Segundo o representante dos agentes, Ronan Rodrigues, só este ano, 600 agentes tiveram seus contratos encerrados e outros devem ser demitidos.

Minas Gerais tem um déficit - pasmem! - de mais de 2 mil agentes penitenciários. Mesmo com a nomeação de concursados, o Estado ainda terá problemas com a falta de profissionais. E o que é pior: num momento em que a situação da segurança pública é crítica, o aumento da criminalidade é assustador, e as unidades prisionais estão com lotação 50% acima da capacidade, segundo reportagens de vários veículos de comunicação.

São mais de 13 mil agentes penitenciários contratados trabalhando com a insegurança se vai haver ou não a prorrogação de seus contratos.

Quem trabalha há décadas na segurança pública e, inclusive, participou de cursos de formação não pode simplesmente ser descartado pelo Governo de Minas. Esses profissionais merecem respeito, são pais e mães de família que há anos se dedicam ao serviço e receberam investimento em cursos e capacitação. A segurança pública é uma das maiores preocupações da população, e a eficiência no serviço só é possível com investimentos e agentes penitenciários e socioeducativos preparados, capacitados e respeitados.

A situação é gravíssima, é um barril de pólvora. Os agentes estão mobilizados, já fizeram acampamento na porta da Assembleia

Legislativa de Minas Gerais durante vários meses, já fizeram greve. Inclusive, no Governo passado, houve uma grande mobilização dos agentes penitenciários. A crise no sistema é muito grave. Então, eu faço um apelo para que o Governo do Estado de Minas Gerais garanta o direito dos agentes e prorogue os contratos, a fim de garantir a segurança e a tranquilidade para a população de Minas Gerais. Apelo também, da mesma maneira, para que reforce as forças de segurança, garantindo novas contratações, porque o déficit é muito grande tanto na Polícia Civil quanto na Polícia Militar. Além disso, peça aumento de equipamentos. Em muitos Municípios, faltam viaturas e não há condições mínimas de trabalho. Fazemos esses apelos e queremos, inclusive, dar um aviso ao Governo: a situação é grave e pode piorar. Nós podemos ter uma tragédia em Minas Gerais, e ninguém quer isso. Por essa razão, nós esperamos que o Governo tenha um posicionamento firme, o mais rápido possível, e resolva esse problema para dar tranquilidade ao conjunto da população. Mais uma vez, quero colocar o nosso posicionamento, o posicionamento do PMB: nosso partido é totalmente contra a reforma da Previdência. Esse Governo não tem legitimidade, não tem mais nenhuma condição de continuar as reformas. Aproveito para lamentar o posicionamento do Senado Federal, onde, nesta semana, a reforma trabalhista passou com uma votação apertada na Comissão. Esperamos que, no mérito da proposta, o Governo tenha uma derrota. Não é certo, não é correto fazer reforma só para o trabalhador, em vez de cobrar dos grandes devedores, dos bancos e fazer uma auditoria da dívida pública. O Governo Temer não tem legitimidade, e por isso pedimos eleições diretas, novas eleições para pacificar o País.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer um apelo ao Governo de Minas Gerais para que adote as providências urgentes para prorrogação dos contratos dos agentes penitenciários e socioeducativos de Minas Gerais. A categoria está mobilizada e fez manifestação na Assembleia Legislativa. Acompanho e participo ativamente da luta dos agentes desde 2009. E, mais uma vez, lamentavelmente, esse problema se arrasta. Segundo o representante dos agentes, Ronan Rodrigues, só este ano, 600 agentes tiveram seus contratos encerrados e outros devem ser demitidos. Minas Gerais tem um déficit de 2 mil agentes. Mesmo com a nomeação de concursados, o Estado ainda terá problemas com a falta de profissionais. E o que é pior: num momento em que a situação da segurança pública é crítica, o aumento da criminalidade é assustador e

as unidades prisionais estão com lotação 50% acima da capacidade, segundo reportagens da imprensa.

São 13 mil agentes contratados trabalhando com a insegurança da prorrogação ou não dos seus contratos.

Quem trabalha há décadas na segurança pública não pode simplesmente ser descartado pelo Governo. Esses profissionais merecem respeito, são pais e mães de família que há anos se dedicam ao serviço e receberam investimento em cursos e capacitação. A segurança pública é uma das maiores preocupações da população e a eficiência no serviço só é possível com investimentos e agentes penitenciários e socioeducativos preparados, capacitados e respeitados.

Gostaria que o meu pronunciamento tivesse ampla divulgação pelos meios de comunicação da Casa, especialmente pelo programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 85/516

---

150.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	07/06/2017-18:26
Publ.: DCD - 08/06/2017 - 246	RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Participação em audiência pública na Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, para debate da proposta de reforma política. Defesa de realização da reforma político-eleitoral com participação popular.

---

### **PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO**

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta segunda-feira, dia 05 de junho, eu participei, como palestrante, de uma audiência pública destinada ao debate sobre reforma política, que foi organizada pela Câmara Municipal de Imperatriz e a Comissão Especial da Assembleia Legislativa. Junto comigo estavam o Deputado Federal Deoclides Macedo, o Deputado Estadual Eduardo Braide, o Vereador Ricardo Seidel e o advogado Marlon Reis. A audiência aconteceu durante toda a manhã e contou com a presença de várias lideranças e representantes de Municípios vizinhos, além de outros Deputados Estaduais.

Foram apresentados alguns dos principais pontos que hoje são discutidos no Parlamento com relação à reforma política e também foram respondidas perguntas feitas pelos participantes. Temas como a cláusula de barreiras, o voto distrital, a lista fechada, o financiamento público e privado de campanha e o fim da reeleição foram debatidos no evento.

Essa foi a segunda audiência pública para tratar do referido assunto. A primeira ocorreu em São Luís e a tendência é de que aconteçam outras em regiões distintas do Estado do Maranhão.

Sou a favor da reforma política, mas uma que venha para melhorar e democratizar cada vez mais a participação popular e sua representatividade. Conscientizar as pessoas e tratar desse tema é muito importante, o debate tem que começar com o povo para que ele nos diga o que é melhor para a sociedade para que tenhamos uma reforma política efetiva. Enalteço, portanto, o ato da Assembleia Legislativa do Maranhão. Eu gostaria de parabenizar o Deputado Estadual Eduardo Braide e o Vereador Ricardo Seidel, de Imperatriz, e de lhes agradecer pela iniciativa.

Era o que eu tinha a dizer.

---

Documento 86/516

---

152.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	08/06/2017- 15:03
Publ.: DCD - 09/06/2017 - 33	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Apoio à adoção do voto em lista mista, no processo de reforma política.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tiro meu chapéu em homenagem saudosa ao Dr. Américo Freire, mas o coloco de novo para falar sobre a reforma política que está aí e que está deixando todo mundo angustiado, Brasil a fora e Rio Grande a dentro.

Esta Casa, através do Relator do projeto, o Deputado Vicente Candido, tem feito um grande trabalho relativamente ao debate da matéria, mas preocupam-me as conclusões.

Primeiro, há a perspectiva da tal lista fechada, na qual eu vejo sérios problemas. A lista fechada pode ensejar que caciques, donos de partido façam uma lista a seu bel prazer e a entreguem ao cidadão, ao eleitor, que não tem o que fazer senão dizer "sim" ou "não": ou "sim" a esta e "não" àquela, ou "sim" àquela e "não" a esta, mas em qualquer caso serão listas fechadas em que o eleitor não poderá mexer.

Assim, vão eleger os caciques, e nós teremos mais do mesmo ou até do pior. Daí minha contrariedade com a lista fechada, que aceito



debater em qualquer campo, em qualquer esfera.

O eleitor, o cidadão não concorda com a lista fechada. Aliás, a rejeição é tanta e tamanha, que muitos desta Casa que defendiam a lista se encolheram - mas não desistiram da armação que poderá garantir a reeleição dos mesmos. Assim foi que inventaram o tal de voto distritão, que é muito pior do que a lista fechada, se é que algo pode ser pior do que ela.

Como funciona o distritão? Serão eleitos os mais votados em cada Estado. No meu Estado, por exemplo, o Rio Grande do Sul, são 31 Deputados. Sabe quantos candidatos vão constar da lista, Sr. Presidente? Trinta e um. Cada partido vai largar o número de candidatos de acordo com os Deputados que ele tem aqui, para eleger os mesmos de novo, sem nenhuma renovação, a não ser que não queiram concorrer, porque os mais votados são os que têm mandato, uma vez que os que têm mandato têm nome, estrutura, prestígio, conceito, força. São os nomes escolhidos pelos seus partidos. Obviamente, o partido que tem três Deputados, vai largar três candidatos. Quais serão os candidatos? Os três Deputados. Por que não larga mais? Porque, se o fizer, correrá o risco de diluir a votação e de uma dos três Deputados ficar como suplente.

Então, o distritão é o fim dos partidos, é o fim da política, é o fim da disputa. É esquema puro! Denuncio à Nação, denuncio à população: não sejam bobos, não entrem nessa. Isso vai significar mais da mesma coisa, mais da mesma coisa ruim. Isso é o que de pior pode sair desta Casa.

Como alternativa aos sistemas que temos hoje, a saída não é a lista fechada, a saída não é o distritão, que elege só os poderosos, só os donos de mandato. Eu defendo a lista flexível, em que os partidos fazem a lista, entregam a lista ao eleitor, e o eleitor vota na lista e em um dos candidatos da lista. Por exemplo, para votar em mim, o povo votou na última eleição 12 e 12. Confirmou e votou no Pompeo de Mattos.

Pela proposta que que apresentei em 2010, o eleitor vota 12 e 12; ou seja, é um voto em dois tempos. O primeiro da lista, o número 12, do PDT. Em seguida, abre-se outro espaço, e o eleitor vota no número do seu candidato. Como é a eleição? Elegendo-se três, quatro, cinco, o primeiro da lista está eleito. O segundo eleito é o primeiro mais votado, o terceiro eleito é o segundo da lista, o quarto eleito, o segundo mais votado, ou seja, um da lista e um do povo.

Com isso, quem faz a lista é o partido, mas a última palavra quem dá é o eleitor. Ele refaz, ele recompõe, ele corrige, ele aperfeiçoa a lista, ele faz com que tenhamos a democracia do voto direto e secreto que permite a cada um a escolha de seu candidato.

Essa é a forma mais democrática, porque, em sendo lista, não vai haver custos com campanha individual: a campanha será coletiva e o financiamento obviamente ocorrerá pelo Fundo Partidário e será mínimo - não haverá essa dinheirama que aparece nas eleições não se sabe de onde, e depois se descobrem os mensalões, as Lava-Jatos, as Odebrechts, as JBSs. Vamos acabar com isso.

A lista flexível, projeto da minha autoria apresentado no ano de 2010, permite que nós possamos ter uma eleição transparente, com possibilidade de renovação, permite que o eleitor tenha a autoridade que deve ter de dar a última palavra, afinal, *"todo poder emana do povo e em seu nome tem que ser exercido"*. O voto do eleitor está garantido na lista flexível.

Essa é minha proposta, é o meu projeto e é a alternativa que apresento para melhorarmos a votação por lista, que não deve ser fechada, e tampouco deve-se adotar o tal voto distritão. Eu diria que a lista mista é um sistema moderno, democrático e adequado para que nós possamos ter economia e, também, a garantia da democracia, com a participação do eleitor, que é quem deve dar efetivamente a última palavra.

Abaixo a lista fechada! Abaixo o distritão, que é a vergonha da vergonha de quem tinha vergonha e de maneira sem vergonha apresenta um projeto dessa natureza, que é ruim para o cidadão, para a população, e não poderá fazer bem a esta Casa!

Estão propondo isso para garantir a reeleição de todo mundo, para garantir a reeleição dos mesmos, e eu estou denunciando isso. Não podemos aprovar esse esquema.

Lista flexível, pela democracia, pela liberdade, por eleições limpas!

**O SR. PRESIDENTE** (Hildo Rocha) - Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

---

Documento 87/516

---

152.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	08/06/2017-16:00
Publ.: DCD - 09/06/2017 - 48		ERIKA KOKAY-PT -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

---

### ***Sumário***

Clima de anormalidade política reinante no País. Envolvimento do Governo Michel Temer e Ministros de Estado em atos de corrupção. Elevado contingente de desempregados no País. Decisão do Presidente da Casa de arquivamento de pedidos de impeachment do Presidente da República. Descaso da CPI da FUNAI e do INCRA 2 com a situação de indígenas, demonstrado no relatório final do órgão. Lançamento da Frente Parlamentar Suprapartidária pelas Eleições Diretas Já. Escalada de assassinatos de jovens negros no País. Aumento do feminicídio entre mulheres negras brasileiras. Repúdio às reformas trabalhista e previdenciária. Envolvimento do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, com o mercado financeiro. Importância da implementação de plano emergencial para a recuperação da economia brasileira.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.)** - Além de estarmos vivenciando neste País um processo de profunda crise em todos os aspectos, nós estamos vivenciando - penso eu - um acinte contra esta Nação.

Temos na Presidência da República alguém que foi flagrado cometendo um crime - nós não estamos falando aqui, Deputada Janete, sobre convicções, nós estamos falando sobre provas - e que se agarra às estruturas de poder, menosprezando a população brasileira, menosprezando inclusive o que está dito nas pesquisas. Essa Presidência que agoniza no leito do golpismo, essa mediocridade empolada que também se chama Michel Temer, tem 3% de aprovação da população brasileira, mas se utiliza do Estado como se o Estado lhe pertencesse - são as capitâneas hereditárias, as sesmarias pós-modernas.

O Presidente se utiliza do Estado, retira alguém do Ministério da Justiça para colocar outra pessoa que pode ajudá-lo no julgamento do TSE. Ao mesmo tempo, tenta colocar a pessoa que estava no Ministério da Justiça no Ministério da Transparência, na perspectiva de tentar manter um foro privilegiado, que deveria acabar.

Aliás, este País exige o término do foro privilegiado, exige o término do foro privilegiado!

Tudo isso foi feito para assegurar o foro privilegiado de uma pessoa que foi flagrada como seu emissário, ou como aquele que deveria receber e intermediar todos os negócios ilícitos, com uma mala de dinheiro.

Isso está acontecendo neste País. Alguns querem dizer que há normalidade. Que normalidade é essa? Que é normalidade é essa, que é fruto de uma naturalização da corrupção, de uma naturalização do desrespeito com o povo brasileiro?

Esse Governo é um antro de corrupção, é um Governo que tem nove Ministros envolvidos em diversas listas, um Governo que foi flagrado - flagrado! -, um Governo que se utilizou de uma aeronave do empresário que fez a delação premiada. Utilizou-se dessa aeronave, mas negou em um primeiro momento. Depois, assumiu que sim, ainda quando era Vice-Presidente.

Este que ocupa o Palácio do Planalto contra a vontade do povo brasileiro se utilizou de um avião particular de um empresário deste País. Tudo isso é considerado normal. Que normalidade é essa? Que normalidade nós temos em um País em que a carga tributária incide sobre os trabalhadores, sobre a renda dos trabalhadores e sobre o consumo. Mais de 70% da carga tributária brasileira está no consumo, penalizando a população de baixa renda. Está na renda dos trabalhadores. Não se taxam aqui grandes fortunas. Não se taxa o patrimônio. É o inverso da maioria dos países desenvolvidos do mundo. Aqui temos mais de 70% de taxa de consumo e taxa de renda do trabalhador. E por volta de 23% é taxada a propriedade. Aqueles que detêm o poder no País conquistado com muita violência e

com muita crueldade agora aplaudem, batem palmas para o Brasil, que está desconstruindo todos os avanços que fez para enfrentar a desigualdade. Em 1 ano de Governo golpista, nós tivemos 3 anos de retrocesso. Imaginem o que é o desemprego!

Em 2015 começaram a atacar Dilma Rousseff, a atacar a Presidenta honesta, até colocá-la em condições de não poder governar, a partir de um golpe parlamentar. Foi o golpe dos sapatos de bico fino em detrimento das botas. Mas agora assumem as botas, porque elas estão presentes para tentar calar o povo brasileiro.

De 2015 para cá, cerca de 10 milhões de pessoas ficaram desempregadas - 10 milhões de desempregados! Só em 3 meses, esse Governo desempregou mais de 2 milhões de brasileiros e brasileira, e ainda diz que o País está indo bem. O País está indo bem, sim, se a leitura for feita do lugar em que estão os banqueiros, do lugar em que estão os rentistas, do lugar em que estão aqueles que lucram e que levam quase metade do orçamento brasileiro apenas com serviços e os juros da dívida. É isso que estamos vivenciando neste País.

Aqui, diante dos vários pedidos de abertura de processo de *impeachment*, o que faz o Presidente da Casa? Arquia esses pedidos. Arquia, ignora. Ele ignora a voz do povo brasileiro e assume a sua crueldade, assume que está do lado não da população, mas do mercado. Foi o Presidente desta Casa que disse em alto e bom som que era preciso atender às demandas do mercado. Penso eu que este Poder deveria atender às demandas do povo brasileiro, deveria representar o povo brasileiro, mas não o faz, porque esta é uma democracia precarizada.

Este Parlamento é um pacto de casacas, de cartolas e de bengalas, onde não há mulheres em quantidade que justifique a representação que nós temos na sociedade, onde não há nenhum indígena. Aliás, os indígenas foram colocados nos pelourinhos, nos pelourinhos da atualidade. Esse é o sentido do relatório que foi aprovado nesta Casa na CPI do INCRA e da FUNAI.

Avaliam o desenvolvimento técnico e os estudos técnicos de homologação de terras indígenas, quilombolas e para a reforma agrária sob o crivo político daqueles que acham que os indígenas têm que ser contemplados com cestas básicas e não com terra. Acham que podem arrancar a terra do povo indígena, que podem ampliar as suas cercas e fincá-las no coração da nossa brasilidade, nas terras indígenas e nas terras quilombolas.

É isso que nós estamos vivenciando nesta Casa. Esta Casa? Ah, esta Casa! Ela olha para o chão, ela fala de lado, ela não encara o povo brasileiro. Se encarasse o povo brasileiro, pressionaria para que a maioria aqui não estivesse a serviço do mercado, contra os interesses de um povo brasileiro que vivenciou durante os Governos de Lula e de Dilma a possibilidade de desnaturalizar a fome, de desnaturalizar a miséria, porque não são naturais nem a fome nem a miséria.

Por isso, ontem, nós lançamos aqui nesta Casa uma frente parlamentar em defesa das eleições diretas, em defesa do retorno da democracia, açoitada pelo rentismo, açoitada pela LGBTfobia, açoitada pelo

extermínio de jovens negros. Em 10 anos, exterminaram-se 300 mil jovens negros neste País ou jovens neste País! Em 10 anos 300 mil pessoas jovens foram vítimas de homicídio neste Brasil. Isso é um extermínio, é um genocídio de jovens!

Diz Dostoiévski que nós conhecemos a nossa sociedade se conhecermos os nossos presídios. E, ao caminhar pelos presídios brasileiros, nós vamos ver que são masmorras, nós vamos ver que o direito é violado todos os dias. Mas nós vamos ver que quem está ali são os jovens negros e os jovens pobres de uma sociedade que não dá chance à juventude, como não dá chance às mulheres.

As mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio. Se caiu o feminicídio que atinge as mulheres brancas, cresceu o feminicídio que atinge as mulheres negras. É como se este Brasil negasse a sua própria cor. É como se este Brasil mergulhasse na LGBTfobia, porque é um dos países que mais assassinam a comunidade LGBT, porque acha que é natural "armários", que acha que o beijo não pode ser liberto e que o afeto não pode caminhar nas nossas ruas. Este é um País acostumado com a naturalização da violência. E é por isso que este Brasil, sob este Governo, aprofunda todas as suas desigualdades.

Nós estamos vendo aqui duas reformas: a reforma trabalhista e a reforma da Previdência, que são contra o povo brasileiro, que reafirmam que este Governo está a serviço do rentismo e do capital financeiro.

Aliás, foi o Ministro da Fazenda que disse que ficaria no Ministério, independentemente da manutenção ou não do Presidente. Ele é sustentado pelo mercado financeiro! Henrique Meirelles esteve, durante 4 anos, como Presidente do Conselho de Administração da JBS e é acionista de um dos maiores bancos deste País. Ele assume a sua condição.

*"Que se dane o povo!"*, dizem Henrique Meirelles e esse Governo golpista.

Por isso, nós temos que fazer com que este Brasil implemente o plano emergencial que foi construído com várias vozes, com várias mãos, com vários olhares, que foi construído por representantes da sociedade brasileira. Há dez aspectos a serem considerados, envolvendo 78 medidas, para que o Brasil possa, enfim, vivenciar a sua grandeza. É isso o que nós estamos vivenciando neste País do rentismo, com esse Governo que tem como projeto a sua própria sobrevivência, que só pensa na sua sobrevivência, agarrando-se a ela e precificando os Parlamentares.

Às vezes, tenho a impressão de que os Parlamentares foram colocados em gôndolas, com preços fixados, para serem negociados com quem ocupa o Palácio do Planalto, para que se assegurem as reformas que destroem a Previdência Social e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras deste País.

O que nós estamos vivenciando é um escárnio contra o povo brasileiro! Por isso, a cada dia que passa, ganha força, fortalece-se a luta contra esse Governo, que é fruto da ruptura democrática e que mostra que o

golpe não fica ensimesmado e vai se espalhando, obstruindo os tecidos e os poros da nossa própria sociedade.

Por isso, eu encerro as minhas palavras dizendo aquilo que nós escutamos todos os dias nos cantos e nas dobras deste País. Fora, Temer! Diretas já!

**O SR. PRESIDENTE** (Hildo Rocha) - Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

---

Documento 88/516

---

152.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	08/06/2017- 16:33
Publ.: DCD - 09/06/2017 - 58	CARMEN ZANOTTO-PPS -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Necessidade de adoção, pelo Governo Federal, de ações efetivas para a reversão de danos causados por inundações no Estado de Santa Catarina. Maior representatividade feminina no Parlamento brasileiro. Importância de ampla divulgação da Lei Maria da Penha. Enfrentamento da violência doméstica contra a mulher no País.

---

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** (PPS-SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, nobre Deputada Janete Capiberibe, que preside esta sessão na tarde de hoje.

Senhoras e senhores, eu venho falar de um tema triste, que assola o meu Estado de Santa Catarina, o Estado do Rio Grande do Sul e outros Estados brasileiros. Refiro-me às fortes chuvas e às cheias que estamos enfrentando.

Em especial, neste último final de semana, a nossa cidade, o nosso Município de Lajes ficou parcialmente alagado. Pessoas de comunidades e de regiões menos assistidas, famílias mais frágeis e mais vulneráveis foram absolutamente atingidas. Empresas também foram atingidas. O comércio da nossa cidade, da nossa região e do nosso Estado de Santa Catarina foi atingido. A região serrana, o Município de Lajes, assim como o Município de Rio do Sul, no Alto Vale, e os Municípios vizinhos estão absolutamente precisando do apoio do Governo Federal.

A Bancada de Santa Catarina, coordenada pelo Deputado João Paulo Kleinübing, junto com o Secretário Acélio Casagrande, que é o Secretário de Governo, representante do Governador Raimundo

Colombo aqui em Brasília, os demais colegas Deputados e a Deputada Geovania de Sá, estivemos ontem, mais uma vez, com o Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, o Coronel Renato Newton. Pedimos ao Governo Federal que olhe urgentemente pelo nosso Estado, Deputado Janete Capiberibe, porque o primeiro atendimento, na situação emergencial, está sendo feito pelos Prefeitos municipais, pela Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, pelo Governo de Estado. Mas se faz principalmente pela solidariedade de cada catarinense, que está ajudando com cobertores, com roupa de cama, com alimentos e com material de higiene.

Nós temos uma característica muito diferente. Nós estamos no período do inverno. A previsão para a madrugada de hoje e para o começo da manhã de amanhã é de temperaturas negativas. Em algumas regiões, há possibilidade de neve. O que está acontecendo lá? Há umidade. As pessoas estão com as suas casas comprometidas. Algumas ainda estão nos abrigos públicos em que foram acolhidas, porque efetivamente perderam tudo. Nós estamos falando daquilo que, muitas vezes, as pessoas levaram uma vida inteira para conquistar: os seus móveis, os seus utensílios domésticos, as suas roupas, os seus livros. E, para algumas dessas famílias, tudo isso foi embora.

Nós precisamos muito de apoio, porque as estradas do interior estão absolutamente comprometidas. Nós não termos recuperado essas estradas significa não permitir que as nossas crianças possam frequentar as salas de aula, porque elas precisam se deslocar das propriedades e das comunidades do interior até as escolas. E as estradas estão absolutamente danificadas. Assim como nós tivemos quedas de pontes, nós tivemos interditadas rodovias no Estado de Santa Catarina. Algumas delas já foram liberadas, mas outras vão precisar também de recursos financeiros para a sua recuperação, como trechos da BR-282 e de outras rodovias estaduais em Santa Catarina.

Estava prevista para amanhã a ida ao nosso Estado do Sr. Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, mas não foi possível, em função de outra agenda que S.Exa. estava cumprindo. Chegaria muito tarde ao nosso Estado. Agora, no inverno, anoitece muito cedo, em especial na nossa região, na nossa cidade de Lages e nos Municípios vizinhos. Mas o aguardamos na próxima semana, para que o Ministro possa verificar *in loco* as necessidades do meu Município e de todos os Municípios da região serrana, e para que efetivamente os Prefeitos e Prefeitas possam, no nosso Estado, recuperar as suas cidades com recursos financeiros federais, porque só com os recursos municipais e estaduais, Sra. Presidente, isso não será possível. A destruição foi realmente grande em algumas regiões.

Repito: tudo que algumas famílias tinham foi embora. É muito triste ouvirmos o desabafo: "*Tudo que eu construí numa vida eu não tenho mais*". Sofremos muito com as enchentes do Estado de Santa Catarina. Mais uma vez estamos sofrendo, a população da região serrana e do Alto Vale.

Hoje de manhã, o oeste do Estado também foi atingido por fortes

vendáveis, que destelharam casas e destelharam empresas, comprometendo mais uma vez a economia de Santa Catarina. Sra. Presidente, para concluir, eu preciso tratar de outro assunto - e me dirijo a V.Exa., que é da nossa bancada, a bancada feminina. Ontem nós estivemos, junto com a nossa Coordenadora da Secretaria da Mulher, a Deputada Soraya Santos, com o Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Nesta Casa, nós estamos debatendo a reforma política. Precisamos avançar nesse debate e alterar o atual modelo político brasileiro, em especial as normas vigentes para a disputa eleitoral, porque nós estamos vendo e a sociedade brasileira está acompanhando tudo que envolve o processo político, que é lamentável, Sra. Presidente.

Mas quero dizer que esta Casa é responsável por fazer a nova reforma política. Nas últimas eleições, já tivemos proibido o financiamento privado de campanha. Empresas não podem mais doar. Mas nós precisamos adequar ainda mais a legislação, em especial para permitir que o Parlamento brasileiro não tenha apenas 10% de cadeiras sendo representadas por mulheres.

Nós temos inúmeras Câmaras de Vereadores neste País que não têm representação feminina, assim como Assembleias Legislativas. E esta Casa, a Câmara Federal, não possui a representação feminina de cinco Estados brasileiros.

Nós precisamos, através da reforma política, fazer um debate com a sociedade. Precisamos debater com o Tribunal Superior Eleitoral - com o Sr. Ministro Gilmar Mendes e todo o seu colegiado - nesta Casa, para que avancemos na permissão efetiva da participação da mulher no Parlamento brasileiro, porque as mulheres somam mais de 50% da população.

Sra. Presidente, eu queria registrar que saiu nesta semana uma pesquisa sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, pesquisa do Data Senado, que vem acompanhando a implementação e o conhecimento da importante lei brasileira: a Lei Maria da Penha. Essa pesquisa mostra um fato importante: 100% das pessoas pesquisadas conhecem e sabem da existência da Lei Maria da Penha, mas nem todas elas acreditam na sua aplicação devida. Mas em relação aos detalhes da pesquisa, eu deverei me pronunciar na próxima semana.

Portanto, peço que seja dado como lido o meu discurso e divulgado nos veículos de comunicação, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Janete Capiberibe) - Será atendido o pedido da Deputada Carmen Zanotto com relação à divulgação do seu discurso nos meios de comunicação desta Casa.

Da mesma forma, atende-se ao pedido da Deputada Erika Kokay de divulgação do discurso.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde 2005 o Data Senado aplica, de 2 em 2 anos, pesquisa telefônica sobre o tema Violência Doméstica contra a Mulher. As entrevistas aconteceram entre 29 de março e 11 de abril.

Na edição de 2017, realizada em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência e divulgada no dia 7 de junho, o Data Senado entrevistou 1.116 mulheres por meio de ligações para telefones fixos e móveis. A amostra é representativa da população feminina brasileira, com margem de erro de 3 pontos percentuais e nível de confiança de 95%.

No levantamento feito, 100% das entrevistadas afirmaram já ter ouvido falar sobre a Lei nº 11.340, de 2006, a Lei Maria da Pena. Um dado que preocupa é que 77% disseram conhecer pouco a legislação, fato que indica a importância da divulgação massiva do texto.

A pesquisa também avaliou a percepção das entrevistadas sobre o quanto a Lei Maria da Pena protege as mulheres contra a violência. Para 26%, a Lei protege as mulheres; 53% disseram que a Lei protege em parte; e 20% responderam que a legislação não as protege. Para 97% das mulheres ouvidas, o agressor deve ser processado, mesmo contra a vontade da vítima.

Afirma Silvia Chakian de Toledo Santos, Promotora de Justiça e Secretária Executiva e Coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (GEVID), do Ministério Público Estadual de São Paulo:

*A discrepância entre a crença na capacidade da Lei de oferecer proteção para as mulheres (26% afirmam isso) e uma sobrevalorização da resposta punitiva (97% consideram que o agressor deve ser processado independentemente da vontade da vítima), esses números sugerem que estamos falhando em contar para a sociedade que a Lei oferece muito mais oportunidades de proteção e prevenção e acesso a direitos para as mulheres que podem contribuir para que saiam da situação de violência.*

Em todas as edições anteriores, o percentual de entrevistadas que declararam ter sofrido violência se manteve constante, entre 15% e 19%. Nesta 7ª edição, foi constatado aumento significativo do percentual de mulheres que declararam ter sido vítimas de algum tipo de violência provocada por um homem. O percentual passou de 18%, em 2015, para 29%, em 2017.

Também houve crescimento no percentual de mulheres que disseram conhecer alguma mulher que já sofreu violência doméstica ou familiar. O índice passou de 56%, em 2015, para 71%, em 2017.

Os dados indicam a necessidade premente de ampla efetivação da Lei Maria da Pena, em especial nos aspectos preventivos.

No universo das mulheres brancas entrevistadas, 57% disseram ter sofrido violência física e 11%, violência sexual.

Em relação às mulheres negras, os percentuais são maiores. Entre as que se definem como pardas, 76% declararam ter sofrido violência

física e 17%, sexual. Já as que se declararam pretas 65% relataram ter sofrido violência sexual e 27% sexual no âmbito doméstico e familiar. Do universo de mulheres que sofreram violência, 74% disseram não ter buscado qualquer tipo de assistência de saúde e 26% informaram ter procurado serviços de saúde.

Do universo de entrevistadas, 90% declararam estarem dispostas a denunciar, caso presenciem ato de agressão a outra mulher.

A presente edição verificou que a mulher que tem filhos está mais propensa a sofrer violência. Enquanto o percentual de mulheres sem filhos que declararam ter sofrido violência provocada por um homem foi de 15%, o percentual de mulheres com filhos foi de 34%. Do percentual de mulheres que têm filhos e declararam ter sofrido violência, 70% foram vítimas de violência física. Entre as mulheres que não têm filhos, o percentual foi de 38%.

Os agressores mais frequentes, em 74% dos casos, ainda são os que têm ou tiveram relações afetivas com a vítima: o atual marido, companheiro ou namorado foram apontados como autores da agressão por 41% das respondentes. Outras 33% mencionaram o ex-marido, ex-companheiro ou ex-namorado como responsáveis pela violência.

Os dados acima detalhados indicam que muito ainda deve ser efetivado e divulgado sobre os aspectos de proteção, prevenção e acesso a direitos para as mulheres, que constam a Lei Maria da Penha, mas cuja implementação pelos poderes públicos ainda deixam a desejar.

Era o que tinha a dizer.

---

Documento 89/516

---

156.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/06/2017- 12:40
Publ.: DCD - 14/06/2017 - 113		ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Protesto contra a não realização de votações em sessões extraordinárias convocadas pela Casa. Expectativa quanto à prisão do Senador afastado Aécio Neves. Responsabilidade do PMDB, do PSDB e do DEM pela desestruturação socioeconômica do Brasil. Defesa da antecipação de eleições gerais.

---

**O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) -**  
Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos que me ouvem

neste momento, este Congresso vive um momento de depressão política.

Ontem fomos convocados a vir a Brasília para trabalhar, para votar. Nada aconteceu. Na pauta de hoje não há nenhuma matéria importante. Não sei se haverá, até amanhã à noite, alguma votação, porque, para o Governo, só há um debate, só há uma matéria importante nesta Casa, neste momento: a aprovação da reforma da Previdência. O Governo não tem coragem de colocá-la em votação, porque sabe que não ganha - está esperando o momento certo. Ocorre que agora travam uma queda de braço PSDB e PMDB. O PSDB diz ao PMDB: "*Segura o Aécio, que nós seguramos o Temer*". O PSDB, nas pesquisas de opinião sobre preferência partidária no Brasil, é o segundo colocado, com 4%. Com algo entre 15% e 20%, o PT é o primeiro colocado, apesar de todo o massacre sofrido, apesar de todo o bombardeio, de todas as calúnias, de toda a difamação, de todas as lideranças do partido encarceradas e mantidas presas ilegalmente. Ocorre que será realmente uma desmoralização muito grande ver preso Aécio Neves, ver preso aquele que disputou a eleição passada sendo falso com o eleitor brasileiro e que, quando perdeu, foi o primeiro a pedir o *impeachment* de Dilma: juntou-se a Temer para conduzir nesta Casa aquela votação da qual a maioria aqui participou. Pois imaginem agora se Aécio Neves for preso: o que vai acontecer com o PSDB? Só restarão Alckmin e Doria, em São Paulo, tentando se salvar às custas de algumas ações na Cracolândia, prendendo aquele monte de coitados, fazendo articulações com a grande mídia, aparecendo como se fossem competentes.

Notem que essa mesma mídia anuncia que, a cada 3 minutos, 1 veículo é roubado em São Paulo. Vejam bem: a cada 3 minutos, 1 veículo é roubado no Estado de São Paulo. Naturalmente, a maioria desses roubos deve ocorrer na Capital. Eu pergunto ao PSDB, que governa São Paulo, o maior Estado do País, com Alckmin e Doria, na Capital: o que vocês estão fazendo pela segurança pública se, a cada 3 minutos, 1 veículo é assaltado em São Paulo? Isso sem mencionar que Alckmin foi fortemente atingido pela delação da Odebrecht. Serra, então, nem se fala.

Por tudo isso, não podem prender Aécio Neves. O acordo está feito. Todos já sabíamos que o PSDB iam optar por continuar nas tetas gordas dos Ministérios, até conseguirem votar a reforma da Previdência e a reforma trabalhista, no Senado Federal.

Uma vez aprovadas essas reformas, completa-se o desmonte que o PSDB queria fazer por meio de Aécio Neves e que não conseguiu fazer, porque Dilma Rousseff e o PT ganharam a eleição. Após o golpe, contudo, eles foram rápidos: desmontaram tudo, acabaram com tudo, desde o nível macro, com a vinda da PETROBRAS, ao nível micro, com o fechamento das farmácias básicas implantadas nos Governos Lula e Dilma, quando 43 milhões de pessoas acessaram essa política, de norte a sul, de leste a oeste.

Fecharam as farmácias populares alegando economia, afirmando que os remédios iriam ser entregues nos hospitais e nos postos de saúde.

Isso é mentira - mentira. São duas coisas totalmente diferentes o doente que chega ao posto de saúde e que, ao ser consultado, recebe um remédio, ou o doente que é hospitalizado, sofre uma cirurgia e recebe um remédio, do paciente que vai à farmácia comprar remédios. Os que vão à farmácia nem sempre passaram pelo hospital ou pela consulta. Eles vão lá comprar remédios que normalmente já tomam, prescritos em receita médica.

O Governo é hoje liderado por PSDB, Democratas e PMDB, e é bom que se diga que esse trio parada dura composto por PSDB, DEM e PMDB está esculhambando o Brasil: gerou a crise econômica, gerou a crise política, nunca admitiu ter perdido a eleição. No dia da votação, eles chegaram a preparar seus aviões, na Bahia, no Rio de Janeiro e em São Paulo, para irem comemorar em Belo Horizonte, porque havia vazado não sei de onde que Aécio estava na frente. Pouco depois, com a virada final nos resultados, os aviões deram meia-volta antes de chegar à pista. Isso criou uma revolta. Isso deu início à política e à crise econômica.

A crise no Brasil tem nome: DEM, PSDB e PMDB; parte do Judiciário, a começar de Sergio Moro; parte do Ministério Público Federal e parte do Supremo Tribunal Federal, todos ajudados pela grande mídia nacional, que fez um grande esforço para ajudar no golpe e agora faz novo esforço, diante do 1% de crescimento, que na verdade não é crescimento, para passar uma imagem positiva do Brasil.

Para onde estamos indo? Vai haver ou não vai haver reforma política? A esta altura do campeonato, o que eu sei é que há uma insatisfação generalizada. As pessoas começam a sentir a crise na ponta, nos Municípios, porque esse Governo tirou o dinheiro dos programas, dos Ministérios, das obras e naturalmente, com isso, causou - e continuará a causar - desemprego.

Sr. Presidente, seria correto antecipar eleições gerais no Brasil, para elegerem-se novos Presidente, Deputados Federais e Deputados Estaduais.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Será divulgado.

---

Documento 90/516

---

158.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	14/06/2017-12:24
Publ.: DCD - 15/06/2017 - 48		CABO SABINO-PR -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

*Sumário*

Importância da realização de reforma política.

---

**O SR. CABO SABINO (PR-CE. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vou falar sobre um tema hoje do qual eu não costumo - e até evito - falar, que é o tema da reforma política.

Em 2015, quando chegamos a esta Casa, a então Presidente Dilma fez a primeira reforma política - podemos dizer que foi do Governo dela, muito embora quem faça a reforma seja a Câmara -, e agora estamos prestes a fazer uma nova reforma política.

Eu me pergunto: o que vamos reformar? Teremos coragem mesmo de reformar o que precisa ser reformado? Ou vai ser feito mais uma vez um paliativo, uma engomagem, e não aquilo que o povo quer? Nos corredores se falava em lista fechada - Deus nos guarde dela! Agora se diz que é preciso acabar com as coligações e trazer o distritão.

O TSE já disse que, se a Câmara não acabar com as coligações, ele mesmo vai acabar. Mas, no distritão - e aí nos parece até haver uma lógica -, aqueles mais bem votados são os que assumem. Com isso, os partidos menores iriam acabar. Sem precisar fazer cláusula de barreira, os partidos menores já estariam avariados, só com essa emenda do distritão.

Ficam algumas perguntas cujas respostas eu gostaria que os estudiosos do tema trouxessem para nós e para o povo. Por exemplo, num Estado em que existam 10 Deputados Federais e tenham sido eleitos os 10 mais bem votados, o suplente vai ser de qual partido? Dizem que o mandato é do partido. Então, o primeiro suplente vai ser o mais bem votado? Teria que ser, porque não pode haver uma regra para os eleitos e outra para os suplentes.

Se um Governador de um partido quer nomear um Deputado como Secretário, mas o primeiro suplente desse Deputado é da Oposição, ele vai nomear? Ele vai chamar um cara da Oposição para vir votar contra ele na Assembleia? Convençam-me melhor disso, porque até agora não estou convencido.

Além disso, nunca mais nós vamos ver uma pessoa simples, do povo, na Câmara dos Deputados. Só vai ser eleito quem tem dinheiro, porque aquela pessoa que não tem dinheiro e não tem condições de ter uma legenda não vai mais se candidatar, pois sabe que, para ser eleito, precisa ser um dos mais votados, precisa ter uma estrutura, e ele não vai tê-la. Ninguém vai investir nele. Os partidos não investem em pessoas anônimas, mas, sim, naqueles que já têm mandato.

O distritão, se for aprovado, servirá muito mais para proteger quem já está no mandato do que para deixar as pessoas simples da população, que podem representar uma categoria, vir para esta Casa. Essas não virão mais, porque elas não têm como ser eleitas.

E estão pensando que vão baratear a campanha? Vão encarecê-la cada vez mais, porque aquele que achava que poderia concorrer a um pleito não vai conseguir fazê-lo. Ele vai ser cabo eleitoral e vai querer

cobrar o preço dele para apoiar um ou outro. Essa situação vai se tornar cada vez mais difícil.

Então, nós temos muito ainda a pensar e a estudar para decidir o que queremos nessa reforma política. Agora, deveríamos fazer uma reforma real, e não apenas uma reforma para criar um fundo eleitoral. O povo não aceita mais esse tipo de coisa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, nobre Deputado.

---

Documento 91/516

---

162.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/06/2017- 10:02
Publ.: DCD - 21/06/2017 - 51		JOÃO DANIEL-PT -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Inexistência de condições para a continuidade do Governo Michel Temer. Imediata convocação de eleições presidenciais diretas. Defesa pelo PT da apuração e punição de envolvidos em denúncias de corrupção. Conveniência da convocação de Assembleia Constituinte exclusiva para a reforma política.

---

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, e aos que nos acompanham pela *TV Câmara*, a cada dia que passa aumenta o grau da certeza de que o Governo atual não tem mais nenhuma condição de continuar governando. É preciso que haja um mínimo de compromisso com o Brasil. Não há maior compromisso, neste momento nacional, do que o Presidente, que não se elegeu do voto direto, reconhecer que o Brasil precisa voltar à democracia e ter eleições diretas.

Não há nada mais importante do que o Presidente reconhecer isso, pelas graves acusações. Todas as apurações que estão sendo solicitadas vão se afirmando verdadeiras. É inquérito da Polícia Federal, são áudios, etc. Portanto, não há mais nenhuma possibilidade de este Governo continuar governando.

O Brasil precisa retomar um grande projeto de debate nacional, reconhecendo que este Parlamento cometeu um grande erro, um grande equívoco, pela maioria dos Parlamentares, quando liderados por Aécio Neves. E nós compreendemos que a manipulação da grande mídia foi fundamental para criar essa situação de desmonte total do Estado brasileiro e das políticas públicas, de desmoralização e de descrédito da política, desta situação geral que foi criada.

Para resolver este problema, é preciso devolver ao povo o direito do voto direto para eleger o novo Congresso Nacional - Câmara e Senado - e o novo Presidente da República. Não há como este Governo continuar governando.

O Governo aguarda o dia para ver qual é a nova denúncia que será feita por aqueles tantos que passaram a financiar as campanhas, que passaram a beneficiar seus grupos políticos e que, ao longo da história, desmontaram-no e desmoralizaram-no.

Nós não aceitamos essa história de que todos têm culpa no cartório, de que todos têm compromisso com esses grupos. O nosso partido defende apuração total, Sr. Presidente, de todos os fatos, de todas as denúncias. Defende o direito de defesa de todos que forem acusados e a punição.

Defende também que um novo Presidente, eleito democraticamente, convoque uma grande Constituinte exclusiva para fazer uma verdadeira reforma política, com amplo debate com o povo brasileiro, para resolver o que há de mais importante na vida desta Nação brasileira: a política ser feita por homens e mulheres que amam seu povo, sua Pátria, com compromisso nacional.

Quero que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 92/516

163.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/06/2017- 14:46
Publ.: DCD - 21/06/2017 - 184	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ABERTURA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Crítica ao Presidente da República, Michel Temer, por viagem à Federação Russa. Perda de credibilidade do Brasil no cenário internacional em face das denúncias de envolvimento de integrantes e aliados do Governo Federal com práticas de corrupção. Anseio da população brasileira pela antecipação das eleições presidenciais diretas e pela interrupção no Congresso Nacional da apreciação das propostas de reforma política, trabalhista e previdenciária. Repúdio à proposta do Ministro da Saúde, Ricardo Barros, de redução de procedimentos e unidades de atendimento em hospitais federais do Rio de Janeiro. Anúncio de realização de greve geral no País no dia 30 do corrente

mês.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu falava exatamente da vergonha que o Brasil está passando lá fora. O Presidente da República, durante uma crise política como esta, acusado de corrupção, acusado de obstrução da Justiça, com boa parte do seu Governo envolvida em denúncias, com parte da sua base em grandes dificuldades, com o ex-Presidente Nacional do PSDB sendo hoje julgado - ou pelo menos tendo a sua prisão ou não decidida pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal -, viaja e é recebido por autoridades de terceiro e quarto escalões na Rússia, o que é uma vergonha para este País, que já teve altíssimas respeitabilidade e credibilidade no mundo.

Hoje, o que nós vemos? Um governo no alvo, mas que não se esquece de colocar no alvo a tentativa de condenar, sem provas - sem nenhuma prova -, o ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Ou seja, é uma República para a qual não se dá solução.

Hoje, o que a população pede é que se devolva às suas mãos os destinos da sua Nação, do seu território, dos seus direitos e do seu País. Hoje, o que a sociedade pede é que a democracia seja reposta, que os critérios democráticos sejam repostos, que o direito de escolha seja reposto de forma antecipada, ainda em 2017; que este Parlamento tenha o mínimo de sensibilidade; que os Parlamentares tenham consciência de que a sociedade precisa, quer, demanda que os destinos sejam postos de outra maneira, que os rumos sejam seguidos de outra maneira; que paremos de votar aqui retiradas e sequestros de direitos do povo brasileiro; que paremos de tentar uma reforma política antidemocrática e restritiva; que não avancemos com a reforma trabalhista, que não avancemos com o impeditivo da aposentadoria e dos direitos previdenciários do povo brasileiro; que paremos de desnacionalizar e de doar as riquezas do povo brasileiro; que reconstruamos um projeto nacional de desenvolvimento; que recuperemos a altivez do povo brasileiro; que se faça uma reforma tributária, sim, mas progressiva; que se taxem os mais ricos, que se taxe quem tem patrimônio, quem tem riqueza; que se leve em conta o que a sociedade fala nas pesquisas; que se leve em conta os dados mundiais da economia - 1% dos mais ricos concentra 45% da riqueza mundial; a maior causa de mortes no mundo ainda é a fome; o capitalismo cada vez concentra mais, e as pessoas têm cada vez menos.

Não é possível que não tenhamos sensibilidade no Brasil, que ainda tem profundas desigualdades, e continuemos aqui a avançar com restrições em políticas públicas.

Peço licença aos partidos da Minoria para registrar o caso concreto da saúde no meu Estado do Rio de Janeiro. O Ministro da Saúde, o Sr. Ricardo Barros, tem cabeça de empresário, tem cabeça de planilha. Ele orientou o Instituto Nacional de Cardiologia, no Rio de Janeiro,



referência nacional, a reduzir em 30% os procedimentos. Ele fechou a emergência do meu hospital, o Hospital Federal de Bonsucesso; ele fechou a Cardiologia e a Emergência do Hospital Federal do Andaraí; ele fechou a Clínica Médica do Hospital Federal Cardoso Fontes. As Emergências estão sofrendo com a superlotação, Deputado Glauber Braga. A crise no Estado é brutal. Hoje as pessoas morrem por irresponsabilidade do Governo Federal e do Governo do Estado. Isso é homicídio institucionalizado, Deputado Wadih Damous.

E nós estamos fazendo o quê? Tentando encaixar as pessoas na Emenda Constitucional nº 95. Ou seja, as pessoas que morram, desde que não violem o teto constitucional da Emenda 95 do Sr. Temer - que foi votada aqui; as pessoas que fiquem sem aposentadoria, desde que sejam encaixadas no que estabelece a Emenda 95; as pessoas que fiquem sem escola, que sejam excluídas, desde que encaixadas no que estabelece a Emenda 95; que não se invista no petróleo brasileiro, desde que encaixado no que estabelece a Emenda 95. Ou seja, a vida não vale nada para este Governo nem para o Ministro da Saúde. Isso se chama cabeça de planilha, insensibilidade total. Fechar emergência por falta de médico, porque não há renovação de contratos e não há concurso é crime. Devia ser punido por crime doloso, por homicídio doloso. Estamos tomando as medidas cabíveis no Ministério Público Federal.

Este é o quadro da República brasileira: corrupção e insensibilidade. A República vira as costas para o povo brasileiro.

Nós queremos, sim, que o quadro do Senado se mantenha, de derrota deste Governo; queremos, sim, que a Câmara dos Deputados tenha o mínimo de sensibilidade; queremos, sim, evoluir e avançar em matérias que deem garantias ao povo brasileiro e não em matérias que sequestram, que retirem direitos democráticos, direitos duramente conquistados pelo povo. É assim que nós queremos evoluir, é assim que nós queremos avançar.

Hoje, dia 20, neste dia de luta, saudamos a construção da greve geral no dia 30, saudamos a todos os que estão em luta no Brasil e saudamos a todos aqueles que se somam ao povo brasileiro, não só para dizer "*Fora, Temer!*", não só pelas Diretas Já, mas também e principalmente porque nós queremos reconstruir o presente e o futuro do povo brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 93/516

163.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

20/06/2017-  
16:20

Publ.: DCD - 21/06/2017 -  
229

JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER

---

### **Sumário**

Importância da rejeição pela Comissão de Assuntos Social do Senado da Federal do parecer do Senador Ricardo Ferraço favorável à proposta de reforma trabalhista. Inexistência de votos necessários ao Governo Michel Temer para a aprovação das reformas trabalhista e previdenciária. Falta de condições políticas para a continuidade do Governo Michel Temer. Necessidade de antecipação das eleições diretas para Presidente da República.

---

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o fato é muito relevante. Na Comissão de Assuntos Sociais, do Senado, foi derrotado o relatório da reforma trabalhista. Se esse fato fosse contado como uma coisa pontual numa pauta normal do Senado Federal, até não teria a relevância que tem.

O fato é que o Governo, que foi produto de um golpe parlamentar, anunciou ao Brasil, ao sistema financeiro brasileiro, aos empresários, à banca financeira internacional que, até o fim de junho, aprovaria a reforma trabalhista e a PEC da Previdência.

Este foi o discurso que o Governo fez aos quatro cantos do País: *"Temos força no Congresso, temos base parlamentar e, por isso, nós vamos aprovar a reforma trabalhista e a PEC da Previdência"*.

Esse discurso deu ao Governo certa credibilidade, não perante a opinião pública, porque ninguém governa o Brasil com 4%, 5% de aprovação, mas sinalizou para o chamado mercado financeiro, e todo o mundo foi na onda. O que salvaria o Temer seriam as reformas trabalhista e previdenciária.

O que aconteceu hoje no Senado? Por 10 votos a 9 os Senadores desaprovaram o relatório do Senador Ferraço, e a matéria vai para a Comissão de Constituição e Justiça.

E a PEC da Previdência aqui nem sequer andou. Aliás, hoje nós estávamos numa reunião com todos os Líderes, para discutir a reforma política, na casa do Presidente Rodrigo Maia, e eu brinquei: *"Vamos votar a PEC da Previdência hoje"*. Falei como uma provocação no bom sentido, porque o Governo não tem maioria no Senado nem na Câmara para aprovar a tal PEC da Previdência.

Ora, se a reforma trabalhista está tendo essa dificuldade toda no Senado, imaginem, Sras. e Srs. Parlamentares, o que vai acontecer com a PEC da Previdência.

Qual era o sentido geral que eles deram ao País com a queda da Dilma, com o afastamento, através de um golpe, da Presidenta Dilma? *"Nós temos maioria parlamentar para fazer as reformas necessárias para o País voltar a crescer e para retomar os empregos"*. Um ano se passou! Quinze meses se passaram, Deputado Edmilson Rodrigues! E o Brasil segue ladeira abaixo.

Nunca se viu um governo tão desastrado como este. O cerimonial

trocou até o nome da Rússia por República Socialista Federativa Soviética da Rússia na hora de fazer a agenda que o Presidente cumpriria durante a visita. Este Governo não sabe o que fazer com o País, não tem projeto de Nação. Além do mais, o Governo está envolvido no maior esquema de corrupção já visto na história deste País, o que está sendo acompanhado por todos. Ou seja, o Governo prometeu o céu e está dando o purgatório, para não dizer o inferno. E não tem votos para aprovar nem a reforma trabalhista, nem a PEC da Previdência.

No Senado, fizeram bem os Senadores, um Senador do PSDB, um Senador do PMDB, aqueles que ajudaram a derrotar o relatório do Senador Ricardo Ferraço na Comissão de Assuntos Sociais. Isso vai ter um simbolismo grande.

Por que eu estou dizendo isso, Deputado Patrus Ananias? Pergunto a V.Exa., que foi um Ministro do Desenvolvimento Social tão correto no nosso Governo. O que aconteceu no Senado hoje vai nos dar combustível para que, no dia 30 de junho, na greve geral, possamos ajudar a parar este País e a dizer ao mundo que este Governo não tem mais condições de continuar governando o Brasil.

O Governo não está conseguindo aprovar nem as reformas que propôs. Por que elas não foram votadas ainda? A Liderança do Governo precisa vir aqui dizer por que não aprovaram as reformas até agora. Não aprovaram porque não têm base, não têm voto. A coisa está indo para o espaço! Como é que um governo que diz que tem maioria permite que a tal reforma trabalhista não seja aprovada na Comissão de Assuntos Sociais do Senado?

Não disseram que tinham base para fazer o que queriam? Está aí o resultado! O Brasil está sofrendo muito. A economia brasileira está derretendo. Este País não suportará chegar a 2018.

Eu escuto alguns aqui falarem o seguinte: "*Vamos votar! O Brasil está crescendo! Vai ter eleições em 2018*". Há alguns ex-Ministros aqui, o ex-Ministro da Saúde, o ex-Ministro do Desenvolvimento Social, Ministros que desempenharam papéis importantes na história do Brasil. Todos percebem que é inviável, que este País não suportará.

Nós podemos estar levando este País para a sua maior crise, não de uma década, mas de várias décadas porque esse é um governo que não sabe o que fazer com o País, não tem política consistente, nem as tais reformas ele está conseguindo aprovar.

Por que não fizeram um movimento para votar a PEC da Previdência aqui ainda? Por que não têm voto aqui dentro, por que não têm voto no Senado.

Nós vamos derrotar essa reforma trabalhista no plenário do Senado Federal. Essas reformas são as verdadeiras antirreformas do ponto de vista estrutural do País. Elas não servem, elas só têm um objetivo, que é retirar direitos e penalizar os de baixo.

É por isso que todo mundo está acordando. Não vamos deixar essas reformas serem aprovadas. Essa é a razão desse clima aqui no plenário. Parece um velório, é um velório de fim de governo. Nem a base do Governo vem ao plenário para nos ouvir e debater os rumos

do País. Parece que estão no mundo da lua, não estão percebendo o que está acontecendo no Brasil.

O Nordeste está completamente abandonado. Até a transposição do Rio São Francisco parou há 15 meses. Não há dinheiro para nada, nem para os Municípios. Não tem viabilidade econômica um País que aposta tudo numa saída pelo ajuste fiscal.

Para se ter crescimento, para se ter retomada, tem que privilegiar o investimento público. Tem que ter investimento público, tem que ter crédito para poder ter consumo, senão, não tem como gerar emprego. Como gerar emprego com esse ajuste fiscal que só retira direitos? É exatamente o caminho inverso do que está acontecendo em Portugal e na Espanha, onde forças progressistas estão retomando o crescimento da economia espanhola e da economia portuguesa. Forças políticas assumiram o comando e reorientaram a política econômica desses países.

O Governo Temer acabou. O Governo não tem mais condições políticas, nem aqui dentro. E com essa de hoje, eu estou pagando para ver mais tarde o que vai ser anunciado.

Na nossa época, até o requerimento que nós perdíamos aqui virava manchetes e mais manchetes: *"O Governo Dilma não consegue aprovar um requerimento"*.

O que vai dizer o mercado? O que vai dizer a Bolsa de Valores, em São Paulo, já que é referência para essa gente do mercado financeiro? O que vão dizer os investidores? *"Não aprovaram a reforma trabalhista."*

Este País caminha para onde? Caminha para o abismo, caminha ladeira abaixo para um processo que nós vamos pagar caro, anos e anos, por esse desastre econômico que é o Governo ilegítimo do Presidente Temer.

Aliás, Fernando Henrique Cardoso disse bem. Eu vou terminar com uma frase de FHC: *"Temer deveria ter um gesto de grandeza e convocar eleições gerais no País."*

Deveria fazer isso, porque, nessas horas de crise, há que se ter grandeza. E é um governo tão pequeno, tão miúdo que não consegue dialogar nem ter grandeza para propor nenhuma saída para o Brasil. Eu ouvi de um velho militante de esquerda do Brasil, Deputada Zenaide, que a saída para o Brasil é exatamente esta: o povo não pode esperar. Esse Governo tem que acabar. Não adianta dizer que tem maioria aqui, porque não tem. Está aqui o resultado.

O que vai acontecer com o PSDB? Está num dilema do tamanho do mundo, não sabe o que fazer, se sai, se entra ou se fica.

Triste política brasileira! Nós estamos num mundo completamente nebuloso com a insegurança do Brasil, com a insegurança da sociedade, que está percebendo que é um governo que não tem rumo, que deveria ir para casa e permitir eleições gerais neste momento, pois é o único caminho para restaurar a legitimidade e a institucionalidade democrática do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

163.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

20/06/2017-  
16:20

Publ.: DCD - 21/06/2017 -  
280

DANILO FORTE-PSB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Regozijo diante da autorização, pela Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, da contratação da empresa vencedora do pleito licitatório para realização das obras do Eixo Norte da transposição de águas do Rio São Francisco. Importância de realização da reforma política.

---

**O SR. DANILO FORTE** (PSB-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vivemos hoje um momento de alegria e de esperança no meu Estado do Ceará. Nós temos sofrido com um longo período de seca que tem maltratado muito o Estado, que depenou a atividade agropecuária, principalmente no Sertão Central e no Vale do Jaguaribe.

Diante da luta que já se faz secular e da possibilidade de concluir a transposição do São Francisco, fomos mais uma vez fazer este pleito, postergado em função do encerramento do contrato com a construtora anterior. Assim, há quase 1 ano, criou-se um vácuo entre a interrupção do contrato anterior e a realização de nova contratação.

Hoje, finalmente, num momento de lucidez por parte do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Cármen Lúcia, a quem rezo uma homenagem, compreendeu a necessidade de dar um basta ao nó jurídico que estava perdurando e autorizou a contratação da empresa vencedora do pleito licitatório.

Isso é muito importante para o Estado do Ceará, não só porque dá garantia de abastecimento hídrico para a Região Metropolitana de Fortaleza, que tinha águas depositadas apenas até a virada do próximo ano, mas também porque abre a possibilidade de, num futuro muito próximo, reaver a produção agrícola e agropecuária uma das melhores regiões do Estado do Ceará, o Vale do Jaguaribe.

Diante disso, eu acho que precisa ser feito o reconhecimento a essa luta política, a mais importante do nosso Estado, por uma alternativa à convivência com a estiagem, por uma alternativa à convivência com a inconstância chuvosa que tanto tem sacrificado e transformado a vida e os lares dos cearenses.

Neste momento, com a autorização do serviço para concluir o Eixo Norte da transposição, nós temos a expectativa de que ele seja concluído no curto período de 6 meses, já que faltam apenas 8% da obra.

Eu tive a oportunidade de visitar a obra na fronteira de Pernambuco com o Ceará. Espero que a água da transposição possa correr de forma célere e atender a multidão de brasileiros, a multidão de nordestinos, a multidão de cearenses tão ávidos, tão esperançosos. Espero que essa obra seja redentora e garanta inclusão social, crescimento econômico e credibilidade para o desenvolvimento agropecuário no nosso Estado.

Eu não tenho dúvidas de que, dessa forma, nós teremos a segurança da reposição hídrica nos reservatórios, principalmente do Orós e do Castanhão, os verdadeiros pulmões que dão subsistência ao sistema de distribuição de água do Estado, atendendo 40% da população do Ceará.

Essa é uma prova cabal de que as instituições brasileiras estão a funcionar. A pendência jurídica foi resolvida no STF, e o Poder Executivo, por meio de ação do Ministério da Integração e do Presidente da República em exercício, Rodrigo Maia, deu ordem de serviço para que obra tão importante tivesse continuidade. É assim que nós podemos dar respostas ao povo brasileiro, que está preocupado e atônito diante de tantas denúncias, de tanta perversidade no campo da política. Da mesma forma que estamos encontrando na política uma solução para a conclusão da obra de transposição do rio São Francisco, haveremos de encontrar também uma solução para os problemas que denigrem a imagem da política e dos políticos num momento tão crítico da vida nacional, aflorada por um manto que cobria todo um universo de negócios que envolviam malversação de recursos públicos.

É também a política que está nos dando a perspectiva de avançarmos naquela que é a principal reforma. Se nós queremos virar a página da mácula da política, se nós queremos ter um novo Brasil, diante de uma crise tão profunda no quadro político brasileiro, nós temos que avançar prioritariamente, no momento, na reforma política. A reforma política é necessária e é viável neste momento. Ela é capaz de fazer com que diminuam os desvios, os desmandos e as negociatas e, ao mesmo tempo, é capaz de dar transparência e compreensão para a população. A população percebeu que o instituto da reeleição é nefasto. A reeleição no Brasil foi perversa com todos nós, porque o quadro de construção, principalmente no âmbito do Poder Executivo, transformou as Prefeituras, os Governos dos Estados e a Presidência da República em balcão de negociatas políticas para garantir apoio para as reeleições.

Na questão das coligações partidárias, está exposta a forma nefasta de compra de partidos, hoje burocratizados e com o intuito único e exclusivo de aviltar ainda mais os cofres públicos e garantir uma base de sustentação para os seus negócios e empreendimentos.

Então, essa coligação também tem que ser superada de forma rápida, para que possamos ter a imposição partidária a partir da demanda, do pensamento, da ideologia de cada segmento da sociedade.

No quadro do sistema eleitoral, que hoje é criticado, precisamos de um sistema possível e de maior compreensão. Muitas vezes não é

compreendido como um Deputado ou Vereador tem uma quantidade suficiente de votos para estar na Casa não está, enquanto outros, com muito menos votos - um terço, um quarto, um quinto -, são captados por candidaturas impostas do ponto de vista midiático que os transformam em Parlamentar.

Neste momento de transição, a proposta que permeia esse quadro num primeiro momento é o chamado distritão, quando os mais votados serão reconhecidamente eleitos. A partir de 2022, quando tivermos um quadro político estável, quando o conjunto da população compreender que a mudança política veio para ficar, quando houver transparência e credibilidade no sistema político eleitoral, poderemos ir em busca da construção de um projeto distrital misto, reconhecendo as áreas geográficas de eleição e a necessidade de fortalecimento dos novos partidos que surgirão a partir da reconquista da credibilidade, da governabilidade e da agenda da qual o Brasil precisa.

Precisamos de uma agenda para a política, precisamos de uma agenda para a economia e precisamos resgatar a dignidade e o reconhecimento do Congresso Nacional.

---

Documento 95/516

---

165.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	21/06/2017-14:54
Publ.: DCD - 22/06/2017 - 32	ROBERTO DE LUCENA-PV -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### *Sumário*

Responsabilidade do Parlamento Nacional pela realização de ampla reforma político-partidária no País.

---

**O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV-SP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos neste momento o compromisso com a sociedade, o compromisso com o Brasil, de enfrentar a agenda da reforma política. Fazemos isso no momento em que a sociedade, no momento em que o Brasil e o mundo estão experimentando um processo acelerado de transformação. Isso faz com que a sociedade se sinta distanciada do atual modelo de representação política, não apenas no Brasil, mas também no mundo. Observamos isso, por exemplo, nos resultados das recentes eleições na França, país de democracia já absolutamente amadurecida. Lá, recentemente, mais de 60% dos eleitores se abstiveram nas últimas eleições para o Poder Legislativo. Esse fenômeno não é exclusivo da França. Nós o identificamos na América,

nós o identificamos aqui no País. E a tendência é de que aqui vejamos, inclusive nas próximas eleições, a não ser que haja uma correção radical de curso e de rumo, a ampliação dessa tendência.

É necessário, Sr. Presidente, que, com muita responsabilidade, compreendamos que, enquanto não reformarmos a questão política, enquanto não discutirmos profundamente o sistema, enquanto não discutirmos profundamente o modelo político, vai continuar havendo esse distanciamento da sociedade.

É importante que nós incluamos nessa agenda, se é que vamos levar a sério a pauta da reforma política, a reforma dos próprios partidos em si. De nada adianta mudarmos o modelo, de nada adianta estabelecermos ou impormos novas regras, aprovarmos novas regras, se em princípio não trabalhamos para que os próprios partidos exerçam o poder de representatividade social. E aí não importa o número de partidos. Eu não vejo nisso a grande questão. Entendo que a sociedade tem o direito de se organizar em quantos partidos entender necessários. No entanto, que tenhamos transparência, que tenhamos dispositivos para que haja fiscalização e prestação de contas em relação aos recursos partidários, que são recursos públicos, que são recursos de todos nós. Muitas vezes, a utilização de parte desses recursos não é devidamente explicada, não há prestação de contas minuciosa, detalhada.

Uma vez que os partidos se oferecem para ser esse ambiente de representação social, eles devem entender que a sociedade espera que essa transparência, que essa reforma comece a partir deles próprios, a partir de reforma na questão da democracia interna, com a possibilidade de participação direta dos filiados na indicação das suas chapas e na eleição da sua direção, a partir da transparência na prestação de contas. Dessa forma, aí sim, a partir dessa democratização, a partir desse "refundamento" dos partidos, a partir da reorganização do movimento das organizações partidárias, nós poderemos avançar na reforma política.

Nós temos temas urgentes, necessários, em relação aos quais a sociedade certamente tem grande expectativa. A sociedade brasileira espera que esta Casa, que o Parlamento Nacional faça as reformas e apresente as alternativas e os rumos deste novo Brasil que ela merece, que esta geração que está ascendendo aos postos de liderança e que está discutindo o País merece.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe o Brasil.



Publ.: DCD - 28/06/2017  
- 250

MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE  
BANCADA  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada para votação do requerimento de retirada de pauta das emendas do Senado Federal à Medida Provisória nº 759, de 2016, sobre a regularização fundiária rural e urbana.

---

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Ora, o Presidente passou a Presidência para o Deputado Fabinho. Que pena! Não que eu não goste do Deputado Fabinho, não! Eu gosto do Deputado Fabinho, mas eu queria reiterar ao Presidente Rodrigo Maia que se dirija ao plenário e diga como foi a reunião na casa do Senador Eunício Oliveira sobre as reformas política e eleitoral. Aqui, há um conjunto de Deputados que já se dedicou a trabalhar por diversas emendas, diversos projetos, e esses Deputados merecem a informação do que está se passando. Foram constituídas três Comissões Especiais para examinar a reforma eleitoral. O prazo está acabando, e o Senado só legisla sobre a eleição de Deputado. Se todos quiserem ficar quietos, muito bem. Mas eu penso que não é esse o caso.  
Nós vamos ficar em obstrução nessa medida, Presidente.

---

Documento 97/516

---

174.3.55.O

Sessão Não Deliberativa de Debates -  
CD

29/06/2017-  
16:54

Publ.: DCD - 30/06/2017 -  
69

CHICO ALENCAR-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Apresentação de requerimentos de informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha, e ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, sobre a realização de encontro para debate da reforma política.

---

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Enquanto o novo orador se dirige à tribuna, quero apenas registrar que estou dando entrada em requerimento de informações

aos Ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco para que elucidem o encontro, em tese, para discutir reforma política, fora da agenda, à noite, essa prática já tremendamente contestada do encontro, na calada da noite, entre Michel Temer e seu possível julgador, Ministro Gilmar Mendes.

Isso precisa ser elucidado. A luz do sol é o melhor desinfetante.

---

Documento 98/516

---

176.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	04/07/2017-17:24
Publ.: DCD - 05/07/2017 - 165		WELITON PRADO-PMB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada para votação do requerimento de quebra de interstício para a votação nominal do requerimento de votação artigo por artigo da Medida Provisória nº 770, de 2017, sobre a prorrogação do prazo de utilização do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE.

---

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB tem um posicionamento claro: nós defendemos uma Constituinte exclusiva para fazer a reforma política e eleições diretas. Já defendíamos isso há mais de 1 ano e continuamos com o mesmo posicionamento.

É legítimo o posicionamento em relação à obstrução, mas, quanto a esta matéria, nós vamos votar "não". Somos totalmente favoráveis à aprovação desta MP, que favorece a produção audiovisual, o cinema, que valoriza a cultura, setor tão importante para o País.

O PMB vota "não" e deixa a crítica. A obstrução política é totalmente compreensível neste momento. A população brasileira tem uma rejeição muito grande ao Governo Temer e clama por novas eleições, mas eleições diretas. Isso é o que o PMB defende. Nós somos totalmente contra as reformas e a favor de novas eleições.

---

Documento 99/516

---

177.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária -	04/07/2017-
------------	--------------------------------------	-------------

Publ.: DCD - 05/07/2017 -  
237

WELITON PRADO-PMB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do PMB favorável à convocação de Assembleia Constituinte exclusiva para realização de reforma política. Orientação de bancada.

---

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB tem um posicionamento claro. Somos totalmente favoráveis a uma Constituinte exclusiva para fazer a reforma política. Quem fizer parte dela não poderá ser candidato na eleição subsequente, para não advogar em interesse próprio. Defendemos eleições diretas para todos os cargos e somos totalmente contrários à reforma trabalhista e à reforma da Previdência. Isso é uma maldade com os trabalhadores, com os mais pobres.

O Governo pode taxar as grandes fortunas, cobrar impostos dos bancos, combater a sonegação, combater as irregularidades e não jogar todos os problemas do País nas costas dos trabalhadores, dos servidores públicos e das pessoas mais pobres.

Em relação a esta matéria, nós vamos votar "não", porque é uma matéria importante para a cultura, para o audiovisual, para o fomento à cultura. Esta é uma MP que já foi bastante debatida.

Neste momento, nós vamos votar "não".

---

Documento 100/516

---

176.3.55.O

Sessão Deliberativa Ordinária -  
CD

04/07/2017-14:56

Publ.: DCD - 05/07/2017 -  
61

CABO SABINO-PR -CE

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO  
EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Razões do posicionamento do orador contrário à implantação no País do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. CABO SABINO** (PR-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Câmara, aqueles que nos acompanham também pelo portal desta

Casa e pela nossa FM, nós estamos vivendo, nos corredores desta Casa, o apanhamento de várias assinaturas para aquilo o que chamam de reforma política.

Ora, em 2015, quando cheguei a esta Casa, já passamos por uma reforma política. Agora, às vésperas de um novo pleito, fala-se novamente em uma reforma política. A verdade é que não haverá reforma política, mas uma maquiagem naquilo que chamam de reforma política.

Por que eu digo isso? Porque talvez 80% dos Deputados nesta Casa sejam a favor do que se chama distritão. E aí o cidadão brasileiro que me escuta vai dizer: *"Mas está certo. Têm que ser realmente eleitos aqueles que são os mais bem votados"*. É isso o que estão dizendo, mas não é isso o que vai acontecer na prática.

O distritão, como estão dizendo, é apenas uma desculpa para se criar um fundo eleitoral de 3 bilhões e 500 milhões de reais para financiar campanhas eleitorais com o dinheiro do povo. Mas falta dinheiro para a saúde, falta dinheiro para a educação. Há 15 dias, não havia dinheiro sequer para se emitir o passaporte de um brasileiro que precisava viajar, porque não tinham papel para confeccionar o passaporte. Se formos andar em qualquer corredor de qualquer hospital no País será preciso passar de lado, uma vez que os corredores estão cheios de macas, porque não há leitos. Nós não temos segurança pública de qualidade, porque falta dinheiro. O Bolsa Família não foi reajustado, porque falta dinheiro. Mas vai haver 3 bilhões e 500 milhões para financiar campanhas eleitorais.

O distritão vai fazer com que 90% dos políticos que estão nesta Casa retornem, porque quem vai receber esse dinheiro vão ser exatamente aqueles a quem os dirigentes de partidos vão dar legenda.

Ora, se eu não preciso mais fazer chapa, por que os dirigentes partidários vão gastar dinheiro com aquele candidato que não tem condição de ser eleito? Eles vão selecionar já na campanha, vão colocar agora dois, três, no máximo quatro candidatos, se o quarto tiver condição de concorrer realmente e com chances de ganhar as eleições. É uma lista fechada disfarçada.

Vou dar um exemplo mais claro. No meu Estado, o Ceará, quando eu fui candidato - e eu posso dizer que fui o 12º mais bem votado entre 22 -, não havia problema nenhum para mim, eu era desconhecido, ninguém sabia quem era o Deputado Federal Cabo Sabino. Naquela época, na coligação da qual fiz parte, havia seis Deputados Federais de mandato. Qual seria o partido, na sua sã consciência, que deixaria de dar, por exemplo, legenda ao ex-Senador Mauro Benevides e iria dar ao Cabo Sabino, um desconhecido? Qual seria o partido, na sua sã consciência, que deixaria de dar legenda ao Deputado Federal Mario Feitoza, um empresário bem sucedido e com mandato, para dar legenda ao Cabo Sabino, um demitido da Polícia, que não tinha nenhuma trajetória política?

Com o distritão vão selecionar já na campanha, com o distritão pessoas simples e humildes do povo não vão poder sequer ter o direito de concorrer a um pleito eleitoral. Com o distritão o cidadão trabalhador

não vai ter o direito sequer de dizer que é candidato. O trabalhador vai pagar imposto para se criar um fundo de 3 bilhões e 500 milhões, mas jamais vai poder ter o direito de receber qualquer coisa disso para financiar a sua campanha, porque os partidos não vão deixar. Os partidos só vão colocar para participar aqueles que tenham condição realmente de vencer. É um jogo de cartas marcadas. O cidadão não pode deixar acontecer isso.

Eu estou denunciando hoje aqui: se não fizerem nada, vamos ver o que vai acontecer em 2018. E mais: só querem o distritão para este mandato de 2018. Por quê? Para que aqueles que estão na Lava-Jato voltem? É isso que nós queremos? É uma vergonha.

---

Documento 101/516

---

180.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/07/2017- 19:06
Publ.: DCD - 06/07/2017 - 276		DIEGO GARCIA-PHS -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

- Registro de voto. Solicitação à Presidência de registro do voto dos Deputados Orlando Silva, Luis Tibé, Junior Marreca, Chico Alencar, Arnaldo Jordy, Luzia Ferreira, Leandre, João Derly e Shéridan.

---

### **O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.)**

- Sr. Presidente, quero fazer o registro de que votei com o partido na última votação. Eu e os Deputados Orlando Silva, Luis Tibé, Junior Marreca, Chico Alencar, Arnaldo Jordy, Luzia Ferreira, Leandre, João Derly e Shéridan viemos correndo para a última votação, mas não chegamos em tempo, pois a Mesa já havia encerrado o processo de votação. Estávamos todos reunidos, discutindo sobre a reforma política aqui já mencionada pela Deputada Shéridan.

Então, eu queria pedir a V.Exa. que fosse computado o nosso voto na última votação.

Obrigado.

---

Documento 102/516

---

180.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/07/2017- 19:06
------------	--	----------------------

Publ.: DCD - 06/07/2017 -  
276

SHÉRIDAN-PSDB -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Alerta aos Deputados sobre a importância de acompanhamento da tramitação das propostas relativas à reforma política na Casa.

---

#### **A SRA. SHÉRIDAN** (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a importância de os nossos colegas Parlamentares atentarem à pauta da reforma política que tramita nas Comissões desta Casa. É muito importante, neste momento em que nós vivemos, o nosso olhar respeitoso e atento à proposta que tramitam nas Comissões e discutem pautas emergenciais e prioritárias ao País.

A reforma política é a mãe de todas as reformas, e esta Câmara dos Deputados deve olhar para ela com a devida responsabilidade. Cada um aqui deve acompanhar a orientação do seu partido, observando o que é válido, o que é importante. Há, neste Congresso, um entendimento de que é necessário dar urgência a essa pauta. E é curtíssimo o tempo para votarmos e aprovarmos a reforma política aqui na Câmara dos Deputados, uma vez que já estamos avançando para o segundo semestre.

Obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 103/516

---

189.3.55.O

Sessão Deliberativa Ordinária - CD 11/07/2017-15:22

Publ.: DCD - 12/07/2017 - 67

ZÉ GERALDO-PT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Pedido de instalação de agência da Caixa Econômica Federal no Município de Soure, na região da Ilha do Marajó, Estado do Pará. Defesa de antecipação das eleições gerais brasileiras. Defesa de realização da reforma política.

---

#### **O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui dar como lida uma reivindicação que faço à Caixa Econômica Federal para que se instale no Município de Soure, região do Marajó, no Estado do Pará.

Aquele povo e o povo de Santa Cruz do Arari, de Cachoeira do Arari e

de Salvaterra, aproximadamente 80 mil pessoas, juntando os quatro Municípios, não têm acesso a uma agência da Caixa Econômica. Isso é um absurdo!

Ainda no Governo da Presidenta Dilma, nós estávamos discutindo os avanços relacionados à presença da Caixa Econômica Federal nesses Municípios da Região Norte do Brasil, em especial no Estado do Pará. Estávamos avançando, mas houve um retrocesso, um golpe. Eu sei que estou aqui fazendo uma reivindicação à qual, quando chegar à Caixa Econômica, será dito que ela está em restrição de gastos e que há necessidade de avaliação para o próximo ano.

De qualquer forma, nós estamos reivindicando. A Caixa Econômica Federal precisa manter uma presença maior nas cidades do Norte do Brasil, e aqui eu ressalto, mais uma vez, o Município de Soure e a região do Marajó.

Quero dizer também que a responsabilidade de enfrentar essa crise econômica e política neste País agora é daqueles partidos e daqueles Parlamentares que destituíram a Presidenta Dilma e que contribuíram com o golpe. Não adianta passar para a sociedade uma ideia de que, ao tirar o Temer e deixar o Rodrigo Maia, nós vamos melhorar as coisas no Brasil. Não vão melhorar. O que nós precisamos é de uma antecipação das eleições. Nós precisamos fazer eleição direta e eleição geral, votar uma reforma política para que possamos ter novos marcos regulatórios, para que aqui não haja Parlamentares que venham para cá com as cadeiras compradas por muito dinheiro. Aí, sim, nós vamos ter legitimidade.

Se a OAB nacional e se a própria Rede Globo encampar a bandeira de antecipação das eleições, é até possível que se crie clima neste País. A maior parte do povo brasileiro não vai às ruas porque sabe que, tirando Temer e assumindo Rodrigo Maia, as coisas vão continuar do jeito que estão.

Então, não nos resta outra alternativa a não ser defender antecipação das eleições e eleição geral neste País.

Era isso, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos aqueles que nos acompanham pelos veículos de comunicação da Casa, venho à tribuna hoje para reivindicar do Governo uma importantíssima questão: a instalação de uma Agência da Caixa Econômica Federal no Município de Soure, localizado no arquipélago do Marajó, no meu Estado do Pará.

A cidade de Soure pertence à Mesorregião do Marajó. Tem limite ao norte com o Oceano Atlântico; a leste com a Baía de Marajó; ao sul com Salvaterra; e a oeste com Cachoeira do Arará e Chaves, segundos

dados da SEPLAN. O Município tem extensão territorial de 3.513 quilômetros quadrados e possuía uma população de 23.001 habitantes no último Censo de 2010. Já a população de 2016 está estimada pelo IBGE em 24.488 pessoas. Isso coloca a cidade na posição 94 dentre 144 do Pará. Em comparação com outros Municípios do País, fica na posição 1.415 dentre 5.570. Sua densidade demográfica é de 6,54 habitantes por quilômetro quadrado.

Em 2015, o salário médio mensal era de 1,8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 5.6%. Na comparação com os outros Municípios do Estado, ocupava a posição 88 de 144. Já na comparação com cidades do País todo, ficava na posição 3.020 de 5.570.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 50,2% da população nessas condições, o que o colocava na posição 73 de 144, dentre as cidades do Estado, e na posição 1.358 de 5.570, dentre as cidades do Brasil.

É importante dizer que a implantação dessa agência em Soure atenderia aos Municípios de Salvaterra, que possui população estimada, em 2016, de 22.740 pessoas; Cachoeira do Arari, com 22.786 pessoas; e Santa Cruz do Arari, com 9.635 pessoas, conforme fonte do IBGE. Vale observar que de Salvaterra à Soure leva-se 40 minutos; de Cachoeira do Arari até Soure são 2 horas; e de Santa Cruz do Arari ao Município de Soure, 6 horas.

Entretanto, ontem, dia 10, apesar de toda a constatada necessidade, recebemos a informação da Assessoria Parlamentar da Caixa Econômica Federal, em Brasília, de que lamentavelmente não há previsão de instalação de agência da Caixa no Município de Soure. Sras. e Srs. Deputados, sigo firme reforçando que a localidade muito necessita e merece essa agência da Caixa Econômica Federal, para que se possa interromper o sofrimento de mulheres e homens que estão na busca de seus benefícios e que devem ser atendidos.

Estou comprometido com essa luta e trabalhando para que os serviços de Estado cheguem até a base, para que o maior número de pessoas da população que mais necessita consiga acessar seus devidos direitos. Venho lutando pela implantação de agências da CEF, dos Correios e do INSS, inclusive direcionando emendas individuais para tal finalidade, em Municípios paraenses.

Por isso, permaneço chamando a atenção para a importância de se estabelecer uma agência da Caixa Econômica Federal em Soure, no Marajó, Estado do Pará.

Quero dizer que, lamentavelmente, as enormes dificuldades amazônicas não estão sendo levadas em consideração por diversas esferas de poder. No meu Estado do Pará a situação está a cada dia mais degradante: a violência está crescente, há conflitos agrários, desemprego e retrocessos que pesam sobre as costas das trabalhadoras e dos trabalhadores, de jovens e de idosos. Essa triste realidade requer mudança urgente.

Para finalizar, é fundamental lembrarmos que nos períodos dos Governos Lula e Dilma foram implantadas várias agências, e havia um



calendário para dar prosseguimento a instalação de agências no Pará. Infelizmente, com a lei de limite de gastos, do Governo Temer, aprovada no Congresso Nacional, haverá muito retrocesso. Consideramos que a região do Marajó é uma das regiões mais carentes do Brasil. Por isso, seguiremos atuando firmemente para que se estabeleça uma agência em Soure, que poderá atender a outros Municípios e melhorar a condição de vida da população do Marajó.

---

Documento 104/516

---

189.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD 11/07/2017-15:52
Publ.: DCD - 12/07/2017 - 77	PADRE JOÃO-PT -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solidariedade às populações dos Municípios de Santa Margarida, Sericita, Jequeri, Abre Campo, Matipó, Manhuaçu, Urucânia, Piedade, Santo Antônio do Grama, no Estado de Minas Gerais, diante do quadro de violência na região. Articulação entre o PSDB e o PMDB com vista à assunção da Presidência da República pelo Deputado Rodrigo Maia. Defesa da realização de ampla reforma política. Resultados do congelamento de gastos públicos. Posicionamento contrário à realização da reforma previdenciária. Defesa do afastamento do Presidente Michel Temer e da ocorrência de eleições diretas e gerais.

---

**O SR. PADRE JOÃO** (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, também expresse a minha solidariedade ao pessoal de Santa Margarida, de Sericita, Jequeri, Abre Campo, Matipó, Manhuaçu, Urucânia, Piedade, Santo Antônio do Grama. Na verdade, é a Zona da Mata, onde há roubo de cavalos, de gado, muita violência. O problema é que há drogas também por trás disso. O tráfico dominou até as comunidades rurais, e as pessoas fazem de tudo para acertar com o tráfico, porque a vida delas também está em jogo. Mas eu venho aqui, Presidente, mais uma vez, alertar o povo brasileiro ainda em relação aos desdobramentos do golpe. Muitos estão felizes: "*Opa, que bom que Temer vai cair! Vai cair!*" Mas isso não resolve. Os remendos são cada vez piores. Assumirá então o Presidente Rodrigo Maia, que, percebemos, está articulando com o PSDB, com o PMDB, para ir até o fim do ano que vem. Mas a quadrilha que está instalada no Governo é a mesma. A política do entreguismo é a mesma, ou será até pior, porque, com o Deputado Rodrigo Maia, vai haver o apoio da grande mídia, dos blocos

econômicos, sejam os ligados à mineração, sejam os ligados ao agrotóxico, ao veneno precisamente, sejam os ligados aos grandes laboratórios.

O problema maior da democracia no Brasil é a negação do partido político, a criminalização da política. Por isso, uma reforma política ampla é a salvação da nossa própria democracia.

Devolver esse poder para o povo é a ação mais acertada. Eleições diretas e mesmo gerais são necessárias, para possibilitar ao povo fazer a renovação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Povo brasileiro, o Brasil está sendo entregue! Após o golpe, o primeiro projeto entregue foi o pré-sal. Em seguida, houve o congelamento por 20 anos dos gastos públicos em saúde, assistência e educação. Vocês, cidadãos, já estão sentindo na carne os desdobramentos, as consequências desse congelamento. Depois, houve a terceirização. Nesta Casa, já aprovaram a reforma trabalhista. Agora querem, com um novo fôlego, com ar de um novo Governo, com o Deputado Rodrigo Maia, viabilizar a reforma da Previdência, que já estava sepultada, enterrada. Tentam argumentar que ela é necessária. Ela não é necessária.

Necessário é revermos a Desvinculação de Receitas da União - DRU, é criarmos mecanismos contra quem deve à Previdência, como JBS e bancos. É necessário que eles paguem a sua dívida. Nós não podemos colocar nas costas dos trabalhadores um custo tão alto.

Então, eu deixo registrado aqui o nosso apelo aos colegas Deputados. Este é o momento de se redimir. Derrubar Temer, sim, mas também votar pelas diretas já!

Sr. Presidente, eu solicito que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - O pedido de V.Exa. será atendido.

---

Documento 105/516

---

197.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD 01/08/2017-16:18
Publ.: DCD - 02/08/2017 - 76	CELSO MALDANER-PMDB -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solidariedade ao movimento grevista de caminhoneiros contra o reajuste nos preços de combustíveis. Imediata votação pela Casa da proposta de estabelecimento do piso salarial do serviço público. Defesa de realização das reformas política, tributária e previdenciária.

---

**O SR. CELSO MALDANER** (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, eu quero fazer quórum com o nosso colega Pompeo de Mattos.

Deputado Pompeo de Mattos, eu concordo com as suas colocações, pois eu sou muito ligado a esse setor tão importante, que transporta a riqueza deste País. Eu acredito que a área econômica, com a decisão de incluir o PIS/COFINS nos combustíveis, aumentando os preços, vai retardar a retomada da economia.

O Governo tomou essa decisão para aumentar em 10 bilhões a arrecadação neste ano e ficar dentro do déficit de 139 bilhões reais. Infelizmente esta é a realidade. Mas quero ser solidário aos caminhoneiros. Não concordei com essa decisão. Havia outras maneiras de enxugar o Orçamento, como, por exemplo, o gasto de 800 milhões de reais em 2016 com auxílio-moradia. Isso é uma vergonha aqui no Brasil: auxílio-moradia para quem tem casa para morar. Nos órgãos, nos Poderes constituídos aqui no País, no Congresso Nacional, falta coragem para tomar as decisões que devem ser tomadas. Inclusive o Governo já incluiu no Orçamento de 2018 pagar para os magnatas, os marajás auxílio para os filhos estudarem, penduricalhos esses que estão inviabilizando este País.

A Câmara dos Deputados tem que votar o teto salarial, que é de 33 mil e 700 reais. A matéria está aqui na Casa!

Rodrigo Maia, por favor, reúne os Líderes e vamos votar matéria que trata do teto salarial para acabar com esses salários de 46 mil reais a 160 mil reais no Poder Judiciário. Um vírgula três por cento do PIB no Brasil diz respeito ao custo do Poder Judiciário. Nos Estados Unidos, na Espanha, no Reino Unido não passa de 0,15%. Não há parâmetro no mundo para o Brasil.

O setor produtivo não aguenta mais. Temos que fazer as reformas e mexer nessa máquina pública, nos Poderes constituídos - Legislativo, Judiciário, Ministério Público. Temos que moralizar este País.

Temos que ter coragem de tomar as decisões necessárias. O setor produtivo não aguenta mais aumentar impostos, tendo já uma carga tributária tão elevada.

Como disse, não há parâmetro no mundo para o Brasil. Por isso nós temos que fazer o dever de casa: a reforma política, a reforma tributária e a reforma previdenciária. Um milhão de privilegiados custam mais do que 34 milhões do Regime Geral da Previdência.

Temos que entregar um Brasil melhor em 2019 para o próximo Presidente eleito. Mas o Congresso tem que ter coragem e fazer as mudanças que são necessárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Agradeço ao Deputado Celso Maldaner.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, infelizmente sobrou para os

contribuintes o aumento de impostos. A máquina pública mantém os privilégios intactos. A inflação passou de 3,1% para 3,5%. O aumento de impostos retarda a retomada da recuperação econômica.

Grupos privilegiados defendem suas regalias: ajustes salariais acima da inflação, remunerações que ultrapassam 100 mil reais ao mês, auxílio-moradia para quem já possui casa própria e não necessita de deslocamento entre Estados ou cidades, pagamento de escolas para os filhos de diversos servidores, aluguéis caríssimos em bairros nobres e também pagamentos de diárias.

O Governo conseguiria economizar 8 bilhões por ano, se cortasse o aumento de despesas com passagens aéreas, contratações e demais regalias. Temos que acabar de uma vez por todas com os "penduricalhos" que triplicam o teto de gastos.

Precisamos com urgência votar o teto salarial, que hoje é de 33 mil e 700 reais. A Previdência dos funcionários civis e militares da União atende 980 mil pessoas, em comparação a 32,7 milhões do sistema dos trabalhadores do setor privado. Isso é injusto. Contudo, o regime da União tem um déficit que equivale à metade do buraco do regime da iniciativa privada. A diferença decorre da herança de benefícios dos servidores.

Temos um estoque de aposentados ultraprivilegiados no setor público. A despesa com a Justiça brasileira chega a 1,3% do Produto Interno Bruto, enquanto na Espanha, nos Estados Unidos e no Reino Unido o valor não ultrapassa 0,15%. No Brasil, um juiz ganha em média 46 mil reais por mês e, em alguns casos, chega a ganhar 160 mil reais por mês. Nós Deputados ganhamos 33 mil e 763 reais. Enfim, toda a estrutura para manter a máquina pública é caríssima.

A injustiça no Brasil é que, quando vêm às crises, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário não participam das reformas e dos cortes de gastos. Nos Estados Unidos não há aumento de salário para deputado desde 2009. Poderíamos pegar isso como exemplo para todos os três Poderes aqui no Brasil. O Congresso não ajuda o Governo na arrecadação, as renúncias tributárias neste ano de 2017 correspondem a 4,5% do PIB.

O empresariado quer manter as regalias no BNDES, adquirindo empréstimos com juros subsidiados pelo Governo, não interessando se isso vai gerar desequilíbrio nas contas públicas. Até 2019 ocorrerão gastos extras de 64 bilhões com reajustes nos três Poderes. No Congresso o corporativismo tem força máxima e mantém no Orçamento de 2018 o auxílio-alimentação e o pagamento de escolas com valores exorbitantes aos funcionários do Judiciário, do Legislativo, do Executivo, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública, e os valores poderão ser reajustados de acordo com a inflação no próximo ano.

Em 2016, órgãos dos três Poderes gastaram em conjunto 800 milhões de reais com auxílio-moradia. Em 2017 foram 10% a mais: o Ministério das Relações Exteriores gastou 288 mil reais e a Justiça do Trabalho, 188 mil reais.

Vivemos um cenário de insatisfação e incertezas. É preciso resgatar a

esperança dos brasileiros! Chega de enganação! Precisamos cortar gastos de todos os lados!  
Obrigado.

---

Documento 106/516

---

200.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	03/08/2017-09:50
Publ.: DCD - 04/08/2017 - 34		JOSÉ NUNES-PSD -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Decisão da Câmara dos Deputados de não autorização ao Supremo Tribunal Federal de processamento de denúncia contra o Presidente Michel Temer. Urgente realização da reforma política. Apoio ao financiamento público de campanhas eleitorais.

---

**O SR. JOSÉ NUNES** (PSD-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ontem terminamos mais uma novela que levou 60 dias de discussão nesta Casa, a discussão e votação do pedido de autorização para prosseguimento da investigação contra o Presidente Temer. Venceu o Presidente, contra a vontade da grande maioria do povo brasileiro - 81% dos brasileiros queriam realmente a investigação. Infelizmente esta Casa optou por cessar a investigação, contrariando o povo brasileiro. Agora, Sr. Presidente, deveremos encarar com seriedade e agilidade uma das reformas mais importantes que tramita nesta Casa, a reforma política. Temos apenas 60 dias para aprová-la na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em dois turnos, para que ela possa vigorar na eleição do próximo ano. Infelizmente, as reformas políticas no Brasil não são priorizadas e, certamente, são feitas a toque de caixa. Já se vem discutindo sobre a proposta atual há mais de 1 ano e, faltando pouco mais de 60 dias para a data-limite de sua aprovação, a fim de que possa vigorar no ano que vem, ela ainda não está no plenário para sua primeira votação. Esperamos que na próxima semana seja priorizada a votação da reforma política, porque, de outra forma, não teremos reforma alguma. Sabemos perfeitamente que no ano passado se avançou no voto em lista. Talvez esse fosse o melhor voto para o fortalecimento dos

partidos, embora a nossa tradição não seja votar em partido, e, sim, votar no cidadão. Mas já que não se põe em votação a proposta do voto em lista, vamos pelo menos colocar em votação o distritão. E, se não pudermos votar o distritão, vamos nos concentrar no financiamento público de campanhas, já que não há mais financiamento privado, porque a sociedade não aguenta mais ver empresas financiando candidatos, porque aqueles que dão certamente vão querer de volta o troco, de forma que a única alternativa que nos resta é realmente o financiamento público, com os recursos sendo administrados com responsabilidade, para que amanhã ou depois não paire dúvida sobre a utilização deles, fazendo com que haja aqui um problema mais sério, que é investigar a aplicação dos recursos públicos em campanhas. Sr. Presidente, gostaria de deixar aqui registrada a nossa vontade de votar a reforma política urgentemente.

Peço que este pronunciamento seja veiculado em todos os programas de divulgação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu que agradeço, Deputado José Nunes.

---

Documento 107/516

---

202.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	03/08/2017- 14:21
Publ.: DCD - 04/08/2017 - 105		ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Frustração do orador com a não autorização da Casa para processamento de denúncia contra o Presidente Michel Temer. Desencanto do orador com a atividade política. Expectativa de realização da reforma do sistema político-eleitoral brasileiro. Defesa de antecipação das eleições presidenciais.

---

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Estou sempre presente, Sr. Presidente, mesmo depois da frustração por que passei ontem à noite, quando o povo brasileiro queria uma decisão diferente da que foi dada pelos Parlamentares desta Casa. Eu, conhecendo o perfil da maior parte dos Deputados aqui, já imaginava que a maioria deles não iria autorizar a Justiça do Brasil a investigar o Presidente Michel Temer.

Na verdade, é muito frustrante participar da política brasileira. A maioria

do povo deve estar xingando os Deputados que votaram a favor do Temer. E faço questão de registrar que todos os Parlamentares da bancada do Partido dos Trabalhadores estavam presentes e votaram pela investigação.

Não adianta os eleitores falarem mal dos políticos de Brasília, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, se na hora das eleições votarem em pessoas que não estão comprometidas com nenhum projeto.

Em 2018, pode ser que o eleitor não vote em determinado Deputado, mas acabará votando em outro que vai chegar aqui e continuar com as mesmas práticas, embora eu acredite que vamos escolher melhor os Parlamentares que vão representar o povo brasileiro na próxima Legislatura.

Espero que nos próximos 60 dias nós façamos uma reforma política, para que nós tenhamos novos marcos regulatórios, de modo que Deputados não cheguem aqui com a cadeira comprada, como vem acontecendo. O cidadão gasta 8, 9, 10, 12, 15 milhões de reais para comprar uma cadeira de Deputado Federal nesta Casa. Então, quando ele chega aqui, não está comprometido com o eleitor, não precisa prestar contas perante o eleitor, porque ele já comprou a eleição.

E muitos estão se mexendo, se virando para usar as mesmas práticas, porque a Justiça brasileira é lenta. Ontem mesmo um Deputado subiu à tribuna e falou as maiores asneiras nesta Casa. Esse Deputado não devia estar aqui, porque foi cassado no Pará, com atraso da Justiça. Aliás, eu não sei como é que a Justiça Eleitoral aprovou as contas desse Parlamentar, ainda que com ressalvas. Não devia ter aprovado! O Deputado recorre, apresenta um recurso e passa 4, 5 ou 6 meses - até 1 ano! - se beneficiando da estrutura da Câmara dos Deputados, provocando esse fiasco todo, envergonhado o Brasil, inclusive os eleitores do Pará, com um comportamento que não é normal para alguém que é uma autoridade e precisa ter responsabilidade nesta Casa.

Portanto, esta frustração, este movimento em marcha ré, esta quebradeira que está havendo no Brasil é fruto exatamente de uma elite política que não sabe perder. Eles perderam - a verdade é esta - quatro eleições. Aí, o PSDB do Sr. Aécio Neves, o DEM e o PPS não se conformaram e colocaram aqui o Eduardo Cunha, que foi quem conduziu o golpe, comprou a sua eleição, comprou Deputados na campanha.

E nós estamos vendo agora o Presidente Michel Temer tendo que fazer todo tipo de barganha. Este Governo não tem como dar certo! Como vai dar certo? Vá ao Estado do Pará ver se há alguma coisa funcionando! As obras da Rodovia Cuiabá-Santarém estão paradas: as máquinas estão todas paradas na rodovia - diz-se que não há dinheiro -, os buracos continuam lá. Onde deveriam construir 200 quilômetros de estrada, vão construir 20 quilômetros. Diziam que o Exército iria entrar na BR-163...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Hildo Rocha) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. ZÉ GERALDO** - E eu já sei que esse tipo de governo não dá certo. Serão prejudicados os programas sociais, as universidades. Então, nós precisamos trilhar o caminho correto neste País, que é o das eleições diretas, porque o Michel Temer não é um Presidente eleito pelo povo.

Era isso, Sr. Presidente. Peço que a minha fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Hildo Rocha) - Determino que seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa, especialmente no programa *A Voz do Brasil*, o pronunciamento do Deputado Zé Geraldo.

---

Documento 108/516

---

207.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	09/08/2017- 17:32
Publ.: DCD - 10/08/2017 - 125		LUIZ SÉRGIO-PT -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Distanciamento entre decisões tomadas pela Câmara dos Deputados e aspirações populares. Razões da rejeição da sociedade ao Parlamento brasileiro.

---

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é cada vez maior o fosso que separa a realidade do nosso povo das decisões tomadas nesta Casa, é cada vez maior a rejeição da população ao Parlamento brasileiro. O Parlamento cassou uma mulher honesta, que não cometeu crime algum. Depois, teve a cara de pau de votar para que não se desse andamento ao processo de um Presidente pego com as impressões digitais no crime. A população não compreende isso. É neste momento de incompreensão que esta Casa está discutindo a chamada reforma política, que de reforma não tem nada. Primeiro, fala-se na implementação do parlamentarismo, que seria a continuidade do golpe. Para quem está nos acompanhando, o parlamentarismo consistiria em pegar aqueles Deputados que aqui votaram "não" - que se constitui numa maioria de mais de 257 Parlamentares - ao prosseguimento da denúncia contra o Presidente e dar a eles o direito de indicar o Primeiro-Ministro, ou seja, o Chefe do Governo. Fala-se também em se criar o chamado distritão. Eu preciso fazer uma pesquisa, mas, pelas informações que tenho, distritão existe no Afeganistão e na Jordânia, que, pelo que vemos, pelo olhar dos



Deputados, não são dois bons exemplos de democracia, para podermos seguir esta linha e implantar no Brasil sistemas eleitorais que só existem nestes dois países.

Lamento profundamente. Se existe algo relativamente positivo no processo de disputa das eleições é o sistema proporcional implementado, que nos permitiu chegar até aqui.

É possível discutir o aperfeiçoamento do sistema eleitoral? Sim, é possível, mas não no atropelo, no momento de profunda crise de representação, no momento em que o Parlamento tem o maior percentual de rejeição, em grande parte pelas posições aqui tomadas, por buscar colocar em implementação na pauta econômica do nosso País programas que não foram debatidos nas urnas e que não têm o respaldo da população.

Durante as eleições, nenhum Parlamentar foi à televisão defender que se deveria fazer a reforma trabalhista. Durante a campanha eleitoral, nenhum Parlamentar foi à televisão dizer que se deveria fazer a reforma da Previdência. Nenhum Parlamentar foi à televisão dizer que se deveria fazer uma revolução, extinguindo-se a CLT e implementando-se o serviço de terceirização exagerada, como aqui se implementou.

Esta prática leva a que se distanciem cada vez mais as aspirações populares das decisões tomadas nesta Casa. Pelo que acompanho, a reforma política, infelizmente, está se encaminhando para um distanciamento ainda maior dos desejos da população daquilo que cabe ao Congresso decidir. Não se trata de um aperfeiçoamento, mas de um retrocesso. E retrocesso a população não irá aceitar, Sr. Presidente.

---

Documento 109/516

---

207.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	09/08/2017- 17:46
Publ.: DCD - 10/08/2017 - 131		LEO DE BRITO-PT -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Descaso do Presidente Michel Temer com o povo brasileiro. Pretensão do Presidente da República de aumento da carga tributária vigente no País. Perplexidade ante posicionamento de Deputados, favorável à permanência de Michel Temer na Presidência da República. Contrariedade à implantação no País do sistema de voto denominado distritão. Inadmissibilidade de implantação do sistema parlamentarista de governo no Brasil.

**O SR. LEO DE BRITO** (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, além de ser um Presidente ilegítimo e com fortes indícios e provas, que infelizmente foram jogados para baixo do tapete na última semana, o Presidente Michel Temer apresenta o indício, muito forte, de ser um Presidente corrupto. Nós temos esta convicção.

O que nós sabemos também é que o Presidente Temer está pouco se lixando para o povo brasileiro. Isso tem que ficar muito claro para todos nós. Nada do que o Presidente Temer está fazendo neste momento foi discutido na eleição presidencial. Aqueles que elegeram Dilma Presidente da República jamais aprovariam o que o Presidente da República está fazendo e vai continuar fazendo.

Ele já está querendo aumentar os impostos, mesmo tendo dito que não o faria. Aliás, já está aumentando os impostos, como fez no caso do PIS/COFINS dos combustíveis, e agora quer aumentar o Imposto de Renda. O Presidente está vendendo as riquezas nacionais e apresenta medidas que representam um assassinato dos direitos trabalhistas e previdenciários. Enfim, o Presidente não está nem aí para o povo brasileiro.

Agora, o que me preocupa nesta história toda não é Michel Temer, porque acho que ele não será candidato nem a síndico de prédio, já que não tem nem 10% de aprovação popular. O que me preocupa é que os Deputados que serão candidatos no próximo ano estão entrando nesta onda, votando pela absolvição de Temer neste plenário. Isso é um verdadeiro absurdo! Nós votamos coerentemente, com o apoio de mais de 90% da população, e fomos muito bem recebidos nesse fim de semana pelo povo.

Agora estão surgindo medidas novas, como o distritão, na reforma política. Todo mundo sabe que os Deputados estão querendo aprová-lo, porque este é o melhor sistema para a reeleição deles.

Meus amigos, não vamos cair neste erro!

Pesquisa recente do instituto Paraná Pesquisas mostra que em torno de dois terços da população querem votar em novos candidatos a Deputado Federal na próxima eleição. Prestem atenção nisso!

Agora eles vêm com essa história de parlamentarismo, que é mais uma inversão do pessoal do PSDB e do PMDB. O PMDB nunca venceu uma eleição presidencial no País! Ele assume o poder à custa dos golpes que acontecem na história, como se deu com o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff.

Já faz quatro eleições que o PSDB não ganha a Presidência da República. Todos os seus candidatos foram detonados pelas delações no último período. Estão tendo dificuldade e estão em quarto lugar nas pesquisas apresentadas agora. Qual a solução que eles acharam para chegar ao poder? O parlamentarismo, que busca tirar do povo o direito de eleger o seu Presidente da República.

O povo não é bobo! O parlamentarismo já foi majoritariamente rejeitado pela população brasileira em 1993. Se já jogaram no lixo os 54 milhões de votos que a Presidenta Dilma recebeu, não vamos jogar agora o direito de o povo votar para Presidente da República.

Por isso, estamos atentos. A população do Brasil está atenta para um possível novo golpe, que é o golpe do parlamentarismo.  
Muito obrigado.

---

Documento 110/516

---

208.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	09/08/2017-18:24
Publ.: DCD - 10/08/2017 - 187		ROCHA-PSDB -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa da realização da reforma política.

---

**O SR. ROCHA** (PSDB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Brasil vive hoje certamente a pior crise ética, moral e política da sua história, uma crise gestada ao longo de quase 16 anos de desgoverno, uma crise que deu origem ao mensalão, ao petrolão e a tantos outros esquemas de corrupção que hoje a mídia brasileira aponta e que levaram várias figuras do meio político a serem condenadas pela prática nefasta da corrupção.

E é fato, Sr. Presidente, que nós não podemos mais permanecer com o modelo atual, um modelo esgarçado, um modelo que já não responde mais aos anseios da sociedade.

Eu ouvi aqui há pouco um Parlamentar do Partido dos Trabalhadores falando do distritão e tentando manter o *status quo*, o atual modelo. Alegava ele que o distritão iria retirar do povo brasileiro o direito de escolher o seu Presidente.

Nunca é demais lembrar, Sr. Presidente, que o Partido dos Trabalhadores, na contramão do que disse esse Parlamentar, defendia o voto em lista fechada. E, mais que isso, quando se critica o parlamentarismo para manter o modelo atual, esquece-se de que o parlamentarismo é um modelo que funciona na maioria dos países, é um modelo em que as crises não se perpetuam, como acontece no presidencialismo brasileiro. E o fato é que nós temos que mudar.

Eu espero, como muitos aqui, que a reforma política traga muitas respostas aos anseios da nossa população, que não aguenta mais ver tanta patifaria no meio político. Nós chegamos ao fundo do poço, no limite em que um condenado pela Justiça brasileira, alguém que está prestes a ir para o xadrez, hoje está em caravana pelo Brasil numa pré-campanha presidencial, Deputado João Gualberto. Não é isso que nós queremos para o País, não é isso que nós queremos para o povo

brasileiro.

Não dá, Sr. Presidente, para haver essas dualidades que nós vemos na política quando se diz que não há provas contra o ex-Presidente Lula, mas que há provas contra o Presidente Temer. Na verdade, há provas contra todos - contra todos.

Para concluir, Sr. Presidente, já lhe agradecendo a paciência, nós temos que aproveitar a oportunidade e fazer as mudanças necessárias nesta reforma política, para que o brasileiro volte a ter esperança, volte a acreditar na classe política.

O que nós não podemos mais é ver pessoas subindo a esta tribuna para usar a estabilidade econômica como álibi para a prática de crimes ou mesmo para defender criminosos condenados, pedindo que eles voltem à Presidência da República para repetir o mesmo modelo que condenou o Brasil e que tem hoje como resultado quase 15 milhões de desempregados.

Então, Sr. Presidente, eu quero finalizar aqui pedindo a V.Exa. a divulgação deste pronunciamento pelos meios de comunicação desta Casa, especialmente no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado.

---

Documento 111/516

---

208.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	09/08/2017-19:18
Publ.: DCD - 10/08/2017 - 202	NELSON PELLEGRINO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Abertura da 1ª Campus Party Bahia, destinada à divulgação de inovações tecnológicas. Solicitação da bancada federal baiana ao Presidente Michel Temer para liberação de empréstimo do Banco do Brasil ao Estado da Bahia. Contrariedade à proposta de implantação no País do sistema eleitoral denominado distritão.

---

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje o Governador de Salvador, Rui Costa, abriu a Campus Party Bahia. Durante 4 dias, milhares de jovens baianos terão acesso ao que há de mais moderno em termos de tecnologia e de criatividade. Portanto, quero parabenizar o Governador Rui Costa e o Secretário de

Ciência e Tecnologia Vivaldo Mendonça por essa iniciativa de inserir a Bahia dentro da rota da produção do conhecimento de alta tecnologia, do conhecimento criativo. Os nossos jovens vão poder viver essa experiência única de criação.

Também quero registrar que a bancada da Bahia acabou de se reunir - o Senador Otto Alencar, o Deputado Félix Mendonça Júnior, coordenador, e boa parte da bancada - e decidiu encaminhar ao Presidente Michel Temer documento, a ser assinado pelos 3 Senadores e pelas 39 Sras. Deputadas e Srs. Deputados do Estado da Bahia. Por meio do documento, pediremos ou exigiremos que o Presidente Michel Temer efetive o compromisso assumido de liberar o empréstimo à Bahia através do Banco do Brasil.

É importante dizer que o Presidente Michel Temer não está fazendo nenhum favor à Bahia. Enquanto há Estado que deve bilhões à União, a Bahia só deve 5 milhões de reais. A Bahia fez a lição de casa. Tem capacidade de endividamento, tem capacidade de pagamento. Fez a contratação do empréstimo, que foi publicado no *Diário Oficial da União*. Contudo, por injunções políticas do DEM, partido do Prefeito de Salvador, ACM Neto, e do PSDB da Bahia, esse empréstimo até agora não foi assinado.

Mas nós estamos dando aos Deputados do PSDB e do DEM, Deputado Jorge Solla, a oportunidade de realizarem gestões a favor da Bahia, porque não estão prejudicando o Governador Rui Costa, mas os baianos, que vão deixar de ter suas estradas recuperadas, a saúde melhorada e as obras de infraestrutura implantadas nos Municípios. Faço aqui esse registro e, por último, falo sobre a reforma política. Estamos a 50 dias da reforma política. Penso que é um equívoco esta Casa ou este Congresso adotar o distritão. O voto no Parlamento, especialmente na chamada Câmara baixa, que é a Câmara dos Deputados, é um voto proporcional, diferente do voto do Senado, que é um voto majoritário de representação da União, dos Estados Federados da União. É um profundo equívoco implantar o distritão. O distritão é a morte dos partidos políticos, é a morte do debate de ideias. Institui e fortalece as personalidades, distorcendo mais ainda o sistema político brasileiro.

Somos favoráveis à manutenção do voto proporcional ou, no máximo, a alguma perspectiva de um sistema que possa ser misto. O Tribunal Superior Eleitoral proibiu o financiamento público de campanha por empresas, uma medida correta, mas o sistema eleitoral é um sistema, e não se pode mexer numa parte do sistema, pois se desarruma o todo. Embora tenha sido correta, a decisão do Supremo foi parcial e desorganizou o sistema. O sistema tem que ter plenitude, coerência e articulação. Não se pode mexer em apenas um elemento do sistema, sem que o harmonize como um todo.

O financiamento público de campanha vai restituir a completude, a integridade e a coerência do sistema, juntamente com uma reforma que fortaleça os partidos.

Portanto, espero que esta Casa tenha inteligência, maturidade e ponderação, ao aprovar uma reforma política que venha ao encontro

dos anseios do povo brasileiro, que melhore a representação política e deixe que esta seja permeável e flua de acordo com a vontade popular. Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 112/516

---

208.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	09/08/2017-19:24
Publ.: DCD - 10/08/2017 - 204		ZECA DIRCEU-PT -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Apoio ao financiamento público de campanhas eleitorais e à extinção de coligações partidárias. Posicionamento contrário à adoção do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. ZECA DIRCEU (PT-PR. Sem revisão do orador.) - Sr.** Presidente, a população brasileira espera uma posição firme da Câmara dos Deputados em relação à reforma política. É hora de pôr fim às campanhas milionárias. O dinheiro não pode continuar, a cada eleição, falando mais alto do que a consciência das pessoas. O meu posicionamento, dentro do meu partido, na minha bancada - e também será aqui, na hora das votações - é neste sentido: financiamento público exclusivo de campanha, com valores reduzidos, com limitação de gastos e com muita fiscalização. Também me posicionarei a favor do fim das coligações e principalmente daquilo que o meu partido há muito tempo defende: uma posição totalmente contrária ao distritão. Aceitamos negociar, discutir outro modelo, mas o distritão é, com certeza, o fim de qualquer possibilidade de reforma política no Brasil.

---

Documento 113/516

---

207.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	09/08/2017-14:12
Publ.: DCD - 10/08/2017 - 43		CHICO ALENCAR-PSOL -RJ

---

### *Sumário*

Contrariedade à implantação no País do sistema de voto denominado distritão.  
Solidariedade à jornalista Basília Rodrigues, da rádio CBN, diante de agressão praticada por Deputado.

---

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Quero falar de 2 pontos, Sr. Presidente. Primeiro, vejo que se avoluma, aqui, a ideia de se inventar um distritão, que considero, na verdade, um detritão da política. Isso acaba com a ideia de solidariedade, de partido, de legenda, individualiza absolutamente a campanha, personaliza, fulaniza, celebra.

Se isso prosperar, nós teremos aqui 513 individualidades. Só existe isso no Afeganistão, na Jordânia e em dois arquipélagos do Pacífico. Isso não é uma solução; agrava os problemas da representatividade. Esperamos que isso não prospere. É melhor mantermos o sistema atual, cortando as suas demasias e excessos.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que um Deputado aqui agrediu violentamente uma jornalista da CBN. Isso caracteriza, a nosso ver, assédio moral. Os jornalistas fizeram até um manifesto em solidariedade a ela.

Quero que esse manifesto e todas as...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito bem, Deputado. Vamos divulgar o pronunciamento de V.Exa. no programa *A Voz do Brasil*. E há os órgãos competentes para resolver isso.

### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todas e todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham, o condomínio do poder se movimenta! Sob a capa de "reforma política" se escondem tratativas para não se mudar nada - mais do mesmo!

O distritão, que prospera, é um "detritão" político, uma manobra continuísta que acaba com a ideia de partido e de política solidária, favorecendo os atuais detentores de mandato e figurões mais conhecidos; é o neocoronelismo.

Antídoto contra o desgaste eleitoral da Lava-Jato, o distritão congela a representação, inibindo qualquer renovação. Estima-se que desprezará cerca de 60% dos votos dos eleitores, que terão escolhido candidatos não classificados. Serão 513 "partidos" individualistas na Câmara, estribados no *"eu me fiz por mim mesmo"*. Esse "vestibular" só existe na Jordânia e no Afeganistão.

Carregadores de candidatos sem expressão, exemplificados sempre com os campeões de votos Enéas e Tiririca, são exceção. Além disso, desde a eleição de 2016, já se exige que os beneficiários de eventuais puxadores tenham no mínimo 10% dos votos do coeficiente eleitoral. O fundo bilionário de campanha, por sua vez, revela que as grandes legendas - suas principais beneficiárias - só conseguem fazer campanhas caríssimas, comprando votos com a força da grana e do *marketing*. Onde está a propalada austeridade? Resistiremos! Agradeço a atenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todas e todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para os Anais da Câmara, manifesto de entidades de jornalistas em repúdio a atos praticados pelo Deputado Wladimir Costa, do Solidariedade do Pará, quando ofendeu, com preconceitos, a profissional Basília Rodrigues, da *CBN*. Prestamos nossa solidariedade a todas as jornalistas e nos colocamos à disposição para a luta.

#### MANIFESTO A QUE SE REFERE O ORADOR

Nós, jornalistas do Distrito Federal, viemos a público rechaçar a conduta antiética, misógina, machista e racista do deputado Wladimir Costa (SD-PA), contra a jornalista Basília Rodrigues, da *CBN*. Na noite do dia 1º de agosto, durante o exercício da profissão, Basília foi assediada sexual e moralmente pelo parlamentar.

A jornalista expôs o fato em sua página no facebook. O relato foi intitulado como "Um ensaio sobre a idiotice". A repórter afirma que questionou se a tatuagem em homenagem ao presidente Michel Temer era de verdade e se o deputado poderia mostrar a imagem. Em resposta, Wladimir disse: "Pra você, só se for o corpo inteiro".

Basília também relata que o deputado em questão, ao ser indagado novamente, fez outras colocações e até mesmo gestos, ambos muito desrespeitosos. Para além disso, os atos foram presenciados pelos jornalistas e deputados que estavam no local, colocando a profissional em uma situação bem delicada e vexatória (Confira o relato completo aqui).

Mesmo diante de um período questionável, do ponto de vista dos direitos e representações, faz-se necessário que situações como esta sejam expostas e veementemente combatidas. O teatro criado tendo personagens políticos bizarros como protagonistas não podem ultrapassar os limites mínimos para uma relação respeitosa, entre políticos e profissionais da imprensa.

As mulheres jornalistas, em especial as negras, já estão submetidas a uma série de desigualdade e violências, dentro e fora das redações, que demandam de toda a sociedade atenção redobrada, ainda mais quando se trata de uma cobertura política de interesse público. Solidarizamo-nos à jornalista, que tem uma atuação destacada na



cobertura política em Brasília, e nos colocamos à disposição para dar suporte jurídico, caso ela assim o queira. (EVARISTO -)  
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF  
Coletivo das Mulheres Jornalistas do SJPDF  
Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do DF (Cojira-DF)

---

Documento 114/516

---

208.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	09/08/2017- 20:40
Publ.: DCD - 10/08/2017 - 228	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do orador contrário à implantação do sistema eleitoral denominado distritão. Defesa de proibição das coligações partidárias nas eleições proporcionais e de instituição do voto em lista flexível.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, hoje, durante toda a tarde, nós apreciamos, na Comissão Especial, o parecer à proposta de reforma política.

Eu há anos venho debatendo esse tema. Em 1999, quando entrei na Casa, apresentei um projeto que considero mais importante para a reforma política. Aliás, se esta Casa o tivesse acolhido, nós não precisaríamos fazer essa reforma agora com 40 partidos. Em 1999, nós tínhamos 8, 9, 10 partidos. E a proposta principal era: "*Ficam proibidas coligações nas eleições proporcionais*". Só isso. Nós teríamos impedido que tivessem nascido partidos nanicos, partidos de aluguel, partidos de ocasião, partidos de momento, partidos de oportunidade, enfim, partidos que, eu diria, têm pouca representatividade. E eu falo respeitosamente.

Além de ter impedido que esses partidos tivessem nascido, nós teríamos tido a consolidação dos partidos que existiam, de tal sorte que nós teríamos hoje 7 ou 8 partidos.

Pois bem. Lá em 1999, o projeto não foi aprovado. Aliás, foi rejeitado. Eu o reapresentei em 2003, em 2006, em 2015, ou seja, insisto, persisto, teimo. Perdi, mas não desisti. Estamos de novo discutindo a mesma coisa.

Se nós só isso fizéssemos na reforma política, se só aprovássemos o projeto que o jovem Deputado Pompeo de Mattos, há 17 ou 18 anos,

apresentou, nós já teríamos um grande avanço.

Mas o que eles querem fazer? Eles querem não somente impedir a aprovação do cancelamento das coligações proporcionais, mas também criar o distritão. E o distritão é uma conjunção de forças em que todos os partidos se mancomunam - eles não se coligam, eles se mancomunam, associam-se.

O meu Estado, assim como ocorrerá com cada Estado, terá uma coligação só. E elegem-se os mais votados. No caso do meu Rio Grande do Sul, são 31.

Olhando a olho nu parece bom. Mas o que vai acontecer? No Rio Grande do Sul, haverá 40 candidatos a Deputado. Dos 40, 31 já estão eleitos, porque os partidos não vão deixar haver outros candidatos. Cada um aqui vai cuidar da sua vaga. Cada um está olhando para o seu umbigo.

Onde há esse modelo no mundo? Nos Estados Unidos? Na Alemanha? Na Itália? Na França? Em algum País adiantado do mundo? Não! Sabem onde há? No Afeganistão. Então, nós vamos retroceder. Ao invés de irmos para frente e pegarmos como modelo as modernas democracias do mundo, vamos retroceder e pegar o modelo das autocracias, ou seja, o modelo de lugares onde não há democracia. Então, esse não é o modelo para o Brasil.

Além disso, daqui a pouco, vai-se destinar dinheiro público para as campanhas. Eu digo: "*Alto lá! Devagar com o andor que o santo é de barro*". O povo está olhando na rua. Eu estou fazendo as advertências. Eu apresentei aqui projeto de lei que cria a lista flexível, ou seja, uma coisa moderna. Os partidos fazem a lista, preordenam a lista, fecham a lista e a entregam ao eleitor. O eleitor vota. Ao votar, ele abre a lista e escolhe o seu candidato. Ele vota em dois tempos.

Se se elegerem cinco daquela lista, a primeira vaga vai para o primeiro da lista; a segunda, para o primeiro mais votado; a terceira, para o segundo da lista; a quarta, para o segundo mais votado. Ou seja, são eleitos um candidato da lista e um candidato do eleitor; um indicado pelo partido e outro mais votado pelo cidadão. O partido não deixa de participar, mas o cidadão é quem vai dar a última palavra, porque S.Exa. o eleitor é quem deve falar na eleição.

Estão fazendo aqui um sistema para manter o *status quo*, para privilegiar quem está aqui, para que não entre ninguém mais, para que muita gente que está com o nome sujo, envolvida na Lava-Jato, não sei onde, possa sair quietinha, de mansinho.

Eu quero fazer essa advertência muito claramente. Eu gosto de fazer o jogo político claro. Querem colocar milhões e milhões nas eleições para elegerem os mesmos.

Como o povo não quer eleger os mesmos, porque há aí uns que estão com a ficha suja, eles querem, então, montar um esquema de tal maneira que não haverá outros candidatos. Ou tu votas nesse, ou não votas em ninguém; ou tu eleges esse, ou não eleges ninguém.

Esse é o desafio! Por isso, eu sou contra!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado.

---

Documento 115/516

---

209.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	10/08/2017-09:26
Publ.: DCD - 11/08/2017 - 20	CELSO MALDANER-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Realização, pela Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama - FEMAMA, da I Conferência Nacional de Prefeitas e Governadoras e da VII Conferência Nacional de Primeiras-Damas, em São Paulo, Estado de São Paulo. Posicionamento contrário à criação de fundo público para campanhas eleitorais.

---

**O SR. CELSO MALDANER** (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, é uma satisfação ter um catarinense presidindo os trabalhos nesta hora.

Inicialmente, Sr. Presidente, quero destacar que a FEMAMA - Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama está promovendo em São Paulo a I Conferência Nacional de Prefeitas e Governadoras e a VII Conferência Nacional de Primeiras-Damas, eventos muito importantes que abordam a necessidade de acesso ao diagnóstico e ao tratamento ao câncer pelas mulheres. Queremos, desta tribuna, fazer a nossa homenagem a todas as redes femininas de combate ao câncer no Brasil e a essas abnegadas mulheres que se dedicam tanto a prevenir o câncer de mama no País.

Sr. Presidente, neste instante em que ocupo a tribuna, também gostaria de dizer que nós, particularmente neste momento por que passa o País, temos que dar a nossa contribuição. Quando ocorre uma crise no Brasil, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, todos nós temos que dar a nossa colaboração, a exemplo de matéria aprovada aqui sobre o adiamento dos reajustes dos servidores. Não haverá aumento no ano que vem no Poder Judiciário. Todos nós, repito, precisamos dar a nossa colaboração.

Nesse sentido, particularmente, Sr. Presidente, sou contra a criação do fundo público de campanha de 3,6 bilhões de reais, equivalente a 3,5% da receita líquida do nosso País, num momento de crise como este. Eu votarei contra a criação desse fundo partidário, porque não podemos tirar dinheiro da educação, da saúde, com tantas dificuldades que enfrentamos no Brasil, para esse fim. Não acho justo. Inclusive, abro

mão da minha cota. Tomara que haja uma emenda permitindo que o dinheiro de quem abrir mão da cota volte para a União. Eu não acho justo criar, neste momento, esse fundo partidário. Era isso, Sr. Presidente.

---

Documento 116/516

---

209.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	10/08/2017-09:28
Publ.: DCD - 11/08/2017 - 21		BENEDITA DA SILVA-PT -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento contrário à implantação do sistema de voto denominado distritão.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem foi aprovado, na Comissão de Reforma Política, o distritão.

Nós estamos vivendo um momento de reforma que é prejudicial ao interesse do povo brasileiro. Eu espero que, em plenário, nós possamos derrotar o distritão, porque, sobretudo, representa um dano para as organizações partidárias.

A democracia requer partidos fortes; a democracia requer uma organização da política. E isso não é possível quando tornamos cada um dos Srs. Deputados e cada uma das Sras. Deputadas desta Casa uma instituição, porque o individualismo é que vai prevalecer. E nós sabemos que o Governo não tem compromisso com a democracia, porque um Governo que se instala a partir de golpe não tem compromisso com a democracia, e a sua base também não o tem. É uma excrescência o distritão.

Nós estamos vivendo uma violência, uma violência que é política; nós estamos vivendo um momento da cara de pau, porque isso é ser cara de pau; nós estamos vivendo o momento da maior crueldade política que o País poderia encarar. É isso o que nós estamos vendo hoje. O Governo não tem limite, porque não tem responsabilidade. Quando não se tem responsabilidade, não se tem limite.

É o que nós estamos percebendo nesta Casa nas manifestações, porque quem está legislando aqui não somos nós, mas a base do Governo e o Governo, porque manda para cá as suas ordens e, aqui,

elas são obedecidas. Mas eu não faço parte dessa base do Governo, eu faço parte da base do povo brasileiro. É por isso que nós estaremos constantemente fazendo um debate, mas um debate sem baixaria. É o que nós estamos precisamos.

Portanto, como estava dizendo, o Governo não tem limite. E o que ele faz? Ele endivida o País, como está aí; ele entrega o País. E ele faz tudo isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sem nenhum constrangimento.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação, na íntegra, do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Atenderemos a seu pedido, Deputada Benedita da Silva, e daremos publicidade a seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 117/516

---

209.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	10/08/2017-09:32
Publ.: DCD - 11/08/2017 - 21		CHICO LOPES-PCDOB -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Protesto contra a pretendida retirada de direitos dos partidos da Esquerda no processo de reforma política. Apelo ao Governo Federal de redirecionamento da política econômica brasileira.

---

**O SR. CHICO LOPES** (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos numa encruzilhada política no Brasil impressionante. Para quem milita há muitos anos na política, no regime militar a questão política era resolvida criando-se Senador Biônico, dificultando-se as eleições, com muitas perseguições, mas nós da Esquerda, nós democratas, nós brasileiros derrubamos o regime militar sem dar um tiro nem criar confusão. Hoje, porém, a Direita, com bastantes representantes nesta Casa, quer transformar o País em uma grande fazenda. A Esquerda, os comunistas, os socialistas somos minoria. E a Direita aproveita essa maioria para ter uma democracia do interesse dela. Mas a banda não toca só do jeito que eles querem. Nós achamos que essa reforma

política quer tirar o direito dos democratas, dos comunistas, dos socialistas de participar do Parlamento. Mesmo sendo minoria, nós fazemos a diferença.

O País tem um Presidente com apenas 5% de aceitação da população, e esse desgraçado continua dirigindo o maior país da América Latina, como se nada estivesse acontecendo. Ou nós ficamos como um bocado de panacas ou nós reagimos.

Há 16 milhões de pessoas desempregadas, e a economia está sendo entregue por meio de privatizações. Quando acabar esse patrimônio, o País vai viver de quê? Desemprego gera violência. E o grande problema, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados - V.Exas. são pais, avós -, é que as universidades estão lançando no mercado muitos doutores bem formados, mais do que os da nossa geração, mas não há emprego.

Nós estamos precisando de auditores neste País, e o Governo, irresponsavelmente, não quer aumentar a fiscalização. Na FIEC, há pessoas devendo 8 bilhões de reais, mas o Ministro da Fazenda não faz nada em relação a isso, e ainda quer dinheiro. Mas como, cara pálida? Todo país sério leva a sério a fiscalização de tributos, porque a gasolina da administração é paga pelo povo por meio de impostos. O Governo tem condições de administrar a situação de forma a evitar essa dificuldade que estamos passando. Portanto, fazemos um apelo para que o Governo dê outro rumo à economia e à política do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Chico Lopes.

---

Documento 118/516

---

209.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	10/08/2017-09:52
Publ.: DCD - 11/08/2017 - 27		ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de rejeição, pela Casa, da proposta de implantação do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós temos que lutar neste plenário para derrotar, no âmbito

da reforma política, a ideia do distritão.

O distritão é mais um passo atrás em relação ao fortalecimento da boa política no Congresso Nacional. Ele permitirá que haja aqui de novo 22, 25 partidos para fazerem as negociatas que são realizadas neste plenário e neste País.

Vamos lutar para fazer uma boa reforma política. Vamos respeitar o eleitor e o povo brasileiro.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - O pedido de V.Exa. será atendido.

---

Documento 119/516

209.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	10/08/2017-09:52
Publ.: DCD - 11/08/2017 - 28		PEPE VARGAS-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### **Sumário**

Sucateamento dos serviços públicos pelo Governo Michel Temer.  
Contrariedade à proposta de implantação do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. PEPE VARGAS** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a política econômica e fiscal desse Governo ilegítimo está transformando os serviços públicos num verdadeiro caos neste País.

Afora programas importantes, como o Farmácia Popular, que, na prática, já foi extinto; afora o Programa Minha Casa, Minha Vida, que está paralisado, os Institutos Federais de Educação, política extremamente importante desenvolvida nos últimos anos, que levou o ensino técnico de nível médio e, inclusive, cursos de graduação para o interior do Brasil, numa política de interiorização, a partir de setembro, não terão mais recursos sequer para pagar os serviços terceirizados de limpeza e de segurança, entre outros. As verbas para a assistência estudantil caíram.

Hoje, haverá uma reunião com o objetivo de criar uma Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas, que também enfrentarão o mesmo problema.

Este caos é fruto de uma política econômica que só prioriza pagamento de juros e serviços, promove arrocho nos serviços públicos e nos investimentos públicos.

Nós queremos, desta tribuna, denunciar essa política tão nefasta para os interesses da população brasileira. Eu falei ontem aqui, inclusive, que querem dar a entender que o Orçamento só tem despesa primária. O Ministro do Planejamento, outro dia, dizia que a Previdência gasta 56% da despesa primária. Quem não sabe o que é despesa primária acha que a Previdência gasta 56% do Orçamento. Ora, praticamente 50% do Orçamento refere-se a despesa financeira. Deve-se enfrentar esse problema, e não arrochar os serviços públicos, não dismantelar políticas públicas que atendem à população.

A política instalada no Palácio do Planalto, com o apoio majoritário desta Casa, quer se eternizar no poder. É por isso que eles trazem essa proposta de distritão.

O que quer o tal do distritão? Quer tentar, em primeiro lugar, congelar a representação. Vai ter muito pouca renovação neste Congresso Nacional se o distritão passar. Em segundo lugar, o distritão será para quem tem dinheiro. Candidato que não tem dinheiro não vai conseguir se eleger, porque precisará fazer campanha em todo o Estado, e não numa região específica, num determinado segmento social, como muitos Parlamentares hoje fazem e se elegem, por meio da representação pelo voto proporcional, que é muito mais democrático. O que eles querem com o distritão é congelar a representação política e impedir que haja renovação. Será baixíssima a renovação neste Congresso Nacional. Dificilmente uma pessoa que está entrando agora na política vai conseguir se eleger. Esse é o pior modelo que querem implementar com a reforma política.

Quer-se, com isso, manter aqui uma maioria que está dando sustentação a um conjunto de políticas lesivas à população brasileira. Já foi aprovada uma reforma trabalhista que fragiliza os trabalhadores em relação ao capital, além de produzir arrocho salarial e precarização. Quer-se aprovar uma reforma da Previdência que tira os direitos de aposentadoria de milhões e milhões de pessoas.

Precisamos que a população brasileira reaja e diga não a esse estado de coisas, ao Temer e a sua base.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Pepe Vargas.



---

### *Sumário*

Posicionamento contrário à aprovação da proposta de elevação dos recursos do Fundo Partidário, com vista à realização de campanhas eleitorais.

---

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quanto ao fato de que a gestão da economia pelo Governo Federal foi um desastre nos últimos anos não há questionamento. Isso é público. Antes que a imprensa e que as pessoas me cobrem nas ruas, quero me posicionar radicalmente contra o aumento do chamado Fundo Partidário.

A hipótese é a de elevar para mais de 3 bilhões um fundo partidário para campanhas eleitorais. Isso equivale a rir dos brasileiros, que neste momento passam por dificuldades; do empresário que tem dificuldade para empregar e aumentar o seu faturamento; do trabalhador, que, com o que ganha, não consegue pagar mais as suas despesas; de quase 15 milhões de brasileiros que estão desempregados. As universidades estão com dificuldade para pagar os seus custeios; quanto aos institutos federais, correm o risco de fechar as portas por falta de recursos. Os nossos hospitais, as nossas Santas Casas, principalmente no que se refere a custeio, estão fechando as portas e deixando de socorrer as pessoas. Das estradas nem se fala. Na agricultura, os agricultores estão sem recursos para administrar os seus negócios com sucesso, para prosperar - os juros não são interessantes. A pesquisa agropecuária brasileira está praticamente jogada às traças. No entanto, neste momento, um bom número de Parlamentares e o Governo trabalham com a hipótese de elevar para mais de 3 bilhões um fundo público para campanhas eleitorais.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quem quiser entrar na vida pública que faça uma caminhada de vida pública, quem tiver mandato e for tentar a reeleição que faça uma caminhada de 4 anos, de entrega, de presença, para que, ao chegar a eleição, não precise gastar dinheiro com cabo eleitoral, não precise fazer propaganda. Ser eleito em cima de propaganda é enganar as pessoas. Para exercer o mandato, é preciso trabalho, é preciso entrega, é preciso identidade com o povo, com a nossa gente. Simplesmente pegam dinheiro público, gastam em campanhas, fazem propaganda e, durante o mandato, desaparecem.

Hoje há mais dinheiro do Fundo Partidário. A gestão desses recursos pelos partidos é uma vergonha. Nós não temos acesso a esses recursos. Não há transparência. Gastam-se esses recursos sem critérios bem definidos. Isso é dinheiro público.

A saúde precisa de dinheiro, a educação precisa de dinheiro, a segurança pública precisa de dinheiro, a nossa agricultura implora, e

nós trabalhamos com essa hipótese. Como explicar para as pessoas que neste momento nós vamos gastar 3,6 bilhões em campanhas eleitorais, para fazer propaganda política?

Volto a dizer: quem quiser vir para a vida pública que faça uma caminhada de entrega, que se identifique com o seu segmento, com o seu povo, com a sua gente, que o voto virá naturalmente. Quem vai para a reeleição que faça 4 anos de entrega, de identidade, e o voto virá naturalmente.

Mas eu não posso aceitar fazer esse debate de aumento dos recursos para propaganda política, para o Fundo Partidário, para alimentar sabe lá Deus quem - empresas de propaganda, empresas de publicidade.

Isso é dinheiro público, que está faltando no nosso dia a dia.

Nós temos que ter a coragem de tratar deste tema. Temos que fazer ajustes no nosso modelo político-eleitoral, que está falido. E a solução não passa pelo aumento do Fundo Partidário para propaganda política. Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 121/516

---

209.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	10/08/2017-10:12
Publ.: DCD - 11/08/2017 - 34		ÁTILA LIRA-PSB -PI
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Declaração de voto contrário à proposta de criação de fundo público para financiamento de campanhas eleitorais no âmbito da Comissão Especial da Reforma Política.

---

**O SR. ÁTILA LIRA** (PSB-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a Comissão Especial da Reforma Política começou a tomar uma série de decisões em relação a essa grande reforma que nós precisamos fazer aqui. A alguns pontos sou favorável - fim da vinculação, cláusula de barreira -, mas ela tomou uma decisão em relação à qual eu me posiciono contrariamente.

Já falei para os companheiros do Rio Grande do Sul e de Pernambuco que eu sou contra fundo público para financiar campanha eleitoral. Campanha eleitoral tem que ser financiada por contribuição de partido, de filiado de partido e pessoa física, dentro dos limites estabelecidos pela lei. Nada de usarmos dinheiro público para financiar qualquer

partido. E já foi abolida a contribuição empresarial.  
Este é o meu voto: contrário a qualquer financiamento público de  
campanha eleitoral.  
Financiamento zero!

---

Documento 122/516

---

209.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	10/08/2017- 10:14
Publ.: DCD - 11/08/2017 - 35		ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Improcedência da declaração do empresário Joesley Batista sobre a existência de contas no exterior para o pagamento de propinas aos ex-Presidentes da República Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Contrariedade à aprovação da proposta de implantação do sistema eleitoral denominado distritão no País.

---

**O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) -**  
Sr. Presidente, faço questão de ler todo o meu pronunciamento.  
Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e todos os que nos acompanham pelos veículos de comunicação da Casa, venho à tribuna informar ao povo brasileiro que, conforme o que vínhamos dizendo, foi atestado pelo Ministério Público que as supostas contas de Dilma Rousseff e de Lula no exterior são de Joesley Batista. Não passava de mais uma fraude de seus acusadores.  
Senhoras e senhores, o Procurador Federal Ivan Cláudio Marx afirmou que a versão do empresário Joesley Batista, da JBS, de que havia contas no exterior para pagamentos de propina a Lula e a Dilma é improvável. *"A história dele é improvável. Pedimos documentos para comprovar, e não veio nada"*, declarou.  
Joesley fez a declaração em sua delação premiada no âmbito da Lava-Jato, quando contou que as supostas contas receberam 150 milhões de dólares, depositados pela companhia. *"Ele diz que as contas teriam recursos em favor dos ex-presidentes, mas as contas estavam em nome do próprio Joesley. Era ele quem operava as contas"*, completou Marx.  
Com mais essa, quero chamar a atenção para a perseguição que vêm sofrendo o ex-Presidente Lula e a Presidenta golpeada Dilma Rousseff. Os assaltantes do poder, representados predominantemente pelo

PSDB, pelo PMDB, pelo DEM e pelo PPS, juntamente com seus sócios midiáticos, têm tanto medo de Lula que a toda semana inventam uma nova farsa sobre ele e assim desrespeitam a capacidade popular de compreender as mentiras propaladas. Enganam-se os que subestimam o povo. É justamente por compreenderem cada vez mais cada nova covarde acusação sem provas, na tentativa desesperada de manchar a imagem do maior e melhor Presidente que o Brasil já teve em toda a sua história, que a brasileira e o brasileiro querem Lula de novo, com a força do povo.

Mesmo sofrendo esse ataque sujo, se as eleições fossem hoje, segundo todos os institutos de pesquisa, Lula ganharia em qualquer cenário. É que a máscara de cada um que apoia Michel Temer contra os direitos dos trabalhadores já começa a cair. E isso é só o começo. Toda a nossa solidariedade à Presidenta Dilma e ao Presidente Lula! A democracia há de triunfar! Nenhum direito a menos! Fora, Temer! Diretas já! Lula já!

Ontem, tivemos mais um retrocesso. A Comissão Especial que discute a reforma política aprovou o distritão. Nós temos que derrotar o distritão neste plenário. Mas, como é difícil para o povo saber o que é distritão, o que é distritinho, o que é sistema distrital misto, nós precisamos começar a falar. Falar o quê? Falar que, se o distritão for aprovado, nós teremos de novo 22 partidos, 23 partidos, 25 partidos, sei lá quantos partidos com representação no Congresso Nacional. E partidos que, às vezes, só têm um Deputado, mas que têm direito a voz, a fundo partidário, a programa de televisão. Ou seja, é um partido, mas não terá mais do que 100 mil votos, do que 120 mil votos nos Estados.

No meu Estado do Pará, um partido, para eleger um Deputado Federal, para fazer um representante chegar a esta Casa, tem que obter no mínimo 220 mil votos. Uma coisa é o partido gastar 10 milhões e obter 100 mil votos; eu quero ver chegar a 220 mil votos. Será assim que muitos chegarão aqui se o distritão for aprovado. O partido só lançará um nome. E já há candidato a Deputado Federal gastando no mínimo 100 mil reais por mês, pelo Brasil afora, gastando até 200 mil por mês; já há candidato a Deputado Estadual com uma caixinha de 100 mil por mês, comprando as eleições do ano que vem.

Então, não pensem que somente uma reforminha vai mudar as coisas. Daqui a pouco, nas próximas eleições, vamos ter caixa dois, financiamento de pessoa física e mais o financiamento público, ou seja, vai haver ainda mais dinheiro para a compra de votos neste País. O ideal de uma reforma política seria a aprovação de um fundo público e o fim da aliança proporcional. Se for o caso, vamos deixar do jeito que está. Porque fizemos uma reforminha, uma mudançazinha e chamamos isso de reforma política o sistema eleitoral está do jeito que está.

Eu penso que o eleitor brasileiro merece o mínimo de respeito. Nós precisamos explicar o que é distritão. Significa acabar com os partidos, significa que não haverá mais coeficiente eleitoral, significa que o partido, se achar que elege um candidato, vai lançar só um candidato;

se acha que vai eleger dois candidatos, só vai lançar dois candidatos. Como a maioria dos partidos deste País tem dono, aqui vão chegar exatamente os mais votados. O distritão é isto: a eleição do mais votado de cada partido. Se lá no Pará existem 17 vagas, serão os 17 mais votados. E o que os partidos vão fazer? Cada um vai fazer a conta: *"Eu só elejo um candidato. Então, só vou lançar um candidato"*. *"Eu elejo dois. Então, só vou lançar dois"*. Isso já vai valer para as eleições para Vereador de 2020.

Então, o distritão significa o enfraquecimento dos partidos. Eu quero ver como o País funciona, como o Presidente governa, como a democracia funciona com 22 partidos, 25 partidos com assento no Congresso Nacional. Em nenhum lugar do mundo existe isso, só no Brasil. Portanto, o distritão é mais um passo para a maracutaia política no Brasil.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 123/516

---

209.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	10/08/2017- 10:30
Publ.: DCD - 11/08/2017 - 41		JOÃO DANIEL-PT -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Lançamento do Plano Popular de Emergência pela Frente Brasil Popular.  
Defesa da instalação de Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para a reforma política.

---

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste meu pronunciamento parabenizo a iniciativa da Frente Brasil Popular, que vem fazendo em todo o País o lançamento do Plano Popular de Emergência. Trata-se de uma medida criada para curto, médio e longo prazos e, especialmente, para tirar da crise o nosso País.

Na última sexta-feira, nós tivemos o prazer de estar na sede da Ordem dos Advogados do Brasil em Sergipe, com centenas de militantes de movimentos sociais, populares, servidores públicos, e a nossa querida Deputada Estadual Ana Lúcia. E lá no auditório aconteceu um grande debate com uma das lideranças fundadoras da Frente Brasil Popular, o nosso companheiro Neuri Rosseto.

Ouvimos e debatemos o Plano Popular de Emergência para o Brasil. A grande saída para o País está na organização popular. O povo brasileiro precisa acreditar que a saída está num grande debate de construção de um projeto popular de desenvolvimento nacional que dê condições a todos - homens, mulheres, juventude - de terem uma vida com dignidade.

Está sendo realizado um grande debate em defesa da educação pública, sobre a importância das universidades, sobre a importância do SUS - Sistema Único de Saúde, sobre a saúde pública.

Nós não podemos aceitar que a PEC do Teto dos Gastos seja implantada da maneira como vem sendo. Já estamos vendo a situação dos Estados com relação à saúde e à educação, sem falar nos programas sociais.

Debate-se a questão das nossas riquezas minerais, a questão do petróleo, enfim, todas as questões estratégicas que um povo e uma Pátria precisam garantir dentro da soberania nacional.

Sr. Presidente, neste momento em que se debate a reforma política, eu quero parabenizar a Esquerda, o Relator, por todo o esforço que vem sendo feito, mas quero dizer também que não haverá reforma política com participação popular sem nós termos uma Constituinte eleita exclusivamente para isso.

Um Congresso Nacional que elege Eduardo Cunha, que tira uma Presidenta sem ter cometido crime, que inocenta um Presidente corrupto para não o investigar não fará uma reforma política com participação popular, a fim de melhorar a democracia.

Parabéns à Frente Brasil Popular, que no Brasil inteiro faz esse debate e está construindo, a partir da base, dos bairros, das periferias, dos estudantes, dos movimentos de moradia este grande projeto em defesa do Brasil!

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa. Muito obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar e parabenizar a iniciativa da Frente Brasil Popular, que vem fazendo em todo o País o lançamento do Plano Popular de Emergência. Trata-se de uma medida criada para curto, médio e longo prazos e, especialmente, para que o nosso País saia da crise que está vivendo.

Na última sexta-feira, dia 4 de agosto, nós tivemos o prazer de estar na sede da Ordem dos Advogados do Brasil em Sergipe, com centenas de militantes de movimentos sociais, militares, servidores públicos, a nossa querida Deputada Estadual Ana Lúcia. E lá no auditório aconteceu um grande debate com uma das lideranças fundadoras da Frente Brasil Popular, o nosso companheiro Neuri Rosseto.

Ouvimos e debatemos o Plano Popular de Emergência para o Brasil. A grande saída para o País está na organização popular. O povo brasileiro precisa acreditar que a saída está num grande debate de construção de um projeto popular de desenvolvimento nacional que dê condições a todos - homens, mulheres, juventude - de terem uma vida com dignidade.

Está sendo realizado um grande debate em defesa da educação pública, sobre a importância das universidades, sobre a importância do SUS - Sistema Único de Saúde, sobre a saúde pública e vários outros grande temas, como: *Democratização do Estado; Desenvolvimento, Emprego e Renda; Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Camponesa; Reforma Tributária; Direitos Sociais e Trabalhistas; Direito à Saúde, à Educação, à Cultura e à Moradia; Segurança Pública; Direitos Humanos e Cidadania, Defesa do Meio-Ambiente; Política Externa e Soberania.*

E aí nós não podemos aceitar que a PEC do Teto dos Gastos seja implantada da maneira como vem sendo feita. Já estamos vendo a situação dos Estados com relação à saúde e à educação.

Debate-se a questão das nossas riquezas minerais, a questão do petróleo, enfim, todas as questões estratégicas que um povo e uma Pátria precisam garantir dentro da soberania nacional.

Sr. Presidente, neste momento em que se debate a reforma política, eu quero parabenizar a Esquerda, o Relator, por todo o esforço que vem sendo feito, mas quero dizer também que não haverá reforma política com participação popular, sem nós termos uma Constituinte eleita exclusivamente para fazer a reforma política.

Um Congresso Nacional que elege Eduardo Cunha, que tira uma Presidenta sem ter cometido crime, que inocenta um Presidente corrupto para não o investigar não fará uma reforma política com a participação popular, a fim de melhorar a democracia.

Parabéns à Frente Brasil Popular, que no Brasil inteiro faz esse debate e está construindo, a partir da base, dos bairros, das periferias, dos estudantes, dos movimentos de moradia este grande projeto em defesa do Brasil!

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa. Muito obrigado.

#### PLANO A QUE SE REFERE O ORADOR

A Frente Brasil Popular apresenta suas propostas para restabelecer a ordem constitucional democrática, defender a soberania nacional, enfrentar a crise econômica, reverter o desmonte do Estado e salvar as conquistas históricas do povo trabalhador.

A pré-condição das medidas aqui listadas é o fim do governo usurpador, originário do golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, com a eleição direta de um novo chefe de Estado e o

estabelecimento de um governo oriundo das forças políticas e sociais progressistas e democráticas.

A saída democrática que propomos tem como pressuposto a antecipação das eleições presidenciais para 2017. Esse é primeiro passo para se travar uma ampla e persistente disputa política capaz de criar uma correlação de forças favorável a oportuna convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, destinada a refundar o Estado de direito e estabelecer reformas estruturais democráticas.

Este Plano Popular de Emergência representa, portanto, uma alternativa para enfrentar a crise gestada pela agenda antipatriótica, antipopular, antinacional e autoritária dos golpistas.

Tratam-se de medidas a serem imediatamente implementadas ou encaminhadas por um novo governo, escolhido soberanamente pelo voto popular.

As proposições aqui contidas têm como objetivo inverter, no mais curto espaço de tempo, os indicadores econômicos, sociais e políticos que resultaram do interregno golpista. E fazem conexão com as reformas estruturais necessárias para romper com o modelo de capitalismo dependente que tem produzido, entre outras chagas, o empobrecimento dos trabalhadores, especialmente das trabalhadoras e da população negra, injustiça social extrema, perda de Apresentação independência e recessão econômica, ao mesmo tempo em que concentra renda, riqueza e propriedade nas mãos de um punhado de barões do capital.

A libertação dos trabalhadores da cidade e do campo de sua condenação secular à exclusão está vinculada à luta por um plano de desenvolvimento soberano, emancipador, sustentável e integrado aos vizinhos sul-americanos.

Trata-se de implementar um projeto nacional de desenvolvimento que vise a fortalecer a economia nacional, o desenvolvimento autônomo e soberano, enfrentar a desigualdade de renda, de fortuna e de patrimônio como veios fundamentais para a reconstrução da economia brasileira, para a recomposição do mercado interno de massas, da indústria nacional, da saúde financeira do Estado e da soberania nacional, um modelo social baseado no bem-estar e na democracia.

A Frente Brasil Popular propõe debater esse programa junto às bases das entidades, movimentos e partidos do campo democrático, popular e progressista, inclusive influenciando as campanhas das candidaturas democráticas, populares e progressistas, tanto para cargos majoritários quanto legislativos.

A Frente Brasil Popular trabalha, também, para aprofundar o diálogo e a unidade entre as correntes democráticas, populares e progressistas, fortalecendo e ampliando alianças imprescindíveis para derrotar o bloco conservador que tomou de assalto o comando da República.

Este Plano é, portanto, uma proposta aberta para a discussão com a sociedade brasileira e integra o esforço coletivo da Frente Brasil Popular visando a unificação das forças democráticas, populares e progressistas, na luta pela derrogação do atual governo e construção de uma nova coalizão popular que enseje a retomada democrática e a



ascensão das grandes massas como sujeito da História.

#### I - DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO

1. Antecipação das eleições presidenciais para 2017.
2. Aprovação urgente da reforma política, com adoção do voto em lista partidária, financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, alternância entre homens e mulheres, cotas por raças e geracional de acordo com a densidade eleitoral de cada estado.
3. Revisão da atual lei do impeachment, com a adoção de referendos revogatórios para todos os cargos executivos e a realização de plebiscitos impositivos convocados por 20% do eleitorado ou convocados pelo presidente da República, além do Congresso Nacional.
4. Democratização da mídia, com adoção de legislação erradicando a propriedade monopolista de meios de comunicação, criando mecanismos de incentivo e proteção à pluralidade dos veículos de informação e da indústria cultural.
5. Democratização do Poder Judiciário, com o estabelecimento de mandatos para ministros das cortes superiores, ampliação e democratização do Conselho Nacional de Justiça, aprovação da lei contra abuso de autoridade, eliminação de privilégios e fortalecimento das salvaguardas constitucionais contra erros judiciais.

#### II - POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO, EMPREGO E RENDA

6. Revogação de todas as medidas de caráter antipopular, antinacional e antidemocrático aprovadas durante o governo usurpador.
7. Revogação da Emenda Constitucional 55 (que limita o crescimento dos gastos públicos por vinte anos), da Lei 4567/16 (que desobriga a Petrobras de ser operadora em todos os blocos do pré-sal), da Lei 4302/1998 (que libera terceirização da mão de obra).
8. Adoção de uma nova política econômica, tendo como vetor o desenvolvimento, adequando as taxas de juros, o câmbio e a política fiscal à realidade da economia brasileira e dentro de padrões internacionais, buscando elevar os investimentos a 25% do PIB no prazo de quatro anos.
9. Suspensão e reversão das concessões e privatizações decididas durante o governo usurpador, incluindo a venda de ativos das empresas estatais e os leilões das áreas de pré-sal. Política de desenvolvimento, Emprego e Renda II 4.
10. Criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento e Emprego, financiado pelo uso parcial das reservas internacionais, a queda das despesas financeiras e a reorganização do sistema nacional de impostos - que destine R\$ 100 bilhões anuais para obras de infraestrutura, saneamento, habitação, renovação energética e mobilidade urbana.
11. Reorganização do Programa Minha Casa, Minha Vida, com expansão da construção de moradias populares e plano de financiamento a longo prazo para reformas e melhorias residenciais.
12. Expansão e barateamento do crédito para produção e consumo, com prioridade para a economia popular e solidária, em movimento comandado pelos bancos públicos e lastreado pela redução dos

depósitos compulsórios.

13. Auditoria e redução do serviço da dívida interna, juros compatíveis com crescimento e geração de empregos, lei antitruste do sistema financeiro e fortalecimento dos bancos públicos.

14. Reajuste de 20% do Bolsa Família, entre outras medidas de expansão de gastos e investimentos sociais.

15. Adoção de um plano de desenvolvimento industrial, que articule investimentos estatais, política cambial, créditos dos bancos públicos e incentivos à iniciativa privada.

16. Reformulação das medidas de proteção às micros, pequenas e médias empresas, além das formas cooperativas de produção, unificando as políticas de benefício fiscal, prioridade nas compras governamentais, concessão de créditos, medidas de fomento via BNDES, assistência técnica, refinanciamento das dívidas e impulso à exportação.

17. Restabelecimento das regras de conteúdo nacional na indústria de petróleo e gás, extensiva ao setor elétrico e minerário, obrigando que as estatais comprem localmente 70% das embarcações, sondas, plataformas e equipamentos.

18. Alteração do artigo 243 da Constituição Federal, expandindo o confisco de bens e propriedades empresariais, atualmente restrito aos condenados por trabalho escravo e drogas, também para os sentenciados por corrupção, cujos ativos seriam incorporados à economia estatal, garantindo a continuidade dessas empresas e o emprego de seus trabalhadores.

19. Recuperar a política de investimentos em ciência, tecnologia e inovação como instrumento indispensável ao desenvolvimento soberano do país.

20. Aplicar a Política Nacional de Defesa (lançada em 2012 pela presidenta Dilma), modernizando as forças armadas e fortalecendo a indústria nacional de defesa.

### III - REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA

21. Retomada da reforma agrária e da desapropriação dos latifúndios improdutivos, com revisão imediata dos índices de produtividade e prioridade à distribuição de terras para famílias acampadas.

22. Desapropriação das fazendas em dívida irregular com a União e bancos públicos, além das propriedades rurais cujos controladores estejam condenados por trabalho escravo, corrupção e desmatamento criminoso.

23. Implantação de um programa nacional para a produção, industrialização e comercialização de alimentos saudáveis, com orçamento de R\$ 3 bilhões anuais.

24. Destinação de R\$ 2 bilhões anuais para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para garantir as compras governamentais junto a agricultores familiares e camponeses.

25. Linha de crédito no valor de R\$ 1 bilhão, estabelecida pelo BNDES, para a implantação de agroindústrias cooperativadas de assentados e agricultores familiares.

26. Implementação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA) e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), com a taxação de IPI e ICMS sobre todos os agrotóxicos.

27. Assegurar a titulação de todas as terras de comunidades quilombolas e a demarcação de todas as áreas indígenas, bem como uma política de fortalecimento e apoio à sua cultura e territórios.

28. Recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e transformação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em uma empresa estatal voltada à compra de alimentos da agricultura familiar e à adoção de programas públicos para distribuição de bens agrícolas.

### III - REFORMA TRIBUTÁRIA

29. Financiamento do Sistema Único de Saúde, a partir da recriação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), que deverá incidir sobre depósitos ou movimentações bancárias a partir de determinado valor, estabelecendo arrecadação compartilhada com estados e municípios.

30. Adoção do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), com alíquota anual variável entre 0,5% e 1% sobre os detentores de patrimônio líquido superior a oito mil vezes o limite de isenção previsto no Imposto de Renda para Pessoa Física do período arrecadatário.

31. Aumento do imposto sobre doações e grandes heranças, com repactuação do valor arrecadado entre União, estados e municípios.

32. Tributação de juros sobre capital próprio, com a revogação do benefício fiscal previsto na lei 9249/1995, que permite a dedução de despesas financeiras da base de cálculo tributário das empresas, por conta de créditos aportados pelos próprios acionistas.

33. Tributação sobre lucros e dividendos, eliminando isenção de Imposta de Renda sobre pessoas físicas e jurídicas (também prevista pela lei 9249/1995) na declaração de benefícios auferidos por suas participações acionárias.

34. Adoção de regime progressivo para o Imposto Territorial Rural sobre as grandes propriedades improdutivas. 35. Extensão do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para barcos, helicópteros e aviões.

36. Diminuição da carga tributária sobre bens e produtos de consumo popular. 37. Revisão da tabela do imposto de renda sobre pessoas físicas, com aumento do piso de isenção, ampliação progressiva das faixas de contribuição e redução da tributação sobre a produção e o consumo.

38. Auditoria de todas as isenções fiscais. Fim da isenção de contribuição previdenciária dos exportadores agrícolas. Revisão da Lei Kandir, com adoção de regras tributárias que gravem a exportação de commodities, bens e serviços.

### IV - DIREITOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

39. Aprovação da Consolidação de Leis Sociais, constitucionalizando o direito à renda mínima e a política de valorização do salário mínimo, entre outros benefícios.

40. Redução da jornada máxima de trabalho para 40 horas semanais, visando aumentar a geração de emprego e a melhora da qualidade de vida e trabalho.

41. Garantia do direito ao pagamento de salário igual para trabalho igual entre homens e mulheres, estabelecendo sistema de multas e exclusão das compras e créditos públicos às empresas infringentes.

42. Extensão da licença-maternidade de seis meses para todas as trabalhadoras; e extensão da licença-paternidade. Universalizar a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em cirandas (creches) de forma atender no mínimo, 50% das crianças de até três anos, priorizando as periferias das grandes cidades.

43. Reconhecimento da Convenção 158 da OIT e regulamentação do art. 7º da Constituição Federal que trata da proteção aos trabalhadores contra a demissão imotivada, como uma das formas de combate a altíssima rotatividade do mercado de trabalho brasileiro.

44. Facilitar e ampliar a proteção social através do Programa de Seguro Desemprego, facilitando o acesso e estendendo a cobertura do programa para os setores mais atingidos pela crise.

45. Revogação da Lei 13.429/2017 (terceirização irrestrita) e proposição de uma regulamentação que proteja os trabalhadores nessa condição, restringindo a terceirização às atividades-meio da empresa, além de garantir isonomia de salários, direitos e benefícios, bem como a liberdade de organização sindical e a responsabilidade solidária dos contratantes.

46. Combater e criminalizar as práticas antissindicais e fortalecer a negociação coletiva, através dos sindicatos, como instrumento de exclusiva melhoria das condições sociais da classe trabalhadora, tendo como patamar mínimo e inegociável os direitos previstos na legislação trabalhista vigente até o golpe.

47. Promover a sustentabilidade da seguridade social, garantido a manutenção dos benefícios e proteções existentes, ampliando e recompondo as receitas pela revogação da DRU, revisão das desonerações, aperfeiçoamento e ampliação dos instrumentos e estruturas de fiscalização previdenciária e do trabalho, combate a sonegação fiscal e revisão da legislação de execuções fiscais, com vista a uma maior efetividade na cobrança de débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas.

V - DIREITO À SAÚDE, À EDUCAÇÃO, À CULTURA E À MORADIA

48. Fortalecimento do SUS, viabilizando mudança do modelo de atenção à saúde, com reforço da atenção básica como referência para a organização da rede, elevando a qualidade, integralidade e equidade, priorizando as unidades próprias e reduzindo as desigualdades regionais (Revogação da emenda constitucional nº 95/2016 e aprovação da PEC 01/2015).

49. Cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, aumentando os investimentos no setor para 7% do PIB até 2019 e 10% até 2024, com efetiva destinação de 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para que esse objetivo seja

alcançado.

50. Revogação da reforma do ensino médio e da alteração as normas curriculares. (MP 746/16)

51. Envidar esforços para que todos os entes federados cumpram integralmente a lei do piso salarial profissional nacional do magistério e regulamentar o piso salarial e as diretrizes nacionais de carreira para todos os profissionais da educação (medidas previstas no art. 206, incisos V e VIII da Constituição Federal e na meta 18 do Plano Nacional de Educação).

52. Retomada do Programa Minha Casa Minha Vida, com priorização da faixa 1, para famílias com renda de até 1800 reais, com participação dos movimentos sociais na elaboração e execução de projetos.

Construção até 2018 de 300 mil unidades na modalidade MCMV entidades e 400 mil no Minha Casa Minha Vida Rural. Para ajudar a cumprir essa meta é necessário destinar áreas da SPU e INSS para moradia popular.

53. Revogação da MP 759/2016, sobre regularização fundiária urbana e rural, que desarticula conquistas históricas do direito à moradia segura, saneada, salubre, digna e saudável, protegendo os loteadores irregulares, grileiros de terras públicas e condomínios fechados de alto padrão.

54. Aplicação rigorosa dos artigos 181 e 182 da Constituição Federal, além das leis 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), 12.587/2012 (Mobilidade Urbana), 11.445/2007 (Saneamento Básico), 12.305/2010 (Resíduos Sólidos) e 13.089 (Estatuto da Metrópole).

55. Aprovação da PEC 282/2008, que vincula recursos diretos do orçamento para habitação popular.

56. Promoção da cultura a partir do fomento de grupos culturais e através da retomada e reestruturação da Rede Cultura Viva de Pontos de cultura.

#### VI - SEGURANÇA PÚBLICA

57. Revisão da atual política de segurança pública, com a subordinação das ações das policias a rígida defesa dos direitos humanos e à liberdade de manifestação dos movimentos sociais.

58. Adoção de uma nova política de combate às drogas, com sua legalização progressiva, que descriminalize usuários.

59. Mutirão para libertar do sistema carcerário os presos com sentença cumprida, direito legal à progressão penal ou detidos irregularmente em caráter provisório.

60. Eliminação efetiva dos autos de resistência, com a promoção de políticas públicas destinadas ao apoio e atendimento das famílias dos jovens negros assassinados ou agredidos por forças policiais.

61. Mudanças no sistema judicial e no código penal, promovendo penas alternativas e justiça restaurativa.

#### VII - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

62. Descriminalização do aborto e regulamentação de sua prática no serviço público de saúde.

63. Retomada do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher e do programa "Mulher, Viver Sem Violência".

64. Promoção de políticas públicas e educacionais de combate ao racismo, ao machismo, à homofobia e a toda forma de preconceito.  
65. Inclusão de orientações sobre identidade sexual e de gênero na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). 66. Criminalização da violência e discriminação contra população LGBT. 67. Aprovação do PL 5002/13 conhecido como Lei João Nery, que regulamenta identidade de gênero.

68. Recriação dos ministérios de Direitos Humanos, Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial.

#### VIII - DEFESA DO MEIO-AMBIENTE

69. Programa de revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, com recuperação das fontes e nascentes, proteção das margens e saneamento básico das cidades ribeirinhas.

70. Programa de controle, contenção e combate às queimadas, especialmente no Cerrado e na Amazônia.

71. Programa de controle, contenção, combate e repressão ao desmatamento ilegal, de modo especial na região amazônica.

72. Programa de recuperação, revitalização e conservação das fontes, nascentes e cursos d'água, particularmente no Cerrado e nas bacias hidrográficas de abastecimento dos grandes e médios centros urbanos.

73. Programa de estímulo ao plantio de árvores, à proteção das nascentes e à proteção para o uso comum dos bens da natureza.

74. Adoção de medidas concretas de proteção ao meio ambiente e de revitalização nas grandes cidades e periferias.

#### IX - POLÍTICA EXTERNA SOBERANA

75. Retomada da política externa independente, com o fortalecimento da integração regional da América Latina e de blocos contra-hegemônicos como o BRICS, recuperando a orientação por uma nova ordem mundial baseada na paz, na autodeterminação dos povos e no respeito à soberania das nações.

76. Fortalecimento de instituições regionais como o Mercosul, a Unasul e a Celac, com prioridade à consolidação do Banco do Sul (BDS), dos projetos comuns de infraestrutura e dos planos unificados de desenvolvimento.

77. Criação do Conselho Nacional de Política Externa, com participação pluriministerial e de representantes da sociedade civil.

---

Documento 124/516

---

209.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

10/08/2017-10:36

Publ.: DCD -  
11/08/2017 - 48

DELEGADO WALDIR-PR -GO

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES

---

### *Sumário*

Inoportunidade da aprovação, pela Comissão Especial da Reforma Política, da proposta de criação de fundo público para financiamento de campanhas eleitorais.

---

**O SR. DELEGADO WALDIR (PR-GO. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos assistem neste momento, ontem a Comissão Especial da Reforma Política aprovou, para as eleições do próximo ano, proposta que prevê recursos da ordem de 3,2 bilhões para campanhas eleitorais. Essa proposta ainda virá para o plenário. Queria fazer um alerta aos Srs. Parlamentares. Nós vivemos uma grande crise financeira. O Governo Federal tem cortado recursos, o orçamento impositivo não vem sendo cumprido, pessoas têm morrido nos hospitais, não temos segurança pública. Eu acho que é uma loucura aumentar neste momento os recursos para a campanha eleitoral do ano que vem de candidatos a Deputado Estadual e Federal, a Senador, a Governador e a Presidente da República. Nós temos que ter os pés no chão e pensar como cidadãos. Se não temos o básico, como vamos colocar dinheiro público na política, para a eleição de Parlamentares? Acho isso uma covardia. Obrigado.

---

Documento 125/516

209.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

10/08/2017-10:36

Publ.: DCD -  
11/08/2017 - 48

GONZAGA PATRIOTA-PSB -PE

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Realização, pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, de investimentos em projetos de irrigação nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Imediata regularização do fornecimento de água aos colonos assentados no Projeto Fulgêncio, no Município de Santa Maria da Boa Vista, Estado de Pernambuco. Associação ao pronunciamento do Deputado Pastor Eurico a respeito do transporte de veículos fabricados pela montadora FIAT. Repúdio à criação, pela Comissão

Especial da reforma política, de fundo para financiamento de campanhas eleitorais.

---

**O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero fazer três registros neste pronunciamento.

O primeiro registro é sobre os investimentos de 47 bilhões de reais feitos pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco - CODEVASF que vão atender grande parte da Região Nordeste, Pernambuco e vários outros Estados. Isso é muito importante. Quero parabenizar a nossa querida Kênia Marcelino, a Presidente da CODEVASF, por esse trabalho.

Aproveito oportunidade para fazer aqui um apelo: enquanto está havendo esse investimento - e nós nos congratulamos por isso -, há 3 dias está sem água o Projeto Fulgêncio, em Santa Maria da Boa Vista, por falta de pagamento da conta de energia elétrica. Pelo amor de Deus, espero que isso se resolva hoje!

O segundo registro, Sr. Presidente, é sobre o pronunciamento do Pastor Eurico, que mostrou uma desigualdade existente em Pernambuco. Os pernambucanos estão organizados com o Sindicato dos Cegonheiros, mas, lamentavelmente, um sindicato fajuto apareceu por lá, convenceu algumas autoridades do Estado e domina 95% do transporte dos veículos fabricados pela FIAT. Nós não vamos aceitar isso lá em Pernambuco.

E o terceiro registro, Sr. Presidente, é no sentido de fazer minhas as palavras de vários Parlamentares que aqui me antecederam em relação a essa reforma política. Não tem nada a ver com reforma política o que se fez ontem na Comissão. Eu acho que esse sistema do distritão é interessante, mas nós não podemos eliminar os pequenos partidos. Foi permitida a criação e a coligação de um grande número de pequenos partidos, e, já em 2022, não vão existir mais essas coligações.

Além disso, num país falido que aumentou 40% o preço de 1 litro de combustível - no papel, porque no posto esse preço aumentou em mais de 1 real -, nós não podemos aceitar, nessa chamada "reforma política", a criação, meu querido Deputado Severino Ninho, de um fundo de mais de 3 bilhões de reais. Isso vai para quem?

Quem é Deputado como eu há 35 anos, 9 mandatos, sabe. Eu nunca recebi um centavo desse tal de fundo, nem de fundo político, nem de fundo de empresário, nem de fundo citado em Lava-Jato.

Cada um que faça a sua campanha com o que tem! Se puder gastar 100 mil reais, 200 mil reais, que gaste. Agora, destinar dinheiro do povo para campanha de político não vamos aceitar. Vamos derrubar essa proposta, porque isso é indecente num País que está quebrado, com 15 milhões de pessoas desempregadas.

Sr. Presidente, deixo um grande abraço a V.Exa. e a toda a família mineira.



**O SR. PRESIDENTE** (Leonardo Monteiro) - Obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o investimento de R\$ 47 milhões da CODEVASF garante abastecimento humano e produção irrigada no Nordeste.

O investimento de R\$ 47 milhões do Governo Federal, executado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, está assegurando abastecimento de água para 150 mil pessoas e garantindo a manutenção de 150 mil empregos nos Estados nordestinos de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além de evitar prejuízos anuais à produção agrícola que poderiam alcançar R\$ 1,5 bilhão.

*"A CODEVASF monitora variações nos níveis de captação de água, elabora diagnósticos e planos de intervenção e, em conjunto com o Ministério da Integração Nacional, implanta infraestruturas para garantir a regularidade da oferta de água a seus projetos de irrigação, que produzem alimentos e geram empregos"*, destaca o diretor da Área de Gestão de Empreendimentos de Irrigação da CODEVASF, Luís Napoleão Casado.

A ação permitiu aquisição e instalação de equipamentos de captação de água sobre flutuantes e desassoreamento dos canais de chamada no Rio São Francisco. *"O objetivo é evitar as perdas e garantir a manutenção sustentável dos empreendimentos agrícolas irrigados geridos pela CODEVASF na região"*, informa Márcio Adalberto Andrade, analista em Desenvolvimento Regional e assessor da Presidência da Companhia.

Dos R\$ 47 milhões investidos, mais de R\$ 35 milhões aplicados entre os anos de 2014 e 2017 garantiram equipamentos de captação de água sobre flutuantes visando reduzir os efeitos da escassez de água nos perímetros irrigados nos quatro Estados nordestinos que foram afetados pelo baixo nível do Reservatório de Sobradinho, que fica em Pernambuco.

Além do investimento inicial, fruto de uma descentralização orçamentária da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, Sr. Presidente, a CODEVASF também vai investir mais R\$ 12 milhões no projeto público de irrigação Boacica, localizado em Alagoas.

*"Conseguimos reduzir os efeitos da seca e garantir a atividade produtiva nesses Estados"*, comenta Adalberto Andrade, explicando que os quatro Estados concentram 14 projetos públicos de irrigação e ocupam aproximadamente 60 mil hectares em áreas destinadas à produção de banana, uva, manga e arroz, entre outros.

O analista explicou que o novo sistema de bombas de captação sobre flutuantes foi a solução encontrada pelos técnicos da CODEVASF para garantir a regularidade da oferta de água nas áreas de produção

irrigada afetadas pelos baixos níveis de vazão do São Francisco a partir do Reservatório de Sobradinho, que desde 2013 sofre os efeitos da escassez das chuvas.

Com o sistema de flutuantes instalado pela CODEVASF, as bombas se deslocam acompanhando a variação do nível do manancial hídrico, além de possibilitar o desassoreamento dos canais de aproximação, o que facilita a captação de água em baixa vazão.

No Estado de Pernambuco, foram investidos R\$ 28,7 milhões na instalação de flutuantes, ensecadeiras e desassoreamento do canal de chamada, contemplando os projetos Nilo Coelho, Brígida, Fulgêncio, Manga de Baixo, Apolônio, Sales, Barreiras e Icó.

No projeto Boacica, em Alagoas, no ano de 2017, a CODEVASF projeta investir cerca de R\$ 12 milhões na readequação das bombas de captação, com dois módulos flutuantes equipados com três conjuntos de motobombas cada, na Estação de Bombeamento Ceci Cunha. No Projeto Itiúba, no Município de Porto Real do Colégio, estão sendo aplicados R\$ 1,7 milhão na aquisição de moto bombas flutuantes.

A CODEVASF, Sr. Presidente, aplicou R\$ 3,2 milhões na aquisição de bombas anfíbias para os projetos Betume, Cotinguiba-Pindoba e Propriá, localizados em Sergipe. Os empreendimentos Curaçá, Maniçoba e Pedra Branca, na Bahia, receberam R\$ 4,6 milhões para a instalação de motobombas flutuantes.

---

Documento 126/516

---

209.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

10/08/2017-10:44

Publ.: DCD -  
11/08/2017 - 51

JOSÉ FOGAÇA-PMDB -RS

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento contrário à implantação do sistema de voto denominado distritão e à elevação dos recursos do fundo partidário para custeio de campanhas eleitorais.

---

**O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, no momento em que o País vive uma de suas maiores crises políticas, senão a maior, no momento em que está cercado,

envolvido, numa enorme crise econômica e, obviamente, também, num momento de perplexidade moral, de crise ética, a reforma política deveria ter uma direção: a direção do barateamento, da redução de custos de campanha. O sistema eleitoral chamado "distritão" caminha na direção oposta, na direção do encarecimento da campanha. Daí o porquê deste aumento superlativo do fundo partidário para mais de 3 bilhões de reais. Não podemos concordar com isso, Sr. Presidente. Nossa posição é totalmente contrária à aprovação dessa medida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 127/516

---

209.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	10/08/2017-10:48
Publ.: DCD - 11/08/2017 - 52	MARCOS ROGÉRIO-DEM -RO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Acerto da aprovação, pela Comissão Especial da reforma política, da proposta de adoção no País do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM-RO. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, de ontem para hoje esta Casa avançou na proposta de reforma política, e foi aprovada na Comissão o sistema do distritão.

Estou ouvindo os discursos e os debates e vejo que a Oposição precisa se definir: ou defende o poder de escolha do eleitor, de verdade, ou para de mentir para a sociedade brasileira. Eles dizem aqui que *"querem eleições diretas para Presidente em caso de vacância até o último ano de mandato"*, mas, no caso da reforma eleitoral, em que o modelo escolhido está sendo o distritão, em que serão eleitos os mais votados, eles dizem que não serve, porque *"vão permanecer os mesmos no Parlamento"*. Ora, quem vai escolher não é o eleitor? Como afirmar que os mesmos permanecerão aqui se o que vai escolher é o voto do eleitor?

Então a Oposição, Sr. Presidente, não acredita no poder de escolha do eleitor? Parece-me uma contradição. Num caso, defende eleições diretas para Presidente; no outro, escolha indireta pelo modelo atual, proporcional, que é uma combinação de resultados. Ou seja, a

Oposição não quer mudança.

Com a mudança no sistema de escolha, passando para o distritão, os eleitos serão os mais votados. Repito: com a mudança no sistema, passando para o distritão, o eleito será o mais votado - respeito à decisão do eleitor. Dizer o contrário é agredir a vontade do eleitor; é mentir para manter o que temos hoje.

Vejam bem quem está defendendo a mudança e quem está defendendo a manutenção do atual modelo.

Em quantos Estados acontece de o mais votado ficar de fora do mandato e o que teve menos voto ocupar a cadeira, numa sub-representação? Se aprovada a proposta do distritão aqui no plenário, os mais votados serão os eleitos. Os que obtiverem o maior número de votos serão os representantes da sociedade brasileira.

Eu não vejo por que não acolher um modelo que respeita o voto, que respeita o eleitor. O eleitor vai votar, e o resultado do voto é que vai determinar quem vai ocupar assento na Câmara de Vereadores, nas Assembleias e na Câmara Federal.

O distritão é o respeito ao eleitor, é o respeito ao voto, é o respeito à soberania popular. Dizer o contrário é tapear a sociedade.

---

Documento 128/516

---

209.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	10/08/2017-10:56
Publ.: DCD - 11/08/2017 - 56		ASSIS CARVALHO-PT -PI
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento contrário à implantação do sistema de votos denominado distritão.

---

**O SR. ASSIS CARVALHO** (PT-PI. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero somente advertir a sociedade de mais um golpe que ronda esta Casa, que é o tal do distritão.

O distritão tem uma lógica absurda, por meio da qual este Parlamento e o povo brasileiro podem passar a ser representados por 30% dos votos, tendo 70% descartados. Acaba-se totalmente com a lógica de partido, e cada pessoa é uma entidade.

Este é um sistema que beneficia os ricos; aqueles que têm programa

de televisão; aqueles que têm condições de se impor, sufocando todo o movimento social e os mais humildes, que fazem o cotidiano da política, falando com sindicatos, falando com entidades, falando com pessoas humildes.

É um sistema absurdo! Parece que não há nada tão ruim que não possa piorar. O sistema vigente é ruim, mas o distritão é um absurdo! Portanto, que a sociedade fique atenta e se oponha a essa maldade que, lamentavelmente, se desenha nesta Casa.

---

Documento 129/516

---

210.3.55.O

Sessão Não Deliberativa de  
Debates - CD

10/08/2017-14:30

Publ.: DCD - 11/08/2017  
- 107

ROBERTO DE LUCENA-PV -SP

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO  
EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Congratulações à Presidenta do Supremo Tribunal Federal, Ministra Carmen Lúcia, pela decisão contrária a reajuste dos subsídios a membros do Poder Judiciário. Apresentação pelo orador de proposta de emenda à Constituição sobre o congelamento, pelo prazo de 5 anos, do aumento dos subsídios dos detentores de mandato eletivo nas esferas federal, estadual e municipal. Reexame do montante de recursos aprovados pela Comissão Especial da reforma política para custeio de campanhas eleitorais.

---

**O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV-SP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, ilustre Deputado Luiz Couto, grande representante do povo paraibano, Sras. e Srs. Deputados, eu quero inicialmente cumprimentar o Supremo Tribunal Federal, que, na data de ontem, tomou a decisão, capitaneada pela sua Presidenta, de não conceder aumento de 16% para o Judiciário.

É importante lembrar, Deputado Evair Vieira de Melo, que este aumento para o Judiciário repercutiria, num efeito cascata, no Ministério Público, no Executivo e no Legislativo, em todos os níveis - Federal, Estadual e Municipal.

Embora aparentemente o impacto de 2 milhões de reais sobre o orçamento do Judiciário não fosse tão importante e tão expressivo, no efeito cascata isso representaria um impacto de bilhões de reais exatamente no instante em que o Brasil enfrenta uma crise profunda, que tem imposto um preço enorme a toda a sociedade brasileira.

Os dirigentes, os agentes públicos e as lideranças públicas deste País precisam num momento como este, em que o povo já paga a sua parcela na conta e mais do que assume, mais de uma vez, a sua responsabilidade, levar em consideração que precisamos dar exemplo. Em relação ao aumento do Judiciário, é preciso também que lembremos que aprovamos, em história recente, um teto de gastos de até 20 anos. Quando nós temos um orçamento absolutamente estrangulado, comprometido, é necessário que se diga de onde haveria de se tirar o recurso para compor este aumento que seria dado ao Judiciário e, num efeito cascata, ao Legislativo e ao Executivo. É importante, Sr. Presidente, lembrar que eu apresentei, ano passado, uma proposta de emenda à Constituição para congelar todos os salários de todos os políticos do Brasil, nos níveis federal, estadual e municipal, durante um período de pelo menos 5 anos, enquanto o Brasil enfrentasse esta crise e colocasse as contas em ordem, considerando que devemos respeito à população brasileira. Eu quero, portanto, cumprimentar o STF e a sua Presidente pela iniciativa de ter capitaneado esse debate e por ter impedido que essa aberração, que esse escândalo pudesse, neste momento, novamente nos trazer um difícil descompasso com a sociedade brasileira. Lembro também, Sr. Presidente, que nós estamos discutindo nesta Casa a reforma política. Ontem, a Comissão que discute o tema aprovou o fundo eleitoral, que, naturalmente, será ainda discutido e votado no Plenário. Esse fundo eleitoral, aprovado como foi ontem, dá-se no valor de aproximadamente 3,6 bilhões de reais. Eu compreendo que, não havendo financiamento privado de campanhas, é necessário que haja o financiamento público. No entanto, nós precisamos rever este valor, este montante, que não pode ser tão estratosférico. Eu estou propondo, inclusive, como forma de compensação, que nós façamos a reflexão em relação ao fundo partidário, de forma que nós não tenhamos um pagamento compulsório da sociedade, através dos seus impostos, do fundo que viabiliza, que patrocina os partidos políticos; mas que os partidos políticos possam ser financiados, possam ser mantidos por uma contribuição voluntária por parte dos seus filiados. Quero, portanto, contribuir com esta reflexão. É o momento de nós levarmos o Brasil a sério e levarmos a sério a sociedade e a população brasileira. Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que eu tinha a dizer. Que Deus abençoe o Brasil.

---

### ***Sumário***

Necessidade de realização da reforma política. Falta de sincronismo entre o ritmo do processo legislativo e a velocidade da informação diante dos avanços tecnológicos. Existência de crise de confiança, por parte da sociedade brasileira, nos partidos políticos e nos políticos. Crítica à intolerância praticada no campo da negociação política. Contrariedade à adoção do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. PAULO HENRIQUE LUSTOSA** (Bloco/PP-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, prezados telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, o tema que me traz aqui nesta nossa quinta-feira é a reforma política. Diante deste semestre ou deste último ano de extrema turbulência política e de muita agitação nesta Casa Legislativa, o tema podia ser dos mais variados, com as mais diferentes conotações. Podíamos estar discutindo toda essa questão da conjuntura política momentânea, podíamos estar nos dedicando à reforma trabalhista, recentemente aprovada, ou às várias outras reformas que estão em pauta nesta Casa. No entanto, o tema da semana e que eu elegi para tratar é o da reforma política.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta semana, passada a refrega em torno da denúncia contra o Presidente Michel Temer, nós temos no bojo da discussão a reforma política e temos uma Comissão desta Casa tratando de uma série de temas relacionados a isso. Não por coincidência, olhando os meus arquivos - já estou há 10 anos nesta Casa Legislativa -, encontrei registro da minha participação, com um aparte, num discurso feito pelo então Deputado Federal Flávio Dino, hoje Governador do Estado do Maranhão. Nesse seu discurso, feito em dezembro de 2008, S.Exa. fazia um balanço daquele ano legislativo que se encerrava.

Faço aqui uma citação literal da fala do Deputado:

*Em 2009, teremos a necessidade de enfrentar dois temas que são tabus, que sempre fazem muito sucesso retórico e têm pouco efeito prático: de um lado, a reforma tributária, tão prometida, tão ensaiada e nunca implementada com a largueza e a profundidade que a sociedade brasileira exige; de outro lado, a reforma política.*

A reforma política e a reforma tributária marcavam os 20 anos da Constituição de 1988. E o Parlamentar lembrava:

*Embora tivessem ocorrido sucessivas tentativas de corrigir topicamente pontos do sistema tributário nacional e do sistema político erigidos pelo Constituinte originário, ainda havia muito o que fazer em termos de reforma.*

Especialmente no tocante à reforma política, o Parlamentar alertava

para a necessidade do debate - as discussões seriam sobre a duração dos mandatos, o fim da reeleição, o sistema eleitoral. Ele também alertava sobre a necessidade de encontrar caminhos para aumentar a aderência e a relação entre representantes e representados.

O mais importante é que o Parlamentar chamava a atenção para o fato de que não podíamos colocar o pórtico da reforma política de forma açodada naquele momento. E passo a ler o texto dele:

*Se o fizermos, os vetos cumulativos, os vetos cruzados, encarregar-se-ão, mais uma vez, de sepultar a reforma política, fazendo com que aquele quadro da reforma prometida e nunca alcançada se mantenha, aquele tema de grande sucesso que ecoa nas paredes do Parlamento, mas que tem pouca consequência prática.*

Naquele mesmo dia, aparteei o Deputado, juntamente com o ex-Ministro Miro Teixeira, que ainda hoje é nosso colega de Parlamento. Eu disse que, coincidentemente, em 2007- há exatos 10 anos -, eu havia escrito um artigo cujo título era *Uma Reforma Política para 2022*. Na época, fui muito criticado, porque, como sempre, a sociedade brasileira tem urgências e, como sempre, nós do Congresso Nacional somos cobrados para dar prontas respostas.

O que eu dizia não era que a reforma tinha que começar em 2022, mas o processo de reforma deveria estar concluído em 2022, por um motivo. Naquela época, e hoje eu repito, dizia-se em tom de brincadeira que a melhor reforma política é aquela que garante a minha reeleição. Ou seja, cada um dentre os 513 Parlamentares tem o seu conceito de reforma política. E esse conceito de reforma política é normalmente aquele que melhor atende aos seus interesses e às particularidades do seu Estado, do seu partido ou da sua linha político-ideológica.

Isso é errado? Claro que não! Mas é impossível, às portas de uma nova eleição, às portas do momento em que cada um de nós vai voltar à sociedade brasileira e pugnar pela renovação dos nossos mandatos, que consigamos construir um acordo de reforma para 2018.

Da mesma forma, em 2008, era impossível, e já alertava o Deputado Flávio Dino, que chegássemos a uma reforma que fosse consistente, que fosse responsiva às expectativas da sociedade para 2010. Como dizia Flávio Dino, os vetos, os vetos cruzados, os vetos de interesse, os interesses circunstanciais evitavam que tivéssemos uma definição conclusiva e de largo escopo.

Havia a necessidade, como há hoje, de estabelecimento de um horizonte. Esta reforma não precisa começar e terminar em 2018, mas ela precisa dar a todos os agentes políticos e não só ao Parlamento, mas à sociedade principalmente, uma ideia de onde ela vai nos levar. Onde nós queremos chegar com essa reforma política ou com a próxima que virá?

Esta, na forma como se desenha, vai repetir o que nós assistimos ao final do meu primeiro mandato, na 53<sup>a</sup> Legislatura, o que eu assisti no final do segundo mandato, na 54<sup>a</sup>. Vamos ter provavelmente soluções tópicas e pontuais que, se estiverem dissociadas de uma concepção, de um projeto de reforma política de longo prazo, hão de se perder na



próxima reforma, porque a próxima pode avançar ou retroceder. A questão central, então, 10 anos depois desse artigo, continua sendo aonde nós queremos chegar. Aonde nós queremos chegar com a reforma política, que não seja meramente a construção de uma forma de nos reelegermos? Uma reforma política, ainda que tenha que atender ao meu interesse, ao seu interesse, ao interesse de cada um dos 513 Parlamentares, deve ir além da mera preocupação da reeleição imediata de cada um de nós. Aonde queremos chegar? Por que estamos discutindo a reforma política hoje e sempre? É um diagnóstico de onde estamos hoje, para termos uma ideia de aonde podemos pretender chegar.

Primeiro, vivemos hoje um problema de crise na democracia representativa - e isso não é um problema do Brasil, não é um problema nacional exclusivo desta Casa Legislativa. No mundo inteiro, as sociedades estão se questionando se a democracia representativa, no formato como é hoje concebida, é o melhor sistema para os povos se governarem. Ela continua sendo o menos pior, porque não apareceu nada para substituí-lo. Mas não podemos fechar os olhos para o que trazem as novas tecnologias da informação.

Eu me lembro de quando meu pai foi Deputado nesta mesma Casa, há 30 anos, 40 anos, nos anos 70, no início dos anos 80. Quando ele ia ao Ceará, para visitar suas bases eleitorais, ele era o portador das discussões que ocorriam nesta Casa. Era ele que chegava a Sobral, a Massapê, a Coreaú, ao Distrito que ele fosse, com a informação para o eleitor sobre qual era a pauta, quais eram os temas em discussão e as posições dos partidos. E lá ele colhia dos seus eleitores o que o seu povo estava pensando. E quando ele chegava a esta Casa, era ele o único portador daquela informação. Ninguém mais sabia o que o cidadão, na base eleitoral, estava pensando sobre reforma política, sobre o Governo, sobre o imposto, sobre a seca. Era ele que trazia a notícia.

Hoje, Sr. Presidente, nós entramos no avião, para sair da nossa cidade e vir para cá, e 2 horas depois, quando desembarco aqui em Brasília e ligo o meu telefone, chega um monte de mensagem, pelo WhatsApp, do meu eleitor, avisando sobre coisas que eu nem soube que aconteceu, cobrando de mim posição sobre aspectos a respeito dos quais sequer iniciamos uma discussão, sobre os quais ele já ouvi falar, já teve a informação e, em alguns casos, já formou posição. Enquanto isso acontecia, eu ainda nem havia conseguido chegar à Câmara dos Deputados, nem havia entrado em uma Comissão para debater com os colegas. Essa é uma questão que precisamos enfrentar.

O nosso sistema de democracia representativa vai ser permanentemente colocado em cheque, porque há, sim, um assincronismo entre o rito necessário para que o processo legislativo e a representação democrática cumpram os princípios constitucionais de representar o povo, de respeitar as minorias, de garantir o Estado de Direito e a capacidade que hoje a sociedade tem de se informar, de produzir juízo de valor e de defendê-lo. Nós temos que enfrentar esse problema, mas o sistema eleitoral e a proposta de reforma política que

está feita passam ao largo dessa discussão.

Há um segundo problema, este mais nacional, embora mundialmente também apresente sequelas, porque decorre em parte do primeiro problema: há uma crise de confiança nos partidos e nos políticos. Essa crise de confiança se dá, em parte, por conta dessa falta de sincronia, dessa dissociação entre os ritmos e as velocidades da sociedade; em outra parte, ela se dá como consequência dos escândalos, da corrupção, de tudo isso a que estamos assistindo.

A sociedade brasileira não compreende, não acredita e não respeita mais nem os partidos políticos, nem, e cada vez menos, a classe política. Essa problemática, essa situação de desconforto é outro tema que precisa e merece ser atacado por uma reforma política.

A reforma política precisa criar condições para que a sociedade brasileira volte a enxergar nos partidos políticos e nos seus representantes, neste plenário e nesta Casa, sua voz, sua posição e suas bandeiras. Passados 20 anos, quase 30 anos da Constituição, quando nós olhamos os programas partidários e os posicionamentos partidários, vemos uma geleia geral. Todos nós defendemos as mesmas coisas, todos nós temos as mesmas posições, ressalvada uma ou outra posição mais extremada de alguns partidos que têm uma atuação até destacada hoje no Parlamento. Não é sem surpresa que vemos que os discursos mais radicais, sejam à esquerda, sejam à direita, estão ganhando espaço na sociedade. Isso ocorre porque os demais partidos, os grandes partidos, os partidos que representam a maioria da população perderam a absoluta e completa diferença de identidade. Nada nos discrimina, nada nos separa, nem conduta ética, nem posicionamento ideológico. Nada nos separa.

Nós precisamos enfrentar esse problema, Deputado Chico Lopes, para o qual a reforma política precisaria atentar. Não podemos ter essa multiplicidade de partidos. Digo isso não por ser contra a multiplicidade dos partidos, mas os partidos precisam existir porque eles respondem ou porque eles representam ideias, segmentos e propostas que a sociedade brasileira abraça. E não isso que nós vemos. Não é a isso que assistimos. A reforma política também parece, em alguns pontos, olhar para esse problema, mas não o colocar na relevância que merece.

Por fim, mas não menos importante, destaco que há uma terceira crise, essa é muito nossa, mas é também mundial e é a mais grave. Nós vivemos hoje uma crise de intolerância. A política, que sempre foi o espaço para dirimir o conflito, que foi concebida como o lugar, a arena em que a sociedade coloca interesses contraditórios, opostos, e constrói soluções negociadas, soluções pacíficas, está sendo destruída pela intolerância.

Dividimos o nosso País artificialmente entre coxinhas e mortadelas, entre azul e encarnado, entre um lado e outro, e perdemos a capacidade de entender que as divisões, que são necessárias, programáticas e ideológicas, não podem minar o campo da negociação política. Eu não posso, porque penso diferentemente do Deputado Chico Lopes em alguns aspectos, negar-me a respeitar o direito dele

de ter uma posição divergente da minha e me negar a dialogar com ele. E a isso que nós estamos assistindo na política brasileira. A política está ficando estridente e histriônica. As pessoas, os partidos e as discussões perdem o fim e o objetivo próprio da política, que é construir consensos e soluções mediadas que acatem diversos interesses, que consigam conciliar, entre a contradição e os opostos, e chegar a um mínimo múltiplo comum, um mínimo em torno do qual as partes concordem.

**O Sr. Chico Lopes** - Permita-me um aparte?

**O SR. PAULO HENRIQUE LUSTOSA** - Tem V.Exa. a palavra.

**O Sr. Chico Lopes** - V.Exa. coloca o dedo na ferida. Nós estamos correndo ou nos preparando para o partido único. Esse tipo de distritão talvez exista no mundo, num país republiqueta sem lei. O Brasil, com toda dificuldade, sempre lutou por mais democracia. Eu quero lembrar um fato ao jovem que está na tribuna: o regime militar foi muito violento, mas nós saímos do regime militar sem dar um tiro em militar, sem aumentar a violência, como era a violência feita pelo regime militar. Então, nós temos tendência à democracia, com toda dificuldade que nós temos, mas temos. Então, quero parabenizar V.Exa. por essa preocupação de que haja mais democracia, em vez de menos democracia. Parabéns a V.Exa. pelo discurso.

**O SR. PAULO HENRIQUE LUSTOSA** - Muito obrigado, Deputado Chico Lopes. Fico feliz, até porque acertei ao abrir este discurso fazendo uma referência ao seu colega de partido, o Deputado Flávio Dino.

No meio a toda essa crise a que nós estamos assistindo, o que esta Casa está propondo? O que é que até agora, Deputado Chico Lopes, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós vimos avançar nas discussões?

Há dois pontos que me parecem positivos e que contribuem para melhorar esse cenário de crise a que nós estamos assistindo. O primeiro é o fim das coligações proporcionais. E eu acho que isso não deveria esperar para 2020 ou 2022. Não é possível que nós neguemos aos partidos a obrigação de ter identidade político-ideológica. Não é possível permitir que partidos que teoricamente defendem bandeiras antagônicas e distintas possam, por uma conveniência eleitoral, conjuntural, formar coligação e depois, neste Plenário, sentarem-se em campos opostos de discussão. Isso não é justo com o eleitor. Não é justo que eleitor vote em um político de um partido que tenha posicionamento mais à esquerda e eleja, por causa da coligação, um político conservador, ou vice-versa. Isso não é honesto.

Nós acreditamos, sim, que é um avanço dar por fim a possibilidade da coligação proporcional, respeitadas as coligações majoritárias e respeitada a possibilidade de federação, uma federação nacional de partidos, em que os partidos encontrem identidade ideológica e se somem não apenas nas eleições, mas também no Plenário desta Casa, durante os 4 anos. Esse é um ponto positivo.

O segundo ponto positivo é a cláusula de desempenho. Nesse aspecto, eu queria até me associar à bancada do PCdoB. Aliás, vejam

que, embora eu esteja no Partido Progressista, eu defendo posições que melhoram a democracia não porque o Partido Comunista também as defenda, ou porque os outros partidos também as defendam. Mas a ideia que precisa ser resgatada como princípio é a do desempenho. A ideia da cláusula de barreira me parece interessante, mas temerária, porque quem não chega à barreira está morto na origem. Com a cláusula de desempenho, não. Com a cláusula de desempenho, Sr. Presidente, nós poderíamos voltar a ter uma coisa que tivemos no passado e que talvez hoje responda a essa crise de falta de representação: a possibilidade de termos partidos locais. O partido não precisaria ser nacional, desde que ele mostrasse desempenho. O que é desempenho? Que na eleição de 2018, ele tenha mais voto do que ele teve na de 2016; que na de 2020, ele tenha mais voto do que na 2018. Enquanto ele for mostrando desempenho, até alcançar o patamar do que seria a cláusula de barreira, ele poderia desempenhar as suas atividades. Um partido que vê decrescer o eleitorado, um partido que vê sumirem os seus eleitores, não tem por que existir, não tem por que ter direito a tempo de televisão, não tem por que ter direito a financiamento público. Se o eleitor nega a existência do partido, quem é o Estado para fazer sobreviver um partido que o eleitor disse que não cabe.

Esta Casa também é responsável por um dos problemas que nós temos na democracia representativa, que é a fragmentação deste Plenário, com todo o respeito a todos os partidos. Não há nenhum cidadão no seu juízo normal que consiga entender um processo de votação nesta Casa. Não é possível entender como é que um Parlamentar orienta a si mesmo numa votação. Não é possível entender um partido com dois, três Parlamentares ter tempo de liderança, ter representação. Isso é uma fragmentação completa do processo legislativo.

Formem blocos, juntem-se em torno de ideias. Tenham 10, 15 Deputado, e aí terão direito à representação, tempo de liderança, espaço de liderança. Mas o partido do "eu sozinho" não é um partido, porque, por definição, um partido é um agrupamento. Então, esta Casa poderia resolver isso com resolução, não precisava de lei, e não tem coragem de enfrentar esse tema. Não tem, mas precisava enfrentar, porque isso a sociedade entenderia, ficariam muito claros os campos dos partidos, quem está de um lado, quem está do outro lado, e o eleitor saberia julgar e avaliar melhor.

De qualquer modo, volto a citar dois pontos positivos sobre os quais esta discussão está avançando: o da cláusula de desempenho e o do fim das coligações partidárias.

Temos outro tema, que é complexo e difícil de explicar para a sociedade. Ele atende pelo eufemismo de Fundo para o Desenvolvimento da Democracia. Trata-se de uma armadilha que esta Casa criou, com o auxílio do Supremo Tribunal Federal. Ao negar a possibilidade de outra forma de financiamento das campanhas eleitorais, que não o financiamento público, esta Casa e o Supremo condenaram a sociedade brasileira a financiar, de forma direta, através

de um fundo, as campanhas eleitorais.

Os mais críticos e os mais céticos vão dizer: "A corrupção já era uma forma de financiamento público de campanha". Nós vamos pagar, esta legislatura vai pagar o preço dessa escolha e dessa necessidade. Mas eu não vejo alternativa. Não há clima para voltar o financiamento privado das campanhas e não há como fazer campanha sem financiamento. Resta o financiamento público. E, sendo o financiamento público, vai sair do Erário. É um absurdo! Mas foi uma armadilha que nós criamos para nós mesmos, e vamos nos enforcar na corda que nós nos demos.

Para terminar, faço coro com o meu mentor, o colega Deputado Chico Lopes, ao criticar o distritão. O distritão é a antítese da política partidária. Se nós resolvermos o problema da coligação, isso já ajuda. Um processo eleitoral em que ganha sempre o majoritário parece lógico, parece razoável, mas não é justo. Os pequenos partidos, os pequenos agrupamentos, as minorias jamais terão a oportunidade de voltar a este Plenário. Hoje, se eu tenho 5 ou 6 lideranças que militam na causa ambiental, ou na causa LGBT, ou em defesa das Forças Armadas, essas pessoas podem se unir em um partido, e o fruto do esforço de cinco pode eleger um Deputado. No distritão, isso está morto. Só quem tiver dinheiro, só quem tiver posicionamento político, força política, aparelho, aparato de Estado para dar suporte é que vai ganhar a eleição.

Digo mais: as campanhas tornar-se-ão mais caras, vai diminuir o número de candidatos, porque num regime como o distritão só vai entrar no pleito quem tiver chance, grande chance de se eleger. Os eventuais, os ocasionais candidatos, os candidatos de ocasião, de pequena votação, aquele candidato a Vereador que almejava uma candidatura a Prefeito e que usava da campanha, que testava seu nome numa campanha para Deputado Estadual, esse vai sumir do cenário. Nós vamos ter poucos candidatos, todos tirando um absurdo de votos, tornando as campanhas mais caras e mais favoráveis a quem tiver mais recursos.

Teoricamente, o fundo público vai equalizar o campo da disputa. Temo que um cenário de distritão com financiamento público vai aumentar o caixa dois e fazer com que a eleição seja uma emenda pior do que o soneto.

Eu termino minhas palavras, Sr. Presidente, agradecendo e torcendo para que nesses dois pontos, pelo menos, consigamos avançar, olhando para um futuro, quem sabe, melhor para o nosso sistema político-eleitoral.

Muito obrigado.

---

### *Sumário*

Apoio ao projeto de lei sobre a legalização de jogos de azar no País. Realização de auditoria da dívida pública brasileira. Defesa de rejeição da proposta de reforma previdenciária. Posicionamento contrário à adoção do sistema de voto denominado distritão e à criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia no processo de reforma política.

---

**O SR. CÉSAR HALUM (PRB-TO. Sem revisão do orador.) - Sr.** Presidente, nobres pares, universitários que ocupam as galerias, servidores desta Casa e imprensa, meus cumprimentos. Hoje vamos utilizar o Grande Expediente para falar de quatro assuntos básicos: o primeiro deles é sobre a legalização do jogo no Brasil; o segundo tema que vou debater é sobre a auditoria da dívida pública; o terceiro é sobre a reforma da Previdência; e, por último, sobre essa reforma política que está sendo tratada e votada na Comissão neste momento.

Sr. Presidente, o Brasil passa por uma grave crise, e o Governo fica todo dia procurando onde vai arrumar dinheiro para cobrir o caixa, tentando transferir para a população brasileira esses custos, chegando ao absurdo, coisa que nós nunca mais acreditaríamos que iria acontecer no Brasil, de aumentar a carga tributária. Temos que passar por isto, ver aumentarem os impostos para cobrir o rombo, para cobrir o caixa que, desastrosamente, nos últimos anos, vem sendo destruído por meio de privilégios a determinadas categorias, abrindo mão de receita, enfim, aplicando mal os recursos públicos.

Recentemente o Brasil aumentou os tributos sobre os combustíveis para conseguir uma arrecadação de 6 bilhões de reais. E nós estamos, desde 1946, tolerando o jogo ilegal no Brasil, que ocorre de forma clandestina, e proibindo o jogo legal.

O jogo existe! E se esse jogo no Brasil fosse legalizado e tributado, ele arrecadaria 18 bilhões de reais por ano, três vezes mais do que nos dá o imposto sobre o combustível. Portanto, não seria necessário criar novos impostos, se fossem criadas novas atividades econômicas. Regulamentem o jogo! Ninguém está criando o jogo, ele existe no Brasil. Todo mundo participa do jogo do bicho, do jogo clandestino, e existem cassinos escondidos por tudo quanto é lugar - este é o mal! Nós precisamos legalizar o jogo para criar empregos formais, para haver receita neste País.

O Brasil arrecada de impostos, com cigarros, 4,9 bilhões de reais por ano. O Brasil arrecada de impostos, com bebidas alcoólicas, 2,3

bilhões de reais por ano. Nós arrecadamos 2,2 bilhões por ano de impostos com as fábricas de automóveis e com as montadoras de veículos. E arrecadamos, com os combustíveis, 5 bilhões por ano. Somando-se fumo, bebida, montadora de veículos e combustíveis, são arrecadados 16 bilhões de reais. O jogo sozinho arrecadaria 18 bilhões de reais.

O que mais isso promoveria? Os estudos mostram que nós criaríamos 1 milhão de novos empregos no Brasil: 500 mil diretos e 500 mil indiretos. Como seria isso? Os cassinos montados no Brasil gerariam 38 mil empregos; os bingos, 120 mil empregos; o jogo do bicho, 400 mil.

Hoje, um pai de família trabalha escondido vendendo jogo do bicho para levar o pão, o leite e o arroz para dentro de casa. Se nós legalizarmos o jogo, esse pessoal vai trabalhar com carteira assinada, com todos os benefícios que a lei trabalhista lhe garante.

A forma de tratar o jogo como contravenção é que estimula o mau caminho. Hoje, se há corrupção na polícia é porque o indivíduo, para manter o jogo, tem que pagar uma grana por fora para o policial fazer de conta que não está vendo o jogo no cassino ou no bingo, ou o jogo clandestino. Se o jogo for legalizado, até a corrupção na polícia vai acabar. Então, nos temos que perder esse medo.

E os empregos? Nós vamos estimular a fábrica de mobiliários. Para tantos bingos e cassinos vai-se gastar com mesas, cadeiras, móveis. Ainda haverá uniformes para funcionários, materiais de limpeza, construção civil, manobrista, contabilidade, advocacia, segurança, bares, restaurantes, serviços de alimentação, hotéis e *resorts*. Tudo isso são investimentos que o Brasil está precisando. Essa é uma forma legal de se fazer arrecadação e não sacrificar a população, aumentando tributos.

Mas há pessoas que são contra o jogo, e é um direito que elas têm. Uns alegam que a ludopatia é um grande mal. A ludopatia é uma doença em que a pessoa não consegue parar de jogar. É uma compulsão, um problema psicológico.

No mundo inteiro, em média, 3% da população tem ludopatia. No Brasil não é diferente: 3% da população tem ludopatia.

No mundo inteiro está comprovado que a melhor forma de controlar a ludopatia é com a legalização do jogo. O mal se faz quando um viciado desses vai jogar num cassino clandestino, que não tem nenhum controle. Ali ele entrega a escritura do imóvel residencial e o carro.

No caso do jogo legal, tem que haver um cadastro dos ludopatas. Eles só terão acesso a um cassino se houver uma autorização da família, um cartão estabelecendo o valor que pode gastar, e assim por diante. O controle é a melhor maneira de se fazer isso. Portanto, essa história de dizer que por causa da ludopatia não se pode legalizar o jogo não se sustenta.

Outro fato que não se sustenta é dizer que nós não vamos ter controle sobre a tributação. Ora, a Receita Federal, através da COAP, vai ter condições de analisar qual o gasto com o jogo e a arrecadação em tempo real. Hoje, as técnicas de informação, a informática, nos

permitem esse controle.

Eu conheci, recentemente, uma empresa brasileira com 250 funcionários, todos brasileiros, jovens, que trabalham no Uruguai controlando o jogo *on-line* no Brasil. Todo jogo *on-line* no Brasil, através da Internet, é controlado por essa empresa. Só que a empresa paga os tributos para o Governo do Uruguai, porque se instalou lá. E, naquele país, o jogo é legalizado. Os jovens brasileiros estão morando e trabalhando no Uruguai, e é essa empresa brasileira que controla o jogo *on-line* no Brasil.

Essa empresa poderia estar no Brasil, dando emprego e pagando os tributos aqui.

Na América do Sul, só dois países não têm o jogo legalizado: o Brasil e a Bolívia. Todos os demais têm. No mundo, 165 países têm o jogo legalizado.

O brasileiro que tem maior recurso se dá ao luxo de fazer grandes viagens para outro continente para poder jogar, enquanto poderíamos trazer o jogo para cá. Além do mais, atrairíamos os turistas, que viriam para o Brasil a fim de também jogar.

Portanto, essa história de que é a ludopatia e não ter o controle sobre a tributação que impedem a legalização do jogo é um absurdo. Nós temos de legalizá-lo! É melhor do que deixar como está, escondido e sem nenhuma tributação. Por isso, estamos criando uma frente parlamentar pela legalização do jogo no Brasil.

O projeto de lei que versa sobre o assunto do jogo já tem um parecer aprovado em Comissão, faltando pautá-lo no Plenário.

Outra vantagem que teríamos com esse projeto de lei é a criação das loterias estaduais, que em muito poderiam contribuir com a arrecadação dos Estados, para financiar a segurança pública, para financiar a saúde e outras áreas. Nós não podemos jogar com a loteria da Caixa Econômica Federal? Por que os Estados não podem ter suas receitas com as loterias estaduais? Portanto, se nós estamos querendo receita, o remédio não é aumentar impostos; é criar novas atividades econômicas. Essa é uma atividade que existe no Brasil, basta legalizá-la para haver tributação.

O segundo ponto que vamos tratar aqui, Sr. Presidente, é da dívida pública brasileira. Nós precisamos fazer uma auditoria da dívida; esse assunto não pode ser mais postergado. Em 2016, o Brasil gastou 43,8% do seu Orçamento com o serviço da dívida, com o pagamento de juros e amortização. Com a Previdência nós gastamos 22%, a metade. Portanto, o grande vilão do problema financeiro da economia brasileira não é a Previdência, é a dívida pública. E o Governo foge da auditoria da dívida pública.

Desde a Constituição de 1988, ficou determinada essa auditoria. De lá para cá, o Presidente Lula vetou a auditoria da dívida pública, que foi aprovada por esta Casa; a Presidente Dilma vetou; e o Presidente Temer também o fez. Agora, na LDO, havia uma emenda de minha autoria, que foi rejeitada, mas, através de um destaque apresentado por nosso colega o Deputado Alan Rick, a nosso pedido, ela foi aprovada. Ontem, o Presidente Temer a vetou. Nós vamos ter que



submeter esse veto ao Plenário e temos que derrubá-lo.

Qual foi a alegação do Presidente Temer? A de todos os outros Presidentes: o Tribunal de Contas da União já faz essa auditoria. Isso não é verdade. Nós criamos aqui uma CPI da dívida pública em 2010, e ficou comprovado que o TCU apenas acompanha os valores dessa dívida, mas nunca fez uma auditoria nela.

O outro motivo alegado pelo Presidente Temer é que isso traria um grande custo à União. Custo à União traz é uma dívida dessas, cujos beneficiários ninguém conhece - ninguém conhece por que tomamos esse dinheiro emprestado, onde ele foi aplicado e por que ela é desse tamanho.

**O Sr. Chico Lopes** - Quando for possível, permita-me um aparte, por favor.

**O SR. CÉSAR HALUM** - Vou permitir, Deputado. Deixe-me só terminar o raciocínio.

Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o Brasil, nossa dívida era de 86 bilhões de reais. De lá para cá, nós já pagamos 1 trilhão de reais e devemos hoje 3 trilhões e 400 bilhões de reais. Para onde foi esse negócio? Que conversa é essa? Agora não podemos auditar? O Equador, em 2007, auditou a sua dívida pública e reduziu em 70% o valor das suas dívidas com os bancos nacionais e internacionais. Nós temos denúncias de que o Brasil abriu mão da prescrição da dívida em alguns setores.

Nós vamos reduzir a nossa dívida em mais de 50%, e não há custo nenhum, já que isso vai ser feito com trabalho voluntário. Quem fez a auditoria da dívida no Equador foi uma brasileira, Maria Lucia Fattorelli, aposentada da Receita Federal que estava fazendo a auditoria da dívida pública na Grécia, que é a maior dívida pública do mundo, e ia concluir com a redução de 80% da dívida. Infelizmente, lá o Presidente da República não aguentou a pressão das instituições financeiras e renunciou. Nós temos a mão de obra gratuita no Brasil para fazer a auditoria. Por que esse medo?

Concedo um aparte ao Deputado Chico Lopes.

**O Sr. Chico Lopes** - Quanto à primeira parte, não faço nem observação, porque não tenho muito conhecimento. Sei que o povo brasileiro gosta de jogar: jogar no bicho, jogar na bola. Mas essa segunda parte eu acho muito interessante, porque uma caixa-preta que nós temos é a questão da dívida interna. Eu tenho certeza de que V.Exa. se debruçou sobre o tema para poder entrar nessa coisa complicada que é a dívida interna. Mas, por outro lado, nós sabemos que há dívidas com a União que chegam a bilhões. Aí eu me pergunto: o Ministério da Fazenda serve para quê? É seletivo? Sonegar imposto em qualquer país é crime. Se qualquer país usa isso, não tem sentido o Brasil também não transformar sonegador em criminoso, porque esse é um dinheiro que vem dos impostos do povo e vai ser colocado na administração para serem prestados os serviços públicos. Portanto, quero parabenizar V.Exa., que, com maestria, vem destrinchando a questão da dívida interna, sobre a qual todo o mundo fala, mas poucos sabem realmente como acontece e, na sua estrutura, como vai-se

formando essa dívida. Parabéns!

**O SR. CÉSAR HALUM** - Obrigado pelo aparte, Deputado Chico Lopes. Só para complementar, quero dizer que o Brasil justifica uma taxa de juros elevada para controlar a inflação. Ora, o que causa inflação no Brasil são os preços controlados pelo Governo. O que causa inflação no Brasil é o preço da energia elétrica, o preço dos combustíveis, o preço do transporte público e dos alimentos devido a fatores climáticos. Mas logo, logo, quando passa o problema do fator climático, o preço dos alimentos cai. Quem sustenta a inflação alta são os preços dos produtos controlados pelo Governo. Portanto, manter a taxa SELIC alta, mesmo que agora esteja sendo reduzida a conta-gotas, aumenta nossa dívida, e isso não é desculpa para controlar a inflação. A inflação se controla com os preços fixados nos produtos que o Governo controla.

Eu não entendo o porquê do medo dessa auditoria da dívida pública que nós temos que fazer. E vamos fazer um trabalho muito forte com o Plenário, para derrubarmos esse veto. É preciso derrubar esse veto que novamente acontece para impedir a auditoria da dívida pública. Tenho certeza de que vamos reduzir e muito esses valores, e isso vai nos aliviar. Nós gastamos 43% com o serviço da dívida, gastamos 3,9% com a saúde em 2016 e gastamos 3,7% com a educação também em 2016. Portanto, o gasto com a dívida foi quase 14 vezes o que gastamos com a educação e o que gastamos com a saúde. Com a segurança pública nós gastamos 1%, com a dívida nós gastamos 43%.

É preciso fazer uma reforma da Previdência? Eu concordo que nós temos que fazer, mas uma reforma da Previdência que não privilegie os mais ricos e sacrifique os menos ricos. É preciso fazer, mas não podemos transferir essa conta só para aqueles que são mais desprotegidos, que têm menor representatividade, que não têm ninguém que faça *lobby* por eles nesta Casa para poder livrá-los da reforma.

Acho que nós precisamos combater esse déficit com a consciência nacional, mas não da forma como está sendo posto. É preciso rediscutir esse texto que está aí. Todos concordam que precisamos fazer, mas nós não podemos atacar gravemente os menos favorecidos. É um tema que temos que discutir.

Eu trouxe algo sobre esse caso, porque quero comparar. Por que disse que não voto na reforma da Previdência com esse texto? É só por questão política, partidária, para arrumar voto, porque a população está contra? Não. Há alguns pontos lá que eu acho ideais, mas nós não podemos começar a transferir a responsabilidade para alguns.

Por exemplo, sou atacado nas redes sociais. Dizem que eu, na condição de Deputado, vou-me aposentar com o salário integral enquanto o pobre não. Colocaram isso de uma forma mentirosa nas redes sociais, jogando o povo contra esta Casa. Eu trouxe algo aqui hoje para comprovar o tanto que é fácil discutir as coisas. Vamos discutir, que achamos o ponto.

Eu trouxe aqui hoje dois contracheques. Um deles é do Deputado

César Halum - está aqui o meu contracheque. Eu recolho para a Previdência 11% sobre o teto do INSS. Então, são descontados do meu salário 608 reais para a Previdência. Quando eu me aposentar, vou receber o teto do INSS, 5.200 reais aproximadamente. Eu não vou me aposentar com o salário de 33.000 reais, que é o salário de Deputado. Porém, todo mundo na rua diz que todo Deputado se aposenta com o salário de 33.000 reais.

Eu tenho 63 anos de idade e tenho 43 anos de contribuição. Já poderia ter me aposentado. Não o fiz porque acho que estou na ativa e dou conta de contribuir com o País.

**O Sr. Marco Maia** - Se aprovarem a reforma da Previdência do jeito como está, V.Exa. não vai se aposentar com 63 anos. Vai ter que trabalhar mais 6 anos ainda, correndo o risco de não se aposentar, Deputado César Halum.

**O SR. CÉSAR HALUM** - Mas eu não faço questão disso. Já poderia ter me aposentado, mas abri mão disso.

O que quero dizer é o seguinte: estou com o contracheque de servidor de carreira. Ele inclusive ganha acima do teto. Tem aqui o art. 37, que é o abate-teto dele. Há um desconto. O salário dele fica em 33 mil. Ele recolhe para a Previdência 3.527 reais. Por quê? Ele recolhe 11% sobre o valor bruto do salário dele, não é sobre o teto. Quando ele for se aposentar, vai se aposentar com o salário integral, porque paga para isso. Eu pago 608 reais, e ele paga 3.500 reais. Ele vai se aposentar com o salário integral.

O povo tem que aprender a diferenciar isso antes de ficar culpando qualquer político, de dizer que nós fazemos aqui coisas com privilégio. Não há nenhum privilégio!

Se eu pagasse uma previdência complementar para inteirar esses 3.500 reais, eu teria o salário integral. Não pago! Vou me aposentar com o teto do INSS.

Eu acho que há muitas coisas a serem discutidas. O Brasil precisa da reforma. Eu sou consciente disso, mas não posso permitir que ela seja feita assim, sacrificando alguns poucos e beneficiando muitos outros. Essas aposentadorias milionárias têm que ser revistas. Nós não podemos permitir que isso continue acontecendo.

Sr. Presidente, vou tocar agora no último assunto, já que me restam 5 minutos. Vou falar sobre a reforma política.

Eu tenho tido aqui uma conduta. Sou uma pessoa partidária, do PRB, e tenho acompanhado o meu partido na maioria das suas decisões. Não o fiz na última votação por uma questão de coerência. Mas nunca fiz nada que fosse escondido. Sempre coloquei, claramente, a minha posição.

Eu entendo que as minorias precisam estar representadas. E esse distritão tira a possibilidade de as minorias entrarem nesta Casa. Eu enxergo assim. Sei que muita gente pensa: *"Ah, essa eleição é o voto proporcional e o coeficiente eleitoral. O cara que teve 15 mil votos para Deputado Estadual fica fora, e um que teve 7 mil votos está dentro. Isso é ruim"*. Mas essa é a forma de fazer com que as minorias estejam aqui representadas.

O distritão vai colocar dentro desta Casa só aqueles que têm maior poder econômico; vai privilegiar quem tem mandato; e isso vai tirar muita gente nova que tem vontade de entrar na política para dar sua contribuição. Eles já começam a desistir e procurar outros caminhos. Isso foi aprovado lá na Comissão, mas tem que passar pelo Plenário. Outra coisa é quanto a esse Fundo Especial de Financiamento da Democracia. Que democracia é essa? O povo não foi ouvido para dizer se quer esse Fundo ou não. Eu vou tirar 3 bilhões e 500 milhões de reais, ou da educação ou da saúde ou da segurança ou do esporte ou do turismo ou da ciência e tecnologia, para financiar a eleição, sem a autorização do povo. O povo não aguenta isso mais! Aí vou dizer: *"Olha, para cobrir esses 3 bilhões que saíram para a eleição, vou aumentar o Imposto de Renda da Pessoa Física"*.

Eu não quero participar disso! Não faço parte da Comissão. Mas, no plenário, vou votar contra isso, porque considero uma excrescência. Nós não podemos fazer mais isso com o povo brasileiro, que está sofrendo na porta de hospitais, na porta de delegacias; está fazendo fila em escolas públicas em alguns lugares para conseguir uma matrícula. Não é justo que tiremos dinheiro do Orçamento para isso! Eu votei, aqui, a favor da continuação do financiamento privado de campanhas, para evitar que fosse tirado dinheiro público - um financiamento privado com regramento, sério, duro, que realmente evitasse o caixa dois. Poderia ser feito um policiamento do caixa dois. Do jeito como estão fazendo aí, os ricos vão continuar sendo eleitos, e os mais pobres vão ficar de fora. Vejo Deputado que conheço e faz campanha comprando voto dizer que, pela moralização, está defendendo o financiamento público, porque ele é melhor e vai acabar com a compra de voto. Isso é conversa para boi dormir! Então, quero já deixar claro aqui o meu posicionamento quanto a essa reforma política. Isso não pode acontecer. Lesa o eleitor. Tem que se respeitar mais o eleitor brasileiro.

Campanha política se faz com dinheiro. Eu concordo que se faz com dinheiro. Ninguém vai fazê-la totalmente de graça. Mas hoje a comunicação está muito mais facilitada. Melhorou muito. Hoje, eu chego a qualquer rincão do Brasil através da Internet, das redes sociais. Antigamente, não. Se o candidato não tivesse o custo de transporte, locomoção e estrutura, ele não chegaria a muitas pequenas cidades do Brasil, não levaria sua proposta, nunca seria ouvido. Hoje, nós temos outros meios. Barateou. Mas tem que se parar esse negócio de o indivíduo ficar só no bem bom, nos grandes eventos, nas grandes capitais, não trabalhar o mandato e na época da eleição sair com dinheiro contratando os cabos eleitorais, pagando um cabo eleitoral aqui e outro ali para arrumar voto para ele. E o eleitor vota só pelo retrato do santinho. Isso tem que acabar!

Esses precisam de muito dinheiro. Não são eles que vão vir aqui com discurso moralista, dizer que o financiamento público é a forma de acabar com a corrupção na eleição, porque eles têm dinheiro próprio, vão usá-lo num caixa dois e vão continuar comprando a eleição. E nós não podemos permitir isso.

Então, Sr. Presidente, agradeço pela oportunidade. Essa é a minha manifestação. Eu espero que esta Casa consiga derrubar o veto da auditoria da dívida pública e fazer essa auditoria, que vai ser muito boa para o Brasil.

Nós temos vários depoimentos de pessoas que dizem que o Brasil abriu mão de parte da dívida já prescrita, que houve uma negociação abrindo mão disso. Nós queremos saber para quem devemos. É preciso saber disso. Por que isso é tão escondido assim pelo Banco Central? Por que não se pode dizer?

Diz-se que nossa dívida é com títulos da dívida. Eles vão a leilão, e nós não sabemos quem tem esses títulos. E como é que se sabe para poder pagar? Então, tem que se saber para quem deve. A população precisa saber disso. E esta Casa precisa saber disso. Nós temos que apurar esses fatos.

Conto com esta Casa, que ela não permita que os abusos continuem, principalmente no que diz respeito ao financiamento de campanha, que não é a vontade do povo brasileiro.

Sr. Presidente, muito obrigado. (*Palmas.*)

---

Documento 132/516

---

210.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	10/08/2017- 16:15
Publ.: DCD - 11/08/2017 - 139	CHICO LOPES-PCDOB -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Contrariedade à adoção do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. CHICO LOPES** (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estou lutando contra o mar. Por mais que eu nade bem, o mar vai me vencer, porque eu quero entrar mar adentro. Isso se chama distritão, no Brasil. Como é que as minorias vão se colocar no distritão?

No distritão, é o maior ponto: pegam-se a quantidade de eleitor e os que vão tendo votos, até chegar ao número de Deputados, aí acaba. E outra: ideologicamente, quanto aos comunistas, que são a minoria, como vamos participar dessa administração? E os evangélicos? Eles não são em maior quantidade do que os católicos, mas mesmo assim os católicos têm identidade política?

Então, acho que a direita está indo com muita sede ao pote. A

contradição, às vezes, leva a isso. Nós estamos vendo em vários países a não democracia por falta da própria democracia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 133/516

---

210.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	10/08/2017- 16:57
Publ.: DCD - 11/08/2017 - 149	MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Associação ao pronunciamento do Deputado Paes Landim. Importância da atuação do Ministério Público Federal no combate à corrupção. Defesa de adoção do sistema eleitoral majoritário.

---

**O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu cumprimento o Deputado Paes Landim, que sempre tem esse senso de oportunidade de abordar os assuntos no momento certo. E esse momento certo faz coincidir exatamente com esta sessão vazia aqui no plenário, mas que está repleta de audiência, repleta de audiência nos gabinetes. Seguramente os Deputados estão acompanhando o que aqui se passa, porque a fala de V.Exa. traz sempre uma posição muito afirmativa.

E eu destaco, de tudo o que V.Exa. falou, esse nosso apoio ao Ministério Público Federal, essa instituição que mudou a face do Brasil. A verdade é essa. Nós tínhamos muitas preocupações, há muitos anos, no sentido de combater a corrupção, a má administração pública. A Polícia Federal agia muito, e os assuntos acabavam nas gavetas, nos escaninhos.

Mas, de repente, quando se deu essa junção do interesse administrativo da Polícia Federal em agir com, do outro lado, o do Ministério Público de levar esses inquéritos ao conhecimento do Poder Judiciário, pedindo que sejam recebidas as denúncias, o Brasil mudou. Essa é a verdade.

A mudança do Brasil se dá a partir do uso dos instrumentos deixados pela Assembleia Nacional Constituinte, que cometeu erros, cometeu acertos, mas, a rigor, permitiu que o Brasil atravessasse, com a Constituição de 1988, diversas crises.

Hoje nós estamos discutindo o novo sistema eleitoral, e eu defendo o sistema majoritário, um pouco parecido com o que existe nos Estados

Unidos, na França, na Inglaterra, só que o distrito é maior, é toda a circunscrição do Estado. Eu que defendo isso verifico que nós precisamos dar um passo adiante, porque o sistema proporcional, que nos permitiu fazer aquela eleição para Constituinte, depois nos permitiu constituir o Parlamento após a CPI dos Anões do Orçamento; permitiu-nos resistir. Esse sistema agora está fragilizado pelo número de partidos que surgem em decorrência de uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Não ponham nas costas do Poder Legislativo essa responsabilidade, essa culpa. Lancem sobre aquelas togas essa responsabilidade. Poderíamos hoje ter quatro, cinco, seis partidos pela lei que nós fizemos em 1995, por aí. Mas, lamentavelmente, foi considerada inconstitucional. Temos essa situação que nos leva a uma perplexidade e a uma falta de identidade perante a população. Cumprimento o Deputado Paes Landim, eu que tenho o grande prazer de participar de algumas legislaturas com ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Evair Vieira de Melo) - Obrigado, Deputado Miro Teixeira.

Como eu sou novato aqui nesta Casa, bezerro novo no curral, como se diz lá no interior, quero agradecer a V.Exa. e ao Deputado Paes Landim, primeiro, pela acolhida que sempre deram aos novos, jovens Deputados e pela brilhante retidão. Podem ter certeza de que nós, Deputados de primeiro mandato, nos espelhamos muito no seu mandato e no do Deputado Paes Landim. Esperamos na nossa vida Parlamentar honrar esta Casa, assim como V.Exas. a honram com seus mandatos.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** - Presidente, nós todos somos Deputados de primeiro mandato, porque não há um mandato igual ao outro. Quando V.Exa. e outros Deputados de primeiro mandato chegaram aqui, não podíamos imaginar que iríamos ver um *impeachment* de Presidente da República, a prisão de um ex-Presidente da Câmara, o processo-crime contra o outro Presidente da República. Tudo neste mandato. Não há outro igual.

Então, nós todos somos de primeiro mandato. O importante é que sejamos solidários nas nossas inquietações e nas nossas dúvidas para buscarmos as soluções.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Evair Vieira de Melo) - Mas tenha certeza de que os caminhos percorridos por V.Exas. nos orientam em passos futuros para que esta Casa possa entregar ao Brasil o que ele merece. Tenha o respeito do Deputado Evair Vieira de Melo, que ora preside esta Mesa.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** - V.Exa. é gentil. Obrigado.

210.3.55.O Sessão Não Deliberativa de Debates - 10/08/2017-  
CD 17:21  
Publ.: DCD - 11/08/2017 -  
155 HILDO ROCHA-PMDB -MA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PELA ORDEM  
PARLAMENTARES DISCURSO

---

### *Sumário*

Elogio ao Deputado Evair Vieira de Melo. Relato das atividades da Comissão Especial da Reforma Política.

---

**O SR. HILDO ROCHA** (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Evair Vieira de Melo. Da mesma forma, posso dizer que o povo capixaba mandou um dos melhores representantes que nós poderíamos ter aqui na Câmara Federal. Entre os 513 Deputados que temos aqui, V.Exa. desponta. Todos já sabem quem é o Deputado que mais conhece sobre a lavoura e a cultura do café. V.Exa. é um homem que sempre defende a agricultura brasileira, o agronegócio, a indústria, os trabalhadores, a bela Vitória e as demais cidades do Espírito Santo.

Sr. Presidente, quero registrar aqui que concluímos a reunião da Comissão da Reforma Política neste momento. Hoje foi o segundo dia de debates e votações. Na próxima terça-feira, votaremos os dois últimos destaques.

Já houve um grande avanço. De início, aprovamos o distritão, que é o voto majoritário para os Parlamentos municipais, estaduais e o federal. Essa foi uma grande conquista. O povo brasileiro quer, entende e deseja que os mais votados em uma eleição sejam os seus representantes.

Há os que dizem que o voto majoritário é usado em vários países, e posso citar a França, o Reino Unido, o Canadá e outros. Há muitos anos, esses países vêm praticando a escolha de seus representantes por meio do voto majoritário para Vereadores, Deputados Estaduais e Federais. Trata-se do sistema eleitoral que mais valoriza e mais respeita o voto do eleitor. Entre os sistemas adotados no mundo inteiro, esse é o mais democrático que existe. Alguns países o adotam há mais de 60 anos, e nunca houve motivo para modificá-lo.

Aqui no Brasil, nós estamos querendo implantar o voto majoritário, o distritão, em 2018. Ou seja, aqueles que tiverem mais votos serão os representantes do povo.

Em 2022, poderíamos partir para o voto distrital, que seria o voto dos Parlamentares de pequenos distritos. Seriam formados vários distritos. Por exemplo: o Estado do Maranhão teria 18 distritos. Isso ocorreria a partir de 2022.

Hoje nós temos 27 distritos. Os Deputados que aqui estão são eleitos de forma proporcional em 27 distritos, uma vez que são 27 unidades da Federação. Eu, por exemplo, represento o povo do Maranhão. V.Exa.



representa aqui o povo do Espírito Santo.

Em 2018, nós temos 27 distritos. Já em 2022, se assim for o entendimento de todos, o Estado do Maranhão passará a ter 18 distritos, encaminhando 18 Deputados, sendo cada um escolhido por um distrito. Então, essa foi a decisão.

Sr. Presidente, nós conseguimos também um grande feito. O Relator, Deputado Vicente Candido, quem eu respeito muito e acredito que tenha feito um bom trabalho, equivocou-se quando colocou a escolha para Vereadores de formas diferentes. Ou seja, por um lado, os Municípios com até 200 mil habitantes teriam listas pré-ordenadas, e apenas listas pré-ordenadas. Por outro lado, os Municípios com mais de 200 mil habitantes, sistema majoritário e sistema proporcional. Isto é, votos distritais e lista fechada.

Então, teríamos dois tipos de escolha, e a Federação brasileira é uma só! Nós não podemos escolher Vereadores de forma diferenciada. Por isso, nós apresentamos uma emenda, que foi aprovada hoje lá na Comissão. Aqui agradeço demais a todos os Deputados que nos apoiaram.

Sr. Presidente, eu gostaria que este meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Evair Vieira de Melo) - Eu quero parabenizar o Deputado Hildo Rocha pelo trabalho que faz e pela sua atuação na Comissão da Reforma Política. Eu tenho certeza de que o seu esforço vai contribuir para que o Brasil construa uma agenda positiva. Que este Parlamento entregue ao Brasil as mudanças necessárias para que possamos reorganizar a nossa caminhada política!

---

Documento 135/516

---

210.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	10/08/2017-14:00
Publ.: DCD - 11/08/2017 - 97		FLAVINHO-PSB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### ***Sumário***

Protesto contra a aprovação, pela Comissão Especial da Reforma Política, de fundo para custeio de campanhas eleitorais.

---

**O SR. FLAVINHO** (PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero registrar desde já, desta tribuna, o meu voto contrário a esse fundo indecente que foi aprovado ontem na Comissão Especial da Reforma Política. Hoje continuam ali os trabalhos. Vamos debater neste plenário vários pontos ainda, mas já me posiciono contra esse fundo indecente. Por que é indecente? Como vamos tirar de onde já não há o que retirar? O País está passando por uma crise fiscal tremenda, está com a saúde prejudicada, com a educação prejudicada, com a segurança pública prejudicada. E agora nós Parlamentares desta Casa, advogando em nossa causa, vamos retirar do Orçamento da União 3 bilhões e 600 milhões de reais para custear campanhas políticas, sendo que os partidos, Sr. Presidente, já recebem milhões de reais ao longo dos 4 anos de mandato do Deputado Federal? É importante que a população saiba que cada Deputado Federal eleito coloca no seu partido determinado valor, com base em cada voto que recebeu, e esse partido vai trabalhar então com esse valor ao longo desses 4 anos. Então, não é justo tirar mais recursos da população, que já é penalizada. Nós estamos vendo algumas melhorias no nosso País, em relação à economia. É importante que isso seja pontuado. Mas não podemos permitir que, num momento como este, esta Casa, mais uma vez, como já disse várias vezes aqui, vire as costas para aqueles que mais precisam. Pessoas estão morrendo em filas de hospitais, em portas de hospitais; crianças estão fora da escola porque a escola não tem estrutura; gente está morrendo, está sendo assaltada diante da porta de casa porque a segurança pública não recebe investimento. Portanto, é uma indecência, um desrespeito com a população brasileira votar a favor dessa proposta que foi aprovada na Comissão Especial. Quando a matéria chegar a este plenário, eu espero que os Deputados tenham consciência e votem contra esse fundo indecente destinado a custear campanha política para Deputado, Senador, Prefeito, Governador, Presidente da República. Eu votarei contra essa proposta, Sr. Presidente. Muito obrigado.

---

Documento 136/516

---

210.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	10/08/2017-14:03
Publ.: DCD - 11/08/2017 - 98		MAURO PEREIRA-PMDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### **Sumário**

Encaminhamento à Mesa Diretora de pedido de redução dos gastos da Casa em 10%, bem como dos subsídios dos Deputados. Contrariedade à aprovação de

proposta relativa a fundo de financiamento de campanhas eleitorais.

---

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e Padre Luiz Couto, colegas Deputados, Deputado Angelim, do Partido dos Trabalhadores do Acre, eu já fiz um comentário na manhã de hoje e protocolei agora à tarde, na Mesa Diretora, uma solicitação ao Presidente Rodrigo Maia para que esta Casa - neste momento de crise fiscal, neste momento de início de retomada do crescimento, com mais empregos, com menos juros, com inflação baixíssima -, para ajudar a diminuir esse déficit de quase 200 bilhões de reais, pelo menos enquanto a economia não começa a crescer da forma necessária, corte as despesas em 10% e também reduza em 10% o nosso salário de Deputado Federal.

Este é um período em que nós Deputados e Deputadas precisamos, além de fazer o trabalho que fazemos - é um trabalho muito competente o dos meus colegas Deputados e Deputadas -, dar essa ajuda ao Brasil, em favor do crescimento da economia.

A economia precisa crescer. Nós não podemos mais aumentar o déficit. O Governo hoje está anunciando o congelamento do salário dos servidores. E os próximos servidores vão ter limite de salário, porque não há condições de pagar mais. Nós, aqui, devemos fazer a nossa parte.

O Presidente Rodrigo Maia é um grande Presidente, é um homem preocupado com o Brasil, um homem que já mostrou a preocupação dele com o nosso País. Eu tenho certeza de que nós podemos, com todos os nossos Líderes dos partidos, dar essa contribuição para o País neste momento de dificuldade.

Quanto a esse fundo que está sendo aprovado, Sr. Presidente, é lógico que eu também sou contra ele. Nós não podemos tirar de onde não há mais o que tirar.

Era isso o que eu gostaria de comunicar, nosso Presidente e Padre Luiz Couto.

---

Documento 137/516

---

213.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	14/08/2017-18:18
Publ.: DCD - 15/08/2017 - 70		IVAN VALENTE-PSOL -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

*Sumário*

Expectativa de rejeição, pela Casa, das propostas de criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia e de adoção do voto distrital misto e do chamado voto distritão, aprovadas pela Comissão Especial da reforma política.

---

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão da Reforma Política, que tem como Relator o Deputado Vicente Candido, ainda não conseguiu concluir a reforma política e o debate na Comissão, mas o que foi aprovado lá até agora, que é o distritão, o fundo de 3,6 bilhões de reais e o voto distrital misto, que está contido no relatório, já é o suficiente para o povo brasileiro perguntar: *"Que reforma política mesmo é essa que era a solução para o Brasil?!"*

É uma vergonha uma reforma política que não passa pelo rebaixamento de custos de campanha reais, uma reforma política que não passa pelo fortalecimento dos partidos políticos. Que reforma política é essa?!

Sobre o distritão só tenho duas coisas a dizer: é a "Bolsa Impunidade", para manter foro privilegiado para os mesmos Parlamentares, e a "Bolsa Permanência", ou perpetuação de mandatos. Evidentemente, os mesmos serão eleitos, combinados com o fundo, que será dirigido à direção e às oligarquias partidárias atuais.

O fundo de 3,6 bilhões nada tem a ver com financiamento público, que seria algo pequeno, igualitário, mas não: 2% só são igualitários; os três maiores partidos ficarão com 60% do fundo.

Pior ainda, os tucanos, com o Presidente Lucio Vieira Lima, deram um golpe na Comissão, aprovando sem quórum, escandalosamente, o voto distrital misto, porque ele quis rejeitar uma emenda que retirava o voto distrital misto. Para o Brasil, essa questão é um imenso retrocesso que está dentro do projeto dos tucanos, que é o seguinte: distritão, voto distrital misto e depois o parlamentarismo.

Eles querem uma democracia sem povo. Eles querem que o Governo deles tenha a base conservadora do Parlamento. É isso que eles querem. Eles não querem fortalecer partido coisa nenhuma. Não dá para dizer que este Parlamento, que salvou a pele do delinquente do Temer com mala de dinheiro exposta, representa o povo brasileiro. Não dá nem para conversar sobre essa questão.

Se eles não conseguem mais eleger Presidente da República, vão tentar eleger Primeiro Ministro, daí o parlamentarismo. O melhor para isso é o voto distrital, porque o voto de opinião e o voto de minorias vão sendo cassados na prática e funcionam as máquinas partidárias. Ou seja, é a prefeiturização do País, é o localismo que trará as pessoas para cá. Não é nem o modelo alemão que compõe e dar equilíbrio ao voto proporcional, porque inclusive dobrará o quociente eleitoral para se eleger um Deputado Federal pelo modelo proporcional. Tudo isso está lá na reforma política.

Esperamos que aqui no plenário derrubemos o distritão, o fundo e o voto distrital misto.

É isso que nós vamos fazer, Sr. Presidente.

---

Documento 138/516

---

213.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	14/08/2017-19:02
Publ.: DCD - 15/08/2017 - 83	NELSON PELLEGRINO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Reunião do orador com gestores dos consórcios da região do Baixo Sul da Bahia para debate da recuperação da BA-001, para o incremento do setor turístico. Assuntos discutidos durante encontro do orador com o Secretário de Infraestrutura do Estado da Bahia, Marcus Benício Foltz Cavalcanti. Participação no passeio ciclístico Viva Bike Cairu, realizado no Município de Cairu. Posicionamento contrário à implantação no País do sistema parlamentarista de governo. Visita da caravana do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Estado da Bahia.

---

**O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje pela manhã, estive com os Prefeitos dos consórcios do Baixo Sul Piragi, tendo o Prefeito Leandro, o Léo, de Igrapiúna, à frente, para discutir a recuperação da BA-001, fundamental para o turismo da Bahia, do Baixo Sul, que é o segundo destino turístico do nosso Estado.

Também discutimos a ideia de um conceito de estrada ecológica, de estrada conceitual, e o Secretário nos informou que o Governador Rui Costa está negociando empréstimo com banco europeu que beneficiará a construção dessa estrada.

Aproveitei também a oportunidade, estando com o Secretário de Infraestrutura do Estado da Bahia, Marcus Cavalcanti, para discutir a recuperação da estrada de Maragogipinho, que leva um importante polo de cerâmica do nosso Estado, em Aratuípe; e os 7 quilômetros que leva o Distrito de São Benedito, em Nilo Peçanha, a Piraí do Norte, Gandu, até a BR-101. Discutimos também a iluminação do acesso ao Município de Cairu, um Município histórico, e a nova estrada para o Porto de Gamboa, desviando o transporte pesado para esse Porto. Isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, permitirá que o terminal de Morro de São Paulo fique apenas como um terminal turístico.

Também é importante registrar que, ontem, estive no Município de Cairu, participando do Viva Bike Cairu, Pedaladas Cairu, onde vários ciclistas de Cairu e de todo o Baixo Sul fizeram um grande passeio ciclístico nesse evento, que vai se configurar como um dos mais importantes da área de esporte, de lazer e turismo no Baixo Sul. Por último, Sr. Presidente, queria fazer um registro, lamentando essa tentativa - já tive oportunidade de abordar esse tema na tribuna - de instituir o parlamentarismo no Brasil.

A Constituição de 1988, no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabeleceu um plebiscito para definir a forma de Governo no Brasil, e o eleitor, soberanamente, já decidiu que é o sistema republicano, isto é, o presidencialismo.

Portanto, isso não pode ser objeto de emenda constitucional. É inconstitucional qualquer tentativa de implantar o parlamentarismo no Brasil, porque o poder constituinte originário já definiu como seria a forma de Governo através do plebiscito, mantendo o presidencialismo. Sabemos que isso é um golpe dentro do golpe. É a tentativa de impedir que o Presidente Lula e os setores populares cheguem à Presidência da República no ano que vem.

Nós não podemos lançar mão do casuísmo no Brasil. A história recente deste País já demonstrou que são um equívoco esses arranjos, como foi o caso de João Goulart e a tentativa de implantação do parlamentarismo com Tancredo Neves como Primeiro-Ministro, o que não deu certo.

O presidencialismo foi restaurado no Brasil. O povo brasileiro inclusive já revelou, em pesquisas, que é favorável ao presidencialismo; portanto, contra o parlamentarismo, que não tem nada a ver com a tradição e com a história do Brasil.

Por último, queria registrar, como já fez aqui o Deputado Caetano, que no dia 17 a Bahia abre suas portas para receber a maior liderança popular deste País, o nosso Presidente Lula, que inicia pelo Estado uma caravana de 22 dias. Ele vai passar 4 dias ali, discutindo assuntos relativos à agricultura familiar, à juventude, à educação, à habitação popular, resgatando não só o seu grande Governo mas também recebendo contribuições para o seu futuro Governo, que virá. Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 139/516

---

213.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

14/08/2017-  
19:58

Publ.: DCD - 15/08/2017 -  
103

LEO DE BRITO-PT -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

## *Sumário*

Descrédito da classe política junto à sociedade brasileira. Preservação do regime democrático brasileiro. Posicionamento contrário à implantação no País do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. LEO DE BRITO** (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer um alerta a toda a classe política, a todos os Deputados que estão aqui: do PSDB, do PMDB, do PP, do PSB, do Democratas, do PT, do PSOL, enfim, de todos os partidos aqui representados.

No último dia 13, O *Estadão* publicou uma pesquisa do Instituto Ipsos, realizada do dia 1º ao dia 14 de julho, dando conta de algumas impressões que o eleitorado tem a respeito dos políticos. E os resultados não são, obviamente, os melhores.

Para se ter uma ideia, só 6% dos eleitores se sentem representados pelos políticos nos quais já votaram - 6%! A democracia é considerada como o melhor regime de governo por apenas 38%, sendo que 47% dos eleitores que participaram da pesquisa rejeitam a democracia!

Além disso, 81% consideram que os problemas do País não são dos partidos políticos A ou B, mas do próprio sistema político.

Estou fazendo este alerta porque o episódio de Charlottesville é o ovo da serpente. O que está em jogo, neste momento, é a democracia. Já brincaram com fogo em relação ao *impeachment* da Presidenta Dilma. Há algumas semanas ocorreu aquela votação que jogou a denúncia do Procurador Janot contra Temer para debaixo do tapete. E agora estamos diante de uma reforma política sobre a qual a população que está lá fora já tem uma convicção clara: "*Os Parlamentares que estão na Câmara dos Deputados estão pensando em fazer um sistema político para eles se reelegerem nas eleições do ano que vem*".

Eu faço este alerta, porque a nossa credibilidade já está lá embaixo. Este é também um apelo para que tenhamos muito juízo ao definir essa reforma política. Um sistema como o distritão - um sistema da periferia do mundo, adotado no Afeganistão, na Jordânia e em algumas ilhas cujo nome ninguém sabe pronunciar, um sistema que se tentou implantar no Japão, mas foi rejeitado - é mais um aceno incorreto que daremos, mais um gol contra que esta Câmara dos Deputados fará.

Nós precisamos de partidos fortes, precisamos ter menos partidos, precisamos de cláusula de barreira, precisamos de mais consistência ideológica e programática nos partidos. É essa a democracia que nós queremos. Senão, a democracia vai pelo ralo, e infelizmente as soluções autoritárias, as soluções ditatoriais e autocráticas vão se sobrepor.

Querer impor o seu sistema político ou o sistema que lhe vai beneficiar na próxima eleição é um erro, assim como é um erro querer tirar do povo a sua soberania popular, como estão tentando fazendo, implantando uma transição para o parlamentarismo, um sistema que

nunca deu certo no País.  
Então, eu faço este alerta a todos aqui e peço a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

---

Documento 140/516

---

213.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	14/08/2017-17:22
Publ.: DCD - 15/08/2017 - 49	AUGUSTO CARVALHO-SD -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Expectativa de rejeição pela Casa do Fundo Especial de Financiamento da Democracia, aprovado pela Comissão Especial da reforma política.

---

**O SR. AUGUSTO CARVALHO** (SD-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, as contas públicas continuam desarrumadas. No momento de dificuldade que o País está vivendo, cogitou-se até garfar mais ainda a classe média, com a criação de uma alíquota de até 35% para o Imposto de Renda. E a Comissão Especial que analisa a tal reforma política, feita, como sempre, de última hora, decide por criar um fundo de 3 bilhões e 600 milhões de reais para o financiamento das eleições. Eu creio que este não é um bom sinal que esta Casa dá à sociedade. No momento em que se pede sacrifício de todos os segmentos, não creio que criarmos um fundo seja bom. E a imprensa coloca este Parlamento como se estivesse na busca exclusiva da manutenção do poder dos atuais Parlamentares, na obsessão de sua reeleição própria. Então, Sr. Presidente, espero que se confirme a posição que o próprio Presidente da Casa, Rodrigo Maia, já externou, e que essa proposta seja modificada, porque há rejeição da sociedade, que não entenderia, neste momento que vive o País, recursos dessa magnitude para esse fundo, para financiar um processo eleitoral. Por isso, eu espero que nós tenhamos no Plenário uma decisão mais sábia e condizente com a expectativa do povo brasileiro. Obrigado.

---

Documento 141/516

---

213.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	14/08/2017-20:10
------------	--	------------------



---

### *Sumário*

Urgente necessidade de alteração do sistema eleitoral brasileiro. Inconsistência de argumentos contrários à implantação do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. DANIEL COELHO** (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, , mesmo sendo ferrenho defensor da liberdade de imprensa, tenho ficado preocupado com a posição reacionária de alguns segmentos da imprensa do País a respeito de qualquer mudança que se tente fazer neste plenário. Vemos a maneira desequilibrada com que é feita a discussão hoje sobre a reforma política e sobre o nosso sistema eleitoral. Cansei de escutar, Deputado Miro Teixeira, o falso argumento de que o distritão ou voto majoritário só existe em Vanuatu. Voto majoritário para Deputado existe em todo lugar do mundo - é claro que cada país tem sua particularidade. Se eu partisse desse pressuposto, eu poderia dizer - e isto, sim, é verdade - que o sistema que os reacionários querem manter, esse nosso sistema proporcional com coligação, só existe no Brasil. Em qual país do mundo existe sistema proporcional por Estado, com coligação? Só existe aqui! Tem-se dito também que o sistema majoritário seria utilizado para manter os corruptos no poder - muito pelo contrário, o que mantém os corruptos é o nosso sistema atual proporcional, no qual candidatos se escondem atrás das legendas e atrás dos chamados "puxadores de voto". Nós sabemos que o Deputado mais votado deste Plenário, o Deputado Tiririca, trouxe vários Parlamentares com ele. Na votação sobre o afastamento de Temer, os mesmos Deputados que se elegeram com o voto daquele Parlamentar não o acompanharam. Então, por que esse sistema nosso deve ser mantido como se fosse correto? Tenho a impressão, quando vejo debates sobre esse assunto, de que está tudo bem, de que o Congresso atual representa corretamente a sociedade, de que aqui está expressa a vontade do povo, quando a realidade é o contrário! Nós temos é que acabar com esse nosso sistema atual proporcional com coligação, porque esse, sim, é uma aberração comprovada. O distritão não é o modelo ideal, mas é um formato transitório, que será utilizado até que nós chegemos ao sistema distrital misto - aí, sim, poderemos ter o voto da população representado. Não dá para aceitarmos que candidatos que tenham recebido 100, 120

ou 130 mil votos não tenham assento nesta Casa, enquanto outros, com 10 ou 15 votos, aqui estejam, sem precisar prestar contas ao eleitor, porque voto eles não tiveram.

Se há um sistema que protege aqueles sem voto que estão envolvidos em escândalo de corrupção é o nosso sistema atual. Esses, sim, vão tentar se proteger atrás do escudo dessas chapas, que são montadas de forma artificial.

Além disso, há um fato relevante que precisa ser colocado: o nosso sistema concentra poder nas mãos de uma pequena elite partidária. A manutenção desse sistema proporcional não fortalece os partidos. Ela fortalece os caciques, que controlam a formação das chapas e, a partir daí, criam um modelo de controle sobre esta Casa.

O modelo majoritário cria uma relação do Parlamentar com o eleitor e acaba com a artificialidade. Quem quiser disputar uma eleição por um partido o fará porque há uma identidade ideológica, e não porque há uma facilidade, porque há uma chapa, porque há uma coligação.

Então, é muito importante que este debate seja feito. Evidentemente, respeito as opiniões contrárias, mas vamos usar argumentos verdadeiros, não argumentos falsos, como tem sido feito, como se o sistema majoritário fosse o responsável pelos corruptos ou pela perpetuação destes no poder, quando a realidade é o contrário.

Vamos ter coragem de mudar e parar de reagir contra alternativas que possam melhorar a situação. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Essa discussão está no País inteiro. Numa região centro-serrana do Espírito Santo, em Itaguaçu, lá em Alto Laje, há um grupo de pessoas, liderado pelo Jorge Barloesius e pelo Miro, discutindo isso. Eles são favoráveis ao distritão e acham que estão representando esse sistema. Então, agradeço ao Miro e ao Jorge Barloesius por estarem discutindo esse tema.

---

Documento 142/516

---

213.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	14/08/2017- 20:40
Publ.: DCD - 15/08/2017 - 129	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Indagação à Presidência sobre o cronograma de tramitação de proposições relativas à reforma política.

---

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para aproveitar o tempo e sempre fazer o jogo aberto para a população que nos acompanha, eu pergunto qual é a visão da Mesa Diretora e de V.Exa. em relação ao cronograma das modificações do sistema político-eleitoral, objeto, nesta semana, de debates, ao que parece, finais, em duas Comissões Especiais - as duas PECs da chamada reforma política. A ideia é que o exame venha a plenário na semana que vem?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, eu vou convidar os Líderes para uma reunião amanhã, às 15 horas. Eu acho que podemos até começar amanhã à noite ou quarta-feira de manhã. Nós construiremos isso em conjunto na reunião de Líderes que eu vou convocar para amanhã, às 15 horas.

---

Documento 143/516

---

215.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	15/08/2017-15:12
Publ.: DCD - 16/08/2017 - 64		ELIZIANE GAMA-PPS -MA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do PPS contrário à adoção do sistema de voto denominado distritão e à criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia.

---

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PPS-MA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero fazer um registro muito importante. Acabamos de finalizar a reunião da Executiva do PPS, presidida pelo nosso Presidente, o Deputado Roberto Freire, na qual ficou consignado que o PPS se posiciona contrariamente a itens da reforma política, como o distritão e a criação de um fundo eleitoral de 3,5 bilhões de reais.

Sr. Presidente, esse valor equivale a 5% da receita líquida do País. Em um momento de crise, de falta de dinheiro para a educação, para saúde, para a infraestrutura, para o saneamento básico do Brasil, é um contrassenso direcionar quase 4 bilhões de reais para o processo eleitoral.

O PPS se posiciona contrariamente e o demonstrará, de forma muito clara e transparente, na Comissão que trata das eleições, da qual sou membro.

---

215.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	15/08/2017- 15:18
Publ.: DCD - 16/08/2017 - 66	FÁBIO SOUSA-PSDB -GO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de extinção das coligações partidárias nas eleições proporcionais. Apoio à cláusula de desempenho e ao voto distrital misto. Posicionamento contrário à criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia.

---

**O SR. FÁBIO SOUSA** (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna hoje para conversar a respeito daquilo que, através de duas Comissões, está sendo debatido na Casa: a reforma política ou reforma eleitoral. No meio da balbúrdia que foi feita com várias propostas, com várias ideias - algumas delas nada têm a ver com reforma eleitoral, com reforma política -, destacam-se quatro iniciativas interessantes. Duas são positivas; uma precisamos debater melhor, mas que parece ser o caminho; e outra é extremamente esdrúxula.

A primeira é o fim das coligações partidárias, algo extremamente necessário e urgente para se fazer, a fim de que os partidos possam se fortalecer como instrumentos, como instituições e não como partidos de aluguel.

A segunda é a cláusula de desempenho; não é cláusula de barreira. O partido, para ter acesso ao fundo partidário ou a vagas nas Comissões, por exemplo, precisa alcançar um número determinado de Deputados. Fica até ridículo - convenhamos - um partido ter 1 ou 2 Deputados aqui e ter o mesmo direito de expressão que tem um partido com 60, 50 ou 40 Deputados, como acontece hoje.

Aí entramos nos outros dois assuntos mais polêmicos, e até parece que a Casa está preferindo deixá-los de lado. Não é o meu caso, mas parece que a Casa está querendo assim fazer.

Entramos agora no distritão - uma transição para o voto distrital misto, que é o ideal -, sistema que precisa ser melhor debatido aqui pelos pares e pela Casa.

Aí entramos no assunto esdrúxulo, que são os 3,6 bilhões de reais para financiar a democracia, para financiar as campanhas eleitorais. De fato, eu não acredito - e sei que os Deputados aqui concordam comigo - que a população vá entender um gasto de 3,6 bilhões de reais em processo eleitoral, fora o fundo partidário, que já é bilionário. Diga-se de passagem que o referido valor já diminuiu, porque antes falava-se em 5,9 bilhões de reais.

Por que não buscar outras formas de financiamento, alocando recursos que são, por exemplo, gastos nas campanhas extemporâneas, que são aquelas inserções de programas partidários fora do período de campanha eleitoral, totalizando cerca de 900 milhões de reais por ano?

Por que não alocar isso à campanha eleitoral, por exemplo?

A verdade é que a população brasileira quer sim ser representada no Congresso Nacional, quer sim ter seus representantes aqui, mas por meio de uma campanha democrática e não de uma campanha com gastos exorbitantes.

Olhem o que está sendo proposto. O que era para ser a campanha mais barata da história está para se tornar a mais cara e com o uso de recursos públicos. Ninguém vai entender isso!

Não concordo com isso, acho que devemos e podemos buscar alternativas e vou me posicionar dessa forma no plenário.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 145/516

---

215.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	15/08/2017- 15:48
Publ.: DCD - 16/08/2017 - 75	JOÃO GUALBERTO-PSDB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Declaração de voto a favor da adoção do sistema eleitoral denominado distritão e contra o Fundo Especial de Financiamento da Democracia, no processo de votação da reforma política.

---

**O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito se tem falado que a reforma das reformas seria a reforma política. Pois bem, neste momento estamos discutindo mais uma proposta de reforma. Porém, parece-me que os Deputados, quando vão discutir e votar, querem votar a reforma que melhor traduza a possibilidade de suas próprias eleições. É difícil aprovar isso.

Agora, nós temos dois itens muito polêmicos. O primeiro é o voto distritão, que elege exatamente aquele que teve a maior quantidade de votos. É isso o que a população entende.

A população não entende, por exemplo, como é que um Deputado que teve 65 mil votos, como aconteceu na Bahia, não se elegeu, e se elegeu um que teve 40 mil votos. A população também não entende o

efeito Tiririca, que foi o que aconteceu em São Paulo. Um candidato a Deputado elegeu mais quatro que tiveram votos insignificantes. Um candidato puxou os outros.

Portanto, como transição, acredito que o melhor sistema político para a próxima eleição, em 2018, seja exatamente esse da eleição majoritária também para os Deputados, ou seja, elege-se aquele que tiver mais votos.

Quanto ao Fundo Partidário, ou fundo eleitoral, como queiram chamar, eu sou contra. Por quê? Porque em uma crise dessas, com 14 milhões de desempregados, aprovar um fundo de 3,6 bilhões de reais vai na contramão do que a população hoje pensa dos políticos. Aliás, a população não se sente representada.

Então, eu votarei contra o Fundo, mas votarei a favor do distritão, que acho ser o melhor. Para que a população entenda, o cidadão vota sendo eleito o que obtiver mais votos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 146/516

---

215.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	15/08/2017-16:06
Publ.: DCD - 16/08/2017 - 80	MARCUS PESTANA-PSDB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Apresentação de proposta de realização em 2020 de plebiscito sobre o sistema de governo, o sistema eleitoral e o financiamento de campanhas. Esgotamento do sistema político, eleitoral e partidário brasileiro. Aprovação do modelo de voto denominado distritão pela Comissão Especial de Reforma Política.

---

**O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, aprovamos hoje e já se contra na Mesa a PEC da reforma política. Agora estamos discutindo a legislação infraconstitucional. O sistema político-eleitoral-partidário brasileiro quebrou, faliu, esgotou-se. É preciso mudar. Nós temos que votar, ainda agora, em agosto, a PEC e a lei.

Eu queria deixar esse registro. É o futuro da democracia que está em jogo.

Eu acabo de lançar na Comissão a proposta de um plebiscito em 2020 sobre sistema de governo, sistema eleitoral e financiamento, porque a

polêmica é tão grande que a sociedade precisa se pronunciar, e a oportunidade será nas eleições municipais de 2020.  
Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o diagnóstico é consensual: o sistema político, eleitoral e partidário brasileiro chegou a um esgotamento irreversível. A falta de consistência das regras do jogo levou a um modelo de organização caro, distante da sociedade, pulverizado, de baixa densidade programática, clientelista e patrimonialista ao extremo.

A democracia moderna pressupõe a existência de um Parlamento, de Poderes autônomos e independentes, de partidos políticos, de eleições e de candidaturas. A sociedade, na impossibilidade de exercer a democracia diretamente, delega o poder para uma representação que decide os destinos e governa em seu nome. No mundo contemporâneo são cada vez mais presentes e desejáveis mecanismos de participação direta da cidadania. Mas, isso não substituiu o sistema decisório representativo.

Não há sistema de representação perfeito. A delegação reflete regras e filtros que distorcem, por menos que seja, a tradução verdadeira do desejo direto dos cidadãos.

A democracia é invenção histórica humana e, como tal, comporta virtudes e pecados. Mas, à luz de experiências autoritárias como as da Coreia do Norte, Venezuela e Cuba, é fácil chegar a uma conclusão óbvia: se a política vai mal no Brasil, pior seria sem a liberdade e a democracia.

Na semana passada, a Comissão Especial da Reforma Política aprovou mudanças importantes no sistema de escolha da nossa representação parlamentar, determinando a adoção, em 2018, do modelo do voto majoritário conhecido como distritão, em que vão para o Congresso os mais votados e, em 2022, o voto distrital misto. Desde o nascimento da democracia moderna, dois sistemas clássicos emergiram.

O primeiro deles é o distrital puro, em que o Deputado é eleito num pequeno território, por meio de eleição majoritária (como na eleição de Prefeitos), e cada partido lança um único candidato, gerando uma grande proximidade entre eleitor e eleito, mas sacrificando a representação das minorias temáticas.

O outro é o proporcional em lista, que privilegia as ideias e o programa partidário, mas é um tanto impessoal e dá peso excessivo às cúpulas partidárias.

A Alemanha, no pós-guerra, fez a síntese saneadora, introduzindo o voto distrital misto, sistema em que metade dos Deputados é eleita ancorada no programa partidário refletido na lista, e a outra metade, ancorada no território, nos distritos. Com isso, acentuam-se as

qualidades dos dois sistemas clássicos e atenuam-se os seus defeitos. Mas só será possível introduzir esse sistema no Brasil em 2022. Em 2018 faremos a transição, através do distritão, em que há um esvaziamento evidente dos partidos e o realce do papel do indivíduo. Não é um bom sistema, mas, nas circunstâncias a que chegamos, é melhor do que o atual, que produziu a presente crise. Não era possível nenhuma territorialização do voto. Teremos que votar a proposta ainda no plenário da Câmara e do Senado. Não será fácil aprová-la, porque, sendo emenda à Constituição, precisa do apoio de 308 Deputados. Mas permanecer com as atuais regras beira a irresponsabilidade.

---

Documento 147/516

---

215.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	15/08/2017- 16:14
Publ.: DCD - 16/08/2017 - 83	ASSIS CARVALHO-PT -PI	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Anúncio de votação, pela respectiva Comissão Especial, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2011, sobre a valorização e a política remuneratória dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. Apelo à Casa para aprovação da matéria. Posicionamento contrário à adoção do modelo eleitoral denominado distritão.

---

**O SR. ASSIS CARVALHO** (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, amanhã a Comissão Especial deverá apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2011, que trata de fazer justiça aos agentes comunitários de saúde.

Essa é uma categoria que eu considero os anjos da guarda do povo brasileiro. Eles vão às casas das pessoas mais humildes do Sertão deste País para ajudar no que diz respeito à promoção da saúde.

Então, nós fazemos um apelo a esta Casa para que, tão logo essa PEC chegue aqui, possamos aprová-la, para, o mais rápido possível, fazermos justiça a esses trabalhadores, que têm uma causa justa.

Sr. Presidente, outro tema que eu gostaria de registrar é a minirreforma política, que agora está em debate.

O Brasil inteiro deve estar acompanhando esse debate, e nós estamos vendo algumas discussões que precisamos compreender melhor.

Parece-me, Deputado Pepe Vargas, que não há nada tão ruim que não



possa piorar. Pois bem, o sistema vigente é horrível. Todos nós estamos lutando para mudar esse modelo, porque ele não serve. Agora, queremos mudar para um modelo que respeite o sentimento do povo brasileiro. E o que está se vendo agora é que este Parlamento, que anda com medo de povo, com medo de gente, quer se perpetuar no poder por força do poder econômico. Isto nós não podemos aceitar. Estão agora tentando liquidar partido político, para que se evitem os movimentos sociais, para que se evite que as pessoas mais modestas possam disputar eleição e para permitir que uma elite se perpetue no poder.

Pois bem, estão inventando um tal de um voto majoritário, que é adotado no chamado distritão. O Brasil já está uma vergonha para o mundo depois do golpe, depois de a corrupção se instalar aqui no Planalto. Pois agora sabe a quem eles querem comparar o Brasil, Srs. Deputados? Ao Afeganistão, à Jordânia, a Vanuatu e às Ilhas Pitcairn. São os quatro lugares do mundo, Deputado Leo de Brito, Deputado Zé Geraldo, que têm essa imoralidade de fazer eleição parlamentar de forma majoritária, para defender celebridades ou para permitir que o poder econômico compre eleitor ou, ainda, para evitar que o povo se candidate.

Esta Casa, que hoje conta com 6% de apoio popular, está realmente com muito medo de enfrentar as pessoas depois dos crimes praticados com o golpe; com a aprovação da PEC que limita os gastos primários com educação e saúde; com a terceirização; com a reforma trabalhista; principalmente, com o escândalo do dia 2 de agosto, quando a maioria deste Parlamento deu o abraço de afogados num Presidente corrupto e em todo um gabinete envolvido em corrupção - e há aqueles que ainda querem fazer o desmonte deste País, aprovando uma tal reforma da Previdência.

É claro que este Parlamento está com medo de olhar nos olhos do povo brasileiro!

Portanto, fica o desafio. Eu acho que mudar a regra no meio do jogo é possivelmente um dos maiores golpes que se pode aplicar contra o povo. Já não basta rasgar a Constituição brasileira e desrespeitar os 54 milhões de brasileiros que votaram em Dilma? Já não basta salvar Temer, depois de todo o escândalo que está aí?

Agora querem salvar a própria pele, adotando o tal do distritão, para vender a imagem do Brasil ligada ao que existe de mais atrasado no mundo e tentar elitizar cada vez mais esta Casa, proibindo que as pessoas do povo se candidatem.

Eu espero que esta vergonha não prevaleça nesta Casa.

Eu gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação desta Casa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Está deferido seu pedido, Deputado.

215.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	15/08/2017-16:46
Publ.: DCD - 16/08/2017 - 95	AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Contrariedade ao financiamento público de campanhas eleitorais. Artigo Plebiscito para a reforma política, do advogado Modesto Carvalhosa, publicado pelo jornal O Globo.

---

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA** (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, respeitando a opinião daqueles que são eventualmente contrários, eu venho à tribuna agora para me manifestar absolutamente contra este financiamento público de campanha que está sendo proposto neste momento aqui na Casa, a partir da Comissão Especial.

Não faz sentido. E a Nação não vai entender como é que nós estamos aumentando o teto do déficit fiscal, um rombo anunciado todos os dias nos jornais. Como é que nós temos um desemprego de 14 milhões de trabalhadores? Mulheres que muitas vezes até conseguem, eventualmente, empregos, são mães e não têm onde deixar os filhos, porque não existem creches.

É impressionante a falta de coerência. É absurda esta proposta neste momento, Sr. Presidente.

Estamos passando à Nação a sensação de que ela é uma proposta fundamentada no salve-se quem puder. Não é possível que não haja consciência de quem vai propor e votar esse tipo de coisa neste momento.

A crise continua, não existem perspectivas. A segurança pública está cada dia pior. No Rio de Janeiro, as Unidades de Pronto Atendimento à Saúde estão sendo fechadas por falta de recursos.

Há crise em todas as situações. Famílias inteiras estão se alimentando uma vez por dia, e nós aqui vamos queimar em 45 dias, Sr. Presidente, 3,6 bilhões de reais? Eu acho que é um absurdo, e nós não deveríamos apoiar esse fundo.

A propósito, eu quero que seja registrado nos Anais da Casa o artigo do Dr. Modesto Carvalhosa, advogado, publicado hoje no caderno *Opinião*, do jornal *O Globo*, que fala sobre plebiscito para a reforma política. Ele alinha juridicamente alguns pontos que são muito importantes.

Peço a V.Exa. que, além de dar publicidade nos meios de comunicação da Casa, registre nos Anais da Câmara este artigo do advogado

Modesto Carvalhosa.  
Muito obrigado.

## ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

### Plebiscito para a reforma política

Onde está escrito na Constituição que o Congresso tem legitimidade para promover autonomamente e no seu único interesse uma reforma política?

A reforma política em curso no Congresso peca de vício de origem que a torna absolutamente inválida no âmbito de um estado de direito. Nossa democracia funda-se no princípio da soberania do povo, inscrito no artigo 1º da Constituição Federal (CF), cujo sistema de representação, à luz do artigo 14 da mesma Carta, só poderá ser alterado por plebiscito, aí incluídos os temas cláusula de barreira e financiamento público de campanha.

Na Constituição de qualquer país democrático, e muito menos aqui, não há autorização para os mandatários aprovarem uma autorreforma política, usurpando a soberania do povo. Só falta, em seguida, admitir que mera PEC substitua presidencialismo por parlamentarismo... Ora, nem os Estados Unidos ousaram rever seu arcaico sistema eleitoral. E, de todo modo, nenhum país verdadeiramente democrático ousaria fazê-lo sem a necessária consulta prévia ao eleitorado, oferecendo diversas opções de mecanismos de representação e financiamento de campanhas eleitorais.

A finalidade da cláusula de barreira e do financiamento público de campanhas nessa inaceitável reforma é, doravante, em todas as esferas, perpetuar no poder seus atuais detentores e impedir o surgimento de novos partidos e candidaturas independentes, eliminando uma das bases da democracia, isto é, a alternância e a constante renovação dos representantes do povo.

Mas o chamado Fundo Especial de Financiamento da Democracia (?!) de até R\$ 6 bilhões não pode ser acolhido por ferir o princípio fundamental da separação entre os recursos públicos e os privados.

Pessoas jurídicas de Direito Privado que são, os partidos políticos, segundo o artigo 17 da CF, apenas podem receber do Estado o atual Fundo Partidário e o acesso gratuito ao rádio e à televisão.

Além do mais, qualquer outro benefício inventado pela autorreforma política esbarra na norma que veda a fixação de despesa sem a previsão da respectiva receita (artigo 165 da CF), princípio fundamental e inderrogável por qualquer PEC.

A propósito, onde está escrito na Constituição que o Congresso tem legitimidade para promover autonomamente e no seu único interesse uma reforma política, ignorando a soberania popular consagrada pelos artigos 1º e 14º da CF?

A sede de poder revelada por esse monstrego de autorreforma política também atenta contra os princípios da moralidade e da impessoalidade, que devem presidir à conduta dos mandatários de cargos públicos (artigo 37 da CF).

Os pretextos para essa autorreforma das estruturas de representação popular são insubsistentes, tanto mais quanto se sabe que o voto distrital puro, a ser objeto de imperioso plebiscito, diminui os custos de campanha drasticamente (80%) e vincula aos eleitores o representante escolhido pelo distrito, acabando com a dispersão de votos e a desproporção de parlamentares federais por estado.

A vingar essa autorreforma, típica de república das bananas em que vamos gradativamente nos transformando, a corrupção será generalizada nas eleições de 2018 e seguintes, pois uma fortuna de R\$ 3 bilhões a R\$ 6 bilhões estará à disposição dos caciques dos partidos, dos seus milionários marqueteiros, sobrando ainda muito dinheiro do povo para a compra de votos através de cabos eleitorais pagos a peso de ouro (prefeitos, vereadores, presidentes de associações de bairros, chefes de comunidades etc.), tudo isso sem contar que o crime organizado certamente entrará firme nas "campanhas cívicas" para dividir o botim tirado do Estado.

Portanto, cabe ao STF pôr cobro a esse desmanche dos fundamentos de nossa democracia, determinando a convocação de plebiscito para decidir - sim ou não - sobre as propostas de reforma política.

E nós, o povo, devemos ir às ruas e impedir que essa monstruosidade venha não só legalizar, mas constitucionalizar a corrupção eleitoral.

*Modesto Carvalhosa é advogado*

---

Documento 149/516

---

215.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	15/08/2017-17:18
Publ.: DCD - 16/08/2017 - 120		ESPERIDIÃO AMIN-PP -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 775, de 2017, acerca da constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários objeto de registro ou de depósito centralizado. Pedido ao Presidente da Casa, Rodrigo Maia, de questionamento ao Tribunal Superior Eleitoral sobre a impressão de votos.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o nosso partido tem posição favorável à medida provisória, mas eu não posso deixar de aproveitar esta ocasião para, pessoalmente, lhe pedir atenção para o Requerimento nº 7.008, que eu apresentei ontem à Mesa.

O requerimento pede a V.Exa. que officie e diligencie junto ao Tribunal Superior Eleitoral, para saber, no momento que estamos debatendo reforma política, qual é o propósito concreto do TSE a respeito da questão impressão do voto.

Neste requerimento eu alinhavo incidente concreto acontecido em Santa Catarina, que foi a pátria das urnas eletrônicas - elas nasceram lá -, e que resultou na destruição de uma urna, durante a apuração, sem que se pudesse recuperar os votos que ali foram depositados. Incidentes de *hackers* havidos recentemente, em julho, em Las Vegas, Estados Unidos, com urnas eletrônicas usadas mostram que há absoluta necessidade de se cumprir a lei que nós aprovamos sob sua relatoria, Sr. Presidente. V.Exa. foi o Relator do atual art. 59-A da Lei nº 13.165, de 2015. Nós queremos saber se o Tribunal Superior Eleitoral está cumprindo, quer cumprir ou vai nos surpreender dizendo que não vai poder cumprir.

Isso é tão grave quanto o nosso respeito ao voto direto, livre, universal e, acima de tudo, honesto.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço a sua diligência e a sua providência, reiterando o que eu tinha tomado a liberdade de adiantar a V.Exa. Muito obrigado.

---

Documento 150/516

---

215.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	15/08/2017-17:02
Publ.: DCD - 16/08/2017 - 100		DANILO CABRAL-PSB -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do PSB a respeito de tópicos da reforma política.

---

**O SR. DANILLO CABRAL** (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu vim à tribuna hoje para externar a posição do partido sobre a pauta da Ordem do Dia da Câmara dos Deputados.

Há uma expectativa da sociedade em relação ao posicionamento que nós vamos adotar no que diz respeito ao debate da reforma política.

Essa seria uma das mais importantes reformas a serem debatidas nesta Casa, mas, infelizmente, isso não ocorreu de forma satisfatória. Mais uma vez o Congresso Nacional prepara, às vésperas do prazo limite, um arremedo de reforma, que vai orientar simplesmente as eleições de 2018.

No nosso entendimento, deveríamos ter feito um debate mais profundo com a sociedade. Afinal, os constrangimentos que vivemos hoje no País têm como um dos pontos principais, na sua origem, a ausência de uma estrutura político-partidária adequada para o Brasil.

O nosso partido, Sr. Presidente, já se manifestou em torno de alguns desses pontos. Preliminarmente, o PSB já tomou uma posição em relação a dois deles, os quais consideramos importantes.

Primeiro, o fim das coligações. Esse é um ponto estratégico.

Infelizmente, o que vemos em reiteradas eleições é, muitas vezes, a vontade do eleitor ser contaminada em função das coligações partidárias. O eleitor vota num candidato, mas termina elegendo outro. É importante acabar, de uma vez por todas, com esse instrumento das coligações partidárias.

O segundo ponto é a volta da cláusula de barreira, que já foi aprovada por esta Casa e derrubada no Supremo Tribunal Federal. Não é razoável que este Congresso Nacional conviva com 28 partidos políticos - cada um se transformou em um dono -, o que nos leva a ter esse verdadeiro balcão de negócios instalado no Congresso Nacional. Portanto, é importante que a cláusula de barreira seja restabelecida, para que seja efetivamente considerado partido somente aquele que expressar o pensamento da sociedade.

É necessário também abordar outros pontos da Ordem do Dia. Um deles é o financiamento das campanhas, que é o ponto-chave. Eu quero manifestar a nossa posição contrária à implantação de um fundo eleitoral, como o que está sendo discutido nesta Casa, inclusive já aprovado na Comissão.

É claro que temos a convicção de que não cabe o financiamento privado, devido a todos os constrangimentos e as relações promíscuas que ocorreram no sistema partidário brasileiro. O financiamento individual também não é uma prática no País. Sobra, então, o debate sobre o financiamento público.

A sociedade não pode ser responsabilizada por essa conta. A população já vem pagando uma conta enorme, resultado dos cortes que estão sendo feitos nas políticas públicas. Não é razoável que um fundo de quase 4 bilhões de reais seja criado agora, jogando-se mais uma conta nas costas da sociedade.

Nós temos que rediscutir esse assunto e encontrar um caminho pelo qual o próprio sistema político-partidário brasileiro - a partir dos mecanismos de financiamento que já temos, especialmente o fundo partidário - possa servir de instrumento para enxugar os custos das eleições, financiando-as por essas vias.

Por fim, quero manifestar o posicionamento do PSB no sentido de não acatar a votação a respeito do distritão. Esse sistema eleitoral nega a importância dos partidos políticos e afunila a escolha do eleitor. Nós

temos que preservar o fortalecimento da democracia através dos partidos e a legitimidade do eleitor.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja reproduzido no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Deputado Danilo Cabral, o pedido de V.Exa. será atendido.

---

Documento 151/516

---

215.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	15/08/2017- 17:18
Publ.: DCD - 16/08/2017 - 112	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Debate sobre o financiamento de campanhas eleitorais no bojo da reforma política em discussão na Casa.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero pedir licença, na realidade, para usar este tempo aqui no plenário para debater parte da reforma política que está sendo debatida na Comissão Especial. Muitas pessoas têm abordado o tema de como se resolve a questão de fazermos campanhas mais baratas, que deve ser o objetivo central dessa reforma.

Pois bem, o que, de fato, define uma campanha política mais barata é a definição, Sr. Presidente, de tetos baixos para cada nível da disputa eleitoral.

Eu comentava há pouco na Comissão que um teto, por exemplo, de 2 milhões e 200 mil para candidaturas a Deputado Federal - em todo o Brasil este mesmo valor de teto - é um teto elevadíssimo! É muito dinheiro em campanha!

Por exemplo, a média do gasto dos Deputados Federais eleitos no Estado do Rio Grande do Sul em 2014 foi em torno de 1 milhão e 300 mil. Se nós colocarmos um teto de 2 milhões e 200 mil, estaremos aumentando os gastos de campanha!

O que eu tenho defendido é que nós devemos reduzir pelo menos em 30% a média dos gastos dos eleitos em cada um dos Estados. Para Governador, por exemplo, devemos pegar os dois Governadores mais votados na eleição anterior. Se um gastou 5 milhões e o outro gastou 8 milhões, some, divida por dois e corte 30%. Essa é a definição real de

que a campanha será mais barata ou mais cara. Nós precisamos, de fato, garantir que permaneça a legislação que proibiu o financiamento empresarial para campanhas políticas, porque o financiamento de empresas é isso que está aí. É isso a que estamos assistindo. Portanto, é necessário ter um fundo público para, junto com a contribuição de pessoas físicas, garantir um financiamento republicano e digno para a democracia brasileira, mas dentro de um ambiente de uma eleição mais barata, com tetos mais baixos do que aqueles que se começa a debater no momento.

---

Documento 152/516

---

215.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	15/08/2017- 17:18
Publ.: DCD - 16/08/2017 - 146	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do PSOL contrário à adoção do modelo eleitoral denominado distritão e à cláusula de barreira. Apoio do partido ao financiamento público de campanhas eleitorais. Preocupação com os valores pretendidos para o financiamento de campanhas com recurso público.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Deputadas e Deputados e, principalmente, aqueles que estão assistindo à sessão neste momento, existe a intenção de se começar a votar amanhã, neste plenário, aquilo que estão chamando de reforma política, que, na verdade, é uma reforma eleitoral e que em vários aspectos piora o sistema de representação no Brasil.

Eu vou focar o tal distritão, que, como disse o Deputado Chico Alencar, está sendo apelidado de "detritão". Eu já ouvi também quem dissesse que esse é o "cunhão", porque era o sistema, não sei se V.Exas. lembram, aprovado e trabalhado pelo Deputado Eduardo Cunha, além de ser o sistema defendido por Michel Temer.

O primeiro argumento contra esse sistema de votação é o de que ele dificulta o processo de renovação parlamentar. Se ele tivesse sido aplicado nas eleições de 2014, 92% dos Deputados teriam sido reeleitos. No sistema proporcional, pouco mais de 50% foram reeleitos. Então, quem está preocupado porque está votando para blindar Temer, ou porque votou a favor da reforma trabalhista, ou porque está pensando em votar a favor da reforma da Previdência, não pode querer agora blindar o seu próprio mandato, para que o eleitor não tenha a capacidade de decidir pela sua saída. Essa é a primeira questão.



Segunda questão: ele acaba com a ideia de partido político. É cada um por si. Aqueles que têm mais grana, mais dinheiro para fazer a campanha em todo o Estado, logicamente, vão levar vantagem. Por isso esse sistema é muito ruim. Ele congela a vontade do eleitor brasileiro de renovação política.

Além disso, as cláusulas de barreira que estão sendo colocadas ali servem para favorecer os grandes partidos, em detrimento daquelas que podem ser as forças emergentes. E isso a bancada do PSOL vê com muita preocupação.

Para terminar: historicamente, nós sempre defendemos o financiamento público das campanhas eleitorais, mas não se pode sair de um modelo bilionário empresarial para um modelo bilionário de financiamento público. Tem que haver campanhas modestas, com discussão programática daquilo que representam os candidatos e os partidos políticos.

Essa é a posição da bancada do PSOL. Defendemos, sim, o financiamento público das campanhas eleitorais, mas não achamos que, para que haja uma campanha eleitoral justa, seja preciso articular um fundo de mais de 3,6 bilhões. E também não achamos que esse tipo de distribuição, segundo a qual 98% dos recursos levam em conta a representação anterior, seja positiva. Tem que ser dada a possibilidade, para as novas forças, de virem a fazer uma discussão com paridade, com maior igualdade ou, pelo menos, com menor desigualdade.

Manifestamos nossa preocupação com a cláusula de barreira; defendemos o financiamento público, sim, mas bilionário desse jeito, não; e o distritão, de jeito nenhum.

---

Documento 153/516

---

215.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	15/08/2017- 17:18
Publ.: DCD - 16/08/2017 - 147	CARLOS ZARATTINI-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Contrariedade à adoção do sistema eleitoral denominado distritão. Apoio à proposta de implantação do financiamento misto de campanhas eleitorais e de extinção de coligações partidárias nas eleições proporcionais. Avanço da proposta de criação da chamada cláusula de desempenho.

---

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, amanhã

nós devemos votar neste plenário a PEC que trata da reforma política, relatada pelo Deputado Vicente Candido, que encerrou hoje seu trabalho na Comissão, tendo sido aprovado um relatório que, no nosso modo de ver, é muito negativo em vários aspectos.

O principal deles é exatamente o aspecto da aprovação de um sistema de votação que contraria o sistema proporcional. Esse sistema, conhecido como distritão, na prática, joga na lata do lixo os partidos políticos, faz prevalecerem os indivíduos, os candidatos na sua forma individual. Ou seja, nós não vamos ter mais uma agremiação, um partido político se organizando no Estado para disputar uma eleição, juntando o que há de melhor, entre ex-Prefeitos, Deputados Estaduais, Vereadores ou lideranças que nunca ocuparam cargos, mas que queiram disputar uma eleição. Essa possibilidade morre se aprovado aqui um sistema como o distritão, porque a lógica do distritão é a da indicação de candidatos que tenham um grande conjunto de votos, que tenham condições de puxar votos para si mesmos, mas não para o partido. Então, os partidos vão indicar poucos candidatos, e isso vai prejudicar enormemente a renovação política em nosso País. E a renovação política é fundamental, exatamente porque traz para o Parlamento ideias novas, ideias diferentes, que não estavam previstas, que não estavam colocadas, que não apareceram no debate.

Eu imagino, na sociedade de hoje, quando há tantas controvérsias, porque até agora essas pessoas não conseguiram chegar aqui. E elas precisam chegar aqui, aquelas que não têm as suas ideias representadas. Então, faz parte da democracia a renovação política. Vamos debater contrariamente a esse sistema porque nós achamos que o melhor sistema é exatamente o sistema no qual a força política se concentra no partido, e o partido estabelece a sua chapa, junta o que há de melhor em cada Estado.

Queremos aproveitar a oportunidade para defender um artigo muito importante dessa PEC, sobre o financiamento misto, um financiamento que combina a contribuição de pessoas físicas com o financiamento público de campanhas.

Muitos dizem, principalmente na mídia, que não é possível haver gastos do orçamento público para financiar uma eleição. Ora, estava vigendo até há pouco tempo o sistema de financiamento empresarial. E quero lhes dizer o seguinte: todos os problemas que nós temos hoje, a sucessão de escândalos deriva exatamente do financiamento empresarial. Foi o financiamento empresarial, a mistura de contribuições empresariais com a vida política, que nos colocou nesta situação de questionamento. Foi criminalizada a atividade política. Doações absolutamente legais feitas por empresas se transformaram em propinas. Hoje todas as doações feitas a todos nós aqui, então candidatos, transformaram-se em suspeitas, inclusive passíveis de investigação e de condenação. Isso é um verdadeiro absurdo. É exatamente por isso que nós do PT abrimos mão de receber contribuições de empresas privadas. Logo em seguida, o Supremo Tribunal Federal decidiu, da mesma forma, pelo impedimento da continuação das contribuições de empresas privadas.

Agora nós temos que resolver o problema do financiamento. E não há outra solução senão exatamente a da combinação do financiamento público com o financiamento por pessoa física.

Nós do PT lutamos pelo barateamento das eleições. Vínhamos propondo - e isto também foi detonado pela mídia - o sistema de votação em lista preordenada. É o sistema mais barato que existe, sem sombra de dúvida. Mas, diante de todas as suspeitas que se levantaram contra esse sistema, suspeitas de que nesse processo se esconderiam na lista Deputados ficha-suja, o que é um absurdo porque os próprios partidos tratariam de excluir os Deputados chamados ficha-suja e apresentariam a melhor lista possível, esse sistema da lista preordenada acabou sendo afastado.

Agora nós defendemos que, no sistema proporcional de lista aberta, haja um teto de gastos para cada candidatura e que o teto seja o único critério no País. Vamos propor inclusive que esse teto seja equivalente à média do que foi gasto pelos Deputados eleitos de cada Estado. Consideramos que isso já resultaria em uma boa redução de gastos. Queremos mais: queremos que se faça um teto de doação. Não é possível que os mais ricos possam doar muito mais do que as pessoas que ganham pouco. Portanto, queremos que se estabeleça também um teto de doação.

Queremos ainda que se estabeleça um teto de autofinanciamento. Vimos vários candidatos milionários gastarem muito dinheiro - e não sei se recuperaram de alguma forma depois -, colocarem muito dinheiro na sua própria campanha. Não é possível que os mais ricos possam vitaminar sua campanha com a sua própria riqueza, em detrimento daqueles que têm menos.

Nós precisamos preservar a democracia. Para isso, precisamos ter condições igualitárias de disputa, o mais igualitárias possível. Por isso propomos o financiamento misto, o financiamento público com o financiamento por pessoas físicas, mas com tetos preestabelecidos, tanto de gasto total quanto de doação. Consideramos que isso vai democratizar muito as eleições.

Quanto às propostas que estão na outra PEC, na PEC que veio do Senado, elas tratam do fim das coligações. Isso permitirá ao eleitor votar num candidato. Se o candidato não for eleito, aquele voto irá para outro candidato, do mesmo partido, e não de outro partido coligado. Dessa forma, haverá um direcionamento político melhor do voto do eleitor.

Da mesma forma, nós consideramos que é um avanço o estabelecimento da chamada cláusula de desempenho, que determina um percentual mínimo para que os partidos tenham direito ao tempo de TV e de rádio e ao financiamento público e partidário. Isso é necessário para reduzir a proliferação sem fim de partidos. Já existem mais de 30 partidos com condições de disputar uma eleição, e existem mais 10 ou 15 partidos na fila para serem aprovados. Não é possível isso.

Nós precisamos resolver estes dois problemas, que são fundamentais no sistema atual: a chamada coligação e a cláusula de desempenho. Consideramos que a solução que vem nessa PEC do Senado contribui

muito para o aperfeiçoamento do sistema atual. Portanto, nós consideramos que podemos avançar bastante em relação às duas PEC, desde que derrotemos aqui as tentativas de retirar o sistema proporcional, o sistema mais democrático que existe, que permite às minorias se apresentarem, elegerem-se e serem representadas no Parlamento - minorias políticas, minorias na sociedade, minorias que têm que ter voz no Parlamento. Nós consideramos o sistema proporcional o mais democrático e vamos lutar pela sua manutenção. Muito obrigado.

---

Documento 154/516

---

216.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	15/08/2017- 18:56
Publ.: DCD - 16/08/2017 - 219	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque do Art. 7º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2017, apresentando à Medida Provisória nº 775, de 2017, sobre a constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários objeto de registro ou de depósito centralizado. Repúdio à gestão do Presidente Michel Temer. Defesa da realização de reforma política democrática, com ênfase no fortalecimento do voto popular. Posicionamento contrário ao chamado voto distritão e ao voto distrital misto. Apoio ao sistema de voto proporcional.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, esse artigo parece que foi escrito pelos bancos: foi um artigo feito para que aquele que financia seja prejudicado, assine no escuro, não tenha garantia de que taxa de juro será praticada em relação ao seu contrato. E, por isso, é um retrocesso. A proposta desse artigo é um retrocesso em relação ao direito do mutuário, de quem financia.

Na verdade, nós temos visto absurdos neste País, como pagar o imóvel, depois falir a empresa e a Caixa Econômica Federal dizer que a garantia é o prédio, enquanto os mutuários pagaram o imóvel. Agora esse artigo demove direitos cristalizados no Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Isso, de fato, entra na lista dos prejuízos em torno dos direitos da cidadania, os direitos hoje conquistados nos planos da casa própria, da saúde, da educação, da ciência e tecnologia. Todos esses segmentos

são atacados, feridos de morte pelo Governo Michel Temer. Nós estamos vendo. A taxa de juros explode. Há um processo de cada vez mais cortes no Orçamento. E nós entendemos que isso faz parte dessa estratégia já muito conhecida pelo povo brasileiro durante os governos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso. É a estratégia de quem desdenha quer vender. Hoje já se fala em vender parte das ações da INFRAERO nos aeroportos que foram concedidos para a exploração de empresas - todas - estrangeiras. Hoje já se espera que chegue a esta Casa projetos de pagamentos de mensalidades nas universidades públicas. Isso nos assola e nos deixa aterrorizados, porque conseguimos derrubar nesta Casa aquela proposta, a PEC que cobrava as pós-graduações, que hoje são cobradas a partir de uma decisão do Supremo Tribunal Federal. A cobrança de mensalidade está na alça de mira daqueles que hoje coordenam a educação do Governo Temer, além de outros prejuízos. Está aí a venda aberta de ativos do pré-sal, de ativos da PETROBRAS, sem qualquer tipo de delicadeza diante dos olhos do povo brasileiro, do patrimônio relacionado com a PETROBRAS. Esse é um Governo de entrega nacional. Temer sabota a soberania. Temer entrega os direitos do povo. Temer induz o processo de efetiva destruição do patrimônio público, para dizer que o que é público não funciona, não é eficaz. Diante dessa situação, nós temos que dizer à população brasileira que esta reforma política está sendo urdida e tramada para a manutenção do *status quo* político, conseguido pelas portas dos fundos. Nós temos a clareza de que é necessário se realizar a reforma política democrática que valorize e fortaleça o voto popular, que garanta que o desfile das ideias tenha privilégio na sociedade, porque as propostas hoje postas, como o distritão, não serão o desfile das ideias, mas das individualidades. Metade das chapas para baixo não podem concordar com o distritão, porque, na verdade, ele será o modelo para privilegiar cabeças de chapa das bancadas dos Estados. Isso nos levará a um processo de empobrecimento da identidade da política brasileira. A democracia será ferida de morte, porque ela inclui o desfile proporcional das ideias que circulam na sociedade. Mal ou bem, é o que somos aqui. Apesar de, na última eleição, o dinheiro ter sido o grande cabo eleitoral. E o sistema distrital misto, senhores, que está fazendo a cabeça de parte deste Plenário? O distrital misto significa matar o voto de opinião, setorizar parte da construção das bancadas. Nós seremos representantes regionais, territoriais para assuntos locais ou seremos um colegiado plural, proporcional, para tratar dos problemas do País? É o voto proporcional o mais adequado à nossa historicidade política, o mais adequado à busca da média opinativa da Nação brasileira. A compreensão do PCdoB é que precisamos aprimorar o sistema atual, garantindo até alguma cláusula de desempenho - gradual -, trabalhando para que um fundo público, com valores a serem discutidos, impeça o retorno da corrida do ouro nas eleições do Brasil. O PCdoB encaminha a favor do seu destaque e faz essas observações

sobre a economia, sobre a realidade do retrocesso de direitos imposto pela reforma trabalhista e, agora, por essas medidas de restrição orçamentária e de corte nos investimentos. O PCdoB, acima de tudo, defende uma reforma política democrática, que valorize o voto popular e garanta a proporcionalidade das opiniões que circundam no País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 155/516

---

216.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	15/08/2017-18:56
Publ.: DCD - 16/08/2017 - 230	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada sobre a votação do requerimento de destaque para votação em separado do trecho não se aplicando, quando se tratar de alienação fiduciária de imóvel, o disposto nos parágrafos 5º e 6º, do art. 27, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, constante no art. 9º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2017, da Medida Provisória nº 775, de 2017. Artigo Deforma Política, de autoria do orador, veiculado pelo Blog do Noblat.

---

**O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - O PSOL vota "não" ao texto, "sim" ao destaque e pede a reflexão de todos aqui. Talvez pouquíssimos de nós tenhamos vivido o drama ter um imóvel, a sua casa, num leilão, para pagar dívida, em função de inadimplência. Esse projeto de lei de conversão é muito perverso, na medida em que, mesmo que o imóvel leiloadado, pelo baixo valor conjuntural, não suprir a ânsia, a voracidade do credor, do banco, esse imóvel não será suficiente. A pessoa, além de perder sua casa, continua endividada. Isso não é minimamente humano. Isso é de fato um capitalismo sem riscos para o credor, é a velha medieval usura. Isso é inaceitável. Sr. Presidente, aproveite ainda esta oportunidade para deixar como lido um pronunciamento.

### **PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos e todas que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para os Anais da Câmara, artigo meu publicado hoje, 15 de agosto, no Blog do Noblat. Trata da suposta reforma política, que mais deforma do que corrige os

problemas que temos atualmente.

## ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

### Deforma política

'Que ilusão a minha, achar que quem detém o poder vai reformá-lo!'. Esse foi o desabafo de Giordano Bruno (1548-1600), filósofo, frade dominicano e cientista, pouco antes de ser levado à fogueira pela nada Santa Inquisição.

Confesso que essa ilusão me atinge, volta e meia. Acreditei que o tsunami político que a Lava Jato e outras investigações em curso provocaram, ao revelar o conluio corrupto de muitos partidos e empresas, produziria profunda ânsia de mudança até no Congresso Nacional. Afinal, nunca antes na história desse país tantos altos empresários e figurões públicos ficaram tão expostos, vários deles encarcerados.

Enfim a chamada "mãe de todas as reformas", a Política, vai acontecer, afirmou-se. Ledo engano. O que está acontecendo é um debate pontual - de costas para a sociedade, como de costume. O que está em votação é, sobretudo, modo e meio de perpetuar as oligarquias de sempre no poder.

Chama a atenção o distritão, que ajuda na reeleição dos parlamentares conhecidos e de celebridades da TV, do esporte e dos bancados por igrejas neopentecostais ou mesmo tráfico e milícias. Acaba com a ideia de partido, de coletividade política.

Escandaliza em especial o tal Fundo de Financiamento da Democracia, com um montante de R\$ 3,6 bilhões para as campanhas. Isso além do Fundo Partidário, que este ano atingirá cerca de R\$ 800 milhões. Só PSOL, PHS e Rede se insurgiram contra esses valores escandalosos. Eles representam quase todo o orçamento do Ministério do Meio Ambiente (R\$ 3,9 bi), e bem mais do que o orçamento do Ministério da Cultura (R\$ 2,7 bi) e do Esporte (R\$ 1,4 bi). Supera em R\$ 1 bi tudo o que foi destinado para custear o programa Farmácia Popular, em vias de extinção. E em 64% o previsto para os 370 mil bolsistas do CNPq, que, com o contingenciamento, podem não receber nada mês que vem. Indefensável!

Em 2015, o Supremo Tribunal Federal acabou, corretamente, com o financiamento empresarial das campanhas. Como comprovado, era fonte de corrupção, propinas e favorecimentos. Pois agora Suas Excelências querem que os mesmos valores, altíssimos, sejam despendidos nas campanhas. Só que bancados pelo Estado. Corrijo: inflacionaram os gastos em mais R\$ 200 milhões, pois o custo total das eleições gerais de 2014, em doações de pessoas jurídicas, foi de R\$ 3,4 bilhões.

É quase inacreditável: os que hegemonizam a política brasileira não conseguem pensar numa campanha austera, pé no chão, fundada em propagação de ideias e causas. Também desprezam a internet como

veículo barato (ainda?) de difusão de seus programas. Continuam a imaginar o mundo enganoso da captação do sufrágio com o marketing milionário, a compra de votos, a propaganda fantasiosa, as superproduções de TV.

Eles não acreditam no financiamento cidadão nem consideram que os recursos públicos do Fundo Partidário são suficientes. Querem continuar comprando mandatos, só que agora exclusivamente com as altas somas de 0,5% da receita líquida da União. Não aprenderam nada..."

Assim seja!

Agradeço a atenção.

---

Documento 156/516

---

217.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/08/2017-13:10
Publ.: DCD - 17/08/2017 - 35		LUIZ COUTO-PT -PB
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Não liberação pelo Governo Federal de recursos de emendas orçamentárias impositivas. Declaração de voto pela rejeição das propostas de criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia e do sistema de voto denominado distritão. Defesa de convocação de Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para realização da reforma política.

---

**O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, quero peço que seja dado como lido discurso que preparei sobre o distritão e do fundão, dizendo que vamos votar contrariamente, porque isso é uma aberração. Isso não é reforma política, é reforma dos políticos que querem se salvar. É esse o pronunciamento que apresento.

Aproveito para dizer, Sr. Presidente, que o Governo empenhou 7 milhões de reais em emendas impositivas nossas, mas não liberou nada. Eu quero saber se é marcação, se é perseguição ou se é retaliação. Se as emendas são impositivas e foram empenhadas, os recursos deveriam ser liberados sem condicionamento a voto favorável ou não ao Governo.

Essa é a reclamação que quero fazer. Vou falar com o Deputado Imbassahy e pedir que me explique a razão disso.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato)** - Obrigado, Deputado. Seu pronunciamento será divulgado no programa *A Voz do Brasil*.



## PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma maioria de Congressistas que não respeitou o voto dos brasileiros e deu um golpe parlamentar; que retirou direitos de homens e mulheres que trabalham; que arquivou pedido de investigação contra um Presidente pego em flagrante delito, só pode mesmo ser favorável a implantação do distritão, o que significa que cada Estado ou Município se transformará em distrito eleitoral, onde os eleitos passam a ser os candidatos mais votados, e não serão mais levados em conta os votos para o partido ou coligação.

Uma reforma política que coloca como item central o distritão, que favorece candidatos a Deputados ligados a grupos poderosos financeiramente, não merece o respeito do povo nem deste Parlamentar. Essa, portanto, não é uma reforma política séria, pois não enfrenta a corrupção, não supera a crise da democracia representativa, nem fortalece a democracia participativa.

Como disse Daniel Samam, músico, educador, editor do Blog de Canhota e coordenador do Núcleo Celso Furtado, um núcleo do PT do Rio de Janeiro, em artigo publicado no *site* Brasil 247:

*Na verdade, o "Distritão" só piora o que já é ruim. É uma regra eleitoral utilizada em países de democracias frágeis e duvidosas, como o Afeganistão, a Jordânia, Vanuatu e Pitcairn. Os defensores do "Distritão" dizem que o sistema é simples, porque ganham os mais votados. Na prática, fortalece as atuais direções partidárias, reforçando os medalhões e a lógica de bancadas setoriais (Boi, Bala, Bola, Bíblia, Planos de Saúde, etc.). Sem contar que tende a eliminar por completo a representação parlamentar de minorias.*

Samam disse também:

*(...) o "Distritão" precisa ser compreendido como manobra de sobrevivência de uma elite política que será julgada, através do voto popular, pelo golpe de 2016, pela sustentação e salvação de Temer, pelo apoio à agenda de "reformas" que retiram direitos e desmontam o Estado e por tudo mais que fizeram numa legislatura em que ficaram indiferentes aos anseios do povo.*

Entendo que somente uma Assembleia Nacional Constituinte, em sintonia com a população, teria poderes para fazer uma ampla e profunda reforma política que fosse capaz de trazer mecanismos claros de controle igualitário de financiamento e elementos éticos que despertassem nas pessoas o gosto pelas políticas pública e partidária. Era o que tinha a dizer.

Extraordinária - CD

Publ.: DCD -  
17/08/2017 - 44

JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Contrariedade à implantação no País do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, nós estamos na iminência de tratar, neste plenário, das mudanças na legislação eleitoral. Como tem sido muito comum, as propostas que estão na mesa não são nada adequadas a quem defenderia maior representação da população, dos trabalhadores, dos mais excluídos. Muito pelo contrário, se passar esse tal do distritão, Sr. Presidente, o Congresso será ainda mais conservador, terá menor participação de trabalhadores, de integrantes dos setores de menor representação hoje e será dominado, controlado por empresários, banqueiros, latifundiários, pelos representantes dos setores mais conservadores. O distritão é a pá de cal nos partidos políticos. Com ele, acaba o voto de legenda, acaba a participação coletiva no processo eleitoral. Prevalecerá o "cada um por si e Deus por todos", e a máquina do dinheiro...  
*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 158/516

217.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

16/08/2017-13:34

Publ.: DCD -  
17/08/2017 - 48

ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA-PMDB -SC

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Presença, no plenário, de Vereadores do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, filiados ao PMDB. Posicionamento contrário à criação de fundo para o financiamento de campanhas eleitorais.

---

**O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (PMDB-SC. Sem revisão do**

orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, inicialmente gostaria de fazer uma saudação em virtude da presença aqui conosco de quatro Vereadores do PMDB da minha cidade de Ituporanga, onde moro e onde tive o privilégio de ser Prefeito. Saúdo os Vereadores Edinho, Diogo, Beleco e Almir.

Eu aproveito esta oportunidade, Sr. Presidente, para deixar clara a minha posição contrária à aprovação do chamado fundo, voltado para financiar campanhas políticas. Eu não acredito que a população aceite calmamente que recursos públicos, que faltam para a saúde, para a educação, para a agricultura, para diversos setores, sejam destinados ao financiamento de campanhas políticas. Podem ser usados para a realização de obras, de ações que são necessárias ao Brasil. Obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Seu pronunciamento será divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Deputado.

---

Documento 159/516

---

217.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/08/2017-13:38
Publ.: DCD - 17/08/2017 - 50		ANGELIM-PT -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à criação de fundo para financiamento de campanhas eleitorais e ao sistema de voto denominado distritão. Necessidade de atenção do Parlamento às demandas da sociedade.

---

**O SR. ANGELIM** (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero me posicionar contra esse vergonhoso fundo de 3,6 bilhões de reais, sobretudo num momento em que se corta salário de trabalhadores.

Sou igualmente contra a ocultação de doações. Nós precisamos é de transparência nos processos eleitorais.

Eu me posiciono contra o distritão também, porque ele simplesmente fragiliza os partidos e evita ou dificulta o surgimento de novas lideranças.

Esta Casa tem que resgatar sua credibilidade, ouvindo os anseios da população e, principalmente, zelando pelo processo eleitoral limpo, transparente. É preciso estabelecer diálogo verdadeiro com as

peessoas, apresentar propostas que tenham conteúdo e evitar campanhas caríssimas. Nós temos é que buscar alternativas para barateá-las.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 160/516

---

217.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/08/2017- 13:56
Publ.: DCD - 17/08/2017 - 60	VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Atuação do Prefeito de Salvador contra a liberação de empréstimo bancário ao Governo do Estado da Bahia. Falta de sintonia entre a política econômica do Governo Michel Temer e os anseios das populações menos favorecidas. Posicionamento do orador sobre tópicos da proposta de reforma política.

---

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também seguindo a orientação do nosso Deputado Nelson Pellegrino, venho cobrar algo do Governo Federal. O Prefeito de Salvador, que é do DEM, tomou a atitude de tentar impedir a assinatura do contrato entre o Banco do Brasil e o Governo da Bahia. Estamos na luta para que este contrato seja assinado.

Sr. Presidente, eu quero, nesta tarde, chamar atenção da nossa sociedade para uma questão. No Governo Dilma, precisamente em 2015, um dos grandes debates dizia que, por causa das pedaladas fiscais, havia um rombo nas contas do Governo que chegaria a 70 bilhões de reais.

Este foi um grande debate que houve na sociedade brasileira. Os meios de comunicação, todo mundo debatia sobre isso. Agora o rombo é de 159 bilhões de reais. E ninguém diz nada!

Chega-se ao ponto de o Governo dizer que não vai fazer o reajuste do salário mínimo, o que sem dúvida nenhuma é muito importante para a população. O salário mínimo seria de 979 reais, mas o Governo só pode dar 969 reais. Ou seja, vai diminuir 10 reais! É isso que ele vai fazer! O Governo Temer vai diminuir o salário mínimo para ter uma economia de 3 bilhões de reais.

Aumentam a gasolina e o *diesel* para haver uma economia de 10 bilhões de reais. Quando chegam ao agronegócio, dão de graça o

perdão da dívida que eles têm com a Previdência, algo em torno de 10 bilhões de reais, só porque o Presidente Michel Temer queria o apoio dos Deputados para salvar o seu Governo. Essa é uma situação delicada que nós temos no Brasil.

Desse jeito, como é que nós vamos diminuir a desigualdade que existe neste Brasil? Cada vez mais tiram recursos e políticas públicas da população mais pobre. Isso não pode ser desse jeito, Sr. Presidente. Eu quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que hoje nós vamos iniciar a discussão e a aprovação da chamada reforma política. Esse negócio de distritão não dá, porque isso significa prevalecer cada vez mais a grana na eleição. Temos que acabar com isso. Temos que acabar com a prevalência cada vez maior das grandes personalidades nas eleições.

Outro problema é a contribuição, que é secreta, escondida. Temos que conhecer as pessoas que querem contribuir com as eleições, isso não pode ser escondido! Até porque a ideia do distritão e dessa contribuição secreta foi de Cunha. Cunha está preso, mas ainda exerce influência aqui dentro. Isso não pode acontecer, Sr. Presidente.

Então, não estou vendo nenhum avanço no debate entre os partidos a respeito da reforma política para a sociedade. E, numa crise como esta, nós precisaríamos criar um mecanismo que permitisse à sociedade brasileira renovar o Parlamento. Eu sou daqueles que acha que um Deputado não pode ser reeleito por mais de três vezes. Acho que três mandatos são um bom período. E por isso eu acho que a reforma política tem que vir para renovar, não para manter os mesmos políticos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para a nossa surpresa, a Câmara dos Deputados pode votar hoje ainda, no âmbito da reforma política, o chamado distritão.

Vale lembrar que, em 2015, tivemos uma votação deste mesmo dispositivo, que foi rejeitado por esta Casa. Na mesma votação, rejeitamos ainda o financiamento privado de campanhas, objeto de golpe do então Presidente Eduardo Cunha, que inaugurava o método de retomar votações já vencidas ao seu bel prazer e vontade.

O modelo distritão é uma afronta à democracia. Rejeitado pela ampla maioria dos movimentos sociais, associações acadêmicas, como a Associação Brasileira de Ciência Política, ABCP, e tantas outras organizações respeitadas, o modelo acaba com a possibilidade de votarmos a partir de projetos de país, programas que orientam os princípios dos representantes eleitos. Dava lugar para o personalismo da política, o que facilita as relações de coronelismo e impede que as minorias sociais tivessem alguma chance no sistema eleitoral.

Conforme nota emitida pela ABCP:

*"Se a necessidade de uma reforma política surge do diagnóstico de que os partidos são frágeis, a adoção do distritão parece ter como objetivo fragilizá-los ainda mais, interessando a certos segmentos da classe política profissional, em particular àqueles com maior facilidade para dispor de vultosos recursos para suas campanhas. Nesse sentido, observamos com preocupação a possibilidade de sua implantação e reiteramos nossa posição contrária à sua propositura."*

Tal proposta visa diminuir a representatividade na Câmara dos Deputados, o que já é uma questão que deve ser discutida, diante da baixa presença de mulheres, negros, jovens, índios e trabalhadores. Visa institucionalizar o poder econômico na condução do Parlamento brasileiro, já que a individualização fortalece quem já possui recursos próprios para bancar campanhas eleitorais.

Aproveito o ensejo para falar também sobre o financiamento público de campanha, um dos itens que consta no relatório da reforma política (PEC 77/16), que também será analisado pelo plenário da Câmara. Continuo favorável ao financiamento público, como forma de responsabilização coletiva do momento eleitoral, extinguindo as pressões advindas de empresas que geram lobbies e defesas de interesses particulares. O financiamento público é justo porque ele garante igualdade entre partidos e candidatos. Há aqui uma discussão sobre a criação de um fundo público, que seria o "financiador" desse processo.

Temos que desmistificar o debate, o que já não é fácil. O momento em que vemos todos os dias o Governo golpista gastando bilhões para garantir que denúncias de corrupção não sejam investigadas, anistiando dívidas homéricas de empresas e bancos, sem falar dos calotes dos ruralistas ao FUNRURAL, dificulta um debate realmente limpo acerca da importância do financiamento coletivo das campanhas, de forma pública, não particular.

Obviamente, temos que garantir que o fundo público não afete o orçamento das áreas sociais, que já está comprometido com o congelamento de 20 anos imposto por Temer. Obviamente que temos que ter bom senso acerca do valor deste fundo, até por que o nosso sistema permite a doação por pessoa física (o que torna o nosso modelo misto). Mas não podemos apagar este debate da esfera pública, por que é essencial à democracia e ao aumento de chance de minorias sociais de alcançar esta Casa, o Parlamento brasileiro.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que divulgue este pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e demais meios da Casa.

Muito obrigado.

217.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

16/08/2017-14:04

Publ.: DCD -  
17/08/2017 - 64

AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Domínio por criminosos de elevado número de comunidades no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Prioridade da Casa no debate a respeito do quadro de violência e insegurança pública reinante na Capital fluminense. Adoção de medidas efetivas para restauração do poder coercitivo do Estado. Defesa de redução da maioria penal. Apelo à Presidência da Casa de inclusão na pauta de propostas destinadas ao fortalecimento da área de segurança pública.

---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Arolde de Oliveira, do PSC, do Rio de Janeiro, que dispõe de 3 minutos na tribuna.

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA** (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos informações recentes de que no Rio de Janeiro mais de 800 comunidades já estão nas mãos de criminosos. Esse é o maior absurdo a que nós chegamos, não só no Estado do Rio de Janeiro, pois este é um assunto nacional. Por isso, Sr. Presidente, em vez de nós estarmos aqui legislando em causa própria, para as eleições do ano que vem, criando fundos de 3,6 bilhões de reais para queimar em 45 dias em uma eleição, enquanto o País está em uma crise profunda, conforme nos dão conta os jornais e os meios de comunicação a toda hora, nós poderíamos focar na legislação penal, na legislação que fortaleça a segurança pública. Nós precisamos de instrumentos mais reais para restaurar o poder coercitivo do Estado, que está tão enfraquecido, justamente pela desmoralização das polícias militares, das polícias civis do nosso País. Agora mesmo estamos com as Forças Armadas ocupando o Estado do Rio de Janeiro e fazendo um esforço. Não sei se nós teremos o dissabor de termos notícias, de repente, de militares assassinados, como são assassinados os policiais militares no Rio de Janeiro. Quais serão os instrumentos de julgamento dessas causas, no caso contrário de algum militar, eventualmente, matar algum bandido com dolo? Como se fazem esses julgamentos? Essas questões é que têm de ser estudadas, e esses instrumentos é que têm de ser fortalecidos, para que se restabeleça, enfim, o poder coercitivo do Estado, que vai, com certeza, reduzir a impunidade. Temos também o assunto da menoridade, da imputabilidade criminal. É muito importante que a maioria penal seja reduzida de 18 para 16

anos, uma vez que os jovens, os adolescentes, são os maiores instrumentos dos criminosos, principalmente do crime organizado em torno do tráfico de drogas.

Faço um apelo à Presidência da Casa, para que nós pautemos matérias no sentido de fortalecer os instrumentos para garantir a segurança pública do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 162/516

---

217.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/08/2017- 14:14
Publ.: DCD - 17/08/2017 - 67		CAETANO-PT -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento contrário à implantação do sistema de voto denominado distritão. Redução do valor do reajuste proposto para o salário mínimo. Defesa do afastamento do Presidente Michel Temer e de imediata convocação de eleições presidenciais diretas.

---

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Povo brasileiro, chegou hoje ao plenário desta Casa a reforma política, a reforma eleitoral. Andaram o mundo inteiro e foram buscar exatamente o modelo do Afeganistão - o modelo do Afeganistão -, esse tal distritão, para um país continental. Só a Bahia tem 417 Municípios.

Trazem para cá um tal de distritão, que não ajuda o povo brasileiro, que não consolida a democracia, que não traz a representatividade, como acontece hoje com o sistema proporcional. O distritão não interessa ao Brasil, não interessa à sociedade brasileira, interessa a alguns grupos, especialmente do ponto de vista econômico.

Eu voto contra esse distritão; eu voto contra também a se ocultar qualquer coisa na política. Temer traz uma proposta oculta na hora em que, por trás dessa reforma que está trazendo para o Brasil, quer implantar a qualquer custo aqui a venda total do nosso País.

Sr. Presidente, o Brasil está sendo entregue, e o Temer quer, de vez, entregar o Brasil ao capital externo, quer cortar mais. Ele quer cortar agora mais o quê? O salário mínimo. Cortar o salário mínimo é trazer o Afeganistão para cá, com essa proposta de distritão. Ao mesmo tempo, há esse rombo no País de mais de 20 bilhões de reais. O rombo, hoje, é de 159 bilhões de reais.

O que está por trás disso? É a venda da PETROBRAS, a venda das



nossas economias. É cada vez mais vender o Brasil, Sr. Presidente. Essa é a proposta oculta do Presidente Temer, este Presidente interino.

O que temos que cortar é esta equipe econômica. O Ministro Meirelles é um banqueiro, governa para banqueiros; o projeto é para banqueiros, a proposta é para banqueiros e não para o povo.

O corte que tem que se fazer, Sr. Presidente, não é no funcionalismo público, não é no salário mínimo, não é na CLT, não é aqui na reforma da Previdência. O corte que tem que ser feito no Brasil é um corte profundo na equipe econômica. E ao tirar a equipe econômica, deve-se tirar o Temer da frente do nosso País.

Vocês não estão sentindo, meu povo, Sras. e Srs. Parlamentares, que o Brasil está afundando? Está afundando e a cada instante afunda mais. Há um ano, falavam de um superávit de 20 bilhões de reais. Agora estão dizendo que, só se tudo der certo, conseguirão equilibrar. De onde vem esse déficit? Eles estão gastando mais do que arrecadam. Eles já sabiam disso, mas continuaram gastando mais do que arrecadam. E aí o déficit foi aumentando, aumentando, aumentando. Quando chegar 2020, já estará em 200 bilhões de reais e não só 159 bilhões de reais.

Portanto, a hora é agora! Fora, Temer! Vamos convocar eleições direitas e não esta reforma eleitoral.

---

Documento 163/516

---

217.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/08/2017-15:42
Publ.: DCD - 17/08/2017 - 103		DÉCIO LIMA-PT -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Contrariedade à adoção do sistema de voto denominado distritão e à implantação do parlamentarismo no País.

---

**O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, eu quero deixar de forma expressa o sentimento que acredito ser da grande maioria do povo brasileiro com relação ao debate que ainda não se iniciou no plenário, mas que deve ter o seu começo na tarde de hoje, com relação à reforma política.

Sr. Presidente, por mais que haja aqui um esforço no sentido de tentar

lapidar e melhorar o processo democrático do nosso País, processo este no maior período vivido pelo povo brasileiro do ponto de vista da existência da nossa República, este debate peca pela falta imperiosa, neste momento, de legitimidade, ou seja, nós não vamos poder compartilhar este debate com a sociedade. O povo não poderá debater, a exemplo do que foi feito quando decidimos entre o parlamentarismo e o presidencialismo, logo depois da Constituição de 1988.

Ainda há, Sr. Presidente, elementos que circulam neste debate altamente repugnantes, como o distritão, que vai servir como uma lança mortal às conquistas democráticas do nosso País.

Além desse debate, também se ouviu falar da tentativa de se estabelecer um período parlamentarista, o que expressa claramente uma tentativa agressora aos valores da nossa Constituição, ao arcabouço jurídico brasileiro e à própria democracia.

Há, portanto, Sr. Presidente, uma preocupação com a própria credibilidade desse debate por parte de uma Casa que não tem mais condições de representar legitimamente o povo brasileiro e está literalmente desgastada pelos acontecimentos, principalmente a partir de 2016, daquele dia de abril, quando aqui se decidiu, sem as questões meritórias expressas, estabelecer o *impeachment* da Presidenta Dilma.

Portanto, Sr. Presidente, nós não podemos permitir a desfaçatez deste tema, sob o argumento de que vamos melhorar a democracia enquanto podemos estabelecer...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.  
Foram 3 minutos.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero deixar minha indignação com a proposta desta Casa de aprovar o voto distritão e a proposta do Governo golpista de implantar o parlamentarismo. São duas propostas que vão na contramão dos anseios do povo brasileiro. O distritão dificulta a renovação na política e favorece o coronelismo local. O parlamentarismo é puro casuísmo deste grupo político do PMDB e PSDB, que tomou o poder de assalto e não tem votos para ganhar uma eleição presidencial. Já houve um plebiscito, e o povo rechaçou essa proposta!

Na visão dos segmentos mais conservadores, a elite seria o estamento social responsável por detectar, encaminhar e atender (se assim o decidir) as necessidades do povo. Trata-se do cerne do pensamento reacionário: há uma elite que sabe tudo, tudo tem e tudo pode; e há o povo, a massa, que precisa ser orientada, dirigida, porque não sabe o que quer, não sabe votar, não sabe dizer quais são as suas prioridades e, portanto, é irresponsável.

Trata-se evidentemente de uma visão de mundo eivada de arrogância e preconceito, muito distante do que legaram os pensadores fundamentais da civilização, como Cristo, Buda, Gandhi e outros tantos que, há milênios, pregam a liberdade, a igualdade e a fraternidade. É também uma postura incompatível com a ideia de democracia. Por isso, constitui uma elite equivocada.

Estão equivocados, em primeiro lugar, sob a ótica teleológica, na medida em que, sempre que a sua vontade é contrariada, se ressentem e partem para a imposição de soluções criativas na linha da democracia "relativa".

Em segundo lugar, se equivocam por entender que a sua responsabilidade social se resume à dimensão econômica, isto é, gerar emprego, pagar impostos, etc. Não se percebem como integrantes de uma comunidade (a não ser a comunidade "socialite"), mas costumam se comportar como "consultores" sobre qualquer tema, e, como tal, sabem qual é o melhor futuro para a "polis".

A elite equivocada não admite ameaça aos seus privilégios, que percebem quase como um direito divino. Seus negócios devem ser subsidiados (se contrariados, ameaçam deixar o País, afinal são "cidadãos do mundo"). Seus interesses pessoais e familiares são prioritários e por isso o espaço público deve ser privatizado, o Estado deve ser minimalista (no tamanho exato que permita apenas salvaguardar a sua mesquinha míope).

E quando a política eventualmente se orienta para o novo (e para o povo), se a questão social começa a merecer prioridade e, em decorrência, não mais privilegia os poderosos, eles atacam, mais uma vez equivocadamente, o poder constituído e procuram recuperar o mando "perdido" a qualquer custo.

Foi assim com Getúlio e com Jango, foi assim no vergonhoso processo de *impeachment* da Presidenta Dilma e tem sido assim com o interminável massacre jurídico e midiático do ex-Presidente Lula. Precisam ser "exterminados", simplesmente porque são líderes que ousaram implantar políticas de inclusão social e minimização da miséria em todas as dimensões.

Nos últimos dias, a elite equivocada, ao perceber a possibilidade do retorno de um governo verdadeiramente republicano, com as eleições de 2018, começa a defender o sistema parlamentarista de governo. Temem o "jararaca" e o "coração valente".

Estão incomodados porque, sem candidatos viáveis (os de sempre estão afundando em desprestígio decorrente de denúncias) e vendo seus títulos artificialmente forjados afundarem em mediocridade e "nonsense", a elite, desconhecendo olímpicamente o fato de que o povo brasileiro já rejeitou em duas oportunidades o parlamentarismo, tenta relançá-lo. Tudo muito parecido com o que ocorreu em 1961. Com a renúncia de Jânio Quadros, políticos e militares "teleguiados" pela elite equivocada impuseram um parlamentarismo híbrido como condição para a posse de João Goulart (então Vice-Presidente). Durou pouco. Mas, insistente, a elite equivocada tentou retomar a ideia em 1993, e de novo o povo a rejeitou em plebiscito. Agora retomam o

desiderato, acreditando que o povo tem memória curta. A sugestão partiu de Michel Temer (rejeitado por mais de 90% dos brasileiros), é firmemente apoiada pelo PMDB e embalada pelo PSDB em programa laudatório na TV.

Mas a nossa gente já sabe que os projetos elitistas não têm nada de "ponte para o futuro", são, antes, uma viagem ao passado. É a nova fase do golpe.

Sr. Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

---

Documento 164/516

---

218.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

16/08/2017-  
18:52

Publ.: DCD - 17/08/2017 -  
248

CARLOS ZARATTINI-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do PT a respeito da proposta de reforma política em tramitação na Casa.

---

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos agora iniciar esta votação, que diz respeito à chamada reforma política, que hoje é muito mais próxima de uma reforma eleitoral. E nós acreditamos que é possível avançar em vários pontos importantes que podem melhorar o sistema eleitoral brasileiro.

A primeira questão, que nós consideramos uma das questões mais importantes, diz respeito ao sistema eleitoral. Nós do PT continuamos defendendo o sistema proporcional de votação. Aliás, a nossa proposta era exatamente a de adoção do sistema proporcional através de lista preordenada, porque a lista preordenada é a forma mais barata de se fazer uma eleição, a forma mais simples e mais barata, adotada em muitos países do mundo. Infelizmente, nós não conseguimos "coesionar" uma ampliação suficiente para colocar esse sistema em votação aqui. Esse sistema também foi indevidamente atacado pela mídia, que disse que ele serviria para esconder Deputados ficha-suja, pessoas ficha-suja. Muito pelo contrário. Ele faria com que os próprios partidos fizessem essa limpeza, excluíssem candidatos que poderiam

levar à perda de votos. Enfim, queremos continuar com o sistema proporcional.

Nesse sentido, nós nos opomos à votação de um sistema chamado "distritão", que desorganiza os partidos, que impede a organização partidária, que impede a renovação partidária. Por isso - quero deixar claro a todos que estão aqui - não participamos de nenhum acordo referente a distritão, distritão com legenda, distritão sem legenda. Não estamos nesse acordo.

Em segundo lugar, nós também nos opomos ao sistema chamado "distrital misto", porque é um sistema que distorce a representação. O sistema distrital misto, apesar de metade dos votos serem destinados à eleição através de listas proporcionais, distorce a representação quando coloca a outra metade exatamente pelos distritos e reduz a participação das correntes minoritárias de opinião em nossa sociedade. Nós achamos que o sistema mais democrático é o sistema proporcional, integral. Esse, sim, é um sistema que garante a representatividade das correntes de opinião que existem em nossa sociedade. Mas achamos que ele pode ser melhorado em relação ao que temos hoje. Em primeiro lugar, com o fim das chamadas "coligações partidárias", porque as coligações distorcem o voto. Muitas vezes, o eleitor vota no candidato de um partido que está coligado com outro partido e acaba elegendo o candidato do outro partido. Portanto, isso desvirtua o voto do eleitor. Somos favoráveis ao fim da coligação. Não nesta PEC, mas numa outra PEC que está sendo relatada pela Deputada Shéridan, nós votaremos a favor do fim das coligações. Nós também achamos que não é real termos a representação de tantos partidos quanto os que existem hoje registrados no Tribunal Superior Eleitoral: mais de 35 partidos. E outros estão prontos para serem apresentados. Ora, não é possível e não é necessária essa proliferação partidária. Nesse sentido, também votaremos favoravelmente a uma cláusula de desempenho segundo a qual, para o partido obter recursos do Fundo Partidário, do fundo eleitoral, e tempo no rádio e na televisão, deverá atingir o mínimo de votos.

Portanto, nós achamos que podemos melhorar o sistema. A grande maioria dos Deputados desta Casa está disposta a votar nesse sentido e a aperfeiçoar o sistema.

Nós também achamos importante resolver o problema do financiamento eleitoral. O financiamento eleitoral foi baseado até agora no financiamento empresarial. E foi justamente esse financiamento empresarial que levou a que tivéssemos esses grandes escândalos que hoje estão levando o mundo político a esta crise. É necessário que termine o financiamento empresarial. Muitos aqui voltam a defender o financiamento empresarial. Não concordamos com isso.

Aliás, quero dizer às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que mesmo as empresas hoje já estão aprovando, nos seus conselhos de administração, cláusulas que impedem a contribuição para o sistema político. As empresas estão decidindo isso. Muito poucas empresas restarão com a disposição de financiar candidatos ou de financiar partidos políticos.

Consideramos importante dar fim ao financiamento empresarial. Ele não vai ajudar. A volta do financiamento empresarial não ajuda a democracia. Fez bem o Supremo Tribunal Federal ao decidir por essa proibição. Não nos cabe aqui reintroduzir esse tipo de financiamento. É importante que adotemos o financiamento misto e que permitamos a contribuição de pessoas físicas. Para isso defendemos que haja limites, porque também não é justo que uma pessoa muito rica possa contribuir com milhares, com milhões de reais para determinado candidato ou partido, enquanto as pessoas que têm menos não têm condições de contribuir. É necessário haver um parâmetro de igualdade. Nós consideramos que esse parâmetro tem que ser colocado na lei ordinária.

Da mesma forma, nós achamos que é necessário também que haja o financiamento público. O financiamento público é democrático. Ele permite, sim, o funcionamento das eleições. Nesse sentido, apresentamos já um destaque, para que se retire do texto desta PEC a vinculação das receitas ao financiamento público, aquele 0,5%. Propomos a sua retirada e que a Comissão de Orçamento, todos os anos, discuta qual deverá ser o montante a aplicar no financiamento público através do fundo eleitoral. Ou seja, se houver dinheiro ou se não houver dinheiro, vai haver uma decisão da Comissão de Orçamento. Essa é a nossa proposta de destaque. Que a população brasileira fique tranquila em relação a isto: que não se retire dinheiro da educação, da saúde ou da habitação, mas que se garanta um financiamento de acordo com aquilo que pode ser feito no Orçamento Federal, e não vinculado à Constituição.

Por fim, nós consideramos que é possível avançar democraticamente para eleições mais baratas. Nesse sentido, Sr. Presidente, Sr. Relator Vicente Candido, nós vamos apresentar propostas para reduzir o teto de gastos. Não é possível, como está previsto no projeto de lei apresentado na Comissão, que se faça um teto de gastos de 150 milhões para Presidente. Queremos diminuir isso. Não precisa haver tanto marqueteiro. Vamos abaixar o teto. Para Deputado Federal estão previstos 2,5 milhões. Propomos reduzir esse valor. Podemos fazer eleições mais baratas. Para que é preciso marqueteiro? Vamos colocar os candidatos num estúdio, para que gravem e falem diretamente para o povo as suas propostas, de forma simples, sem "marquetagem", sem efeitos especiais, de uma forma barata, para que o povo possa conhecer as ideias que cada candidato propõe, e não os truques cinematográficos. Com truques cinematográficos, nós todos vimos aonde fomos parar.

---

### *Sumário*

Posicionamento do Governo a respeito da proposta de reforma política em tramitação na Casa.

---

**O SR. JULIO LOPES** (Bloco/PP-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, falo aqui com muita convicção, porque já disputei a minha quarta eleição. Em uma delas, fui o décimo quarto mais votado do Estado, o que é mais ou menos a média das minhas votações sempre. Como deve lembrar o Deputado Jean Wyllys, eu obtive, nessa votação, 93.600 votos. Eu acho que o Deputado, naquela época, obteve alguma coisa em torno de 30 mil votos. E aqui ele chegou como Deputado, e eu fiquei de fora, Deputado Beбето, tendo sido o décimo quarto mais votado do Estado, que tem 46 Deputados.

Ainda assim, Deputado Chico Alencar, eu acho que ganhou o Congresso Nacional. Ganhou o Congresso Nacional, porque ganhou a presença de um ilustre representante de uma comunidade importante. Eu quero falar com o Deputado Alessandro Molon, que respeito muito. Não acho, Deputado Molon, que a qualidade deste Congresso decorra de outra coisa se não do povo brasileiro. Os engenheiros brasileiros, os médicos brasileiros, os cientistas brasileiros, os professores brasileiros saem somente da sociedade brasileira, assim como os seus políticos. Nós não viemos de Marte, nós não fomos jogados aqui no Congresso Nacional oriundos de qualquer parte, como se mágica fosse. Somos frutos, filhos e produtos da sociedade brasileira. E esta, sim, tem que se apurar e tomar mais cuidado no processo eleitoral, seja qual for o sistema.

Portanto, Deputado Lelo, falo aqui com tranquilidade. Já perdi e ganhei eleição, tendo sido sempre um dos mais votados no meu Estado.

Mas não é esse o problema. Acho que nós precisamos, sim, evoluir e aqui avançar para o distritão. Por uma simples razão: é mais fácil de a sociedade entender. E, se é mais fácil para a sociedade entender, é mais fácil para ela participar. A única razão pela qual eu sou totalmente favorável ao voto majoritário é a de ele ser mais fácil de entender. Se é mais fácil de entender, nós vamos trazer mais gente a compreender o processo e a dele fazer parte.

É claro que podemos depois evoluir para o distrital misto ou para outra forma qualquer, mas queria aqui deixar registrada, como o meu Líder, o nosso grande Francisco Dornelles, a opção forte, firme e determinada pelo voto majoritário, pelo entendimento da população brasileira.

Quero ainda colocar, Deputado Andres Sanchez e Deputado Darcísio Perondi, que é muito importante que nós tenhamos a cara de debater

esse fundo eleitoral. A mídia está no mínimo mal informada ou está querendo levar a interpretação da sociedade a equívoco. É absolutamente fundamental que tenhamos um fundo eleitoral. Eu sou totalmente partidário do financiamento privado. Detesto a ideia de um financiamento público. Entretanto, inviabilizou-se o funcionamento do financiamento público, Deputado Perondi. E, se nós não tivermos o financiamento público, aqui só teremos, na próxima Legislatura, Deputado Bebeto, produtos daqueles 16% do PIB que não são escritos, daqueles 16% do PIB que estão na informalidade.

E, o que é pior, no meu Estado, a milícia é capaz de controlar mais de 1 milhão e 200 mil hidrômetros e medidores elétricos e de fazer a cobrança para ela mesma. Ou seja, a Light e a Ampla instalam os medidores, distribuem a energia, e quem capta o dinheiro é o miliciano. Esse dinheiro vai financiar a eleição, como sempre financiou. Se não for o miliciano, será o traficante de droga; se não for o traficante de droga, será o do jogo irregular e o de todo tipo de malversação do recurso público.

Portanto, não sejamos hipócritas. Se queremos uma democracia representativa, tem de haver o financiamento público neste momento, porque senão aqui só chegarão aqueles que tiverem meios de obter o financiamento ilegal e irregular. Essa é a grande verdade. Nós vamos botar no Congresso Nacional um conjunto enorme de traficantes, de milicianos e de pessoas que malversam, que são capazes de obter dinheiro sem registro trabalhando na economia informal, e se locupletando, e agindo para se fortalecerem politicamente.

Quero dizer aqui que este assunto se entrelaça com o tema...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 166/516

---

218.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/08/2017- 18:52
Publ.: DCD - 17/08/2017 - 251	WEVERTON ROCHA-PDT -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do PDT a respeito da proposta de reforma política em tramitação na Casa.

---

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, nós estamos iniciando o debate da reforma política. É óbvio que esta reforma, como das outras vezes, já inicia desgastada. Eu não tenho dúvida de que, de qualquer



coisa que venha a ser decidida, não vai haver aprovação lá fora. Por um simples fato: esta Casa faz tempo que perdeu a legitimidade perante a sociedade para discutir alguns temas, principalmente para discutir o processo político-eleitoral, a representação do Congresso Nacional e de toda a política nacional. Mas é o nosso dever, nós temos que enfrentar o debate e iremos enfrentar este debate. Não dá para dizer que está ruim e ficar acomodado, reclamando. Precisamos tentar melhorar sempre.

A política é um processo dinâmico, para o qual precisamos estar abertos sempre, para melhorar nossas opiniões. Ontem mesmo o PDT se reuniu e decidiu. Isso é um programa do partido, está no nosso estatuto. Nós sempre defendemos a criação do fundo de financiamento de campanha, sempre fizemos essa defesa. A questão do valor já está superada. Como não vai haver um teto, esse teto vai ser discutido numa legislação infraconstitucional. Vamos ter que discutir valor, para que seja estabelecido de forma compatível com o momento difícil que o Brasil está vivendo. Vamos dar soluções, soluções essas que não sejam a de retirar recursos de políticas públicas da educação, da saúde, de políticas importantes para o País. Vamos ver os recursos que existem aqui no Legislativo, no Judiciário e no Executivo, ali na área-meio. É preciso criar essas soluções. Por quê? Assim como aqui no Brasil nós adoramos fazer o Direito comparado, Deputado Miro Teixeira, comparar com o que funciona mundo afora, é importante lembrar que no mundo afora, nas sociedades mais civilizadas, onde a democracia está enraizada, existe o fundo de financiamento público. A sociedade precisa saber quanto custa a eleição. É melhor haver o fundo do que haver petrolão, Odebrecht, JBS, corporações e CNPJs tentando financiar e interferir na montagem das bancadas dentro desta Casa. As corporações não podem mais participar. É preciso que o cidadão participe diretamente com o seu candidato e que o CPF prevaleça.

Então, foi um importante passo que nós demos o da eliminação da doação de pessoas jurídicas, de empresas às campanhas, para resolver de vez essa situação.

Outro ponto polêmico é o do sistema eleitoral. A grande maioria da nossa bancada, por exemplo, é contra o distritão; a outra parte é a favor. Agora veio a proposta do distritão com o aproveitamento do voto de legenda. Desde já nós do PDT podemos adiantar que, votando a PEC 134, para garantir 10% das vagas para as mulheres nos Parlamentos Federal, Estadual e Municipal, e havendo no sistema distritão o voto de legenda aproveitado para o primeiro suplente do não eleito ou qualquer outra forma de aproveitamento do voto do partido, não vemos problema nenhum em avançar na direção deste debate. É preciso haver uma solução. A sociedade precisa encontrar caminhos, e vemos esse caminho como um dos caminhos bons, sim, ou seja, a possibilidade de adoção do distritão com o voto de legenda. É uma tese nova que nos agrada. Temos todo o interesse de debatê-la. Pelo que estou vendo, nós vamos votar hoje o relatório principal, o relatório do Deputado Vicente Candido. Na semana que vem, no

momento dos destaques, para avançar nesses debates, estaremos tranquilos. O importante é, no diálogo, construirmos boas teses. A tese dos 10 anos para os Tribunais Superiores é unânime entre todos com quem conversamos. É preciso oxigenar. Tenho certeza de que vai ser um grande ponto, um ponto positivo, assim como a proibição da divulgação de pesquisas eleitorais 1 semana antes da eleição. É necessário fazer isso, sim. Daqui mesmo desta tribuna, várias vezes denunciei, inclusive na eleição passada, que o IBOPE foi ao Maranhão mentir nas eleições, como sempre faz. No dia da eleição, com a pesquisa de boca de urna, ele foi lá corrigir e fingir que está tudo bem. Então, 1 semana antes, sem influência de pesquisa eleitoral.

---

Documento 167/516

---

218.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/08/2017- 18:52
Publ.: DCD - 17/08/2017 - 253	JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do orador favorável ao financiamento público de campanhas eleitorais, ao voto proporcional, à cláusula de desempenho e à extinção de coligações partidárias nas eleições proporcionais.

---

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é preciso que, nesta discussão, nós coloquemos aquilo que é fundamental para a Casa discutir a partir de agora e busquemos o entendimento em torno da votação das reformas política e eleitoral.

Eu queria começar falando, Sr. Presidente, do esforço das duas Comissões Especiais. Nós não podemos, num momento como este, deixar de reconhecer o papel de uma Deputada e de um Deputado que relataram as duas PECs que estão tramitando nesta Casa: o Deputado Vicente Candido, Relator da PEC que trata do sistema eleitoral e do financiamento das campanhas, e a Deputada Shéridan, do PSDB, Relatora da PEC que trata de duas questões igualmente relevantes do ponto de vista da reforma, que são a cláusula de desempenho e o fim das coligações.

Esses dois temas, para mim, são fundamentais na proposta de reforma que está tramitando nesta Casa. Sem eles, evidentemente, não teremos, de certa forma, como moralizar o sistema eleitoral brasileiro.

Eles vão impor certa rigidez para que os partidos, sejam eles pequenos, médios ou grandes, de modo que possam representar ideias, programas em alguma Casa.

O que a sociedade brasileira está a exigir de nós é exatamente que, a partir de agora, os Deputados, os Parlamentares e aqueles que vão ser eleitos possam representar ideias, possam representar programas e possam sinalizar para a sociedade brasileira aquilo que é fundamental no resgate da participação da população nos destinos e na eleição de nós Parlamentares.

É óbvio que nós temos posições claras sobre esses temas. Eu mesmo sou defensor de quatro questões fundamentais: o financiamento público, a manutenção do voto proporcional, a cláusula de desempenho e o fim das coligações. Porém, não é aconselhável para esta Casa atuarmos aqui, batermos cabeça, cada um na sua posição, e não mediarmos acerca daquilo que é fundamental para salvar o sistema eleitoral e partidário brasileiro.

No debate e no enfrentamento que estamos fazendo, na defesa que estamos fazendo do financiamento evidentemente público, nós temos que fazer um esforço grande para baratear as campanhas, para dar transparência, para diminuir o valor desse fundo e transferir esse debate para toda a sociedade brasileira.

Não é correto, num momento como este, por exemplo...

E com isto o Líder Zarattini concorda, bem como os vários Líderes com quem conversamos hoje: precisamos discutir melhor o financiamento público. O financiamento público é um princípio. Eu entendo que a democracia tem custo, e é melhor que a democracia seja financiada pelo setor público do que pelo empresário, pelo setor privado - evidentemente, com regras, com valores compatíveis com a crise que o País está enfrentando, com valores compatíveis com aquilo que a sociedade espera de nós.

O tal fundo de 3 bilhões e 600 milhões, que foi demonizado, Deputado Glauber, está sendo retirado por meio de um destaque. E o que devemos fazer aqui, hoje, nesta Casa? Votar duas questões: o texto principal, Deputado Prascidelli, e um destaque, como resposta à sociedade brasileira, para retirar esse fundo. Aprova-se o financiamento público e remete-se essa discussão para a Lei Orçamentária Anual, para avaliar de que forma vamos compatibilizar o financiamento público de campanha.

É uma resposta simples. Eu penso que nós evoluímos. É muito importante aprovarmos esse destaque por unanimidade, no momento em que o apreciarmos.

Muitos partidos, inclusive o meu, têm sido favoráveis ao financiamento público, e isso precisa ser mantido. Não há democracia forte, se não houver partidos fortes. Eu sei que hoje os partidos estão desgastados. Todos os partidos estão desgastados. Qual é o senso comum na sociedade brasileira? Há dois elementos importantes: a sociedade é contra o distritão e contra o financiamento. E nós temos que dialogar sobre isso, Deputado Sóstenes, temos que buscar algum entendimento, para que se preserve o interesse da sociedade. E,

quanto ao financiamento, temos que rediscutir o montante do fundo e a forma de compatibilizá-lo com a Lei Orçamentária Anual de 2018.

É um bom avanço, é um bom começo para moralizarmos as campanhas eleitorais, barateando-as, diminuindo o teto, proibindo o autofinanciamento e adotando vários critérios que são fundamentais para compatibilizar o sistema eleitoral e um financiamento para as campanhas justo, transparente e equânime. Penso que nós demos uma grande contribuição para a consolidação dessa posição aqui no plenário.

Em segundo lugar, igualmente, é claro que há várias posições. Sou defensor da lista preordenada, mas há companheiros aqui que defendem o distritão com voto de legenda, há os que defendem o voto distrital misto e, ainda, os que preferem a manutenção do sistema proporcional.

É claro que nós temos as nossas posições. Mas, Presidente, proponho que hoje não se discuta nada disso, não se vote nada com relação a esse destaque, exatamente para possibilitar, Deputado Rogério Rosso, o diálogo necessário, e, assim, na terça ou quarta-feira, possamos discutir algum entendimento para avançar na matéria.

Eu tenho dito que a reforma não é pauta de Governo nem pauta da Oposição; é pauta do Parlamento. E nós não podemos nos furtar da necessidade de construir um caminho que preserve a política, resgate os partidos e resgate a democracia do nosso Brasil.

Eu penso que, independentemente de posição A ou B - é claro que as posições estão estabelecidas -, nós avançamos hoje com as Lideranças, demos uma contribuição grande - Presidente Rodrigo Maia, V.Exa. comandou várias conversas hoje. Não avançamos o suficiente para concluir toda a discussão da reforma, mas, naquilo que é central, hoje nós demos uma demonstração de unidade do Parlamento brasileiro, votando o relatório, discutindo os destaques do fundo eleitoral e os remetendo para a Comissão de Orçamento.

Devemos buscar, num futuro próximo, um entendimento razoável, para não sermos acusados de não solucionar a questão de forma adequada.

Nós também não podemos fazer uma reforma só a partir da pressão social ou do que diz a mídia - não podemos. Nós temos que fazer a reforma que interesse à democracia, que interesse ao País, não importa se um ou outro meio de comunicação está contra essa ou aquela posição. O que temos que fazer aqui é preservar a democracia e os valores pelos quais nós fundamos a República brasileira, que são a transparência, a correção, a luta anticorrupção, a luta de todos aqueles que querem um Brasil forte e uma democracia forte.

Sr. Presidente, neste minuto que me resta, quero fazer um apelo a V.Exa. para que hoje avancemos nessas duas questões. Quero, inclusive, consultar os Líderes, para nós não termos problema na hora da votação. Vota-se a PEC e vota-se o destaque acerca do fundo e, com isso, nós abrimos o diálogo com a sociedade brasileira. Na terça ou quarta-feira, nós avançamos na apreciação do destaque tão importante que trata do distritão, do voto proporcional e do voto distrital

misto.

Muito diálogo tem que ser feito daqui para terça-feira, até porque também nós vamos ter que construir um entendimento em torno da PEC que trata do fim das coligações e da cláusula de desempenho, cuja Relatora é a Deputada Shéridan.

O que é importante, Sr. Presidente, é nós não nos afastarmos dessa discussão, desse debate. Por mais que seja dura, por mais que haja divergências, há que se fazer alguma coisa no Brasil para recuperar a política, para recuperar o sentido *lato sensu* daquilo nós que fundamos, que é a República Federativa, a República democrática do Brasil.

Deputado Rogério Rosso, V.Exa. me perguntava, antes de eu falar, se buscaríamos algum entendimento. É claro que o Parlamento é o local para se falar, para dialogar, e nós estamos abertos às várias possibilidades, mas, evidentemente, sem querer impor nada a esse ou àquele partido. O que tem que ser aprovado é aquilo que interessa à democracia, ao País: uma reforma no sistema eleitoral e político brasileiro. Esse é o caminho. E esse é o caminho que vamos percorrer, esforçando-nos, até terça-feira, na busca do entendimento.

Hoje, quem diria, estamos buscando o entendimento e está saindo o entendimento sobre financiamento. As posições estavam extremadas. Passamos o dia todo dialogando e estamos chegando ao final com uma conclusão importantíssima.

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 168/516

---

218.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/08/2017- 18:52
Publ.: DCD - 17/08/2017 - 255	DANILO FORTE-PSB -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Importância de realização da reforma política para resgate da credibilidade do Parlamento brasileiro diante da sociedade. Posicionamento do orador acerca da matéria.

---

**O SR. DANILO FORTE (PSB-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos nós sabemos - e o Brasil está de olhos voltados para nós neste momento - do descrédito que foi gerado em relação a toda a classe política devido à crise política, que se acentuou. E tudo isso tem um ponto de partida, que é o processo de escolha dos representantes do povo. Se nós não tivermos capacidade de construir um modelo de representação que

exalte o poder do representado junto ao representante; se nós não reconhecermos a necessidade da reciprocidade do diálogo da sociedade com o Congresso Nacional, nós vamos dar uma demonstração cabal da nossa incapacidade de buscar soluções para os problemas políticos que nos afligem.

Por outro lado, nós sabemos que há também uma corrente de pensamento no País que, a todo momento, tenta de todas as formas aumentar esse fosso, aumentar essa distância entre os Parlamentares e o conjunto da sociedade brasileira, como se todos nós estivéssemos envolvidos numa mesma situação.

E a realidade é muito diferenciada. Alguns podem ter usurpado do seu papel, do seu poder de representante do povo e buscado, com base num sentimento equivocado, a construção de um patrimonialismo que está encrustado na sociedade brasileira e podem também ter desviado, de fato, como está sendo esclarecido a cada dia pelas operações em curso da Polícia Federal e do Ministério Público, recursos que são públicos e que precisam ser preservados como tal.

Mas o País e a democracia não podem se abster de um processo de escolha, pois é nesse processo de escolha que nós construímos o futuro da Nação, o futuro do País.

Neste momento, o grande questionamento que há é: precisamos mudar; precisamos mudar para não repetir os erros; precisamos mudar para ter mais reconhecimento; precisamos ter, de fato, uma correspondência maior e uma amplitude maior no diálogo da sociedade com a Casa dos seus representantes.

Aí eu exalto a importância que teve o reavivamento deste debate, que começou com uma questão preconceituosa, com um conceito ético que buscava dizer que tudo que estava condenado estava no financiamento privado. A realidade já mostra hoje que há necessidade de se buscarem alternativas, porque o financiamento público exclusivo causa uma indignação ainda maior na sociedade, pois, com ele, num País em crise econômica, num País em que há uma queda de arrecadação, quase 4 bilhões de reais são retirados para financiar o processo eleitoral.

Aí os questionamentos remontam ao fato de os partidos políticos serem os mesmos, a maioria dos candidatos serem os mesmos e, com certeza, os erros a ser cometidos serem os mesmos, tudo isso patrocinando uma negociação muitas vezes escusa de compra de mandato, de representantes que buscam se eleger para eleger desconhecidos, de negociata que envolvem venda de tempo de partido, de coligações nefastas para o conhecimento popular, que se dão e se constroem na calada da noite.

A resposta a isso só é uma: transparência. A resposta a isso é retidão na construção de um processo eleitoral em que a sociedade tenha a capacidade de ver que nós estamos, de fato, votando uma mudança que seja capaz de, a longo prazo, construir uma representatividade maior e uma maior defesa do conjunto da sociedade brasileira em todos os seus rincões, em todos os lugares.

O que foi votado na Comissão Especial é um avanço significativo,

porque nós estamos aqui delineando um processo por meio do qual chegaremos ao voto distrital misto, que é o grande sonho da grande maioria, de todos que entendem um pouco da política - tanto os estudiosos da academia, nas universidades, como aqueles que trabalham o dia a dia na política, buscando os seus mandatos, buscando uma participação efetiva na direção do País. Mas também é preciso aprimorar essa situação no seu curso, porque nosso prazo para estar com toda a legislação votada, pronta, aprovada, publicada no *Diário Oficial*, para poder fazer o pleito do ano que vem sem romper nenhuma questão constitucional e sem transformar a lei aqui aprovada, ou a emenda constitucional, em uma inconstitucionalidade ou em uma aberração jurídica vai até 7 de outubro.

Considerando esse prazo, o caminho mais curto e mais fácil para ter uma representação efetiva é o distritão, e, num segundo momento, a partir de 2022, o distrital misto, que é o aprimoramento dessa situação. Infelizmente, entretanto, criou-se uma aura e um dogma de que o distritão é para preservar os que estão aqui. "*O distritão é para preservar quem tem voto.*" O distritão privilegia exatamente aqueles que têm liderança popular.

Agora, não tem sentido, e nunca a sociedade brasileira vai entender, nós aprovamos o financiamento público de campanha - aqui ressaltar que alguns ontem diziam que o financiamento público era a única alternativa - sem termos clareza da mudança a ser feita no processo eleitoral. Se não houver mudança e tudo continuar como está, o entendimento é de que o financiamento público vai substituir o dinheiro das empresas condenadas, seja as da Lava-Jato, seja as do petrolião, ou das negociações escusas, que muitas vezes financiaram campanhas de forma atabalhoada, buscando o benefício de ter um representante no Congresso Nacional.

Então, tem que ficar muito claro que nós só podemos votar um novo tipo de financiamento se tivermos um novo processo eletivo claro, que dê espaço para a renovação e que dê segurança de que, financiado, poderá galgar, em um processo futuro...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 169/516

---

218.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/08/2017- 18:52
Publ.: DCD - 17/08/2017 - 259	AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Críticas à proposta de reforma política. Falta de legitimidade do Parlamento

brasileiro para votação da matéria.

---

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA** (PSC-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Maia, colegas Parlamentares, ouvindo os discursos que se sucedem no encaminhamento desta matéria impropriamente chamada de reforma política, vejo que se passa à Nação a sensação de que estamos votando uma matéria do mais alto interesse nacional e de que a Nação brasileira está aguardando ansiosa pelo resultado desta votação.

Presidente, com respeito à opinião de todos, preciso externar com palavras vivas que é uma vergonha o que nós estamos fazendo hoje. É um escárnio, Presidente.

A Nação brasileira está sofrendo. Ela está sofrendo por falta de emprego: 14 milhões de desempregados. Ela está sofrendo nas filas dos hospitais: milhares de Unidades de Pronto Atendimento não estão funcionando. Está sofrendo por falta de segurança: só no Estado do Rio de Janeiro, mais de 800 comunidades estão tomadas pelos criminosos. E nós estamos aqui discutindo uma reforma política em causa própria, Presidente!

Alguém tem que falar isso. Por que teria que ser eu? Porque já vi muitas coisas nesta Casa, mas momento de vergonha igual a este momento eu não vi ainda neste Plenário, em quase 36 anos como Deputado Federal.

A Nação tem que saber que existem pessoas aqui que são conscientes de que vão votar contra esse absurdo. Imagine um fundo eleitoral, para ser queimado, ser destruído em 45 dias, em causa própria. Sr.

Presidente, eu não entendo que este Plenário tenha legitimidade - vou falar assim - para votar uma reforma política dessa forma.

Já foi mostrada qual era a proposta, na primeira tentativa de relatório do Relator desta matéria na Comissão, quando queria propor uma lista fechada para a votação, já no ano que vem, claramente como um biombo para acobertar os candidatos em relação aos eleitores. O eleitor não é bobo, ele está vendo isso.

Eu queria, neste momento, apelar para a consciência de todos, que eu sei que ainda existe dentro desta Casa, para que nós votemos contrariamente a tudo que diga respeito a essa chamada reforma política. Como eu disse, ela é chamada, impropriamente, de reforma política.

Essa é uma reforma que só vai atender aos interesses internos desta Casa, promovendo ainda mais o afastamento do Congresso Nacional em relação à Nação brasileira. Isso é uma vergonha, é um escárnio. É uma indecência política o que nós estamos cometendo nesses dias, votando essa reforma política.

Sr. Presidente, nós temos matérias muito mais importantes a serem tratadas, e V.Exa. com certeza sabe disso. Vamos pautar matérias da segurança pública que interessam a toda a Nação.

Obrigado, Sr. Presidente.



Eu apelo aos colegas que...  
(*Desligamento automático do microfone.*)

---

Documento 170/516

---

218.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/08/2017- 18:52
Publ.: DCD - 17/08/2017 - 247	ALESSANDRO MOLON-REDE -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à proposta de reforma política em tramitação na Casa. Críticas ao sistema eleitoral denominado distritão e à criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia.

---

**O SR. ALESSANDRO MOLON (REDE-RJ.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu pedi a palavra para me posicionar contra a quebra de interstício, para que nós pudéssemos apresentar de fato ao País não o texto que já é conhecido, mas o que de fato vai ser votado. Houve uma série de conversas e de acordos políticos aqui hoje que deveriam ser manifestados e dado ao conhecimento do País inteiro.

E quero, desde já, manifestar o meu voto contrário ao distritão, modelo que vai dificultar a renovação do Parlamento, que é o que a sociedade brasileira espera. É um modelo desnecessário como transição para o modelo distrital misto, um sistema que desperdiça votos, dificulta a representação de minorias e até mesmo de maiorias sub-representadas, como as mulheres, os negros. É um sistema que vai reduzir as possibilidades de escolha dos eleitores, já que os partidos necessariamente apresentarão menos candidatos. Portanto, é um sistema que em nada vai ajudar a melhorar a representação da sociedade brasileira.

Quero dizer que também votarei contra o fundo de 3,6 bilhões de reais, neste momento em que o País atravessa grave crise fiscal e justamente no momento em que o sistema político prevê uma distribuição desse fundo que tende a eternizar as consequências do financiamento empresarial da campanha passada, hoje considerado inconstitucional e proibido, mas que produziu este Congresso que aqui está. Distribuir um novo fundo, com base nesse critério, significa apenas substituir o dinheiro privado por público, mas na mesma proporção da eleição passada.

Ora, então não podemos votar nenhuma reforma política? Nada se pode fazer? Não, podemos fazer algumas coisas importantes, como proibir as coligações nas eleições proporcionais, coligações que distorcem a vontade do eleitor; como adotar uma cláusula de desempenho que faça com que os partidos políticos deixem de ser empresas ou negócios. Portanto, só há de ter acesso ao fundo partidário e ao tempo de TV o partido com alguma representatividade. É claro que a adoção dessa cláusula deve ser progressiva, para permitir que os pequenos partidos ideológicos cresçam e se adaptem a ela.

Por fim, devemos sim reservar vagas para as mulheres. É uma vergonha que as mulheres representem em torno de 10% desta Casa. Não é razoável que quem corresponda a mais da metade da população brasileira ocupe tão poucas vagas.

Por essa razão, vou dizer "não" a essa proposta de reforma política e vou dizer "sim" a outras propostas que melhorem o sistema, em vez de procurar preservá-lo, que é o contrário do que a sociedade brasileira quer.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

---

Documento 171/516

---

218.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/08/2017- 18:52
Publ.: DCD - 17/08/2017 - 273	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa do PSOL de realização da reforma política com participação popular.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e aqueles que assistem à sessão neste momento, o Parlamento brasileiro está votando alterações eleitorais e políticas sem a ampla discussão com a sociedade brasileira. Desse modo, trarei aqui alguns pontos de preocupação, a começar pelo distritão.

Deputados e Deputadas, se esse sistema de votação estivesse válido na última eleição, em 2014, 92% dos Deputados teriam sido reeleitos. No sistema proporcional, foram reeleitos um pouco mais de 50%. Aqueles que estão votando para blindar Michel Temer, a favor da reforma trabalhista, que tira o direito de milhões de brasileiros e brasileiras, que pretendem votar a favor da reforma da Previdência,

logicamente, estão querendo um sistema de votação que facilite a sua vida para a reeleição. Nós não podemos considerar isso razoável. A segunda preocupação é a cláusula de barreira. Dependendo do texto a ser votado, fala-se, por exemplo, num distritão, com um número de Deputados a serem eleitos por cada Estado brasileiro. A cláusula de exclusão tem uma clara tentativa de dificultar o surgimento de novas forças políticas e a ascensão de partidos que hoje são considerados numericamente pequenos, mas que têm relação direta com a sociedade. Isso preocupa a bancada do PSOL.

Em relação ao fundo, nós, historicamente, sempre defendemos o financiamento público das campanhas eleitorais. Mas não se pode sair de um modelo de financiamento bilionário empresarial para um de financiamento bilionário público. Além disso, com o processo de repartição que está sendo costurado, continuará tudo do jeito que está, se beneficiará o *status quo*.

Nós não podemos fazer uma reforma política de costas para a sociedade brasileira. É exatamente por isso que, para a bancada do PSOL, a discussão deve ser adiada e o projeto não deve ser votado hoje.

---

Documento 172/516

---

218.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/08/2017- 18:52
Publ.: DCD - 17/08/2017 - 289	ROBERTO FREIRE-PPS -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do PPS contrário à proposta de reforma política.

---

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está se falando muito, é lugar-comum, que o Brasil vive uma das mais profundas crises da sua história republicana. A crise política é uma delas.

Nós estamos tendo a oportunidade agora de discutir como melhor enfrentar a crise e dela sair. Por exemplo, quando se tem crises muito profundas, seja onde for, busca-se também a reforma mais profunda. Nós não estamos aqui discutindo, por exemplo, algo que a todo momento na América Latina, que consegue manter um sistema presidencialista, a reforma do regime. O parlamentarismo passa em branco. Um congresso que não admite discutir que o poder dele pode ser derivado, o Poder Executivo, evidentemente, não está querendo

enfrentar crise alguma. Talvez, esteja querendo é resolver os seus problemas - de alguns partidos, mas na maioria do ponto de vista individual.

E é isso que nós estamos vendo nessa reforma que não é reforma. É uma contrarreforma. Começa por se imaginar que tem de deter a formulação de partidos, tirar partidos. Cria-se cláusula de desempenho para garantir os grandes. Discute-se coligação, porque, para os grandes, tem-se de tirar talvez legendas de aluguel dos pequenos. É todo um discurso que não condiz com a realidade, porque, pelo desmantelo da crise política que nós vivemos, os grandes responsáveis são os grandes partidos desta Casa.

Temos que ter a coragem de enfrentar que nós estamos vivendo uma crise moral também em função dos grandes partidos que controlam há muito tempo o Poder Executivo nacional. Mas isso não está em discussão.

O que nós estamos querendo discutir é uma indignidade de um fundo. O Brasil, vivendo a crise do ajuste fiscal e todo um desmantelo dos serviços públicos, destinará bilhões para financiar a eleição, tendo todos os partidos financiados pelo Estado, através do Fundo Partidário. Este debate está mal conduzido, num momento em que, ao se discutir sistema eleitoral, vem se buscar um sistema que o mundo democrático não admite utilizar. Inova-se, é uma invenção, é algo que é uma contrafação da democracia representativa.

É decretar o fim dos partidos. Seremos aqui 513 partidos individualizados, se o distritão for aprovado. Que mediação haverá? Que programa teremos? Para quê partido? Líder de quem? Dele próprio.

Não teremos nenhuma forma de organizar minimamente um Congresso, em que 513 representam cada um o próprio interesse. Isso é, evidentemente, decretar a falência desde logo de um partido político que, no futuro, deixará de existir porque é datado da sociedade industrial. Mas nós estamos decretando o seu fim, e a falta de responsabilidade republicana nos coloca nessa situação.

Quer-se, em primeiro lugar, criar um fundo que é uma tapa na cara de um País em crise, com problemas fiscais e nos seus serviços públicos. Em segundo lugar, quer-se tentar resolver o problema individual de renovar mandato, despreocupado com as questões nacionais, com o interesse público, com a República.

Desculpem-me, mas quem está falando aqui é aquele que, há muito tempo no Parlamento, gostaria de ver o Parlamento tentando responder à crise e dizendo à sociedade que temos responsabilidade na solução. Mas, ao contrário, nós estamos cavando ainda mais, com o fundo da desagregação, da deterioração, da desmoralização da atividade política.

Por isso, o PPS claramente se pronuncia contra essa reforma...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - De nada, Deputado. *(Pausa.)*

Deputado, eu lhe dei mais 1 minuto. V.Exa. não vai ganhar no berro, não. V.Exa. me desculpe.

---

Documento 173/516

---

218.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/08/2017- 18:52
Publ.: DCD - 17/08/2017 - 291	DIEGO GARCIA-PHS -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do PHS contrário à proposta de reforma política.

---

**O SR. DIEGO GARCIA** (PHS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação da Casa, o Governo anunciou hoje a previsão de corte de 10 reais do salário mínimo do trabalhador, para o ano que vem. É um valor pequeno, mas que para o trabalhador representa um pacote de arroz, um pacote de feijão a mais na sua mesa. É um valor pequeno, mas que multiplicado pelo número de trabalhadores no nosso País representa justamente uma economia para o Governo de 3 bilhões de reais, valor aproximado ao da proposta do Relator, de 3 bilhões e 600 milhões de reais, para a criação desse fundo absurdo.

Num momento em que o País sangra, num momento de uma crise econômica profunda, num momento em que este Parlamento tinha que estar olhando para si e anunciando corte de gastos, corte de despesas, para dar uma resposta para a sociedade, nós anunciamos o primeiro puxadinho à emenda do teto dos gastos - o primeiro puxadinho -, com certeza muitos outros virão, sem previsão de teto para o Fundo Especial de Financiamento da Democracia, que de democrático não tem nada.

Aos Parlamentares, àqueles que estão aqui apoiando isso, eu pergunto: cadê os Líderes do Governo agora? Que subam à tribuna! Parem de fantasia! Parem de dizer para o povo brasileiro que não vão participar dessa discussão da reforma política! Isso é mentira! Estão participando diretamente sim. Para cortar do trabalhador é fácil, mas para criar um fundo para financiar campanha, no momento de uma crise tão gigantesca que atinge milhares de famílias do nosso País, isso é muito fácil.

Olhem que lindo este Plenário! Hoje não tem "pixuleco" aqui. Hoje não tem mala. Está tudo mundo abraçado, principalmente os grandes partidos, porque são eles os maiores beneficiados com essa reforma política, que não reforma nada.

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. DIEGO GARCIA** - Obrigado, Sr. Presidente, por acrescentar meu tempo.

Quero dizer para a Nação que, além do Fundo Especial de Financiamento da Democracia, é bom que a sociedade veja a demagogia de muitos dos pares aqui neste plenário, dando risada da minha cara. Mas 2018 está aí, e eu quero ver quem é que vai dar risada no final. Eu acredito na nossa Nação. Eu acredito no nosso País. Eu acredito sim que é necessária uma reforma política, mas não essa reforma que não reforma nada.

Por isso, o nosso voto será "não", Sr. Presidente.

---

Documento 174/516

---

218.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/08/2017- 18:52
Publ.: DCD - 17/08/2017 - 294	ASSIS CARVALHO-PT -PI	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Solicitação à Presidência de encerramento da votação. Contrariedade à implantação do sistema eleitoral denominado distritão.

---

**O SR. ASSIS CARVALHO** (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito que seja encerrada a votação, já que é um requerimento simples.

Enquanto isso não acontece, declaro que nós vamos votar a favor do relatório, muito bem trabalhado por esse grande Relator, o nosso amigo Vicente Candido, ressaltados os destaques, principalmente o destaque que diz respeito ao distritão.

O distritão é um atraso. Se hoje nós temos um sistema ruim, o distritão o piora ainda mais, porque elitiza o debate e elitiza a representação nesta Casa. O Brasil não pode se comparar ao modelo do Afeganistão, de Vanuatu, de Pitcairn, de Jordânia. Isso é o Brasil se apegar demais.

Então, eu espero que este Parlamento não se submeta a essa vergonha internacional de transformar a eleição proporcional de um Parlamento em disputa majoritária, praticamente sufocando toda a possibilidade dos mais humildes de disputarem uma eleição.

Sr. Presidente, solicito mais uma vez que encerre a votação.

---

Documento 175/516

---

217.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

16/08/2017-  
15:44

Publ.: DCD - 17/08/2017 -  
167

ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Retração da economia brasileira. Repúdio à gestão do Presidente Michel Temer. Rejeição da oradora ao sistema de voto denominado distritão.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, *"a economia brasileira está anêmica, não há disposição para investimentos no mesmo ritmo que no passado. Esse apetite para o investimento deve ter caído no mínimo 30%".*

Essas não são as minhas palavras, mas as do Presidente do BNDES, que atesta estar a economia brasileira numa profunda retração e que nós vivenciamos o pior Governo da história brasileira.

Nós temos mais de 14 milhões de desempregados e um déficit fiscal, segundo foi dito, que deveria estar em 139 bilhões de reais, e o Governo vai ampliar esse déficit porque não se mexe na principal despesa deste País, que é a despesa financeira. Controlam-se e congelam-se os gastos com as políticas públicas e se tenta eleger inimigos. E um desses inimigos é o servidor público, segundo o Governo. Retire-se o servidor público do Estado, quando não se considera que é o servidor público que efetiva as políticas públicas. Sem políticas públicas, nós teremos este País rasgado pela desigualdade, essa desigualdade que cresceu a galope durante o Governo de Michel Temer, este Presidente que recebeu um empresário na calada da noite e que negociou propina que sangra o Erário para conseguir a própria sobrevivência. Este que aumenta o preço do imposto dos combustíveis e, ao mesmo tempo, anistia o Bando Itaú em 25 bilhões de reais, da mesma forma que anistia os ruralistas.

E este Parlamento, que é sabujo dos ventos emanados do Palácio do Planalto, bate palmas, como a Casa Grande bateu palmas a vida inteira para a desigualdade neste País; este Parlamento é que quer aprovar um distritão que vai favorecer os Parlamentares que aqui já estão e desconstrói a concepção de ideias, a pluralidade de ideias, a pluralidade de projetos que faz com que tenhamos uma perversa autonomia do Parlamentar.

Portanto, é preciso que a sociedade brasileira entenda: o distritão é deixar as coisas como estão; é fazer com que os Parlamentares que aqui estão tenham uma vantagem sobre os demais; significa a não renovação.

Vejam que este Parlamento, no dia 2 deste mês de agosto, aprovou que não deveríamos ter a investigação do Presidente, nitidamente

corrupto. Eles assumem os microfones para falar da Venezuela, porque não conseguem falar do Brasil! Não conseguem bater no peito e dizer que Michel Temer não é corrupto. Não conseguem defender essa política econômica que é submissa ao "rentismo" e ao capital financeiro. Não conseguem falar do Brasil! Por isso falam da Venezuela; por isso, mudam os seus discursos; por isso passam ao largo e vêm aqui para reafirmar um fundamentalismo punitivo que quer estabelecer o aumento do rol dos crimes hediondos.

Ora, o Brasil é a quarta maior população carcerária do mundo e o País não é menos violento. Aliás, é a violência emanada do Palácio do Planalto, a violência que destrói os conceitos éticos, a violência de quem diz que roubar vale a pena, porque essa é a mensagem emanada de Michel Temer.

Por isso, nós estamos aqui para dizer "não" ao distritão. Nós estamos aqui para dizer: Fora, Temer! Diretas já!

---

Documento 176/516

---

217.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

16/08/2017-15:44

Publ.: DCD - 17/08/2017  
- 138

GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE  
BANCADA  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Apreensão do PSOL ante manobras para a votação de proposta de reforma política. Orientação da respectiva bancada sobre a votação do requerimento de quebra de interstício para a votação nominal do requerimento de retirada da pauta do Projeto de Lei nº 3.376-A, de 2015, que altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito no rol dos crimes hediondos.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputados, Deputadas, a bancada do PSOL está muito preocupada com essa proposta de, entre aspas, "reforma política", essas especulações sobre doações ocultas nas campanhas eleitorais. A gente está preocupado com essa história de distritão, que é o sistema do Cunha e do Temer. A bancada do PSOL está preocupada com as manobras que podem ser feitas daqui até amanhã e na votação dos destaques na semana que vem. A gente vai manter a nossa obstrução. É importante que o povo brasileiro acompanhe o que está acontecendo no Parlamento sobre essa...  
O PSOL está em obstrução.



---

Documento 177/516

---

218.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/08/2017- 18:52
Publ.: DCD - 17/08/2017 - 294		ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Contestação a pronunciamentos contrários à criação de fundo para o financiamento de campanhas eleitorais.

---

**O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -**  
Sr. Presidente, eu quero contestar aqueles que dizem que nós não podemos defender um fundo público eleitoral de 3,5 bilhões de reais para financiar campanha porque é muito dinheiro. Muito dinheiro são os 5, 10, 15 bilhões de reais gastos de forma ilegal em uma campanha. Nós podemos economizar dinheiro se mudarmos inclusive o calendário eleitoral. No Brasil nós temos eleições de 2 em 2 anos, porque há a eleição de Prefeitos. A cada 2 anos você tem eleição. É muita eleição neste País! Nós podemos economizar. Para um País que gasta em 1 ano 1,5 bilhão com carros oficiais - foi o que eu vi no noticiário -, 3,5 bilhões para financiar campanhas não é muito dinheiro; é defensável; e eu estou disposto a defender. O que eu não posso ver são os 9, 10, 15, 20 bilhões de reais obtidos ilegalmente, por meio de caixa dois, como vem acontecendo. Já tem muita gente, Presidente, gastando muito dinheiro na campanha. Por aí afora, já tem gente gastando 100 mil reais por mês desde agora.

---

Documento 178/516

---

218.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/08/2017- 18:52
Publ.: DCD - 17/08/2017 - 295		LEANDRE-PV -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do PV contrário à implantação do sistema eleitoral denominado distritão e à criação de fundo público para o financiamento de

campanhas eleitorais. Necessidade de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 134, de 2015, sobre a reserva de vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais, nas três legislaturas subsequentes. Contrariedade à possibilidade de reeleição.

---

**A SRA. LEANDRE** (PV-PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu vou falar agora, até para que possamos garantir a posição do PV aqui no plenário, já que provavelmente vai ser aprovado o requerimento, e todas as inscrições cairão. O fim do financiamento privado foi um avanço; a necessidade de encontrar novas alternativas é uma verdade; mas apoiar o financiamento público de campanha é uma grande irresponsabilidade. Tirar daqueles que mais precisam, ainda mais às vésperas de termos que aprovar a autorização para o Governo apresentar um déficit de 159 bilhões de reais, é um absurdo. Também queremos colocar aqui a posição do Partido Verde quanto ao distritão. Somos totalmente contrários, porque entendemos que ele fará aumentar as desigualdades num País que já é tão desigual. Isso vai na contramão daquilo que precisamos promover na política: trazer pessoas novas. Com esse sistema, acontecerá o contrário: não teremos ninguém novo querendo disputar a eleição. Então, a renovação será zero. Falando em desigualdade, falando em desestímulo, vamos refletir sobre a participação feminina, que já é tão pequena. Imaginem o que vai acontecer se não conseguirmos ao menos aprovar a Proposta de Emenda à Constituição nº 134, de 2015, nesta Casa. Veja só, Sr. Presidente, como nós jogamos na lata do lixo o trabalho que fazemos nesta Casa: no dia 27 de maio de 2015, aprovamos, com 429 votos a favor, o fim da reeleição. Todo mundo comemorou, todo mundo ganhou destaque na mídia. Hoje vamos votar para que isso continue. Infelizmente, nós vivemos aqui uma coisa e pregamos para a sociedade outra. Jogamos na lata do lixo discussões que levam toda a madrugada. Hoje nós votarmos novamente para que a reeleição continue é um grande retrocesso. Nós não podemos admitir que esta reforma política nos leve a avanços insignificantes e a retrocessos enormes para o nosso País. O PV orienta "não" tanto ao relatório quanto à questão do distritão e do financiamento público de campanha.

---

### *Sumário*

Importância de transparência na disputa eleitoral. Importância da redução dos custos de campanhas eleitorais. Defesa do PCdoB ao sistema de voto em lista. Posicionamento do partido a respeito da cláusula de barreira. Defesa de manutenção de coligações partidárias nas eleições proporcionais. Retrocesso do sistema eleitoral denominado distritão misto.

---

**A SRA. LUCIANA SANTOS** (PCdoB-PE. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos diante de um importante debate nesta Casa. Estamos discutindo nada mais, nada menos que uma reforma estruturante, que é a reforma política, uma reforma democrática importante, na medida em que é evidente que há uma crise de representatividade no Parlamento brasileiro. Nós precisamos é de uma reforma política democrática, que possibilite a presença das mulheres no Parlamento. Nós, mulheres, hoje representamos mais da metade da população brasileira e 40% da população economicamente ativa, Deputada Maria do Rosário, e, apesar disso, só temos 10% de mulheres no Parlamento brasileiro. Nós precisamos ter negros e negras no Parlamento, porque assim é a sociedade brasileira. E precisamos ter trabalhadores e trabalhadoras - hoje os trabalhadores e trabalhadoras do Parlamento não chegam a um terço da representação, se considerarmos os profissionais autônomos. É claro que essa distorção precisa ser superada. Nós precisamos de mais igualdade de condições, para que a batalha possa ter um ponto de partida mais uniforme - temos debatido muito esse tema com minha Líder, Deputada Alice Portugal, que está aqui. Para isso, é necessário baratear os custos das campanhas, que, no Brasil, são inaceitáveis.

Nós precisamos ter mais transparência e garantir, na disputa, condições para que o eleitor possa discernir melhor em quem votar a partir das ideias e dos programas. Para isso, nós precisamos de um sistema que privilegie o debate das ideias e dos programas das instituições.

Por isso, o programa do PCdoB defende o voto em lista. Isso significa votar nas ideias e fortalecer as instituições brasileiras.

Nós também achamos que, à medida que se barateiam os custos, é preciso também haver financiamento público de campanha, para que a democracia seja financiada pelo Estado brasileiro, porque todos sabemos o significado do financiamento empresarial. Vivemos essa experiência. Primeiro porque tira a autonomia, a independência do Parlamentar, pois ele fica se posicionando a partir de quem o financiou,

e não de quem votou nele. E depois porque estabelece uma linha tênue entre o público e o privado, que é uma das matrizes da corrupção no nosso País. Não quero dizer com isso que todo financiamento implica corrupção, mas ele estabelece um ambiente propício para que isso se estabeleça.

Neste embate todo, nós também estamos diante do debate da cláusula de barreira. Felizmente, conseguimos fazer um grande pacto com os partidos desta Casa no sentido de mitigar a cláusula de barreira.

Nesse sentido, nós achamos que, no momento de debate que nós estamos vivenciando, há uma busca de convergência. Apesar de o PCdoB ser contra a cláusula de barreira, criou um pacto para reduzirmos isso e estamos caminhando para nesse entendimento. Nós também somos contra o fim das coligações, mas também o estamos admitindo, para, num momento seguinte, em 2020, elas serem substituídas pela federação de partidos. Além disso, defendemos o financiamento público de campanhas, como eu já disse.

Por isso, e por fim, faço um apelo: votar no distritão misto, para nós, é um grande retrocesso na representação brasileira. Nessa crise de representatividade...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 180/516

---

217.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/08/2017-15:44
Publ.: DCD - 17/08/2017 - 173	CARLOS HENRIQUE GAGUIM-PODE -TO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário à criação de fundo para financiamento de campanhas eleitorais.

---

## **PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO**

**O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM** (PODE-TO. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje venho a esta tribuna para dizer que não votarei a favor da criação do fundo que foi aprovado na Comissão Especial da Reforma Política desta Casa e tem como finalidade o financiamento das campanhas políticas.

Pela proposta aprovada na Comissão, esse fundo contará com 0,5% da Receita Corrente Líquida do Orçamento da União, neste ano o correspondente a R\$ 3,6 bilhões. Esses recursos, se aprovada a criação do fundo, seriam tirados de áreas essenciais para atender a população, como saúde, educação e segurança pública.

Nobres pares, nesse momento de crise por que passa a economia do País, não podemos aprovar esse fundo, pois essa aprovação aumentaria ainda mais o déficit público brasileiro. Eu gostaria de lembrá-los de que 2017 será o terceiro ano consecutivo em que o déficit das contas públicas fica acima de R\$ 100 bilhões e o quarto ano em que as contas fecham com resultado no vermelho.

Por isso, caros colegas, entendo que não podemos jogar mais essa conta nas costas do cidadão brasileiro, que já está sobrecarregado de tanto imposto para pagar e não tem atendimento digno nos hospitais e em postos de saúde.

Sr. Presidente, peço que este discurso seja dado como lido e publicado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 181/516

---

217.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/08/2017-15:44
Publ.: DCD - 17/08/2017 - 174	VINICIUS CARVALHO-PRB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário às propostas de criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia e de adoção do sistema de voto chamado distrito e do voto distrital misto.

---

## **PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO**

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a reforma política, considerada necessária ao País, não pode representar um retrocesso ou servir a interesses de determinados partidos. Espera-se que as mudanças representem avanços e atendam aos principais objetivos da classe política, como um todo, não de forma isolada. Sem contar que o eleitorado, mais do que ninguém, merece respeito. É preciso atentar para pontos que podem trazer sérios prejuízos ao

sistema eleitoral. A começar pelo distritão, que sugere a troca do modelo proporcional com lista aberta, pelo sistema de cada Estado ou Município virar um distrito eleitoral, sendo eleitos os candidatos mais votados. Isso já para as eleições de 2018. Não faltam críticas a esse modelo. Até mesmo os cientistas políticos condenam esse sistema, que vai encarecer as campanhas individuais, além de impedir que candidatos menos conhecidos consigam se eleger, dificultando o surgimento de novos nomes na política.

Não é à toa que a reforma política está sendo debatida de forma fragmentada. Há questões de extrema relevância, que merecem uma reflexão mais aprofundada, até porque dependem de alteração na Constituição, como o Fundo Especial de Financiamento da Democracia. A criação desse fundo, diga-se de passagem, é uma reação de alguns políticos à proibição pela Justiça do financiamento empresarial.

A proposta do Relator, o Deputado Vicente Cândido, do PT, é repartir os 3 bilhões e 600 milhões de reais do novo fundo público, já aprovado na Comissão, da seguinte forma: 2% divididos igualmente entre todas as 35 siglas existentes hoje; 49% na proporção dos votos obtidos por essas legendas na última eleição para a Câmara; 34% divididos na proporção das atuais bancadas e 15 % repartidos na proporção das bancadas do Senado. A regra, portanto, privilegia os maiores partidos. A segunda etapa será definir como os partidos irão dividir o dinheiro entre os candidatos. O Relator propõe 50% aos postulantes a Presidente, Governador e Senador. A outra metade para os candidatos a Deputado Federal, que ficariam com 30%, e a Deputado Estadual, com 20%.

Cabe aqui uma crítica ferrenha a esse fundo. No momento em que o País enfrenta uma das mais graves crises financeiras, como remanejar recursos de áreas tão necessitadas para financiar campanhas eleitorais? É algo que foge ao entendimento. É algo surreal. Os partidos que apoiam a instituição dessa verba argumentam que após o fim do financiamento privado ficará difícil fazer campanha sem recurso. Fica então o questionamento: e o dinheiro do fundo partidário que mensalmente as siglas recebem?

Por outro lado, o distritão, defendido por esses mesmos partidos que querem a qualquer custo se perpetuar no poder, diminuiria o número de candidatos. Não é difícil concluir, portanto, que os partidos teriam mais recursos para usar em campanhas com menos candidatos. Trata-se de uma proposta inversamente proporcional. Qual seria, então, o propósito de se ter mais dinheiro para menos candidatos? Incoerência apenas?

Ainda há outro ponto a ensejar profunda reflexão. A possibilidade de, em 2022, ser adotado o sistema distrital misto, nas eleições para Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador, nos Municípios com mais de 200 mil eleitores. Nesse modelo, o cidadão vota duas vezes: nos candidatos do distrito e em uma lista fechada estabelecida pelos partidos. Metade das vagas, portanto, vai para os candidatos mais votados individualmente. A outra metade é preenchida pelos

candidatos da lista partidária.

A verdade é que a população brasileira busca renovação política. A sociedade está exausta de tanto escândalo, de tanta corrupção e a esperança de um Brasil melhor está em novas pessoas, comprometidas com o interesse público.

Mas, no momento em que o ambiente se torna favorável à renovação, com a Lava-Jato fechando as fontes ilícitas de financiamento eleitoral, e o Supremo Tribunal Federal proibindo a doação eleitoral por empresas, políticos acostumados a investir milhões de reais, na maioria das vezes desviados dos cofres públicos, temem perder o *status*.

O cenário, então, precisaria ser remontado. Por meio de uma reforma política guiada por interesses próprios, muitos deles tentam mudar as regras para que nada saia do controle, que se acostumaram a ditar. Diante de chances reais de perderem eleições pelas regras atuais, querem alterar a regra do jogo em benefício próprio.

O que foi aprovado na Comissão da reforma é preocupante. O que está sendo discutido e que será votado nas próximas semanas valerá para as próximas eleições. É fundamental que se atente para isso.

Percebam que, ao invés da proibição de produções caras de *marketing* televisivo e da valorização do debate de ideias, a proposta é a criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia, com a liberação de 3 bilhões e 600 milhões de reais, o que corresponde a 0,5% do Orçamento, ainda que em tempos de crise e aumento de impostos. Todo esse contexto convergindo para o interesse dos caciques partidários e, em grande medida, da velha política.

Propostas como o distritão, o Fundo Especial de Financiamento e o distritão misto não ajudam no encaminhamento de soluções para a crise da representatividade política. Essas ideias visam apenas a sobrevivência e a garantia da atual estrutura dos grandes partidos. Votar contra tudo isso é garantir a renovação, é impedir que em 2019 estejam no poder os mesmos políticos acusados, hoje, de corrupção. Não podemos ficar na condição de meros espectadores. Se quisermos um País melhor, precisamos nos posicionar firmemente sobre o que afeta significativamente o momento atual e o futuro.

Muito obrigado.

---

Documento 182/516

---

217.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/08/2017- 15:44
Publ.: DCD - 17/08/2017 - 163	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

## *Sumário*

Posicionamento do PCdoB favorável ao sistema de voto proporcional.  
Distorções do sistema de voto denominado distritão. Apoio ao financiamento público de campanhas eleitorais. Rejeição da oradora à cláusula de barreira.  
Necessidade de garantia da equidade de gênero no Parlamento brasileiro.  
Defesa da realização de reforma política transparente e democrática.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, sei que o tema agora é segurança pública, mas eu não quero perder a oportunidade desta sessão sem falar de um assunto para o qual a sociedade está voltada hoje: a temática da reforma política, na qual vamos entrar daqui a poucos minutos, na próxima sessão.

O contexto político geral é de retrocesso. É isso o que me preocupa. Quando a democracia é agredida, é violentada, a tendência de uma reforma política é no sentido da restrição democrática. O Deputado Haroldo Lima, que por aqui passou muitos anos e vários mandatos pelo Partido Comunista do Brasil, recentemente fez um artigo pontuando o histórico das diversas reformas na história do Brasil.

Chamaram-me a atenção alguns aspectos desse artigo no qual podemos observar a vinculação entre os regimes autoritários e as cláusulas de barreira e a relação entre os regimes autoritários e os sistemas majoritários de votação, ou seja, os sistemas de voto distrital: distrital puro, entre o Império e a República Velha, e o distrital misto, implantado pela ditadura militar.

Por outro lado, virou-se o texto constitucional para o voto proporcional em todos os momentos em que a democracia floresceu: a Revolução de 30 e a virada da Constituição de 1988, porque são marcas históricas da democratização brasileira.

O voto proporcional é o que garante a representação plural da sociedade, é o que garante a representação das minorias, é o que garante a representação pluripartidária da sociedade brasileira. Isso quer dizer que o nosso Parlamento representa adequadamente as minorias e os partidos? Não. Mas não é pela existência do voto proporcional. É porque incidiu sobre as eleições algo que atravessou o processo, que foi exatamente a influência do poder econômico, a possibilidade do surgimento, por outros mecanismos, de legendas de aluguel, de brechas na legislação eleitoral. Não foi a existência do voto proporcional, porque a existência dele é que possibilita a democracia brasileira.

Onde no mundo existe o voto distrital misto ou o voto distrital puro, tem-se a existência de dois, três, quatro grandes partidos. Os partidos menores, a esquerda e as minorias não se fazem representar nos votos majoritários ou mesmo nos votos divididos entre o majoritário e o proporcional do distrital misto. Essa é uma realidade objetiva nos sistemas eleitorais do mundo, como também já ocorreu no Brasil. Portanto, o Partido Comunista do Brasil é a favor do sistema



proporcional do texto constitucional brasileiro, um proporcional melhorado, ajustado, sem o financiamento empresarial, sem a pressão do poder econômico, sem a corrupção eleitoral. O voto proporcional garante toda a representação plural da sociedade brasileira.

Por isso, nós somos contrários ao distritão, ao distrital misto, ao distrital puro e a toda forma de voto majoritário. O distritão ainda tem um grande defeito: é o voto que impede a renovação, o voto individualizado, que canibaliza os partidos; é o voto das chamadas celebridades, o voto não programático, o voto que não vincula os candidatos a uma plataforma política.

Também acho fundamental que discutamos aqui o financiamento das campanhas eleitorais. Ora, nós derrotamos, via Supremo Tribunal Federal - e por uma votação realizada aqui antes da manobra do ex-Presidente desta Casa, hoje preso, Eduardo Cunha -, o financiamento empresarial. Nada mais democrático do que existir uma forma pública de financiamento das campanhas eleitorais.

Podemos discutir aqui valores, porque nós sempre fizemos campanhas de baixíssimo custo. Podemos aqui discutir as formas de distribuição, mas é necessário que a sociedade financie a democracia brasileira, sim. E não pode haver defensiva política nesse debate; precisamos ter altivez, para evitar que o poder econômico continue corrompendo o sistema eleitoral brasileiro. Precisamos ter ofensiva política e altivez nesse debate, para garantir o financiamento público do sistema eleitoral brasileiro, dentro de altíssimo controle da sociedade e dos tribunais, para que o equilíbrio na distribuição desses recursos tenha controle e transparência pública e aberta.

Nós precisamos debater, dentro da reforma política brasileira, outras limitações.

Nós nunca fomos a favor da cláusula de barreira - nunca fomos! -, porque a cláusula de barreira é um impedimento para partidos ideológicos de tamanho menor. O PCdoB, Sras. e Srs. Deputados, viveu mais de 40 anos na clandestinidade, proibido por legislações autoritárias e durante a ditadura militar. Portanto, não pode ser visto como um partido que surge na legalidade ou como uma legenda de aluguel.

Se colocarem uma barreira elevada para o nosso partido, impedindo que ele aqui chegue, nós não conseguiremos alcançar, porque a nossa vida legal, historicamente, é recente. O Supremo Tribunal Federal já decidiu sobre esse tema e anulou a cláusula de barreira.

Neste momento, há um grande acordo nesta Casa, e nós estamos numa política de redução de danos. Para dar uma resposta à sociedade brasileira, entramos no acordo de uma cláusula de barreira progressiva, que se inicie menor do que a emenda que veio do Senado, que se definam as coligações proporcionais a partir de uma eleição mais à frente. As coligações são um direito, é o direito de associação partidária. Isso não é crime. E ninguém casa obrigado, os partidos se associam se quiserem. Além disso, a criação das federações partidárias também é um direito. Essa é uma resposta à sociedade tão buscada.

Entretanto, precisamos compreender que reforma política não é para restringir, e não pode ser. Mas eu tenho muito temor do Parlamento brasileiro quando discutimos reforma neste contexto de violação democrática, neste contexto de permanente violação constitucional, neste contexto em que os retrocessos aparecem no campo econômico, social e dos costumes.

É necessário, para garantir equidade de gênero neste Parlamento, que aproveamos a emenda da reserva de cadeiras para as mulheres. As políticas afirmativas são fundamentais para garantir que aqui chegue o equilíbrio estrutural e democrático da presença daquelas que hoje compõem 52% da população.

Nós precisamos que este Parlamento minimamente responda à composição da sociedade brasileira. A questão de gênero não é uma discussão de direito social, não é uma discussão da saúde, da educação, da geração de empregos. Essa é uma questão estruturante da luta contra a opressão.

Para as mulheres aqui chegarem, não basta a cota nas chapas, porque nós sabemos como a maioria dos partidos trata as mulheres nas suas chapas: muitas vezes de forma cartorial, sem possibilidade de campanha real. Nós precisamos enfrentar isso garantindo aquilo que muitos países já fizeram, para superarmos a vergonha e o vexame de termos as mulheres em absoluta minoria, estando entre os três últimos países do mundo em composição de mulheres nos seus parlamentos. Por isso, faço um apelo para que tentemos fazer uma reforma democrática, uma reforma transparente, uma reforma que retire a influência do poder econômico privado corruptor. E que possamos aqui garantir a presença plural dos partidos, a presença plural das minorias e a equidade de gênero ao trazermos pelo menos a reserva de cadeiras ao percentual inicial para as mulheres contido na PEC 134. Muito obrigada, Presidente.

---

Documento 183/516

---

217.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/08/2017- 15:44
Publ.: DCD - 17/08/2017 - 165		JOÃO DANIEL-PT -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa da realização de reforma política com participação popular.

---

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) -  
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nosso partido apoiou a

iniciativa popular, junto com todos os demais setores progressistas da sociedade brasileira, em 2013. Isso foi feito e encerrado no dia 7 de setembro no Grito dos Excluídos, um grande projeto para fazer a verdadeira reforma política no Brasil.

Centenas de entidades, movimentos sociais, movimentos populares se mobilizaram no Brasil inteiro e entregaram milhões de assinaturas para a Presidenta Dilma, para o Congresso Nacional, para o Senado Federal e para a Câmara dos Deputados. Era a proposta de reforma política.

Essa proposta foi feita com o intuito de haver uma Constituinte exclusiva, em que todos os delegados eleitos viriam a Brasília debater o verdadeiro papel do Estado brasileiro. Uma reforma política que pense no Estado brasileiro, que pense no Poder Judiciário, que pense no Poder Executivo, que pense no Poder Legislativo e no Estado como um todo.

A essa reforma e a essa proposta de Constituinte a Presidenta Dilma deu encaminhamento. No Congresso Nacional, entretanto - e está registrado -, não houve nenhuma condição política, na época, para que esse projeto de uma Constituinte exclusiva fosse implementada em nosso País. Os delegados que elaborassem a nossa reforma política não participariam, durante 8 anos, de eleições para o Executivo e o Legislativo.

Não há como uma Câmara, que elegeu, pela maioria de seus membros, Eduardo Cunha Presidente, que votou vários projetos que retiraram direitos da classe trabalhadora, entre eles o da terceirização, o da PEC dos gastos, o do desmonte da CLT, chamado reforma trabalhista, e um que está na pauta, para a hora em que houver condições e número suficiente, sobre o fim da Previdência pública, votar um projeto de reforma política que determine mais participação das mulheres, mais participação dos trabalhadores, mais participação daqueles que foram excluídos durante toda a vida em nosso País dos grandes debates e dos grandes temas nacionais.

Por isso, nós faremos o possível aqui para avançar naquilo que é possível. Mas temos clareza de que uma Câmara que há poucos dias, no dia 2 de agosto, votou pela não investigação, a partir de graves denúncias, do Presidente, que tem 96% de reprovação popular - é a maior reprovação da história do Brasil -, vá votar um projeto de reforma política em que haja participação popular.

É preciso que a sociedade brasileira aja, como o fizeram, ontem e hoje, as comunidades indígenas quilombolas, com vigília, com pressão, para cobrar posições do Judiciário, bem como do Parlamento, no que se refere aos votos favoráveis às causas e conquistas históricas daquele povo.

Que a sociedade brasileira volte a sonhar que é possível ter um Congresso representativo. Mas, se votarmos aqui o distritão, como ele está, não há dúvida nenhuma de que se elegerá quem tem estrutura, quem tem dinheiro, quem tem poder econômico, quem já está no poder.

Portanto, é preciso que a sociedade brasileira esteja atenta, porque,

para melhorar o nosso País, não há outro caminho que não seja pela participação popular do povo brasileiro.  
Deixo o restante do meu tempo para a companheira Erika Kokay.

---

Documento 184/516

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017- 10:54
Publ.: - 18/08/2017 - 98		ERIKA KOKAY-PT -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Elogio à Deputada Luzia Ferreira. Ampliação da participação feminina na política.

---

#### **A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)**

- Sra. Presidente, aproveito este momento para falar seguramente por todos os partidos que compõem a Minoria nesta Casa e particularmente pelo meu partido, o Partido dos Trabalhadores, e para saudá-la, Sra. Presidente, na presidência desta sessão.

Esta reforma política não pode ser um arremedo de reforma. Ela tem que mexer em um processo, que o Brasil inteiro vê todos os dias, de uma profunda relação promíscua entre financiamento e corrupção. Mas esta reforma política tem que avançar na representação feminina neste Parlamento.

O Brasil não pode ter uma Câmara Federal que tem por volta de 10% de mulheres, quando somos 52% da população brasileira. Existem menos mulheres no Parlamento brasileiro do que em países onde as mulheres usam burcas. Temos burcas e mordças invisíveis.

Sra. Presidenta, a presença de V.Exa. nesta sessão, com a sua história, honra todas as mulheres brasileiras e toda a democracia, que está açoitada, machucada. Nós cuidamos dela para que resolva a sub-representação feminina e, nesta reforma política, nós possamos avançar na participação das mulheres no Parlamento.

Lugar de mulher - Presidenta, V.Exa. sabe - é em todo o lugar onde ela quiser. O que nós mulheres queremos, diz Simone de Beauvoir, é o poder, mas não contra os homens e nem para dirigir instituições falidas, mas o poder de sermos nós mesmas.

Parabéns, Sra. Presidenta!

**A SRA. PRESIDENTA (Luzia Ferreira) - Obrigada.**

---

Documento 185/516

---

219.3.55.O Sessão Deliberativa 17/08/2017-10:54  
Extraordinária - CD

Publ.: - 18/08/2017 - ROSANGELA GOMES-PRB -RJ  
85

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA ORIENTAÇÃO DE  
BANCADA  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 560-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia. Posicionamento do PRB contrário à adoção do sistema de voto denominado distritão e ao financiamento público de campanhas eleitorais. Visita do Senador Eduardo Lopes à Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro.

---

**A SRA. ROSANGELA GOMES** (PRB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu gostaria de dizer que o Partido Republicano Brasileiro vota "sim" ao PDC 560.

Nós fazemos parte da Rede de Mulheres da CPLP e fazemos um trabalho bem próximo aos países da África. Eu estive recentemente em Angola e vi o trabalho que o Brasil, via Fundação Banco do Brasil, faz em Angola, em âmbito cultural, educacional e de pesquisa. Então, sem sobra de dúvida, trata-se de acordo importante entre Zâmbia e Brasil. Sr. Presidente, antes de concluir, quero registrar o importante passo que o Partido Republicano Brasileiro tomou ontem, ao fechar questão quanto à reforma política e votar contra o distritão, que valerá apenas para as eleições de 2018.

O outro passo importante foi a decisão de também votar contra o financiamento público de campanhas eleitorais, uma vez que o nosso País passa por um momento financeiro muito difícil. Não tem cabimento esta Casa votar uma proposta de criação de um fundo de 3 bilhões e 600 milhões de reais para essa finalidade.

Vemos ainda hospitais em situação muito precária, com pessoas em cima das macas nos corredores; a segurança pública sem orçamento; escolas totalmente destruídas e degradadas. Muitos jovens, principalmente no Nordeste, não têm sequer transporte público. Não tem lógica esta Casa aprovar financiamento público para campanhas eleitorais.

Eu parablenzo o Partido Republicano Brasileiro - PRB por fechar questão e adotar posição contrária tanto ao distritão quanto ao financiamento público de campanhas eleitorais.

Por fim, quero agradecer ao Senador Eduardo Lopes por ter visitado a Baixada Fluminense nesse final de semana. Ali pudemos discorrer um pouco mais...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Peço que finalize, Deputada.  
**A SRA. ROSANGELA GOMES** - Presidente Fábio Ramalho, obrigada. Como eu dizia, pudemos discorrer um pouco sobre a situação da Baixada Fluminense, sobretudo quanto o abastecimento de água, à situação da saúde, do transporte e da valorização dos jovens. Discutimos a possibilidade de implementarmos equipamentos, sobretudo de esporte e cultura, para darmos melhor qualidade de vida à população da Baixada Fluminense. Quero parabenizar a juventude do PRB Jovem, na pessoa do Lucas, e o Senador Eduardo Lopes, que esteve visitando a nossa região. Muito obrigada, Presidente Fábio Ramalho e Srs. Deputados, pela compreensão.

---

Documento 186/516

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017- 10:54
Publ.: - 18/08/2017 - 96		FLAVINHO-PSB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### *Sumário*

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 296-A, de 2015, sobre a aprovação do texto do Acordo de Cooperação no Domínio da educação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Irlanda. Críticas à proposta de reforma política em discussão na Casa.

---

**O SR. FLAVINHO** (PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu quero saudá-la inicialmente e agradecer a V.Exa. o relatório que fez na Comissão de Cultura, elevando a música sacra e a música religiosa católica popular ao nível de manifestação cultural.

Também quero falar sobre a deformação política que começou a ser votada nesta Casa ontem. Nós estamos vivendo tempos estranhos neste País, de fato. Esta reforma que está sendo proposta é uma filha monstro, que foi gestada no famoso Centrão, liderado pelo presidiário Eduardo Cunha. É uma reforma que já era horrível, mas que ficou pior. Eles conseguiram fazer algo pior do que aquilo que Cunha e o Centrão tinham proposto em meados de 2015. Nós iniciamos esta votação ontem.

Aqueles que votaram contra a PEC do Teto dos Gastos, como está sendo falado aqui, estão favoráveis a esta reforma, que vai tirar 3,6 bilhões do teto dos gastos! É uma coisa meio estranha, mas as incoerências são próprias desta Casa. É um escárnio, uma afronta à população brasileira tirar 3,6 bilhões de um caixa que já não existe, que está estourado, que foi arrombado em 13 anos e continua sendo

arrombado neste Governo! É um descalabro, um escárnio. É o mesmo que chamar a população de imbecil! Isso não é uma insinuação: é um fato. Esta Casa vira as costas para aqueles que estão morrendo nas portas dos hospitais.

Ontem, quando se iniciou a discussão, nós víamos partidos e Deputados escarnecendo dos Deputados que diziam ser contra o distritão, contra o fundo eleitoral proposto, que é indecente. Alguns Parlamentares davam risadas irônicas, tirando sarro.

É importante lembrar o que o meu amigo Deputado Diego Garcia disse ontem aqui: *"Vamos ver em 2018 quem estará sorrindo nesta Casa porque se alinhou, sim, à vontade do povo"*.

Meus amigos e minhas amigas, não dá mais para achar que a população lá fora não sabe o que acontece aqui dentro. Os arranjos, as tramoias, aquilo que é feito à surdina, Deputado Júlio Delgado, aquilo que é feito nos jantares, nas reuniões escuras, escondidas, o povo já sabe o que está acontecendo nesta Casa.

Bandido tem que ir para a cadeia! Aqueles que se alinham a bandidos não passarão! Os que golpearam este País não passarão, seja de partido vermelho, seja de partido azul, seja de partido amarelo! Não tem cor de partido. O povo sabe quem, de fato, não está virando as costas para eles que estão lá fora.

Este fundo é um escárnio contra a população! Distritão, ocultação. Aliás, é do PT o Deputado que está propondo, nesta reforma política, a ocultação de doador.

Vejam, meus amigos e minhas amigas, a que ponto chegamos. Há um conluio de partidos, e aqui quase não sobra nenhum. Não serei genérico a ponto de dizer que todos estão misturados, mas há uma grande maioria, uma pesada maioria, que criou este conluio contra o nosso País.

Eu votarei contra o distritão! Votarei contra esta reforma política como um todo, porque ela é um escárnio contra a sociedade. É a filha monstro do presidiário Eduardo Cunha, apoiado pelo Centrão nesta Casa.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

---

Documento 187/516

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017- 10:54
Publ.: - 18/08/2017 - 107		MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Expectativa de votação, pela Casa, de requerimentos de destaques à proposta de reforma política em clima de paz. Apoio ao voto majoritário.

---

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero fazer uma homenagem ao Congresso brasileiro, especialmente à Câmara dos Deputados.

Aqui nós desenvolvemos a capacidade de apresentar as divergências de maneira civilizada e respeitosa, procurando melhores soluções para o Brasil. Na semana que vem, nós vamos discutir os destaques à reforma política. Eu espero que as coisas se desenvolvam nesse mesmo ambiente, como agora vimos a Deputada Benedita da Silva fazer uma contestação, apresentando seus pontos de vista, respeitosamente, em relação a todas as divergências de outros Parlamentares.

Eu sustento, como V.Exa. sabe, o voto majoritário. E o voto majoritário foi apoiado por mais de 350 Deputados na Casa. Nós sofremos todo o tipo de mentira a nos atacar, e suportamos, porque as mentiras acabam se perdendo por si mesmas. A humanidade usou a mentira como método. Sempre que um Parlamentar usa a mentira, revela a fragilidade da sua própria causa. Aqui na Câmara dos Deputados nós temos a virtude das duas tribunas e destes muitos microfones. Então, as mentiras não ficam sem respostas. Elas podem até persistir por um momento, mas, na hora da decisão, as verdades são expostas.

Não adianta comparar sistema eleitoral com sistemas de outros países, desprezar a verdade. O voto majoritário é adotado para eleição de Deputados, na França, nos Estados Unidos, na Inglaterra...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Deputado Miro Teixeira, solicito compreensão a V.Exa., porque estamos seguindo a ordem de oradores inscritos. Vamos encerrar esta sessão às 13 horas e ainda há alguns Líderes para falar. Mas ouvirei atentamente o término do pronunciamento de V.Exa.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** - Eu encerrarei para aplaudir todos aqueles que vêm à tribuna não apenas para contestar uma ideia, mas para trazer as suas.

Nós somos um Parlamento atacado de todas as formas. No entanto, não existe qualquer Parlamento fechado que seja melhor do que este. Os Deputados precisam parar de se atacarem e se entregarem ao debate das ideias. Nós temos muito que fazer pelo Brasil e temos capacidade de fazê-lo.

Parabéns a V.Exa. e obrigado.

---

Documento 188/516

---

219.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

17/08/2017-  
10:54

Publ.: - 18/08/2017 - 86

CABO DACIOLO-PTDOB -RJ

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO



## *Sumário*

Contrariedade à adoção do sistema de voto denominado distritão e ao financiamento público de campanhas eleitorais. Solicitação de apoio popular a emenda de autoria do orador à proposta de reforma política. Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 560-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia.

---

**O SR. CABO DACIOLO** (Bloco/PTdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Glória, glória, glória, glória a Deus! Glória a Deus! Presidente, eu quero falar com o povo brasileiro. Nós estamos falando de reforma política dentro do Congresso Nacional hoje, uma reforma política que não existe. Essa reforma política que está sendo apresentada ao povo é uma verdadeira mentira. Nós estamos falando de distritão e do tal do fundo, um fundo público para financiamento de campanhas eleitorais.

Eu quero explicar ao povo que o distritão é a forma de fazer com que os Parlamentares fiquem eternamente dentro do Congresso Nacional. Muitos deles entram aqui de cabelo preto e saem de cabelo branco; alguns entram com cabelo e saem carecas. Então, eles querem, na verdade, ficar aqui eternamente sentados na cadeira parlamentar. Esse é um ponto.

O segundo ponto é que a Câmara dos Deputados tem custo médio anual para o povo de 6 bilhões de reais - 6 bilhões de reais! -, e nós estamos falando de criação de um fundo para tirar ainda mais dinheiro do povo, dinheiro público, num total de 3 bilhões e 600 milhões de reais! Olhem o que está sendo colocado aí!

Para que nós possamos fazer alguma modificação nessa proposta, é necessário oferecer uma emenda a esse projeto.

Para apresentar a ideia que está no meu coração e na minha mente agora, eu vou precisar de 171 assinaturas. Eu não consigo esse número na Casa, mas posso ter o apoio do povo.

Venho pedir o apoio do apoio para fazer uma mudança verdadeira na política do Brasil. Em primeiro lugar, o Deputado tem que ficar sentado nessa cadeira por, no máximo, dois mandatos. Depois dá lugar ao próximo. Fica por até dois mandatos e sai.

Há outro detalhe: um Deputado tem um custo para o povo de 150 mil reais mensais. Vamos cortar na nossa carne! Parem de mexer com o povo! Vamos cortar na nossa carne! Primeiro, peguem esse dinheiro do fundo, os 3,6 bilhões de reais, e coloquem na educação, na saúde e na segurança pública. E vamos tirar 30% do nosso salário para as campanhas! Vamos tirar 30% dos 150 mil reais mensais que custam o Parlamentar e fazer as campanhas. Aí está certo, aí está correto.

Vamos agir dessa forma?

Eu sei que não consigo as 171 assinaturas, mas peço o apoio do povo. Nação brasileira, essa reforma política é uma verdadeira farsa,

uma verdadeira mentira. Ela serve para os Parlamentares se perpetuarem no poder e arrumarem uma forma de legalizar um ato criminoso, de legalizar a quadrilha que está instaurada no Congresso Nacional.

Quero dizer a todos que juntos somos fortes, que nenhum passo daremos atrás e que Deus está no controle.

O voto é "sim", Presidente.

Obrigado.

---

Documento 189/516

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017- 10:54
Publ.: - 18/08/2017 - 115		IRAJÁ ABREU-PSD -TO
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apoio à adoção do sistema de voto denominado distritão no País.

Posicionamento do orador com relação ao financiamento de campanhas eleitorais.

---

**O SR. IRAJÁ ABREU** (PSD-TO. Como Líder. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos que nos acompanham pela *Rádio Câmara* e pela *TV Câmara*, nós estamos iniciando esta semana a grande discussão e debate nacional em torno da reforma política, relacionada à Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003.

Seu Relator, Deputado Vicente Cândido, traz um debate da Comissão Especial, onde o texto foi amplamente aperfeiçoado. Nós teremos a oportunidade de, no plenário da Câmara dos Deputados, na próxima semana, discutir vários avanços que a proposta coloca para o País e para as eleições a partir de 2018.

Eu respeito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as várias opiniões divergentes. Alguns defendem o sistema A, B ou C, o financiamento público, o financiamento privado ou mesmo o financiamento individual. Mas é importante esclarecermos ao cidadão, ao eleitor brasileiro que o sistema majoritário, o conhecido distritão, é aquele pelo qual o brasileiro já elege Prefeitos, Governadores e Presidente da República. Através do voto democrático, eles são eleitos pela grande maioria dos votos recebidos. Essa é a lógica que o eleitor compreende com mais facilidade.

O sistema atual, o sistema proporcional, muitas vezes é perverso, porque nem sempre o candidato que teve a maioria dos votos nas urnas é eleito para representar seu Estado na Assembleia Legislativa

ou no Congresso Nacional. Muitas vezes o candidato recebe os votos, mas só consegue ser eleito na carona ou na garupa dos votos recebidos no partido ou muitas vezes pelos puxadores de votos, que são os candidatos conhecidos como "candidatos celebridades". Essa lógica muitas vezes não é entendida pelo eleitor brasileiro, que quer sim escolher, votar em um nome e que esse cidadão seja o seu representante no Parlamento Municipal, Estadual ou Federal. Por essa razão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu entendo que o sistema distritão é o mais justo e o mais coerente com o País e com os nossos eleitores brasileiros, porque, através do voto, vai prevalecer a vontade do eleitor, que vai eleger os seus representantes na esfera municipal, estadual ou federal.

Nós estamos também fazendo um amplo debate em torno do financiamento público de campanha. Sabemos que o financiamento empresarial foi proibido nas últimas eleições municipais, em 2016, quando conseguimos reduzir substancialmente os gastos de campanha para eleger Vereadores e Prefeitos. Em Tocantins, por exemplo, chegamos a uma redução de 50% nos custos de campanha, associada, evidentemente, à redução do tempo de campanha para praticamente 40 dias.

Temos que definir aqui, com muita maturidade, responsabilidade e principalmente transparência, o sistema que o Brasil precisa e merece para os próximos anos. Nós não podemos fazer a minha reforma ou a sua reforma. Nós temos que pensar na reforma que o Brasil precisa e merece. Por isso, precisamos sim de um misto entre o financiamento individual da pessoa física e do financiamento público, para que possamos ter eleições transparentes e possamos moralizar o processo eleitoral brasileiro e principalmente o sistema político.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 190/516

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017-09:06
Publ.: - 18/08/2017 - 18		LUIZ COUTO-PT -PB
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador contrário à implantação do sistema de voto denominado distritão e à criação de fundo para financiamento de campanhas eleitorais. Apoio à proposta de interesse dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

---

**O SR. LUIZ COUTO** (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que dê como lido meu pronunciamento sobre essa tal reforma política, que não é reforma política, mas uma deformação da política, porque os interesses pessoais estão acima daquilo que o povo brasileiro almeja.

Todos nós dizemos que este sistema político brasileiro está falido. Quando colocamos remendo novo em pano velho, o buraco fica muito maior. Por isso, minha posição é contrária ao distritão, ao fundão e às outras situações que não dão condições para que os partidos possam se expressar. Agora querem que cada Parlamentar seja eleito como se fosse seu próprio partido.

Sr. Presidente, aproveito para dizer que estamos a favor da luta dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias para melhorar suas condições de trabalho. Vamos votar o projeto que está hoje na Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a verdadeira culpa do nosso Parlamento é ser como ele é hoje: totalmente imperial.

Eu poderia acabar por aqui minha retórica, porque acredito que já foi dito tudo na frase anterior. Mas, como patriota e como alguém enviado por Deus para acabar com tudo isso, tendo uma missão maior, que é a de transformar meu País, não posso parar por aqui.

A verdade da culpa começa quando aceitamos as inúmeras transformações que sugerem ao sistema político brasileiro. Falo do distritão. Aceitar esse sistema transformará o Estado ou o Município num distrito único. Na Assembleia Legislativa da Paraíba estarão eleitos os candidatos mais votados, desconsiderando o quociente eleitoral - esse quociente leva em conta a soma dos votos dados aos candidatos do partido e à própria legenda - para a Câmara Federal. E na nossa Câmara de Vereadores também os mais votados estarão garantidos.

Em que pese o atual descrédito nos partidos políticos, não existe democracia sem eles. E, se adotado esse sistema, as agremiações partidárias praticamente perdem o seu sentido. Não será mais necessária aquela construção partidária para a apresentação de uma nominata que garanta os votos suficientes para o partido eleger seus representantes. Com isso, acaba-se a fidelidade partidária e encorajam-se cada vez mais lideranças com um capital eleitoral sólido a migrarem para agremiações nanicas e sem representação, a fim de adquirirem um partido para chamar de seu. Isso não pode ser bom para a democracia.

Alguns pontos da nova reforma política vão ao encontro da troca das recompensas que o controle do Estado pode render às facções eleitoreiras que ascendem ao seu topo. Lá os vende-pátria e parasitas

em geral estão tentando arranjar um jeito de "criar" um circo nas eleições. E já se fala na adoção do voto preferencial. Absurdo! O Estado brasileiro não precisa de uma reforma que garanta aos políticos sua hereditariedade na política brasileira. Os cargos políticos serão dos grandes empresários e dos homens mais ricos. Dessa forma, estarão garantidos. Mas novos nomes e novos candidatos ficarão à mingua. Esse sistema, além de tudo, encarecerá as campanhas individuais, e somente os candidatos mais conhecidos e mais ricos conseguirão se reeleger.

A verdade da culpa é nossa, porque alguns aceitaram a oligarquia do golpe em nosso País, ditando regras, aceitando inflação e perda de direitos. Esses oligarcas que sempre foram um fardo, que promovem o terrorismo midiático, que se locupletam do caos e da desordem em que vivemos querem bagunçar o sistema político e implantar um sistema para si próprio.

A verdade da culpa da crise política é sua, Parlamentar deste Congresso. Porque você votou errado: na hora de afastar e retirar Dilma do poder, você escolheu não lutar pela democracia e em troca optou pela reforma do Palácio do Planalto que desqualificou todo o sistema político brasileiro.

Estamos nos baseando nas consequências que puxam as projeções após a votação da Comissão Especial da Reforma Política. Tudo que está projetado aqui pode ser rejeitado ou modificado pelo Plenário do Congresso. Mas dá para afirmar, com certeza, de que é mais um capítulo da enorme bagunça que virou nosso País após o golpe que apeou a Presidente eleita do poder.

Esta instabilidade institucional era prevista, após o absurdo jurídico patrocinado pelo pato amarelo e seus apoiadores. Que cada um assuma suas posições perante a história e que possamos encontrar uma luz no fim do túnel, de preferência sob a batuta de um Presidente democraticamente eleito e que recoloca a Nação num ambiente de segurança institucional. E que a reforma política seja um marco político, social e democrático, não um mero gancho para salvar alguns políticos brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

---

Documento 191/516

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017-09:06
Publ.: - 18/08/2017 - 20		JOÃO DANIEL-PT -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Realização do 8º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Transcrição do artigo *O distritão e a destruição da participação popular*, de Cezar Britto, publicado pela revista CartaCapital.

---

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* a nossa saudação a todos que fundaram o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB no Brasil e que continuam nessa grande luta.

Na última terça-feira, dia 15 de agosto, lançaram aqui em Brasília o 8º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, que se vai realizar no Rio de Janeiro, de 1 a 5 de outubro.

O MAB é um dos movimentos mais importantes na defesa das populações atingidas por barragens. Nesse encontro vai ser debatido um projeto de energia com soberania, bem como o pré-sal e a aliança entre campo e cidade.

Sr. Presidente, aproveito para deixar como lido pronunciamento em que transcrevo um artigo do nosso querido ex-Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil Cezar Britto, membro permanente do Conselho Federal da OAB, sobre a questão do distritão e a participação popular. Esse distritão retira a participação popular em nosso País.

Peço que esse discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*. Muito obrigado.

### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para registrar o artigo *O distritão e a destruição da participação popular*, escrito por Cezar Britto e publicado na revista *CartaCapital*, no dia 15 de agosto de 2017.

### ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

É ruim para o País uma regra em que o mandato tem como dono um indivíduo apenas compromissado com os seus próprios interesses. Reforma política não é panaceia, tampouco a solução final para a cura dos males sofridos pela população. Mas ela é, sobretudo, ponto de partida para a restauração da confiança popular na classe política, desde que feita em profundidade, sob a supervisão da sociedade civil e levando em conta sua natureza plural.

Somente assim poderia conferir respeitabilidade ao processo legislativo e aos próprios legisladores que pretendem a sua aprovação. Cuidar de esmiuçar o projeto de reforma política e a forma em que o sufrágio nele será exercido exige o compromisso de fazer refletir no debate o querer

do proprietário originário e destinatário final do processo eleitoral. Não sendo observadas estas premissas, tudo não passará de mero remendo eleitoreiro.

A reforma política, neste caso, deveria servir de importante instrumento na reinterpretação permanente da legislação eleitoral, adequando-a às novas e crescentes demandas sociais. A sua virtude estaria, assim, na possibilidade de se contribuir para a modernização da própria política e, continuamente, ajudar a revogar o velho patrimonialismo brasileiro. Por isso mesmo, devemos, diuturnamente, apontar propostas que concebiam um sistema que minore as mazelas do atual quadro partidário, pois, não obstante sua pluralidade formal, o parlamento brasileiro enfrenta a maior crise de representatividade de sua história. Eis que, repentinamente, surge como "proposta salvadora" para a crise política a possibilidade da perpetuação dos mandatos dos atuais parlamentares e, como complemento, a explosão das bases que fundaram os partidos políticos. A "proposta miraculosa", denominada distritão, transforma em majoritárias as eleições proporcionais para deputados federais, deputados estaduais e vereadores.

A ideia é revogar a histórica fórmula republicana adotada em sistemas bicamerais, onde apenas os senadores são eleitos em razão do somatório dos votos recebidos de forma individualizada.

Aprovado o voto majoritário para todos os parlamentares, eleitos seriam aqueles que controlam a máquina partidária, os mais conhecidos eleitoralmente, os aquinhoados com a fortuna material ou, como já comum, os que reúnem os três requisitos de desequilíbrio eleitoral.

E como serão eleitos de forma individualizada, autônoma e desvinculada do compromisso partidário, sequer serão obrigados à lealdade, aos princípios do partido político que agasalhou cada candidato, como decidiu o STF quando do julgamento da ADI 5081. É evidente que não se podem tornar os partidos políticos fortes e autênticos por via de lei ou de decisões judiciais - e isso ficou amplamente demonstrado no curso do regime militar, que quis engessar em duas siglas, Arena e MDB, toda a diversidade de pensamento da sociedade brasileira, o que empobreceu ou mesmo inviabilizou o debate de ideias.

Mas é realmente preciso que a cidadania se reconheça nos partidos, saiba quais estão mais próximos de seu ideário, independentemente da circunstância de quem é governo ou oposição.

É preciso, também, que o eleitor confie no eleito; que saiba que elegeu pessoa comprometida com determinadas ideias e propósitos e que não irá traí-lo. E mais: que, se o fizer, irá responder pela traição ao compromisso. E nada disso é possível quando se valida a individualização do mandato ou o vaivém de políticos e siglas desorientando o eleitor, decepcionando-o.

A experiência democrática nos ensina a entender que o processo eleitoral é atividade primordial ao exercício da soberania popular. Exatamente por isso não contribui para o aprimoramento da representação política uma regra em que o mandato tem como dono

um indivíduo apenas compromissado com os seus próprios interesses pessoais.

Esta fórmula revoga o conceito de representação coletiva, favorece o fisiologismo e aprofunda o descrédito da sociedade no regime representativo. Daí a importância de se reconhecer que a democracia é plural e que necessita, por isso mesmo, de partidos políticos fortes e comprometidos com a vontade das urnas.

Efetivamente, o povo exerce a sua soberania através do voto ou, em outras palavras, o voto é a própria voz republicana do povo. É ele o soberano e, como tal, não pode estar - como tem absurdamente estado ao longo de toda a nossa história - ausente do processo que, em suma, decide e define o seu destino.

O individualismo consagrado na proposta do distritão tem como aliado o poderoso exército dos patrimonialistas que sempre impuseram ao País um sistema de exclusão. O parlamento precisa pensar mais nas próximas gerações do que, casuisticamente, nas próximas eleições, sobretudo neste momento histórico, de necessária retomada da democracia, que Otávio Mangabeira comparava a uma "plantinha frágil e terra", a exigir cuidados permanentes e olhos vigilantes.

Cezar Britto é advogado e escritor, autor de livros jurídicos, romances e crônicas. Foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e da União dos Advogados da Língua Portuguesa. É membro vitalício do Conselho Federal da OAB e da Academia Sergipana de Letras Jurídicas.

---

Documento 192/516

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017-09:08
Publ.: - 18/08/2017 - 21		LOBBE NETO-PSDB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à criação de fundo para financiamento de campanhas eleitorais.  
Realização do festival gastronômico Brotas Gourmet, no Município de Brotas,  
Estado de São Paulo.

---

**O SR. LOBBE NETO** (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a respeito da reforma política que estamos discutindo nesta Casa, temos recebido muitas



comunicações e muitos pedidos. Quero deixar muito claro que somos totalmente contra esse novo fundo de 3,6 bilhões para a política nacional, para fazer essa reforma política.

Quero deixar registrado o nosso posicionamento contrário a esse fundo e dizer que temos que buscar maneiras de baratear as eleições, sem carro de som e sem outras questões que as encarecem. Temos que baratear as eleições, não buscar recursos para mantê-las caras como são hoje.

Além disso, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Prefeito Salviatto e a Associação das Empresas de Turismo de Brotas e Região - ABROTUR por mais uma edição da festa Brotas Gourmet, que se inicia amanhã, na cidade de Brotas, São Paulo.

Parabéns, Prefeito Salviatto! Parabéns, autoridades brotenses!

---

Documento 193/516

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017-09:46
Publ.: - 18/08/2017 - 39	ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Conveniência de adiamento da reforma política para a legislatura seguinte.

---

**O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA** (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, quero deixar clara desta tribuna minha preocupação com os rumos que está tomando a dita reforma política, que de reforma, pelo que se vê, não tem nada: é um verdadeiro remendo.

A pretensão de destinar altas somas de recursos públicos para o financiamento de campanhas, além da questão do distrital misto, do distritão e de tudo o mais, está sendo encaminhada de tal forma que não vai resolver definitivamente a questão política no Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, eu estou propenso, diante da pressão que tenho recebido das bases, a votar contra toda e qualquer reforma política neste momento. Penso em simplesmente votar "não" e aguardar, quem sabe, outro momento da história do Brasil para que façamos uma reforma política que atenda verdadeiramente aos anseios dos brasileiros.

Não é em meio a uma crise política, ante a falta de credibilidade na

política e nos políticos de modo geral, que vamos resolver os problemas do Brasil.

Sr. Presidente, eu estou disposto, sim, a votar contra qualquer proposta e proposição que venha no meio desta crise. Se aguardarmos, quem sabe, a próxima Legislatura, em 2019, após as eleições, aí, sim, poderemos fazer uma verdadeira reforma política. O Brasil efetivamente precisa disso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado, gostaria de comungar com V.Exa. no que disse sobre o fundão. Realmente, numa época de crise como esta, isso tem que ser mudado.

Algumas pessoas me mandaram mensagens pelas redes sociais, reclamando do fato de eu ser favorável ao distritão. A todas elas eu fiz um questionamento. Perguntei se elas concordavam com o fenômeno Tiririca, se achavam justo o seu candidato receber 80 mil votos, ser mais votado que outro que teve 40 mil votos, mas não conseguir vaga, e o que recebeu 40 mil votos conseguir. Elas foram unânimes: "*Não, lógico que não!*" Eu disse: então, você é favorável ao distritão. Os Governadores e Senadores já são eleitos por meio do distritão, porque o sistema utilizado é o majoritário.

Portanto, o que os dois Procuradores fizeram conosco - com todo o respeito a eles - foi uma maldade. Este é um Estado Democrático de Direito, em que cada um tem o direito de se defender. Mas o distritão é a forma mais justa de definir quem ganha. Os partidos é que têm que trabalhar com os seus Deputados para se fortalecerem.

Nenhum daqueles que me questionou soube falar o que era distritão. Nenhum!

Parabéns a V.Exa. pela fala sempre muito pertinente!

---

Documento 194/516

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017- 09:56
Publ.: - 18/08/2017 - 43		ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Crítica do orador à política adotada pelo Governo Michel Temer. Apoio do PT à criação de fundo para financiamento de campanhas eleitorais.

---

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem

neste momento, quero deixar registrada minha indignação, a indignação da nossa bancada e do nosso partido, com esta política de arrocho irresponsável e cruel, patrocinada pelo grande capital nacional e internacional e pelos interesses especulativos, que a equipe do Presidente Michel Temer, comandada pelo Ministro Henrique Meirelles, vem colocando em prática no Brasil.

Durante os 20 anos da Nova República - quero frisar que estes 20 anos foram comandados pelo Presidente José Sarney, depois por Itamar Franco, por Fernando Collor e por Fernando Henrique, por 8 anos -, com todo esse povo que está mandando no Brasil, hoje sentado nas cadeiras dos Ministérios, o que está sendo colocado em prática é o que eles fizeram exatamente nos 20 anos da Nova República.

O povo brasileiro tinha medo de experimentar o novo, até porque o terrorismo, a perseguição, a mentira, a calúnia e a difamação foram muito grandes para impedir que Lula chegasse à Presidência da República, tanto é que Lula precisou disputar quatro eleições e, só depois que a coisa estava esculhambada, que o País não tinha mais jeito, muitos, mesmo não acreditando, diziam: "*Como as coisas já estão esculhambadas, vou votar no Lula para ver o que dá*". E o que deu? O povo brasileiro pôde ver que era possível fazer mais: construir mais rodovias; lançar um programa como o Minha Casa, Minha Vida, do Norte ao Sul do Brasil, como foi colocado; construir mais universidades; criar o PROUNI, o Ciência Sem Fronteiras, o Mais Médicos, o Luz para Todos, programas sociais responsáveis; os programas do PAC, sem olhar ideologias partidárias.

A mesma creche, a mesma unidade básica de saúde, a mesma quadra de esporte coberta, praticamente um miniginásio de esportes, as mesmas obras que uma Prefeitura do PT recebia as Prefeituras do PMDB, do Democratas e do PSDB também recebiam. Os programas estavam sendo colocados em prática no Brasil para melhorar a vida do povo brasileiro e para gerar mais empregos no País.

De repente, a elite, depois de perder 4 eleições seguidas no voto, se desesperou porque sabia que na quinta teria Lula como Presidente em 2018. Novamente, ela perderia as eleições.

Portanto, um cidadão político de baixa qualidade, um irresponsável, alguém da marca de Aécio Neves, não aceita a derrota, e se juntam ao seu partido o PPS e o Democratas, e passa a liderar a ideia do golpe e a ideia do *impeachment*. Soma-se a isso a grande mídia, soma-se o capital internacional e nacional, o capital perverso e covarde que só pensa no lucro. Soma-se a isso parte do Judiciário, do Ministério Público e até do Supremo. Somam-se, nesta Casa, a figuras como o ex-Presidente Eduardo Cunha, que hoje está na cadeia. Foi ele que conduziu aqui toda a política do *impeachment* e do golpe.

Já se passou 1 ano. O que fizeram até agora? Só estão acabando com todos os programas que durante 12 anos foram organizados. Porém, há algo bem pior. Além de acabarem com os programas, estão entregando a preço de nada nossas riquezas ao capital internacional: a PETROBRAS, nossas estatais, nossos aeroportos. Daqui a pouco, vão entregar nossas rodovias, ferrovias e hidrelétricas. Até a Vale, que foi

privatizada no Governo Fernando Henrique Cardoso a preço de nada, mas que ainda tem participação do capital nacional e dos fundos de pensão, será, com certeza, internacionalizada. Daqui a pouco, nem esse capital nacional estará na nossa grande empresa mineradora, a Vale.

Este é o Governo! O pior é que eles fazem tudo isso e não se contentam. Eles ainda extinguem Ministérios, precisam reduzir o salário mínimo, cortam programas, fecham universidades, paralisam o asfaltamento das nossas rodovias brasileiras.

O Pará é um dos Estados que mais ganhou com os Governos Lula e Dilma, com as obras estruturantes, com a construção das eclusas de Tucuruí, com o asfaltamento de rodovias, com a construção de hidrelétricas, com o Programa Luz para Todos, com a implantação de universidades, com o Programa Minha Casa, Minha Vida. Mas nada disso funciona no Pará.

A hidrelétrica construída em Altamira, que a Presidenta Dilma foi inaugurar e entregar as primeiras turbinas funcionando, hoje já dá um prejuízo de 1 bilhão e meio, porque a energia que está sendo produzida não pode ser levada aos Estados brasileiros, porque a linha de transmissão está emperrada.

A crise que eles construíram a partir de 2015, para gerar o combustível do *impeachment*, começou também a criar situações embaraçosas até para as empresas que estavam bem, porque a maioria das nossas empresas brasileiras foram envolvidas na Operação Lava-Jato, e muitas delas estão quebradas, abrindo espaço para as empresas americanas, espanholas, chinesas e europeias virem para o Brasil e ocuparem o espaço que as nossas empresas tinham.

Portanto, a Operação Lava-Jato serviu para isso. Ela não está combatendo a corrupção, que continua muito maior no Governo Temer. A corrupção está alastrada.

Estamos aqui discutindo a reforma política. Ontem eu disse aqui e reitero hoje: nossa reforma política não será uma reforma, serão algumas mudanças. Nós do Partido dos Trabalhadores estamos defendendo o fundo eleitoral. Aliás, o PT sempre defendeu um fundo exclusivo, para tirar dos financiamentos de campanha o dinheiro seja de empresas, seja de pessoas físicas. Mas nós também cedemos porque sabemos que neste Congresso Nacional não há chance nenhuma de haver uma reforma verdadeira.

Estamos defendendo o financiamento de pessoas físicas com limites, para que um cidadão que tenha 10 milhões não gaste 10 milhões para financiar, muitas vezes, a própria campanha.

Muitos que querem voltar a ser Senador ou Deputado Federal já estão em campanha no País, comprando eleição. Há candidato gastando 100 ou 200 mil por mês na compra da sua eleição do ano que vem. A partir do ano que vem, teremos caixa dois, financiamento de pessoa física e financiamento eleitoral.

Muitos vão deitar e rolar, porque nossa Justiça Eleitoral infelizmente não está aparelhada nem preparada para combater a corrupção eleitoral. Há gente que nem deveria ter sido diplomada, e só agora está

recebendo a cassação em seu Estado. Corre o risco de terminar os 4 anos de mandato e ainda disputar, com liminar, a eleição. A Justiça Eleitoral brasileira é muito falha!

Sr. Presidente, como faltam 12 segundos para encerrar o meu tempo, quero ser pontual para mostrar a V.Exa. que eu também sei ser pontual.

Solicito que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Um grande abraço!

---

Documento 195/516

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017- 10:20
Publ.: - 18/08/2017 - 49	LELO COIMBRA-PMDB -ES	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador sobre o financiamento de campanhas eleitorais e sobre a implantação do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. LELO COIMBRA** (PMDB-ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Manato.

Não poderia deixar de concluir esta semana fazendo algumas observações acerca do debate da reforma eleitoral, que durou até ontem à noite, quando foi interrompido para ter continuidade na próxima semana.

Se o debate da reforma eleitoral, desde as discussões nas Comissões até este momento em plenário, está servindo para algo, é a iluminação do oportunismo e do populismo administrativo e político observados no tratamento desse tema ao longo das votações e dos debates no Congresso. Isso aconteceu em outros momentos e tem ocorrido agora, embora com menor frequência. Acredito que essa luz vai permitir que nós saíamos muito mais fortes, muito mais capazes de realizar um belo e vibrante processo de debate com a sociedade no próximo ano.

Eu me refiro a dois momentos em especial. Eu já vivenciei três momentos de debate e votação de lei eleitoral neste Congresso Nacional - V.Exa., assim como eu, vivenciou os três -, mas eu destaco o último deles e o que estamos vivenciando neste momento.

No último, aqueles que vieram se posicionar contrariamente ao

financiamento privado criminalizaram todos aqueles que defendiam o financiamento privado, colocando-os como pessoas vinculadas à corrupção, como pessoas que queriam fazer negociatas. Muitos daqueles que defendiam o financiamento público não têm neste momento a coragem de botar claramente a sua posição sobre esse tema e discutem o contraditório da formação do instrumento de um financiamento público, que é um fundo partidário.

Eles não colocam de maneira muito clara sua posição a respeito desse tema, mostrando uma grande contradição: se não querem o financiamento privado e não querem de maneira clara a forma instrumental do financiamento público, não querem financiamento de campanha; e, se não querem financiamento de campanha, não querem democracia no País. Essa deve ser uma opção antidemocrática ou uma opção de ditadura.

O segundo elemento, ainda em relação ao financiamento privado, está na decisão do STF. E aí eu acrescento - não ao STF, mas a essas variáveis do populismo e do oportunismo - a questão do ativismo judiciário. Nesta semana, o Ministro Barroso e, hoje, o Ministro Fux, que foi relator dessa matéria no Supremo, admitiram que o tema merece ser revisto.

E ambos falam do teto que gerou a inconstitucionalidade, segundo seus juízos e, além do teto, falam da fidelização de doadores privados a partidos específicos, sem que doações pudessem ou possam ser feitas a mais de uma legenda política, a mais de uma força política, inclusive antagônicas - ou especialmente antagônicas.

Por que, no momento em que esse debate foi feito, este formato não foi adotado, como forma de enfrentar o tema no campo da razão, no campo da discussão que deveríamos ter feito? Tanto na época em que debatemos este tema quanto neste momento, quando voltamos a fazê-lo, considerando ainda mediação feita no meio do caminho pelo STF na inconstitucionalização do tema da doação privada, nós percebemos, na ação política e institucional, a presença do populismo, do oportunismo e, no caso da Suprema Corte, do ativismo judiciário. E nós não conseguimos, no debate político, operar um bom e claro debate até agora.

Eu sou um defensor da doação pública, mas vejo, neste momento, uma grande oportunidade de nós conjugarmos um processo de doação mista envolvendo o sistema público e a opção privada.

Ainda em relação às negociações políticas não votadas - nós as votaremos na semana que vem -, ontem nós tomamos uma decisão quanto à questão do financiamento público: a constituição de um fundo, suprimindo dele a vinculação à receita e eliminando esse debate, que tanto mal-estar tem causado à sociedade, dos 3 bilhões e 600 mil reais que financiariam a eleição no próximo ano.

Portanto, eu acho que nós recompomos o conceito do financiamento público ao tiramos isso e ao ouvirmos dois dos seis Ministros que votaram a favor da inconstitucionalização do financiamento privado.

Por fim, eu queria fazer um comentário sobre o sistema de voto, especificamente acerca da questão do distritão e do distrital misto. Eu

sou defensor do voto distrital misto. Eu votei a favor dessa tese na última vez em que esse tema foi discutido nesta Casa. Tivemos 99 votos. Acredito que, neste momento, mediante uma aliança entre o distrital misto e o distritão, nós haveremos de introduzir o distritão como uma transição para o distrital misto, especialmente com a possibilidade, já internalizada pela maioria dos partidos que aqui estiveram conversando ao longo do dia de ontem, de ter, no aproveitamento do voto de legenda, o distritão acontecendo e o voto em legenda sendo distribuído para os candidatos votados naquela legenda sem coligações, na proporção dos seus votos. Isso qualifica a proposta do distritão como uma proposta absolutamente compatível com o conceito de transição para o voto distrital misto em 2022.

Acredito que avançamos muito nesta semana, mas é preciso debater com a sociedade, é preciso trazer à luz da razão e ao conhecimento da sociedade essa revisão de posição, junto ao STF, daqueles que participaram dos votos que deram a inconstitucionalidade ao sistema de financiamento privado.

Portanto, nós estamos neste momento iluminando o populismo, iluminando o oportunismo, para que eles não presidam este debate que nós estamos fazendo e para que eles sejam sepultados diante das decisões que estaremos tomando, especialmente na próxima semana. Presidente Carlos Manato, eu vou ceder o restante do meu tempo ao Deputado Alceu Moreira, meu querido amigo do Rio Grande do Sul e principal orador do nosso PMDB.

---

Documento 196/516

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017-10:28
Publ.: - 18/08/2017 - 51	ALCEU MOREIRA-PMDB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do orador a respeito do financiamento de campanhas eleitorais.

---

**O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Sem revisão do orador.)** - Eu queria começar fazendo uma constatação. As decisões da Suprema Corte do Poder Judiciário têm atuação no Poder Executivo, nos atos administrativos.

Com relação a esta Casa, eu vejo pessoas falarem sobre decisões do

Supremo como se elas fossem imutáveis - não são! O Supremo decide sobre as leis que fizemos. O Poder Legislativo não pode, absolutamente, ser freado pela Suprema Corte. Se nós achamos que a decisão está equivocada, mudamos a lei - somos nós que fazemos isso aqui.

Logo, a decisão tomada com relação ao financiamento de campanha não é conclusiva nem definitiva na Suprema Corte. Ela só é definitiva quando se trata de questões administrativas. No Legislativo, não há controle por parte do Supremo, porque as leis sobre as quais eles trabalham fomos nós que fizemos, e podemos fazer outras. Segundo, é possível sair do raciocínio raso de que financiamento de campanha não passa de uma relação negocial promíscua. O relacionamento de financiamento de campanha pode ser com um empresário ou cidadão que deseje um Estado liberal, voltado para o mercado, ou um Estado mais robusto, gigantesco. Ele pode querer trabalhar, por exemplo, o uso do capital com responsabilidade social e, para que isso aconteça, ele tem que ter no Congresso Nacional representantes dessas teses. Logo, ele pode financiar o fundo partidário, porque é por meio deste que se financiam os candidatos para eleger quem ele gostaria, com o modelo de Estado que ele deseja.

Logo, nós podemos ter um fundo de 3 bilhões reais com a seguinte condição: todo financiamento privado recebido no fundo reduz o volume público empregado nele. Se 100 empresas participarem do fundo com 30 milhões de reais, o Estado não botará um centavo no fundo.

A composição do fundo pode ser mista, só não pode ser acumulada. A cada vez que o recurso privado entra no fundo, reduz-se o recurso público empregado nele. Portanto, o financiamento pode ser perfeitamente privado para o fundo e até para o partido.

Não há nenhum problema em se financiar o partido. A pressuposição de que é promíscua a relação negocial foi criada por nós, diante do emaranhado de corrupção. É possível que um empresário, pelo tamanho da sua empresa, queira que o comportamento do Estado, por exemplo, torne a tributação mais leve, para que a empresa daquele seja competitiva, e não queira eleger alguém da esquerda, porque este votaria contra essa proposta.

Nós podemos ter financiamento para ter coloração ideológica, absolutamente extinta nesta Casa. O debate pode ser generoso, não precisa ser essa coisa enfadonha, "banhadosa", que nós temos hoje, porque isso não reflete a realidade do País.

O caminho estreito da mediocridade não permite que as pessoas se acomodem no mesmo espaço, porque sempre...

*(Desligamento automático do microfone.)*



219.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

17/08/2017-10:32

Publ.: - 18/08/2017 -  
55

PAULO HENRIQUE LUSTOSA-PP -CE

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Associação ao pronunciamento do Deputado Lelo Coimbra, a respeito da criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia. Agradecimento à Presidência pela criação de Comissão Especial destinada à elaboração de estudos sobre a economia colaborativa e a criação do marco regulatório do setor.

---

**O SR. PAULO HENRIQUE LUSTOSA** (Bloco/PP-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de adentrar o tema específico que venho tratar nesta tribuna, eu queria fazer coro com o Deputado Lelo Coimbra, que me antecedeu.

Ele reconheceu que esse problema que a Casa está enfrentando agora com relação ao tal do Fundo Especial de Financiamento da Democracia - ou qualquer eufemismo que se queira usar para isso - é fruto da falta de coragem deste Corpo Legislativo para enfrentar o problema do financiamento privado de campanha.

Em lugar de estabelecermos regras claras, que colocassem luz sobre esta questão e que com isso provocassem uma assepsia nas relações promíscuas a que vínhamos assistindo entre empresas, partidos e candidatos, preferimos a solução populista, fácil e barata da proibição e da remessa desta questão para o financiamento exclusivamente público. Se o financiamento é público, tem que sair do orçamento público, e esta Casa tem que pagar pela escolha feita.

Mas esse não é o tema que me traz aqui. Venho aqui para parabenizar esta Casa, esta Mesa, especialmente o Presidente Rodrigo Maia, por ter autorizado a criação de uma Comissão Especial para tratar do marco regulatório da economia colaborativa.

A economia colaborativa é fruto desse novo cenário de tecnologias da comunicação e da informação, que vem permitindo o surgimento de um sem-número de formas alternativas de relações de comércio, de relações de serviço, de promoção da atividade econômica a partir de um paradigma completamente distinto daquele a que tradicionalmente nós temos assistido.

Recentemente, esta Casa deu um grande passo para trás na discussão sobre os serviços colaborativos de transporte de passageiros, como o Uber, ao equipará-los ao táxi, que é um serviço público prestado com base em permissão.

Esse grave equívoco, cometido por esta Casa, ocorreu exatamente porque nos falta um marco regulatório, um marco geral que estabeleça

diretrizes, no sentido de como a regulação da economia tradicional vai receber esse novo mundo da economia colaborativa. Existem questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias que precisam de diretrizes gerais, para que depois se possa avançar em regulamentações específicas.

Eu cumprimento a Casa, especialmente o Deputado Herculano Passos, que foi eleito ontem Presidente da Comissão Especial do Marco Regulatório da Economia Colaborativa.

Deputado Carlos Manato, que hoje preside esta sessão, queria dizer que, com essa Comissão, com o marco regulatório que acredito que será possível produzir ao final dos trabalhos, colocaremos a economia brasileira em compasso com o que há de mais moderno e mais avançado na economia mundial.

Peço a divulgação desta fala no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 198/516

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017- 10:36
Publ.: - 18/08/2017 - 57		ROCHA-PSDB -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apoio do orador à aprovação do sistema de votação denominado distritão, no âmbito da reforma política em discussão na Casa. Contrariedade à proposta de criação de fundo público para financiamento de campanhas eleitorais.

---

**O SR. ROCHA** (PSDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Brasil vive hoje um momento de discussão sobre os rumos da reforma política, que se encaminha através desta Casa.

É verdade que hoje todos os partidos políticos sofrem com o desgaste do modelo atual. E eu quero me posicionar em relação aos principais pontos dessa reforma, pelo menos aqueles que estão causando mais polêmica na sociedade e na imprensa.

Eu quero começar, Sr. Presidente, falando do distritão, que muitos condenam por, segundo eles, não representar a vontade popular. Mas é bom lembrar que nós já tivemos eleições em que um Deputado com uma votação expressiva conseguiu arrastar para esta Casa mais de cinco Parlamentares, alguns, inclusive, com votações inferiores a 500 votos, e esses Parlamentares também, de certa forma, não expressavam a vontade da população.

Eu não acredito que o distritão seja o melhor modelo, mas nós temos que evoluir para alguma coisa diferente do que está em vigor no nosso

País, até para que, Sr. Presidente, nós possamos oferecer à população um caminho, uma transição, a fim de que nós possamos fazer uma mudança definitiva do sistema político que nós temos. Com o modelo atual, nós temos certeza absoluta de que nós teremos a continuidade do que está aí. Então, eu vou votar a favor do distritão, mesmo entendendo que não é o melhor modelo possível. Eu acho que nós poderíamos avançar para o voto distrital.

Eu quero falar agora talvez sobre o tema mais polêmico, a criação do tal fundo eleitoral. O que surpreende o brasileiro é que, num momento de crise, Sr. Presidente, em que o Governo brasileiro aumenta a estimativa de rombo do Orçamento, corta o salário mínimo do trabalhador, corta programas importantes, como foi dito agora há pouco - o Farmácia Popular e outros tantos -, corta recursos da educação, ainda haja alguém que queira tirar 3,6 bilhões de reais do Orçamento para investir em campanhas políticas.

Todos nós sabemos da necessidade de se financiar a democracia, mas certamente não com um valor abusivo, com o montante que se quer destinar a esse fundo eleitoral.

Mais do que isso, Sr. Presidente, questiono a forma como está sendo conduzido esse processo, sem a devida transparência. Isso nos faz supor - pelo menos é o que eu entendo - que, se esses 3,6 bilhões de reais forem aprovados, irão para as mãos de dirigentes partidários, boa parte deles hoje envolvida nos diversos esquemas de corrupção no Brasil.

Então, não dá para votar a favor do fundo eleitoral. Eu vejo partidos como o PT brigarem hoje por esse fundo, certamente porque perderam o apoio da PETROBRAS, da JBS, da Friboi e de tantos outros patrocinadores.

Acho que temos de discutir, sim, uma forma de se financiarem campanhas eleitorais, mas dentro da nossa realidade, do momento que o Brasil vive.

Temos que mudar a política brasileira e conscientizar o eleitor de que ele é a peça fundamental dessa mudança. Se ele não tiver consciência de que o próprio voto vale mais do que dinheiro, combustível ou qualquer bem, vamos manter o *status quo*, a situação de imoralidade da política brasileira.

Quero lamentar que hoje um condenado por corrupção pela Justiça brasileira esteja em franca campanha presidencial. Isso é um tapa na cara das pessoas de bem, das pessoas que cumprem com suas obrigações e pagam os seus impostos.

Sr. Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - V.Exa. será atendido, Deputado.

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017- 10:44
Publ.: - 18/08/2017 - 61		DIEGO GARCIA-PHS -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à proposta de reforma política em tramitação na Casa.

---

**O SR. DIEGO GARCIA** (PHS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Bom dia a todos os Srs. e Sras. Parlamentares.

Sr. Presidente, mais uma vez eu subo a esta tribuna para registrar a nossa indignação com essa proposta de reforma política apresentada e que está prestes a ser votada por nós aqui no plenário da Câmara dos Deputados. A sociedade está cada vez mais confusa, principalmente por conta de tudo o que está sendo divulgado com relação a esta reforma. Numa hora falam do distritão, noutra hora falam do sistema distrital misto. Agora, estão falando do distritão *light*. Ontem saiu notícia a respeito do distritão biruta de aeroporto. A cada hora, vai aumentando a paçoca, a confusão na cabeça do eleitor, do cidadão, demonstrando que essa reforma não é aquela que a sociedade quer, não é a reforma que o povo brasileiro quer, não é aquilo que a nossa Nação espera e quer.

Essa reforma precisa ser amplamente discutida com a sociedade, com o povo brasileiro, que ontem recebeu o anúncio por parte do Governo de um corte de 10 reais no salário mínimo previsto para o ano que vem. Isso representa justamente 3 bilhões de reais de economia para o Governo, valor que se aproxima dos 3 bilhões e 600 milhões de reais do Fundo Especial de Financiamento da Democracia, que de democrático não tem nada e que não está na previsão do teto dos gastos.

Ou seja, daqui a 10 anos, se esse fundo for aprovado e as receitas do nosso País crescerem e aumentarem, nós poderemos ter um fundo público de financiamento de campanhas de 7 bilhões de reais, de 8 bilhões de reais. Isso é dinheiro do povo trabalhador, do operário, da mãe de família, do pai de família, que agora vai sofrer com um pacote de arroz a menos na sua mesa, com um pacote de feijão a menos na sua mesa.

O Governo vem dizer que não está participando da discussão da reforma política. Mentira! Mentira! Cadê o Líder do Governo aqui para provar e dizer o contrário? Cadê o Líder do Governo no Congresso Nacional para subir à tribuna e assumir que é a favor, sim, da criação desse fundo bilionário?

Deixem de conversa fiada!

Nós esperamos que os Parlamentares tenham o mínimo de coerência.

Nós esperamos que os Parlamentares que votaram o teto dos gastos tenham o mínimo de coerência e rejeitem a criação desse Fundo de Financiamento da Democracia, que os Parlamentares que foram contra o teto dos gastos também tenham coerência na votação, porque diziam que o teto iria tirar dinheiro da saúde, da educação, da segurança pública. E agora, de onde vai sair o dinheiro para financiar a campanha de Presidente da República, de Senador, de Governador, de Deputado Federal e de Deputado Estadual? É do dinheiro do trabalhador. É um absurdo o que está sendo proposto! Eu ainda acredito na coerência dos nossos Parlamentares e que isso não vai passar, na semana que vem, neste Plenário.

Ora, dizer que não vai ter dinheiro para fazer campanha é outra mentira! É mentira! Esse sistema já funcionou nas eleições de 2016. Como foi feita campanha na cidade de São Paulo? Como foi feita campanha na cidade de Curitiba, no meu Estado? Essas são cidades com milhões de habitantes; são cidades grandes, maiores que muitos Estados da nossa Federação, e as campanhas aconteceram da mesma forma.

Nós temos que impedir que esse absurdo passe aqui, assim como temos que impedir também que passe o distritão e todos esses distritões que estão nascendo aí: biruta de aeroporto, distritão *light*. Não é isso que a sociedade brasileira quer, que o povo brasileiro quer. O distritão é a nova lista fechada para beneficiar corruptos, para beneficiar aqueles que estão na Lava-Jato, para beneficiar aqueles que não sabem como vão fazer campanha no ano que vem e estão desesperados.

Sr. Presidente, eu peço que este discurso seja registrado nos Anais da Casa e divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*. E peço que a sociedade brasileira acompanhe, na semana que vem, a votação dessa reforma política que não reforma nada.

---

Documento 200/516

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017-10:52
Publ.: - 18/08/2017 - 63	AUGUSTO COUTINHO-SD -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Inconsistência dos argumentos contrários ao financiamento de campanhas eleitorais.

**O SR. AUGUSTO COUTINHO** (SD-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, temos ouvido aqui alguns discursos inflamados contra o financiamento de campanha. Nós sabemos que em qualquer país do mundo existe ou financiamento público, ou financiamento privado. É natural que se veja de onde serão retirados esses recursos, o volume desses recursos. Tudo isso é importante que seja discutido. Eu vou fazer uma emenda para que, quando for votado e criado o fundo, os partidos ou os políticos que não queiram receber a sua cota-parte do Fundo Partidário prontamente façam uma declaração, recusando-se a recebê-la - é muito simples! -, para se acabar com essa hipocrisia que nós ouvimos a todo momento aqui. As pessoas dizem que são contra o fundo, contra o financiamento privado, contra o financiamento público, e como é que vai ser feita a campanha? Com dinheiro sujo? Com dinheiro de roubo? É isso que não pode acontecer. Então, é preciso ter clareza e honestidade perante a população para falar. As pessoas que não quiserem ou os partidos que não quiserem receber dinheiro do Fundo abdicam dele, não receberão e farão campanha da forma que acharem devida. Agora, é preciso falar com honestidade com o povo, não se pode ficar aqui fazendo discurso político, sabendo que no final das contas vão receber recursos financeiros para fazerem campanha. Era o que tinha a dizer, Presidente.

---

Documento 201/516

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017- 10:54
Publ.: - 18/08/2017 - 108	ODORICO MONTEIRO-PSB -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do 70º aniversário de criação PSB. Posicionamento do partido contrário às reformas trabalhista e previdenciária. Linhas de atuação do PSB. Coordenação pelo orador da Comissão Externa destinada ao debate da questão da segurança hídrica em municipalidades cearenses. Inauguração da Barragem Germinal, no Município de Palmácia, Estado do Ceará.

---

**O SR. ODORICO MONTEIRO** (PSB-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Neste primeiro momento, eu gostaria de saudar V.Exa., os nossos

Deputados e todo o povo brasileiro e de registrar os 70 anos de criação do Partido Socialista Brasileiro.

Tivemos a realização de um grande seminário na semana passada, quando foi feita homenagem ao nosso ex-Presidente Eduardo Campos. Ali, vivemos a história do partido nos seus 70 anos, que nasce sob a insígnia do socialismo e democracia, do socialismo e liberdade. Em 1947, quando as forças sociais do mundo estavam fazendo uma crítica ao stalinismo, ao culto à personalidade, à discussão sobre socialismo e à ditadura do proletariado, nasce o Partido Socialista Brasileiro, já em torno de grandes intelectuais, como João Mangabeira, nosso primeiro Presidente, Rubem Braga, Antonio Candido, José Lins do Rego.

A partir da década de 80, quando o partido renasce, temos a expressão do ex-Presidente do PSB e ex-Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, Estado onde o partido teve um papel importante na luta pela democracia, pela reforma agrária, na discussão da posse da terra como uma questão importante - as ligas camponesas.

Fico feliz por ter ingressado no PSB, porque tem uma posição clara em defesa da democracia, dos direitos dos trabalhadores, posicionando-se nesta Casa contra a reforma trabalhista, contra a reforma previdenciária. E é nessa perspectiva que estamos organizando o partido no Ceará, onde faremos uma grande plenária do nosso mandato popular neste sábado.

Quero reafirmar o convite, utilizando o número 40, o nosso número. Estaremos reunidos em 40 Municípios. O nosso mandato é uma exceção importante. Vamos discutir a reforma política e o nosso posicionamento. Queremos ouvir as nossas bases e reafirmar os nossos compromissos na luta em defesa dos trabalhadores, assim como discutir a tática eleitoral que o partido deve começar a estruturar para 2018. Queremos discutir as grandes estratégias de crescimento do Estado.

Sem dúvida nenhuma, queremos fortalecer a nossa relação com o movimento sindical. Na próxima semana, vamos ter a abertura do Congresso da CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, onde o partido vai comparecer com a grande delegação do Ceará. Queremos fortalecer os movimentos sindicais e sociais.

A população LGBT e o movimento negro têm atuação importante dentro do partido.

Enfim, queremos fortalecer o PSB na sua base, na luta pelo socialismo e liberdade, na luta pela democracia, e assim fortalecer também a nossa relação com o Governador Camilo Santana. Somos parte integrante do Governo.

Estamos dando grandes contribuições para melhorar a qualidade de vida do povo cearense - das 100 melhores escolas do Brasil, 77 são do Ceará -, e enfrentando a questão da segurança hídrica como um grande desafio.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, para dizer que estamos coordenando uma Comissão Parlamentar Externa que discute a questão da segurança hídrica nos Municípios cearenses. Nessa perspectiva, quero dar como lido meu pronunciamento, que trata da importante

inauguração da Barragem Germinal, na sexta-feira passada, na cidade de Palmácia, a que estiveram presentes o Ministro Helder Barbalho e Governador Camilo Santana. Foi dada a ordem de serviço para a construção de uma adutora que vai beneficiar três Municípios: Palmácia, Pacoti e Redenção. Estiveram presentes também os Prefeitos de Palmácia, David do Cláudio, de Pacoti, Kiko Sampaio, e de Redenção, Davi Benevides.

Essa é uma obra importante. Eu diria que foi o primeiro ato do nosso mandato, em fevereiro de 2015. Quando assumimos, essa obra não tinha sido iniciada. Ela já estava dentro do PAC. Nós a colocamos como prioridade. Estivemos presente, participando, desde o primeiro momento, quando estavam iniciando os alicerces. Essa é uma barragem de 2 milhões de metros cúbicos que não só vai garantir segurança hídrica para aquela população, mas gerar emprego com o turismo e fortalecer a agricultura familiar em vários Municípios. Essa obra vai praticamente perenizar o Rio Pacoti. No Ceará, nós a chamamos de barragem inteligente, porque está situada dentro de uma região que vai sangrar todo o tempo.

Sr. Presidente, eu dividi o tempo com o Deputado Heráclito Fortes: usei 5 minutos, S.Exa. vai usar os 2 minutos restantes.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*. Obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ouvintes da *Rádio Câmara*, telespectadores da *TV Câmara*, obras públicas realizadas no Nordeste costumam sintetizar uma história de lutas e envolver muitos protagonistas, sobretudo aquelas obras custeadas pelo Governo Federal, fonte de recursos à qual recorrem 5.570 Prefeituras Municipais de todo o nosso imenso País, e também os 26 Governos Estaduais, além do Distrito Federal.

A Barragem Germinal, inaugurada na última sexta-feira, dia 11, no Município de Palmácia, no Ceará, Estado que tenho a honra de representar nesta Casa, seguiu essa tradição. Essa maravilhosa obra de engenharia, que já se transformou em atração turística no Município e vai transformar de forma expressiva e definitiva a vida e a fisionomia daquela cidade, como também dos habitantes das localidades de Gado dos Rodrigues, Volta do Rio Santa Maria, Gado dos Ferros, Boqueirão e Rochedo, é a materialização de um sonho acalentado há mais 40 anos por centenas de personagens que se sucederam, como numa corrida de revezamento, cujo ponto de chegada foi a festa de inauguração presidida pelo Ministro da Integração Nacional, Hélder Barbalho, e pelo Governador do Ceará, Camilo Santana.

Fica assim assegurada a perenização do Rio Pacoti, um dos objetivos mais importantes da Barragem Germinal, que leva rio abaixo os



benefícios incalculáveis do fluxo permanente de água ao longo de todo o seu curso não só para as populações ribeirinhas, mas principalmente para a fauna e a flora no próprio leito e nas áreas de influência nas duas margens.

Com a imponente dos 28 metros de altura, a Barragem Germinal se encontra hoje, em definitivo, integrada à paisagem e à natureza da região e vai abastecer de água as cidades de Palmácia, Pacoti e Redenção e seus entornos por meio do Sistema Adutor Palmácia, já em fase de licitação pública no âmbito do Governo do Estado do Ceará, projeto também financiado com R\$ 7,8 milhões do Governo Federal.

A festa de inauguração ganhou um simbolismo muito especial com as chuvas que caíram, na véspera, lá na cidade de Guaramiranga, fazendo com que o imenso lago alcançasse já a cota máxima de armazenamento de 2 milhões de metros cúbicos de água. E, para encantamento de todos os presentes à festa de inauguração, as águas que escorriam pelo vertedouro da barragem proporcionaram um espetáculo calculado e programado, portanto previsível para a temporada de chuvas que estamos tendo este ano, graças a Deus, mas, ao mesmo tempo, compensador, como uma espécie de celebração aos esforços de todos que se empenharam sem jamais desacreditar em sua realização.

Podemos afirmar, Sras. e Srs. Deputados, que a Barragem Germinal expressa uma vontade coletiva dos habitantes de Palmácia, das localidades de sua jurisdição e do seu entorno, mas é também um empreendimento de todo o nosso Estado, na medida que prosperou ao passar a integrar a ordem de prioridades e a merecer a atenção e o empenho dos Governadores.

A inauguração dessa obra é, sem dúvida, a culminância de uma luta do povo cearense, como já o afirmei, de mais de 40 anos e fez parte de minhas prioridades desde os primeiros momentos de minhas atividades políticas.

Neste momento de grande alegria, Sras. e Srs. Deputados, sem desconsiderar a luta e o esforço daqueles que mantiveram vivo o clamor da luta que ora se realiza, aos quais incluo as equipes técnicas do nosso Estado e do Ministério da Integração Nacional, eu quero registrar o empenho do Prefeito de Palmácia, David Martins, e de seu pai, Cláudio Martins, responsável pelo projeto da Barragem quando Prefeito dessa cidade; do Prefeito de Pacoti, Francisco José Sampaio Leite, o Kiko; do Prefeito de Redenção, Davi Benevides; do Secretário de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, Francisco Teixeira; e do Governador Camilo Santana.

Ainda comparando a luta pela construção da Barragem de Germinal com uma corrida de revezamento, a responsabilidade de quem dela participa não é maior nem menor. Apenas não é dado a nenhum participante deixar cair o bastão. Valeu a pena. Outras lutas virão e nelas estaremos para carregar o bastão até o fim.

Muito obrigado.

---

Documento 202/516

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017- 10:54
Publ.: - 18/08/2017 - 113	VINICIUS CARVALHO-PRB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### **Sumário**

Posicionamento do PRB contrário à adoção do voto denominado distritão e do voto distrital misto, bem como à criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia, no âmbito da reforma política.

---

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PRB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a reforma política, considerada necessária para o País, não pode, de forma alguma, vir no viés de retrocesso, dentro do sistema eleitoral que nós temos. O sistema eleitoral tem que atender ao interesse da população, e não ao interesse isolado de determinados partidos que querem se perpetuar no poder, como já fazem há muito tempo.

Sr. Presidente, nós vamos destacar aqui, por partes, alguns pontos, como já foi colocado várias vezes por Deputados do PRB. O partido já fechou questão.

Sr. Presidente, peço que reconsidere o tempo. São 5 minutos de Liderança, não 2 minutos. *(Pausa.)*

Muito obrigado.

Continuando, o nosso posicionamento é contra o distritão, contra o Fundo Especial de Financiamento da Democracia - criaram até um nome bonito: Fundo Especial de Financiamento da Democracia -, mais o distrital misto.

Reparem, Sras. e Srs. Deputados e população em geral que nos acompanha, que o distritão é um sistema majoritário que fará com que haja um aumento muito grande em cada disputa eleitoral, como acontece hoje, no caso, nas eleições para Senador em cada Estado. É muito cara a disputa para o Senado, porque não é proporcional, mas majoritária, como querem fazer neste sistema, o distritão.

Além de encarecer a campanha, ele vai impedir que novas lideranças possam surgir. Por quê? Porque o número de candidatos que o partido vai colocar vai ser muito menor, e aqueles que quiserem disputar uma campanha eleitoral vão ter que ter bastantes condições econômicas e muito apoio para que possam continuar nas suas campanhas eleitorais.

Quanto a esse Fundo Especial de Financiamento da Democracia, como falei, o País vive uma situação muito delicada. Há que se perguntar o seguinte: onde está sendo utilizado todo o recurso do

fundo partidário, que é para apoiar os partidos exatamente nas questões eleitorais? Onde está sendo utilizado? Querem aumentar o fundo e adotar, por outro lado, o distritão, diminuindo o número de candidatos nas disputas. Há um contrassenso nisso: aumentam-se recursos e diminui-se o número de candidatos. Então, para que mais dinheiro? Para que mais recursos para as campanhas eleitorais? Há um contrassenso muito grande nisso: quanto mais dinheiro público, menos candidato. Isso não seria uma incoerência ou até uma inconsequência por parte desses que estão idealizando e apoiando esse tipo de sistema eleitoral? Para finalizar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e amigos que nos acompanham pelas redes sociais, pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*, nós vemos que a população quer de fato e de verdade uma renovação política. E o PRB vê que o que está sendo proposto não trará ao sistema político a renovação que a população tanto quer. Hoje há vários Parlamentares envolvidos em escândalos - escolhidos pelos seus eleitores. Quando adotarem o sistema chamado distrital misto, os eleitores não terão direito de escolher esses candidatos, porque estarão em listas partidárias fechadas. Isso é um retrocesso. Isso é um contrassenso. O PRB não pode se coadunar com esse tipo de coisa, mesmo respeitando o posicionamento de vários Parlamentares, porque ninguém é dono da verdade. Isso que está acontecendo, a nosso ver, não atende aos anseios da população. Por isso, o PRB é contra tudo que está sendo proposto nesta reforma eleitoral.

---

Documento 203/516

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017-10:54
Publ.: - 18/08/2017 - 120	PR. MARCO FELICIANO-PSC -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador sobre a proposta de reforma eleitoral em tramitação na Casa.

---

### **PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO**

**O SR. PR. MARCO FELICIANO** (PSC-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com enorme honra e

grata satisfação que mais uma vez uso desta tribuna para externar minha opinião sobre os esboços de reforma eleitoral que emergem das Comissões desta Casa.

Devemos analisar com cautela todas as ideias apresentadas, para serem discutidas, o que é mister de todos os Parlamentos, para não parecer oportunismo em véspera de ano eleitoral.

A dimensão continental de nosso País faz com que as distâncias das áreas eleitorais não ensejem comparações com países minúsculos onde o voto distrital se aplica perfeitamente. Temos distrito que está a mil quilômetros da sede. Portanto, é uma outra realidade.

Quem tem voto e faz um bom trabalho não tem de procurar mecanismos espúrios e alheios aos costumes eleitorais vigentes, em manobras que visam apenas garantir sobrevivência política a quem se sente ameaçado ao novamente enfrentar a voz surda das urnas.

Com a crise política que atravessamos, com o descrédito com que o povo hoje vê seus políticos, com as fortes resistências das mídias e da opinião pública, vejo com temor essas manifestações extemporâneas no sentido de remendar o modelo político com pano roto.

Finalizo pedindo a Deus que continue iluminando nossos pensamentos, a fim de legíslarmos em defesa dos princípios democráticos e republicanos, com os quais o povo se alegre, e derrame bênção sobre todos.

---

Documento 204/516

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017- 10:54
Publ.: - 18/08/2017 - 72		ASSIS CARVALHO-PT -PI
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Realização da Caravana Lula pelo Brasil, com início na Região Nordeste.  
Posicionamento contrário à implantação do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. ASSIS CARVALHO** (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, concordo com o voto.  
Quero registrar que hoje se inicia a Caravana da Esperança, em Salvador, com o grande líder Presidente Lula, que foi o Presidente que mais contribuiu para a inclusão dos mais humildes neste País. Ele tem a pretensão de percorrer todo o Nordeste para ouvir as pessoas, a fim de elaborar um projeto para o Brasil, já que, neste momento, por conta do golpe, estamos vivenciando um projeto de gabinete.  
Quero aproveitar para registrar a nossa posição sobre a reforma

política. É preciso compreender que esse modelo vigente está superado, mas também não queremos atrasar o processo e colocar o distritão, porque ele vai elitizar ainda mais. A minha posição é contra isso, porque não faz sentido fazermos desta Casa uma casa de lordes, uma casa de poderosos. Esta tem que ser a Casa do Povo. Quero expressar a minha posição contra o distritão.

---

Documento 205/516

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017- 10:54
Publ.: - 18/08/2017 - 74		ERIKA KOKAY-PT -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 490-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo-Quadro de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica. Discussão do projeto de decreto legislativo.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente,** este é o primeiro acordo feito sob essa ótica com esse país, a Dominica, e o Brasil, para aprimorar as relações educacionais, que é absolutamente fundamental. Pena que essa posição de defender a educação não seja uma posição deste Governo, que tem jogado a economia em um rombo inevitável. Estima-se que, até 2020, teremos um déficit fiscal no Brasil por volta de 800 bilhões de reais. O Governo já vai aumentar a meta, ou seja, já vai aumentar o seu próprio déficit, porque não ajusta a principal despesa que tem. Quando tenta aumentar as receitas, ele o faz à custa dos trabalhadores e trabalhadoras, taxando ainda mais o consumo, que sobremaneira já é taxado no Brasil. A carga tributária brasileira tem 70% de taxaço na renda dos trabalhadores e trabalhadoras e no consumo, penalizando a população mais pobre. Nós não temos uma taxaço que chegue à metade do que representa a taxaço estadunidense, no que diz respeito ao próprio patrimônio. Este é nitidamente um Governo que tem uma opção, e é a opção por uma elite que está apartada do mundo do trabalho. Por isso, é importante dizermos o que representa este Governo para o povo brasileiro, por estar destruindo o patrimônio nacional, os nossos direitos e por ter naturalizado a corrupção. Precisamos avançar, inclusive, na reforma política. Muito se questiona aqui sobre a construção de um fundo, mas eu digo que é estimado

termos por volta de 200 bilhões de reais gastos com corrupção anualmente neste País. Só uma empresa como a J&F - essa que foi recebida às escondidas pelo Governo Temer e que é responsável por uma mala de 500 mil reais, que seria a propina mensal - contribuiu com por volta de 800 milhões de reais para as campanhas eleitorais.

É preciso que o povo assuma o financiamento da própria campanha, para que possamos fortalecer a própria democracia e possamos dar-lhe lisura e transparência. É óbvio que não pode ser neste valor de quase 4 bilhões de reais - isso é um acinte! É óbvio, também, que não pode ser permitida a contribuição oculta, porque nós temos que ampliar a própria transparência.

Porém, digo que o Parlamentar financiado de forma escusa vai estar desenvolvendo a corrupção dentro desta Casa, e o Parlamentar financiado por grupos de interesses ou objeto do investimento destes grupos - muitas vezes de forma ilícita - estará na defesa dos interesses de quem o financiou, e não do próprio povo.

É chegado o momento de rompermos com este sistema de financiamento e construirmos outro sistema.

---

Documento 206/516

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017-10:54
Publ.: - 18/08/2017 - 75	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 490-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo-Quadro de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica. Contrariedade à proposta de criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia, no âmbito da reforma política.

---

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, farei a orientação pelo PSOL.

Obviamente, esse acordo de cooperação cultural com um Estado soberano do Caribe que pouco conhecemos, Dominica, merece nosso apoio e aplauso.

Queria apenas aproveitar este minuto para um esclarecimento: o PSOL, historicamente, sempre defendeu o fundo público para a vida política nacional. É diferente de apoiar um novo fundo chamado de financiamento da democracia com valores absolutamente inaceitáveis

e inflacionados e deixar de buscar as necessárias austeridade e transparência total, combinando fundo público com a adesão do cidadão e da cidadã ao programa e a sua contribuição dentro do possível.

Fizemos a campanha municipal do ano passado no Brasil inteiro assim. Em alguns lugares, conseguimos uma arrecadação que deu para fazer a campanha perfeitamente, graças à cidadania consciente.

---

Documento 207/516

---

220.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	17/08/2017- 14:09
Publ.: - 18/08/2017 - 134		IZALCI LUCAS-PSDB -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Incompetência administrativa do Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg. Posicionamento contrário à adoção do chamado voto distritão e à criação de fundo público para financiamento de campanhas eleitorais. Apoio à implantação no País do sistema parlamentarista de governo.

---

**O SR. IZALCI LUCAS** (PSDB-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta é a manchete do jornal *Correio Braziliense* de ontem: *GDF pretende parcelar salário dos servidores*.

Essa manchete demonstra claramente que voto não tem preço, voto tem consequência. Quando se vota errado, as consequências vêm dessa forma. Nós não podemos continuar votando em pessoas que não têm o perfil correto. O Executivo executa, faz a gestão, ou, pelo menos, tem de saber escolher bons gestores.

Muitas vezes, vota-se para Governador, para Presidente da República, para Prefeito, que são executores, em função de discursos e promessas. Aí você observa a Capital da República, que dispõe de um Fundo Constitucional, que tem um Orçamento maior do que o do Estado de Goiás e de Mato Grosso, mas os gestores não têm nenhuma noção do que é administrar uma cidade. Eles nunca administraram sequer uma microempresa e, muitas vezes, nem a própria casa. Daí nós entregamos uma cidade complexa como a nossa, que tem a função de Município e Estado, a um Governo que não tem a mínima noção de administração, colocando no Governo burocratas que nunca trabalharam em serviço público, que não sabem gerenciar um convênio.

E as consequências aparecem. As empresas foram embora daqui. Também temos enfrentado problemas. Há muitos partidos ideológicos,

contrários à livre iniciativa. Eles acham que não é preciso produzir nada, que dinheiro nasce em árvore ou que é só pegá-lo nos Ministérios. Esses partidos fazem um discurso demagógico, populista e irresponsável. Nós assistimos a isso o tempo todo neste plenário. As consequências surgem. Nós já fomos referência em educação. Éramos no País o primeiro lugar em tudo - educação infantil, 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, 5ª a 8ª séries, agora com o 9º ano, e ensino médio. Hoje, não! Talvez sejamos os últimos colocados, apesar de termos um orçamento maior do que o de muitos Estados do País. Isso é falta de gestão, ausência de projetos.

Na saúde, nós também já fomos referência. E as pessoas estão morrendo. Não há controle de estoque de medicamentos na rede pública do GDF. Qualquer boteco, padaria ou farmácia tem controle de estoque. Aqui, nós não temos. V.Exa. consegue pegar 10 medicamentos com a mesma receita médica em 10 lugares diferentes, Deputado Flavinho. Não se vai saber para quem os medicamentos foram entregues, porque não há controle de estoque. É tudo analógico, sem tecnologia; nada é informatizado. Não há controle de nada na saúde, na educação e, muito menos, na área de segurança. A situação é exatamente essa. Uma pessoa que nunca administrou nada agora está gerindo a nossa cidade.

Na segurança pública, o planejamento era termos um efetivo de 18 mil policiais em 2009. Estamos em 2017 e temos 11 mil policiais, 7 mil policiais a menos. E a população dobrou. Há falta de planejamento, repito. Não há programas de desenvolvimento econômico para trazer empresas a Brasília, o que geraria empregos. Hoje, nós temos quase 400 mil desempregados, e 150 mil jovens entre 18 e 24 anos não trabalham nem estudam. Trata-se de um Governo sem noção.

Quem imaginou que um dia faltaria água na Capital da República, onde nascem as bacias mais importantes do Brasil. Foi feito um investimento em 2004, em Corumbá IV, que foi muito criticado à época. A CAESB e a CEB, em conjunto com o Estado de Goiás, investiram para construir Corumbá IV, que daria para abastecer Brasília pelos próximos 100 anos, mas a incompetência foi tanta que desde então ainda não conseguiram trazer a água de lá. Hoje, inclusive, há falta de manutenção no local, por incompetência, por irresponsabilidade. Já não fazem a manutenção necessária há muito tempo.

Esta crise hídrica já vinha sendo alertada desde 2012, mas não houve revisão de nada, e estão aí as consequências. Hoje mesmo, em Águas Claras e Vicente Pires, muitas casas foram totalmente inundadas, porque uma adutora rompeu. Com essa crise hídrica e ainda se rompe uma adutora. Nós perdemos muita água.

Para recuperar o estrago feito nos últimos anos não vai ser fácil. E me preocupa a próxima eleição, com esses discursos vazios, com promessas irresponsáveis de pessoas que as fazem sem terem a mínima condição de administrar a cidade. O eleitor precisa entender isso, saber a diferença entre Executivo e Legislativo; conhecer o papel de cada um, para não cometermos esses erros gritantes como os dos últimos anos, principalmente nos 2 últimos anos. Agnelo também fez



um estrago, pois não tinha noção de gestão. Agora, Rollemberg age da mesma forma.

Qual é a única fonte de renda para pagar salários, fazer investimentos, custeios? São os impostos, é o Fundo Constitucional. O Fundo Constitucional foi criado em 2002 para uma população que era a metade da que nós temos hoje, mas o fundo é o mesmo. Então, a única saída é o desenvolvimento econômico. Aqui não se produz nada, as empresas vão embora e o Governo não faz absolutamente nada. Pior: não tem mais credibilidade para atrair novas empresas, porque a primeira PPP feita na cidade, que foi um investimento privado com a participação do Centro Administrativo, ninguém honrou. É óbvio que houve corrupção, houve superfaturamento, mas tem que punir. Não se pode ficar do jeito que está, porque quem vai pagar essa conta depois será o contribuinte. Tem que se buscar uma solução, depositar em juízo um valor justo e ocupar o local. Não dá para ficar pagando aluguéis, como vem acontecendo, e depois ter que pagar de novo. Quanto a gerar mais impostos, não basta aumentá-los apenas. Há vezes - e o que está acontecendo em Brasília - em que, quando você aumenta a alíquota do imposto, diminui-se a arrecadação, porque as empresas vão embora.

Nós agora conseguimos aprovar nesta Casa, e foi sancionada, a lei que abre ao GDF a possibilidade de oferecer os mesmos incentivos fiscais que são oferecidos há anos pelos Estados de Goiás e de Mato Grosso. Mas não basta ter a lei. Ela é apenas um instrumento. Se você tem um Governo que não tem credibilidade, que não respeita o direito adquirido, que não oferece segurança jurídica, ninguém confia. Ninguém investe um centavo quando não tem confiança. E esse Governo infelizmente não tem transmitido essa confiança para ninguém. Muito pelo contrário, quando se fala em investimento em Brasília, os empresários de fora não querem nem saber, porque aqui não têm a garantia de que os contratos serão honrados e os serviços prestados serão pagos.

E aqui sempre se culpa o Governo anterior. Ora, se era para culpar o Governo anterior, não deveria ser candidato. Se não sabia o estrago que havia, não deveria também ter se candidatado.

É muito difícil para nós aqui assistir a essas coisas, como, por exemplo, o caso do Estádio Mané Garrincha, cuja reforma custou quase 2 bilhões de reais. Ele está vazio e apresenta uma despesa mensal com a qual o GDF está arcando. Nós fizemos o alerta aqui, por anos e anos, de que esse seria um elefante branco. Mas era a única forma de desviar recursos: passavam para a Odebrecht, OAS, que fizeram a obra, a JBS. Era a farra no País com relação a financiamento de campanha, à propina. Eu espero que a CPMI da JBS seja rapidamente instalada.

Agora está em pauta a reforma política. Na realidade, não podemos chamá-la de política, é reforma eleitoral. É evidente que está presente no projeto o que nós defendemos, o voto distrital misto, mas só mais à frente. Transitoriamente vai-se implantar aqui o distritão. Agora inventaram a jabuticaba brasileira, o distritão misto, criando-se o fundo,

o que é um absurdo. Vou votar contra, porque o correto mesmo seria aprovarmos aqui - e já deveríamos tê-lo aprovado, ter feito um plebiscito a respeito - o parlamentarismo.

No parlamentarismo, não teríamos essas crises que tem o sistema presidencialista. Mas as pessoas precisam entendê-lo. Nós defendemos o parlamentarismo e esperamos que seja implantado logo no Brasil, para que possamos defender e implantar políticas de Estado. É inadmissível política de governo. Cada Governo que entra acaba com o que já existe, e começa tudo de novo.

Portanto, o parlamentarismo é o nosso desejo. Eu espero que agora a população comece a entender um pouco desse sistema, depois da crise e dessa roubalheira toda. A população precisa entender o que é isso, porque, se soubesse, na época, teria prevalecido o parlamentarismo. Mas não, permaneceu o sistema presidencialista. E a monarquia quase ganha do parlamentarismo.

Quero aqui dizer para os meus eleitores que me têm enviado várias correspondências que eu sou contra, sim, essa questão do fundo. Nós estamos vendo, de fato, a situação da saúde, da segurança, da educação, e não dá para destinar, da forma como colocaram aqui, um percentual para o fundo, apesar de que é preciso, sim, o financiamento, mas não no volume e da forma como está sendo proposto no projeto. E muito menos deve passar o distritão, que acaba com os partidos e cria uma distorção completa do sistema, em que vai prevalecer quem tem dinheiro. Quem tem muito dinheiro vai sobreviver, e é o que vai determinar a eleição dessa vez.

Portanto, é muito importante as pessoas acompanharem o assunto e, aqui, os Parlamentares pensarem bem nessa mudança. O sistema atual é péssimo, mas o distritão pode complicar ainda mais.

Portanto, nós defendemos o parlamentarismo e o voto distrital misto, que está no projeto, mas, infelizmente, não é para ser aplicado de imediato, somente na próxima eleição.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a publicação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e, em especial, no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 208/516

---

219.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/08/2017-09:52
Publ.: - 18/08/2017 - 42		VITOR VALIM-PMDB -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Inoportunidade da criação de fundo público de financiamento de campanhas eleitorais, tendo em vista a crise econômica vigente no País.

---

**O SR. VITOR VALIM** (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu venho aqui falar dessa famosa reforma política. Conforme V.Exa., no exercício da presidência desta sessão, muito bem colocou, ninguém está entendendo esse grande fundo eleitoral. Pedem a todo momento o sacrifício do povo e dizem que tem que se fazer o ajuste fiscal e que as contas do Governo não fecham. Quem vai ganhar menos de mil reais - o salário mínimo vai subir, mas vai ficar abaixo de mil reais ainda - vai entender que o Governo não tem dinheiro para dar aumento para o povo, mas vai fazer um grande fundo com mais de 3 bilhões de reais? Querem cortar aposentadorias e rever uma série de coisas porque o País não tem dinheiro, mas as campanhas eleitorais vão ser bancadas com o dinheiro público para esses representantes que muitas vezes não representam o povo? É realmente difícil fazer a população entender que a reforma política vai só tirar dinheiro do povo para bancar as campanhas eleitorais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 209/516

---

220.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	17/08/2017-15:09
Publ.: - 18/08/2017 - 150		LUZIA FERREIRA-PPS -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

---

### *Sumário*

Despedida da oradora da Câmara dos Deputados. Reassunção do mandato parlamentar pelo Deputado Mário Heringer. Empenho PPS na participação da mulher na política. Balanço da atuação parlamentar da oradora. Posicionamento da Parlamentar sobre a proposta de reforma política. Apoio ao pleito de empresas de fertilizantes junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

---

**A SRA. LUZIA FERREIRA** (PPS-MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria começar dizendo que estou me despedindo desta Casa hoje.

Aproveito para cumprimentar o Deputado Henrique Fontana, também aqui presente.

Faço inicialmente um agradecimento ao Deputado Mário Heringer. Nas eleições de 2014, o PPS coligou-se com o PDT e o PV. Essa coligação elegeu três Deputados: o Mário Heringer, o Subtenente Gonzaga e o nosso Vice-Presidente Fábio Ramalho.

Estou aqui na qualidade de 1ª Suplente dessa coligação. Com a licença do Deputado Mário Heringer, eu pude estar aqui nesses 4 meses. Tomei posse no dia 26 de abril.

Obviamente, uma coligação elege os mais votados, mas somam-se os votos de todos os candidatos de todos partidos. Cada um dos eleitos, depois que toma posse, tem a sua autoridade plena como Parlamentar eleito. Então, faço esse agradecimento ao Deputado Mário Heringer, porque a oportunidade que me deu de estar aqui é um reconhecimento dele ao valor que tiveram a coligação e os votos do PPS para a sua eleição.

Então eu quero agradecer muito, porque isso me permitiu, aqui no exercício parlamentar, nesses 4 meses, ter uma visão mais abrangente do nosso País, do desafio que é hoje construir e fazer política pública legislativa num país com o tamanho do Brasil, com os enormes desafios que nós temos neste momento político complicado, delicado, em que a população, aos milhões, foi às ruas para defender mudanças - inclusive houve o *impeachment* da Presidente Dilma -, com o sonho de que o Brasil pudesse encontrar um caminho de desenvolvimento, de geração de empregos, com o sonho de que o Brasil pudesse encontrar-se com as suas melhores tradições.

E nós vemos também frustrações. O dia em que eu cheguei aqui e votei, inclusive, foi o dia da votação da reforma trabalhista, uma votação importante para o País, no esforço de voltar ao crescimento econômico.

Já está provado pelos nossos ciclos de desenvolvimento que o que gera dignidade para as milhares de famílias dos trabalhadores brasileiros é a geração e a garantia do emprego, é a tranquilidade de poder cuidar da família. Bolsas, auxílios, transferências de renda são importantes em determinados momentos da vida, mas não é isso que estrutura a dignidade, a cidadania, a vida dos brasileiros.

Eu queria dizer que, diante da oportunidade de estar aqui no momento em que o Brasil passa por tantos desafios, fico muito comovida e agradecida ao Deputado Mário Heringer.

Também quero agradecer a acolhida que eu tive aqui na Casa, começando pelos companheiros da bancada do PPS, que é composta por 10 Deputados. Agradeço especialmente ao Presidente do partido, o Deputado Roberto Freire, um companheiro do PPS de longa data - eu já estou no partido há 34 anos -, e ao nosso Líder da bancada, o Deputado Arnaldo Jordy.

Quero fazer uma referência especial à nossa bancada feminina, Sr. Presidente, porque esse é um desafio também da democracia, não é só das mulheres. Com a minha chegada, dos 10 Deputados que compõem a bancada do PPS, 4 são mulheres - 40% de representação.

Por si só, esse é um fato relevante, tendo em vista que, no Brasil, os nossos espaços de representação política não ultrapassam 10% em todas as Casas Legislativas. Um dos nossos grandes desafios é ter mais mulheres ajudando a pensar este imenso País, dando a nossa contribuição. A ausência feminina cria um déficit democrático, e isso desqualifica a nossa democracia, não só porque somos a maioria da população, 52%, mas também porque estamos presentes em todas as atividades econômicas, de representação, de participação na sociedade, em diversas profissões, e exercemos bem essas atividades. Já mostramos que temos condições de ocupar diversos espaços, mas, quando chegamos à política, aos espaços de poder, há uma barreira intransponível. Eu acredito que muito disso tem a ver também com o nosso modelo eleitoral, com a nossa exclusão dos comandos partidários - aliás é onde começa a nossa exclusão - e também com o preço das campanhas políticas no Brasil, o que acaba afastando a mulher não só de ser candidata, mas também e principalmente de ser vitoriosa nas eleições.

Quero aqui ressaltar que o PPS, ao longo da sua história, sempre teve compromisso com o empoderamento das mulheres, com a participação das mulheres, e considera que não é possível resolvermos esses grandes problemas do nosso Brasil excluindo a sua metade feminina. Então, esses 40% de participação feminina são um sinal de que o nosso partido, o PPS - e, como eu disse, estou nele há 34 anos, Sr. Presidente -, tem um compromisso com a participação das mulheres no âmbito do partido, mas também na sociedade e agora, como se comprovou na disputa eleitoral, também tem privilegiado as mulheres. Quero ressaltar que foi, com muito prazer, que fiz parte da bancada que tinha as Deputadas Eliziane Gama, Pollyana Gama e Carmen Zanotto, bravas companheiras deste Parlamento que desempenham com muita dedicação e compromisso a sua função de representar a cidadania, a democracia, os interesses maiores da Nação, além de lutar pelas causas das mulheres brasileiras.

Entre essas causas, nós destacamos o combate à violência doméstica, que é um carma do nosso País. Apesar de todos os mecanismos da Lei Maria da Penha, das campanhas que nós fazemos, dos mecanismos de proteção que a lei trouxe, nós sabemos que cotidianamente ainda vivenciamos uma realidade de muita desigualdade.

A nossa bancada, junto com a bancada feminina, tem se dedicado também, com muita garra, a criar melhores condições para que as mulheres tenham mais igualdade na sociedade como um todo. Aproveito para citar também o Deputado Rubens Bueno, ex-Líder da bancada, que é muito respeitado aqui pela sua dedicação ao Parlamento, por sua experiência. Cito ainda os Deputados Marcos Abrão, Alex Manente, Arthur Oliveira Maia, que, inclusive, é o Relator de uma matéria importante que está nesta Casa para ser debatida, apreciada e votada: a reforma da Previdência.

Quero, então, agradecer a toda a bancada pela acolhida. Quero agradecer à assessoria que gentilmente está aqui nos prestigiando

neste dia em que muitos Deputados já retornaram para os seus Estados, para as suas bases eleitorais. Agradeço a todas e todos por terem me feito sentir quase em casa, por terem me dado orientação, pela presteza, pela dedicação, pelo carinho com que responderam às minhas demandas de assessoria técnica. Muito obrigada.

Digo aos que estão nos ouvindo que, apesar de ter estado aqui por apenas 4 meses, eu creio que cumpri bem o meu papel. Penso que os eleitores que votaram em mim acreditavam que eu pudesse ter essa dedicação, talvez por já ter tido uma experiência anterior. Eu sempre fui uma militante política das causas sociais, da causa democrática, sempre considerei que o maior legado que tenho a deixar é exatamente essa minha dedicação ao nosso País e a luta também por um Brasil com mais possibilidades para o ser humano viver com mais igualdade.

Desde a Constituição de 1988, luto pela causa das mulheres. Nós lutamos bravamente para que tivesse essa igualdade na lei. Nós estamos vendo que agora que temos que ter igualdade na prática e na vida. E nós continuaremos lutando.

Eu tenho uma experiência antiga no Executivo de Belo Horizonte, que é a cidade em que eu moro, que me acolheu quando lá cheguei para ser estudante. Eu sou formada em biologia e, há vários anos, venho exercendo cargos importantes na cidade de Belo Horizonte, na Prefeitura de Belo Horizonte e também como Vereadora da nossa capital, onde há problemas do Poder local que nos desafia no dia a dia para encontrar soluções.

Quero dizer, Sr. Presidente, com muita honra, mas também lamentando que até hoje eu fui a única Presidente do Legislativo municipal. Fui eleita Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte para o período 2009-2010, pela unanimidade dos meus pares. Por um lado, isso me honra muito; mas por outro lado me entristece, porque, em seus 117 anos de existência, até hoje somente uma mulher presidiu o Legislativo municipal. E, nessa condição, eu também fui Prefeita por uns dias. Eu fui Prefeita interina, ao assumir a Prefeitura de Belo Horizonte também como a única mulher até hoje. Fui Deputada Estadual por um mandato e sou Dirigente Nacional do PPS. E está aqui o nosso Presidente, o Deputado Roberto Freire.

**O Sr. Roberto Freire** - Permite-me um aparte, Deputada?

**A SRA. LUZIA FERREIRA** - Com muita honra, Presidente.

**O Sr. Roberto Freire** - Eu tive a grata satisfação hoje pela manhã de ter participado de uma sessão em que V.Exa. presidiu os trabalhos. Eu percebi nisso uma forma de a Câmara dos Deputados homenageá-la nesse dia da sua despedida, que eu espero seja por pouco tempo. Na próxima Legislatura, quem sabe V.Exa. venha para cá e permaneça brindando, com a sua competência, os trabalhos desta Casa tão necessitada de quem tem espírito republicano, de quem tem espírito público como V.Exa. Neste momento, junto com a bancada do PPS, V.Exa. nos ajudou a pensar em como enfrentar a crise econômica, política e até moral que o Brasil vive, em como solucionar o problema com propostas que ajudem a sociedade a fazer política, a respeitar a

política e a democracia representativa, que está sendo agredida com essa ideia do distritão, com a indignidade de um momento de crise econômica, de ajuste fiscal, com a invenção de um fundo a mais para financiar partidos políticos em um processo eleitoral. V.Exa. contribuiu muito para o pensamento do PPS contra essas invencionices. Nesse sentido, quando V.Exa. fazia a apresentação do partido, ouvi quando fez uma referência a mim, dizendo que há longo tempo temos convivência. Eu não queria usar a expressão "longo" (*riso*), mas estava pensando um pouco como eu poderia dizer isso. De fato, é um longo tempo de militância que tivemos juntos, que fez com que me ensinasse a respeitá-la muito. Eu gostaria de dizer a V.Exa. que nós do PPS lamentamos não continuar, nesta Casa, neste momento tão importante, com a sua contribuição, mas sei que estará na Executiva Nacional do partido, contribuindo para que pensemos melhor no Brasil. Muito obrigado pela sua presença aqui.

**A SRA. LUZIA FERREIRA** - Obrigada, Deputado Roberto Freire.

V.Exa. é o nosso mestre aqui na política, a nossa referência pela sua dedicação às causas públicas durante toda a sua vida. Sabemos que V.Exa. é um dos formadores de opinião aqui do Congresso Nacional. Sempre foi muito respeitado pelo que diz e, quando vai a Minas, V.Exa. sabe que é sempre muito aplaudido, muito respeitado. V.Exa. é hoje uma liderança, não só do PPS, mas acho que também de todos os democratas que acreditam que este Brasil tem futuro, tem chance e pode ser melhor.

Nos seus longos anos de vida pública, sei que se dedicou incessantemente a construir este Brasil, que é o nosso sonho, com mais igualdade, com mais democracia, com mais respeito ao ser humano, com mais oportunidade para todos. Então, conte comigo nesta caminhada.

**O Sr. Roberto Freire** - Eu gostaria de fazer um ligeiro acréscimo, apenas para ressaltar que o povo mineiro, o povo da Capital Belo Horizonte conhece bem tudo aquilo que eu tentei aqui rapidamente dizer, com relação à sua competência como Parlamentar. V.Exa. foi uma excelente Vereadora, inclusive, presidiu a Câmara Municipal com muito brilhantismo, e foi uma excelente Deputada Estadual. Eu gostaria apenas de salientar isso e parabenizar o povo mineiro.

**A SRA. LUZIA FERREIRA** - Obrigada.

Eu estou vendo a presença da assessoria do Deputado Mário Heringer. Nesses 4 meses nós dividimos o gabinete. Muito obrigada pelo apoio, Roseane, Denise. Agradeço também ao Daniel, que não está aqui, e ao Rubens. Essas pessoas do gabinete, desde que cheguei, ajudaram-me muito, acolheram-me e apoiaram-me. Eu sou muito grata pelo carinho e pela ajuda diária de vocês, o que me permitiu exercer bem os meus 4 meses de mandato.

Sr. Presidente, quando eu cheguei, fiz opção de entrar em duas Comissões com as quais eu tinha muita afinidade. Uma delas é a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, da qual V.Exa., Sr. Presidente, também faz parte. Eu acho que o nosso desafio hoje é dar efetividade às diretrizes e às propostas do Estatuto do Idoso.

O Brasil é um país que caminha rapidamente para ter uma população acima de 60 anos muito expressiva. Ela já é expressiva, mas, dentro dos próximos 20 anos, haverá milhares de idosos neste País, e ela se igualará, com certeza, à população de crianças e adolescentes. Só que o Brasil não se preparou com políticas públicas para essa população. O Estatuto do Idoso trouxe várias diretrizes e direitos, mas agora é necessário haver investimentos, como houve em toda a rede de proteção à criança e ao adolescente no Brasil, que foi construída com muita luta de todos os segmentos, inclusive com determinação constitucional, como, por exemplo, destinar pelo menos 25% das receitas para a educação.

Mas nós sabemos que o idoso também precisa dessa rede de proteção, seja para a saúde, para as instituições de longa permanência, para o acolhimento, para a criação de oportunidades de cultura, de lazer, de entretenimento, seja até para alguns voltarem ao mercado de trabalho, porque, com esse envelhecimento, daqui a pouco tempo o Brasil não vai poder prescindir de quem tem experiência e vivência de longos anos.

Então, participei da Comissão do Idoso, que é uma Comissão muito atuante na Casa, e fui Relatora de projetos de lei para melhorar o nosso Estatuto, dando-lhe mais efetividade.

E também escolhi a Comissão de Cultura, Deputado Roberto Freire - e V.Exa. esteve recentemente na condição de Ministro da Cultura. Como Deputada Estadual, durante 4 anos eu integrei a Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A cultura no Brasil tem um dos menores orçamentos, em qualquer nível que analisarmos, seja no Município, no Estado ou na União. Normalmente, 0,5% das receitas são aplicadas na cultura, e, mesmo assim, em momentos de crise, é uma das primeiras Pastas a serem contingenciadas.

Eu fiz essa opção porque acho que a cultura é uma política tão relevante como a assistência social, como a saúde, como a educação. Ela faz parte da construção da cidadania. Ela também gera empregos, gera renda. A economia criativa emprega milhares de pessoas no Brasil e precisa ter um sistema em rede. É preciso consolidar o Sistema Nacional de Cultura, para que a cultura possa se afirmar como uma política relevante para o País e para os cidadãos.

Eu queria dizer que fiquei triste por não ter votado ontem a reforma política, porque eu queria ter marcado também a minha passagem aqui votando, junto com a nossa bancada, contra o distritão, contra o fundo eleitoral, esse fundo bilionário.

Acho que isso vai na contramão do que a sociedade espera do Parlamento. A sociedade quer mais identidade com seus representantes. Portanto, sou contra as campanhas caras, milionárias, que muitas vezes terceirizam a busca do voto. A pessoa vota sem nem saber em quem está votando - não há o debate de ideias. Acho que a população rejeita essas campanhas.

Sobre o distritão, ao se personalizar, ao se criar o ambiente do voto no Estado todo, ele vai encarecer as campanhas, vai personificar o voto, vai dificultar o debate de ideias e essa identidade com o eleitor, com o



eleitorado. Então nós votamos com a consciência de que isso pode também dificultar a renovação e excluir a representação das minorias. Não é aquele sistema que nós acreditamos que a população está esperando deste Parlamento, assim como o fundo de 3,6 bilhões de reais para financiar as campanhas.

Eu acho que nós tivemos um modelo - o Deputado Roberto Freire fala sempre isso - das campanhas de 2016 para prefeitos e vereadores, em que não aconteceu o financiamento privado de campanha. É claro que as eleições municipais são menores, mas nós poderíamos ter um recurso moderado, que pudesse incrementar os fundos partidários para dar conta de uma campanha para presidente e governador, mas não esse fundo, como eu disse, num momento de crise, de desemprego, de falta de recursos para a saúde e para a educação. Outro dia vi uma reportagem que mostrava que 3,6 bilhões é maior do que o Orçamento de sete Ministérios que têm políticas públicas relevantes. Então isso não se justifica. A cidadania não entende. Tem muita razão a população de se manifestar.

Eu quero aqui me irmanar com o partido, parabenizá-lo, e também parabenizar a nossa bancada, por estar somando vozes contra todos aqueles aqui que estão rejeitando essa maquiagem no processo eleitoral como se fosse uma reforma.

Quero também dizer que fui integrante da Comissão que discutiu um aspecto da reforma política. Nessa reforma, sim, acho que poderemos ter o avanço que a sociedade espera: o fim das coligações proporcionais, para haver mais identidade de representação partidária; e também uma cláusula de desempenho, para ter acesso ao fundo partidário.

Nós também não queremos matar os partidos pequenos, inclusive aqueles que têm a sua ideologia. A bancada do PPS propôs uma transição, e foi acatada pela Relatora, para atingir os 3% de votos nacionalmente, a fim de permitir que os partidos se organizem. Acho que essa é uma conquista importante, tendo em vista que há um clamor geral da sociedade, quanto a essa questão do excesso de partidos.

Mas eu sempre digo que tudo o que está acontecendo no Brasil e que causa essa indignação não é fruto de ações de pequenos partidos, mas de todos os grandes partidos que governaram o Brasil nos últimos 30 ou 20 anos. Eles são os protagonistas dessa crise geral que o Brasil está atravessando - econômica, política, ética e ainda uma crise de desconfiança nas instituições.

Eu queria dizer também que o meu mandato aqui me permitiu realizar emendas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Privilegiei diretrizes para apoiar a manutenção e a conservação das Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPI, diretrizes para que 10% do Fundo Penitenciário Nacional fossem destinados a entidades socioeducativas de crianças e adolescentes infratores. Além disso, criei diretrizes para que tivéssemos mais segurança no País, privilegiando a instalação de câmeras de vigilância nos grandes centros urbanos que têm violência. Apresentei, ainda, dois projetos de lei: um que cria melhores condições

de monitoramento do grau de resíduos de agrotóxicos, que contaminam os alimentos das nossas mesas diariamente; e outro que modifica a Lei Rouanet, para descentralizar e garantir uma parte da aplicação desses recursos de forma igualitária para todas as regiões do Brasil.

Hoje o financiamento das atividades culturais fica concentrado no Sudeste, especialmente no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. As iniciativas mais populares do nosso artesanato, do nosso folclore e das tradições que cada Estado tem, muitas vezes, não conseguem acessar esses recursos. Acho que uma política pública tem que também criar condições de democratizar o acesso a esses recursos da Lei Rouanet. E as emendas impositivas, em que gentilmente a bancada me incluiu no mesmo patamar dos demais Deputados, com prioridade, conforme diretriz, na saúde de Minas Gerais, para custeio dos hospitais filantrópicos e públicos e, na segurança pública, para distribuição de viaturas para as Polícias Militar e Civil.

Eu queria também, atendendo a um pedido, fugindo um pouquinho do balanço que eu fiz aqui brevemente e agradecendo a todos, à Casa, à Presidência da Casa e a V.Exa., que no momento representa a Mesa, chamar a atenção para o mercado de fertilizantes no Brasil.

Há uma demanda no Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE sobre um assunto que atinge, inclusive, empresas do interior de Minas. O mercado de fertilizantes é mais ou menos dividido: 50% são empresas nacionais de pequeno e médio porte - Minas Gerais tem várias empresas neste segmento; e 50% são de apenas duas empresas estrangeiras, a empresa Yara, que é norueguesa, e a empresa Mosaic, que é americana.

Há um processo de venda da usina de componentes da Vale para a produção de fertilizantes exatamente para essa empresa americana. E esse processo está no CADE para ser avaliado.

Eu queria chamar a atenção, exatamente em nome das empresas de Minas, que são importantes, porque haverá um grande desequilíbrio no mercado. A Mosaic passará a ser fornecedora de insumos, vendedora de insumo, mas também concorrente na produção e comercialização de fertilizantes. Essa concentração romperia inclusive os saudáveis mecanismos de concorrência da iniciativa privada, porque traria uma concentração e um poder absoluto de definir o preço dos insumos nas mãos de uma das concorrentes.

O Brasil se destaca com a sua produção agropecuária. Portanto, preços abusivos e concentração no mercado dos insumos, que garante a nossa produção agropecuária, seria extremamente perigoso inclusive para o controle de preços de mercado.

Então, eu quero chamar a atenção do CADE, para que, com justiça às empresas brasileiras, tenha muita atenção na hora de tomar essa decisão.

Era só isso o que eu queria dizer, Sr. Presidente. Agradeço a V.Exa., agradeço a todos os que estão aqui nos dando o prazer da assistência. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Angelim) - Muito obrigado, Deputada Luzia

Ferreira. Que seja breve a sua ausência e que V.Exa. retorne brevemente a esta Casa, porque vai fazer muita falta, especialmente na Comissão do Idoso, onde V.Exa. teve um papel destacado. Muito obrigado.

---

Documento 210/516

---

220.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	17/08/2017- 16:21
Publ.: - 18/08/2017 - 172	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Necessidade de realização de ampla reforma política. Defesa da extinção de coligações partidárias nas eleições proporcionais. Apoio à criação de nova cláusula de barreira e ao financiamento público de campanhas eleitorais com valores reduzidos. Contrariedade à adoção do sistema eleitoral chamado distritão e do regime parlamentarista de governo.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

Quero cumprimentar as Deputadas e os Deputados que aqui estão e cumprimentar todas as cidadãs e todos os cidadãos brasileiros que acompanham esta sessão de quinta-feira à tarde.

O que me traz à tribuna, Deputada Erika Kokay, Deputado José Fogaça, é a análise do que estamos debatendo e pretendemos votar como reforma política no País.

O que tem ocorrido, invariavelmente, com o Parlamento brasileiro é que não consegue votar uma reforma política estrutural e efetiva para mudar o sistema político brasileiro. Há uma tendência conservadora na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Uma maioria de Deputados e Senadores trabalha muito para preservar regras que, na visão desses Parlamentares, beneficiam a sua própria reeleição.

Por isso, a minha primeira frase é um reforço pleno à luta que os brasileiros devem empreender para exigir deste Parlamento que permita ao povo brasileiro eleger uma Constituinte exclusiva e específica para fazer a reforma política, ou seja, que lhe permita a eleição, por exemplo, de 257 Constituintes, com mandato de 1 ano, para alterar o sistema político e eleitoral do nosso País. Esses Constituintes não poderiam e não deveriam concorrer a nenhum cargo

público nos 5 anos seguintes. E a lei votada por eles nessa Constituinte seria referendada ou não pelo povo brasileiro, para, aí sim, de fato, fazermos uma reforma profunda, de que precisa o sistema político do País.

De qualquer modo, eu tenho trabalhado neste plenário para que nós consigamos, Deputada Erika, votar algumas alterações que melhorem a próxima eleição. Por exemplo, o fim da coligação na eleição proporcional e uma cláusula de barreira adequada como esta que está se desenhando, de 1,5% dos votos em pelo menos nove Estados. Ao votarmos esta proposta de reforma - e eu espero consigamos votar pelo menos parcialmente na semana que vem -, algumas questões são fundamentais. É sobre elas que eu quero me debruçar nesta breve fala, como a questão do dinheiro na política.

O mundo inteiro debate a questão do financiamento da democracia e do dinheiro na política. E qual é a regra de ouro, na minha opinião, sobre o poder econômico, o poder financeiro e o dinheiro na política? Quanto menos dinheiro na democracia e nas eleições, melhor, para que se ressaltem as ideias, os projetos, as histórias de vida dos candidatos. Nós precisamos de uma eleição barata, com tetos de gasto baixos.

Por exemplo, não há motivo para que não se cortem, Deputada Erika, pelo menos 30% da média do que custou a eleição de 2014. Por exemplo, para Governador do Rio Grande do Sul, quanto gastaram os dois candidatos mais votados? Somem, dividam por dois: corte de 30%. Para Deputado Federal, não é aceitável um teto de 2 milhões e 500 mil reais, como está propondo o Relator e querem alguns setores nesta Casa. O teto deve ser estadualizado e deve ser 30% mais baixo do que custou a campanha de 2014.

O tema central de uma eleição é a igualdade entre os candidatos. Tetos elevados significam que as diferenças entre candidatos continuarão.

Deputado José Fogaça, há um movimento de alguns setores da Casa, que falam pelos corredores, o movimento chamado "*Volta, Odebrecht. Volta, JBS. Volta, OAS*". Esses setores querem o dinheiro empresarial de novo em campanhas eleitorais, o financiamento de empresas que, de forma soberana, de forma absolutamente qualificada, o Supremo Tribunal Federal decidiu que é inconstitucional. Por que é inconstitucional? Porque gera uma desigualdade profunda no processo eleitoral, porque quebra a regra de que o brasileiro é um voto, porque aqueles que têm milhões para financiar a campanha influenciam mais do que milhões de eleitores.

A questão do financiamento empresarial tem a ver com a corrupção, sim, porque é uma das variáveis mais fortes a gerar corrupção, porque gera desigualdade, faz com que candidatos que representam o campo popular tenham pouca chance de se elegerem e quem representa grandes interesses econômicos tenham mais chance. É o que se chama de um Parlamento e de uma democracia controlados pelo poder econômico.

Então, eu digo desta tribuna: não retomem o debate sobre dinheiro

empresarial em campanhas. A democracia brasileira será muito melhor sem o financiamento empresarial.

Outra questão importante é a seguinte: como vamos financiar a campanha? A campanha deve ser mais barata? Devemos reduzir, e muito, o dinheiro em relação ao que foi gasto na campanha anterior? Agora ela deve ser financiada de forma republicana e transparente. Eu venho a esta tribuna para dialogar de forma não demagógica com o povo brasileiro. Eu defendo o financiamento de pessoas físicas, em baixo valor. O cidadão eleitor que apoia um candidato vai doar 100 reais, 500 reais, mil reais alguns. Mas tem que haver um financiamento de fundo público, de valor adequado. É mentira quando dizem que Joesley, da JBS, ao doar milhões de reais para influenciar na formação deste Parlamento, estaria doando dinheiro dele. Não se iluda, povo brasileiro. Quem paga o financiamento empresarial é cada cidadão quando vai ao supermercado comprar um pacote de carne da JBS ou quando paga uma obra superfaturada feita pela Odebrecht.

Eu quero um financiamento mais barato e transparente, que corte canais da corrupção e que não faça da eleição uma guerra financeira em que grandes empresários vêm aqui contribuir e financiar a eleição para controlar decisões que beneficiam a eles, com bilhões e bilhões de reais, que valem 10 vezes, 20 vezes ou 30 vezes mais do que o fundo público que pode financiar de maneira republicana a eleição. Essa é a verdade que o Brasil precisa enfrentar. Ou alguém gostou do financiamento da Odebrecht? Diria alguém: "*Mas isso foi a Odebrecht*". Não. Fomos todos nós brasileiros. Não há nem 1 centavo que financie eleição que não seja pago por cada um dos brasileiros. Deputada Erika, a outra questão que eu quero ressaltar é que o sistema eleitoral não pode ser o distritão. O distritão é o sistema dos mais poderosos. O distritão é o sistema que garante a reeleição de quem já está aqui ou a troca de alguns que estão aqui por hipercelebridades que não têm nenhum envolvimento com a democracia, com a participação na política.

Obviamente, eu não tenho nem poderia ter nenhum preconceito contra qualquer profissão, qualquer trabalho, mas nós precisamos de partidos que tenham solidez programática. Ou alguém conhece uma democracia, em países de democracia mais madura, que seja feita contra os partidos políticos?

Por exemplo, Deputado Fogaça, se o distritão for aprovado, no meu Estado do Rio Grande do Sul, com 31 vagas em disputa, quantos candidatos teremos? Quarenta, 45. O eleitor vai ser convidado para uma falsidade. Ele não terá nem o que escolher, porque os partidos vão colocar só aqueles que efetivamente têm chance de estar entre os mais votados.

Nós temos que continuar buscando uma alternativa melhor de sistema político. Eu me posiciono: o sistema precisa ser proporcional, para que 100% dos eleitores formem o Parlamento, para que as minorias tenham chance de se eleger.

Por exemplo, eu estou aberto para discutir o voto distrital misto alemão, não esse que separa metade das vagas para distrito e metade para

lista, mas aquele que prevê o voto duplo do cidadão, segundo o qual o primeiro voto escolhe um projeto, um partido, e o segundo voto escolhe um candidato dentro do seu distrito. Mas o tamanho das bancadas é definido pelo primeiro voto. Portanto, o Parlamento fica totalmente ou quase totalmente proporcional, com mais de 95% de proporcionalidade. O partido A fez 20% dos votos? Tem 20% das vagas. O partido B fez 10% dos votos? Tem 10% das vagas. Utiliza-se o componente distrital para preencher algumas dessas vagas.

Agora, mudar o sistema atual para o distritão é realmente transformar a política brasileira. Hoje existem 30 partidos representados aqui, e com o distritão seriam 513 partidos, porque cada Deputado será um único Deputado.

Sr. Presidente, quero debater aqui rapidamente a nova fase do golpe que foi dado para retirar a Presidenta Dilma Rousseff da Presidência da República. A nova fase do golpe é distritão com parlamentarismo. O Parlamentarismo, no Brasil de hoje, Presidente Izalci, significaria colocar Eduardo Cunha como Presidente da República. Isso é parlamentarismo no Brasil. Nós não estamos debatendo teses aqui. Estamos numa democracia real, numa democracia que os brasileiros conhecem. O parlamentarismo serviria para anular o poder do voto dos brasileiros. Fazem aqui dentro do Parlamento um conchavo, o mesmo conchavo que levou Eduardo Cunha a presidir a Câmara, e aí ele salta direto para a Presidência da República. Michel Temer já teria sido Presidente da República por 4 anos com o parlamentarismo. Então, defendo uma reforma política profunda e o respeito ao voto direto do cidadão, a manutenção do sistema presidencialista e a eleição de um Congresso que tenha legitimidade, que não esteja controlado pelo poder econômico, como é o caso do Congresso atual, que, vergonhosamente, votou para salvar Michel Temer.

---

Documento 211/516

---

220.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	17/08/2017- 16:33
Publ.: - 18/08/2017 - 175	JOSÉ FOGAÇA-PMDB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador contrário à proposta de criação de fundo público para financiamento de campanhas eleitorais e de adoção do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Acredito que estamos vivendo um momento de grande turbulência política e doutrinária nesta Casa em função das mudanças que estão sendo propostas pela Comissão Especial da Reforma Política. O Congresso Nacional, mormente a Câmara dos Deputados, está perdendo, pela segunda vez, uma extraordinária oportunidade de fazer uma efetiva, verdadeira e profunda reforma política neste País. Há 2 anos, fizemos uma reforma também pífia, absolutamente desqualificada, sem profundidade, uma reforma superficial que pouco mudou no *status quo*, e agora propomos duas coisas absolutamente intragáveis, inaceitáveis: aumentar enormemente os recursos públicos destinados aos partidos políticos e às campanhas eleitorais e criar um modelo, um sistema eleitoral que tem três características muito ruins. Em primeiro lugar, é um sistema com baixa densidade democrática, com baixo nível de escolha - o direito de escolha se apequena, restringe-se, no distritão. Em segundo lugar, é o sistema mais caro, mais custoso entre todos os modelos conhecidos. Os dois modelos ou sistemas eleitorais mais baratos, de menor custo, são o sistema de lista fechada, em que a campanha eleitoral se faz em torno do partido, e o sistema distrital tradicional, em que o distrito é uma circunscrição geográfica pequena, como na Inglaterra, por exemplo, como nos Estados Unidos, onde esse sistema vigora plenamente, puro. Na Inglaterra, um candidato a Deputado do Parlamento inglês faz a sua campanha a pé. Ele não precisa nem de automóvel, porque ele lida no âmbito, na circunscrição de um número reduzido de eleitores, facilmente atingíveis, contatáveis pela ação física, pela visita pessoal, de modo que o gasto de um candidato a Deputado é muito reduzido. O distritão é ruim não só porque é caro, não só porque tem baixo direito de escolha, mas também porque gera ingovernabilidade. Como cada Deputado será eleito por si mesmo, independentemente de partido, independentemente de qualquer aura coletiva, como qualquer candidato se elege pela força dos recursos que ele próprio amealha, nós vamos ter aqui Deputados que serão donos de si mesmos, donos do seu mandato, donos de sua vontade política de maneira individualista e, obviamente, não respeitarão o pensamento coletivo, de nível partidário. Pobre do Presidente da República que vier a ter que governar o Brasil após o distritão. Em cada votação terá que negociar, não com as bancadas, mas com cada Deputado, um por um, sofredamente, dolorosamente, muitas vezes de maneira pouco recomendável. Então, Sr. Presidente, não posso deixar de fazer o registro de que a minha posição é totalmente contrária ao chamado sistema distritão como método eleitoral para o Brasil. Obrigado.

---

220.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	17/08/2017-16:39
Publ.: - 18/08/2017 - 176		ERIKA KOKAY-PT -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

---

### ***Sumário***

Elevado contingente de trabalhadores desempregados no País. Agravamento da crise econômica brasileira. Prática de corrupção pelo Governo Michel Temer. Apoio do PT ao financiamento público de campanhas eleitorais com valores reduzidos. Aplausos à Deputada Maria do Rosário pelo ajuizamento de ação contra Deputado por apologia ao crime de estupro. Defesa de ampliação da representatividade feminina no Parlamento brasileiro. Contrariedade à adoção do sistema de voto distritão. Descaso do Governo de Brasília com a saúde pública. Denúncia de prática, pelo Governo Rodrigo Rollemberg, de assédio moral contra servidores e servidoras do Hospital de Base. Incompetência administrativa do Governo do Distrito Federal.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,** o último indicador do IBGE de que se tem notícia aponta que há no Brasil 26,3 milhões de trabalhadores e trabalhadoras que estão desempregados ou subempregados. Grande parte dos desempregados neste País buscam, de alguma forma, ter algum tipo de rendimento e acabam partindo em busca de um trabalho absolutamente informal, portanto, sem qualquer tipo de proteção. Nós vivenciamos um índice de desemprego que nunca foi visto antes na história deste Brasil.

Eu me lembro de vários discursos aqui, quando se impetrou esse golpe à democracia, com o *impeachment* de Dilma Rousseff, sem que ela tenha cometido qualquer tipo de crime de responsabilidade, em que se dizia que era preciso estancar o desemprego, que chegava a 11 milhões de desempregados. Hoje, são mais de 14 milhões de trabalhadores e trabalhadoras desempregados ou subempregados. E alguns vêm aqui dizer que o País está se recuperando. Como o País está se recuperando, se nós temos a destruição das universidades que concentram a pesquisa neste País, se nós temos um caos dos mais profundos na saúde, se nós temos uma carga tributária que o Governo não teve qualquer tipo de pudor em rasgar o seu próprio discurso e aumentá-la, ao elevar o imposto sobre os combustíveis. Quando se eleva o imposto sobre os combustíveis, isso tem repercussão imediata no consumo, nos produtos que serão consumidos pela população. Nós estamos vendo o Brasil ser transformado em tiras e ser vendido. Como é possível colocar em discussão a possibilidade de venda de todo o Sistema ELETROBRAS? Como vamos poder ter este País



desenvolvido, se nós tivermos sob a égide do lucro a energia, que é tão estruturante para o desenvolvimento industrial, para o desenvolvimento agrícola, para o desenvolvimento social, para o desenvolvimento econômico? Naqueles rincões onde a energia é mais cara, num sistema integrado, num país continental, há o subsídio cruzado, e isso será eliminado, porque a égide será a do lucro.

O Brasil vivenciou um processo de privatização que não se refletiu em seu próprio desenvolvimento. Nós estamos vivenciando a entrega da PETROBRAS e a eliminação, de fato, do emprego, do conteúdo nacional daquela empresa. A PETROBRAS gerou por volta de 70 mil empregos, apenas na indústria naval, durante o Governo Lula. E, por falar nisso, durante os 8 anos do Governo Lula, tivemos superávit primário. Esse superávit primário que o Governo atual, golpista, disse que iria implementar, mas que, em verdade, o que fez foi aumentar o rombo fiscal. A expectativa é de que, até 2020, nós tenhamos um déficit por volta de 800 milhões. O Governo calculou um déficit de 139 bilhões. E agora esse déficit está superado. O Governo está se rendendo a essa meta. Ele será maior! Ele será maior este ano, ele será maior no próximo ano. E o Orçamento brasileiro está completamente aprisionado, com o pagamento dos serviços da dívida. A taxação sobre o patrimônio no Brasil não chega à metade da taxação que é feita nos Estados Unidos ou na Coreia do Sul, ou seja, taxa-se o consumo e taxa-se a renda do trabalhador e da trabalhadora. É um País que tem uma política tributária em que bancos pagam menos impostos do que o trabalhador que ganha 5 mil reais. Há rendimentos e juros que não são taxados. Isso só existe no Brasil! Não existe isso em mais nenhum lugar do mundo.

E nós estamos vivenciando a corrupção explícita, a compra explícita de votos. Não há mais pudor. Não há mais pudor! O absurdo se mostra desnudo; o absurdo assoma às tribunas; o absurdo assume os microfones; o absurdo é estampado nas páginas dos jornais. Lembro-me de um poema de Maiakóvski que diz: *"Fiz ranger as folhas de jornal (...) subiu um cheiro de pólvora"*. E eu diria: de pólvora e de lama deste Governo. Este Governo que recebe na calada da noite um empresário; depois de negociações com este empresário, aparece alguém com uma mala de 500 mil reais. Uma mala! E se diz: *"Não se sabe para onde foi a mala"*. Eu digo que isso não importa. Esta propina foi construída no Palácio do Jaburu, foi construída com Michel Temer, que possibilitou a entrada de um empresário que disse que somente ele contribuiu com mais de 800 milhões para as campanhas.

Se nós passearmos pela Odebrecht, vamos ver que foram 10 bilhões, ao longo de anos, no financiamento de campanhas.

E alguém aqui me diz que não há recursos públicos sendo implementados nas campanhas eleitorais. Estimam-se, no Brasil, 200 milhões de recursos para a corrupção e, grande parte dela, é para financiamento eleitoral, em que se financiam os mandatos, muitas vezes, de forma ilícita e se controla o Parlamentar. Ou não é isto o que nós vamos vivenciar aqui?

Muitos assomam à tribuna contra o financiamento público, porque

querem a volta do financiamento privado. Este financiamento privado que faz com que as proposições que digam respeito a grupos empresariais tenham supremacia nesta Casa, e não os trabalhadores e trabalhadoras.

É óbvio que nós queremos diminuir o custo com as campanhas. E tem mesmo que ser diminuído, além de se estabelecer um teto para a contribuição de pessoas físicas. Não há sentido haver campanhas dessa magnitude, inclusive campanhas que são municadas e alimentadas com recursos ilícitos, que são pagas pelo povo brasileiro. Não é isso o que nós estamos vendo na Odebrecht, em que o financiamento de campanhas se deu em troca de superfaturamento? Quem pagou? A população, mas de forma escusa, subterrânea. Por isso, o Partido dos Trabalhadores sempre defendeu o financiamento público. Se o financiamento é público, é o público que tem que cobrar os mandatos, e não os empresários, não aqueles que alimentam as campanhas para dominar os próprios mandatos. Mas não é só isso, se não se estanca esse sistema de financiamento ilícito de campanhas, se não se dá transparência a isso, nós não vamos ter controle, e os Parlamentares eleitos serão cada vez mais fruto dos recursos ilícitos e de uma corrupção que todos os dias sangra a República e sangra a democracia, estampando-se de forma desnuda nas páginas de jornais.

É óbvio que nós temos que mudar o sistema de financiamento, porque o que estamos vendo é um sistema corrompido, corrupto, que vai fazer com que essa corrupção se instale e se sente nessas cadeiras. Aqueles Parlamentares que muitas vezes são contra o financiamento público querem a volta do financiamento empresarial, que foi negada pelo Supremo. E foi negada porque é desigual, porque não é a vontade do eleitor que conta, mas a capacidade de financiamento das próprias campanhas. É preciso romper com isso, para que tenhamos um Parlamento que nos represente, um Parlamento que não seja essa condição explícita de uma lógica fascista.

Como é possível dizer que há democracia, quando desta tribuna um Parlamentar faz apologia do estupro, como fez para atacar a Deputada Maria do Rosário? A Deputada Maria do Rosário representou todas as mulheres brasileiras ao buscar reparação judicial, ao dizer que é crime fazer apologia do estupro e que nós mulheres não podemos nos calar num País onde se estima que meio milhão de mulheres sejam estupradas por ano. Oitenta e cinco por cento das mulheres brasileiras têm medo de violência sexual. Se são mulheres mães de meninas, elas têm medo dobrado; têm medo de que suas filhas não voltem para casa como saíram.

Portanto, é importante que possamos homenagear a coragem da Deputada Maria do Rosário, que foi à Justiça. E a decisão do Superior Tribunal de Justiça estabeleceu que havia crime na posição de um Deputado que acha que estupro é prêmio e que deve haver punição para isso.

Estupro é negar à mulher o seu próprio corpo. Aliás, corpos que estão em eterna disputa, porque homens quando nascem já são donos do

seu corpo, e as mulheres têm que ter domínio sobre os seus próprios corpos e lutar para que eles lhes pertençam e não sejam considerados coisas, coisas e coisas.

Por isso, a importância de nessa reforma política também enfrentarmos a sub-representação feminina e construirmos um País realmente democrático. Neste sentido, nós achamos absolutamente fundamental que não tenhamos a aprovação do distritão, porque o distritão tende a reproduzir a eleição dos que aqui já estão neste Parlamento, que é pacto de bengalas, pacto de casacas, pacto de cartolas.

Nós precisamos transformá-lo na representação do povo brasileiro, para que dele não saia a destruição de direitos através da reforma trabalhista ou da reforma da Previdência, para que dele não saia um Brasil que não cabe todo mundo, um Brasil que exclui e volta a naturalizar a fome e a miséria, como estamos vendo no Distrito Federal.

No Distrito Federal nós temos um desgoverno - um desgoverno! -, que pega o maior patrimônio que nós temos, que é o nosso sistema de saúde, e o destrói. Foram 60 mortes evitáveis apenas no Hospital do Gama, diz o relatório da Frente Única da Enfermagem.

Há uma discussão sobre o assédio moral que está sendo implementado no Hospital de Base, que foi entregue para uma organização. Aprovou-se a terceirização e se quer forçar os servidores e servidoras a saírem do hospital para ali colocar aqueles que são amigos do Governador, sem concurso público.

Os servidores e servidoras do Hospital de Base fizeram e fazem uma grande campanha quando dizem: *"Eu fico! Eu fico neste hospital por compromisso à saúde e ao SUS! Eu fico neste hospital por compromisso com o Hospital de Base! Eu fico contra a ilegalidade que o Governo do Distrito Federal quer implementar naquela instituição e em toda a saúde!"*

Este Governo, que tem uma das gestões mais autoritárias, que não escuta a população, que esqueceu o que é democracia, vai quebrando qualquer possibilidade desta cidade ser uma cidade de todos e de todas.

Vejam, estamos vivenciando um racionamento hídrico. Hoje, havia água alagando grande parte de uma cidade do Distrito Federal. É muita incompetência! O povo de Brasília não merece isso. O povo de Brasília merece respeito com o pagamento das terceirizadas, das merendeiras da Secretaria de Educação. Elas estavam sem receber e fizeram greve. Agora, em função da greve, o Governo quer descontar os dias parados no pagamento dos salários. É muita inconsistência, incompetência e autoritarismo de um Governo que está destruindo o Distrito Federal.

Eu concluo, Sr. Presidente, lembrando Carlos Drummond de Andrade. O poeta disse que toda realidade é grávida do seu contrário. Aos que querem retirar direitos, que querem colocam o povo brasileiro na condição de sacrifícios a serem entregues ao mercado e que fazem de Brasília uma cidade proibida, uma cidade eivada pela incompetência de uma gestão que agride o povo do Distrito Federal, nós dizemos como

Mario Quintana: vocês passarão, e nós, o povo, passarinhos.  
Fora, Temer! Fora, Rollemberg!

---

Documento 213/516

---

220.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	17/08/2017- 16:54
Publ.: - 18/08/2017 - 180	MAURO PEREIRA-PMDB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Assuntos tratados durante audiência concedida pelo Presidente Michel Temer ao Prefeito Marcos Aguzzolli, do Município de São Francisco de Paula, ao Presidente da Vinícola Aurora, Itacir Pozza, e outros. Sinais de recuperação da economia brasileira. Dilapidação da economia do País pelos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Organização de grande esquema de corrupção pelos Governos petistas. Congratulações ao Juiz Federal Sergio Moro, à Procuradoria-Geral da República e ao Supremo Tribunal Federal por ações de combate à corrupção. Credibilidade da equipe econômica do Governo Michel Temer. Liberação pelo Governo Federal de recursos de emendas orçamentárias aos Parlamentares opositores. Posicionamento do orador contrário à adoção do sistema eleitoral denominado distritão e à criação de fundo público para financiamento de campanhas eleitorais. Aplausos aos membros do Supremo Tribunal Federal e do Ministério Público Federal pela renúncia ao reajuste de seus vencimentos. Inexistência de caixa para a concessão de reajuste salarial ao funcionalismo. Apresentação à Mesa Diretora de proposta de redução dos gastos da Casa e dos subsídios dos Parlamentares em 10%.

---

**O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS.** Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Izalci Lucas, Deputado Carlos Andrade, grande amigo do PHS de Roraima, colegas Deputados, primeiramente, eu quero dizer que terminou há pouco uma importante audiência com o Presidente Michel Temer, que, à sua maneira, respeita esta Casa, bem como seus Deputados e suas Deputadas.

Nessa importante audiência, o Presidente recebeu o Sr. Itacir, que é o Presidente da Vinícola Aurora, em Bento Gonçalves, sua esposa e sua assessoria. Michel Temer também recebeu o Prefeito da cidade de São Francisco de Paula, o Sr. Marcos, que estava acompanhado do seu Secretário de Planejamento, o Sr. Beto, e do seu Secretário de Turismo, o Sr. Rafael. O Vice-Prefeito de Gramado, o Sr. Evandro, e o

Sr. Humberto Tomé, representante da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul, também participaram da audiência. O Sr. Humberto Tomé tratou de assuntos relacionados à indústria; o Sr. Itacir tratou do setor vitivinícola da Serra Gaúcha do nosso Brasil. A Vinícola Aurora é uma das maiores cooperativas que nós temos no Brasil, e é um orgulho do Rio Grande do Sul. O Prefeito de São Francisco de Paula também agradeceu todo o trabalho feito pelo Ministro Helder Barbalho, no Ministério da Integração. Em fevereiro, um tornado atingiu São Francisco de Paula, destruindo escolas, ginásio de esportes e mais de 105 casas. Agora, a cidade está recebendo recursos do Governo Federal.

O Evandro convidou o Presidente para participar do Festival de Cinema de Gramado. Esse é o Presidente Michel Temer, que está há 1 ano e 2 meses no Governo. Nós já conseguimos colocar o Brasil em situação de confiança do povo brasileiro, dos nossos empreendedores e dos investidores internacionais. Com isso, nós já temos grandes investimentos. Houve aumento de empregos nos últimos 4 meses; a inflação e os juros vêm caindo. Uma coisa é certa: em 13 anos os Governos Lula e Dilma faliram nosso País, montaram um dos maiores esquemas de corrupção da história do Brasil.

Em 1 ano e 3 meses já conseguimos muita coisa, graças à equipe econômica do Presidente Michel Temer, ao Ministro Henrique Meirelles, aos nossos servidores públicos federais e a esta Casa, aos Deputados e Deputadas da base do Governo que vem apoiando e votando projetos de extrema importância para o País.

Não poderia deixar também de parabenizar o Juiz Sérgio Moro, a Procuradoria-Geral da República, o Supremo Tribunal Federal, que vêm fazendo justiça e colocando os bandidos que saquearam os cofres públicos na cadeia. Nós temos hoje diversos representantes do Governo Dilma Rousseff e do Governo Lula que estão presos e outros que virão a ser presos.

Eu fico pensando o que leva uma Deputada e um Deputado do Partido dos Trabalhadores, como assistimos agora há pouco, falar da situação do Brasil, sendo que foi o partido deles que deixou 13 milhões de desempregados no País e foi responsável pela quebra do Brasil. Quem mais mentiu, quem mais iludiu o povo foi a ex-Presidenta Dilma, para ganhar a eleição.

Agora nós assistimos a alguns Deputados do PT, do PCdoB, da REDE e do PSOL fazerem discursos achando que o povo brasileiro é idiota, é burro, e não é. O povo brasileiro conhece muito bem quem são os petistas, o que fizeram com o Brasil, e ninguém mais acredita neles, porque mentem muito.

Sr. Presidente, eu quero dizer que a equipe econômica está com essa credibilidade, porque existe seriedade nas suas ações. Nós recebemos o País com déficit. Esse déficit ampliou, tendo em vista que a economia não se recuperou como se esperava, e muitos empreendedores estão esperando o novo REFIS para negociar as suas dívidas. Isso gerou, sim, um déficit maior neste ano.

Mas o que está acontecendo hoje no nosso Brasil? Existe a

transparência. Vai haver déficit? Sim. O Ministro Meirelles e o Presidente Michel Temer já fizeram um anúncio a respeito, explicaram onde está o déficit e o que será feito para melhorar - isso é transparência -, diferentemente do Governo Dilma Rousseff que anunciava à imprensa: "*Há superávit. Está sobrando dinheiro*".

Na verdade, o Governo Dilma, em 2014, já não pagava mais as dívidas. Deputado Carlos Andrade. Quem terminou de pagar aqueles ônibus escolares amarelinhos, bonitinhos, produzidos pela Marcopolo, pela Mascarello, pela Comil, que foram entregues para ganhar as eleições, foi o Presidente Temer, no ano passado, porque eles não pagavam as contas mais. Eles não pagavam hospitais, não pagavam as casas do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Houve pedaladas fiscais do Governo anterior no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal, no BNDES, conforme aquilo que constava do pedido de *impeachment*, que nós aprovamos, e também pedaladas fiscais com relação aos fornecedores. Esse foi o Brasil que nós herdamos depois do Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Mas hoje o Governo não deve nada para fornecedores. Tudo está pago. As emendas parlamentares de todos os partidos de Oposição estão sendo pagas. Este ano todas as emendas de todos os partidos estão sendo pagas. Agora os que mais têm emendas empenhadas aqui são os Deputados do PT. Eu posso citar nomes: o Deputado Carlos Zarattini, da bancada do PT, é um dos que mais se empenhou em emendas, a Liderança do PCdoB, todos têm emendas empenhadas. Por quê? Porque este é um Governo sério, trabalha de forma correta, não distingue quem é do Governo ou da base. As emendas são para todos os partidos, e todos os partidos irão receber. Esse é o Governo Temer, com o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles; com o Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira; com o Ministro da Saúde, Ricardo Barros; com o Ministro da Agricultura, Blairo Maggi; com o Ministro do Turismo, Marx Beltrão; com o Ministro da Integração, Helder Barbalho. Todos estão trabalhando e fazendo a sua parte.

É normal as pessoas virem a Brasília e me procuram para dizer: "*Deputado Mauro, eu gostaria de falar com tal Ministro, só que não marquei audiência e não serei atendido.*" Eu digo: "*Deixa que nós marcamos.*" Marco na hora e elas são atendidas. Este é o Governo que trabalha com seriedade, que respeita as pessoas, os Deputados, os Senadores, a sociedade em geral. A prova está no dia de hoje.

Eu tive a oportunidade de trazer para Brasília nossos amigos de Bento Gonçalves, de São Francisco de Paula, de Gramado, de Caxias, e o Presidente recebeu a todos, dando-lhes a devida atenção. Há um monte de pessoas para conversar com ele e ele conversa, dialoga, Deputado Izalci Lucas. É isso o que nós temos que fazer.

Este Governo está pagando as dívidas da Presidenta Dilma e, ao mesmo tempo, com certeza, trabalhando para construir um futuro melhor, para gerar emprego para os 13 milhões de desempregados. Por fim, eu quero dizer que sou contra o distritão, sou contra o fundo para financiamento de campanha política. Sou contra! Nós vamos ter

que encontrar outra forma ou fica do jeito que está, quem conhece pessoas físicas e tem amigos para ajudar na campanha ou faz uma campanha a mais simples possível. É isso o que nós temos que fazer.

Voto contra o distritão e contra o fundo para financiamento de campanha, cujo valor é de 3 bilhões e 600 milhões de reais, porque não tem cabimento. O valor do financiamento público de campanha tem que ser modesto, e nós temos que dizer de onde vai sair esse dinheiro com muita tranquilidade.

Presidente Izalci Lucas, aproveito esta oportunidade para parabenizar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Cármen Lúcia, e os membros da Procuradoria-Geral da República que abriram mão do aumento salarial. Tanto a Procuradoria-Geral da República quanto o Supremo Tribunal Federal não terão aumento do salário dos seus membros. Isso é muito importante, porque o Brasil não tinha como pagar esse aumento.

Quero dizer aos servidores públicos que apoiamos o reajuste salarial da categoria, mas o Governo não conseguirá pagar agora o reajuste. Isso é temporário. Amanhã ou depois, quando a economia melhorar, esse reajuste será pago. Por enquanto, não tem como pagar reajuste salarial porque mal e mal estão conseguindo pagar as contas. É dessa forma que se administra.

Na semana passada, na última quinta-feira, eu protocolizei um documento junto à Mesa Diretora desta Casa em que solicito - o nosso Presidente Rodrigo Maia é muito preocupado com a economia brasileira - a redução de nossos gastos em 10% até a economia começar a melhorar e, se for preciso, a redução de 10% do nosso salário para ajudar a economia do Brasil.

Nós temos que fazer a nossa parte até a economia reagir, o que está previsto para o segundo semestre do ano que vem.

Vamos procurar fazer a nossa parte. Aliás, já estamos fazendo. Mas eu quero dizer que do jeito que o Lula e a Dilma deixaram o Brasil, em 1 ano e 3 meses, conseguiremos melhorar e muito o País.

Muito obrigado.

---

Documento 214/516

---

225.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017- 19:20
Publ.: DCD - 23/08/2017 - 239	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

*Sumário*

Defesa de criação de fundo de financiamento público de campanhas eleitorais.  
Contrariedade à implantação do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, colegas Deputados e Deputadas, população brasileira que nos acompanha especialmente nesses últimos 15 dias, em que debatemos as condições em que será disputada a próxima eleição no País, nós estamos para fazer uma escolha e precisamos decidir se queremos ir para a próxima eleição com a mesma regra de financiamento da eleição anterior?

A esse respeito, eu digo para os colegas Deputados e para o povo brasileiro que, por exemplo, a eleição para Governador do Estado de São Paulo terá a possibilidade de que cada candidato gaste 73 milhões de reais.

O que diz a lei hoje sobre a eleição para Presidente da República?

Que, se não votarmos a reforma política e não mudarmos a questão do financiamento, o teto de gastos será 70% da maior campanha de 2014. Isso significa que uma eleição presidencial vai permitir o gasto de 210 milhões de reais por candidato.

Como terceiro exemplo, refiro-me a nós, Deputados Federais. Eu entendo o desafio que o povo brasileiro nos faz ao solicitar campanhas com menos dinheiro, campanhas mais baratas, campanhas com mais ideias, campanhas com programas, Deputado Tadeu Alencar, campanhas em que os candidatos conversem com os cidadãos sobre projetos para o País e não em que haja um derrame de dinheiro.

Vou dar outro exemplo: se a reforma não for votada e alterada para reduzir esses tetos, Deputado Molon, um candidato a Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, por exemplo, terá permissão para gastar 5,8 milhões de reais. Um candidato pelo Estado de Pernambuco, Deputado Tadeu Alencar, poderá gastar 3,3 milhões de reais.

Por que é que eu digo tudo isso? Porque nós precisamos tomar uma decisão. Podemos debater de onde virá o dinheiro para financiar a eleição, mas a primeira regra deve ser a de baratear as campanhas. No entanto, Deputada Jandira Feghali, vejo com preocupação que ressurgem o bloco dos que querem a volta da Odebrecht, daqueles que estão com síndrome de abstinência pela falta das campanhas multimilionárias, com muito dinheiro empresarial, com muita corrupção e muitos privilégios para as grandes empresas.

Puxa esse bloco o Ministro Gilmar Mendes, o mesmo que impedia o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade da OAB, que foi largamente vitoriosa e decidiu que empresa não deve financiar eleição. Por que não deve financiar? Não é só porque gera muita corrupção, não é só porque gera privilégios fiscais que custam bilhões ao povo brasileiro, mas é porque Joesley Batista e Marcelo Odebrecht deixam de ser eleitores iguais a qualquer cidadão. Ora, a regra básica da democracia é que cada cidadão tem direito a um voto. No entanto, Deputada Benedita da Silva, Joesley Batista e Marcelo Odebrecht, dois



empresários corruptos, têm direito a um voto mais 200, 300, 400 milhões para patrocinar mandatos e controlar a democracia brasileira. Então, nós precisamos, sim, de uma reforma política votada aqui. Eu já sei que nós não vamos ter a reforma ideal, Deputado Roberto Freire. Aliás, eu defendo que o Brasil deve ter o direito de eleger uma assembleia constituinte exclusiva e específica para alterar estruturalmente o sistema político brasileiro. Eu ainda espero que este Parlamento mude de ideia, mas o fato é que ele tem se mostrado um Parlamento conservador, mais preocupado com a autoproteção dos mandatos do que com um sistema que transforme e que melhore a política brasileira, Deputado Décio Lima.

Eu quero dizer o seguinte: se não for votada a reforma política, um candidato rico, como João Doria, pode colocar 20 milhões do seu próprio dinheiro na campanha, e assim a campanha ficaria desigual. Alguns Deputados estão com medo de votar a reforma. Cuidado! Em alguns Estados, o teto pode ser de 5 milhões para Deputado Federal. Os candidatos ricos irão assinar um cheque, Deputado Mário Heringer, colocar 5 milhões na campanha e desempatar o jogo. Assim este Parlamento será cada vez mais elitizado.

Não se iluda, povo brasileiro: pensa ingenuamente o cidadão que diz: "deixem as empresas pagar as campanhas, que assim não sou eu quem paga". Joesley Batista, empresário corrupto, não vendeu sua cobertura em Nova York para financiar campanhas. O dinheiro com que Joesley Batista financia as campanhas vem de cada cidadão que compra um pacote de carne no supermercado, por exemplo.

Sr. Presidente, nós precisamos de campanhas que tenham teto, mas que sejam baratas, que recebam de pessoas físicas financiamentos de 200 reais, 500 reais, 800 reais, por acreditarem na proposta do candidato. Não pode mais haver campanhas em que o abuso do poder econômico se dê com o dinheiro das pessoas mais ricas, que irão controlar o Parlamento como antes controlavam as grandes empresas. Eu defendo um fundo público de valor reduzido. O fundo público é que deve garantir uma base mínima para que representantes de setores populares menos abastados possam concorrer a Deputado Federal. Esta Casa não pode ficar reservada somente aos representantes dos mais ricos. Nós precisamos democratizar o acesso ao Parlamento. Por fim, perdoem-me os Deputados que querem o distritão, mas o distritão é o sistema dos mais fortes, é o sistema que protege os atuais mandatos, é o sistema do abuso do poder econômico. O distritão é o sistema do fim da democracia programática e com partidos. O distritão é a anarquia política total, porque serão 513 partidos sentados neste Parlamento. Ninguém mais governará, se o distritão for aprovado. É uma irresponsabilidade defender o distritão.

Eu entendo que o sistema deve ser proporcional. Posso me sentar à mesa para discutir o sistema distrital misto, como é o alemão, onde há proporcionalidade, onde o eleitor tem um voto completo: primeiro, ele vota num programa, num partido e, depois, ele escolhe um candidato dentro do seu distrito, e a proporcionalidade é respeitada. Se o Partido Verde faz 10% dos votos no voto programático, ele tem 10% das

cadeiras no Parlamento. Esse sistema é proporcional e respeita o direito das minorias.

Srs. Parlamentares, o Brasil não pode ficar como está para a próxima eleição.

---

Documento 215/516

---

224.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017-13:20
Publ.: DCD - 23/08/2017 - 28		ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Importância da votação da proposta de reforma política. Necessidade de esclarecimento à sociedade brasileira sobre o financiamento público de campanhas eleitorais.

---

#### **O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr.**

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, às vezes, eu tenho a impressão de que há forças nesta Casa e no Senado - e até forças externas - que não querem votar nenhuma reforma política.

Todo mundo tem falado mal, até porque está mal mesmo. Nós precisamos fazer uma reforma política no Brasil. Já não vai ser feita a reforma política de que o Brasil precisa, mas nós estamos praticamente, a partir da semana que vem, com o prazo de 4 semanas para votar essa matéria na Câmara e no Senado, para que ela possa valer em 2018.

Há alguns meios de comunicação já liderando campanha contra um financiamento público para as eleições. Há Ministro do Supremo Tribunal Federal como, por exemplo, o Ministro Barroso, dizendo que 3,5 bilhões é muito, que deveria ser de 800 milhões, 1 bilhão... Ora, ou há fundo público eleitoral ou não há. Ou será que nós queremos continuar com o dinheiro público, de forma ilegal, financiando as campanhas milionárias no Brasil?

O que tem acontecido até hoje é isto: financiamento ilegal, com dinheiro público. Ou alguém acha que esses milhões que são gastos saem do bolso do Parlamentar? Que ele vende sua fazenda, que ele tem 5 milhões, 6 milhões guardados, que ele paga com o salário dele... Então, nós precisamos falar a verdade. O problema é que a imprensa não informa. Ela desinforma. Ela não trata do tema como deveria tratar, nem nós o fazemos. O eleitor brasileiro, o povo brasileiro merece

entender melhor toda essa matéria da reforma política. Portanto, nós precisamos trabalhar muito para ver se acontece alguma reforma, senão vai ficar do jeito que está. E do jeito que está não dá para continuar. Dá só para os oportunistas. Dá só para aqueles que se elegem e depois defendem o seu mandato, defendem os seus interesses pessoais, defendem o seu projeto, mas não defendem o interesse do País, o interesse partidário. É isso o que está acontecendo aqui no Congresso Nacional, principalmente nesta Legislatura. Sr. Presidente, solicito que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço ao Deputado Zé Geraldo. O pedido de V.Exa. será atendido.

---

Documento 216/516

---

224.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017- 13:24
Publ.: DCD - 23/08/2017 - 29	DELEGADO EDSON MOREIRA-PR -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio à proteção dispensada a criminosos por ativistas dos direitos humanos. Defesa da realização de ampla reforma política. Interferência do Poder Judiciário nas eleições brasileiras.

---

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou continuar falando de segurança.

Ontem, na Pampulha, no Bairro Bandeirantes, um assaltante abordava quem estava fazendo caminhada na rua. Ele foi assaltar um policial, que de pronto reagiu. Na hora em que o criminoso puxou o gatilho para atirar no policial - e esse policial tem que agradecer muito a Deus-, o gatilho da arma quebrou. Aí o policial, num reflexo, efetuou disparos e abateu o criminoso.

E aconteceu o que eu sempre falo: os ativistas dos direitos humanos foram lá defender o criminoso e falar contra o policial. Então, quer dizer que o policial devia morrer e não matar o bandido? A que ponto chegamos neste País, onde o crime é enaltecido, o criminoso é enaltecido, e as vítimas são esquecidas pela sociedade!

Aqui neste País a educação é péssima, a saúde é péssima, a

infraestrutura é péssima, e os desvios de dinheiro são ótimos. Para quem? Para quem desvia.

Estamos aqui hoje para votar uma suposta reforma política. Que reforma? Uma reforma tem que ser reforma mesmo e não uma costura. A cada 2 anos se modifica a legislação eleitoral.

Outra coisa a se discutir é a interferência do Poder Judiciário nas eleições. Por quê? Se fosse só a parte eleitoral, estava tudo ótimo porque a Justiça Eleitoral tem que intervir nisso mesmo, mas não cabe a ela legislar. Legislar compete à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. É nossa a competência para legislar em relação a crimes, eleição, matérias constitucionais, por meio de leis infraconstitucionais, leis ordinárias e emendas constitucionais. Isso não cabe ao outro Poder, ao que tem que julgar.

Sr. Presidente, eu gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - O pedido de V.Exa. será atendido.

---

Documento 217/516

---

224.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017-13:58
Publ.: DCD - 23/08/2017 - 40		SANDRO ALEX-PSD -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Congratulações às empresas contempladas com o Prêmio Mérito Empresarial, concedido pela Associação Comercial, Industrial e Empresarial - ACIPG, pelo Sindicato do Comércio Varejista de Ponta Grossa - SINDILOJAS e pela Sociedade Rural dos Campos Gerais - SRCG. Posicionamento do orador sobre a reforma política.

---

**O SR. SANDRO ALEX (PSD-PR.** Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de registrar o evento realizado na noite de ontem na cidade de Ponta Grossa, promovido pela Associação Comercial, Empresarial e Industrial de Ponta Grossa - ACIPG, pelo Sindicato do Comércio Varejista de Ponta Grossa - SINDILOJAS e pela Sociedade Rural dos Campos Gerais - SRCG, de entrega do Prêmio Mérito Empresarial, com quatro empresas homenageadas em seus

segmentos: PACCAR DAF, Rede Condor, Frigorífico Luiz Antônio e Rede Massa.

Entre as palavras mais proferidas na noite de ontem estavam seriedade, qualidade, honradez e trabalho. São palavras que distinguem essas empresas, como a seriedade da PACCAR DAF Caminhões, indústria de caminhões instalada em Ponta Grossa, com qualidade mundial; a qualidade da Rede Condor, com mais de 40 lojas no Estado do Paraná, exemplo na área de supermercados para o País; a honradez da Rede Massa de Comunicação, que tem à frente o empresário Carlos Massa e sua família, e também presente na cidade de Ponta Grossa; e o trabalho de uma família, do frigorífico Luiz Antonio. Aliás, no momento em que uma empresa gigante do setor de carnes, a JBS, nos dá exemplo de corrupção e envolvimento no malfeito do País, vem de Ponta Grossa o exemplo de um frigorífico familiar que, com trabalho, conseguiu se solidificar.

Quero agradecer à Associação Comercial pela distinção honrosa que fizeram ao meu trabalho e à representação que dou ao Estado do Paraná. Procuro cumprir a minha obrigação.

Portanto, minha saudação a essas empresas pelo Prêmio Mérito Empresarial.

Sras. e Srs. Deputados, vamos agora ao debate e à votação da reforma política. Nos últimos dias, a sociedade brasileira comentou a proposta que estaremos, dentro de instantes, analisando. Mas uma proposta que traz candidatura simultânea - um candidato pode concorrer tanto ao Executivo quanto ao Legislativo - não me parece séria. Como alguém pode ser candidato a Presidente e a Deputado, a Governador e a Deputado, a Prefeito e a Vereador? Ele vai ser eleito para fiscalizar ou para ser o fiscalizado? Chega a ser bizarra essa proposta. É por isso que a população a contesta. E nem vamos discutir sobre fundo e sobre o sistema eleitoral.

Reforma política é fim de coligação e cláusula de barreira!

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Sandro Alex.**

---

Documento 218/516

---

224.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

22/08/2017-  
14:14

Publ.: DCD - 23/08/2017 -  
44

BETO FARO-PT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do orador contrário à adoção do sistema eleitoral denominado distritão. Defesa da criação de fundo de financiamento de campanhas eleitorais com recursos públicos, associado ao sistema de voto proporcional.

**O SR. BETO FARO** (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, daqui a algumas horas estaremos votando, segundo a pauta estabelecida, a nossa reforma política.

Eu tenho tido uma posição muito clara, dentro da bancada do Partido dos Trabalhadores, nas entrevistas e nas conversas que tenho tido no Estado do Pará, contra essa mudança para o chamado distritão. Aqui tenho visto muitos discursos no sentido de que o distritão é para quem tem voto. Eu disputei quatro eleições no Estado do Pará. Até na primeira, em que eu fiquei como suplente - depois, as nas outras três, eu fui venci a eleição -, se o sistema fosse o do distritão, eu estaria entre aqueles que foram eleitos. E, nas últimas eleições, sempre tenho ficado entre os mais votados do meu Estado. Portanto, a minha discordância não é em função do fato de que ganha quem tem mais votos.

Eu fico muito preocupado com esse modelo porque assim nós vamos personificar a eleição cada vez e focar em cima de figuras e não em cima de projetos ou de partidos políticos. E isso dificultará as negociações que se fazem com os partidos para composição de Ministérios, Secretarias de Estado e Secretarias Municipais.

Imaginem ter de conversar com cada um dos Parlamentares que vão ser eleitos! Aquele número de partidos que fica no nosso painel seguramente dobrará com a proposta do distritão, ainda mais se não tivermos a aprovação do fundo de financiamento das eleições.

Posso até dialogar sobre o montante do fundo. Hoje, para a condição real do País, para as dificuldades que vive o País, talvez os 3 bilhões e 600 milhões de reais que estão sendo propostos sejam um valor alto. Mas tem que haver um fundo, sob pena de virem para cá pessoas que não têm nenhum compromisso partidário, nenhum compromisso com um programa, com um projeto de País, de Estado ou de Município. Só estarão aqui aqueles que têm uma riqueza muito grande ou que têm grupos que vão financiá-los por meio de caixa dois. Não terão mais vez as pessoas que aqui representam setores da nossa sociedade, os trabalhadores, enfim, pessoas que têm como forma de buscar o voto, de disputar uma eleição, a sua militância política, o seu programa, e não o dinheiro.

Então, defendo a aprovação do voto proporcional, com a criação do fundo de financiamento das eleições, sim, para que possamos trazer para este Poder - para a Câmara e para o Senado - pessoas que realmente representem o povo brasileiro, e não pessoas que medem a força política pelo tanto de dinheiro que têm no bolso.

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Era isso, Sr. Presidente.

---

Documento 219/516

---

224.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017-14:32
Publ.: DCD - 23/08/2017 - 50		AFONSO HAMM-PP -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Congratulações ao Deputado Giovani Cherini pela reassunção do mandato parlamentar. Contrariedade à criação de fundo de financiamento público de campanhas eleitorais.

---

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar o colega Giovani Cherini pelo seu retorno, com saúde, ao trabalho. A bancada gaúcha, os eleitores gaúchos e todos nós colegas Deputados Federais agradecemos a S.Exa a dedicação.

Eu queria usar esta tribuna, Sr. Presidente, para me manifestar com ênfase sobre a reforma política. Quero dar a minha posição pessoal sobre o modelo de financiamento. Acredito que, neste momento, no País, não cabe termos financiamento de campanhas.

Ao invés de ativa, temos uma economia comprometida pelos próximos 10 ou 15 anos. Não há recursos para saúde e para segurança. Não há condições mínimas para infraestrutura, para hospitais e para o alívio da situação social. As pessoas vivem na pobreza.

Nós temos que alavancar o País. Este momento não comporta aprovarmos nem 1 centavo para financiamento de campanhas. Ele tem que ser feito por meio das pessoas físicas, da mobilização, do convencimento pelo trabalho, com um modelo de fazer política baseado nas áreas de atuação, no reconhecimento do Parlamentar ou daqueles que se propõem a apresentar um projeto na condição de candidatos a cargos eletivos.

Além desse fundo, também não é adequado, de maneira alguma, nós retrocedermos ao financiamento empresarial. Não é o modelo adequado. Já houve distorções. Ele vincula os Parlamentares, vincula o eleito, pela condição de patrocínio.

Já existe o fundo partidário, que ajuda os partidos. Uma parte pode ser poupada para ser utilizada em financiamento de eleições, mas eleições menores em termos de gastos. A discussão e a participação dos eleitores, do jovem ao mais idoso, devem ser ampliadas, para que possamos fazer aquela condição de trabalho em que o cabo eleitoral é aquele líder, aquele Vereador, aquele Prefeito, aquele assessor, aquele apoiador, aquele filiado, mas, muitas vezes, aquele simpatizante das causas que o líder defende.

Por isso, eu digo desta tribuna que minha posição é bem clara: "não" a esse fundo de financiamento público. Não cabe financiamento público neste momento e muito menos cabe retroceder ao financiamento empresarial.

É essa a posição do Deputado Afonso Hamm.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - O pedido de V.Exa. será atendido.

---

Documento 220/516

---

224.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017- 14:34
Publ.: DCD - 23/08/2017 - 50	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa da extinção de coligações partidárias nas eleições proporcionais e do estabelecimento de cláusula de barreira para os partidos políticos.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós vamos votar nesta semana a reforma política.

Eu tenho ocupado este espaço aqui na Câmara desde 1999, quando foi o meu primeiro mandato. Repito: estou aqui desde 1999. Lá naquele ano, eu já havia apresentado um projeto que, para na minha opinião, continua tão atual, tão presente, tanto lá, quanto cá.

O projeto de lei previa uma reforma política, com a proibição de coligações nas eleições proporcionais. Na época, havia 10 ou 12 partidos. De lá para cá, eles proliferaram ao ponto de termos praticamente 40 partidos. Se tivessem proibido as coligações das eleições proporcionais, não teriam nascido esses tantos partidos e os que existiam teriam diminuído.

Hoje, inventam mil fórmulas, quando na verdade a coisa mais simples é proibir coligações nas eleições proporcionais. Cada partido que quiser ter candidato a Vereador tem que concorrer sozinho; cada partido que quiser ter candidato a Deputado Estadual deve ter a sua própria chapa; cada partido que quiser ter candidato a Deputado Federal deve ter a sua própria chapa. Não há nada de puxadinho, nada de enxerto, nada de ir a reboque. Se só isso for feito aqui nesta Casa, na primeira



eleição, dos 40 partidos sobram 20, e, na segunda eleição, dos 20 partidos sobram 10, e nós botamos ordem na casa.

Não adianta inventar fórmula, distritinho, distritão, distrito misto, flexível, enfim, bairro, localidade... Deem o nome que quiserem. Nós estamos inventando coisa quando, na verdade, a vida é simples - somos nós que a estamos complicando. A maneira de simplificar a maneira de relação político-partidária no Brasil é proibir coligações nas eleições proporcionais.

Esse foi um projeto da minha autoria do ano de 1999, que perdi. Apresentei em 2002 e perdi. Apresentei em 2006 e perdi. O projeto que apresentei em 2015 está tramitando. Não é a reinvenção da roda, mas é coisa séria. Querer pegar 3 bilhões e 600 milhões do dinheiro da saúde e da educação para fazer política?! Não com o meu voto, não com o meu apoio. Inventem outra.

Vamos cortar vantagens aqui nesta Casa, vamos diminuir o tamanho do Parlamento e, com a economia, com o que sobrar, faz-se a implementação do processo político que, sim, eu sei, tem custo, mas esse custo não pode sair do remédio, da cirurgia, da internação hospitalar, da pesquisa, da ciência, da tecnologia, não pode sair da necessidade que tem o nosso povo que precisa do dinheiro do Orçamento para que essas necessidades da saúde sejam implementadas.

Por isso, Sr. Presidente, eu encerro dizendo, com muita convicção, que para fazer a reforma política não precisa inventar. Duas coisas chegam: proibam coligações nas eleições proporcionais e estabeleçam uma cláusula de barreira para os partidos. Quem não atingiu a cláusula de barreira, quem não tem competência - dizia meu pai, que era bolicheiro - não se estabelece. Quem não tem voto vai se apresentar com o quê? Então nós precisamos deixar isso muito claro.

Aliás, nós aprovamos a cláusula de barreira aqui em 2006, e o Supremo Tribunal Federal a derrubou. E errou, o Supremo errou vergonhosamente. Quando um juiz se mete a fazer política e o político se mete a fazer justiça, nem a justiça acontece e nem a política se faz. Portanto, "*cada macaco no seu galho*".

Vamos fazer a reforma? Sim! Proibam coligações nas eleições proporcionais e estabeleçam a cláusula de barreira para os partidos. Está feita a reforma.

---

### *Sumário*

Apresentação de boas-vindas ao Deputado Giovani Cherini. Defesa de participação popular na realização da reforma política. Posicionamento do orador contrário ao sistema eleitoral denominado distritão e à criação de fundo para financiamento público de campanhas eleitorais.

---

**O SR. HEITOR SCHUCH** (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estimado povo brasileiro, em primeiro lugar, quero dar boas-vindas ao Deputado Giovani Cherini, meu colega sindicalista rural. Militamos juntos muitos anos pela conquista da aposentadoria para os homens e as mulheres da roça com salário integral. Ele passou por uma doença difícil, mas a superou e está de novo no nosso meio, cheio de saúde e com muita vontade de trabalhar.

Parabéns a S.Exa. e a tantos quantos o ajudaram a voltar ao Parlamento.

Quero também fazer minha manifestação sobre a reforma política, até porque, Deputado Flavinho, os caciques da Casa estão reunidos pelas trincheiras do Parlamento discutindo o projeto, o substitutivo, o que se vota, o que não se vota: vai o fundão com quantos milhões, com percentual fixo; vai o distritão; vai o semipresidencialismo. Enfim, essa parafernália toda virou este debate que está confundindo a opinião pública na sua grande maioria, e com razão. Eu me associo a esses que estão confusos com tanta discussão açodada, em cima da hora. Temos que votar logo, senão não vai valer para as eleições do ano que vem.

Ora, se é para ser desta maneira, sem clareza, sem transparência, sem participação, é preferível jogarmos o jogo no ano que vem com as regras da última eleição. Mantém-se o que tem, que todo mundo conhece, e que se façam as mudanças que precisam ser feitas às claras, com a participação da OAB, da CNBB, das igrejas, dos sindicatos, das centrais sindicais, dos empresários, da opinião pública, da sociedade brasileira.

Eu quero de antemão dizer que com o meu voto não precisam contar para fazer reforma política e reeleger os mesmos, com o meu voto não precisam contar para aprovar esses bilhões e bilhões para fundo partidário ou fundo eleitoral para as eleições.

Consegue-se fazer eleição de maneira muito diferente, com menos *marketing*, menos pirotecnia, com uma campanha baseada na saliva, no discurso, na proposta, no projeto, na sola do sapato e não como alguns se acostumaram a fazer, ao contratar outros para fazer a caminhada. Portanto, não contem comigo para isso.

Também sou contra esse distritão, contra esse fundão. Acho que é

preciso chegar a um denominador comum com mais calma. Reitero meu voto contrário a essas questões. Sou partidário da ideia, se é para mudar, de que se mude o que tem que ser mudado, mas...  
(*Desligamento automático do microfone.*)

---

Documento 222/516

---

224.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017-15:22
Publ.: DCD - 23/08/2017 - 66		PASTOR EURICO-PHS -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apoio à aprovação do sistema eleitoral denominado distritão. Declaração de voto contrário à criação de fundo de financiamento de campanhas eleitorais com recursos públicos. Defesa da elevação dos investimentos públicos em saúde, educação e segurança pública.

---

**O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e, neste momento, em resposta aos meus queridos irmãos e amigos eleitores de Pernambuco, aos 233 mil 762 eleitores que me reelegeram para estar nesta Casa, quero registrar aqui o nosso posicionamento concernente ao que está acontecendo nesta discussão da reforma política.

Alguns dizem que é preciso conversar mais com a sociedade a respeito da reforma para saber qual a opinião dela. É interessante que a sociedade sempre interrogou: "*Por que voto em uma pessoa e elejo outra? Por que o meu candidato teve mais votos e não assumiu?*" Ora, essa discussão já existe entre a população. Agora vem uma opção que traz uma resposta para isso, que seria a eleição daquele que tiver o maior número de votos, e essa é a posição que nós defendemos.

No entanto, Sr. Presidente, nobres Deputados, brasileiros e brasileiras, algo que deixa pasma a maioria dos brasileiros é exatamente essa história do financiamento público de campanhas. O Brasil enfrenta dificuldades. A saúde está para lá da UTI. A situação da segurança em nosso País é uma aberração. A educação está passando por uma verdadeira crise. Em todos os aspectos, o Brasil vive em crise. E o financiamento público, além da questão moral, que considero o principal, envolve a questão financeira. E agora vem essa ideologia que todos conhecem, comentam e criticam.

O povo já está pressionando os Parlamentares a respeito dos quase 4

bilhões de reais que querem aprovar para o financiamento de campanhas. Isso é um absurdo!

Eu já quero dizer aos eleitores de Pernambuco, àqueles que me elegeram, às minhas lideranças, que o meu voto é contra esse absurdo no Brasil. O nosso voto é "não" a esses bilhões de reais que querem gastar com campanhas políticas. Precisamos investir mais em educação, em segurança e em saúde. É por isso que o Brasil clama. Esta é a nossa defesa, Sr. Presidente.

---

Documento 223/516

---

224.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017-15:38
Publ.: DCD - 23/08/2017 - 74	AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Declaração de voto contrário à proposta de criação de fundo bilionário para financiamento público de campanhas eleitorais.

---

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA** (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente André Fufuca, quero apenas reafirmar minha indignação uma vez mais com a proposta de financiamento público das campanhas eleitorais. Um tostão, um bilhão, três bilhões são a mesma coisa. São igualmente imorais, pois atentam contra o conceito democrático de separação do público e do privado. Os partidos políticos são instituições privadas, organizadas voluntariamente para eleger seus representantes nos governos, para eleger seus representantes nos Parlamentos. Sr. Presidente, um tostão ou um bilhão, o voto tem que ser "não" a esta proposta.

---

Documento 224/516

---

224.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017- 15:48
------------	--	----------------------

---

### *Sumário*

Falência do sistema político brasileiro. Defesa da realização de ampla reforma política.

---

**O SR. ALIEL MACHADO** (REDE-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente desta sessão, Deputado André Fufuca.

Hoje nós temos a previsão de votar a reforma política. Vou ser direto e claro: nós precisamos nos ater à vontade popular e parar com demagogia.

Meu primeiro discurso nesta Casa de Leis, utilizando esta tribuna, foi para denunciar que nós temos um sistema político falido. Também esta Casa contribuiu, e muito, sim, com o desrespeito para com o cidadão. A reforma política tem que ocorrer em todas as instâncias, e não como propõe essa reforma eleitoral que aí está, que quer atender apenas aos interesses dos políticos e dos partidos.

Nós precisamos rever as regalias que existem no poder público como um todo. No Judiciário, há juízes que ganham 500 mil, 600 mil reais num único mês; há aqueles que se submetem a interesses escusos, como no caso do Sr. Gilmar Mendes, que, de maneira descarada, afronta a Nação brasileira com decisões, no mínimo, duvidosas. Vejam a guerra da gasolina: ora concedem uma liminar, como a que nós conseguimos, ora outros desembargadores, sem respeito à lei, com outros interesses, a derrubam, em detrimento da vontade do povo. É preciso colocar regras e que elas sejam respeitadas de verdade. É preciso que a população brasileira volte a sentir confiança na política como um todo. É preciso coibir os equívocos e os exageros, coibir essa máquina pública inchada, que custa bilhões, trilhões ao Brasil inteiro e que não dá a resposta que a população tanto espera nas ruas.

Eu não vou me submeter a fazer acordos de corredores, acordos que pensam nas benfeitorias apenas dos políticos e não no enfrentamento dos problemas que as nossas cidades, os nossos Estados e o País estão passando.

Precisamos de uma reforma política verdadeira, ampla, uma reforma política que discuta sobre todos os problemas, sobre o inchaço da máquina pública, sobre os abusos que existem no Poder Judiciário, no Poder Executivo, aqui no Poder Legislativo. Precisamos ter coragem de fazer esse enfrentamento. E só a partir daí nós teremos condições morais de conversar com o nosso povo de igual para igual.

O que existe hoje aqui é uma farsa, é um teatro, e eu não compactuo com isso.

---

Documento 225/516

---

224.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017-15:52
Publ.: DCD - 23/08/2017 - 79	JOAQUIM PASSARINHO-PSD -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Presença no plenário dos Vereadores Priscila Veloso e Cabo Rodrigo, do Município de Marabá, Estado do Pará. Posicionamento contrário à criação de fundo para financiamento de campanhas eleitorais com recursos públicos.

---

#### **O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Sem revisão do orador.) -**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero tratar do tema que vai estar na baila hoje, na hora da votação, a reforma política. Antes, gostaria de saudar os Vereadores de Marabá Priscila Veloso e Cabo Rodrigo, que nos estão visitando.

Sr. Presidente, a reforma política é um tema recorrente, agora, nas discussões políticas, mas parece que nós temos dois Brasis: o Brasil real, o Brasil que está passando por desemprego, por dificuldades econômicas e financeiras; o Brasil em que, por onde se passa, em qualquer lugar - estive em Marabá, na semana passada, e constatei isso -, o que mais se vê são anúncios "aluga-se" e "vende-se"; o Brasil onde o comércio está passando por dificuldades. Os Vereadores, que têm esse papel de receber o impacto direito da população, sabem das dificuldades que o povo está passando, sabem das dificuldades que a economia está passando, sabem o que nós estamos passando neste Brasil, um país que, ainda por cima, está mergulhado num antro de corrupção. Nós precisamos entender que esse é o Brasil real.

Aqui, em Brasília, parece que esse Brasil real não existe. Há outro Brasil aqui. Estamos falando em arrumar 3 bilhões e 600 milhões de reais para financiar campanha política com dinheiro público, com direito da saúde, da educação, da segurança pública. Isso é um absurdo! Nós temos de cair na real. Parece que não estamos andando por este País.

É impressionante como as pessoas que pensam isso, as cabeças que inventam isso aqui se comportam. Parece que não andam nas ruas. Parece que não andam nos Municípios e não veem a situação do País. Não estão entendendo o que isso vai causar à classe política. Isso é impressionante!

Muitos me perguntam: de onde vamos tirar dinheiro? Vamos tirar dinheiro do Fundo Partidário. Vamos tirar dinheiro desta Casa. Vamos tirar do dinheiro do Legislativo. Não precisamos meter a mão no Orçamento Geral da União.

Essas cabeças inventivas que apresentam propostas como essa precisam entender que temos de fazer o trabalho em casa, interno. Precisamos olhar para dentro e ver que nós não estamos fora do Brasil real.

Nós precisamos cair na realidade. Temos de entender isso, porque a população está nos vendo. Agora, neste momento, milhões e milhões de brasileiros estão nos vendo. Mais tarde, durante a votação, o País inteiro estará nos olhando. Os nossos votos vão ficar marcados para a população.

Precisamos entender isso. Precisamos trabalhar com seriedade. Volto a dizer que não podemos ser uma nuvem neste País, que hoje enfrenta dificuldades em todas as áreas.

Por isso, Sr. Presidente, sou absolutamente contra essa proposta de criação de um fundo com recursos públicos para financiar campanha política. Quem quiser fazer campanha sabe o problema que vai enfrentar.

Muito obrigado.

---

Documento 226/516

---

224.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017- 16:16
Publ.: DCD - 23/08/2017 - 85	CARLOS HENRIQUE GAGUIM-PODE -TO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador contrário à criação de fundo para financiamento público de campanhas eleitorais. Defesa de redução de gastos e enxugamento da máquina pública.

---

**O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (PODE-TO.** Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, ocupo esta tribuna para informar ao meu povo de Tocantins que nós somos contrários ao fundo partidário como se está querendo criar - tirando dinheiro dos Municípios, tirando dinheiro da saúde, tirando dinheiro da segurança pública. Somos totalmente contra essa proposta - que não sei se é a que vai ser colocada em votação -, que tira recursos da saúde, tira

recursos do trabalhador e, principalmente, tira direitos do servidor público.

No meu Estado, tive a oportunidade de trabalhar com servidores públicos. Na época em que fomos Governo, esses servidores foram respeitados, e o Tocantins pagava um dos melhores salários do Brasil. Era clara a valorização do funcionário público.

Então, se esse fundo vier mexer com direitos adquiridos, vier mexer no orçamento da saúde e da segurança pública, nós não o aprovaremos. Nós, como Parlamentares, temos, sim, que fazer o enxugamento da máquina pública, começando com o poder público, com os gastos excessivos que existem no nosso País.

Vou citar, por exemplo, gastos com viagens, gastos com aeronaves, com aviões. Eu acho que deveriam poder usar avião especial o Presidente da República e o Presidente desta Casa, mas Ministros, Assessores, Juízes, o Poder Judiciário, não. Há aviões de carreira e aviões particulares - que pode ser usado, desde que quem o utilizar pague do seu próprio bolso.

Não concordamos com vários gastos excessivos que até nós políticos temos. Nós Deputados precisamos fazer uma reflexão sobre o que vai ter que ser enxugado, sobre o que vai ter que ser feito, de modo a contribuir para que os Parlamentares possam voltar a ser olhados de outra forma. O jeito como somos colocados na mídia hoje nos deixa em situação complicada. Muitas vezes, notícias inverídicas colocam o povo contra o Parlamentar, que vem a esta Casa fazer os seus projetos e apresentar as suas propostas em benefício de um País melhor, em benefício de um Brasil melhor.

Gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Pedido deferido.

---

Documento 227/516

---

225.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017-17:52
Publ.: DCD - 23/08/2017 - 141		ASSIS CARVALHO-PT -PI
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Aplausos à Comissão de Legislação Participativa pela realização de debate sobre o papel do Banco do Nordeste do Brasil S/A. Propósito do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de elaboração de projeto de desenvolvimento nacional. Depauperamento do sistema político brasileiro. Contrariedade ao



substitutivo oferecido à proposta de reforma política. Retrocesso da pretendida adoção do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. ASSIS CARVALHO** (PT-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero louvar a Comissão de Legislação Participativa, que hoje, num bom debate, que contou com a participação da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste, discutiu o papel do Banco de Desenvolvimento Regional.

O Banco do Nordeste desempenha papel fundamental no Nordeste, especialmente no Piauí. O banco tem contribuído fortemente para o desenvolvimento regional, sobretudo no que diz respeito a investimentos na agricultura familiar.

Quero louvá-lo por esta iniciativa e parabenizar todos os meus amigos e amigas do Banco do Estado do Piauí e de vários Estados que se fizeram presentes neste rico debate.

Aproveito para parabenizar pela iniciativa nosso grande líder, nosso querido Luiz Inácio Lula da Silva, que tem corrido todo o Brasil, para que possamos elaborar um projeto para esta Nação.

Nestes momentos difíceis, em que praticamente todo o País está preocupado ao ver seus direitos sociais serem praticamente tomados de assalto, este Governo, que não foi eleito, todo dia apresenta uma reforma regressiva. Mas temos um Presidente que vai à comunidade ouvi-la, para que a sociedade possa colocar no papel as propostas de um Brasil para todos, para os mais de 200 milhões de brasileiros, e não apenas para os banqueiros, para meia dúzia de homens e mulheres.

Sr. Presidente, não posso deixar de registrar uma observação sobre a proposta de reforma política, que está na pauta do dia. É bem verdade que todos queremos mudar o modelo vigente. Está claro que este modelo já se exauriu, não responde às necessidades da sociedade.

Parece que não há nada ruim que não possa piorar. A reforma que nós queremos não é a que está sendo colocada, sobretudo com as derrotas permanentes de uma boa proposta apresentada pelo grande Relator Vicente Candido. O que está sendo colocado é outro substitutivo, que não responde às nossas expectativas.

Dentro deste ponto, podemos destacar o "invencionismo" chamado distritão. Hoje, meus queridos colegas Givaldo e Benê, lendo o G1, da Globo - aliás, uma referência para muitos Parlamentares desta Casa; não para nós -, a notícia é a experiência fracassada do distritão no Japão.

O Japão acabou com o distritão, diz detalhadamente o texto, porque era caro e porque estimulava a corrupção. Diante disso, nós vamos apresentar uma proposta cara, que estimula a corrupção, mesmo sabendo de uma experiência que já foi mudada até mesmo no Japão? Nós temos esta maldade em quatro lugares do mundo: Afeganistão, Vanuatu, Jordânia e Pitcairn, ilha de que praticamente nunca ouvimos falar.

É esta referência que nós queremos para o Brasil, Sr. Presidente?

Espero que não!

Portanto, nós fazemos um apelo para este Parlamento a fim que não apresente para o Brasil e para o mundo mais a vergonha de fazer uma referência como esta, votando um sistema que exclui a participação da sociedade, que beneficia ou brinda apenas um grupo privilegiado de pessoas que possam concorrer a cargos eleitorais. É um atraso, que não faz bem à Nação. A sociedade não pode permitir este absurdo. Por fim, quero externar minha oposição a este modelo, porque ele desqualifica ainda mais a política e a situação de um Parlamento que hoje tem apenas 6% de aprovação da sociedade - 94% da população não confiam neste Parlamento. Não podemos cometer uma maldade como esta com a sociedade.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

---

Documento 228/516

---

225.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

22/08/2017-18:04

Publ.: DCD -  
23/08/2017 - 147

GIVALDO VIEIRA-PT -ES

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário à adoção do sistema de voto denominado distritão. Defesa de extinção de coligações partidárias nas eleições proporcionais. Apoio à instituição da cláusula de barreira e ao financiamento público de campanhas eleitorais.

---

**O SR. GIVALDO VIEIRA** (PT-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta semana, a Câmara dos Deputados deve enfrentar o tema da reforma política. Há uma grande expectativa no País quanto às decisões que esta Casa está prestes a tomar. Vivemos uma das mais graves crises políticas de toda a nossa história e teremos, nesta semana, a oportunidade de oferecer ao Brasil um caminho para superá-la ou, dependendo das decisões tomadas, a possibilidade de sepultar de vez a democracia, trazendo modelos para o processo eleitoral brasileiro que prejudiquem

ainda mais a democracia no País.

Vejo com muita preocupação a proposta do chamado "distritão", que personaliza de vez a política, em prejuízo dos partidos, que são instrumentos coletivos necessários, porque dão um aspecto coletivo à política - embora praticamente todos estejam passando por uma grande crise também.

Precisamos de um sistema que não se dirija apenas às pessoas, mas permita aos partidos do Brasil que se reinventem e sejam instrumento de fortalecimento da democracia.

Por isso, vou votar contra o distritão, porque acredito que o melhor sistema que podemos ter é o proporcional, como temos agora, com o fim das coligações partidárias. Elas é que têm deturpado o processo de escolha dos representantes e estimulado a proliferação de muitas siglas que não têm uma identidade ideológica.

Também defendo que haja a instituição de uma cláusula de barreira, por meio da qual se verifique, em âmbito nacional, se o partido criado tem respaldo da população brasileira para continuar existindo.

É fundamental ainda que nós tiremos de vez qualquer sombra de financiamento privado de empresas. Muitos ameaçam retornar com essa medida, que está na base de toda a corrupção apurada hoje pela Lava-Jato, demonstrando a relação promíscua entre o financiamento empresarial e a política brasileira.

Precisamos, sim, de um financiamento público que seja modesto, que esteja dentro do aceitável no País, mas que apresente a perspectiva de que a democracia é uma oportunidade para todos.

É necessário que os partidos se reinventem e que nós possamos oportunizar ao Brasil uma saída para a crise política com uma boa reforma política!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado Givaldo Vieira.

---

Documento 229/516

---

225.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017-18:06
Publ.: DCD - 23/08/2017 - 148		LINCOLN PORTELA-PRB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Questionamento sobre a legitimidade dos Parlamentares para a realização da reforma política. Resistência da sociedade brasileira à criação de fundo para

financiamento de campanhas eleitorais com recursos públicos.

---

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PRB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, nós estamos em um momento difícil nesta Casa. Ao passar pelos corredores das Comissões, percebemos pelo menos duas delas tratando da proposta de reforma política. Sei da integridade da maioria dos Parlamentares desta Casa, sei da competência de todos eles, mas vivemos um momento político difícil, em que pelo menos 200 milhões de brasileiros têm, cada um, a sua maneira de entender o que é a reforma política. Minha avaliação é a de que, quanto menos reforma política votarmos neste momento, mais credibilidade nós poderemos ter, porque eu não sei se temos a necessária legitimidade - com o devido respeito - para votarmos uma reforma política, inclusive com a criação de um fundo financiamento eleitoral com o valor altíssimo de 3 bilhões e 600 milhões de reais, ou mesmo que esse valor seja alterado para 2 bilhões de reais. A sociedade brasileira tem muita resistência a isso. Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 230/516

---

225.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017-18:08
Publ.: DCD - 23/08/2017 - 148	EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de realização de reforma política em consonância com os anseios populares. Posicionamento contrário à adoção do sistema de voto denominado distrito e à criação de fundo bilionário para financiamento público de campanhas eleitorais.

---

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os debates sobre reforma política deveriam atender ao anseio da população de ver realizadas mudanças estruturais que permitissem mais transparência nas instituições públicas, mais transparência na relação entre empresas e instituições públicas, mais transparência na ação do próprio Parlamento e mais participação popular.

Países desenvolvidos criaram mecanismos baseados nas tecnologias modernas de participação do povo nas decisões sobre aquilo que lhe pertence: o Erário público, as políticas, que deveriam ser voltadas ao interesse público.

Aqui no Brasil falamos em democracia representativa, mas o povo não quer ouvir falar em política - pelo menos grande parte do povo. No entanto, os debates sobre reforma política são preocupantes, com todo o respeito às pessoas sérias que os estão enfrentando. Às vezes, até há vontade de contribuir, mas sinceramente consideremos um ponto: o distritão.

O Deputado Zé Geraldo sabe que eu fui o Deputado Estadual mais votado em 2010. Depois, fiz campanha para Deputado Federal só na capital do meu Estado, fui o mais votado na Região Metropolitana de Belém e o terceiro mais votado no Pará. Então, eu poderia tranquilamente dizer que o distritão é uma proposta boa. Mas sigo o caminho do Deputado Chico Alencar, do meu partido, o PSOL, para dizer que é o "detrítão", na verdade.

Se nós queremos democracia, como vamos estabelecer um sistema eleitoral que privilegia as pessoas mais conhecidas? Se nós queremos renovar, sabemos que o distritão vai apenas reproduzir o que está aqui, com a reeleição da maioria dos Deputados ou com a eleição de algum figurão muito conhecido da TV, de alguma figura pública muito popular, que possa efetivamente ser a mais votada no Estado.

O fundo de financiamento é outra situação. Foi uma vitória do povo brasileiro não haver financiamento privado de campanha. Se não há financiamento privado, como a democracia se mantém? Como se mantém um processo eleitoral? Hoje há o Fundo Partidário que, neste ano, já despendeu mais de 400 milhões. Para um país continental, com mais de 200 milhões de habilitantes, pode parecer pouco, mas é recurso público.

Talvez os gastos desse fundo alcancem, até o final do ano, mais de 600 milhões de reais. Suponhamos que, em ano eleitoral, seja possível um investimento um pouco maior. Isso seria justificável. Mas o que se definiu na reunião da Comissão - a criação de um fundo com gasto de 3,6 bilhões de reais - é algo insustentável.

O povo quer uma reforma política, mas está vendo, na verdade, mais uma destruição de direitos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, na ocasião da votação do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, quando dizíamos que ao rasgar uma folha da Constituição se autorizaria rasgá-la por inteiro, nós nos referíamos exatamente ao que acontece neste momento: o desmonte de direitos sociais, trabalhistas, previdenciários,

tributários. E agora, seguindo o curso natural deste desmonte, vem uma reforma política para que a Constituição não passe, de uma vez por todas, de um amontoado de letras mortas. Para essa nova fase do capitalismo, sob a égide da financeirização globalizada, os que compõem a ínfima minoria de plutocratas pretendem avassalar todos os direitos sociais, fruto de tantos séculos de luta e resistência. A reforma que deve vir para este plenário é a cristalização do esvaziamento da política, que está sendo instrumentalizada para servir aos interesses da burguesia, aos interesses privados e para que seja, cada vez menos, o espaço da pluralidade, do contraditório e do nascimento do novo - aquilo que é tão inerente aos processos políticos. A Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, que foi relatada pelo Deputado Vicente Cândido, do PT de São Paulo, deve chegar a este plenário em breve. Ela traz uma série de alterações no sistema eleitoral, mas as principais são a criação de um fundo eleitoral e a implantação do chamado sistema eleitoral distrital - o distritão, como está sendo chamado.

O fundo eleitoral asseguraria um valor correspondente a 0,5% da Receita Corrente Líquida para o financiamento das eleições, cerca de 3,6 bilhões de reais. Muito embora defendamos o financiamento eleitoral público, como forma de acabar com a corrupção generalizada decorrente do escandaloso processo de financiamento empresarial, em boa hora derrubado pelo STF, não concordamos com os parâmetros e critérios incluídos neste tal "fundão". É uma imoralidade querer destinar um montante bilionário para financiar as campanhas do próximo ano, justamente num momento em que se operam seguidas maldades contra o povo, através de criminosos cortes dos gastos sociais. Esses valores são maiores, por exemplo, que aquele destinado, em 2016, ao Ministério do Esporte ou da Cultura. Ademais, os critérios de repartição desse fundo reproduzem e ampliam os desequilíbrios vigentes na destinação do atual Fundo Partidário, como forma de recrudescer ainda mais a hiperconcentração de poder nas legendas detentoras das maiores bancadas, aquelas mesmas que lideram o ataque contra os direitos sociais de nosso povo.

Outro tema proposto na PEC 77/03 é a adoção do sistema distrital misto. Uma mudança que pretende nada menos do que enfraquecer os partidos e fortalecer a ideia do personalismo. O Relator tem afirmado que o distrital misto, no qual 50% das vagas seriam preenchidas pelo sistema atual, o sistema proporcional, e 50% por votação majoritária em distritos definidos pela Justiça Eleitoral, é um mal menor diante da proposta do distritão, que transforma os Estados em distritos e a votação proporcional em majoritária, que teria vigência transitória. Segundo divulgado pela imprensa, isso não passaria de uma manobra para perenizar esse esdrúxulo sistema que é vigente apenas em países como o Afeganistão, Jordânia, Vanuatu e Ilhas Pitcairn, um arquipélago do Pacífico com população de apenas 56 habitantes. Mas, como é praxe nesta Casa, onde se aprovam atrocidades longe das luzes, na madrugada da última quarta-feira, na votação do Relatório da PEC 77, os velhos partidos da direita - PMDB, PP, DEM,

PSD, entre outros - incluíram esta proposta indecorosa que pretende piorar o sistema eleitoral brasileiro exatamente no momento em que se vivencia a maior e mais profunda crise de representatividade.

Não estamos diante apenas de uma reforma política. Trata-se, isto sim, de uma deformação gigantesca do já precário, desigual e, muitas vezes, corrompido sistema político, vigente desde 1988. Ainda mais grave é a cristalização de contrarreformas que solaparão o mínimo de espaço de vivência democrática que com todos os percalços ainda vigora, ampliando o gigantesco fosso que separa o anseio popular por mudanças da representação política obtida através do voto, só formalmente livre e soberano.

Por tudo isso, quero adiantar que meu voto, assim como o da bancada do PSOL, será frontalmente contra essas indecorosas inovações constantes do relatório da PEC 77.

Diante de mais este golpe, o meu mandato e o PSOL cerram fileiras em defesa dos direitos do povo e da radicalização da verdadeira democracia popular.

---

Documento 231/516

---

225.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017-18:18
Publ.: DCD - 23/08/2017 - 153		PEDRO UCZAI-PT -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Presença, na Casa, dos Vereadores Rosaura de Oliveira Rodrigues, a Dra. Rosaura, e Jonatha Carlo Cabral, do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina. Transcurso do aniversário natalício da Vereadora Dra. Rosaura. Apoio à criação de fundo para financiamento público de campanhas eleitorais com valores reduzidos. Posicionamento contrário à adoção do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Sem revisão do orador.) - O.k.**  
Sr. Presidente, quero registrar com muita alegria a presença no Parlamento brasileiro de dois colegas nossos Vereadores do Município de Porto Belo, a Rosaura e o Jonatha, em um dia especial para a Rosaura - não podemos deixar de registrar que ela está fazendo aniversário.

Então, parabéns, Rosaura, pelo seu aniversário! Junto com o Jonatha, você está fazendo articulações e mobilizações, compreendendo um pouco a dinâmica do Parlamento brasileiro.

Sejam bem-vindos, nobres Parlamentares do Município de Porto Belo! Um abraço para vocês.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - V.Exa. tem 3 minutos. Pode continuar.

**O SR. PEDRO UCZAI** - Sr. Presidente, quero falar do tema do dia, da discussão do dia, em que nós vamos definir qual a cultura política, os instrumentos e as formas democráticas para escolher os representantes do povo brasileiro. Na reforma política, têm que ficar claro os temas centrais e os interesses subjacentes a esses temas centrais.

Todos os países modernos, a grande maioria na Europa, constroem fundos públicos, para evitar a promiscuidade e o conluio do setor privado. Nos Estados Unidos também é proibido o financiamento empresarial.

Portanto, o primeiro ponto é: vamos trazer de volta o debate acerca da possibilidade de empresários financiarem campanhas políticas? Tem que proibir que empresário ponha dinheiro na mão de político. Vamos trazer Joesley de volta? Ouvi desta tribuna que Joesley é criminoso. Vamos pegar os criminosos de novo para financiarem campanha política neste País? Não é possível trazer de volta o financiamento empresarial. Este é o primeiro ponto.

Em segundo lugar, o distritão. Só podem defender o distritão aqueles que não querem discutir de forma democrática e aberta a renovação da política.

Colegas de nossos partidos também vão disputar conosco as eleições, e, provavelmente, os que defendem eleições majoritárias o fazem porque não querem participar democraticamente do processo eleitoral. Querem se proteger. Quem vota no distritão opta por se proteger e se manter neste cargo.

Votaram a favor do Temer para preservá-lo e estão com medo de eleições? Votaram a favor da reforma trabalhista e estão com medo de eleições mais abertas? Vão votar a favor da reforma da Previdência, para roubar dos aposentados o direito a uma aposentadoria digna, e estão com medo de participar democrática e abertamente de eleições pelo sistema proporcional? Tem que ser voto proporcional, com fundo barato, com campanhas baratas, e pronto.

Se a Lava-Jato tem algo a nos ensinar é que foi feito o financiamento público pelas mãos do setor privado! Se não entendermos isso, nós não vamos compreender nada das críticas que a sociedade brasileira está nos fazendo.

Distritão? Não! Proteger e salvar os atuais mandatos, sem o julgamento das urnas? Não! Financiamento mais barato? Sim! Fundo eleitoral? Sim!

Além disso, vamos discutir abertamente o futuro percentual nos critérios de distribuição de recursos. Nos casos de pessoa física e de autofinanciamento, ele deve ser mais reduzido - 70% da média da



última eleição! Não vamos fazer campanhas milionárias! Vamos reduzir os valores das campanhas e vamos discutir ideias, propostas e projetos. É isso que a sociedade espera deste Parlamento. Distritão, não!

---

Documento 232/516

---

225.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017-18:42
Publ.: DCD - 23/08/2017 - 161		ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do PT contrário à implantação do sistema de voto denominado distritão e favorável à criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia - FFD. Defesa de alteração do calendário eleitoral do País.

---

#### **O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr.**

Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, todos os que me ouvem neste momento, o clima neste plenário indica que está muito difícil aprovar a reforma política nesta Casa, ainda que seja uma minirreforma política.

O nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, é favorável à criação de um fundo eleitoral. Aliás, não é de hoje. Nós sempre defendemos o financiamento público exclusivo para as eleições. Mas é claro que isso não tem chance de passar. Então, nós queremos, sim, a aprovação de um fundo eleitoral.

Eu quero dizer ao povo brasileiro que as campanhas eleitorais neste País são financiadas com dinheiro público ilegal. A maioria dos recursos, de uma forma ou de outra, é pública. Nós temos que legalizá-las.

O valor proposto para o fundo eleitoral não é alto, como estão dizendo. Ele se destina a financiar campanhas eleitorais no Brasil, que é do tamanho de um continente, ele se destina a financiar a democracia.

Agora, se nós queremos gastar menos dinheiro em campanha eleitoral neste País, temos que acabar com essa história de eleições de 2 em 2 anos, temos que acabar com o mandato de 4 anos. Neste País, a cada 2 anos há eleição. Quando o Presidente da República, o Governador, o Prefeito sentam na cadeira, no primeiro ano do mandato, praticamente só encontram pepino para resolver, deixado pelo antecessor. Para

liberar um projeto, demora 1 ano, 2 anos, 3 anos. Nesta Casa, às vezes, espero por 3 anos ou 4 anos para ver uma emenda parlamentar aprovada ser liberada para um Município do interior do meu Estado do Pará.

Então, não tem cabimento o Brasil continuar realizando eleições de 4 em 4 anos. Dessa forma, em 20 anos, em vez de apenas três eleições, vamos fazer quatro eleições, cinco eleições ou seis eleições. Se nós queremos baratear as eleições - e temos de barateá-las -, precisamos discutir uma proposta de reforma completa e acabar com os mandatos de 4 anos. Se o Senador tem mandato de 8 anos, se os Ministros do Supremo Tribunal Federal têm mandato de 30 anos, 40 anos, por que não podemos aumentar o mandato de Deputados, Vereadores, Prefeitos? Aí, sim, gastaríamos menos com eleições neste País. O Partido dos Trabalhadores está firme contra o distritão e a favor de um fundo que venha a financiar as campanhas eleitorais com transparência. Precisamos fazer um debate sincero com o povo brasileiro, que está sendo mal informado. Ninguém entende nada, ninguém sabe o que está acontecendo e o que vai acontecer.

---

Documento 233/516

---

225.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

22/08/2017-18:58

Publ.: DCD -  
23/08/2017 - 164

BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do orador contrário ao financiamento empresarial de campanhas eleitorais.

---

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, uma coisa é nós consideramos o fundo de 3,6 bilhões para campanhas eleitorais um exagero, porque realmente é um exagero. Outra coisa, bem diferente, é usar isso como desculpa para não aprovar fundo nenhum e então querer trazer o poder empresarial de volta para dentro do Congresso Nacional. Sim, quero usar esta tribuna para alertar o povo brasileiro. Atenção! Já há aqui no Congresso quem queira que a JBS, a Odebrecht e outras grandes empresas continuem pagando as campanhas eleitorais. Você, cidadão, você cidadã, sabe bem o que isso significa. Significa que o Congresso continuará mandado por essas grandes empresas,

que o Congresso continuará a fazer leis para beneficiar essas grandes empresas e que, é claro, fazendo isso, não dará prioridade para projetos e ações que poderiam melhorar a vida da população brasileira. Será que já não basta a montanha de denúncias que comprovam o desastre que foi para o Brasil o financiamento privado de campanhas? Será que as milhares de horas de delações, confissões, gravações e depoimentos não fizeram alguns congressistas aprenderem a lição? Financiamento empresarial é como tumor na política: ou se extirpa ou ele cria metástase e mata a boa política.

Então, minha gente, nem tente me convencer a apoiar a volta do financiamento empresarial. Eu sou radicalmente contra o financiamento empresarial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 234/516

225.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017-19:00
Publ.: DCD - 23/08/2017 - 165		SILVIO COSTA-PTDOB -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Perspectiva de rejeição da proposta de reforma política em tramitação na Casa. Expectativa quanto à proibição, pelo Supremo Tribunal Federal, de coligações partidárias nas eleições de 2018. Defesa de convocação de Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para realização da reforma política.

---

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos nós sabemos que a política é um eterno exercício de esperança, mas, sinceramente, em relação à reforma política, a maioria desta Casa está conseguindo matar até a esperança.

Com todo o respeito aos Parlamentares que compõem aquela Comissão, presidida pelo Deputado Lucio Vieira Lima, tendo como Relator o Deputado Vicente Candido - às vezes não é culpa do Deputado Vicente nem do Deputado Lucio -, chega lá todo tipo de ideia, a mais esdrúxula, e o indivíduo a coloca no parecer. Ninguém é louco nesta Casa! Não é possível que vocês não tenham tomado remédio! Ninguém vai aprovar distritão aqui! Distritão é a negação da política, é a fulanização da política, é a negação dos

partidos. Distritão é o fortalecimento do poder econômico, é beneficiar quem já tem mandato. Ninguém é louco para votar a favor do distritão! O fundão é uma agressão à opinião pública. Já existe no Brasil o Fundo Partidário. O Fundo Partidário que todo partido tem não é para bancar apenas a estrutura do partido, é para ajudar durante o processo eleitoral. Portanto, este fundão e este distritão não vão ser aprovados - ponto.

Vejam, eu acabo de vir - ainda tinha uma ligeira esperança - lá da Comissão que está discutindo a proibição das coligações. Quando chego lá, está o maior pau: uns querem para 2018, outros querem para 2020. Modificaram a que foi aprovada no Senado. Se for aprovada aqui - hoje é dia 22 de agosto -, vai para o Senado, e não vai dar tempo.

Moral da história: mais uma vez vai ocorrer a judicialização da política no Brasil. Nós não vamos, lamentavelmente, aprovar nada.

O Supremo já fez um mal a este País quando acabou com a cláusula de barreira - isso foi um erro do Supremo. Mas o Supremo agora vai fazer um bem. Eu tenho certeza de que não vai acontecer nada aqui, mas o Supremo vai aprovar o fim das coligações nas eleições proporcionais. E, preparem-se, vão aprovar o fim das coligações para 2018!

Moral da história, pessoal - vamos fazer um pacto aqui -, só há um jeito de ocorrer reforma política e eleitoral neste País: um dia elegermos um Congresso Nacional apenas para discutir reforma política e reforma do Estado. Com uma Constituinte diferente disso, todo mundo aqui vai olhar para o seu umbigo e para o seu partido.

Morreu a reforma política! Não vai haver, lamentavelmente, reforma política no Brasil.

---

Documento 235/516

---

225.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017- 19:08
Publ.: DCD - 23/08/2017 - 166	NELSON PELLEGRINO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do PT favorável ao financiamento público de campanhas eleitorais com limite de gastos.

---

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Casa

de novo está diante de um dilema muito grande. Depois de todos os escândalos a que assistimos, envolvendo a política e o financiamento de empresas, o Supremo Tribunal Federal proibiu as empresas de financiarem campanhas eleitorais - aliás, uma bandeira que o Partido dos Trabalhadores historicamente sempre defendeu nesta Casa. Eu aprendi na faculdade de Direito, como qualquer estudante de Medicina, Filosofia ou Ciências também aprendeu, que sistema é um todo coerente e integrado. Quando se mexe num fator, desequilibra-se o sistema como um todo.

Com todo o respeito ao Supremo Tribunal Federal, apesar de a sua decisão ter sido correta, de proibição do financiamento de campanhas eleitorais por empresas, ele retirou do sistema o seu elemento fundamental, ou seja, o financiamento de campanhas. Ao tomar essa decisão, o Supremo desequilibrou todo o sistema. É como tirar de alguém os pulmões e esperar que o resto do seu corpo funcione ou que o corpo funcione com apenas 20% de um pulmão. É óbvio que isso trará graves consequências, levando inclusive ao colapso de todo o sistema.

Essa é a questão fundamental que nós estamos debatendo neste momento. O Supremo, ao retirar o financiamento, deixou esta Casa diante da necessidade de colocar alguma coisa no lugar, alguma coisa possível, que possa garantir isonomia, que possa garantir que na próxima eleição não venham para cá os ricos, os aventureiros e os que sejam financiados pelo crime organizado. Do jeito que as coisas estão indo, com a legislação atual mantida, se não aprovarmos nada, os ricos poderão financiar suas campanhas e voltar; os aventureiros que se arriscam a fazer caixa dois poderão voltar; mas aqueles que realmente têm a perspectiva de disputar a eleição dentro da lei correrão sério risco de não voltar a esta Casa.

Portanto, esta Casa não pode se omitir. Se se omitir, o Supremo mais uma vez legislará. E esta Casa é o Poder legítimo para estabelecer o sistema eleitoral que o Brasil deve adotar.

A nossa bancada acaba de decidir que é a favor do financiamento público de campanhas com limite de gastos para os Parlamentares. E até aceita o estabelecimento do sistema distrital misto alemão, como parte do diálogo para a construção de um novo sistema no Brasil.

---

Documento 236/516

---

225.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017- 19:20
Publ.: DCD - 23/08/2017 - 192	DANILO FORTE-PSB -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

## *Sumário*

Conclamação à Casa para aprovação de proposta de reforma política.

---

**O SR. DANILO FORTE** (PSB-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, a minha fala é para o Plenário. Hoje, a minha fala é para cada um dos Deputados e Deputadas, dos mais diversos Estados brasileiros, que estão aqui presentes nesta Casa, representando o seu povo, representando a sua gente.

O modelo político brasileiro faliu em todos os sentidos. As manchetes dos jornais, como foi levantado agora há pouco pelo Deputado Miro Teixeira, são perversas e muitas delas verdadeiras, quando colocam em letras garrafais o sentimento da Nação brasileira diante de tantos desvios, de tantas fraudes, de tantas condutas corruptas que enlameiam a política brasileira e trazem consigo um sentimento de repulsa no conjunto da sociedade.

Neste momento só há um remédio, só há uma solução, só temos um caminho a fazer para poder banir ou diminuir a incidência do malfeito na política brasileira: sairmos deste processo com uma reforma política mínima, necessária, para haver alguma tranquilidade e alguma luz a partir de 2019 que seja capaz de conduzir o País para novos rumos. Não adiantam as falas, por mais que sejam feitas, se nós não tivermos um compromisso e uma responsabilidade em votar aquilo que, no mínimo, seja capaz de dar uma tranquilidade e permitir, do ponto de vista legal e do ponto de vista moral, que a eleição seja feita no ano que vem.

O princípio da anualidade nos impõe um limite de tempo. Esse limite de tempo é 7 de outubro. Até 7 de outubro, precisamos estar com essa legislação no mínimo atualizada, para poder corresponder à vontade da Nação brasileira.

A Nação brasileira não aceita mais os conchavos partidários. A Nação brasileira não aceita mais a venda do tempo de televisão. A Nação brasileira não aceita mais o eleito oculto, que pega carona em um bem votado. A Nação brasileira quer uma transição que seja capaz de fazer com que nós possamos nos orgulhar dos nossos representantes, dos nossos Deputados, dos nossos Senadores, dos nossos Vereadores. E é exatamente isso que esta Casa tem a obrigação de fazer neste momento.

A discussão estéril, que não chega a um consenso mínimo favorável a uma votação, prejudicará inevitavelmente todos aqueles que têm na política a sua vocação, todos aqueles que tenham responsabilidade com seus eleitores, todos aqueles que se acham na envergadura de poder debater aquilo que o povo nos propôs: legislar, votar as matérias, enfrentar-nos no plenário, sem buscar na obstrução um refúgio, uma saída acovardada para não votar.

Os partidos precisam ter um entendimento mínimo do seu papel. A grande maioria das direções partidárias está completamente ausente

do debate político. É por isso que poucos, ou quase nenhum deles, conseguem sequer fechar uma questão ou ter um posicionamento próprio acerca de qual reforma política que temos que votar.

Todas as bancadas estão fragilizadas, todas as bancadas estão divididas com relação aos conceitos que devem aprovar. Mas nós temos que aprová-los.

Então é necessário que a maturidade e a paciência sejam capazes de construir dentro dos blocos aqui representados o mínimo necessário para que, naquilo que nos une, naquilo que é capaz de dar transparência ao processo, possamos votar.

E o tempo é exíguo, o tempo é muito curto. O debate já vem há muito tempo. Não é um debate da noite para o dia, não é uma questão nova na política brasileira. É uma questão que já vem se alimentando daquilo que há de pior: o dinheiro oculto - ninguém sabe a origem das doações. Há, muitas vezes, busca de empresas de forma fraudulenta para haver peso político na República brasileira, comprando-se bancadas e investindo-se recursos escusos, exatamente para fragilizar a nossa democracia.

Então, Deputados e Deputadas, é fundamental o compromisso e a responsabilidade. Nós temos que votar pelo menos aquilo que é viável, temos que concluir a votação até o final do próximo mês.

O Senado já nos deu uma oportunidade de votarmos aqui aquilo que foi votado no passado. No vácuo da falta de harmonia dos Poderes, nós votamos pela cláusula de desempenho, em que os partidos têm que ter um mínimo de representação, para diminuir esse colchão de negociatas. Foi o Supremo Tribunal Federal que admitiu uma inconstitucionalidade com relação a isso. Temos a oportunidade de votar de novo. Já foi no Senado. Precisamos dar celeridade a isso. Aqui enalteço o trabalho da Comissão presidida pela Deputada Shéridan. Temos que entregar ao Plenário, o mais rápido possível, não só a cláusula de desempenho, como também o fim das coligações, que foi nocivo para a vivência dos partidos do nosso País.

Além disso, nós precisamos avançar no trabalho da Comissão, concluído na semana passada, votando um sistema transitório de representação eleitoral. Nós não temos condições, na geopolítica brasileira, de mapear os distritos, para formatar o distrital misto de imediato. Nós não temos como fazê-lo num país do tamanho de um continente, com mais de 130 milhões de eleitores.

Então, nós precisamos de tempo para fazer o distrital misto. Mas há um projeto de transição que abriga uma nova representação, de fácil entendimento por parte da população, que é exatamente aquele sistema no qual os mais votados são os representantes do povo.

Assim é a democracia, cujo princípio maior é que cada cidadão corresponda a um voto e que a soma de votos corresponda à eleição dos representantes nas Casas Legislativas. Diante disso, está o distritão puro, sem tergiversações, sem maculações na formatação.

Esse sistema tem consistência tanto do ponto de vista jurídico - a cláusula da representatividade está abrigada na Constituição - como do ponto de vista matemático.

As empulhações criadas levaram a um tal de semidistritão ou distritão misto. Esse modelo não tem nem sequer embasamento jurídico, porque cria distorções sobre a eleição para o mesmo cargo, nem embasamento matemático, porque não se sabe o que vai ser considerado de forma proporcional, o que vai ser considerado voto na legenda ou o que vai ser considerado voto majoritário.

Então, eu convoco esta Casa, convoco humildemente os Srs. e as Sras. Deputadas para que nós façamos um exercício de consciência. Mesmo com posições divergentes, mesmo com posições antagônicas, não vamos perder a oportunidade de correspondermos à expectativa da Nação brasileira por um processo eleitoral claro, para não terminamos a eleição do ano que vem respondendo a um processo penal inevitavelmente.  
Obrigado.

---

Documento 237/516

---

225.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017-19:20
Publ.: DCD - 23/08/2017 - 206		SILVIO COSTA-PTDOB -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	QUESTÃO DE ORDEM QUESTÃO DE ORDEM

---

### *Sumário*

Questão de ordem sobre procedimento de votação de matéria relativa à reforma política.

---

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, tenho uma questão de ordem baseada no art. 96.

Eu fui informado de que os Líderes estão propondo um acordo a V.Exa. para tentar fatar a votação. V.Exa. sabe que isso não é permitido. Primeiro, temos que votar o texto principal, ressalvados os destaques, exceto se a proposta do Deputado Vicente fosse uma emenda aglutinativa. Portanto, eu peço a V.Exa. que não ceda ao apelo dos Líderes. Primeiro, nós temos que votar o texto principal, depois os destaques. Estão discutindo ali: "*Primeiro vota o fundão, depois o distritão, depois não sei o que lá*". Isso não pode.

O Regimento é claro: vota-se primeiro o texto principal, ressalvados os destaques. A ordem dos destaques - V.Exa. sabe disso - é a ordem da Mesa: Destaque nº 1, Destaque nº 2, Destaque nº 3, Destaque nº 4, Destaque nº 5.

Não há acordo aqui para tentar aprovar essa reforma, até porque todo



mundo sabe que não vai ser aprovado nada. Vai ser aprovado o texto principal, que não vale nada, e depois derrotamos os destaques.

---

Documento 238/516

---

225.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/08/2017- 19:20
Publ.: DCD - 23/08/2017 - 242	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do PSOL sobre a proposta de reforma política. Contrariedade à implantação do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Deputados, Deputadas e principalmente aqueles que estão assistindo à sessão neste momento, esta tentativa de fatiar a votação da reforma, colocando em primeiro lugar o distritão, nada mais é do que uma tentativa de chantagem. Está sendo realizada uma chantagem.

Alguns partidos da base do Governo indicam para outros partidos que só votam algumas das matérias que estão no conjunto da proposta de emenda à Constituição se aprovarem o distritão. Só que o distritão é muito ruim para o Brasil, Deputado Estadual Marcelo Freixo, que hoje está conosco neste plenário da Câmara dos Deputados.

O distritão é ruim para o Brasil porque faz com que os Deputados que já estejam no exercício do mandato levem extrema vantagem. É o projeto da continuidade, da blindagem. Pelo distritão, 92% dos Parlamentares que hoje aqui exercem mandatos se elegeriam na eleição de 2014. E mais: do jeito que a proposta está confeccionada, esses são exatamente aqueles Deputados que vão ter mais recursos para a realização de campanhas em todo o Estado e que, por esse motivo, vão levar vantagem.

O PSOL sempre defendeu o financiamento público de campanhas eleitorais. O financiamento empresarial é o pior dos modelos. Agora, você não pode sair de um financiamento bilionário empresarial para um financiamento bilionário público. As campanhas precisam ser programáticas, modestas, com debates entre os candidatos e os partidos, com as suas respectivas defesas, para que sejam colocadas em prática no Executivo ou no Legislativo.

Além disso, votar uma cláusula de barreira é uma tentativa concreta de evitar que partidos programáticos, ideológicos, e que, por isso, podem passar a ser forças emergentes, necessariamente estejam impedidos

de fazê-lo. Se fosse única e exclusivamente para impedir o funcionamento de pequenos partidos que querem negociar tempo de televisão, bastaria, em primeiro lugar, o fim da coligação proporcional e, em segundo lugar, que o tempo desses pequenos partidos, que não são programáticos nem ideológicos, não fosse acrescido ao tempo de TV.

A proposta de reforma política que o PSOL defende é aquela que amplia os instrumentos de participação direta da sociedade, diminui o peso do poder econômico sobre os mandatos, faz com que o Parlamento tenha mais cara de Brasil. Infelizmente, não é essa a proposta que está para ser votada por este Plenário.

"Não" ao distritão!

---

Documento 239/516

---

227.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-11:20
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 31	AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Solicitação à Presidência de votação de proposta de emenda à Constituição sobre a reforma política aprovada pelo Senado Federal.

---

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA** (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente Carlos Manato, ontem, pelos debates que aqui ocorreram, nestas tribunas, em torno da reforma política, pôde-se perceber que há um grande conflito entre consciências individuais e interesses político-partidários. Não há consenso, na realidade. Aliás, nem pode haver consenso, pois se trata de uma proposta imoral, de uma proposta que atenta contra a democracia.

Nós temos já aqui na Casa, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, a proposta de emenda à Constituição que veio do Senado, aprovada em dois turnos, e que propõe, entre outras coisas, o fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais e, ao mesmo tempo, uma cláusula de desempenho partidário, com uma cláusula de barreira muito bem definida. Essa é a proposta que vai aperfeiçoar esse contexto ruim da política brasileira neste momento.

Eu proponho à Presidência, à Mesa, que traga essa proposta à votação e abandone essas propostas que vieram da Comissão, relatadas pelo Partido dos Trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado.

---

Documento 240/516

---

227.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-11:22
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 32		ZECA DIRCEU-PT -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do orador sobre tópicos da proposta de reforma política.

---

**O SR. ZECA DIRCEU** (PT-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero trazer aqui meu posicionamento claro e consciente em relação à reforma política que está em debate nesta Casa.

Primeiro, minha posição é totalmente contrária ao distritão. O distritão vai de encontro ao que pensamos sobre a coisa pública, sobre a política, sobre a democracia. O distritão é o exercício do individualismo, e o individualismo não combina com tudo isso que eu citei. Nós devemos ter, cada vez mais, um modelo que prestigie o coletivo, a soma de esforços, as organizações e, principalmente, o fortalecimento dos partidos.

Quero me posicionar contrariamente e denunciar a movimentação que há nos bastidores pelo retorno do financiamento privado de campanhas eleitorais, por empresas.

Há muito tempo, isso vem gerando uma promiscuidade sem fim. Isso não funciona, não dá certo. Não é aceitável que empresários e grandes empresas voltem a fazer doações de dinheiro para partidos e políticos. É inacreditável que ainda haja Deputada, Deputado, Senadora e Senador que conpirem a favor disso e que desejem a volta desse sistema.

Nós queremos o sistema de financiamento público. Temos que observar sim a crítica correta que a população e os meios de comunicação têm feito pelos altos valores que aqui estão sendo propostos. O Brasil não pode mais ter campanhas alicerçadas no poder do dinheiro, elas têm que ser fundamentadas no poder da consciência das pessoas.

Por isso, defendo tirarmos esse valor de 3 bilhões e 600 milhões, termos uma discussão mais ampla e serena sobre isso e fazermos

campanhas franciscanas, com a introdução do fim das coligações e da cláusula de barreira, o que vai com certeza diminuir essa proliferação absurda de partidos que, na verdade, se constituem em partidos de aluguel.

Muito obrigado.

---

Documento 241/516

---

227.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017- 11:56
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 44	SÓSTENES CAVALCANTE-DEM -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Apoio ao financiamento privado de campanhas eleitorais e à adoção do sistema eleitoral denominado distritão.

---

**O SR. SÓSTENES CAVALCANTE** (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de deixar claro meu posicionamento sobre a reforma política.

Quero inicialmente dizer que sou Parlamentar de primeiro mandato; nunca respondi a um processo judicial na minha vida; meu nome não consta em nenhuma dessas listas em que políticos estão sob investigação, como a Operação Lava-Jato e outras; e, portanto, tenho muita tranquilidade para me posicionar, como vou fazer neste momento.

Deixo claro que PT, PSOL, PCdoB, esses partidos de extrema esquerda, sempre se posicionaram a favor da reforma política e do voto em lista. O voto em lista é a forma de esconder seus corruptos de estimação e empurrá-los, numa lista, goela abaixo da sociedade.

A segunda coisa que esses partidos sempre defenderam foi o financiamento público de campanha, dinheiro dos impostos dos cidadãos brasileiros para pagar campanhas eleitorais. Eles sempre defenderam isso aqui!

E mais: o Relator da atual reforma política é do Partido dos Trabalhadores. Foi ele quem propôs 0,5% do PIB, valor relativo a 3 bilhões e 600 milhões de reais, para fazer campanhas eleitorais.

Depois de falar do posicionamento desses que hoje vêm dizer que são contra o distritão, querendo agora enganar que são contra o financiamento público de campanha - não o são, sempre foram

favoráveis -, eu quero deixar claro o meu posicionamento. Quando houve a reforma política no ano passado, eu votei, e votarei sempre, pelo financiamento privado de campanha. Nunca sentei com empreiteiro, com dono de JBS, para pedir recurso - jamais! Tenho os meus parceiros, as pessoas que conhecem e acreditam no que defendo em meu mandato e me ajudam economicamente a estar aqui no Parlamento. Então, defendo o financiamento privado de campanha. Sou totalmente contrário ao que a esquerda quer. Eu defendo o voto distritão. E tentaram enganar a sociedade com o voto distritão. Quero deixar claro que, com o voto distritão, elegem-se os mais votados. Nada mais justo na democracia do que a eleição daqueles que têm mais votos para nos representar. Sabe o que querem? Querem ou continuar do jeito que está ou fazer o famoso voto em lista. O jeito que está fez com que Deputados que tiveram milhões de votos trouxessem outros com muito pouco voto. Isso é injusto, antidemocrático e enfraquece tanto o eleitor quanto o mandatário. Eu defendo o distritão porque ele é justo. Tenho certeza de que os que estão envolvidos em corrupção, com o voto distritão, não ganharão a eleição porque não terão votos para estar aqui com o voto majoritário. Distritão, sim; financiamento público de campanha, jamais! Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, nobre Deputado.

---

Documento 242/516

---

227.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-12:00
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 45	EDUARDO BOLSONARO-PSC -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Declaração de voto contrário à adoção do sistema eleitoral denominado distritão e à criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia. Contrariedade ao posicionamento do Tribunal Superior Eleitoral a respeito da reintrodução do voto impresso nas eleições brasileiras.

---

**O SR. EDUARDO BOLSONARO** (PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores que me assistem em casa, o que é o distritão? É aquele sistema eleitoral em que quem tiver

mais votos entra.

Então, num primeiro momento, ele é sedutor, porque a população pensa: "*Realmente é um sistema que vai acabar com aquele negócio do puxador de votos do partido trazer alguém com menos votos lá de baixo*". E a população acaba batendo palmas.

Mas, agora, vou convidá-los a uma reflexão. Quem tem mais chances de entrar aqui na Câmara em 2018: um Deputado que já tem um *know-how* eleitoral, sabe fazer campanha, já é conhecido, esteve durante 4 anos aqui no Congresso, discursando desta tribuna e engajado exclusivamente em pautas políticas, ou um novinho na política, que vai tentar agora em 2018 entrar aqui na Câmara dos Deputados?

E o distritão é uma venda casada, porque ele vem junto com o fundão, que é o Fundo Especial de Financiamento da Democracia. Que nome bonito -não é, Presidente?

Quando tem nome um bonito assim, população, desconfie. Esse é aquele fundo de 3 bilhões e 600 milhões.

Eu volto a perguntar para a quem tem intenção de se candidatar em 2018 para tentar entrar aqui no Congresso Nacional: acha mesmo que esses 3 bilhões e 600 milhões vão chegar à sua mão para fazer campanha, ou eles vão ser dados para os caciques, para os atuais Deputados tentarem a reeleição?

Então, reparem que não há nada de democrático, é mais uma tentativa para que os Deputados aqui dentro se reelejam.

E, antes que falem qualquer coisa, eu não estou aqui tentando legislar em causa própria, porque tive 82 mil votos em São Paulo, fui o 64º Deputado mais votado no Estado de São Paulo, que tem 70 Deputados Federais, ou seja, Sr. Presidente, se em 2014, quando eu fui eleito, já vigesse o distritão, eu estaria aqui dentro do mesmo jeito.

Termino a minha argumentação falando o seguinte: em 2014, quando fui eleito, houve uma renovação de 44% dos Deputados Federais desta Casa. Vejam que o sistema dá margem, sim, para que o Congresso seja oxigenado com pessoas novas!

É por isso que eu declaro aqui o que os meus seguidores no Youtube, no Facebook e no Instagram já sabem: vou votar contra o distritão e contra esse fundão, que é um escárnio!

Para a eleição há 3,6 bilhões, mas para o voto impresso, para colocar uma impressorinha ao lado da urna eletrônica, não há? TSE, vamos deixar de lado essa história de somente 5% das urnas terem voto impresso!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

---

227.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017- 12:06
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 47	WEVERTON ROCHA-PDT -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Apelo à Presidência para antecipação do horário de votação da proposta de reforma política. Solicitação aos Deputados do PDT de comparecimento ao plenário.

---

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, enquanto o próximo orador se dirige à tribuna, eu queria pedir a V.Exa. que fizesse um apelo ao Presidente Rodrigo Maia e aos Líderes da Casa. Nós todos estamos aqui, e o Brasil está de olho na Câmara, por conta da reforma política. Vamos fazer um esforço para começar as votações mais cedo hoje, para não corrermos o risco de entrar pela madrugada e termos o desgaste desnecessário de dizer que a Câmara votou a reforma na calada da noite.

Vamos aproveitar para, até o final da tarde, começarmos as votações e encaminharmos uma matéria tão importante e relevante como esta. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Na Casa, há 389 Deputados. Basta que eles venham ao plenário. Eu estou aqui desde 9 horas da manhã.

**O SR. WEVERTON ROCHA** - Chamamos toda a bancada do PDT para o plenário. Vamos agilizar, para podemos iniciar as votações!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Vamos convocar o PDT e a bancada do Maranhão.

**O SR. ZÉ GERALDO** - É só definir o que vamos votar.

---

Documento 244/516

---

227.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-12:10
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 48	ESPERIDIÃO AMIN-PP -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

## *Sumário*

Manifestação de voto contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, sobre o fim da reeleição majoritária, a simultaneidade das eleições e a duração de 5 anos dos mandatos para os cargos eletivos, nos níveis Federal, Estadual e Municipal, nos Poderes Executivo e Legislativo. Posicionamento favorável à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, sobre a proibição das coligações nas eleições proporcionais, regulamentação da autonomia dos partidos políticos, estabelecimento de normas sobre fidelidade partidária e funcionamento parlamentar dos partidos políticos.

---

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) - A honra é minha, Sr. Presidente. Ter V.Exa. na Presidência é sempre uma segurança para todos nós. A sua assiduidade também é nosso exemplo.

Também desejo neste momento, que antecede a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, e a deliberação da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, externar o meu voto.

Eu votarei contra a PEC 77/03, que trata de distritão, de fundão e de outras questões. Vou votar contra o fundão por ser uma bofetada no povo brasileiro. Vou votar contra o distritão, porque, uma vez adotado - isso vai ficar gravado aqui -, vai ser muito difícil modificá-lo, ele atende o *establishment*. Depois que o *establishment* consegue alguma coisa, é muito difícil mudar.

E votarei a favor da PEC 282/16, que veio do Senado. Ela trata do fim das coligações nas proporcionais, que considero a coisa mais importante para este momento da política, e contém a cláusula de desempenho e a federação partidária.

Defendemos um destaque supressivo do art. 3º para que antecipemos para 2018 o fim das coligações nas eleições proporcionais, mas reconhecemos que não será fácil aprová-lo. Se o destaque para suprimir o art. 3º e, conseqüentemente, antecipar o fim das coligações não for aprovado, ainda assim, ficarei com a PEC 282, porque ela é menos nociva ao Brasil do que a PEC 77, com os seus fatiamentos, com os seus gravetos, com os seus seccionamentos.

A PEC 77 foi contaminada, Sr. Presidente. Como dizem os nordestinos, foi contaminada pela "catinga de égua". É um cheiro que não sai mais da roupa. Não é assim? Lava-se tanto a roupa para tirar aquele cheiro que se perde a roupa. Então, ela está contaminada pelos oportunismos de que foi acometida.

Fico com a PEC 282, mesmo sabendo que ela não é a dos meus sonhos, mas até para que minha consciência possa dizer: eu sou a favor de alguma reforma política. No caso, a que menos mal produzirá ao Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Nobre Governador, eu tenho defendido que a melhor reforma é aquela que vamos fazer para entrar em vigor em 2040. Aí não estaremos mais aqui. Então resolve. Não



adianta fazer uma reforma agora para 2018. Isso é brincar.

---

Documento 245/516

---

227.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-12:14
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 49		JOSÉ NUNES-PSD -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Confiança do orador na liberação pelo Governo Federal de recursos para o Estado da Bahia. Necessidade de consenso da Casa para a aprovação da reforma política.

---

**O SR. JOSÉ NUNES** (PSD-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é importante o que disse agora o nobre Deputado Jorge Solla, da Bahia, sobre a liberação desse recurso, na ordem de 600 milhões de reais, para a Bahia ter condição de recuperar estrada, construir barragem, enfim, investir na infraestrutura do nosso Estado, que precisa muitíssimo desse recurso. A Bahia vai precisar também, Sr. Presidente, de outro financiamento, na ordem de 200 milhões de euros, algo que está sendo trabalhado. Não tenho dúvida de que o Governo vai ajudar nessa liberação, porque o Estado pertence à Federação, de forma que não pode ser prejudicado em virtude de questões políticas instaladas nos últimos tempos.

Sr. Presidente, quero também, na oportunidade, falar sobre a reforma política.

Infelizmente, a reforma política só é tratada com atenção quando falta 1 ano, 1 ano e 1 mês, 1 ano e 2 meses para as próximas eleições, como é o caso agora. Portanto, só temos até a primeira semana de outubro para bater o martelo e ver se sai algo.

Pessoalmente, não quero ser pessimista, acho que, do jeito que a coisa anda, não teremos mais uma vez a reforma. Já dizia o saudoso Ulysses Guimarães que reforma política neste País só poderá acontecer um dia se for feita para vigorar por duas ou três eleições. Então, para as próximas eleições, dificilmente teremos essa reforma política. Lamentavelmente, cada Parlamentar só olha para o seu umbigo, só vê o que é melhor para si nas eleições.

Dessa forma, acho que temos que acelerar, se quisermos pelo menos

fazer um arremedo de reforma política. Está muito difícil! A cada hora aparece uma novidade. É preciso que se centralizem as ações na reforma política nesses próximos dias para ver se sai alguma coisa importante, porque, de outro modo, certamente deixaremos a condição de legislar para o Supremo Tribunal Federal. Assim, mais uma vez vamos assinar um atestado de incapacidade de resolver os nossos problemas...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. JOSÉ NUNES** - Sr. Presidente, vou concluir.

Se isso não acontecer, vamos permitir ao Supremo que, mais uma vez, dê uma lição a esta Casa: "*Vocês não resolvem nem os problemas de vocês, imaginem os do País*".

É uma decepção para todos nós não poder votar a reforma mais importante desta Casa, que é a reforma política. Como se diz, esta é a mãe de todas as reformas. Precisamos encontrar uma forma de resolver esse problema ainda hoje ou até a próxima semana.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

---

Documento 246/516

---

227.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-12:18
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 50	JHONATAN DE JESUS-PRB -RR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Declaração de voto contrário à adoção do sistema eleitoral denominado distritão e à criação de fundo para financiamento público de campanhas eleitorais.

---

**O SR. JHONATAN DE JESUS** (PRB-RR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre a reforma política.

O Parlamento poderia ter começado essa reforma política antes, e agora veio essa história de distritão e fundo de campanha.

Eu quero dizer que o meu posicionamento, Sr. Presidente, é contrário. O País está passando por uma crise institucional, moral e ética. E não dá para se instituir um financiamento público de campanha, quando não se fala de onde vai sair esse fundo de 3,6 bilhões. Não se fala de onde vai sair esse dinheiro, mas se fala que ele vai estar disponível

para financiar a campanha.

Nós estamos aqui nos manifestando. Publicamente, o PRB já se manifestou. Vamos votar contra o distritão e vamos votar contra o financiamento público de campanha. Colocar o povo, num momento de crise, para pagar os custos de uma campanha não é possível, e não vamos aceitar isso.

Votaremos contrariamente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado.

---

Documento 247/516

---

227.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-12:24
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 52	AUGUSTO CARVALHO-SD -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento contrário à criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia, no âmbito do processo de reforma política.

---

**O SR. AUGUSTO CARVALHO** (SD-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço à Deputada Keiko Ota.

A proposta de criação de um fundo para financiamento da democracia, Sr. Presidente, está na contramão do sentimento da Nação. Isso é um absurdo!

Enquanto o Ministro do Planejamento faz as suas feitiçarias com os números para apresentar o encolhimento da conta e corta 10 reais no salário mínimo para economizar 3 bilhões ao longo de 1 ano; enquanto vemos auditorias do TCU apontarem prejuízo de 50 bilhões anuais na Previdência; fala-se em criar um fundo para o financiamento da democracia de 3,6 bilhões.

Espero que esta Casa não cometa essa loucura em relação ao que espera a sociedade brasileira.

Esse é o nosso desejo, Sr. Presidente.

---

Documento 248/516

---

227.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

23/08/2017-12:30

Publ.: DCD -  
24/08/2017 - 56

ZÉ GERALDO-PT -PA

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Apoio ao financiamento público de campanhas eleitorais. Defesa de realização de eleições de 6 em 6 anos. Conveniência da realização de eleições para Senador da República de 8 em 8 anos. Desinteresse de Parlamentares na realização da reforma política.

---

#### **O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr.**

Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu penso que os eleitores brasileiros deveriam perguntar a todos aqueles que criticam a existência de um fundo público para financiar as campanhas, que são contra esse fundo, qual é a melhor forma de financiar as campanhas. Se não tem dinheiro público nas campanhas, tem dinheiro privado. Será que algum eleitor no Brasil acredita que um Senador, um Deputado Federal ou Estadual, um Governador, um Presidente da República tira dinheiro do próprio bolso, vende o seu apartamento, vende a sua fazenda, faz uma coleta com os amigos para financiar as campanhas? Vamos parar de hipocrisia! Vamos dizer a verdade! Se nós temos que gastar menos dinheiro em campanha, vamos gastar. Ontem eu disse aqui da tribuna que nós poderíamos ter eleições no Brasil de 6 em 6 anos. Até alguém disse que eu falei em 8 anos. Não, falei em 6 anos. Falei em 8 anos quando citei os mandatos de Senadores. Por que no Brasil Ministro do Supremo, que nunca foi eleito para nada, é indicado e pode ficar até 40 anos no cargo? Porque se ele entrar jovem, indicado, ficar até 60, 70 anos, poderá ficar lá por 40 anos, e sem nenhuma eleição. Por que o Senador fica 8 anos no cargo?

E vou dizer: quem se elege pessoalmente é Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador. Governador tem uma frente que o elege; Presidente da República também; Senador também é eleito por uma frente. Um monte de partidos se juntam para eleger um Senador, que terá mandato de 8 anos. Portanto, não é um bicho de sete cabeças, não. O Senador tem um mandato maior.

Eu visitei agora, no Pará, três Prefeitos que vão gastar o primeiro e o segundo anos de mandato só para resolver o pepino que receberam. O Prefeito de Alenquer, na margem esquerda do Amazonas, com 2 anos de mandato não resolveu os pepinos que lhe foram deixados. No mandato anterior, o Município teve 4 Prefeitos. O Prefeito de Juriti, no Pará, recebeu uma dívida de 40 milhões de reais. O Prefeito do Brasil Novo, na Transamazônica, coitado, recebeu um Fundo de Participação

equivalente a 14 mil habitantes, mas seu Município tem mais de 25 mil habitantes - o Município tem 14 mil eleitores.

Um Governador às vezes demora 3 anos para encaminhar um projeto e receber o dinheiro do BNDES, do Banco Interamericano. Um Deputado demora 3 anos para ver uma emenda parlamentar sair lá na ponta. Eu tenho emenda do Pará que, com 4 anos, nem teve início ainda, porque o projeto não foi aprovado na Caixa Econômica, na FUNASA, na Prefeitura.

Portanto, Sr. Presidente, por que não se discute isso? Ninguém quer discutir. O nosso Relator trabalhou muito.

A primeira suplência do Senado é um escândalo. Um Senador se elege com 1 milhão de votos, coloca um primeiro suplente que ninguém conhece - pode inclusive ser o guarda-costas dele -, e, na ausência do Parlamentar, o suplente vira Senador. Não é o segundo ou o terceiro candidato mais votado que vira Senador, mas o primeiro suplente, sem ter recebido nenhum voto.

Esta reforma tem grandes chances de não acontecer, porque realmente aqui existem Parlamentares que acreditam que o melhor é que fique do jeito que está. O sistema é melhor do jeito que está para quem vai comprar eleição no ano que vem. Muita gente já está comprando agora a cadeira do ano que vem. Há candidatos, inclusive Deputados, gastando de 100 mil a 200 mil reais por mês.

Agora serão os dólares que, talvez, vão financiar essas campanhas, porque essas privatizações...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. ZÉ GERALDO** - Peço que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado. Vamos divulgar tudo.

---

Documento 249/516

---

227.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-13:00
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 66		JÚLIO DELGADO-PSB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Denúncia de existência de pressão sobre os Deputados para aprovação de tópicos da reforma política. Defesa de apreciação pela Casa da proposta de destinação de recursos do Fundo Partidário para campanhas

eleitorais.

---

**O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, quero agradecer ao Deputado Marcon por aguardar. Primeiramente, quero registrar aqui, o que já fiz com V.Exa., o equívoco do Governo com relação ao anúncio da privatização da ELETROBRAS. Nem países totalmente capitalistas privatizam um setor estratégico como esse, como foi anunciado ontem pelo Governo, como se isso fosse reduzir a tarifa ao consumidor. Trata-se de um equívoco profundo. Não é isso. O objetivo de empresas privadas é o lucro. Não vai ter redução de tarifas nunca.

Outro tema que quero abordar, Sr. Presidente, diz respeito ao que está acontecendo no Senado e agora na Câmara. Tentam pressionar a Comissão da Reforma Política ali com o fim das coligações, para forçar a Comissão a aprovar o distritão hoje à tarde, pois veem que não têm número para isso. Tem sido feita uma chantagem em cima da outra. As pessoas estão fazendo reforma política aqui, Sr. Presidente, em cima da perna, de qualquer jeito, escrevendo de qualquer forma. Já no Senado, Deputado Marcon, eles não vão se fazer de bandidos; vão se fazer de mocinhos: os equívocos que forem cometidos aqui vão ser demagogicamente corrigidos lá. É importante que fiquemos atentos a isso, para que não aproveamos algo equivocada aqui, e o Senado corrija nosso erro, como se fosse o dono da boa história. A boa história tem que ser contada por nós também.

Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que já está surgindo uma proposta do Senador Ronaldo Caiado, que foi nosso colega na Comissão de Reforma Política, no sentido de que façamos um aporte dos recursos do Fundo Partidário existente na Justiça Eleitoral - como, por exemplo, o destinado para os comerciais de 10 minutos -, de modo que esses recursos sejam diluídos em ano eleitoral. Dessa forma, utilizaríamos esses recursos, que são orçamentários, que já existem, e o disponibilizaríamos para as campanhas, sem a necessidade de criação da aberração desse novo fundo.

Vamos antecipar isso! O Senado está querendo criar lá, e a Câmara tem a oportunidade de fazer isso aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 250/516

229.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

23/08/2017-16:48

Publ.: DCD - 24/08/2017  
- 339

ROBERTO ALVES-PRB -SP

CÂMARA DOS

ORDEM DO DIA

DISCURSO

---

### *Sumário*

Transcurso do 12º aniversário de fundação do PRB. Desempenho do Prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella. Posicionamento do partido contrário à adoção do voto denominado distritão e à criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia, no processo de reforma política. Congratulações aos membros do PRB.

---

### **PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO**

**O SR. ROBERTO ALVES** (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, no próximo dia 25, o Partido Republicano Brasileiro completa 12 anos de fundação. Nada mais justo vir à tribuna desta Casa para expressar a minha gratidão a este partido, que vem ajudando a melhorar o País. Eu tenho orgulho de fazer parte do PRB - um partido decente, que tem raízes fincadas na figura do saudoso Vice-Presidente da República José Alencar, um homem probo, sábio, empreendedor, que dedicou a vida lutando pelo crescimento do País, um verdadeiro republicano. Sr. Presidente, o PRB é um partido em franca expansão. Apesar de jovem, vem seguindo uma trajetória vitoriosa no cenário político brasileiro. Nas eleições estaduais de 2014, elegeu 21 Deputados Federais, contra seis nas eleições de 2010. Nas eleições municipais de 2016, foram 106 Prefeitos eleitos, contra 80 em 2012, significando um aumento de 32,5%. No mesmo pleito de 2014, foram eleitos 1.604 Vereadores, 32% a mais em relação às eleições de 2012. Sr. Presidente, o PRB surpreende não apenas pelo seu desempenho nas eleições, mas também pela sua capacidade de governar. Prova disso é o trabalho desempenhado pelo republicano Marcelo Crivella à frente da Prefeitura do Rio de Janeiro. Crivella não faz uso da pirotecnia para mostrar que está fazendo um excelente trabalho. Ele herdou uma Prefeitura endividada, beirando a falência. Dando um passo de cada vez, com paciência e maturidade, Crivella está conseguindo pagar as dívidas, rever contratos, reduzir despesas e garantir o funcionamento da máquina pública. A gestão de Crivella tem pouco mais de 6 meses, mas já é elogiada pela população fluminense. É assim que o PRB trabalha: pensando sempre no melhor para todos. Afinal, o nosso partido tem no seu DNA a luta pela igualdade, fraternidade e dignidade. Nós, da bancada do PRB na Câmara, trabalhamos para que os brasileiros tenham mais oportunidades de trabalho, mais acesso à saúde, à segurança, à educação e ao ensino profissionalizante. O PRB, Sr. Presidente, sempre esteve do lado dos brasileiros. Historicamente, participamos de decisões importantíssimas para o nosso País. Hoje, fazemos parte de um governo que vem trabalhando e buscando parcerias para concretizar as reformas que são necessárias para o Brasil voltar a crescer. Apoiamos a reforma trabalhista, que visa a flexibilizar as relações entre

empregadores e empregados, sem retirar os direitos adquiridos pelos trabalhadores.

Neste momento, estamos abertos ao diálogo no que consiste a reforma política. Nossa bancada trabalha por uma reforma política justa, que mude para melhor o que está em vigor. O PRB acredita ser importante que o cenário político passe por constantes renovações e, por isso, não crê que o distritão seja o melhor para o Brasil, uma vez que esse modelo poderá privilegiar somente aqueles que permanecem na política graças à sua fama ou recursos, impedindo que novos personagens surjam no cenário político, sobretudo os mais jovens. Isso será muito ruim para a democracia.

O Fundo Especial de Financiamento da Democracia é outro ponto que, a nosso ver, destoa perante a realidade. Não é justo para os brasileiros pagarem a conta dos gastos com campanhas eleitorais, em um momento que o Brasil atravessa dura crise econômica. É vital, senhoras e senhores, que permaneçamos dialogando com as demais legendas, para que possamos chegar a resultados coerentes para a reforma política que o Brasil tanto necessita.

Encerro o meu pronunciamento, Sr. Presidente, parabenizando a todos os membros do PRB, em todo o Brasil, por mais um ano de trabalho e sucesso. Parabenizo também o Exmo. Sr. Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, que vem realizando um trabalho excepcional à frente da pasta, enchendo a todos nós de orgulho e ajudando a trazer resultados animadores para o Brasil. É assim que o PRB caminha. É com trabalho e justiça que iremos ajudar o nosso País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

---

Documento 251/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017- 16:48
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 185	HILDO ROCHA-PMDB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Aprovação, por Comissão Especial sobre a reforma política, da proposta de extinção de coligações partidárias nas eleições proporcionais. Expectativa de aprovação da matéria pela Casa.

---

**O SR. HILDO ROCHA** (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós aprovamos, na tarde hoje, PEC que trata



da reforma política, aprovada no Senado, que acaba com as coligações partidárias proporcionais de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores. A proposta original do Senado previa o fim das coligações só para 2020. Foi feita uma emenda pelo Deputado Celso Maldaner, do PMDB, que traz o fim das coligações para 2018. Essa emenda do Deputado Celso Maldaner, destacada pelo PMDB na Comissão em que a nobre Deputada Renata Abreu é Presidente e a Deputada Shéridan é Relatora, foi aprovada. Portanto, o fim das coligações é para 2018, tendo em vista que grande parte dos partidos entendeu que precisamos fortalecê-los agora, a partir de 2018. Também entendemos que as coligações são verdadeiros balcões de negócios que têm possibilitado fortemente a corrupção - eleitoral, na administração pública - depois dessas coligações. Então, foi aprovada na Comissão essa PEC. Esperamos que, em breve, possamos também aprovar no plenário da Câmara dos Deputados o fim imediato das coligações, que é um clamor da população brasileira.

---

Documento 252/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017- 16:48
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 194	DAVIDSON MAGALHÃES-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Contrariedade à privatização da Casa da Moeda e à extinção de coligações partidárias nas eleições proporcionais.

---

**O SR. DAVIDSON MAGALHÃES** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de registrar mais um atentado contra a Nação brasileira. Além do processo de privatização do pré-sal, além do processo de privatização da geração de energia elétrica no Brasil, agora o Governo quer abrir mão de uma marca de soberania que firmou os Estados Nacionais no início do sistema capitalista, que é a emissão de moedas.

Privatizar a Casa da Moeda é a mais descarada abertura de mão da soberania nacional, é privatizar uma responsabilidade que é inerente ao Estado brasileiro, como, aliás, é em todos os países do mundo. Esse Governo irresponsável implementa mais uma política de desmonte da Nação brasileira.

Chamo a atenção para o fato de que, exatamente neste momento, aqui no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, se discute uma

reforma política com o fim da coligação proporcional, com o argumento de que esse é o instrumento que leva o processo eleitoral brasileiro à corrupção.

Ora, nós sabemos que um dos aspectos principais que gerou a corrupção, a venda de pequenos partidos, os partidos de aluguel, melhor dizendo, foi exatamente o apoio a chapas majoritárias. Se fosse por essa coerência, deveríamos acabar com a coligação proporcional para a chapa proporcional e para a chapa majoritária. Isso é o mais evidente!

Na verdade, os grandes partidos não conseguem chegar a um consenso devido à acefalia do Congresso Nacional diante dessa crise. Ele não está à altura de enfrentar essa crise política, econômica e social que o País vive. Busca soluções artificiais para enfrentar...  
(*Desligamento automático do microfone.*)

---

Documento 253/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017- 16:48
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 214	SILVIO COSTA-PTDOB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do orador sobre tópicos da proposta de reforma política.

---

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou aqui há 12 anos e, sinceramente, pela primeira vez, em relação à reforma política, eu vi esta Casa dialogar com o Brasil, dialogar com opinião pública. Uma das Comissões que trataram da reforma política acabou com as coligações nas eleições proporcionais já nas eleições de 2018. Isso é um grande avanço para o Brasil. Agora, eu escutei alguns Deputados ali dizerem o seguinte: "*Ah, mas desse jeito eu não me elejo*". O problema é seu, amigo! Política não é profissão; política é representação.

Por que sou a favor da proibição da coligação? Primeiro, porque os partidos passam a ter vida orgânica, os partidos passam a formar quadros, os partidos passam a elaborar chapas partidárias, os partidos vão dar oportunidade àqueles menos favorecidos de participar do debate político.

A proibição de coligação acaba, por exemplo, com alguns partidos de aluguel. Olhe, o problema é o seguinte: existe no Brasil a indústria do fundo partidário. Existe partido que não tem um Deputado Federal,

Deputado Orlando Silva - não tem um! Mas, como recebeu voto na eleição passada, esse partido tem direito ao fundo partidário. O que nós deveríamos fazer? Do mesmo jeito que nós acabamos com o imposto sindical, nós deveríamos acabar com o fundo partidário. Os partidos iriam sobreviver da ajuda dos seus filiados. É muito boa essa história de fundo partidário, Deputado Arthur Oliveira Maia, para dono de partido. Há partido cuja sede é a casa do próprio dono. Há partido que comprou helicóptero, avião, com fundo partidário. Isso é uma indignidade! Não há outra palavra. Há partido pequeno, inclusive ideológico, fazendo ameaças, dizendo o seguinte: "*Já que vocês aprovaram o fim das coligações, vamos votar o distritão*". Podem votar o distritão, mas estão se desmoralizando. O distritão não vai passar; o fundão não vai passar. É preciso respeitar o Brasil, rapaz! Que história é essa de distritão? O distritão é a negação da política, é a "fulanização" da política, é a negação do partido político. Como é que Parlamentares de uma democracia admitem votar distritão? Dizemos "não" ao distritão, "não" ao fundão, e "sim" à proibição de coligação. Vamos para frente!

---

Documento 254/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017- 16:48
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 236	JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do PT a respeito de tópicos da proposta de reforma política.

---

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero, neste momento, tratar de duas questões que são centrais no debate sobre a reforma política e eleitoral.

Eu queria, se possível, pedir a atenção de alguns Deputados e Deputadas, porque é importante entrarmos no mérito do que nós estamos votando. E não me refiro a este requerimento que estamos votando agora, que, de certa forma, é uma inclinação, mas não é ainda o tema central daquilo que esta Casa, os Parlamentares, os homens e as mulheres que representam o Brasil vão votar.

Inicialmente, eu quero recuperar o nosso legado nessa discussão, que é a primeira questão. Havia três questões que eram quase um

consenso entre os Parlamentares e os Líderes partidários. Eu me lembro de que em todas as reuniões vários Líderes diziam que essas três questões deveriam ser votadas prioritariamente, porque haveria consenso em torno delas.

A primeira delas era exatamente o fim das coligações - e eu quero me dirigir ao PCdoB - para 2022. Não era para agora, para 2018. Este era o acordo que nós tínhamos feito lá atrás: o fim das coligações, com direito à federação.

A segunda construção era a cláusula de desempenho de 1,5%, naquela proporção que a Comissão aprovou, em 9 Estados, 1,5%, 1% e 1,5% nacional.

O terceiro ponto era exatamente o financiamento público de campanha. O distritão, o sistema eleitoral, nós íamos discutir no plenário e no voto. O que aconteceu nesse processo todo? Nós não estamos discutindo aqui uma matéria que deve interessar ao Governo ou à Oposição. Nós estamos tratando de um tema do País, e esta Casa deveria não polarizar entre Governo e Oposição, mas buscar alternativas que pudessem legitimar a discussão e fazer as correções de rumo de um sistema eleitoral e político falido. E, pelo que eu estou vendo, nós vamos corrigir pouca coisa.

O que as pessoas falam, meus queridos Parlamentares, contra o financiamento público? Será que nós vamos querer isso? Aliás, as campanhas hoje já são financiadas pelo poder público. Sabem por quê? Porque, quando as empreiteiras fazem os contratos, elas dão as contribuições pelo caixa dois, via contratos feitos por vários governos. Quem não está acompanhando o que está acontecendo no Brasil? É um financiamento público às avessas, porque as empreiteiras já fazem os contratos e se aproveitam deles para financiar a campanha e o caixa-dois.

Eu não quero! Eu prefiro dialogar com o Brasil, discutir o barateamento das campanhas, discutir a redução de gastos e proibir o autofinanciamento a voltar a campanhas financiadas por Odebrecht e JBS. É isso o que V.Exas. querem? Quais são as empresas corretas neste Brasil que vão querer contribuir financeiramente com as campanhas?

Isso está errado! Nós tínhamos que enfrentar esse debate com a sociedade. O fundo público é necessário para fazer o saneamento na vida eleitoral brasileira, porque os partidos fizeram e aconteceram com os caixas dois, e está aí a criminalização da política.

Deputada Erika Kokay, do Distrito Federal, vamos salvar a política! A política não será salva com financiamento empresarial, porque esse é o mal do sistema político eleitoral brasileiro. Campanhas de 200 milhões de reais, campanhas para Deputado a um custo de 7 milhões de reais, isso não é razoável.

Por isso é importante - e eu queria me dirigir a V.Exas. - o fundo público, não 0,5%, mas aquilo que a Comissão de Orçamento possa buscar em fontes de financiamento.

É claro que eu escuto Deputados de alta patente, Deputado Roberto Freire, dizendo assim: *"Ah, os 3,6 bilhões são o que está faltando em*

*saúde, em educação, nisso e naquilo".* Nós não estamos tratando disso, até porque isso é demagogia. Não é esse dinheiro que vai para a saúde e para a educação. O processo é outro.

Eu prefiro a moralização da disputa eleitoral e das campanhas a enveredar, mais uma vez, pelo caminho do caixa dois e da corrupção secreta que acontece em todos os quadrantes da vida republicana brasileira.

Quem defende o financiamento empresarial, Deputado Ricardo Tripoli, do PSDB, defensor do voto distrital misto, não está entendendo o que está acontecendo no Brasil. É preciso rever isso. Não é um problema de governo ou de oposição, é um problema do Brasil.

Nós temos que moralizar a vida eleitoral e política brasileira, Deputada Maria do Rosário, porque, senão, a política não tem salvação, não será feita correção nenhuma. A política está definitivamente criminalizada. É por isso que ela está criminalizada.

Ninguém vai aceitar, ninguém vai querer doar mais recursos via essas empreiteiras. Qual é o Deputado que vai atrás de Odebrecht? Qual é o Parlamentar que vai atrás de OAS ou de JBS para financiamento de campanha? Isso está errado! Os Srs. Parlamentares precisam refletir sobre isso.

Deputado Rodrigo Maia, Presidente desta Casa, nós precisamos salvar a política. E nós não salvaremos a política com financiamento empresarial, porque esse financiamento é a fonte inesgotável da corrupção eleitoral no Brasil.

Deputado Nelson Marquezelli, eu tenho muito respeito por V.Exa. e ouvi o seu pronunciamento. Eu acho que nós precisamos fazer correções. A democracia tem custo. A democracia brasileira está em risco, se ela continuar sendo financiada pelo poder econômico. Isso não pode continuar! Em qualquer democracia moderna do mundo, o Estado financia a democracia.

Eu, portanto, prefiro enfrentar esse debate a me acovardar, sob o manto da fonte inesgotável de corrupção neste País, que é o financiamento empresarial.

Por isso eu defendo o fundo público, não com os 3,6 bilhões, tem que sair isso. E a Comissão de Orçamento precisa buscar uma solução para esse problema, que é grave, interessa a todos e está relacionado ao conjunto da atividade política brasileira.

Sobre o sistema eleitoral, é evidente que nós temos que mudar alguma coisa. Mas eu pergunto a V.Exas.: será que, na transição para o distrital misto, é melhor o modelo alemão, o misto puro ou o distritão? Será que o distritão é a melhor solução para o momento que o País está vivendo? Parece-me que não é, porque ele impede a renovação. Eu até me beneficiaria com o distritão no meu Estado, porque, nas últimas eleições, graças a Deus, eu fiquei entre os três mais votados do Ceará. Mas eu não quero um sistema eleitoral para me salvar eleitoralmente. Eu quero um sistema eleitoral que salve a democracia e salve a representação oriunda do voto popular deste Brasil.

O Parlamentar eleito pelo distritão não tem dono, não vai representar ninguém, a não ser ele próprio, e não tem vínculo programático com

nada. E quando aparecem as chamadas personalidades, que vão para as campanhas? Como ficam os Parlamentares que precisam das coligações dos votos de legenda para se eleger? Como ficam os partidos, quando não se preserva mais o voto de legenda? Não é porque os partidos estão desgastados que eu vou renunciar à minha condição de petista.

Cada um de nós aqui tem que ter partido, porque, para mim, não há democracia forte sem partidos políticos fortes - não há! Engana-se quem pensa que política é essa voz do vale-tudo. Eu não quero um sistema eleitoral que arrebente com os partidos políticos. É preciso que nós nos elejamos com ideias, com programas e, sobretudo, com lado. Aliás - e eu já vou terminar, Presidente -, como é que o próximo Presidente da República governaria nesse presidencialismo de coalizão com 503 partidos aqui dentro, sem identidade programática nenhuma, Deputado Roberto Freire?

Esse distritão acaba com os valores mais sagrados da democracia e da representação via partidos políticos. Eu prefiro fortalecer os partidos. Eu prefiro fazer correção de rumos no PT - e nós a estamos fazendo para preservar aquilo que é mais sagrado, que é a identidade, o eleitor. O nosso mandato tem dois donos: o eleitor e o partido. Não podem eleger para esta Casa quem não tenha vínculo com nada. Isso é um perigo para as saídas autoritárias, que muitas vezes acontecem.

Eu prefiro, portanto, o voto proporcional na transição. Podemos até discutir o misto para o futuro. Mas, agora, se aprovarmos o distritão, eu não sei como vão ficar os Parlamentares, quem vai se eleger. Eu tenho muita dúvida se V.Exas. têm consciência sobre o que está acontecendo.

Esse distritão é uma coisa retrógrada, que só existe nos países menos desenvolvidos. E o Brasil é Nação desenvolvida. Nós precisamos de Parlamentares nacionais que representem o País, programas e os partidos políticos, e não personalidades sem vínculo programático com nada.

Por isso nós não podemos aprovar esse distritão. Esse distritão arrebenta com tudo: com os partidos, com a democracia, com a renovação.

Portanto, vamos nos juntar todos, não contra "A" ou contra "B", partido "A" ou partido "B", vamos votar num sistema que, pelo menos, melhore e transite para o futuro, e não vamos aprovar esse distritão.

Fora, distritão!

---

Documento 255/516

229.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

23/08/2017-  
16:48

Publ.: DCD - 24/08/2017 -  
240

EFRAIM FILHO-DEM -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER

---

### **Sumário**

Elogio ao Presidente Rodrigo Maia pela defesa da Câmara dos Deputados.  
Acerto da decisão do Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, sobre a preservação de prerrogativas do Poder Legislativo.  
Posicionamento do DEM acerca da proposta de reforma política.

---

#### **O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.)**

- Sr. Presidente, a votação está em andamento. Primeiramente, quero tratar de um tema correlato a esta votação, mas que importa a todas as Deputadas e a todos os Deputados, porque a condução de V.Exa. tem conseguido resguardar a dignidade do Parlamento.

Hoje, a Câmara dos Deputados teve uma importante decisão vinda do Supremo Tribunal Federal, na qual o Sr. Ministro Alexandre de Moraes reconhece que deve ser preservado o espaço do Poder Legislativo, sem que haja qualquer usurpação das suas competências, por meio da intromissão de um outro Poder que não corresponde às suas competências iniciais.

Na decisão ao pedido formulado pela Ordem dos Advogados do Brasil, à qual sou filiado, mas divergi do seu entendimento, que queria obrigar o Presidente do Poder Legislativo a tomar atitudes que não estavam corroboradas pelo Regimento, nem pela maioria do Plenário desta Casa, o Ministro Alexandre de Moraes assim se pronunciou:

*Ocorre, conforme já afirmei anteriormente, não ser possível o controle jurisdicional em relação à interpretação de normas regimentais das Casas Legislativas, sendo vedado ao Poder Judiciário - reafirmo, Sr. Presidente: sendo vedado ao Poder Judiciário -, substituindo-se ao próprio Legislativo, dizer qual o verdadeiro significado da previsão regimental, por tratar-se de assunto interna corporis, sob pena de ostensivo desrespeito à Separação de Poderes, por intromissão política do Judiciário no Legislativo.*

Esse trecho que acabei de ler, Sr. Presidente, revela exatamente a postura da sua condução na Presidência, que tem conseguido fazer este Poder, muitas vezes, abandonar uma posição inferior no diálogo com outros Poderes, para se colocar olhando olho no olho, frente a frente, resgatando o seu compromisso e a sua responsabilidade, preservando os princípios constitucionais, quando afirma que os Poderes devem ser independentes, porém harmônicos.

E nesta decisão, quando o Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes reconhece expressamente que não cabe ao Supremo Tribunal Federal fazer-se substituir ao Poder Legislativo, para interpretar o que o Regimento desta Casa disciplina, esses princípios constitucionais estão resguardados e estão preservados.

Então este Plenário, hoje, vota a reforma política numa demonstração de que numa Casa de diálogos, quando o consenso não é possível, a democracia tem um melhor caminho, que é o voto. E será respeitada a

maioria da vontade de todos.

A pior resposta, no meu entender, seria não fazer nada, seria não votar nada. Seria permanecer numa zona de conforto de um modelo atual que elegeu todos os que estão aqui e que não está em sintonia com a sociedade, que pede mudanças. O atual sistema político brasileiro está exaurido, está esgotado, e não adianta fazer remendo em tecido podre, porque vai rasgar de novo.

É preciso sim evoluir, avançar. Por que ter preconceito com o novo? As críticas que eu ouvi, Deputado Miro Teixeira, não atacaram a mensagem. Elas atacam o mensageiro. Dizem que o sistema é ruim, sem apontar as devidas críticas.

É um sistema transparente, que resguarda a vontade do eleitor, que terá o direito, na urna, de separar o joio do trigo, de deixar quem presta e afastar quem não presta, e não ter o seu voto desvirtuado para eleger quem ele não deseja.

Talvez esta seja a maior mazela do modelo atual: o voto do eleitor não é respeitado. Nas coligações de salada mista que existem aqui, muitas vezes o eleitor vota num candidato, ou até mesmo em um partido, e seu voto é desviado e desvirtuado para eleger alguém que ele não quer, não conhece, tampouco concorda com as ideias que defende. Então, por mais transparência, por mais coerência, por mais simplicidade e respeito à vontade do eleitor, eu estou seguro de que a votação demonstrará que esta Casa quer mudança, e não quer permanecer na zona de conforto de um modelo que está viciado.

---

Documento 256/516

---

229.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

23/08/2017-  
16:48

Publ.: DCD - 24/08/2017 -  
279

ZÉ GERALDO-PT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa da aprovação de tópicos da proposta de reforma política.

---

**O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste minuto, quero dizer que, para mim, uma reforma política nesta Casa bastaria ter, neste momento, três coisas: fim da aliança proporcional, cláusula de barreira e financiamento público. Se nós chegássemos a um consenso para votar essa proposta - e é possível entre Câmara e Senado -, nós teríamos uma boa lei eleitoral já para 2018. Essa é a minha avaliação.



---

Documento 257/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017- 16:48
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 301	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta de fato é uma noite importante, porque finalmente a Câmara dos Deputados resolveu tratar da arquitetura eleitoral brasileira. E, ao tratar da arquitetura de qualquer lugar, de qualquer casa, evidentemente, nós precisamos consultar seus moradores, seus habitantes acerca de quantos cômodos, de qual estrutura essa casa precisa. Nós estamos fazendo este debate no absoluto silêncio da sociedade. Não houve sequer um debate público, para que o desfile das ideias acontecesse. Poderia ter sido feito pela *TV Câmara*, ou mesmo usando-se o tempo de TV a que a Câmara tem direito. Poderíamos ter feito um processo de debate que atingisse o coração da sociedade brasileira. No entanto, findamos aqui, quedamos aqui com um relatório. O PCdoB é a favor do corpo do relatório e, objetivamente, gostaria de ter ressaltado os destaques, especialmente o do distritão e, especialissimamente, o do distrital misto, que é o fim das ideias, é a transformação desta Casa em uma câmara municipal nacional, é, sem dúvida alguma, a impossibilidade para as mulheres terem, através da Proposta de Emenda à Constituição nº 134, o seu lugar ao sol nas listas.

No entanto, aqui estamos para este debate, um debate fatiado.

Discutem-se, primeiro, as conveniências de uma maioria que foi construída ao sabor dos ventos da democracia.

Nós entendemos que, em relação ao fundo, é necessário haver uma caracterização clara. Quem aqui aceita a volta do financiamento privado, empresarial, de campanhas? Talvez algumas vozes mudas.

Mas a população brasileira não aceita, porque foi o mau uso dessa forma de financiamento que levou o Brasil a se desmoralizar internacionalmente na política, que levou o Brasil a uma contingência de crimes eleitorais, inclusive a tipificação exordial de crimes eleitorais não preexistentes e que levou à desmoralização desse sistema.

Então, o PCdoB tem clareza: quer a criação de um fundo. Mas nós

achamos que esse fundo não pode ser lastreado na forma em que foi previsto originalmente, porque, de fato, avilta o Orçamento, avilta a crise que vivenciamos, faz com que a população tenha a compreensão de que vamos fazer algo que lhe retira direitos.

Sem dúvida alguma, é preciso de fato, diante da crise, discutir melhor as fontes para a construção desse fundo. Nós somos a favor do fundo, mas não do meio por cento, mas não de um fundo que crie mais dissonância entre a política e a sociedade. Queremos uma afinação de sentidos na relação entre a política e a sociedade.

Portanto, nós queremos que este destaque passe, nós queremos acabar com o meio por cento, mas queremos afirmar a necessidade do fundo. Vamos para onde? Alguns Ministros do Supremo já asseveraram: "*Vamos voltar para o financiamento empresarial?*" Ora, os empresários estão presos. Quantos empresários aporão seu nome em uma doação eleitoral?

Nós precisamos de um fundo público, até porque isso fará, de maneira mais fácil, com que se controle o uso dos recursos nas campanhas eleitorais. A forma de fiscalização será mais objetiva. Teremos também o controle do autofinanciamento. Vimos políticos baterem o talão de cheque na mesa e dizerem: "*A minha eleição está aqui*".

Nós do PCdoB e eu própria somos exemplos vivo de que é possível fazer campanhas baratas. A população brasileira quer que se gaste menos nas campanhas, quer que façamos campanhas simples, campanhas em que olhemos direto nos olhos do eleitor.

Para isso é também necessária a construção de um sistema político que favoreça os partidos, que faça com que os partidos que representam parte da sociedade brasileira tenham a possibilidade de apresentar um programa de ação, ideias. Infelizmente, o distritão será o desfile das individualidades, será o confinamento das ideias e será a morte dos partidos por inanição. Cada um será um partido. O distrital misto, alemão ou de qualquer nacionalidade, será a elevação da política local, comezinha, para a condição de representação nacional, será uma câmara municipal de caráter nacional.

Entendemos que o sistema proporcional garante que a média do pensamento nacional seja exposta aos brasileiros. Quem tem 15% dos votos 15% da representação terá. Quem fizer 40% dos votos 40% da representação terá. O sistema proporcional aprimorado com uma cláusula de desempenho gradual e com o fim das coligações para 2020, como foi acordado, seria a forma ideal de reaquecer a democracia no nosso País.

No entanto, fomos surpreendidos por visões antagônicas aos acertos e acordos que foram feitos no âmbito da Comissão. Desde que esta PEC foi tratada no Senado e aqui relatada pela Deputada Shéridan, causou-nos espécie e decepção a posição que faz com que o fim das coligações se dê agora em 2018.

O PCdoB, com o qual ditaduras diversas não acabaram, continuará de pé, elevando a sua bandeira e a sua relação com os mais pobres, com os comuns deste País.

Queremos o fundo e não queremos o meio por cento. Acima de tudo,

queremos um parlamento em que as relações interpartidárias sejam garantidamente respeitáveis, diante da palavra dada. Hoje, infelizmente, vimos ruir diante dos nossos olhos o fim das coligações votado na Comissão que tratou da PEC no Senado. Muito obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 258/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-16:48
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 304	ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada para votação de requerimento de destaque da expressão "correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) da receita corrente líquida apurada no período de doze meses encerrado em julho do exercício anterior a que se refere a lei", contida no inciso I do § 1º do art. 17-A da Constituição Federal, na redação dada pelo art. 2º do substitutivo da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003 (a respeito da simultaneidade de pleitos eleitorais e a duração de mandatos parlamentares nas esferas federal, estadual e municipal).

---

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nosso voto é "não". Sem dúvida nenhuma, a preocupação do Deputado Júlio Delgado é importante, porque você tira o percentual mais mantém o fundo. Na verdade, nós queremos não só retirar o 0,5%, como também não permitir a criação do fundo. Da forma como está embutido no texto, na hora em que se vota a exclusão da alíquota, há criação do fundo. Nós não queremos essa alíquota e não queremos que seja criado nenhum fundo. Essa é a grande jogada. Não é apenas tirar o 0,5%. Na verdade, nós precisamos garantir que não seja criado o fundo. Mas na armação desta votação, em que deveria ter sido votado o texto principal, ressalvados os destaques, estão se votando os destaques antes do texto principal. Quer dizer, é aquela história: em vez de o cachorro abanar o rabo, o rabo está abanando o cachorro. Mas para salvar a estranha colocação votamos "não".

---

Documento 259/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017- 16:48
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 305	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero partilhar com o Plenário e com o País, com muita tranquilidade, a visão de que, sim, um fundo público, de valor baixo é importante para uma democracia saudável. Outros países do mundo fazem isso e têm inclusive muito mais recursos para a saúde para a educação. Com o financiamento republicano de baixos valores de pessoas físicas e o fundo público de pouco valor, vamos fechar muitas das torneiras da corrupção. Nós precisamos salvar esta reforma política, votando o distrital misto, proporcional, com financiamento público e de pessoas físicas!

---

Documento 260/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-16:48
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 305	BETO MANSUR-PRB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada para votação de requerimento de destaque da expressão "correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) da receita corrente líquida apurada no período de doze meses encerrado em julho do exercício anterior a que se refere a lei", contida no inciso I do § 1º do art. 17-A da Constituição Federal, na redação dada pelo art. 2º do substitutivo da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003 (a respeito da simultaneidade de pleitos eleitorais e a duração de mandatos parlamentares nas esferas federal, estadual e municipal).

---

**O SR. BETO MANSUR (PRB-SP.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero informar a sociedade brasileira que nós

estamos votando "não", porque não queremos o 0,5% e queremos votar contra o fundo.

Nós vamos votar contra o fundo, porque ele é uma excrescência, no nosso entender, diante da situação que estamos vivendo hoje no Brasil. Temos um orçamento limitado, não dá para destinar 3,6 bilhões de reais para os cofres dos partidos. O voto é "não". Na próxima votação também vamos encaminhar o voto "não".

---

Documento 261/516

---

229.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

23/08/2017-16:48

Publ.: DCD - 24/08/2017  
- 307

ARNALDO JORDY-PPS -PA

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE  
BANCADA  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada para votação de requerimento de destaque da expressão "correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) da receita corrente líquida apurada no período de doze meses encerrado em julho do exercício anterior a que se refere a lei", contida no inciso I do § 1º do art. 17-A da Constituição Federal, na redação dada pelo art. 2º do substitutivo da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003 (a respeito da simultaneidade de pleitos eleitorais e a duração de mandatos parlamentares nas esferas federal, estadual e municipal).

---

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós votamos contra esta proposta do fundo. De fato, é um escárnio, é quase obscena essa proposta de 3 bilhões e 6 milhões de reais, quando as universidades estão praticamente declarando o fechamento das suas atividades. A pesquisa, a ciência, a investigação tecnológica também estão dizendo que se encerraram os seus investimentos. Vemos como está saúde, está havendo falências múltiplas, é preciso que haja revisão da meta fiscal, é grande o desemprego, 14 milhões de brasileiros à míngua, e nós estamos aqui especulando a possibilidade de criar mais um fundo para o financiamento da política.

Por isso, nós somos contra e seremos contra na votação seguinte à qualquer tipo de fundo, até porque já existe um fundo partidário da ordem de 860 milhões por ano, que pode efetivamente baratear as campanhas eleitorais.

Não é possível que...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 262/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017- 16:48
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 309	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Contrariedade à implantação do sistema de voto denominado distritão e ao financiamento privado de campanhas eleitorais. Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 134, de 2015, sobre a reserva de vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais, nas três legislaturas subsequentes.

---

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agradeço ao Líder Deputado Carlos Zarattini a oportunidade de falar nesta sessão, que é extremamente importante para o Brasil, sobre o tema da reforma política e sobre o Estado brasileiro.

Ao mesmo tempo, senhoras e senhores que nos acompanham, em que estamos aqui debatendo a reforma política, talvez esta Casa venha, mais uma vez, a frustrar expectativas que a população tenha com uma reforma que amplie e qualifique a democracia no Brasil. Preocupa-me, sobretudo, Deputada Benedita da Silva - digo isso em nome do nosso partido -, que tenhamos aqui eixos claros sobre a qualidade da democracia, em um tempo, senhores e senhoras, em que a democracia precisa ser defendida.

Lamentavelmente, pesquisas feitas por vários institutos - cito o Latinobarómetro, e poderíamos citar outros que têm uma série histórica importante sobre análise do apoio à democracia - indicam que setores contra a democracia têm crescido no fomento a uma atitude ditatorial e autoritária.

A democracia no Brasil, porém, foi construída por muitas mãos e por muitas lutas, pelos que resistiram à ditadura civil-militar tanto em nosso País quanto na América Latina. No entanto, uma democracia não é algo concluído e acabado, e quase 30 anos passados da Constituição de 1988, muitas vezes o sistema eleitoral e político nacional foi chamado a resolver e a encaminhar soluções contra as distorções que aqui acontecem.

Senhores e senhoras, se aprovarmos o distritão nesta tarde, poderemos ampliar distorções para o Brasil. Vejamos, por exemplo,

que, num sistema puramente majoritário como o distritão, estaremos desprezando o voto de todos os eleitores e eleitoras do País, Deputado Elvino Bohn Gass, Deputado Waldenor Pereira, a não ser o voto naqueles que forem efetivamente os mais votados. Todos os demais eleitores terão os seus votos desprezados e colocados fora, em um sistema eleitoral.

Aprovando o distritão, senhoras e senhores, nós estaremos dando passos atrás. Esta Câmara dos Deputados, que é - digo isso em nome do PT - a representação do povo brasileiro, de acordo com princípios da República, princípios constitucionais, dirá que o voto dos brasileiros ou brasileiras não é importante, a não ser que seja o nos mais votados, selando a destruição das bancadas e dos partidos e substituindo uma perspectiva e uma existência programática por uma existência de personalidades individuais, estas sim não representarão o povo brasileiro em toda a sua extensão. As distorções não serão corrigidas, e os problemas serão aprofundados.

Cito também - dirijo-me à Nação que nos acompanha - este destaque do Partido dos Trabalhadores, que tira os valores na formação do fundo, porque de fato compreendemos que esses valores podem ser menores. Os valores devem ser menores!

É um absurdo, senhores e senhoras, que as campanhas sejam do preço que são, que as eleições sejam caras! Eleições caras não são democráticas. Não permitem ao cidadão e à cidadã a sua presença de acordo com a necessária tarefa que uma reforma política tem para o Brasil.

Uma das questões mais prementes é reduzirmos o custo das eleições, baratearmos as eleições. Garantirmos, portanto, que não retornemos a um sistema de financiamento empresarial, pois ele é, na verdade, o interesse privado acima do interesse público diante de tantas questões fundamentais para o Brasil.

Mas, se defendermos o financiamento, mais razoável tem que ser o custo das campanhas. Só há sentido no financiamento público se as campanhas forem mais baratas, enxutas, sem gastos extraordinários, com menos materiais nas ruas e partidárias.

O distritão poderá significar campanhas mais caras para a divulgação de personalidades, de indivíduos.

É imperativo reduzirmos - digo isso em nome do nosso Líder Carlos Zarattini e do PT - o custo das campanhas. É imperativo na legislação infraconstitucional aprovarmos um teto baixo para os gastos, defendido muitas vezes pelo Deputado Henrique Fontana, que permita que a maior parte da campanha seja feita pelo financiamento público, auditado, pesquisado, estabelecido e principalmente fiscalizado pelos tribunais, pelo eleitor e pela eleitora.

Além do teto, precisamos reduzir em valores a previsão da contribuição de pessoa física. Ora, a campanha não pode ser feita somente pelos ricos. Haverá distorções muito graves. Quando é livre a contribuição, ou a autocontribuição - como aconteceu nas eleições municipais, em que João Doria recebeu uma contribuição extraordinária, porque ele próprio, como pessoa física, contribuiu para a sua campanha -, há uma

distorção dos resultados e do processo eleitoral, como aconteceu diante do Prof. Fernando Haddad e da Deputada Luiza Erundina, e aconteceria diante de quem viesse a ser candidato.

Uma campanha de ricos não é democrática. Por isso, a contribuição individual deve existir, mas tem que ser isonômica e deve possibilitar a participação de qualquer trabalhador brasileiro como cidadão. Do contrário, estaremos maculando aqui um processo de contribuição e transformando a contribuição individual em uma contribuição em que o CNPJ da empresa seja substituído pelo CPF dos grandes ricos, com autorização para transferências milionárias, distorcendo resultados eleitorais, ainda mais com o distritão.

Sr. Presidente, essa reforma não resolve o tema das mulheres neste plenário. É preciso encarar e aprovar a PEC 134, porque nós, mulheres do Brasil, somos menos de 10% deste Plenário. Se houvesse mais mulheres neste plenário, querida Deputada Luiza Erundina, haveria uma contribuição importante a mais das brasileiras. Aliás, essa contribuição da mulher brasileira já acontece em todas as áreas - no setor produtivo, como trabalhadoras, como a maioria da população, como mães, como trabalhadoras que carregam os seus filhos nos braços, que buscam a creche, que buscam um SUS que atenda dignamente, que não aceitam as políticas deste Governo Temer.

Se houvesse mais mulheres, haveria inclusive mais respeito na política. É por isso que nós lutamos unidas como mulheres, por mais respeito e dignidade na política também.

Portanto, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, sobretudo senhoras e senhores que nos assistem, peço que estejamos atentos contra o distritão, que estejamos atentos, sim, contra esse distrital misto, porque ele sequer é o modelo proporcional previsto e realizado na Alemanha. Mas estejamos, sobretudo, contra o financiamento privado e a uma Câmara que se submeta aos interesses privados.

---

Documento 263/516

---

227.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017- 13:14
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 70		LEO DE BRITO-PT -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do Partido dos Trabalhadores sobre tópicos da proposta de reforma política.

---

**O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -**



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, mais uma vez, está na pauta da Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, que trata da reforma política.

É evidente que o povo brasileiro, depois dos inúmeros escândalos que nós tivemos no último período, quer uma reforma política que de fato possa moralizar, dar maior racionalidade e fortalecer o sistema político brasileiro, que hoje é um sistema falido.

Mas nós não vamos aceitar essas soluções que estão sendo dadas, que são soluções, na verdade, para agradar aos Deputados, os que querem legislar em causa própria, como é o caso do distritão.

Ontem, neste plenário, nós vimos uma tentativa de se colocar uma votação fatiada, uma votação em separado, para que fosse feita a votação do distritão, obviamente fora do texto principal da PEC, que inclusive tem avanços significativos, como na questão das mudanças das datas das posses, na questão dos mandatos de 10 anos para os Tribunais Superiores e também na criação do fundo eleitoral, que nós compreendemos que não deve ser vinculado à receita corrente líquida. Portanto, nós do Partido dos Trabalhadores temos um destaque para tirar essa parte do texto e não concordamos com este valor de 3,6 bilhões. Mas também dizemos que não existe acordo na bancada do Partido dos Trabalhadores para aprovar essa aberração chamada distritão, que só existe no Afeganistão, na Jordânia e na periferia do mundo.

Nós não vamos aceitar nenhum tipo de reforma política que seja para ricos, que fortaleça as grandes personalidades e que estabeleça campanhas milionárias, e o distritão representa exatamente isso.

Pasmem: depois de declarada a inconstitucionalidade, pelo Supremo Tribunal Federal, do financiamento empresarial de campanhas, agora o Senado Federal quer trazer uma PEC, mais uma vez, como o Sr. Eduardo Cunha fez aqui na Câmara, para voltar o financiamento empresarial.

O povo brasileiro não vai aceitar a continuidade desta promiscuidade entre empresas, partidos, políticos e governos, que têm sido o cerne da corrupção, como foi demonstrado nas investigações que aconteceram, Deputado Bebeto, nesse último período.

Portanto, não vamos aceitar uma reforma política que seja feita desta forma. Por isso, nós defendemos, sim, o financiamento público, que pode ser misto, com doações feitas por pessoas físicas. Queremos um teto baixo para as campanhas eleitorais em todos os níveis, queremos um teto baixo também para as doações individuais e queremos, obviamente, que acabem com esta promiscuidade. Portanto, nós temos que acabar com as coligações proporcionais e, logicamente, também estabelecer as cláusulas de desempenho, para darmos uma racionalidade maior e acabemos com esta política de partidos que não representam nada, infelizmente. Nós temos que ter uma racionalidade neste processo político.

É isso que o Partido dos Trabalhadores vai defender hoje. E nós vamos fazer este embate.

"Não" ao distritão! Por um sistema político que seja mais democrático e

mais barato!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Leo de Brito.

Eu até sugeri ao meu partido que apresente alguma emenda no sentido de que, no ano eleitoral, aumente um pouco o fundo partidário, o que seria mais justo.

---

Documento 264/516

---

227.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-13:18
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 71	EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Naufrágio do Navio Comandante Ribeiro, entre os Municípios de Senador José Porfírio e Porto de Moz, Estado do Pará. Solidariedade aos familiares das vítimas da tragédia. Contrariedade à criação de fundo de financiamento público de campanhas eleitorais.

---

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero expressar minha consternação pelo naufrágio do navio Comandante Ribeiro, com 75 passageiros, dos quais apenas 25 foram resgatados na manhã de hoje.

O naufrágio ocorreu ontem à noite, dia 22 de agosto, numa localidade conhecida como Ponte Grande do Xingu, entre o Município de Senador José Porfírio e Porto de Moz.

Trata-se de uma região linda, xinguana, do rio que vem sendo avassalado pelo projeto Belo Monte, em que as populações estão sendo agredidas pela destruição socioambiental intencional que vem sendo realizada ali.

Um dos passageiros conseguiu se salvar segurando numa tampa de isopor, o que chamamos de geladeira de isopor, algo muito comum entre os paraenses. Os paraenses sempre são reconhecidos nos aeroportos porque carregam um isopor. Isso porque o paraense que mora fora não consegue passar sem um bom peixe, sem o açaí e, por isso, usa muito o isopor em suas viagens.

O que aconteceu com esse passageiro pode indicar que estivessem faltando no navio os equipamentos de segurança, particularmente as boias salva-vidas. Eu não tenho como afirmar isso agora, mas é algo a

ser investigado.

O triste é dizer que 7 pessoas morreram e 43 continuam desaparecidas. Esse talvez se torne um dos acidentes mais graves da história de naufrágio nos rios da Amazônia.

Há cerca de 22 dias, ainda em agosto, no Rio Amazonas, um cargueiro bateu num comboio de balsas, e novamente tivemos perdas de vidas e um prejuízo econômico grande.

Quero manifestar minha solidariedade, em memória dos mortos, aos seus familiares e à Capitania dos Portos.

Tenho feito contatos e sei da seriedade dos profissionais ligados à Marinha. Acontece que é insuficiente o número de servidores dedicados à fiscalização do sistema portuário e das navegações na Amazônia, de modo que muitos dos acidentes ocorrem porque há excesso de passageiros, porque as embarcações saem sem os equipamentos de segurança e, em grande medida, porque a Capitania dos Portos, apesar do preparo que tem e da seriedade que reconheço, não tem condições de investigar e fiscalizar todo o sistema de transporte na Amazônia.

Deputado Manato, quero dizer que tenho concordância com V.Exa. quanto à proposta referida pelo Deputado Leo de Brito.

Somos contra o financiamento privado de campanha, mas as eleições têm que se realizar. Sabemos que, para se realizar qualquer política pública - de saúde, de educação -, qualquer política do Estado brasileiro necessária à composição de prefeituras, de câmaras de vereadores e até do Congresso Nacional, são exigidos investimentos. Já há um fundo partidário; então não dá para ser cínico. Os partidos já recebem recursos públicos. Então, por que criar um novo fundo, num momento em que se fala em reforma da Previdência, em crise, em falta de remédio nos postos de saúde? Por que criar um novo fundo, com 3,6 bilhões de reais?

Em ano eleitoral, discute-se de forma transparente a necessidade de recursos para que o fundo partidário possa dar conta disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Seu pronunciamento será divulgado no programa *A Voz do Brasil*

---

Documento 265/516

---

227.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

23/08/2017-13:24

Publ.: DCD -  
24/08/2017 - 73

WILSON FILHO-PTB -PB

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

### *Sumário*

Posicionamento do orador contrário à criação de fundo para financiamento público de campanhas eleitorais.

---

**O SR. WILSON FILHO** (Bloco/PTB-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Manato, venho à tribuna concordar, em grande parte, com o Deputado Edmilson Rodrigues sobre o que nós poderemos votar no dia de hoje.

Acho que a maioria desta Casa percebe que o Brasil passa pela maior crise econômica de sua história. Nós estamos percebendo que o Governo Federal começou a parar, nós estamos percebendo que o Governo Federal começou a evitar investimentos importantes exatamente porque não encontra, no Orçamento de 2017, brechas para avançar com esses investimentos.

Não sei se se tratou de fofoca ou de mentira, mas o boato de diminuição em 10 reais do salário mínimo foi um grande baque para todos nós, e tudo isso vai de encontro à proposta do chamado "fundão".

Sou contra a criação do fundo para financiamento de campanha.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

---

Documento 266/516

---

227.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-15:10
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 111	VINICIUS CARVALHO-PRB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do PRB contrário à aprovação da proposta de reforma política em tramitação na Câmara dos Deputados.

---

## **PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO**

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado

pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*: por que a proposta de mudar o sistema eleitoral brasileiro? Por que a defesa do distritão? Por que apoiar o Fundo Especial de Financiamento da Democracia? Por que considerar pertinente, para mais adiante, o voto distrital misto?

São muitas indagações. Por isso mesmo a necessidade de refletir sobre cada um desses questionamentos. Certamente, a conclusão será de que todas essas propostas estão na contramão do que o País precisa, do que o País quer, não só porque ignoram a opinião da sociedade, mas porque representam um acinte. Defender o distritão é obra de políticos com medo de caírem na Lava-Jato e não conseguirem se reeleger. Esta reforma eleitoral que propõem, desculpem-me a franqueza, é uma anistia para os corruptos.

É importante lembrar que, em 2015, a Câmara rejeitou a proposta do distritão, patrocinada à época pelo ex-Presidente da Casa, Eduardo Cunha. Agora a discussão é retomada prevendo a implantação do modelo para 2018 e 2020. Nesse formato, cada Estado ou Município vira um distrito eleitoral e são eleitos os candidatos mais votados, não sendo levados em conta os votos para o partido ou a coligação.

Ora, temos que convir que esse novo sistema é propício para candidatos capazes de vencer a eleição pela fama, como é o caso de artistas, ou por serem tradicionalmente vinculados ao aparato econômico. Não há dúvidas de que o modelo agravaria a opressão da elite econômica sobre os interesses populares. Por conseguinte, o distritão não só levaria ao fortalecimento dos tradicionais grupos que dominam a esfera política como agravaria o problema da sub-representação das chamadas minorias políticas. Os que idealizaram esse novo formato tem um objetivo único: a perpetuação no poder.

Por que adotar um modelo que vai gerar uma distorção sem precedentes no sistema representativo? O efeito seria instantâneo, ou seja, o aumento da fragmentação partidária, o que resultaria, por sua vez, no início do fim dos partidos políticos como instituições agregadoras de preferências, passando a ser meras legendas. O efeito dessa fragmentação na governabilidade seria nocivo, porque dificultaria ainda mais a formação de maiorias no Congresso.

Por que não nos atermos ao fato de que as experiências do distritão são desastrosas? No Japão, o modelo foi revogado por conta dos efeitos nocivos no sistema político.

O voto distrital misto, proposto para vigorar a partir de 2022, também em nada contribuirá para melhorar o sistema eleitoral. Seria uma mistura do sistema proporcional e do majoritário. O eleitor, então, votaria duas vezes: uma no candidato do distrito e outra na lista do partido. Metade das vagas iria para os candidatos eleitos por maioria simples e a outra metade, conforme o quociente eleitoral pelos candidatos da lista fechada.

A criação de um fundo público de 3 bilhões e 600 milhões de reais para serem distribuídos em época de campanha também é questionável, até porque a distribuição levaria em conta as bancadas eleitas em 2014.

Com isso, grandes partidos seriam os mais beneficiados. Há outra questão, com o novo formato proposto, o número de candidatos diminuiria. Então para que aumentar recursos, ainda mais estando o País numa situação economicamente fragilizada?

Nesse contexto, a grande e mais genuína verdade é que as mudanças vão impedir que os novatos na política entrem no Parlamento, por serem pouco conhecidos e não contarem com a máquina eleitoral. Isso vai tornar a campanha resistente à renovação.

É preciso que todos entendam que os partidos políticos, os quais estão tentando enfraquecer, são fundamentais para o funcionamento do sistema democrático.

É necessário que se compreenda que o Parlamento não pode se distanciar da sociedade civil.

É importante lembrar que há unanimidade entre os cientistas políticos brasileiros e a Ordem dos Advogados do Brasil contra esse modelo proposto.

É fundamental levar em consideração que a população exige renovação política.

Por tudo isso, o PRB não aceita, não concorda e não coaduna com essas propostas.

Muito obrigado.

---

Documento 267/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-15:12
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 142	EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Debate, no processo de reforma política, da implantação da cláusula de barreira e da extinção de coligações partidárias nas eleições proporcionais. Iminência de conflito no Assentamento Frei Henri, na Fazendinha, Município de Curionópolis, Estado do Pará. Necessidade de adoção, pelo sistema de segurança pública, de ações preventivas de massacre pela posse da terra na localidade.

---

**O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, eu sou suplente em uma das Comissões que discute a reforma política. E neste momento o nosso querido Deputado Chico Alencar nos representa.

Na verdade, dois temas importantes são debatidos. Um é a cláusula de barreira, que, para partidos pequenos, é o esforço de ter uma representatividade mínima nacional. Se fechar esse acordo de pelo menos 1,5% em nove Estados, será, digamos, um patamar importante, porque nós temos que garantir a representatividade nacional dos partidos, mas, ao mesmo tempo, temos que buscar uma fórmula que não leve à exclusão de partidos ideológicos, programáticos, como é o caso do PCdoB, do PSOL, da REDE, entre outros partidos menores que não podem ser confundidos com legendas de aluguel. Isso é importante!

O outro debate é sobre o fim das coligações. Sabemos que muitas coligações são realmente oportunistas. Elas geram aquele processo de distorção em que muitas vezes o candidato de uma legenda coligada, mesmo não tendo expressão eleitoral, acaba sendo eleito por conta dos votos da coligação. Também há fatos em que, dentro de uma única legenda, alguém muito bem votado acaba elegendo mais de um candidato.

Esses pontos são importantes, desde que se respeite a necessidade da democracia, do fortalecimento dos partidos e do direito do povo de exercer a soberania do voto.

É exatamente essa a soberania tão clamada por todos aqueles que querem o direito do *impeachment* do Presidente Temer, que está absolutamente envolvido em situações que envergonham a Nação brasileira.

Quero, Sr. Presidente, dizer que há algum tempo é iminente um conflito sangrento no sul do Pará, em Curionópolis, na Fazenda Fazendinha, que está ocupada por 86 famílias. Não há proprietários, a não ser a União; os grileiros não foram ainda retirados; no entanto, o INCRA, mesmo no Governo Temer, já reconhece que deve ser feito o assentamento das 86 famílias. Porém, no dia 19 passado, houve tiros e bombas disparados contra os posseiros.

Então, fazemos o apelo aqui tanto ao INCRA para que corra com esse processo quanto ao Governo Estadual para que evite uma desgraça. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não é de hoje que chegam notícias de iminente conflito sangrento no Acampamento Frei Henri, que fica na Fazenda Fazendinha, em Curionópolis, no sul do Pará. Em junho passado, os trabalhadores rurais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) voltaram a ocupar a Fazendinha, quando passaram a denunciar as graves intimidações perpetradas pelo latifúndio, com a presença de pistoleiros armados na fazenda, que efetuam constantes disparos de arma de fogo e bombas

em direção ao acampamento.

Na madrugada do último sábado, 19 de agosto, famílias do Acampamento Frei Henri sofreram outro ataque violento. Pistoleiros invadiram a propriedade atirando e jogando bombas contra as famílias acampadas, além de queimar o pasto. Por pouco, a tragédia ocorrida em Pau D'Arco não se repetiu. O MST, em nota, atribuiu a autoria do atentado na Fazendinha aos latifundiários Darlon Lopes e Dão.

Diante da situação, as famílias interditaram a PA-275 em protesto. Após os ataques, o MST comunicou o ocorrido às autoridades policiais, judiciais e legislativas para que possam evitar um novo massacre. Em seguida, lideranças do Movimento e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) reuniram-se com a Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Pará (SR-27), não só para denunciar os ataques, como cobrar que a instituição tome posse da área, que seria grilada.

O imóvel aguarda a homologação de assentamento pelo INCRA, pois a Justiça Federal expediu decisão reconhecendo que ele é de propriedade da União. O INCRA informou que o projeto de implantação do assentamento na área está adiantado e deverá ser executado ainda este ano, com previsão de atender as 86 famílias. Apesar da área ainda não ter sido retomada dos fazendeiros que lá estavam ilegalmente, eles já foram notificados a deixar a Fazendinha, assegura o INCRA.

Ainda segundo o Instituto, há 2 dias o ouvidor agrário esteve realizando o levantamento na área, onde constatou que o número de integrantes do MST que reivindica a área é superior ao da capacidade prevista para o assentamento, daí a necessidade de concluir o mais rápido possível o projeto de assentamento que possa atender a essa demanda. No entanto, foi constatada a presença de um segundo grupo de trabalhadores rurais que chegou à Fazendinha também para reivindicar o assentamento, o que complica a solução do impasse e, ainda, tende a inflamar os conflitos.

São muitas e graves as acusações de violência no Acampamento Frei Henri. É necessário que o sistema de segurança pública do Estado do Pará assuma o seu papel e reforce a proteção para evitar um novo Massacre de Eldorado do Carajás.

O risco do derramamento de sangue é iminente. Somente este ano, 18 pessoas foram assassinadas no Pará em conflitos no campo, conforme levantamento da CPT, mais do que o dobro de todo o ano de 2016, quando ocorreram seis mortes. Urge também que o INCRA concretize a posse daquelas terras da União o mais rápido possível.



Extraordinária - CD

Publ.: DCD -  
24/08/2017 - 145

MAJOR OLIMPIO-SD -SP

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, acerca da reforma política.

---

**O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, população brasileira que nos acompanha, foi iniciada mais uma sessão nesta quarta-feira na tentativa de se votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, a chamada reforma política.**

E por que é que nós já estamos na segunda semana, e vai, não vai, vai, não vai? Exatamente porque esta Câmara dos Deputados - nós - já perdeu completamente a legitimidade e a condição, se não legal, pelo menos moral, de tentar mudar as regras eleitorais para a próxima eleição.

E tudo isso ainda está sendo feito no afogadilho, porque, pelo princípio da anuidade, as normas terão que ser alteradas até 6 de outubro para valerem para o ano que vem.

Porém, não se está conseguindo acordo. E por que não se está conseguindo acordo? Exatamente porque nós estamos legislando em cima da hora, Sr. Presidente, cada um olhando para o próprio rabo, defendendo os próprios interesses.

Dizem que vai ser criado um fundo de financiamento para a democracia - o nome é até bonito -, mas o que era 3,6 bilhões de reais já passou para 2 bilhões. Disseram para diminuir mais um pouco; disseram para abastecer esse fundo com um pouco do salário dos funcionários de gabinetes - até isso foi dito aqui!

Nós perdemos completamente a vergonha! É lógico que não se está conseguindo acordo quanto a isso. Nem pode!

A população fala de sistema proporcional, de distrital misto, de distritão misto, de distritão. A mudança do sistema que nós temos hoje para o distritão simplesmente alteraria 8% dos Deputados que estão aqui. Em São Paulo, de 70 Deputados, só 8 não estariam aqui, esses que vieram na carona do Deputado Celso Russomanno, do Deputado Tiririca e do Deputado Pr. Marco Feliciano.

Isso é pouco diante da coisa! A questão maior é refazer a estrutura! Vai-se poder fazer bingo, rifa, cassinagem para arrecadar dinheiro? A doação vai ser oculta, para não sabermos quem doou?

Pelo amor de Deus! Eu vou votar contra esta proposta.

Façamos uma reforma política, como disse o Presidente em exercício, para 2030, 2040. Para nós mesmos? A população está

dizendo: *"Basta! É um lixo! O que vocês vão fazer é só advogar em causa própria, e nada vai melhorar para democracia, para a representatividade ou para o próprio País!"*

Fica aqui o meu lamento. Não acredito que, moralmente, nós vamos ter quórum de novo para votar, haja vista o conflito de interesses. *"Como eu faço para me eleger?"*

E tudo, Deputado Rocha, meu irmão do Acre, está relacionado àquela questão: se não for na base da grana, da bala, do dinheiro - de preferência dinheiro público hoje; se for pela manifestação da população, a grande maioria de nós não volta; de 513, não voltamos 100 para cá. E é isso que está pegando, porque o povo já se tocou que nós estamos defendendo causas próprias aqui, e não o interesse público.

Eu vou votar projeto contra esta proposta. Eu vou votar contra financiamento de campanha com dinheiro público, porque realmente está uma grande vergonha o nosso posicionamento...

*(Desligamento automático de microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

---

Documento 269/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-15:26
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 148		LUIZ SÉRGIO-PT -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Associação ao pronunciamento do Deputado Marcelo Matos, a respeito do remanejamento de policiais militares no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Apoio ao financiamento público de campanhas eleitorais.

---

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já que a Secretaria de Segurança vai fazer uma redistribuição dos policiais militares, eu quero me somar ao Deputado Marcelo Matos para pedir que, na medida do possível, esse remanejamento possa fazer com que, por exemplo, o policial militar que é de Angra dos Reis e estava numa UPP retorne agora ao batalhão de Angra dos Reis, perto da sua comunidade e dos seus familiares. Da mesma forma, se houver também um policial militar que estava numa UPP no Centro do

Rio de Janeiro, sendo ele de um Município qualquer, como Barra Mansa ou Volta Redonda, que ele possa retornar ao batalhão da sua cidade de origem, porque isso é, a meu ver, muito importante para esses profissionais e para o trabalho que eles executam.

Sr. Presidente, retomo o tema da reforma política. Eu acredito que todos nós já ouvimos a expressão "um mal menor". Diante de praticamente 2 semanas sem deliberar coisa alguma, nós estamos com a tendência de deixar a coisa como está.

Esse é o pior dos mundos, porque, se há algo de ruim na política brasileiro, isso é o financiamento empresarial de campanha. Ele é pai e mãe - a origem - dos problemas que enfrentaram praticamente todos os partidos políticos.

Aqui em Brasília, o DEM foi superanimado com o Governador José Roberto Arruda, a quem o financiamento empresarial de campanha retirou da vida pública.

O PSDB sofreu esse enorme revés com a condenação do Eduardo Azeredo, ex-Governador de Minas Gerais. O que está retirando o Azeredo da vida pública é exatamente o financiamento empresarial de campanha.

Nós do PT tivemos os nossos problemas em razão do financiamento empresarial de campanha.

Então, esse é o mal maior que precisava ser superado no debate que nós estamos fazendo aqui. Se não encontrarmos uma solução que tenha como base o financiamento público de campanha, em pouco tempo vai-se retomar a agenda do financiamento empresarial de campanha, e, com ela, a democracia brasileira, que é um bem maior, vai estar privatizada, sob a lógica do interesse econômico que a financia. Esse, sim, é o grande problema que nós temos enfrentado nos últimos anos e que atingiu praticamente todos os partidos.

Infelizmente, os projetos individuais, sobrepondo-se aos coletivos, não estão permitindo que nós possamos dar um passo adiante, firme e decisivo para sepultar a razão maior de grande parte das crises políticas que enfrentaram os partidos, que têm como base o financiamento privado de campanha.

Que este Plenário tenha a lucidez de superar este momento e votar uma reforma política que vá ao encontro do desejo da maioria, que é ter uma democracia fortalecida em nosso País, Sr. Presidente.

---

Documento 270/516

---

229.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

23/08/2017-15:32

Publ.: DCD -  
24/08/2017 - 150

SEVERINO NINHO-PSB -PE

CÂMARA DOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES

---

### *Sumário*

Cobrança pelos Municípios de alíquotas extorsivas do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Solicitação à Consultoria Legislativa da Casa de realização de estudos sobre a possibilidade de delimitação das alíquotas do IPTU.

---

**O SR. SEVERINO NINHO** (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estou preocupado com um assunto que foge totalmente ao que vem sendo discutido nessas últimas semanas.

Aqui nós discutimos a reforma política, que não sai. Ontem, no elevador, um Deputado comentava comigo que esta já é a sétima proposta de reforma que não se consegue votar.

Esta Casa perde muito tempo com debates dos quais o povo não está muito a fim de participar. O povo está ligado no fundão, o fundo público que se quer criar. Na minha visão, tanto faz para o povo a forma como um Deputado é eleito. Para a maioria grandiosa da população, tanto faz o Deputado ser votado pelo sistema proporcional, pelo sistema distrital, pelo sistema distrital misto.

Quem se interessa por reforma política, a meu ver, é uma parcela de, no máximo, 20% da população brasileira: a imprensa, a classe média, que é mais informada, os intelectuais, os políticos, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a elite da população, digamos assim. Para o povo, o que interessa não é como o Parlamentar é eleito, mas como ele se comporta, o que ele pensa, o que ele propõe, o que ele quer para o bem-estar da população. Esta é a preocupação do povo, e o povo não está errado sobre isso.

Então, fugindo da mesmice da reforma política, eu estou preocupado com as alíquotas excessivas cobradas no IPTU.

Tenho recebido queixas lá em Recife, em Pernambuco, de alíquotas elevadas. Por isso, solicitei um estudo a dois competentes consultores legislativos desta Casa, Adriano da Nobrega Silva e Antonio Marcos Silva Santos, que atuam na Área III - Direito Tributário e Tributação. Estou lendo e analisando o estudo que eles fizeram, para ver a possibilidade de esta Casa delimitar as alíquotas máximas do IPTU, porque ocorrem muitos abusos no Brasil. Há pessoas que pagam 3 mil reais por ano de IPTU num apartamento de 70 metros quadrados. É um absurdo! Somando-se ao condomínio, o valor passa de um aluguel. Isso não se pode permitir.

Essa é uma das nossas preocupações, Sr. Presidente.

Eu quero, mais vez, parabenizar os dois consultores legislativos da Câmara dos Deputados que realizaram esse estudo. Eles têm sempre demonstrado muita capacidade, muita eficiência, muito zelo e muita competência naquilo que eu tenho solicitado.

Vamos debater esse assunto. E eu acho que é preciso chamar a Confederação Nacional de Municípios. Não se pode deixar ao alvedrio de cada autoridade a cobrança do IPTU. É uma extorsão o que vem acontecendo em várias cidades do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu peço a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado.

---

Documento 271/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-15:36
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 151		BENEDITA DA SILVA-PT -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento da oradora contrário à implantação do sistema de voto denominado distritão e ao financiamento privado de campanhas eleitorais.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já usei desta tribuna para falar a respeito da reforma política, que, na verdade, não podemos considerar uma reforma que atenda à expectativa do povo brasileiro porque as consultas que nós fizemos são advindas das nossa bases, mas não do conjunto da sociedade brasileira, de debates como os que fizemos na Assembleia Nacional Constituinte, na qual o povo teve uma participação direta e pôde opinar sobre aquilo que constitui direitos para todos, para o coletivo.

Sobre o distritão, em que essa questão interessa aos que têm mandato? É interessante. E para aqueles que não têm mandato, que pela primeira vez disputarão as eleições? A representatividade da minoria não está garantida no distritão. Pelo contrário. O distritão não tem compromisso com os segmentos sociais representativos. A política fica individualizada, como já repeti. É uma instituição à parte, individual. Não é possível, Sr. Presidente. Ele reduz o papel coletivo do partido. E o partido político deve ser forte. Ele tem um direcionamento, ele tem um programa objetivo, e este programa sai de um consenso. Não é possível que um indivíduo saia candidato para ele mesmo. Ou então

vamos virar "Vereadores Federais". É desse jeito que vemos o distritão. É bom que a população acompanhe bem os discursos demagógicos deste momento, que, na verdade, querem esconder que a maioria pretende, sim, que haja financiamento privado, que haja financiamento pelos empresários, financiamento esse que depois vira caixa dois, que depois vira prisão, que depois vira denúncia. Depois, esta Casa vota contra a corrupção.

Nós não queremos, de forma nenhuma, o financiamento privado, de empresas que, evidentemente, investem para ter representantes na defesa dos seus interesses, e não na defesa do interesse da maioria. Por isso abominamos essa ideia.

É preciso que estejamos aqui com a consciência tranquila e transparente para o povo brasileiro em relação a querermos ou não o financiamento privado, a querermos ou não que o povo realmente participe de nossa decisão.

Sr. Presidente, eu agradeço mais uma vez por sua paciência comigo. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.

---

Documento 272/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-15:56
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 156		SILVIO COSTA-PTDOB -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Acerto da aprovação, pela Comissão Especial da reforma política, da proposta de extinção de coligações partidárias nas eleições proporcionais.

---

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero parabenizar V.Exa. Estou profundamente animado hoje porque acho que, pela primeira vez, eu vi uma Comissão de reforma eleitoral prestar um serviço ao Brasil.

A Comissão que discute a reforma política acaba de aprovar a proibição de coligação já para 2018. Isso é um avanço no País - um grande avanço no País -, até porque, se não a aprovarmos aqui, provavelmente o Supremo vai fazê-lo e judicializar a matéria.

Em que pese alguns companheiros de alguns partidos, inclusive do

meu, serem contra o início em 2018, sou cem por cento a favor de acabarmos com essa brincadeira de distritão e de aprovarmos a proibição de coligação para 2018.

A proibição de coligação é importante para fortalecer a vida orgânica do partido. Cada partido vai se estruturar, montar os seus quadros, preparar quadros, elaborar suas chapas e eleger dois, três Deputados Federais. O partido que não eleger Deputado Federal, paciência, não estará aqui em 2018. Eu prevejo que, se aprovarmos a proibição já para 2018, neste mesmo ano acabam-se 15 partidos, no mínimo. E isso é bom para a democracia.

Vamos começar um grande movimento. Hoje esta Casa começa a dialogar com a opinião pública em relação à reforma política.

Parabéns, Deputada Shéridan, pelo seu trabalho!

Parabéns, Presidente! Eu sei que existe a Noite de São Bartolomeu.

V.Exa. deve ter conversado com muita gente, uma vez que é uma pessoa a quem todos aqui escutam. O seu partido, inclusive, votou nesse sentido para 2018, e eu sei que tem o talento de V.Exa. nessa articulação.

Sras. e Srs. Deputados, V.Exas. precisam ver a imprensa como ficou satisfeita, porque a imprensa tem um pouco do pulsar das ruas. As pessoas que pensam no Brasil querem sim a proibição de coligação. Então, hoje esta Casa teve sinergia com a opinião pública. Vamos avançar! Vamos proibir a coligação já para as eleições de 2018.

Comecem a trabalhar, montem os seus partidos e vamos para a disputa! Esse é o caminho.

---

Documento 273/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-15:58
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 157		SHÉRIDAN-PSDB -RR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Conclusão dos trabalhos da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, sobre a vedação das coligações nas eleições proporcionais, o disciplinamento da autonomia dos partidos políticos e o estabelecimento de normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos. Expectativa de votação da matéria pela Casa.

**A SRA. SHÉRIDAN** (PSDB-RR. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, gostaria de registrar que concluímos agora o trabalho dos últimos meses, das últimas semanas, aprovando a Proposta de Emenda à Constituição nº 282, 2016, na Comissão Especial, dando uma importante resposta. Trata-se de uma medida muito importante, considerável, uma reforma substancial no que tange à pauta da discussão das Comissões de Reforma Política nesta Casa. A Comissão está de parabéns! O senso de responsabilidade pública daqueles Parlamentares perpassou qualquer condição política, qualquer condição partidária, demonstrando a responsabilidade do Parlamento unido em Comissão, e traduzindo, assim, o entendimento sobre a promoção de uma reforma política, que, sem dúvida alguma, é a mãe de todas as reformas da sociedade brasileira. Trazemos agora para apreciação do Plenário as três importantes discussões compreendidas na PEC 282: o fim das coligações, com o destaque que foi aprovado para o ano de 2018, já para a próxima eleição; a cláusula de desempenho e as federações partidárias, que vão justamente respeitar e atender aos partidos pequenos que não conseguiram alcançar o desempenho do quociente eleitoral exigido agora na cláusula. Então, parabéns à Comissão pelo trabalho, sensibilidade e responsabilidade daquele grupo envolvido na discussão da PEC 282. Espero que este Parlamento, este Congresso, esta Câmara dos Deputados tenha a mesma sensibilidade e responsabilidade de apreciar e aprovar a matéria nesse curto espaço de tempo que nós temos. Vale ressaltar que fizemos história. Também quero registrar que tive a oportunidade, Sr. Presidente, graças à sua confiança, de ser a primeira mulher a relatar uma reforma política nesta Casa. Muito obrigada e parabéns a todos os Deputados membros da Comissão destinada ao exame da PEC 282!

---

Documento 274/516

---

229.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

23/08/2017-16:02

Publ.: DCD -  
24/08/2017 - 159

ROBINSON ALMEIDA-PT -BA

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

*Sumário*



Reiteração do posicionamento do PT contrário à adoção do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. ROBINSON ALMEIDA** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho aqui reiterar a posição do nosso partido contra o sistema distritão. Esse sistema é nocivo à democracia, porque prevê que os partidos políticos não terão mais funcionalidade. A democracia será exercida por aqueles que têm algum tipo de notoriedade pública, que têm representatividade em outras áreas de atuação, e não na atividade política. Então, creio que esse sistema não deva ser aprovado por esta Casa. Que esta Casa encontre a alternativa mais democrática para representar o povo brasileiro, mantendo o sistema proporcional, não implantando o sistema majoritário, porque ele vai criar uma distorção. Além disso, há uma forte suspeita na sociedade de que essa legislação é para proteger a reeleição dos próprios Deputados.

---

Documento 275/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-16:02
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 160	RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa da convocação de Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para a realização da reforma política no País.

---

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** (PCdoB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com todo o respeito, quero dizer que, quanto mais avançam os trabalhos das Comissões Especiais que tratam da reforma política, mais eu me convenço de que uma reforma política democrática só é possível numa Assembleia Constituinte exclusiva. A proximidade das eleições do ano que vem interfere diretamente no resultado a ser construído no que diz respeito à reforma política. Infelizmente, o sistema eleitoral que desponta como favorito serve muito mais para beneficiar quem quer se reeleger do que para ser o sistema correto que de fato reforme a política. Isso vale também para o financiamento de campanhas eleitorais.

Vou além: tão importante quanto discutir o tipo de financiamento é discutir o teto de gastos. Nós não podemos concordar com campanhas eleitorais caríssimas. No Maranhão, elas custam 2 milhões e meio de reais. Chega a beirar o absurdo. As campanhas têm que ser, necessariamente, mais baratas. Do contrário, infelizmente, não teremos...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 276/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017- 16:06
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 161		LUIZ SÉRGIO-PT -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Conveniência de remanejamento de policiais militares lotados em Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs para os batalhões de origem, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Defesa da aprovação pela Casa de proposta de financiamento público de campanhas eleitorais.

---

**O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, o Governo do Estado vai remanejar policiais militares da UPP para os batalhões. Praticamente todos os Deputados Federais do Estado do Rio de Janeiro recebem pedidos. Os PMs, por exemplo, de Angra dos Reis, de Barra do Piraí, Bom Jesus do Itabapoana, Valença, foram transferidos para as UPPs e agora vão retornar aos seus batalhões.

Seria importante o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Comando da Polícia Militar, fazer um levantamento e mandar os PMs de volta às bases, para onde eles moram e trabalham, onde estão seus familiares. Esse laço afetivo gera certa segurança para que esses PMs possam executar tão bem o seu papel.

Segundo, Sr. Presidente, nós temos a chance de votar uma reforma política. Aqui na Casa nós temos muitos e muitos Parlamentares que receberam doações de empresa, como manda a legislação, e que declararam essas contribuições oficiais de campanha. A Justiça Eleitoral aprovou as contas desses Parlamentares, mas depois eles receberam o questionamento do Ministério Público, que afirmou que essas doações eram corrupção.

Isso é uma demonstração clara de que o maior de todos os problemas,

que atingiu todos os partidos, é o financiamento empresarial de campanha. Este é um bom momento para sepultarmos essa história, aprovarmos um financiamento público de campanha, para que a democracia seja financiada por todos os brasileiros e por todas as brasileiras e não pelo setor financeiro.

---

Documento 277/516

---

229.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

23/08/2017-16:10

Publ.: DCD -  
24/08/2017 - 164

POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Apoio à extinção de coligações partidárias nas eleições proporcionais e à implantação da cláusula de barreira, no processo de reforma política.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, desde 1999, quando eu cheguei a esta Casa, defendo o fim das coligações. Várias vezes foram votados projetos meus dessa natureza, e perdi. Jamais quis estar do lado dos que mais ganharam, porque continuo defendendo o fim das coligações.

E, agora mesmo, ali na Comissão Especial da Reforma Política, foi votado e aprovado o fim das coligações, o que para mim é uma satisfação muito grande. Além do fim das coligações nas eleições proporcionais para Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, também a cláusula de barreira.

Aí está a reforma política, Sr. Presidente. É só colocar a proibição de número grande de candidatos, e está feita a reforma. Repito: fim das coligações nas eleições proporcionais para Deputados Estaduais e Federais e Vereadores e cláusula de barreira, e está feita a reforma política, Presidente. Não precisa de distritão, que privilegia os ricos, o individualismo, é uma espécie de cada um por si, Deus por todos, uma espécie de salve-se quem puder, para privilegiar aqueles que aqui estão no Parlamento cuidando tão somente de seus umbigos. Essa proposta não tem o meu apoio, pois eu quero o coletivo.

Não precisa também desse famigerado fundo de 3 bilhões e 600 milhões de reais. Tirar dinheiro da saúde, da educação, do remédio, da cirurgia, do Orçamento, não com o meu voto, não com o meu apoio e não sem minha crítica. Nós temos outras maneiras de financiar na

política, mas não tirando dinheiro da saúde.  
Por isso, não queremos o distritão. Não quero esse fundão.  
Simplesmente proibir coligação já melhora o processo.

---

Documento 278/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-16:12
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 164		PAULO FOLETTTO-PSB -ES
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Imediata votação da proposta de reforma política pela Câmara dos Deputados.

---

**O SR. PAULO FOLETTTO** (PSB-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, até parece que eu e o Deputado Pompeo de Mattos combinamos antes: a minha fala vai exatamente nesse sentido. Quero usar neste momento uma máxima do nosso companheiro Nelson Markezelli, que não estou vendo aqui: vamos votar, gente! Há 2 meses que a imprensa só fala na reforma política. Há 2 meses que a televisão só fala na reforma política. Vamos votar! Vamos colocar na mesa e votar. Já foi votado agora na Comissão o texto que veio do Senado, que é o fim das coligações e de novo a cláusula de desempenho ou cláusula de barreira. Nós temos que votar. Nós temos que dar uma satisfação à população brasileira. Há duas semanas que temos vindo para cá, e não conseguimos o acordo. Seria melhor fazer um acordo, mas ele nunca contempla todo mundo. Temos que votar. Vamos votar coligação, cláusula de desempenho, distritão. Cada um coloca-se aqui, terá a oportunidade de mostrar o voto que vai dar. Cada partido pode orientar a sua bancada. Nós, do PSB... Particularmente, defendo o fim da coligação, mas manter a proporcional dentro do partido e realmente voltar a cláusula de desempenho. Mas é fundamental que avancemos neste plenário hoje, que cada um coloque suas ideias. E vamos para o voto! Vamos votar!

---

Documento 279/516

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-16:14
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 165		ASSIS MELO-PCDOB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### *Sumário*

Necessidade da realização de amplo debate sobre a extinção de coligações partidárias nas eleições proporcionais.

---

**O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Sem revisão do orador.) -**  
 Presidente, tenho ouvido aqui alguns Parlamentares falarem do fim das coligações, como se isso fosse resolver todos os problemas da política no nosso País.  
 Eu só não entendo por que na eleição proporcional se acaba com a coligação, mas, na majoritária, não. Quer dizer, então, que, para Presidente, para Governador, para Prefeito, eu posso pedir votos, mas, para os outros, não? Quer dizer que se trata só de uma base de trabalho? Quer dizer que os proporcionais só podem trabalhar para os majoritários?  
 Essas questões precisam ser debatidas, para não ficarem só na aberração. É tudo lindo, mas só para alguns - para os outros, não precisa ser. Como é esse critério? Para uns é bom e para outros é ruim? Para os outros é tudo mau, como se o problema da política estivesse só na proporcionalidade!  
 Eu acho que essa é uma questão importante, que precisa ser tratada, mas não é a solução. Acabando-se simplesmente com as coligações partidárias está resolvido o problema da política no Brasil?

Documento 280/516

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-16:18
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 166		GILBERTO NASCIMENTO-PSC -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### *Sumário*

Inoportunidade da pretendida criação de fundo bilionário para financiamento

público de campanhas eleitorais.

---

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** (PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro eu quero dizer que nós estamos vivendo um momento muito especial nesta Casa, o momento em que vamos votar a mãe de todas as reformas, que é a reforma política. É exatamente com a reforma política que nós organizamos o sistema político, a partir do que teremos condições e força para realizar as tantas outras reformas que esta Casa precisa fazer.

O País passa por momentos de dificuldade, de tristeza, exatamente pelo problema do desemprego e das dificuldades todas que estamos enfrentando. Logicamente, eu, desde o primeiro momento, não concordei - e não concordo - com o fundo que se quer votar neste momento neste País, que está com dificuldades. Nós estamos enfrentando problemas de leitos, de escolas, de salários de funcionários pelo Brasil afora. Temos uma série de problemas. Não dá para, neste momento, esta Casa votar um financiamento com esse valor, de 3 bilhões e tanto. Nós precisamos arrumar outra forma, que não seja essa, que tira dinheiro dos cofres públicos.

Não sei se este seria o momento de se voltar ao financiamento de pessoas físicas e da iniciativa privada. De qualquer forma, temos que arrumar uma alternativa. Não dá para votarmos de qualquer maneira um financiamento público enquanto o País tem tantas outras necessidades.

Muito obrigado.

---

Documento 281/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017- 16:48
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 216	NELSON MARQUEZELLI-PTB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de implantação do sistema de voto denominado distritão e da cláusula de barreira. Contrariedade ao financiamento público de campanhas eleitorais. Necessidade de limitação e qualificação de candidaturas.

---

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando andamos pelo interior do Estado, principalmente pelas pequenas

idades, nós somos inquiridos com muitas perguntas sobre o serviço eleitoral.

Há muita gente do povo que não entende a matemática da eleição. É comum em cidades - e, quanto menor a cidade, mais problemática é a compreensão - candidatos a Vereadores, por exemplo, com 400 ou 500 votos ficarem de fora, enquanto candidatos com 180 ou 200 votos conseguem se eleger.

Aí se explica a questão da legenda, da soma de legendas, do puxador de votos, e ninguém entende. Não compreendem que na democracia existe o voto na coligação, o voto em puxadores de votos, cuja soma de votos pode eleger outro Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal.

Nós tivemos episódios desses aqui nesta Casa com o Enéas e, recentemente, com o Tiririca. Nós tivemos muitos puxadores de votos, que provocaram essa anomalia eleitoral.

É por isso que o meu voto, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, vai ser no sentido de que possamos eleger os Vereadores mais votados numa cidade, independentemente da sigla partidária dele. Nós vamos votar no sentido de que sejam eleitos os Deputados Estaduais mais votados, independentemente da sua sigla eleitoral. Nós votar no sentido de que sejam eleitos os Deputados Federais mais votados no Estado, independentemente da sua sigla eleitoral. Aí o povo vai entender por que o Deputado que teve 50 mil votos é Deputado Federal e aquele que teve 20, 25 ou 30 mil não o é.

O denominado distritão é a possibilidade de nós elegermos nesta Casa verdadeiramente aqueles que obtiverem nos seus Estados a votação majoritária dos eleitores das suas cidades. Isso é importante para que nós possamos dar um freio de arrumação na democracia do Brasil.

Eu tenho dito que é importante também eliminarmos de uma vez a possibilidade de financiamento público. Não se faz campanha com dinheiro público; faz-se com o próprio dinheiro, com o dos amigos, com o daqueles que querem ajudar a trazer um Deputado da sua região aqui para a Câmara Federal. Jamais - o PTB é contra isto - vamos pleitear verbas públicas para disputar uma campanha pública, uma campanha política.

É necessário, também, haver cláusula de barreira. Por quê? Porque a cada dia nasce mais um partido, pois o Fundo Partidário é convidativo, e não há fiscalização. O Tribunal de Contas desconhece, deixando condições para que aqueles diretores pudessem fazer o emprego de recursos nos candidatos de suas preferências.

Nós temos que trabalhar para que o processo eleitoral seja cada vez mais claro, transparente, para que a população saiba realmente quem é o seu Deputado, quem é o seu partido, e possa ajudar a trazer para esta Casa os melhores Deputados, dos melhores partidos.

A quantidade de recursos do Fundo Partidário já está bem elevada e é suficiente para que os partidos possam fazer campanha para os seus Deputados.

Além disso, Sr. Presidente, nós temos que limitar o número de candidatos partidários. O partido não pode indicar o dobro de vagas.

Nós temos que limitar isso a 50% ou 20% das vagas dos Estados a serem disputadas. Há uma enchente de candidatos. Normalmente o indivíduo sai candidato na cidade dele para ser candidato a Prefeito, para ser candidato a Vereador. Isso não pode mais ser admitido na democracia brasileira. Nós temos que limitar o número. E temos que acrescentar nessa reforma a qualificação. Nós temos de qualificar os candidatos, temos de trazer...  
(*Desligamento automático do microfone.*)

---

Documento 282/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017- 16:48
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 232	JOÃO RODRIGUES-PSD -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do PSD a respeito de tópicos da proposta de reforma política. Repúdio à agressão física praticada por aluno contra professora no Estado de Santa Catarina. Contrariedade à adoção de posicionamento político por docentes na sala de aula.

---

**O SR. JOÃO RODRIGUES** (PSD-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os ânimos estão um tanto exaltados, o debate é bastante acalorado, mas é claro que é necessário que a Câmara dos Deputados tenha posição quanto ao que se discute hoje aqui e vote o que for preciso.

Até pode haver um debate extremamente ferrenho - isso faz parte da democracia. Agora, necessário que sejamos claros com o nosso eleitor. As pessoas muitas vezes confundem aquilo que está sendo debatido. Quando se fala em votar o distritão, que é voz corrente aqui na Casa, que oportunidade estamos dando para o eleitor, o brasileiro? Que vote de acordo com a sua vontade. O que propõe o distritão é que os Deputados mais votados sejam encaminhados aqui para o Parlamento.

Com todo o respeito aos Deputados que aqui chegaram beneficiados pelas legendas - e vamos respeitar muito, porque todo mundo é Deputado da mesma forma -, há muitos equívocos e injustiças. Nós temos uma série de Parlamentares que deixaram de estar nesta Casa tendo o dobro de votos que outros Deputados que não atingiram o número suficiente, pois o coeficiente foi atingido pela legenda, e não pelo Parlamentar, individualmente.

Então, é necessário que a população brasileira saiba que o que se



pretende é que os Deputados mais votados em cada Estado sejam os que para cá virão.

Eu ouço manifestações equivocadas de alguns Parlamentares.

Não! É óbvio que tem gente que faz partido, que cria uma série de candidatos por todo o Estado, para garantir a sua eleição; que se esconde através de uma estrutura para poder viabilizar seu mandato por meio de um grande grupo de pessoas que se propõem a colocar o nome numa eleição.

É bem verdade que muitos não voltarão na próxima eleição. É bem verdade que muitos Parlamentares não estarão aqui de volta. Mas todos os que aqui estão têm todas as oportunidades, diferentemente do cidadão comum, de realizar seu trabalho em sua região, em seu Estado, de prestar seus serviços, de mostrar para que vieram e por que vieram. Depois de 4 anos, serão avaliados. Se não atingirem o coeficiente para ficar entre os mais votados em cada Estado é porque não trabalharam bem, é porque não desenvolveram bem suas funções. Então, não há do que reclamar!

E me permitam, senhores, com todo o respeito ao nosso colega Deputado Tiririca, que teve uma votação extraordinária, fruto da sua carreira, da sua simpatia, da sua simplicidade, da sua humildade - aliás, ele é um Deputado atuante nesta Casa; é um dos Deputados mais frequentes nesta Casa -, mas ele sozinho traz quatro ou cinco a reboque. Com o distritão, cada um virá pelo seu suor, pelo seu trabalho, pelo seu merecimento.

Agora, quanto ao financiamento, no momento que o País atravessa, em que pessoas estão morrendo em fila de hospitais; em que a saúde está acabada; em que segurança pública não existe, não há como discutirmos aqui, hoje, um fundo partidário. Ora, fala-se em 3 bilhões e 600 milhões de reais! Já começou errado!

Da minha parte, quero o distritão, mas não quero esse fundo partidário, ou esse "fundão" - e acredito que a posição de boa parte dos meus colegas do PSD seja semelhante.

E até não dá para entender por que criar um fundo para eleição, se existe o Fundo Partidário. É bem verdade que, lá trás, todos nós eliminamos aqui o financiamento privado de campanha. A opinião pública queria que nós fizéssemos assim, e assim o fizemos. Só que hoje se discute a criação de um financiamento público, e a população é contra. Então, para mim, valem o serviço e o trabalho de cada um.

Vamos à estrada pedir voto, vamos mostrar o nosso trabalho, vamos mostrar o que fizemos e por que queremos para cá voltar.

Faço este apelo a todas as Sras. e a todos os Srs. Parlamentares, e, principalmente, faço esses esclarecimentos para tirar a dúvida do cidadão brasileiro.

Aproveito o tempo que ainda me resta para fazer um registro, meu querido Deputado Delegado Waldir.

Esta semana, em Santa Catarina, uma professora foi covardemente agredida por um aluno: levou um murro na cara.

Eu fiquei extremamente chocado com a atitude do adolescente de ter batido de forma covarde em uma professora.

Mas, depois, quando eu leio as redes sociais daquela educadora - não que justifique a agressão; pelo contrário, é imperdoável uma atitude como essa de um aluno com um professor -, eu vejo ela mesma dizendo que o ato de jogar ovos em um Deputado, o que é uma violência, pode. Questionada, ela diz: "*Isso é um direito, é democracia*". Que democracia é essa? Uma professora que prega isso em sala de aula é óbvio que desperta a revolta de um estudante.

Parece-me que há muitos equívocos. E alguém disse hoje à tarde que o motivo é o fato de ela ser a favor da escola com partido. A maioria da população brasileira é a favor da escola sem partido! Escola é lugar de ensinar uma criança. Eu não quero o meu filho ou minha filha sendo encaminhada ou tendo a lavagem cerebral de uma ratazana que venha dizer para ela o que ele pode e deve pensar da política brasileira ou dos seus líderes!

Eu não perdoaria, senhores, caro Deputado Jair Bolsonaro, se minha filha voltasse para casa com a camisa e a foto daquele bandido chamado Che Guevara, que muitos professores - ou alguns - idolatram! Então, eu quero simplesmente lamentar o ato da agressão, mas dizer a essa educadora: mude sua concepção e respeite os pais dos seus alunos, porque eles têm direito de querer o melhor para o seu filho. A senhora tem obrigação de ensinar em sala de aula aquilo que é sua missão e aquilo que é sua obrigação.

A escola sem partido, sim, é uma grande verdade, o sentimento e o desejo da maioria do povo brasileiro.

---

Documento 283/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017- 16:48
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 235	VINICIUS CARVALHO-PRB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do PRB acerca da proposta de reforma política.

---

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PRB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa tem a oportunidade de surpreender positivamente a opinião pública, e nós vemos que não se perde o hábito, o costume de sempre ir na contramão do que a população anseia.

Vou me ater a falar sobre o distritão, que tem sido tratado como um elo entre o distrital misto e o sistema atual.

Dizem que o sistema atual é ruim. Deputados, pode até ser ruim o

sistema atual. Mas V.Exas. têm que entender que ele é mais um entre todos os sistemas ruins que existem. Porém, nós temos aqui no Brasil, há aproximadamente 30 anos, a experiência desse sistema atual. Há 30 anos nós temos esse sistema, e nós temos nesta Casa a renovação, eleição após eleição, basicamente, de 40% a 50% dos Deputados. Em que outro tipo de sistema, como esse distritão, ou esse distrital misto, haverá uma renovação nesta Casa? E as minorias? E as lideranças? Elas não terão mais oportunidade.

Nós vemos também que se esse sistema for aprovado, o custo das campanhas individuais, Deputados, aumentará muito.

Aqueles que estão pensando, ou melhor, se deixando levar, influenciar, pelos Líderes dos seus partidos, saibam que eles não estão pensando em V.Exas. de forma alguma; estão pensando neles. Eles querem diminuir a quantidade de candidatos e aumentar esse fundo - que é um absurdo! -, um fundo especial para financiamento da democracia - não existe coisa mais esdrúxula do que um nome como esse.

Eles reduzem o número de candidatos e aumentam o valor a ser repassado para o fundo, para que eles continuem se perpetuando no poder.

Nós temos a experiência de 30 anos, aproximadamente, de aprovação desse sistema - que não é perfeito. Mas e o distritão, que está sendo proposto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados que também defendem esse sistema distritão, digam-me qual é a experiência que os senhores têm para que possamos discutir aqui neste plenário. V.Exas. não têm experiência! A experiência que se tem de distritão, se alguns não sabem, é a do Afeganistão, é a da Jordânia, duas ilhas, uma no Pacífico, outra na Oceania, ambas exemplos de democracia. É essa a experiência que V.Exas. querem trazer para o Brasil, um País com as dimensões continentais que nós temos?

Meus amigos, nós vemos que a experiência que V.Exas. estão trazendo não vem ao encontro da necessidade da população. O Japão, que é uma referência, até a década de 1990 tinha o distritão, mas aboliu esse sistema, porque aumentou muito a corrupção eleitoral entre todos os que participavam das eleições, bem como as disputas entre os partidos aumentaram muito.

Sras. e Srs. Deputados, quando nós mais pensamos que esta Casa tem a oportunidade de avançar em um processo legislativo, infelizmente, amarguramos com a realidade de que não perdemos a oportunidade de fazer o que estamos fazendo: ir na contramão do que a sociedade quer, caminhando rumo a um retrocesso social.

Por isso, o PRB vota "não" a todas essas questões.

---

### *Sumário*

Posicionamento do PDT a respeito de tópicos da proposta de reforma política.

---

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, ouvintes da *Rádio Câmara*, nós estamos aqui discutindo a reforma política.

Sabemos que o que for decidido nesta Casa - não tenham dúvida disto. Podem perguntar para as pessoas comuns, lá na base -, independentemente do que for decidido, já está prejudicado, já está contaminado. É óbvio que sempre será questionada a forma como foi feito e como está sendo feito o debate nesta Casa.

Cabe aos partidos políticos cumprir a tarefa de defender o que acreditam. É para isso que existem os partidos políticos, que têm programas. Aos que não são acostumados a viver como partido ou a construir a democracia dentro do partido, peço que considerem pelo menos o seu programa, dos seus filiados, da hora em que foram criar o partido no tribunal.

Nós sabemos que houve uma fábrica de novas legendas no Brasil, da última década para cá. Hoje nós temos 36 partidos nesta Casa. No Tribunal Superior Eleitoral, há mais 48 prontos para serem homologados. No ritmo em que estamos, daqui a 3 anos ou 4 anos, nós podemos ter de 70 a 80 partidos políticos aqui na Câmara dos Deputados. Estamos indo num ritmo para que cada um seja um partido político. É óbvio que há alguma coisa errada e é óbvio que nós precisamos consertá-la. Se vamos consertar com o sistema eleitoral, com o fim das coligações, com a cláusula de desempenho, é uma estratégia e uma tática política, que tem que ser adotada. Nós temos que respeitar isso.

O PDT é contra o distritão. Para defender a votação contra o distritão, nós temos a nossa tática. Por exemplo, estamos apoiando este requerimento do PP por entender que, como estão vinculados, no texto do Relator, o distritão e o distrital misto de 2022, caso a nossa tese de ser contra o distritão seja derrotada, pelo menos garantimos o distrital misto em 2022.

Eu não estou pedindo para acompanharem o partido. Só estou comunicando a nossa decisão de entender que essa é a tática correta, assim como nós entendemos as táticas de outros partidos e as respeitamos. É assim que funciona o Parlamento: parlando, dialogando, conversando.

Nós não iremos aceitar, em hipótese nenhuma, que algum partido ache que é nossa obrigação acompanhar a sua ideia. Se alguém acha que isso é nossa obrigação, está muito equivocado. Nós só temos um

segmento ao qual devemos dar satisfação, colega Deputado que não concorda com a posição do PDT: os nossos eleitores, a sociedade. Se o colega quer discordar da posição do nosso partido, filie-se ao PDT e será ouvido. Com certeza, se formos convencidos, iremos apoiá-lo e defendê-lo. Da mesma forma, se não for aprovado o que V.Exa. pensa, nós iremos aprovar e conduzir o que a maioria defender. É assim que será.

A reforma política, mais do que nunca, já está prejudicada, mas vamos tentar salvar alguns de seus pontos importantes. É preciso votar, sim, a questão do fundo público. É preciso votar o sistema eleitoral e os outros pontos que estão nas outras PECs. O que se precisa é votar. Quem vai vencer e quem vai ser derrotado, o voto e a democracia é que vão impor - paciência!

Nós queremos votar. O PDT não vai, em momento algum, obstruir nada aqui. Iremos votar todos os requerimentos. Queremos ir para o mérito. Queremos ressaltar todos os destaques e discuti-los um a um, sem nenhuma dificuldade, até porque temas como o fundo público de campanha já são temas que o partido defende desde o seu nascedouro. Isso está no nosso programa e no estatuto do partido. A questão do sistema político está lá no estatuto do PDT. Sempre defendemos o distrital misto e somos totalmente contra o distritão. Nós estamos vinculando as duas possibilidades porque, caso consigam aprovar o distritão, pelo menos empurramos o distrital misto para 2022, sabendo que iremos trabalhar para derrotar o distritão já em 2018. O atual sistema, sem coligação, é o ideal. Assim começamos a fazer um enxugamento, para criarmos condições de tratar de política aqui dentro desta Casa.

---

Documento 285/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017- 16:48
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 278		AFONSO HAMM-PP -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Contrariedade à criação de fundo público para financiamento de campanhas eleitorais. Defesa da implantação do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria aproveitar este momento de votação para deixar bem clara a posição do Deputado Afonso Hamm. Ainda ontem usei a tribuna para dizer do meu posicionamento. E

vamos ter a oportunidade, mais adiante, de votar. Tenho a convicção de que não cabe um fundo eleitoral, mais recursos públicos, para financiar as eleições. Neste momento de crise, em que faltam recursos para a saúde, para os hospitais, para a segurança, para tudo, e a nossa economia está comprometida por mais de 10 anos, não podemos comportar isso. Também não podemos comportar a voltar do financiamento de empresas. Temos que ter financiamento de pessoa física.

Em relação ao sistema eleitoral, eu tenho uma posição bem clara, a de que o voto majoritário, os mais votados, o que preconiza o chamado "distritão", na verdade, é um voto democrático.

Eu gostaria de deixar bem claro que nós precisamos avançar no sistema eleitoral, porque, senão, um candidato vai trazer, numa supervotação, três eleitos, quatro eleitos de forma indireta. Então, não há constrangimento para nós em defender a condição de mais votados. Eu chamo de voto democrático. Está sendo rotulado - e não é verdade - o fato de que alguém eleito vai ser o mais votado ou vai garantir vagas. Essa é a eleição programática, é a eleição do conteúdo, é a eleição do trabalho, é a eleição da dedicação. Há o reconhecimento daqueles que têm feito um bom trabalho e dos novos que têm bons projetos.

Portanto, tenho convicção de que temos que votar nesse sentido.

Era essa a orientação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

---

Documento 286/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-16:48
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 306	AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada para votação de requerimento de destaque da expressão "correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) da receita corrente líquida apurada no período de doze meses encerrado em julho do exercício anterior a que se refere a lei", contida no inciso I do § 1º do art. 17-A da Constituição Federal, na redação dada pelo art. 2º do substitutivo da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003 (a respeito da simultaneidade de pleitos eleitorais e a duração de mandatos parlamentares nas esferas federal, estadual e municipal).

---

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA** (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC entende que esse fundo é imoral. Já manifestamos isso muitas vezes aqui da tribuna.

Agora, existe um paradoxo. Nós estamos votando a consequência antes da causa, porque vamos votar depois a existência ou não desse fundo.

Quero dizer que um tostão, ou um milhão, ou um bilhão é a mesma coisa. É um assalto ao bolso do contribuinte, Sr. Presidente. Esta proposta é simplesmente imoral! Vou repetir: é imoral! Isto é um escárnio, é um acinte à Nação.

O PSC encaminha o voto "não" agora e votará "não" ao fundo, quando ele entrar em votação.

---

Documento 287/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-16:48
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 307		JOÃO DERLY-REDE -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada para votação de requerimento de destaque da expressão "correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) da receita corrente líquida apurada no período de doze meses encerrado em julho do exercício anterior a que se refere a lei", contida no inciso I do § 1º do art. 17-A da Constituição Federal, na redação dada pelo art. 2º do substitutivo da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003 (a respeito da simultaneidade de pleitos eleitorais e a duração de mandatos parlamentares nas esferas federal, estadual e municipal).

---

**O SR. JOÃO DERLY** (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a REDE já se declarou contrária ao fundo de 3,6 bilhões de reais. No momento em que o Governo prega austeridade a toda a população brasileira através de suas reformas, como esta Casa vai aprovar um fundo de 3,6 bilhões de reais? Isso seria um absurdo! A sociedade está atenta, olhando o que esta Casa está fazendo. Portanto, a REDE encaminha o voto "não" e encaminhará o voto "não" também ao fundo.

---

Documento 288/516

---

229.3.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - CD 23/08/2017-16:48  
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 307 DIEGO GARCIA-PHS -PR  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada para votação de requerimento de destaque da expressão "correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) da receita corrente líquida apurada no período de doze meses encerrado em julho do exercício anterior a que se refere a lei", contida no inciso I do § 1º do art. 17-A da Constituição Federal, na redação dada pelo art. 2º do substitutivo da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003 (a respeito da simultaneidade de pleitos eleitorais e a duração de mandatos parlamentares nas esferas federal, estadual e municipal).

---

**O SR. DIEGO GARCIA** (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PHS vai encaminhar o voto "não" à retirada do 0,5% do texto e será contra também à criação do fundo. Quero deixar claro para a população que a retirada dos 0,5% não significa que esse fundo não poderá ser ainda maior. A retirada não dá garantia nenhuma do valor que terá esse fundo. Do contrário, ela permitirá que a Comissão Mista de Orçamento discuta e aprove um fundo ainda maior, o que seria um absurdo. Por isso, o PHS orienta o voto "não" à retirada dos 0,5% e votará "não" também à criação desse fundo bilionário.

---

Documento 289/516

---

229.3.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - CD 23/08/2017-16:48  
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 311 LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Frustração da oradora com a proposta de reforma política em tramitação na Casa.

---

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, telespectadores que



acompanham esta sessão, após mais de 20 anos de tentativas frustradas de reformas políticas em nosso País, lamentavelmente, estou certa de que desta vez haverá frustração na expectativa que eventualmente tenhamos gerado mais uma vez na sociedade. Em nenhum momento eu ouvi na Comissão Especial, que funcionou meses seguidos, nos corredores, ou no plenário desta Casa, a pergunta: para que a reforma política? Sem essa resposta não se justificam nem se explicam as tentativas de reforma política feitas neste País. Dizer que o atual sistema é corrupto ou gera corrupção, que o atual sistema não presta, não é suficiente para justificar uma proposta de reforma política. A resposta seria que a finalidade de uma reforma política é o fortalecimento da democracia. E não se está promovendo o fortalecimento da democracia com o distritão, com o fundo de financiamento de campanha, que se aproxima do montante do financiamento privado de campanhas até as eleições de 2014. Durante os meses de discussão na Comissão Especial, houve a expectativa de que se iria avançar. Foi feita uma primeira, uma segunda, uma terceira versão do relatório. A cada tentativa, piorava-se a proposta. Tirou-se a participação popular, tirou-se a participação das mulheres, tirou-se o *recall*. Enfim, tirou-se aquilo que poderia justificar a reforma política, que é ampliar e fortalecer a democracia, não só corrigindo as distorções do atual sistema político, mas fazendo avançar a participação da sociedade civil, aproximando representantes e representados num outro modelo, que não este que se está tentando votar nesta noite.

Portanto, tenhamos a responsabilidade de responder à sociedade aquilo que ela espera de nós nesta noite histórica na vida do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, este é o momento de se refletir, porque o País vive uma crise profunda, sem precedentes. Na raiz dessa crise, existem ene aspectos a provocá-la ou a explicá-la. Mas, sem dúvida nenhuma, uma das razões mais possíveis, mais determinantes dessa crise é o nosso sistema político, o financiamento privado de campanha, a pouca representatividade dos partidos políticos e, mais do que isso, a não consciência de que há um fosso entre esta Casa e a sociedade. Ninguém respondeu ao grito da rua, em 2013, que dizia: "*Vocês não nos representam!*" É por isso que o povo grita que nós não o representamos.

Não ao distritão! Não ao financiamento público de campanha!

---

Documento 290/516

230.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

23/08/2017-  
20:50

Publ.: DCD - 24/08/2017 -  
542

DOMINGOS NETO-PSD -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM

---

### *Sumário*

Solicitação à Presidência de encerramento da sessão em face da falta de quórum.

---

**O SR. DOMINGOS NETO** (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu só quero ponderar aqui uma questão: nós não viemos aqui esta noite para votar essa medida; viemos para votar a reforma política. Mas, em respeito ao interesse do País e à relevância da matéria, estamos aqui até 1h40min da manhã tentando ajudar não o Governo, mas o País, diante dessa relevância. Mas está evidente que nós não conseguiremos prosseguir nesta votação pela evidente falta do quórum.

Por isso, em nome do bom senso - nós fizemos todo o esforço, a base do Governo, o nosso partido, que estava aqui presente, tentou, mas, repito, nós nem viemos aqui esta noite para isso, a nossa pauta hoje era a reforma política, e, ainda assim, estamos aqui até agora -, em nome desse esforço concentrado, peço ao Presidente que deixe essa votação para amanhã, diante da evidência de que nós não vamos conseguir isso aqui hoje.

---

Documento 291/516

---

230.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-20:48
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 379		ROBERTO FREIRE-PPS -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Equívoco da suspensão, pela Presidência, da votação da proposta de emenda à Constituição acerca da reforma política.

---

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com toda tranquilidade, inicialmente eu gostaria de dizer que V.Exa. tem conduzido os trabalhos desta Casa com muita competência. Quero dizer isso para que o meu protesto não seja interpretado contra a atuação de V.Exa.  
Hoje, neste momento, cometemos algo inédito e não há justificativa para isso ter sido feito. Paralisamos a votação de uma proposta de emenda à Constituição, a sociedade está com os olhos voltados para

esta Casa, esse tema envolve polêmicas, como o distritão e o fundo eleitoral, e inopinadamente V.Exa. encerra a sessão e convoca uma sessão extraordinária não para dar continuidade a essa votação, mas para paralisá-la, encerrá-la, adia-la para não sei quando. A sociedade está estranhando, até porque é uma votação equivocada, na qual se votou um destaque sem se ter votado o texto principal, gerando um paradoxo na votação. Isso tudo evidentemente não tem nenhum sentido! Isso foi um grave equívoco. Quero que o protesto conste, mesmo ressaltando que V.Exa. tem tido uma atuação que merece elogios. Mas, hoje, desculpe-me, V.Exa. cometeu um grave equívoco nesta votação.

---

Documento 292/516

---

229.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017-15:48
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 154		ESPERIDIÃO AMIN-PP -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Aprovação, pela Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, de requerimento de destaque, de autoria do orador, de dispositivo que estabelece o fim das coligações partidárias para as eleições proporcionais de 2018.

---

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma breve comunicação.

Com muita alegria, quero participar ao Plenário que a Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, encerrou os seus trabalhos da melhor forma possível, aprovando o destaque que eu tive a oportunidade de apresentar, juntamente com um destaque similar da bancada do PMDB, e antecipando o fim da coligação partidária nas eleições proporcionais para 2018.

Ninguém é capaz de dizer que acabar com a coligação nas proporcionais prejudica o País. Pelo contrário. Nós estamos muito mal na política. Por que deixar para 2020 o que é bom e pode ser feito em 2018?

A Comissão aprovou, por 19 votos a 11, a supressão do art. 3º daquela proposta, trazendo para 2018 o fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Faça uma pergunta a V.Exa.:

vai poder ser criada a federação dos partidos ou não?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Haverá, pela proposta, uma cláusula de desempenho de 1,5%, não de 3%, e a possibilidade de criação da federação partidária, que será uma espécie de casamento de quase 4 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

---

Documento 293/516

---

230.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017- 20:50
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 538	ALTINEU CÔRTEZ-PMDB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Anseio do povo brasileiro pela realização da reforma política.

---

**O SR. ALTINEU CÔRTEZ** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um registro aqui. Durante a semana passada e durante esses últimos meses, falou-se na reforma política. Apesar da dedicação de muitos Líderes, nós não conseguimos votá-la. E sabemos que o Brasil quer isso.

Então, a Oposição reconhece que o Brasil quer a reforma política; o Governo reconhece que o Brasil quer a reforma política. Nesta Casa, esperamos que exista o diálogo. No entanto, por não haver o entendimento, o povo brasileiro vai sair mais uma vez prejudicado. Nós não conseguimos produzir o que o povo esperou de nós.

Então, espero que consigamos, ainda nesses últimos momentos, produzir uma reforma política e que deixemos de olhar o umbigo de cada partido. É isto que temos que fazer: vestir a carapuça aqui, porque nós não chegamos a um entendimento e não estamos fazendo o que é de desejo do povo brasileiro.

---

Documento 294/516

---

230.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017- 20:50
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 541	ALTINEU CÔRTEZ-PMDB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Expectativa do povo brasileiro quanto à votação da proposta de reforma política.

---

**O SR. ALTINEU CÔRTEZ** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu volto a insistir, Sr. Presidente, para que haja um diálogo aqui em torno da reforma política. O Brasil todo está esperando isso. *(Manifestação no plenário: 9, 8, 7, 6, 5, 4, 3, 2, 1, 0!)*

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Acabou, Presidente!

**O SR. ALTINEU CÔRTEZ** - Eu gostaria que respeitassem a minha palavra, Sr. Presidente. O povo brasileiro espera a reforma política.

**O SR. LAERTE BESSA** - V.Exas. têm que ler o Regimento, gente!

**O SR. ALTINEU CÔRTEZ** - O brasileiro espera a reforma política. É uma vergonha não ter diálogo no Brasil! É uma vergonha cada partido olhar para o seu umbigo e não chegar a um resultado dessa reforma política, cada um olhar para o seu pé, para o seu umbigo. É uma vergonha! A população espera de nós. Depois, não reclamem da rejeição à Câmara dos Deputados.

---

Documento 295/516

---

230.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017- 20:50
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 496	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Críticas ao posicionamento da Casa diante da proposta de reforma política.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou mudar de assunto nesta fala, porque nós estamos vivendo uma profunda crise política no País, uma profunda crise de legitimidade da política e deste Parlamento. E, pelos sinais desta semana, parece - parece, mas eu espero que não seja assim - que a resposta deste Parlamento a essa crise profunda do sistema político brasileiro será dizer: *"Deixe tudo como está. O sistema político brasileiro está ótimo. Vamos mudar uma única coisa: trazer de volta as empresas para financiar as eleições"*. Parece que a Casa está paralisada, querendo dizer ao povo brasileiro: *"Vamos manter o sistema político como está hoje"*. Eu acho que isso vai ser um desastre, Sr. Presidente.

---

Documento 296/516

---

230.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017- 20:50
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 540		LAERTE BESSA-PR -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do PR contrário à criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia.

---

**O SR. LAERTE BESSA** (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, na semana que vem, na terça-feira, nós vamos votar o fundo eleitoral. A nossa bancada, conhecida aqui como Centrão, está disposta a votar contra o fundo: fundo zero. Esqueçam essa conversa de Comissão do Orçamento no final do ano.

Nós estamos dispostos a votar fundo zero. Agora, eu quero desafiar o PT e os puxadinhos a nos acompanharem nesta votação, porque o nosso objetivo...

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Não vou lhe acompanhar nunca!

**O SR. LAERTE BESSA** - O nosso objetivo...

**A SRA. ERIKA KOKAY** - É derrubar o BNDES, é destruir o BNDES.

**O SR. PEDRO UCZAI** - Quem é você, Deputado, para nós acompanharmos?

**O SR. LAERTE BESSA** - Campanha pela Internet.

Vamos fazer a campanha pelo horário eleitoral, que é gratuito.

**O SR. PEDRO UCZAI** - Não vamos acompanhá-lo não, por não ser boa companhia.

**O SR. LAERTE BESSA** - A bancada vai votar fundo zero! E desafio a votarem como nós.

---

Documento 297/516

---

230.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/08/2017- 20:50
Publ.: DCD - 24/08/2017 - 550		ARNALDO JORDY-PPS -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

## *Sumário*

Indagação à Presidência sobre a votação da proposta de reforma política.

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sobre a questão da reforma política, o que V.Exa. está pensando? Foi suspensa? Na próxima semana V.Exa. assumirá a Presidência, provavelmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Na próxima terça-feira, as duas PECs serão votadas. Uma de cada vez, é claro. Uma depois da outra.

**O SR. ARNALDO JORDY** - Então a reforma fica para a semana que vem?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Fica para terça-feira. Amanhã não tem quórum para emenda constitucional. Amanhã, não. Hoje.

Documento 298/516

233.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	24/08/2017-14:33
Publ.: DCD - 25/08/2017 - 133		GOULART-PSD -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

## *Sumário*

Insatisfação do orador diante da possibilidade de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de ação direta de inconstitucionalidade de lei sobre a proibição do uso de amianto na construção civil. Prejuízos causados à saúde do trabalhador pelo manuseio do amianto. Posicionamento do orador contrário à fixação, em 10 anos, dos mandatos de Ministros dos Tribunais Superiores. Apoio à adoção do sistema de voto denominado distritão. Declaração de voto contra a criação de fundo de financiamento de campanhas eleitorais com recursos públicos.

**O SR. GOULART** (PSD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu prezado irmão de fé, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela *TV Câmara*, venho hoje a esta tribuna falar a respeito de um julgamento que está em discussão no Supremo Tribunal Federal: o uso de amianto na construção civil. Eu fui o primeiro Parlamentar no País conseguir aprovar lei, no Município de São Paulo, proibindo o uso do amianto na construção civil. Cópia desse projeto eu mandei para todas as Assembleias Legislativas do Brasil e para as cidades com mais de 100 mil habitantes, e leis semelhantes foram aprovadas, em primeiro lugar, no

Estado do Mato Grosso do Sul; em segundo lugar, no Rio de Janeiro; e, em terceiro lugar, no Estado de São Paulo. Houve também uma lei, na época do Governo Fernando Henrique, liberando em parte o uso do amianto.

O Governo de Goiás ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, e, no Supremo, pelo que nós estamos vendo - e isso é uma pena -, nós vamos perder de novo. A sociedade vai perder, a saúde vai perder, novamente.

A inalação do asbesto, o pó produzido pelo amianto, causa câncer. Depois que o ser humano adquire essa doença, é impossível curá-la, e não adianta tomar nenhum remédio para combater a dor do câncer, da asbestose, porque o pulmão vai enrijecendo. Por isso a doença é conhecida como câncer do pulmão de pedra.

Ontem, eu votei contra o estabelecimento de mandatos de 10 anos para os Ministros dos Tribunais Superiores, porque acredito que eles devem ficar nos cargos, sim, por bastante tempo, até para não terem comprometimentos, ou não assumirem outros compromissos. Mas, infelizmente, eles acabam tomando decisões que vêm prejudicando o cidadão.

Eu quero crer que ainda haja tempo de reverter o placar no STF, porque faltam os votos de dois Ministros, a fim de que possamos banir de vez o amianto do nosso País.

Mais ou menos 90 países do planeta já proibiram totalmente o seu do amianto. A França, inclusive, retirou todo o material com amianto de 100% das construções daquele país. O Brasil precisa avançar nessa área. Não é porque essa indústria gera 300 empregos na cidade de Minaçu, no Estado de Goiás, que nós vamos acabar com a saúde de milhões e milhões de brasileiros.

Eu gostaria de falar também, Sr. Presidente, a respeito das votações da reforma política, porque anteontem nós ficamos aqui até de madrugada para votar essa reforma.

Quero dizer que defendo ardorosamente o distritão. E vou falar de uma maneira que a sociedade entenda por que defendo esse sistema.

Quando o Prof. Enéas trouxe cidadãos do Rio de Janeiro para serem candidatos em São Paulo, um deles foi eleito com 247 votos. E casos como esse se repetem a cada dia. No meu partido, na última eleição, três candidatos com mais de 80 mil votos ficaram de fora, e outros candidatos que obtiveram quantidade muito menor de votos são hoje Deputados, em razão da proporcionalidade.

Quero dizer aos meus eleitores na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na minha querida Zona Sul, nas entidades de que participo, quer seja a Maçonaria, quer seja a Igreja Católica ou a torcida do Corinthians, principalmente a Gaviões da Fiel, que votarei contra qualquer tipo de financiamento público de campanhas eleitorais.

É importante criar fórmulas de se fazer campanha. Sou contra o financiamento público de campanhas porque fui eleito de maneira totalmente atípica, meu querido Deputado do Rio Grande do Sul que tão bem representa a Frente Parlamentar Mista da Agricultura Familiar. Fui eleito com o pé no chão, indo de casa em casa. Vamos ter que criar



novas fórmulas. No momento, vivemos uma crise ética, moral e econômica, e não podemos nem devemos aprovar um fundo para financiar campanhas com recursos públicos.

Para tranquilizar os eleitores da Zona Sul de São Paulo, que sempre confiaram em mim, os eleitores do Estado de São Paulo, que têm acompanhado o meu mandato, as entidades de que tenho orgulho de participar: a AESUL - Associação Empresarial da Região Sul, a Associação Comercial de Santo Amaro, a Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo, as igrejas que represento, quero dizer que votarei contra todo tipo de financiamento público de campanhas eleitorais.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Diego Garcia) - Obrigado, Deputado Goulart.

---

Documento 299/516

---

233.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	24/08/2017- 14:39
Publ.: DCD - 25/08/2017 - 135	ALCEU MOREIRA-PMDB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Presença, em plenário, do Deputado Estadual Edson Brum, do Rio Grande do Sul. Vantagens da incidência da Taxa de Longo Prazo - TLP em empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Declaração de voto contra a criação de fundo para financiamento público de campanhas eleitorais. Apoio ao sistema de voto distrital misto alemão.

---

**O SR. ALCEU MOREIRA** (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me fazer uma saudação especialíssima ao meu querido Deputado Estadual e grande amigo Edson Brum, que nos dá a honra da presença em plenário.

Ontem à noite e na manhã de hoje, desfilou naqueles microfones da esquerda uma cadeira da academia que eu não conhecia, o parafrásista universal: cidadão que tem uma frase para explicar qualquer coisa. Desfilou ali um enorme conjunto de economistas *expert*, pessoas que tinham condições de defender o empresariado nacional - eu ouvi várias vezes aqui que eles representavam somente os trabalhadores. Eles discorriam sobre a Taxa de Longo Prazo - TLP, dizendo que a retirada da Taxa de Juro de Longo Prazo - TJLP quebra o BNDES.

Eu não sou economista, nem faço parte da cadeira de parafrásista.

Logo, vou imediatamente para a questão prática. Nos últimos 10 anos de recursos e subsídios implícitos, 700 bilhões de reais em recursos não orçamentários, portanto fora da nossa decisão, foram decididos pelo Presidente do Banco Central de plantão, pelo Ministro da Fazenda e pelo Ministro do Planejamento, que disseram quem tem ou não tem direito a subsídios.

Aqueles fantásticos economistas se esqueceram de dizer, por exemplo, por que será que com a TJLP e com juros subsidiados não houve a expansão da base econômica e, quando a Presidenta disse que, ao chegar à meta, iria dobrá-la, não soube estabelecer com clareza quais eram as metas da base econômica.

Com isso, deixou o Brasil numa crise profunda, com quase 12 milhões de desempregados e as empresas, por absoluta falta de consumo - o que mantém uma empresa saudável é a possibilidade de vender o que produz -, acabaram quebrando e fechando as portas.

Meus amigos, eu não estou falando de trocados. Estou falando de 700 bilhões de reais! Pensem comigo: na TLP, para que se decida subsidiar alguém, tem que haver uma decisão colegiada, porque a regra estabelece juro fixo, mas a taxa inflacionária acompanha o empréstimo. Há muito mais segurança jurídica na TLP do que na TJLP.

Então, vamos lá. Grande parte desses 700 bilhões de reais foram para as montadoras de automóveis. E aí, José? Quando terminou o subsídio, os funcionários foram igualmente demitidos.

A empreiteira-mor, a rainha do "propinoduto", que levava o "lularápio" para baixo e para cima, a todos os lugares, para fazer o Porto de Mariel, teve influência direta do Presidente da República para financiar a empreiteira, para fazê-lo com o juro subsidiado, para fazer um porto em Cuba.

Na TLP, isso é absolutamente impossível. A decisão de fazer ou não fazer não vai ficar adstrita ao Presidente do Banco Central, ao Ministro do Planejamento e ao Ministro da Fazenda.

Quando se empresta para a JBS dinheiro a 3% e capta-se no mercado a 14,75%, quem paga são os trabalhadores brasileiros. Eles é que pagam a conta! O Zeca, o Maneco, o Chico e a Maria lá de Rio Pardo, Deputado Edson, não têm dinheiro subsidiado para pegar. Muitas vezes, têm que pagar com cheque especial, porque o juro tem que equilibrar o subsídio.

Uma empreiteira dessas, na publicação do balanço, estabeleceu o seguinte: *"Tomei dinheiro emprestado do BNDES com juro subsidiado, usei-o para fazer as obras, empreguei a rentabilidade do meu capital e o apliquei na taxa SELIC"*. É mole ou querem mais? Pegam dinheiro a 2,8% e aplicam o dele a 14,75%! E os grandes arautos da economia desfilam aqui como se fossem os zeladores principais da preservação do emprego e do empresariado nacional!

Não! O negócio é risco por excelência. Se nós submetermos todas as taxas à TLP, cada vez que alguém pensar em subir o juro, vai pensar que pode prejudicar todas as cadeias produtivas. Então, não teremos taxa de juro solteira.

Há uma nata, uma casta da sociedade, que está preservada e tem

juros subsidiados a 2% ou 3%, e pouco importa se a inflação é de 10,70% ou se a taxa SELIC é de 14,80%. Para eles não interessa: um banco de portas abertas, com dinheiro público, os financia ou os subsidia.

Eu não quero fazer um debate teórico. Quero que peguem o balanço dos últimos 10 anos e me digam o que isso significou quanto à expansão da base econômica. Quanto se ampliou a taxa de investimentos? Mas peguem os números! Que os parafrasistas do apocalipse peguem os números! Mostrem onde estão os números da expansão da base econômica e onde estão os números dos investimentos. Não! Eles não os têm.

Concluído isso, é claro que ter dinheiro subsidiado para alguns ao sabor de quem governa não é bom! Mas, na TLP, se nós quisermos subsidiar um setor do País com 1% ou 2%, basta que o Governo submeta a esta Casa e o Congresso Nacional aprove que tal setor da economia precisa de subsídio, e isso será rigorosamente seguido. É melhor que o Presidente do Banco Central e dois Ministros - o do Planejamento e o da Fazenda - decidam sobre o futuro da aplicação do dinheiro dos trabalhadores, do FAT, no BNDES, ou é melhor submeter ao beneplácito desta Casa.

Que democrata de ocasião é este? Que conversa mole é esta vir aqui me dizer que é melhor? Não, meu irmão! Se não querem estudar economia, não é necessário, mas pelo menos leiam para saber o tamanho da ignorância, para não ficarem discutindo como se fossem uma eletrola ligada ou se tivessem engolido um rádio por encomenda. Quero concluir meu tempo falando sobre a reforma eleitoral. Aqui se fala em reforma política, e é grosseiro o apelido. Reforma política trata da natureza do Estado, do exercício do poder e do seu controle. Isso é reforma política! Nós estamos falando é de reforma eleitoral, do jeito de votar. Trata-se de outra coisa.

Na reforma eleitoral, estão discutindo o fundo. Meu amigo, sabe por que eu preciso de dinheiro para minha campanha? Porque meu concorrente tem! Se ele não tiver nenhum centavo, para mim está bem. Por isso, vou votar contra o fundo. Eu trabalho o ano inteiro, 4 anos a fio. Cumpro aquilo com que me comprometi em relação às pessoas que votaram e confiaram em mim. Tenho absoluta certeza de que vou buscar, pela confiança delas, a possibilidade de estar aqui. É por isso que o financiamento, para mim, não é relevante. Qualquer um está bom.

No primeiro mandato, eu passei 4 meses - a Deputada Luiza Erundina passou comigo - em vários Estados da Federação discutindo a reforma eleitoral. Ao fim, descobrimos que o melhor sistema é o que já está pronto: o sistema distrital misto alemão, que é aplicado com algumas variações em 60 das maiores democracias do mundo. Ele está pronto. Parece gozado, mas, se está pronto para ser usado, por que não o querem? Porque, depois de passar 6 meses discutindo, eu encontro na rua um Deputado que me faz uma pergunta absolutamente ignorante sobre o tema e já diz que é contra, sem saber por quê. Eles não se aprofundam, mas conversam com o espelho e

dizem: "Meu compadre, agora sou Deputado aqui e me elegi com este sistema. Com este outro sistema que eles estão propondo, será que eu me elejo?" Aí, ele nega.

Eu quero dizer que o sistema misto alemão, o sistema distrital misto, expressa dois modelos de Parlamentares que mudam a conduta desta Casa. O primeiro é o de um distrito, e é majoritário no distrito. Lá no distrito, não no distritão, ele vai ter condições de cuidar das questões detalhadas das suas comunidades, da sua gente, o que não o impede de falar sobre temas nacionais ou mundiais.

Na lista fechada, ele expressa a vontade do partido, sem nenhum compromisso com qualquer empresa, porque a população votou no partido. Quando chega aqui, ele não tem que perguntar para a Odebrecht ou para a JBS se deve ou se não deve. Ele é outra pessoa, com absoluta liberdade para pensar no País.

Se há uma legislação capaz de produzir um Parlamento livre e soberano, que expresse a voz da população, por que nós queremos inventar um monstrego e tomar dinheiro público aos milhões...  
(*Desligamento automático do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Diego Garcia) - Obrigado, Deputado Alceu Moreira.

---

Documento 300/516

---

233.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	24/08/2017- 15:09
Publ.: DCD - 25/08/2017 - 145		DIEGO GARCIA-PHS -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

---

### **Sumário**

Defesa pela Casa de rejeição do parecer oferecido pelo Relator Vicente Cândido à Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, a respeito da reforma política.

---

**O SR. DIEGO GARCIA** (PHS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez subo a esta tribuna para mostrar à sociedade brasileira que muitas vezes nossa luta nesta Casa parece ser a de uma voz que clama no deserto, mas não é em vão.

Há 3 semanas seguidas, começamos, ainda na Comissão que discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 77, a falar sobre a proposta apresentada pelo Relator da matéria, o Deputado Vicente Cândido, do PT. Queremos mostrar para a sociedade o mal que esta proposta vai causar à população brasileira se for aprovada.

É óbvio que nós necessitamos de uma reforma política, como é óbvio

que a sociedade deseja mudanças no nosso sistema eleitoral. Mas estas mudanças não podem ser feitas como muitos querem: "tratorando", impedindo o debate com a sociedade, com especialistas em Direito Eleitoral, com nossos magistrados, enfim, goela abaixo. Precisamos ouvir as Assembleias Legislativas, as Câmaras de Vereadores, o Poder Executivo nas três esferas. Isso, porém, não está acontecendo. O que vemos neste momento? Há 2 semanas consecutivas, tentamos votar no plenário, mas nada avança. A Comissão da Reforma Política Infraconstitucional, que está debatendo a reforma infraconstitucional, é uma paçoca: tornou ainda pior o trabalho que o Deputado Vicente Candido vinha realizando. Formou-se uma verdadeira confusão. Agora S.Exa. prevê criar, além do fundo, a loteria partidária, a Caixa Econômica Partidária, o que é um absurdo. Os partidos poderão vender brindes e realizar bingos. Será uma lavagem de dinheiro pura! Até dinheiro do caixa dois vai entrar! O dinheiro das empresas voltará a financiar as campanhas eleitorais por meio deste formato de loteria partidária. Isso é um absurdo! À medida que vai tomando conhecimento destas medidas, a sociedade, obviamente, fica revoltada.

Ontem, em razão da retirada, no plenário, do texto aprovado na Comissão quanto ao 0,5% da receita corrente líquida para o Fundo de Financiamento da Democracia - FFD, grandes veículos de comunicação divulgaram que acabou o fundo eleitoral, acabou o Fundo de Financiamento da Democracia. Não, não acabou! Ao contrário, agora foi feito o escondidinho de carne, iguaria que temos interior do Paraná e que gostamos muito de comer.

Ontem no plenário foi feito nada mais que um escondidinho, para tentar passar algo absurdo, algo que, se aprovado como está, sem a previsão de 0,5%, o que pode acontecer?

O debate vai se concentrar na Comissão Mista de Planos e Orçamentos, que tem número reduzido de Parlamentares. Quando chegarem ao plenário, como é a prática da Casa, as votações serão simbólicas, e não haverá destaque. As votações são consensuais, ou seja, o fundo de 0,5% poderá ser ainda maior, sem constar da previsão do teto de gastos.

Por isso, é necessário que neste momento o Parlamento tenha consciência do que estamos votando. É preciso que o destaque que trata do Fundo de Financiamento da Democracia, que vai ser apresentado e apreciado no plenário da Câmara, seja retirado. Quando a sociedade se revolta, nós precisamos entender o porquê. É porque a sociedade quer campanhas baratas, não quer que continuem as campanhas tendo como Relator o Deputado Vicente Cândido, que propõe na Comissão de Estudos gastos de 2,5 milhões com as campanhas para Deputado Federal.

Isso foge à realidade do nosso País. O Brasil está sangrando, não tem acesso à saúde nem à educação. As pessoas estão morrendo, por nem sequer conseguirem passar por um procedimento cirúrgico. Temos que colocar a mão na consciência. Este Parlamento tem que dar uma resposta à sociedade. Nós devemos, sim, trabalhar e defender

a realização de campanhas baratas, pelo bem do País. Devemos nos reinventar para realizar campanhas baratas, utilizando as redes sociais, gastando a sola do sapato, indo para as ruas, fazendo o trabalho corpo a corpo, o trabalho de formiguinha.

Eu trabalhei arduamente 2 anos e 6 meses nesta Casa, tanto nas Comissões, como no Estado do Paraná. Percorri todas as regiões do meu Estado. Não estou preocupado com a criação ou com a extinção do fundo. Estou preocupado com meu Estado, com o povo do Paraná, que está sofrendo muito. O povo do Paraná está padecendo, como milhares de pessoas neste País.

Eu percorro os Estados para dar palestras. Já estive no Estado do Deputado Edmilson Rodrigues, que se encontra neste plenário. Conheço o Município de Breves. Os Parlamentares têm que ir a Breves e a Afuá, têm que conhecer as regiões do nosso País em que há crianças que ainda se prostituem por um prato de comida, cidades onde não há água potável para beber. Será que não estamos deixando de sair dos nossos gabinetes para olhar para esta realidade?

Por isso, espero que na semana que vem este Plenário rejeite esta proposta absurda de reforma política que não reforma nada.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa, em especial pelo programa *A Voz do Brasil*, bem como registrado nos Anais da Câmara. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - V.Exa. será atendido, Deputado Diego Garcia.

---

Documento 301/516

---

233.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	24/08/2017- 15:18
Publ.: DCD - 25/08/2017 - 147	JONES MARTINS-PMDB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário ao financiamento público de campanhas eleitorais e à adoção do sistema de voto denominado distritão. Defesa de extinção de coligações partidárias nas eleições proporcionais.

---

**O SR. JONES MARTINS** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, encerramos a semana de debates e mais uma vez frustramos a sociedade brasileira com relação a uma resposta objetiva de como serão as regras eleitorais para o ano que vem. Veja que isso demonstra, sobretudo, a nossa incapacidade de dar uma resposta convincente ao longo de

meses e meses de debates.

Esse tema reforma política ou reforma eleitoral não é de agora. Ele não surgiu nesta semana, nem neste mês, ele está há muito tempo na pauta desta Casa. Foi feita uma experiência retirando o financiamento privado das eleições municipais passadas, de 2016. Essa experiência não foi boa. Mesmo assim, passada a eleição municipal, este Parlamento não teve a agilidade e a competência de, num tempo ideal, com debates, com discussões, com transparências, amadurecer uma proposta para levar para a sociedade brasileira. Agora, a 1 semana do prazo, isso é impossível.

Muitas teses podem desfilarem por estes microfones, e teses muito boas. Muitos modelos são muito melhores do que o que temos no presente. A lista fechada, que eu não gosto, que eu critico, é muito melhor do que o que nós temos. O distritão, o modelo alemão distrital misto, em que parte se elege com o voto do seu distrito e outra parte se elege no colégio eleitoral geral, que é o modelo mais aplicado no mundo, talvez esse fosse possível de ser aplicado aqui.

Como é que nós fazemos o financiamento disso? A democracia precisa de financiamento. Nós partilhamos do modelo americano, em que o *lobby* é institucionalizado, a iniciativa privada participa de forma transparente, clara, com as campanhas. É este o modelo que queremos? Ou nós queremos um modelo mais conservador, preservando e fortalecendo os partidos, e o Estado financiando a democracia e as campanhas?

A sociedade não entende, não sabe ainda qual é o melhor modelo. O fato é que, nesse tempo inteiro, Deputado José Fogaça, nesses anos e anos de debate, nós fomos incapazes de, de forma transparente, num debate franco, trazer para a sociedade uma proposta que seja a representatividade deste Parlamento.

Então, na última hora, por se quererem soluções mágicas, acontece o que está acontecendo. A sociedade não aceita financiamento privado. E não aceita financiamento privado porque ela não entende como em um País em crise, em que está faltando dinheiro, vai-se tirar dinheiro do bolso para financiar campanha de Deputado. Ela não entende como, faltando recursos para a saúde, havendo filas nos hospitais, além de pagar o salário do Deputado, ela agora vai ter que financiar a campanha para que o Deputado possa chegar aqui. Isso é inexplicável! Deputado Edmilson Rodrigues, um sujeito veio me dizer isto na rua: "*Muito bem, eu já pagava o seu salário; agora vou pagar também a sua campanha*". Isto é inexplicável!

Eu não estou entrando no mérito do financiamento público, se ele tem que ser feito ou não. O que estou dizendo é que nós não tivemos capacidade de explicar para a população. Agora, na última hora, queremos enfiar goela abaixo um modelo? Mesmo que seja esse o melhor modelo, o mais correto, o mais justo, o mais bem aplicado, o que tem os melhores resultados em experiências internacionais, nós não vamos conseguir o apoio da sociedade.

Então, nós vamos dizer para a sociedade que agora o que vai valer é o voto distritão; que ela vai votar, e serão eleitos os mais bem votados,

tão somente. E isso acaba com os partidos políticos. Eu sou de um Estado que tem partido político organizado. No meu Estado o nosso PMDB é organizado, tem voto na legenda, está presente em todos os Municípios, realiza debate interno. Lá nós não podemos aceitar o voto distritão. Lá os votos são feitos por companheiros, prefeitos, vereadores, presidentes de partido, militantes que apoiam os Deputados Federais e Estaduais e os Vereadores, que pensam de forma parecida com eles, que foram lá, trabalharam, conquistaram os seus votos, conquistaram seus apoios. No meu Estado nós não vamos desperdiçar o voto elegendo somente os mais votados e aqueles que ficaram de fora, sem ter representatividade. Sr. Presidente, a conclusão é exatamente esta: não há mais tempo para discutir, Sras. e Srs. Deputados. Vamos dar a mão à palmatória. O melhor que este Congresso pode fazer neste momento é dar a mão à palmatória, reconhecer o seu erro, reconhecer a sua capacidade de diálogo, de debate e de construção de uma proposta viável. Não vamos inventar solução de última hora. Vamos dizer "não" ao financiamento público! Vamos dizer "não" ao distritão! Se conseguirmos aprovar o fim das coligações proporcionais como forma de fortalecer os partidos e de fortalecer as ideias, nós já vamos ter dado uma grande resposta e ter feito pelo menos certo avanço. "Não" ao financiamento público e "não" ao distritão, Sr. Presidente! Muito obrigado.

---

Documento 302/516

---

231.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	24/08/2017- 11:30
Publ.: DCD - 25/08/2017 - 51	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apresentação ao Presidente Rodrigo Maia de proposta de redução dos custos de campanhas eleitorais e de adoção do sistema de voto distrital misto alemão proporcional, no processo de votação da reforma política. Conveniência de eleição de Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para a realização da reforma política, no caso de não votação da proposta em tramitação na Câmara dos Deputados.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., os colegas Parlamentares e os cidadãos e cidadãs brasileiros. Quero tratar de dois temas neste tempo, em nome da Liderança da



Oposição aqui na Câmara.

Em primeiro lugar, Presidente Rodrigo Maia, quero me dirigir a V.Exa., porque, na minha avaliação, estamos vivendo os últimos dias dentro dos quais podemos ou não construir um acordo político, à luz do dia, que nos permita fazer algumas mudanças estruturais para melhorar a democracia brasileira.

Se a resposta que este Parlamento der ao povo brasileiro, diante da crise política de enormes proporções que nós vivemos, for "*vamos deixar tudo como está*", eu acho, Deputado Alessandro Molon, Deputada Luiza Erundina, que o povo brasileiro não terá como compreender isso. Hoje nós temos uma democracia que gerou um grau de deslegitimação enorme do Parlamento, um grau de descrença enorme na política.

E uma das principais causas da crise política que nós estamos vivendo, Deputado Glauber Braga, é o fato de que a democracia brasileira, ao longo das últimas décadas, foi movida a muito dinheiro, e a muito dinheiro financiado por grandes empresas e, portanto, por grande interesse daqueles que querem obter privilégios fiscais, obter obras superfaturadas, alimentar redes de corrupção.

Portanto, nós precisamos votar, na semana que vem, pelo menos três mudanças estruturais.

A primeira delas é para reduzir os custos de campanha. Precisamos votar um teto, por exemplo, para Deputado Federal, que seja 40% menor do que a média do que foi gasto pelos Deputados eleitos em cada Estado. Não é razoável propor que um candidato a Deputado Federal tenha que ter 2 milhões e 500 mil reais para fazer campanha, Presidente! Não é razoável dizer que uma campanha presidencial deva custar 150 milhões de reais! Por que uma campanha presidencial não pode custar 75 milhões de reais? Por que não podemos reduzir, como eu dizia há pouco, 40%, 50% em relação à média do que foi gasto em 2014?

Nós precisamos financiar essas campanhas mais baratas. Mas como? Eu tenho muita tranquilidade e convicção para defender um fundo público, Deputado Daniel, de valor reduzido, não de 3 bilhões e 500 milhões de reais. Agora, como eu digo sempre, Deputado Patrus Ananias, se a eleição for financiada só de forma privada, só por pessoas físicas - que eu apoio -, as pessoas que simpatizam com a candidatura de um ou de outro, aquele que, de fato, está identificado com a candidatura, Deputado Tadeu Alencar, essa pessoa pode e deve contribuir com 200 reais, 300 reais, 500 reais, mil reais. Agora, não pode haver o abuso do poder econômico de as pessoas ricas poderem assinar um cheque de 2 milhões de reais, Deputado Nilto Tatto, e colocarem em uma campanha, porque a temática central é a igualdade entre os candidatos.

É por isso que o Supremo decidiu que empresa não pode contribuir para campanha eleitoral. Não é só pela corrupção, é porque a empresa desempata o jogo na eleição. O cidadão que está me ouvindo, o Sr. João, a D. Maria, tem direito a um voto, mas Marcelo Odebrecht, Deputada Luiza Erundina, tem o voto dele e mais 500 milhões de reais

para escolher os Deputados que têm mais ou menos chance, Deputado Valmir Prascidelli, de se eleger.

É por isso que nós não podemos substituir o abuso do poder econômico das empresas pelo abuso do poder econômico das pessoas físicas mais ricas. Como um candidato a Vereador, que representa um bairro popular, Deputado Jean Wyllys, vai arrecadar das pessoas físicas, se os seus eleitores mal estão ganhando para alimentar a família?

Por isto tem que haver o fundo público: para que um líder popular tenha a chance de se eleger. Senão, a democracia... Vou dizer com clareza aqui, para combater o argumento demagógico de que este 1 bilhão de reais iria tirar dinheiro da saúde. O que tira dinheiro da saúde cem vezes mais do que esse 1 bilhão de reais de financiamento público são as redes de corrupção, são os privilégios tributários, é a renegociação de dívida dos ruralistas, que levou 10 bilhões de reais - 10 bilhões de reais! - numa tacada, dez vezes o fundo público. Isso é que tem que terminar.

Nós temos que ter coragem de fazer uma eleição que seja para todos. Eu não quero uma democracia só para ricos ou só para representantes dos setores economicamente mais poderosos. Eu não quero uma democracia na qual um líder que tenha que representar setores populares tenha que andar de chapéu na mão, pedindo favor para quem tem dinheiro. Ele está ali, sendo candidato, para construir uma nação, uma democracia decente.

Por isso é que o financiamento democrático, republicano é a mescla do financiamento de pequenos valores de pessoas físicas. Nada de candidato poder financiar a sua própria campanha, como Doria financiou, assinando um cheque de 6 milhões de reais, ou, com todo respeito, como Deputados colegas nossos, para quem não há problema a campanha custar 2,5 milhões de reais, financiaram. Eles assinam um cheque deles mesmos, de 2,5 milhões de reais, e garantem a sua eleição.

Nós queremos uma eleição democrática. E eu quero falar, Presidente Rodrigo Maia, sobre o sistema eleitoral. Não adianta continuar nesta briga de impor o distritão, que é um sistema que não existe em lugar algum do mundo, e nos levar a um impasse que nós não conseguimos mudar nada no sistema eleitoral.

Por que não fazemos um acordo à luz do dia para ter um financiamento público moderado e um sistema eleitoral - o Deputado gaúcho Edson Brum está nos visitando, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul - e adotamos um sistema distrital misto alemão 100% proporcional? Por que o sistema tem que ser proporcional? Porque as minorias têm que estar representadas, porque os partidos em construção têm que poder fazer uma chapa com 10 ou 20 candidatos e o esforço desses 20 candidatos garantir a eleição de um ou dois que vão representar esses partidos na Câmara dos Deputados ou numa Câmara de Vereadores. Por que o distrital misto alemão, Presidente Rodrigo Maia, é o caminho? E V.Exa. pode conduzir esse acordo. Por que, em minha opinião, ele é o caminho? Porque o voto do eleitor é completo. Ele

escolhe um projeto, um partido e um programa no seu primeiro voto e, no segundo voto, o eleitor escolhe o Deputado da região onde mora. O primeiro voto define o número de vagas que o partido conquista proporcionalmente dentro do Parlamento. Mesmo que o partido não tenha ganhado nenhum distrito, ele terá o número de representantes adequado.

Esse é o caminho! Esse é o caminho para mudar a política brasileira. Vamos de financiamento pessoa física e financiamento público moderado. Vamos com o sistema eleitoral proporcional distrital misto alemão. Vamos reduzir os tetos de gastos em campanha.

Se nada for votado, eu quero que pelo menos esta Câmara tenha a dignidade de dar ao povo brasileiro o direito de eleger uma Constituinte exclusiva para fazer a reforma que nós não queremos fazer. Ainda podemos até terça que vem. Mas, se o Parlamento não quiser reformar e estiver mais preocupado em se autoprotger do que em mudar, vamos dar o direito ao povo brasileiro de eleger uma Constituinte exclusiva e específica para mudar o sistema eleitoral.

---

Documento 303/516

---

010.3.55.N	Sessão Extraordinária - CN	24/08/2017-00:00
Publ.: DCN - 25/08/2017 -	CARLOS MANATO-SD -ES	
CONGRESSO NACIONAL	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

---

**O SR. CARLOS MANATO** (SD - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu gostaria de fazer uma colocação para V. Ex<sup>a</sup> refletir.

Edson, dá um minutinho. Deixe-me falar com o Presidente, por favor.

Eu gostaria de fazer uma colocação para V. Ex<sup>a</sup> refletir.

Todos nós aqui na Casa sabemos da fama do senhor de cumpridor de palavra. Isso aí é uma característica de V. Ex<sup>a</sup>, como está fazendo aqui agora, que o senhor assumiu um compromisso conosco no último dia de votação. Parabéns por essa característica.

Mas gostaria de fazer uma colocação para V. Ex<sup>a</sup>: se, por acaso, V. Ex<sup>a</sup> tiver que convocar outra sessão para outro dia, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> analisasse que nós estamos com duas PECs da reforma política, a 77 e a 282, para serem votadas na semana que vem. Então, que V. Ex<sup>a</sup> pensasse que, terça, quarta e quinta, seria muito complicado nós não votarmos uma reforma política, que tanto atinge a classe política e o Brasil.

Então, eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que analisasse e que, se for convocar outra, não seja semana que vem para que nós tenhamos conflito e não consigamos votar a

reforma política.

Então, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup>, dentro do cumprimento da palavra de V. Ex<sup>a</sup>, fizesse essa análise.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) - Olha, eu tinha marcado esta sessão para terça-feira. Não houve nenhuma solicitação, como faz V. Ex<sup>a</sup> neste momento, mas, por uma questão de bom senso, eu adiei a sessão para quarta-feira, pela necessidade que entendo eu de votarmos uma matéria importante como a questão da reforma política.

Na sequência, eu marquei para hoje às 11h, inclusive cancelando uma sessão deliberativa do Senado, para que fizéssemos a sessão do Congresso Nacional aqui.

Quando cheguei à Mesa para presidir - eu sou o Presidente do Congresso Nacional, então o Congresso Nacional, convocado, tem preferência -, eu conversei com o Presidente Rodrigo Maia e disse para ele que desse continuidade às matérias que estavam sendo discutidas na Câmara, até em respeito aos Deputados, que não teria nenhum problema porque eu iria tentar ver se havia quórum, já que nessas matérias há o compromisso formal desta Presidência.

E agradeço a V. Ex<sup>a</sup> por lembrar a mim que eu tenho sempre que cumprir a palavra empenhada. Não precisa ninguém... Mas V. Ex<sup>a</sup>, pelo contrário, confirmou aquilo que é a realidade.

Eu disse que ia tentar essa reunião aqui. Quando entrei aqui, a imprensa me abordou. Se houver quórum, eu vou votar as matérias - se houver quórum, eu votarei as matérias - para liberar a pauta do Congresso, porque nós temos uma outra matéria que tem prazo constitucional, que é a mudança de meta.

Quem vai definir isso não vai ser a Mesa. Quem vai definir se vai haver mudança de meta ou não são os Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras. A Mesa tem apenas a obrigação de cumprir o rito constitucional. Então, farei de tudo... Não deixarei de cumprir com a minha obrigação de Presidente do Congresso Nacional, mas farei de tudo para não atrapalhar a chamada reforma política.

Por isso, eu, inclusive, já combinei hoje com o Presidente Rodrigo Maia que, se não houvesse quórum hoje, eu iria suspender as comissões do Senado na próxima terça-feira e, às 11h da manhã, eu faria a sessão do Congresso Nacional - às 11h -, para deixar o plenário livre para que os senhores possam discutir, debater, aprovar ou não a necessária, entendo eu, reforma política, como coloca V. Ex<sup>a</sup>.

Então, V. Ex<sup>a</sup> fique tranquilo, porque há esse compromisso pessoal de não interromper debates e discussões que estejam acontecendo em relação a essa matéria.

Mas, por outro lado, eu também tenho que cumprir com outras obrigações, que inclusive são obrigações constitucionais, que é de mudarmos ou não a meta fiscal, que está sendo discutida, aprovada ou rejeitada na Comissão Mista, a chamada CMO.

Portanto, vou seguir dando a palavra aos Deputados ou aos Senadores que estejam inscritos. Se eu perceber que nós não vamos alcançar o quórum, eu vou suspender a sessão e reabri-la na próxima terça-feira, às 11h.

**O SR. CARLOS MANATO** (SD - ES) - Eu agradeço a compreensão de V.

Ex<sup>a</sup>.  
Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 304/516

---

010.3.55.N	Sessão Extraordinária - CN	24/08/2017-00:00
Publ.: DCN - 25/08/2017 -	JORGINHO MELLO-PR -SC	
CONGRESSO NACIONAL	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

---

**O SR. JORGINHO MELLO (PR - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.)**  
- Muito bem. Obrigado, Sr. Presidente. Quero saudar todas as Sr<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados.

Quero fazer um registro especialíssimo aqui, agora, da presença da Vereadora Julieth, de Balneário Camboriú, aquela cidade belíssima de Santa Catarina, da Vereadora Inalda, que é de Camboriú, Município geminado com Balneário Camboriú, da Vereadora Juraci, de Penha, outra praia bonita, maravilhosa, e da nossa Prefeita de Rancho Queimado, a Cleci, que estão tomando café lá nos fundos do nosso plenário com a Deputada Carmen Zanotto.

Senhores e senhoras, passamos uma semana toda aqui falando da tal reforma política do sistema eleitoral. Infelizmente não tivemos sucesso para votar um texto, Deputado Décio Lima, que agradasse e servisse ao povo brasileiro.

A reforma política tem dificuldades, porque cada um de nós tem uma reforma do seu jeito e nós precisamos caminhar urgentemente para uma reforma mínima para enfrentar as eleições do ano que vem. Uma reforma na qual consigamos acabar com a coligação na proporcional, cláusula de barreira. Eu acho que esses dois itens, se nós conseguirmos aprovar, já estão de bom tamanho. Vamos parar de falar em fundo partidário, em fundo da democracia, até porque já se tem o fundo partidário.

A população espera de todos nós, Senador Eunício, a grandeza de enfrentarmos as eleições do ano que vem com franqueza acima de tudo, superando todas as dificuldades por que estamos passando, essa cortina de fogo por que estamos passando e por que toda a classe política está passando.

Quero somar-me a todos os Deputados e tenho procurado ajudar para que consigamos votar essa reforma mínima para enfrentar as eleições do ano que vem fortalecendo a democracia.

O Brasil, eu não tenho dúvida, é muito mais forte do que tudo isso que está acontecendo, muito mais forte. Nós haveremos de superar a semana que vem votando uma reforma, para não ficar só nessa conversa ruim que foi até ontem, por exemplo.

Quero também, Sr. Presidente, aproveitar a oportunidade para cumprimentar a minha cidade do coração, Joaçaba, cidade que amo, cidade que adoro, que é

geminada com a minha Herval d'Oeste, que faz cem anos, comemora cem anos de existência, de emancipação.

Estou indo para lá esta madrugada. Vou estar lá nas festividades, junto com o Prefeito Deoclécio, com o Vice-Prefeito, com os Vereadores da cidade, para comemorar os cem anos. Homenagem no Teatro Sigwalt, shows regionais, nacionais, enfim, comemorar cem anos de sucesso, cem anos de superação. Joaçaba é uma cidade no meio oeste de Santa Catarina de uma qualidade extraordinária da sua gente, pelo que produz, pelo que representa para Santa Catarina, uma cidade que se destaca pelas universidades que tem.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGINHO MELLO (PR - SC)** - A nossa querida Unoesc, que tem 16 mil alunos. Uma cidade que encanta pelas suas belezas naturais e, acima de tudo, pela qualidade de seu povo.

Então, estou muito feliz em poder fazer este registro e ter a honra de ser Deputado Federal que tem contribuído para o crescimento da nossa querida Joaçaba nesses cem anos que faz no dia de amanhã.

Parabéns, Joaçaba. Você faz parte do Estado de Santa Catarina, que é um Estado respeitado, e do Brasil, que é a nossa grande referência.

Muito obrigado.

---

Documento 305/516

---

231.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	24/08/2017- 11:30
Publ.: DCD - 25/08/2017 - 49	REGINALDO LOPES-PT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Presença de caravana do ex-Presidente Luiz Inácio Luiz da Silva na Região Nordeste. Posicionamento do orador sobre a proposta de reforma política. Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 283, de 2016, sobre o estabelecimento da paridade na distribuição das vagas entre sexos nas eleições da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais.

---

**O SR. REGINALDO LOPES (PT-MG.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar como lido discurso sobre as caravanas do Presidente Lula pelo Brasil. Obrigado.

## PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero encaminhar, na forma de discurso, um pequeno artigo de minha autoria, para que seja publicado nos Anais desta Casa e divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Enquanto, no Parlamento, a elite discute reforma política que vai na contramão do desejo popular, o Presidente Lula, nas ruas das cidades nordestinas, neste instante, mostra como se sintonizar, inteiramente, com a população, os seus desejos, os seus anseios, as suas reivindicações básicas, que estão sendo suprimidas pelo Governo ilegítimo Temer.

Dentro do aquário do Congresso, as elites buscam construir modelo político eleitoral igual a elas, elitista, na tarefa de dificultar a verdadeira democratização do poder, por meio do chamado distritão e do semipresidencialismo, propostas essencialmente antipopulares.

Enquanto Lula abre os braços ao povo para sentir seu calor, suas pretensões, sua vontade de mudança para a construção de um novo País a partir das demandas sociais, o distritão, caricatura eleitoral das elites que deram o golpe parlamentar-jurídico-midiático contra a Presidenta Dilma, e o semipresidencialismo voltam-se para fechar ao povo sua participação efetiva nos destinos da Pátria.

Com Lula e a corrente de emoção que carrega, embalada pela vontade popular de eleger diretamente o Presidente da República, cria-se sistema eleitoral aberto, participativo, em que a representação política seja construída pela variedade social brasileira - negros, brancos, pardos, índios, mulheres e homens -, sem diferenças de gênero.

Já pelo voto distritão e pelo semipresidencialismo ocorre o oposto. São eleitos, pelo modelo distrital puro, quem tem muito dinheiro para bancar campanhas caras, cujo preço será cobrado no Parlamento, em forma de exigências de grupos sociais elitizados predispostos a ratear o poder para usufruto deles.

Com o distritão, os partidos pelos quais as contradições sociais circulam desaparecem. Prevalecem tão somente interesses dos que desejam transformar democracia em meio de vida, de negócio, adequado, apenas, aos objetivos daqueles que deram o golpe na democracia participativa que, durante 13 anos, o PT construiu, mediante proposta de melhor distribuição da renda nacional.

Os que pretendem se eleger pelo distritão são aqueles que golpearam a democracia, que correram em seguida para destruir conquistas e direitos sociais, assegurados na Constituição cidadã de 1988, com o objetivo de concentrar renda e promover exclusão social. Tudo para evitar avanço do poder popular no controle do poder político, democraticamente eleito. Para isso foi construído o golpe, para evitar a democratização do poder, no rastro da melhor distribuição da renda nacional.

Os números da era petista, que assustam os golpistas, dispostos a construir o antidemocrático distritão, falam por si: o PIB, de 2002 a

2013, aumentou de R\$ 1,48 trilhão para R\$ 4,84 trilhões; o PIB *per capita* de R\$ 7,6 mil passou para R\$ 24,1 mil; nossa agricultura, no mesmo período, saiu de 98 milhões de toneladas para 220 milhões de toneladas, transformando o Brasil no maior produtor de grãos do mundo; o salário mínimo aumentou de R\$ 200 para R\$ 824; as exportações nacionais pularam de 60,3 bilhões de dólares para 242 bilhões de dólares; os programas sociais como Bolsa Família, Luz para Todos, PRONATEC, FIES, Farmácia Popular, etc., multiplicaram a renda disponível, gerando 22 milhões de novos consumidores; o Brasil saiu do *Mapa da Fome* da ONU, com queda de 11,4% da desigualdade social, em comparação aos 2,2% da era FHC; os gastos públicos em educação saíram de R\$ 17 bilhões para R\$ 94 bilhões; 38 milhões de pessoas ascenderam à nova classe média e 42 milhões de pessoas saíram da miséria absoluta.

Com essa base material desenvolvimentista, em meio ao sistema eleitoral proporcional, foi possível avançar com a distribuição da renda, a diminuição da desigualdade social e a acumulação de uma reserva de 380 bilhões de dólares a garantia de estabilidade da moeda nacional contra crises externas.

Os golpistas derrubaram Dilma e tentam evitar a candidatura de Lula em 2018 porque a proposta econômica e social do PT, com sistema eleitoral proporcional, é a melhor para o Brasil avançar como nação soberana capaz de estabilizar inflação e desenvolvimento sustentável. Com distritão e semipresidencialismo, farsa parlamentarista, engendrada para evitar nova consulta à população, por meio de plebiscito ou referendo, nós caminhamos para uma superelitização da política, ameaça à segurança nacional, em que se aprofundam desigualdades sociais e econômicas, favorecendo preconceitos, racismo, fascismo, etc.

Precisamos de modelo eleitoral moderno de representação partidária pelo qual se promovam mudanças qualitativas na proposta de voto proporcional: voto em lista partidária, voto de legenda obrigatório, voto facultativo, para alterar a posição do seu candidato em lista preordenada. Combate-se, dessa forma, predomínio de burocracia partidária.

Permite-se, com essas alterações qualitativas, formação de base parlamentar, ancorada no voto consciente, dado aos candidatos e partidos que se constroem programaticamente, e não pelo toma lá dá cá dos balcões de negócio.

Evidentemente, deve ser energicamente rechaçada manobra que articulam o Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia, do DEM do Rio de Janeiro, e o Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF, em favor do retorno do financiamento privado de campanha, responsável pela onda de corrupção que fragilizou a democracia brasileira.

Lula, nas ruas, está ensinando que a evolução do sistema proporcional é possível, para a construção de uma representação popular autêntica, dividida igualmente entre homens e mulheres, com recorte racial e geracional, de modo a democratizar o poder político nacional.

Por isso, defendemos a Proposta de Emenda à Constituição nº 283, de



2016, de nossa autoria, que propõe representação paritária, a fim de consagrar divisão igualitária na representação popular brasileira.

---

Documento 306/516

---

011.3.55.N	Sessão Extraordinária - CN	29/08/2017-12:48
Publ.: DCN - 30/08/2017 -	DANILO FORTE-PSB -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

---

**O SR. DANILO FORTE** (PSB-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil inteiro está muito apreensivo diante do momento político que nós estamos atravessando, na expectativa do que nós podemos ou não concluir do ponto de vista da reforma política.

Esse modelo falido é constatado por todo o universo político, seja pelos políticos protagonistas da ação, seja pela Academia, seja pelo povo em geral, que não o reconhece. A cada dia diminui ainda mais a crença nos representados pelos seus representantes. Por outro lado, existe a necessidade da busca mínima de uma compreensão, de um consenso que seja fruto desse debate já tão alongado, pois estamos aqui há vários anos discutindo a tal da reforma política.

É inadmissível que reuniões se sucedam, e nós não consigamos alcançar um objetivo mínimo capaz de dar transparência ao processo e garantir a eficiência para que ele seja democrático e reconhecido pelo conjunto da população.

As deturpações e, muitas vezes, o picadeiro no palanque em que se transformou esse debate não permitem que as diversas agremiações ou os diversos Parlamentares - sejam Senadores ou Deputados - possam, numa convivência fraterna e harmônica, ter a possibilidade de dar ao Brasil um projeto uno e que seja capaz de dizer ao País que esse momento fez com que todos nós entendêssemos que o modelo se exauriu, que não existem mais condições de continuarmos a fazer eleição como antes, perniciosas nas relações público-privadas, o que ocasionou a corrupção de forma acelerada e desconforme com todos os conceitos éticos e morais da sociedade. Temos maturidade suficiente para apresentar ao Brasil um novo modelo, construído e debatido exaustivamente por todos nós. Porém, é necessário um mínimo de consenso neste momento, já que precisaremos de quórum qualificado para votá-lo com segurança.

O tempo para isso é muito curto. Agora falta pouco mais de 1 mês, até o dia 7 de outubro, para se cumprir o princípio da anualidade e termos

as regras claras já para a eleição de 2018.

Aprofundar na divergência, aprofundar na incoerência, aprofundar nas vantagens pessoais, em detrimento de um pensamento coletivo, só vai demonstrar para a população a incapacidade da classe política no Brasil em resolver os problemas políticos que a própria classe política tem obrigação de resolver.

Aí, meus amigos, é necessário um pouco mais de humildade e um pouco mais de compreensão. Nós não podemos ter em mente apenas a eleição passada, que trouxe para cá esta representação. Nós temos que ter em mente o futuro que a Nação espera, sendo capazes de ofertar um novo modelo político.

Eu não tenho dúvida de que essa construção passa por uma transição com o distritão, com o voto majoritário, em que aquele que for mais votado será o representante na eleição de 2018. Isso dará tempo para, a partir de 2022, nós termos um mapa geopolítico do País, com distritos delineados, e adotarmos o sistema distrital misto no seu conceito clássico, capaz de, por um lado, representar as regiões do País e, por outro, capaz de representar os partidos, que ficarão fortalecidos.

Esse fortalecimento poderá, inclusive, abrir espaço para uma discussão da mudança do regime político-administrativo do País, na perspectiva até da construção do parlamentarismo, porque não pode existir parlamentarismo sem partidos políticos reconhecidos, fortes e ordenados, em uma nova forma de disciplina, sem dar margem a essa balbúrdia que viraram os partidos políticos do País.

Está aqui o *Correio Braziliense* de hoje, inclusive exaltando o patrimonialismo de um partido político que usa o discurso do fundo partidário para deturpar ainda mais a imagem de toda a classe política, fazendo patrimônio para as famílias dos donos dos partidos.

Não é isso o que nós desejamos. O que nós desejamos são regras claras. Queremos uma representação e um financiamento plausível, dentro do mínimo necessário, capaz de garantir uma eleição com lisura. Ao não haver nenhum modelo de financiamento ou ao persistir esse modelo incoerente só do financiamento, cria-se uma distorção, aviltando-se o Orçamento da União, no qual já faltam recursos para tudo. É um país que está clamando por segurança, que está clamando por saúde, que está clamando por melhor educação, por melhor transporte, e faltam recursos para os investimentos. Retirar do Orçamento da União algo em torno de 4 bilhões de reais é totalmente inadmissível.

A alternativa seria aquilo que já foi inclusive votado por esta Casa e está no Senado - e o Senador Eunício Oliveira tem condições de conduzi-lo: é o processo em que as empresas, com base nos seus faturamentos e com limite por candidatura, possam proporcionar ao Brasil um financiamento transparente, para que nós não tenhamos, ao término do processo eleitoral, de responder a um processo judicial, a um processo criminal, na medida em que ninguém tem condições de fazer prestações de contas da forma como está o modelo.

No Estado do Ceará, na última eleição para prefeito, houve um prefeito

que declarou, na prestação de contas, 200 reais. Isso é uma ironia!  
Isso é um deboche!

O Ministério Público e a Justiça Eleitoral jamais aceitarão uma prestação de contas dessa forma. E é exatamente para não cair numa nova aberração, que aumente o desgaste da classe política, que nós temos a obrigação e o dever de dar ao Brasil uma reforma política mínima necessária para garantir o pleito de 2018 com lisura, com transparência e com o melhor reconhecimento de um político pela Nação brasileira.

Diante disso, eu conclamo todos para a construção dessa unidade, a fim de garantir a reforma política.

---

Documento 307/516

---

011.3.55.N	Sessão Extraordinária - CN	29/08/2017-12:30
Publ.: DCN - 30/08/2017		CARLOS MANATO-SD -ES
-		
CONGRESSO NACIONAL	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

---

**O SR. CARLOS MANATO** (SD-ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para falar de um tema atual: a reforma política.

Eu acredito que para uma reforma política ser aprovada nesta Casa e ter bom desempenho, que agrade à população, que agrade a todos os Parlamentares, seria uma proposta para entrar em vigor em 2040. Uma proposta de reforma política para 2040 tem chance de ser aprovada nesta Casa pela maioria, através de PEC, de projeto de lei, da forma que se quiser, porque aí os interesses não vão estar nesta pauta. Em 2040, a maioria de nós não será candidata.

Como que nós vamos aprovar uma reforma política para entrar em vigor no ano que vem? Cada um de nós vai puxar a sardinha para o próprio lado, cada um de nós vai querer olhar o que é melhor para si. Qual é a reforma por meio da qual o Deputado pode ser reeleito? Eu penso dessa forma. Eu vou aprovar aquela reforma que é melhor para mim.

Eu disputei quatro eleições, ganhei três, como se fosse pelo distritão. Em três eleições eu fiquei entre os dez mais votados do Estado, em uma eleição eu precisei da coligação partidária. A meu ver, eu prefiro disputar a eleição com dez vagas, que é o que prevê o distritão, do que uma eleição em que eu esteja numa coligação que não seja a melhor

possível, e se fica numa situação delicada.

Em relação ao distritão, Presidente, pela nossa análise de conversas com a população, o povo brasileiro não está acostumado a votar em partido - poucos estão. Pode-se fazer pesquisa: a minoria vota no partido; a maioria vota, sim, no candidato.

O eleitor não consegue entender como o candidato em quem ele votou obtêm 80 mil votos e perde a eleição para o candidato que obteve 40 mil votos. Ele não consegue entender isso e nos cobra essa posição.

O que eu lamento é que, nas redes sociais, umas quatro ou cinco pessoas me criticaram pela minha posição favorável ao distritão. Mas eu fiz alguns questionamentos a elas. Eu perguntei: "*Você concorda com o fenômeno do meu amigo Tiririca, do Celso Russomanno, do Enéas, que, em 2002, trouxe junto com ele mais 6 Deputados, um com menos de 300 votos?*" "*Não, não concordo.*" "*Você concorda com que os mais votados não ganhem a eleição?*" "*Não, eu não concordo.*"

Então, vocês são favoráveis ao distritão! Vocês não sabem nem o que é distritão, mas são contra, porque alguém chegou e disse que o distritão é ruim.

No Estado Democrático de Direito, Presidente, nós temos que respeitar as posições. Acabar, simplesmente, com as coligações partidárias e criar uma cláusula de barreira imediata, nesse caso, eu prefiro estabelecer o distritão, porque ele vai ser mais democrático. Não podemos, também, acabar com as coligações, porque os partidos menores, que têm dificuldade, praticamente não vão participar da eleição.

Gostaria ainda de manifestar, Presidente, a minha posição contrária ao Fundo Partidário. A primeira coisa que nós fizemos foi tirar o 0,5%. Já está fora da PEC. Não existe mais o fundo de 3,6 bilhões de reais.

A criação desse fundo é polêmica. A sociedade não vai entender essa posição de agora, num momento como este de crise - na saúde, na educação, na geração de emprego e renda -, de criar um fundo de bilhões de reais para financiar campanhas. A população não entende. Então, tem que existir outro método que não seja o de criação de um fundo específico. Aí, nós vamos discutir e apresentá-lo.

Sinceramente, Presidente, eu acho que vai ficar tudo como está. Não vamos aprovar nada e vamos seguir o modelo atual, com as coligações, da forma como é.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

### *Sumário*

Congratulações ao Deputado André Fufuca pela assunção à Presidência interina da Casa. Confiança na celebração de acordo para a votação da proposta de reforma política.

---

**O SR. MAIA FILHO** (Bloco/PP-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. e dizer que nós do PP nos sentimos orgulhosos com sua ascensão à Presidência, interinamente. Ainda que algumas críticas que, porventura, tenha sofrido, pela sua juventude, afirmo que esse problema vai passar rapidamente. Mas se a única crítica que têm a V.Exa. for a juventude, certamente é um defeito que muitos daqui queriam ter.

Aproveito para dizer que nos sentimos confiantes nesta semana decisiva de votarmos matéria tão importante como a reforma política, sob a sua condução, a sua liderança, esperando o consenso de todos os Líderes partidários para entrarmos em acordo e finalizarmos essa reforma que a sociedade espera e almeja.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Obrigado, Deputado.

---

Documento 309/516

---

237.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	30/08/2017- 12:46
Publ.: DCD - 31/08/2017 - 135	CLAUDIO CAJADO-DEM -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Congratulações ao Deputado André Fufuca pelo exercício da Presidência da Casa. Transcurso do 94º aniversário de fundação do Município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia. Indagação à Presidência sobre a votação da proposta de reforma política.

---

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, peço que me dê mais de 1 minuto, porque eu queria dizer que V.Exa. é um exemplo da democracia no Brasil e no Parlamento brasileiro.

Em poucos países do mundo, Deputado André Fufuca, um Deputado teria condições de exercer o papel que V.Exa. está exercendo hoje e durante o resto desta semana na Câmara dos Deputados. A ascensão

a um cargo de elevada patente - no bom sentido - dentro do Parlamento por parte de alguém tão jovem como V.Exa. é rara em todo o mundo. Portanto, está de parabéns a democracia brasileira. Eu queria, em seguida, ressaltar que amanhã o Município de Bom Jesus da Lapa estará completando 94 anos de fundação. Quero dar os meus parabéns ao Prefeito Eures Ribeiro, ao povo da Lapa e principalmente aos nossos queridos amigos Ricardo, Léo e tantos outros que fizemos lá.

Sr. Presidente, após esta sessão, na qual estamos concluindo a votação da MP 777 e os destaques, nós possivelmente teremos uma sessão do Congresso Nacional para votarmos a alteração da meta fiscal. Pergunto à Mesa o que está efetivamente pautado para ser apreciado em seguida? Entrará a reforma política ou entrará outra matéria?

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Se ainda houver quórum, nós tentaremos a votação da PEC 282.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** - PEC 282?

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Sim.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** - O.k.

---

Documento 310/516

---

237.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	30/08/2017- 12:46
Publ.: DCD - 31/08/2017 - 165	CARLOS ZARATTINI-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Vinculação entre a retirada de requerimento de quebra de interstício para votação nominal de destaque à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, sobre a vedação das coligações nas eleições proporcionais, o disciplinamento da autonomia dos partidos políticos e o estabelecimento de normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.

---

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje nossa intenção é caminharmos para a votação da reforma política. Neste sentido, nós até concordaríamos se fôssemos à votação da quebra do interstício imediatamente após a votação do último destaque da Medida Provisória e se votássemos a PEC nº 282.

V.Exa. está prestando atenção, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Estou prestando atenção,

Deputado.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Nós retiraríamos o requerimento de quebra de interstício em relação à MP, para votarmos imediatamente a quebra de interstício e iniciarmos, em seguida, a votação da PEC. Assim, nós teríamos acordo para retirar a quebra de interstício do último destaque da MP.

---

Documento 311/516

---

237.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	30/08/2017- 12:46
Publ.: DCD - 31/08/2017 - 183	RICARDO TRIPOLI-PSDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Informação sobre o adiamento da votação do parecer oferecido pela Relatora Shéridan à proposta de reforma política. Proposta de realização de plebiscito sobre o financiamento de campanhas eleitorais e o sistema de voto.

---

**O SR. RICARDO TRIPOLI** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acabo de ser informado pela nobre Deputada Shéridan, que foi a Relatora do projeto da reforma política, de que, em função da votação da meta, em função de outros projetos, como na questão do Congresso Nacional, houve um entendimento para que na próxima terça-feira possamos votar a Relatoria do projeto de S.Exa. Então, ficaria para a próxima terça-feira.

**O SR. ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente...

**O SR. RICARDO TRIPOLI** - Sr. Presidente, só para concluir...

Mais do que isso, quero aqui dar uma sugestão e gostaria de obter a atenção de todas as Deputadas e de todos os Deputados. Sras. e de todos os Srs. Deputados.

Entendo que temos um consenso, basicamente, aqui na Casa, obviamente com algumas raras exceções, no sentido de que esse relatório da Deputada Shéridan, na cláusula de barreira, cláusula de desempenho e questão das coligações proporcionais, conta com um entendimento. Poderemos caminhar com essas duas questões nesse projeto, nesse relatório.

Vou mais adiante. Que nos próximos passos possamos discutir a questão do modelo e a questão do financiamento, sendo que durante o processo eleitoral, mesmo que escolhamos um ou outro modelo, no processo eleitoral faríamos um plebiscito para que a população durante a votação escolhesse se quer o distrital misto, se quer o distritão, se quer o financiamento público, se quer o financiamento privado.

Passaríamos às pessoas, para que pudesse o eleitor escolher o modelo. Faríamos provisoriamente agora um modelo para essa eleição. Daqui a 2 anos, já teríamos o modelo escolhido pelo eleitor, o que eu entendo como mais factível para que todos nós possamos aqui apresentar um projeto de reforma política que tivesse o entendimento de todos e, mais do que isso, a participação da população. Ou seja, votaríamos na terça-feira o relatório da reforma política que foi aprovado na Comissão Especial, com a relatoria da Deputada Shéridan, com esse dois itens. Em seguida, nós sentaríamos, todos nós Deputados, para buscarmos um entendimento para a eleição de 2018, tanto no modelo, como na fórmula, e aí nós deixaríamos nessa eleição, já que vai votar, uma economia. Para não termos o custo, o gasto de fazer um plebiscito, na própria eleição o eleitor diria o que ele prefere: se prefere financiamento público ou privado; se ele prefere o distritão ou o distrital misto. Aí poderíamos obviamente buscar outras sugestões, mas com a participação da população. Deixo isso aqui para reflexão de todos. Acho que podemos, e devemos, caminhar na busca de uma solução que seja o entendimento não só da classe política, mas também o entendimento com os nossos eleitores. Portanto, deixo aqui a sugestão e também o entendimento da bancada do PSDB no que diz respeito ao relatório da Deputada Shéridan. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, nobres Deputadas, nobres Deputados. Muito obrigado.

---

Documento 312/516

---

237.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	30/08/2017-12:46
Publ.: DCD - 31/08/2017 - 185		YEDA CRUSIUS-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário à criação de fundo para financiamento público de campanhas eleitorais e à adoção do sistema de voto denominado distritão. Exame pela Casa da proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais e da cláusula de barreira. Necessidade de realização da reforma política com participação popular.

---

**PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA**



## PUBLICAÇÃO

**A SRA. YEDA CRUSIUS** (PSDB-RS. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as iniciativas para melhorar a qualidade da política e a evolução de nossa sociedade não dependem apenas das mudanças que o Congresso Nacional está debatendo através das Comissões que analisam as propostas de reforma política, mesmo porque, mais uma vez, os prazos para que essas mudanças estejam em vigor para as próximas eleições está muito perto, e está muito longe qualquer acordo que faça da reforma algo que aproxime os eleitores da classe política.

Deixar para a última hora essa que é mãe de todas as reformas só pode trazer monstros como os propostos agora. Os chamados fundão e distritão são inaceitáveis. Enquanto isso, a proibição de coligações nas eleições proporcionais e a cláusula de barreira vão sendo represadas, quando são vitais para que uma reforma com os resultados que a população espera se realize.

Excelências, é consenso que assim como está não dá para ficar, uma vez que a estrutura política tem gerado distância entre eleitores e eleitos, distorções na representação, corrupção e custos inaceitáveis para as campanhas eleitorais. Os prazos oficiais para a próxima eleição em 2018 estão correndo, e o Legislativo deve fazer o que lhe compete, senão mais uma vez será o Supremo Tribunal Federal ou o Tribunal Superior Eleitoral que se encarregarão de legislar. Já chega a cisão entre o possível e o desejável criada pela proibição do STF para doações privadas sem que o voto distrital estivesse em vigor!

Senhoras e senhores, não adianta só reclamar. É por isso que iniciativas como as veiculadas neste final de semana, e que listo abaixo, vêm trazer uma esperança de que esta seja a última eleição com regras que geram a maior parte dos males que o modo de fazer política nos trazem.

As manifestações desde 2013 mostraram o enorme espaço que existe para que a participação das pessoas seja eficiente para mudar esse quadro, analisem e participem.

Listo as iniciativas: de Fernando Gabeira, no seu último programa na *Globo News* entrevistando líderes de cinco "movimentos de renovação da política brasileira"; de Luiz Felipe d'Ávila, criador das fenomenais revistas *República* e *Bravo*, em entrevista *Com a Palavra* no Caderno DOC da *Zero Hora* de 19 de agosto, e seu Centro de Liderança Pública, já frequentado por Sartori, Eduardo Leite e Jairo Jorge; de Simone Leite, Presidente da FEDERASUL, anunciando, através da coluna de Rosane Oliveira de 21 de agosto, que deve criar também uma Escola de Líderes. Em todos, o objetivo de aproximar os cidadãos da política, porque sem ela não se constrói um arcabouço legal que permita a convivência civilizada. Em boa hora.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada.

Documento 313/516

237.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	30/08/2017-12:46
Publ.: DCD - 31/08/2017 - 168	WEVERTON ROCHA-PDT -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

### *Sumário*

Orientação de bancada para votação de requerimento de quebra de interstício para a votação nominal do Requerimento de Destaque nº 12, apresentado à Medida Provisória nº 777, de 2017, sobre a instituição da Taxa de Longo Prazo - TLP, acerca da remuneração dos recursos do Fundo de Participação do PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e do Fundo da Marinha Mercante.

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT compreende este momento que estamos vivendo e os apelos feitos nesta Casa. É mais do que importante que V.Exa. conduza o dia de hoje, para darmos continuidade aos trabalhos da Câmara dos Deputados, colocando na pauta de votação a reforma política, independentemente de questões que envolvam consenso.

Como não se construiu uma unidade, nós temos que construir dentro da política o que for possível.

O texto da Deputada Shéridan está pronto, foi votado na Comissão. Portanto, não é mais preciso que se leia nenhum tipo de requerimento. Temos que iniciar o processo de discussão, e o Plenário vai decidir o caminho.

Quanto ao requerimento, o PDT vota "sim". Nós queremos votar nominalmente no próximo destaque.

Documento 314/516

237.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	30/08/2017- 12:46
Publ.: DCD - 31/08/2017 - 171	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, primeiro quero aproveitar este tempo para mais uma vez afirmar que a Câmara Federal do Brasil, nós, os 513 Deputados, temos uma responsabilidade. Nós vamos responder à mais grave crise institucional da história republicana do País dizendo deixa tudo como está, segue campanha multimilionária, segue o Dória, podendo assinar um cheque de 6 milhões de reais para colocar na própria campanha, seguem esses tetos absurdos que embalam a política brasileira com muito dinheiro hoje?!

Destaco aqui o seguinte: sabem quanto será o teto para disputar uma eleição de Deputado Federal no Rio de Janeiro, se não começarmos a votar a reforma política? Perto de 5 milhões de reais!

Eu pergunto: qual brasileiro que está fora do Parlamento e quer entrar no Parlamento, Deputado Leo de Brito, consegue arrecadar 5 milhões para concorrer a uma eleição de Deputado Federal no Rio de Janeiro? Eu poderia dar exemplos em relação a todos os Estados.

Eu respondo: será a democracia dos ricos e para os ricos, a democracia financiada por aqueles que têm muito dinheiro, no CPF e na pessoa física; uma democracia em que os representantes dos setores populares terão pouca ou nenhuma chance de renovar Parlamento algum, nem aqui nem nas Assembleias Legislativas, muito menos nas Câmaras Municipais.

Sr. Presidente, é um desatino o Parlamento brasileiro não votar a reforma política. Não adianta fazerem chantagem dizendo: "*Ou aceitam o distritão, ou nós não vamos votar a reforma política*". O distritão não tem 308 votos nesta Casa. O distritão está derrotado!

Portanto, vamos adiante. Qual é a alternativa? Eu estou defendendo o distrital misto de modelo alemão, 100% proporcional. Isso muda a política brasileira. Eu estou defendendo um fundo público de valor reduzido, para que não apenas os ricos possam disputar cargos eletivos.

Por que um candidato a Deputado no Rio de Janeiro não pode fazer uma campanha com 500 mil reais? Por que precisa de 5 milhões de reais?

Por que um candidato a Governador em São Paulo tem que ter 60 milhões e não pode fazer a campanha, Deputado Manato, com 10 milhões?

Por que tanto dinheiro na eleição?

Vamos votar! Vamos baixar os custos e dar uma reforma política a este País!

---

## *Sumário*

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero conversar com V.Exa e com o Plenário.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Está de acordo ou não, Sr. Presidente?

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Nós sabemos que, se não votarmos a reforma política durante os próximos 7 ou 8 dias, estaremos dizendo ao Brasil que a resposta do Congresso Nacional para esta crise política que estamos vivendo, uma das mais graves crises institucionais da história republicana, será mantermos tudo como está.

Pior do que isso é que alguns responderão: "*Mantenhemos tudo como está, mas vamos tratar de começar a pressão para o movimento 'Volta, Odebrecht', 'Volta, JBS', 'Volta, OAS'*".

Meus colegas Deputados e Deputadas, não é possível que a resposta da Câmara Federal do Brasil, diante de tamanha crise institucional que estamos vivendo, seja dizer ao povo brasileiro que vamos às eleições, de novo, com as mesmas regras que nos trouxeram a esta democracia que está cada vez mais desacreditada, mais desmoralizada, mais sem perspectivas.

Há pouco a Deputada Jô Moraes disse aqui que o povo não sabe mais o que esperar de quem o representa na Câmara Federal. Nós vamos insistir nisso?

O Congresso Nacional está virado de costas para a vontade da ampla maioria do povo brasileiro, e a ampla maioria do povo brasileiro quer a reforma política, reforma que eu quero votar. Nós queremos votar!

Alguns assuntos vão ganhar, outros vão perder.

Esse distritão, por exemplo, é um absurdo! Mas eu quero votar. Eu apoio o distrital misto alemão 100% proporcional para 2022. Eu quero manter empresas proibidas de financiar eleição. Eu quero votar e conquistar a maioria dos colegas para votar um teto que abaxe o valor das campanhas. Não podem ser 2,5 milhões para um Deputado e 150 milhões para o Presidente da República. Por que não metade, 75 milhões, para o Presidente da República? Por que para Deputado não podem ser 40% a menos do que a média de gastos dos eleitos em 2014, para baratear a campanha?

O caminho é começarmos a votação desta primeira PEC, para encarar a reforma política, Sr. Presidente.

---

Documento 316/516

237.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	30/08/2017- 12:46
Publ.: DCD - 31/08/2017 - 184	ARNALDO JORDY-PPS -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### ***Sumário***

Não participação do PPS em acordo para votação de tópicos da proposta de reforma do sistema político-eleitoral.

---

**O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero informar que o PPS não participou de entendimento nenhum para votar qualquer matéria da reforma político-eleitoral. Nós não participamos e não concordamos com qualquer tipo de entendimento que proporcione a discussão dessas matérias fatiadas da reforma eleitoral.

Queria apenas registrar isso, para não passar a ideia de que há um entendimento, de que há um acordo. O PPS não participou de entendimento de qualquer natureza sobre a reforma eleitoral. Queria que ficasse consignado nos Anais esse nosso registro.

Documento 317/516

237.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	30/08/2017-12:46
Publ.: DCD - 31/08/2017 - 188	VINICIUS CARVALHO-PRB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

### ***Sumário***

Falta de consenso para a votação da proposta de emenda à Constituição acerca da adoção do sistema de voto denominado distritão e de fundo para financiamento público de campanhas eleitorais. Contrariedade à criação de cláusula de desempenho para os partidos políticos e à extinção das coligações partidárias nas eleições proporcionais.

---

**PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA  
PUBLICAÇÃO**

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, sem consenso na Casa, a PEC que cria o distritão e o fundo eleitoral deve mais uma vez ter a votação adiada, afinal aumenta a cada dia a dificuldade para obter 308 votos para aprovação dessas medidas, que não representam, efetivamente, avanço no sistema eleitoral brasileiro. Por várias vezes, já deixei claro aqui que esse modelo representa uma via de mão única, favorecendo os que estão no poder e fragilizando os partidos políticos. Também já questionei o fundo eleitoral que pretende utilizar dinheiro público para bancar as campanhas, quando o País vive uma crise econômica sem precedentes.

Mas, estamos agora diante da possibilidade de votar outro projeto, dentro da reforma política. E as críticas não podem ser menos contundentes. O texto cria a cláusula de desempenho para os partidos políticos e o fim das coligações, a partir de 2018, nas eleições do modelo proporcional, atualmente em vigor para a definição de Deputados Federais, Estaduais, Distritais e Vereadores.

É evidente que desejamos uma reforma política, mas de forma equilibrada e justa, com redução e, por que não, com o fim da corrupção. Queremos atender aos anseios da sociedade e não trocar "o seis pela meia dúzia", embutindo nessa alteração interesses escusos.

A proposta que está para ser votada estabelece que, para substituir as coligações, os partidos políticos com afinidade ideológica poderiam se unir em grupos chamados "federações". A federação seria formada antes das eleições, e seus partidos membros deveriam continuar atuando em conjunto ao longo dos 4 anos seguintes, ou seja, teriam que seguir os mesmos posicionamentos na Câmara ou no Senado até as próximas eleições. Fica clara a ideia de querer fechar votos, impedindo que os partidos, em determinadas situações, abram para que seus Parlamentares votem de forma independente.

Ainda de acordo com o texto, dentro das federações, poderiam ser formadas subfederações. Estas seriam compostas por dois ou mais partidos da federação da qual fazem parte, mas somente para o período de campanha eleitoral. Após o fim da campanha, as siglas teriam que voltar a trabalhar juntas. Cabe destacar que, na prática, os grupos funcionariam como coligações durante o período eleitoral.

O parecer estabelece ainda uma cláusula de barreira para que as siglas tenham acesso aos recursos do Fundo Partidário e à propaganda gratuita no rádio e na televisão. A iniciativa traz exigências progressivas de 2018 até 2030 e que vão ficando cada vez mais rígidas. Vale lembrar que o Fundo Partidário já existe, financiando a manutenção anual dos partidos, e nada tem a ver com o tão criticado fundo público de campanha que outra PEC de reforma política, a 77/03, propõe criar a partir de 2018.

De acordo com o texto, os requisitos exigidos para as eleições de 2018 são: obtenção pelo partido de pelo menos 1,5% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados em ao menos um terço das Unidades da Federação, com pelo menos 1% dos votos válidos em cada uma delas; e eleição de pelo menos nove Deputados distribuídos em pelo menos um terço das unidades federativas, requisitos esses que irão aumentando nos pleitos seguintes.

Traduzindo: os partidos que não atingirem um resultado mínimo nas eleições perderão acesso ao Fundo Partidário e ao tempo gratuito de televisão e rádio. É algo que transcende qualquer nível de entendimento. A cláusula de barreira é um atentado às minorias, levando ao extermínio legendas menores. Aprová-la é romper com a renovação, é ir contra a vontade popular.

É preciso esclarecer que a melhor mudança para aperfeiçoar o sistema político não virá com uma reforma feita para atender aos interesses de quem quer se manter, custe o que custar, no poder. Não são as regras do jogo que devem ser mudadas, mas a qualidade dos jogadores. E com toda a certeza não é perpetuando cartas marcadas e manchadas que o Brasil alcançará o seu objetivo maior.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

---

Documento 318/516

---

239.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

31/08/2017-  
11:08

Publ.: DCD - 01/09/2017 -  
101

LELO COIMBRA-PMDB -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Geração de novos postos de trabalho no País, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Defesa de aprovação da nova meta fiscal pelo Congresso Nacional. Recuperação da economia brasileira. Desafio da Casa de realização da reforma política.

---

**O SR. LELO COIMBRA** (PMDB-ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente; bom dia a todos; bom dia àqueles que nos acompanham pela *TV Câmara*; bom dia a esse grupo seletivo que está aqui neste dia de hoje e que nos dá a oportunidade de estarmos juntos neste ambiente da Câmara dos Deputados, no plenário e nas galerias, neste momento.

Sr. Presidente, a minha manifestação neste momento se refere, primeiro, aos dados que a imprensa nos traz relacionados à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, que mostram a recuperação dos empregos no Brasil.

Hoje, neste período, comparando com o período de 2016, temos de volta ao mercado de trabalho algo em torno de 1,5 milhão de pessoas a mais, pessoas que passam a ter o direito legítimo, o direito cidadão, que é o acesso ao emprego e à sua sustentabilidade pessoal.

Isso é importante, porque os debates que temos feito ao longo desse período têm sido muito ricos. Ontem tivemos 12 horas de debate nesta Casa, acabando hoje de madrugada, às 4h20min.

Muito se disse da crise neste momento, mas, na realidade, estamos respondendo neste momento à crise herdada há 3, 4, 5, 6 anos. No período de 2011, 2012, até 2015, a taxa de desemprego no Brasil saiu de 5,4 milhões para 11,3 milhões. Essa herança foi recebida.

Da mesma forma, a taxa de juros foi recebida em 16% e, neste momento, ela se encontra em 9%. Da mesma forma, a taxa de inflação foi recebida já estourando os 10% e, neste momento, ela está abaixo da meta, em torno de 4%.

Então, esses elementos são resultados desse período de 1 ano de ação na economia, de busca do ajuste fiscal, de busca de respostas para que nós tenhamos a capacidade de fazer com que o País retorne a sua economia aos trilhos e retome a capacidade de, à luz de suas receitas, poder investir aquilo que está disponível, fruto da ação da economia brasileira, que, neste momento, demonstra a sua recuperação.

É importante registrar isso, porque há aqueles que têm criticado o Governo e discutido a meta fiscal. Aliás, acerca da meta fiscal, é importante dizer que ontem o Governo anunciou que mandará o Orçamento ainda com a meta fiscal anterior de 139 bilhões de reais, mas isso é fruto de responsabilidade, porque este Governo não pedala. Pedalar seria não cumprir a meta existente e usar de outro parâmetro para depois tentar corrigir *a posteriori*. Isso não acontece neste Governo - e não acontecerá.

Por isso, mesmo que nesta madrugada tenhamos aprovado a meta em si, ficando só dois destaques que dela não tratam, e, sim, de auditoria de dívida ou coisa desse tipo, mesmo assim, pelo procedimento legal, não é possível dá-la como considerada aprovada. Mas ela foi política, formal e processualmente aprovada aqui neste dia de hoje.

Portanto, estamos com a economia caminhando em direção à sua estabilidade, estamos com a recuperação da empregabilidade caminhando para oferecer à sociedade, oferecer às famílias que sofrem com desemprego e ausência de renda e insegurança pessoal a possibilidade de terem essa recuperação.

Às vezes falamos de um ganho de 1,5 milhão de novos empregos, mas sabemos que há 13 milhões e 300 mil pessoas que estão à espera e na expectativa de terem a sua empregabilidade e o direito ao trabalho de volta. Comemorar os passos de onde estávamos e onde estamos é motivo de alegria, porque ela é fruto do trabalho, da responsabilidade fiscal, dos esforços que têm sido feitos para poder trazer de volta de um lugar que não deveria ter saído, que não deveria ter sido perdido, a estabilização da nossa economia e a possibilidade de olharmos para o Brasil adiante, um Brasil que queremos ver reformado e modernizado, um Brasil que queremos ver com capacidade de poder no ano de 2018 ter um grande debate nas eleições, para saber o que a sociedade brasileira quer, que caminho ela quer que este País siga no período de 2019, 2020, 2021, 2022 até janeiro de 2023. Isso é muito importante,



porque estaremos no ano de 2018 debatendo se queremos um país que dê marcha à ré ou se queremos um país que enfrente os desafios fiscais, o equilíbrio fiscal, o uso correto dos recursos, com a possibilidade de dar dignidade ao povo brasileiro. E que se possa restaurar a atividade política como uma atividade que responde à sociedade e que por ela seja reconhecida na dimensão das suas respostas.

É lógico que nós estamos também com um dilema ético a ser enfrentado e temos de enfrentá-lo na mesma dimensão, com a mesma responsabilidade e com o mesmo empenho com que enfrentamos os dilemas da economia e os dilemas da organização da sociedade. Para esse aspecto, nós temos na reforma política um grande desafio.

Nós precisamos - e isso já evoluiu aqui nesta Casa - ter a garantia do financiamento, que, tudo indica, pela proibição privada que há, será público, mas nós temos que ter um redimensionamento muito claro, usando as fontes que já os sustentam, que já financiam os partidos e a política para que elas possam compor o processo de financiamento. Ao mesmo tempo, defensor que sou do voto distrital misto - votei, em 2015, a favor dele -, eu acho que seria um modelo mais barato, em que a sociedade, representantes e representados poderiam interagir e serem capazes de ter uma representação à altura da demanda local, do interesse local, mas também da demanda temática daqueles que defendem as ideias aqui para podermos acabar de maneira definitiva com a pulverização de partidos, de ideias - na realidade, não são ideias são interesses - em diversos partidos, como é hoje: 35 partidos registrados, além de outros tantos que estão tentando se registrar. São tantos que alguns falam em 15, mas já ouvi até que são 35, de 15 a 35, além dos 35 existentes e 29 com representação formal nesta Casa. Portanto, nós estamos diante de um grande desafio, mas para isso nós temos um debate que precisa ser aliançado. Há aqueles que defendem o distrital misto, como eu, mas tivemos 99 votos, em 2015, e aqueles que defendem uma alternativa transitória, que seria o distritão, na modelagem, com o aproveitamento do voto de legenda, como forma de esses dois pensamentos e sentimentos juntos darem uma resposta neste momento para 2018, e, na sequência, 2020 e 2022.

Isso é muito importante para que consigamos trabalhar esse tema. Ao mesmo tempo, já há uma emenda constitucional, aprovada pelo Senado, que envolve o fim das coligações e a cláusula de barreira, por economia processual e por ganho de escala. Nós deveremos - e eu defendo esta ideia - ter a votação dessa PEC para que já resolvamos esse tema de maneira definitiva na próxima semana, na Câmara, e, ao mesmo tempo, sigamos no enfrentamento dos outros temas.

Portanto, o Brasil precisa ser o nosso foco. Nós precisamos ter mais Brasil, mais respostas para a sociedade, e menos Brasília, no sentido do interesse específico da organização parlamentar, que possa parecer para a sociedade como um desejo específico de Deputados e Senadores, mas não, que seja uma expressão de que queremos Brasil, muito Brasil, e menos Brasília. Mas que o que nós organizarmos seja capaz de dar conta deste Brasil imenso, de norte a sul, na narrativa

que o nosso Presidente faz, quando nos anuncia e nos coloca aqui, nesta tribuna, de maneira suave, de maneira gentil, mas de maneira coerente quanto a essa dimensão nacional que este nosso País, de 8 milhões e 400 mil quilômetros quadrados, nos alberga.

---

Documento 319/516

---

240.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	31/08/2017-15:33
Publ.: DCD - 01/09/2017 - 164	RONALDO FONSECA-PROS -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

---

### ***Sumário***

Congratulações ao Presidente em exercício dos trabalhos. Crise política e socioeconômica reinante no País. Envolvimento de políticos em atos de corrupção. Tentativa de aniquilamento da célula familiar. Ameaça à segurança jurídica do Estado Democrático de Direito. Atuação de magistrados dos Tribunais Superiores. Realização da reforma política. Expectativa quanto à eleição do futuro Presidente do Brasil.

---

**O SR. RONALDO FONSECA** (Bloco/PROS-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveito para parabenizá-lo pelo mandato nesta Casa, pelo excelente desempenho em defesa da população do Estado de São Paulo, em especial daqueles que acreditam nos princípios cristãos e moldam as suas vidas nesse princípio. Parabéns, Deputado, pelo seu mandato aqui nesta Casa!

Senhoras e senhores, você que me acompanha pela *TV Câmara*, o momento de ocupar esta tribuna é para trazer uma reflexão. Quero convidá-los para que nós possamos, nesses próximos 25 minutos, dialogar. Embora de longe, eu gostaria de dialogar com aqueles que me acompanham, que assistem à minha fala neste momento.

Vejam, senhoras e senhores, o momento que o nosso País vive. A pergunta que precisamos fazer é a seguinte: o que está acontecendo com o Brasil?

Eu sou de uma geração que nunca viu uma crise tão cruel como a que nós estamos vendo nos dias de hoje. Nós estamos vivendo um caos, e a pergunta é: o que está acontecendo com o Brasil? Quem tem interesse na instalação desse caos? É um país tão lindo, tão grande, tão especial, de pessoas trabalhadoras, inteligentes! O que está acontecendo?

A minha geração nunca viu o que se vê hoje. Nós estamos vivendo um caos social. Eu estava ali sentado e vi vários Deputados usando da

palavra e falando da questão da saúde. Onde nós vamos parar? Não tem onde colocar o doente; as pessoas estão ficando mais doentes; quem fica doente não tem como comprar remédio, porque o preço do remédio é maluco. O imposto do remédio é de quase de 50% do valor total. Não tem como comprar remédio. Se depender de remédio, a pessoa morre. Vai-se para o serviço público, e ele também não tem remédio para doar, porque as farmácias estão vazias. Então, vejam, nós estamos vivendo um caos social, o desemprego. O pai de família não tem emprego. Há quase 14 milhões de desempregados. *"Vamos colocar a culpa no Governo tal, no Governo tal"*. É verdade que nós tivemos governos irresponsáveis no passado e nós chegamos a esse caos. Então, o caos social está instalado, ninguém tem dúvida disso.

Você que está assistindo à minha fala sabe o quanto isso destrói uma família, um ser humano doente, desempregado, sem moradia; adolescentes que são futuros candidatos às penitenciárias do Brasil. As escolas já não estão ensinando mais nada. Os professores já não têm um salário digno e não são valorizados. Os alunos não estão conseguindo decorar mais nem a tabuada. O que está acontecendo com Brasil?

Estamos vivendo um caos ideológico. Vejam, existem as guerras que estão instaladas no mundo todo. Nós falamos assim: *"o Brasil não tem guerra, nós não temos conflitos armados"*. Bom, armados nós já temos, porque temos o crime organizado que está dominando o País, e não é só no Rio de Janeiro, não. Eles estão agora migrando, saindo do Rio de Janeiro para outros Estados. Inclusive aqui a Brasília já começaram chegar. Veja bem, estamos vivendo um caos, e eu digo o seguinte: é um conflito social ideológico - ideológico.

Hoje nós não temos Direita, nós não temos Esquerda, nós não temos ninguém de Centro. Nós estamos vivendo realmente num limbo. Nós estamos vivendo um caos ético e moral. Vejam que está estampada para o Brasil a corrupção. Há corrupção de empresários - e que empresários, hein? Grandes empresários desta Nação, empresas *top* pelo mundo afora produziram grandes riquezas para o Brasil, mas roubaram o Brasil. Eles destruíram esta Nação roubando. Ao mesmo tempo em que produziam riqueza, roubavam o Brasil. Vejam bem, a corrupção está aí! Os políticos estão envolvidos em corrupção sem precedentes. Abre-se uma investigação num Estado, está lá um político; abre-se outra, está lá um político corrompido também pelos empresários e corrompendo os empresários. Estamos vivendo uma crise ético-moral. Vejam a questão da família, dos princípios, da erotização as crianças.

Gente, quem tem juízo não faz um negócio desses! Tudo dentro do seu tempo. Chega a puberdade da criança, do adolescente, ele vai se desenvolvendo. Agora, não. Hoje eles querem que as crianças sejam erotizadas de forma precoce. Quem tem interesse nisso? Nós estamos criando uma geração problemática, difícil, e nós não podemos fechar os olhos para isso. Trata-se de uma geração difícil!

Por exemplo, hoje nós estamos tendo problemas na utilização dos

banheiros. Quem vai utilizá-los, se há hoje machos, fêmeas, transgêneros? Quem vai utilizar os banheiros? Nós temos hoje um problema. Há essa dificuldade, e nós não podemos fechar os olhos para isso, sabem por quê? Porque é a sociedade que está produzindo isso. Há realmente uma crise. Há realmente um problema, é claro! Quem quer a destruição da família? Por que querem a destruição da família, a célula *mater* da sociedade? Ora, tudo vem da família: a primeira educação, as bases do caráter, os traços da personalidade. E por que querem destruir a família? Qual é o interesse? Por que isso? Então vejam aonde nós estamos chegando. É óbvio que nós temos que respeitar todos. Nós não podemos ter preconceito de nenhuma natureza. Ao contrário, nós temos que dialogar com todas as pessoas, sem preconceito. Isso é verdade. Só que nós estamos indo para onde? Para onde nós estamos indo com essa erotização das nossas crianças de forma precoce? Aonde nós queremos chegar? Que tipo de família nós queremos construir neste País? É verdade que há uma crise ético-moral.

Mas por que também não falar da crise política que nós enfrentamos neste País? Vejam o momento que nós estamos vivendo. E eu queria dialogar sobre esse tema com os senhores. Nós estamos vivendo um momento crítico, difícil, em que até a segurança jurídica de um Estado Democrático de Direito está ameaçada.

Olhem o caos a que nós chegamos!

Eu queria que você dialogasse comigo neste momento, e você sabe que o que eu estou dizendo é verdade, porque você experimenta isso na pele também. Nós estamos vivendo um momento no Brasil em que a segurança jurídica do Estado Democrático de Direito está ameaçada. Que segurança nós temos?

A política, por exemplo, foi criminalizada, Deputado Flavinho, que preside esta sessão. Todos os políticos agora estão no mesmo balaio, sendo considerados corruptos. A população brasileira não está conseguindo separá-los, porque a mídia irresponsável no Brasil coloca todos do mesmo balaio. Eles não têm moral, não têm coragem para separar.

Vejam se nós temos a mídia apontando: *"este aqui é honesto, este aqui não é honesto. Vamos separar alhos de bugalhos, vamos separar o joio do trigo"*. Isso nós não temos. Nós os vemos colocando que todo político é bandido, que todo político é ladrão, que todo político não presta.

E a política brasileira, Sr. Presidente, está chegando a um momento em que não há espaço para o cidadão de bem, não há espaço para o cidadão responsável. E por que não há espaço? Por causa da insegurança jurídica, do risco.

A atividade política, Sras. e Srs. Deputados, é uma atividade de altíssimo risco, porque nós temos um Judiciário no qual hoje nós não temos confiança e segurança! Eu vou dar um exemplo: o Supremo Tribunal Federal. Eu sou um operador do Direito, eu sou advogado e eu prezo o Supremo Tribunal Federal, eu entendo que uma nação não pode virar as costas e desprezar a sua máxima Corte de Justiça.

Vejam, Sras. e Srs. Deputados - isso é sabido -, a mídia não toca nisso. Ela não tem interesse, o porquê eu não sei. Que segurança jurídica tem um cidadão que se expõe para poder ajudar a população, para poder discutir os problemas da população e encontrar uma saída para os problemas da sociedade?

Vejam o que aconteceu agora, o exemplo nítido, claro e cristalino da maior Corte de Justiça do nosso País: um Ministro monocraticamente afasta um Senador do seu mandato popular, conquistado nas urnas. *"Ah, mas ele é corrupto!"*

Esperem um pouquinho! O que diz a lei? A lei diz que ele não pode ser preso, a não ser por um crime inafiançável e em flagrante. *"Ah, mas ele não foi preso. Ele foi afastado do mandato"*. Onde é que está isso? Qual é a lei? Onde está escrito isso? Mas um Ministro do Supremo afasta um Senador do seu mandato, manda-o para casa e ameaça prendê-lo. *"Mas ele é corrupto!"* Está bem, vá julgá-lo, vá ver se é corrupto.

Passados alguns dias, um Ministro da mesma Corte diz: *"Não, nós não podemos afastar um Senador do seu mandato conquistado nas urnas! Ele deve retornar para o mandato!"* Muito bem, ele retornou para o mandato, mas ficou do mesmo jeito.

A Corte não se reuniu, o Tribunal não se reuniu para decidir qual é a interpretação, qual é a jurisprudência. Como é que se vive neste País? Como é que um cidadão vai se expor? Qual a confiança que tem? Esperem um pouco! A corte se reuniu para decidir e dizer o seguinte: *"Olhem, nós não podemos afastar realmente. Não tem como afastar do mandato. Podemos afastar, mas é monocraticamente? É o Pleno que vai decidir?"* Não, simplesmente passou: *"Ah, deixa para lá!"* Como nós vamos viver num país se nós não temos confiança na sua Corte de Justiça suprema? E eu quero dizer aqui o seguinte: nós temos que nutrir respeito pelo Supremo Tribunal Federal. É claro que nós temos que nutrir respeito! É óbvio! São homens e mulheres de um conhecimento jurídico invejável. Mas o que é que está acontecendo? Estão se perdendo onde?

Mas não é só lá. Vamos para os outros tribunais. Olhem como é que nós estamos hoje. Senhoras e senhores, hoje nós temos promotor, que é fiscal da lei, que é dentro do mundo jurídico o acusador, usando as redes sociais como *pop stars*. Gente, o que é isso? Não existe mais nenhum critério? Esperem um pouco! Isso é legal? Isso é certo? Juízes estão discursando, dando entrevistas e falando do processo como se... Esperem um pouco, gente! Vamos moralizar isso! Não é bem assim. *"Mas o que não presta é a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Congresso Nacional. São os políticos que não prestam."* Esperem aí! Não é bem assim, não. Separem o joio do trigo. Não é assim. Não coloquem tudo no mesmo balaio.

E os outros poderes - Executivo e Judiciário - e as outras instituições que nós temos neste País? Como é que pode? Hoje, nós temos juiz fazendo manifestação política no meio da rua. Hoje, nós temos Ministro do Supremo Tribunal Federal falando o que quer. O que é isso? Onde nós vamos parar?

Aí, todos ficam cobrando uma reforma política, Sr. Presidente: "e a reforma política?", como se a reforma política fosse salvar o Brasil, como se o nosso sistema político não prestasse.

Eu sou membro de Comissões de reforma política desde o meu primeiro mandato. É um tema que me interessa muito. Vejam bem, o nosso sistema não é ruim assim, não. Mas criaram um problema com o sistema. *"Nós temos que fazer uma reforma política, porque o nosso sistema não presta, porque o nosso sistema é ruim."*

Como é que o sistema não presta? O sistema está aí, está evoluindo. *"Ah, há correções de rumo para fazer"*. Claro, há correções, sim, para fazer. Vamos fazer as correções.

Vejam as reformas políticas que vieram para cá, e nós não demos conta de reformar nada. Vejam...

**O Sr. Arthur Lira** - V.Exa. me permite um aparte, Deputado?

**O SR. RONALDO FONSECA** - Com prazer.

**O Sr. Arthur Lira** - Deputado Ronaldo Fonseca, primeiro, quero cumprimentar V.Exa. pela forma serena como aborda temas tão polêmicos e atuais. Hoje, nós estamos realmente enfrentando uma série de dificuldades no nosso País que, cada vez mais, vão se avolumando. Eu já estou nesta Casa, Deputado Ronaldo, há 27 anos. Estou cumprindo o meu sétimo mandato, enviado pelo povo do Amazonas, pelo meu povo amazonense. E realmente, há muitos anos, nós estamos tentando - vou só abordar um tópico do seu pronunciamento - a reforma política. Toda época de pré-campanha eleitoral, *"vamos fazer a reforma política"*. E ela não acontece. Agora, vai ser ainda pior, porque nem arremedo de reforma vai sair. V.Exa. sabe disso. Eu até sou simpático à tese do distritão, porque acho que o povo vota e, logo depois, não sabe quem foram os Deputados que ele elegeu. Isso se dá exatamente por causa do sistema proporcional. Alguém tem uma votação enorme e, pelo coeficiente eleitoral, leva Deputados com poucos votos. Então, na minha avaliação, o distritão tinha esta vantagem de mandar para o Congresso os mais votados. Aí, você não tinha como dizer: *"Mas esse aí não foi quase votado. E veio por quê?"* Veio porque alguém teve uma votação muito expressiva e, através do coeficiente eleitoral, trouxe esses nomes. Parece-me que nem o distritão, nem nenhum outro sistema vão agora vigorar. Vamos continuar com o sistema proporcional. Eu acho, Deputado Ronaldo, que devíamos fazer um esforço para tentar um caminho quanto ao financiamento. Podia ser um financiamento misto em que o financiamento público fosse apenas aquele dirigido aos partidos políticos para eles fazerem os programas eleitorais, e o financiamento privado fosse responsável por uma pequena parcela dos gastos da campanha política. Na minha avaliação, se nós observássemos e obedecêssemos, rigidamente, como no passado... A doação empresarial era feita depois das convenções partidárias, com o candidato com o seu CNPJ. Claro, era muito difícil o tal do caixa dois alguns anos atrás. Depois, ficou uma coisa mais banal. Hoje, eu percebo que o Tribunal de Contas da União e o Tribunal Superior Eleitoral fizeram um grande acordo com os Tribunais de Contas dos

Estados em que os Tribunais de Contas dos Estados vão agora fiscalizar os recursos dos partidos políticos. Eu acho que isso é uma boa ideia, até para fiscalizar esses recursos que eventualmente podem vir da doação empresarial para os candidatos. Eu quero cumprimentar V.Exa. Parabéns pela abordagem segura, preparada e competente de temas tão difíceis pelos quais o nosso País está passando neste instante! Parabéns a V.Exa.!

**O SR. RONALDO FONSECA** - Obrigado pela participação.

Então, Deputado, veja que realmente nós estamos hoje tentando fazer uma reforma política que até hoje não demos conta de fazer. E agora, como V.Exa. disse, estamos correndo o risco realmente de não dar uma correção de rumos. Estão falando de um fundão dos políticos de 3,5 bilhões reais. Eu estou me manifestando contrariamente na Comissão. Eu tenho muito reserva quanto ao financiamento público. Eu entendo que tem que existir um financiamento para a campanha política, mas hoje, no momento que o Brasil está vivendo, não dá para falar em financiamento público, tem que tirar dinheiro de algum lugar para financiar a política.

Eu até disse que topo votar o financiamento público da forma que S.Exas. querem, só que os Deputados não vão ter salário depois - só isso -, vão trabalhar como sacerdotes. O.k.? Vamos fazer assim?

Assim ninguém quer. Assim não dá. Inclusive da reforma política eu sou um crítico, porque ficam dizendo o seguinte: "*O modelo alemão é não sei o quê e não sei o quê; o modelo sueco é não sei o quê e não sei o quê*". Eu não estou na Alemanha nem na Suécia. Eu estou no Brasil. Eu disse na Comissão e vou repetir aqui: "*Se querem o modelo alemão, então vão morar numa quitinete depois*". Não há problema. Querem o modelo alemão só por causa do dinheiro, do financiamento público. Querem o modelo suíço por causa do modelo distrital. Tudo bem, mas peguem o pacote inteiro e vão morar numa quitinete.

É óbvio que a cultura brasileira é uma, que a cultura alemã é outra e que a cultura sueca é outra. É óbvio que são diferentes. Qualquer pessoa sabe que é diferente. Então, não venham com essa conversa de querer comparar. Nós estamos vivendo no Brasil. E é no Brasil que nós temos que fazer proposta para esta Nação, para este povo. E a reforma política não pode complicar. Para que complicar? Para não conseguir explicar? O eleitor tem que saber o que é mais fácil para ele, o que ele entende, o que ele compreende.

Eu tenho reserva também com o distritão. O Deputado disse, inclusive, que é o mais justo. É verdade, o eleitor entende mais assim, mas se nós fizermos o distritão agora, na próxima eleição, o eleitor não vai querer, o eleitor vai querer mudar, porque o distritão é mais fácil de entender, é mais justo - parece ser mais justo -, mas o problema é que ele ignora a minoria, a minoria não chega lá. É de quem tem mais votos: quem tem mais votos entra. Então, o que vai acontecer? A renovação na política vai ficar estreita.

Eu entendo que é um sistema mais fácil de o eleitor entender, de ele compreender - os mais votados entram -, mas nós vamos diminuir o número de candidatos. É claro que nós vamos diminuí-lo, ninguém vai

colocar a cara. Aqui em Brasília, são oito; no Amazonas, também são oito. Eles veem os oito que vão ganhar as eleições e dizem: *"Estes têm voto para entrar. E eu vou lá? Vou nada!"*. A coligação, sim, ajuda. Ela ajuda a renovação. *"Por outro lado, leva quem teve menos voto"*. Tudo bem, nada é perfeito. *"Vamos buscar um sistema perfeito"*. Vamos para o distritão, então. Os quem forem mais votados entram. Na próxima eleição, estará a crítica dizendo o seguinte: *"Não houve renovação"*. E pasmem V.Exas.: na proposta da reforma política, está proposta a candidatura simultânea. Ah, isso é brincadeira! O cidadão é candidato a Governador, mas está numa lista de candidatos a Deputado. Aí, ele perde a eleição para Governador, mas ganha na lista fechada para Deputado. Eles querem fazer o sistema misto: lista fechada e lista aberta.

Isso é piada, isso é brincadeira! O cidadão brasileiro não vai aceitar um negócio desses. Isso é para o cidadão não perder. *"Sou candidato a Governador, mas, se eu perder, eu estou aqui na lista para Deputado; sou candidato ao Senado, mas, se eu perder, eu estou na lista para Deputado. Estou garantido, não corro o risco de ficar sem mandato"*. Isso não é reforma política séria, que tem que vir para esta Casa. E parece que ela nem aqui vai chegar - parece que ela nem aqui vai chegar.

Eu digo o seguinte: quer fazer uma reforma política? Ela não tem que nascer aqui dentro, tem que nascer lá fora, tem que nascer com a população. Aí, mandam para nós aqui e aqui nós vamos discuti-la, que nem aconteceu com a Ficha Limpa. Aqui não tem como. Um quer uma cor, o outro quer outra; um quer xadrez, outro quer listrado.

E outra coisa: vai cortar na carne? Ao fazerem, por exemplo, uma reforma política aqui hoje, estão pensando no quê? Só estão pensando naquilo, quer dizer: estão pensando na eleição. O cidadão diz o seguinte: *"Deixe-me ver aqui, espere um pouquinho. Deixe-me somar, deixe-me ver se eu volto. Ih, não! Isto aqui eu não quero, eu não volto"*. Aí, o outro diz: *"Não, não. Isto está bom para mim. Lá no meu Estado, está bom. Então eu volto"*. Como é que nós vamos fazer essa reforma política? Há 513 Deputados aqui, cada um querendo uma coisa, cada um querendo um negócio. É realmente complicado, é realmente difícil, mas eu entendo que nós precisamos buscar uma saída para o País. Concluindo, Sr. Presidente, gostaria de dizer o seguinte: veja o momento que nós estamos vivendo. Nós estamos com a eleição bem próxima agora, no próximo ano. E nós estamos perguntando quem serão os candidatos a Presidente do Brasil. Quem vai ocupar essa cadeira? Olha a interrogação. Aí nós estamos tentando fabricar: *"vamos fabricar"*.

Líder não se fabrica assim da noite para o dia. Uma nação, para ser bem conduzida, tem que ser conduzida por um líder que nasceu forjado, trabalhado. Não é da noite para o dia que nós vamos pegar um *pop star* e colocar lá para governar o País, não. Não é da noite para o dia que nós vamos pegar alguém que está se saindo muito bem na mídia social, porque lá não mostra a cara direito, lá não tem o contraditório, e dizer: *"está aí o pop star, esse vai ganhar a eleição"*.



Espera aí, gente! Olha a situação em que nós estamos. Quem vai ganhar a eleição? Quem é o candidato? E nós estamos praticamente a 1 ano da eleição. E quem vai ser o candidato para governar este País, de onde ele vem? Vai cair de onde, de paraquedas?

Esse é o Brasil onde nós estamos vivendo. Saindo do nacional e indo para o estadual, ocorre a mesma coisa: os Estados também estão perguntando quem vai ser candidato para ganhar as eleições.

Muito obrigado a você que me assistiu. E, com certeza, há uma saída para o Brasil, sim, através do povo brasileiro. A esperança também está em Deus e no povo brasileiro. Não tenham dúvida disso. Esse é o caminho que nós precisamos trilhar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Flavinho)** - Nós que agradecemos as palavras do nobre Deputado Ronaldo Fonseca.

---

Documento 320/516

---

239.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	31/08/2017- 11:08
Publ.: DCD - 01/09/2017 - 100	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Responsabilização do Governo Michel Temer pelo elevado déficit público brasileiro. Posicionamento do orador contrário à adoção do sistema eleitoral denominado distritão. Apoio à implantação no Brasil do voto distrital misto alemão proporcional. Defesa da criação de fundo para financiamento público de campanhas eleitorais. Conveniência da convocação de Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para a reforma política, no caso de não reformulação do sistema político-eleitoral pelo Parlamento brasileiro.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e aos dois Líderes, que abrem mão da prerrogativa de falar diretamente, para que eu possa usar esses 2 minutos.

Ontem eu usei a tribuna diversas vezes para falar deste que é o maior déficit primário da história do Brasil, produzido nesses 12 meses, de uma política econômica desastrosa do Governo Temer. Em 12 meses, este Governo gerou um déficit de 187 bilhões de reais, algo que nunca ocorreu em toda a história do País.

Hoje eu quero falar rapidamente com os colegas, com os brasileiros

sobre a reforma política. Este Parlamento, mais uma vez, parece - e tomara que eu me engane - caminhar pelo conservadorismo tradicional. Ou seja, a resposta a mais grave crise institucional da história do País, a resposta a um sentimento quase unânime do povo brasileiro, que detecta e diagnostica a falência do sistema político brasileiro - que foi e é irrigado por muito dinheiro e com muito personalismo -, a resposta que este Parlamento, ao que tudo indica, caminha para dar, Deputado Heráclito Fortes, Deputado José Fogaça, é a resposta conservadora. Ou seja, não querem mudar nada no sistema político brasileiro.

Nos corredores, aqueles que querem mudar só falam do tal do distritão. Querem o distritão a qualquer custo. E o distritão, como eu tenho dito, é um sistema eleitoral para piorar o sistema político brasileiro, para terminar de destruir os partidos e os programas, para beneficiar aqueles que detêm grande poder econômico, aqueles que são hipercelebridades ou aqueles que já são Deputados e que, portanto, têm uma popularidade maior do que candidatos novos que queiram entrar no processo de renovação. O distritão seria um desastre para o nosso País.

Eu defendo, com muita tranquilidade e convicção, que esta Câmara e o Senado deveriam ter coragem de votar o sistema distrital misto alemão, com 100% ou 98% de proporcionalidade. Esse sistema, Deputado Arnaldo Jordy, oferece um voto completo para o eleitor, que escolhe um programa político, um projeto, um partido e, a seguir, escolhe o Deputado que quer que o represente no distrito. E o sistema é 100% proporcional, porque o primeiro voto define o tamanho de cada bancada.

Se uma bancada tiver 20% dos votos programáticos, vai ter 20% das vagas de Deputado no Estado X ou Y.

Eu tenho também muita tranquilidade para defender um fundo público de valor moderado, porque a democracia não pode ser para ricos. Se não houver nenhum financiamento público, misturado, evidentemente, com o financiamento de pessoas físicas por meio da doação de baixos valores, os candidatos que representam interesses populares, dos mais pobres, não terão como concorrer. Já os candidatos ricos assinarão um cheque e pagarão a sua própria campanha. Assim, nós teremos um Parlamento cada vez mais elitizado e longe da maioria dos brasileiros. Eu agradeço e concluo dizendo isto: se este Parlamento mais uma vez se negar a dar um mínimo de reforma política para este País, nós devemos ter a dignidade de dar ao Brasil o direito de eleger uma Constituinte exclusiva e específica para fazer uma reforma política profunda e estrutural como a democracia brasileira está demandando. Muito obrigado, Presidente.

---

### *Sumário*

Relevância de matérias aprovadas pela Casa. Importância de revisão da meta fiscal. Acerto da aprovação da Medida Provisória nº 777, de 2017, acerca de substituição da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP pela Taxa de Longo Prazo - TLP, incidente nas operações de empréstimos realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Necessidade de realização da reforma política. Defesa de adoção do sistema eleitoral denominado distritão. Atribuição da crise socioeconômica na Venezuela ao sistema de governo vigente no país. Perplexidade ante o apoio do PT ao Governo Nicolás Maduro. Recuperação da economia brasileira.

---

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há uma expectativa enorme, uma ansiedade na sociedade sobre o desfecho da presente crise. Trata-se de uma crise gravíssima, de uma combinação explosiva entre a maior recessão de nossa história, uma crise de confiança, e o maior escândalo, que foi revelado pela Lava-Jato e pelas suas congêneres.

Os aspectos diversos presentes na realidade são extremamente contraditórios. Existem facetas absolutamente negativas e algumas muito positivas. O Congresso vem produzindo. Apesar de toda a instabilidade política, as propostas do Governo e as votações aqui têm avançado em questões essenciais. Nesse curto espaço de tempo nós aprovamos o teto dos gastos, a mudança do marco regulatório do pré-sal, a regulamentação da terceirização, a reforma trabalhista, a TLP - Taxa de Longo Prazo.

Nós estamos modernizando a economia brasileira, criando um ambiente que supere o atoleiro em que o Brasil foi metido, que provocou taxas negativas de crescimento de 3,8%, 3,6% e um endividamento enorme, um déficit público escandaloso.

Nós temos que fazer o ajuste fiscal. Esse é o nosso calcanhar de aquiles, além da crise de confiança pela quebra de expectativas. Nós temos que fazer o dever de casa, mas há uma retroalimentação entre crise econômica e crise política. É preciso romper esse círculo vicioso. Está em pauta a reforma política. O nosso sistema dá sinais de esgotamento. Está nas nossas mãos.

A última janela de oportunidade é o dia de amanhã. Se amanhã, terça-feira, não votarmos mudanças substantivas no processo de organização do nosso sistema partidário e eleitoral, e nas formas de seu financiamento, nós deixaremos vácuos que certamente o STF e o TSE vão suprir, e não daremos as respostas que a sociedade espera.

A liberdade é o bem mais precioso. A Venezuela está aí para nos provar isso.

Nós precisamos fazer avançar a democracia brasileira. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o resultado fiscal é um termômetro da saúde das finanças públicas. O setor público pode ser deficitário, superavitário ou equilibrado. É importante também a tendência ao longo do tempo, se determinada situação é episódica ou estrutural e crônica. O déficit fiscal tem a ver com a inflação, o nível das taxas de juros, a taxa de investimento, o patamar da dívida pública e a perspectiva ou não de um desenvolvimento sustentado.

A situação fiscal brasileira é gravíssima. E o pior é que nem na sociedade nem no Congresso, que a representa, há uma consciência clara sobre isso. O Brasil acumulou déficits nominais por 2 anos em torno de 9% do PIB. Este ano fecharemos esse índice em aproximadamente 7%. Para se ter a noção exata da gravidade, os países europeus pactuaram, quando da preparação do euro, que o limite máximo aceitável seria 3%. Entre nós parece que tudo é normal e que podemos continuar deitados em berço esplêndido.

Na última semana, fui o Relator da revisão da meta fiscal para 2017 e 2018, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e no Congresso Nacional. A notícia, que já era ruim quando relatei a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ficou pior com a deterioração do quadro fiscal. Propus o apoio e foi aprovado o aumento do déficit primário - que exclui despesas financeiras - em 20 bilhões de reais.

Quando temos uma meta na vida, um desejo ou sonho, é sempre uma ideia positiva: quero visitar Paris, Nova York ou as praias do Nordeste todos os anos; quero trocar sempre meu carro; quero formar meu filho na melhor faculdade. Ninguém tem como meta ficar doente todos os anos. Aí é que as palavras nos traem, a nova meta reflete a piora do quadro, um déficit maior.

Portanto, a revisão da meta fiscal não é uma questão de desejo, opinião ou torcida, não é campo de disputa política. É mero reconhecimento de uma realidade dada, um raio-X da tragédia fiscal brasileira.

A antiga meta tinha parâmetros e pressupostos que se frustraram. As receitas ficaram abaixo do esperado pela inflação muito baixa e a lenta retomada do crescimento. A repatriação ficou muito aquém do projetado. O Congresso alterou radicalmente o REFIS e a proposta de reoneração fiscal. Receitas extraordinárias, fruto do programa de desestatização, ficaram postergadas.

Quando se tem um desequilíbrio crônico só há quatro saídas possíveis:

vender patrimônio para bancar o déficit corrente, aumentar impostos, cortar despesas ou aumentar o endividamento. Venda de ativos e endividamento têm limites claros e não se sustentam em longo prazo. A sociedade não tolera aumento da carga tributária, já muito alta. Cortar despesas não é fácil, mas inevitável.

Para se combater uma doença, o primeiro passo é ter o diagnóstico correto, encarar o problema no tamanho real, sem maquiagens. É isso o que fizemos.

Não ajustar as contas públicas é decretar para o Brasil um eterno voo de galinha, com níveis de investimento medíocres e taxas de crescimento da renda, do produto e do emprego ridículas.

A escolha é nossa!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em meio às permanentes notícias sobre a corrupção endêmica que abraçou o País, a ebulição em torno de mais uma tentativa de reformar o sistema político e as dúvidas relacionadas à estabilidade política necessária para o prosseguimento do processo de mudanças e reformas estruturantes, a economia começa a esboçar, ainda que timidamente, a geração de boas notícias.

Uma conceituada revista semanal, especializada em economia, estampou na capa do final de semana a manchete: *Recuperação começou*. E qualifica abaixo: *"O desemprego cai 5%. As vendas de carro sobem 4%. A exportação está em alta. Um conjunto de dados mostra que a economia brasileira toma um primeiro impulso e tem tudo para engatar o crescimento - desde que a política não estrague"*.

É evidente que há um abismo a separar a sociedade e o sistema político. A política não tem sido fonte de boas notícias. Mas é também verdade que apenas o sistema político pode produzir decisões para nos tirar do atoleiro em que o Governo Dilma meteu o País.

E o tem feito. A recente revolução produzida nas regras que regem as relações trabalhistas começará a gerar efeitos positivos no emprego e na produtividade. As mudanças no marco regulatório do pré-sal e a reengenharia gerencial na PETROBRAS começam a redinamizar o setor. O agronegócio continua dando *show* de competência, inovação e resultado. O novo marco da mineração enviado ao Congresso deve modernizar o segmento.

Na última semana, a Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória nº 777, de 2017, que substitui a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP pela Taxa de Longo Prazo - TLP nas operações do BNDES, apontando no rumo da democratização da taxa de juros, na maior transparência nas relações Tesouro Nacional e BNDES, na redução dos subsídios que a sociedade transfere para as empresas dentro da política de incentivo aos investimentos.

A experiência recente demonstra a ineficácia de certas políticas de indução ao desenvolvimento. O recente PSI - Programa de Sustentação do Investimento consumiu, em 5 anos, 500 bilhões de reais que poderiam ter ido para saúde, educação, saneamento ou segurança. No entanto, as taxas de investimento - FBKF - caíram, e o

Brasil experimentou a maior recessão de sua história. A medida revela uma visão renovada do capitalismo contemporâneo. Precisamos nos libertar do capitalismo cartorial, da cultura da "sociedade da meia-entrada", da tutela estatal, e acordar para o empreendedorismo, a inovação, a competitividade, a inserção na economia global, além de respeitar as sinalizações de mercado. A redução dos subsídios é necessária neste momento de grave crise fiscal. Não é justo o contribuinte transferir renda para empresas que são subsidiadas e não investem com capital próprio. Não é justo que o patrimônio dos trabalhadores, o FAT, que arca com o abono salarial e o seguro desemprego, seja remunerado muito abaixo das taxas de mercado. A aprovação da MP 777 é mais um passo para a retomada do desenvolvimento. Que a política não atrapalhe.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o diagnóstico é consensual, o sistema político, eleitoral e partidário brasileiro chegou a um esgotamento irreversível. A falta de consistência das regras do jogo levou a um modelo de organização caro, distante da sociedade, pulverizado, de baixa densidade programática, clientelista e patrimonialista ao extremo.

A democracia moderna pressupõe a existência de um parlamento, poderes autônomos e independentes, partidos políticos, eleições e candidaturas. A sociedade, na impossibilidade de exercer a democracia diretamente, delega o poder para uma representação que decide os destinos e governa em seu nome. No mundo contemporâneo são cada vez mais presentes e desejáveis mecanismos de participação direta da cidadania. Mas isso não substituiu o sistema decisório representativo. Não há sistema de representação perfeito, a delegação reflete regras e filtros que distorcem, por mínimo que seja, a tradução verdadeira do desejo direto dos cidadãos. A democracia é invenção histórica humana e, como tal, comporta virtudes e pecados. Mas à luz de experiências autoritárias como as da Coreia do Norte, da Venezuela e de Cuba, é fácil chegar a uma conclusão óbvia: se a política vai mal no Brasil, pior sem ela, sem a liberdade e a democracia.

Na semana passada, a Comissão Especial da Reforma Política aprovou mudanças importantes no sistema de escolha da nossa representação parlamentar, adotando em 2018 o modelo do voto majoritário conhecido como distritão, em que vão para o Congresso os mais votados e, em 2022, o voto distrital misto.

Desde o nascimento da democracia moderna, dois sistemas clássicos emergiram. O distrital puro, em que o Deputado é eleito num pequeno território em eleição majoritária - como na eleição de prefeitos -, e cada partido lança um único candidato, gerando uma grande proximidade entre eleitor e eleito, mas sacrificando a representação das minorias temáticas.

O outro é o proporcional em lista, que privilegia as ideias e o programa partidário, mas é um tanto impessoal e dá peso excessivo às cúpulas partidárias. A Alemanha no pós-guerra fez a síntese saneadora,

introduzindo o voto distrital misto, em que metade dos Deputados é eleita ancorada no programa partidário refletido na lista, e a outra metade ancorada no território, nos distritos. Com isso, acentuam-se as qualidades dos dois sistemas clássicos, e atenuam-se os defeitos. Mas só será possível introduzir esse sistema no Brasil em 2022.

Para 2018, faremos a transição através do distritão, onde há um esvaziamento evidente dos partidos e o realce do papel do indivíduo. Não é um bom sistema, mas nas circunstâncias a que chegamos é melhor do que o atual, que produziu a presente crise. Não era possível nenhuma territorialização do voto.

Teremos que votar ainda no plenário da Câmara e do Senado. Não será fácil porque, sendo emenda à Constituição, precisa do apoio de 308 deputados. Mas permanecer com as atuais regras beira a irresponsabilidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: *"Liberdade - essa palavra que o sonho humano alimenta: que não há ninguém que explique, e ninguém que não entenda"*. (Cecília Meireles.)

A democracia é um valor universal. A liberdade é uma conquista contemporânea. Não pode ser relativizada. Não é meio, é fim em si mesmo. É inegociável. É patrimônio coletivo e princípio básico. Impossível ficar insensível, impassível, diante das cenas dramáticas que diariamente recebemos pelas redes sociais e que brotam dos celulares da juventude venezuelana. Cenas às vezes inacreditáveis, que parecem vir das telas de cinema, dos filmes de ação mais violentos. Jovens que levantam alto, com coragem e amor ao país, a bandeira da liberdade, assassinados, fria e cruelmente, nas ruas e praças das principais cidades. Pessoas indefesas sendo fuziladas a céu aberto pelas forças da repressão e pelas milícias bolivarianas. Já são mais de cem mortos e milhares de feridos frutos da violência criminosa contra as manifestações populares.

Líderes opositoristas são presos ou cerceados em suas liberdades básicas. A imprensa é censurada. A liberdade de organização e expressão é substituída pela mais odiosa ditadura.

A ditadura populista de Chávez e Maduro produziu o maior desastre econômico da história venezuelana - desorganização do sistema, desabastecimento, hiperinflação, aumento da miséria, fome. Milhares de venezuelanos penetram as fronteiras de Roraima diante da desesperança e da falta de horizonte produzidos pelo chavismo.

Relatos comoventes transbordam na TV. Alguns refugiados dizem ter perdido 30 quilos desde o começo da crise.

O fenômeno bolivariano na Venezuela é complexo e instigante. A ideologização da sociedade foi levada ao extremo, e o autoritarismo tem uma significativa base de massas, mobilizada não só pelas ideias, mas pelos privilégios comprados pelos petrodólares.

A última jogada de Maduro para se perpetuar no poder e instalar uma ditadura aberta foi a convocação e instalação de uma "Constituinte" paralela à Assembleia Nacional, erguida a partir do desrespeito ao voto universal e de uma matriz corporativa profascista, visando fundar a

"nova ordem bolivariana".

Diante do absurdo quadro de desrespeito à democracia e aos direitos humanos, é de cair o queixo a postura da esquerda brasileira, particularmente do PT. É inacreditável que a Presidente do PT, Senadora Gleisi Hoffmann, tenha deixado cair a máscara do autoritarismo e manifestado oficialmente que "Maduro é vítima" e que o PT "manifesta seu apoio e solidariedade" ao Governo Maduro, que está exposto a uma "violenta ofensiva de direita".

A liberdade, a paz, a democracia, os direitos humanos não são de direita ou de esquerda. São conquistas civilizatórias da humanidade. Mas o PT não entende isso e se mancha com o sangue dos jovens assassinados nas ruas de Caracas.

---

Documento 322/516

---

242.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	04/09/2017- 19:54
Publ.: DCD - 05/09/2017 - 124	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Descrença do orador na realização da reforma política pela Câmara dos Deputados. Defesa da extinção de coligações partidárias nas eleições proporcionais e da criação de cláusula de barreira para os partidos políticos.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, pelo que estou vendo, não vai sair reforma política nenhuma, desse mato não sai coelho. Vergonhosamente, a Câmara dos Deputados tapa o sol com a peneira, esconde-se daquilo que é necessário, fundamental para arrumar minimamente a Casa.

Eu venho dizendo há dias, há meses, aliás, há anos que, na reforma política nesta Casa, bastariam duas medidas: a primeira delas, proibir coligação nas eleições proporcionais; a segunda, uma cláusula de barreira. Se acharem que é demais uma cláusula de barreira, basta simplesmente proibir a coligação na eleição proporcional e já está feita a reforma política. Dos atuais 40 partidos, vão sobrar 20. Dos atuais 40 partidos que há no Brasil proibindo coligações nas eleições proporcionais, na primeira eleição, sobram 20. Na segunda eleição, dos 20 partidos, sobram 10.

E já está organizada a Casa, porque o absurdo do exagero do número



de partidos está desviando o debate político e desmoralizando inclusive a classe política e o próprio Congresso Nacional.

Mas esta Casa não tem coragem de proibir a coligação nas eleições proporcionais. É uma covardia! Os Deputados só olham para o próprio umbigo, só enxergam a si mesmos! Parece que estão olhando para um espelho como se só existissem eles mesmos! É uma vergonha! Sabem o que vai acontecer? O Supremo Tribunal Federal vai fazer o que os Deputados não têm coragem de fazer! O Supremo vai proibir coligação nas eleições proporcionais!

---

Documento 323/516

---

013.3.55.N	Sessão Extraordinária - CN	05/09/2017-20:20
Publ.: DCN - 06/09/2017 -		ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### *Sumário*

---

**A SR<sup>a</sup> ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) - Eu vou falar daqui mesmo, Sr. Presidente, primeiro para dizer que, com relação a esta sessão que conclui a discussão das metas fiscais, nós temos que ter a compreensão de que, infelizmente, o Governo atuou de maneira a mandar um orçamento fictício, que agora se constitui na manutenção de uma peça perversa que aponta para o contingenciamento e cálculos feitos de maneira imprecisa sobre saúde e educação no Brasil.

Objetivamente, essa emenda faz com que possamos calcular o gasto *per capita* com educação, que, na nossa compreensão, não é gasto, é investimento. Nós gostaríamos efetivamente que isso fosse calculado de forma que não houvesse redução dos recursos para educação no Brasil, que já está tão combatida. Vide hoje essa recomendação do Ministro da Fazenda para acabarem as universidades cariocas, para fechar a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

Imaginem, a educação brasileira, as universidades federais podem não chegar funcionando até o fim do ano. Hoje mesmo uma comissão da bancada da Bahia foi ao Ministro Mendonça, porque expandimos as instituições, que agora não têm verba para custeio. Isso não se pode atribuir ao Governo passado. Já temos 1 ano com orçamento de Temer.

Infelizmente, essa emenda é perniciosa para a educação brasileira, assim como pernicioso é o próprio Governo. Agora estamos vendo a sucessão de escândalos. As malas precisam ser, na verdade, esclarecidas. É preciso saber quem é ou quem são os donos das malas do Bairro da Graça, em Salvador. O ex-Ministro Geddel, apontado como alguém que tem relação com o apartamento, foi muito duro com a Presidenta Dilma. Foi às manifestações contra a corrupção exigir moralidade, apontar o dedo para denúncias que ainda estavam sob investigação. Agora, vejam a situação!

Esta situação é ruim para toda a política brasileira. Mas, para tirar os holofotes, remexe-se um caso já dormido, completamente requentado, e se coloca o nome de Lula de novo, para aplacar a foto das malas, para esconder a contagem do dinheiro na Polícia Federal. O que é isso? Onde é que nós estamos? Quer dizer que tem que ter isonomia de denunciamento no Brasil? É preciso chegar a uma conclusão sobre isso. E nós entendemos que a conclusão é fazer uma reforma política democrática.

Por isso, hoje o PCdoB votou no texto principal da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, mas ressaltamos que o principal para nós é votar os destaques que foram ressaltados para manter coligação, para exercer uma cláusula de desempenho gradual que possa, de fato, depurar partidos reais de partidos fictícios, mas, ao mesmo tempo, permitir a preparação dos partidos para enfrentar uma eleição sem coligação.

Por último, quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nada dessas denúncias nem das pretensões de elitizar mais ainda a política brasileira com distritão e suas derivadas impede a segunda denúncia contra Temer. Nós estamos esperando. Espero que este Parlamento tenha altivez, independência, dignidade para aceita-la, para que o Supremo Tribunal Federal possa analisá-la e julgar o Presidente culpado ou inocente. Mas a denúncia deve ser acatada. Esperamos com ansiedade a sua chegada.

Portanto, o PCdoB...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 324/516

---

246.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/09/2017- 17:14
Publ.: DCD - 06/09/2017 - 234	CARLOS ZARATTINI-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Esclarecimento sobre o acordo de procedimentos para a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, acerca da vedação das coligações nas

eleições proporcionais, o disciplinamento da autonomia dos partidos políticos e o estabelecimento de normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.

---

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu queria tentar explicar à população que está nos ouvindo e a todos aqui o acordo que foi feito no procedimento de votação. Esse acordo é muito importante. Em primeiro lugar, nós vamos votar essa emenda constitucional, a PEC 282, que avança em dois pontos importantíssimos na reforma política.

O primeiro ponto é a questão das coligações. A PEC, na forma que veio do Senado, previa que o final das coligações se daria a partir das eleições de 2020. Com isso, haveria uma transição em 2018, e todos os partidos poderiam se organizar e se preparar para um novo momento, em que não seriam mais possíveis as coligações.

E as coligações realmente são uma distorção do sistema eleitoral, porque o eleitor vota no candidato de um partido que está coligado com outro partido, mas aquele seu candidato muitas vezes não é eleito, e o candidato de outro partido, que depois até pode desfazer a coligação e a aliança, acaba sendo eleito. Essa é uma distorção muito séria, e essa PEC resolve esse problema grave do sistema eleitoral brasileiro.

O segundo ponto é que essa PEC também prevê que nós tenhamos a implantação das chamadas cláusulas de desempenho, ou seja, um percentual mínimo de votos. Todos os partidos que o ultrapassarem terão direito ao tempo de rádio e de televisão e terão direito a acessar o fundo partidário.

Por que isso é importante? Porque nós estamos vendo uma verdadeira proliferação de partidos em nosso País, muitas vezes com o único objetivo de colocar a mão nesses recursos e de comercializar o tempo de rádio e TV. Essa PEC é meritória também porque resolve esse problema, inclusive estabelecendo uma escadinha: a partir de cada eleição, esse percentual aumenta de 1,5% dos votos para 2%, para 2,5%, para 3%. Isso quer dizer que em quatro eleições os partidos, para acessarem o fundo partidário e o tempo de rádio e TV, vão ter que ter 3% dos votos. Com isso, nós vamos garantir uma representatividade efetiva no Congresso Nacional. Isso é muito importante.

É importante também nós adotarmos esse procedimento - que foi um acordo feito aqui entre vários partidos - com que votaremos no texto principal agora.

Na terça-feira, vamos retomar a PEC 77, relatada pelo Deputado Vicente Candido. Lá vamos votar, em primeiro lugar, o sistema eleitoral.

Alguns aqui defendem o chamado distritão. Nós temos total desacordo com esse sistema. Esse é um sistema que vai privilegiar a manutenção dos atuais detentores de mandato. Nós não concordamos com isso,

porque vai transformar o Parlamento numa representação pessoal, e não numa representação partidária. Além do mais, isso impede a renovação política. Portanto, nós vamos também nos manifestar contrariamente ao distritão.

Depois vamos votar, com vigência a partir de 2020, a aprovação ou não do chamado voto distrital misto. Inclusive, vamos precisar discutir muito bem essa questão para que possamos ter um acordo. Com essa votação, nós vamos verificar se o processo de transição do sistema eleitoral será feito pela adoção do sistema chamado distritão ou pela manutenção do sistema proporcional, conhecido há mais de 80 anos. Nós do PT vamos defender o sistema proporcional.

Por fim, vamos defender que, ao votarmos os destaques desta PEC que nós estamos apreciando hoje, nós aprovemos o destaque do PPS, que vai permitir que se façam coligações em 2018. Para que? Para que excepcionalmente façamos essa transição de modelo eleitoral. Os partidos vão precisar se organizar, vão precisar valorizar lideranças políticas, para que efetivamente tenhamos condições de formar chapas desses partidos. Evidentemente, o afinilamento da cláusula de desempenho vai fortalecer os partidos, vai permitir que tenham maiores lideranças e que elas não se dispersem em um conjunto de mais de 40 partidos, como é a perspectiva para 2018.

Portanto, a aprovação da PEC que nós estamos votando agora, a manutenção das coligações em 2018 e a aprovação de um novo sistema eleitoral a ser adotado a partir de 2020, efetivamente, representam uma reforma política da maior importância.

Mas nós não queremos deixar de defender claramente a necessidade de mudança no modelo de financiamento eleitoral do Brasil. Nós estamos vendo fotos de malas de dinheiro, nós estamos vendo o escândalo da JBS, que se avoluma a cada dia, nós estamos vendo ene problemas que surgiram e que contaminaram e desacreditaram o sistema político, assim como desacreditaram os partidos, os Deputados e os Senadores. Nós temos, então, que resolver esses problemas.

E esse problema não se resolve apenas com a doação das pessoas físicas, visto que a doação financeira das pessoas jurídicas está proibida pelo Supremo Tribunal Federal e não existe perspectiva de que volte. Portanto, nós defendemos que, além da doação das pessoas físicas, haja um sistema de financiamento público. Por quê? Por um motivo muito simples: se houver apenas doações de pessoas físicas, os mais ricos terão uma campanha maior, mais ampla, uma campanha esmagadora sobre os candidatos mais pobres, sobre os partidos com menos recursos. O que vai igualar, o que vai nivelar as campanhas políticas é exatamente o financiamento público, que vai garantir que tenhamos maior igualdade.

Eu não posso concordar com aqueles que falam: *"Cada candidato pode colocar o quanto quiser de dinheiro na campanha"*. Vimos nas últimas eleições candidatos como o João Doria, que colocou 6 milhões de reais na sua própria campanha. O candidato do meu partido, o Haddad, não tinha condições de colocar 6 milhões de reais, até porque nem esse patrimônio ele tinha.

E também não podemos concordar que um doador faça doação do tamanho que bem entender, sem limites. Precisamos estabelecer limites de doação, limites de autofinanciamento e teto de campanha. E quero acrescentar: o teto deve ser baixo. Precisamos reduzir o custo das campanhas. Precisamos estabelecer um custo baixo de campanha, exatamente para que se valorize o quê? A preferência do eleitor, a preferência e a discussão, e não a supremacia dos gastos esmagadores de campanha sobre aqueles que não têm condições de fazer campanhas ricas.

Portanto, estabelecer limites ao financiamento privado oriundo de pessoas físicas, estabelecer limite de gastos e estabelecer o financiamento público são garantias de eleições mais democráticas. Essa é a nossa batalha. É isso que o Partido dos Trabalhadores vai defender daqui até o fim dessas votações.

Queremos também garantir aos senhores e às senhoras que não podemos admitir um sistema jabuticaba como o distritão, que só é usado lá no Afeganistão. Nós precisamos de um sistema proporcional, que permita a participação das correntes minoritárias na sociedade, que permita a representação de todos os tipos de visão e que transforme, de fato, este Congresso. (*Palmas.*)

---

Documento 325/516

---

246.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/09/2017-17:14
Publ.: DCD - 06/09/2017 - 258		ORLANDO SILVA-PCDOB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Encaminhamento da votação do substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, sobre a proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais, a regulamentação da autonomia dos partidos políticos, o estabelecimento de normas sobre fidelidade partidária, o funcionamento parlamentar dos partidos políticos e o estabelecimento de normas de transição..

---

**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) -  
Agradeço ao meu colega de bancada, o Deputado Assis Melo, pela oportunidade de poder fazer uso da tribuna neste momento.  
Sras. Deputadas, Srs. Deputados, primeiro, eu quero fazer uma homenagem à Deputada Shéridan pela dedicação que teve na construção do texto que veio ao exame do Plenário neste momento. Fui testemunha de sua dedicação, do seu empenho, do diálogo que ela

travou com as várias bancadas, sustentando, inclusive, o entendimento feito no diálogo entre Câmara e Senado.

Quero cumprimentar os Líderes que se empenharam para produzir o entendimento - um entendimento que ganha forma na votação desta emenda à Constituição e que pode alterar o sistema eleitoral e financiamento na Emenda 77.

Eu espero que, ao final, nós consigamos, com isso, dar alguma racionalidade ao processo político e parlamentar, ao funcionamento desta Casa e, de alguma maneira, dialogar com a sociedade brasileira sobre a política, sobre mudanças para dar mais legitimidade à política. Digo isso, portanto, somando-me aos entendimentos feitos até aqui. Entretanto, quero registrar que, do meu ponto de vista, esses entendimentos produzirão mudanças pontuais no sistema eleitoral brasileiro, mas isso está longe, muito longe, da necessária reforma política que o Brasil precisa construir.

O Brasil precisa de um choque de democracia, reforma política para valer, que reconecte a população brasileira com o debate político, que busque construir uma representatividade de partidos, de políticos e da política.

Eu insisto nisso, porque considero que é uma espécie de arremedo, um simulacro de reforma política o que foi produzido até aqui. Apoio o entendimento, mas registro que se trata de ajustes pontuais no sistema de votação, muitas vezes contaminado com a luta para a perpetuação no poder de alguns.

Considero que este Parlamento ainda vive o desafio de construir medidas que estimulem a democracia direta. Não há reforma política sem participação direta da sociedade. Ano sim, ano não, o Brasil realiza eleições. Toda a população é chamada às urnas. Por que não permitir que a população, de modo direto, se manifeste na forma de plebiscitos, de referendos, sobre temas chaves da vida nacional? Seria uma forma de nos reconectarmos com a população, seria uma forma de retomar o sonho, a motivação para a política que muitos jovens deixam de ter, pelo que se vê no noticiário e também pelo sistema político que produzimos, que é um sistema excludente, um sistema que produz um Parlamento que não é a cara do Brasil. Enquanto os Paramentos não tiverem mulheres na proporção que existe na sociedade, negros, trabalhadores, enquanto o Parlamento brasileiro parecer o Parlamento da Europa, nós estaremos longe de nos reconectarmos com a sociedade brasileira.

Por isso, eu considero que temos que enfrentar esse debate. Não haverá tempo até as próximas eleições, mas é um debate vivo. Espero que nós façamos um debate franco sobre a necessidade de financiamento público de campanha, para que possamos produzir um ambiente mais equitativo nas disputas políticas. Espero que façamos mexidas no sistema eleitoral que reforcem partidos, que reforcem a democracia, porque vejo aparecer como panaceia a cláusula de desempenho, a cláusula de barreira.

Meus amigos, o problema do Brasil não são os pequenos partidos. Os grandes partidos do Brasil, assim chamados pelo número de

Parlamentares, são os grandes protagonistas das crises que o nosso País vive.

Falam do fim das coligações como panaceia. Meus amigos, não é obrigatória a coligação, é facultativa! Coliga-se quem quer. Essa é uma alternativa dos partidos.

Portanto, eu reconheço que o limite é muito grande para operarmos a reforma política necessária, mas quero crer que, passada a urgência, a premência dessa fase, devemos seguir debatendo medidas para reconectar a política, os políticos e os partidos com a sociedade brasileira para fazermos uma verdadeira reforma política.

---

Documento 326/516

---

244.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/09/2017- 11:50
Publ.: DCD - 06/09/2017 - 44	AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Expectativa de votação da proposta sobre a proibição das coligações partidárias nas eleições proporcionais e o estabelecimento das chamadas cláusulas de barreira. Inadmissibilidade de apreciação da proposta de financiamento público de campanhas eleitorais.

---

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA** (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a pauta do dia de hoje contempla a votação da PEC que proíbe ou impede as coligações nas eleições proporcionais e, ao mesmo tempo, estabelece cláusulas de desempenho dos partidos políticos, a famosa cláusula de barreira. Temos esperança de que esta matéria seja votada hoje, porque se trata da única matéria, entre todas as discussões que foram feitas sobre a reforma política nesta Casa, que tem chance de apreciação. Inclusive, ela é muito importante para que se reduza o número de partidos políticos.

Não vamos trazer à votação a proposta de financiamento público de campanha, porque isso é, neste momento, absolutamente inadmissível no País.

---

Documento 327/516

---

244.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/09/2017- 11:50
------------	--	----------------------

---

### *Sumário*

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 282-C, de 2016, sobre a proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais, a regulamentação da autonomia dos partidos políticos, o estabelecimento de normas sobre fidelidade partidária, o funcionamento parlamentar dos partidos políticos e o estabelecimento de normas de transição. Maior participação de mulheres, negros e trabalhadores no processo eleitoral. Posicionamento do PCdoB contrário à criação de cláusula de barreira ou cláusula de desempenho para partidos políticos. Defesa de restabelecimento, pelo Plenário, de pontos acordados com a Deputada Shéridan, Relatora da proposta de reforma política na Comissão Especial.

---

**O SR. ASSIS MELO** (PCdoB-RS. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, este é um tema que na verdade nós estamos aqui a percorrer vários tempos, e o tempo que nos reserva aqui, Sr. Presidente, é o tempo presente. Ficar olhando tanto para trás ou para frente, além do nosso tempo, talvez seja um pouco difícil para nós chegarmos a um acordo.

Este Parlamento prima pela busca sempre do acordo. Nós, o PCdoB, Sr. Presidente, ao longo da sua trajetória no Parlamento brasileiro sempre primou pela democracia e pelos direitos da sociedade, dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Por isso mesmo, nós entendemos que numa reforma política ou eleitoral se deveria levar em conta, sim, uma participação maior das mulheres, maior representatividade dos negros, das negras, dos trabalhadores e das trabalhadoras. Nós entendemos que uma reforma política deveria ter esse ponto, esse pano de fundo.

Desse modo, nós procuramos construir um acordo aqui. Dois pontos importantes para nós, Sr. Presidente, são a questão da coligação e a da cláusula de barreira. E nós, do PCdoB, para chegarmos a um acordo, refutamos a cláusula de barreira ou cláusula de desempenho e procuramos construir um acordo.

Por essa razão, esperamos, sim, que aqueles pontos que foram acordados ainda com a Deputada Shéridan, antes de serem votados na Comissão, possam ser restabelecidos aqui no plenário. É para restabelecer o acordo e não a votação que saiu da Comissão, porque ali não era, de fato, o que havia sido acordado com as Lideranças do partido ou a maioria delas.

Sr. Presidente, o que nós precisamos é que os acordos sejam garantidos, senão, como nós vamos trabalhar aqui?

Não há razão, no nosso entendimento, para que questões essas importantes do ponto de vista que nós estamos colocando aqui, não só



a questão de um fundo democrático, de um fundo público, mas de fato as eleições, tenham uma regra, pelo menos do ponto de vista financeiro igual para todos. No nosso entendimento, quando já colocamos a nossa opinião contrária ao financiamento empresarial, era para retirar esse desequilíbrio financeiro que vem trazendo nas eleições e buscar a questão de um fundo público que tenha, sim, uma garantia mínima de criar um equilíbrio e transparência sobre isso. Nós do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, temos posição favorável a isso, como, de fato, temos também posição clara contra questões que não avançam do ponto de vista da democracia e da garantia dos direitos do eleitor.

É preciso, cada vez mais, haver a possibilidade, sim, de o eleitor ser o agente político da decisão de colocar aqui o seu representante.

Por isso, Sr. Presidente, é que nós aqui nos posicionamos favoráveis a um acordo anteriormente feito antes da votação da PEC relatada pela Deputada Shéridan na Comissão, porque até nesta Comissão havia um acordo, acordo este, no nosso entendimento, lá rompido.

Por isso, o PCdoB se posiciona aqui desta tribuna sempre respeitando o acordo feito pelas Lideranças, feito pelos Líderes partidários, porque aí é que nós avançamos do ponto de vista de buscarmos algum entendimento para podermos votar o mínimo de reforma eleitoral neste Parlamento no dia de hoje.

Sr. Presidente, era isso.

Obrigado.

---

Documento 328/516

---

244.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/09/2017- 11:50
Publ.: DCD - 06/09/2017 - 132	VITOR VALIM-PMDB -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Apelo aos partidos políticos de não obstrução das votações da proposta de reforma política.

---

**O SR. VITOR VALIM (PMDB-CE.** Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, antes de V.Exa. passar a palavra à Deputada Erika Kokay, eu quero só fazer um apelo a todos os partidos. Apesar da crise que estamos passando, com mala de um lado, mala de outro, acho que todos devem pagar, independentemente do partido que estejam. Quem errou deve pagar, mas o povo que está assistindo à sessão, a população, quer mudança. E a mudança passa por uma reforma

política.

Então, faço o apelo para não obstruirmos a votação, para que ela possa correr, e ganhe quem tem voto. E que não fiquemos apenas em um processo de obstrução atrapalhando e levando cada vez mais a votação para a calada da noite para depois sermos achincalhados na rua.

Então, o povo quer a reforma política, o povo não quer essa sopa de letrinhas que há aqui na Câmara Federal. E é necessária uma cláusula de barreira, porque quem não tem voto não representa o povo.

Muito obrigado.

---

Documento 329/516

---

244.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/09/2017- 11:50
Publ.: DCD - 06/09/2017 - 135	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 282-C, de 2016, sobre a proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais, a regulamentação da autonomia dos partidos políticos, o estabelecimento de normas sobre fidelidade partidária, o funcionamento parlamentar dos partidos políticos e o estabelecimento de normas de transição.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que acompanham a sessão neste momento, vou falar sobre a votação da cláusula de barreira. Normalmente qual é o argumento utilizado? O argumento é que existem muitos partidos no Brasil e partidos de aluguel. Primeiro, vou falar aqui algo que sempre é repetido pelo Deputado Chico Alencar: se existe partido pequeno não ideológico que se vende é porque existe partido grande que o compra. Nós defendemos partidos programáticos, ideológicos, que sejam escolhidos pela sociedade brasileira por aquilo que representam. Existem outras formas de se acabar com os pequenos partidos de aluguel não ideológicos, como, por exemplo, o fim da coligação proporcional, que nós topamos votar. Mas há outro elemento, outra possibilidade que facilitaria o fim dessas legendas ou, pelo menos, o não fortalecimento desse mercado de aluguel, que é a composição de uma alternativa em que o tempo de televisão não seja somado com o de quem está disputando o cargo majoritário.

Vamos falar o português claro aqui. Por que normalmente existe esse processo de negociação para determinar uma maior coligação de partidos políticos, principalmente pelas grandes legendas nacionais? Para somar o tempo de TV. Se houvesse a criação de uma regra em que essa soma não acontecesse, e com o fim da coligação proporcional, já se estaria dando um golpe nos pequenos partidos não ideológicos, que querem se instituir para a realização do balcão. Há mais um ponto que eu queria discutir com V.Exas.: o distritão. Nunca é demais repetir, porque esta matéria vai voltar a este plenário, provavelmente. O distritão favorece prioritariamente aqueles que já estão no exercício dos mandatos, uma vez que 92% dos atuais Parlamentares se elegeriam pelo modelo distritão. Diferente do que se vende para o cidadão, para o eleitor brasileiro e brasileira, não seriam eleitos aqueles mais votados, prevalecendo a vontade do eleitor. Não! Todos sabem que no sistema distritão se diminui de maneira abrupta o número de candidatos. E aqueles Parlamentares ligados às cúpulas partidárias dos maiores partidos serão priorizados, tanto com relação aos recursos administrados quanto na possibilidade de candidatura. Então, o eleitor não fica com um número maior de candidatos para votar nas eleições. Ele fica com um número menor, Deputada Zenaide. É isso que vai acontecer. Além disso, meus amigos e minhas amigas, qual é a proposta objetiva que o PSOL apresenta em relação ao financiamento eleitoral? Nós, historicamente, sempre defendemos o financiamento público de campanha. Achemos que o pior dos cenários é o financiamento empresarial, com empresas de poder econômico cooptando a representação. Defendemos um financiamento público que seja modesto, com adequações ao fundo partidário, com um teto estabelecido para doações de pessoa física e para o autofinanciamento e com uma distribuição mais igualitária desses recursos, não privilegiando os grandes partidos em detrimento dos pequenos partidos. A campanha tem que ser programática, ideológica, com os debates sendo aquilo que vai fortalecer o centro de decisões do eleitor, do cidadão brasileiro e da cidadã brasileira. Temos que discutir esses pontos com profundidade. Essa é a posição do PSOL.

---

Documento 330/516

---

244.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/09/2017- 11:50
Publ.: DCD - 06/09/2017 - 137		MARCON-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

*Sumário*

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 282- C, de 2016, sobre a proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais, a regulamentação da autonomia dos partidos políticos, o estabelecimento de normas sobre fidelidade partidária, o funcionamento parlamentar dos partidos políticos e o estabelecimento de normas de transição.

---

**O SR. MARCON** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para mim, nós estamos encerrando um jogo em relação à reforma política, porque já vem o mês de outubro e, nos últimos minutos, estamos tentando aprovar alguns pontos da reforma política.

Eu vejo que o financiamento público de campanha e o teto de gastos de campanha são fundamentais para a democracia brasileira.

Precisamos de financiamento público, mesmo que tenham tentado distorcê-lo com aquele volume de dinheiro que foi discutido na Comissão Especial da reforma política.

O financiamento privado termina naquilo que nós vimos hoje com a atuação da Polícia Federal em relação ao Sr. Geddel, amigo, companheiro e ex-Ministro do Presidente da República sem voto Michel Temer.

Isso é uma vergonha para o Brasil, é uma vergonha! Quem defende financiamento privado por empresas concorda com aquelas 15 malas de dinheiro do ex-Ministro e parceiro do Presidente da República, que foram hoje encontradas.

O engraçado é que Geddel estava preso como ladrão, como propineiro, acusado de lavagem de dinheiro. No entanto, o Presidente da República sem voto se articulou com o seu assessor jurídico Gilmar Mendes, do Supremo, para soltar este que hoje envergonha mais uma vez o nosso País: o Geddel, do PMDB.

Por incrível que pareça, 15 malas foram encontradas e 15 é o número do PMDB, do chefe da quadrilha deste País. Respeito a turma do PMDB que não concorda com tudo isso que nós vimos hoje, mas aqueles que não se manifestam concordam. Isso é ruim para a política.

É por isso que nós precisamos do financiamento público de campanha e do teto para volume de gastos. É por isso também que sou favorável ao fim das coligações. Eu concordo com o Deputado Glauber Braga. Existem muitos partidos de aluguel. Muitos caciques brigam entre si, saem de suas legendas e formam novas siglas, para fazer as suas negociatas, para cobrar nas coligações majoritárias, para barganhar. Eles não sabem o que é organizar um partido. Nós precisamos de partidos ideológicos, precisamos de partidos para os 4 anos de mandato, e não só para concorrer, vender a sigla, comprar espaço, eleger Deputado e fazer negociata nesta Câmara Federal. Nós precisamos moralizar essa questão.

Eu vejo que um passo de fundamental importância para nós começarmos a disciplinar isso é terminar com as coligações. Quem

quiser concorrer vai ter que construir o seu partido, vai ter que se organizar e formar a sua bancada para disputar a eleição. Isso é preciso para que os candidatos não sejam políticos de 4 anos em 4 anos, não vendam o partido e comprem vaga para estar aqui a fim de fazer negociata.

Eu respeito muito os partidos menores, os partidos que têm uma história ideológica no Parlamento e no Brasil, como a que têm principalmente os partidos de esquerda. Mas eu não posso aceitar a situação quando eu vejo que alguns se organizam e formam partidos simplesmente para comprar vaga ou para vender o partido a fim de conseguir espaço de televisão nas majoritárias.

Por isso, sou contra as coligações. As novas regras têm que valer em 2018.

---

Documento 331/516

---

244.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/09/2017- 11:50
Publ.: DCD - 06/09/2017 - 138	DAVIDSON MAGALHÃES-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### *Sumário*

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 282-C, de 2016, sobre a proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais, a regulamentação da autonomia dos partidos políticos, o estabelecimento de normas sobre fidelidade partidária, o funcionamento parlamentar dos partidos políticos e o estabelecimento de normas de transição.

---

**O SR. DAVIDSON MAGALHÃES** (PCdoB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a discussão é sobre a reforma política. Infelizmente, no Brasil, a cada eleição, tem-se uma reforma por conveniência. Na verdade, é uma reforma eleitoral que termina por se adequar à conveniência ou à maioria reinante, não é um sistema que se discute para um contexto de vida prolongada e de aprofundamento da democracia no nosso País.

Temos a questão da coligação e dos pequenos partidos. Eu faço parte do partido mais antigo da história do nosso País, o PCdoB, que não é um partido de aluguel. Se utilizam os instrumentos de criação de partido como banco de negócios, basta inviabilizar, por exemplo, a soma do tempo de televisão. Essa é uma das maneiras. Que não se permita somar o tempo de televisão dos partidos pequenos, que são utilizados como mercadoria, como negócio, no período eleitoral, ao tempo da chapa majoritária. Com isso, um espaço importante de

negociatas seria fechado.

Portanto, o que se quer aqui não é aprofundar o processo democrático de discussão das alianças políticas. Se a coligação fosse uma coisa tão imoral, também não deveria existir para a chapa majoritária. Aliás, a negociata ocorre para beneficiar a chapa majoritária, não a proporcional.

Nesse sentido, se tiverem coerência aqueles que querem acabar com o processo de coligação, deveria haver o fim da coligação na chapa majoritária e o fim da coligação na chapa proporcional. Isso seria lógico, porque grande parte das negociatas não ocorre na composição das chapas proporcionais, e, sim, no apoio dos partidos pequenos ou dos partidos de aluguel às chapas majoritárias.

Este debate precisa se dar com muita profundidade. O Brasil é complexo. Nós temos uma realidade política diferenciada em todo o território nacional. Precisamos adequá-la à vida política nacional, e não fazermos, em cada eleição, uma reforma política de conveniência. Nós precisamos fazer uma reforma política duradoura, que leve em consideração o aprofundamento do processo democrático: a discussão dos recursos, o acesso aos recursos, o acesso ao tempo de televisão.

As televisões no Brasil são concessões públicas. Por que o Estado brasileiro tem que remunerar, pelo uso para o espaço democrático, essas empresas que recebem concessão pública? Este debate não se faz! Os espaços de utilização das TVs, que são um grande instrumento de negociatas e negociações neste País, são todos concessões públicas. Já deveria se dar, na renovação desses processos de concessão, toda a definição de que o espaço democrático para o debate plural no País nos períodos eleitorais não tivesse que ser remunerado por parte do poder público federal. Isso aprofundaria o processo democrático e a discussão das ideias.

Vejo por aí algumas propostas, por exemplo, de se retirarem os programas dos partidos políticos. Ora, nós já temos o monopólio dos meios de comunicação no Brasil! Nós não temos uma mídia democratizada, com aprofundamento do debate das ideias para o conjunto da sociedade brasileira. Não permitir que isso aconteça nos tempos partidários cerceia, cada vez mais, o debate e faz com que se tenha uma visão monolítica, única, sobre a realidade brasileira, sobre seu diagnóstico e suas saídas.

Nesse sentido, essa reforma política precisa avançar para uma proposta mínima de consenso. Não podemos permitir que, a pretexto de se aprofundar a democracia, não se ataquem as raízes da corrupção e das relações do processo eleitoral com financiamento de campanha.

As malas que foram encontradas significam a relação das empresas com o financiamento de campanha. Isso, sim, precisa ser combatido! Essa é a raiz, a porta de entrada para a corrupção e para a relação promíscua entre o poder no processo político e eleitoral do Brasil e as grandes empresas com interesses empresariais. Essas empresas acabam não contribuindo, mas, sim, fazendo investimentos para, lá na frente, retirar uma contrapartida a partir do poder.

Portanto, essa reforma tem que avançar com, no mínimo, o consenso possível dentro deste Parlamento.

---

Documento 332/516

---

244.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/09/2017- 11:50
Publ.: DCD - 06/09/2017 - 143	EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### *Sumário*

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 282-C, de 2016, sobre a proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais, a regulamentação da autonomia dos partidos políticos, o estabelecimento de normas sobre fidelidade partidária, o funcionamento parlamentar dos partidos políticos e o estabelecimento de normas de transição.

---

**O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.)** - Presidente, eu fiz referência há pouco à necessidade de uma verdadeira reforma política. O Deputado Davidson Magalhães disse que, para fazer uma reforma que não seja de conveniência - ele usou esses termos -, ou seja, para fazer uma reforma duradoura, precisamos criar um nível de debate mais profundo. E ele tem razão. Eu acredito que o caminho seria a constituição de um poder constituinte eleito para fazer a reforma política. Digo isso porque, quando Deputados e Senadores com mandato sabem que essa reforma vai influenciar a sua pretendida reeleição, facilitando-a ou dificultando-a, isso acaba virando um jogo de conveniência, como disse o Deputado Davidson. Então, aqui não se fala em reforma política; no máximo, se fala em reforma eleitoral. Não há reforma política sem que se discuta a participação popular, a iniciativa popular de lei de forma menos burocratizada, a transparência nas ações de quem representa o povo, a cassação de mandato de quem traiu o povo. Há uma série de possibilidades de participação popular. Hoje, nós temos meios técnicos que permitem a participação direta do povo. Basta ter vontade para criar os mecanismos para que a população, através das redes computacionais e informacionais, tenha espaços para opinar, para criticar e, até mesmo, para tomar iniciativa de leis. Acontece que democracia, nos tempos atuais, é coisa apenas para inglês ver. As pessoas arrotam o compromisso com a democracia, mas, na prática, aprovam uma série de projetos que castram o poder popular, que inviabilizam o exercício soberano da democracia popular.

Então, precisamos fazer uma reflexão. Se nós quisermos eliminar partidos de aluguel, é importante, por exemplo, a cláusula de barreira. E o que foi aprovado na Comissão, mediante o trabalho brilhante da Deputada Shéridan, é um patamar aceitável. Mas a verdade é que há partidos e partidos. Eu posso divergir do PCdoB, mas eu não posso dizer que o PCdoB é um partido de aluguel. O PSOL é um partido pequeno, por ser um partido programático e ideológico.

A minha mãe não consegue entender isso. Ela culpa o meu avô, o pai do meu pai, que foi sindicalista e comunista: "*Poxa, até nisso você puxou o seu avô! Como é que você passa 25 anos construindo o PT, fazendo campanha para o Lula, e, quando ele é eleito, sai do PT para construir o PSOL?*" É difícil entender! Mas quando há diferenças ideológicas e programáticas, cada um tem que procurar o seu caminho e manter o respeito para com os antigos companheiros, divergindo deles quando necessário.

Hoje nós debatemos na Comissão de Finanças e Tributação - CFT a realização de uma audiência sobre auditoria da dívida. Todos me viram nesta tribuna criticando de forma contundente o Governo Dilma por não querer fazer auditoria e, inclusive, vetar a proposta aprovada, que teve como Relator o Deputado Zeca Dirceu! Não fui eu o Relator na Comissão Mista do Orçamento.

Então, há contradições, e cada um tem que dizer o que pensa, tem que ser coerente. Mas um partido coerente no Brasil não vai crescer do dia para a noite. Quantos partidos surgiram no ano passado e foram janelas abertas para a entrada de vários Deputados? Eu vi partido que, em 1 semana, tinha vinte e tantos Deputados. O PSOL tem seis; ele poderia ter 20 ou 30, mas deixaria de ser o PSOL.

Portanto, partidos pequenos que têm compromisso programático e uma visão de mundo, que têm uma postura perante o quadro político, que têm um projeto estratégico, são diferentes de partidos que, em cada eleição, vendem o tempo para o dono do poder da vez. No Pará, o Governador fala em dezoito, vinte e tantos! Em São Paulo, acontece a mesma coisa. Em todos os lugares, vê-se a mesma coisa: aquela salada de legendas!

**O SR. GABRIEL GUIMARÃES** (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Gabriel Guimarães votou de acordo com a orientação do partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Vitor Valim) - Deputado, vou lhe dar mais 1 minuto para V.Exa. concluir.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Pode me dar até menos tempo, Sr. Presidente. Apenas quero parabenizar pelo trabalho que foi realizado. No que se refere a esses dois temas, tanto o da cláusula de barreira quanto o das coligações, quero dizer que respeito a posição do PCdoB, mas o PSOL, por exemplo, não vê problema no fim das coligações. Para ser coerente, para mostrar como é insuficiente o debate, concluo com a seguinte pergunta: por que nas eleições para cargos majoritários as coligações continuarão existindo? Nesse caso, não há partidos de aluguel, não há vinda de tempo, não há corrupção eleitoral?

Então, sejamos mais coerentes e façamos um verdadeiro debate, em



favor da democracia.  
Obrigado.

---

Documento 333/516

---

244.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/09/2017- 11:50
Publ.: DCD - 06/09/2017 - 109	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Esclarecimento sobre a realização de acordo para votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016.

---

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas quero lembrar que houve um acordo prévio, majoritário, para aprovarmos na íntegra, no âmbito da PEC 282, o relatório, muito benfeito, feito com muita dedicação e competência, da Deputada Shéridan. Porém, um destaque foi apresentado e aprovado na Comissão, sobre o fim das coligações já para 2018. Isso foi aprovado por maioria.

Então, esse consenso ou quase consenso ou esse acordo, que é legítimo trazer aqui para o plenário, não é unânime. Não passou na própria Comissão, onde uma maioria quis, pelo mérito do fim das coligações, que isso seja praticado já no ano que vem. Essa é a posição inclusive que, no momento adequado, nós defenderemos. Aliás, quem fez esse acordo tinha que estar aqui. Veja: há 400 Deputados na Casa. E não conseguem um quórum rápido para resolver?...

---

Documento 334/516

---

244.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/09/2017- 11:50
Publ.: DCD - 06/09/2017 - 132	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### *Sumário*

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 282-C, de 2016, sobre a proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais, a regulamentação da autonomia dos partidos políticos, o estabelecimento de normas sobre fidelidade partidária, o funcionamento parlamentar dos partidos políticos e o estabelecimento de normas de transição.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.)** - Eu penso que o exercício da política é o exercício da elevação da dignidade humana e, ao mesmo tempo, a discussão, espaços de construções de soluções coletivas.

Já dizia a CNBB que a política é o exercício supremo da caridade. É o exercício sublime da caridade.

Já dizia também o Papa João Paulo VI que a política é um comprometimento ou um entendimento do próprio amor no sentido largo e generoso que tem o amor.

Portanto, o exercício da política não é um jogo das malas e das cédulas. O exercício da política não é o jogo da compra. A política não pode ser vergada por uma lei de mercado que constrói os desejos como pílulas prontas e as derrama nas casas e tenta vergar a nossa própria humanidade.

O mercado, esse mercado que aqueles que ocupam o Palácio do Planalto, golpistas que são, entendem que tem sentimentos humanos - o mercado fica nervoso, o mercado fica calmo -, é dotado hoje de sentimentos humanos por este Governo.

Essa lógica de mercado não pode vergar o patrimônio deste País como este Governo tem buscado fazer. Ou seja, entrega-se o patrimônio construído pelo povo brasileiro ao mercado, para que o mercado possa fazer deste patrimônio um instrumento de conquistas de lucros.

Portanto, é importante que nós tenhamos uma reforma política, ainda que a nossa democracia representativa esteja tão precária. E está precária!

Alguém pode bater no peito e dizer que este Parlamento nos representa? Ele não representa as mulheres! Nós temos por volta de 10% de mulheres nesta Câmara, sendo que as mulheres representam mais de 50% da sociedade.

Nós temos um Parlamento que é um pacto de casacas, de cartolas, de bengalas e que nega a representação que caberia a uma democracia de fato, a uma democracia representativa.

A reforma política se faz necessária. Ela precisa discutir o financiamento de campanha para que nós não tenhamos as campanhas açulando e afiando os instrumentos que são utilizados por quem financiou a campanha através dos mandatos. Nós precisamos discutir também o sistema eleitoral.

Essa proposta de emenda constitucional traz algumas discussões que, ainda que não tenham o mesmo caráter estruturante, são importantes. Os partidos não podem ser legendas que também são colocados à venda. Na verdade, eles são objetos de disputa mercadológica em que

esta Casa se transformou com a compra absolutamente desnuda de votos para salvar o Presidente corrupto que vive entre malas. Ele tropeça em malas, seja mala de Deputado seja mala de Geddel Vieira. Aquilo é um acinte à própria Nação. Os recursos ali estabelecidos, ali estampados, mostram a face real deste Governo. Enfim, nós precisamos qualificar os partidos. Partido não pode ser legenda. Nós não podemos ter esse nível de fragmentação partidária como há nesta Casa. De repente, decide-se ter uma legenda para se negociar e de novo se açular o dito mercado, considerado como Deus por este Governo que aí está, sem votos e ilegítimo. Ao mesmo tempo, nós precisamos qualificar as alianças. Nós não podemos ter a conveniência eleitoral determinando que ideias absolutamente díspares ou projetos completamente antagônicos possam compor uma coligação eleitoral. Por isso, nós avançamos nesta PEC. Não avançamos no que é estrutural, mas avançamos. Onde não há qualquer tipo de avanço é em um Governo que está açoitando a democracia - um Governo extremamente corrupto que é o Governo Temer -, entregando o patrimônio nacional e achando que o mercado é o todo-poderoso e é um Deus em que se jogam os corpos de trabalhadores.

---

Documento 335/516

---

244.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/09/2017- 11:50
Publ.: DCD - 06/09/2017 - 147		JOÃO DANIEL-PT -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 282-C, de 2016, sobre a proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais, a regulamentação da autonomia dos partidos políticos, o estabelecimento de normas sobre fidelidade partidária, o funcionamento parlamentar dos partidos políticos e o estabelecimento de normas de transição.

---

**O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas,** a reforma política é uma grande e importante reforma, que deveria ter sido pautada, debatida, ouvida pela sociedade brasileira, porque é daqui, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que saem as decisões que melhoram ou pioram a vida do povo brasileiro. Há um interesse forte da grande mídia, das grandes corporações e dos

bancos em que o Parlamento, o Congresso Nacional, seja fraco, desmoralizado, não tenha força, não tenha poder de decisão, para que seja aprovado e encaminhado aquilo que é de interesse dos que financiaram, ao longo da história, grande parte das eleições do Congresso Nacional.

Nós avançamos na nossa Constituição de 88: avançamos em programas e em projetos, avançamos em Governos populares, a exemplo dos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Mas nós nunca conseguimos fazer uma verdadeira reforma política, que discutisse o papel do Estado brasileiro, os Poderes, e que desse ao povo brasileiro poder de participação, através de referendos e de uma Constituinte, e de debate.

Eu me lembro muito bem - é importante que recordemos isto - de que, na época das grandes manifestações apartidárias de 2013, quando a juventude foi às ruas nas capitais exigir mudanças políticas, o Governo da Presidenta Dilma encaminhou ao Congresso Nacional a proposta de organizarmos uma Constituinte.

A CNBB, no Grito dos Excluídos de 2013, com a presença de todos os movimentos sociais e sindicais, protocolou no Palácio do Planalto, na Câmara e no Senado um pedido, com mais de 4 milhões de assinaturas, para que o Brasil fizesse uma Constituinte exclusiva, para que o povo elegeisse um Congresso que fizesse uma verdadeira reforma política e para que este Congresso, eleito, não voltasse a participar da eleição, a fim de que fosse um Congresso que, de fato, representasse os interesses nacionais, a soberania nacional e o povo brasileiro, em especial a classe trabalhadora.

A cena que hoje está estampada nos jornais, protagonizada pelo Ministro e articulador do golpe contra a Presidenta Dilma, o impeachment, mostra o poder e a força das empresas privadas e dos bancos nas eleições, nos partidos e nos quadros que dominam a política de direita nesta Casa.

Por isso, é difícil aprovar uma reforma política que tenha participação popular, que tenha financiamento público, que estabeleça teto máximo para as eleições, que dê voz e vez à população, para que esta possa não ser enganada pelo poder econômico, pelo poder da mídia, que, na maioria das vezes, massacra, como aconteceu na última eleição para o Senado da República no nosso Estado, quando o candidato a Senador da nossa chapa levava vantagem em relação ao adversário do início ao fim - as pesquisas mostravam uma diferença de 30% -e, no dia em que se encerrou a eleição, a diferença foi de 3%.

Não ao uso do poder econômico! Não ao uso do poder da mídia, do dinheiro privado e da corrupção! Por uma reforma política que garanta mais direitos, mais participação popular e fortalecimento dos partidos!

---

### *Sumário*

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 282-C, de 2016, sobre a proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais, a regulamentação da autonomia dos partidos políticos, o estabelecimento de normas sobre fidelidade partidária, o funcionamento parlamentar dos partidos políticos e o estabelecimento de normas de transição. Solicitação ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de autorização da divulgação de áudios encaminhados à Suprema Corte pela Procuradoria-Geral da República. Necessidade de investigação da origem de grande montante de dinheiro apreendido em imóvel vinculado ao ex-Ministro Geddel Vieira Lima.

---

**O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, servidores, todos os que acompanham esta sessão, o PSOL tem a obrigação de dizer que não estamos fazendo nenhuma reforma política para oxigenar, para hidratar, para transformar um sistema partidário eleitoral corrompido e degradado. Estamos e aqui estaremos no debate permanentemente tentando fazer algumas mudanças tópicas, algumas delas bastante questionáveis. Portanto, não se trata da reforma política que só viria numa república de fato com mobilização popular, com envolvimento da cidadania, através de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para votar a reforma política, após um intenso debate na sociedade. Nada disso está acontecendo, daí também as nossas imensas dificuldades até de se chegar a consensos básicos, daí esse acordo do qual nós não fizemos parte para votar alguns pontos da mal chamada reforma. É claro que a crise da representação é abissal. Nós estamos cobrando, por exemplo, do Ministro Fachin que libere os áudios recentes que a Procuradoria-Geral da República enviou para o Supremo Tribunal Federal, porque, senão, fica essa especulação interminável.

Se houver Procurador envolvido em negociata, em transação com a JBS ou Ministro do Supremo Tribunal Federal também envolvido, é necessário que isso venha à luz, como vem frequentemente - e é correto - o nome de chamados "políticos", de figuras do Executivo e do Legislativo.

Transparência é o caminho. Claro que os irmãos Batista e os executivos da JBS não merecem nenhuma contemplação. Eles foram generosamente beneficiários de uma delação que não honraram, que fizeram à conta gotas, que fizeram de maneira insuficiente.

O que pode vir aí agrava a denúncia do esquema criminoso. Não se iludam aqueles que aparentemente respiram aliviados, pois mais gente

graúda pode ser envolvida. E o esquema criminoso que, ao fim e ao cabo, tem como essência a promiscuidade entre os negócios privados, as negociatas particulares e o interesse público, ou melhor, e integrantes do poder público está no âmago dessa questão.

Essa cena de hoje, de agora há pouco, com o *bunker* supostamente ligado a Geddel, que foi Ministro do Lula e foi Ministro do Temer, com aquele mundo de dinheiro, é algo a ser também a examinado. E tudo isso se soma para o descrédito da atividade política, que é um perigo para um país sem consciência política, sem estruturas políticas minimamente acreditadas, caminha para o autoritarismo, caminha para o fascismo, caminha para uma espécie de populismo demagógico autoritário. E não foi para isso que lutamos contra a ditadura, não é para isso que tantos de nós nos empenhamos para democratizar a República.

Portanto, não se trata de reforma. Nós estamos aqui combatendo até esse acordo, cuja integra não conhecemos. Não ouvimos sobre esse acordo nem no Colégio de Líderes, nem mesmo na reunião da Minoria, em detalhes. Mas queremos dizer que o fim da coligação nas proporcionais é importante, pois cada partido aparece com o seu peso, com a sua força, com a sua realidade dentro da sociedade.

Agora é preciso atentar para outro fato. Se não se reexamina na legislação infraconstitucional a questão da sobra dos votos, que só vai para aqueles que atingem o quociente eleitoral, pode-se, em Estados menores, eleger membros de apenas um partido que alcançou aquele quociente, dado o fim das coligações. Tudo está relacionado. Votar tudo fatiadinho ou deixar para 2020 uma proposta virtuosa que deveria entrar em vigor ano que vem é equivocado, é errado. O PSOL não vai concordar. No momento adequado vamos fazer o debate sobre cada ponto.

---

Documento 337/516

---

244.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/09/2017- 11:50
Publ.: DCD - 06/09/2017 - 174	JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador sobre tópicos da proposta de reforma política.  
Expectativa de realização de acordo para a votação da matéria, em face da sua importância para o fortalecimento da democracia.

---

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do**

orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nestes 9 minutos, gostaria de retratar a esta Casa o esforço feito nas últimas horas para votarmos senão o ideal em relação à reforma político-eleitoral, mas o que for possível, preservando, é claro - quero me dirigir ao PSOL e aos demais partidos menores -, as posições políticas de cada partido. Não se fez acordo sobre o mérito, por exemplo, do sistema eleitoral. São posições bastante antagônicas, e elas vão se explicitar na próxima terça-feira. Ainda não construímos o acordo ideal quanto ao financiamento público, mas estamos caminhando para isso. Nós estamos discutindo e vamos continuar discutindo até terça-feira. As coisas vão evoluir, e eu aposto que na terça-feira vamos produzir outro acordo para enfrentarmos dois outros grandes problemas: a questão do sistema eleitoral e a questão do financiamento de campanha.

Por que foi feito este acordo hoje? Porque ele é o melhor. Não é verdade que esta PEC não muda nada: ela muda muita coisa. Esta PEC, relatada pela Deputada Shéridan, do PSDB, trata de duas questões centrais.

É ou não é fundamental estabelecermos limites na chamada cláusula de desempenho? Isso é ou não é importante, diante desta proliferação de partidos que, muitas vezes, não expressam ideias, não expressam nada e, muitas vezes, com direito ao fundo partidário ou coisas que o valham, sobretudo aqueles partidos que não têm nenhuma carta programática, que não têm nenhuma identidade ideológica e nenhum programa partidário? É ou não é importantes estabelecermos limites para que esses partidos tenham acesso aos benefícios produzidos pelo fundo partidário e pelo tempo de televisão?

Quantas críticas nós já ouvimos aqui sobre isto, que é importante os partidos terem identidade e ideologia e expressarem ideias na disputa eleitoral? Isso é muito importante, Deputada Shéridan! Não é uma questão menor da reforma político-eleitoral, não!

Eu situaria esta questão entre aqueles itens decisivos na reforma político-eleitoral, como a cláusula de desempenho, conhecida como cláusula de barreira.

Para o partido ter todos os benefícios, ele precisa ter, pelo menos, 1% dos votos nominais nacionais, Deputado Orlando, e 1,5% distribuído em 9 Estados. Não é, Deputada Shéridan?

Eu considero este item da PEC de V.Exa., vinda do Senado Federal, muito importante. Avança muito, reforma muito, não é uma medida cosmética. É estratégica para reformar o sistema político-partidário brasileiro. Não acho, portanto, uma questão menor.

O fim das coligações é um processo. Não pode, portanto, se dar de forma abrupta, tampouco pode ser algo *ad aeternum*, sem mudar nada. Nós temos que fazer um processo progressivo. Isso foi negociado, lá atrás, com os partidos. Qual é o sentido progressivo disso? É que nós marcharemos para 2018 com a coligação e, a partir de 2020, vai se alterando, porque o sistema tem que ser progressivo, e acumulando o que é fundamental para preservar os partidos que expressam ideias e programas.

O fim das coligações, igualmente, não é uma questão menor, desde que se preservem os acordos que temos feito aqui. Se não fizermos acordos em relação a esta matéria, não votamos nada - todo mundo sabe. Eu sou defensor da lista, Relatora e Deputada Shéridan. Desde moço, eu militei no partido político, no movimento estudantil e nos movimentos sociais. Na minha concepção, não existe democracia forte sem partidos fortes. É claro que todos os partidos estão enfrentando uma crise sem precedentes. Alguns estão se recuperando, outros, não. Mas é importante dizer ao povo brasileiro que a existência de partidos programáticos, com ideias e com identidade programática fortalece, sim, a democracia.

Esta ideia de que partido não vale nada representa a despolitização da política. Quando chega a eleição, ninguém quer saber de programa, ninguém quer saber de nada. Por isso, acontece o que aconteceu no chamado presidencialismo de coalizão.

Há outro item importante na PEC: o fim das coligações.

Nós negociamos para na terça-feira enfrentarmos o debate do mérito. Eu não tenho medo de defender o financiamento público de campanha! Eu não tenho medo! As pessoas dizem: "*Ah, o senso comum não quer!*" Eu sei que não quer porque, afinal de contas, o Brasil está enfrentando uma crise sem precedentes. Não fomos nós os responsáveis pelo agravamento desta crise.

O dinheiro que falta às escolas, à educação, às obras hídricas não é por conta do financiamento de campanha. Eu não quero financiamento de campanha para voltar ao modelo empresarial, uma fonte inesgotável de corrupção e de financiamento das campanhas. Temos que iniciar um processo de diálogo dentro desta Casa, buscando o que for melhor para a democracia.

Estou convencido de que este é o melhor caminho. No diálogo que tivemos com os partidos, houve um esforço, nós conversamos bastante. O Líder Glauber Braga, do PSOL, sabe disso. Hoje, durante todo o dia, respeitamos evidentemente a opinião do PSOL.

É importante dizer também que o financiamento público é uma questão definida pela Esquerda mundial, pela Esquerda brasileira, independentemente de ser do PT, do PCdoB, do PSOL, do PSB ou da REDE. Trata-se de uma questão de princípio para nós.

Nós somos contra o financiamento empresarial. Por que não adotar o sistema de financiamento público? Vamos discutir este assunto na terça-feira.

O que é importante, Sr. Presidente, é o acordo produzido.

Os Líderes estão de parabéns! Quase todos participaram da reunião, e nós produzimos um caminho e podemos chegar, na terça-feira, Líder Afonso Florence, ao entendimento, preservando as posições de cada Deputado e de cada partido.

Vamos avançar! Ninguém faz nada nesta Casa senão por meio do diálogo. Esta não é uma matéria do Governo ou da Oposição. É uma matéria que interessa ao País, a democracia. Portanto, o diálogo que fizemos é importante para preservar as estruturas, principalmente se elas forem renovadas.



O Deputado Arthur Lira tem razão. Lá na frente, na terça-feira, nós vamos debater o distritão e fazer o debate do mérito. Quem tiver voto leva, quem tiver voto ganha. O que não podemos fazer é cruzar os braços sob o manto da ingovernabilidade aqui dentro e não votarmos nada.

Eu acho que nós produzimos hoje um caminho. Dará certo? Eu sempre sou otimista em relação à política. É bem possível que de hoje para terça-feira nós evoluamos para tocar naqueles gargalos fundamentalmente estratégicos para fazermos a reforma do sistema político-eleitoral brasileiro. Com este caminho poderemos chegar, na terça-feira, a um grande acordo.

É claro que o que for divergente tem que ir a voto. É assim que funciona o Parlamento brasileiro. Não pode ser diferente.

Nós estamos maduros para votar. Os partidos já discutiram bastante. Preservando a identidade de cada um, há que se produzir o melhor acordo, o acordo que fortaleça a democracia e as ideias, que estabeleça tetos, que moralize os financiamentos. Não é financiamento para acobertar nada; muito pelo contrário, tem que proibir muita coisa, tem que estabelecer muitas coisas neste financiamento que vamos discutir na terça-feira, porque o espírito que prevaleceu no acordo de hoje representa um caminho para o entendimento.

Quero dizer que estou confiante em que na terça-feira nós vamos produzir um grande acordo para estabelecer, com regras, com critérios, com transparência, com limitação dos tetos, com o rebaixamento dos tetos, com a limitação dos autofinanciamentos, um acordo que possa preservar e restaurar a dignidade da política brasileira, coisa que não alcançaremos com esse financiamento empresarial.

Finalizando, eu não sei se alguém ainda tem a coragem de defender que o melhor caminho é o financiamento empresarial. O modelo faliu. Para resgatarmos a política, temos que reformar. As reformas são necessárias para fortalecer a democracia e a nossa relação, Deputados que somos, com a sociedade brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

---

Documento 338/516

---

244.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/09/2017- 11:50
Publ.: DCD - 06/09/2017 - 157	ALCEU MOREIRA-PMDB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de convocação de Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para a realização da reforma política.

**O SR. ALCEU MOREIRA** (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ficamos o tempo inteiro chamando o que nós estamos discutindo de reforma política. Na verdade, o que estamos discutindo é reforma eleitoral. Reforma política trata da natureza do Estado, do exercício do Poder e do controle dele. Nós não estamos tratando de nada disso: nem da natureza do Estado, nem do exercício do Poder, nem do controle dele. Estamos tratando é do jeito de votar, e isso é reforma eleitoral.

No que se refere à reforma eleitoral, esta Casa tem condição de produzir uma proposta muito melhor do que a que nós temos hoje. Eu me lembro de que, quando cheguei aqui, depois de ter andado pelo País com a Deputada Erundina discutindo reforma política, lá pelas tantas, chegamos à conclusão de que o distrital misto, o modelo alemão, com alguma variação que pudesse ser adaptada à nossa realidade, era o sistema mais adequado.

Acontece que, no corredor da Comissão, após uma discussão que aprofunda o debate, com cientistas políticos, com pessoas que realmente têm uma contribuição de conhecimento teórico, bibliográficos ou processual, nós nos deparamos com companheiros que não sabem absolutamente nada, fazem uma pergunta absolutamente rasa e descabida e dizem que são contra o que eles não conhecem.

No fundo, no fundo, a pessoa, quando vai para casa, depois de discutir a reforma eleitoral, faz uma pergunta para ela mesma no espelho: *"Meu irmão, tu te elegestes neste sistema; será que, nesse outro que foi proposto, tu voltarás a te eleger?"* E essa resposta acontece por si só!

Meu amigo Deputado Fogaça, neste momento, pela quantidade de partidos que nós temos e pela extrema dificuldade de extrair deste Parlamento qualquer raciocínio lógico de convergência, nós fizemos aqui o nosso mister político, optando pela divergência. Nós queremos nos consagrar por sermos diferentes, por sermos contrários. Nós não somos capazes de conjugar pensamentos contínuos. Nós ficamos discutindo a gota que caiu da concha do feijão saboroso na toalha, em vez de discutirmos todo o suco que há dentro dessa concha. Não é inteligente esse processo!

Nós do Rio Grande do Sul fomos os primeiros - não é, Deputado Fogaça? - a propor aqui uma Constituinte soberana, exclusiva e revisora. Por que soberana? Porque a Constituinte tem que estar acima da Suprema Corte, uma vez que esta também está sob a desconfiança da sociedade. Nós pedimos uma Constituinte revisora porque não podemos correr riscos em razão da amplitude, da vastidão de se reformar o todo. Nós pedimos uma Constituinte exclusiva por quê? Nós queríamos que a população elegeisse um conjunto de pessoas que não pudessem se candidatar na próxima eleição.

Nós fizemos isso por várias razões, mas uma é preponderante.

Chegamos à seguinte conclusão, que é triste para nós: ao longo das últimas três décadas, o tecido político foi apodrecendo aos poucos -

alguns, por serem coautores; outros, por serem partícipes; outros, por serem agentes passivos; outros, por condescendência. Mas todos, de uma forma ou de outra, foram permitindo que o sistema político instalasse a supremacia do poder de compra no País, como se fosse algo absolutamente natural, como o vento e a chuva.

Não, ela não o é: o poder político estabelecido pelo poder de pagamento é uma anomalia, a tal ponto que alguém chega aqui e diz: *"Eu preciso de dinheiro para campanha"*. Pois eu quero me contrapor a isso: eu não preciso; basta que meu adversário também não tenha dinheiro. Se ele não tiver, eu não preciso de um centavo. Só preciso de dinheiro para poder concorrer com o meu adversário endinheirado; senão, escrevo o meu número num papel de pão e entrego para as pessoas. E está bom assim: basta que só haja papel de pão para todos.

Inventaram essa regra de cobrar o financiamento público, dizendo que a democracia tem preço. É claro que ela tem, mas só para a sua funcionalidade, para o exercício de construção da democracia, para que o cidadão tenha a condição de dizer, como partido, qual é a parte do pensamento nacional que ele defende. Mas dinheiro para a compra de votos não pode haver - absolutamente não! -, porque foi isso que apodreceu o tecido político da nossa sociedade.

Mas, em tendo ele apodrecido, chega-se à seguinte conclusão, que é uma autocrítica, uma crítica feita a nós mesmos: esta Casa, este Parlamento, não tem condições de fazer o dia amanhecer para uma democracia que tenha a confiança da sociedade.

Não está disponível, pelo grau de credibilidade que este Parlamento tem diante da sociedade, o direito de propor algo novo sem a desconfiança dela. Qualquer coisa que venhamos a propor nascerá sob a égide da desconfiança! E, pela exigência natural do contraponto, valendo-nos do contraditório para estabelecer a nossa verdade, que consideramos superior a dos demais, nós mesmos trataríamos de destruir o pensamento do outro.

Logo, a alternativa é a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte soberana e revisora - não se esqueçam da palavra revisora, porque uma Constituinte ampla e irrestrita seria uma irresponsabilidade ante a situação em que está o País hoje. Uma Constituinte não soberana significaria permitir que o Supremo a modificasse logo depois de escrita. Uma Constituinte não exclusiva significaria eleger alguém comprometido com o sistema para fazer a Carta, alguém que se comprometeu com suas próprias necessidades do amanhã. Logo, ela tem que ser exclusiva, soberana e revisora. Somos absolutamente favoráveis a isso.

Qualquer que seja o processo que façamos aqui, todos eles serão parte da solução. Por exemplo, o fim da coligação proporcional é pouco? É, mas é um grande avanço. Não haverá aqui mais do que 10 ou 12 partidos, talvez só 8 ou 9. Até para discutir uma nova reforma eleitoral seria muito mais fácil conversar com esses Líderes. Então, vamos dar o passo que é possível.

De vez em quando, conversando com companheiros nos corredores do

Congresso, eles me dizem: "*Eu gostaria de mais isto, mais isso e mais aquilo*". Eu também gostaria, mas passar essa maioria aqui é impossível. Eu gostaria que as cláusulas de barreira fossem aprovadas, mas será que elas serão? Não sei. Esta Casa é composta e instituída pelos partidos e pelos Parlamentares que estão aqui, e respeitar a vontade deles em sua maioria, mesmo sem concordar com ela, é respeitar a democracia posta. Logo, eu tenho que aprovar o que é possível.

Portanto, não me daria por satisfeito, mas ficaria mais feliz do que estou hoje se, ao final deste processo, tivéssemos aprovado o fim da coligação proporcional e o direito de os partidos que têm afinidade entre si se confederarem, formarem as confederações.

Essa é a compreensão cristalina que tenho do processo político.

Precisamos dar um passo de cada vez, mas sem querermos ser os donos da verdade, sem querermos impor absolutamente nada.

Foi lá do Rio Grande do Sul, quando da reconstrução do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo - IDESP, do PMDB, que saiu a primeira proposta de uma Constituinte soberana, exclusiva e revisora. Com ela, esta Casa, todo o Parlamento, poderia permitir que a sociedade, com novos atores, fizesse raiar o dia da democracia, nesta noite interminável de confusão, de falta de ética na política, em que o poder de pagamento supera a todos e em que as discussões ideológicas têm certamente um único objetivo: o de estabelecer diferença sem mostrar o estado...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

---

Documento 339/516

---

246.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/09/2017- 17:14
Publ.: DCD - 06/09/2017 - 270	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de maior participação de mulheres, negros e indígenas no Parlamento. Importância da participação popular no processo de reforma política. Orientação de bancada. Defesa de manutenção das coligações partidárias nas eleições proporcionais. Posicionamento contrário à adoção do sistema eleitoral denominado distritão.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da

oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na condição de Líder do PCdoB, eu quero dizer a este Plenário que as elites brasileiras sempre tentaram organizar a arquitetura da política para satisfazer os seus interesses.

A discussão sobre uma reforma política vem de longe. Nós do PCdoB a enfrentamos aqui com os ex-Deputados Haroldo Lima e Aldo Arantes, que, durante 20 anos, trataram de buscar salvaguardar os interesses dos partidos históricos, ideológicos, que estão, inexoravelmente, na alça de mira - sempre tentam fazer com que desapareçam.

O PCdoB nasceu em 1922 e tem 40 anos de clandestinidade e ilegalidades. Quando, em 1981, foi liberada a criação de novos partidos pelo ditador Ernesto Geisel, nós não pudemos nos legalizar. Houve um amplo debate no seio da esquerda acerca da necessidade de que os velhos partidos, ou melhor, o velho partido aparecesse com seu nome, seu símbolo, seu hino, suas cores e seus métodos. Nós resolvemos mantê-lo. E aqui estamos.

Não houve uma legislatura em que, na legalidade, o PCdoB estivesse fora deste Parlamento. Evidentemente, não conseguimos ter a musculatura de frentes, de estruturas que passaram inclusive a ser construídas preliminarmente à nossa legalização, em 1986.

Por isso, não podemos concordar que se volte a sistemas implantados na ditadura: bipartidarismo e cláusula de barreira, que quiseram de 10% - e agora chegou a haver emendas e destaques para estabelecê-la em 3%.

Entendemos que é necessário fazer a depuração. Mas o principal depurador é o voto popular.

Uma reforma política, para ser real e fortalecedora do valor do voto popular, tem que garantir mulheres, negros e indígenas no Plenário desta Casa. Uma verdadeira reforma política precisaria passar minimamente por algum crivo da opinião da população brasileira. Mas, tudo bem, vamos fazer mais uma minirreforma, uma reforma eleitoral. Vamos votar hoje esse texto global. Mas é preciso dizer que não aceitaremos que na mídia saiam a dizer: "*Acabou coligação. Acabou tudo*". Não! Vamos votar o principal, ressaltados os destaques, porque defendemos que pelo menos 1 ano tenhamos. Falta apenas 1 ano daqui para a eleição futura. É preciso manter as coligações agora e preparar os partidos para que elas não existam em 2020.

Também é preciso afastar o fantasma desses sistemas exóticos que estão propondo, como o tal do distritão e a anomalia do distritão com legenda, que só são aplicados em países insulares. O PCdoB defende proporcionalidade, para se ter a média do pensamento nacional através dos partidos, e defende os destaques a serem votados na terça-feira. Por isso, votamos "sim", ressaltados os destaques.

---

### *Sumário*

Regozijo com a aprovação pela Casa do substitutivo adotada pela Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016.

---

**A SRA. SHÉRIDAN** (PSDB-RR. Como Líder. Sem revisão da oradora.)  
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, finalmente, chegamos a este momento! Finalmente, concluímos essa etapa!

Eu inicio a minha fala chamando a atenção para uma feliz coincidência. Peço às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que olhem para este painel. Nós temos, ao lado, as nossas condições partidárias postas, e o que prevalece é a nossa satisfação, a nossa responsabilidade, o nosso dever com a sociedade brasileira.

Completamos essa etapa em uma das Comissões que trata da reforma política. Muito me dediquei, muito me empenhei para olhar os partidos desta Casa não pelo seu quociente eleitoral, mas por suas lutas históricas no nosso Brasil. Olhei os partidos de forma igualitária, de forma responsável, respeitando as diferenças e, acima de tudo, a causa individual de cada um.

Fiz um substitutivo que retratou a vontade daquela Comissão. Aprendi na minha vida e aprendi também na política - e tenho aprendido diariamente com V.Exas. - que palavra dada é palavra honrada. O acordo foi construído desde que essa PEC saiu do Senado. Não criamos uma história, não afrouxamos para ninguém. Flexibilizamos! Nesta Casa, o que vale, o que prepondera em qualquer discussão são números, são votos, é a maioria.

Talvez esta não seja a reforma ideal, mas acreditem V.Exas. que ela já é, sim, uma reforma substancial, que começa a sanar as grandes mazelas desse sistema político caótico que nós no Brasil experimentamos hoje.

Concluímos na Comissão o entendimento que não foi o acordo construído inicialmente com o texto original do Senado, sobretudo com essa grande discussão no que tange às coligações. Houve o destaque, e o que prevaleceu foi a vontade da Comissão. A minha parte eu fiz, e o meu compromisso foi empenhado e validado através do meu voto, Deputado Esperidião Amim.

Coligação é a pauta da representatividade. Essa é a ameaça, é a deturpação tão grande que existe no sistema eleitoral brasileiro, tão desconhecido pela sociedade. Temos que permitir que o eleitor traduza o seu voto e a sua vontade vendo o seu candidato eleito, não essa conta absurda que, muitas vezes, elege quem nem obteve voto para estar onde está.

Sr. Presidente, a pauta da cláusula de desempenho, tão conhecida e discutida por V.Exas., trata da normatização, do estabelecimento de condições e limites a que os partidos possam acessar os recursos públicos. Nenhum princípio constitucional é ferido, ninguém está sendo tolhido, e os partidos não deixarão de existir. Agora, é necessário que, no mínimo, haja um percentual, um limite nacional de representatividade, para que se possa acessar esses recursos, que tanto custam aos nossos cofres públicos.

Racionalizar esse quadro fragilizado e tão pulverizado da política é necessário. Estabelecer uma conexão deste Parlamento com a sociedade brasileira também é importante! É nossa responsabilidade validarmos nosso papel como Deputados e Deputadas e traduzirmos aqui a pauta do Brasil. Há meses, ninguém discute aqui a pauta do Brasil! Precisamos permitir que este Parlamento ofereça a qualquer Governo, seja ele qual for - não estou me detendo aqui a Presidentes -, estabilidade e consonância, para que se promova a política e a agenda política que o Brasil espera. Nós precisamos discutir o Brasil!

Faço referência ao que disse no início: temos de colocar de lado as questões políticas e não deixar que as nossas conveniências político-partidárias contaminem a nossa agenda, a nossa responsabilidade, o nosso compromisso e o nosso respeito ao Brasil.

A soberania deste Plenário vai prevalecer daqui a pouco, quando estaremos dando um grande passo. Após a Constituinte, será essa a maior mudança no sistema eleitoral brasileiro a que o nosso País vai assistir. Será o nosso senso de responsabilidade pública preponderando. É nosso dever estarmos conectados com o que espera a sociedade. Devemos colocar as nossas causas de lado e, principalmente, primar por reformas que tirem de nós também.

O nosso Brasil vive um momento político caótico, fragilizado, e espera de nós uma satisfação, uma resposta.

Eu faço uma referência muito respeitosa e carinhosa aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas membros da Comissão, que ao meu lado trabalharam. As diferenças partidárias foram colocadas de lado, e eu pude aprender muito com os S.Exas. Faço uma referência especial a quem iniciou esse trabalho dentro da Casa, o meu colega Deputado Betinho Gomes, de Pernambuco, que permitiu que a admissibilidade fosse posta; ao meu Líder Ricardo Tripoli, que me delegou esta missão; e ao Presidente Rodrigo Maia, que acompanhou, ao longo dessa caminhada, toda essa discussão e primou pela votação dessa PEC.

Nós somos aqui hoje 25 partidos. São 25 casas diferentes. Essa pulverização, inclusive, compromete o nosso avanço.

É motivo de muito orgulho para mim, Presidente, no meu primeiro mandato, ter a oportunidade de relatar uma matéria dessa natureza, que trata diretamente da vida dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas em suas carreiras, em suas caminhadas políticas. Motivo de maior orgulho ainda, Deputada Mara Gabrilli, é ser a primeira mulher a relatar uma reforma política neste Congresso, nesta Casa, dedicando-me em primar pela minha responsabilidade em traduzir a

vontade da sociedade brasileira.

Não só hoje nesta votação, mas nos turnos que estão por vir, peço que essa vontade não seja tolhida, desqualificada e posta de lado por interesses individuais. Vamos nos unir e avançar na pauta que o nosso País espera, com responsabilidade. O Brasil ainda tem esperança de que possamos restabelecer a nossa comunicação, a nossa conexão com a sociedade brasileira. Essa é nossa responsabilidade, esse é o nosso dever.

Nietzsche, icônico Nietzsche, filósofo da Era Moderna, tão atual ainda nos dias de hoje, tão presente nos dias de hoje, nas nossas decisões e no nosso dia a dia, disse que quanto mais alta a subida na vida, quanto mais no alto do topo estivermos, mais dura a vida fica. Aqui no Congresso também é assim. Quanto mais caminhamos, quanto mais avançamos, mais duro é chegar a uma equação, porque estamos sempre primando pelas nossas condições pessoais.

Eu faço esse apelo. Eu ainda estou começando a minha caminhada, mas a minha maior esperança é de que um dia este Congresso possa pôr as suas questões de lado, é de que possamos todos nós colocar as nossas causas individuais de lado, a fim de primarmos pelo Brasil. Isso é o que a sociedade espera de nós. Ela espera o nosso olhar de Brasil, a nossa responsabilidade pública, a nossa responsabilidade enquanto políticos, a nossa responsabilidade enquanto cidadãos brasileiros. Ela espera que lutemos, que avancemos e que trabalhemos por ela. Muito obrigada, Presidente.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, depois de meses de trabalho e de muito debate, estamos, enfim, apreciando no Plenário a PEC 282/16, que veda as coligações proporcionais, estabelece uma cláusula de desempenho e cria a possibilidade de federações de partidos. Quero ressaltar aqui o empenho da Comissão Especial na busca de um texto que pudesse contar com quase um consenso entre os membros.

Fico muito feliz em anunciar que, apesar da complexidade que os temas da reforma política impõem, foi possível chegar muito próximo de um consenso na Comissão. Apenas um partido votou contra o parecer desta Relatora, e apenas duas questões foram destacadas, sendo somente um destaque aprovado, o que trouxe o fim das coligações para 2018.

Trabalhei com muito esforço para construir um substitutivo que refletisse a vontade da Comissão, bem como o acordo firmado entre presidentes de partidos políticos logo que essa proposta saiu do Senado. Mantive no texto todos os entendimentos firmados naquela ocasião, o que inclui a determinação de fim das coligações a partir de 2020. A Comissão, no entanto, decidiu por antecipar essa situação. Fizemos nossa parte na Comissão. Demos uma resposta à sociedade



em um momento em que a pauta política parece ser apenas destinada a acusações mútuas. Mostramos que é possível avançar na construção de um sistema político melhor, objeto da PEC 282/16.

A PEC 282/16 trata de dois importantes eixos da reforma política: a representatividade e a moralização. Trata da representatividade porque acaba com as coligações, esse mecanismo que desvirtua a vontade do eleitor ao permitir transferências de voto. E trata da moralização porque acaba com a situação em que partidos fundados hoje já possam receber recursos públicos, mesmo que não tenham obtido um voto sequer.

Estamos criando uma cláusula de desempenho para dizer que apenas terão direito a fundo partidário e a tempo de propaganda os partidos que contarem com um mínimo de apoio popular, através do voto. O eleitor brasileiro será o grande juiz desse processo, definindo, através do voto, quem terá e quem não terá direito de acessar recursos públicos. Essa é uma medida importante para racionalizar o nosso tão pulverizado quadro partidário.

Essa é uma proposta boa para o Brasil. Se aprovada, será a mais importante mudança no nosso sistema eleitoral desde a Constituinte. A Câmara dos Deputados tem agora a oportunidade de dar ao Brasil um quadro partidário verdadeiramente representativo.

A crise de representatividade não é desconhecida de ninguém, mas atacar as coligações, a ampla pulverização de legendas, é passo importante para ajudar a reestabelecer a representatividade do nosso sistema político caótico.

No mais, gostaria de agradecer a cada Deputado e a cada partido político que auxiliou na construção do meu parecer. Muito me empenhei, ouvindo todos, sem levar em conta o tamanho de suas bancadas. Esse trabalho culminou na chegada ao Plenário de um texto aprovado por quase a unanimidade da Comissão Especial.

Gostaria de ressaltar também que o trabalho promovido na Comissão é um exemplo de que quando vários partidos se unem, desarmados do partidarismo, é possível avançar nas pautas importantes para nosso País. Muitas vezes aqui no Plenário enfrentamos debates políticos em que falta diálogo para avançar. Que fique a lição da nossa Comissão, que mostrou que podemos nos unir enquanto Parlamentares para fazer avançar o nosso País. Muitas vezes, o partidarismo impede o trabalho em conjunto pelo nosso País. Não podemos nos deixar cegar e deixar que disputas políticas menores contaminem a nossa vontade de mudar o Brasil para melhor.

É motivo de muita honra para mim, no meu primeiro mandato e como a primeira mulher a relatar uma reforma política, ter podido atuar em uma matéria de tamanha relevância para nosso País. Tenham a certeza de que este Plenário estará fazendo história quando aprovar essa matéria. O Brasil precisa de uma ação e demanda de nós isso. Vamos mostrar para a sociedade que estamos aptos a promover as mudanças de que o Brasil precisa! Vamos aprovar a PEC 282/16!

Muito obrigada!

---

Documento 341/516

---

246.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/09/2017- 17:14
Publ.: DCD - 06/09/2017 - 277	ALESSANDRO MOLON-REDE -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Declaração de voto favorável à aprovação do substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, a respeito da reforma política. Alcance do número de assinaturas necessário para a instalação de CPI destinada à investigação da anunciada extinção da Reserva Nacional do Cobre e seus Associados - RENCA. Expectativa de concessão, pela Ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, de liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental ajuizada pela REDE, com vista ao recebimento de duodécimo pelas universidades estaduais do Rio de Janeiro. Repúdio a manifestação do Governo Federal pela extinção das universidades estaduais do Rio de Janeiro.

---

**O SR. ALESSANDRO MOLON (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Presidente, primeiro, anuncio que votei favoravelmente ao substitutivo à PEC 282/16, porque entendo que, no Brasil, partido político precisa deixar de ser negócio. Por isso, acho importante esse avanço promovido pela PEC.

Segundo, quero dizer que, no Dia da Amazônia conseguimos as 171 assinaturas necessárias para a instalação de uma CPI para investigar a extinção da Reserva Nacional de Cobre e seus Associados - RENCA. É uma iniciativa nossa, do Deputado Júlio Delgado, de outros Parlamentares e também de Senadores, a fim de investigar a escandalosa extinção da RENCA.

Por fim, anuncio que nós torcemos por uma rápida liminar da Ministra Rosa Weber na ADPF ajuizada pela Rede em defesa das universidades estaduais, para que recebam o duodécimo. Repudiamos frontalmente essa manifestação do Governo Federal no sentido de que a saída para o Rio de Janeiro é a extinção das universidades estaduais!

Só mesmo um Governo que não acredita na educação, na ciência e na tecnologia e que desconhece o potencial dessas universidades pode ousar propor tamanha barbaridade!

Por isso, registro o nosso repúdio a essa manifestação pela extinção do ensino superior estadual. A nossa luta em defesa do duodécimo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, da Universidade

Estadual do Norte Fluminense - UENF e da Fundação Centro  
Universitário Estadual Zona Oeste - UEZO vai prosseguir no Supremo,  
com a ADPF apresentada pela Rede.  
Obrigado, Presidente.

---

Documento 342/516

---

246.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/09/2017- 17:14
Publ.: DCD - 06/09/2017 - 278	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Importância da votação da proposta de reforma política. Acerto da extinção de coligações partidárias nas eleições proporcionais. Defesa de redução dos custos das eleições brasileiras. Apoio à criação de fundo com recursos públicos para financiamento de campanhas eleitorais.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar os colegas Deputados e as colegas Deputadas, especialmente a Deputada Shéridan, que é a Relatora desta matéria. Usando o tempo da Liderança Minoria - cumprimento também o Líder José Guimarães -, começo dizendo que, neste ambiente de grave crise institucional pela qual passa a democracia brasileira, esta votação de hoje é muito importante, Deputado Tadeu Alencar. Ela pode estar dando início a uma resposta efetiva do Parlamento para a melhoria do sistema político brasileiro.

Nós não temos nenhuma dúvida de que daqui não sairá a reforma política ideal. E as reformas mais estruturais, do meu ponto de vista, só virão, Deputado Décio Lima, quando nós dermos ao povo brasileiro o direito de eleger uma constituinte exclusiva e específica que aprofundará a reforma política.

Mas as respostas que podem sair daqui são importantíssimas para qualificar a democracia no nosso País. Por exemplo, não é pouca coisa terminarmos com as coligações nas eleições para Vereadores, Deputados Estaduais e Deputados Federais a partir de 2020. Eu também gostaria de terminar com elas em 2018, mas eu assumo, desta tribuna, o acordo político que foi feito, no sentido de dar estabilidade a esta votação, para que todos nós possamos, sim, votar no que defendermos, ganhar votações, perder votações, mas garantir a estabilidade que diz: "*Terminam as coligações nas eleições proporcionais em 2020*".

Segunda questão, nós precisamos baratear as eleições brasileiras. As eleições brasileiras têm o histórico de serem multimilionárias, financiadas por grandes grupos empresariais, e isso deu no que deu. Isso deu, em grande parte, nesta crise profunda que nós vivemos, de muita corrupção, de muito abuso do poder econômico, de muito controle do Parlamento pelos grandes financiadores.

Foi corretíssima a decisão do Supremo Tribunal Federal ao acolher ação direta de inconstitucionalidade da Ordem dos Advogados do Brasil e, em bom tempo - deveria ter sido antes, inclusive -, proibir o financiamento empresarial de campanhas políticas, porque elas nunca - ou quase nunca, para ser mais preciso - financiam as campanhas eleitorais por amor à democracia; financiam as campanhas eleitorais para controlar Governos e Parlamntos, para vender obras superfaturadas, para obter privilégios. Essas coisas, sim, custam bilhões e bilhões de reais para os cofres públicos.

Como dizia o meu amigo e sempre Ministro José Fritsch, que está aqui conosco, é preciso terminar com esta demagogia de dizer que ao se criar um fundo público, com um valor moderado de 1 bilhão de reais, por exemplo, Deputado Ságuas Moraes, nós estaremos retirando o dinheiro da saúde e o dinheiro da educação. São bilhões de reais que a corrupção leva pelo ralo do interesse dessas empresas que financiam as eleições.

O orçamento da saúde, Deputada Jandira Feghali, é de 100 bilhões de reais. Outro dia, numa renegociação de dívida com os ruralistas, consumiram 10 bilhões de reais. E aí, quando é para garantir uma democracia de iguais, uma democracia efetivamente republicana, uma democracia que não seja dominada pelos grandes financiadores, que não seja dominada pelo poder econômico e pelos mais ricos, alguns vêm à tribuna e dizem: *"Ah, não! Não podemos colocar 1 bilhão de reais para financiar eleições, porque esse é um dinheiro que faz falta à saúde"*.

Não, nós não podemos ser hipócritas a esse ponto. Nós temos que dizer que o financiamento da campanhas, em 2014, que ultrapassou 7 bilhões de reais, tudo com dinheiro empresarial, aquilo, sim, custou caro - caríssimo! - para os brasileiros que reclamam mais saúde, que reclamam mais educação e que querem políticas públicas fundamentais.

Eu estou nesta tribuna para convidar os colegas a apoiar a criação desse fundo público, porque um fundo público com valor moderado vai fazer com que sobre muito mais dinheiro para a saúde e para a educação.

E digo mais: imaginemos, Deputado Feliciano, que a campanha eleitoral seja financiada só por pessoas físicas. Alguém poderia até ser atraído por essa ideia. *"Ah, não! Quem quer ser candidato ou coloca o seu dinheiro ou arruma alguns amigos para financiar a sua campanha"*.

E aí eu pergunto: como um líder popular, por exemplo, lá da Vila Jardim, onde eu trabalhei como médico, um bairro de periferia de Porto Alegre, um líder daquela comunidade de trabalhadores pobres, poderia

ser candidato, se os seus amigos ganham um salário mínimo, dois salários mínimos e não têm dinheiro nem para garantir, muitas vezes, a alimentação da sua família?

Proibamos todo e qualquer fundo público, Deputados, e aí teremos a democracia dos ricos. Os líderes populares não poderão ser candidatos. Aqueles que representam os trabalhadores e os mais pobres ficarão sempre fora deste Parlamento.

E não venham me dizer que uma pessoa física como o Prefeito de São Paulo, João Doria, pode colocar 6 milhões de reais na sua própria campanha. Isso é abuso do poder econômico! Nós temos que votar esta reforma também para estabelecer o teto de gastos. A lei de hoje permite que Doria coloque 6 milhões de reais na campanha. Nós precisamos votar a reforma política para proibir esse financiamento elevado.

Nós temos que levar adiante, na semana que vem, essas votações, porque não é razoável que o candidato a Governador de São Paulo tenha um teto de gasto de 73 milhões de reais nas eleições. Esse teto pode e deve ser baixado para 15 milhões de reais, por exemplo, que é a quarta parte ou quinta parte desse valor.

Ou, num outro exemplo, de novo falando aqui com os colegas cariocas: como nós podemos ter uma eleição em que um candidato a Deputado Federal no Rio de Janeiro possa gastar 5 milhões 783 mil reais? Isso é um absurdo, Deputado Pansera!

Nós temos que baixar o valor das campanhas. Por que um candidato no Rio, por exemplo, não pode fazer uma campanha com 900 mil reais? Talvez seja possível até com menos, mas jamais gastando 5 milhões 783 mil reais. Essa é a regra da democracia para os ricos, e não da democracia republicana, na qual todos de fato são iguais em oportunidades.

Muitos dos colegas aqui sabem que é muito difícil arrecadar recursos. É por isso que eu peço apoio para o fundo público, para que tenhamos uma eleição efetivamente democrática, com condições mínimas de os candidatos apresentarem as suas propostas.

Em outro momento, vou debater com todos os colegas também o sistema eleitoral.

Parabenizo a Casa. E vamos adiante com essas votações, a fim de melhorarmos o sistema político.

---

Documento 343/516

---

251.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	12/09/2017- 18:34
Publ.: DCD - 13/09/2017 - 211	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

## *Sumário*

Discussão da Medida Provisória nº 780, de 2017, sobre a instituição do Programa de Regularização de Débitos não Tributários junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal. Inexistência de quórum para deliberação da matéria. Esclarecimento sobre o sistema de voto distritão com legenda. Impossibilidade de estabelecimento de consenso em torno da proposta de reforma política. Posicionamento do PCdoB contrário à Medida Provisória nº 780, de 2017.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, primeiro, nós queremos dizer que esta sessão, notoriamente, não tem quórum, e nós deveríamos nos poupar. De fato, há um imbróglio jurídico que tem feito com que a base do Governo se afaste em polvorosa para a verificação das saídas possíveis diante do dedo da Polícia Federal apontado para Temer.

Segundo, nessa reforma política, nós estamos vendo que os grandes partidos estão buscando soluções exóticas, não factíveis, para moldar uma nova arquitetura eleitoral para o Brasil, mas a serviço deles. E isso nós não vamos aceitar.

O que é distritão com legenda? Distritão com legenda é uma anomalia, é criar regra do mais votado para o menos votado e subverter a regra na mesma proposta, passando o menos votado sobre o mais votado. Assim sendo, mantém-se a coligação entre os partidos, porque pelo menos se resguarda a identidade programática entre partidos. Minimamente se busca esse pudor. E esse sistema distrital é o palácio das vaidades, das individualidades.

Portanto, não é possível que não se consiga chegar a um bom termo sobre essa reforma política. Já se aprovou uma barreira progressiva de 1,5%, o que gerará uma mudança importante no cenário da política brasileira, e a coligação até 2018, porque pelo menos dá tempo aos partidos médios e tradicionais que têm história e corolário político de se organizarem para enfrentar uma eleição sem coligação. Então, não há quórum hoje porque as lideranças não estão aqui.

Por último, Sr. Presidente, quero dizer que o PCdoB é contra a Medida Provisória nº 780. O conjunto dos refinanciamentos e parcelamentos de débitos que hoje, infelizmente, se transformaram em rotina nesta Casa favorece a sonegação. Integrados ao calendário tributário, vão fomentar a retirada de outras áreas do Orçamento para garantir esse tipo de garantia de refinanciamento de autarquias, fundações, PGF, PGFN, ANP, DNPM, ANS e outras.

Na verdade, compreendemos que esse aumento de renúncia associada a juros e multas diminui o valor das prestações a serem pagas e aumenta os gastos, fazendo com que o cobertor curto faça com que os pés dos direitos sociais passem frio.

Obrigada.

---

Documento 344/516

---

251.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	12/09/2017- 18:34
Publ.: DCD - 13/09/2017 - 240	SILVIO COSTA-PTDOB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Pedido à Presidência de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, sobre a reforma política.

---

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é até bom V.Exa. estar conversando com o Líder Arthur Lira, porque o que eu vou falar deve ter a ver com ele. Eu quero ratificar um pedido, um apelo do competente Deputado Esperidião Amin. Na semana passada, nós havíamos feito o acordo de que, num primeiro momento, votaríamos, em segundo turno, a PEC 282, inclusive a cláusula de barreira. Depois, mesmo sendo aprovada em segundo turno, mesmo sem sentido, nós votaríamos o distritão. Eu gostaria que V.Exa. usasse o seu talento para reequacionar esse acordo, para amanhã nós começarmos com a PEC 282. Esse é o pedido.

---

Documento 345/516

---

250.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	12/09/2017-16:06
Publ.: DCD - 13/09/2017 - 84	ASSIS DO COUTO-PDT -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Apelo à Casa de conclusão das votações da proposta de emenda à Constituição sobre a reforma política.

---

**O SR. ASSIS DO COUTO** (PDT-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sra. e Sras. Deputados, aqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação da Casa, eu queria fazer coro com o nosso Deputado Tenente Gonzaga, também do PDT, em defesa da

necessária reforma política ou de um aperfeiçoamento do sistema político eleitoral de financiamento de campanha, o que o Brasil clama há muito tempo.

Lembro quando nós saímos das eleições de 2014. Gravei uma entrevista, e hoje eu a estava vendo e recordando aquele momento em que assumimos esta Legislatura, em janeiro de 2015. Primeiro, eu fiz uma observação sobre o ambiente político que nós encontramos na campanha de 2014. Ouvindo a população, já havia um questionamento muito forte em relação à legitimidade da ação política, principalmente a ação parlamentar. Havia quase uma revolta no eleitor já naquela época. Eu até dizia que havia uma terra arrasada, uma criminalização da política, porque a grande mídia, em vez de questionar os malfeitores da política, questionava e colocava na lata de lixo a política, criminalizando a atividade política.

Eu assumi o meu quarto mandato, em 2015, com uma sensação de que estava fazendo algo ilícito. Nós falávamos na época da necessária reforma política: mudança no sistema de votação, o fim das coligações proporcionais, o financiamento público de campanha, a cláusula de barreira e outras questões que nós precisamos mudar.

Passaram-se 3 anos. Nós nos aproximamos da eleição de 2018, e nada se fez. Agora estamos aqui nesta angústia, sem saber se vamos ou não votar o mínimo necessário para que tenhamos um processo eleitoral de 2018 com mais reencontro com a sociedade, quebrando o desencanto, porque a população brasileira está desencantada com a política.

Nós precisamos - é obrigação deste Parlamento - fazer o mínimo que seja possível, num acordo ou na votação, para que mudemos esse quadro.

Esta é a minha posição e a do nosso partido, o PDT: que pelo menos se conclua a PEC da semana passada e votemos mais alguns pontos, para que fique claro para a sociedade quem está a favor ou contra distritão, distrital misto, fundo de campanha.

Nós precisamos e temos a obrigação de colocar em pauta e dar o nosso voto para mostrar à sociedade como pensamos e o que queremos da política brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 346/516

---

253.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

13/09/2017-13:08

Publ.: DCD -  
14/09/2017 - 31

LUIZ SÉRGIO-PT -RJ

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES



---

### *Sumário*

Expectativa de aprovação pela Casa da proposta de financiamento público de campanhas eleitorais no âmbito da reforma política.

---

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu espero que esta Casa tenha sabedoria no dia de hoje para votar e aprovar a necessária reforma política em nosso País.

O financiamento empresarial de campanha é pai e mãe de todos os problemas que enfrentam os partidos políticos. O poder econômico, ao financiar eleições e candidatos, sequestrou a democracia brasileira e mergulhou os maiores partidos políticos brasileiros na crise profunda que ele atravessa.

Diante desta crise, espero que este Plenário tenha sabedoria para perceber que, se a democracia é um bem que favorece a sociedade, ela precisa ser financiada pela sociedade, e não pelo poder econômico. Espero que o Plenário hoje faça isso, não na posição individual de um Parlamentar ou de um partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Vamos divulgar o pronunciamento de V.Exa.

---

Documento 347/516

---

253.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 13:42
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 41		LOBBE NETO-PSDB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Contrariedade à criação de fundo de financiamento público de campanhas eleitorais no âmbito da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, a respeito da reforma política.

---

**O SR. LOBBE NETO** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Delegado Edson Moreira, Deputado Flavinho, amigo de São Paulo, e demais Srs. Parlamentares, hoje, mais uma vez, vamos discutir a reforma política, reforma esta que há muito tempo vem sendo bastante discutida, tanto pela sociedade quanto pelo Parlamento, em especial em Comissões predeterminadas pela Presidência da Casa, as Comissões Especiais que tratam esse assunto.

Hoje, na pauta do Plenário da Câmara dos Deputados, está a Proposta

de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, uma antiga PEC que de muito já vimos discutindo e sobre a qual não chegamos a uma conclusão.

Há diversas correntes e diversos partidos - partidos grandes, partidos pequenos, partidos nanicos - no País. É claro que ter o aceite de vários e formar uma unidade para que a votação seja um pouco mais tranquila no plenário da Câmara se torna muito difícil.

Hoje mais uma vez está na pauta o distritão, que passa por uma transição para o distrital misto. A meu ver, é uma alteração importante para essa parte da reforma política, o fim das coligações proporcionais.

Agora há o tal do fundão, que é um recurso bilionário. A população já o rejeitou, de pronto, quando soube que haveria a possibilidade de votá-lo.

Por isso, venho à tribuna, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para informar a minha posição a respeito desse fundão que a sociedade tanto recrimina.

Claro que temos que avançar, é preciso que haja mudanças, mas não no momento desta crise institucional e econômica brasileira, com muitos desempregados. Sou contra a um dinheiro novo para fazer as campanhas que virão e as próximas municipais. Por isso, manifesto a minha posição contrária à criação de novo fundo para as eleições.

Pode-se utilizar o fundo que já tem os partidos políticos, economia em alguns outros setores, economia na geração de programas durante o não período eleitoral, quando cada partido tem a oportunidade de colocar o seu programa, as suas vinhetas, as suas pílulas. Esse é um custo caro. Se economizarmos talvez nessa área, poderá sobrar um pouco efetivamente para as campanhas.

Quero deixar clara a minha posição e da bancada contra a criação desse fundão.

---

Documento 348/516

---

253.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

13/09/2017-14:38

Publ.: DCD -  
14/09/2017 - 62

AFONSO MOTTA-PDT -RS

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Gravidade da crise política e socioeconômica do País. Impopularidade do Presidente da República. Denúncia de liberação de emendas orçamentárias pelo Governo Federal em troca de voto favorável ao arquivamento de denúncia

do Ministério Público Federal contra o Presidente Michel Temer.  
Contrariedade à realização de reformas constitucionais na atual conjuntura política brasileira. Posicionamento do orador sobre a reforma política. Lançamento pelo PDT da candidatura de Ciro Gomes à Presidência da República.

---

**O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente Betinho Gomes, primeiro gostaria de agradecer ao Presidente Rodrigo Maia, porque esta seria a terceira vez que o meu espaço no Grande Expediente seria transferido, e S.Exa. me fez a deferência de me garantir mais tempo agora na tribuna.

Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores que nos acompanham pelos órgãos de comunicação desta Casa, aproveito este generoso espaço que me concede a Câmara Federal para abordar a grave crise política, econômica e social que assola o nosso País, uma verdadeira crise de Estado.

Recorro ao legado trabalhista que recebemos de Getúlio, Jango, Pasqualini, Darcy Ribeiro e do patrono do PDT, Leonel Brizola, para a resistência contra os avanços conservadores que buscam retroceder nas conquistas sociais, precarizando a situação dos que mais precisam, especialmente os trabalhadores brasileiros, aumentando o espectro da desigualdade.

Desde Darcy Ribeiro, a tribuna do Congresso Nacional era ocupada para denunciar a exclusão, que inviabilizava o acesso de negros, índios e pobres aos bancos escolares. Essa tem sido a nossa tragédia histórica, agora impondo investimento público na construção de cadeias em detrimento da construção de escolas.

A propósito, em março de 1991, o idealizador das escolas de tempo integral foi enfático: *"A característica mais nítida da sociedade brasileira é a desigualdade social, que se expressa no altíssimo grau de irresponsabilidade das elites e na distância que separa os ricos dos pobres, com imensa barreira de indiferença dos poderosos e de pavor dos oprimidos"*.

Portanto, vivemos, nós brasileiros, um momento dramático, com inquietante crise política, sem governabilidade evidente, já que o Presidente da República não consegue mobilizar o País para as causas nacionais, tem imensas dificuldades para circular no território nacional e o seu reconhecimento, por parte da população, é o mais baixo que um Presidente já teve em toda a história republicana. Essa realidade é o reflexo de um sistema presidencialista de coalizão esgotado, fracassado na implementação da política pública e tomado pela corrupção.

Com efeito, postos os fatos recentes à apreciação da sociedade, que, por denúncia, pretendia investigar o Presidente da República, 81% dos brasileiros, conforme o instituto de pesquisas Datafolha, opinaram pela investigação. Investigar era preciso. Entretanto, como o modelo de governo é parlamentar, a investigação não foi admitida, mesmo que a elevado preço.

Basta atentar para a reportagem publicada pelo jornal *O Globo*, em 16 de julho passado, que trouxe o levantamento de que o Governo Federal, que acusa a necessidade de arrocho nas contas públicas, liberou 15,5 bilhões de reais em programas e emendas aos Estados e Municípios, nas duas semanas que antecederam a votação do relatório sobre a denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o Presidente Temer, na Comissão de Constituição e Justiça, onde preferimos o nosso voto, repito, pela investigação, posição não ratificada por este Plenário.

A expectativa agora é pelas próximas denúncias, o que agrava ainda mais a situação já precária de governabilidade. Quantas malas de dinheiro mais vai custar o intento de esconder a verdade?

E é nessa perversa conjuntura que se pretende realizar reformas, como a da Previdência, sem qualquer legitimidade, atribuindo tão somente à parte mais fraca a responsabilidade pela grave crise fiscal e econômica que também alcança o Brasil.

Nesse cenário, os titulares do rentismo patrocinam juros escorchantes e estimulam o consumo, sem que o tomador do crédito tenha condições de pagá-lo. E mesmo assim não são convidados a oferecer sua contribuição para o ajuste fiscal.

Tampouco um tratamento tributário mais justo, que distribua a renda e tribute o patrimônio, é cogitado para suportar o desequilíbrio das contas governamentais.

Não bastasse essa falta de critérios, aprovaram o congelamento dos investimentos públicos na saúde, na educação e na segurança, repercutindo na vida das pessoas, em especial na dos mais pobres, que têm de pagar a conta.

Essa visão, para o trabalhismo, é inaceitável, razão pela qual participamos do debate público e das votações desta Casa sempre marcando nossa posição contra o sacrifício do povo brasileiro, dizendo não às reformas propostas por um governo sem apoio popular e ilegítimo.

Ao aprovar as reformas, ao impedir a investigação - com todo o respeito que merecem os colegas Parlamentares - esta Casa Legislativa está em franca oposição à vontade dos brasileiros, que repudiam o atual Primeiro Mandatário da Nação.

Trata-se de uma impostura, como sempre qualificou a traição ao povo o companheiro Leonel Brizola. Trata-se de uma impostura. É a isto que lamentavelmente assistimos aqui: traição, mentiras, soberba, negociatas, corrupção e cumplicidade que agridem o Estado nacional, criminalizam a política e os partidos e nos conduzem ao esgotamento de um sistema que atinge os Poderes da República, o público e o privado.

Neste momento, não se vislumbra qualquer saída, e o tensionamento, o ódio e a ameaça de ruptura estão presentes no cotidiano do Parlamento. É preciso uma restauração mínima, convidando a sociedade para chegar a 2018 com o País mais tranquilo e politizado, capaz de eleger com legitimidade seu Presidente da República. Como retomar o crescimento com 14 milhões de desempregados e

com a paralisação de setores importantes da atividade empresarial? Somam-se a esses fatos os desempenhos negativos da economia, os quais o Governo busca contrapor com pequenos sinais de melhoria - claro, depois de atingir o fundo do poço. São meros paliativos que buscam passar para a população a imagem de que há um novo governo que vai colocar o País no rumo certo. Pura falácia!

É preciso apresentar alternativas econômicas que alterem o atual modelo para um desenvolvimento com emprego e sem demagogia. Como é possível refazer - como fizemos nesta Casa há pouco - o Orçamento público, mais uma vez, porque as receitas não acontecem, e os gastos superaram as expectativas?

E o que falar do injusto pacto federativo, que trata mal os Estados federados e os Municípios, muitos em situação de calamidade, tornando a vida das pessoas ainda mais crítica?

A disputa viável e necessária neste quadro é sobre o futuro, Sr. Presidente, quando a unidade vai ser fundamental, com a recuperação da moralidade pública.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, para a superação da crise, é preciso alternativas, mas também é preciso a defesa intransigente da democracia e do Estado Democrático de Direito.

A recuperação da política e o fortalecimento dos partidos, tão desmerecidos, deve passar por uma reforma que estabeleça campanhas com baixo custo e nas quais a influência econômica não gere desequilíbrio entre os candidatos. O sistema eleitoral, expressão do voto, deve aproximar os eleitos da sociedade e fortalecer os partidos.

Entretanto, a reforma que neste momento estamos buscando implementar, num último suspiro de esperança, deixa muito a desejar. O financiamento público, ainda que necessário, não pode alcançar as cifras astronômicas que a sociedade não tem como suportar. E o sistema de voto não pode ser transformado em majoritário, como querem os defensores do distritão, sob pena de o já limitado presidencialismo não alcançar coalizão alguma, dificultando mais ainda a governabilidade.

Mesmo assim, é com esperança que o PDT está oferecendo ao povo brasileiro a liderança de Ciro Gomes para conduzir o Brasil na superação deste grande desafio produzido pela crise.

Embora irreverente e crítico sobre as mazelas nacionais, estamos convictos de que Ciro Gomes apresenta todas as condições para implementar um grande pacto nacional - pacto necessário, todos sabem. Independentemente das visões, independentemente dos candidatos que se apresentem no debate público, é preciso um grande pacto nacional. E Ciro Gomes tem condições de dar continuidade à luta contra a corrupção para, aí sim, dar legitimidade às reformas necessárias e à defesa intransigente da educação e do patrimônio nacional como vetores do desenvolvimento.

O PDT, que patrocinou, desde o trabalhismo, a constituição das mais caras conquistas sociais do povo brasileiro, que suportou as amarguras e adversidades do exílio com Brizola e Jango e que idealizou as

reformas de base, tem todas as condições para conduzir a Nação e superar este momento dramático.

Vamos às eleições democráticas. Nesta quadra do País, quando nos perguntam, diante da crise de Estado, qual é a saída, temos de acreditar nas eleições democráticas como esperança de um novo Brasil, para recuperar a felicidade do povo brasileiro. Esta é a grande causa do nosso partido e da nossa bancada, bravos companheiros de bancada do PDT.

Peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 349/516

---

253.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017-15:02
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 69		PAULO FOLETTO-PSB -ES
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador e do PSB contrário à adoção do sistema eleitoral denominado distritão. Impopularidade da proposta de criação de fundo para financiamento público de campanhas eleitorais. Posicionamento do PSB contrário à aprovação de requerimentos de destaques oferecidos pelo PODE e pelo DEM à Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, sobre a vedação das coligações nas eleições proporcionais, o disciplinamento da autonomia dos partidos políticos e o estabelecimento de normas sobre fidelidade partidária e sobre funcionamento parlamentar dos partidos políticos.

---

**O SR. PAULO FOLETTO (PSB-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente,** tudo indica que, durante o dia de hoje, nós entraremos na pauta da semana, que é o modelo eleitoral e o financiamento de campanha.

O plenário ainda está vazio, porque os Líderes partidários estão discutindo para chegarem a um entendimento. Sem o entendimento sobre esse tema, sem dúvida nenhuma ficaríamos aqui 1 semana, 1 mês, e não conseguiríamos um consenso, Deputado Simão Sessim, V.Exa. que tem muita experiência nesta Casa.

Está parecendo que o distritão vai passar. Pessoalmente, sou contra o distritão. O PSB também tem posicionamento contrário ao distritão, é

favorável à legislação vigente. Há o fundo eleitoral, aporta-se recurso nele.

O fundo de 3,5 bilhões sem dúvida nenhuma a população brasileira, tão sofrida, com tanta rejeição à política, não vai aceitar.

Nós iríamos discutir agora a Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003.

Mas o que me deixa bastante preocupado, e por isso eu chamo a atenção dos partidos médios e pequenos, são alguns destaques à Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, que ficaram para ser votados.

Há dois destaques aqui, um do PODE e outro do DEM. Diz-se o seguinte:

*É facultado ao detentor de mandato eletivo e suplente, desligar-se do partido pelo qual foi eleito nos trinta dias seguintes à promulgação desta Emenda Constitucional, sem prejuízo do mandato, sendo essa desfiliação considerada para fins de distribuição dos recursos do Fundo (...) e de acesso gratuito ao tempo de rádio e televisão.*

Então, abre-se uma frestinha, porque a janela é só em março, vaza todo mundo, carrega-se o recurso do fundo eleitoral e o tempo de televisão. Aí um partido faz uma liderança, a disputa foi com coligação proporcional, eu ganhei com os votos do partido, como a grande maioria dos Deputados aqui presentes, e agora, com essa emenda à PEC 282, leva-se todo o trabalho de um partido, todo o trabalho da legenda, todo o trabalho daqueles que perderam a eleição para outro partido.

Essa emenda é horrorosa! É a antipolítica.

Temos que ficar bastante atentos, porque, se porventura não passar o fundo e o distritão, essa emenda deverá entrar em discussão, e o PSB é contrário a ela.

Muito obrigado.

---

Documento 350/516

---

254.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

13/09/2017-  
18:32

Publ.: DCD - 14/09/2017 -  
207

JÚLIO DELGADO-PSB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Conveniência de aprovação de tópicos consensuais da proposta de reforma política.

---

**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Victor, V.Exa. tem toda razão. Quero conversar com V.Exa. Nesse momento, o que está acontecendo nesta Casa é que um grupo de poucos quer decidir o que vai ser feito por todos nós. Nós temos consenso com relação à cláusula de barreira progressiva de 1,5%. Temos consenso no sentido de que o fim das coligações deve se dar a partir das eleições municipais de 2020, que é um aprendizado. Por que não se começa pelo que é consensual, Deputado Victor? Não, eles querem começar pelo que é mais difícil, por aquilo em que não há acordo. Então, os caciques se reúnem lá na oca, fumam o cachimbo para ver o que vão fazer, e subordinam essa vontade à tribo dos índios, que estão aqui esperando sem concordar com o que os caciques estão decidindo lá.

E não concordam mesmo, porque não há consenso com relação ao distritão, não há consenso com relação à criação desse fundão. Aí cria-se o fundo ilimitado, porque nós já tiramos 0,5%. Nós já falamos semana passada, e o Deputado Carlos Manato falou isso aqui também: nós vamos fazer aqui uma reforma que tem que ser feita para 2026, começando por etapas, em 2018, cláusula de barreira; em 2020, fim das coligações. Sobre isso existe consenso.

Outra coisa pela qual o Deputado Henrique Fontana não cansa de brigar é a questão do teto de gastos, que não está ilimitado, porque é matéria infraconstitucional. Quanto à questão do autofinanciamento de campanha, isso tem que ser limitado a um valor, para que ninguém possa se sustentar com milhões, aqueles que são mais providos de recurso. Isso é a questão consensual na Casa.

Mas, não, querem começar a discutir por aquilo que não é consenso, querem começar a discutir para poderem criar sistema que vão modificando. E isso vai trazendo a dificuldade para dar essa aparência que o colega Deputado Victor Mendes consegue colocar aqui.

Se nós tivéssemos a grandeza, Deputado Victor, de assumir isso... Nós vemos que há um requerimento de retirada de pauta; está sendo aferido o quórum; já há 375, e eram necessários 257. Não vai terminar a votação, porque se está aferindo o quórum, mas aferindo o quórum para tentar votar uma proposta que envolve algo sobre o qual não existe consenso aqui no Plenário.

Nós, que não somos do alto clero e do baixo clero, que queremos votar algo que seja consensualizado entre todos, encontramos na PEC que está sendo relatada pela Deputada Shéridan o maior consenso possível. Nesta PEC 77, nós começamos a fazer o rabo balançar o cachorro. Foi tudo fruto daquela votação do dia 23, quando se tentou inverter as votações, fazer com que os destaques fossem votados antes do corpo da PEC da Deputada Shéridan. Na semana passada, não. Começou votando pelo texto-base, e agora vai para os destaques. Aqui se inverteu. E nessa inversão eles tentam inventar uma aglutinativa. Agora vão tirar a aglutinativa. Vai voltar para os destaques, e não vota.

Se a grandeza daqueles que pensam a reforma política não for construída por aquilo em que há consenso, realmente vamos cair



nessa vala comum que V.Exa. está dizendo. Mas há um sentimento muito grande na Casa de que algumas coisas, como o distritão, não passam. Aí tentou-se ganhar o PSDB para propor o distrital misto para 2022, mas na aglutinativa não vem essa garantia. Aí vem a questão do fundo, que tiramos 0,5% da receita corrente. E agora vai criar um fundo ilimitado? Com recursos de onde? Qual vai ser o percentual? De onde vai ser retirado?

Esses são os equívocos que estão sendo colocados nessa aglutinativa, que nem se sabe se vai ser mais apresentada. Não está sendo votado sabe por que, Deputado Victor? Porque o texto ainda não existe. Não existe o texto da tal aglutinativa. Ninguém sabe que monstro virá nisso que está aí. Estamos às 19h30min sem votar.

Muito obrigado.

---

Documento 351/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 213		DIEGO GARCIA-PHS -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Consulta à Presidência sobre a manutenção de acordo de procedimentos para a votação a Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, a respeito da reforma política.

---

**O SR. DIEGO GARCIA** (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta a V.Exa.: vai ser respeitado por V.Exa. o acordo de procedimentos para votação da PEC 77, como já havia sido definido ainda na semana passada pelos Líderes? Esse acordo foi feito pela grande maioria dos Líderes para a votação da PEC ainda na data de ontem. Isso vai ser respeitado ou pode ainda haver mudança com relação ao processo de votação da PEC?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Depende de haver apresentação de alguma emenda aglutinativa. Não havendo, a ordem é votar o sistema eleitoral primeiro, como aprovado por este Plenário naquele requerimento do PP, acho eu.  
(Pausa.)

---

Documento 352/516

---

254.3.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/09/2017-  
CD 18:32  
Publ.: DCD - 14/09/2017 - WEVERTON ROCHA-PDT -MA  
222  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do PDT favorável à criação de fundo público de financiamento de campanhas eleitorais no âmbito da reforma política em tramitação na Casa.

---

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT não vai ter dificuldade nenhuma em discutir e defender o financiamento público de campanhas. Primeiro, porque já é um programa do partido, porque está no nosso estatuto. Há muitas décadas, há anos discutimos e defendemos o financiamento público de campanhas.

Nós entendemos que é muito melhor o povo brasileiro saber quanto custa uma eleição e saber que o patrão de quem vem para cá é a sociedade do que nós termos a hipocrisia de dizer que quem financia lá fora é cada um, individualmente. Todos sabem que a maioria dos que vêm para cá, no sistema atual, é de representantes de corporações, representantes do dinheiro de grandes empresas, como a Odebrecht da vida e outras grandes empresas que estão aí e que nós vimos envolvidas em grandes escândalos.

Então, nós não temos nenhum tipo de constrangimento em dizer que é preciso ter clareza para discutir que o sistema democrático precisa, sim, ter a sua fonte de financiamento clara, com regras e prestações de contas abertas para a sociedade. Precisamos saber que os que vão vir para cá são políticos bancados por seu único patrão, que é o povo brasileiro.

Quanto à definição de onde virão os recursos, é óbvio que esta Casa tem que ter a responsabilidade de achar os meios. Aqui já foram dadas sugestões. Por exemplo, num ano, sim, em outro, não, na época eleitoral, uma parte dos recursos oriundos de emendas de bancada pode ser deslocada para ajudar no financiamento. Com isso, temos tudo para encontrar a solução.

Portanto, o PDT não vai ter dificuldade alguma em apoiar o fundo público de financiamento eleitoral.

---

Documento 353/516

---

254.3.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/09/2017-  
CD 18:32  
Publ.: DCD - 14/09/2017 - ROBERTO FREIRE-PPS -SP  
243

---

**Sumário**

Denúncia de irregularidades na tramitação da proposta de reforma política na Casa.

---

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria que o Plenário tomasse conhecimento de algo muito grave. Na tramitação da reforma política, foi mudado o Relator em plenário - Marcelo Castro, Deputado do Piauí. Isso foi um golpe. Nós agora estamos vendo um mais grave, porque não é a mudança do Relator. Aqui são dois Deputados mudando o que uma Comissão aprovou e o que um Plenário também aprovou, ressaltados os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não houve votação, Deputado. Não houve.

**O SR. ROBERTO FREIRE** - Pior, porque estava aprovada uma emenda em Comissão e dois Deputados - Vicente Candido e Marcus Pestana - apresentaram uma emenda aglutinativa que muda tudo! Isso é inadmissível. Esta Casa não pode fazer isso. E esta denúncia está feita para a opinião pública!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.

---

Documento 354/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 244	VICENTE CANDIDO-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

**Sumário**

Retirada da Emenda Aglutinativa nº 4, oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-D, de 2003, a respeito da reforma política.

---

**O SR. VICENTE CANDIDO** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu e o Deputado Marcus Pestana subscrevemos a Emenda Aglutinativa nº 4, que estamos retirando e substituindo pela Emenda Aglutinativa nº 7. A emenda aglutinativa global passa a ser a Emenda nº 7.

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 253	CARLOS ZARATTINI-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do PT acerca de tópicos da reforma política.

---

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nós estamos vivendo aqui uma noite de debate, uma noite de busca de soluções para resolver a questão da reforma política. Não é uma solução simples, não é uma solução fácil, porque temos uma diversidade de interesses enorme, e essa diversidade se reflete no conflito de propostas.

Quero dizer que o nosso partido, o PT, sempre procurou levar à frente a sua atuação nessa questão, objetivando, em primeiro lugar, resolver o problema do financiamento eleitoral. Nós verificamos que é exatamente a questão do financiamento a fonte de toda a crise política que vivemos hoje.

Nós sempre defendemos o financiamento público de campanha, sempre defendemos, porque o financiamento empresarial é um financiamento que cria confusão e leva à criminalização da política, como estamos observando hoje. Doações que foram feitas de forma legal são interpretadas como propina. E é exatamente essa confusão que vem ocasionando muitas ações contra políticos, contra partidos, levando o sistema político à deterioração. Portanto, é fundamental resolvermos essa questão.

Nós consideramos que foi muito oportuno que o Supremo Tribunal Federal tenha determinado a proibição das doações empresariais. Resolvida essa questão, nós tínhamos também que resolver o problema do financiamento eleitoral. Nesse sentido, nós lutamos e defendemos aqui um sistema baseado no financiamento público. E nós não queremos volumes de recursos absurdos, de forma alguma. Nós defendemos, desde o início desta discussão, que isso fosse debatido no Orçamento da União, exatamente para que se determinasse um valor possível de ser executado, sem prejudicar qualquer outro programa, qualquer outra atividade do Governo direcionada ao povo brasileiro.

Portanto, nós defendemos um financiamento público, comedido. Para isso, contudo, queremos também defender um teto de campanha que seja muito mais baixo do que o que foi executado nas últimas eleições,

as de 2014. Não é possível que o gasto de um Deputado Federal seja 70% do maior valor gasto na última eleição. Nós queremos reduzir esse valor, e reduzi-lo substancialmente, exatamente para que não prevaleça o poder econômico numa campanha. Nós queremos defender um teto de gastos baixo.

Queremos defender também que as doações eleitorais sejam limitadas, não a 10% do rendimento da pessoa física no ano anterior, mas, no máximo, a 10 mil reais. Consideramos 10 mil reais um valor de bom tamanho, pois estabelece um limite de doação para os mais ricos. Não é possível que aqueles que têm amigos ricos possam doar mais ou que se possa fazer autofinanciamento sem limites, como vimos. Candidatos a Prefeito gastaram 5 milhões, 6 milhões, 7 milhões de reais! Não é possível isso! Queremos limitar esse autofinanciamento.

Por fim, nós precisamos ter um sistema político mais barato, um sistema político em que a disputa não aconteça só com um partido contra os outros partidos, mas dentro do próprio partido. Uma disputa sem medidas é também um sistema caro. Por isso, é necessário mudar esse sistema.

Nós acabamos aqui fazendo composição política, debatendo. O nosso Relator apresentou uma proposta em que se estabelece um sistema que combina o voto distrital com o voto partidário, com o voto proporcional. É exatamente esse sistema que nós queremos defender e vamos defender na noite de hoje, porque é uma combinação salutar para a democracia brasileira. Ao mesmo tempo em que há uma aproximação do eleitor, há também respeito à proporcionalidade, há respeito à indicação dos partidos. Com isso, temos maior proximidade e um debate mais politizado no campo do debate eleitoral. É também um sistema que permite o barateamento das eleições, exatamente por essas condições.

É a proposta com que nós sonhamos? É a proposta que nós defendemos integralmente? Absolutamente não, mas é uma evolução. Junto com aquilo que está na Proposta de Emenda Constitucional nº 282, de 2016, que estabelece o fim das coligações e a cláusula de desempenho, nós podemos dizer que são medidas que vão favorecer a melhoria e o aperfeiçoamento do sistema político nacional. Por quê? Porque, sem dúvida alguma, a coligação desvirtua o voto, na medida em que o eleitor vota em um candidato de um partido e esse voto acaba ajudando o candidato de outro partido, que, muitas vezes, nem sequer tem uma proximidade política, muito menos uma proximidade ideológica. Portanto, é necessário esse aperfeiçoamento.

É necessário também o aperfeiçoamento da cláusula de desempenho, porque não é possível a proliferação de partidos, como ocorreu, depois que o Supremo Tribunal Federal anulou uma decisão do Congresso Nacional que previa, desde 2006, a aplicação da cláusula de desempenho. Não fosse esse equívoco, essa intromissão do Supremo Tribunal Federal, com certeza, não teríamos assistido a essa situação, em que nós vemos hoje aqui na Câmara dos Deputados 28 partidos políticos. E no total há mais de 30 partidos políticos registrados, e mais 20 partidos estão em processo de regulamentação.

Portanto, estabelecer um norte, um caminho para essa reforma é fundamental. É necessária a composição, é necessário o entendimento. Muitas vezes, as pessoas não entendem a questão do financiamento. Quero dizer aos senhores e às senhoras que é preciso que haja um financiamento transparente, e esse financiamento público é exatamente o mais transparente que há, porque está devidamente registrado. E está devidamente explicitado de onde são as fontes dos recursos e como serão gastos os recursos. Isso favorecerá a política brasileira, dará à política brasileira uma condição muito mais saudável do que a que estamos vendo até agora. Nós precisamos superar este momento.

Eleições mais baratas, sistema político mais barato, teto de gastos, diminuição dos valores de contribuição, não interferência das empresas, o voto proporcional assumido dentro do sistema, estas são questões fundamentais para nós, as quais queremos defender aqui. É necessário um processo de transição. Nós vamos ter que aceitar esse processo de transição, mas, ainda assim, valendo a marca partidária, possibilitando ao eleitor a possibilidade de votar também no partido político, além de votar nos candidatos. É uma superação da ideia que nós tínhamos até então, e essa superação permite ao sistema político brasileiro evoluir.

O Partido dos Trabalhadores decidiu, na sua bancada, apoiar essa proposta. E é isso que nós vamos fazer aqui, na noite de hoje, buscando a nossa unidade, buscando a unidade deste Plenário, para que consigamos dar um passo adiante.

Temos certeza de que esse passo dado pelo conjunto desta Casa vai ajudar o Brasil, vai ajudar o sistema político, vai permitir que haja maior responsabilidade e que afastemos definitivamente toda a série de problemas que ocorreram durante os anos em que vigorou o processo de financiamento empresarial.

Nós temos que achar um caminho. Acreditamos que, depois de tanto debate, de tanta discussão, de tanto acerto e desacerto, nós estamos hoje dando um passo adiante. Gostaríamos que fossem muito mais passos além daquele que estamos dando hoje, mas consideramos que este é um caminho que avança.

Por isso, o nosso voto será favorável.

Muito obrigado.

---

Documento 356/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017-18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 255	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	QUESTÃO DE ORDEM QUESTÃO DE ORDEM

---

## *Sumário*

Questão de ordem sobre a impossibilidade de inclusão, na Emenda Aglutinativa nº 4, do art. 17-A, constantes na Proposta de Emenda à Constituição nº 77-D, de 2003, sobre a reforma política.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada.

Sr. Presidente, aguardei a fala dos Líderes e, com muita tranquilidade, que me dirigir a V.Exa., porque tem alguém cioso de acertar.

O art. 122 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados diz: *"As emendas aglutinativas podem ser apresentadas em Plenário, para apreciação em turno único, quando da votação da parte da proposição ou do dispositivo a que elas se refiram (...)"*

Sr. Presidente e a Mesa, por gentileza: art. 17-A, do art. 2º da PEC 77. Não pode existir nenhuma emenda aglutinativa que contenha o art. 17-A, porque parte deste artigo já foi tratado quando nós votamos o 0,5% do fundo.

Nós já tratamos do art. 17-A. Uma emenda aglutinativa só pode existir antes da parte a que se refira. E nós já tratamos antes de parte deste artigo.

Esta emenda aglutinativa do art. 17-A, assim como a Emenda Aglutinativa nº 4, que foi anteriormente colocada - não sei se há outra emenda aglutinativa em articulação -, não podem existir, porque nós já tratamos de parte da matéria.

Sr. Presidente, nós votamos o procedimento, retiramos o valor do fundo e aprovamos essa metodologia de votação. A proposta foi à votação. Não houve acordo do Plenário. O PSOL votou contra, nós votamos contra, o PT votou contra! Isso foi votado aqui. Foi votada, portanto, essa sistemática assinada pelo Deputado Arthur Lira. Inclusive, brincando, o chamei de "Fatiador-Geral da República". Nós fatiamos. Não cabe aglutinativa.

Há um acordo de procedimento votado na Casa. Portanto, Sr. Presidente, peço vênia, porque estaremos descumprindo o Regimento, negligenciando com o procedimento regimental e desprestigiando a CCJ e aniquilando a Comissão Especial.

Peço a atenção do Plenário para esse fato, Deputado Vicente Candido. Nós já iniciamos a votação na matéria, quando a fatiamos, retiramos o valor do fundo, tratamos do 0,5% e, cumprindo o Regimento, houve uma votação de procedimento realizada, e vai ela aqui assinar.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Peço que encerre, Deputada.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Está encerrada.

Peço a V.Exa. a resposta da minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputada, eu já respondi.

Primeiro, o procedimento aprovado será continuado após a votação da emenda aglutinativa.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Mas não cabe aglutinativa.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar, Presidente.  
**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Calma!  
**O SR. ROBERTO FREIRE** - Nós vamos votar por duas vezes matéria?!  
Por favor!  
**A SRA. ALICE PORTUGAL** - A aglutinativa é global!

---

Documento 357/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 257	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

Anúncio da apresentação de recurso ao Plenário com efeito suspensivo.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O problema, Sr. Presidente, é que, "*assentado, previamente, pela Câmara determinado processo de votação para uma proposição, não será admitido para ela requerimento de outro processo.*" Esse é o parágrafo único do art. 184, que nós estamos contrariando de maneira visível com um substitutivo, uma emenda aglutinativa global. Nós já iniciamos a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sim, Deputada. A emenda aglutinativa global aprovada vai prejudicar alguns dos artigos aprovados no requerimento, é óbvio. Se ela for rejeitada, volta a valer a ordem do requerimento aprovada. É isso.

No caso da matéria, não foi votado o texto principal, ressalvados os destaques. Ele ainda não foi votado. Foi apenas votado um destaque supressivo do 0,5%, que não faz parte da emenda aglutinativa global. Esta é a resposta que eu tenho a dar a V.Exa.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Mas faz parte da emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado...

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Eu vou recorrer da sua decisão. Peço o efeito suspensivo. Peço o apoio do Plenário, Sr. Presidente.

Peço o efeito suspensivo, com apoio do Plenário, porque há, de fato, uma completa subversão regimental. Peço o apoio do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não há apoio do Plenário.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Efraim Filho.

(*Manifestação no plenário: Faça a pergunta ao Plenário, Presidente!*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Já perguntei, Deputado. A



Deputada perguntou três vezes, eu estou ouvindo. Não há um terço. A palavra está com a palavra Efraim Filho.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Como não tem, Sr. Presidente? Veja as mãos levantadas.

---

Documento 358/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 258	EFRAIM FILHO-DEM -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Imediata votação da proposta de reforma política. Posicionamento favorável ao sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. EFRAIM FILHO** (DEM-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estaremos decidindo na noite de hoje talvez a grande responsabilidade que é debruçada sobre os ombros das Sras. e dos Srs. Parlamentares. A mãe de todas as reformas: a reforma política, aquela que é capaz de mudar não apenas as leis, mas também é capaz de mudar a cultura democrática do nosso povo.

Aconteceram debates durante mais de 4 meses nas Comissões. Nós precisamos hoje agir. Já postergamos por tempo demais essa decisão. Agora cabe a cada um a responsabilidade que recairá sobre os ombros de V.Exas., em sintonia com aquilo que pede a sociedade. A sociedade pede mudanças. A sociedade não pede que as coisas permaneçam como estão hoje. A sociedade quer um modelo com mais transparência, com mais coerência e com mais simplicidade.

Nosso sistema hoje é tão confuso que eu duvido que qualquer um dos senhores e senhoras suba a esta tribuna - não estou falando do cidadão médio brasileiro, não; dos Parlamentares - para explicar o cálculo do quociente eleitoral, a divisão por médias, para explicar ao cidadão que está em casa por que alguém que recebeu a maioria dos votos da população perde a sua cadeira para outros que foram menos representados. Esta proposta é a distorção do modelo proporcional. É a distorção de um modelo que com as coligações faz com que a vontade do eleitor não seja observada. O eleitor que vota num Deputado do PT pode eleger um Deputado do PSDB; o eleitor que vota no PR pode eleger alguém do partido comunista, do PCdoB, porque as coligações no Brasil não respeitam viés ideológico. Essa distorção nos leva a realmente deixar o sistema exaurido, esgotado. É um ciclo

vicioso que só produziu prisões, escândalos e corrupção. A própria Lava-Jato deixou claro que é na formação das coligações que está o foco da compra e venda de partidos, de apoios políticos, o leilão dos partidos nanicos em troca de tempo de televisão e fundo partidário. A hora é agora e está sob nossa responsabilidade pôr um fim nesse modelo nefasto e nocivo.

O que está proposto em contraponto ao modelo proporcional é o modelo majoritário, modelo simples: ganham os mais votados. Ponto. Qualquer criança é capaz de explicar isso. É aquilo que o eleitor entende, é aquilo que o eleitor quer, é aquilo que o eleitor nos pede. A simplicidade é a grande virtude desse modelo. Parece-me que o Brasil tem vocação para as coisas confusas. Vamos continuar nessa mesma confusão? O sistema tributário tem um modelo simples, tem o Super-SIMPLES, e nós adotamos o confuso para a maioria das empresas e dos contribuintes. Não dá para ser da mesma forma na reforma política. A simplicidade e o que o eleitor compreende são o caminho.

Agora, diante do impasse, está muito perto de darmos a pior resposta à sociedade: a inércia, a omissão, não fazer nada, não votar nada, dar as costas às mudanças pedidas nas ruas.

Se isso acontecer, senhores e senhoras, estaremos perdendo o direito de reclamar de uma reforma política a ser feita pelo TSE - Tribunal Superior Eleitoral, que vai preencher a lacuna e o vazio que deliberadamente nós escolhemos decidir na noite de hoje.

Não venhamos a chorar depois, porque a lacuna e o vazio serão deixados pela vontade do Plenário, e o TSE fará a reforma política que ele já anunciou: acabar as coligações para 2018. E qual é o cenário? Correria para que cada Deputado se rearrume na sua base, nas últimas horas, escolhendo partido, para unir três, quatro, cinco Deputados.

O sistema majoritário, o distritão, permite ao Deputado autonomia para não se submeter a esse tipo de humilhação, constrangimento, pressão e coação, e poder escolher de última hora o partido para o qual irá. O TSE fará, em cima da omissão e da inércia...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. EFRAIM FILHO** - Vou concluir, Sr. Presidente. Nós optamos por fazer os efeitos nocivos, os efeitos negativos da omissão neste painel, se não chegarmos a qualquer que seja a mudança. Daremos um recado claro à sociedade: estamos satisfeitos com o modelo que promoveu um círculo vicioso de corrupção, de escândalos e de prisões. Estaremos chancelando esta escolha, e a nós não será dado o direito de reclamar de algo que não ajudamos a construir.

Daqui a pouco, a votação chegará ao seu ponto final, e espero que escolhamos mais transparência, mais coerência e mais simplicidade para o processo democrático brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 260	WEVERTON ROCHA-PDT -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Imediata aprovação de emenda aglutinativa acerca da adoção do sistema de voto denominado distritão e da criação de fundo para financiamento público de campanhas eleitorais.

---

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero iniciar a minha fala cumprimentando V.Exa. por esta iniciativa. Isso mostra a maturidade do Plenário e da Mesa desta Casa, que está enfrentando o debate de frente, e cada um está trazendo as suas ideias. Isso é importante.

Há pouco um membro da imprensa me perguntou por que o PDT iria apoiar essa emenda aglutinativa e outro partido, como o PR, não a apoiaria.

Eu disse a ele que é por um motivo bem simples. Se eu tivesse um Deputado de 1 milhão de votos, como eles têm - não estou reclamando, pelo contrário, só estou dizendo: se eu tivesse -, que não se preocupassem porque também não iria apoiar essa emenda aglutinativa.

Ora, senhores, falar de sistema eleitoral, no momento em que estamos vivendo, achar que o que está aí é um bom sistema, é óbvio que é muita hipocrisia, é muita falta de argumentação dizer ao Brasil que nós não temos condição de achar uma solução para o que está aí.

É óbvio que o atual sistema, a atual representação, também não contempla o sistema político. E a sociedade também não se sente representada.

Cito como exemplo o meu Estado. Eu participei de uma coligação em que havia um partido aqui da base do Governo ao qual nós somos contra lá. Para ser mais grave ainda, o PDT não participou da coligação federal, mas na mesma coligação que elegeu o nosso Deputado do PCdoB, elegemos um Deputado do PSDB. Hoje aqui, nacionalmente, não somos do mesmo campo.

É óbvio que a representação não existe concretamente lá na ponta. Por quê? Porque você vota em um candidato que é muito bem votado no seu campo político, e em outro, de outro partido, que não é do seu campo, ele acaba sendo beneficiado pela coligação. Na lista nominata ele consegue atingir o quociente eleitoral e obviamente consegue seu mandato.

Então, é preciso que na urna consigamos ser mais práticos e sejamos

mais verdadeiros para com a população. O nosso partido sempre foi contra o distritão - sempre. Mas, em prol de construirmos uma unidade, podemos, sim, fazer um acordo, conversando tudo às claras.

O que é conversar às claras? É o que foi feito aqui dentro dessa aglutinativa. A aglutinativa está propondo - para quem está em casa possa entender - votar o distritão com o aproveitamento do voto de legenda e votar um fundo eleitoral, porque o PDT sempre defendeu o financiamento público de campanha. Somos contra que Deputados venham para cá eleitos por corporações, por JBS e por Odebrechts da vida. Nós somos a favor de que os Deputados que venham para cá sejam eleitos, sim, pelo sistema aberto, claro, e democrático e com financiamento definido pela legislação eleitoral, conforme está sendo proposto aqui.

Quanto ao sistema distrital misto para 2022 não há problema nenhum de ser construído nesse acordo.

Portanto, o PDT não vê problema nenhum em aprovar essa aglutinativa. Nós iremos orientar "sim", sabendo que Deputados da nossa bancada - comprometidos com sua luta - não vão acompanhar a orientação do partido. Nós respeitamos a posição deles, mas pela Liderança do PDT, digo que o PDT vai indicar o voto "sim". Nós iremos orientar a favor da aglutinativa.

Lembro que há muitos partidos contra esta votação porque os seus fundos partidários estão totalmente resolvidos para as eleições. Por quê? Porque não fazem partido, fazem eleição. Muitos aqui sabem do que estou falando. Quando chega à época eleitoral, já estão preparando o recurso do fundo partidário só para despejar na eleição. Os partidos que fazem partidos, que têm candidaturas, como o PDT, candidatura à Presidência da República, candidatos a Senadores em vários Estados, candidatos a Governador em vários Estados, chapa de federal em todos os Estados, chapa de estadual em todos os Estados, e fazem política de janeiro a janeiro, como faz o nosso partido, é óbvio que todo o dinheiro do fundo partidário não dá para fazer eleição. Nós fazemos partido, fazemos política no dia a dia.

Por isso, defendemos a constituição de um fundo claro e exclusivo para financiar a eleição. Agora, partidos que estão contra o fundo e a favor do atual sistema, é óbvio que tem que se ver quanto estão gastando hoje com o seu fundo só de eleição, esquecendo-se de fazer política, e como fazem no dia a dia para poder eleger as chapas.

Senhores, o atual sistema que está aí está fracassado. É preciso que haja verdade na urna e jogar às claras. E jogar às claras é dizer que o mais votado será, em dúvida nenhuma, o eleito. Quem faz partido terá as condições de levar os votos de legenda e distribuir entre os seus candidatos do partido.

Portanto o PDT irá orientar "sim" a favor da aglutinativa.

254.3.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/09/2017-  
CD 18:32  
Publ.: DCD - 14/09/2017 -  
221 IVAN VALENTE-PSOL -SP  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador acerca de tópicos da proposta de reforma política em tramitação na Casa.

---

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria pedir às Deputadas e aos Deputados desta Casa que fizessem a seguinte reflexão. Na verdade, pensem na população vendo esta sessão, na qual disseram: *"A reforma política no Brasil vai ser resolvida numa emenda aglutinativa, que vai ter o sistema, o fundo e o futuro. O futuro é o voto distrital misto"*.  
Veja, o fundão é uma gambiarra, para que o distrital misto passe. O fundão foi criado para satisfazer o buraco que ficou com o fim do financiamento privado.  
Eu quero começar dizendo exatamente isto: quem acabou com o financiamento privado de campanhas não foi este Congresso, que não teve coragem política para fazê-lo, e deu no que deu, nesta lambança toda, nesta corrupção, que nivelou, que desacreditou a boa política, que acostumou partidos a fazerem campanhas com muito dinheiro. Quem delimitou isso foi o Supremo Tribunal Federal, não foi o Congresso Nacional, que não teve coragem de fazê-lo. E mais: queimou a criação do financiamento público. O financiamento público de campanhas, discutido com a sociedade, como custo da democracia, pode ser feito, mas no momento certo e com o tamanho certo, explicável para a sociedade. Apresentar a proposta de um fundo de 3,6 bilhões de reais não dá! Isso queimou a proposta totalmente.  
Em segundo lugar, essa gambiarra chamada distritão realmente vai transformar isto aqui numa Câmara dos Deputados com 513 partidos. É a negação da ideia de parte da sociedade, de partido, de coletivo. É a decisão pela celebridade, pelos já conhecidos, pelo direcionamento, pela perpetuação de mandatos, quiçá entendida lá fora como a continuidade daqueles que querem impunidade - há 150 aqui com processo no Supremo Tribunal Federal. Realmente, como é que algum partido pode aceitar esse distritão?  
Agora, há uma jogada aí atrás que se chama "sistema distrital misto". Isso é uma grande enganação no Brasil. Quando se fala que o sistema se esgotou, querendo dizer que a culpa é do sistema proporcional que está aí, eu digo: não é verdade! A culpa é do financiamento privado de campanhas, a culpa é das coligações proporcionais espúrias que foram feitas, não por afinidade política, programática e ideológica, mas por

conveniência e por interesse. Votava-se num candidato aqui e se elegia outro ali.

Trazer experiências de fora para o Brasil se faz com um estudo de 10 anos ou 15 anos. Dizer "*vamos montar os distritos no Brasil em 1 ano, em 1 ano e meio ou em 2 anos*" é golpear a democracia, é montar os distritos de acordo inclusive com interesses corporativos de Parlamentares e partidos. E mais: é violar a lógica do voto de opinião, do voto das minorias. É por isso que na Inglaterra e em alguns países em que o distrital puro impera não há democracia efetiva. Às vezes, de 25% a 30% dos votos de opinião não levam um Parlamentar ao Parlamento. Já aconteceu na Inglaterra. E na França, agora, o resultado foi esse também. Nós temos que fazer um estudo, não porque está faltando 1 mês ou menos de 1 mês ou 20 dias para terminar. Nós estamos votando sistema, fundo, financiamento como? Em conchavos nos corredores. Isso é inadmissível, gente. Isso não pode ser considerado pela sociedade brasileira como uma reforma política.

O que já fizemos anteriormente, por anos a fio... Eu me lembro, Deputado Marquezelli, de Eduardo Cunha manejar uma reforma eleitoral de última hora - e ele está lá em Curitiba neste momento - para ele ter mais e mais poder, para ele facilitar a vida dos amigos dele, para ele punir os partidos que lhe faziam oposição frontal, tudo isso porque, na verdade, fazia-se reforma eleitoral.

Reforma política tem que ser feita com plebiscito e com referendo, tem que ser ouvido o povo brasileiro. Não pode ser um acochambro, para chegar aqui e dizer: "*Nós temos uma reforma política*". Essa reforma nós do PSOL não queremos.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 361/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 207	VICTOR MENDES-PSD -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Necessidade da obtenção de acordo para ajuste do sistema político brasileiro.

---

**O SR. VICTOR MENDES** (PSD-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de falar para a sociedade brasileira o que está acontecendo e o que pode acontecer mais tarde aqui, para não imaginarem que vai ser feita uma reforma

política. Nós vamos fazer um remendo político. Mas alguma coisa tem que ser feita. Pela ebulição que vemos no plenário agora, estamos chegando à conclusão de que nós não vamos ser capazes de votar nada. E, ao não votar nada, vamos dar à sociedade brasileira o atestado de que o melhor modelo é o atual, é o que viciou toda a República, é o que originou todo esse caos no nosso País, esse modelo atual.

A nossa democracia, Sras. e Srs. Deputados, é recente. Nós só podemos evoluir testando, nem que seja algo que neste momento não seja oportuno, mas nós temos que testar até chegar a um modelo próximo ao ideal. Não adianta compararmos a nossa situação com cases da Alemanha, dos Estados Unidos. Cada país tem o seu povo, tem a sua cultura, tem a sua realidade. Não adianta fazer Ctrl+c/Ctrl+v e trazer para cá um sistema dos Estados Unidos ou da Alemanha. Nós temos que ir testando.

Esse modelo que temos agora, Sras. e Srs. Deputados, não pode continuar. Vamos parar de falar em reforma. Vamos fazer alguns ajustes, para que, em 2018, possamos disputar eleições limpas, sem risco de sermos processados, de sermos presos ou de respondermos a processos. Vamos tentar chegar a um acordo e mostrar para a sociedade que este Plenário é capaz de produzir algo nesse sentido. Senão, vai ficar claro que a nossa intenção é deixar tudo como está. Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 362/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 209	DIEGO GARCIA-PHS -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Descumprimento de acordo para a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, a respeito da reforma política. Contrariedade à proposta de adoção do sistema de voto distritão com legenda e de criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia.

---

**O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR.** Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, na semana passada, nós nos reunimos, diversos Líderes, e foi feito um acordo para a votação da PEC 77, no plenário da Câmara dos Deputados, seguindo uma ordem de votação. Tudo indica, como o Deputado Júlio já muito bem salientou, que esse acordo acabou. E vem aí um grande jabuti, um monstro, algo que nós

não sabemos o que é, porque ainda não tem cara, não tem nome, e não conseguimos nem sequer ter a dimensão do vem no texto. O Plenário tem que entender que virá tudo junto nesse pacote, principalmente a possibilidade de adoção de um distritão com legenda, o que seria um retrocesso ainda maior.

O distritão só existe em quatro países no mundo, entre eles, o Afeganistão, o maior deles, e as Ilhas Pitcairn, que tem 50 mil habitantes. Com certeza, esse não é o sistema que o povo brasileiro, que a sociedade brasileira quer.

E o distritão com legenda, com todo o respeito aos Parlamentares do PT, beneficia o PT, beneficia o PSDB, beneficia o PMDB, mas prejudica a grande maioria dos partidos da Casa.

Essa proposta tem um enfoque e uma razão muito claros: fazer com que a quantidade de legendas que hoje existe na Casa não exista mais e tudo se concentre em apenas três, quatro ou cinco partidos.

Por isso, Sr. Presidente, a posição do PHS é clara: nós não vamos aceitar nenhum descumprimento daquilo que já foi feito em termos de acordo de procedimentos para a votação. E o estabelecimento desse acordo não significa apoio a proposta A, B, C ou D. Trata-se tão somente de acordo para a votação, porque nós queremos votar e esgotar esta matéria hoje. Mas, repito, não vamos aceitar essas medidas.

E outra coisa: nessa emenda viria também o Fundo de Financiamento da Democracia, sem valor, sem limite. O valor será estabelecido depois, podendo ser muito maior do que os 3 bilhões e 600 milhões de reais previstos anteriormente.

A nossa denúncia aqui é para que o Plenário esteja atento, a fim de que, na hora da votação, nós possamos rejeitar essa emenda aglutinativa que será apresentada. Ela não é aquilo que o povo anseia e espera de uma reforma política, de maneira alguma. Essa proposta que está nos bastidores, que nem sequer sabemos qual é nem sabemos quem é o dono, quem é o autor, vem para, mais uma vez, ferir esta Casa, ferir os Parlamentares sérios, jogar a população brasileira contra o Parlamento e contra os Parlamentares que, de fato, atuam em defesa do povo e da sociedade brasileira.

O PHS é contra, vai se posicionar contra e não vai aceitar essas emendas que serão apresentadas no plenário.

---

Documento 363/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 210	CELSO PANSERA-PMDB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---



## *Sumário*

Necessidade de votação de proposta de reforma política em discussão para encerramento do processo.

---

**O SR. CELSO PANSERA** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado pela concessão da palavra. Aqui temos 513 Parlamentares e 513 ideias geniais para a reforma política. Cada um tem a sua concepção, a sua visão para sairmos da crise, o que é normal, porque são pessoas inteligentes.

Agora, nós não temos como construir, neste ambiente, um consenso entre os 513 Deputados. Então, estamos buscando estabelecer algum tipo de maioria, para indicar algum caminho para o sistema político brasileiro.

Essa emenda aglutinativa é uma tentativa de construir uma maioria. Vamos votá-la. Se não houver maioria, vamos buscar uma nova ideia ou uma nova aglutinação de ideias. Se for para votar um PL depois, vamos votar um PL depois. O que não podemos é, depois desses meses todos debatendo nas três Comissões, deixar de votar. Nós vamos fazer a votação hoje. Quem ganhar, ganhou, ganhou; quem perder, perdeu. Vamos buscar uma maioria. O importante é que aqui não se perde, nem se ganha no grito; perde-se ou ganha-se no voto. Os Líderes partidários fizeram reuniões para debater isso. Assim, não venham dizer que isso é coisa da calada da noite, feita às escondidas, um truque, coisa de debaixo da mesa, porque não é verdade. Houve muitos debates, muitas reuniões, muitas tentativas de, dentro dessas 513 grandes ideias de reforma política, construirmos uma ideia ou aglutinarmos algumas ideias em uma que consiga estabelecer a maioria.

E nós faremos esse esforço hoje à noite para votar.

---

Documento 364/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 211	LINCOLN PORTELA-PRB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

## *Sumário*

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, sobre a reforma política. Conveniência de realização da reforma política na próxima legislatura.

---

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PRB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente JHC, primeiro, quero expressar o meu respeito a todos os Parlamentares desta Casa.

Estou aqui há 19 anos. E, a cada ano, nós votamos aqui uma reforma política ou uma reforma eleitoral. Eu não posso acreditar que haja seriedade num Congresso no qual já estou há cinco mandatos e que a cada ano vota uma reforma desse nível.

Quando nós estávamos votando a PEC 282, eu avisei a diversos partidos, inclusive ao meu: essa coisa está um tanto quanto esdrúxula. Essa coisa não tem jeito de seriedade. Eu disse: vamos derrubar a PEC 282 e, depois, acabar com isso.

Na minha avaliação, devido a tantas coisas que aconteceram nesta legislatura, não temos, com o devido respeito aos Parlamentares, a legitimidade necessária para votarmos uma reforma política. A prova disso é o silêncio da sociedade. A prova disso é que não há clamor da sociedade. A sociedade não tem ido às ruas como ia. A sociedade não manda mais para cá opiniões como mandava. As entidades não se fazem representar aqui da maneira como já se fizeram representar. Logo, não há seriedade nesse trabalho.

Que a votação da reforma política nesta Casa fique para a próxima legislatura, porque o que votarmos aqui não será confiável.

Com todo o respeito a Parlamentares sérios que temos aqui, essa é a avaliação que faço, após 20 anos de Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 365/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 212	ESPERIDIÃO AMIN-PP -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa da extinção de coligações partidárias nas eleições proporcionais.  
Declaração de voto contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, a respeito da reforma política.

---

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem, eu formulei uma questão de ordem a respeito da pauta que foi estabelecida depois da votação da PEC 282, que eu apoio, porque defendo o fim das coligações nas eleições proporcionais. Se for possível em 2018, sim; se não, eu até concordo em postergar o início dessa proibição de coligação para 2020.

Quero reiterar meu voto contrário à PEC 77. Estou inscrito para falar contra essa PEC em todos os momentos em que for possível falar. Essa PEC nasceu em 2003, consultou a sociedade e tem o seu epílogo marcado pelo silêncio dos sábios, porque está sendo parido um texto. Isso é da maior gravidade. Se nós formos somar as despesas com viagens para ouvir a sociedade brasileira, de 2011 para hoje, e terminar deste jeito, num consistório não se sabe de quem, para, em nome do fundão e do distritão, votar, provavelmente depois das 10 horas da noite, uma coisa com o nome de reforma política, eu não tenho coragem de apoiar. Então, quero antecipar que votarei contra todos os tópicos da PEC 77 e maldades conexas, inclusive a do Deputado Marcus Pestana. Muito obrigado pela atenção.

---

Documento 366/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 213	VALDIR COLATTO-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Impossibilidade de estabelecimento de consenso para a realização da reforma política.

---

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sou Deputado nesta Casa já há sete legislaturas e não me manifestei ainda sobre essa questão da reforma eleitoral.

Em todos os anos que passamos nesta Casa - e são mais de 20 anos - , nós tentamos mudar a legislação eleitoral. E a pergunta é sempre esta: "*Que mudança fazer? Qual a mudança possível?*" Quem consegue nesta Casa consenso para aprovação de uma PEC, que exige o voto de 308 Deputados? Não acredito, sinceramente, que haja consenso agora, como não houve no passado, quando foi tratada essa matéria.

Se nós pegarmos todos os Deputados presentes, os 513, cada um tem a sua proposta de reforma política, de reforma eleitoral.

Por isso, Sr. Presidente, nós temos de caminhar para a transparência, levar em conta que a melhor lei eleitoral é a transparência. O candidato deve fazer uma campanha política transparente, com propostas, olhando para o País. E aqueles que votam têm a responsabilidade de escolher as pessoas que vão representá-los.

O voto é um aval, é um cheque em branco, e as pessoas dão esse voto a quem vai representá-las, decidir por elas. Isso tem de ser feito com seriedade. E nós temos de ter seriedade dos dois lados, tanto do candidato quanto do eleitor, para que possamos fazer a verdadeira reforma política.

É o que eu penso sobre esse tema. O consenso não vai acontecer, porque cada um tem uma realidade no seu Município, no seu Estado, onde estiver.

---

Documento 367/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 214	ASSIS MELO-PCDOB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Descumprimento, pelos grandes partidos políticos, de acordo para votação da proposta de reforma política.

---

**O SR. ASSIS MELO** (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Presidente, eu tenho ouvido aqui vários Deputados se manifestarem, dizendo que não houve acordo. Houve, sim, Presidente!

Na semana passada, votamos aqui e chegamos a mais de 400 votos porque houve acordo. E não foram os pequenos partidos, mas os grandes partidos que romperam esse acordo. Era para votarmos no dia de hoje, Presidente. O que houve da semana passada para esta semana que fez com que o acordo fosse rompido?

A construção de acordo houve, Presidente. O que não houve foi a garantia da palavra dada, porque nesta Câmara, infelizmente, acertam uma coisa num dia e no outro dia já não acontece mais. A questão é essa.

Como foi votada a PEC da Deputada Shéridan na semana passada com aquela quantidade de votos? Havia acordo. Por que nesta semana não vai acontecer isso? Não vai, porque goela abaixo não vai mesmo, Presidente. Ou se constrói acordo e se garantem os acordos ou não há votação.

---

Documento 368/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
------------	--	----------------------

Publ.: DCD - 14/09/2017 -  
218

ROBERTO FREIRE-PPS -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Descontentamento com a defesa, pelo PSDB, de emenda aglutinativa relativa à criação de fundo público para financiamento de campanhas eleitorais e ao sistema de voto denominado distritão no âmbito da reforma política em tramitação na Casa.

---

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um ligeiro comentário. É lamentável aqui assistirmos ao PSDB defender uma emenda aglutinativa que, concretamente, significa aprovar o fundão e o distritão. Isso, evidentemente, é algo inimaginável, é colocarmos esta Casa perante a sociedade defendendo o indefensável. Evidentemente, o fundão numa aglutinativa com o distritão é tentar fazer com que a opinião pública degrade ainda mais o trabalho desta Casa. E, lamentavelmente, isso está vindo do PSDB.

---

Documento 369/516

254.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

13/09/2017-  
18:32

Publ.: DCD - 14/09/2017 -  
220

ROBERTO FREIRE-PPS -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Inadmissibilidade da criação de fundo para o financiamento público de campanhas eleitorais, no âmbito da reforma política em tramitação na Casa, diante da crise econômica por que passa o País.

---

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas porque fui citado, eu gostaria de dizer que, para remanejarmos recursos de emendas, para remanejarmos programas partidários, não necessitamos criar fundo constitucional. A lei ordinária resolve isso. Perante a opinião pública, o que estamos fazendo é o que iríamos fazer, agora com certa camuflagem. Estou me referindo diretamente ao PSDB pelo respeito que tenho ao partido. Ninguém do partido pode tirar de mim, como aliado fraterno, esse direito de criticar. O País precisa receber desta Casa respostas

positivas, para sairmos da crise, e não aprofundarmos esta crise. Não se pode imaginar que se continue gastando em campanha o que se gastou até hoje. Vamos baratear! Essa é a resposta positiva que se dá à sociedade, e não votar um fundo que é absurdo no momento em que o País passa por esta crise - crise fiscal, crise econômica. Esta Casa precisa dar uma resposta séria à sociedade brasileira. Por isso fiz esse chamamento ao PSDB, que é um partido que considero sério e que tem responsabilidade com a República.

---

Documento 370/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017-18:16
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 175		SILVIO COSTA-PTDOB -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Solicitação aos Deputados de rejeição das propostas de adoção do sistema de voto denominado distritão e de criação de fundo de financiamento público de campanhas eleitorais. Alerta ao Plenário sobre a existência de manobras para a votação da matéria.

---

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sei que V.Exa. não está por trás do que vou dizer, até porque é um democrata e atende ao pedido da maioria dos Líderes. Mas quero alertar os meus companheiros aqui, inclusive os que estão nos gabinetes, sobre a papagaiada que existe agora nesta sessão. O nome é esse!

Primeiro, fizeram uma emenda aglutinativa - V.Exa. não está participando disso, porque é candidato a Presidente da República e tem que se comportar direitinho - juntando o distritão com o fundão. Depois, se isso não passar, vão colocar o tal do distrital misto. Por último, vão colocar a PEC da Deputada Shéridan, que proíbe coligações na eleição proporcional de 2020, com a cláusula de barreira para 2018.

Quero pedir aos meus amigos que votem "não" ao distritão, "não" ao fundão, "não" a qualquer articulação artilosa. Eu sei de onde está vindo isso: de gente que esta efetivamente com medo do futuro. Vamos derrotar esse distritão!

---

Documento 371/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017-18:24
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 179	LAURA CARNEIRO-PMDB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Relevância de propostas aprovadas pela Comissão Especial da Reforma Política. Expectativa de estabelecimento de consenso sobre a pretendida extinção de coligações partidárias nas eleições proporcionais e sobre a adoção de novo sistema de voto. Necessidade de votação, pela Câmara dos Deputados, da proposta de reforma política e de projeto de lei a respeito do crime de estupro. Solicitação à Presidência de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 134, de 2015, acerca da reserva de vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais, nas três legislaturas subsequentes.

---

**A SRA. LAURA CARNEIRO** (PMDB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu queria aproveitar, enquanto esperamos quórum para a votação da proposta de reforma política, para dizer que hoje, na Comissão Especial presidida pelo Deputado Lucio Vieira Lima, cuja matéria é relatada pelo Deputado Vicente Candido, conseguimos votar a reformulação que diz respeito à reforma infraconstitucional necessária para o próximo ano.

Sr. Presidente, foram muitos os avanços, mas diria que há algumas inovações importantes que vale a pena citar. Na próxima eleição, será possível a utilização da Internet de forma ampla. Significa dizer que até impulsionar as postagens será possível através do sistema eleitoral. *(Desligamento automático do microfone.)*

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - ... a eleição será de 45 dias.

Nós poderemos utilizar em campanha apenas papel e bandeiras. Ficam absolutamente proibidas as placas, Sr. Presidente. Ainda fica permitida a utilização de carros de som, o que vai acarretar diminuição dos custos.

Hoje, Sr. Presidente, nós aprovamos um destaque, contra o voto do PMDB. O fundo hoje é inexistente, porque, na verdade, não há nenhuma regulação. Foi a grande modificação feita hoje.

Afora isso, Sr. Presidente, em todas as matérias discutidas naquela Comissão de alguma maneira nós avançamos. Avançamos inclusive na

questão do *telemarketing*, de maneira muito inteligente: poderemos fazer *telemarketing* no comitê, através de pessoa física, e não através de empresas, o que geraria mais custo para as candidaturas em 2018. Sr. Presidente, eu espero que hoje nós consigamos achar uma solução, seja com o fim das coligações, seja com o distritão simples e depois, em 2020, com o distrital misto, seja com o sistema alemão, que é absolutamente inteligente, para o qual poderíamos avançar no ano de 2020, tendo em vista a impossibilidade de construir os distritos antes da eleição do ano que vem. Faríamos o que eu chamo de "distritão à brasileira", que seria o distritão unido à questão das legendas. Enfim, Sr. Presidente, há que se achar um caminho. O que não pode ocorrer, Sr. Presidente, tendo em vista a necessidade de votação da matéria até o começo do mês de outubro, é que nós não a votemos. Contra ou a favor, o importante é que esta Casa se manifeste. Cada um de nós já tem entendimento suficiente do que acha melhor para o País, seja o atual sistema, seja o sistema híbrido, seja o sistema distritão ou distritão misto. Não interessa. Estamos discutindo a matéria há quase 5 meses. Não é possível que as pessoas ainda não saibam como vão se posicionar. Quem é a favor do fundo que vote a favor, quem é contra o fundo que vote contra. O importante é que essa matéria saia da pauta, para que, já na semana que vem, possamos votar a questão do estupro.

Não poderia deixar de dizer, Sr. Presidente, que essa matéria é da maior importância. Nós unimos o projeto da Senadora Vanessa Grazziotin ao projeto da bancada feminina na Câmara dos Deputados e fizemos um substitutivo com muitos avanços, seja no que se refere ao estupro cometido por mais de duas pessoas, o chamado "estupro coletivo", seja no que se refere ao estupro proveniente do crime de ódio, seja no que se refere à criação de um novo tipo penal, a importunação sexual. Isso vai possibilitar, Sr. Presidente, que casos como aquele em que o cidadão ejaculou numa senhora no ônibus sejam, aí sim, punidos com base no Código Penal, recebam tipificação criminal. Portanto, não seria contravenção, mas crime, com previsão de pena de prisão de 2 anos a 4 anos. Ainda avançamos, Sr. Presidente, com a inclusão nesse projeto de agravantes de pena para o crime de estupro. Então, espero que votemos a urgência da matéria na semana que vem e, logo depois, o seu mérito.

E, é claro, Sr. Presidente, quero pedir a V.Exa. que não se esqueça da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 134. Poderemos, entre os dois turnos de votação da reforma política, votar a PEC 134, tão importante para a bancada feminina desta Casa. Obrigada, Sr. Presidente.



254.3.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/09/2017-  
CD 18:30  
Publ.: DCD - 14/09/2017 - DELEGADO EDSON MOREIRA-PR -MG  
181  
CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de adoção do sistema de voto denominado distritão, no âmbito da reforma política.

---

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos partir para o voto do distritão. Vamos arrebentar com esse negócio logo de uma vez. Já tentaram uma vez em 2015, quando V.Exa. foi o Relator da proposta. Vamos tentar a segunda vez para ver se passa. Vamos para o voto!

---

Documento 373/516

---

254.3.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/09/2017-  
CD 18:32  
Publ.: DCD - 14/09/2017 - JEFFERSON CAMPOS-PSD -SP  
204  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Necessidade de renovação da representatividade parlamentar na Câmara dos Deputados. Encarecimento das eleições brasileiras. Importância do estabelecimento de consenso para a votação da proposta de reforma política.

---

**O SR. JEFFERSON CAMPOS** (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos próximos de votar uma reforma importante. Estamos todos aqui nesta grande dúvida. Alguns estão querendo distritão; outros estão querendo apenas o fundo. Mas o importante é que tenhamos representatividade. Dificilmente nós vamos conseguir agradar a todos. Quando chegam aqui Deputados com poucos votos, a grande mídia nos critica. Quando temos um sistema que pode trazer os mais votados, somos criticados

porque não há renovação. Quando há renovação - há poucos dias, o Presidente Fufuca dirigiu os trabalhos, e foi quase ridicularizado -, a mídia não concorda com a renovação. E até pelo nome, um Parlamentar brilhante que é, foi criticado.

Então, estamos num momento difícil de decisão. Nós sabemos muito bem que precisamos fazer a reforma. Agora, chegar à reforma ideal, essa é a grande dificuldade que temos. Vamos, pelo menos, votar aquilo que nos é devido, aquilo que podemos fazer, aquilo que é urgente para o povo brasileiro, diante da necessidade que temos e que é premente de haver renovação.

Nós entendemos tudo isso de uma forma muito simples. Nós temos que dar uma satisfação, nós temos que votar, temos que mostrar um resultado, para que o processo político se torne um pouco mais acessível.

Na primeira eleição que disputei, o voto era de papel. De lá para cá, temos feito muitas mudanças. Acabamos com o *showmício*, com o brinde e com a camiseta. Acabamos com tantas e tantas coisas, e as eleições estão ficando cada vez mais caras. É um contrassenso! Não pode mais *outdoor*, não pode mais carro de som, não pode mais usar muros, e as eleições estão ficando mais caras. É um contrassenso muito grande que estamos vivendo!

Oxalá consigamos chegar a um consenso, votar e dar uma satisfação! Que a representatividade continue sendo assegurada!

Obrigado, Presidente.

---

Documento 374/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 213	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Inexistência de acordo para a votação da proposta de reforma política. Defesa de redução dos custos de campanhas eleitorais.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar de forma clara e transparente que esta Casa não chegou a acordo algum. Pode haver acordo de um grupo aqui, de um grupo ali ou de outro grupo acolá, mas não há consenso para esse tal de distritão. E, como ele não é consenso, via de consequência, o fundão, com esses 3 bilhões e tantos milhões de reais, ou seja lá com o valor que for, também não é consenso.

O que nós precisamos votar aqui é a limitação de gastos. Eu acho que isso, sim, é essencial, para que o limite de gastos dos candidatos a Deputado Federal não seja a estratosfera: 5 milhões de reais, 6 milhões de reais. Isso é inaceitável.

Nós temos que definir um limite de gasto razoável, até porque a população lá fora está de olho nos milhões e milhões de reais que vamos gastar nas campanhas eleitorais. Isso não é aceitável.

---

Documento 375/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 214	VINICIUS CARVALHO-PRB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de rejeição das propostas de adoção do sistemas de voto denominado distritão, do voto distrital misto e de criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia.

---

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos na iminência da votação da reforma política, e muitos já falaram sobre o distritão e sobre o sistema distrital misto. O distritão que querem aprovar nesta Casa para mudança do nosso sistema eleitoral tem como referência apenas o Afeganistão. E, quanto ao distrital misto, muitos falam da Alemanha, que é uma república parlamentarista, mas ele existe também na Nova Zelândia, que tem um sistema de monarquia parlamentarista. Então, a bem da verdade, não é um sistema para ser aplicado no nosso sistema eleitoral.

Por isso, não apoiamos nem o distritão, nem o distrital misto, muito menos o Fundo Especial de Financiamento da Democracia!  
Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 376/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 215	SILVIO COSTA-PTDOB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM

---

### *Sumário*

Necessidade de cumprimento de acordo para votação da proposta de reforma política. Alerta aos Deputados sobre o conteúdo de emenda aglutinativa. Defesa de rejeição das propostas de criação de Fundo Especial de Financiamento da Democracia e de adoção do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós temos que prestar muita atenção no que está para acontecer nesta Casa. O Presidente acabou de dizer que vai levar esta sessão até 4, 5, 6 horas da manhã, para tentar votar alguma coisa da reforma política, e eu concordo com o Presidente.

Agora, vejam bem, eu vou citar o PT aqui, até para o PT se explicar. Houve uma reunião, semana passada, na casa do Presidente Rodrigo Maia, na qual ficou pré-acertado que nós iríamos votar a PEC da Deputada Shéridan, com coligação para 2020 e cláusula de barreira. Depois, se ela fosse derrotada, votaríamos o tal do distritão; depois, o tal do distrital misto; depois, o tal do fundão. Sabem o que fizeram? Juntaram o distritão, o fundão - para o PT poder votar, porque o PT era contra o distritão -, e o distrital misto empurraram para 2022. Juntaram esses três numa emenda só, para tentar aprovar o distritão e o fundão. Então, eu quero alertar todos os companheiros para o fato de que, quem é contra o distritão, quem é contra o fundão, tem que votar contra essa emenda aglutinativa.

Isso é uma afronta à opinião pública! Querem fazer campanha com dinheiro público!

"Não" ao fundão, "não" ao distritão!

---

Documento 377/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 209	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento contrário à adoção do sistema de voto denominado distritão. Defesa de prioridade à votação de proposta de redução dos custos das campanhas eleitorais.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Obrigado, Sr. Presidente, por conceder a palavra a mim. Eu também quero falar sobre a reforma política de que o Brasil tanto precisa. Parece que nós escolhemos um caminho para, mais uma vez, obstruir a reforma política, porque, ao estabelecer esse conflito que quer impor um distritão que não tem votos do Plenário, nós não iniciamos a votação por aquilo que é mais importante para o povo brasileiro e para a democracia brasileira: o barateamento das campanhas, Sr. Presidente.

Nós temos que diminuir o volume de dinheiro gasto nas campanhas eleitorais. Se nós não votarmos o projeto de lei que estabelece tetos de gastos nas campanhas, nós teremos - pasmem! - um custo na próxima campanha para Presidente da República que poderá chegar a 250 milhões de reais! Para Governador, em São Paulo, o custo poderá chegar a 73 milhões de reais; no Ceará, 81 milhões de reais; em Minas Gerais, 44 milhões de reais; no Rio de Janeiro, 38 milhões de reais; na Bahia, 38 milhões de reais. O teto de gastos nas campanhas para Deputado Federal, pela lei atual, se nós não a mudarmos, é o paraíso para os mais ricos: no Rio de Janeiro, 5 milhões 783 mil reais; em São Paulo, 7 milhões e 200 mil reais; em Minas Gerais, 4 milhões 220 mil reais; no Rio Grande do Sul 2 milhões 475 mil reais.

Sr. Presidente, nós temos que votar um teto de gastos que corresponda a 60% da média dos gastos efetuados pelos Deputados eleitos na eleição passada. Nós temos que votar um teto para Presidente da República que seja de 50 milhões de reais, por exemplo, Deputado Esperidião Amin. Temos que votar tetos de gastos nas campanhas para Governador. Por que um candidato a Governador, em Minas Gerais, não pode fazer uma campanha com 8 milhões de reais, 9 milhões de reais, e precisa de 44 milhões de reais?

Esse derrame de dinheiro, Deputado Lincoln, nas campanhas é que gera campanhas que são sempre vantajosas para os mais ricos, para aqueles que detêm o poder econômico. Isso não interessa à maioria do povo do nosso País.

Eu proponho a V.Exa., Presidente JHC, ao Presidente Rodrigo Maia e ao Deputado Manato, que também está sentado à mesa, que comecemos a votação pelo projeto de lei. Vamos terminar com o autofinanciamento, senão um candidato rico de São Paulo pega o seu próprio cheque e coloca 7 milhões na campanha. Como é que fica o candidato popular, que não tem esse dinheiro? Perde a eleição sempre. Isso não serve ao Brasil, Sr. Presidente.

---

### *Sumário*

Defesa da realização de amplo debate sobre a reforma política. Conveniência da promoção de ajuste do sistema político-eleitoral brasileiro.

---

**O SR. DAVIDSON MAGALHÃES** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez subo à tribuna para discutir sobre o que poderia ser uma reforma política. Na verdade, é um arremedo de reforma política o que se está querendo fazer aqui.

A tal emenda aglutinativa é a emenda "Torre de Babel", que está reunindo interesses específicos - alguns mesquinhos -, sem discutir o aprofundamento da democracia no Brasil.

Imaginem: quem é contra o fundão, vai ser convencido pela possibilidade de instituição do voto distrital misto em 2020. Quem é contra o distrital misto vai ser convencido porque é a favor do fundão. Ou seja, é a reunião da falta de convicção com os interesses mesquinhos e oportunistas. Isso não é possível!

Uma força política tem convicção de que o distritão não aprofunda a democracia e enfraquece os partidos, mas vai votar a favor por causa do financiamento do fundão, o financiamento público. Isso é falta de convicção! Isso é oportunismo eleitoral! Isso não ajuda no aprofundamento da democracia neste País!

O outro é contra o distritão, mas já que vai ter o distrital misto em 2020, ele abre mão da sua convicção sobre o melhor sistema eleitoral, de maneira oportunista, para se beneficiar e não discutir aquilo que tem convicção nem apresentar os argumentos para convencer o povo brasileiro do que é melhor para o aprofundamento da democracia. Sinceramente, nós estamos diante de mais um vexame que este Parlamento vai dar, não por não ter feito um acordo ou não ter discutido abertamente os interesses, mas porque agora, no apagar das luzes, quando os Líderes somem do plenário para não discutir as teses e vão discutir interesses menores, mesquinhos, e se esconder da opinião pública, querem colocar o fundão, que é feito com recurso público, na mesma emenda aglutinativa que o distritão, para ser aprovado escondido da opinião pública.

Quem tem convicção de que o financiamento público da eleição é o melhor tem que subir à tribuna no plenário e dizer por que é a favor do fundão, e não tentar escondê-lo numa emenda, atrás do sistema denominado distritão. E, pior ainda, é um distritão com legenda, que é fruto da falta de convicção e oportunismo, aí, sim, das grandes legendas, porque se há convicção de que a coligação é nefasta à democracia, ela teria que ser proibida no primeiro turno para a eleição proporcional e para a eleição majoritária. Nós vimos, pelas denúncias

recentes, que a corrupção não se deu para fechar a chapa proporcional, mas para a venda do tempo de televisão para a chapa majoritária. A chapa majoritária sempre foi a grande beneficiária do sistema de coligação, do sistema dos tempos de televisão dos partidos pequenos ou, melhor dizendo, daqueles partidos que se submetem a ser partidos de aluguel.

Nesse sentido, Sr. Presidente, longe de querer aprovar alguma coisa, nós vamos piorar o sistema, vamos aprovar exatamente uma grande jabuticaba, uma grande Torre de Babel, uma mistura de interesses contra o cidadão brasileiro, contra a democracia e contra esse aprofundamento da discussão, nesse quadro de crise política que o Brasil está vivendo, nesse quadro de crise institucional.

Em vez de este Parlamento discutir o aprofundamento da democracia, para permitir que o povo faça o processo de renovação que lhe interessa, está querendo montar um esquema aqui para a manutenção de mandatos, para não permitir a renovação, para não permitir que o povo analise e julgue aquilo em que cada um votou, a forma como cada um atuou dentro deste Parlamento, e possa fazer um processo de renovação e de julgamento justo.

Essa articulação que está sendo feita, neste momento, é uma articulação contra a democracia no Brasil, é uma articulação para a permanência de maneira escusa dos detentores atuais dos mandatos. E pior, com o financiamento público e com dois sistemas que sequer o povo julgou se seriam úteis para o aprofundamento da democracia no Brasil.

Chamo a atenção de todas as Lideranças e das Sras. Parlamentares e dos Srs. Parlamentares desta Câmara Federal para não permitirem que esse absurdo seja perpetrado contra a democracia brasileira e que os interesses menores, corporativos e, acima de tudo, de falsear a democracia brasileira, ainda por cima com o financiamento público do fundão, sejam aprovados neste Parlamento.

Nós defendemos o aprofundamento da democracia e um debate mais amplo e mais profundo sobre esse tema. Se não é possível fazer isso, que discutamos aqui que regras são possíveis ser feitas com um quadro político de crise como este e no nível de amadurecimento do tema que foi alcançado com a discussão que se fez aqui.

Portanto, o que poderia ser feito era um ajuste do processo eleitoral sem fazer mudanças, sem dar cavalo de pau na democracia brasileira.

Acho que esse é o pensamento de grande parte dos Parlamentares. E chamo a atenção dos partidos pequenos e médios: vão fazer as contas sobre o sistema distritão com legenda. O que significa esse sistema distritão com legenda? Significa exatamente um duplo interesse dos partidos que têm candidato majoritário. Serão os grandes beneficiados desse processo esdrúxulo que está sendo feito às escondidas, às carreiras, a maneira, aliás, como tem sido aprovada grande parte das coisas contra o povo nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 217	MARCUS PESTANA-PSDB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do orador acerca de tópicos da proposta de reforma política em tramitação na Casa.

---

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta é uma noite muito importante.

Há um consenso absoluto de que o nosso sistema político-partidário e eleitoral se esgotou. Boa parte da crise permanente de governabilidade e a baixa qualidade da governança têm a ver com o nosso presidencialismo de coalizão e as suas distorções. Nós precisamos mudar, não reformar por reformar. Precisamos mudar para colocar o País nos trilhos e melhorar a qualidade da nossa democracia.

Dois temas centrais estão nessa emenda aglutinativa. O primeiro é o sistema eleitoral.

Desde o nascimento da democracia moderna há um problema de representação. O Parlamento, que representa a sociedade, naquela época servia para controlar e limitar o poder absoluto do rei. E daí avançou a democracia. Para a representação política, nós temos, na experiência histórica, dois sistemas clássicos: o sistema que vige na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, o distrital puro, que privilegia a proximidade, o conhecimento do eleitor sobre o eleito; e, no outro ponto, a âncora programática na lista partidária. Todos têm limites e defeitos. Nenhum sistema é perfeito. O distrital puro restringe as minorias, os candidatos temáticos, de segmentos sociais. A lista é um tanto impessoal e gera insatisfações por ser impessoal.

Os alemães, no pós-guerra, criaram o distrital misto, que é uma síntese que atenua os defeitos dos dois sistemas clássicos e potencializa as qualidades.

Bem, o aconteceu no Brasil?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Um golpe.

**O SR. MARCUS PESTANA** - O que aconteceu no Brasil, agora, nesta reforma? Primeiro, o TSE deixou claro que nenhuma territorialização do voto seria possível. Então, ficaram excluídos o distrital puro, o distrital misto, a regionalização do voto proporcional.

Depois, surgiu a ideia, alguns Ministros do TSE e de algumas lideranças políticas, de fazer a transição pela lista fechada. Ela foi



bombardeada pela imprensa, pela sociedade, pelas redes sociais e por este Plenário. Arquivou-se a lista fechada.

Restaram duas alternativas: ou o sistema atual, com todas as suas distorções acumuladas, ou o distritão. Os dois têm debilidades enormes, só que, hoje, na configuração do Brasil dos nossos dias, o distritão é menos pior e gera menos distorções. O nosso sistema chegou ao fundo do poço: chapas artificiais que encarecem candidaturas que não são para valer, que encarecem a eleição, distorção da vontade do eleitor - vota em A e elege Z.

Portanto, para fazer a transição para um sistema avançado, aquele que tem as maiores qualidades, que é o distrital misto, nós estamos defendendo o distritão para 2018 e, para as eleições a partir daí, um sistema moderno e maduro.

Quanto ao financiamento, eu quero tranquilizar o Plenário. Está sendo criado, abstratamente, sem números, um fundo público. Nós não vamos recuperar doações empresariais. A doação de pessoa física ficou limitada a dez salários mínimos na votação de hoje na Comissão. Só restará doação de pessoa física. O fundo público - e fui Relator da LDO -, necessariamente, será modesto. Não há espaço fiscal. E o PSDB, entre tantos partidos, não admitirá tirar das políticas públicas, das políticas sociais, nem 1 centavo. O próprio sistema político - por exemplo, na renúncia fiscal do horário de TV - é que terá de gerar os fundos para a formação modesta de um pequeno fundo, que se combinará com as doações de pessoas físicas.

Portanto, esse é o passo possível, esse é o avanço, combinado com a PEC relatada pela Deputada Shéridan.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 380/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 221	SILVIO COSTA-PTDOB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à proposta de destinação de recursos de emendas parlamentares para o fundo de financiamento público de campanhas eleitorais, no âmbito da reforma política em tramitação na Casa.

---

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sinceramente, eu lamento que esta proposta venha do meu querido Deputado Tripoli.

Essa questão de tirar dinheiro de emenda parlamentar para o fundão, além de indecente, é inconstitucional. Porque, em tese - pelo menos é o que todo mundo diz -, o dinheiro das emendas parlamentares é para as Prefeituras, é para os Estados, é para que as pessoas façam obras, gastem dinheiro com educação.

Então, o que V.Exa. diz - "*vamos tirar dinheiro das minhas emendas e destiná-lo ao fundo*" -, além de indecente, indecente, indecente, indecente, é inconstitucional, até porque as emendas são impositivas. A questão de ordem, Sr. Presidente, é esta: se isso estiver sobre sua mesa, V.Exa. não pode acatar. Eu peço um parecer da CCJ em plenário.

---

Documento 381/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017-18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 242	MARCUS PESTANA-PSDB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### *Sumário*

Encaminhamento da votação da Emenda Aglutinativa nº 4, oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-D, de 2003, a respeito da reforma política.

---

**O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de continuar dialogando, porque este não é um tema qualquer. Nós estamos patinando há 10 anos neste tema. Eu fiz parte de quatro Comissões sobre a reforma política: em 2011, 2013, 2015 e 2017. Copa do Mundo e Olimpíadas acontecem de 4 em 4 anos. A reforma política há em todo ano ímpar, porque há uma insatisfação clara com o funcionamento da nossa democracia.

As distorções que nós produzimos são inéditas no mundo inteiro. Eu não sei se os Deputados e Deputadas sabem que as pesquisas, nos últimos 20 anos, inclusive as mais recentes, indicam que 70% dos brasileiros não sabem sequer o nome do Deputado em que votou 1 ano depois da eleição. Quando a população não sabe sequer citar o nome, é porque não acompanha, não controla, não fiscaliza e não recebe prestação de contas, princípio fundamental da democracia moderna. O cientista político Jairo Nicolau, que é um dos maiores especialistas, talvez o maior especialista da UFRJ em sistema eleitoral, fez um estudo sobre 1.165 eleições no mundo inteiro, em 130 países, no

século XX e início do século XXI. Os cientistas políticos adotam o índice de dispersão partidária, que é o número de partidos e o número de cadeiras que os principais partidos que sustentam o Governo, a coluna vertebral do Governo, têm. Em 1.165 eleições no mundo inteiro, os 4 principais índices de dispersão, portanto, de dificuldade para governabilidade, sabem quais são? Primeiro lugar, Brasil, 2014; segundo lugar, Polônia, de Lech Walesa, pós-socialismo; terceiro lugar, Brasil, 2010; quarto lugar, Brasil, 2006. Essas medalhas de ouro, de bronze e de lata não devem nos orgulhar.

Portanto, o nosso sistema decisório está em crise. A população tende a achar que reforma política é assunto dos políticos, mas não é.

Melhorando o processo de governança, de governabilidade e de decisão, melhora a educação, a saúde, a segurança pública, a estrutura tributária, o Orçamento público, a gestão pública. Isso tem tudo a ver com a qualidade do desenvolvimento do País.

Não nos restou alternativa. Nós trabalhamos 8 meses na Comissão Especial. Infelizmente, nenhuma territorialização do voto é possível para 2018. Nós vamos manter essas chapas artificiais, em que, de 100 candidatos, na verdade 15 estão concorrendo para valer? O partido tem que se virar para financiar campanhas de candidatos artificiais? Distorções para partidos que não têm nenhuma identidade ideológica, em que um campeão de votos como Enéas traz outros três?

O distritão como transição, mesmo com todas as suas debilidades, é um passo para alcançar o sistema distrital misto. No financiamento, vai ser uma discussão no Orçamento, no OGU, que vem para esta Casa. Vivemos uma crise fiscal. Nós estamos numa saia justa na questão do financiamento.

Nós podemos criminalizar a política. Vai ser o festival do caixa dois. Contraventores, crime organizado, corruptos e milionários não terão problemas. Nós precisamos ter coragem, ousadia, pé no chão, sensatez e bom senso. A aglutinativa aponta um caminho para o futuro do Brasil.

---

Documento 382/516

---

254.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

13/09/2017-  
18:32

Publ.: DCD - 14/09/2017 -  
249

DIEGO GARCIA-PHS -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário à criação de fundo para financiamento público de campanhas eleitorais.

---

**O SR. DIEGO GARCIA** (PHS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se esta não é a reforma ideal, por que vamos aprová-la? Olhem a incoerência no discurso e na fala: dizem que são contra uma coisa, mas vão votar a favor dessa coisa. Não dá para entender mais nada!

Está sendo desrespeitado o acordo já feito para o procedimento desta votação. Está sendo apresentado para votação nesta noite no plenário da Câmara dos Deputados não um jabuti, mas um monstro, assinado por dois partidos: PT e PSDB.

Ora, o PT, que arduamente subiu a esta tribuna aqui para se posicionar contra o teto de gastos, dizendo que este iria tirar dinheiro da saúde, da educação, da classe trabalhadora, agora é a favor de um fundo ilimitado! Está aqui escrito, só não enxerga quem não quer: ele é ilimitado! Como os Deputados do PT agora irão se explicar?

Eu acredito na coerência, acredito que os Deputados não vão acompanhar isso nesta votação. Vamos derrubar essa emenda aglutinativa e vamos votar destaque por destaque, fazendo aqui a discussão.

Da mesma forma, questiono o PSDB. Grande parte dos Deputados do PSDB - para não dizer a maioria - foi a público, gravou vídeos, publicou nas redes sociais que é contra o Fundo de Financiamento da Democracia. Agora eles vão votar a favor desta proposta?! Esse é o grande questionamento!

Nós não podemos aceitar uma proposta que só vai beneficiar dois grandes partidos. Veio aqui um de seus autores dizer que ela foi amplamente discutida na Comissão. Isso é mentira, é uma falácia! Essa proposta está sendo apresentada agora, na calada da noite, para colocar nas nossas costas, nas costas dos Parlamentares, mais uma vez, o ônus da aprovação de uma reforma que não reforma nada - nada!

Como os Deputados do PT, que subiram inúmeras vezes à tribuna para se posicionar contra o distritão, vão fazer a defesa agora? Como justificar a votação de S.Exas.?

Se a votação desta emenda aglutinativa acontecer, ela tem que ser, sim, derrubada por este Plenário, apesar de entendermos que existem outras emendas que teriam prioridade para votação. E não importa se vamos ter que entrar na madrugada aqui discutindo ponto a ponto esta reforma!

Qual é o medo? Vamos para o voto! Vamos deixar as nossas digitais e vamos mostrar para a sociedade como o Parlamento pensa e o que o Parlamento quer para o nosso País!

Essa é a minha posição.

---

### *Sumário*

Defesa de aprovação da proposta de reforma política.

---

**O SR. RICARDO TRIPOLI** (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, serei extremamente breve .

Este tema tem sido debatido aqui nesta Casa durante muitos anos. Vi vários Parlamentares - sob todos os aspectos - subindo à tribuna para criticar o atual sistema eleitoral. Elege-se só o rico. O pobre não se elege mais, porque o pobre não terá condições de buscar recurso para fazer campanha.

O que está se propondo hoje aqui? O princípio da isonomia, conforme determina a nossa Constituição, que diz que todos são iguais perante a lei. Digo isso com tranquilidade.

Uma das páginas do Facebook mais frequentada aqui nesta Casa é o do Deputado Ivan Valente e que, obviamente, não gasta a mesma coisa de muitos Deputados que estão aqui. S.Exa. ultrapassou a casa dos 300, 400 mil seguidores. Eu sei disso.

É óbvio, é direito lícito que ele tenha o volume desses seguidores sem usar recurso. Campanha barata, campanha com condições e em que todos possam participar do pleito eleitoral. Isso é importante.

O que está se fazendo hoje aqui? Buscando-se um método, uma fórmula, já que o Supremo Tribunal Federal fez o entendimento de que pessoa jurídica não vota, ou seja, não pode ter financiamento privado, restou uma única opção a esta Casa: votarmos o financiamento público. De que maneira?

Na semana passada, quando da aprovação do projeto da reforma política aqui relatado pela nobre Deputada Shéridan, retiramos 0,5% da peça orçamentária que seria destinada às campanhas eleitorais. Por quê? Porque se pretende não ter recursos novos para campanha eleitoral. Pretende-se remanejar aquilo que já existe. Os recursos para horário de propaganda eleitoral de televisão, de rádio, para os chamados *spots* durante o período em que não há campanha eleitoral, para as chamadas emendas de bancadas, que muitas vezes superam esses valores, também poderão ser carreados. Esses e outros, obviamente, são valores que já existem. Isso será combinado em uma lei específica infraconstitucional.

Portanto, o PSDB encaminha a votação pelo procedimento e pela aprovação dessa medida. O distritão, acompanhado do distritão misto, no modelo alemão, é aquele que o PSDB tem defendido já há muitos anos. Pode até surgir uma nova fórmula de financiamento, conforme o que está estabelecido pelos tribunais.

E digo mais aqui: esses recursos, Deputado Ivan Valente, não serão repassados diretamente aos candidatos, nem aos partidos, mas aos Tribunais Regionais Eleitorais, que se incumbirão de fazer a transferência e a fiscalização dos recursos. Mais transparente e mais legítimo é impossível.

Quero que alguém traga aqui uma equação diferente dessa, que tenha todas essas condições e que atenda a todos aqueles que querem disputar a eleição de forma isonômica, de forma que todos estejam no mesmo pleito, buscando votos para ter a representatividade para chegar a esta Casa.

Portanto, faço um apelo não só aos Deputados da minha bancada, mas para todos os Deputados desta Casa para que façam uma reflexão.

Não é o momento de insurgir contra algo que não conhecemos.

Os 3 bilhões e meio de reais, que em tese seriam colocados em campanha, acabaram na votação dessa medida, quando foi aprovado o parecer da Deputada Shéridan.

O Deputado Marcus Pestana fez um trabalho magnífico, junto com vários Parlamentares desta Casa. Nem tudo é possível. O bom é inimigo do ótimo. Não dá para se atender a todos, mas tenho certeza de que a população se verá representada a partir do momento em que iniciarmos esses novos procedimentos, com os quais todos concorrerão na mesma condição.

Foi dito aqui sobre a questão da suplência e da titularidade. O 1º Suplente do PSDB do meu Estado, o Estado de São Paulo, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, grande parceiro e amigo, teve 101 mil votos. Como se explica que, no mesmo Estado, Deputados sejam eleitos com 27 ou 28 mil votos e outros, com 101 mil, sejam suplentes? A sociedade não entende isso. A representação não está correta.

Este projeto, da maneira como hoje está relatado, na verdade, corrige um erro já de muitos anos. Nós estamos nos aproximando daquilo que a sociedade espera, que é exatamente a transparência, a forma legítima para que obviamente possamos disputar uma eleição, em todos os níveis, estadual ou federal, para Presidência da República, em termos de igualdade de condições.

Quem tiver a melhor proposta para a sociedade, quem tiver o engajamento da sua campanha eleitoral, seja na mídia eletrônica ou em outra forma, vai buscar o reconhecimento e, mais do que isso, terá, com certeza, a legitimidade para poder representar aqueles que o mandaram para esta Casa.

Hoje cada uma das senhoras e cada um dos senhores tem essa legitimidade, que é questionada pela sociedade. Vamos fazer uma correção. E essa correção se dará a partir do momento em que nós aprovarmos essa matéria.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 223		DANILO FORTE-PSB -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Importância da realização da reforma política para o País. Posicionamento do orador acerca do financiamento público de campanhas eleitorais e do sistema de voto denominado distritão, no âmbito da reforma política em tramitação na Casa.

---

**O SR. DANILO FORTE (PSB-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos nós sabemos - e é costumeiro em todos os lugares do Brasil aonde vamos - da rejeição que há em relação à política e do inconformismo da sociedade brasileira com a forma como a política vem sendo feita no Brasil. Isso de norte a sul, do Rio Grande do Sul ao Amapá, do Ceará a Mato Grosso do Sul, para aonde nós formos.

Para que nós possamos virar essa página e sinalizar uma perspectiva, qualquer que seja, de mudança, precisamos aproveitar este momento, hoje, para votar uma decisão que seja capaz de sinalizar uma modificação para as eleições do ano que vem. Não votar ou se omitir no processo significa dizer que reafirmamos o nosso compromisso com este modelo exaurido, com este modelo que trouxe tantos desvios de conduta, que aproximou cada vez mais contrários, do ponto de vista da identidade da sociedade, com a forma de se fazer política e que fez ebulir de forma muito forte um antro de corrupção, de desvios de recursos públicos, para financiamento de candidatos e de partidos. Basta ligar a televisão em qualquer horário que se verá um espetáculo crescente de denúncias, exatamente de busca de recurso público para a garantia da sobrevivência política de esquemas eleitorais, para permanentemente manterem-se no poder.

A responsabilidade pela mudança hoje é nossa. Se nós não votarmos, a responsabilidade pela mudança vai ser transferida, com certeza, para o Supremo Tribunal Federal ou para o Tribunal Superior Eleitoral. Ou o STF ou o TSE terão que fazer as regras da eleição do ano que vem. E todos nós Parlamentares temos uma verdadeira ojeriza a dizer que o Judiciário está tomando o espaço do Legislativo. Mas muitas vezes essa lacuna é criada exatamente por nossa falta de protagonismo nesta ação. Ou assumimos para nós a responsabilidade que nos foi dada pelo povo brasileiro de estar nesta Casa para votar, para legislar, ou de novo vamos ser engolidos por uma decisão que muitas vezes não vem ao encontro do sentimento dos políticos que têm essa

obrigação. Foi dessa forma que esta Casa aprovou o fim das coligações, e as coligações permaneceram. Só que hoje tomou um vulto tal, uma transparência tal que todo mundo sabe como esses acordos foram feitos: muitas vezes em troca de recursos, em troca de valores de origens ilícitas, ilegais.

Se não queremos permanecer desta forma, temos que ter maturidade. Cada um não vai fazer a sua reforma, porque o grupo é plural, o grupo é diversificado. É assim que tem que ser o Parlamento, tem que ter pensamentos diferenciados, origens culturais diferenciadas, formações políticas e educacionais diferenciadas. Nunca vamos ter uniformidade, mas podemos entender, exatamente na busca de um consenso maior, que precisamos votar. E votar hoje significa o quê? Dar transparência aos recursos que são gastos na eleição. O povo não quer mais saber do caixa dois, o povo não quer mais saber da origem dos recursos, que vêm das empresas para financiar as campanhas.

Então, a alternativa que restou foi a do financiamento público. Eu nunca defendi o financiamento público. Pelo contrário. Defendi o financiamento privado com limite de gastos por empresa e limite de gastos por candidatura, mas fui vencido. Hoje tenho a compreensão clara de que não há condições de se voltar atrás. Para marchar para a frente, para dar a garantia de que vamos fazer uma eleição minimamente transparente com esses recursos, precisamos ter essa compreensão. Vamos ter que, posteriormente, discutir o volume desses recursos. É lógico que tirar quase 4 bilhões do Orçamento é loucura, é algo descabido, mas a democracia tem um custo, e a sociedade tem que pagar esse custo. É necessário termos clareza de que precisamos financiar. Não adianta financiar o modelo eleitoral antigo, porque financiar a forma de fazer eleição que se usou até a eleição passada é dizer que estamos substituindo os recursos das empreiteiras, os recursos ilegais que irrigaram muitas vezes as campanhas pelo recurso público. Precisamos mudar a forma, para que haja uma compreensão maior por parte da população, a de que há uma mudança no sistema eleitoral e uma mudança no sistema de financiamento.

Dessa forma, vamos buscar uma compreensão maior, a de que precisamos de instrumentos que garantam maior ligação e representatividade entre o representado e o representante. Neste momento, o que nos unifica em maior número é exatamente o distritão como transição. O distritão não deve ficar como o sistema eleitoral brasileiro. Não dá tempo, daqui para outubro, de dividir um país do tamanho do Brasil, um continente, em regiões geopolíticas capazes de dar a segurança de que serão exatamente representadas no novo sistema, no distrital misto. O projeto aglutinativo traz consigo a mudança no sistema eleitoral, a mudança no financiamento e aponta para o futuro, após 2020, exatamente no sentido do distrital misto, que, para a grande maioria de nós, é a melhor forma de fazer eleição. Nós vamos alcançar, nós vamos chegar lá, mas não dá para chegar até o dia 7 de outubro, porque temos um prazo, um limite, em função do princípio da anualidade - as leis eleitorais precisam ser aprovadas até 1 ano antes da eleição.



Precisamos romper um pouco com os dogmas, precisamos nos despir um pouco daquele preconceito que, muitas vezes, por uma incompreensão maior ou por uma visão mais estreita, faz com que pensemos apenas em nos reeleger. Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Peço que encerre, Deputado.

**O SR. DANILO FORTE** - Vou concluir, Sr. Presidente.

Talvez, pela forma como está apresentada, com o voto de legenda no distritão, ela seja descabida - eu concordo com alguns oradores que passaram por aqui -, mas, se é a forma que temos de fazer o consenso, como muito bem disse o Deputado Miro Teixeira, temos que apontar para a lei ordinária, para que possamos regulamentar a distribuição desse voto de legenda. Mas hoje precisamos sair daqui com uma lei votada. Hoje precisamos sair daqui com a responsabilidade de que cumprimos a nossa tarefa, para amanhã não ficarmos arrependidos nem sermos achincalhados na rua porque não fomos capazes de fazer minimamente uma reforma que garanta uma eleição melhor em 2018 e ainda por cima delegar um poder que é nosso, o de legislar, para o Poder Judiciário.

É hora de afirmação. Temos que votar hoje, sim, Sr. Presidente, até para marcar a sua passagem por essa Presidência.

---

Documento 385/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 245		JOSÉ ROCHA-PR -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Protesto contra a condução da votação da proposta de reforma política.  
Posicionamento do PR contrário à criação de fundo para o financiamento público de campanhas eleitorais e à implantação do sistema de voto denominado distritão.

---

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PR-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é inacreditável o que estamos presenciando hoje no plenário desta Casa. A Comissão constituída para elaborar um projeto de reforma política trabalhou por 8 meses - 8 meses!

Neste momento, chegam aqui dois Deputados, cada um representando um partido: o Deputado Pestana representando o PSDB, o Deputado Vicente Candido representando o PT, que até há pouco se alinhava com a posição contrária ao distritão. Não sabemos o que foi que

mudou dentro do PT. Não sabemos o que foi que mudou. Agora dois Deputados apresentam um substitutivo que, na hora de se votar, é substituído por outro substitutivo. É o substitutivo A sendo substituído pelo substitutivo B. Isso não é coisa séria!

Nós temos que tratar a reforma política com serenidade e com seriedade. Não admitimos, Sr. Presidente, que este Plenário se deixe levar pelo golpe que se quer instaurar no momento da votação de um dos mais importantes temas, que já está na pauta há algum tempo. Aqui votamos o fatiamento da PEC, para votarmos, primeiro, o distritão e, em seguida, o chamado fundão. Agora fundem os dois: distritão e fundão. Realmente, deve ser coisa do cão! Deve ser coisa do cão!

Sr. Presidente, o PR não vota pelo distritão e não vota pelo fundão. Neste momento, o Brasil vive uma das maiores crises na área da economia e uma crise política. Nós não podemos aumentar a crise política dentro desta Casa e também não podemos contribuir para que a economia do nosso País seja criticada. Neste momento em que tentamos melhorar os índices econômicos, vamos votar um fundão com recursos públicos para a campanha dos Srs. Deputados? Jamais, Sr. Presidente! Jamais vamos aceitar recursos públicos do fundão para fazer campanha de Deputado.

O Brasil, neste momento, não comporta ações desse tipo. Esta Casa tem a grande responsabilidade de contribuir para a recuperação da economia do País e não retirar recursos públicos para serem gastos em campanhas políticas.

Nós somos contra! Não vamos acompanhar esse tal fundão, assim como não vamos acompanhar o distritão, que impede que os partidos aumentem as suas bancadas nas Assembleias Legislativas dos Estados, principalmente no Nordeste. Qual é o partido que, na Bahia, em Alagoas, na Paraíba, vai poder formar uma bancada de Deputados Estaduais com o distritão? Só dois ou três partidos. Os outros, com certeza, não conseguirão.

Portanto, eu apelo ao bom senso e à serenidade dos Srs. Parlamentares e das Sras. Parlamentares. Não é o momento de contribuirmos para o agravamento da crise política dentro desta Casa e para o agravamento da crise econômica no País votando o distritão e o fundão.

Somos contra, Sr. Presidente! (*Palmas.*)

---

Documento 386/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 246		ARTHUR LIRA-PP -AL
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

## *Sumário*

Importância da aprovação da proposta de reforma política. Posicionamento do orador e do PP acerca de tópicos da matéria.

---

**O SR. ARTHUR LIRA** (Bloco/PP-AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos há várias semanas discutindo nesta Casa as possibilidades de votarmos uma reforma política que seja restauradora e que nos dê oportunidade de mudanças, para sairmos deste sistema falido que temos hoje. É normal que muitos Deputados que usam a tribuna nesta Casa defendam os interesses partidários, porque nós estamos fazendo uma mudança na política, estamos fazendo uma reforma que mexe em partidos, estamos fazendo uma reforma que mexe em mandatos. É absolutamente natural que partidos maiores pensem de um jeito e partidos menores pensem de outro.

Partidos que não comungam com determinado sistema têm que expressar a sua posição, mas não podem fazer demagogia na tribuna desta Casa, porque nós não temos solução! Não vamos ter sistema, não vamos ter financiamento, não vamos ter coligação, porque, se não tivermos uma posição clara sobre a mudança no sistema eleitoral na noite de hoje, eu não tenho dúvida de que, pela sinalização que o Supremo Tribunal Federal já deu, acabarão as coligações para estas eleições, independentemente da vontade desta Casa e do Senado Federal.

Partidos que crescem e se avolumam nas costas de candidatos que têm mais de 1 milhão de votos e elegem Deputados com 2 mil, 3mil, 4 mil, 5 mil votos não podem vir aqui e, com demagogia, falar de fundo eleitoral.

Qual é a alternativa de financiamento que vamos ter? Vamos ter o financiamento privado nesta eleição? Vamos ter o financiamento público? Vamos ter que tipo de financiamento? Vamos discutir com técnica, com honradez e com sinceridade, para explicar à população o que estamos querendo com a mudança do sistema eleitoral.

Eu fui eleito vereador em 1992. De lá para cá - 1992, 1996, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014 -, em todas as eleições, a população reclama que vota em um candidato, mas elege outro, do qual nunca ouviu falar. Isso ocorre porque determinado candidato - eu não tenho nada contra - recebe 1 milhão de votos e puxa mais cinco, seis, oito, dez candidatos na sua rabeira.

O sistema majoritário que eu defendo com tranquilidade é o que a população brasileira entende, é aquele no qual a população brasileira vota, porque 90% das Sras. e dos Srs. Deputados que estão neste Congresso foram eleitos entre os mais votados dos seus Estados. Nós vivemos no sistema majoritário na sua amplitude. Fora disso, é exceção.

Então, eu não admito - e me dói na alma - um Líder subir a esta tribuna e usar de demagogia para atacar um sistema, escondendo-se atrás da

sua preferência. Deputado Orlando, eu vejo V.Exa. com sincera atenção desta tribuna. V.Exa. sabe do apreço que tenho. As divergências do que se quer para a sobrevivência de cada partido são a coisa mais normal do mundo. Nós temos só que tratar com honradez o que é possível. E o que é possível na data de hoje, para 2018, é todo partido ceder um pouco.

Essa não é a reforma ideal para ninguém. Essa está longe de ser a reforma que todos os partidos desejam e talvez o que a população queira, mas nós estamos propondo o que é mais fácil para a população entender: o sistema majoritário, com uma migração para o sistema distrital misto em 2022, com financiamento com responsabilidade. Ninguém aqui vai tirar dinheiro da educação! Ninguém aqui vai tirar dinheiro da saúde! Ninguém aqui está dizendo quanto vai ser retirado! Eu quero dizer aos críticos que criaram o nome "fundão" que é muito fácil apelidar. É muito fácil subir a uma tribuna, sem responsabilidade, para criticar e fazer piada. Deem a solução!

Qual é a solução? Cada partido botar uma celebridade para obter 1 milhão de votos e eleger mais dez ou doze Deputados nas costas. É essa a solução do modelo ideal, defendido por quem não quer votar o sistema majoritário nesta Casa. É preciso que venham à tribuna e digam: "*Eu quero vir nas costas de alguém para a Câmara dos Deputados*". Essa não é a representação que o povo quer. Esse não é o sistema que o povo deseja.

Com clareza, cada um de nós precisa abrir mão de algo. Não é do interesse do meu partido o sistema distrital misto, mas nós o estamos votando, porque é do interesse de outro essa transição para 2022. Não é da minha vontade pessoal o fundo público. Eu defendo o financiamento privado. Esta Casa votou e o sistema bicameral não permitiu que ele avançasse, porque o Senado assim não fez. Se houve erros e distorções, nós aqui não podemos permitir a criminalização da política, como o Ministério Público vem fazendo ultimamente. Nós sofremos na pele; no entanto, muitos se resignam e não lutam.

Esta é a oportunidade que nós temos, nesta noite, de pensar com altivez, pensar no seu partido, porque ninguém aqui vai ter a reforma ideal, mas vai ser muito pior se, por acaso, amanhã acontecer a seguinte manchete: "*A Câmara não votou nada*".

É isto que querem alguns: ficar na mesmice do hoje, do sistema atropelado, do sistema falido, do sistema venal, do sistema do troca-troca de legendas que se vendem por coligação. Quanto vale o tempo de televisão? Como é feito esse sistema hoje em dia? O voto majoritário acaba com isso. O voto majoritário acaba com essa indignidade.

A pior coisa do mundo é haver um Deputado com 100 mil votos fora do Parlamento e, aqui, um representado com 5 mil votos, com 4 mil votos. É esse sistema que a população não entende e é contra isso que nós estamos aqui, Deputado Ricardo Tripoli, dizendo que esta não é a reforma ideal possível, mas é a reforma possível para este momento. A carapuça caíba onde quiser e em quem quiser! Nós temos que

discutir aqui com altivez, com serenidade, com verdade, e esclarecer a população a respeito do que nós estamos fazendo.

Ninguém quer pagar desgaste, mas qual vai ser a alternativa, por exemplo, se nós não aprovamos essa emenda aglutinativa hoje aqui? Não vamos ter sistema eleitoral. Não vamos ter nenhum tipo de financiamento. Não vamos ter coligação. Nós não vamos ter nada! Vai ser a desmoralização, de uma vez por todas, da classe política do Brasil, em benefício de uma meia dúzia que está querendo só olhar para o seu umbigo.

Eu não sou a favor do financiamento público, mas vou votar na emenda aglutinativa. Eu não sou a favor do distritão, mas vou votar na emenda aglutinativa. Eu sou a favor, sim, do sistema majoritário.

Digo e repito: esta não é a reforma ideal, mas é a reforma possível, para que possamos, numa transição de 4 anos, atingir a maturidade e, com responsabilidade, trabalhar para limpar a imagem do Congresso Nacional, para que a imagem do poder público possa ser resgatada da lama, na qual muitas vezes os próprios membros desta Casa fazem questão de colocá-la, para alvejar, para aparecer na televisão, para tirar uma brincadeira. Essa é a realidade nua e crua.

Vamos discutir! Vamos votar com responsabilidade! Lideranças, conversem com os seus Deputados, para que nós tenhamos, mais uma vez, esta Casa votando e deliberando, respeitando sempre as desigualdades, as maneiras de pensar de cada partido, seja maior, seja menor; seja de esquerda, seja de direita. Não vou aceitar demagogia nesta tribuna: querem uma coisa, mas defendem outra. Com todo o respeito, é a minha opinião.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 387/516

---

254.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

13/09/2017-  
18:32

Publ.: DCD - 14/09/2017 -  
249

HILDO ROCHA-PMDB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento favorável à adoção do voto distrital misto e ao financiamento público de campanhas eleitorais.

---

**O SR. HILDO ROCHA** (PMDB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós chegamos ao dia em que temos que decidir se vamos fazer a reforma eleitoral ou se não vamos fazer nenhuma reforma.

Vejo que aqui foi construída uma situação muito favorável a que nós façamos, sim, a reforma eleitoral ideal para a nossa sociedade, a sociedade brasileira. Todo mundo aqui diz que o sistema eleitoral atual já faliu, já se exauriu, mas muitos deles ainda querem permanecer neste sistema atual, porque é o sistema em que eles - alguns Deputados e algumas Deputadas - vislumbram alguma oportunidade de se reelegerem. Não estão pensando de forma alguma na sociedade brasileira; não estão pensando no cidadão e na cidadã do nosso País. O que se está propondo na noite de hoje é um sistema eleitoral que foi adotado em vários países do mundo, como a Alemanha, e que vem dando certo: o distrital misto. Esse é o modelo proposto aqui, e ele foi, diferentemente do que disseram aí, debatido.

Eu faço parte de uma Comissão que discutiu essa matéria e não faltei a uma reunião! Muitos Deputados que foram a uma ou a duas reuniões da Comissão agora estão dizendo aqui que ela não se reuniu. Três Comissões trataram do tema, e essas Comissões vêm se reunindo desde o ano passado. Agora, existem uns Deputados que são preguiçosos, que são faltantes. Eles não vão às reuniões, não assistem às reuniões. Por isso, dizem que não houve debate. Debater mais do que se debateu nas Comissões é impossível!

E o que se traz aqui, no dia de hoje, na noite de hoje, é o que foi debatido na Comissão. O que se está propondo não foi escolha de dois Deputados, não. Eu até me sinto ofendido diante dessa suposição, assim como os outros membros da Comissão - aqueles que iam às reuniões das Comissões -, porque isto aqui contempla a vontade da maioria absoluta dos membros da Comissão! Isso foi debatido, senhores! Isso foi demasiadamente discutido no âmbito da Comissão. Agora, como podem dizer que não houve debate? É melhor contar a verdade, dizer que preferem o sistema atual, este sistema corrupto, que é o culpado pelas ações de corrupção que estamos vendo hoje. A Lava-Jato está aí fazendo a festa justamente por causa desse sistema. Toda a corrupção que existe no nosso País é em função desse sistema que temos hoje.

Muitos não têm coragem de dizer que não querem mudar, alegando que é porque se vai criar o fundão, porque se vai tirar os partidos da disputa. Não é verdade! O que se está propondo aqui, ao contrário, fortalece os partidos políticos.

Logicamente, nós não podemos fazer a mudança de imediato para o distrital misto - esse foi o entendimento -, porque precisaríamos de tempo suficiente para que fossem criados os distritos, e não há mais tempo para isso.

E qual é o modelo que se entendeu viável como forma de transição para 2018 e 2020? Não vamos jogar a responsabilidade nas costas dos Vereadores, como muitas vezes fizeram; vamos implantar definitivamente, em 2022, o sistema distrital misto, que é o melhor, sim, é o ideal, sim.

E, como forma de transição, nós estamos estabelecendo aqui 27 distritos - cada unidade da federação é um distrito. Estamos também aproveitando o voto na legenda, porque há partidos muito mais fortes

popularmente do que os candidatos, e estes vão ter a oportunidade de vir para cá com o voto individual deles e com o voto do partido.

Então, senhoras e senhores, defender esta reforma admitindo que ela não é a ideal é querer defender o indefensável. Aqueles que não têm coragem de vir aqui dizer que esse sistema é o que eles querem também não têm coragem, Sr. Presidente, de vir aqui defender o atual sistema, porque todos nós sabemos que este é o responsável pela corrupção que nós vivemos em nosso País.

E o financiamento de campanha? Há muitos aqui que querem jogar a decisão sobre isso para a plateia, porque sabem que alguns canais de televisão e algumas mídias mais fortes estão querendo que a coisa continue do mesmo jeito, pois, continuando ela do jeito que está, eles vão ter manchete durante mais 10 ou 20 anos pela frente.

O que está se propondo aqui é o financiamento através de recursos públicos, como se faz em quase todos os países do mundo. Mas não se vai tirar dinheiro da educação, não se vai tirar dinheiro da saúde; vai-se tirar dinheiro é do tempo de televisão de partidos que o usam anualmente - isso, sim, é desnecessário e custa quase 800 milhões de reais.

Por que gastar esses 800 milhões de reais em vez de financiar a campanha, de modo que o pobre possa ser candidato, que aqueles que têm mais necessidades e queiram ser candidatos, representando a população mais pobre do País, possam disputar? O financiamento empresarial, sim, é pernicioso, é ruim para a sociedade brasileira. Está aí preso o Joesley, que foi o maior doador na campanha de 2014. Ele doou para vários partidos políticos. Aqui há vários Deputados que foram eleitos graças ao dinheiro do Sr. Joesley, mas muitos deles nem sabiam que esse dinheiro era fruto de propina.

Sem as empresas, quem vai financiar a campanha? É certo não haver financiamento empresarial, mas, aí, quem vai financiar as campanhas serão os representantes dessas empresas, os grandes empresários. Substituir o CNPJ pelo CPF não muda nada! E essa proposta que está sendo feita na noite de hoje iguala a disputa entre todos os partidos, assim como entre os candidatos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esse é o melhor modelo que nós podemos implantar em nosso País. Vamos acabar com a corrupção que existe no Brasil.

Eu não sei se eu serei beneficiado por esse sistema, porque eu fui eleito no sistema atual. Mas eu não posso pensar apenas em renovar o meu mandato; eu tenho que pensar no meu neto, na sociedade brasileira.

Eu tenho certeza de que esse sistema que aqui está sendo proposto, o distrital misto, é aprovado em todos os países. E, onde ele é praticado, não há corrupção - pode até haver corrupção, mas não no nível que existe em nosso País. Para que continuar no sistema atual?

Quero finalizar, Sr. Presidente, dizendo que vamos aprovar essa proposta na noite de hoje, sim, e vamos ter mais de 308 votos. Aqueles que são contra o financiamento de dinheiro público que abram mão dele - eu quero ver se vão abrir mão! Muitos aqui estão torcendo para

que ele seja aprovado, mas chegam aqui e dizem o contrário. Estão apenas jogando para a galera, estão apenas jogando para a torcida, estão apenas fazendo o jogo da demagogia. Nós temos que fazer é o jogo da democracia.

Portanto, aos senhores e às senhoras que têm responsabilidade para com o nosso País, eu digo: vamos, na noite de hoje, dar uma resposta, dizendo "não" à corrupção e "sim" à democracia.

---

Documento 388/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017-18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 259	RODRIGO MAIA (PRESIDENTE)-DEM -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

---

### *Sumário*

Aviso ao Plenário sobre a convocação de nova sessão extraordinária para votação da emenda aglutinativa, oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-D, de 2003, a respeito da reforma política.

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Antes de passar a palavra ao Líder Weverton Rocha, que já estava inscrito, informo que, assim que acabar esta sessão, nós vamos convocar outra sessão para votar a emenda aglutinativa.

Se a emenda aglutinativa for aprovada, podemos decidir pela continuação da votação desta PEC. Se ela for rejeitada, conforme o acordo da semana passada, voltaremos à PEC que veio do Senado, relatada pela Deputada Shéridan.

Só para não ficar a dúvida de que estamos tentando votar muitas vezes a mesma matéria. Essa não é a intenção da Mesa da Câmara dos Deputados.

---

Documento 389/516

---

255.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 22:48
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 340	ROBERTO FREIRE-PPS -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---



### *Sumário*

Repúdio ao acordo realizado entre grandes partidos para a obstrução da votação.

---

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ficou evidente que esses acordos de última hora entre PMDB, PSDB, PT, grandes partidos...

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA** - PSC é "não".

**O SR. ROBERTO FREIRE** - Por favor, eu estou falando.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Um de cada vez.

**O SR. ROBERTO FREIRE** - Esses acordos são uma vergonha, e essa vergonha é o sentido desta votação.

A obstrução é para adiar e tentar votar com outra aglutinativa, em outra sessão, para desmoralizar esta Casa, para tentar garantir que os grandes partidos continuem mandando. Criticam os pequenos, mas a roubalheira no Brasil, a desmoralização da política é fruto dos grandes partidos. Temos que ter a coragem de dizer isso. Não queiram aqui desmoralizar o Congresso Nacional com acordos espúrios como esse.

---

Documento 390/516

---

255.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

13/09/2017-  
22:48

Publ.: DCD - 14/09/2017 -  
341

DIEGO GARCIA-PHS -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do PHS contrário à implantação do sistema eleitoral denominado distritão. Orientação de bancada.

---

**O SR. DIEGO GARCIA** (PHS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta sessão é verdadeiramente uma sessão histórica, sim. Histórica porque nós vimos, na noite de hoje, algo que poucas vezes nós vimos aqui na Casa: PT concordando com PSDB; PMDB e PP no grupo, sustentando. E agora eles têm consciência da vergonha e do vexame que seria se essa votação continuasse com esse sistema que está sendo proposto, que só existe no Afeganistão, em Vanuatu, nas Ilhas Pitcairn e na Jordânia. E fazem discurso dizendo que é disso que o País precisa, é do que a sociedade precisa, é a inovação de que o povo brasileiro precisa.

Nós temos que deixar de hipocrisia, de falsidade, e assumir o que esta

proposta é de verdade. Ela nada mais é do que a nova lista fechada. Impedir a oxigenação na política, dizer que esse sistema não dá certo... Ora, será que estamos esquecendo que votamos esse sistema em 2015? Mas estamos dizendo que não dá certo, porque houve em 2016 uma renovação gigantesca com partidos como o PHS, partido que mais cresceu no Brasil. E vai continuar crescendo. Mas querem impedir essa oxigenação.

Hoje, no meu Estado do Paraná, o Prefeito da Capital é de um partido cujo nome nem está aqui no painel. Mas isso só foi permitido por conta do sistema atual.

Nós temos, sim, que propor mudanças, mas não essas mudanças na calada da noite, não essas mudanças que saem da gaveta de pessoas que não têm interesse de votar a favor do País, a favor da sociedade. Ora, que interessante! Hoje, não houve "pixuleco", nem houve os donos da mala aqui. Não houve brigas. Não houve confusão. Foi tudo paz e amor. Mas não conseguiram por conta da coerência dos Deputados, da maioria dos Deputados, que eu não tenho dúvida de que votariam contra a orientação de suas bancadas nesta noite, porque eles têm consciência do que de fato é o bom para o nosso País. Nós temos que dar um basta a essas falácias de que essa proposta de reforma política é, de fato, o que País quer, o que o País sonha, de que o País precisa. Não é isso de forma alguma. Essa discussão tem que ser feita e ampliada nos Estados. Essa discussão tem que continuar e não pode ser votada da forma que está querendo ser votada aqui no plenário da Câmara.

Por isso, o PHS é contra a criação desse sistema no modelo do distritão, que só existe em país que não tem prestígio nenhum, que não tem sequer o que argumentarmos aqui usando como exemplo que isso beneficiou essas nações, muito pelo contrário. As Ilhas Pitcairn só têm 50 mil habitantes. É um absurdo querermos votar isso.

Por isso, o PHS encaminha o voto "não", é contra, mas infelizmente pelo jeito a obstrução vai impedir...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 391/516

---

255.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 22:48
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 344	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contestação a afirmações de inexistência de mudança no sistema eleitoral com a votação em curso.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, apenas quero rebater o argumento que está sendo apresentado aqui de que nós não mudamos nada.

Quando aqui votamos a PEC relatada pela Deputada Shéridan demos uma resposta importante a este debate. Votamos cláusula de desempenho, votamos criação de federação, apontamos o término das coligações e apontamos, nesta PEC de hoje, para uma votação que, em sendo fatiada, poderia ter resultados independentes de acordos de mérito e ainda poderia ter novas alterações, inclusive em relação ao financiamento de campanhas. Nós sempre defendemos o voto proporcional como o voto mais democrático. Nunca dissemos que votaríamos de maneira diferente.

Então, vamos parar com o discurso de que não estamos mudando nada. Nós queremos uma reforma política democrática - é isso que defendemos - e não uma reforma restritiva, que faça desaparecer legendas democráticas.

---

Documento 392/516

---

254.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 259	SILVIO COSTA-PTDOB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Imediata votação da Emenda Aglutinativa nº 4, oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-D, de 2003, a respeito da reforma política.

---

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero fazer um apelo a V.Exa. e um apelo a todos os Líderes. Vamos fazer o seguinte: vamos ver quem tem voto. Vamos votar a inversão dessa emenda aglutinativa.

Vamos votar a inversão dessa emenda aglutinativa.

Os Líderes topam? Vamos todos parar de falar! Bota para votar, para vem quem tem voto. Vamos votar essa inversão. Coloque em votação a aglutinativa, Presidente!

---

Documento 393/516

---

255.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017-22:12
------------	--	------------------

---

### *Sumário*

Apresentação de requerimento de adiamento da votação da matéria. Defesa de votação da proposta de emenda à Constituição sobre a reforma política, relatada pela Deputada Shéridan.

---

**O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma tentativa de pacificar o Plenário. Como V.Exa. sabe, eu sou o primeiro signatário da PEC do Voto Majoritário, que foi colocada numa emenda aglutinativa e muito bem sustentada pelo Relator. O Deputado Zarattini teve que se converter à ideia, assim como o PT. E todos esses estão pagando um preço alto, com discursos que os deixam muito mal. O Deputado Baleia Rossi trabalhou duramente para convencer o próprio PMDB. O DEM e o PT também trabalharam duramente! Cria-se um cabo de guerra: uns puxam para lá e outros para cá. Então, Presidente, eu acho que o melhor - e vou encaminhar à Mesa um requerimento neste sentido - é adiarmos a votação desta matéria e botarmos em votação aquela PEC da Deputada Shéridan, que não tem previsão de financiamento público, acaba com essa possibilidade. Nós vamos votar contra a federação e a confederação. Aí vamos ver o processo eleitoral rigorosamente na sola do sapato. Muitos estão indo à tribuna - alguns revelando sinceridade; outros, não -, mas eu penso que, como diz o velho ditado popular, o desengano da vista é furar-se o olho. Deputado Vicente Candido, V.Exa. cedeu a tudo. V.Exa. era defensor do voto em lista, seguindo a orientação do seu partido. Eu me opunha a isso, mas entendi a sinceridade da pregação do PT. Agora eu vejo pessoas implorando o financiamento público, contra o nosso pensamento. Isso é uma vergonha! Disseram aí, em relação a essa emenda aglutinativa, que o sistema majoritário só existe em quatro países, sendo o principal deles, o maior, o Afeganistão. Mas o Afeganistão nunca foi destruído por votos - nunca foi destruído por votos! Ele foi destruído por bombas, pelo Talibã, pelo terrorismo - por votos, não. Nós estamos aqui como se num cabo de guerra procurássemos atender a interesses pessoais. Temos certeza de que cada qual está pensando no interesse público, e há duas maneiras de atender a ele. Eu, pessoalmente, vou votar contra o substitutivo e estou convencendo todos esses companheiros que trabalharam pelo substitutivo a votar contra ele e a derrubá-lo. Como V.Exa. já anunciou, votaríamos em

seguida a PEC que foi relatada pela Deputada Shéridan, acabando com esse *show* de má qualidade! Alguns, repito, estão falando sinceramente; outros estão produzindo um *show* de má qualidade. Aí vamos ver os efeitos, que deverão ser positivos para os sinceros. Agora, os que não são sinceros vão pagar um preço muito alto. Obrigado, Presidente.

---

Documento 394/516

---

255.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 22:16
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 301	JÚLIO DELGADO-PSB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do PSB, contrário à aprovação de emenda aglutinativa oferecida à proposta de reforma política.

---

**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Só lembro a V.Exa., Sr. Presidente, que esta reunião foi convocada para a votação da PEC 77. É uma questão de acordo. Mas esta reunião...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - É claro, é só encerrar uma sessão e abrir outra. Não há problema.

**O SR. JÚLIO DELGADO** - Ah, sim, mas a questão é que foi convocada para a votação desta PEC.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Então, vamos votar.

**O SR. JÚLIO DELGADO** - Eu gostaria de dizer aos colegas aqui, Deputados e Deputadas, que vimos com a sinceridade daqueles que querem votar algo, e sempre defendemos que nós deveríamos começar por aquilo que é consenso, e não por aquilo que é dissenso. O que é consenso é a PEC que está sendo relatada pela Deputada Shéridan, que tem a questão da cláusula de desempenho progressiva para começar em 2018 com 1,5% e tem a questão da coligação destacada pelo PR. E existe um acordo para que as coligações sejam proibidas a partir de 2020. Essa seria a progressividade, algo que pode ser entendido pela sociedade e algo sobre o qual nós estamos vendo que existe consenso maior.

Nesta PEC, com a infra que está propriamente dita, está sendo discutido o que é mais polêmico e não está sendo discutido o que é consenso.

Eu quero dizer, com a delegação da nossa Líder Tereza Cristina, a

quem enalteço, que o PSB participou da discussão na Comissão, através dos seus companheiros Deputados Tadeu Alencar e Luciano Ducci. Discutiu esse tema. Em todo momento, houve sinceridade da bancada do PSB com relação a esses temas. E nessa proposta o que nos unifica, Deputado Mário Heringer, é, por exemplo, a questão defendida pelo Deputado Henrique Fontana. Nós estamos aqui discutindo a questão do distritão, e hoje foi inventada a questão do distritão híbrido, que é o distritão com legenda, que estão tentando justificar. Se é difícil entender o modelo que nós fazemos, muito mais difícil é entender esse distritão híbrido.

Esse distritão híbrido dá o voto de legenda para quem? Para foi eleito ou para quem não foi eleito? O suplente que vai entrar no partido vai ser da ordem do distritão ou do distritão com o voto de legenda? É uma loucura tentar entender algo que foi criado aqui!

Vamos dizer uma coisa, Deputado Mauro - V.Exa. que é do partido de um ex-Presidente que hoje está na cadeia, pelos crimes cometidos: ele pelo menos, na reforma política que quis levar à frente, teve a hombridade de trocar o Relator. Tirou o Deputado Marcelo e botou o próprio Presidente, Deputado Rodrigo Maia, na discussão da matéria. Aqui, não se troca o Relator e se faz uma emenda aglutinativa hoje, em cima da perna, para que a pessoa possa criar uma proposta que não foi discutida na Comissão, que é a questão desse distrital híbrido, desse distritão misto. A única diferença deste em relação ao proporcional é não considerar os votos dos não eleitos. Se tem voto de legenda e se tem voto dos eleitos, por que não se vão considerar para a contagem proporcional os votos dos não eleitos? É uma incoerência o que está sendo dito aqui e o que está sendo inventado nessa emenda aglutinativa.

O Deputado Henrique Fontana argumenta que nós tínhamos que discutir o teto. O Deputado Luciano Ducci, que esteve lá defendendo a proposta do PSB, sabe que, de acordo com essa proposta infraconstitucional que hoje está aí, são 70% do limite do maior gasto. Pois bem, no Rio de Janeiro, o maior gasto com campanha para Deputado foi de 7 milhões de reais. Setenta por cento disso são 4 milhões e 900 mil. É isso que a sociedade quer ouvir lá do outro lado? Quer que nós aprendamos a fazer política com menos dinheiro, que venhamos a reduzir os gastos com campanha eleitoral.

Existe a questão do autofinanciamento. A grande maioria dos Deputados que aqui estão, não tem recursos próprios para bancar a sua campanha. Aí não vamos delimitar o autofinanciamento, e um Deputado, aquele que é mais rico, pode colocar 10 milhões de reais? Ou um candidato - como um que hoje não está aqui entre nós - pode bancar sua campanha com recursos próprios?

Isso é consenso entre os Deputados e as Deputadas, caros colegas. Isto unifica o nosso sentimento: limitar o autofinanciamento; estabelecer um teto, com relação ao gasto da campanha, menor do que esses 70%; e não discutir o que é dissenso, que é esse distritão, agora misto, com a possibilidade do distrital misto à frente, para poder trazer o PSDB, e criar esse fundo.

Nesse fundão, eu não vou botar a minha digital. Não quero entregar um cheque sem fundo para esse fundão. Se nós votamos a retirada de 0,5% da receita corrente líquida há 20 dias, o que é hoje? Um por cento da receita corrente líquida? Um e meio por cento da receita corrente líquida? Das emendas orçamentárias impositivas de bancada? Que valor é esse?

Eu gostaria de lembrar que hoje, na própria Comissão do Deputado Vicentinho, na infra, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a composição, os limites, os critérios de distribuição caíram. Esse é um fundo capenga. Vamos votar um fundo sem valor, sem critério, sem distribuição e sem-vergonha! É isso que estará sendo votado, se formos votar essa proposta aglutinativa que está aí. E isso a sociedade vai entender.

Se nós tiramos 0,6% e vamos criar o fundo assim mesmo, e o valor pode ser até maior, quem vai definir isso? Nós Deputados, na matéria infra depois? Isso é um absurdo.

Se quiserem retirar hoje de pauta esse absurdo colocado, que retirem. Mas, se quiserem votar, que votem, para que possamos colocar a nossa digital, para derrotarmos de uma vez por todas aquilo que não é consenso entre nós e começarmos a trabalhar por aquilo que é consensual, seja a PEC relatada pela Deputada Shéridan, sejam as propostas de limites dos gastos e do alto financiamento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Essa é a posição do PSB, que, na sua grande maioria, votará contrariamente a essa emenda aglutinativa.

Muito obrigado.

---

Documento 395/516

---

255.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 22:22
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 303	JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Conveniência de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, sobre o fim da reeleição majoritária, a simultaneidade das eleições e a duração de 5 anos dos mandatos para os cargos eletivos, nos níveis federal, estadual e municipal, nos Poderes Executivo e Legislativo, sobre a reforma política. Defesa de retomada da votação de proposta de emenda à Constituição

relatada pela Deputada Shéridan.

---

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro, quero fazer uma proposta, e, segundo, entrar no mérito do debate que eu ouvi de vários Parlamentares que subiram a esta tribuna. Não posso deixar de expressar o pensamento sobre a reforma e sobre o seu conteúdo.

Sr. Presidente, nós estamos dialogando com vários Líderes. Deputada Jandira Feghali, nós estamos dialogando com vários Líderes, não significa que sejam todos. Nós estamos dialogando com vários Líderes.

Há uma ideia que é a melhor para o plenário de não se votar, mas retirar de pauta hoje o requerimento, retirar de pauta a PEC 77, não votar nada, remetê-la para terça-feira e retomar a discussão da PEC de relatoria da Deputada Shéridan.

Talvez esse seja o melhor caminho para buscarmos um entendimento maior daqui para terça-feira. Por que estou dizendo isso, Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares? Porque quando vamos discutir reforma política não pode ser a referência aquilo o que cada partido quer ou aquilo o que cada partido quer impor. Nós não temos maioria nem para uma coisa, nem para outra aqui. Todo mundo sabe disso. A posição histórica de vários partidos, inclusive a posição histórica do PT, é defender lista, financiamento público, fim das coligações e cláusula de desempenho. No entanto, essa posição não tem espaço para ser majoritária aqui, no Plenário Ulysses Guimarães. A posição do PSDB é o voto distrital misto imediatamente. Não há voto para aprovar, nem temos voto para aprovar quem defende o distritão - aprovar o distritão -, nem temos voto para aprovar o financiamento.

Portanto, há que haver algum acordo, Deputado Orlando, que nos permita construir uma saída para esse impasse. Esse impasse não serve para a reforma. Não adianta ficar acusando um ou outro. Não quero desta tribuna me fazer de fariseu, dizer que sou contra o fundo, porque a opinião pública é isso, isso e aquilo. Não vou entrar nesse mérito.

Eu defendo o financiamento público, Deputado Miro Teixeira, porque é uma posição histórica da esquerda. Não tenho medo de defender isso. Sabe por que eu defendo o financiamento público? Porque eu sou contra o financiamento empresarial, mal do maior processo de corrupção neste País.

Quem não fez caixa dois neste País? Eu não quero mais isso. O PT não quer mais isso. Imaginem que os partidos de esquerda, como o Deputado Weverton falou aqui, também não querem isso. Eu prefiro o caminho do financiamento público. Mas eu respeito aqueles que defendem o financiamento empresarial. Não há problema. Defendo também o voto proporcional.

Mas tem que haver um acordo do Deputado Miro Teixeira, para



respeitar aqueles que defendem o voto distritão. Nós temos que respeitar isso.

Eu defendo que paremos, pois não há espaço para continuar esta votação. É a sugestão que faço para tentar outro acordo daqui para terça-feira.

Acho que o melhor caminho é suspender a votação desta PEC. É uma posição que estou defendendo em meu nome. Poderíamos buscar construir a votação da PEC da relatoria da Deputada Shéridan neste momento. Talvez esse seja o melhor caminho para acalmar as coisas. Nós evitaríamos que cada um ficasse dando carão no outro; um sobe à tribuna dá carão no PT ou dá carão no PDT ou coisa que o valha. Não é razoável isso até para não virmos à tribuna fazer demagogia. É impressionante, até porque alguns já estão contra o financiamento público, contra o fundo, já estão com suas vidas resolvidas do ponto de vista do financiamento do fundo partidário. É ou não, Deputado Miro? É claro que é! E sobem à tribuna para dizer que quem defende financiamento público está fazendo mal uso do dinheiro público. Eu defendo o financiamento público - não tenho medo de dizer isso para a opinião pública -, com teto, com barateamento das campanhas, com regras, com tudo aquilo que é necessário para moralizar o processo eleitoral.

Penso que num momento como este talvez o melhor caminho, Deputado Miro, seja a proposta de V.Exa. Vamos votar a PEC da relatoria da Deputada Shéridan e veremos se votamos na terça-feira com algum acordo. Se não der, vamos ver como vota, porque não adianta a essa hora não construirmos algum entendimento. Não dá para discutir a reforma deste jeito: sobem à tribuna, acusam um, acusam outro, como se aquele que está defendendo a emenda aglutinativa estivesse fazendo algum tipo de envergadura que não expressa a posição individual de cada bancada, de cada partido. Eu prefiro, Deputado Miro, o caminho do diálogo daqui para terça-feira. O melhor é votarmos a PEC da Deputada Shéridan. Vamos concluir isso e, a partir daí, vamos buscar o entendimento para terça-feira. Qualquer outro caminho inviabiliza qualquer coisa. Nós temos que fazer esse reconhecimento.

Não adianta. Há momentos em que o recuo é estratégico para se dar um passo lá na frente. E acho que esse passo é necessário para amadurecermos melhor, amadurecermos melhor nas bancadas. Alguém pode dizer aqui, Deputada Alice, que é porque a emenda aglutinativa não tem os 308 votos. Que seja. Não é disso que se trata. Eu acho que esse recuo é necessário e eu quero fazer essa proposta para o bem desta Casa e para o bem da reforma, porque talvez não se vote nada, porque, do jeito que as coisas estão, talvez entremos num buraco que não tem saída.

Eu quero fazer alguma reforma. Não a reforma do meu sonho, mas a reforma possível para ajudar a recuperação da política e da democracia no Brasil. Do contrário, nós estamos indo para uma situação em que não há saída, Deputado Orlando. Portanto, eu apelo aos Líderes. Esqueçamos tudo que aconteceu hoje,

fica como legado, e vamos buscar entendimento futuro para buscarmos uma saída para a próxima terça-feira. Acho que esse é o melhor caminho. Vamos continuar votando a PEC de relatoria da Deputada Shéridan.

Era essa a nossa contribuição, Sr. Presidente, para que possamos buscar uma saída para esse impasse institucional que nós estamos vivendo.

Muito obrigado.

---

Documento 396/516

---

255.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 22:30
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 305	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento da oradora a respeito da reforma política.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que não é possível colocar o Deputado Rodrigo Maia, Presidente desta Casa, num constrangimento tão grande.

Eu fiquei ali quase 40 minutos fazendo questões de ordem, e a Mesa disse, de maneira peremptória, que garantiria a votação da emenda aglutinativa, na medida em que era possível aglutinar, mesmo que nós já tivéssemos tratado preliminarmente de um artigo da PEC 77.

Mas agora, em nome de uma tentativa de solução, se usa um freio de mão e se tenta dar um giro de 180 graus neste processo de debates. É importante dizer que este debate precisa ganhar um caráter prático, precisa olhar com os olhos de quem quer ver a sociedade brasileira participando da política.

A política foi criminalizada fundamentalmente porque o mecanismo de promoção e de financiamento das campanhas eleitorais acabou ganhando um caráter extremamente deletério. E foi esse caráter que levou ao mau uso do financiamento privado, gerando esta criminalização.

Agora estamos a debater novos sistemas. A ideia era, sem dúvida, realizar uma reforma política e estabelecer uma cláusula de desempenho progressiva, que começasse em 1,5% e chegasse a 3% em 2020. Isso não é algo significativo? É claro que é significativo!

Acabar com as coligações em 2020, ainda realizando uma eleição em 2018 com coligações, não é reformar?! "Ah, é só o sistema eleitoral!" É claro que é reformar! Trata-se apenas de uma eleição, e falta menos de 1 ano para ela acontecer. Os partidos teriam tempo para se preparar, para não haver coligações em 2020. Isso seria extremamente importante para o cenário eleitoral brasileiro. Mas não querem isso. Aí, surgem as invencionices.

Nós checamos aqui a posição de muitos Líderes, e havia Deputados que não sabiam o que era distritão com legenda! Srs. Deputados, no distritão com legenda, que está aqui na Emenda Aglutinativa nº 7, faz-se a eleição do mais votado para o menos votado, mas dando o *bypass* nos mais votados, através da legenda de dois partidos. O distritão com legenda é a aliança dos grandes para a salvação deles próprios, e não a observação necessária de se buscar fazer com que a sociedade brasileira faça as pazes com a política e eleja seus representantes de acordo com o programa partidário, com a opinião circulante, com as propostas para a solução dos problemas da sociedade brasileira.

Este Plenário tem assistido a uma tentativa permanente de convencimento. Mas o que estamos vendo é uma tentativa de agrupamento de poucos para subordinar os demais.

Eu pergunto: o que os partidos médios e pequenos ganham com isso? O PR já disse que nada ganha, só o povo brasileiro perde. Eu pergunto ao Podemos o que ele ganha com o distritão com legenda. Ora, senhores, isso será o fim das alianças! Como vamos fazer a campanha para o candidato do partido 13, do partido 45, e não eleger nenhum candidato, Deputado ou Deputada, do PSB, do PCdoB, do PR, do PHS?

A depuração tem que se dar na política, e não no artifício matemático. A depuração se dará naturalmente, com a barreira de 1,5% em nove Estados, já em 2018. A depuração se dará na apresentação propositiva das opiniões para a sociedade brasileira, e não na tentativa da manobra.

Por isso, Sr. Presidente, nós dizemos: vamos ao voto, vamos ouvir o que pensam os Parlamentares. Eu não vejo essa legenda nacional, capaz de superar e transpor essa realidade. Eu peço ao PV, à REDE, ao PSOL, ao PEN, ao PSC, ao Solidariedade, ao Podemos, ao próprio PDT e aos demais partidos que percebam a necessidade de passarmos pelo estágio transformador.

E parem com o terrorismo, porque o Supremo Tribunal está assistindo a esta sessão! Nós estamos aqui buscando legislar. Se houvesse a omissão da Casa, aí, sim, poderíamos temer que o TSE legislasse por nós. Mas nós estamos legislando, e não se pode meter a mão na Constituição dessa maneira.

Essa é a nossa opinião.

---

255.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 22:38
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 307	ARNALDO JORDY-PPS -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de rejeição de emenda aglutinativa oferecida à proposta de reforma política. Apoio à retomada da votação da proposta de emenda à Constituição sobre o tema relatada pela Deputada Shéridan.

---

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos aqui nesta fase de debates sobre a reforma política, mais uma jornada de debates sobre esse desafio da República brasileira, no momento talvez mais crítico do sistema de representação político-partidária que nós vivemos na história republicana do Brasil.

Os números de opinião pública revelam o estrondoso ruído contra a atividade política, em grande parte, por conta do esgotamento desse modelo. As eleições recentes no Amazonas revelaram que, entre abstenções, votos nulos e votos em branco, 50% do eleitorado ou não foi às urnas, ou votou em branco, ou votou nulo. Esse índice é recorde, na história dos últimos 30 anos no Brasil, de ausência, de inapetência, de rejeição, de ojeriza ao processo da democracia representativa, pouco representativa nos dias de hoje.

E nós estamos aqui há 8 meses tentando construir alguma coisa. E alguma coisa foi construída, mas nós agora, hoje, estamos insistindo em começar pelo lado mais difícil deste debate. É isso que nós não entendemos.

Nós já conseguimos consensuar o fim das coligações partidárias. Estamos a debater se isso será em 2018 ou em 2020. Já consensuamos aqui o fim da cláusula de desempenho, numa jornada, numa versão calibrada, progressiva, que não constrange partido algum. Dá a cada partido e agremiação partidária tempo para habilitar-se no processo.

Nós já conseguimos um consenso pelo barateamento das campanhas eleitorais. Não se podem mais admitir campanhas eleitorais em que se pagam 75 milhões para um marqueteiro, como se pagou em 2014. Portanto, já há condições de se apresentarem para a sociedade mudanças importantes no processo.

E aqui estão insistindo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, naquilo em que há dissenso. Não há 308 votos para votar o distritão! Não há 308 votos para votar o fundão!

De repente, depois de um acordo feito na semana passada, sob o

juramento de todos, do procedimento referendado em plenário, depois de passar por cima de um acordo - que já estava sob suspeita, mas também sob o juramento de que se ia honrar -, vê-se aqui um golpe duplamente dado.

Primeiro, sepulta aquilo que foi referendado no procedimento acordado aqui, fruto de reuniões e referendado em plenário. Eu me lembro de que alguns Líderes sugeriram até fazer o acordo por escrito, e muitos se ofenderam com isso. E se sepultou aquele acordo proposto aqui. E mais, apresenta-se agora uma aglutinativa que não aglutina coisa alguma. É um projeto novo, de matérias que inclusive não foram discutidas na Comissão, como esse distritão com voto de legenda. Isso não foi discutido por partido nenhum, em Comissão nenhuma, em Plenário algum. Portanto, não poderia ser objeto deste golpe perpetrado por...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. ARNALDO JORDY** - ... que estão apresentando essa proposta de superação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.

**O SR. ARNALDO JORDY** - Portanto, nós fazemos um apelo, Sr. Presidente: vamos ao voto desta matéria rejeitada e resgatar o acordo que foi feito, que é votar a proposta da PEC da Deputada Shéridan, que tem os consensos possíveis para se apresentar à opinião pública. O que quer se fazer aqui é um acordo para aprovar um fundão que já está desmoralizado na opinião pública. E, lamentavelmente, muitos que pregavam contra este fundão, agora cederam aos encantos, para sepultar a última possibilidade de se apresentar uma proposta de reforma à sociedade brasileira.  
Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 398/516

---

255.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 22:42
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 308	CELSO PANSERA-PMDB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de votação da proposta de emenda à Constituição sobre a reforma política relatada pela Deputada Shéridan e de requerimento do PPS.

---

**O SR. CELSO PANSERA** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Presidente, já que nós estamos aqui no Plenário com um conjunto de vestais da moralidade dizendo que a aglutinativa é um golpe, vamos votar a PEC da Shéridan e o destaque do PPS, sem coligações em 2018. Aí nós fazemos os grandes moralistas, e, no ano que vem, cada um dá seu jeito para sobreviver, e sem financiamento público. Cada um dá o seu jeito. Assim, nós atendemos aos moralistas, aos vestais da boa política. Vamos fazer isso, Presidente.

---

Documento 399/516

---

255.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 22:48
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 343	VICTOR MENDES-PSD -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa da reforma eleitoral. Acusação de casuísmo em discursos favoráveis à manutenção das coligações.

---

**O SR. VICTOR MENDES** (PSD-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, espero que o TSE legisle por nós. E digo às pessoas que hoje vieram apontar dedos, falando de casuísmo, que casuísmo é continuar o sistema que aí está. Algumas pessoas vêm aqui apenas para defender o *status quo*, porque é mais fácil a sua reeleição, é mais fácil voltar para cá na situação em que se encontra. O povo brasileiro não pode ficar sendo enganado por discursos vazios. Deputados que subiram à tribuna contra o fundão, na verdade eles têm medo é de acabar com a coligação. Essa é a verdade! A hipocrisia reinou esta noite, não permitiu que avançássemos numa discussão por um sistema eleitoral que nos desse uma mudança. Muitos dos senhores vão ser responsáveis por aquilo que o STF vai aprovar em nosso lugar. Que tenhamos a consciência do que nós não fizemos hoje. Casuísmo é manter este sistema podre que existe hoje. Lamento muito, Sr. Presidente.

---

Documento 400/516

---

255.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	13/09/2017- 22:48
Publ.: DCD - 14/09/2017 - 344	HILDO ROCHA-PMDB -MA	

---

### *Sumário*

Contestação aos argumentos contrários à implantação do sistema eleitoral denominado distritão.

---

**O SR. HILDO ROCHA** (PMDB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ouvi aqui os argumentos pífios daqueles que são contra a proposta apresentada na noite de hoje.

O primeiro argumento é que o voto majoritário só é praticado no Afeganistão. Ora, vão estudar, vão ler! O voto majoritário é praticado na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos e em diversos outros países.

Eu quero que V.Exas. me mostrem qual é o país que utiliza este método, este sistema que o Brasil utiliza hoje. Digam-me um país que usa este sistema corrupto, este sistema que já faliu. Quero que me apresentem um país que utilize este sistema do Brasil. Não há! Na verdade, os que estão contra a mudança, os que estão querendo que continue do jeito que está, eles querem que o sistema econômico continue colocando Deputados Federais aqui, Senadores lá no Senado e Deputados Estaduais nas Assembleias.

Vai deixar de haver o CNPJ, a empresa, a pessoa jurídica financiando. Quem vai financiar é o empresário, com o seu CPF. E os que são contra não têm a coragem de assumir que querem que continue este sistema, que é a raiz de toda a corrupção do País.

Aí se diz que foi aprovada a matéria relatada pela Deputada Shéridan. Mas essa matéria da Deputada Shéridan é para mudar em 2028. Se somos contra as coligações, que sejam findadas, extintas as coligações no ano que vem, em 2018. Mas, não querem.

Senhores, a população está nos assistindo, a população lê, a população estuda. É a população está percebendo quem são as pessoas que estão utilizando de demagogia aqui, que estão apenas protegendo, defendendo o sistema atual. É porque vieram nesse sistema, querem continuar com esse sistema, ele é uma certeza de que vão se reeleger.

Eles não estão ligando para a sociedade. Eles estão é querendo a reeleição, porque foram eleitos por este sistema corrupto, financiado pelo Sr. Joesley e pelo Sr. Marcelo Odebrecht. E muitos dos que estão aqui foram financiados por este sistema ou pegaram carona nele, mas não têm coragem de dizer que são a favor do sistema, se socorrem de sofismas. Encarem o povo brasileiro!

Quero dizer aos senhores que, no ano que vem, o povo vai encontrá-los nas urnas, vai saber quem foi contra a reforma política, quem foi contra a mudança, quem foi a favor da corrupção e contra a democracia.

Sr. Presidente, eu quero solicitar que o companheiro Deputado Celso Pansera, que também trabalhou na Comissão, conclua o uso da palavra da Liderança do PMDB.

---

Documento 401/516

---

256.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	14/09/2017- 10:54
Publ.: DCD - 15/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ASSIS DO COUTO-PDT -PR ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Agravamento da conjuntura socioeconômica brasileira após as eleições de 2014. Confiança na retomada do crescimento do País.

---

**O SR. ASSIS DO COUTO** (PDT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Manato.

Dou como lido pronunciamento sobre a conjuntura atual e peço que ele seja divulgado nos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Trago aqui um relato, desde a eleição de 2014, das dificuldades que enfrentamos, das oportunidades perdidas em relação à reforma política, dos equívocos cometidos pelos Governos Lula e Dilma, por não fazerem as reformas e fazerem alianças que custaram caro para o País, até hoje, com a lama da corrupção em que está a política brasileira, por um lado e, por outro, com o desmonte e o entreguismo que o Brasil está vivendo em várias áreas.

Quero dar como lido esse pronunciamento, Presidente, e pedir que a ele seja dada publicidade pelos órgãos de comunicação da Casa. Muito obrigado.

### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as eleições de 2014 foram um prenúncio do que enfrentaríamos nos anos vindouros, uma eleição totalmente atípica, marcada pela resistência das pessoas em dialogar sobre política.

A sensação de terra arrasada já havia se instaurado no cenário político brasileiro, graças, em grande parte, à forma como a imprensa trabalhou, criminalizando a política e colocando todos na vala comum. A mensagem era: se é político, é corrupto.

Não posso aqui me furtar de fazer a crítica aos Governos Lula e Dilma, que não realizaram as reformas necessárias que consolidariam a



democracia brasileira, principalmente a reforma política, e optaram por alianças com setores conservadores e fisiológicos, desprezando, muitas vezes, alianças com setores de esquerda e com a sociedade. Com isso, acabaram por jogar o País no total descrédito.

Tínhamos claro que este Congresso não avançaria nas mudanças necessárias para mudar esse cenário. E, como previmos, a última esperança de reforma política morreu esta semana. Sempre defendemos uma reforma que garantisse condições de igualdade na disputa eleitoral, mas essa condição não viria com o famoso distritão nem tampouco com esse fundo bilionário que estávamos discutindo - e aqui é preciso deixar claro que defendo o financiamento público, mas não dessa forma. O que pode avançar para o pleito de 2018 é o fim das coligações proporcionais, porém, por decisão do TSE.

Diante dessa dificuldade, já na campanha de 2014 tivemos que reinventar a forma de chegar até o eleitor. Desistimos das reuniões previamente marcadas e fomos, em caravana, ao encontro do povo nas ruas, no campo, no comércio. Percorremos mais de 150 Municípios de todas as regiões do Paraná e encontramos um eleitorado perplexo e revoltado com os escândalos de corrupção, desencantado com a política, especialmente os mais jovens.

O resultado eleitoral desse cenário foi trágico. O congresso eleito nas eleições de outubro de 2014 é muito mais desastroso do que o eleito em 2010. É muito mais fragmentado, com dezenas partidos e pequenos agrupamentos; é muito menos politizado; é muito mais fisiológico, com frequentadores do balcão do "toma lá, dá cá"; e é muito mais conservador, ideologicamente, mais de direita. E o resultado não tardou a aparecer. Tivemos um *impeachment* sem que houvesse crime, portanto, uma ilegalidade cometida por Deputados e Senadores que derrubou uma Presidenta democraticamente eleita. E agora este mesmo Parlamento dá sustentação a um Governo ilegítimo, comprovadamente corrupto e presidido por alguém que possui menos de 5% de aprovação popular.

De fato, o nosso sistema constitucional é presidencialista, mas o Brasil é governado pelo Parlamento. São os 513 Deputados Federais que decidem e mandam no País.

Com o afastamento do Governo anterior e, mesmo com as operações de combate à corrupção em andamento, a exemplo da Lava-Jato, os operadores da maldade não pararam. Os escândalos ocupam os noticiários da grande imprensa cotidianamente, e as notícias são reproduzidas em pequenas rádios e jornais locais. Nas redes sociais e nas rodas de amigos, não se fala sobre outra coisa. Nossa imagem no mundo é a de que somos um país de incompetentes, corruptos e ladrões.

O mais grave é que enquanto o povo brasileiro está, de um lado, ocupado e anestesiado com as notícias de corrupção e revoltado com os políticos, no que estão certos, do outro lado, o Brasil está sendo saqueado e entregue aos interesses estrangeiros e submetido aos caprichos de uma parte da elite empresarial brasileira que se alimenta da vaidade e do preconceito, sem perceber que está comprometendo

seu próprio futuro e levando consigo uma nação inteira para o abismo. Continuamos pagando a taxa de juros mais alta do mundo - quase metade da nossa arrecadação está sendo drenada para o rentismo financeiro -; o Governo congelou por 20 anos gastos primários em saúde, educação, ciência e tecnologia, etc.; a lei do pré-sal sofreu mudança e essa riqueza está sendo entregue às multinacionais; o BNDES está sendo sufocado pelos bancos privados; a TJLP foi substituída pela TLP, o que encarece os financiamentos de longo prazo; o sistema elétrico brasileiro está sendo vendido; os direitos trabalhistas sofreram o mais cruel e violento ataque dos últimos quase 100 anos; o projeto de desmonte da Previdência aprovado na Comissão Especial ameaça segurados; o desmonte dos programas de incentivo a agricultura familiar, como PAA, PNAE e PRONAF, estão aniquilando o setor e desestruturando milhões de famílias que sobrevivem do campo.

Mas apesar da inquietação e da tristeza com o que está acontecendo no País, quero deixar uma mensagem de esperança, não de uma esperança acomodada, omissa, mas de uma esperança ativa, que constrói, porque começamos a ver diante dessa lama toda, diante do caos que estamos vivendo, alguns sinais de consciência e contribuições para que possamos sair desse quadro. Então, é necessário que cada um faça as críticas e observações, cobre, mas não simplifique demais a situação. Nós temos saída, mas ela não se dará de forma simples. Não é alguém com um discurso simplista que vai levar o Brasil aonde ele tem que chegar. Não se deixem levar por discursos prontos, nem acreditem em salvador da Pátria. A saída se dará através de uma construção coletiva, de uma nova corrente de pensamento, focada nos interesses da população e não no do capital financeiro.

---

Documento 402/516

---

256.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	14/09/2017-09:02
Publ.: DCD - 15/09/2017 -		ARNALDO JORDY-PPS -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apelo ao Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, por destinação de recursos ao Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, Capital do Estado do Pará. Campanha Abrace a preguiça, destinada à arrecadação de recursos para o Parque Zoobotânico, na Capital paraense. Rejeição pela Casa de acordo firmado entre o PT e o PSDB para votação da

proposta de reforma política.

---

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria fazer um apelo ao Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil, Gilberto Kassab, em função da crise por que passa hoje o Museu Paraense Emílio Goeldi.

O Museu Paraense Emílio Goeldi é uma instituição de pesquisa zoobotânica de reconhecimento internacional, um patrimônio da pesquisa, da investigação científica, da preservação de valores da biodiversidade brasileira e da antropologia, inclusive, porque faz investigação sobre as raízes das populações indígenas na Região Amazônica, principalmente. Mas, fundamentalmente, é uma instituição que hoje dá crédito ao Brasil pela *expertise* e pela notoriedade do seu padrão científico de pesquisa na área zoobotânica.

O Parque Zoobotânico do Museu Emilio Goeldi inclui mais de mil plantas e animais monitorados, prédios históricos, espaços expositivos, que dão acesso a uma gama de temas sobre diferentes partes do bioma amazônico, integrantes dos projetos de pesquisa do Museu Emilio Goeldi.

E essa instituição está sob ameaça de fechar. Os recursos que foram dedicados ao orçamento do Museu Emilio Goeldi, desde 2013 até 2017, ano em curso, estão minguando cada vez mais, o que revela uma política de lesa-pátria, de lesa-interesse da sociedade, da Nação brasileira.

Não há projeto de desenvolvimento que possa prosperar sem um investimento pesado em investigação científica, principalmente num país com o maior estoque de biodiversidade do planeta. No Brasil, há mais de 50 mil espécies da fauna e da flora ainda desconhecidas pelos laboratórios humanos, e estamos sendo ameaçados com o fechamento do Museu Emilio Goeldi. Nós pedimos uma audiência ao Ministro da Ciência e Tecnologia para tratar desse assunto. Sr. Presidente, eu queria também fazer um registro breve sobre o que aconteceu ontem nesta Casa. O que nós vimos foi uma tentativa dos grandes partidos, PT e PSDB, assinada pelo Deputado Vicente Candido e por um Deputado mineiro do PSDB, que apresentaram uma emenda de última hora, revogando todo o debate sobre a reforma política feito durante 8 meses nesta Casa.

Eles inventaram uma emenda aglutinativa de última hora, inovando, inclusive, com matérias que não foram objeto de discussão em momento algum nesse quase 1 ano de debate da reforma política nas Comissões.

Felizmente, a esmagadora maioria dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas teve o juízo de não embarcar nessa invenção, nessa manobra, nesse golpe que foi perpetrado pelo PSDB e pelo PT, apoiado pelo PMDB. Exatamente os três partidos que mais notoriedade estão tendo hoje no noticiário, por causa de crimes de corrupção, de malversação do dinheiro público, de saque dos interesses do País, conjugaram-se, aliançaram-se aqui para tentar oligarquizar ainda mais a representação política desse combalido sistema de representação político-eleitoral do País. Mas isso foi derrotado.

Não há 308 votos para aprovar o famigerado fundão, o fundo público de 3,5 bilhões de reais para financiar campanhas. Também não há 308 votos para aprovar o chamado distritão. E agora se fala em um distritão com legenda. Se

não há experiência do distritão em quase nenhum lugar do mundo, à exceção da Jordânia, do Afeganistão e de uma ilha do Pacífico de que eu não sei nem o nome, imaginem desse distritão com legenda. Não há experiência dele no mundo. Não há um único país, uma única sociedade sobre a qual se possa dizer: "*Esse é um bom exemplo para seguir*". E querem que o Brasil, a 8ª ou 9ª economia do planeta, um país virtuoso como o nosso, embarque nessa invenção, nessa jabuticaba criada para proteger os interesses oligárquicos dos grandes partidos.

Felizmente, nós sepultamos essa possibilidade ontem. E eu espero que possamos buscar agora aquilo que congrega, que agrega, que tem convergência e que tem quase 500 votos de apoio aqui, que é o fim das coligações, a cláusula de desempenho, a redução do teto de gastos em campanhas e outras questões que já estão parcialmente pactuadas nesta Casa.

Peço que V.Exa. autorize o registro deste pronunciamento nos veículos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado Arnaldo Jordy.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, ilustres pares, em maio de 2016, o Museu Paraense Emílio Goeldi lançou a campanha *Abrace a preguiça*. Os bichos-preguiça do Parque Zoobotânico do Museu, em Belém, estavam precisando de ajuda. Há diferentes espécies soltas no parque, algumas no berçário. Além disso, o Museu também recebe animais órfãos apreendidos, animais que perderam a mãe ou foram acidentados e precisam de cuidados especiais. A campanha de financiamento coletivo tinha o objetivo de arrecadar recursos para a reforma do recinto dos animais. Para contribuir, bastava acessar um *link* colocado à disposição dos colaboradores. A meta total era arrecadar R\$278.957,00.

Naquela época, o Museu estava em situação precária. A falta de recursos era tão grave que o obrigou a arrecadar, junto à comunidade, o dinheiro indispensável para manter a segurança dos bichos-preguiça. Fora disso, não haveria recursos. Uma vergonha nacional, considerando que o Museu Paraense Emílio Goeldi é um dos mais antigos do Brasil - tem 150 anos - e merece mais respeito por parte do Governo Federal.

O Parque Zoobotânico inclui mais de mil plantas e animais monitorados, monumentos, prédios históricos e espaços expositivos, que dão acesso a uma gama de temas sobre diferentes partes do bioma amazônico, integrantes dos projetos de pesquisas do Museu Emílio Goeldi. O Parque foi criado em 1895, quando o naturalista suíço Emílio Goeldi transferiu as atividades do Museu Paraense, criado em 1866, para uma área rural da cidade de Belém. Ao surgir, o Parque Zoobotânico do Museu Paraense foi o primeiro do seu gênero no território nacional, tornando-se um dos mais visitados museus do País.

O Parque já atravessou diferentes fases e enfrentou muitos desafios, como o

envelhecimento de sua infraestrutura e a degradação ambiental provocada pelo crescimento urbano. Apesar disso, continua sendo uma referência. Em 2013, foi considerado pelo Ministério do Turismo como um dos 65 destinos turísticos indutores do desenvolvimento turístico regional no Brasil.

Mas de lá para cá a situação que já era precária piorou. O corte no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC para 2017 foi de 44%, reduzindo o investimento de R\$5,8 bilhões para R\$3,2 bilhões. Para que se tenha ideia da magnitude dessa redução orçamentária, trata-se do menor valor disponibilizado para a área científica nos últimos 12 anos, ou seja, desde 2005. E esse corte atingiu o Museu Emílio Goeldi, um dos órgãos que integra o MCTIC.

É preciso ressaltar que o Museu Emílio Goeldi recebeu orçamentos relativamente constantes desde 2013, em valores irrisórios. No entanto, o valor empenhado em 2017 representa cerca de um terço dos valores empenhados nos exercícios anteriores, que já eram insuficientes. Além disso, a respectiva execução foi ainda mais decepcionante, como se vê na tabela abaixo, que reflete esse triste cenário:

Exercícios	Autorizado (Orç/Créditos)	Empenhado	Realizado
(Val. Pagos)	Realizado (%)	2013	2014
2013	3.570.3003.237.7961.907.14653,42		
2014	3.570.3003.240.2941.868.96152,35	2015	3.570.3003.131.8352.420.12067,78
2016	4.370.2184.238.8641.926.59144,08	2017	3.439.381.935.526817,04
2017	2.184.238.8641.926.59144,08		

Nesse contexto, vale destacar as dificuldades enfrentadas pelos institutos federais, como é o caso do Museu Emílio Goeldi, que integra a estrutura do MCTIC como uma de suas unidades de pesquisa. As dificuldades são intransponíveis, tanto que na entrevista coletiva à imprensa, na tarde de 4 de agosto, o Diretor do Museu, Dr. Nilson Gabas Jr., confirmou que, se for mantido o atual quadro orçamentário, duas bases físicas da instituição terão que ser fechadas: o Parque Zoológico e a Estação Científica Ferreira Penna. Apesar da crise, não se pode perder de vista que a área científica é determinante para a construção do futuro. Como os resultados em ciência e tecnologia são obtidos somente no médio ou no longo prazos, é inequívoco que, se os cortes não forem revertidos, serão necessários muitos anos para recuperarmos o tempo perdido.

Nesta hora não só compartilhamos a *hashtag* #SomosTodosEmílioGoeldi, que vem sendo divulgada nas redes sociais em solidariedade ao Museu, como também nos comprometemos a pedir recursos ao Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações para socorrer o patrimônio científico mais antigo do Estado do Pará.

Obrigado.

---

Documento 403/516

256.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

14/09/2017-09:20

Publ.: DCD -

CHICO LOPES-PCDOB -CE

15/09/2017 -

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do orador sobre a reforma política. Protesto acusações generalizadas aos políticos.

---

**O SR. CHICO LOPES** (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - O Deputado Carlos Manato é um brincalhão. Isso é bom, porque as pessoas tristes, raivosas não fazem bem a ninguém, e são as que mais sofrem. V.Exa. é diferente, é alegre, brinca dentro da medida. Ficamos satisfeitos com a brincadeira.

Sras. e Srs. Deputados, estou preocupado com a reforma política.

Primeiro houve a questão da coligação.

Casar é obrigado? Quando eu era menino e alguém fazia mal a uma moça, havia três escolhas: fugir, morrer ou casar. Hoje não temos isso. Se o partido A não quer fazer coligação com o partido B, não há nada que lhe obrigue. Qual é a desvantagem disso? Os partidos pequenos ou ideológicos ficam em dificuldades. E isso está se dando atualmente pelos financiamentos das campanhas. Todo mundo sabe que certas pessoas, quando pedimos ajuda, dão o dinheiro, mas pedem para não colocar o nome delas lá porque têm medo de auditoria, disto ou daquilo.

Eu acho que a imprensa já acabou com o financiamento. Por quê?

Porque se colocou uma importância muito alta, num País onde há 13 milhões de desempregados e outros tantos ganhando menos do que o salário mínimo. Com esta cifra proposta para as eleições, não há como a sociedade não recusar.

Agora, tem que ser feita a reforma política. Da maneira que está não pode continuar. E, se for aprovado o maior ponto, só aqueles com muito dinheiro vão voltar para esta Casa. Assim ela não terá a representação do povo. Aqui há ateu, não ateu, católico, não católico, protestante, sem religião. Mas essa é a representatividade, do povo, que vem de uma eleição que vale até a próxima. Evidentemente, temos que democratizar, para que mais pessoas queiram participar da política.

Não são os partidos pequenos que criam problema, são os grandes. E a maioria deles está na Lava-Jato. Os partidos pequenos têm tão pouco prestígio que nem isso conseguem, porque é muito difícil a eleição de representantes de partidos pequenos ou ideológicos no País.

Portanto, sou a favor da reforma política, mas para democratizar e haver maior participação de pessoas no processo político. A reforma que está aí...

Eu acho que o Deputado mineiro puxa muito a brasa para a sardinha

do PSDB. Quem está envolvido? Os grandes partidos, pelo amor de Deus! Não queiram acabar com os partidos pequenos, porque são eles que fazem a diferença nesta Casa, sem tirar o mérito da importância dos grandes partidos.

Com relação à legalidade e à honestidade, parece que estamos fora, e há muitas pessoas preocupadas. Eu acho bom isso? Não, porque todo mundo diz: "*Todos os políticos são ladrões*". Generalizam de uma maneira tal, e não é verdade. Se aqui dentro há 5% ou 10% de maus homens, não podem servir de base para avaliar o restante de todos nós.

Portanto, eu defendo este tipo de comportamento: todos foram eleitos. Quem foi que os elegeu? O povo. Eu acho que temos que ter uma discussão política com a massa, mas eu acho que não pode haver esse tipo de criminalização à política e aos políticos, porque é muito ruim para a democracia.

Obrigado.

---

Documento 404/516

---

256.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	14/09/2017-09:54
Publ.: DCD - 15/09/2017 -		ANGELIM-PT -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Gravidade da crise econômica brasileira. Posicionamento do orador acerca da reforma política. Urgência da adoção de medidas para a retomada do desenvolvimento econômico.

---

**O SR. ANGELIM** (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil vive tempos sombrios: uma grave e preocupante crise institucional, política, ética, moral e, principalmente, fiscal, econômica, com uma queda brutal na receita, com o aumento do desemprego e a paralisação nos setores de serviços, indústrias e agricultura.

Os cortes para os institutos federais de educação são brutais. No meu Estado, o Instituto Federal do Acre teve um corte no orçamento de 15 milhões; na rubrica de custeio e manutenção, ele teve um corte de 6 milhões. As receitas para tecnologia e manutenção das ações básicas das universidades federais também estão sofrendo cortes brutais,

pincipalmente para a área da pesquisa, que agora, no final de setembro, teve corte de mais de 90 mil bolsas de doutorado. Nesse ínterim, esta Casa se debruça sobre o arremedo de uma reforma eleitoral: não se trata de uma reforma política, não se está mexendo na legislação, mas se está fazendo um arremedo de reforma política para atender interesses de uns, de outros e de grupos. Ora, é inaceitável aprovarmos nesta Casa o distritão, que vai favorecer, sim, nós que temos mandato; que vai favorecer, sim, os famosos do futebol, os artistas, mas vai dificultar, vai restringir a possibilidade do surgimento de novas lideranças dos movimentos sociais, dos movimentos sindicais, dos movimentos comunitários, de pessoas que querem também ter a chance de defender os interesses dos seus segmentos no Congresso Nacional.

Temos que trabalhar para o barateamento das campanhas eleitorais. Sou a favor, assim como o meu partido, do financiamento público, mas com custos menores, para que haja uma campanha de conteúdo, de conversa, de diálogo, de apresentação de propostas e não que haja aquele derrame de dinheiro, que é o cupim que está corroendo a política no Brasil, com as corrupções que agora estão resultando nesse processo de criminalização e judicialização da política brasileira. Eu, particularmente, sou terminantemente contra o distritão, e nós vamos lutar para que esse sistema eleitoral não seja aprovado nesta Casa.

Por fim, eu queria dizer da minha preocupação com o momento grave que o País atravessa. Esta Casa precisa pensar no Brasil, precisa pensar num projeto para o País, para que possamos retomar o processo de crescimento econômico, de inclusão social; precisa, principalmente, priorizar a educação, porque não se faz, Sr. Presidente - o Ceará é um Estado que tem grandes conquistas na área da educação -, desenvolvimento sem educação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Moses Rodrigues) - Muito obrigado, Deputado.

---

Documento 405/516

---

256.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	14/09/2017- 10:54
Publ.: DCD - 15/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JUTAHY JUNIOR-PSDB -BA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Apoio à adoção do sistema eleitoral denominado distrital misto no âmbito da reforma política.

---

**O SR. JUTAHY JUNIOR** (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do



orador.) - Sr. Presidente, quero deixar registrada a minha posição em relação à reforma política.

Os dois grandes objetivos dela são: baratear o custo das campanhas e criar uma identidade maior entre o candidato e o eleitor. Para que isso ocorra, é fundamental nós termos uma diminuição do espaço físico, os distritos.

Não é possível que num Estado como o da Bahia, onde ocorre a eleição proporcional, um mesmo candidato - eu, por exemplo, cuja eleição proporcional, poderia dizer aqui, é uma tranquilidade, já que fui eleito por oito vezes, como Deputado Federal, e uma vez, como Deputado Estadual - tenha que correr 417 Municípios. Isso implica também que o candidato, muitas vezes, está distante daquele eleitor que nele votou.

Então, eu defendo hoje, de forma clara, transparente, o voto distrital misto, que possibilita que se faça um distrito menor, que se divida a Bahia em vinte distritos, por exemplo, e que se tenha a possibilidade de o eleitor estar mais próximo, com a campanha mais barata. Distrital misto é a solução para baratear a campanha e para que haja representação política, identidade do candidato com o eleitor, que conhece a pessoa, sabe onde ela mora, o que faz, pode fazer avaliação do mandato, da atuação pessoal, política, da sua forma de pensar, das suas ideias. Portanto, vejo que esse é o futuro do Brasil, no sentido de promovermos eleições que tenham mais representatividade.

É lógico que, talvez - e sentimos isso ontem -, nós chegemos a uma situação em que nada se modifique, porque estamos em uma realidade em que nenhum partido, nenhuma força política tem os votos suficientes, 308 votos, para mudar o sistema atual. Se tivéssemos que aprovar o sistema atual, também não teríamos 308 votos. Nós não temos 308 votos para tirar o sistema atual nem para manter o sistema atual.

Vamos para o voto distrital misto!

---

Documento 406/516

---

256.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	14/09/2017- 10:54
Publ.: DCD - 15/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	BENITO GAMA-PTB -BA COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Expectativa de aprovação pela Casa de proposta de reforma política.  
Contestação a discurso do Deputado Robinson Almeida sobre a iniciativa do Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, de conclusão das obras do metrô de Salvador. Repúdio a críticas do Deputado Robinson Almeida à gestão do Prefeito Antonio Carlos Magalhães Neto, de Salvador, Capital do Estado da

Bahia.

---

**O SR. BENITO GAMA** (Bloco/PTB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Agradeço ao Deputado Manato as palavras carinhosas. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para falar sobre alguns temas, sendo o primeiro dos quais a reforma política. Nós deixamos esta Casa às 3 horas da madrugada de hoje, quando todos já tinham se retirado, sem conseguimos fazer acordo em torno de um sistema político, um sistema eleitoral, um meio de financiamento de campanha, enfim, para as próximas eleições.

Eleições são fundamentais para a democracia. Sem eleição, não há democracia.

O Deputado Miro Teixeira, com uma de suas PECs, que estamos discutindo, foi um monstro no sentido positivo, um herói no comando e na liderança daqueles processos, nessa questão e nessa luta para buscar uma solução. O Deputado Heráclito Fortes também, enfim, todos nós trabalhamos para buscar uma saída para viabilizar a eleição do próximo ano com lisura, com democracia e com respeito ao eleitor brasileiro.

A guerra ainda não acabou. Nós temos ainda 1 semana e vamos tentar buscar uma saída, uma solução. Espero que a encontremos na próxima semana.

O segundo assunto, Sr. Presidente, diz respeito à Bahia. Não gosto de falar nada relacionado a pessoas, ou a seus projetos, quando elas não podem fazer o contraditório, mas comentarei o pronunciamento que o Deputado Robinson Almeida fez aqui há cerca de 1 hora, e ontem também, com relação às obras federais na Bahia.

Ele, que é do PT e aliado do Governador Rui Costa, disse que o metrô de Salvador estava há 14 anos parado, sem se mover, sem trilhos, sem vagões, sem locomotiva. Enfim, o metrô de Salvador está parado, segundo o Deputado Robinson Almeida, do PT da Bahia. O Governador Rui Costa diz sempre que é ele que está fazendo o metrô, etc.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o metrô de Salvador está parado há 14 anos - esses foram exatamente os 14 anos do PT no Governo Federal. O Presidente Lula ficou 8 anos e a Presidente Dilma ficou outros 6 anos: 8 e 6 fazem 14 - que, aliás, é o número do meu partido, um número a mais do que o 13, que é do partido do PT. Então, dizer que o metrô de Salvador está saindo agora, porque o Governador está fazendo a obra em 1 ano... É muito pouco provável isso ter acontecido. O metrô está saindo agora por uma determinação do Governo Federal, do Governo Federal, que em apenas 14 meses de Governo liberou para o metrô de Salvador muito mais do que foram liberados nos 14 anos de Governo do PT, do Presidente Lula e da Presidente Dilma.

O Governo atual liberou 500 milhões de reais só para o metrô de Salvador, enquanto Governos anteriores não liberaram nem 120

milhões para essas obras. Então, dizer que o metrô de Salvador é uma obra do Governador Rui Costa, que é uma obra do Governo do PT é dizer mentira, e essa mentira não vai ser engolida pela população da Bahia, nem do Brasil, já acostumada a esse tipo de coisa do Governador Rui Costa e do PT.

Recentemente, Governador tem viajado muito para entregar ambulâncias, com financiamento do Governo Federal e do Ministério da Saúde, para entregar tratores agrícolas, com financiamento do Governo Federal, do Ministério da Agricultura e do Ministério da Integração; tem viajado muito para entregar obras de saneamento e postos de saúde. Ocorre que 90% de tudo o que ele tem entregado foi feito com recursos federais transferidos pelo Governo Temer e por nossa bancada, que apoia o Governo Temer no Congresso Nacional. Portanto, Sr. Presidente, o metrô da Bahia ficou travado durante os 14 anos do Governo Federal do PT e durante os 10 anos do Governo Estadual do PT, 8 anos do Sr. Jaques Wagner e 2 anos do Governador Rui Costa. Repito: em 14 anos de Governo Federal e em 10 anos de Governo Estadual, não se colocou um trilho na obra do metrô de Salvador.

Agora, em apenas 14 meses de Governo Temer, o metrô de Salvador começa a funcionar, para a alegria de todas as pessoas que moram na cidade e em toda a Bahia. Não quero dizer que o Governo do Estado não teve participação nisso, mas 90% do dinheiro destinado ao metrô de Salvador veio de recursos federais que nós da bancada federal estamos alocando junto ao Ministério das Cidades, ao Governo Federal e a Ministros da administração Temer.

Sras. e Srs. Parlamentares, o metrô de Salvador não é obra do atual Governador, o metrô de Salvador é obra da Bahia, da cidade e, sobretudo, obra do atual Governo Federal, do Presidente Temer, porque o Presidente Lula, a Presidente Dilma e o Governador Wagner ficaram 14 anos no Governo e não conseguiram fazer nada.

Em seu discurso, o Deputado Robinson Almeida também disse que o Prefeito ACM Neto é conhecido na Bahia como o Prefeito quebra-quebra, porque teria quebrado empresas no Porto da Barra, em razão de obra de urbanização. Isso também não é verdade. O Prefeito ACM Neto é conhecido na Bahia como o Prefeito quebra-quebra porque quebrou as pernas do PT, quebrou as pernas do Governador Rui Costa e as pernas dos Deputados Federais que o apoiam nesta Casa.

Não há uma pesquisa eleitoral, nos 417 Municípios da Bahia, que não dê ao Prefeito ACM Neto mais do que o dobro do que dão ao Governador Rui Costa. O Prefeito ACM Neto está com mais de 50% em todos os 417 Municípios da Bahia, enquanto o Governador Rui Costa não chega a 22%.

Isso precisa ser dito e ser esclarecido. Lutamos pela libertação da Bahia, em 2018, como lutamos pela do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, professor.

256.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	14/09/2017-10:34
Publ.: DCD - 15/09/2017 -		OTAVIO LEITE-PSDB -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Necessidade de votação da proposta de reforma política pela Câmara dos Deputados.

---

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, sai ou não sai a reforma política? Muito tem se falado, muito tem se discutido; no entanto, nós estamos vivendo uma espécie de impasse, eu diria, quase intransponível. Por que isso está acontecendo? Há uma razão de natureza estrutural, há uma distorção na democracia brasileira que precisa ser enfrentada. Existem hoje nesta Casa 28 partidos. No Brasil, existem 35 partidos. Outros vinte e tantos estão tentando registro no Tribunal Superior Eleitoral. Eu pergunto: por outro lado, existem 28 correntes de pensamento? Estão surgindo outras 25 correntes de pensamento? Não!

O partido, na essência, é a reunião de homens e mulheres que comungam de uma linha de pensamento, de uma corrente ideológica. Para isto, existe o partido: para se apresentar à sociedade, para discutir, para disputar eleições e, uma vez alcançando o poder, para executar as suas propostas e ser julgado na próxima eleição. Esse é o processo, essa é a dinâmica política.

A proliferação de partidos é algo muito sério. Então, discutir neste plenário a busca de um consenso é impossível. O pragmatismo, o interesse imediato, não das próximas gerações, mas das próximas eleições, passa por cima de tudo. E isso tem impedido a construção de uma maioria de 308 votos.

Vivemos esse impasse. O que nós vamos fazer para solucioná-lo? Acho que não podemos fugir à nossa responsabilidade: que seja distritão, distrital misto, financiamento público - ao qual, aliás, eu sou contra. Enfim, temos que enfrentar essa discussão sobre fim da coligação partidária para os partidos se apresentarem, cláusula de desempenho, o mínimo possível, para que possamos caminhar em direção a uma democracia que tenha representações verdadeiras e não representações oblíquas, invisíveis, conforme interesses de mecanismos completamente obtusos e escusos. Eu queria apenas dizer isso.

Precisamos enfrentar essa questão. É uma vergonha o Parlamento até

agora não ter botado um ponto final nessa reforma política. Existem diversas outras matérias de relevância fundamental para o Brasil, e nós não estamos trabalhando nelas porque vivemos um impasse e permanecemos no sonho e na ilusão de um consenso. Temos que constituir maioria para o "sim" ou para o "não", temos que votar. É isso que tinha a dizer, Sr. Presidente. Obrigado.

---

Documento 408/516

---

256.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	14/09/2017- 10:54
Publ.: DCD - 15/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	FLAVINHO-PSB -SP PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Declaração de voto contrário à proposta de reforma política.

---

**O SR. FLAVINHO (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -**  
Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero, neste dia, fazer um rápido resumo do que nós temos vivido nos últimos dias, na Câmara dos Deputados, com relação à reforma política. Aliás, chama-se de reforma política o que na verdade seria, no mínimo ou no máximo, uma reforma eleitoral.

É algo muito bizarro o que está acontecendo na Câmara nesses dias, para não dizer que seria uma tragicomédia, porque de bizarro vai para trágico, visto o que se está buscando na Câmara dos Deputados nesses últimos dias, aliás, nesse último mês: são formas de acobertar aqueles que estão aqui. Busca-se uma formatação, numa reforma eleitoral, para manter o poder, para manter o foro privilegiado, para conseguir continuar sacando dinheiro público através de partidos, através de fundo partidário. É uma coisa terrível o que tem acontecido nesta Câmara dos Deputados, nesses últimos dias!

Ontem, nós ficamos por 11 horas em sessão nesta Câmara dos Deputados, e não votamos nada, nada! É dinheiro jogado na lata do lixo, porque custa: custa energia, custa o trabalho de funcionários, custa toda a estrutura da Câmara dos Deputados para nada. Foram 11 horas jogadas na lata do lixo, ontem, aqui na Câmara dos Deputados. Diz-se que fizeram um acordo entre o PMDB, o PT e o PSDB para se votar uma emenda aglutinativa que incluiria o tal do distritão e o fundo indecente eleitoral, que arranca mais dinheiro da saúde, da educação - dinheiro que já não existe - e joga esse fundo para fora do teto

constitucional, outra bizarrice apresentada nesta reforma. E, no final, nem isso conseguiram votar, tamanha é a desavença entre aqueles que querem se manter no poder através dessa reforma política. Eu quero dizer que eu votarei contrário, como tenho votado desde o início. Esta Câmara, como está posta, infelizmente não tem a mínima moral para votar uma matéria como essa.

Eu espero que realmente, no mínimo, fique como está e que no próximo ano aqueles que venham a esta Casa possam, a partir do início do mandato, fazer um trabalho junto com a sociedade para que as próximas eleições em 2020 e em 2022 comecem a ter as mudanças.

A mudança que o povo espera desta Casa, muito mais do que a reforma política proposta, é a reforma daqueles que estão aqui. É a reforma ética, é a reforma de postura, é uma nova forma de fazer política. É isso que o povo está esperando. Mas isso nós não estamos vendo, infelizmente, nas posturas dos Parlamentares e dos partidos, não só nesta Casa, mas em todo o Brasil. O povo quer uma faxina geral na ética, quer que tenham posturas éticas. E isso não está sendo tratado nem mesmo nos acordos, porque não são éticos. Fazem os acordos, e depois os desfazem na hora da votação.

O povo quer uma política limpa e políticos honestos. Muito obrigado.

---

Documento 409/516

---

256.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	14/09/2017- 10:54
Publ.: DCD - 15/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Incapacidade da Câmara dos Deputados de reformulação do sistema político-partidário brasileiro. Expectativa quanto à apreciação pela Casa de nova denúncia do Ministério Público Federal contra o Presidente Michel Temer.

---

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Manato, quero apenas registrar que, neste 14 de setembro, dois fantasmas rondam a Casa.

O primeiro é nossa incapacidade de implementar mudanças mínimas que sejam de alargamento, de oxigenação, de democratização do sistema político-partidário. O prazo está se esgotando, a crise da representação é profunda, o derretimento partidário é o maior da nossa história. Nós temos agido prisioneiros de nossas contradições e também de um processo que não teve o envolvimento necessário da

sociedade, da população, que assiste com estranhamento ou desinteresse ao que tentamos fazer aqui até altas horas da noite passada.

O segundo é a expectativa de chegada a esta Casa de nova e robusta denúncia, em função de delações do doleiro Funaro contra o Presidente Michel Temer, não pela figura do Presidente em si - a disputa política tem que ser escoimada de qualquer embate pessoal -, mas por uma prática política degenerada à qual o PT aderiu e que vai se consubstanciar em algo que esta Câmara tem que examinar.

Não sejamos nós a roubar a verdade do povo brasileiro. Toda investigação é absolutamente necessária, e o Procurador-Geral da República, respaldado pela unanimidade do Supremo Tribunal Federal, tem o direito e dever de fazer, sem seleção, sem exclusão, todas as denúncias robustas que o fiscal da lei, que é o Ministério Público, receber.

Vamos em frente, que a semana que vem vai ser animada.

---

Documento 410/516

---

260.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 14:08
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	FÁBIO SOUSA-PSDB -GO BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Conveniência de discussão, pela Casa, de assuntos de sumo interesse da sociedade brasileira, no caso de não votação na presente data da proposta de reforma político-eleitoral.

---

**O SR. FÁBIO SOUSA** (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um ditado popular diz: "*cada cabeça, uma sentença*". Hoje somos na Casa 513 sentenças, alardeadas por 35 partidos, se não me engano. Por que estou falando isso? Porque mais uma vez vamos tentar discutir, votar alguma coisa que podemos chamar de reforma eleitoral ou reforma política.

Vou fazer um apelo às Sras. e aos Srs. Deputados, à Mesa Diretora, enfim, a todos os atores envolvidos: se nós não aprovarmos nada hoje, se não votarmos nada, vamos esquecer esse assunto, vamos assumir nossa incompetência para chegar a um denominador comum e pensar em outros temas importantes que temos para discutir.

Os oradores que me antecederam falaram em turismo, cultura e principalmente no grande mal da falta de segurança pública. São assuntos de que devemos tratar aqui. Ficar debatendo reforma política,

reforma eleitoral, que não estão dando em absolutamente nada, é perda de tempo para nós Congressistas, mas, acima de tudo, é perda de tempo para a sociedade brasileira, que está esperando respostas para problemas sérios e urgentes.

É lógico que há partidos que não são favoráveis à criação de qualquer tipo de fundo, outros já são. É lógico que há gente que pensa assim, outra pensam de outra forma, outra de outra. Nós não vamos chegar a denominador comum nenhum. Então, faço este apelo.

Vou dar um exemplo: evidentemente, o PR, do Deputado Tiririca, não tem interesse em votar o distritão; é lógico que o PRB, do Deputado Celso Russomanno, não tem interesse em acabar com a forma como é hoje e aprovar o distritão. E, assim por diante, cada um vai pensar em si. Os partidos maiores querem acabar com as coligações, os menores não querem.

Enfim, a melhor coisa que nós fazemos aqui, Sras. e Srs. Deputados, é assumir nossa incompetência: *"Brasil, nós não damos conta de aprovar uma reforma eleitoral, nós não damos conta de aprovar uma reforma política. Esqueça!"*. Os interesses são muito maiores. Enquanto houver 35 partidos, nós não vamos dar conta disso.

Vamos começar a discutir outros problemas que o Brasil precisa e quer resolver. Segurança pública é a maior preocupação da sociedade brasileira. Por que não estamos discutindo esse tema aqui? Por que não estamos falando em fechar fronteiras? Por que não estamos discutindo um pacote que venha para solucionar esses problemas, tanto de forma preventiva quanto de tratamento dessa doença? Não, ficamos falando sobre reforma.

Então, se não formos discutir reforma eleitoral hoje, deixemos esse assunto de lado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

---

Documento 411/516

---

262.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017-16:20
Publ.: DCD - 20/09/2017 -	VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de aprovação do voto distrital misto no âmbito da reforma política.

---



**O SR. VANDERLEI MACRIS** (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, nós estamos diante de um fracasso total do sistema representativo no nosso País. Ao longo dos últimos anos, tivemos um afastamento da sociedade brasileira do Parlamento. Isso precisa e deve ser modificado. Esse sistema de representação não funciona mais e precisa, num momento importante como este, ser avaliado com muito cuidado por este Parlamento. Nós estamos diante de uma oportunidade ímpar de modificar a relação entre a sociedade e o Parlamento. Nós vamos votar, entre hoje e amanhã, meu caro Mauro, uma proposta em que existe a possibilidade de implantarmos o voto distrital misto do sistema alemão. É um sistema que dá ao eleitor a possibilidade de dois votos: um voto no distrito, que vai eleger o que tiver o maior número de votos, e um voto na legenda.

O eleitor, portanto, passa a ter direito a dois votos. Ele escolherá um representante no distrito, que será estabelecido pelo Tribunal Eleitoral, e também dará um voto na legenda, no partido com que ele possa ter efetivamente uma identificação ideológica de propostas, de caminhos que o partido propõe para resolver os problemas da região, do Estado e da Nação brasileira. Portanto, é um sistema que aproxima mais o eleitor do seu representante.

E essa modificação se faz necessária, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e nós estamos prestes a votar uma proposta de reforma que poderá agasalhar essa possibilidade.

Exatamente no momento em que a descrença da sociedade em relação aos seus representantes se faz presente, é importante que este Parlamento tenha o cuidado de avaliar com muita preocupação essa alteração no sistema de representação. Eu defendo o voto distrital misto, ainda que seja uma transição para 2018, a fim de chegarmos a 2022 com essa proposta, mas que ela seja aprovada por esta Casa, que ela seja efetivamente dada como certa.

E nós temos absoluta segurança de que o País passará por uma grande transformação, recuperando a crença nos seus representantes, porque o eleitor estará diretamente ligado e fiscalizando o seu representante no distrito e também o partido que ele escolheu.

Portanto, eu tenho segurança para dizer que esta é uma oportunidade ímpar para o Parlamento brasileiro, no momento em que será instado a decidir sobre qual sistema de representação teremos nos próximos anos.

Vamos votar o sistema distrital misto, sim. Essa é a única alternativa que teremos para aproximar a sociedade do Parlamento brasileiro. Portanto, fica o meu apelo aos Parlamentares desta Casa, de todos os partidos, para que possamos ter um momento de lucidez e aprovar o voto distrital misto, que será um avanço inteligente e importante para que a sociedade possa se sentir representada.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Agradeço a V.Exa., Deputado Vanderlei Macris.

---

Documento 412/516

---

263.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 21:28
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	CELSO PANSERA-PMDB -RJ ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Dificuldades para aprovação de mudanças no sistema eleitoral vigente no País.

---

**O SR. CELSO PANSERA** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acho que temos que registrar aqui que o distritão é o fim da política, o distritão é o fim dos partidos, não é isso? Mas aqueles que estão dizendo que o distritão é o fim dos partidos e o fim da política, daqui a pouco, vão votar contra o fim das coligações em 2018. Ora, querem encontrar maior oportunismo político do que esse? O medo de mudar a forma como os Deputados e as Deputadas se elegem é que, no fundo, está contido no medo de aprovar o novo sistema, seja ele qual for - seja ele qual for!

A vítima do momento é o distritão, porque é o único sistema que, neste plenário, apareceu com força e com capacidade para derrotar o sistema proporcional. Criou-se uma fobia à força, uma junção de todos os medos deste Plenário de enfrentar uma nova forma de se eleger. O problema não é o distritão. O problema é o oportunismo das chapas coligadas. O problema é o oportunismo de quem vai aos grotões e traz aquele ex-prefeito ou aquele vereador bem votado, a fim de fazer a chapa e completar o tal coeficiente, para eleger o dono do partido estadual ou o dono do partido municipal. Esse é o verdadeiro oportunismo, é o verdadeiro medo de se votar o distritão ou qualquer outro sistema que se coloque para votar aqui.

As pessoas efetivamente não estão conseguindo ver a realidade do profundo desgaste que o atual sistema político brasileiro vive. Parece-me que vão ter que enfrentar isso no ano que vem, para tentarem entender a realidade e o que as pessoas estão pensando sobre os políticos brasileiros.

Então, aqui hoje não se está derrotando o distritão, o que se está derrotando é a possibilidade de fazer alguma coisa que realmente signifique uma nova forma de eleger os Parlamentares brasileiros, mesmo que isso seja uma fórmula transitória para outro momento, para que nós quebrems o paradigma desse sistema que se provou extremamente falido, extremamente oportunista, que não responde e não corresponde aos anseios das pessoas que estão votando.

É ou não é verdade que muitas vezes a pessoa vota naquele líder

feminista e elege aquele pastor que é contra o aborto? É ou não é verdade que eventualmente...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Tem a palavra o Deputado Assis Carvalho, por 1 minuto.

**O SR. DANILO FORTE** - Sr. Presidente, eu já estou aqui.

**O SR. ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente...

**O SR. CELSO PANSERA** - Sr. Presidente, eu tenho 30 segundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Não, Deputado. V.Exa. já teve 1 minuto.

**O SR. CELSO PANSERA** - Só 1 minuto.

É ou não é verdade que as pessoas eventualmente votam naquele candidato justiceiro, que defende a pena de morte, e na mesma chapa há alguém que defende os direitos humanos? V.Exas. querem algo pior para a política e para o sistema partidário do que essa distorção no voto que existe hoje?

O que V.Exas. fizeram aqui não foi derrotar o distritão; foi derrotar qualquer possibilidade de indicar à população brasileira um novo sistema para eleger Parlamentares no Brasil.

---

Documento 413/516

---

263.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 21:28
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PEDRO UCZAI-PT -SC PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário à implantação do sistema eleitoral denominado distritão.

---

**O SR. PEDRO UCZAI** (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho que essa votação é fundamental e estratégica para o futuro da cultura política brasileira.

O distritão é a desconstrução dos partidos políticos, é a desconstrução do processo democrático interno dos partidos políticos, é a desconstrução da pluralidade de ideias e de projetos em disputa na sociedade, para que o indivíduo seja a supremacia. Portanto, é o desmonte da democracia; é o desmonte do projeto de sociedade e da pluralidade.

"Não" ao distritão!

---

Documento 414/516

---

263.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 21:28
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ASSIS CARVALHO-PT -PI ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento contrário à implantação do sistema eleitoral denominado distritão.

---

**O SR. ASSIS CARVALHO** (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quando o hoje prisioneiro Eduardo Cunha presidia este Parlamento, ele trouxe essa excrescência chamada distritão. É melhor chamarmos essa imoralidade de "detritão". Nós estamos solicitando aos Parlamentares que não votem nesse absurdo, porque esse distritão é excludente. Ele inviabiliza que as mulheres se organizem, que os negros se organizem, que os LGBTs se organizem, que o movimento popular se organize. Ele elitiza a política. É isso o que muitos Parlamentares querem, seguindo a orientação de um Presidente corrupto, que foi quem inventou este absurdo. Por isso, nesta noite, este Parlamento vai derrotar, mais uma vez, esse tal distritão, que faz muito mal à Nação brasileira. Nós e o PT votamos "não" a este absurdo!

---

Documento 415/516

---

263.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 21:28
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	RONALDO FONSECA-PROS -DF ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do PROS acerca da reforma política.

---

**O SR. RONALDO FONSECA** (Bloco/PROS-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou aqui como Vice-Líder do bloco do qual fazem parte o PROS e o PTB, mas, na verdade, eu falo em nome do PROS. Nós estamos tentando fazer uma reforma política há várias sessões. Inclusive, na última sessão, ficamos 9 horas neste plenário sem galgar sucesso. Por que isso? Porque, na verdade, deveríamos ter começado a discussão da reforma política no início do mandato e não ter

esperado até agora, próximo ao fim do prazo da anualidade eleitoral. Senhoras e senhores, não há consenso, não há entendimento. Nós estamos agora prestes a votar uma matéria importantíssima: o sistema eleitoral. Vamos decidir se queremos o distritão. Na verdade, o que é o distritão? Estão falando para a população: *"O distritão é melhor, porque com ele entra quem tem voto. Aqueles que não têm voto não vão estar aqui"*. É verdade? O distritão facilita demais para os caciques políticos. O distritão facilita muito a não renovação do Parlamento. Se nós aprovarmos o distritão, logo depois das eleições a população vai cobrar que volte o sistema anterior, o mais equilibrado, o mais justo.

O melhor sistema que existe é o que nós temos hoje. *"Ah, mas existem defeitos!"* É claro que existem defeitos! Então, vamos pontuar e consertar os defeitos, e não querer fazer o que está sendo feito agora. Vejam como nós estamos numa situação complicada! Há muitos aqui no plenário que não sabem nem no que votar agora: *"Voto em quê? Voto no distritão? Mas, se eu votar no distritão, eu volto? Eu vou me eleger? Não, não vou. Então, o melhor é a coligação"*.

Vejam o risco que nós estamos correndo ao mudar um sistema no apagar das luzes! Nós já estamos a quase 1 ano das eleições. Essa matéria é tão complicada que amanhã nós queremos votar aqui a infraconstitucional. Eu queria chamar a atenção da imprensa brasileira para o que vou dizer agora: estamos querendo votar a infraconstitucional amanhã!

Tenho muito respeito pelo meu amigo Deputado Vicente Candido, que foi o Relator da infraconstitucional, mas vejam o que estão querendo votar aqui! No art. 9º da Lei nº 9.504, de 1997, criaram uma inovação e estão criando dois tipos de eleitor: o eleitor que pode se filiar ou está filiado a um partido para ser candidato e o eleitor que precisaria ter 1 ano de filiação para poder participar da eleição. Vejam o que estão dizendo! Há dois tipos de eleitor: um que pode votar e ser votado e o outro que pode votar, mas não pode ser votado.

Atenção, senhores e senhoras, à aberração que estão querendo fazer aqui com esta reforma política! Para quem tem filiação partidária - isso é para proteger quem tem filiação partidária -, são 6 meses de filiação; para quem não tem filiação partidária, será 1 ano. Como será 1 ano, se nós já estamos chegando ao final do prazo agora? O que querem? Estão querendo impedir quem de ser candidato?

Esta reforma, se for feita, será sancionada no apagar das luzes. Em quantas horas um cidadão brasileiro que não tem filiação partidária poderá se filiar a um partido para ser candidato em 2018? Que absurdo! Estão com medo de quem?! Estão querendo fabricar uma lei para impedir este ou aquele de ser candidato. Isso é reforma política? Isso é casuísmo. Querem impedir que um promotor seja candidato, impedir que um juiz seja candidato? Para isso estão usando a lei? Nós estamos com medo de quê?

Vejam o casuísmo e o absurdo de uma reforma política feita nas últimas horas, no apagar das luzes! Esta reforma política, se for feita - o que eu duvido -, vai ser sancionada no apagar das luzes.

O cidadão que não tem filiação partidária vai se filiar quando, se a

proposta está dizendo que ele tem que ter 1 ano de filiação? Para quem já é filiado - os Deputados, os políticos -, bastam 6 meses de filiação. Isso não passa, senhoras e senhores! É feio para este Parlamento nós fazermos uma lei para impedir Fulano e Sicrano de serem candidatos. Isso é vergonhoso para o Parlamento e não deve passar aqui. Isso está na infraconstitucional.

É esse tipo de reforma que queremos fazer? É isso que a população está pedindo que façamos? Não, senhoras e senhores! É por isto que há esta reforma açodada, esta reforma apressada, esta reforma feita no desespero: *"Ah! Nós queremos o fundo. Se não houver fundo, não há eleição"*.

Portanto, senhoras e senhores, o PROS já se manifestou contra o fundão da democracia, um fundão para financiar a política retirando dinheiro da educação e da saúde. O PROS também já se pronunciou contra o distritão, porque é uma matéria injusta com os partidos políticos.

Assim vai votar o PROS, senhoras e senhores.

---

Documento 416/516

---

263.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 21:28
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	HILDO ROCHA-PMDB -MA ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador acerca da proposta de reforma política.

---

**O SR. HILDO ROCHA** (PMDB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Fábio Ramalho, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos, neste momento, votando a regra que precisamos adotar como novo sistema eleitoral em nosso País. O que está sendo proposto neste momento? Apenas se estabelecer que, em 2022, vamos ter um sistema igual ao da Alemanha: o sistema distrital misto. Como transição, nós estamos aproveitando a ideia do Deputado Federal Miro Teixeira, que criou a proposta do voto majoritário - vários Deputados assinaram, assim como eu assinei -, segundo a qual cada Unidade da Federação seria um distrito. Repito: cada Unidade da Federação seria um distrito. Esse é o voto majoritário, que é praticado em vários países do mundo, como a França, os Estados Unidos, o Canadá, a Grã-Bretanha.

Há aqui aqueles que são contra a mudança e não têm coragem de assumir que preferem o sistema atual. Apenas um partido - se eu não me engano, foi o PEN - disse que prefere o sistema atual a qualquer

outro. Os outros partidos não têm coragem de assumir que querem a continuidade, que querem que esse sistema, que é a raiz da corrupção que o País vive, permaneça.

Eu volto a desafiar os senhores que são a favor da continuidade desse sistema corrupto: qual é o outro país do mundo que tem um sistema igual ao do Brasil? Não há nenhum outro país no mundo que tenha. Lista aberta proporcional só o Brasil tem. Nenhum outro país no mundo tem algo igual. Aí condenam o voto distrital misto, assim como o voto majoritário, o qual foi denominado pelo Deputado Miro Teixeira, que, com 11 mandatos, é o Deputado com mais mandatos nesta Casa, de distritão - essa é uma ideia do Deputado Miro Teixeira.

Depois que os favoráveis ao sistema atual, que é o sistema corrupto, começaram a fazer a cabeça de segmentos da imprensa, de segmentos da mídia, alguns aqui começaram a mudar de ideia. Isso acontece porque eles não têm coragem de enfrentar as mudanças e têm medo de não se reeleger.

Diferente do que dizem, aqueles que têm voto se elegem em qualquer sistema. No entanto, corre-se o risco, sim, com esse sistema que existe hoje, de qualquer astro, como o Deputado Tiririca, trazer um bandido junto com ele. O eleitor vota no Sr. Tiririca, e este, com mais de 1 milhão de votos, traz um terceiro ou quarto que a população não sabe nem quem é. Nesse sistema aqui, a população vai saber realmente quem são os candidatos.

Querem dizer que este sistema aqui vai proteger as estrelas. Muito pelo contrário, as estrelas se elegem em qualquer sistema, com o risco de neste sistema uma estrela carregar Deputados com 15 mil, 20 mil, 30 mil votos, como já tem ocorrido. Muitas vezes, deixa-se de eleger um candidato que teve voto para vir um candidato que muitas vezes não tem voto, não tem representatividade, mas pagou para que aquela estrela fosse candidata.

É isso o que acontece nesse sistema atual, que muitos Deputados e muitas Deputadas são contra. Essa é a verdade! Vamos colocar os pingos nos is! V.Exas. não têm essa coragem e ficam discriminando o sistema majoritário de escolha de votos, ou seja, aquele em que se elegem os que têm maior quantidade de voto.

Sr. Presidente, com relação ao fundo de financiamento de campanha, o que vejo aqui são alguns Líderes partidários dizerem que são contra o uso do dinheiro público para bancar a política, mas, na hora da distribuição do Fundo Partidário, são os primeiros a brigarem como urubu em cima da carniça. Muitos desses Líderes que aqui falam são verdadeiros hipócritas.

Abram mão do Fundo Partidário! Façam isso se V.Exas. realmente não querem que o dinheiro público financie a campanha! O dinheiro para financiar a eleição tem a mesma origem do dinheiro que beneficia esses partidos que têm apenas uma escarcela debaixo do braço. Esses são os partidos financiados com o dinheiro público. Esse dinheiro público do Fundo Partidário é que banca as campanhas. Então, vamos abrir mão do Fundo Partidário, para sermos coerentes com a verdade, para sermos sinceros.

Quero pedir a V.Exas. que tenham juízo. Vamos votar a favor do distrital misto, para 2022, e do distritão ou voto majoritário, para 2018. Sr. Presidente, quero chamar agora o Deputado Celso Pansera para dar continuidade ao tempo de que disponho pela Liderança do PMDB.

---

Documento 417/516

---

263.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 21:28
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	BALEIA ROSSI-PMDB -SP ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Felicitação ao Deputado Fábio Ramalho pela condução dos trabalhos. Convocação da bancada do PMDB ao plenário. Importância de realização da reforma política.

---

**O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria primeiro cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos nesta noite. Quero fazer uma convocação da bancada do PMDB para que esteja em plenário, para que possamos votar agora aquilo que foi fruto de um acordo que V.Exa. conduziu, a votação da PEC 77. A população espera a votação da reforma política. É muito importante que todos estejam aqui, para que possamos debater e deliberar sobre a reforma política, que já está há mais de 3 meses nesta Casa. Passou por três Comissões, e não há nenhuma justificativa para não deliberação. Portanto, convoco os Deputados do PMDB para que estejam em plenário e possamos deliberar sobre a PEC 77.

---

Documento 418/516

---

263.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 21:28
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	PAUDERNEY AVELINO-DEM -AM ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Solicitação à Presidência de orientação ao Plenário sobre a matéria em votação.



---

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, seria importante V.Exa. explicar para o Plenário quais pontos desta PEC 77 estarão sendo votados, para que os Deputados que estão aqui possam ter a exata noção daquilo que está sendo votado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Deputado Pauderney Avelino, obrigado.

Será submetido a voto o grupo formado pela redação dada pelo substitutivo ao art. 45 do texto constitucional e o art. 3º do substitutivo, ressalvados os destaques, dois destaques.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** - Ou seja, serão votados o distritão, o distritão com voto na legenda para 2018 e o distritão misto para 2022?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Não, distritão puro.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Distrital misto, em 2022; e distritão, 2018 e 2020.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** - Sem a criação do fundo?

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Sem o fundo.

**O SR. BALEIA ROSSI** - Para encaminhar, Sr. Presidente.

---

Documento 419/516

---

263.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 21:28
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	WEVERTON ROCHA-PDT -MA ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do PDT acerca da proposta de reforma política. Expectativa de autorização da Casa para abertura de processo contra o Presidente Michel Temer.

---

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, Srs. Líderes, nós já estamos vivendo a reta final do prazo para discutir a reforma política. Durante o fim de semana, muitos se depararam com várias entrevistas de membros deste Parlamento, com setores da imprensa e também do Senado Federal falando da tal reforma política, "*a reforma política que a sociedade tanto quer*".

Eu queria perguntar a V.Exas. quem é essa sociedade que quer essa reforma que cada um está defendendo. Nós sabemos que o que está acontecendo de verdade lá na ponta, lá na rua, que o que a sociedade está pedindo não é reforma política, ela está pedindo a reforma dos

políticos, ela está pedindo a reforma do que acontece nesta Casa, do que acontece na política nacional.

A prova disso é a segunda denúncia contra o Presidente da República, Michel Temer. A V.Exas., que sempre dizem o que a sociedade quer, digo que a sociedade queria que esta Casa autorizasse, logo na primeira denúncia, o Supremo Tribunal Federal a julgar o Presidente como qualquer outro Parlamentar, como qualquer outro cidadão, como todos, à luz da legislação. Portanto, a segunda denúncia foi feita.

Agora à noite o Ministro Edson Fachin rejeita o pedido do Presidente Michel Temer de devolução do processo, da denúncia, à PGR, ou seja, ele pede que a denúncia seja incluída na pauta do Pleno, para ser analisada, e seja enviada para a Câmara dos Deputados.

Então, senhores, daqui a alguns dias, a denúncia estará aqui na Câmara. Todos que sobem aqui falando o que a sociedade quer, lembrem-se de que quase 90% da sociedade quer o "*Fora, Temer!*" Quase 90% do povo brasileiro quer dar um basta a esse esquema que foi montado ali no Palácio do Planalto, liderado pelo Presidente Michel Temer. É essa a voz da rua! É essa a voz da sociedade, que tem que ser ouvida.

Quanto à questão da matéria da reforma política, fica a sugestão do PDT de que tenhamos dois pontos importantes. Senhores, hoje o Brasil tem 30 e poucos partidos políticos. Lá no TSE há cerca de 40 a 50 partidos prontos para serem homologados, ou seja, daqui a 2 ou 3 anos, o Brasil pode ter de 70 a 80 partidos políticos. Isso é um absurdo! Imaginem: 81 Senadores, cada um de um partido diferente.

A política seria institucionalizada no CPF de cada um. Não é razoável que um Parlamento amplo e plural como este não discuta programas e ideias de partidos políticos. É preciso separar partidos de legendas. Portanto, quanto à cláusula de barreira e ao fim das coligações, que estão na PEC relatada pela Deputada Shéridan - PEC essa que já está votada no Senado Federal -, há mais condições políticas de resolvermos de hoje para amanhã.

Caso contrário, nós vamos continuar dizendo o que todo mundo já sabe. A Casa, que é a casa do diálogo e da política, não conseguiu sequer entrar num consenso para construir, Deputado Pedro Fernandes, um entendimento sequer para o debate da eleição do ano que vem e a partir daí.

Então, a sensação que se passa lá fora, na rua, é que aqui não se quer aprovar nada, porque isso é contra os interesses individuais de cada Deputado para votar. É o que se quer votar é porque é também do interesse para votar. Então, minha gente, é preciso retirar da pauta esse monte de teses e ir para o objetivo: diminuir o número de partidos e aprovar o fim das coligações.

Publ.: DCD - 20/09/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

CD  
ABERTURA

JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE  
PELA ORDEM  
DISCURSO

20:18

---

### *Sumário*

Solicitação à Presidência de esclarecimento sobre a votação de propostas de emenda à Constituição concernentes a reforma política.

---

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só quero chamar a atenção de alguns Líderes para este ponto. Nós conversamos para permitir que a matéria entre em discussão e votação. Não sei qual é o entendimento de V.Exa., foi o que conversei com o Deputado Tripoli, mas este é o entendimento da grande maioria do Plenário: na hora em que entrar em votação a Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, se derrotarmos o primeiro destaque, imediatamente os outros estarão suprimidos e voltaremos imediatamente para a PEC 282/16.

É isso, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - É isso mesmo. O acordo foi esse.

---

Documento 421/516

---

263.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 20:28
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	CARLOS ZARATTINI-PT -SP COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do PT acerca da reforma política. Defesa do afastamento do Presidente Michel Temer e de convocação de eleições presidenciais diretas.

---

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu queria falar do esforço do nosso partido para aperfeiçoarmos, melhorarmos e ampliarmos a democracia em nosso País. Nós consideramos essa reforma eleitoral uma reforma da maior importância. Foi por conta disso que nós tivemos uma boa e importante atuação nas três Comissões que analisaram as propostas de reforma eleitoral. O Deputado Vicente Candido, como Relator, o Deputado Rubens Otoni, o Deputado Henrique Fontana, o Deputado Arlindo Chinaglia, a Deputada Maria do Rosário, o Deputado Nilto Tatto e o companheiro Deputado Padre João participaram ativamente desse

debate, buscando exatamente achar soluções para que pudéssemos avançar.

Nós estamos em um momento importante da votação, um momento em que nós podemos dar alguns passos. Evidentemente, nós não vamos dar grandes passos aqui, até porque não se formou, nem na sociedade, nem neste Congresso Nacional, nem nesta Câmara dos Deputados, um consenso sobre como avançar.

No entanto, acreditamos que vamos manter funcionando um sistema proporcional de votação que garanta o direito de as minorias serem representadas nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias Legislativas, na Câmara dos Deputados, um sistema que permita a expressão de todas as ideias na sociedade.

Também vamos votar aqui uma proposta que vai estabelecer limites nas representações partidárias, a chamada cláusula de desempenho, que vai garantir que nós tenhamos um quadro partidário mais concentrado e, ao mesmo tempo, mais fortalecido.

Do ponto de vista do PT, não existe democracia se não existirem partidos políticos fortes. É por isso, exatamente por essa questão, que nós nos posicionamos contrariamente e nos opomos ao chamado sistema distritão. Votaremos aqui contrariamente a esse sistema.

Da mesma forma, consideramos que democraticamente é necessário que o sistema chamado de distrital misto seja mais bem analisado, para que ele tenha condições de se transformar num sistema proporcional como é o sistema alemão, mas não no distrital misto puro, no qual se distorce a representação partidária.

Nós somos favoráveis também ao término das coligações, porque consideramos que a coligação leva a um equívoco, leva a uma situação de difícil solução, quando o eleitor, ao votar num candidato de um partido, acaba elegendo um candidato de outro partido, muitas vezes com ideias completamente contrárias. Por isso, somos favoráveis ao fim da coligação.

Além disso, também somos favoráveis a que haja um período de transição e que, nessa eleição de 2018, por conta da proximidade, ainda se mantenha a coligação, que deverá ter fim a partir das eleições municipais de 2020.

Por fim, nós achamos necessário aperfeiçoar a democracia. Não se aperfeiçoa a democracia sem resolver os problemas do financiamento eleitoral. No nosso modo de ver, a grande causa de toda a crise política que vivemos no País hoje é exatamente o fato de termos convivido durante muitos anos com o chamado financiamento empresarial. Foi correto o Supremo Tribunal Federal ter suprimido essa forma de financiamento. Consideramos correto também que nós aqui não façamos com que ele ressuscite.

É correto, sim, permitir que haja um financiamento público que garanta a base do financiamento eleitoral, assim como é correto estabelecer um financiamento de pessoas físicas, um modelo de financiamento no qual as pessoas possam contribuir, mas com limites muito reduzidos, porque não é possível que os mais ricos possam contribuir com milhões e os mais pobres contribuam com muito pouco. É necessário

estabelecer uma limitação de doação.

Por isso, nós propomos que, no projeto de lei a ser votado amanhã, se estabeleçam esses limites, bem como o limite do autofinanciamento. Não é possível que se faça um Governo ou um Congresso a partir dos mais ricos, daqueles que têm dinheiro para financiar sua própria campanha.

Nós precisamos de democracia. Democracia supõe igualdade de condições de disputa. É por isso que o nosso partido defende essas condições e defende também a manutenção daquilo que já conquistamos em termos de espaço democrático de propaganda, principalmente a propaganda no rádio e a propaganda na televisão. Não concordamos com aqueles que defendem o fim dessa propaganda, muito menos com aqueles que defendem o pagamento dessa propaganda pelos partidos.

A conquista da propaganda eleitoral gratuita é democrática e tem ajudado a democracia em nosso País. No nosso modo de ver, foi exatamente a propaganda eleitoral gratuita que, em 1974, permitiu ao antigo MDB ser vitorioso em 16 Estados deste País e iniciar um processo de vitória da democracia e derrota da ditadura militar.

Aquelas propagandas de 1974, 1978, 1982 nos permitiram fazer a grande campanha Diretas Já! Essa campanha democrática garantiu um grande avanço em nosso País e agora precisa ser restabelecida.

Do nosso ponto de vista, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós só vamos superar a crise se restabelecermos a democracia através do voto direto. É isso o que nós queremos colocar em pauta também.

A próxima denúncia contra Michel Temer, que será votada aqui, pode permitir que esta Casa retire deste Governo aqueles que se apropriaram indevidamente do poder através de um golpe midiático, através de um golpe parlamentar. Que nós possamos estabelecer e restabelecer a democracia através do voto direto! É isso o que nós pretendemos. É nesse sentido que nós vamos nos posicionar claramente.

Não é possível que um Governo antipopular, um Governo antinacional, um Governo que mina a soberania do País, um Governo que permite a desorganização social, como vem acontecendo em todo o País, permaneça. É necessário, sim, o seu afastamento. É necessário também o restabelecimento das eleições diretas. Essa é a posição do Partido dos Trabalhadores.

A reforma política não é o passo que gostaríamos de dar, mas, sem dúvida nenhuma, é um pequeno avanço que nós nos esforçamos aqui para constituir. Esperamos que sejam aprovadas por esta Casa as medidas necessárias e que sejam rejeitadas aquelas que diminuem a democracia, aquelas que impedem a livre expressão do eleitor, aquelas que impedem a representação das minorias. Esse é o nosso posicionamento.

Votaremos aqui contrariamente às mudanças no sistema eleitoral previstas na PEC 77. Votaremos a favor da possibilidade de coligações em 2018, do fim das coligações a partir de 2020 e da cláusula de desempenho, que vai garantir um quadro partidário mais nítido para a

população do nosso País e um quadro partidário mais fortalecido.  
É assim que nós iremos nos posicionar.  
Parabéns a todos os que estão lutando para avançarmos na  
democracia em nosso País!  
Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 422/516

---

263.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 20:40
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	RICARDO TRIPOLI-PSDB -SP COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do orador diante da votação pela Casa das Propostas de Emenda à Constituição de n°s 282, de 2016, e 77, de 2003, ambas sobre a reforma política.

---

**O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, há muito tempo, eu diria na época da Constituinte, quando se formatou, após o sistema da ditadura, o novo modelo eleitoral, baseado nos conceitos que obviamente foram dos nossos antepassados - alguns que ainda estão nesta Casa -buscava-se um regime mais próximo da sociedade brasileira, aquele que fosse mais representativo, para que a sociedade brasileira pudesse, a partir de então, depois de 20 anos sem escolher Presidente da República, votar.

Muitas vezes, os Governadores e os Prefeitos, principalmente nas capitais, as chamadas áreas de risco, eram todos indicados indiretamente. Os Governadores eram eleitos pelas Assembleias Legislativas e não se tinha um processo democrático.

O que fizeram os legisladores à época? Foram buscar uma modelagem que pudesse superar essas dificuldades, fazendo com que a população se sentisse representada.

É bem verdade que, naquele momento, exigia-se uma maneira, uma fórmula em que o eleitor tivesse uma identidade com o eleito. Os anos se passaram. Nós vivemos épocas modernas, épocas em que nós temos a tecnologia, as mídias sociais, as mídias eletrônicas, coisas que há 30 anos nós não tínhamos.

A comunicação se dava pessoalmente nos chamados comícios que existiam, nas sociedades amigos de bairro, por meio dos líderes de cada uma das regiões, nas universidades. Essa era a forma como nós

nos dirigíamos aos eleitores.

Com a comunicação avançando, as rádios, as televisões ocuparam esse espaço. E agora, mais recentemente, os nossos computadores, os nossos iPhones dão essa acessibilidade do que pretendemos e do que gostaríamos, obviamente, de ver escrito pelo eleitor.

A partir disso, nós fomos buscar o melhor modelo para trazer a esta Casa e ter aqui um projeto que pudesse ser exatamente o espelho dessa realidade que temos hoje.

Tivemos dois grandes grupos discutindo a modelagem. Veio um projeto do Senado, de autoria dos Senadores Ferraço e Aécio Neves, relatado pela nobre Deputada Shéridan, que fez um brilhante trabalho, elogiado por todas as Lideranças desta Casa. Ela tem percorrido o Brasil, levando aos quatro cantos do País a discussão da reforma política brasileira.

E tivemos, no outro polo, a questão da formatação do modelo do sistema de financiamento, levado pelo nobre Deputado Pestana, da nossa bancada do PSDB, que exaustivamente discutiu essa matéria e ouviu bastante. Ele percorreu, da mesma forma, vários Estados brasileiros, buscando aquilo que havia de melhor para oferecer a esta Casa.

Ambos, juntamente com os demais membros das outras bancadas, foram acrescentando, cada dia mais, matérias que pudessem nos trazer uma transparência, algo em que houvesse identificação no que diz respeito a essas matérias.

E chegamos obviamente a este momento, quando vamos discutir e votar aqui dois projetos: a Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003. Uma obviamente já foi votada em primeiro turno e aprovada pela imensa maioria desta Casa num entendimento. As bancadas buscam entender e levar à população de cada um dos seus Estados aquilo que melhor possa representá-los.

O que o eleitor quer hoje? Ele quer ser bem representado. Na verdade, ele não quer ter, no mesmo Estado, Deputados suplentes com votações altíssimas e Deputados titulares com um quarto da votação dos suplentes tendo a mesma representatividade ou o mesmo grau de representatividade neste Parlamento, sendo do mesmo Estado. Não falo aqui de Estados diferentes. Falo do mesmo Estado. São representações diferenciadas.

É preciso que haja uma correção não só nesta questão, mas também no número de partidos, algo de que a população brasileira reclama e muito, com toda a razão. É impraticável um Parlamento que tenha mais de 27 partidos com representação num país em que mais de 40 partidos estão sendo fabricados ainda hoje nos Tribunais Regionais Eleitorais e no Tribunal Superior Eleitoral. É impossível as pessoas identificarem...

Portanto, o que acabou acontecendo? Primeiro as pessoas pensam no candidato para, depois, identificar a qual partido ele pertence, ou seja, programas partidários passam a ser secundários na análise do cidadão comum.

E para que isso seja corrigido, nada melhor do que termos aqui a possibilidade de votar uma condição de termos a cláusula de desempenho, ou seja, os partidos que não atingirem um volume de votos, um volume de representação, não poderão mais ficar no Parlamento. Eles terão que se agrupar a outros partidos políticos a fim de obter representatividade.

O segundo aspecto são as coligações proporcionais. A população muitas vezes não entende - também com toda a razão - por que existe um debate, um debate ideológico, um debate de princípios, um debate de ideias, e depois, quando chegam as eleições, esses que debateram e que têm posições antagônicas estão juntos numa coligação proporcional.

Então, para que essas correções sejam feitas, Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados, é fundamental que, no dia de hoje, possamos ultrapassar essa barreira intransponível durante muitos anos e que entreguemos à sociedade brasileira uma legislação com que ela se identifique, pela qual ela se sinta representada e da qual ela tenha orgulho durante o período eleitoral dizendo: "*Elegi o meu candidato, tenho nele a representação do mandato que a ele foi oferecido*".

Cada um de nós não chegou aqui por acaso, todos chegamos aqui através do voto popular, do reconhecimento das pessoas ao dizer: "*Este Deputado me representa*". E é desta forma que nós pretendemos fazer hoje com a votação que se dará daqui a poucos minutos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Newton Cardoso Jr) - Obrigado, Líder Ricardo Tripoli.

---

Documento 423/516

---

263.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 20:48
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do PCdoB sobre a reforma política.

---

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Como Líder. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o PCdoB sempre defendeu a reforma política, não a reforma que está em debate



neste momento.

O que querem deliberar aqui? Institucionalizar o sistema distritão para 2018 e o distrital misto para 2022 como sistema permanente. Isso não significa avanço. Muito pelo contrário, significa um retrocesso no modelo e no sistema político brasileiro.

Nós queremos uma reforma política que fortaleça a democracia no nosso País, que favoreça a participação popular e a democracia direta por parte do eleitor.

Defendemos a lista pré-ordenada, exatamente para fortalecer os partidos. Não há democracia sem partido político, sem partido com programa e com perfil ideológico, sem partido que possa efetivamente "coesionar" a partir das suas ideias, do seu programa de pensar o País. Não é nada disso que eles estão propondo nesta modificação de distritão com distrital misto, é um caminho para levar o País ao abismo ainda maior.

Ficam dizendo que isso é modernização, isso é coisa lá da ditadura. Distritão e distrital misto já fizeram parte da legislação brasileira e foram jogados na lata do lixo da história. Não servem! Não adianta pensar em retirar o sistema proporcional, que pode espelhar melhor o perfil da sociedade brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, nós temos que fazer esse debate sempre com aprofundamento sobre o conteúdo daquilo que estamos querendo deliberar.

Fica essa história de que é para combater a corrupção. Eliminar partido pequeno não significa combater a corrupção. A corrupção está exatamente nos grandes partidos, entre aqueles que defendem o distritão e o distrital misto. É aí que reside o problema da corrupção. Não se verificam fatos de corrupção, como o Brasil está acompanhando, nos pequenos partidos brasileiros. É conversa fiada que a democracia está comprometida em função dos pequenos partidos.

Nós vamos derrotar o distritão com o distrital misto e vamos fazer o debate sobre a PEC relatada pela Deputada Shéridan.

Essa PEC produziu avanços. O PCdoB nunca foi a favor da cláusula de desempenho. Quem tem que definir o desempenho dos partidos políticos é o eleitor, é o voto popular. Cláusula de barreira, cláusula de desempenho, fim de coligação... Por que impedir que os partidos, que as forças políticas, que têm identidade programática, possam se associar? Isso está na Constituição brasileira - é o direito de livre associação.

Em função da possibilidade de produzirmos avanços, nós estamos admitindo termos uma cláusula de desempenho que determine o fim da coligação para 2022 e não o fim da coligação...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

263.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 21:04
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	JOSÉ ROCHA-PR -BA COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador contrário à adoção do sistema de voto denominado distritão nas eleições brasileiras.

---

**O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) -** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, daqui a pouco estaremos votando a Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, conhecida como o distritão, que busca mudar o sistema eleitoral existente.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos um sistema vigendo desde 1934. Houve a interrupção durante o período militar, com o bipartidarismo - ARENA e MDB.

Veio a redemocratização, e continuamos com o sistema proporcional. E agora, através da PEC 77, do chamado distritão, querem procurar uma inovação que não existe. Não existe!

Se estamos no sistema eleitoral desde 1934, com Congressos e mais Congressos eleitos nesse sistema, não adianta agora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de afogadilho, quereremos fazer uma inovação que não vai chegar a lugar nenhum, ainda mais votar uma PEC que não foi cancelada pelos Presidentes da maioria dos partidos com assento nesta Casa.

Os Presidentes dos maiores partidos com assento nesta Casa se reuniram na casa do Presidente Rodrigo Maia e fizeram o acordo de votar a PEC 282 vinda do Senado na sua integralidade. Reuniões e mais reuniões se sucederam, e esse acordo não está sendo cumprido. Mas o PR, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mantém-se firme no acordo que foi feito com os Presidentes de partidos. Tive a oportunidade de estar presente nesta reunião.

Votar o distritão é um retrocesso para o País, é evitar que novas lideranças surjam neste Congresso. Votar o distritão é impedir que os partidos possam ampliar as suas bancadas nas assembleias legislativas dos Estados. Votar o distritão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é negar o sistema eleitoral que existe desde 1934, que vem dando certo, elegendo as pessoas, os candidatos, dentro da proporcionalidade, para que esta Casa seja realmente a representação do desejo e da vontade do povo brasileiro.

"Não"! "Não" ao distritão. Não vamos, de maneira nenhuma, concordar com esse sistema eleitoral para servir de experiência em uma eleição. Não estamos aqui para fazer experiências com o sistema eleitoral.

Estamos aqui, sim, com responsabilidade e serenidade, para manter o sistema proporcional, para que ele aqui seja a representação da proporcionalidade do povo brasileiro.

Não vamos concordar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a apenas 15 dias, ou menos de 15 dias, para encerrar o prazo permitido para que nós possamos fazer essa alteração, em discutir de afogadilho e tentar votar um sistema que não representa a maioria do povo brasileiro.

"Não" ao distritão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

---

Documento 425/516

---

263.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 21:20
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JOÃO RODRIGUES-PSD -SC BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Inexistência de acordo para votação da proposta de reforma política.

Posicionamento do orador sobre a matéria.

---

**O SR. JOÃO RODRIGUES** (PSD-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cá estamos nós em mais um mutirão.

Faz aproximadamente 3 semanas que tentamos votar a famigerada reforma política. Vamos ser muito sinceros: está acordado aqui não se votar nada. O que está na pauta hoje aqui, previamente, o distritão, para começar, já se sabe que não vai passar, apesar de eu, particularmente, ser favorável. Eu entendo que a vontade do eleitor tem que ser respeitada. O distritão nada mais é do que os mais votados, de acordo com o eleitor brasileiro, ocuparem espaço nesta Casa. Mas já deu para perceber que não vai passar.

O que vai passar aqui é apenas um *bypass* no Tribunal Superior Eleitoral. Ou seja, vamos votar para 2020. Aí começa uma nova regra. Isso é para dar satisfação ao tribunal apenas para que pense que estamos votando a reforma, quando, na verdade, estamos levando com a barriga. Aliás, a reforma política que entendo que a população brasileira aguarda é completa, minuciosa, com muitos detalhes.

Eu acho que a maior e melhor reforma deveria ser, a princípio, corte de gastos com campanha. Para a chapa majoritária - Presidente, Governador, Prefeitos - deve se proibir produção, marqueteiro, altos gastos, programa majoritário gravado - tem que ser ao vivo, para o eleitor conhecer a qualidade do candidato. Aí sim começaríamos a

fazer uma campanha decente. Sabemos que há uma série de eleições que quem ganha é o marqueteiro, não o candidato. Nem se sabe a qualidade do homem que disputa a eleição. Diminuir gastos de campanha é o primeiro passo.

Hoje, até tarde da noite, não vamos votar nada. Vamos dizer "não" para tudo que poderia ser o novo. Aí, amanhã haverá uma série de destaques para 2020. Mas o ponto fundamental - que está na cartola, é um coelho escondido - é votarmos o Fundo de Campanha. Não contem comigo! Eu não voto! Sou completamente contra qualquer tipo de fundo.

O País atravessa uma crise na saúde, o povo morre nas portas dos hospitais, a segurança pública está em frangalhos - não é privilégio do Rio de Janeiro, isso acontece no País inteiro. Não há dinheiro para comprar viatura, para armar policial. Os Estados estão parcelando o salário dos servidores públicos. Então, não é possível que nós aqui, na surdina, criemos um Fundo para pagar a conta da campanha.

Vamos no pelo, vamos no peito, vamos fazer campanha a pé, em lombo de cavalo ou de bicicleta e mostrar quem tem voto. Que o santinho seja preto e branco. Vamos fazer uma campanha humilde e simples.

Agora, disso tudo, de todo este teatro de 3 semanas, chegar aqui e fazer de conta que vamos votar uma reforma política é no mínimo debochar da cara do povo brasileiro. Não participo deste teatro! Não faço parte disto! Já fizeram dez acordos, e nenhum dá certo. O melhor acordo aqui é aquilo que é bom individualmente para cada um.

Cada um que aqui quer resolver o seu problema pessoal, quando na verdade deveríamos pensar na coletividade. Qualquer forma que escolhermos não será a ideal. É por isso que o consenso, e não é da unanimidade, é: *"Olha, vamos fazer um de conta para 2020? Deixa 2018 como está, e vamos dar um jeito de criar um fundo partidário, de alguma forma escondida, para que o eleitor lá fora não saiba. Mas vamos criar um fundo para pagar a nossa conta"*. Essa é a grande verdade.

Se fôssemos fazer reforma de verdade, cortando na carne de cada um, já teríamos iniciado esta votação há mais de 1 mês. Mas, a cada semana que aqui estamos, estamos protelando para amanhã, para depois de amanhã. Vamos ficar quinta até as 3 da tarde e não vamos votar é nada. Aí voltamos na semana que vem. Não vota é nada. Nos 45 minutos do segundo tempo, vamos fazer uma "unanimidadezinha" para dar um dribble no Tribunal Superior Eleitoral e dizemos que em 2020 fazemos alguma coisa.

Os Ministros do Supremo Tribunal Eleitoral não são burros, estão lá porque estudaram. Não tenho dúvida de que o que estamos evitando votar, que o que não queremos votar, o Tribunal o fará. Parece-me que em 2018 a decisão será deles. Parece-me que em 2018 não haverá coligação. Esta Casa não está votando. Está fazendo de conta. Esse faz de conta é prejudicial, primeiro, para o Parlamento brasileiro, segundo, para a opinião pública.

Por fim, Presidente Fábio Ramalho, permita-me uma sugestão. Já que

o nobre Presidente nos convocou para irmos até a hora que der hoje, amanhã continuar a votação e também quinta-feira a continuar. Faz quatro quintas-feiras que fico aqui para votar, e em nenhuma das vezes nós não votamos nada. Isso acaba dando um gasto a mais para os cofres públicos. Eu sugiro que nós possamos amanhã, se tivermos de virar a noite, não fazer sessão até as 3 horas da tarde, porque a maioria dos Srs. Parlamentares, que são do Norte, Nordeste e Sul, quando comprar a passagem na quinta-feira para voltar às bases e cumprirem suas missões em seus Estados, terá de suspender, comprar novamente e, aí, na quinta-feira de manhã não se vota absolutamente nada. Todos adiam seus compromissos, seus roteiros, suas visitas. O que nós fizemos? Encarecemos as passagens. Não tenho dúvida nenhuma. A passagem é o dobro do preço. Quem paga a conta é o contribuinte brasileiro.

Faço aqui este apelo para o Sr. Presidente e trago a situação ao conhecimento da população brasileira.

Muito obrigado.

---

Documento 426/516

---

263.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 21:28
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	SHÉRIDAN-PSDB -RR PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de aprovação do voto distrital.

---

**A SRA. SHÉRIDAN** (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)  
- Sr. Presidente, como Relatora da PEC 282, que trata também de uma pauta importante da reforma política, acho importante considerar dois pontos.

O texto da PEC 282 se adequa ao atual sistema eleitoral ou ao sistema eleitoral de transição, como este que está sendo votado agora. Existe uma luta histórica do PSDB em defesa do distrital misto. O que estamos votando agora é uma regra de transição, considerando que a própria Justiça brasileira já deixou claro que não tem tempo nem estrutura para adequar e organizar o País para uma votação em distritos.

O dia de votarmos a reforma política é agora. Não podemos nos escusar da responsabilidade de validarmos uma reforma à população brasileira. O dia é hoje!

A crítica aqui existe o tempo todo, mas uma solução ninguém dá. A nossa responsabilidade é legislar a favor do Brasil e dos brasileiros. Por isso, Presidente, o PSDB faz este apelo aos seus Parlamentares, considerando que essa é uma luta desde a fundação do nosso partido. A oportunidade que temos hoje, senhores, de alcançar o nosso modelo de sistema eleitoral, que é o mais justo, que reúne o melhor que existe na política, sobretudo para o eleitor brasileiro, é votarmos o distrital misto, através desse modelo que está sendo apreciado agora e que está sob o voto e a consciência de todos os senhores.

Eu quero fazer esses esclarecimentos, para que saibamos o que estamos votando. Estamos votando o distrital misto. E o caminho é esse, passando pelo distrital, para alcançarmos a nossa luta por um sistema eleitoral moderno, justo e que representa a vontade do eleitor brasileiro e o respeito ao eleitor brasileiro.  
Obrigada.

---

Documento 427/516

---

260.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

19/09/2017-15:34

Publ.: DCD -  
20/09/2017 -

JOÃO RODRIGUES-PSD -SC

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Indignação do orador com a não realização da reforma política pela Câmara dos Deputados.

---

**O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD-SC. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, já que o Deputado Miro Teixeira alertou a Mesa, eu quero dizer que são 15h35min, e estamos aqui desde às 9 horas da manhã, quando abriu a sessão, para podermos votar a reforma eleitoral. Parece-me que não vamos chegar a lugar nenhum de novo. Isso dá à opinião pública lá fora a sensação de que este lugar parece um presídio composto de várias facções criminosas, e elas não se entendem. E aí ficamos nesta enrolação, sem chegarmos a lugar nenhum. No frígir dos ovos, o que vai acontecer é que o TSE vai fazer o que nós não fizemos.

Então, é importante que os Líderes entrem num entendimento, para que possamos votar algo em relação a essa reforma política. As eleições são em 2018 e, do jeito que ficou, no meio do caminho, está ruim para todo mundo.

O ideal é que se chegue a um consenso razoável e que se vote o

mínimo necessário para as eleições do ano que vem. Depois, com mais tempo, discutiremos uma reforma ampla e que trate, obviamente, de todas as eleições.

A minha preocupação é que, em mais uma semana, chegamos aqui muito cedo. Até agora, absolutamente nada aconteceu. Os Líderes vão se reunir no final da tarde para discutir se haverá entendimento. Se não houver, não vamos votar nada de novo. E também vai ser assim amanhã. Quando virmos, o Supremo vai ter legislado por todos nós. Isso é uma falta de vergonha desta Casa.

Srs. Líderes de todos os partidos, não vamos cuidar do interesse pessoal de cada um, vamos cuidar do interesse coletivo, daquilo que interessa à população brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 428/516

---

262.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JOÃO RODRIGUES-PSD -SC ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Apoio à proposta do Deputado Silvio Costa para votação da reforma política.

---

**O SR. JOÃO RODRIGUES** (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a manifestação do Deputado Silvio Costa foi perfeita, porque, se fizer reunião agora para começar a votar às 10 horas da noite, não se vai votar é nada. Então eu acho que a sugestão do Deputado Silvio Costa cai como uma luva. (*Palmas.*) Faz-se a reunião hoje e, amanhã, inicia-se cedo a votação e vai até a madrugada. Se começar hoje, não vai se votar nada. Hoje não vai se votar nada. Fazer a reunião para, depois, discutir, quando for meia-noite, não haverá mais quórum.

---

Documento 429/516

---

262.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ELIZIANE GAMA-PPS -MA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Associação à proposta do Deputado Silvio Costa de votação da reforma política.

---

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PPS-MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria me somar à proposta do Deputado Silvio Costa e ao seu apelo para intensificarmos os esforços e colocarmos a reforma política, de fato, em votação.

O que está acontecendo aqui com muita frequência é que rotineiramente tentamos começar a Ordem do Dia às 16 horas, 17 horas, e, às vezes, entramos pela madrugada e não conseguimos resolver nada, seja por causa da obstrução, seja pelo próprio rito normal dos trabalhos.

Então, eu vejo eu nós precisaríamos, de fato, começar cedo a sessão, intensificar os esforços e colocar alguma coisa para ser votada na Casa. Afinal, nós estamos na iminência de receber uma nova denúncia do Ministério Público referente ao Presidente Michel Temer. Muita coisa poderá acontecer, e os prazos estão se exaurindo.

Sr. Presidente, apelo para V.Exa. para que, de fato, possamos priorizar a reforma política na Casa esta semana.

---

Documento 430/516

---

262.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	SILVIO COSTA-PTDOB -PE ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Proposta à Presidência de convocação de sessão extraordinária para o dia 20 de setembro de 2017, às 9 horas, para votação da reforma política.

---

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Fabinho, eu queria fazer uma proposta a V.Exa.

Eu tive a informação de que V.Exa. pretende, findada a votação das duas MPs, fazer uma reunião de Líderes, às 20h30min, para tentar votar a reforma política - eu tenho até vergonha de dizer esse nome, mas...

A proposta é a seguinte: V.Exa. convocaria uma reunião... Presidente, olhe para mim! Presidente, olhe para mim! V.Exa. convocaria para



amanhã uma sessão extraordinária, que começaria às 9 horas da manhã e iria até a hora que acabasse, até o outro dia, mas aí votaria a reforma. Começaria às 9 horas da manhã e iria até a meia-noite, 2 horas da manhã, 3 horas da manhã, porque, se for votar hoje - Presidente, olhe para mim! -, não dá para votar de novo. Vai ser mais um desgaste para a Casa.

Então, por favor, vamos marcar para amanhã, às 9 horas da manhã, para votar tudo o que V.Exa. quiser. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Obrigado, Deputado Silvio Costa.

---

Documento 431/516

---

264.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 23:04
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PAULO TEIXEIRA-PT -SP COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do orador sobre tópicos da reforma política. Importância de votação da matéria para a melhoria do atual sistema político-partidário.

---

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós já tivemos o primeiro resultado desta noite: foi derrotado o distritão. Aliás, o distritão foi derrotado pela segunda vez nesta Legislatura.

No primeiro ano, Eduardo Cunha o colocou em votação. Com todo o poder de que Eduardo Cunha dispunha, o distritão foi derrotado. Hoje, novamente o distritão foi derrotado. Houve mais votos contra o distritão, se não me engano 238, do que a favor dele, 205.

Portanto, houve um erro de proposição desta votação. O distritão é ruim, porque esteriliza os votos de opinião, retira a representatividade, aumenta o custo de campanha, distancia o eleitor do representante, dificulta a renovação, dificulta a entrada de mulheres dentro do sistema e destrói os partidos. Mas isso já foi decidido.

O importante agora é prosseguirmos para fazermos mudanças que melhorem e incrementem o atual sistema político. Qual é a primeira mudança? É a adoção de cláusula de desempenho, para que todos os partidos tenham que conseguir certa votação nas eleições para continuarem a ter acesso a fundo eleitoral e a tempo de televisão. E também há o fim das coligações. É justo que nós tenhamos um tempo para sua implementação; é justo que tanto a cláusula de desempenho, a cláusula de barreira, quanto o fim das coligações ocorram não na próxima eleição, mas que haja uma transição para

2020. Essa é a posição acordada entre vários partidos para que nós possamos votar o fim das coligações e a cláusula de barreira para 2020.

Fim das coligações, porque não há sistema democrático que conviva com mais de 35 partidos políticos. Fim das coligações, porque se vota num pacifista e acaba-se elegendo a pessoa favorável a dar armas ao povo. Vota-se num ambientalista e acaba-se elegendo alguém favorável a destruir o meio ambiente.

Então, nós temos que adotar essas duas medidas para 2020 e não 2018. Uma reforma dessa natureza tem que ter transição e, por isso, é importante manter o acordo para 2020.

Uma segunda medida que tem que ser votada nesta noite, Sras. e Srs. Deputados, é o custo de campanha. Hoje, a legislação permite custos astronômicos de campanha: 7 milhões para se gastar numa campanha de Deputado Federal, 150 milhões para se gastar em eleições presidenciais, fortunas a serem gastas.

Este Parlamento tem que colocar tetos baixos para as campanhas. Nós não podemos conviver com tetos altíssimos de campanha, porque isso, sim, acaba levando ao financiamento pelo caixa dois e gerando os problemas que estamos vivendo no sistema político.

Nós temos que colocar tetos modestos nas nossas eleições. Uma eleição futura tem que ser a metade da média do que custou a eleição passada. Nós temos que dar uma sinalização para a sociedade de que vamos diminuir os custos de campanha.

Ao mesmo tempo, temos que colocar um teto para as doações de pessoas físicas. O Prefeito de São Paulo, João Dória, sozinho colocou do seu patrimônio 6 milhões de reais na eleição para Prefeito. Colocar esse valor fará com que, na próxima eleição, somente pessoas com grandes patrimônios conquistem seus mandatos aqui.

Nós precisamos colocar um teto modesto para o autofinanciamento.

Nós, igualmente, temos que colocar um teto modesto para a contribuição de pessoas físicas. Vejo aqui o Deputado Henrique Fontana, que martelou nesta tecla.

E nós nesta noite temos que votar a diminuição dos tetos de campanha, a diminuição da contribuição de pessoa física e a diminuição do autofinanciamento das eleições, senão não é democracia, porque será a disputa dos ricos e não do povo brasileiro, que não faz parte de uma pequena casta de pessoas muito ricas no Brasil.

Nós temos que fazer o sistema do qual todo brasileiro comum participe.

E nós temos que tirar o dinheiro das eleições e colocar no lugar as ideias, o debate político, a mobilização social, o grande apaixonar das massas pela eleição, substituindo dinheiro pela política e colocando a política no comando.

É por isso que eu defendo que nós encaremos o tema do custo de campanha, do teto do autofinanciamento e do teto da contribuição da pessoa física. Igualmente, Sr. Deputados e Sras. Deputadas, nós precisamos enfrentar, sim, o tema do financiamento público de campanha. Por quê? Porque até hoje o financiamento se deu por

peças jurídicas, o que foi proibido pelo Supremo Tribunal Federal, e remanesceu o financiamento de pessoas físicas sem teto.

Ora, para que se tenha paridade de armas, equilíbrio nas disputas, nós precisamos estabelecer fundos públicos de campanha que tenham distribuição mais equitativa entre os partidos, mas que tenham também a garantia de que esses recursos vão para as campanhas dos Parlamentares.

É por isso que tem que se discutir que um percentual vai para Presidente, outro percentual para Governador, outro percentual para Senador e um percentual para Deputados Federais, porque assim esses fundos chegarão às campanhas dos Deputados Federais. Trata-se hoje de fazer um incremento, uma melhoria no atual sistema.

Por isso, sempre recusei a hipótese de um novo sistema eleitoral. Uma reforma dessa profundidade tem que ser discutida profundamente com a sociedade. E não foi assim, Deputada Erundina, o contexto dessa chamada reforma política que V.Exa. sempre defendeu em debate com a sociedade.

Por isso, nós nesta noite estamos pedindo o restabelecimento do acordo, fim das coligações e cláusula de barreira para 2020, teto de campanha, diminuição do autofinanciamento, diminuição da contribuição da pessoa física e reestabelecimento de fundos de campanha, que é a maneira de fazer o divórcio entre a política e o poder econômico.

O poder econômico é responsável - e o grande responsável - pela crise que nós estamos vivendo do sistema eleitoral e do sistema político brasileiro.

Por isso, nós queremos concluir entre hoje e quinta-feira uma melhoria no atual sistema político que o torne mais acessível ao cidadão comum e melhoria da democracia brasileira.

---

Documento 432/516

---

264.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 23:14
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	DANIEL COELHO-PSDB -PE ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Declaração de voto contrário ao requerimento de preferência e ao mérito da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, sobre a reforma política.

---

**O SR. DANIEL COELHO** (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Aqueles que acham que a coligação tem que acabar em 2018 votam "não".

Não estou aqui falando pelo meu partido. Esta é uma posição pessoal. Acredito que, sobre o fim da coligação, quem é a favor da tese tem que ser a favor para 2018. Essa história de querer se reeleger primeiro, para o assunto ficar para 2020, é incompreensível.

Então, coloco aqui a minha posição pessoal. Votarei "não" à preferência e "não" no mérito, porque acho que a coligação tem que acabar agora.

---

Documento 433/516

---

264.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 23:14
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apoio do PCdoB à emenda apresentada pelo PPS, relativa a limitações às coligações proporcionais.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é uma noite, de fato, memorável, porque o Parlamento está legislando. Portanto, nós não temos que ter qualquer temor de que outro Poder venha a constituir uma inserção, uma ação incisiva, sobre a decisão que viermos a tomar. Tomamos a primeira decisão em relação ao sistema. Este Plenário definiu que não concordava com o sistema nominal, com o sistema majoritário. Sem qualquer demérito dos seus proponentes, essa é uma decisão política, e o Supremo não poderá ignorar que estamos aqui a atuar e a buscar a opinião deste Plenário, que foi proporcionalmente eleito pelo eleitorado brasileiro em 2014 e aqui se manifesta soberanamente.

Creio que o Plenário tenha que trabalhar, mas, agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu, que venho de um partido que tem 95 anos a zelar, digo que nós temos que ter bastante serenidade.

Nós temos que entender que, a partir de agora, um vazio decisório poderá, sim, nos levar ao chamamento da intervenção de outro Poder na nossa decisão soberana. Para que isso não ocorra, é preciso que tenhamos o quórum necessário para votarmos, inclusive para votarmos de maneira livre, de maneira diversa.

O meu partido defende a emenda do PPS, porque ela é fruto do acordo remanescente, avalizado pelo Presidente Rodrigo Maia, tratado entre as legendas. Caso o distritão não passasse, voltaríamos para a PEC

282, relatada pela Deputada Shéridan, para aprovarmos a modalidade da proporcionalidade.

Nós precisamos neste momento esclarecer ao Plenário. O Plenário precisa ter calma, o Plenário precisa ter tranquilidade para entender o que está votando. Se deixarmos o conjunto vazio, aí sim, será o chamamento para que o Supremo intervenha. E isso será uma nódoa na democracia brasileira.

Nós defendemos a emenda do PPS. Entendemos que estaremos a legislar na medida em que estabelecermos o limite das coligações para 2018. E isso dará a oportunidade de a musculatura partidária ser exercitada até lá. Ficarão de pé os partidos que tiverem essa musculatura. Mas nós não seremos autores do rito sumário das coligações.

Neste momento, portanto, é preciso ter este zelo, porque, se nós aqui não perfizemos os 308 votos, poderemos ter um prejuízo enorme para a democracia.

Portanto, é necessário testar, é necessário avaliar...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente, para finalizar, é preciso, com muita serenidade, verificar se essa aglutinativa vai ser mantida. O ideal, Deputada Renata, é que não seja, porque traz à baila, da decisão que tomaríamos de quando estabelecermos o rito final das coligações, um problema que é impeditivo, traz um obstáculo. Retira-se a aglutinativa, e vamos avaliar se o Plenário está pronto. Se não estiver, podemos continuar amanhã, porque a noite já foi produtiva. E V.Exa., Deputado Fábio Ramalho, teve pulso para iniciar a mais importante investida para a reforma da arquitetura política do Brasil. Por isso, peço ao Plenário essa tranquilidade...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 434/516

---

264.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 23:14
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ESPERIDIÃO AMIN-PP -SC PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Alerta à Presidência sobre a quebra de acordo para a votação da matéria, com a apresentação de emenda aglutinativa.

---

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em cumprimento a sua palavra, V.Exa. até agora conduziu um acordo.

Esta emenda aglutinativa quebra o acordo. Quebra o acordo, muda o roteiro e, se V.Exa. a admitir, V.Exa. estará liquidando com a votação. Eu me recuso a entrar nesta cilada. Isso é uma armadilha, e V.Exa. estará descumprindo tudo o que fez até agora - o que disse e o que fez. Isso aí não fazia parte do acordo.

**O SR. JÚLIO DELGADO** - Muito bem, Deputado Esperidião Amin!

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - É um corpo estranho, novo e, com todo respeito à primeira signatária, é oriundo de revanche. Isso é revanche à derrota do distritão.

---

Documento 435/516

---

264.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 23:14
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	RENATA ABREU-PODE -SP ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Retirada da emenda aglutinativa.

---

**A SRA. RENATA ABREU** (Bloco/PODE-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu vou esperar silenciar a Casa.

Sr. Presidente, eu queria agradecer a sua atitude e, para apaziguar a Casa, a fim de que nós tentemos construir um acordo, vou retirar a emenda aglutinativa.

Então, solicito a retirada da emenda aglutinativa.

---

Documento 436/516

---

264.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 23:14
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	SHÉRIDAN-PSDB -RR ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Expectativa de não obstrução das votações da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, sobre a reforma política.

---

**A SRA. SHÉRIDAN** (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)  
- Sr. Presidente, quero só fazer um registro importante para sanear

qualquer dúvida.

Dizer agora que não entendeu ou que o tema está comprometido é mera irresponsabilidade e necessidade de tumultuar.

Quem mais diz que tem que resolver e tem que mudar não sugeriu até agora uma posição, uma solução plausível e viável. Estamos falando aqui de 513 Deputados, 26 partidos constituídos dentro desta Casa. Unanimidade não vai existir.

Houve um acordo - acordo de homens e mulheres, não acordo de meninos -, e eu espero que esse acordo impere aqui, para que esta votação na noite de hoje não seja obstruída.

---

Documento 437/516

---

262.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017-16:46
Publ.: DCD - 20/09/2017 -		ESPERIDIÃO AMIN-PP -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Apelo à Casa de extinção das coligações partidárias nas eleições proporcionais, no âmbito da reforma política.

---

#### **O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) -**

Sr. Presidente, eu só estou temeroso, porque dois tucanos de alto coturno e boa plumagem estão com pressa de falar.

Mas eu gostaria de deixar aqui o meu registro a propósito do para o que fomos convocados. Nós fomos convocados inicialmente para votar a PEC 77, contra a qual eu já me posicionei. Distritão e fundão não contam comigo. Mas não terminarmos a votação da PEC 282 é uma desconsideração com a própria Casa, porque houve um acordo, e eu quero aqui renovar a proposta do acordo.

Fui o autor, juntamente com o Deputado João Paulo Kleinübing e o Deputado Celso Maldaner, do destaque que na Comissão Especial permitiu antecipar para 2018 o fim da coligação nas eleições proporcionais. Acabar com a coligação nas proporcionais é fundamental para melhorar o sistema eleitoral brasileiro, que vai muito mal, e para reduzir a causa mais explícita de corrupção, inscrita em lei, que nós temos a vigorar no Brasil.

A propósito, o Ministro Barroso declarou numa palestra no Rio de Janeiro que é lamentável que não se possa ter uma reforma política.

Eu gostaria de compartilhar com S.Exa. e com todos nós aqui a seguinte reflexão: nós só não temos o fim da coligação nas eleições

proporcionais, porque o Judiciário brasileiro cometeu um grave equívoco, grave e oneroso equívoco, que suscitou muita corrupção pelo Brasil afora, porque foi o Judiciário brasileiro que sustou o fim da coligação e a adoção da cláusula de barreira em 2006, com os dispositivos aprovados por este Congresso.

Então, eu compartilho com todos os juristas brasileiros e com os Deputados este apelo: vamos votar o fim da coligação nas eleições proporcionais. Se não der para 2018, faz-se para 2020. Nós estamos esperando há 22 anos por essa medida saneadora. Já o fizemos por lei ordinária, e o Supremo a derrubou. Podemos fazer por emenda constitucional, e o Senado já aprovou.

Portanto, esse é um apelo que eu faço. Não tem cabimento nós não deliberarmos, Sr. Presidente, e esse apelo eu envio à toda a Mesa da Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Inclusive, Deputado Esperidião Amin, a título de esclarecimento, nós abrimos uma nova sessão, sem a PEC 77 em pauta, como se havia previsto na sessão anterior, e estamos em fase ainda de discussão das medidas provisórias, ou seja...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - E a PEC 282, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Pois é. Então, além do que V.Exa. já vinha falando, estamos discutindo não mais a PEC 77, mas, sim, as medidas provisórias.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Mas, e a PEC...

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Perfeitamente.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - V.Exa. não respondeu nem abordou o que eu falei. A PEC 77, para mim, não existe mais. Ela foi desmoralizada aqui no Plenário. Agora, a PEC 282, não. A nossa última votação, quase unânime, foi a favor dela. E se não é possível fazer para 2018 o fim da coligação nas proporcionais, façamos para 2020. Quem já esperou por 22 anos pode esperar um pouquinho mais.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Perfeitamente. Estou concordando com V.Exa.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Muito obrigado. Eu sei que V.Exa. está concordando. Eu apenas estou poupando V.Exa. de dizer isso.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Muito bem. Muito obrigado, agradeço pela compreensão.

---

Documento 438/516

---

262.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

19/09/2017-  
18:04

Publ.: DCD - 20/09/2017 -

AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM  
DISCURSO



---

## *Sumário*

Protesto contra a retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, a respeito da reforma política.

---

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA** (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu gostaria de lamentar o fato de já estarmos na segunda sessão deliberativa extraordinária, para a qual fomos convocados para continuar a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, que trata da reforma política. No entanto, ao final, a matéria foi retirada de pauta. Não entendemos bem o porquê dessa retirada. Essa era a oportunidade que teríamos de derrotar essa Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, acabando de uma vez com a ideia de se criar um fundo de financiamento público de campanha, que seria um escárnio à Nação brasileira neste momento em que há essa crise que estamos vivendo.

Em relação ao assunto reforma política, eu gostaria de dizer que nós já temos na Câmara a proposta que veio do Senado, que institui o fim das coligações e cria uma cláusula de desempenho para os partidos políticos. Essa proposta de emenda à Constituição foi bem estudada, foi aprovada e está pronta para ser votada aqui na Casa.

Creio que será a alternativa que nós teremos, uma vez que o prazo exíguo não vai permitir a votação de qualquer outra emenda em dois turnos na Câmara e em dois turnos no Senado. Ficaremos, então, com essa possibilidade, ainda que tenhamos que votar, em 15 dias talvez, no máximo, os dois turnos desta PEC, que já está na Casa.

Vejo a situação dessa forma. Acho que seria muito importante essa votação, porque a PEC institui números mais rigorosos, principalmente para o desempenho partidário. Isso reduziria muito o número de partidos, reduziria - permitam-me dizer - a corrupção, que começa nos partidos políticos, e, ao mesmo tempo, melhoraria o processo legislativo, com um número menor de interferências, com um número menor de Lideranças para negociar os assuntos e as matérias. Tudo isso é favorável à aprovação dessa PEC que veio do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Agradeço a V.Exa., Deputado Arolde de Oliveira.

---

### *Sumário*

Solicitação à Presidência de esclarecimento sobre a proposta de reforma política em votação.

---

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Qual é a reforma que será votada, Sr. Presidente? Qual é a reforma que V.Exa. pretende votar? Há várias reformas em discussão aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Deputado Arnaldo, houve um acordo. Eu até chamei V.Exa. aqui. Eu queria que V.Exa. viesse aqui, se possível. Eu pedi ao Deputado Carlos Zarattini que conversasse com V.Exa. sobre o acordo.

A maioria dos partidos acordou votar primeiro a PEC 77. Se não se alcançar o quórum, passa-se à PEC 282 logo em seguida. É a única maneira, pelo que senti da maioria dos Deputados, de conseguirmos votar alguma coisa da reforma.

**O SR. ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, eu peço só um esclarecimento a V.Exa. Vamos votar a PEC 77 naquela proposta fatiada que estava lá ou retorna aquela aglutinativa? Qual é a ideia de V.Exa.? Depois vai para a Deputada Shéridan? Era o que tinha sido acordado na semana retrasada. Eu queria só que V.Exa. precisasse disso.

**O SR. ORLANDO SILVA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Deputado Orlando Silva, espere só um pouquinho.

Será submetido a voto o grupo formado pela redação dada pelo substitutivo do art. 45 do texto constitucional e pelo art. 3º do substitutivo, ressalvados os destaques.

**O SR. ARNALDO JORDY** - É só o sistema, então?

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - É só o sistema.

**O SR. ARNALDO JORDY** - Sem aglutinativa?

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Sem aglutinativa.

**O SR. ARNALDO JORDY** - Perfeito, Sr. Presidente.

Obrigado.

---

### *Sumário*

Apelo à Presidência de prioridade na votação do projeto de lei sobre a redução dos custos globais de campanhas eleitorais.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero dizer a V.Exa. que eu, como a ampla maioria de nós, quero muito votar a reforma política naquilo que for possível para melhorar o sistema.

No entanto, quero apelar a V.Exa., Sr. Presidente, sobre a importância de priorizarmos a votação do projeto de lei. É no projeto de lei que nós vamos poder reduzir os custos globais de campanha, pois ali vamos votar os tetos de gastos para baratear as campanhas e ali vamos impedir o autofinanciamento milionário que hoje pode ser feito. Nós temos que impedir isso e também temos que diminuir o volume total de recursos com que cada cidadão pode contribuir, Sr. Presidente. Portanto, é muito importante que nós tenhamos a garantia de que o projeto de lei será votado amanhã, na sequência das emendas constitucionais.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Deputado Henrique Fontana, eu já pedi aos Deputados para que não marquem viagem, na quinta-feira, para antes das 14 horas, justamente a fim de que possamos terminar a votação na quinta-feira, se houver.

Deputado José Guimarães, tenho de encerrar a sessão.

---

Documento 441/516

---

262.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 18:32
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALTIMEU CÔRTEZ-PMDB -RJ ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Pedido aos Líderes partidários de estabelecimento de consenso sobre a votação da proposta de reforma política.

---

**O SR. ALTIMEU CÔRTEZ** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer ao Deputado Mauro Pereira e apenas fazer uma consideração sobre o prazo, que se finda, da reforma política.

Depois de tantas reuniões na Comissão, de tanta discussão ao longo desses últimos meses, eu diria ao longo dos últimos mandatos, nós chegamos agora ao prazo final sem nenhuma decisão sobre a reforma

política. Isso é muito ruim para o Brasil. Isso é muito ruim para Câmara dos Deputados. A expectativa do povo brasileiro é de reforma. Acho que, quando se deu o nome "distritão", foi um nome mal colocado. O nome é "os Deputados que obtiveram mais votos". Esse assunto seria apenas uma transição para um processo distrital misto, o que já acontece em outros países.

Se este Plenário, que tem condição de decidir isso hoje ou amanhã, no máximo, não o fizer e deixar do jeito que está, não estará atendendo à vontade da população brasileira. Nós Deputados reconhecemos que esse não é o sistema que funciona, é o sistema que está falido. Eu acho que não se vai chegar ao ideal que cada partido imagina, que cada partido pensa. Mas temos que chegar a um acordo. Deveria haver humildade e bom senso a cada Líder para que, representando as suas bancadas, recue de um tema aqui, outro ali.

Quando se fala no financiamento público, aqueles que querem o criticar sobem às tribunas e dizem que vão usar o dinheiro da saúde. Obviamente, a maioria do Plenário já entende que os recursos da saúde e da educação não seriam mexidos, mas, sim, recursos, por exemplo, talvez, de verbas do próprio orçamento da Câmara dos Deputados, orçamento de emendas de bancadas, que, muitas vezes, não são realizadas. Enfim, para fazer esse financiamento, deve-se encontrar no orçamento aqueles recursos que já não são usados em favor da população.

Sr. Presidente, já finalizando, eu gostaria de pedir aos Líderes que não desistissem desse entendimento. Vai ser realmente, em minha humilde opinião, uma vergonha para o Parlamento não fazermos essa reforma política. Será muito ruim, porque nós vamos dar direito, mais uma vez, de o Poder Judiciário legislar. E vai legislar, porque esta é a vontade do povo brasileiro: a mudança.

Então, eu acho que nós estamos no momento final, em um momento em que os Líderes devem, ainda que nesse finalzinho, chegar a esse entendimento e achar este melhor caminho da transição da reforma política para o Brasil.

---

Documento 442/516

---

264.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 23:14
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JOAQUIM PASSARINHO-PSD -PA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Congratulações ao Deputado Fábio Ramalho pela condução dos trabalhos no plenário. Protesto contra a não votação pela Casa da proposta de reforma política.

---

**O SR. JOAQUIM PASSARINHO** (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, parabéns pela condução da sessão! V.Exa. tentou honrar a sua palavra a respeito da sua decisão. Além disso, quero dizer da nossa tristeza por, mais uma vez, estar aqui desde cedo tentando votar alguma coisa, tentando construir alguma coisa, com pessoas inteligentes, que sabem o que querem, mas sem conseguir fazer um acordo para votarmos algo positivo para esta Casa. Realmente, vai acontecer o que nós já prevíamos: nada! Não vamos alterar nada. Vamos manter este sistema arcaico, ultrapassado. Eu também concordo que não podemos tentar agora, de última hora, mudar a regra, jogando isso só para os vereadores. Se o final de coligação é bom para os vereadores, tem que ser bom para todos nós. Essa é uma posição que precisamos assumir. Temos que ser honestos conosco. Nós precisamos trabalhar. Se é para não aprovarmos nada da reforma, vamos mudar de assunto e passar a outras votações. Vamos tocar o barco, porque esta Casa precisa produzir. Parabéns, Sr. Presidente!

---

Documento 443/516

---

264.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 23:14
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JUTAHY JUNIOR-PSDB -BA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Congratulações ao Presidente Fábio Ramalho pela condução dos trabalhos no plenário. Posicionamento do orador sobre tópicos da reforma política.

---

**O SR. JUTAHY JUNIOR** (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos, Deputado Fabinho. A minha posição pessoal é favorável a que, no futuro, nós tenhamos o voto distrital misto. Diante do fato de que não foi possível constituir maioria para o voto distrital misto, tínhamos que fazer uma escolha. Eu fiz a minha escolha: manter o voto proporcional, defendendo o fim da coligação em 2018. Votei contra o distritão e desejo que não tenhamos essa distorção do voto proporcional que acontece na coligação. Por isso, o meu desejo é que, em 2018, já tenhamos a eleição proporcional. Já que se vai manter o sistema eleitoral como está, que pelo menos seja com esse avanço, a fim de que o partido em que o eleitor vote eleja o seu Deputado, e não que o eleitor vote em um

partido e eleja Deputado de outro partido.

---

Documento 444/516

---

264.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 23:14
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	LAURA CARNEIRO-PMDB -RJ  ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

*Sumário*

---

**A SRA. LAURA CARNEIRO** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Não é isso. O que nós estamos votando não é a matéria, gente, é a preferência para discutir a matéria, é a preferência para discutir o destaque do PPS. Não vamos tratar da emenda aglutinativa da Deputada Renata.

O que estamos votando é o destaque do PPS, que coloca a coligação em 2020. Ponto. Mas é a autorização para começarmos votando esse. Ninguém está votando a matéria. Estamos votando um inicial.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Coloca em 2018, Deputada Laura.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Deputada Alice, estamos votando a preferência ainda.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Esta é a preferência.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Não é a matéria ainda, gente, é a preferência.

---

Documento 445/516

---

264.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017-23:14
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ARNALDO JORDY-PPS -PA  ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

*Sumário*

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para a votação em separado do art. 2º da proposição original da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, sobre a reforma política, com vista à sua

reinclusão em novo texto.

---

**O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Sem revisão do orador.) - Sr.**

Presidente, eu queria apenas ratificar algo a que alguns já se reportaram.

Nós, na verdade, na semana passada, fizemos um acordo. O Deputado Arthur Lira tem razão; outros Líderes que já se manifestaram aqui têm razão. Foi feito um acordo, discutido, questionado, colocado em dúvida inclusive, e nós protocolamos o entendimento de votar livremente o distritão e, depois, o acordo de votar o destaque do PPS. Houve o compromisso inclusive do PP, do PSD e de vários outros partidos de acompanhar a votação.

Este foi o acordo, e o acordo foi cumprido pela grande maioria dos partidos. O que nós estamos dizendo, Sr. Presidente, é que não cabe agora - e apelando - a revanche.

O que nós estamos discutindo aqui são matérias complexas. Não há aqui, necessariamente, derrotados e vencedores. Nós estamos querendo dar ao Brasil uma resposta acerca daquilo que é possível numa reforma do sistema que já está absolutamente abatido e condenado pela história e pela opinião pública.

O que é possível salvar aqui é o fim das coligações, conforme o acordo que foi feito por uma ampla maioria de partidos; é uma cláusula de desempenho elaborada através de uma construção da Deputada Shéridan, que prevê uma transição para que os partidos se programem para esta mudança que sepulta mais de 30 anos de experiência. Nós também conseguimos baratear o custo de campanha e aceitar as outras questões infraconstitucionais que repousam abrigadas na proposta do relatório do Deputado Vicente Candido.

Isso é o que nós podemos oferecer de concreto para melhorar o sistema da democracia representativa no Brasil. Eu acho que não cabe aqui a vingança de quem quer que seja - porque a sua proposta foi derrotada, então, não passa mais nada, e vai-se para o tudo ou nada.

Portanto, eu queria apenas me associar àqueles que estão recompondo o compromisso do acordo para que nós possamos terminar esta noite e, até amanhã, oferecer ao Brasil uma proposta de reforma do sistema político-eleitoral que possa melhorar a nossa representação e resgatar a atividade política na sociedade brasileira.

---

Documento 446/516

264.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária  
- CD

19/09/2017-23:14

Publ.: DCD - 20/09/2017

SHÉRIDAN-PSDB -RR

-

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

QUESTÃO DE  
ORDEM

---

### *Sumário*

Questão de ordem sobre a emenda aglutinativa em pauta.

---

**A SRA. SHÉRIDAN** (PSDB-RR. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Questão de ordem, Presidente, com referência a essa emenda aglutinativa que V.Exa. está lendo agora.

Ela não aglutinou partes de texto retiradas de texto. É uma emenda aglutinativa de justaposição de trechos do texto; não de aglutinação. Então, como ocorreu na semana passada, pedimos que essa emenda seja prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Ela é uma emenda aglutinativa porque pegou parte do texto, parte da emenda.

**A SRA. SHÉRIDAN** - É justaposição, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Dá um novo sentido, Deputada Shéridan.

**A SRA. SHÉRIDAN** - Na semana passada, a Mesa considerou prejudicada uma emenda tomando por base essa mesma situação. Na última semana. Não há diferença; a construção foi praticamente a mesma.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - É completamente diferente.

---

Documento 447/516

---

264.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 23:14
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	AGUINALDO RIBEIRO-PP -PB ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Congratulações ao Deputado Fábio Ramalho pela condução dos trabalhos no plenário. Solicitação à Presidência de prioridade na votação da Medida Provisória nº 781, de 2017, em votação posterior.

---

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar V.Exa. pela condução firme desta sessão. Lamentavelmente, nós não tivemos o entendimento que deveríamos ter para prosseguirmos, não às 6 horas ou às 8 horas da manhã. Isso não seria necessário. Mas pelo trabalho que a Relatora, a Deputada Shéridan, fez, eu tenho certeza de que poderíamos terminar esta votação o mais cedo possível.



Sr. Presidente, quero fazer um apelo a V.Exa. no sentido de que, às 13 horas, talvez para reflexão, pudéssemos iniciar com a Medida Provisória nº 781, que não votamos hoje, até para darmos o quórum. E aí, no momento em que apreciássemos a MP 781, com o quórum completo na Casa, nós seguiríamos votando a reforma política. Era essa a reflexão que eu queria fazer a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho)** - Nós vamos, então, começar com a MP 781, e depois vamos dar prosseguimento à reforma política. Amanhã, às 10h30min, eu vou estar no Palácio do Planalto.

---

Documento 448/516

---

264.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 23:14
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	BOHN GASS-PT -RS PELA ORDEM DISCURSO

---

***Sumário***

Presença no plenário do Diretor-Geral do Serviço Municipal de Água e Esgotos de São Leopoldo, Vereador Nestor Schwertner. Posicionamento do orador sobre tópicos da reforma política.

---

**O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, eu quero registrar a presença do Vereador Nestor Schwertner, do Município de São Leopoldo, que também é Diretor-Presidente do Serviço Municipal de Água e Esgotos de São Leopoldo - SEMAE.

Seja bem-vindo a esta Casa, Vereador Nestor Schwertner! Também registro que fico feliz com o resultado da não aprovação do distritão. Queremos votar os outros projetos para baratear os custos, a fim de que haja transparência e campanhas mais baratas e não existam essas alianças esdrúxulas.

Por isso, também defendemos o fim das coligações proporcionais.

---

Documento 449/516

---

264.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 23:14
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	SILVIO COSTA-PTDOB -PE PELA ORDEM DISCURSO

---

***Sumário***

Desempenho do Presidente Fábio Ramalho na condução dos trabalhos no plenário. Congratulações ao PP pelo cumprimento de acordo para a votação da matéria. Protesto contra a não votação da reforma política pela Casa.

---

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar o esforço que V.Exa. fez. Parabéns ainda ao PP, que realmente cumpriu o acordo. Mas hoje, dia 20 de setembro de 2017, mais uma vez, esta Casa colaborou com a judicialização da política. O Supremo vai resolver. Não se vai aprovar mais nada nesta Casa.

---

Documento 450/516

---

264.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 23:14
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PEDRO PAULO-PMDB -RJ PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Protesto contra a não aprovação pela Casa de proposta de reforma política. Congratulações ao Presidente Fábio Ramalho pela condução dos trabalhos no plenário.

---

**O SR. PEDRO PAULO** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero discordar de grande parte dos colegas que aqui lamentaram esta Casa não ter aprovado uma reforma.

Desde quando acompanho o Parlamento, nós jamais tivemos um relatório que saiu de uma Comissão de reforma política e foi aprovado integralmente aqui. Isso é muito difícil. Ao se fazer uma reforma tributária, poucos são conhecedores do tema, mas quando se trata do sistema político, todos o conhecem.

Avançar em determinados pontos é positivo. Seria um perigo votarmos, na madrugada de hoje, o sistema da coligação, que talvez seja a variável mais dependente de todas, porque depende do financiamento do sistema eleitoral.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que a decisão de V.Exa. e dos Líderes foi razoável. Vamos voltar a discutir, a fim de construirmos um acordo. Não é fácil aprovar uma reforma política, mas é possível avançar.

Está de parabéns a Casa!

Com calma e maturidade, vamos avançar na melhoria do sistema eleitoral.

Documento 451/516

264.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	19/09/2017- 23:14
Publ.: DCD - 20/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	JOSÉ ROCHA-PR -BA PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Congratulações ao Presidente Fábio Ramalho pela condução dos trabalhos no plenário. Expectativa de retomada da votação da matéria.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Fábio Ramalho, parabênizo V.Exa. pela condução dos trabalhos na tarde e noite de hoje.

V.Exa. convocou uma reunião de Líderes para discutir a votação e cumpriu tudo aquilo que prometeu. Se não conseguimos concluir a votação na noite de hoje, não foi por culpa de V.Exa., mas por falta de entendimento do Plenário.

Sr. Presidente, nós almejamos que, com a sua postura e decisão, V.Exa. possa retomar esse assunto amanhã, na reunião do Colégio de Líderes, para concluirmos essa votação.

Documento 452/516

265.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017-10:50
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	WALDENOR PEREIRA-PT -BA BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### *Sumário*

Posicionamento do orador acerca de tópicos da proposta de reforma política.

**O SR. WALDENOR PEREIRA** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, particularmente, eu sou favorável a uma reforma política ampla, democrática e participativa, ou seja, uma reforma política verdadeira, que não se limite a alterações pontuais do sistema eleitoral.

Defendo uma reforma política que amplie os mecanismos facilitadores de acesso e de realização, por exemplo, da democracia direta, previstos na Constituição Federal: plebiscitos, referendos, projetos de iniciativa popular. Defendo uma reforma política que amplie a democracia participativa, incentivando o funcionamento regular das conferências e dos conselhos.

É imprescindível, numa reforma política de verdade, ampla transparência no Poder Judiciário, que hoje se revela como uma verdadeira caixa-preta. É indispensável também a reforma no sistema de comunicação do País, isto é, a socialização dos meios de comunicação.

Todavia, Sr. Presidente, este Congresso Nacional sequer está conseguindo fazer avançar alterações pontuais no sistema eleitoral, que também naturalmente são importantes, embora não suficientes. É injustificável, é de fato lamentável que a Câmara dos Deputados, que o Congresso Nacional, de uma forma geral, não responda às justas demandas e inquietações da população brasileira a respeito de alterações fundamentais no sistema eleitoral político, para que nós possamos, naturalmente, aperfeiçoá-lo e permitir uma maior equidade de representação no Congresso Nacional: hoje temos uma super-representação dos setores da classe dominante e uma sub-representação dos setores mais populares, dos segmentos mais carentes da nossa sociedade.

Por isso, a nossa expectativa é de que hoje ainda, no último suspiro, possamos fazer avançar o mínimo que seja, como a votação da cláusula de barreira, como a votação do fim da coligação proporcional, entre outras matérias que consideramos fundamentais para o aperfeiçoamento do sistema eleitoral brasileiro e, naturalmente, para o fortalecimento da nossa democracia, agora tão vilipendiada pelo Governo ilegítimo e golpista de Michel Temer.

Eu espero que agora à tarde possamos de fato retornar aos debates, às discussões, para viabilizar...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado. Vamos divulgar seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 453/516

---

265.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 13:16
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

**Sumário**

Associação a tópico do discurso do Deputado Alberto Fraga. Orientação de bancada. Ameaça de terceirização da carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário. Imediata realização de concurso público para a recomposição do quadro de Auditor Fiscal Agropecuário. Apoio à continuidade da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, acerca da reforma política.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro eu quero me referir à fala contundente do Deputado Alberto Fraga, que, em geral, tem posições adversas a minha. Ele traz uma verdade importante: é necessário bom senso em relação ao aproveitamento da reserva de recrutas, que, na verdade, são pessoas que não estão na luta cotidiana em segurança pública e não tiveram o treinamento devido. Isso gerará um arranjo extremamente perigoso para a Força de Segurança Nacional.

Por isso, o PCdoB vota "não" nesta matéria. Entendemos que é preciso haver cautela em defesa da segurança da Nação brasileira.

Eu gostaria também, neste tempo, de pedir que se dê conhecimento pelo programa *A Voz do Brasil* e pelo *Jornal da Câmara* do pronunciamento que faço sobre as ameaças de terceirização na carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário, carreira típica de Estado, que, sabemos, atuam na área de auditoria e fiscalização, desde a fabricação de insumos - vacinas, rações, sementes, fertilizantes, agrotóxicos -, até o produto final - sucos refrigerantes, bebidas alcólicas, produtos vegetais, como arroz, feijão, óleos, azeites, e laticínios, ovos, mel e carnes.

Os auditores fiscais federais agropecuários estão sendo utilizados como pilotos para a terceirização das carreiras típicas de Estado pelo Governo Temer. Estão anunciando a contratação de 300 médicos veterinários terceirizados, enquanto não se fala em realizar concurso público. Essa categoria é estratégica para o controle sanitário.

Eu, como farmacêutica e bioquímica, digo que hoje o mercado agropecuário, tão defendido aqui por um segmento volumoso de Deputados, precisa se pronunciar.

Essa é a categoria que garante, junto com os técnicos, o controle de qualidade dos produtos dessa área, que dizem que é *tech*, que é *pop*. É essa a categoria que garante efetivamente esse controle de qualidade.

O mercado cresceu 200% nos últimos 20 anos, e o número de auditores fiscais federais agropecuários caiu em torno de 35% no mesmo período. Hoje 270 frigoríficos que atuam no mercado internacional não têm um auditor fiscal federal agropecuário trabalhando diariamente.

Na verdade, a minha reivindicação é pela imediata realização de concurso público para o preenchimento de, no mínimo, 1.600 vagas. Sr. Presidente, vamos à continuidade da votação da Proposta de

Emenda à Constituição nº 282, de 2016, com todo o respeito àqueles que tiveram opiniões diversas. Sei que temos Deputados da mais alta qualidade que defendiam o distritão como sistema. Mas não é isso que está em jogo. Passamos dessa fase. Agora temos que aperfeiçoar a democracia no sistema proporcional, definindo as suas regras, definindo a barreira progressiva, para que os partidos busquem sua autoafirmação, ao mesmo tempo, garantindo que as coligações durem apenas mais uma eleição, terminem em 2020. Peço que se dê conhecimento deste discurso que realizo.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os auditores fiscais federais agropecuários integram uma carreira típica de Estado e atuam nas áreas de auditoria e fiscalização, desde a fabricação de insumos, como vacinas, rações, sementes, fertilizantes, agrotóxicos, etc., até o produto final, como sucos, refrigerantes, bebidas alcoólicas, produtos vegetais (arroz, feijão, óleos, azeites, etc.), laticínios, ovos, méis e carnes.

Os profissionais também estão nos campos, nas agroindústrias, nas instituições de pesquisa, nos laboratórios nacionais agropecuários, nos supermercados, nos portos, aeroportos e postos de fronteira, no acompanhamento dos programas agropecuários e nas negociações e relações internacionais do agronegócio. Do campo à mesa, dos pastos aos portos, do agronegócio para o Brasil e para o mundo.

Os profissionais são engenheiros agrônomos, farmacêuticos, químicos, médicos veterinários e zootecnistas, que exercem suas funções para garantir qualidade de vida, saúde e segurança alimentar para as famílias brasileiras.

Atualmente, existem 2.700 fiscais na ativa. Contudo, ao longo do tempo, o número de auditores fiscais federais agropecuários vem caindo vertiginosamente, devido principalmente às aposentadorias. Hoje o contingente desses profissionais é o mesmo do ano de 2002. Ou seja, a despeito do aumento da demanda, o quadro de pessoal do Ministério da Agricultura encarregado da fiscalização e auditoria de produtos essenciais para a população brasileira permanece o mesmo de 15 anos atrás.

Ao contrário de programar imediatamente os concursos necessários para suprir a demanda desses importantes profissionais, o Governo anunciou, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA a intenção de contratar, temporariamente, profissionais terceirizados para atender a sua demanda de pessoal. De imediato, o MAPA anunciou que vai contratar médicos veterinários temporários para atuar na fiscalização de frigoríficos.

Os servidores da área e suas entidades representativas repudiaram as intenções do Governo ilegítimo e exigem a realização imediata de concurso público, único meio legal de recompor a deficiência de pessoal de uma carreira típica de Estado que atua em setores

monopolizados por grandes grupos econômicos e sofre, portanto, todo tipo de pressão e assédio.

Entendo que a fiscalização agropecuária é uma atividade típica de Estado. Deve ser realizada por servidores de carreira, a fim de garantir a independência do processo de fiscalização. A contratação de fiscais terceirizados ameaça os serviços prestados à população e certamente será fonte de procedimentos suspeitos e nocivos ao Estado. Além disso, o profissional contratado temporariamente, ao fim do período de contrato, estará à mercê do mercado, o que abre a possibilidade de vir a ser contratado pela mesma empresa em que atuou em nome do MAPA e da sociedade brasileira.

Só um governo que não guarda nenhum compromisso com a defesa dos interesses do País e de sua população pode considerar a hipótese de terceirizar a fiscalização agropecuária, colocando em risco a saúde dos brasileiros, a qualidade dos produtos brasileiros destinados aos mercados interno e externo e a lisura de todo o processo de fiscalização. Só um governo integrado por uma enormidade de réus e denunciados por corrupção não enxerga que a terceirização pode gerar perda dos mercados internacionais já conquistados e dar margem a fraudes contra a economia popular, prejudicando a idoneidade da fiscalização dos nossos alimentos, além de se transformar em rica fonte de novos atos de corrupção.

O mercado agropecuário no País cresceu mais de 200% nos últimos 20 anos, e o número de auditores fiscais federais agropecuários caiu em torno de 35% no mesmo período. Hoje, 270 frigoríficos que atuam no mercado internacional não têm um auditor fiscal federal agropecuário - AFFA trabalhando diariamente. O objetivo inicial do MAPA era ter dois profissionais por turno em cada uma dessas plantas.

Além disso, fatores como a ingerência política na escolha de cargos de chefia eminentemente técnicos têm gerado graves problemas para a segurança alimentar do brasileiro, para a balança comercial nacional e para a imagem do País no exterior.

Existe, pois, a necessidade da realização imediata de concurso público para o preenchimento de, no mínimo, 1.600 vagas para a recomposição do quadro de Auditores Fiscais Federais Agropecuários e a fiscalização agropecuária brasileira possa desempenhar plenamente a atividade. E é nesse sentido que apelo ao Ministério da Agricultura para que proceda imediata abertura de concurso público destinado a, em primeiro lugar, recompor o quadro defasado de Auditores Fiscais Federais Agropecuários e, depois, dotar o MAPA de número suficiente de profissionais para atender à crescente demanda criada em nosso País.

---

### *Sumário*

Protesto contra a quebra de interstício para a votação, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição sobre a reforma política.

---

**O SR. HILDO ROCHA** (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Fábio Ramalho, Sras. e Srs. Deputados, eu subo à tribuna neste momento para lamentar o acordo espúrio que foi feito para quebrar o interstício para votação de uma matéria tão importante para a sociedade brasileira. O que nós estamos fazendo neste momento, Sr. Presidente? Lamento bastante que tenha havido esse acordo, coordenado por V.Exa., que eu respeito muito. Eu indaguei a V.Exa., antes de começar a votação, se haveria quebra de interstício, e V.Exa. disse que não havia participado de nenhum acordo para quebrar o interstício. Por que há o interstício, Sras. e Srs. Deputados? É porque, depois de votarmos a matéria em primeiro turno, nós temos que ir até quem nos elegeu para saber qual é a posição dos eleitores...

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - A REDE, "não", fazendo o favor.

Obrigado, Deputado Miro.

**O SR. HILDO ROCHA** - ... com relação ao que terminamos de votar. O que está acontecendo aqui hoje é que a população não tem como participar deste momento que nós estamos vivendo, porque estamos, na calada da noite - isso, sim -, votando uma reforma eleitoral - porque isto não é uma reforma política - que está contra a vontade da população, que queria o fim das coligações para 2018. E o que está acontecendo? Fez-se um acordo e, em vez de se esperar o interstício de 5 sessões, conforme está no Regimento, nós estamos atropelando tudo.

Estamos tratando de uma PEC! Esta não uma lei ordinária qualquer, que se muda a qualquer momento. Isto é uma emenda à Constituição. A responsabilidade é muito grande.

Nós temos que ouvir a voz das ruas, o que as ruas estão achando do que está se votando aqui. Nós estamos votando, sim, conforme um acordo que foi feito sem ouvir as ruas, sem ouvir a população. Deveria haver, sim, Sr. Presidente, as 5 sessões de interstício, para que a população tivesse a oportunidade de dizer para cada um de nós, representantes do povo: "*Eu quero que as coligações acabem em 2018. Você votou errado*". É para isso que existem as 5 sessões. Votar esta matéria no dia de hoje, Sr. Presidente, é lamentável. É lamentável o que foi feito, porque foi feito ao arrepio da vontade popular.

Portanto, eu acho que V.Exa. deveria cancelar esta votação agora e



esperar pelo menos até terça-feira para fazê-la. (*Apupos.*)  
 Eu sei que V.Exas. estão com medo da população. Os que estão  
 vaiando só podem estar com medo. Estão com medo da população,  
 porque o que está sendo feito aqui é ao arrepio da vontade popular. O  
 que a população quer é que acabem as coligações em 2018, mas o  
 que V.Exas. querem é que essas coligações não acabem nunca.  
 Quando chegar 2021, muda-se novamente a Constituição na calada da  
 noite, como se está mudando agora, para passar o fim das coligações  
 para 2027, 2028. Essa é a realidade.  
 Muito obrigado, Sr. Presidente. Que V.Exa. reveja essa sua posição  
 errada.

---

Documento 455/516

---

268.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 23:10
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	VITOR VALIM-PMDB -CE PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Insatisfação de Prefeitos e Vereadores com a extinção das coligações  
 partidárias nas eleições proporcionais a partir de 2020.

---

**O SR. VITOR VALIM** (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
 - Meu Presidente Fábio Ramalho, o que está acontecendo hoje aqui é  
 que tanto os Vereadores como os Prefeitos estão vendo que o teste  
 está sendo feito com a campanha deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Vamos esperar só um  
 pouquinho, para não errarmos.

**O SR. VITOR VALIM** - Se acabar com as coligações não é bom para  
 nossa campanha, vai ser bom para campanha de Prefeitos e  
 Vereadores? Eu acho que, quando chegarmos às nossas bases, tantos  
 os Prefeitos como os Vereadores vão nos cobrar que não tivemos  
 coragem de acabar com as coligações para a nossa eleição, e  
 acabamos para a deles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 456/516

---

268.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 23:10
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS	ORDEM DO DIA	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ PELA ORDEM

---

### *Sumário*

Alerta ao Plenário sobre a não descaracterização do texto acordado, a respeito da reforma política.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora) - Sr. Presidente, quero só alertar o Plenário e também os Líderes de que o acordo que nós estamos votando aqui envolveu o Senado Federal. Então, nós temos que ter o cuidado de não descaracterizar esse texto, porque vamos ter um prazo curto de votação naquela Casa. Se nós descaracterizarmos o texto, por exemplo, suprimindo a federação como uma reserva estratégica para os partidos e, chegando a matéria ao Senado, eles tentarem revigorar o texto original, a proposta voltará para cá, e nós não teremos prazo para concluir essa votação. Então, todo o esforço feito no Senado, na Câmara e no retorno ao Senado será perdido.

Os partidos que apresentaram destaques, por exemplo, para supressão da federação têm que ser alertados para isso, porque esse acordo de fazer a cláusula de desempenho gradativa, manter a federação conceitualmente no texto e também manter a transição das coligações foi feito em conjunto por Câmara e Senado. Ao romper esse acordo, mandando para o Senado outra proposta, nós podemos inviabilizar absolutamente todo o esforço construído nesse acordo. Então, o ideal é que nós retiremos os destaques que descaracterizam o acordo feito com o Senado.

---

Documento 457/516

---

268.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 23:10
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ARTHUR LIRA-PP -AL PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Proposta à Presidência para encerramento da votação do texto principal e adiamento da votação dos requerimentos de destaques. Não realização de acordo com descaracterização da proposta em análise, a respeito da reforma política.

---

**O SR. ARTHUR LIRA** (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, ouvindo a maioria dos Líderes - é lógico que cada um tem que se posicionar -, sugiro que terminemos a votação do

texto principal. Nós já estamos com 350, 360 Deputados no plenário, Presidente Fábio. É arriscado prosseguir, pois há destaques polêmicos. Eu queria esclarecer que não houve, por parte desta Liderança nem por parte dos Líderes com quem conversei, nenhum acordo de manutenção ou supressão de federação.

Nós não estamos descumprindo nenhum acordo. Pelo contrário, mantivemos a nossa palavra com relação a todos os acordos que foram firmados, como o que trata do fim das coligações para 2020 e da cláusula de desempenho.

Proporia a V.Exa., Sr. Presidente, que após a aprovação do texto principal nós deixássemos os 3 ou 4 destaques para votação na terça-feira. Isso é plenamente compreensível, pois ainda dará tempo de votar.

---

Documento 458/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	BOHN GASS-PT -RS PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa da retirada de dispositivo relativo à autonomia dos partidos políticos em emenda apresentada pela Relatora da matéria.

---

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, amanhã vou falar sobre a denúncia que fiz hoje no Ministério em resposta ao pedido de V.Exa., porque há suspeição de que tenham comprado ambulância para favorecer a base do Governo. Sobre reforma política, como defendi antes, não estamos tirando a autonomia dos partidos. Enganam-se aqueles que disseram que estamos tirando autonomia. O que nós não queremos é que as direções partidárias não tenham regramento sobre as Comissões Municipais, e há acordos entre as direções partidárias que "vendem" - entre aspas - os acordos nos Municípios. Se os partidos filiados não tomarem uma decisão democrática, haverá intervenção. Esses dirigentes biônicos são aqueles exatamente que não têm seriedade para tomar decisão partidária. Por isso, defendemos a retirada desse ponto nessa emenda apresentada pela Relatora.

---

Documento 459/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária -	20/09/2017-
------------	--------------------------------------	-------------

Publ.: DCD - 21/09/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

CD  
JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ  
ORDEM DO DIA

17:36  
PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Esclarecimento sobre a realização de acordo para a rejeição de requerimento de destaque apresentado pelo PCdoB.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, só reafirmando o que falou a Deputada Shéridan, esse era um destaque supressivo das vedações. Mas como nós fizemos o acordo e todos votaram a transição terminando em 2020 e mantendo apenas 2018, o próprio PCdoB propõe derrotar o seu destaque.

Então, somos pela manutenção do acordo. A própria autora, que é a bancada do PCdoB, pede a derrota do seu próprio destaque.

---

Documento 460/516

---

267.3.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/09/2017-  
CD CD 17:36

Publ.: DCD - 21/09/2017 - SHÉRIDAN-PSDB -RR  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Solicitação aos Deputados de conclusão da votação da proposta de emenda à Constituição sobre a reforma política.

---

**A SRA. SHÉRIDAN** (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu estou recebendo um apelo do Senado. Os Senadores querem acompanhar a matéria. Há pouquíssimo tempo para validar essa reforma lá no Senado. O tempo que os colegas têm perdido no encaminhamento e no tempo de Liderança é muito. Faço, portanto, um apelo à Casa, aos Deputados e Deputadas, para que validemos e concluamos a discussão deste texto, desta matéria, dessa PEC, de todos os pontos dos destaques ainda hoje. Há um requerimento de quebra de interstício a ser apresentado. Temos também que votar a matéria em segundo turno. O Senado está disposto a acompanhar e validar pelo menos essa reforma, mas nosso tempo é exíguo, é curto.

Sr. Presidente, eu quero registrar esse apelo aos Deputados para que não percamos tempo. Vamos, portanto, acelerar o andamento das

votações nesta noite.

---

Documento 461/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Maturidade do Plenário demonstrada na apreciação da reforma política.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB quer agradecer ao Plenário pela maturidade. Quero dizer ao Brasil que o Plenário da Câmara dos Deputados não se omitiu.

**O SR. HILDO ROCHA** - Sr. Presidente, aqueles Deputados que queiram acabar com a coligação agora, em 2018, têm que votar "não".

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Nós estamos, sim, acabando com a coligação em 2020, dando a garantia de que os partidos se adaptem...

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Deputado Hildo, a Deputada Alice está falando. Por favor, depois V.Exa. fala. Eu dou a palavra a V.Exa. daqui a pouco.

**O SR. HILDO ROCHA** - Está bem. V.Exa. então garante a minha palavra?

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Deputada Alice, V.Exa. pode terminar.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer às cabeças pensantes que defendiam o outro sistema, como o Deputado Celso Pansera. Agradeço ainda ao Deputado Arthur Lira, que tem força política, mas, com grandeza, colocou-se à disposição desse acordo após o fato estruturado a partir das votações de ontem.

E o PCdoB, que sempre foi...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 462/516

---

268.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017-23:10
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS	FÁBIO RAMALHO (PRESIDENTE)-PMDB -MG ORDEM DO DIA	FALA DO PRESIDENTE OU NO

---

### *Sumário*

Informação ao Plenário sobre a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, em segundo turno, e sobre a não abertura do painel eletrônico de votações no dia 21 de setembro de 2017.

---

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Nós vamos votar o segundo turno. Combinamos de ficar aqui até a 1h30 da madrugada, e amanhã eu não abro o painel. Foi isso que eu acertei com V.Exas. Eu acertei e V.Exas. combinaram. Nada acertado é caro. Então, nós vamos votar o segundo turno, e amanhã não haverá painel. Amanhã está todo mundo liberado.

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, o Deputado Laercio Oliveira votou com o partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Amanhã não haverá painel. Vamos votar. Por isso, eu pedi para mantê-lo aqui, e vai haver efeito administrativo.

Tem a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

---

Documento 463/516

---

268.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 23:10
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Apelo em favor de acordo específico sobre federações partidárias.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Deputado Fábio Ramalho, nosso Presidente, eu gostaria de parabenizar o encaminhamento e dizer que, de fato, a fala do Deputado Arthur Lira constata que federação não entrou no nosso acordo. Isso é verdade. No entanto, federação consta daquela proposta oriunda do Senado e mantida pela Comissão Especial e pela Relatora Shéridan.

Seria uma forma de tratarmos o conjunto da reforma como um todo, após essa construção coletiva, e devolvermos ao Senado sem grandes controvérsias.

Por isso, eu faço este apelo ao PP, ao Deputado Arthur Lira, aos

demais partidos, para que possamos, nesta última questão, trabalhar um acordo específico sobre as federações. Vamos olhar, daqui para terça-feira, o caso uruguaio. Eu acho que seria de bom alvitre. Em relação à janela, vamos fazer o que havíamos conversado. Fazemos neste momento a retirada, e depois, efetivamente, mantém-se a legislação de março, contemplando-se a preocupação da Deputada Renata Abreu, que fez a gentileza de retirar o destaque relativo à janela após a promulgação. Portanto, eu queria convidar os Líderes a voltarmos a sentar para fecharmos essas duas últimas questões.

---

Documento 464/516

---

268.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 23:10
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ARTHUR LIRA-PP -AL PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Aplausos ao Presidente Fábio Ramalho pela condução dos trabalhos da Casa. Congratulações à Relatora Shéridan e aos Líderes partidários pela votação da proposta de emenda à Constituição sobre a reforma política.

---

**O SR. ARTHUR LIRA** (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero agradecer a V.Exa. pela atenção e pela condução dos trabalhos na noite de hoje. Parabênizos a Deputada Shéridan pela relatoria da PEC e todos os Líderes que tiveram a compreensão de dialogar, de conversar. Fecharemos os trabalhos de hoje, Presidente Fábio, com chave de ouro, terminando os destaques, votando o texto principal em segundo turno, ressaltados os destaques, com a compreensão de V.Exa. Parabéns a V.Exa. pela condução e a todos os Deputados pelo trabalho na noite de hoje!

---

Documento 465/516

---

268.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 23:10
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	BETINHO GOMES-PSDB -PE PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Congratulações ao Presidente Fábio Ramalho pela condução dos trabalhos da Casa e à Deputada Shéridan, Relatora da matéria, pelo empenho na elaboração do parecer.

---

**O SR. BETINHO GOMES** (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Fábio, quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos. Certamente a população de Malacacheta está orgulhosa de V.Exa. pelo trabalho que está aqui realizando, neste momento, na Presidência da Câmara.

Quero cumprimentar a Deputada Shéridan, que fez um esforço enorme para garantir esse relatório que foi construído a muitas mãos, e aos Líderes que tiveram a maturidade de construir um acordo em torno de uma reforma possível. Se não é a ideal, é a possível. Eu tenho certeza de que os impactos dessa reforma política que estamos acabando de aprovar vão ser fundamentais para aperfeiçoar um sistema político que já está bastante debilitado.

Naturalmente vai haver, com o passar do tempo, a fusão de partidos, o fim da farra da criação de partidos políticos, uma economia quanto ao Fundo Partidário. Portanto, será um ajuste relevante.

Eu queria dizer que a Câmara, neste instante, dá um grande passo para que possamos avançar no fortalecimento...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 466/516

---

268.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 23:10
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ROBERTO DE LUCENA-PV -SP ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Congratulações ao Presidente Fábio Ramalho pela condução das votações da proposta de reforma política. Saudações à Deputada Shéridan, Relatora da matéria.

---

**O SR. ROBERTO DE LUCENA** (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. pela condução equilibrada desses trabalhos que envolvem um tema tão árduo, tão difícil. A presença de V.Exa., a postura, o equilíbrio, o bom-senso foram fundamentais para avançarmos até o ponto a que chegamos. Quero cumprimentar também a Deputada Shéridan, pelo esforço, pela dedicação, e ressaltar a competência com que tratou do assunto, do



tema. E o trouxe para este plenário oferecendo-nos condições de avançarmos da forma como fizemos.  
De longe, Sr. Presidente, esta não é a reforma que a sociedade esperava que esta Casa fizesse. Não é a ideal, mas é a que foi possível, a que tem sido possível. Eu registro que não me envergonho da votação que temos feito nesta oportunidade. É motivo de orgulho. Parabéns mais uma vez a V.Exa.!  
Parabéns à Deputada Shéridan!

---

Documento 467/516

---

265.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 13:16
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	BETO MANSUR-PRB -SP COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do orador sobre tópicos da proposta de reforma política.  
Expectativa de conclusão da votação da matéria pela Casa.

---

#### **O SR. BETO MANSUR (PRB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.)**

- Sr. Presidente, eu pedi a palavra como Vice-Líder exatamente para que os partidos entendam bem esse destaque, a fim de que possamos votá-lo da melhor maneira possível, sem não prejudicar o projeto. É importante analisarmos essa questão com profundidade, para que os Parlamentares possam votar com muita consciência e para que o projeto não perca o sentido.

Eu pedi esse tempo para levantar uma questão que acho fundamental. Já na próxima sessão, vamos definir a votação da reforma política. Nós trabalhamos intensamente no dia de ontem, para votar as questões que envolviam a reforma política, principalmente em relação à mudança do sistema político no Brasil. Acertadamente, a Casa conseguiu votar e dar uma resposta não só para as Lideranças da Casa, mas para a sociedade, mostrando que não quer mudar o sistema político de afogadilho.

Nós vamos continuar com o sistema atual, o sistema proporcional, que faz com que tenhamos sempre a representatividade dos partidos políticos na composição dos 513 Deputados da Casa.

Nós teremos a votação da proposta que está sendo relatada pela Deputada Shéridan. Eu acho que dois pontos são fundamentais. O primeiro é que teremos um destaque para votarmos o fim das coligações não no ano de 2018, ou seja, no próximo ano, mas sim no ano de 2020, como foi aprovado no Senado Federal.

Por que o Senado fez esse cálculo? Acho que o Senado foi sábio

quando fez isso, porque marca o fim das coligações para 2020 e, de alguma forma, também vota uma cláusula de barreira, para diminuirmos as nossas agremiações partidárias já em 2018.

Todos nós políticos, de uma maneira geral, teremos um tempo entre 2018 e 2020 para nos adaptarmos aos novos partidos. Dessa maneira, vamos ter um determinado número de partidos - podem ser 9, 10, 11 partidos - que vão sobrar desta reforma política que está se avizinando, para que possamos ter o término das coligações, não a partir do ano que vem, e sim do ano de 2020.

No entanto, na minha visão, fica faltando algo que eu acho fundamental: não votarmos o fundo partidário - retirar dinheiro público para financiar a próxima eleição -, e sim acompanharmos a votação do fundo privado no Senado, até porque nós já votamos a sua autorização na Câmara em 2015. Essa proposta está na pauta do Senado Federal desde o ano de 2015, mas até agora não foi votada.

Será muito importante nós conseguirmos convencer os nossos Senadores a votarem o fundo privado, ou seja, o financiamento privado de campanha, com regras muito bem definidas, para que possamos financiar as nossas campanhas eleitorais a partir dos próximos anos sem a necessidade de utilizar dinheiro público, porque hoje o Brasil não tem absolutamente nenhuma condição de destinar dinheiro do Orçamento para os cofres dos partidos políticos para que financiem as suas campanhas. Essa é a minha visão.

Eu acho que isso é muito importante para que tenhamos um voto consciente, no que diz respeito ao financiamento das nossas campanhas com regras definidas, para que não aconteça o que aconteceu nas últimas campanhas eleitorais e que acabou nos prejudicando muito.

Além disso, temos que aprovar o fim das coligações já para o ano de 2020, com regras muito bem definidas para as cláusulas de eficiência, a chamada cláusula de barreira, a partir do ano de 2018.

Depois da sessão em que votarmos esta medida provisória, espero que possamos reiniciar a votação que envolve a discussão da reforma política. Temos que terminar esta reforma política para passarmos a outros temas de importância fundamental para a geração de empregos e a melhoria da economia dentro da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 468/516

---

265.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017-13:16
Publ.: DCD - 21/09/2017 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada para votação do Requerimento de Destaque nº 3 para votação em separado do inciso II, do § 1º, do art. 5º, da Lei nº 11.473, de 2007, modificado pelo art. 2º do projeto de lei de conversão apresentado à Medida Provisória nº 781, de 2017, e, por consequência, dos §§ 2º, 10, 12, 13, 14 e 15, e da expressão "reservistas", constantes dos §§ 3º, 5º e 6º do inciso II do § 7º, todos do art. 5º da Lei nº 11.473, de 2007, modificado pelo art. 2º do projeto de lei de conversão apresentado à Medida Provisória nº 781, de 2017, acerca da transferência de recursos do Fundo Penitenciário Nacional e da prestação de serviços voluntários à Força Nacional de Segurança Pública. Necessidade de estabelecimento, no âmbito da reforma política, de teto de gastos em campanhas eleitorais e de limite de doações de pessoas físicas para candidatos.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, além de orientar o voto "não", eu quero aproveitar este minuto para conversar com V.Exa. e com todos os colegas sobre o grave risco que o sistema eleitoral e político brasileiro vai correr na próxima eleição se não concluirmos a votação da reforma política no que diz respeito ao estabelecimento de tetos e limites para gastos em campanhas e para a contribuição de pessoas físicas. Digo isso porque, se a lei não for mudada, um candidato, por exemplo, a Deputado Federal por São Paulo poderá gastar 7 milhões de reais, e esse dinheiro poderá vir da contribuição do próprio candidato, uma vez que o autofinanciamento está totalmente liberado. Isso é gravíssimo, pois podemos estar agravando a situação da nossa democracia com uma eleição voltada para quem detém poder econômico, que privilegia os mais ricos, que privilegia aqueles que podem obter financiamentos de altos valores oriundos de pessoas físicas - 10 mil reais é o que está se propondo para cada nível de eleição. Imagine, Presidente, o que será do processo eleitoral!

Vou dar outro exemplo: no Rio de Janeiro, os candidatos a Deputado poderiam gastar 5 milhões de reais, porque diz a lei atual que o teto é 70% do maior gasto de campanha de 2014. Isso vale para Presidente da República, para Governador. Portanto, podemos estar embalando uma campanha eleitoral multimilionária, que incentiva uma democracia para ricos, na qual só os ricos possam se eleger.

---

Documento 469/516

---

268.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

20/09/2017-  
23:10

Publ.: DCD - 21/09/2017 -

RENATA ABREU-PODE -SP

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

## *Sumário*

Congratulações à Deputada Shéridan, Relatora da matéria. Pedido à Presidência de retirada da emenda da oradora, objeto do requerimento de destaque em votação. Apelo aos Deputados de votação de tópicos da Lei Eleitoral. Filiação do Deputado Cajar Nardes ao PODE.

---

**A SRA. RENATA ABREU** (Bloco/PODE-SP. Sem revisão da oradora.)  
- Sr. Presidente, antes de mais nada, eu quero parabenizar a Deputada Shéridan, Relatora dessa PEC. Eu, que presidi a Comissão, fico muito feliz de hoje conseguirmos fazer evoluir esse debate tão importante para o nosso País e as questões eleitorais.

Quero dizer agora que existe uma emenda nossa que trata da janela de 30 dias por uma razão: na PEC não tinha sido identificado que existia um artigo que poderia proibir todo e qualquer tipo de janela, inclusive aquela que nós aprovamos na infraconstitucional em março. Como nesta Casa tudo é fruto de acordo, foi realizado um acordo com todos os partidos daqui, PSDB, PMDB, PT, de que nós faremos, no segundo turno, um destaque supressivo dessa parte que estabelece a proibição.

Portanto, eu vou pedir a retirada da minha emenda sobre essa janela. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Está retirada.

**O SR. ARNALDO JORDY** - Muito bem, Deputada!

**A SRA. RENATA ABREU** - Antes de concluir, Sr. Presidente, eu queria mostrar para o nosso querido Deputado Esperidião Amin que a minha claustrofobia está melhorando. *(Riso.)*

É muito importante fazer um apelo aos Parlamentares. Acabamos de votar a urgência da infraconstitucional, do Deputado Vicente Candido. Ela tem uma série de pontos importantes referentes à Lei Eleitoral, a distribuição de fundo eleitoral.

Trata-se da última semana para que possamos votar a infra. O Senado se antecipou e começou a votar o mesmo texto, por omissão nossa. Portanto, na semana que vem, não podemos nos omitir de votar a infra. Vou concluir dando boas-vindas ao Deputado Cajar, que se filiou hoje ao nosso partido, complementando a nossa bancada, que agora tem 18 Deputados Federais.

Seja bem-vindo, Deputado Cajar!

Imagine se tivéssemos a janela, Deputado Esperidião! A claustrofobia passou. *(Riso.)*

Obrigada.

Publ.: DCD - 21/09/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

JOSÉ ROCHA-PR -BA  
PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Congratulações ao Presidente Fábio Ramalho pela condução dos trabalhos da Casa. Excelência da atuação da Relatora da matéria, Deputada Shéridan. Saudações aos Líderes partidários.

---

**O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -** Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos relativos a matéria tão importante, com tantas divergências. Mas o desempenho de V.Exa. certamente foi facilitado pelo trabalho da ilustre Relatora, a Deputada Shéridan, a quem eu parabeno e cumprimento pela excelente atuação, com muita competência, com muita garra. Essa jovem guerreira produziu um trabalho que foi, vamos dizer assim, melhorado aqui, com a participação de todos. Quero cumprimentar todos os Líderes que tiveram juízo e puderam fazer um acordo para que chegássemos ao final e votássemos em segundo turno a PEC 282, ressaltando seus destaques, para que sejam apreciados na próxima terça-feira. Com certeza, concluiremos então a votação desta PEC tão importante para as eleições futuras neste País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 471/516

---

265.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 13:16
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento da oradora sobre temas centrais da reforma política. Repúdio a ataques contra a democracia brasileira.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) -** Sr. Presidente, o Parlamento brasileiro é um dos pilares fundamentais da democracia. E certamente o tema da democracia é um guarda-chuva que abrange temas muito amplos, muito abrangentes, que devem incluir a liberdade de expressão, devem incluir a liberdade de representação, a liberdade política de organização, a liberdade de expressão da diversidade humana.

Os diversos debates polêmicos que se expressam nesta Casa devem ter espaço, sim. Cada um de nós participa com sua ideologia, com sua visão, a partir, inclusive, do seu caráter, da sua formação ideológica, cultural, religiosa. E orientação sexual e direitos reprodutivos são temas que obviamente envolvem polarizações, visões e pensamentos que a sociedade deve expressar e que se expressam dentro deste plenário. Mas neste momento, nesta sessão em particular, eu gostaria de me concentrar em dois temas que devem ter por mais tempo a nossa atenção aqui. Nós estamos votando algo que é importante para a democracia da representação brasileira, na medida em que a reforma política tem impacto na presença de representação partidária dentro das estruturas democráticas do Parlamento, nos instrumentos de democracia direta da sociedade brasileira e na possibilidade de que as crises políticas tenham solução.

Democracia e liberdade são os dois temas em que eu gostaria de concentrar os meus poucos minutos, na medida em que os outros temas demandam um tempo maior de debate, o que não caberia neste pequeno pronunciamento. Mas eu gostaria de, num outro momento, aprofundar o debate com os colegas aqui deste Plenário.

Eu estou aqui desde a década de 90, e a questão da reforma política já envolveu momentos muito tensos nos nossos debates. Muitas propostas por aqui já circularam, do ponto de vista do Partido Comunista do Brasil, que faz parte da Minoria, como também do ponto de vista do Partido dos Trabalhadores, do Partido Democrático Trabalhista, do Partido Socialista Brasileiro, de outros partidos que antes se consideravam de centro, de centro-direita ou até mais conservadores. Mas o debate sempre se situou no campo de haver bipartidarismo, poucos partidos ou muitos partidos, como se essa fosse a questão central.

Essa não é a questão central no debate da democracia brasileira. A questão central no debate da democracia brasileira se constitui em determinarmos: de que forma as relações programáticas, ideológicas, dessas forças políticas se estabelecem com a sociedade brasileira; se da forma como a sociedade brasileira vota ela consegue estabelecer com essas agremiações partidárias um grau de identidade que possibilite a sua opção de voto; até onde o poder econômico - ou o assistencialismo - determinou a vinda para cá de uma representação parlamentar; até onde a distorção causada por esses instrumentos fizeram com que uma representação aqui chegasse; até onde as chamadas legendas de aluguel foram obra dos pequenos partidos, dos partidos ideológicos, ou das grandes legendas, que muitas vezes arrotam um discurso ético, mas se utilizam de legendas de aluguel como saídas para determinados obstáculos conjunturais. Os problemas nunca foram criados pelos partidos ideológicos médios ou pequenos. Os problemas dos sistemas muitas vezes foram criados pelos grandes partidos.

Então, nós temos que parar de colocar o problema na existência de um número pequeno, grande ou médio de partidos na conjuntura. Essa não é a questão central, mas, sim, os mecanismos democráticos de

representação que nós conseguimos estabelecer nos sistemas políticos que estruturamos.

Precisamos verificar de que forma esses sistemas se financiam, se é da forma mais democrática, e determinar se nós vamos criar mais ou menos obstáculos à existência dos partidos ideológicos, se vamos deixá-los ou não se fazerem representar nos instrumentos de comunicação. Precisamos observar se criamos instrumentos de democracia direta, se criamos controle social, se permitimos que as mulheres, os negros, os trabalhadores tenham acesso às representações institucionais. Esse é o grande debate da reforma política.

Mas, lamentavelmente, numa conjuntura de restrição democrática e de retrocessos, nós acabamos discutindo aqui a redução de danos. O que nós vamos conseguir fazer aqui é preservar minimamente uma situação eleitoral que permite menor grau de restrição e impedir que alguns instrumentos de grande distorção da democracia brasileira prevaleçam - impedimos, por exemplo, o retorno do financiamento empresarial de campanhas.

O que se pede a este Plenário hoje, o que se exige dele, é: que se cumpra o acordo feito pela maioria dos partidos; que aqui se vote a chamada redução de danos que foi acordada; que a cláusula de desempenho, que nunca foi um critério democrático, mas algo que foi imposto pela ditadura militar e que só naquele momento da história do Brasil existiu, seja progressiva, para não inviabilizar a sobrevivência dos pequenos partidos que são ideológicos; que a federação seja uma reserva estratégica para que os partidos que queriam se somar programaticamente possam fazê-lo; que o fim da coligação, que nunca foi um problema na verdade, porque só se associa quem quer se associar, possa se dar depois das próximas eleições, em 2018, que é daqui a pouco, para que haja pelo menos um período de transição que vá até 2020; e que se consiga criar uma forma de financiamento barato de campanhas.

E não adianta apenas estabelecer a origem desse fundo de financiamento. É necessário limitar o teto dessas campanhas. E isso é matéria de lei infraconstitucional, que nós precisamos votar aqui.

O Deputado Henrique Fontana me passou um levantamento que indica que uma campanha para Governador hoje pode custar 73 milhões de reais em São Paulo, 81 milhões no Ceará, 38,5 milhões no Rio de Janeiro e 44 milhões em Minas. Isso não é compreensível nem aceitável! Não é proporcionalmente lógico nem necessário que se gaste um volume de recursos desse porte numa campanha eleitoral. Isso não é justificável!

Então, nós precisamos votar aqui o projeto - ele já foi construído - que limita não apenas os gastos em campanhas de Deputado Estadual, Deputado Federal, Vereador, Prefeito, Governador, Senador e Presidente, mas também o autofinanciamento.

Não é possível que um candidato a Prefeito coloque, sozinho, 6 milhões de reais na campanha dele, como fez o candidato do PSDB em São Paulo. Isso não é aceitável, porque gera uma desigualdade na

disputa política.

Portanto, precisamos regular o teto das campanhas, inclusive o autofinanciamento, além de votar um grande acordo para garantir a redução de danos, para garantir democraticamente a representação do conjunto de partidos, para que se viabilize a presença deles na disputa política aberta e democrática que faremos.

Por último, no minuto que me resta, quero dizer que não é aceitável na sociedade brasileira que nós pensemos em qualquer saída para qualquer crise que não seja pela via democrática. E nós precisamos fazer com que as saídas sejam a realização de eleições.

Que nós façamos se levantar o Supremo Tribunal Federal! Que o Ministério Público, a Defensoria Pública, as Presidências das duas Casas - Câmara e Senado -, este Parlamento e instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa e o CNBB se levantem e digam que não há outra saída neste País que não seja pela via do voto popular.

Não é aceitável que qualquer voz isolada ou que qualquer instituição possa propor qualquer intervenção neste País que não seja pela via do voto. Não aceitaremos intervenções autoritárias. Só aceitaremos intervenções democráticas; só aceitaremos a democracia.

Muito obrigada, Presidente.

---

Documento 472/516

---

268.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 23:10
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	FÁBIO RAMALHO-PMDB -MG ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Congratulações à Deputada Shéridan, Relatora da matéria. Agradecimento aos Parlamentares, aos assessores e aos servidores da Casa.

---

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Leve a Petrolina os nossos parabéns também, Deputado Adalberto.  
Parabéns pelo seu brilhante trabalho!  
Muito obrigado a todos. Desculpem-me se eu me excedi em relação a alguma coisa. Levem o meu carinho.  
Quero parabenizar a Deputada Shéridan pelo brilhante trabalho.  
Agradeço a todos os Deputados e a todas as Deputadas. Agradeço a todos que estiveram aqui colaborando, os assessores de todos os gabinetes. Agradeço a todo o pessoal da Mesa o carinho, a competência, porque, sem a Mesa, eu não sou ninguém. Wagner está aqui do nosso lado sempre nos acompanhando. Eu agradeço a todo o



peçoal da Mesa, a todo o peçoal da Câmara, aos seguranças, ao peçoal da lanchonete, enfim, a todos que aqui trabalham. Muito obrigado. Meu carinho especial e o meu respeito a todos! Vão com Deus! Até amanhã!

---

Documento 473/516

---

268.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 23:10
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	JOSÉ NUNES-PSD -BA PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Aplausos ao Presidente Fábio Ramalho pela votação da proposta de emenda à Constituição sobre a reforma política. Congratulações à Deputada Shéridan, Relatora da matéria.

---

**O SR. JOSÉ NUNES** (PSD-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria, nesta oportunidade, de parabenizá-lo por este grande feito, por ter tido realmente a determinação de colocar matéria de grande importância em votação, com êxito. Isso é muito importante.

Também quero parabenizar a Deputada Shéridan, que veio de um Estado pequeno e realmente deu um *show*, mostrando a sua competência e a sua capacidade de convencimento.

Quem ganhou foi esta Casa, por não ter dado oportunidade ao Supremo de legislar em nome deste Parlamento.

Ficamos muito agradecidos.

Muito obrigado.

---

Documento 474/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	SHÉRIDAN-PSDB -RR PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Esclarecimento ao Plenário sobre o requerimento de destaque em votação, relativo ao fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais a partir de

2020.

---

**A SRA. SHÉRIDAN** (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)  
- Presidente, esta votação confirma o fim das coligações para 2020.  
Então, atentem à orientação. Houve um acordo, e a votação agora  
confirma o que foi...  
**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Deputada Shéridan...  
**A SRA. SHÉRIDAN** -... 2020. Então, é muito importante V.Exas.  
votarem com atenção.

---

Documento 475/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALIEL MACHADO-REDE -PR ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de concessão pela Casa de autorização ao Supremo Tribunal Federal para processamento de denúncia do Ministério Público Federal contra o Presidente Michel Temer. Repúdio da Rede Sustentabilidade à proposta de arrecadação de recursos para campanhas eleitorais por meio de bingos e sorteios. Defesa do fim do financiamento de campanhas eleitorais por pessoa física. Importância da limitação das doações empresariais às campanhas.

---

**O SR. ALIEL MACHADO** (REDE-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu subo a esta tribuna hoje para falar sobre uma notícia que não é para se comemorar e que requer uma atuação desta Casa.

O Supremo Tribunal Federal, já com maioria consolidada, determinou que a denúncia contra o Sr. Presidente da República Michel Temer retorne a esta Casa.

Espanta-me a quantidade de motivos, argumentos, que alguns Deputados têm para defendê-lo mesmo antes de a denúncia chegar a esta Casa. Inclusive, alguns são conhecedores da legislação, ou pelo menos deveriam sê-lo.

Pois bem, a Câmara não julga o Sr. Presidente da República nem o afasta. Ela autoriza o Supremo Tribunal Federal a fazer o primeiro juízo de admissibilidade. E, havendo indícios gravíssimos, serão julgados pela Justiça, porque a Câmara não julga crime comum. O Sr. Michel Temer está sendo acusado de crime comum, praticado por uma quadrilha que assalta este País.

Por isso, a Câmara não pode se omitir e travar a Justiça. É uma nova

oportunidade que nós temos de entregá-la à população, recuperar o prestígio ou pelo menos mostrar, neste momento de crise, que não estamos alinhados com essa quadrilha, que foi denunciada pela Procuradoria-Geral da República.

Mas eu também quero falar aqui sobre a reforma política. Nós discutimos o sistema eleitoral. Muitos são a favor e muitos são contra. Uns encontraram uma maneira e outros, outra. Mas, no fundo, infelizmente, a grande maioria está pensando na sua reeleição. De acordo com o seu partido, com a votação na eleição anterior, eles se posicionaram. É lógico que esta Casa não iria fazer mudanças, porque foi o atual sistema que a elegeu.

Eu sou favorável pessoalmente - aí não é o partido - ao sistema distrital misto. Nós deveríamos ter avançado nesse sentido. Porém, esta Casa não avançou.

Mas eu quero chamar atenção, porque o Senado Federal apresentou hoje uma proposta absurda, que precisa ser denunciada à população. O cerne do debate político está no financiamento. Esta Casa precisa avançar para proibir campanhas milionárias, porque, através do dinheiro e do interesse econômico, predomina a corrupção e a vergonha que esta Casa, o Congresso, o sistema político fez ao longo das últimas décadas. Sempre o interesse financeiro se sobrepõe ao interesse coletivo da população.

Precisamos travar, proibir que gastos milionários individuais de empresários que têm outros interesses quando entram na política predominem sobre o atual sistema. Precisamos colocar limites de gastos, de doações, mesmo que individuais, para que não ocorram esses absurdos milionários.

E o Senado Federal, buscando uma fórmula de financiamento, quer autorizar a utilização de bingos e sorteios pelos partidos políticos. O que é isso? Que cinismo é este? Esta é a maior autorização para lavagem de dinheiro da história deste País!

Num momento em que se desnudam investigações, em que se apreendem malas de dinheiro, em que temos um Presidente - pela segunda vez na história - denunciado pelo cometimento de crime comum, nós vamos abrir essa brecha e essa possibilidade!

Já fica registrado aqui o repúdio do nosso partido, que é contrário a essa legislação que o Senado está tentando implementar para autorizar bingo, para autorizar sorteio, como se partido fosse um negócio, para fazer essa lavagem de dinheiro espúria, vergonhosa, que nós não aceitaremos!

E chamo a atenção dos bons Parlamentares - eu sei que existe muita coisa aqui que não presta, mas existe muita gente séria. Nós precisamos aprovar o fim do financiamento individual milionário! Isso é reforma política! Nós precisamos aprovar o limite de doações para que o interesse empresarial não prevaleça sobre o interesse coletivo do nosso povo!

Essa autorização, essa legislação, sim, é que precisa ser mudada! Não esta de agora, que é apenas uma mudança eleitoral que nós estamos discutindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

---

Documento 476/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de aprovação da proposta de instituição de cláusula de desempenho dos partidos políticos nas eleições. Importância de aprovação da reforma política.

---

**O SR. VANDERLEI MACRIS** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se nós não conseguirmos fazer a reforma ideal, façamos a reforma possível. E é exatamente isso que nós estamos fazendo aqui. Nós votamos, e já foi aprovada uma das partes mais importantes desta proposta de emenda à Constituição. Agora, estamos votando um segundo item importante da proposta, que é a cláusula de desempenho.

Essa cláusula de desempenho que estamos votando exige um percentual crescente de votos para que um partido político tenha representação na Câmara, em 2018, em 2022, em 2026 e em 2030. O partido precisa ter, em 2018, necessariamente, 1,5% dos votos em pelo menos 9 Estados da Federação; em 2022, vai precisar de 2% dos votos em 9 Estados; em 2026, 2,5% dos votos nacionais em pelo menos 9 Estados; e, a partir de 2030, 3% dos votos.

Isso quer dizer, Sr. Presidente, que se não pudemos fazer a reforma ideal, vamos fazer a reforma possível. É este o acordo que foi possível costurar, é este o acordo que foi possível construir ao longo das últimas horas, eu diria, aqui no Congresso Nacional.

A reforma que estamos fazendo, Sr. Presidente, é o primeiro importante passo para que nós possamos olhar para o futuro e saber que nós estamos contribuindo para melhorar as condições da vida política do nosso País, ao estabelecer uma forma de representação mais adequada para buscar maior credibilidade da sociedade em relação às atividades do Congresso.

Portanto, os partidos estarão preparados, a partir de agora, para esta lógica que eu acabei de falar. Para as próximas 4 eleições, haverá uma escala que vai de 1,5% até 3% dos votos em 9 Estados da Federação.

A aprovação desta cláusula de desempenho é importante para que possamos encerrar ainda hoje esta fase da reforma. Depois haverá a legislação infraconstitucional, mas é muito importante que esta

proposta seja votada ainda hoje.  
Muito obrigado.

---

Documento 477/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	RICARDO TRIPOLI-PSDB -SP ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Importância da reforma política, especialmente no tocante a infidelidade partidária, extinção de coligações partidárias nas eleições proporcionais e criação de cláusula de desempenho para partidos políticos.

---

**O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu ouvi atentamente aos pronunciamentos. Os que sucederam o do nobre Deputado Glauber demonstraram o grau de importância que os partidos dão ao PSOL.

O PSOL fez a sua reclamação, o que é um direito legítimo que tem o Deputado Glauber, como Líder da bancada.

Nós temos alguns pontos em comum com o PSOL. Na questão ambiental, por exemplo, marchamos juntos - não tenho dúvidas disso. Temos um trabalho muito próximo, nós do PSDB e os membros do PSOL. Há matérias em que divergimos, há matérias em que convergimos em alguns pontos e divergimos em outros.

Neste caso específico, respeitando os direitos da minoria, buscamos saber o que a sociedade pretende no momento. A sociedade pretende uma única coisa: representatividade no Congresso Nacional. Para que isso aconteça, nós temos que buscar um entendimento daquilo que possa transferir, do Congresso Nacional, a possibilidade de escolha do eleitor, que o eleitor possa dizer que confia e confiará em quem deteve o mandato popular.

Quando nós estamos aqui discutindo os três principais itens do fim das coligações proporcionais para 2020, querendo dizer que o cidadão comum, ao assistir à televisão, aos debates durante as campanhas eleitorais, aos embates aqui no Congresso Nacional, muitas vezes não entende como alguém que tem posição tão divergente, do dia para a noite, passa a convergir. O fim da não coligação permitirá que, durante o processo eleitoral, cada partido tenha que mergulhar internamente, para que possa, dentro do seu programa, do seu estatuto partidário, apresentar-se à sociedade, e não mais ficar camuflado, porque ele não estará mais coligado proporcionalmente, ou seja, ele poderá ter

transparência nos seus atos. E tenho certeza, Deputado Glauber Braga, de que é o que se espera: transparência nos atos públicos. O segundo aspecto - vou mais à frente - é a questão da cláusula de desempenho. Um Deputado que já esteve na Casa há cerca de 20, 30 anos, outro dia visitou a Câmara e me disse: "*Eu não sei como vocês aqui se entendem. Na minha época, havia dois microfones de aparte de cada lado. Agora existem 14 microfones de aparte, sete de cada lado*". Eu lhe respondi que, na época dele, existiam 7 ou 8 partidos políticos, que hoje somos 27 partidos políticos dentro da Câmara dos Deputados e que 30 estão em formação.

Imaginem os senhores e as senhoras, se houvesse 57 partidos políticos, o que daria para fazer aqui. Absolutamente nada, uma vez que ainda há divergências internas a cada partido. Se todas viessem a este plenário, seria humanamente impossível qualquer acordo.

Ou seja, temos que discutir a cláusula de desempenho para que nós nos entendamos e para que a sociedade possa se identificar com 9, 10, 12 partidos políticos - não somente com o candidato, mas também com o partido a que ele pertence. Essa é a segunda questão que eu levanto.

O terceiro aspecto eu diria que faz parte de uma grande discussão interna dos partidos. Refiro-me à chamada infidelidade partidária. Passados os 4 anos, o Deputado que entender que deve mudar de partido terá 30 dias para fazê-lo. Ele poderá fazer isso uma única vez, após cada mandato.

Obviamente, ele vai estar alavancado pelas teses da sua base eleitoral. Seja ele temático, seja ele ligado ou vinculado a uma determinada região do País, ele deve poder, ouvindo os que aqui o trouxeram, manifestar a intenção de se transferir para outra agremiação partidária. Então, Deputado Glauber Braga, não entenda isso como uma questão pessoal, como uma questão de diminuir, como uma questão de não permitir que pequenos partidos ou partidos ideológicos, como V.Exa. entender, participem. Eles devem, sim, participar. Nós estaremos aqui juntando as forças que pensam de forma igual, e para isso teremos a possibilidade de oferecer à sociedade a livre escolha.

Se fizerem com os eleitores uma pesquisa sobre a capacidade de identificarem o partido a que pertencem os Deputados que aqui estão, eles poderão saber dizer em quem votaram, mas não a que partido pertence. Isso será muito comum, pelo volume de partidos que há no Brasil, e porque as pessoas não se identificam com eles.

Nós temos que devolver às pessoas o direito, a possibilidade e a transparência de escolher quem elas querem que sejam suas representantes.

Eis o meu apelo, Sr. Presidente: temos que fazer o enfrentamento agora. Já conversei com vários Líderes de bancada. Nós não podemos dar as costas ao País. O momento é de desafio. Quando nós temos desafios, só há três coisas que podemos fazer: enfrentar, combater e vencer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

---

Documento 478/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	HENRIQUE FONTANA-PT -RS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Apelo à Presidência pelo imediato início da votação de proposição relativa à reforma política.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos aqui acompanhando no bastidor as negociações e estamos preocupados, pelo nosso calendário, com a questão da reforma política. Para concluirmos a PEC e votarmos o projeto de lei que pode determinar tetos que barateiem as campanhas, preocupa-nos que as horas estejam passando.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - É claro.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Ontem ficamos aqui até meia-noite. Então, o nosso apelo é para iniciarmos imediatamente, se for possível, Presidente, a votação da reforma política.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Nós estamos inclusive, Deputado Henrique Fontana, no último destaque. Nós já estamos também consultando a Presidência para, encerrado o destaque, darmos continuidade à votação da reforma política.

---

Documento 479/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	MARCUS PESTANA-PSDB -MG ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Informação ao Plenário sobre a impossibilidade de inclusão na pauta de matéria infraconstitucional.

---

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero colaborar como Vice-Presidente da

Comissão e trazer tranquilidade, porque eu entendi que a informação tem repercussão no posicionamento do Deputado Glauber e do PSOL. Para tranquilizá-los, afirmo que a matéria infraconstitucional não está em condições de vir a plenário hoje. Votaremos simplesmente a PEC da cláusula de desempenho e pelo fim das coligações.

---

Documento 480/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	HILDO ROCHA-PMDB -MA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Alerta aos Deputados do PMDB sobre a votação da proposta de extinção das coligações partidárias nas eleições proporcionais.

---

**O SR. HILDO ROCHA** (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como o PMDB liberou a bancada, eu quero apenas encaminhar aos Deputados e às Deputadas do PMDB que, se votarem "sim", estarão votando pela farsa; se votarem "não", estarão a favor do fim das coligações. O "sim" quer dizer que as coligações não irão acabar nunca.

Portanto, eu quero dizer aos Deputados e às Deputadas do PMDB que quem quer acabar com as coligações deve votar "não".

---

Documento 481/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ESPERIDIÃO AMIN-PP -SC ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Apoio à extinção das coligações partidárias nas eleições proporcionais a partir de 2020.

---

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que eu quero dizer é muito pouco. Só gostaria de dizer que V.Exa. é um homem iluminado, porque não



concluiu a votação ontem.

Este acordo só está sendo possível porque V.Exa. teve sabedoria mineira para permitir que ele amadurecesse. E o acordo não é pouca coisa, não! Eu votei a favor do fim da coligação, em 1995, para que entrasse em vigor em 2006. E o Supremo derrubou. Votar agora para entrar em vigor em 2020 não é pouca coisa, é melhorar o futuro do sistema eleitoral brasileiro. E essa conquista se deu graças a todos nós.

Parabéns a V.Exa. e ao Plenário da Câmara dos Deputados!

---

Documento 482/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	VICTOR MENDES-PSD -MA PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de extinção das coligações partidárias nas eleições proporcionais a partir de 2018.

---

**O SR. VICTOR MENDES** (PSD-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado. Queria só registrar que a votação de agora se chama "engana STF". Na verdade, não há nada a se comemorar, nada a se parabenizar. Está sendo feito um *mise-en-scène* para mostrar ao STF que nós estamos votando alguma coisa. Essa está sendo apenas uma demonstração para o STF de que estamos simulando o fim das coligações.

As coligações vão servir de laboratório, em 2020, para os Vereadores. Por que não colocar o fim das coligações para agora, em 2018? Só para o STF não se manifestar.

Ministros do STF, esta votação de hoje não é maturidade, é individualidade, é egoísmo de alguns Deputados que não tiveram a consciência de realmente mudar o sistema eleitoral, de permitir ao povo brasileiro testar na prática o novo sistema.

Esta é uma votação "engana STF", Sr. Presidente.

---

Documento 483/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017-17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 -		JÚLIO DELGADO-PSB -MG

---

### *Sumário*

Orientação de bancada para votação do Requerimento de Destaque nº 4, para votação em separado do art. 2º da proposição original da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, sobre a vedação às coligações nas eleições proporcionais, o disciplinamento da autonomia dos partidos políticos e o estabelecimento de normas sobre fidelidade partidária e funcionamento parlamentar dos partidos políticos, com vista à sua inclusão em novo texto. Apelo aos Deputados pela manutenção de acordo para extinção das coligações partidárias nas eleições proporcionais a partir de 2020.

---

**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu participei de algumas reuniões e sei que a Líder do nosso partido tem posição e participou de outras reuniões. O partido agora libera a bancada, acompanhando só o PMDB, que está aturdido com o placar de 8 a 0 a favor de outra denúncia vir para a Câmara de novo.

Nós tínhamos um acordo com todos os partidos para a coligação ter fim só em 2020. Então, Deputados do PSB que, mesmo com a liberação da bancada - junto apenas com o PMDB, para a minha tristeza -, quiserem votar conforme o acordo celebrado com todos os partidos para o fim das coligações ocorrer em 2020, votem "sim"! O voto para mantermos o acordo é o voto "sim"! E eu vou votar "sim"!

---

Documento 484/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	SILAS CÂMARA-PRB -AM PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Declaração de voto contrário à proposta de extinção das coligações partidárias nas eleições proporcionais a partir de 2020.

---

**O SR. SILAS CÂMARA** (PRB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só fazer o registro de que eu vou votar contra essa emenda. Acho um absurdo fazermos uma votação punindo os Vereadores de toda a Nação brasileira em 2020. Poderíamos ter colocado isso para 2022 e demonstrado que esta Casa não está

legislando apenas para si. Assim, deixaríamos um espaço mais adequado. A cláusula de barreira já seria um indicador seletivo muito importante para a próxima eleição. Portanto, em homenagem à eleição municipal e aos Vereadores de todo o Brasil, eu voto contra essa matéria.

---

Documento 485/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	CELSO PANSERA-PMDB -RJ ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Declaração de voto a favor da extinção das coligações partidárias nas eleições proporcionais a partir de 2020.

---

**O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem, nós defendemos o fim das coligações a partir de 2018, mas hoje conversamos com muitas lideranças partidárias, com muitos Deputados e avaliamos que, se o Senado fez o papel dele de votar uma PEC indicando um caminho, a Câmara tem a obrigação também de indicar alguma coisa, senão de consenso, ao menos de maioria.

Hoje à tarde nós reunimos a bancada do PMDB. Há uma maioria contra a mudança para 2020, querendo para 2018, mas a liderança encaminhou pela liberação. Eu voto "sim", a favor de 2020, mas demonstrando que o que nós queremos é construir uma maioria e um caminho para a política brasileira.

---

Documento 486/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ASSIS MELO-PCDOB -RS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Congratulações à Casa pela celebração de acordo para a votação da proposta de reforma política.

---

**O SR. ASSIS MELO** (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, nós da bancada do PCdoB queremos, primeiro, saudar a atitude madura desta Casa, que é uma Casa política e, na adversidade, chegou a esse acordo, Presidente. Eu acho que a Câmara se engrandece com esse gesto político.

Sr. Presidente, não devemos nos intimidar frente ao Supremo. Esta Casa é que tem o direito de criar as leis. Por essa razão, nós queremos saudar o acordo, porque o acordo foi possível na adversidade. Aí cada um cede um pouco.

O PCdoB, Presidente, sempre teve posição muito clara contra a cláusula de barreira. Foi para construir um acordo que nós fomos à Comissão, falamos com a Deputada Shéridan. Queremos saudar a compreensão da Deputada, que nos ouviu e apresentou uma proposta, que é de acordo, e o PCdoB cedeu nisso exatamente...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 487/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	PASTOR EURICO-PHS -PE ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador contrário à aprovação da matéria em votação.

---

**O SR. PASTOR EURICO** (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS orientou "sim", embora internamente respeite a posição de cada Deputado.

Vale salientar que nós temos uma preocupação com a questão do cortar na pele. E isso falamos muito, que devemos cortar na pele muitos temas aqui na Casa. Mas neste particular não estamos cortando na nossa pele. Estamos deixando para cortar na pele dos Vereadores. Acho que eles não merecem isso. Por isso, estou registrando a minha posição contrária, até porque o exemplo precisa partir desta Casa, Sr. Presidente.

---

Documento 488/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
------------	--	----------------------

---

### *Sumário*

Posse do advogado cearense Valdetário Andrade Monteiro no Conselho Nacional de Justiça. Insatisfação do orador com a reforma política em tramitação na Casa.

---

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, eu quero parabenizar o nosso companheiro, o colega advogado Valdetário Andrade Monteiro, que ontem tomou posse no Conselho Nacional de Justiça, representando a nossa querida OAB. Quero desejar ao nosso colega conterrâneo pleno êxito. Que os seus pares tenham um reconhecimento muito grande pelo seu trabalho à frente dessa instituição.

Quero também, Sr. Presidente, ressaltar que, lamentavelmente, a reforma política por que tanto esperava a população brasileira está se tornando um arremedo de reforma política, inclusive com o adiamento do fim das coligações para 2020. Mas é o possível dentro do entendimento da construção política.

Nós esperamos, em 2020, construir uma realidade política que facilite a verdadeira reforma, a que venha a modificar o sistema atual.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, registro hoje com muita alegria a posse do advogado cearense Valdetário Andrade Monteiro como representante da OAB junto ao Conselho Nacional de Justiça, para o biênio 2017-2019.

A indicação de Valdetário Monteiro foi feita por unanimidade, em escrutínio realizado pela OAB ainda em abril deste ano. O advogado cearense já atuava como representante institucional da OAB. Agora ele atuará como conselheiro.

Aproveito para parabenizar o colega, pois também sou advogado, e conterrâneo, desejando e acreditando que seu trabalho será coroado de êxito e terá o reconhecimento de seus pares.

Aproveito para louvar a Universidade de Fortaleza - UNIFOR, a instituição em que tanto eu quanto o novo conselheiro do CNJ fomos graduados em Direito. A UNIFOR é tida como a melhor universidade privada do Norte e do Nordeste.

Faço minhas as palavras do Presidente Nacional da OAB, Claudio Lamachia, para quem "*a atuação deste valoroso advogado, sem dúvidas, trará muitas vitórias para a advocacia e para a cidadania*". Bagagem não lhe falta. Não apenas como profissional destacado no meio jurídico, mas também por seu desempenho frente à Presidência

da OAB - Seção Ceará. Valdetário Monteiro é professor convidado da Escola Superior da Advocacia, da OAB Ceará, e professor titular do Curso de Direito do Centro Universitário Estácio, na disciplina Direito Tributário e Financeiro. Ainda é membro da Academia Cearense de Letras Jurídicas e do Instituto dos Advogados do Ceará. Valdetário Monteiro foi empossado ontem, na sede do Conselho Nacional de Justiça, em solenidade presidida por sua Presidenta, a Ministra Cármen Lúcia. Ele assume vaga no lugar do ex-conselheiro. Parabenizamos o novo conselheiro pela nova missão e também o CNJ, que serve para balizar as atividades da magistratura, por contar com a contribuição de Valdetário Monteiro, que, com certeza, será muito valiosa.

---

Documento 489/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	HENRIQUE FONTANA-PT -RS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Necessidade de redução do custo das campanhas eleitorais. Defesa da criação de fundo para financiamento público de campanhas eleitorais.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, primeiro, eu quero agradecer a V.Exa. pela concessão da palavra e pedir a atenção dos colegas.

Nós estamos tentando avançar para melhorar o sistema político do País. Eu também desejo uma reforma muito mais profunda e muito mais ousada do que esta, mas nós devemos saudar, em primeiríssimo lugar, este acordo que constitui uma maioria, para dar um passo sólido para o fim das coligações em eleições para Deputado Federal e Estadual e para Vereador, porque isso fortalece os partidos políticos, isso fortalece a democracia brasileira. O fato de planejarmos uma transição para essa regra entrar em vigor em 2020 é absolutamente positivo. Sr. Presidente, V.Exa. é que conduzirá esta votação histórica. Muitas vezes se tentou votar uma medida como esta. Eu mesmo, como Relator da reforma política, 6 anos atrás, coloquei este como um dos itens prioritários para a melhoria do sistema político do País, e nós não conseguimos a 6 anos atrás. Se estamos conseguindo hoje, para entrar em vigor dentro de 2 anos, isso é um avanço que merece ser saudado pelo Plenário e pelo nosso País.

Sr. Presidente, eu pedi para usar a palavra porque quero conversar

com todos os colegas Deputados. No próximo passo da reforma política, nós não devemos olhar partido de governo, partido de oposição. Devemos pensar se queremos ou não uma democracia com menos dinheiro.

Vejo lá sentado o Deputado Jutahy Junior, com quem muitas vezes falei sobre reforma política. Quero falar daqui com partidos pequenos e médios, com partidos mais à direita e mais à esquerda no espectro político do País.

Uma questão que precisa ser enfrentada no sistema político brasileiro é a do barateamento das campanhas eleitorais, é a da diminuição dos recursos financeiros em campanhas eleitorais.

Deputado Roberto Freire, se nós não votarmos o projeto de lei, acompanhado do debate de emendas, para alterar a regra atual de quanto pode custar uma campanha para Deputado Federal em cada um dos Estados, ou para Governador, ou para Senador ou mesmo para Presidente da República, uma campanha apresentará os seguintes absurdos de campanhas multimilionárias.

Porque a regra em vigor hoje, Deputado Nelson Marquezelli, é a de que o teto de gastos será de 70% da maior campanha da eleição anterior. Por exemplo, no Estado do Deputado Glauber Braga, o Rio de Janeiro, a campanha para um candidato a Deputado Federal, esta de 2018, poderá custar 5 milhões e 800 mil reais. Vamos dar o exemplo de São Paulo, para os Deputados paulistas: a campanha para Deputado Federal em São Paulo poderá custar 7 milhões e 200 mil reais.

Vou dar exemplos de campanhas de Governadores. A campanha para Governador do Ceará poderá custar, se nós não mudarmos a lei, 81 milhões de reais; a campanha para Governador de Minas Gerais, 44 milhões de reais; a campanha presidencial, se não mudarmos a lei, se não votarmos o projeto de lei para coibir as campanhas multimilionárias, estará orçada, Deputado Jones Martins, em 250 milhões de reais.

Então, nós precisamos enfrentar este embate, nós temos que colocar tetos. A proposta que eu trago a este Plenário, para aprofundar aquilo que o nosso Relator já propõe, que é uma redução em relação a esses valores - e entendo que a redução pode e deve ser ainda mais ousada, Deputado Ricardo Tripoli -, é a de que os Deputados Federais gastem, no máximo, 60% da média de gastos dos Deputados eleitos naquele Estado na eleição de 2014. Isso vai reduzir o volume de dinheiro circulando em campanhas eleitorais. Comparando 2014 com 2018 - e tenho segurança para citar este dado -, no mínimo, vão ser reduzidas três quartas partes do dinheiro que circulou na campanha de 2014. Isso é ótimo para a democracia, porque tornará a democracia mais saudável. Quanto menos dinheiro em campanha eleitoral, mais se sobressaem ideias, projetos, história de vida dos candidatos.

Eu quero conversar com o Plenário como um todo. Primeiro, sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal de proibir o financiamento empresarial, que foi correta. O financiamento empresarial é fruto, é causa de enorme desigualdade, Deputada Jandira Feghali, nas

campanhas eleitorais.

Segunda questão, Deputado Celso Pansera: o financiamento de empresas em eleições causa profunda desigualdade no processo eleitoral. Nós temos que ter uma democracia republicana. Não pode um candidato a Deputado Federal ter 8 milhões, e outro candidato, no mesmo Estado, ter 200 mil reais. Isso desiguala as campanhas, isso faz a nossa democracia ser censitária, uma democracia em que a força do dinheiro impede vocações de excelentes Parlamentares, que poderiam ser Vereadores da sua cidade, Deputados Estaduais, Deputados Federais, e que se veem oprimidos pela lógica do dinheiro. Nós precisamos, portanto, entrar na votação do projeto de lei, porque só ali vamos poder proibir o autofinanciamento.

Eu quero pedir a cada um dos colegas, que conhecem os seus Estados, que imaginem determinados Estados em que se possa gastar 4 milhões, 5 milhões numa campanha para Deputado Federal, e o próprio Deputado possa assinar um cheque e financiar integralmente a sua campanha. Isso gerará uma campanha, Deputado Lázaro, na qual um candidato vai ter 200 mil reais, o outro vai ter 4 milhões e assina da sua própria conta. A desigualdade está feita. E no Parlamento só os mais ricos e poderosos poderão estar. Os setores populares, os líderes identificados com causas populares e que são apoiados por pessoas de baixa renda, que recebem um ou dois salários mínimos, jamais terão a chance de sentar na cadeira de Deputado Federal, de Deputado Estadual ou de Vereador.

Nós precisamos terminar, Deputado Bebeto, com o autofinanciamento. Não pode uma pessoa rica usar o dinheiro da sua fortuna para comprar o mandato com parte da sua fortuna. Os mandatos têm que ser conquistados na luta política, na democracia.

Por fim, Presidente, quero dizer que cada pessoa física deve ter o limite de 10 mil reais para doar, no todo da campanha: 500 reais para um candidato a Deputado; mil reais para um candidato a Senador; jamais 10 mil reais para cada nível de campanha. Quantos brasileiros têm 60 mil reais para colocar numa campanha eleitoral?

Eu defendo um fundo público de valor moderado, um fundo público que tenha, por exemplo, 1 bilhão de reais, ou seja, cem vezes menor do que o orçamento da saúde, cem vezes menor do que o orçamento da educação.

Então, não façamos a demagogia de dizer que um fundo público, republicano, que garanta candidaturas de pessoas que não têm acesso ao poder econômico retiraria o dinheiro que falta na saúde, que falta na educação ou que falta para construir estradas. O dinheiro que falta na educação, na saúde, nas estradas é perdido aos bilhões com a corrupção, que é alimentada pelos grandes interesses econômicos que querem financiar campanhas e mandatos para ter privilégios, para ter vantagens, para ter obras superfaturadas, para, através de atos de corrupção, garantir bilhões e bilhões de reais de vantagens, que saem dos cofres públicos.

O povo brasileiro fará a maior economia da sua história com um fundo público de valor baixo que garanta uma democracia de iguais e



republicana.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço ao Deputado Henrique Fontana.

---

Documento 490/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PEDRO PAULO-PMDB -RJ PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de extinção das coligações partidárias nas eleições proporcionais a partir de 2020.

---

**O SR. PEDRO PAULO** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desde a volta da democracia, nós nunca aprovamos uma reforma eleitoral profunda, porque é muito difícil esta Casa aqui, de 513 Deputados, conseguir uma reforma completa. O que acontece é que, sucessivamente, nós aprimoramos o modelo vigente. Mas aí tem que haver cuidado, porque, nessas correções, nós podemos fazer a correção para pior. Acabar com a coligação em 2018 causa alguns problemas. Sem financiamento definido, encarece-se o custo das eleições, porque os Deputados terão que ficar montando chapa, e os partidos, dando estrutura para candidatos. Não se vai acabar com o fisiologismo, porque nós continuaremos tendo os pequenos partidos com os profissionais que montam chapas indo para o processo eleitoral. Tem que haver atenção. Não se pode mudar o jogo em cima do laço. Presidente, vamos votar para mudar em 2020 e tentar novamente uma grande reforma neste Parlamento.

---

Documento 491/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LUIZ SÉRGIO-PT -RJ PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Responsabilidade do Supremo Tribunal Federal pela proliferação de partidos políticos.

---

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, numa sessão como esta, em que nós estamos votando a reforma política, faz-se necessário lembrar que, normalmente, nós estamos assistindo comentaristas políticos, articulistas, fazerem a afirmação de que nós temos muitos partidos políticos, que estamos tentando votar aquilo que vai favorecer os que já são Deputados. Então, é necessário lembrar que o Parlamento brasileiro votou a cláusula de barreira e deu um prazo de 10 anos para que os partidos políticos pudessem se enquadrar na nova regra estabelecida. E quando se completaram os 10 anos, o Supremo Tribunal Federal derrubou a lei. Então ele hoje é pai e mãe dos grandes números de partidos que eles próprios, muitas das vezes, vêm em público criticar. Faz-se necessário lembrar essa questão...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** - Sr. Presidente, eu gostaria de dar como lidos dois pronunciamentos.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, para concluir, é bom que se pesquise o voto. Houve Ministro do Supremo Tribunal Federal que, ao votar, fez a afirmação de que a cláusula de barreira era a opressão dos grandes partidos para aniquilar os pequenos partidos, as pequenas opiniões, aqueles que buscavam inicialmente se organizar. Então o grande número de partidos que nós temos na sociedade brasileira e no Parlamento tem o DNA e a autorização do Supremo, que derrubou, anos atrás, a cláusula de barreira que esta Casa votou, Sr. Presidente.

---

Documento 492/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Agradecimento a Deputados pelo apoio ao estabelecimento de regra de transição para a extinção das coligações proporcionais nas eleições proporcionais.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos, neste

momento, fazendo história. Quem apostava no silêncio desta Câmara, neste momento, vê que nós, com problemas, com sofrimentos, com divergências, estamos dando voz a uma opinião para o Brasil. Evidentemente surgiram propostas diferenciadas de sistema político. No meu encaminhamento, eu tentei fazer um agradecimento, mas quero fazê-lo aqui da tribuna, na condição de Líder do PCdoB. Quero fazer um agradecimento a Deputados que tiveram opiniões diferentes, mas que hoje aquiesceram ao acordo, aquiesceram a esta PEC 282, muito bem relatada pela jovem Deputada Shéridan. A Deputada Shéridan mostrou, muito mais do que apenas a flexibilidade, a capacidade da juventude de se colocar proativamente diante das diferenças, diante das divergências. Eu já tenho quase 40 anos de militância - espero que não calculem a idade. Evidentemente, nós sabemos que este é um momento extremamente delicado.

O Deputado Celso Pansera, um cérebro da ciência, da tecnologia, teve essa grandeza.

Boa parte do PT que tinha uma opinião diferente aquiesceu, solidariamente aos seus parceiros, em especial o PCdoB, tenho certeza, que esteve junto dele em alegrias e tristezas.

O Deputado Arthur Lira, um Líder forte, de temperamento similar ao meu, teve neste momento a grandeza de saber aquiescer ao acordo.

Eu quero agradecer a todos e esperar que o Brasil possa ver o sistema proporcional, Deputado Cleber Verde, que junto com o PCdoB e demais partidos defendeu o aprimoramento desse sistema.

Nós não queremos as coisas como estão. Nós queremos melhorar.

Mas essa melhora depende de uma transição para uma adaptação. Um partido comunista na legalidade é indicador de democracia. E sem dúvida alguma, um partido jovem como o PRB, mas que tem força de massa, também é indicador de democracia. Então nós entendemos que essa transição será rápida.

Eu quero me dirigir em especial ao PMDB, que já foi guarda-chuva do PCdoB nos momentos mais difíceis das nossas vidas. Nós teremos apenas uma eleição de transição com coligação e já teremos a barreira progressiva.

**O SR. DANIEL VILELA** - Isso não é transição, Deputada.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Quero agradecer e pedir aos que ainda não votaram ou mesmo aos que votaram de forma diferente: vamos aquiescer ao acordo. Vamos mostrar a face ativa do Parlamento brasileiro. Vamos dizer ao Tribunal Superior que não é preciso decisão togada. A decisão democrática votada - discutida, difícil de ser tomada - foi possível na diversidade, mas na grandeza.

Por isso, o PCdoB agradece, mas, acima de tudo, pede: vamos ainda dar um voto...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

267.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

20/09/2017-  
17:36

Publ.: DCD - 21/09/2017 -

JOSÉ ROCHA-PR -BA

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador acerca da afirmação do Deputado Glauber Braga sobre a compra de pequenos partidos pelas grandes agremiações partidárias. Celebração de acordo de Líderes para votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016. Elogio ao Deputado Fábio Ramalho pela condução dos trabalhos no plenário. Apelo ao Deputado Glauber para retirada do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016.

---

**O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) -**

Sr. Presidente, eu peço vênia ao ilustre Líder Glauber, que se coloca aqui como único integrante de partido programático. Não é só o PSOL que se pode considerar um partido programático - nós temos, nesta Casa, diversos partidos também programáticos.

O Deputado Glauber, com todo o respeito, afirma que, se o partido pequeno se vende, isso acontece porque há o grande para comprá-lo. Eu digo, fazendo apenas uma contraposição ao que foi dito por S.Exa., que, se não houver o pequeno, o partido grande não tem o que comprar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos há mais de 8 meses discutindo uma reforma política, matéria da mais alta importância para o País, para a recuperação desta Casa como uma casa composta por políticos. Nós não podemos, a esta altura, faltando apenas 9 dias para a conclusão do prazo determinado por lei, deixar de apresentar os resultados dessa reforma ao povo brasileiro. Portanto, vários Líderes partidários se reuniram e firmaram um acordo para votar a PEC 282, que foi pautada na tarde hoje pela Presidência da Casa. Quero, a propósito, fazer rasgados elogios a V.Exa., caro Presidente, pela conduta com que tem conduzido esta Casa neste período de interinidade, e dizer que não cabe ao PSOL, liderado pelo ilustre Deputado Glauber Braga, procrastinar a apreciação dessa matéria através de requerimento de retirada de pauta, demonstrando a intenção de obstruir a votação da reforma política, que todos nós desejamos - tenho certeza de que esse é também o desejo do PSOL e de todos os partidos com assento na Casa.

Eu apelo ao ilustre Deputado Glauber Braga, para que nós possamos avançar na discussão e na conclusão da votação da PEC 282, evitando requerimentos que possam procrastinar o processo de votação.

O PR confirma o acordo feito com diversos Líderes partidários. Vamos

votar honrando esse acordo, para que possamos ter as diretrizes das eleições de 2018 e, conseqüentemente, das eleições que se sucederão.

Essa é a posição do PR no dia de hoje, relativamente à votação da PEC 282.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Obrigado, Deputado José Rocha.

---

Documento 494/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	WEVERTON ROCHA-PDT -MA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Agradecimento à bancada do PDT pelo apoio ao acordo para extinção de coligações partidárias nas eleições partidárias a partir de 2020.

---

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só agradecer à bancada do PDT. A maioria dos Deputados já tinha tomado a decisão de votar pelo fim da coligação já para 2018, mas eu participei de reunião hoje, em que foi construído o acordo político, e transferimos o fim da coligação para 2020.

Eu fiz esse apelo à nossa bancada e ao nosso partido. Vamos votar aqui, cumprindo o acordo para o fim da coligação em 2020; a cláusula de desempenho em nove Estados, 1% já agora, para 2018, e 1% nacional; e a janela continuará do jeito que está em março.

Era essa a nossa consideração.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 495/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	MÁRIO HERINGER-PDT -MG ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Crítica à reforma política em curso na Câmara dos Deputados.

---

**O SR. MÁRIO HERINGER** (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há algum tempo, desde 2003, quando nós chegamos nesta Casa...

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** - Sr. Presidente, quero inicialmente parabenizar e felicitar...

**O SR. MÁRIO HERINGER** - Sr. Presidente, quem está com a palavra?

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Deputado Mário Heringer.

Depois, eu vou começar na fila do lado de cá.

**O SR. MÁRIO HERINGER** - Então, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Tem a palavra V.Exa.

**O SR. MÁRIO HERINGER** - Sr. Presidente, desde 2003, quando cheguei a esta Casa, sempre foram atribuídas à política as mazelas do Brasil. Nós fizemos e trabalhamos em várias Comissões para tentar fazer isso. O Supremo, uma vez, com a cláusula de barreira, nos derrubou. Numa segunda vez, a infidelidade partidária virou motivo para se formar partido no Brasil.

Desta vez, nós estamos fazendo uma brincadeira. Não estamos fazendo reforma nenhuma, ninguém fez nada, e, a pretexto de enganar a sociedade, nós estamos transferindo para os Vereadores o teste, ou seja, a cobaia do sistema político.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Deputado Silvio Costa, aguarde, porque há pessoas na sua frente. V.Exa. tem que esperar. Há 7 pessoas na sua frente.

**O SR. SILVIO COSTA** - Tudo bem.

**O SR. MÁRIO HERINGER** - Silvio Costa, por favor. Um pouco de calma, senão não dá. A gente não fica agarrado neste microfone o dia inteiro, e, quando quer fazer uma manifestação, há sempre um mal educado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Sem briga, Deputado Mário Heringer. Pode continuar.

**O SR. MÁRIO HERINGER** - Presidente, eu esgotei minha fala. Muito obrigado.

---

Documento 496/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	CELSO MALDANER-PMDB -SC ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do orador contrário à extinção das coligações partidárias nas

eleições proporcionais a partir de 2018.

---

**O SR. CELSO MALDANER** (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se é bom para os Vereadores o fim da coligação, em 2020, por que não é bom também para os Deputados? Se é bom para os Vereadores também tem que ser bom para os Deputados.

Então, pelo fim da coligação em 2018. Temos que votar e legislar para nós, e não só para os Vereadores.

Vamos votar "não", pelo fim da coligação em 2018.

---

Documento 497/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ARNALDO JORDY-PPS -PA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Congratulações à Casa pelo apoio à proposta de extinção das coligações partidárias nas eleições proporcionais a partir de 2020.

---

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero parabenizar esta Casa pela maturidade e, mais do que isso, pela responsabilidade ao afirmar um princípio, um valor e um conceito que era quase universal, que era comum a uma grande maioria. Apenas a mediação, a transição, como nós estamos fazendo, de uma experiência de mais de 30 anos, e essa ruptura, ao transferir para 2020, dá oportunidade para cada agremiação política ajustar sua estratégia, se preparar, planejar, construir essa alternativa em favor dos interesses do País. Fazer isso em 2018, aí, sim, seria abortar a possibilidade de muitos partidos sequer tentarem construir esse conceito, ainda que lhe fosse favorável.

Parabéns às Lideranças que honraram o acordo feito na semana passada. Hoje nós oferecemos um avanço no sistema de representação...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 498/516

---

267.3.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/09/2017-  
CD 17:36  
Publ.: DCD - 21/09/2017 - DANIEL VILELA-PMDB -GO  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Protesto contra a não extinção das coligações partidárias nas eleições proporcionais a partir de 2018. Elogio à bancada do PSOL pelo apoio à matéria.

---

**O SR. DANIEL VILELA** (PMDB-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes da votação, alguns se utilizaram desta tribuna para dizer que nesta noite nós estaríamos fazendo história. Assiste-lhes razão, mas essa é uma página da história política desta Casa e da política brasileira deplorável.

Foi construído aqui um acordo asqueroso, contrário ao desejo da maioria da sociedade brasileira. Hoje aqueles que tiveram a coragem de defender o fim das coligações de 2020 disseram que a convicção de cada um deles é uma convicção, além de conveniente, temporal, só serve quando eles não estão disputando a eleição. Ou seja: *"Eu sou contra a coligação proporcional desde que eu não esteja disputando"*, *"Eu sou a favor do fim das coligações para os Vereadores em 2020"*.

Aqui, fiz o registro de muitos Parlamentares que sempre se arvoram como representantes da maioria da população brasileira. Nos próximos projetos, eu vou cobrar desses mesmos Deputados que tenham essa mesma conveniência nos próximos projetos. É uma convicção temporal. Isso aqui não é democracia, não. Isso aqui é uma conveniência absurda, que será certamente condenada pela sociedade brasileira.

Espero que o Senado, quando essa matéria para lá voltar, possa recompor o desejo da sociedade e instituir o fim das coligações para 2018.

Não adianta dizer que nós estamos tomando uma decisão para o Supremo, o Judiciário não tomarem uma decisão, porque nós estamos tomando uma decisão pior do que a que poderia ser tomada pelo Judiciário brasileiro, o qual eu também espero que de alguma forma possa recompor esse absurdo que foi feito aqui hoje.

Eu quero fazer um registro de reconhecimento do PSOL, que, com seis Parlamentares - Edmilson Rodrigues, Glauber Braga, Ivan Valente, Chico Alencar, Luiza Erundina e Jean Wyllys - manifestou no painel ser favorável ao fim da coligação em 2018. Eles, sim, tiveram coragem. Eles, sim, não tiveram uma convicção de conveniência. É preciso fazer esse registro.

Quanto à minha bancada do PMDB, eu ainda não tive a oportunidade de ver o resultado de todos os votos, mas sei que uma quantidade



significativa votou pelo fim das coligações em 2018. E fico imaginando alguns partidos grandes sujeitando-se a serem controlados por partidos pequenos. Nada contra os partidos pequenos, até porque existem partidos pequenos que fazem parte da história política, que se constituíram na luta democrática, que são representantes legítimos, mas nem todos.

Vejo muitos Deputados de partidos grandes dizendo que votaram "sim" num acordo construído com partidos pequenos.

Infelizmente, mais uma vez, esta Casa faz um acordo que vai em direção contrária ao que é desejado pelo povo brasileiro; mais uma vez, esta Casa vai na contramão da opinião pública.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é um dia deplorável para a classe política, especialmente para a Câmara. Essa é uma decisão equivocada. Nós não temos mais condições de viver num sistema político com esse número de partidos. Isso está se tornando ingovernável. Muitos que votaram nesse sentido vão sentir esse efeito - já o sentem, e continuarão sentindo nos Estados que governam, nos Municípios que governam.

Eu queria fazer esse registro de lamento. Acho que podemos citar a tese do nosso colega Tiririca, em algumas oportunidades políticas, de que nem tudo que está ruim pode piorar. Com certeza, hoje nós pioramos de forma exponencial o nosso sistema político brasileiro.

Espero que ainda tenhamos tempo de fazer essa correção. Espero que o Senado possa desempenhar o seu papel de Casa revisora, de Casa moderadora, e reconstituir aquilo que foi aprovado na Comissão, que é o fim das coligações para 2018.

Agradeço ao Presidente Fábio Ramalho, que deu oportunidade a todos os Deputados de se manifestarem, que cumpriu com a sua palavra encerrando a votação no momento acordado, mas saiu daqui lamentando a perda dessa grande oportunidade que o Brasil teve de transformar o nosso futuro político, de transformar esse momento de crise política que vive o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 499/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	WEVERTON ROCHA-PDT -MA ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio a discurso favorável ao fechamento do Congresso Nacional e à intervenção militar no País. Defesa de criação de cláusula de desempenho dos partidos políticos.

---

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, quero lamentar o que nós ouvimos agora há pouco aqui no plenário.

Acredito que todos nós, durante esta Legislatura, tivemos embates, confrontos fortes em momentos difíceis da história do Brasil. Mas, nem de longe, eu iria suscitar ou imaginar que a melhor solução seria pedir o fechamento desta Casa e a intervenção militar.

É óbvio que nós rechaçamos qualquer tipo de tentativa ou iniciativa que possa suscitar, excitar e mobilizar qualquer movimento fascista que venha intervir no verdadeiro e legítimo processo democrático, que pressupõe o voto e a democracia.

Aqui não nós concordamos, mas temos direito de mudar. Você que está em casa, que diz, às vezes, ou na maioria das vezes, que esta Casa não representa o anseio da sociedade, tem o direito de, com o título de eleitor, no ano que vem mudar isso, de vir para cá fazer diferente e fazer melhor.

Esse é o verdadeiro processo democrático, essa é a essência da democracia, e não simplesmente desistir dela e dizer que o Parlamento não serve para nada para se trazer para cá os militares novamente.

Cada um na sua história teve o seu papel. Nós sabemos o que é isso apenas para contar como história. Para o futuro, a nossa geração, a nossa juventude vai lutar de forma intransigente para que a nossa democracia continue altiva, forte e plena. É assim que deve ser sempre daqui para a frente.

Sr. Presidente, não saiu a reforma política que todos queriam, mas pelo menos ela começa a acontecer. A cláusula de desempenho - repito o que foi dito agora há pouco - começa a funcionar, já que, com a exigência de obtenção de 1% dos votos válidos em nove Estados e de 1,5% em âmbito nacional, se começa a criar uma política de afunilamento para partidos políticos começarem a existir no Brasil, não apenas como uma pessoa, mas como organizações partidárias que se estabelecerão em todo o território do nosso País, para que possamos fazer política e, aí, sim, fortalecer os partidos.

Não acreditamos em caminhos para o fortalecimento de partidos cujas regras engessem a vida partidária. Aliás, em nenhum lugar do mundo os partidos são regidos por justiça ou por qualquer organismo externo. Os partidos fazem a sua gestão, se entendem e conseguem construir os seus pleitos eleitorais. Nós temos mediadores.

Então, imaginem só entregar a autonomia e a vida dos partidos para outro Poder. Isso não existe. Os partidos têm vida própria. Eles precisam, mais do que nunca, ser politizados.

E sabe por que pode existir partido? Porque você que está em casa vota. Se você não votar no candidato ou no programa do partido, ele não atinge a sua cláusula de desempenho, que consiste em ter uma porcentagem "x", a ser estabelecida a partir de agora, em no mínimo nove Estados. E, se não a atingir, esse partido não tem direito a tempo de televisão, nem ao Fundo Partidário. Ou seja, com isso, acaba a

fábrica desenfreada de partidos.

Para V.Exas. terem uma ideia, o Brasil hoje tem trinta e poucos partidos políticos, e aqui na Casa há quase trinta instituídos. Já existem quase quarenta outros prontos para serem homologados no Tribunal Superior Eleitoral. Se não passar a cláusula de barreira, daqui a 3 anos nós estaremos falando de um Brasil com quase setenta partidos políticos. Isso é um absurdo, algo que ninguém aguenta. Imaginem só todos eles aqui no plenário para discutir uma reforma, uma PEC ou qualquer tema complexo de interesse da sociedade. Não haverá como avançar, como produzir!

Então, a verdadeira produção legislativa, o verdadeiro debate desta Casa vai acontecer, sim, quando nós conseguirmos enxugar, de uma vez por todas, essa grande quantidade espalhada de partidos e trazer para cá um debate mais qualificado, com bancadas, com partidos que tenham programas e rumos definidos.

---

Documento 500/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JOÃO MARCELO SOUZA-PMDB -MA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Denúncia de compra de votos para aprovação de matérias.

---

**O SR. JOÃO MARCELO SOUZA** (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é reforma política, mas há Presidente de partido comprando aqui Deputado. Nós ficamos com esse sistema nefasto, que é de coligação, e vemos muita coisa acontecendo neste plenário. Aquele pessoal que criticava o distritão está agora comprando voto do PMDB, do C, do B.

---

Documento 501/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ROBERTO DE LUCENA-PV -SP ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de extinção das coligações partidárias nas eleições proporcionais a partir de 2020.

---

**O SR. ROBERTO DE LUCENA** (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já está exibida no painel a orientação do PV, que é "sim". Nós compreendemos que a reforma política que estamos aqui fazendo está distante da expectativa da sociedade. No entanto, este tema do fim das coligações é uma das aspirações da sociedade. Ele contribui para corrigir as distorções do sistema. E por que em 2020, e não em 2018? Nós precisamos de um tempo de adaptação para permitir que os partidos trabalhem a base, façam formação política, para, aí, sim, terem condições de discutir com a população e de apresentar à sociedade as suas teses, as suas propostas, de apresentar à sociedade uma chapa montada. Por isso, defendemos o fim das coligações para 2020.

---

Documento 502/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	BETINHO GOMES-PSDB -PE ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Apelo aos partidos políticos em favor da manutenção de acordo para a votação da proposta de reforma política.

---

**O SR. BETINHO GOMES** (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa proposta de emenda à Constituição foi extremamente negociada no Senado, com os Presidentes dos partidos políticos, e os termos sempre ficaram claros. As coligações vão ter fim em 2020, assim como a cláusula de desempenho. Tentamos votar outra PEC. Não se conseguiu a maioria para a aprovação da PEC 77. Aqui estamos diante, talvez, de uma das poucas possibilidades de se fazer uma reforma política que abra caminho para uma mudança no nosso sistema político. Nós precisamos ter a maturidade de olhar que o que passou não foi possível ser aprovado. Agora, há a chance de olharmos para a frente e dizer ao País que nós estamos dando um primeiro passo rumo à mudança do nosso sistema eleitoral. Portanto, eu quero fazer um apelo aos partidos políticos que firmaram acordo durante o dia de hoje, no sentido de que possam continuar com essa posição...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Com a palavra agora o Deputado Beto Mansur. *(Pausa.)*

**O SR. BETINHO GOMES** - Concluo, Presidente. Peço que nós possamos concluir esta votação com a aprovação da matéria, acabando definitivamente com a indústria de fábrica de partidos políticos e economizando recursos públicos. Será garantido, assim, o passe essencial para que possamos ter um sistema político mais saudável.

Documento 503/516

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	BETO MANSUR-PRB -SP ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### ***Sumário***

Acerto da decisão do Senado Federal de extinção da cláusula de barreira em 2018 e das coligações partidárias nas eleições proporcionais em 2020.

**O SR. BETO MANSUR** (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, Plenário, eu acho que é importante ressaltar que o Senado foi sábio no momento em que decidiu o fim da cláusula de barreira para 2018 e o término das coligações para 2020. Isso é óbvio. Em 2018, nós deveremos ter - possivelmente com 1% ou 1,5% do que foi decidido aqui pela Câmara dos Deputados, na Comissão em que a Deputada Shéridan foi a Relatora, depois de 30 e poucos partidos - 14 ou 15 partidos.  
Aí, sim, entre 2018 e 2020, quando terminar a coligação, os Deputados, os Vereadores, enfim, a classe política poderá migrar para esses partidos. Então, é muito importante que tenhamos consciência de votar a proposta que foi apresentada...  
*(Desligamento automático do microfone.)*

Documento 504/516

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JEFFERSON CAMPOS-PSD -SP ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

## *Sumário*

Congratulações ao Presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira, pela instituição de comissão de Senadores destinada ao estudo de novo fundo para financiamento público de campanhas eleitorais.

---

**O SR. JEFFERSON CAMPOS** (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aqui elogiar a sua atitude para fazer com que estejamos votando hoje uma matéria de suma importância. Apesar do esforço de V.Exa., todos os Parlamentares aqui sabiam muito bem que nós deveríamos criar esse fundo para as campanhas, mas que não poderia haver recurso da área da saúde, não poderia haver recurso da educação. Então, eu quero louvar a atitude do Senador Eunício Oliveira, que ontem determinou a instituição de uma comissão de Senadores para estudar o assunto. Provavelmente, na semana que vem, nós vamos analisar essa questão.

Todos nós sabíamos que o fundo poderia ser retirado de emendas parlamentares da bancada, do tempo de televisão, em que hoje há essa compensação. Poderia ser retirado de outras rubricas que nós temos, mas não conseguimos chegar, infelizmente, a esse momento. Então, eu quero louvar a atitude do Senador Eunício Oliveira, que conseguiu, em uma canetada só, instituir essa comissão. E provavelmente vamos votar...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 505/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	VICTOR MENDES-PSD -MA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

## *Sumário*

Congratulações ao Presidente da Casa em exercício, Fábio Ramalho, pela condução dos trabalhos. Protesto contra a extinção das coligações proporcionais nas eleições proporcionais a partir de 2020.

---

**O SR. VICTOR MENDES** (PSD-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Fábio, quero parabenizar V.Exa. pela condução, que está sendo muito boa.

Mas eu gostaria de convidar a população brasileira a uma reflexão. Qual é a reforma eleitoral que está sendo feita aqui hoje? Qual? Coligação continua valendo, é o que vale hoje em dia. Fim de coligação: a partir de 2020 para Vereadores; para Deputados, 2022.

Até lá pode haver outra interpretação. Não está tendo reforma eleitoral, Sr. Presidente. Cláusula de barreira só vai ter efeito em 2030, Sr. Presidente!

Vamos deixar de iludir a população brasileira com mais um remendo para fugir do STF. Não existe reforma eleitoral sendo feita. Vamos parar de ser hipócritas. Isso não existe! A partir de 2020, fim de coligação; em 2022 valeria para Deputado Federal. Por favor!

---

Documento 506/516

---

267.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/09/2017- 17:36
Publ.: DCD - 21/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	CLEBER VERDE-PRB -MA COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Agradecimento aos Parlamentares pela aprovação da proposta de extinção das coligações partidárias nas eleições proporcionais a partir de 2020.

---

**O SR. CLEBER VERDE** (PRB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Fábio Ramalho, primeiro eu quero cumprimentar V.Exa. pela forma como vem conduzindo esta sessão e a importante votação da reforma política.

Quero cumprimentar, de forma especial, os partidos que honraram o compromisso que fizemos na reunião, quando acertamos que, uma vez derrotado o distritão, nós partiríamos para votar a PEC 382, começando pelo destaque do PPS. Votamos agora, e ele foi aprovado. Portanto, quero cumprimentar e parabenizar os Líderes que encaminharam "sim" a essa votação, que coloca o fim da coligação apenas para 2020. Isso é importantíssimo! O PRB, enquanto partido, entende que essa transição é importante.

Quero destacar aqui o papel dos Parlamentares do PRB, que estiveram firmes conosco nessa posição de votar contra o distritão, de votar contra o fundo que foi estabelecido na PEC anterior, a PEC 77, acima de tudo, pela firmeza de propósito.

Certamente, o resultado da votação anterior foi uma vitória da democracia, porque houve diálogo, entendimento e a construção, para que nós pudéssemos votar e manter as coligações para a eleição de 2018. Isso é fundamental para a construção e a consolidação das nossas eleições, até porque nós teremos, sim, enquanto presidentes de partido - e eu sou Presidente do PRB do Maranhão -, após a eleição de 2018, a oportunidade de consolidar o partido com o grupo, com Deputados e com lideranças que possam estar preparadas para as novas eleições que vão surgir após 2018, ou seja, em 2020, que é a

estimativa que nós fizemos aqui para que puséssemos fim à coligação. Em 2020, sim, os nossos partidos, dialogando com a sociedade, dialogando com as lideranças políticas, vão construir o seu quadro partidário, técnico, de lideranças políticas que vão estar aptas a disputar as eleições e, com certeza, com condições de levar às Câmaras Municipais representantes legítimos dos partidos.

Portanto, aqui nós tivemos uma vitória certamente daquilo que é o entendimento de lideranças e, acima de tudo, de compromissos que foram assumidos em decisões anteriores.

Eu quero cumprimentar os Líderes que encaminharam o "sim" na votação anterior, especialmente os nossos Deputados do PRB, que na noite de ontem, votando nesta Casa, garantiram 100% dos votos presentes em plenário.

Portanto, o PRB é um partido daqueles que entrega o que promete, e eu cumprimento os Deputados da minha bancada e que me dão a honra de estar aqui na condição de Líder, acompanhando, defendendo as nossas posições.

Certamente, a reforma que estamos hoje aprovando nesta Casa não é a reforma ideal. Não é a reforma, Deputado Roberto, que a sociedade espera de todos nós. Não é, por exemplo, a discussão que temos que fazer com a sociedade sobre a questão do voto obrigatório.

Nós encontramos muita gente pelas ruas, nas discussões políticas do dia a dia, dizendo que seria necessário discutir o voto facultativo, e a sociedade quer ver essa discussão. Portanto, nós vamos ter a oportunidade mais à frente de fazer esse debate, numa outra reforma. Aqueles que aqui estiverem em 2019 vão discutir outra reforma política. Ou vão discutir, por exemplo, a perspectiva - e ainda há destaques aqui - de diminuir os gastos de campanha.

Enfim, nós temos vários temas ainda a serem debatidos, certamente dialogando com a sociedade, que tem suas opiniões, que tem suas sugestões, que tem contribuições a dar.

Portanto, não é em uma discussão como esta, na noite de hoje, que vamos aprovar aqui o que certamente vai de encontro ao que espera o povo brasileiro. Mas com certeza é um avanço.

Nós estamos aqui, e aprovarmos agora há pouco a perspectiva de uma transição, ou seja, manter as coligações para 2018.

Como disse a Deputada Alice Portugal: "*Que não haja o ativismo judicial*". Que o TSE não venha querer legislar diante desta matéria, uma vez que esta Casa deu, de forma bastante contundente, uma votação expressiva, com um resultado que leva certamente à sociedade o desejo do Parlamento, ou seja, garantir as coligações para 2018, sinalizando uma transição para 2020.

Portanto, nós entendemos que, uma vez aprovado o que estamos aprovando aqui, certamente o Judiciário não vai se manifestar através de qualquer manifestação jurídica que vá comprometer o que aprovarmos aqui. Parabéns! Em especial, cumprimento a minha bancada do PRB e os Líderes, que honraram com seu compromisso, votando "sim" na votação anterior.

Muito obrigado.



---

Documento 507/516

---

269.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/09/2017- 12:30
Publ.: DCD - 22/09/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ROGÉRIO SILVA-PP -MT COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Excelência da atuação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI no Estado de Mato Grosso. Visita do Presidente do órgão, Franklimberg de Freitas, ao Estado. Posicionamento do orador sobre a votação pela Casa de tópicos da proposta de reforma política.

---

**O SR. ROGÉRIO SILVA** (PMDB-MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, venho a esta tribuna para enaltecer o trabalho desenvolvido pela FUNAI em prol de mais de 1 milhão de indígenas do nosso País e a eficiência com que vem tratando os principais projetos da geração de renda indígena.

Na semana passada, o Presidente da FUNAI, Franklimberg de Freitas, viajou para o Estado de Mato Grosso para inaugurar quatro Coordenações Técnicas Locais - CTLs. É incrível, como em meio à crise financeira que estamos vivendo, a FUNAI consegue inaugurar quatro prédios próprios que vão atender a mais de 3 mil indígenas no Estado!

Não bastasse isso, tenho acompanhado as principais demandas dos indígenas da região, que se resumem principalmente a projetos agrícolas.

Em Mato Grosso, como em todo o Brasil, todo mundo está cansado de saber, que a etnia pareci tem feito incrível trabalho de produção de grãos de soja e milho. Lá existe um TAC em parceria com empresas não indígenas que permite que eles plantem em terras para a autossustentação e ainda produzam para geração de renda.

O Presidente da FUNAI fez questão de conhecer as lavouras dos parecis e ficou encantado com o trabalho dos indígenas, até porque a FUNAI, assim como todos os órgãos federais, tem passado por um contingenciamento de suas despesas e precisa encontrar uma forma de garantir a subsistência desses povos, que têm o direito de se desenvolver como quaisquer outros.

Nesse sentido, Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, é sabido que a FUNAI tem recebido inúmeras demandas de comunidades indígenas interessadas em produzir em suas terras.

Por essa razão, a FUNAI está finalizando um modelo de acordo, mais

precisamente na terra indígena Nonoai, no Rio Grande do Sul, atendendo às demandas de comunidades de várias partes do País que possuem, é claro, vocação para essa atividade.

É importante salientar que o art. 7º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT confere aos indígenas brasileiros o direito de escolher seu modelo de desenvolvimento econômico.

Por esse motivo, na próxima semana, estarão em Brasília o coordenador regional da FUNAI de Passo Fundo e o presidente de uma cooperativa que atua na legalização dessa atividade, que já vem sendo praticada por comunidades indígenas com vocação fisiográfica, como no Rio Grande do Sul.

Dessa forma, Sr. Presidente, parabeno a FUNAI pelo ótimo trabalho de interlocução que tem tido junto ao Congresso Nacional e pelo esforço sobre-humano, mostrando, acima de tudo, uma gestão capaz e eficiente.

Sr. Presidente, aproveito também a oportunidade para dizer que na noite de ontem votamos aqui, em primeiro turno, o texto da reforma política. A sociedade brasileira tem expectativa muito grande com relação a alguns pontos que serão mudados.

Deixo aqui registrado o meu posicionamento relativo a alguns avanços, como principalmente a não aprovação do chamado distritão.

O distritão, Sr. Presidente, não daria a oportunidade de renovação do Parlamento. Vários estudos têm comprovado que nesses moldes, com o distritão, apenas 8% desta Casa seriam renovados. O País vem vivendo um momento de crise econômica, em que pese os índices e os sinais de melhora, além de uma crise política. E a renovação é algo natural para que possamos avançar.

Foram apreciados outros pontos - eu também os quero destacar - que são: o fim das coligações e a cláusula de desempenho, que irá reduzir o número de partidos políticos.

O que nós precisamos fazer para melhorar o sistema eleitoral? Ainda acredito no sistema proporcional. O que precisamos fazer para que determinado candidato tenha uma votação expressiva e leve outro que teve poucos votos? É preciso colocarmos o desempenho individual de cada Parlamentar. Por exemplo: um candidato foi eleito e levou mais outros dois. Esses dois, para serem considerados Deputados eleitos, têm que atingir um mínimo do quociente eleitoral. Isso já foi aplicado nas eleições de 2016, e o mínimo foi de 10%.

Cito o exemplo do meu Estado de Mato Grosso, onde o quociente eleitoral foi 200 mil votos. O Parlamentar eleito pela legenda teria que atingir no mínimo 10% dos votos, ou seja, hoje seriam 20 mil votos. Dez por cento ainda é pouco. Nós precisamos majorar esse percentual para 20%. De repente, 20% seriam 40 mil votos, e 40 mil votos não estariam fora do cenário da representatividade do processo democrático.

Sr. Presidente, por ora é só. Agradeço a V.Exa. a oportunidade e agradeço ao PMDB o espaço da Liderança para falar um pouco sobre o meu Estado.

Peço a V.Exa. que o meu discurso seja divulgado pelo programa A Voz

do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Newton Cardoso Jr) - Obrigado, Deputado Rogério Silva. O discurso de V.Exa. será divulgado nos meios de comunicação da Casa.

---

Documento 508/516

---

271.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	21/09/2017-15:36
Publ.: DCD - 22/09/2017 -	CARMEN ZANOTTO-PPS -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

---

### ***Sumário***

Saudação aos estudantes presentes na Casa. Transcurso do 27º aniversário de promulgação da Lei nº 8.080, de 1990, a chamada Lei Orgânica da Saúde. Relato da atuação parlamentar da oradora na área da saúde. Sugestão de medidas para o aperfeiçoamento da saúde pública brasileira. Necessidade de revisão da tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS. Relevância da aprovação da Lei nº 13.146, de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão. Transcurso do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Promoção, pelo Tribunal de Contas da União, do seminário internacional Acessibilidade e Inclusão: Expressão da Cidadania. Outorga pela Casa do Prêmio Brasil Mais Inclusão. Preocupação com a violência contra a mulher. Crise da segurança pública. Realização da reforma política.

---

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** (PPS-SC. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, nobre Deputado João Daniel, que preside esta sessão na tarde desta quinta-feira.

Quero saudar todos os colegas Deputados e Deputadas e os estudantes que estão ocupando as galerias da nossa Casa.

Sr. Presidente, nesta semana, no dia 19 de setembro, a nossa Lei Orgânica da Saúde, a Lei nº 8.080, de 1990, completou 27 anos. Essa Lei é fruto da nossa Constituição Federal, que no ano que vem, no dia 5 de outubro, vai completar os seus 30 anos.

Na nossa Constituição Federal, no art. 196, nós temos:

*Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

Sr. Presidente, assim diz a nossa Constituição Federal.

Nós precisamos reconhecer, sim, os avanços que tivemos no Sistema

Único de Saúde durante a história. Temos problemas a enfrentar? Temos muitos, mas precisamos reconhecer que esse sistema chegou a todos os Municípios brasileiros. É lá que os Secretários e Secretárias Municipais de Saúde estão no dia a dia, fazendo a gestão da saúde com os Secretários Estaduais e com o Ministério da Saúde. Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, houve avanços no nosso Sistema Único de Saúde.

Eu tive a oportunidade de, junto com a Deputada Flávia Moraes, ser autora da Lei nº 12.732, de 2012, a Lei dos 60 Dias, que assegura a todos os pacientes com diagnóstico de câncer o acesso ao tratamento em até 60 dias, seja para cirurgia, seja para quimioterapia e radioterapia. Isso tem feito com que o Ministério da Saúde, por meio do Ministro Ricardo Barros e de toda a sua equipe, busque expandir todos os serviços de combate ao câncer no País.

Nós temos vazios assistenciais. Há regiões brasileiras em que a Lei dos 60 Dias não está sendo cumprida. Por que não a cumprem? Porque nós não temos aparelhos de radioterapia em todas as regiões. Estamos avançando, mas precisamos avançar muito mais, porque queremos que efetivamente esta não seja apenas uma lei do papel, mas, sim, uma lei que assegure a todos os que precisam de tratamento - homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos - o acesso mais rápido.

Nós sabemos que o tratamento e a recuperação do câncer estão diretamente ligados ao diagnóstico precoce. Por isso, apresentamos um projeto de lei que garante a implementação da Lei nº 12.732. Esse projeto, que já foi aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família, visa garantir que os exames sejam realizados em até 30 dias quando houver suspeita de câncer.

Nós sabemos a dificuldade que a população enfrenta para realizar uma ressonância magnética, uma tomografia ou uma biópsia. Na condição de Presidente da Frente Parlamentar de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer, nós temos, sim, a grande responsabilidade de acompanhar essa importante política pública.

Na I Conferência Nacional de Prefeitas e Governadoras e VII Conferência Nacional das Primeiras-Damas, em São Paulo, organizadas pela Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama - FEMAMA, nós recebemos mais uma demanda: o registro compulsório dos pacientes com câncer. Também já apresentamos, nesta Casa, um projeto de lei nesse sentido. Os dados ainda são incipientes. O Sistema de Informações do Câncer - SISCAN está sendo pouco alimentado, está subnotificado. Em média, apenas 10% dos casos são registrados. Por isso, precisamos implementar esta lei, a fim de que todos os casos sejam informados ao sistema. Com os dados, vamos garantir, cada vez mais, acesso ao tratamento.

Daqui a alguns dias, terá início o Outubro Rosa. Precisamos lembrar o quanto é importante a prevenção, não só do câncer de mama, mas de todos os demais cânceres. A prevenção começa com cuidados básicos. Nós precisamos implementar esses cuidados, como evitar o

tabagismo e evitar o álcool, que é uma das causas do câncer de cabeça e de pescoço.

Precisamos garantir que efetivamente todas as mulheres tenham acesso à mamografia. Por isso, nesta Casa, neste plenário, foi aprovado um Projeto de Decreto Legislativo - PDC, de minha autoria, que estabelece que todas as mulheres a partir dos 40 anos, conforme a legislação, tenham acesso à mamografia de rastreamento. Esse PDC ainda está no Senado Federal.

Os Municípios estão com dificuldade de garantir a mamografia às mulheres dessa faixa etária. Não estou dizendo que as mamografias estão proibidas. Todas as mulheres que tiverem prescrição médica terão acesso à mamografia.

Com a redução de recursos e a saída do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC, um recurso extra que os Municípios recebiam devido à realização de mamografias, o acesso das mulheres a esse procedimento ficou mais difícil. Todos nós sabemos a dificuldade do subfinanciamento da saúde.

Os Municípios já estão destinando, em média, 24% dos seus recursos para ações e serviços de saúde. Os Estados estão destinando, em média, 14%. Nós estamos no limite orçamentário.

Esta Casa, com certeza, vai dar uma resposta e dizer que a saúde é uma prioridade. Nós da Comissão de Seguridade Social vamos trabalhar muito para garantir que, no ano que vem, o Ministro Ricardo Barros tenha os recursos necessários e suficientes para continuar habilitando todos os serviços de combate ao câncer País a fora, como tem feito nos últimos meses. No ano passado, ele habilitou um conjunto grande de serviços que estavam estocados no Ministério da Saúde. Renovamos a nossa esperança de que, neste ano, ele continuará habilitando não só os serviços de combate ao câncer, mas também os novos serviços de terapia renal substitutiva, os serviços de cirurgia, enfim, todo o conjunto de procedimentos que amenizem a fila de espera dos pacientes País a fora.

Senhoras e senhores, precisamos garantir também - essa é uma luta dos pacientes com câncer de cabeça e de pescoço - a laringe eletrônica para aquele conjunto da população que teve que fazer um procedimento cirúrgico e precisa desse aparelho para uma melhor comunicação.

Temos ainda um grande desafio no Sistema Único de Saúde: a revisão da tabela do SUS. Precisamos rever a remuneração do conjunto de procedimentos para cada unidade prestadora de serviço, seja universidade, hospital público federal, hospital estadual; seja rede filantrópica prestadora de serviços ao SUS. Se não revisarmos a tabela - alguns procedimentos estão há mais de 10 anos sem reajuste -, não vamos conseguir garantir o acesso efetivo da nossa população.

Precisamos pagar os tetos estourados, porque um conjunto de unidades hospitalares produz mais do que recebe mensalmente.

Precisamos adequar esses tetos e garantir que os pacientes renais crônicos tenham acesso garantido aos serviços de terapia renal substitutiva, seja hemodiálise, seja diálise peritoneal. Isso foi discutido

na Comissão de Seguridade Social e Família nesta semana.

É o sistema público de saúde brasileiro que garante a cobertura para mais de 90% dos pacientes que precisam desses procedimentos três vezes por semana, numa unidade de terapia de hemodiálise ou nos seus procedimentos domiciliares de troca das bolsas para diálise peritoneal.

Precisamos garantir um menor tempo para o acesso a órteses e próteses, em especial aos aparelhos auditivos. Não dá para imaginarmos que as nossas crianças com dificuldade auditiva não tenham, num curto espaço de tempo, a garantia de acesso às suas próteses auditivas. Também precisamos garantir aos adultos e aos idosos os mesmos procedimentos.

Tivemos a felicidade de ver sancionada a Lei nº 13.479, de 2017, a chamada Lei Pro-Santas Casas, que permite a esse conjunto de hospitais filantrópicos prestadores de serviços buscar recursos financeiros nos bancos oficiais com juros decentes. Por que eu digo que os juros são decentes? Porque um dos financiamentos tem 2 anos de carência e juro de 0,5%.

Não deveríamos ter que recorrer a bancos para garantir a efetivação dos serviços do SUS, mas, em função da defasagem da tabela e de as despesas de uma unidade hospitalar prestadora de serviço do SUS serem muito diferentes do que se arrecada, os nossos hospitais precisam recorrer ao sistema financeiro.

Esta lei, que teve a participação coletiva da nossa Comissão Especial e também do grupo de Deputados e Deputadas desta Casa preocupados com a sobrevivência da rede hospitalar, fez com que nós nos uníssemos e este Plenário aprovasse, por unanimidade, o projeto de lei que agora é a nossa Lei Pro-Santas Casas, que vai atender, além dos hospitais filantrópicos e das Santas Casas, o nosso conjunto de APAEs e demais entidades filantrópicas prestadoras de serviços do SUS.

Com esses recursos, eu tenho certeza de que essas unidades hospitalares poderão garantir mais acesso aos nossos pacientes que hoje, lamentavelmente, ainda estão em condições desumanas nas filas das emergências País afora.

As emergências encontram-se superlotadas, com difícil acesso ou sem nenhum acesso, como, lamentavelmente, estamos vendo acontecer no Estado do Rio de Janeiro. Não dá para aceitar que o Rio de Janeiro, que já foi Capital deste País e que tem um conjunto de médicos e de equipamentos, não consiga garantir aos seus pacientes nem o cumprimento da Lei dos 60 Dias.

Segundo dados apresentados à Comissão de Seguridade Social e Família, os pacientes não conseguem ter acesso ao atendimento. Nós temos que discutir o que está acontecendo com a gestão das nossas unidades hospitalares. Defendo, sim, que precisamos de mais recursos para a saúde e que há um subfinanciamento, mas precisamos aperfeiçoar os mecanismos de gestão, a fim de que cada uma das unidades prestadoras de serviço, independentemente de ser do serviço público ou do serviço filantrópico, consiga dar acesso à nossa população.

Não dá para aceitar que um hospital faça, por semana, somente um, dois ou três procedimentos de determinada especialidade. A cada dia, há um motivo: ou quebrou o equipamento, ou faltou o material esterilizado, ou faltou o material de enfermagem e cirurgia, ou faltou um fio de sutura, ou faltou o anestésico. Quem sofre com isso é a população.

A falta desses insumos também decorre da falta de gestão adequada. Nós precisamos cuidar disso, porque o atraso de 1 hora ou de 1 dia em determinado procedimento pode condenar um paciente a enfrentar dificuldades na sua recuperação ou até mesmo condená-lo a óbito por não ter conseguido acessar um procedimento.

Reafirmo aqui o meu compromisso, como profissional desta área, com o Sistema Único de Saúde. Reafirmo também a minha confiança na gestão federal da saúde através do Ministério da Saúde, do Ministro Ricardo Barros, de todos os seus secretários, de toda a sua equipe técnica, assim como de todos os Secretários Estaduais e Secretários Municipais. Para nós que defendemos o SUS, a saúde não tem cor partidária, a saúde é um sistema para o qual é preciso implementar e buscar cada vez mais a garantia de acesso.

Portanto, no ano que vem, quando estivermos completando os 30 anos da nossa Constituição Federal, precisamos continuar avançando nesse sistema público de saúde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta Casa temos três Comissões absolutamente novas: a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a Comissão do Idoso e a Comissão da Mulher.

Eu quero destacar, em especial, a nossa Lei nº 13.146, de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão. Hoje discursou para nós uma das mulheres que, assim como a Deputada Mara Gabrilli, lutam nesta Casa. Nesta tribuna, um pouco antes de mim, a nobre Deputada Rosinha da Adefal falou com propriedade sobre a data de hoje, 21 de setembro, Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 11.133, de 2005.

Por que nós precisamos de um dia nacional de luta? Para mostrar para todas as pessoas o quão importante é a acessibilidade. Até há 2 anos, as nossas colegas Deputadas Rosinha da Adefal e Mara Gabrilli não conseguiam acessar esta tribuna, porque este plenário não estava adaptado para receber pessoas com deficiência.

Assim como esta Casa não estava preparada para garantir acessibilidade, as nossas calçadas e os nossos passeios públicos não estão preparados para receber os nossos cadeirantes. Os nossos prédios públicos também não estão preparados. E o pior: as nossas casas não estão preparadas. Nós que não temos uma deficiência neste momento achamos que não poderemos ter uma deficiência temporária ou uma deficiência definitiva.

As nossas portas não permitem passagem de cadeira de rodas. Não temos acesso adequado aos ambientes. Precisamos mudar o nosso comportamento, compreendendo que temos de garantir que todas as pessoas com deficiência - homens e mulheres, crianças, jovens,

adultos e idosos - efetivamente possam circular nas nossas cidades e estar incluídas no mercado de trabalho.

Nós estamos discutindo esse tema. Inclusive, foi aprovado em algumas Comissões e vai continuar tramitando na Casa um projeto de nossa autoria que inclui especificidades inerentes ao autismo no censo demográfico, para sabermos também quantas pessoas com autismo temos no País.

Os nossos dados sobre a pessoa com deficiência - vou dizer isso e não tenho medo de errar - são estimados. Não temos clareza de qual é a população que precisa de políticas públicas e para quais áreas de deficiência essas políticas devem ser destinadas.

Eu não posso me considerar deficiente visual porque uso óculos para enxergar a distância, mas tenho que cuidar dos deficientes visuais, sim, para garantir que eles possam transitar, circular, ter acesso, ir e vir com qualidade em todos os ambientes do nosso País, dos mais remotos Municípios às regiões metropolitanas, às capitais. Basta prestar atenção para percebermos que nós não temos nada ou quase nada - para não ser injusta - que garanta a acessibilidade.

O nosso Tribunal de Contas da União está organizando, ontem e hoje, o Seminário Internacional *Acessibilidade e Inclusão: Expressão da Cidadania*. Parabéns ao Tribunal pela sensibilidade dessa iniciativa, que contou com o apoio e a participação da nossa Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência!

Ontem, neste plenário, vivemos um dos poucos momentos de alegria nesta Casa, com a entrega do Prêmio Brasil Mais Inclusão, ao qual são indicados homens, mulheres, instituições e empresas que tenham olhar diferenciado para a inclusão da pessoa com deficiência.

Senhoras e senhores, vendo a violência contra a mulher crescer como está crescendo no nosso País, eu não posso deixar de falar que já completamos 11 anos de Lei Maria da Penha - 11 anos! No entanto, basta ligarmos o rádio, abrirmos o jornal ou acessarmos a Internet, o que todos fazemos várias vezes por dia por meio dos nossos telefones celulares, para acompanharmos o grau da violência contra a mulher no Brasil.

Trata-se de algo tão frequente que eu tenho medo de que, de tanto lermos a respeito, deixemos de valorizar cada mulher que está por trás de uma violência, e essas vítimas passem a ser apenas números, apenas estatísticas.

No momento em que um homem ou uma mulher deixa de se indignar com atos de violência - física, sexual, psicológica ou patrimonial -, essa pessoa deixa de ter a sensibilidade necessária para fazermos com que a nossa Lei Maria da Penha seja implementada cada vez mais neste País.

Precisamos mudar essa cultura da violência. Precisamos fortalecer uma cultura de paz. Precisamos ser mais tolerantes. Acima de tudo, precisamos deixar de cometer violência contra as nossas crianças, as nossas mulheres e os nossos idosos. O País não suporta mais viver o dia a dia que estamos vivendo com a violência.

A violência perpassa pelos órgãos quando nós vivemos, também no dia



a dia, nas manchetes dos jornais, nas notícias no rádio e na Internet, a grande corrupção que o País está vivendo. Não podemos deixar de nos indignar. Não podemos permitir que, por ser mais uma notícia, deixemos de fortalecer o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Federal e todos os órgãos que buscam apurar os fatos, sem esquecermos do amplo direito de defesa e de alguns excessos que são cometidos.

Aqui quero registrar o que aconteceu na nossa Universidade Federal do Estado de Santa Catarina na semana passada. Quero dizer que eu desejo, como catarinense que sou, que todos os fatos lá sejam apurados, porque não podemos permitir excessos. Não é por causa dos excessos que vamos dizer que os fatos não precisam ser apurados.

Se existem milhões e milhões de reais guardados em um apartamento neste País, isso significa que está faltando dinheiro para as políticas públicas de combate à violência contra a mulher, para o acesso a procedimentos cirúrgicos de pacientes que estão nas filas em cada Município, para o fortalecimento das políticas de segurança pública. Não podemos deixar de nos indignar e achar que a violência está acontecendo apenas na novela das 20 horas. Aquilo que estamos vendo na novela é apenas um pedacinho - e estamos vendo das nossas casas, quando podemos. Nós nunca nos colocamos no lugar e na condição de cada um dos moradores que vivem, 24 horas por dia, a violência no morro ou a violência no asfalto.

Quando eu falo da violência no asfalto, estou me referindo à violência no trânsito. Nesta Casa, nós endurecemos as leis de trânsito, mas lamentavelmente todos os dias perdemos centenas de homens e mulheres vítimas de acidente de trânsito, por imperícia, por excesso de velocidade, por consumo de álcool ou de outras drogas enquanto dirige ou porque nossas estradas não têm condições em alguns casos. Com recursos, nós poderíamos melhorar a gestão pública, porque nem todos - muito pelo contrário, é uma pequena filigrana dos gestores e de ocupantes de cargos públicos - cometem esses equívocos. Esperamos que quem os cometeu tenha direito à ampla defesa, mas efetivamente ressarça os cofres públicos. Não me refiro só aos políticos, não! Com a prisão dos irmãos Batista, nós vimos que lamentavelmente o setor econômico também cometeu delitos. Eles precisam ter direito à ampla defesa, mas também precisam ressarcir os cofres públicos dos recursos financeiros recebidos do BNDES, se for comprovado, conforme matérias que temos acompanhado, que receberam o que não lhes era devido. Nós precisamos garantir políticas públicas em todas as áreas.

Senhoras e senhores, ontem discutimos mais uma vez a reforma política. A PEC, aprovada em dois turnos, não foi a reforma política ideal, mas ainda temos que votar os destaques na semana que vem. Quero destacar que precisamos ter um olhar especial para a PEC 134/15, que garante mais participação das mulheres neste Plenário, no Senado Federal, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores; senão nós vamos continuar com a média de 10% de

participação das mulheres no Legislativo brasileiro. Nós precisamos avançar. O que avançamos foi muito pouco. Além disso, não podemos permitir o uso de dinheiro público para o financiamento de campanhas, uma vez que estamos sem saúde, sem educação e sem segurança pública implementadas. Primeiro precisamos que todas as políticas públicas sejam implementadas, para depois discutirmos financiamento público de campanha de quem quer que seja.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Daniel) - Nós agradecemos, Deputada Carmen Zanotto.

Solicitamos que o pronunciamento de V.Exa. seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

---

Documento 509/516

---

271.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	21/09/2017-16:36
Publ.: DCD - 22/09/2017 -		CLEBER VERDE-PRB -MA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

---

### *Sumário*

Aprovação pela Casa, em primeiro e segundo turnos, da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, sobre a vedação das coligações nas eleições proporcionais, o disciplinamento da autonomia dos partidos políticos e o estabelecimento de normas sobre fidelidade partidária e sobre funcionamento parlamentar dos partidos políticos. Rejeição das propostas de adoção do sistema eleitoral denominado distritão e de criação de fundo para financiamento público de campanhas eleitorais. Aprovação da proposta de extinção das coligações partidárias nas eleições proporcionais a partir de 2020. Convicção do orador na realização, na próxima legislatura, de ampla reforma política, com participação popular. Temas debatidos em encontro realizado na sede da Confederação Nacional da Indústria - CNI. Oportunidade de criação, pelo Governo Federal, de linha de crédito para as pequenas e microempresas brasileiras.

---

**O SR. CLEBER VERDE** (PRB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado João Daniel, do PT de Sergipe, agradeço a V.Exa. a oportunidade. Ontem, nós tivemos a oportunidade de sepultar a ideia do distritão na

reforma política que esta Casa discutiu amplamente. Nós entendemos que o distritão não é o melhor caminho da política brasileira neste momento. Além disso, sepultamos a ideia do fundão, um fundo para as eleições.

E ainda ontem, ao aprovarmos a PEC 282/16, em primeiro e segundo turnos, estabelecemos uma transição para 2020. Em 2018, vamos manter o sistema eleitoral proporcional, buscando fazer alianças políticas com os partidos que comungam dos mesmos ideais, que estão no mesmo campo político, para o fortalecimento das agremiações. Obviamente, no sistema proporcional será eleito aquele que for o mais votado.

É importante registrar a votação expressiva que tivemos quando todos os partidos aquiesceram à ideia da transição, que vai levar o fim das coligações apenas para 2020.

Isso significa que a Casa deu uma resposta. Certamente o Senado também fará o mesmo. Isso deixa claro à sociedade, especialmente aos órgãos da Justiça Eleitoral, que esta Casa está legislando, está criando uma legislação através dessa PEC, que vai permitir regular as eleições que se avizinham.

Portanto, nós não imaginamos, como muitos colocaram - alguns temerosos -, que se não fizéssemos a votação, se não votássemos essa PEC, se não votássemos algo, o próprio TSE o faria.

Realmente nós estamos cientes de que, em alguns momentos, acontece o ativismo judicial, em que o setor jurídico acaba fazendo o trabalho do Parlamento, a função de legislar, ou seja, o Judiciário legisla em vez do Congresso, do Parlamento. Esperamos que isso não aconteça.

Por isso, nós nos manifestamos, ontem, em votação expressiva, definindo essa transição de 2018 para 2020, mantendo o mesmo sistema proporcional nas eleições que estão por vir, ao tempo em que também vamos estabelecer um percentual mínimo, que vai ser gradativo, para a questão da cláusula de desempenho, permitindo que os partidos alcancem um percentual mínimo em determinado número de Estados e de votos, o que é fundamental para que nós possamos consolidar os partidos que vão ter representatividade aqui nesta Casa. Então, Sr. Presidente, entendemos que, de fato, essa reforma que estamos concluindo ainda não é a reforma que a sociedade espera de nós. A sociedade quer discutir amplamente. E eu não tenho dúvida de que aqueles que estiverem aqui na próxima Legislatura, em 2019, vão se dedicar a fazer esta ampla reforma política, dialogando com a sociedade e buscando, nos Estados e em audiências públicas aqui nesta Casa, um entendimento plural dos partidos especialmente em sintonia com a sociedade para discutir, por exemplo, se vai ser mantido ou não o voto obrigatório e a redução de gastos de campanha.

Enfim, há tantos temas para discutir nesta reforma, a qual certamente ainda virá no futuro, que ensejarão uma discussão também sobre o sistema de 2020, ou seja, o mesmo que foi aprovado aqui nesta Casa colocando o fim das coligações para 2020. Certamente em 2019 vai haver uma nova reforma, mais ampla, discutida com a sociedade. E em

2020 pode haver alterações que certamente afetarão as eleições proporcionais para Vereador e Prefeito.

Portanto, o mais importante é o que estamos fazendo, ou seja, manifestando a todos que, de fato, aprovamos uma reforma, como eu disse, não a que a sociedade esperava, mas uma reforma mínima, que atende principalmente a questão do momento, levando a uma transição, que vai permitir que os partidos se preparem para o que está por vir em relação a outros sistemas eleitorais.

Neste mesmo tom, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar também os Líderes - eu já até lhes agradei e os cumprimentei na noite de ontem - por terem honrado os seus compromissos, votando "sim" a esse sistema.

Quando nós derrotamos o distritão aqui nesta Casa, havia o entendimento entre os Líderes partidários de que, uma vez derrotado o distritão, nós iríamos apreciar a PEC 282, que foi aprovada na noite de ontem em primeiro e segundo turnos, iniciando-se pelo destaque do PPS, o que foi feito. Portanto, meus cumprimentos aos Líderes partidários, que honraram os compromissos assumidos em reunião sobre este tema.

Eu queria também aproveitar este momento, Deputado Zé Geraldo, para abordar outro tema. Eu tive a oportunidade de participar nesta semana de um encontro na CNI - Confederação Nacional da Indústria, e, naquela ocasião, lá estavam as federações da indústria de todo o Brasil, especialmente a do Maranhão, com a presença do Presidente da FIEMA - Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, Sr. Edilson Baldez, e do Vice-Presidente, Sr. Cláudio Azevedo, representando o setor industrial do nosso Estado.

E nós tivemos um bom debate e um bom diálogo, principalmente apresentando os números, que são extremamente animadores. O nosso Nordeste, no qual se inclui obviamente o Maranhão, teve um crescimento na indústria numa média aproximada de quase 7%, ou seja, são números bastante animadores.

Há uma perspectiva de crescimento, porque se cresce a indústria, cresce a perspectiva de oportunidade de trabalho, e é o que nós queremos. Todos nós aqui nesta Casa, no dia a dia, nos debates, estamos preocupados com os índices de desemprego dos trabalhadores brasileiros. E entendemos que à medida que há o crescimento da indústria e que há uma perspectiva da ampliação do volume de negócios no comércio, há uma possibilidade real do aumento de empregos em nosso País.

Eu tive a oportunidade de usar a palavra diante da CNI e das federações presentes ao encontro, coordenado pelo Deputado Júlio Cesar, nosso Coordenador da bancada do Nordeste, que apresentou dados e números muito animadores referentes à nossa economia. O Nordeste foi o destaque em âmbito nacional para nossa alegria, ou seja, o Nordeste começa a se desenvolver e a apresentar crescimento na sua economia.

E nesse sentido, eu tive a oportunidade de usar a palavra e coloquei algo que acho extremamente relevante e que trago aqui nesta tarde.

Existem mais de 8 milhões de pequenas e microempresas, muitas delas, infelizmente, por falta de gestão ou, muito mais também, pela carga tributária que é excessiva - todos nós sabemos -, acabam fechando antes mesmo de completarem um determinado período de abertura e de manterem o seu ciclo econômico em crescimento e desenvolvimento na perspectiva de fortalecer sua atividade. Nesse aspecto, eu entendo que este é um bom momento. Certamente trago a mensagem ao Presidente Michel Temer, ao Governo, para que nós possamos fazer uma avaliação sobre os quase 8 milhões de pequenas e microempresas no País, que, na verdade, são as grandes empregadoras hoje. No passado, o BNDES identificou os campeões nacionais, a exemplo da JBS, da OGX. E todos nós acompanhamos esses resultados. Em número de empregos, os resultados não foram consistentes, tampouco animadores - não chamaram a atenção da sociedade brasileira. Agora, as pequenas e microempresas têm empregado neste País de forma considerável. Então, eu entendo que esta é uma oportunidade de, por exemplo, o Governo criar uma linha de incentivo, de estímulo a essas pequenas e microempresas. Na medida em que essas empresas forem estimuladas, se cada uma garantir um emprego apenas, de um a dois empregos, nós teremos certamente acabado com o desemprego no País. São 8 milhões de pequenas e microempresas, Deputado Paes Landim. Se nós criarmos um estímulo para que empreguem um trabalhador, na medida em que o Governo incentiva, ou seja, dá uma compensação a essas empresas, certamente teremos uma perspectiva de acabar com o desemprego no Brasil. Portanto, eu peço ao Governo que dê uma atenção especial às pequenas e microempresas. Entendo que a mudança da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para a Taxa de Longo Prazo - TLP é uma oportunidade de o BNDES ter um novo olhar não para as grandes e superempresas, mas para as pequenas e microempresas, para estimulá-las a crescer ainda mais e gerar mais empregos, portanto, melhorando a nossa economia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 510/516

---

271.3.55.O

Sessão Não Deliberativa de  
Debates - CD

21/09/2017-14:00

Publ.: DCD -  
22/09/2017 -

VITOR VALIM-PMDB -CE

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO  
EXPEDIENTE

---

### *Sumário*

Protesto contra a aprovação pela Câmara dos Deputados do fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais a partir de 2020. Solicitação à Presidência da Casa de votação de matérias relativas à área de segurança pública. Expectativa da população brasileira de aprovação de projeto de lei sobre a obrigatoriedade da instalação de bloqueadores de sinal de telefonia celular nos presídios. Crescimento do índice de homicídios em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

---

**O SR. VITOR VALIM** (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e demais Parlamentares, inicialmente quero lamentar o que foi aprovado ontem aqui na Câmara Federal em relação a essa famosa reforma política. O que o povo quer é se sentir cada vez mais representado nesta Casa e que acabe aquela promiscuidade que havia nas campanhas eleitorais.

Tive orgulho de ser Vereador por duas vezes da Capital do Estado do Ceará, Fortaleza. Foi aprovada nesta Casa uma reforma política em que vai valer o fim das coligações apenas para a campanha de vereadores. Para a de prefeitos, vai haver a coligação porque a eleição é majoritária; mas, para as eleições proporcionais dos vereadores, vai acabar a coligação. Então, o que não é bom para nós é bom para os vereadores. Além disso, estão querendo aprovar, no meio de uma crise política como essa, um fundo eleitoral com financiamento público. É um verdadeiro absurdo! Portanto, eu quero lamentar aqui o que foi aprovado nesta Casa ontem.

Por falar nesta Casa ainda, quero dizer que eu acho que aqueles ares do Palácio estão deixando o Presidente desta Casa um pouco arrogante. Inclusive, quando presidiu a última sessão, o Presidente Rodrigo Maia teceu críticas a vários partidos. Ele está se mostrando um *ombudsman*!

Eu quero sugerir ao Presidente que faça a semana da segurança pública, porque o povo está esperando leis como uma de minha iniciativa para a instalação de bloqueadores de telefones celulares nos presídios para acabar com essa farra da comunicação dos chefes das quadrilhas de facções criminosas com elementos que estão do lado de fora. Eles arquitetam crimes como saidinhas de banco, assaltos, sequestros e outros crimes. Então, eu pediria que a semana da segurança pública pudesse acontecer nesta Casa.

Eu quero lamentar que a quinta cidade mais violenta do mundo seja a Capital do meu Estado do Ceará, Fortaleza. A imprensa tem o dever de noticiar e de informar. Há muito tempo, desde a última gestão, o Governo do Estado tem feito uma gestão incompetente na área da segurança pública, o que só faz crescer o índice de homicídios. Recentemente, Patrícia Calderón, uma grande jornalista, inclusive de repercussão nacional, falou sobre o caso de um bom policial: Flávio

Martins Dantas estava depondo na Controladoria e passou mal, mas, mesmo assim, ele foi obrigado a continuar depondo. A jornalista disse que isso era tortura psicológica. E hoje, em vez de estarem presos aqueles que o interrogavam, a jornalista está sendo intimada a depor. Isso é querer calar a imprensa.

---

Documento 511/516

---

269.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/09/2017-09:26
Publ.: DCD - 22/09/2017 -		FÁBIO SOUSA-PSDB -GO
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Discordância com a proposta do Senador Romero Jucá de utilização de 50% dos recursos de emendas de bancada para a composição de fundo eleitoral. Defesa da utilização de verbas de propagandas políticas para custeio de campanhas eleitorais.

---

**O SR. FÁBIO SOUSA** (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu lamento que hoje nós tenhamos o plenário vazio enquanto eu faço essa reflexão, mas isso é normal, afinal, ontem ficamos aqui até praticamente a madrugada, então, não poderíamos ter o plenário cheio também hoje, porque, evidentemente, alguns Deputados ficaram cansados.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a reflexão que eu tenho a fazer é sobre um tema de que estamos tratando, a reforma política, que na verdade é uma reforma eleitoral. E, nesse calhamaço de propostas que são feitas no Congresso Nacional, de vez em quando saem algumas que são mais ridículas, outras, interessantes, e outras, absurdamente erradas, equivocadas.

O fundo eleitoral todo mundo sabe que é equivocado, tanto é que nós até já tiramos da nossa proposta. Mas ontem o Líder do Governo no Senado - que, aliás, é um Senador da República muito importante -, Romero Jucá, fez uma proposta que agradou a alguns e gerou revolta em outros. Eu fiquei entre aqueles que não concordaram com ele. Ele propôs que se tirasse 50% das emendas de bancada para que se criasse um fundo eleitoral, o que seria uma forma de tirar, entre aspas, "dos Deputados ou dos Senadores" para usar nas campanhas eleitorais. É lógico que eu me posicionei contra isso, e vou explicar por quê.

Os Srs. Deputados e os Srs. Senadores sabem muito bem que as emendas que nós apresentamos, sejam elas individuais, sejam de bancada - que são de valor maior -, geralmente, geralmente não, elas são utilizadas nos Estados e nos Municípios. São utilizadas para a construção de hospitais e postos de saúde, são utilizadas para reformas e estruturação de escolas, são utilizadas para asfaltamento, são utilizadas para a feitura de estradas, e por aí vai. A proposta é tirar esses recursos dos Municípios e dos Estados, em especial dos Municípios. Todo mundo sabe que os mais de 5 mil Municípios hoje estão vivendo na pindaíba, sem nenhum dinheiro, sem nenhum recurso, mal conseguem pagar a sua folha de pagamento, não conseguem fazer nenhum investimento, e necessitam das emendas que nós apresentamos, das emendas de bancada.

Não se trata de reconhecimento do Deputado por ele ter votado assim ou assado. As emendas são essenciais para os Municípios, as emendas são essenciais para o Estado. Qualquer Deputado que destine emendas, mesmo tendo votado contra ou a favor do Temer, destina a emenda para a cidade, destina a emenda para o Estado. Elas nem passam pelo Deputado ou pelo Senador, já vão direto para a Prefeitura ou para o Governo estadual.

Então, evidentemente eu sou contra a proposta. Nós estaremos tirando dinheiro de coisas essenciais - essenciais para os Municípios e Estados - para investir em campanha. Não se deve fazer isso.

Nós poderemos usar outras formas, outros fundos. Eu já bati nesta tecla aqui: nas propagandas extemporâneas, aquelas que acontecem nos anos ímpares - as inserções na televisão e no rádio que cada partido utiliza - custam, aproximadamente, 850 bilhões de reais. Vamos cancelar essas propagandas, que ninguém assiste, para as quais ninguém dá moral, que quando passam na televisão ou no rádio todo mundo já troca de canal. Ninguém dá conta de assistir àquilo lá mesmo! Vamos cancelar isso e usar esse dinheiro, que já é um fundo eleitoral, já é um fundo político, para as campanhas dos anos pares. Essa iniciativa é boa, é uma ideia para nós construirmos, é algo que podemos fazer.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



---

### *Sumário*

Declaração de voto pela extinção das coligações partidárias nas eleições proporcionais a partir de 2018. Reexame da profusão de partidos políticos. Necessidade de realização de ampla reforma política.

---

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Manato. É um prazer vê-lo na Presidência desta Casa.

Quero dizer, Sr. Presidente, que ontem nós acompanhamos, embora num pronunciamento rápido, a questão da mudança na legislação política e na regulamentação das eleições do ano que vem, buscando uma saída para as alterações na legislação eleitoral, que o povo brasileiro pede e quer.

Eu me manifestei dizendo que em todos os lugares a que vou as pessoas pedem que votemos pela extinção das coligações proporcionais, o que acho realmente importante. Inclusive votei para que acabassem as coligações já em 2018, mas, infelizmente, ficou para 2020.

Isso quer dizer que nós continuamos amarrados nesta profusão de partidos políticos que hoje existem no Brasil. Atualmente estão registrados 32 partidos. Noticia-se que existem mais 65 sendo encaminhados. E vamos chegar, no final do ano e no início do próximo ano, a 100 partidos políticos.

Por trás disso existem todas as regalias do Fundo Partidário, dos cargos, enfim, dos espaços dos pequenos partidos - existem partidos que, com 5 ou 6 Deputados, recebem as verbas do Fundo Partidário, que não serão recebidas pelos grandes partidos, porque a divisão será muito grande.

Há interesses muito grandes por trás disso, e eu acho que nós tínhamos que dar um basta nessa questão e mostrar para a população brasileira o que está acontecendo e o porquê de não se fazer a reforma política, principalmente no que diz respeito às coligações proporcionais, que é um mundo de negociações, de espaço de televisão, de mídia, de posições em Prefeituras e no Governo.

Não há quem governe o Brasil, se nós não fizermos um enxugamento desses partidos políticos, para que tenhamos decisões programáticas e os partidos possam comandar esse processo. O distritão seria a saída, porque os Deputados se elegeriam pelo maior número de votos. Os partidos, do jeito que estão, mais uma vez ficam desmoralizados pela população.

Com certeza, a população está nos vendo como quem não quer resolver esse imbróglio em que estamos. Ficamos horas e horas aqui, um dia, dois dias, para votar uma medida provisória, por causa do tempo que cada partido tem que ter, pelo Regimento da Casa. Ou se muda o Regimento da Casa, ou se muda essa situação dos partidos,

em que ninguém consegue mais tocar.

Imaginem um Presidente da República ou um Prefeito fazendo acordos com 10, 20, 30 partidos. Há um loteamento dos espaços, e cada um faz o seu governo dentro do seu espaço - em um Ministério, no Estado ou no Município. Isso tem que acabar, e nós nos posicionamos contrariamente a essa realidade.

Entendemos, realmente, que nós temos que fazer uma reforma política profunda, e não para cada um, mas para o Brasil, para os brasileiros, para mudar o quadro que está aí, a fim de que o povo lá fora, nas ruas, realmente seja respeitado, dentro daquilo que ele acha que é o certo.

Nós não conseguimos avanços nesta Casa em relação a essa questão. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Valdir Colatto.

---

Documento 513/516

---

269.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/09/2017-09:48
Publ.: DCD - 22/09/2017 -		PEDRO UCZAI-PT -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Regozijo com a aprovação da proposta de extinção de coligações partidárias nas eleições proporcionais a partir de 2020. Defesa de redução dos custos de campanhas eleitorais. Contrariedade a eventual intervenção militar no País.

---

**O SR. PEDRO UCZAI** (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero também manifestar minha posição de contentamento em relação à decisão que nós tomamos ontem de avançar na reforma do sistema eleitoral brasileiro, permitindo a restrição das alianças no sistema proporcional - em que se elegem Vereadores e Deputados - a partir de 2020. Essa construção política foi positiva, importante e estratégica para a democracia brasileira. Outra restrição, com a criação da cláusula de barreira, é para não pulverizar e fragmentar as estruturas partidárias representativas que não representam projetos políticos, mas interesses concretos, localizados, de certos grupos. A cláusula de barreira é um instrumento importante de fortalecimento partidário. Nós queremos mais. Nós queremos avançar na perspectiva

infraconstitucional na próxima semana, limitando o teto de gastos. É um absurdo imaginarmos um gasto de 6 milhões de reais, 7 milhões de reais em uma campanha para Deputado Federal! Temos que fazer campanhas mais baratas! Temos que fazer campanhas mais transparentes! Temos que fazer campanhas que neguem essa forma importada, americana, de *marketing*, de propaganda com agências, de recursos milionários, e passar a adotar outra forma de se fazer política neste País!

Portanto, na próxima semana, teremos a responsabilidade de avançar na definição do teto de gastos para cada campanha, na definição da perspectiva definitiva de impedir o financiamento empresarial de campanha - a fonte, a origem da corrupção neste País, em grande parte, é o financiamento empresarial. Não há político corrupto sem um empresário colado, abraçado a ele.

Tem-se que proibir que o empresário ponha dinheiro na mão de políticos. Tem-se que avançar na criação de um pequeno fundo público, mas fundamental, como há na Europa, nos Estados Unidos, nas várias democracias ocidentais. Nesses países, o uso de recursos públicos nas campanhas permite mais transparência, mais equidade, mais igualdade de condições nas disputas partidárias, sem abuso econômico, sem abuso político - e todas as denúncias de corrupção mostram que o processo de financiamento empresarial de campanha tem volta.

A corrupção desvendada pela Operação Lava-Jato, em grande parte, é um financiamento público destinado às campanhas políticas, mas feito pela iniciativa privada. É isso! É um financiamento público destinado às campanhas, mas feito pela iniciativa privada.

Vamos deixar de hipocrisia! Vamos deixar de mediocridade nesta Casa! Nós temos que enfrentar esse debate com mais democracia, com mais participação, fortalecendo os partidos políticos. E devemos fazê-lo não com ensaios de intervenção militar, com generais falando besteira, falando sobre a perspectiva de se querer resolver o problema da crise com intervenção, sem democracia. Queremos mais democracia! Queremos mais participação popular! Queremos que o povo escolha democraticamente seus Presidentes sem perseguição, sem seletividade, visando a um horizonte de fortalecimento da política, da democracia!

Queremos, sim, mais democracia, mais política, mas sem autoritarismo, sem militarismo! Os militares já têm a sua função constitucional, que é garantir a ordem na democracia, conforme a Constituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado. Se V.Exa. autorizar, nós vamos determinar a divulgação do seu discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 514/516

---

269.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/09/2017-09:52
Publ.: DCD - 22/09/2017 -	<b>ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA-PMDB -SC</b>	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Decepção do orador e da população brasileira com a reforma política realizada pela Câmara dos Deputados.

---

**O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA** (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, eu queria fazer referência à grande decepção que eu tive - e acredito que a população brasileira também teve - em relação à reforma política. Havia uma expectativa muito grande em relação a ela. E o que se fez? Um remendinho. Nem remendo foi. A única coisa aprovada foi o fim das coligações partidárias. Para 2020! Veja só, Sr. Presidente. É uma enganação! Costumava-se dizer que a reforma política seria a mãe de todas as reformas, mas ela acabou se tornando uma grande decepção para o povo brasileiro. O adiamento do fim das coligações partidárias para 2020, na verdade, é uma enganação, para que o Supremo Tribunal Federal não legisle. Tomara que ele legisle e que tenham fim as coligações em 2018. Há muitos partidos no Brasil. Nós temos que acabar com esta bagunça: coincidência de eleições, mandato de 5 anos. Há muitas eleições no Brasil, Sr. Presidente. Infelizmente, o Congresso Nacional não decide aquilo que a população espera que decida. Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 515/516

---

269.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/09/2017-10:02
Publ.: DCD - 22/09/2017 -		<b>ZÉ GERALDO-PT -PA</b>
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade ao posicionamento da bancada do PT pela extinção somente em 2020 de coligações partidárias nas eleições proporcionais.

---

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero lamentar esta reforma política chocha, anêmica, desastrosa que nós estamos discutindo aqui. Também quero dizer que acho que não foi boa a posição do PT, da nossa bancada, por ter contribuído para que o fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais ficasse apenas para 2020 ou para depois. Eu acho que elas deveriam ter acabado, até porque há um oportunismo partidário muito grande nesta Casa. E o PT contribuiu para isso, na minha avaliação. Peço que o programa *A Voz do Brasil* divulgue o meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu quero fazer uma proposta a V.Exa. Eu estou indo para a reunião do Solidariedade e vou lhe dar a minha gravata vermelha, em troca dessa gravata laranja, a cor do Solidariedade. Pode ser? (*Risos.*)

---

Documento 516/516

---

269.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/09/2017-10:04
Publ.: DCD - 22/09/2017 -		PEPE VARGAS-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Avanços da reforma política realizada pela Câmara dos Deputados.

---

**O SR. PEPE VARGAS** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, evidentemente, nós não estamos conseguindo votar a reforma política ideal. A meu ver, nós devíamos ter-nos concentrado na diminuição do teto de gastos de campanhas eleitorais, para reduzir bastante os gastos de campanha, o que é feito por lei infraconstitucional - não é nem a Constituição Federal que temos que alterar. Aí, sim, com o teto de gastos bastante baixo, poderíamos discutir um fundo público. Poderíamos ter avançado mais também em formas de participação da população. A nossa Constituição diz que todo o poder emana do povo, que o exerce de forma direta ou por meio de representantes por ele

escolhidos. Há formas de participação direta, como plebiscito, referendo e tantas outras, e nós não nos debruçamos sobre isso. Não houve espaço inclusive para debater essa questão.

Independentemente desse juízo de valor, de entender que não é a reforma ideal, eu acredito que, mesmo que sejam só para 2020, a proibição das coligações partidárias e o estabelecimento de cláusula de barreira vão construir um processo melhor. Naturalmente, reduzirão o número de partidos políticos. Vai haver uma acomodação e uma fusão de partidos, o que é importante para a democracia.

É lógico que há outras questões que precisaríamos discutir. Também acho que o fim das coligações poderia acontecer em 2018, mas em 2020 é um avanço também.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado.

---